ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLVIII Nº 111

Brasília - DF, sexta-feira, 10 de junho de 2011

SEÇÃO 1

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Legislativo 2
Atos do Congresso Nacional 4
Atos do Senado Federal 4
Atos do Poder Executivo 5
Presidência da República 7
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 9
Ministério da Ciência e Tecnologia 17
Ministério da Cultura 19
Ministério da Defesa 21
Ministério da Educação 24
Ministério da Fazenda 31
Ministério da Integração Nacional 49
Ministério da Justiça 50
Ministério da Pesca e Aquicultura 57
Ministério da Previdência Social 57
Ministério da Saúde 57
Ministério das Comunicações 62
Ministério de Minas e Energia 65
Ministério do Desenvolvimento Agrário 79
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 81
Ministério do Esporte 82
Ministério do Meio Ambiente 83
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 83
Ministério do Trabalho e Emprego 84
Ministério dos Transportes 92
Conselho Nacional do Ministério Público 93
Ministério Público da União 95
Tribunal de Contas da União 98
Poder Judiciário 152
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 203

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.247 (1)
ORIGEM : ADI - 6519 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARÁ
RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS		
Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

Decisão: Retirado de pauta por indicação da Presidência. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello e Eros Grau. Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. Plenário, 10.09.2009.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente em parte a ação direta. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello. Plenário, 01.06.2011.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.352 (2)
ORIGEM : ADI - 114916 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : ESPÍRITO SANTO
RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADV.(A/S) : MARCO ANTÔNIO REBELO ROMANELLI E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Decisão: Retirado de pauta por indicação da Presidência. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello e Eros Grau. Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. Plenário, 10.09.2009.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou extinto o processo sem julgamento do mérito. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso. Impedido o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello. Plenário, 01.06.2011.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.376 (3)
ORIGEM : ADI - 134518 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Decisão: O Tribunal, por votação unânime e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade do Decreto nº 26.005, de 10 de fevereiro de 2000, do Governador do Estado do Rio de Janeiro. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso. Ausentes, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello e, neste julgamento, a Senhora Ministra Ellen Gracie e o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Plenário, 01.06.2011.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.549 (4)
ORIGEM : ADI - 128224 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP ELIVAL DA SILVA RAMOS
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL
INTDO.(A/S) : CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Decisão: O Tribunal conheceu em parte da ação, contra o voto do Senhor Ministro Marco Aurélio e, na parte conhecida, julgou-a parcialmente procedente, por unanimidade e nos termos do voto do Relator. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello. Falou, pelo requerente, a Dra. Patrícia Helena Massa Arzabe, Procuradora do Estado e, pelo interessado, Governador do Distrito Federal, a Dra. Roberta Fragoso Kaufmann, Procuradora do DF. Plenário, 01.06.2011.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.688 (5)
ORIGEM : ADI - 108505 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ
ADV.(A/S) : PGE-PR-MÁRCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO E OUTRA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso. Ausentes, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello e, neste julgamento, a Senhora Ministra Ellen Gracie. Plenário, 01.06.2011.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.906 (6)
ORIGEM : ADI - 85930 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - ELIVAL DA SILVA RAMOS
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Decisão: O Tribunal, por votação unânime e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 3.394, de 4 de maio de 2000, do Estado do Rio de Janeiro, regulamentada pelo Decreto nº 26.273, editado na mesma data. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso. Ausentes, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello e, neste julgamento, a Senhora Ministra Ellen Gracie e o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Falaram, pelo requerente, o Dr. Marcos Ribeiro de Barros, Procurador do Estado, e pelo interessado Governador do Estado do Rio de Janeiro, o Dr. Alde Santos Júnior, Procurador do Estado. Plenário, 01.06.2011.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.413 (7)
ORIGEM : ADI - 14734 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - ABIMAQ
ADV.(A/S) : ANNE JOYCE ANGHER E OUTRO
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTDO.(A/S) : GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Decisão: O Tribunal, por votação unânime e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 4.163, de 29 de setembro de 2003, ficando, por conseqüência, afastado do cenário jurídico o decreto que a regulamentou - nº 35.011, de 19 de março de 2004, ambos do Estado do Rio de Janeiro. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso. Ausentes, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello e, neste julgamento, a Senhora Ministra Ellen Gracie e o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Plenário, 01.06.2011.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.664 (8)
ORIGEM : ADI - 12792 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Decisão: O Tribunal, por votação unânime e nos termos do voto do Relator, Ministro Cezar Peluso (Presidente), julgou procedente a ação direta. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello. Plenário, 01.06.2011.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.674 (9)
ORIGEM : ADI - 19162 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S) : GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
INTDO.(A/S) : GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Decisão: O Tribunal, por votação unânime e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade do § 5º do artigo 12 da Lei nº 4.181, de 29 de setembro de 2003, preceito regulamentado mediante o Decreto nº 36.454, de 29 de outubro de 2004, ambos do Estado do Rio de Janeiro. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso. Ausentes, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello e, neste julgamento, a Senhora Ministra Ellen Gracie e o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Plenário, 01.06.2011.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.702 (10)
ORIGEM : ADI - 46475 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : ESPÍRITO SANTO
RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - ABIMAQ
ADV.(A/S) : DENIS CHEQUER ANGHER E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : ANNE JOYCE ANGHER
ADV.(A/S) : NIVALDO ARY NOGUEIRA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello. Plenário, 01.06.2011.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.794 (11)
ORIGEM : ADI - 131799 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso. Ausentes, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello e, neste julgamento, a Senhora Ministra Ellen Gracie. Plenário, 01.06.2011.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.803 (12)
ORIGEM : ADI - 143399 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, Ministro Cezar Peluso (Presidente), julgou parcialmente procedente a ação direta. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello. Plenário, 01.06.2011.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS
Secretário Executivo da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.152 (13)
ORIGEM : ADI - 137468 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Decisão: O Tribunal, por votação unânime e nos termos do voto do Relator, Ministro Cezar Peluso (Presidente), julgou procedente a ação direta. Impedido o Senhor Ministro Dias Toffoli. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello. Falou pelo interessado a Dra. Patrícia Helena Massa Arzabe, Procuradora do Estado. Plenário, 01.06.2011.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.457 (14)
ORIGEM : ADI - 4647 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Decisão: O Tribunal, por votação unânime e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade do Decreto nº 42.241, de 14 de janeiro de 2010, do Estado do Rio de Janeiro. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso. Ausentes, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello e, neste julgamento, a Senhora Ministra Ellen Gracie e o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Plenário, 01.06.2011.

Secretaria Judiciária
LUCIANA PIRES ZAVALA
Secretária

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 12.414, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito, sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

Parágrafo único. Os bancos de dados instituídos ou mantidos por pessoas jurídicas de direito público interno serão regidos por legislação específica.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - banco de dados: conjunto de dados relativo a pessoa natural ou jurídica armazenados com a finalidade de subsidiar a concessão de crédito, a realização de venda a prazo ou de outras transações comerciais e empresariais que impliquem risco financeiro;

II - gestor: pessoa jurídica responsável pela administração de banco de dados, bem como pela coleta, armazenamento, análise e acesso de terceiros aos dados armazenados;

III - cadastrado: pessoa natural ou jurídica que tenha autorizado inclusão de suas informações no banco de dados;

IV - fonte: pessoa natural ou jurídica que conceda crédito ou realize venda a prazo ou outras transações comerciais e empresariais que lhe impliquem risco financeiro;

V - consulente: pessoa natural ou jurídica que acesse informações em bancos de dados para qualquer finalidade permitida por esta Lei;

VI - anotação: ação ou efeito de anotar, assinalar, averbar, incluir, inscrever ou registrar informação relativa ao histórico de crédito em banco de dados; e

VII - histórico de crédito: conjunto de dados financeiros e de pagamentos relativos às operações de crédito e obrigações de pagamento adimplidas ou em andamento por pessoa natural ou jurídica.

Art. 3º Os bancos de dados poderão conter informações de adimplemento do cadastrado, para a formação do histórico de crédito, nas condições estabelecidas nesta Lei.

§ 1º Para a formação do banco de dados, somente poderão ser armazenadas informações objetivas, claras, verdadeiras e de fácil compreensão, que sejam necessárias para avaliar a situação econômica do cadastrado.

§ 2º Para os fins do disposto no § 1º, consideram-se informações:

I - objetivas: aquelas descritivas dos fatos e que não envolvam juízo de valor;

II - claras: aquelas que possibilitem o imediato entendimento do cadastrado independentemente de remissão a anexos, fórmulas, siglas, símbolos, termos técnicos ou nomenclatura específica;

III - verdadeiras: aquelas exatas, completas e sujeitas à comprovação nos termos desta Lei; e

IV - de fácil compreensão: aquelas em sentido comum que assegurem ao cadastrado o pleno conhecimento do conteúdo, do sentido e do alcance dos dados sobre ele anotados.

§ 3º Ficam proibidas as anotações de:

I - informações excessivas, assim consideradas aquelas que não estiverem vinculadas à análise de risco de crédito ao consumidor; e

II - informações sensíveis, assim consideradas aquelas pertinentes à origem social e étnica, à saúde, à informação genética, à orientação sexual e às convicções políticas, religiosas e filosóficas.

Art. 4º A abertura de cadastro requer autorização prévia do potencial cadastrado mediante consentimento informado por meio de assinatura em instrumento específico ou em cláusula apartada.

§ 1º Após a abertura do cadastro, a anotação de informação em banco de dados independe de autorização e de comunicação ao cadastrado.

§ 2º Atendido o disposto no **caput**, as fontes ficam autorizadas, nas condições estabelecidas nesta Lei, a fornecer aos bancos de dados as informações necessárias à formação do histórico das pessoas cadastradas.

§ 3º (VETADO).

Art. 5º São direitos do cadastrado:

I - obter o cancelamento do cadastro quando solicitado;

II - acessar gratuitamente as informações sobre ele existentes no banco de dados, inclusive o seu histórico, cabendo ao gestor manter sistemas seguros, por telefone ou por meio eletrônico, de consulta para informar as informações de adimplemento;

III - solicitar impugnação de qualquer informação sobre ele erroneamente anotada em banco de dados e ter, em até 7 (sete) dias, sua correção ou cancelamento e comunicação aos bancos de dados com os quais ele compartilhou a informação;

IV - conhecer os principais elementos e critérios considerados para a análise de risco, resguardado o segredo empresarial;

V - ser informado previamente sobre o armazenamento, a identidade do gestor do banco de dados, o objetivo do tratamento dos dados pessoais e os destinatários dos dados em caso de compartilhamento;

VI - solicitar ao consulente a revisão de decisão realizada exclusivamente por meios automatizados; e

VII - ter os seus dados pessoais utilizados somente de acordo com a finalidade para a qual eles foram coletados.

§ 1º (VETADO).

§ 2º (VETADO).

Art. 6º Ficam os gestores de bancos de dados obrigados, quando solicitados, a fornecer ao cadastrado:

I - todas as informações sobre ele constantes de seus arquivos, no momento da solicitação;

II - indicação das fontes relativas às informações de que trata o inciso I, incluindo endereço e telefone para contato;

III - indicação dos gestores de bancos de dados com os quais as informações foram compartilhadas;

IV - indicação de todos os consulentes que tiveram acesso a qualquer informação sobre ele nos 6 (seis) meses anteriores à solicitação; e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

V - cópia de texto contendo sumário dos seus direitos, definidos em lei ou em normas infralegais pertinentes à sua relação com bancos de dados, bem como a lista dos órgãos governamentais aos quais poderá ele recorrer, caso considere que esses direitos foram infringidos.

§ 1º É vedado aos gestores de bancos de dados estabelecerem políticas ou realizarem operações que impeçam, limitem ou dificultem o acesso do cadastrado previsto no inciso II do art. 5º.

§ 2º O prazo para atendimento das informações estabelecidas nos incisos II, III, IV e V deste artigo será de 7 (sete) dias.

Art. 7º As informações disponibilizadas nos bancos de dados somente poderão ser utilizadas para:

I - realização de análise de risco de crédito do cadastrado; ou

II - subsidiar a concessão ou extensão de crédito e a realização de venda a prazo ou outras transações comerciais e empresariais que impliquem risco financeiro ao consulente.

Parágrafo único. Cabe ao gestor manter sistemas seguros, por telefone ou por meio eletrônico, de consulta para informar aos consulentes as informações de adimplemento do cadastrado.

Art. 8º São obrigações das fontes:

I - manter os registros adequados para demonstrar que a pessoa natural ou jurídica autorizou o envio e a anotação de informações em bancos de dados;

II - comunicar os gestores de bancos de dados acerca de eventual exclusão ou revogação de autorização do cadastrado;

III - verificar e confirmar, ou corrigir, em prazo não superior a 2 (dois) dias úteis, informação impugnada, sempre que solicitado por gestor de banco de dados ou diretamente pelo cadastrado;

IV - atualizar e corrigir informações enviadas aos gestores de bancos de dados, em prazo não superior a 7 (sete) dias;

V - manter os registros adequados para verificar informações enviadas aos gestores de bancos de dados; e

VI - fornecer informações sobre o cadastrado, em bases não discriminatórias, a todos os gestores de bancos de dados que as solicitarem, no mesmo formato e contendo as mesmas informações fornecidas a outros bancos de dados.

Parágrafo único. É vedado às fontes estabelecerem políticas ou realizarem operações que impeçam, limitem ou dificultem a transmissão a banco de dados de informações de cadastrados que tenham autorizado a anotação de seus dados em bancos de dados.

Art. 9º O compartilhamento de informação de adimplemento só é permitido se autorizado expressamente pelo cadastrado, por meio de assinatura em instrumento específico ou em cláusula apartada.

§ 1º O gestor que receber informações por meio de compartilhamento equipara-se, para todos os efeitos desta Lei, ao gestor que anotou originariamente a informação, inclusive quanto à responsabilidade solidária por eventuais prejuízos causados e ao dever de receber e processar impugnação e realizar retificações.

§ 2º O gestor originário é responsável por manter atualizadas as informações cadastrais nos demais bancos de dados com os quais compartilhou informações, bem como por informar a solicitação de cancelamento do cadastro, sem quaisquer ônus para o cadastrado.

§ 3º O cancelamento do cadastro pelo gestor originário implica o cancelamento do cadastro em todos os bancos de dados que compartilharam informações, que ficam obrigados a proceder, individualmente, ao respectivo cancelamento nos termos desta Lei.

§ 4º O gestor deverá assegurar, sob pena de responsabilidade, a identificação da pessoa que promover qualquer inscrição ou atualização de dados relacionados com o cadastrado, registrando a data desta ocorrência, bem como a identificação exata da fonte, do nome do agente que a efetuou e do equipamento ou terminal a partir do qual foi processada tal ocorrência.

Art. 10. É proibido ao gestor exigir exclusividade das fontes de informações.

Art. 11. Desde que autorizados pelo cadastrado, os prestadores de serviços continuados de água, esgoto, eletricidade, gás e telecomunicações, dentre outros, poderão fornecer aos bancos de dados indicados, na forma do regulamento, informação sobre o adimplemento das obrigações financeiras do cadastrado.

Parágrafo único. É vedada a anotação de informação sobre serviço de telefonia móvel na modalidade pós-paga.

Art. 12. Quando solicitado pelo cliente, as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil fornecerão aos bancos de dados indicados as informações relativas às suas operações de crédito.

§ 1º As informações referidas no **caput** devem compreender somente o histórico das operações de empréstimo e de financiamento realizadas pelo cliente.

§ 2º É proibido às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil estabelecer políticas ou realizar operações que impeçam, limitem ou dificultem a transmissão das informações bancárias de seu cliente a bancos de dados, quando por este autorizadas.

§ 3º O Conselho Monetário Nacional adotará as medidas e normas complementares necessárias para a aplicação do disposto neste artigo.

Art. 13. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei, em especial quanto ao uso, guarda, escopo e compartilhamento das informações recebidas por bancos de dados e quanto ao disposto no art. 5º.

Art. 14. As informações de adimplemento não poderão constar de bancos de dados por período superior a 15 (quinze) anos.

Art. 15. As informações sobre o cadastrado constantes dos bancos de dados somente poderão ser acessadas por consulentes que com ele mantiverem ou pretenderem manter relação comercial ou creditícia.

Art. 16. O banco de dados, a fonte e o consulente são responsáveis objetiva e solidariamente pelos danos materiais e morais que causarem ao cadastrado.

Art. 17. Nas situações em que o cadastrado for consumidor, caracterizado conforme a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor, aplicam-se as sanções e penas nela previstas e o disposto no § 2º.

§ 1º Nos casos previstos no **caput**, a fiscalização e a aplicação das sanções serão exercidas concorrentemente pelos órgãos de proteção e defesa do consumidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas respectivas áreas de atuação administrativa.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no **caput** e no § 1º, os órgãos de proteção e defesa do consumidor poderão aplicar medidas corretivas, estabelecendo aos bancos de dados que descumprirem o previsto nesta Lei obrigações de fazer com que sejam excluídas do cadastro, no prazo de 7 (sete) dias, informações incorretas, bem como cancelados cadastros de pessoas que não autorizaram a abertura.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de junho de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
José Eduardo Cardozo
Guido Mantega

LEI Nº 12.415, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Acrescenta parágrafo único ao art. 130 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar que alimentos provisórios sejam fixados cautelarmente em favor da criança ou adolescente cujo agressor seja afastado da moradia comum por determinação judicial.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei visa a compelir aquele que for afastado cautelarmente da moradia comum, na hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual contra criança ou adolescente, a prestar os alimentos de que eles necessitem.

Art. 2º O art. 130 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 130. .....

Parágrafo único. Da medida cautelar constará, ainda, a fixação provisória dos alimentos de que necessitem a criança ou o adolescente dependentes do agressor." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de junho de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
José Eduardo Cardozo
Maria do Rosário Nunes
Luís Inácio Lucena Adams

LEI Nº 12.416, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a oferta de educação superior para os povos indígenas.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 79 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

"Art. 79. .....

.....

§ 3º No que se refere à educação superior, sem prejuízo de outras ações, o atendimento aos povos indígenas efetivar-se-á, nas universidades públicas e privadas, mediante a oferta de ensino e de assistência estudantil, assim como de estímulo à pesquisa e desenvolvimento de programas especiais." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de junho de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Fernando Haddad

LEI Nº 12.417, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Declara Nilo Peçanha Patrono da Educação Profissional e Tecnológica.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado Nilo Peçanha Patrono da Educação Profissional e Tecnológica.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de junho de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Fernando Haddad
Aloizio Mercatante

LEI Nº 12.418, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Altera o inciso I do **caput** do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos 3% (três por cento) das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso I do **caput** do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 38. .....

I - reserva de pelo menos 3% (três por cento) das unidades habitacionais residenciais para atendimento aos idosos;

....." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de junho de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Miriam Belchior
Mário Negromonte
Maria do Rosário Nunes

LEI Nº 12.419, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 38. .....

.....

Parágrafo único. As unidades residenciais reservadas para atendimento a idosos devem situar-se, preferencialmente, no pavimento térreo." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de junho de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Miriam Belchior
Mário Negromonte
Maria do Rosário Nunes

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 146, DE 2011(*)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã, celebrado em Hanói, no dia 10 de julho de 2008.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã, celebrado em Hanói, no dia 10 de julho de 2008.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 9 de junho de 2011
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no DSF de 30.11.2010.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 147, DE 2011(*)

Aprova o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial Agropecuário nº 3, que protocoliza o Acordo de Constituição do Comitê Veterinário Permanente do Cone Sul ao amparo do Tratado de Montevidéu de 1980, assinado entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai, da República Oriental do Uruguai, da República da Bolívia e da República do Chile, em Montevidéu, em 8 de agosto de 2006.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial Agropecuário nº 3, que protocoliza o Acordo de Constituição do Comitê Veterinário Permanente do Cone Sul ao amparo do Tratado de Montevidéu de 1980, assinado entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai, da República Oriental do Uruguai, da República da Bolívia e da República do Chile, em Montevidéu, em 8 de agosto de 2006.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Protocolo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 9 de junho de 2011
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Protocolo acima citado está publicado no DSF de 30.11.2010.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 148, DE 2011(*)

Aprova o texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas dos Estados Partes do Mercosul com a República da Bolívia e a República do Chile, assinado na cidade de Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas dos Estados Partes do Mercosul com a República da Bolívia e a República do Chile, assinado na cidade de Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 9 de junho de 2011
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no DSF de 18.02.2011

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 149, DE 2011(*)

Aprova o texto do Acordo Bilateral sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, celebrado em Brasília, no dia 22 de julho de 2009.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo Bilateral sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, celebrado em Brasília, no dia 22 de julho de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 9 de junho de 2011
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no DSF de 18.02.2011

Atos do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 4, DE 2011

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de até € 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de euros), com um consórcio formado pelos bancos BNP Paribas S.A. e Hapoalim B.M.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo, no valor total de até € 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de euros), com um consórcio formado pelos bancos BNP Paribas S.A. e Hapoalim B.M.

§ 1º Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento do "Projeto AM-X".

§ 2º O exercício da autorização prevista no **caput** é condicionado a que o Ministério da Fazenda ateste o cumprimento substancial das condições especiais prévias ao primeiro desembolso do contrato de empréstimo, mediante manifestação prévia do BNP Paribas S.A.

Art. 2º As condições financeiras básicas da operação de crédito são as seguintes:

I - devedor: República Federativa do Brasil;

II - credor: consórcio formado pelos bancos BNP Paribas S.A. e Hapoalim B.M.;

III - valor total: até € 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de euros);

IV - prazo de desembolso: até março de 2015;

V - amortização: cada **tranche** será amortizada em parcela única, 6 (seis) meses após a consolidação da tranche, sendo que cada uma das tranches deverá agregar os desembolsos efetuados no período de 6 (seis) meses;

VI - juros: **Euribor** acrescido de spread de 0,775% (setecentos e setenta e cinco milésimos por cento), pagos em 20 de maio e em 20 de novembro de cada ano, juntamente com o pagamento do principal;

VII - comissão de compromisso: até 0,50% a.a. (cinquenta centésimos por cento ao ano), calculados sobre o saldo devedor não desembolsado do empréstimo;

VIII - comissão de estruturação: 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) sobre o valor do financiamento;

IX - despesas gerais e taxas legais: até € 50.000,00 (cinquenta mil euros);

X - juros de mora: 1% a.a. (um por cento ao ano), acima dos juros;

XI - prêmio de seguro: € 331.500,00 (trezentos e trinta e um mil e quinhentos euros), pagos à vista ao BNP Paribas S.A., referentes ao prêmio de seguro da ASHRA.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 9 de junho de 2011
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 5, DE 2011

Autoriza o Município de Curitiba - PR a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), no valor total de até € 36.150.000,00 (trinta e seis milhões e cento e cinquenta mil euros).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Curitiba - PR autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), no valor total de até € 36.150.000,00 (trinta e seis milhões e cento e cinquenta mil euros).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no **caput** destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Recuperação Ambiental e Ampliação da Capacidade da Rede Integrada de Transporte".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I - devedor: Município de Curitiba - PR;

II - credor: Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD);

III - garantidor: República Federativa do Brasil;

IV - valor: até € 36.150.000,00 (trinta e seis milhões e cento e cinquenta mil euros);

V - prazo de carência: 5 (cinco) anos, contado a partir da vigência do contrato;

VI - amortização: 30 (trinta) parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, vencendo-se a primeira após transcorridos 5 (cinco) anos;

VII - juros: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa semestral baseada na **Euribor**;

VIII - juros de mora: 3,5% a.a. (três inteiros e cinco décimos por cento ao ano) acrescidos aos juros devidos e ainda não pagos;

IX - comissão à vista (**front-end fee**): € 27.000,00 (vinte e sete mil euros), a ser paga até a data do primeiro desembolso;

X - despesas contratuais: até € 10.000,00 (dez mil euros);

XI - opções de fixação de taxa de juros: a referida taxa pode ser alterada para uma taxa fixa equivalente à **Euribor** de 6 (seis) meses, determinada na data de assinatura do contrato, acrescida pela variação da taxa de maturidade constante em 10 (dez) anos de um bônus do Estado francês (CNO-TEC index 10 years) entre a data de assinatura do contrato e a data de fixação da taxa de juros.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Município de Curitiba na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º A autorização prevista no **caput** é condicionada a que o Município de Curitiba celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas previstas nos arts. 156, 158 e 159, em conformidade com o § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal reter os recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Município de Curitiba ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, o Município de Curitiba comprovará, junto ao Ministério da Fazenda, o cumprimento das condições para o primeiro desembolso, conforme estipulado no contrato de empréstimo, e a adimplência do Município e de todos os seus órgãos e entidades quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício desta autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 9 de junho de 2011
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 6, DE 2011

Autoriza o Município de São Bernardo do Campo - SP a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor total de até US$ 21.600.000,00 (vinte e um milhões e seiscentos mil dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de São Bernardo do Campo - SP autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor total de até US$ 21.600.000,00 (vinte e um milhões e seiscentos mil dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento do "Programa de Modernização e Humanização da Saúde".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I - devedor: Município de São Bernardo do Campo - SP;

II - credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III - garantidor: República Federativa do Brasil;

IV - valor: até US$ 21.600.000,00 (vinte e um milhões e seiscentos mil dólares norte-americanos);

V - prazo de desembolso: 4 (quatro) anos e 6 (seis) meses, contado a partir da data de vigência do contrato;

VI - modalidade: empréstimo do mecanismo unimonetário com taxa de juros baseada na **Libor**;

VII - amortização: parcelas semestrais, consecutivas e, na medida do possível, iguais, vencendo-se a primeira 4 (quatro) anos e 6 (seis) meses após a data de vigência do contrato e a última até 25 (vinte e cinco) anos após essa data, sendo que os pagamentos deverão ocorrer em 15 de abril e em 15 de outubro de cada ano;

VIII - juros: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre determinada pelo BID e composta pela a) taxa de juros **Libor** trimestral para o dólar norte-americano; b) mais ou menos uma margem de custo relacionada aos empréstimos do BID que financiam os empréstimos do mecanismo unimonetário com taxa de juros baseada na Libor; e c) mais a margem para empréstimos do capital ordinário;

IX - comissão de compromisso: a ser estabelecida periodicamente pelo Banco e calculada sobre o saldo não desembolsado do financiamento, exigida juntamente com os juros, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato, sendo que em caso algum poderá exceder ao percentual de 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano);

X - despesas com inspeção e supervisão gerais: por decisão de política atual, o Banco não cobrará montante para atender despesas com inspeção e supervisão gerais, sendo que, por revisão periódica de suas políticas, notificará ao mutuário um valor devido em um semestre determinado, que não poderá ser superior a 1% (um por cento) do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos;

XI - outras informações: o mutuário poderá, com o consentimento por escrito do fiador, e desde que sejam respeitados os termos e condições estabelecidos na cláusula 3.04 do contrato de empréstimo, solicitar ao Banco a conversão para uma taxa de juros fixa, de parte ou da totalidade dos saldos devedores sujeitos à taxa de juros baseada na **Libor**, e uma nova conversão de parte ou da totalidade dos saldos devedores do empréstimo calculados a uma taxa de juros fixa para a taxa de juros baseada na Libor.

§ 1º Os prazos e montantes mínimos para as conversões estão estabelecidos na cláusula 3.04 do contrato de empréstimo (normas gerais).

§ 2º Os custos decorrentes da realização das opções de conversão serão repassados pelo Banco ao mutuário.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Município de São Bernardo do Campo - SP na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no **caput** é condicionado a que o Município de São Bernardo do Campo - SP celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 156, 158 e 159, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Município ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Município de São Bernardo do Campo - SP quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal.

§ 3º Antes da formalização dos instrumentos contratuais, o Ministério da Fazenda verificará se foram cumpridas as condições prévias ao primeiro desembolso: a entrada em vigor do regulamento operacional do programa nos termos acordados com o Banco; e a constituição formal, por meio de decreto municipal, da Unidade Coordenadora do Programa.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício desta autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 9 de junho de 2011
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 7.497, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Dá nova redação ao artigo 152 do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O art. 152 do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 152. O disposto no art. 55 entrará em vigor em 11 de dezembro de 2011." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de junho de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Izabella Monica Vieira Teixeira

DECRETO DE 9 DE JUNHO DE 2011

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça do Trabalho, de diversos órgãos do Poder Executivo e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor global de R$ 376.074,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, inciso III, alínea "c", da Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011), em favor da Justiça do Trabalho, de diversos órgãos do Poder Executivo e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor global de R$ 376.074,00 (trezentos e setenta e seis mil, setenta e quatro reais), para atender à programação constante do Anexo I deste Decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de junho de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Miriam Belchior

Órgão: 15000 - Justiça do Trabalho
Unidade: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro

ANEXO I — **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	**Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais**							**42.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0901 0716**	**Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas Federais**							**42.000**
28 846	0901 0716 0001	Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas Federais - Nacional	F	3	1	90	0	100	42.000
TOTAL - FISCAL									**42.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**42.000**

Órgão: 26000 - Ministério da Educação
Unidade: 26243 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ANEXO I — **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	**Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais**							**8.261**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0901 0005**	**Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas**							**8.261**
28 846	0901 0005 0024	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - No Estado do Rio Grande do Norte	F	3	1	90	0	100	8.261
TOTAL - FISCAL									**8.261**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**8.261**

Órgão: 26000 - Ministério da Educação
Unidade: 26276 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso

ANEXO I — **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	**Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais**							**985**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0901 0005**	**Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas**							**985**
28 846	0901 0005 0051	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - No Estado de Mato Grosso	F	3	1	90	0	100	985
TOTAL - FISCAL									**985**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**985**

Órgão: 26000 - Ministério da Educação
Unidade: 26285 - Fundação Universidade Federal de São João Del Rei

ANEXO I — **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	**Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais**							**3.591**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0901 0005**	**Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas**							**3.591**
28 846	0901 0005 0031	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	100	3.591
TOTAL - FISCAL									**3.591**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**3.591**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Órgão: 26000 - Ministério da Educação
Unidade: 26404 - Instituto Federal Baiano

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	**Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais**							**13.921**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0901 0005**	**Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas**							**13.921**
28 846	0901 0005 0029	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - No Estado da Bahia	F	3	1	90	0	100	13.921
TOTAL - FISCAL									**13.921**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**13.921**

Órgão: 26000 - Ministério da Educação
Unidade: 26420 - Instituto Federal Farroupilha

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	**Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais**							**634**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0901 0005**	**Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas**							**634**
28 846	0901 0005 0043	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	1	90	0	100	634
TOTAL - FISCAL									**634**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**634**

Órgão: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Unidade: 28203 - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	**Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais**							**12.705**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0901 0005**	**Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas**							**12.705**
28 846	0901 0005 0001	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - Nacional	F	3	1	90	0	100	12.705
TOTAL - FISCAL									**12.705**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**12.705**

Órgão: 36000 - Ministério da Saúde
Unidade: 36211 - Fundação Nacional de Saúde

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	**Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais**							**6.866**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0901 0005**	**Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas**							**6.866**
28 846	0901 0005 0001	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - Nacional	S	3	1	90	0	100	6.866
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**6.866**
TOTAL - GERAL									**6.866**

Órgão: 39000 - Ministério dos Transportes
Unidade: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	**Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais**							**7.236**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0901 0005**	**Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas**							**7.236**
28 846	0901 0005 0001	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - Nacional	F	3	1	90	0	100	7.236
TOTAL - FISCAL									**7.236**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**7.236**

Órgão: 42000 - Ministério da Cultura
Unidade: 42205 - Fundação Nacional de Artes

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	**Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais**							**7.058**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0901 0005**	**Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas**							**7.058**
28 846	0901 0005 0033	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	1	90	0	100	7.058
TOTAL - FISCAL									**7.058**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**7.058**

Órgão: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
Unidade: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	**Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais**							**36.376**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0901 0005**	**Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas**							**36.376**
28 846	0901 0005 0001	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - Nacional	F	1	1	90	0	100	33.485
			F	3	1	90	0	100	964
			F	5	1	90	0	100	1.927
TOTAL - FISCAL									**36.376**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**36.376**

Órgão: 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário
Unidade: 49201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	**Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais**							**4.022**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0901 0005**	**Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas**							**4.022**
28 846	0901 0005 0001	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - Nacional	F	3	1	90	0	100	4.022
TOTAL - FISCAL									**4.022**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**4.022**

Órgão: 71000 - Encargos Financeiros da União
Unidade: 71103 - Encargos Financeiros da União - Pagamento de Sentenças Judiciais

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	**Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais**							**232.419**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0901 0625**	**Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas**							**232.419**
28 846	0901 0625 0001	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - Nacional	F	3	1	90	0	100	232.419
TOTAL - FISCAL									**232.419**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**232.419**

Órgão: 71000 - Encargos Financeiros da União
Unidade: 71103 - Encargos Financeiros da União - Pagamento de Sentenças Judiciais

ANEXO II **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	**Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais**							**376.074**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0901 0005**	**Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas**							**376.074**
28 846	0901 0005 0001	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - Nacional	F	1	1	90	0	100	307.904
			F	3	1	90	0	100	66.243
			F	5	1	90	0	100	1.927
TOTAL - FISCAL									**376.074**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**376.074**

SIOP Formalização nº 319

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECRETO DE 9 DE JUNHO DE 2011

Transfere dotações orçamentárias constantes do Orçamento Fiscal da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para o Ministério da Cultura, no valor de R$ 227.000.000,00.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 66 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam transferidas, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para o Ministério da Cultura, dotações orçamentárias constantes do Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011), no valor de R$ 227.000.000,00 (duzentos e vinte e sete milhões de reais), de acordo com os Anexos I e II deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de junho de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Miriam Belchior

Órgão: 42000 - Ministério da Cultura
Unidade: 42101 - Ministério da Cultura

ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1250	**Esporte e Lazer da Cidade**							**227.000.000**
		PROJETOS							
04 813	**1250 12MG**	**Implantação de Espaços Integrados de Esporte, Cultura, Lazer e Serviços Públicos - Praças do PAC**							**227.000.000**
04 813	1250 12MG 0001	Implantação de Espaços Integrados de Esporte, Cultura, Lazer e Serviços Públicos - Praças do PAC - Nacional							170.000.000
		Espaço implantado (unidade): 100	F	4	3	90	0	100	170.000.000
04 813	1250 12MG 0056	Implantação de Espaços Integrados de Esporte, Cultura, Lazer e Serviços Públicos - Praças do PAC - Implantação de Espaços Integrados no Bairro Cidade Nova - Rio de Janeiro - RJ							2.000.000
		Espaço implantado (unidade): 1	F	4	2	90	0	100	2.000.000
04 813	1250 12MG 0058	Implantação de Espaços Integrados de Esporte, Cultura, Lazer e Serviços Públicos - Praças do PAC - Implantação de Espaços Integrados na Região Metropolitana de Manaus - Estado do Amazonas							3.000.000
		Espaço implantado (unidade): 2	F	4	2	99	0	100	3.000.000
04 813	1250 12MG 0060	Implantação de Espaços Integrados de Esporte, Cultura, Lazer e Serviços Públicos - Praças do PAC - Implantação de Espaços Integrados - Caxias - MA							2.000.000
		Espaço implantado (unidade): 1	F	4	2	40	0	100	2.000.000
04 813	1250 12MG 0062	Implantação de Espaços Integrados de Esporte, Cultura, Lazer e Serviços Públicos - Praças do PAC - Apoio à Implantação de Espaços Integrados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro - Estado do Rio de Janeiro							50.000.000
		Espaço implantado (unidade): 5	F	4	3	90	0	100	50.000.000
TOTAL - FISCAL									**227.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**227.000.000**

Órgão: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Unidade: 47101 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1250	**Esporte e Lazer da Cidade**							**227.000.000**
		PROJETOS							
04 813	**1250 12MG**	**Implantação de Espaços Integrados de Esporte, Cultura, Lazer e Serviços Públicos - Praças do PAC**							**227.000.000**
04 813	1250 12MG 0001	Implantação de Espaços Integrados de Esporte, Cultura, Lazer e Serviços Públicos - Praças do PAC - Nacional							170.000.000
		Espaço implantado (unidade): 100	F	4	3	90	0	100	170.000.000
04 813	1250 12MG 0056	Implantação de Espaços Integrados de Esporte, Cultura, Lazer e Serviços Públicos - Praças do PAC - Implantação de Espaços Integrados no Bairro Cidade Nova - Rio de Janeiro - RJ							2.000.000
		Espaço implantado (unidade): 1	F	4	2	90	0	100	2.000.000
04 813	1250 12MG 0058	Implantação de Espaços Integrados de Esporte, Cultura, Lazer e Serviços Públicos - Praças do PAC - Implantação de Espaços Integrados na Região Metropolitana de Manaus - Estado do Amazonas							3.000.000
		Espaço implantado (unidade): 2	F	4	2	99	0	100	3.000.000
04 813	1250 12MG 0060	Implantação de Espaços Integrados de Esporte, Cultura, Lazer e Serviços Públicos - Praças do PAC - Implantação de Espaços Integrados - Caxias - MA							2.000.000
		Espaço implantado (unidade): 1	F	4	2	40	0	100	2.000.000
04 813	1250 12MG 0062	Implantação de Espaços Integrados de Esporte, Cultura, Lazer e Serviços Públicos - Praças do PAC - Apoio à Implantação de Espaços Integrados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro - Estado do Rio de Janeiro							50.000.000
		Espaço implantado (unidade): 5	F	4	3	90	0	100	50.000.000
TOTAL - FISCAL									**227.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**227.000.000**

SIOP Formalização nº 264

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 185, de 8 de junho de 2011. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Segurança nº 30.615.

Nº 186, de 8 de junho de 2011. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Segurança nº 28.168.

Nº 187, de 9 de junho de 2011. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4605.

Nº 188, de 9 de junho de 2011.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunica a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2011 (MP nº 518/10), que "Disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito".

Ouvido, o Ministério da Justiça manifestou-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

§ 3º do art. 4º

"§ 3º A autorização concedida a uma fonte ou a um gestor, ainda que para fornecimento de informações a banco de dados específico, aproveita a todos os bancos de dados, vedada a inclusão de cláusula que restrinja os bancos de dados que poderão ter acesso às informações."

Razão do veto

"O dispositivo é contraditório com o art. 9º do próprio projeto, que possui norma mais protetiva à privacidade do cadastrado por exigir autorização expressa para o compartilhamento de informações entre os bancos de dados."

Os Ministérios da Fazenda e da Justiça opinaram, ainda, pelo veto aos seguintes dispositivos:

§ 1º do art. 5º

"§ 1º Caso, no momento do cancelamento do cadastro na forma do inciso I, haja obrigação creditícia em curso, o gestor do banco de dados poderá manter no sistema as informações a respeito do cadastrado, permitida a utilização dos dados apenas na hipótese de nova autorização de abertura de cadastro, nos termos do art. 4º."

Razão do veto

"O dispositivo impede que o cadastrado possa, a qualquer tempo, cancelar seu cadastro e eliminar as informações a ele referentes, violando a privacidade dos cidadãos e o caráter voluntário do cadastro positivo."

§ 2º do art. 5º

"§ 2º O acesso gratuito previsto no inciso II poderá ser limitado pelo gestor a até 1 (uma) vez a cada 4 (quatro) meses."

Razão do veto

"O livre acesso de todo cidadão às suas próprias informações é pressuposto necessário a procedimento que vise tutelar o exercício de direitos, devendo ser assegurada sua gratuidade a qualquer tempo."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 189, de 9 de junho de 2011. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.415, de 09 de junho de 2011.

Nº 190, de 9 de junho de 2011. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.416, de 09 de junho de 2011.

Nº 191, de 9 de junho de 2011. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.417, de 09 de junho de 2011.

Nº 192, de 9 de junho de 2011. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.418, de 09 de junho de 2011.

Nº 193, de 9 de junho de 2011. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.419, de 09 de junho de 2011.

Nº 194, de 9 de junho de 2011. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito suplementar no valor de R$ 24.376.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente".

Nº 195, de 9 de junho de 2011. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R$ 88.331.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências".

Nº 196, de 9 de junho de 2011. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R$ 19.285.346,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente".

MINISTÉRIO DA DEFESA

Exposição de Motivos

Nº 150, de 23 de maio de 2011. Sobrevoo no território nacional de aeronave estrangeira, pertencente ao País abaixo relacionado:

Estados Unidos Mexicanos:

- aeronave tipo BOEING 727-200, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte de passageiros, com a seguinte programação, no mês de maio de 2011:

dia 15 - procedente de Cartagena, Colômbia, pouso em Manaus e no Rio de Janeiro; e

dia 17 - decolagem do Rio de Janeiro e destino a Santiago, Chile.

Homologo. Em 9 de junho de 2011.

Nº 156, de 30 de maio de 2011. Sobrevoo no território nacional de aeronaves estrangeiras, pertencentes aos Países abaixo relacionados:

1) **Estados Unidos da América:**

- aeronave tipo BE 20, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de traslado, com a seguinte programação, no mês de maio de 2011:

dia 27 - decolagem de Brasília, pouso em Caldas Novas e Uberlândia, e retorno a Brasília;

2) **República Bolivariana da Venezuela:**

- aeronave tipo BAE 146-200, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte de passageiros, com a seguinte programação, no mês de maio de 2011:

dia 28 - procedente de Cobija, Bolívia, com destino a Maracai, Venezuela;

dia 29 - procedente de Maracai e destino a Cobija;

- aeronave tipo SABRELINER-60, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte do Vice-Presidente do Estado Plurinacional da Bolívia, com a seguinte programação:

dia 30 de maio de 2011 - procedente de Puerto Suarez, Bolívia, e pouso em São Paulo;

dia 2 de junho de 2011 - decolagem de São Paulo e destino a Puerto Suarez.

Homologo. Em 9 de junho de 2011.

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

PORTARIA Nº 28, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Disciplina as atividades do Grupo de Coordenação de Tecnologia da Informação.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, resolve:

Art. 1º Disciplinar as atividades do Grupo de Coordenação de Tecnologia da Informação (GCTI-GSIPR), no âmbito do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSIPR).

Art. 2º Ao GCTI-GSIPR compete:

I - planejar, coordenar, avaliar, autorizar e aprovar os processos de contratação, implementação e funcionamento de bens e de serviços de Tecnologia da Informação dos órgãos integrantes da estrutura organizacional do GSIPR;

II - convocar, mediante requisição aos órgãos do GSIPR, pessoal especializado para prestar assessoria técnica acerca dos produtos, programas e processos relacionados à Tecnologia da Informação;

III - propor as bases para a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação do GSIPR; e

IV - propor normas específicas para disciplinar a atividade de Tecnologia da Informação no âmbito do GSIPR.

§ 1º A atuação do GCTI-GSIPR não abrange a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN.

§ 2º O GCTI-GSIPR se reportará diretamente ao Secretário-Executivo do GSIPR no desempenho de suas atribuições.

Art. 3º O GCTI-GSIPR será integrado por representantes dos seguintes órgãos, sendo um titular e um suplente:

I - Secretaria-Executiva:

a) Departamento de Gestão e de Articulação Institucional; e

b) Departamento de Segurança da Informação e Comunicações;

II - Secretaria de Coordenação e Acompanhamento de Assuntos Militares;

III - Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais; e

IV - Secretaria de Segurança Presidencial.

§ 1º Os titulares e os suplentes do GCTI-GSIPR serão designados pelo Secretário-Executivo do GSIPR, após indicação dos respectivos órgãos.

§ 2º A participação no GCTI-GSIPR será considerada de relevante interesse público e não remunerada.

Art. 4º O GCTI-GSIPR será coordenado por um representante indicado pelo Departamento de Segurança da Informação e Comunicações.

§ 1º Ao Coordenador do GCTI-PR incumbe:

I - dirigir, coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelo GCTI-GSIPR;

II - convocar os integrantes do GCTI-GSIPR para as reuniões ordinárias e extraordinárias; e

III - elaborar relatório das atividades do GCTI-GSIPR, a ser encaminhado ao Secretário-Executivo, com periodicidade trimestral.

§ 2º O Coordenador-Adjunto do GCTI-GSIPR será um representante indicado pela Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais.

§ 3º O Coordenador será substituído, em suas ausências e impedimentos, pelo Coordenador-Adjunto.

Art. 5º Caberá ao Departamento de Segurança da Informação e Comunicações, prover o apoio administrativo e os meios necessários para o cumprimento desta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 66, de 14 de dezembro de 2009.

JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA

SECRETARIA DE PORTOS
COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE

BALANCETE PATRIMONIAL EM: 31 DE MARÇO DE 2011
CNPJ Nº 34.040.345/0001-90

ATIVO	EM R$ 1,00
Ativo Circulante	48.096.384,73
Disponibilidades	34.503.658,48
Direitos Realiz. Exercício Seguinte	13.557.939,80
Despesas Aprop. Exercício Seguinte	34.786,45
Ativo Não Circulante	416.680.542,76
Direitos Realiz. Após Exerc. Seguinte	8.095.116,16
Investimentos	22.344,60
Imobilizado	408.555.882,00
Intangível	7.200,00
TOTAL DO ATIVO	464.776.927,49
PASSIVO	EM R$ 1,00
Passivo Circulante	16.899.340,45
Obrigações Vencíveis Exercício Seguinte	16.899.340,45
Passivo Não Circulante	126.015.150,67
Patrimônio Líquido	321.862.436,37
Capital Social	203.942.186,84
Reservas de Capital	502.898.336,17
Correção Monetária	0,00
Crédito p/Aumento de Capital	502.898.336,17
Lucro ou Prejuízos Acumulados	(384.978.086,64)
TOTAL DO PASSIVO	464.776.927,49

Natal, 31 de Março de 2011

ANA MARIA DE SENA PATRÍCIO
Gerente de Recursos Financeiros
Contadora CRC 3.815/RN
CPF 201.065.804-34

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Antecipe o pagamento das matérias e garanta comodidade e o prazo das publicações



O **INCom** agora dispõe de uma opção a mais para pagamento das publicações no Diário Oficial da União: a compra de crédito para publicação.
Semelhante ao conceito “pré-pago”, o novo modelo permite a aquisição antecipada de créditos para utilização em publicações futuras, evitando transtornos na comprovação de pagamento de matérias.
O serviço permite, também, reaproveitar créditos provenientes de matérias pagas à vista e, eventualmente, não publicadas.
A aquisição e o controle dos créditos são totalmente feitos pelo usuário, de forma simples e segura, por meio de uma nova função integrada ao sistema **INCom.**

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808

Mais informações, pelo telefone
0800 725 6787.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 30, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, no Decreto nº 5.153, de 23 de julho de 2004, na Instrução Normativa nº 09, de 2 de junho de 2005, e o que consta do Processo nº 21000.004508/2011-18, resolve:

Art. 1º Acrescentar os Anexos VIII, IX e X à Instrução Normativa nº 30, de 21 de maio de 2008, constando os pesos das amostras de trabalho para análise de pureza e para determinação de outras sementes por número para as espécies de sementes de forrageiras tropicais.

Art. 2º Alterar o item 2 do inciso IV do Anexo I da Instrução Normativa nº 30, de 21 de maio de 2008, e acrescentar a ele o subitem 2.1, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"IV - .....

2. Os pesos das amostras de trabalho a serem utilizados na análise de pureza e na determinação de outras sementes por número são os constantes dos Anexos VIII, IX e X.

2.1. A determinação de outras sementes por número será realizada em teste reduzido-limitado em conjunto com a análise de pureza, para determinar as outras espécies cultivadas e sementes silvestres." (NR)

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER ROSSI

ANEXO VIII

PESO MÍNIMO EM GRAMAS DAS AMOSTRAS DE TRABALHO PARA ANÁLISE DE PUREZA E PARA DETERMINAÇÃO DE OUTRAS SEMENTES POR NÚMERO PARA ESPÉCIES DE GRAMÍNEAS (POACEAE/GRAMINEAE) FORRAGEIRAS

Espécie		Peso Mínimo de amostra de trabalho (em gramas)	
Nome Científico	Nome Comum	Análise de Pureza	Determinação de Outras Sementes por número (1) e (2)
Andropogon gayanus Kunth	Andropogon	10	100
Brachiaria brizantha (Hochst. ex A. Rich) Stapf	Brizanta, Braquiarão	18	180
Brachiaria decumbens Stapf	Braquiária decumbens, Decumbens	15	150
Brachiaria humidicola (Rendle) Schweick.	Braquiária humidícola, Humidícola, Quicuio da Amazônia	12	120
Brachiaria ruziziensis R.Germ.& C.M. Evrard	Braquiária ruziziensis, Ruziziensis	16	160
Cenchrus ciliaris L.	Capim-buffel	6	60
Chloris gayana Kunth	Capim-de-Rhodes	1	10
Eleusine coracana (L.) Gaertn.	Capim-pé-de-galinha	6	30
Hyparrhenia rufa (Nees) Stapf	Capim-jaraguá	2	20
Melinis minutiflora P. Beauv.	Capim-gordura, Capim-meloso	1	10
Panicum maximum Jacq.	Capim-colonião, Colonião, Coloninho, Guiné	4	40
Paspalum atratum Sw.	Capim-pojuca	10	100
Paspalum guenoarum Arech.	Capim-ramirez	10	100
Paspalum notatum Flüggé	Grama-batatais	7	70
Pennisetum clandestinum Hochst. ex Chiov.	Capim-quicuio, Pasto Africano	7	35
Pennisetum glaucum (L.) R. Br.	Milheto	15	75
Pennisetum glaucum (L.) R. Br. x *P. purpureum* Schum.	Capim-elefante cv. Paraíso	15	150
Setaria sphacelata (Schumach.) Stapf & C.E. Hubb.	Setária, Capim-setária	2	20

LEGENDA

(1): A determinação do número máximo por peso de amostra para as Outras Espécies Cultivadas e Sementes Silvestres, na Determinação de Outras Sementes por Número, será verificada em Teste Reduzido Limitado em conjunto com a Análise de Pureza.

(2): A determinação do número máximo por peso de amostra para as Sementes Nocivas Toleradas, na Determinação de Outras Sementes por Número, será realizada em complementação à Análise de Pureza, observada a Relação de Sementes Nocivas vigente.

ANEXO IX

PESO MÍNIMO DAS AMOSTRAS DE TRABALHO PARA ANÁLISE DE PUREZA E PARA DETERMINAÇÃO DE OUTRAS SEMENTES POR NÚMERO PARA ESPÉCIES DE LEGUMINOSAS (FABACEAE) FORRAGEIRAS.

Espécie		Peso mínimo de amostra de trabalho (em gramas) em e em em gramas (em gramas)	
Nome Científico	Nome Comum	Análise de pureza	Determinação de Outras Sementes por Número (1) e (2)
Aeschynomene villose	Angiquinho	-	-
Arachis pintoi Krapov. & W.C.Gregory	Amendoim-forrageiro	500	500
Cajanus cajan (L.) Millsp.	Guandu	500	800
Calopogonium mucunoides Desv.	Calopogônio	40	200
Canavalia ensiformis(L.) DC.	Feijão-de-porco	1000	1000
Centrosema pubescens Benth.	Centrosema	60	300
Crotalaria breviflora DC.	Crotalária	35	180
Crotalaria juncea L.	Crotalária	70	350
Crotalaria pallida Ailton (= *Crotalaria mucronata* Desv.)	Cascavel	15	75
Crotalaria ochroleuca G. Don.	Crotalária	15	150
Crotalaria paulina Schrank	Guiseiro, Chocalho	50	250
Crotalaria spectabilis Roth.	Crotalária	35	180
Galactia striata (Jacq.) Urban	Galáctia	90	300
Lablab purpureus (L.) Sweet = *Dolichos lablab* L.	Labe-labe	500	700
Leucaena leucocephala (Lam.) de Wit	Leucena	120	300
Macroptilium atropurpureum (DC.) Urban	Siratro	35	175
Macrotyloma axillare (E.Mey.) Verdc.	Macrotiloma	25	125
Mucuna pruriens (L.) DC. (= *M. deeringiana* (Bort) Merr.; *M. aterrima* (Piper & Tracy) Holland; *Stizolobium deeringianum* Bort)	Mucuna-preta Mucuna-rajada Mucuna-anã	1000	1000
Mucuna cinerea Piper & Tracy	Mucuna cinza	1000	1000
Neonotonia wightii (Wight & Arn.) J.A.Lackkey = *Glycine javanica* L.	Soja-perene	20	100
Pueraria phaseoloides (Roxb.) Benth.	Kudzu	30	150
Stylosanthes capitata Vog.	Estilosantes	7	35
Stylosanthes guianensis (Aubl.) Sw.	Estilosantes	8	40
Stylosanthes macrocephala M.B.Ferr. et N.S.Costa	Estilosantes	7	35

LEGENDA

(1): A determinação do número máximo por peso de amostra para as Outras Espécies Cultivadas e Sementes Silvestres, na Determinação de Outras Sementes por Número, será verificada em Teste Reduzido Limitado em conjunto com a Análise de Pureza.

(2): A determinação do número máximo por peso de amostra para as Sementes Nocivas Toleradas, na Determinação de Outras Sementes por Número, será realizada em complementação à Análise de Pureza, observada a Relação de Sementes Nocivas vigente.

ANEXO X

PESO MÍNIMO DAS AMOSTRAS DE TRABALHO PARA ANÁLISE DE PUREZA E PARA DETERMINAÇÃO DE OUTRAS
SEMENTES POR NÚMERO PARA OUTRAS ESPÉCIES DE FORRAGEIRAS

Espécie		Peso mínimo de amostra de trabalho (em gramas)	
Nome Científico	Nome Comum	Análise de Pureza	Determinação de Outras Sementes por número (1) e (2)
Raphanus sativus L.	Nabo-forrageiro, Rabanete-forrageiro	30	150

LEGENDA

(1): A determinação do Número máximo por peso de amostra para as Outras Espécies Cultivadas e Sementes Silvestres, na Determinação de Outras Sementes por Número, será verificada em Teste Reduzido Limitado em conjunto com a Análise de Pureza.

(2): A determinação do Número máximo por peso de amostra para as Sementes Nocivas Toleradas, na Determinação de Outras Sementes por Número, será realizada em complementação à Análise de Pureza, observada a Relação de Sementes Nocivas vigente.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 31, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, no Decreto de 9 de junho de 2008, no Decreto nº 24.548, de 3 de julho de 1934, na Resolução nº 2/Comitê Rio 2011, de 27 de novembro de 2009, e o que consta do Processo nº 21000.003008/2011-69, resolve:

Art. 1º Estabelecer, conforme previsto no caderno de encargos, o manual dos procedimentos de defesa agropecuária para a importação temporária de equinos, importação de produtos de uso veterinário e suplementos e para o trânsito nacional de equinos, relacionados aos 5º Jogos Mundiais Militares do Conselho Internacional do Esporte Militar - CISM, a realizar-se no período de 16 a 24 de julho de 2011, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na forma desta Instrução Normativa e aprovar os formulários constantes dos Anexos I a IX.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º O destino final dos equinos importados temporariamente, dos produtos de uso veterinário e suplementos será exclusivamente o Centro Nacional de Hipismo General Eloy Menezes, localizado no Bairro de Deodoro, situado na capital do Estado do Rio de Janeiro/RJ.

Art. 3º O Comitê Organizador dos Jogos deverá apresentar à Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Rio de Janeiro - SFA/RJ, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data de abertura dos jogos, cronograma completo de datas abrangendo os seguintes tópicos:

I - período de desinfecção, desinfestação e higienização do Centro Nacional de Hipismo - CNH;

II - proibição, mínima de 15 (quinze) dias prévios à data do início das competições, do ingresso no CNH de equinos que não participarão dos jogos;

III - abertura dos estábulos para recebimento dos animais atletas;

IV - período de chegada dos animais;

V - abertura oficial dos jogos;

VI - início das competições equestres; e

VII - período de saída dos animais.

Parágrafo único. Será permitida a permanência de equinos não participantes dos Jogos, no local do evento, desde que atendidas às mesmas exigências sanitárias estabelecidas para os equinos nacionalizados que participarão do evento.

Art. 4º Os pontos de ingresso definidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - para a entrada dos equinos no Brasil são o Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim/RJ, o Aeroporto Internacional de Viracopos/SP e as UVAGRO's de Corumbá/MS, Foz do Iguaçu/PR, Aceguá/RS e Uruguaiana/RS, visto disporem de estrutura física adequada para viabilizar o desembaraço de animais vivos.

Parágrafo único. O MAPA deverá ter conhecimento prévio do ponto de ingresso escolhido por cada delegação participante, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data de chegada dos animais.

CAPÍTULO II

DOS PROCEDIMENTOS RELACIONADOS À IMPORTAÇÃO TEMPORÁRIA DOS EQUINOS QUE PARTICIPARÃO DOS 5º JOGOS MUNDIAIS MILITARES DO CSIM

Art. 5º Os requisitos zoossanitários para importação temporária de equinos, quando procedentes do MERCOSUL, constam na Instrução Normativa nº 09, de 22 de março de 2008, e, quando procedentes dos demais países, constam na Instrução Normativa nº 10, de 22 de março de 2008.

Art. 6º O Certificado para retorno dos equinos importados temporariamente, a ser emitido pelo Serviço Veterinário Oficial do Brasil, deverá ser elaborado de acordo com as exigências sanitárias do país de origem dos animais, sendo que tais exigências deverão ser de conhecimento do Serviço Veterinário Oficial do Brasil, pelo menos 20 (vinte) dias antes da data prevista para a chegada dos animais.

Art. 7º Com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data de chegada dos animais ao Brasil, o representante legal dos proprietários dos equinos deverá apresentar, junto à Superintendência Federal de Agricultura da Unidade Federativa - UF de destino dos animais, o Requerimento para Autorização de Importação, conforme modelo constante do Anexo I, preenchido, anexando a documentação necessária para a abertura do Processo de Importação, que, estando em conformidade, balizará a emissão do documento Autorização de Importação pela SFA de destino dos animais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Parágrafo único. Estando a documentação conforme, a SFA de destino dos animais emitirá o documento Autorização de Importação.

CAPÍTULO III

DOS PROCEDIMENTOS NO PONTO DE INGRESSO

Art. 8º No ponto de ingresso deverão ser atendidos os procedimentos legais para o desembaraço dos equinos importados, dispostos na Instrução Normativa nº 36, de 10 de novembro de 2006, Capítulo VI, Seção III e o representante legal dos proprietários dos animais, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data de chegada dos equinos, deverá apresentar ao MAPA no ponto de ingresso, os seguintes documentos:

I - Requerimento para Fiscalização de Produtos Agropecuários conforme modelo constante do Anexo II, em duas vias, devidamente preenchido, e com identificação completa dos animais, além do passaporte equino emitido pela Federação Equestre Internacional - FEI;

II - Autorização de importação, conforme disposto no art.7º desta Instrução Normativa;

III - Exames e análises clínicas complementares, quando couber, na forma prevista nos atos normativos mencionados no art. 5º desta Instrução Normativa;

IV - Extrato do Licenciamento de Importação (LI) ou Licenciamento Simplificado de Importação (LSI);

V - Cópia da Fatura ou Invoice, e;

VI - Air Way Bill (AWB), em caso de transporte aéreo, ou Conhecimento Rodoviário de Transporte (CRT) ou Manifesto Internacional de Carga (MIC) no caso de transporte rodoviário.

Parágrafo único. Caso haja impossibilidade de encaminhamento prévio de um ou mais dos documentos citados, eles poderão ser apresentados até a data da chegada dos animais.

Art. 9º Ao desembarcarem em um dos pontos de ingresso especificados no Art.4º, os animais deverão estar acompanhados do original do Certificado Zoossanitário Internacional - CZI, emitido pelo Serviço Veterinário Oficial do país de procedência, previamente acordado com o MAPA, e em conformidade com os requisitos zoossanitários brasileiros para importação temporária de equinos.

Art. 10. Estando a documentação em conformidade, o MAPA acompanhará o desembarque dos equinos e procederá à fiscalização dos animais.

Art. 11. Caso os animais estejam clinicamente saudáveis e livres de ectoparasitos, o MAPA registrará no Requerimento conforme modelo constante do Anexo II o parecer da fiscalização e emitirá a Guia de Trânsito Animal - GTA, autorizando o ingresso no Brasil.

Art. 12. Em caso de não-conformidade documental ou sanitária e a critério do MAPA, poderá ser determinado que os equinos retornem imediatamente ao país de origem ou sejam deslocados para as instalações de isolamento do ponto de ingresso, sendo emitido pelo MAPA o Termo de Ocorrência conforme modelo constante do Anexo III e o parecer contrário da fiscalização registrado no Requerimento (ANEXO II), proibindo o despacho e o ingresso do animal no Brasil.

CAPÍTULO IV

DOS PROCEDIMENTOS RELACIONADOS AO TRÂNSITO DOS EQUINOS IMPORTADOS TEMPORARIAMENTE ATÉ O CENTRO NACIONAL DE HIPISMO - CNH

Art. 13. Atendidos os procedimentos de desembarque dos equinos, o trânsito dos animais até o Centro Nacional de Hipismo - CNH deverá ser realizado em veículos autorizados pelo MAPA, devendo estar limpos, desinfetados e desinfestados, condição comprovada através da emissão da Declaração de Desinfecção do Meio de Transporte dos Animais conforme modelo constante do Anexo IV.

Parágrafo único. Os veículos deverão impedir a exposição física do animal ao ambiente externo e serão lacrados, cujo número do lacre deverá constar na Guia de Trânsito Animal - GTA, a ser emitida pelo representante do MAPA, lotado no ponto de ingresso.

Art. 14. Os equinos deverão seguir diretamente para o CNH, sendo permitidas paradas de descanso quando o percurso ultrapassar, pelo menos, oito horas de viagem, em locais indicados pelos representantes legais dos proprietários dos animais e previamente aprovados pelo MAPA.

§ 1º Estes locais deverão dispor de áreas de isolamento, com baias que impeçam a exposição física do animal ao ambiente externo e os equinos não poderão entrar em contato com outros animais.

§ 2º Para esses casos, o roteiro de viagem deverá ser comunicado ao MAPA, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data de ingresso dos animais.

§ 3º Em cada parada de descanso, deverá haver um fiscal do MAPA ou um veterinário do Órgão Executor de Defesa Sanitária Animal, lotados na UF em questão, para rompimento do lacre do caminhão na chegada, inspeção do local de parada e fixação de outro lacre na saída, cujo número deverá constar no verso da GTA, juntamente com o carimbo de identificação do FFA ou do veterinário do órgão executor.

CAPÍTULO V

DOS PROCEDIMENTOS RELACIONADOS AO TRÂNSITO NACIONAL DE EQUINOS ATÉ O CENTRO NACIONAL DE HIPISMO - CNH/RJ

Art. 15. Os equinos que já se encontram em território brasileiro há pelo menos 30 (trinta) dias e que participarão do evento deverão ser transportados em veículos limpos, desinfetados e desinfestados, e estarem acompanhados da GTA, emitida por médico veterinário oficial ou médico veterinário habilitado.

Art. 16. Os equinos deverão seguir diretamente para o CNH, sendo permitidas paradas de descanso, atendendo as mesmas exigências estabelecidas no art. 14 desta Instrução Normativa.

Art. 17. Além da GTA, os equinos deverão estar acompanhados de:

I - passaporte equino emitido pela Confederação Brasileira de Hipismo - CBH;

II - comprovante de vacinação contra influenza equina tipo "A" e encefalomielite equina leste e oeste, atendendo ao seguinte protocolo:

a) influenza equina tipo "A": os animais deverão estar vacinados, em um prazo não menor que 15 (quinze) dias e não maior que 180 (cento e oitenta dias) dias da data da emissão da GTA, e;

b) encefalomielite equina leste e oeste: os animais deverão estar vacinados, em um prazo não menor que 15 (quinze) dias e não maior que um ano da data da emissão da GTA;

III - original do exame de mormo, se aplicável;

IV - original do exame de Anemia Infecciosa Equina - AIE;

V - Declaração de Tratamento Antiparasitário conforme modelo constante do Anexo V; e

VI - Declaração de Desinfecção de Utensílio de Trato e Treinamento conforme modelo constante do Anexo VI.

Art. 18. Os documentos que contêm as certificações exigidas para tratamentos, desinfecções, vacinações e testes relacionados no art. 17 desta Instrução Normativa poderão ser atestadas por médico veterinário oficial estadual, médico veterinário militar ou médico veterinário habilitado, devendo o original ou fotocópia acompanhar a GTA.

Art. 19. Os exames laboratoriais deverão ser realizados em laboratório oficial ou laboratório credenciado pelo MAPA.

Parágrafo único. As vacinas e os medicamentos utilizados para tratamento antiparasitário deverão estar registrados no MAPA.

CAPÍTULO VI

DOS PROCEDIMENTOS RELACIONADOS À HABILITAÇÃO DO CENTRO NACIONAL DE HIPISMO - CNH

Art. 20. Para habilitação pelo MAPA do Centro Nacional de Hipismo - CNH, visando ao controle sanitário dos equinos que participarão dos 5º Jogos Mundiais Militares do CISM, o Comitê Organizador dos Jogos, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias a contar da data de abertura dos jogos, deverá proceder ao atendimento das seguintes exigências:

I - quanto aos aspectos físico-estruturais, o CNH deverá ser subdividido em três áreas principais, a saber:

a) Área de Recepção e Inspeção: local para realização dos procedimentos de chegada dos equinos;

b) Área de Isolamento I: compreenderá as baias onde os equinos permanecerão alojados durante todo o período dos jogos, e;

c) Área de Isolamento II: delimitada pelo perímetro de segurança (área cercada), ou seja, todo o local onde haverá trânsito de equinos durante os jogos.

II - quanto aos aspectos físico-logísticos, deverão ser disponibilizados:

a) instalações físicas com capacidade para cinco pessoas equipadas com aparelhos de ar condicionado;

b) 1 (um) freezer e 1 (uma) geladeira;

c) dois computadores e periféricos com acesso à Internet, por meio de banda larga;

d) 1 (uma) linha telefônica instalada, com aparelho telefônico e de fax;

e) sistema móvel de comunicação;

f) local apropriado para o estacionamento de veículos;

g) local para recepção dos animais, com rampa de desembarque e tronco ou brete;

h) pedilúvio ou outro sistema para desinfecção de cascos (na entrada do CNH);

i) Posto de limpeza, desinfecção e desinfestação dos veículos, que deverá dispor de piso impermeabilizado, água abundante sob pressão, substâncias desinfetantes e desinfestantes e pessoal necessário para sua operacionalização, e;

j) pessoal qualificado para prestação de apoio logístico.

III - quanto aos aspectos físico-logísticos, na Área de Isolamento II, deverão ser disponibilizados:

a) vestiários (masculino e feminino) com duchas, para o trabalho em regime de plantão;

b) área para laboratório básico e colheita de amostras para exames laboratoriais;

c) quatro baias afastadas pelo menos 1 (um) quilômetro da Área de Isolamento I, para isolamento de animais possivelmente doentes, e;

d) espaço reservado para o tratamento dos resíduos sólidos biodegradáveis originários dos equinos ou que estiveram em contato com eles, por meio do processo de compostagem ou outro método ecologicamente aceito, previamente aprovado pelo MAPA, e comprovadamente eficaz para inativação de microorganismos patogênicos.

Art. 21. Os representantes do MAPA terão acesso livre a toda a Área de Recepção e Inspeção e às Áreas de Isolamento I e II.

Art. 22. Os equinos adentrarão o CNH exclusivamente pela Área de Recepção e Inspeção e esse acesso deverá dispor de pedilúvio e rodolúvio.

Art. 23. Os veículos autorizados, que ingressarem na área do CNH, pela área de Recepção e Inspeção, deverão passar por rodolúvio.

Art. 24. O material a ser utilizado no piso das baias deverá ser de primeiro uso, sendo permitida a utilização de maravalha, papel picado, piso de borracha ou outro material aprovado pelo MAPA, sendo vedado o uso de palha vegetal e qualquer outro material passível de veicular ectoparasito.

Art. 25. O lixo hospitalar deverá ser esterilizado no hospital veterinário do CNH antes de seu descarte.

Art. 26. Todas as despesas decorrentes de manutenção das instalações para o trabalho do MAPA, no local dos jogos, incluindo água, energia elétrica, serão de responsabilidade da administração do evento.

Art. 27. O prazo limite determinado pelo MAPA para habilitação do CNH, cumpridas as determinações supracitadas, será de 15 (quinze) dias antes da abertura dos jogos.

CAPÍTULO VII

DOS PROCEDIMENTOS PARA O RETORNO DOS EQUINOS AO PAÍS DE PROCEDÊNCIA

Art. 28. No CNH, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas antes do retorno dos animais, o representante legal deverá apresentar ao MAPA a documentação necessária de acordo com as exigências sanitárias do país de destino dos animais, para respaldar a emissão do CZI.

§ 1º Estando a documentação conforme, o MAPA emitirá o CZI e o entregará ao representante legal dos animais.

§ 2º Os equinos deverão ser embarcados em veículos limpos, desinfetados e desinfestados, condição comprovada por meio da emissão da Declaração de Desinfecção do Meio de Transporte dos Animais (ANEXO IV) e o representante do MAPA deverá lacrar o veículo transportador, registrando na GTA o número do lacre.

§ 3º Caso o país de destino exija certificação adicional de embarque, o CZI será emitido no ponto de egresso e no CNH serão emitidos a GTA e o documento Autorização para Emissão de CZI, com o lacre do caminhão registrado na GTA

Art. 29. Os pontos de egresso são os mesmos estabelecidos pelo art. 4º desta Instrução Normativa.

Art. 30. No ponto de egresso, o representante legal dos proprietários dos animais deverá apresentar ao MAPA os seguintes documentos:

I - Requerimento para Fiscalização de Produtos Agropecuários (ANEXO II), em duas vias; e

II - Original do CZI, se emitido no CNH, ou a GTA (constando o número do lacre do veículo transportador) e o documento Autorização para Emissão de CZI.

§ 1º Estando a documentação conforme, o MAPA conferirá e romperá o lacre do veículo transportador, autorizando o desembarque dos equinos e fazendo o despacho no Requerimento (ANEXO II).

§ 2º No CZI deverá ser registrado o novo número do lacre aposto pelo MAPA após a fiscalização no ponto de egresso.

Art. 31. A permanência, em território brasileiro, dos equinos importados temporariamente, não deverá estender-se por período maior que 30 (trinta) dias após o encerramento dos Jogos.

Parágrafo único. Se o prazo previsto no caput for ultrapassado, os equinos não serão mais considerados como importados temporariamente para competição e deverão ser submetidos às exigências para importação definitiva ou para reprodução, às custas do seu proprietário.

Art. 32. Durante o período de permanência no Brasil, os animais ficarão exclusivamente no CNH, sob supervisão veterinária oficial permanente.

Art. 33. Casos excepcionais, que exijam permanência superior a 30 (trinta) dias devido à realização de testes laboratoriais necessários para o retorno dos animais, serão avaliados individualmente pelo Serviço Veterinário Oficial brasileiro.

CAPÍTULO VIII

DOS PROCEDIMENTOS PARA IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO E SUPLEMENTOS PARA USO EXCLUSIVO NOS EQUINOS PARTICIPANTES DOS JOGOS

Art. 34. O Comitê Organizador dos Jogos deverá indicar previamente um representante para ser o responsável técnico pelas importações de produtos de uso veterinário e suplementos para uso na alimentação animal.

Art. 35. Com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data prevista para o embarque dos produtos, o representante legal dos proprietários dos animais deverá preencher, para a solicitação de autorização de importação para cada produto ou grupo de produtos, os seguintes formulários:

I - Solicitação para Autorização de Importação de Produto de Uso Veterinário (ANEXO VII); e

II - Solicitação para Autorização de Importação de Suplementos de Uso na Alimentação Animal (ANEXO VIII).

Art. 36. Após o preenchimento, o representante legal dos proprietários dos animais deverá encaminhar os formulários para as Coordenações de Fiscalização de Produtos Veterinários (CPV) e de Fiscalização de Produtos para Alimentação Animal (CFPA), do Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários (DFIP) pelo número nº 61 3323-5936, via fac-símile, ou ainda para o e-mail produtosveterinarios@agricultura.gov.br ou alimentoparaanimais@agricultura.gov.br para análise e parecer.

Art. 37. Estando a documentação em conformidade, as importações serão autorizadas pelas Coordenações indicadas no art. 36 desta Instrução Normativa, mediante emissão de autorização especial de importação para o(s) produto(s).

Parágrafo único. Os produtos de uso veterinário deverão estar catalogados e lacrados em suas embalagens originais e não violados.

CAPÍTULO IX

PROCEDIMENTOS PARA O DESEMBARQUE E ADMISSÃO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO E SUPLEMENTOS NO PONTO DE INGRESSO

Art. 38. O representante legal dos proprietários dos animais deverá apresentar ao MAPA, no ponto de ingresso, o Requerimento para Fiscalização de Produtos Agropecuários (ANEXO II), devidamente preenchido.

Art. 39. Deverão ser anexadas ao Requerimento citado no art. 38 desta Instrução Normativa, para análise preliminar, fotocópias dos seguintes documentos:

I - Documento de Autorização Especial de Importação emitida pela CPV/DFIP ou pela CFPA/DFIP; e

II - Air Way Bill (AWB), em caso de transporte aéreo, ou Conhecimento Rodoviário de Transporte (CRT) ou Manifesto Internacional de Carga (MIC) no caso de transporte rodoviário;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 40. Estando a documentação em conformidade e após a fiscalização dos produtos, o MAPA emitirá parecer no Requerimento para Fiscalização de Produtos Agropecuários conforme modelo constante do Anexo II, autorizando o desembaraço e a entrada dos produtos no Brasil.

Art. 41. Para eficiência e agilidade na fiscalização e liberação dos equinos no ponto de ingresso, os produtos de uso veterinário e suplementos deverão ter Conhecimento de Transporte independente dos animais e de seus materiais de trato e treinamento e com seus Requerimentos para Fiscalização de Produtos Agropecuários protocolizados separadamente.

Art. 42. Em caso de não-conformidade documental ou de fiscalização, os produtos serão apreendidos e devolvidos de imediato ao país de origem e o MAPA emitirá a seguinte documentação:

I - Termo de Ocorrência (Anexo III); e

II - Parecer no Requerimento para Fiscalização de Produtos Agropecuários (Anexo II), constando o motivo do indeferimento no campo observação.

Art. 43. Os produtos importados sob regime de autorização especial não poderão ser utilizados em animais no Brasil, fora do CNH, e, quando violados, as suas sobras deverão ser destruídas em local único a expensas do Comitê Organizador e sob a supervisão do MAPA.

Art. 44. Durante a permanência dos produtos no Brasil, o responsável técnico indicado pelo Comitê Organizador deverá manter rigoroso controle do consumo dos medicamentos e suplementos de uso veterinário em planilha padrão (Anexo IX), discriminando as seguintes informações:

I - nome do medicamento ou suplemento;

II - identificação do animal que utilizou;

III - número de frascos ou quantidade em mL ou kg;

IV - motivo do uso; e

V - nome e assinatura do responsável.

Art. 45. A planilha citada no art. 44 desta Instrução Normativa, depois de preenchida, deverá ser apresentada ao MAPA no final do período de permanência dos animais no Brasil.

CAPÍTULO X

DOS PROCEDIMENTOS PARA RETORNO, AO PÁIS DE PROCEDÊNCIA, DOS PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO E SUPLEMENTOS NÃO UTILIZADOS E NÃO VIOLADOS

Art. 46. No caso de produtos não utilizados e não violados, cujo interessado decida retorná-los ao país de origem, o responsável técnico indicado pelo Comitê Organizador, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas antes do retorno dos produtos, deverá apresentar ao representante do MAPA, no CNH, os seguintes documentos:

I - Requerimento para Fiscalização de Produtos Agropecuários (ANEXO II) em duas vias; e

II - Planilha com Inventário de Utilização dos Produtos (ANEXO IX), devidamente preenchida.

Art. 47. Estando a documentação conforme, o representante do MAPA no CNH efetuará conferência física do saldo de produtos, com base nas informações descritas na planilha mencionada no inciso II do art. 46 desta Instrução Normativa, e deferirá o retorno do saldo de produtos no Requerimento constante do inciso I do art. 46 desta Instrução Normativa, fazendo constar o número dos lacres dos contentores e registrando no campo observação do requerimento, o seguinte texto: "Autorizado o trânsito do(s) produto(s) até o ponto de egresso".

Parágrafo único. Os produtos deverão ser transportados em embalagens invioláveis e seus contentores devidamente lacrados.

Art. 48. No ponto de egresso, o representante legal pelos produtos deverá apresentar ao MAPA para simples conferência a seguinte documentação:

I - Planilha com Inventário de Utilização dos Produtos (ANEXO IX), devidamente preenchida e deferida pelo MAPA no CNH, e;

II - Requerimento para Fiscalização de Produtos Agropecuários (ANEXO II), protocolizado no CNH, devidamente autorizado pelo MAPA.

Art. 49. Estando a documentação exigida no art. 48 desta Instrução Normativa e os lacres em conformidade, o MAPA autorizará o retorno dos produtos ao país de origem assinalando no Requerimento para Fiscalização de Produtos Agropecuários (ANEXO II), a declaração adicional: "Autorizado o embarque do(s) produto(s) ao país de destino".

Art. 50. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 51. Esta Instrução Normativa terá vigência até 24 de agosto de 2011.

WAGNER ROSSI

ANEXO I

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE IMPORTAÇÃO
PRODUTO: .....
(Animais Vivos e Materiais de Multiplicação)
Chefe do Serviço de Sanidade Agropecuária / SEDESA em:.....
(Unidade da Federação)
Solicito autorização para importação do produto caracterizado neste requerimento e para o referido fim prestamos as informações que se seguem:
1. CARACTERIZAÇÃO DO PRODUTO: (espécie, sexo, raça/ linhagem e quantidade)
.....
.....
FINALIDADE: ( ) Reprodução ( ) Abate ( ) outra .....
PARA SÊMEN/ EMBRIÃO: ( ) Comercialização ( ) Uso em rebanho próprio
2. IMPORTADOR
NOME:.....
ENDEREÇO:.....
.....
FONE:..... FAX: .....E-MAIL : .....
3. EXPORTADOR
NOME: .....
ENDEREÇO: .....
.....
FONE : ..... FAX: ..... E-MAIL : .....
4. ESTABELECIMENTO DE ORIGEM DO PRODUTO
NOME: .....
ENDEREÇO: .....
.....
FONE : ..... FAX: ..... E-MAIL : .....
5. TRANSPORTE
MEIO DE TRANSPORTE: .....
LOCAL DE EMBARQUE NO PAÍS DE PROCEDÊNCIA: .....
PAÍS DE TRÂNSITO (QUANDO HOUVER): .....
LOCAL DE INGRESSO NO BRASIL: .....
PARA TRANSPORTE AÉREO INDICAR: ( ) vôo de linha regular. ( ) vôo fretado misto ou carga.
6. LOCAL PARA REALIZAÇÃO DA QUARENTENA (quando requerida)
ESTABELECIMENTO: .....
ENDEREÇO: .....
.....
FONE : ..... FAX: ..... E-MAIL : .....
7 RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA QUARENTENA
NOME: .....
ENDEREÇO: .....
.....
FONE : ..... FAX: ..... E-MAIL : .....
8. ESTABELECIMENTO DE DESTINO (Destino Final)
NOME: .....
ENDEREÇO: .....
.....
FONE : ..... FAX: ..... E-MAIL : .....
9. CONTATO PARA ESCLARECIMENTOS E OUTROS FINS:
( ) O IMPORTADOR ( ) REPRESENTANTE LEGAL ( ) OUTRO
NOME: .....
ENDEREÇO: .....
.....
FONE : ..... FAX: ..... E-MAIL : .....
10. DOCUMENTOS APRESENTADOS
( ) Cópia da fatura pró-forma, contendo a identificação do produto.
( ) Licença de importação do IBAMA (via original).
( ) Termo de compromisso do Responsável Técnico pela quarentena
( ) Parecer zootécnico emitido pelo DFPA ou SFFA
( ) Parecer da UBA
....., ... de ..... de .....
.....
Assinatura do importador ou do seu representante Legal
*** Anexar cópia da procuração do importador, quando este delegar poderes a representante legal junto ao MAPA, para realizar a importação.

ANEXO II

REQUERIMENTO PARA FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

LOGOTIPO DA EMPRESA (OPCIONAL)					
1. PARA USO DO MAPA:					
Carimbo do Serviço	Recebido por:		Número:		
Hora de Recebimento	Assinatura e Carimbo				
2. PARA USO DO REQUERENTE:					
Ao Chefe do SVA/UVAGRO: _____, requeremos a fiscalização dos produtos abaixo relacionados, tendo em vista o disposto na legislação vigente, para fins de:					
2.1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE					
Nome				Tel:	
2.2. IDENTIFICAÇÃO DO(S) PRODUTO(S)					
NCM	Produto	LI/LSI/RE/DSE	Quant.	Unidade	Peso Líq. (Kg)
2.3. ORIGEM E PROCEDÊNCIA					
Exportador:					
País de origem:	Local de embarque:		País de procedência:		
Fabricante:					
2.4. DESTINO					
Importador:					
País de destino:	Local de desembarque:				
2.5. FISCALIZAÇÃO					
Certificado Nº	Uso Proposto:				
Conhecimento/Manifesto:					
Data de Embarque/Desemb.:	Local de armazenagem:		Meio de transporte:		
Veículo/ 0AM/Contentor	Nº do lacre de origem:	Veículo/ 0AM/Contentor	Nº do lacre de origem:		
Declaramos conhecer a Legislação e os Procedimentos Operacionais da Vigilância Agropecuária Internacional do MAPA, estando cientes de que deveremos comunicar à fiscalização quando o produto estiver disponível para inspeção. Nestes termos, pedimos deferimento.		Carimbo e Assinatura do Requerente			
3. PARA USO EXCLUSIVO DA FISCALIZAÇÃO:					
Retirada de Amostra ( )SIM ( )NÃO. Quantidade: ___. À disposição do interessado por __dias, quando serão descartadas.					
Veículo/ 0 AM/Contentor	Nº do novo lacre	Veículo/ 0AM/Contentor:	Nº do novo lacre		
Carimbo do Serviço	Observação:				
	3.1. PARECER DO FFA RESPONSÁVEL		4. PARA CIÊNCIA DO REQUERENTE:		
	DEFERIDO				
	INDEFERIDO		Ciente em: __/___/_____.		
Hora do Parecer	Fiscal Federal Agropecuário (Assinatura e Carimbo)		Carimbo e Assinatura do Requerente		

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DADOS COMPLEMENTARES AO REQUERIMENTO PARA FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS Nº _____.

LOGOTIPO DA EMPRESA (OPCIONAL)					
IDENTIFICAÇÃO DO(S) PRODUTO(S)					
NCM	Produto	LI/LSI/RE/DSE	Quantidade	Unidade	Peso Líq. (Kg)

IDENTIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS/VOO/CONTENTOR					
Veículo/_AM/Contentor	Nº do lacre de origem	Nº do novo lacre	Veículo/_AM/Contentor	Nº do lacre de origem	Nº do novo lacre

CONHECIMENTO/MANIFESTO DE CARGA			

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	
Declaramos conhecer a Legislação e os Procedimentos Operacionais da Vigilância Agropecuária Internacional do MAPA, estando cientes de que deveremos comunicar à fiscalização quando o produto estiver disponível para inspeção. Nestes termos, pedimos deferimento.	_____ Carimbo e Assinatura do Requerente

ANEXO III

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA – SDA
SISTEMA DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA INTERNACIONAL – VIGIAGRO

FORMULÁRIO XII

TERMO DE OCORRÊNCIA Nº _____

( ) IMPORTAÇÃO ( ) EXPORTAÇÃO ( ) TRÂNSITO ADUANEIRO

Pelo presente Termo fica notificado o responsável ou seu representante legalmente constituído, que no exercício da fiscalização federal agropecuária, nos termos da legislação vigente e na data e horário abaixo registrados, foi (_AM) identificada(s), a(s) seguinte(s) não-conformidade(s) no(s) bem(ns)/produto(s)/documento(s) referente(s) ao Requerimento para Fiscalização, protocolizado nesta Unidade do Sistema VIGIAGRO, sob número _____/_____.

A) DESCRIÇÃO DO (S) BEM (NS) /PRODUTO (S) (Quando não houver Requerimento para Fiscalização):

B) NÃO CONFORMIDADE (S) IDENTIFICADA(S):

B.1) NÃO CONFORMIDADE DOCUMENTAL		B.2) NÃO CONFORMIDADE FÍSICA	
( )	1. Autorização de Importação/Exportação;	( )	1. Embalagem;
( )	2. Certificado Zoossanitário, Sanitário ou Fitossanitário;	( )	2. Rotulagem/Etiquetas;
( )	4. Outros (Especificar abaixo):	( )	3. Higiene/Armazenamento/Transporte;
4.1.		( )	4. Identidade/Qualidade;
4.2.		( )	5. Sinais/Sintomas de doença, infestação parasitária ou por pragas;
4.3.		( )	6. Outras (Especificar):
B.3) Outras razões/infrações (Especificar):			
B.4) Detalhamento da não conformidade (quando necessário) e fundamentação legal/normativa (obrigatório):			

C) MEDIDA (S) PRESCRITA(S):

( )	1. Retenção até cumprimento das exigências;
( )	2. Disponibilizar produto para reinspeção obrigatória;
( )	3. Tratamento especial, sanitário, fitossanitário, de qualidade ou quarentenário;
( )	4. Desinfecção/Desinfestação;
( )	5. Apreensão;
( )	6. Outras Medidas (Especificar abaixo):
6.1.	
6.2.	
6.3.	
C.1) DETALHAMENTO DA MEDIDA PRESCRITA/EXIGÊNCIA (quando necessário):	

Para constar, firmei o presente termo em:

Carimbo datador do Serviço	_____ Fiscal Federal Agropecuário (carimbo e assinatura)	Ciente, em: _____, ____ / ____ / ____ - ____:____hs Local (UF) Data horário _____ Representante legal ou responsável (carimbo e assinatura)

Exigências foram atendidas em (quando couber):

Carimbo datador do Serviço	_____ Fiscal Federal Agropecuário (carimbo e assinatura)	Ciente, em: _____, ____ / ____ / _____ - ____:____hs Local (UF) Data horário _____ Representante legal ou responsável (carimbo e assinatura)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE DESINFECÇÃO DE MEIO DE TRANSPORTE DE ANIMAIS
Nº_____

Declaro, para os devidos fins, que o meio de transporte de placa de carroceria n°_____ lacre (s) n°(s) _____, foi desinfetado e desinfestado com _____, na concentração de ____% e que este produto foi previamente autorizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para desinfecção dos meios de transporte dos equinos que participarão dos 5º Jogos Mundiais Militares do CISM.

_____ de 2011
(cidade, dia e mês)
Hora da Desinfecção *: _____
_____
Médico Veterinário Oficial ou Habilitado**
(carimbo, assinatura e CRMV)

* A desinfecção do meio de transporte dos animais deverá ser efetuada dentro das 48 horas anteriores à expedição da GTA.

** Se assinado por médico veterinário habilitado, há a necessidade de anexar fotocópia da portaria de habilitação para emissão de GTA para equinos, publicada pela Superintendência Federal de Agricultura de procedência dos animais.

Nota: o preenchimento desta declaração deverá ser realizado imediatamente após a desinfecção e lacre do veículo.

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE TRATAMENTO ANTIPARASITÁRIO
Nº_____

Declaro, para os devidos fins, que os animais de passaporte equino n°_____ destinados ao Centro Nacional de Hipismo - CNH, para participarem dos 5º Jogos Mundiais Militares do CISM, foram tratados conforme protocolo abaixo descrito, com produtos oficialmente aprovados e considerados eficazes para eliminação de parasitas internos e externos.

Descrição do protocolo:
(descrever o produto utilizado, nome comercial, princípio ativo, concentração/dose, diluição
_____ de 2011
(cidade, dia e mês)
Hora do Tratamento*: _____
_____
Médico Veterinário Oficial ou Habilitado**
(carimbo, assinatura e CRMV)

* O tratamento dos animais deverá ser efetuado dentro das 48 horas anteriores à expedição da GTA.

** Se assinado por médico veterinário habilitado, há a necessidade de anexar fotocópia da portaria de habilitação para emissão de GTA para equinos, publicada pela Superintendência Federal de Agricultura de procedência dos animais.

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE DESINFECÇÃO DE UTENSÍLIO DE TRATO E TREINAMENTO
Nº_____

Declaro, para os devidos fins, que os utensílios de trato e treinamento descriminados na lista anexa de n°_____ dos animais de passaporte equino n°_____ destinados ao Centro Nacional de Hipismo - CNH, para participarem dos 5º Jogos Mundiais Militares do CISM, foram tratados conforme protocolo abaixo descrito, considerado eficaz para eliminação de insetos, vetores e dos principais patógenos de interesse em sanidade eqüina.

Descrição do protocolo:
(descrever o produto utilizado, nome comercial, princípio ativo, concentração, diluição etc.)
_____
_____ de 2011
(cidade, dia e mês)
Hora da Desinfecção*: _____
_____
Médico Veterinário Oficial ou Habilitado**
(carimbo, assinatura e CRMV)

* A desinfecção dos utensílios de trato e treinamento deverá ser efetuada dentro das 48 horas anteriores à expedição da GTA.

** Se assinado por médico veterinário habilitado, há a necessidade de anexar fotocópia da portaria de habilitação para emissão de GTA para equinos, publicada pela Superintendência Federal de Agricultura de procedência dos animais.

Nota: fotocópia da lista dos utensílios de trato e treinamento deverá acompanhar essa declaração.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO VII

Logo da Entidade

SOLICITAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE IMPORTAÇÃO DE PRODUTO DE USO VETERINÁRIO

À

Coordenação de Fiscalização de Produtos de Veterinários - CPV

Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários - DFIP

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

Senhor Coordenador,

Vimos por este solicitar autorização para a importação de produto de uso veterinário, para uso exclusivo em animais pertencentes à equipe (citar nome do país) durante a sua permanência no Brasil, nas competições dos 5º Jogos Mundiais Militares do CISM, de acordo com o artigo nº 44 do Decreto nº 5053, de 22 de abril de 2004. Para tanto informamos:

Nome do Produto:
Principio Ativo:
Quantidade:
Indicação Principal:
Fabricante:
Local de Entrada: (citar nome do aeroporto)
Data Provável de Entrada:
Responsável Técnico: (responsável técnico no Brasil)
Nestes Termos,
Pede Deferimento,
Local e Data
Nome e Assinatura do Responsável Técnico

PARA USO DO MAPA	
O importador acima identificado cumpriu as exigências prescritas na Instrução Normativa a que se subordina este requerimento, portanto fica autorizada a importação.	
——, —— / (Local e Data)	Assinatura e Carimbo do FFA

ANEXO VIII

Logo da Entidade

SOLICITAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE IMPORTAÇÃO DE SUPLEMENTOS DE USO NA ALIMENTAÇÃO ANIMAL

À

Coordenação de Fiscalização de Produtos para Alimentação Animal - CPA

Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários - DFIP

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

Senhor Coordenador,

Vimos por este solicitar autorização para a importação de suplementos de uso na alimentação animal, para uso exclusivo em animais pertencentes à equipe (citar nome do país) durante a sua permanência no Brasil, nas competições dos 5º Jogos Mundiais Militares do CISM, de acordo com o Decreto nº 6.296, de 11 de dezembro de 2007. Para tanto informamos:

Nome do Produto:
Composição: (listar todas as matérias-primas que compõem a formula do produto)
Quantidade:
Indicação Principal:
Fabricante:
Local de Entrada: (citar nome do aeroporto)
Data Provável de Entrada:
Responsável Técnico: (responsável técnico no Brasil)
Nestes Termos,
Pede Deferimento,
Local e Data
Nome e Assinatura do Responsável Técnico

PARA USO DO MAPA	
O importador acima identificado cumpriu as exigências prescritas na Instrução Normativa a que se subordina este requerimento, portanto fica autorizada a importação.	
——, —— / (Local e Data)	Assinatura e Carimbo do FFA

ANEXO IX

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Planilha com Inventário de Utilização dos Produtos

Data	Identificação do Medicamento / Suplemento	Identificação do Animal	N° Frasco / Quantidade	Motivo do uso	Identificação do usuário

_____

Assinatura do Responsável Técnico

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO
DE INSUMOS AGRÍCOLAS
COORDENAÇÃO-GERAL
DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 21, DE 6 DE JUNHO DE 2011

1. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto MSMA 720 Volagro registro nº 08108, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão da cultura do Algodão para o controle de carrapicho-de-carneiro(Acanthospermum hispidum);caruru-de-mancha(*Amaranthus viridis*); picão-preto (*Bidens pilosa*); capim-marmelada(*Brachiaria plantaginea*); capim-carrapicho (*Cenchrus echinatus*); tiririca (*Cyperus rotundus*); capim-colchão (*Digitaria horizontalis*); capim-colonião (*Panicum maximum*) e beldroega (*Portulaca oleracea*).

2. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Polo 500 SC registro nº 008204, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas de Café para o controle de Ácaro-vermelho (*Olygonichus ilicis*); Feijão para o controle de Mosca-branca (*Bemisia tabaci Biótipo B*), Ácaro-rajado (*Tetranychus urticae*) e Ácaro-branco (*Polyphagotarsonemus latus*); Soja para o controle de àcaro-rajado (*Tetranychus urticae*); Tomate para o controle de-Mosca-branca (*Bemisia tabaci raça B*) e Ácara-rajado(*Tetranychus urticae*).

3. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso II , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Flint 500 WG registro nº 011301, foi aprovada a exclusão das culturas: Arroz e Feijão.

4. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Regent 800 WG registro nº 005794, foram excluídos o alvo biológico Diatraea saccharalis (broca-da-canas) da cultura de cana-de-açúcar, a cultura do algodão e soja e/a modalidade de aplicação aérea.

5. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso II , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Proof registro nº 02999, foi aprovada alterações nas recomendações com a exclusão do alvo biológico Corda-de-viola (*Ipomoea purpurea*) nas culturas de milho, sorgo e cana-de-açúcar na aplicação pós-emergência .

6. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso II , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Comet registro nº 08801, foi aprovada alterações nas recomendações de uso com a inclusão do alvo biológico Podridão-abacaxi (*Ceratocystis paradoxa*) e inclusão do modo de aplicação pulverização de toletes na época do plantio na cultura de Cana-de-açúcar.

7. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso II , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Dynasty registro nº 07208, foi aprovada a alteração dos alvos biológicos Fusarium oxysporum f. sp. Vasinfectum e Pythium spp., na cultura do Algodão.

8. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso II , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Klap registro nº 01897, foi aprovada alterações nas recomendações com a exclusão de aplicação foliar das culturas de Algodão, Arroz e Soja, e aplicação aérea.

9. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Icarus 250 EC registro nº 002507, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão das Culturas de Amendoim para o controle de Cercosporiose (*Cercospora arachidicola*); Feijão para o controle de Ferrugem *(Uromyces appendiculalatus*); Milho para o controle de Ferrugem (*Puccinia sorghi*); Trigo para o controle de Helmintosporiose (*Bipolaris sorokiniana*).

10. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso II , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Opera registro nº 08601, foi aprovada alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão do alvo biológico ferrugem alaranjada (*Puccinia kuehnii*) na cultura de Cana-de-açúcar.

11. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso II , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Amulet nº 01108, foi aprovada alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão dos alvos biológicos Cupim (*Protocornitermes triacifer*) e Lagarta elasmo (*Elasmopalpus lignosellus*) e adequação na dose do alvo biológico Coró (*Phyllophaga cuyabana*) para 40-80 mL/ha na cultura do milho.

12. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso II , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Belure registro nº 01208, foi aprovada alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão dos alvos biológicos Cupim (*Protocornitermes triacifer*) e Lagarta elasmo (*Elasmopalpus lignosellus*) e adequação na dose do alvo biológico Coró (*Phyllophaga cuyabana*) para 40-80 mL/ha na cultura do milho e de acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foram aprovadas as inclusões dos formuladores Basf Corporation - US Highway, 41 North, Toute 1, Box 190 GA 31647 Sparks - EUA e SBM Formulation - Ave. Jean Foulcault Z.I. - 34535 Béziers - França.

13. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso II , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Imidan 500 WP registro nº 02128503, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão do alvo biológico Cigarrinha -da-CVC (*Oncometopia facialis*) e redução de dose para o alvo biológico Psilídio (*Diaphorina citri*) na cultura do Citros.

14. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Mannejo registro nº 6398, foi aprovado alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão da modalidade aplicação aérea.

15. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso II , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Folicur 200 EC registro nº 02895, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com as exclusões dos alvos biológicos: Mancha-reticular (*Drechslera teres*) na cultura da Cevada; Helmintosporiose (*Exserohilum turcicum*) na cultura do Milho; Mancha-das-glumas (*Stagonospora nodorum*), Septoriose (*Septoria tritici*), Helmintosporiose (*Bipolaris sorkiniana*) e Mancha-amarela (*Drechslela tritici repentis*) na cultura do Trigo.

16. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, nos produtos Luretape BW-10 registro nº 09008 e Gachon registro nº 03401, foi aprovada a inclusão do manipulador Bio Controle Métodos de Controle de Pragas Ltda - Indaiatuba/ SP.

17. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso II , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Paradox registro nº 05006, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a redução de dose para o alvo biológico para controle de pragas nas culturas de banana,batata, café, citros, feijão e algodão.

18. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Rimon 100 EC registro nº 03900, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão da modalidade aplicação aérea na cultura da cana-de-açúcar.

19. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso II , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Violin TS registro nº 01008, foi aprovada alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão dos alvos biológicos Cupim (*Protocornitermes triacifer*) e Lagarta elasmo (*Elasmopalpus lignosellus*) e adequação na dose do alvo biológico Coró (*Phyllophaga cuyabana*) para 40-80 mL/ha na cultura do milho e de acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foram aprovadas as inclusões dos formuladores Basf Corporation - US Highway, 41 North, Toute 1, Box 190 GA 31647 Sparks - EUA e SBM Formulation - Ave. Jean Foulcault Z.I. - 34535 Béziers - França.

20. De acordo com o Decreto 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovado pelos órgãos federais de registro a alteração da composição quali-quantitativa do produto Nominee 400 SC registro nº 06197

21. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso II , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Krovar registro nº 00938900, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a redução de dose para 2,0 a 4,0 kg/ha após o plantio, em pré-emergência das plantas daninhas na cultura do abacaxi.

22. De acordo com o Decreto 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovado a inclusão da filial da Sipcam Isagro Brasil S.A - Igarapava /SP -CNPJ nº 23.261.306/0007-64 , a importar o produto GeniusWG registro nº 01806.

23. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Jade registro nº 03097, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com as inclusões das culturas de Algodão para o controle de Ramulose (*Colletotrichum gossypii* var. *cephalosporioides*) e Ramularia (*Ramularia areola*); Batata para o controle de Pinta-preta (*Alternaria solani*); Cebola para o controle de Mancha-púrpura (*Alternaria porri*).

24. De acordo com o Decreto 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovado pelos órgãos federais de registro a alteração da composição quali-quantitativa do produto Gesapax 500 Ciba-Geigy registro nº1858903.

25. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovado a exclusão do fabricante Bayer CropScience GmbH - Chemiepark, Knapsack Building 1440, Industriestrasse 50351, Huerth- Alemanha, no produto Hostathion Técnico registro nº 0388598.

26. De acordo com o Decreto 4074 de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa proprietária dos produtos cancelamos os registros dos seguintes produtos: Falcon Técnico registro nº 04800, Propanil Técnico registro nº 02368302,Permethrin Técnico ICI registro nº 03658389, Pirimicarb Técnico ICI registro nº 04468104, Thiabendazole Técnico registro nº 09001.

27. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovado a inclusão do formulador Proficol Andina B.V. Sucursal Colombia - Calle 1 C#7-53 - Interior Zona Franca- Barranquilla - Colômbia, no produto Ametrex WG registro nº 16308.

28. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovado a exclusão do formulador Micro Chemical Company, Inc - 3393 Front Street - Winsboro - Louisiana - USA, do produto Flupro registro nº 018608.

29. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovado a exclusão do fabricante Sud ISK - SNPE SA (SISSA) - 146, Route d'Avignon - BP 311-84706- Sorgues Cedex - França, do produto Fluazinam Técnico ISK registro nº 07595.

30. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovado a exclusão dos fabricantes Hickson & Welch Ltd - Inglaterra e SNPE Chemie - Toulouse Cedex - França, no produto Flazasulfuron Técnico ISK registro nº 00397.

31. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovado a exclusão do fabricante Albright And Wilson Americas - USA, no produto Fosthiazate Técnico ISK registro nº 04399.

32. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovado a exclusão do fabricante Gowan Milling Company - EUA do produto Dicloran Técnico registro nº 02099.

33. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovado a exclusão do fabricante Albright And Wilson Americas - USA e dos formuladores Formulaciones Químicas S.A - San Jose - Costa Rica, Tecnica Universal S.A - Guatemala e Basf S.A - Paulínia / SP , no produto Cierto 100 GR registro nº 04199.

34. De acordo com o Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi autorizada a empresa Arysta Lifescience do Brasil Indústria Química e Agropecuária Ltda - Salto de Pirapora /SP a importar o produto Emzeb 800 WP registro nº 5610, uma vez que a mesma é formuladora do produto.

35. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Minx 500 SC registro 12608, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão da cultura de Citros para o controle de Verrugose (*Elsinoe australis*).

36. De acordo com o Artigo 22§ 1º , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa proprietária do produto, cancelamos o registro do produto Resist registro nº 03598.

37. De acordo com o Artigo 22§ 1º , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa proprietária do produto, cancelamos o registro dos produtos Netun 800 SC registro nº 08495 e Netun 500 SC registro nº 08095.

38. De acordo com o Artigo 22§ 1º , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da razão social da empresa Ipesa S.A. , para a razão social Agrofina S.A, permanecendo o mesmo endereço, esta alteração deverá constar no registro dos produtos onde esta conste como fabricante e/ou formulador.

39. De acordo com o Artigo 22§ 1º , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da razão social da empresa Syngenta S.A, para Syngenta Crop Protection Monthey S.A., retificar o endereço de Usine de Monthey, Route de l'll au Bois CH 1870 - Monthey - Suíça , para Rue de l'lle-au-Bois, CH-1870, Monthey-Suíça, esta alteração deverá constar no registro dos produtos onde esta conste como fabricante e/ou formulador.

40. De acordo com o Artigo 22§ 1º , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da razão social da empresa Syngenta Agro Latinamerica Norte S.A, para o razão social Syngenta S.A, permanecedo o endereço Carretera Via Mamonal km 6 - Cartagena- Colômbia, esta alteração deverá constar no registro dos produtos onde esta conste como fabricante e/ou formulador.

41. De acordo com o Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto Roundup Transorb registro nº 04299 da classe Toxicológica III, para a Classe Toxicológica II - Altamente Tóxico.

42. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovado a exclusão dos formuladores Orgachim S.A - 3- Rue Octave Fauquet - 76350 Oisell - França, do produto Ranman registro nº 05105.

43. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovado a exclusão dos formuladores Ishihara Argentina S.A - Buenos Aires - Argentina, Dongbu Hannong Chemical Co., Ltd , Basf S.A - Paulínia / SP, do registro Sanson AZ registro N07997.

44. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovado a exclusão dos formuladores Ishihara Argentina S,.A - Buenos Aires - Argentina e Basf S.A - Paulínia / SP e Guaratinguetá /SP, do produto Nisshin registro nº 08097.

45. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovado a exclusão do fabricante/formulador Sud ISK -SNPE SA (SISSA) - Sourgues Cedex - França, do produto Frowncide 500 SC registro nº 07695.

46. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovado a exclusão dos fabricantes Hickson & Welch Ltd - West Yorkshire, WF 102JT - Inglaterra e SNPE Chimie - Toulouse Cedex - França e exclusão dos formuladores Basf S.A - Resende / RJ do produto Katana registro nº 00297.

47. De acordo com o Artigo 22§ 1º , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa proprietária do produto, cancelamos a registro do produto Hexythiazox Técnico USA registro nº 017088.

48. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovado a exclusão dos fabricantes Syngenta S.A.- Route de l'll au Bois CH 1870 - Monthey - Suíça e Syngenta Proteção de Cultivos S.A - Paulínia / SP, do produto Ametrina Técnica BR registro nº 0298597.

49. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovado a exclusão dos fabricantes Syngenta S.A.- Route de l'll au Bois CH 1870 - Monthey - Suíça, Bayer AG - Werk Schweizerhalle, CH- 4132, Muttenz - Switzerlnd, Syngenta Crop Protection Inc. - 3905 Highway 75, River Road, St. Gabriel, LA 70776- EUA, Syngenta India Ltd - Goa |Site, Santa Monica Plant, Corlim , Ilhas, Goa 403110 - India, Syngenta Crop Protection Schweizerhalle AG - Rothausweg, CH 4133, Pratteln - Switzerland, do produto Acibenzolar-S-Methyl Técnico registro nº 05901.

50. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovado a exclusão dos fabricantes Syngenta Proteção de Cultivos Ltda - Paulínia/ SP e Syngenta International AG - P.O. Box C-402- Basel, Suíça do produto Moddus Técnico registro nº 00196.

51. De acordo com o Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, fica proibida a produção, importação do produto Thiram 480 TS registro nº 5994, até escoar os estoques, partir de 31 de janeiro de 2012 o produto está automaticamente cancelado.

52 De acordo com o Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da proprietária do produto cancelamos os produtos Stron 600 SL registro nº 08109, Amex registro nº 01895, Ametrina Agripec registro nº 00219004, Formidion Pó registro nº 01358801, Atramix 500 SC registro nº 06804, Expurgran registro nº 06800.

53 De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi excluídos os alvos biológicos Vassourinha, Picão-preto,Aguapé, Mata-pasta, Erva-de-bicho, Samambaia, Jurubeba, Capixingui, Amendoim-bravo, Lobeira, Assa-peixe,Guaxuma, Losna-do-campo,Maria-mole, Gervão-branco, malva-preta, Joá-bravo e Malva-veludo, do produto Turuna registro nº 014207.

LUÍS EDUARDO PACIFICI RANGEL
Coordenador-Geral

RETIFICAÇÃO

No DOU de 27 de maio de 2011, Seção I, pág. 80, em Ato nº19 de 20 de maio de 2011, no item 35 "cancelamos o pedido de registro do produto Ferozbr processo nº 21000.003429/2009-75" tornar-se sem efeito.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO
DE INSUMOS PECUÁRIOS
COORDENAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO
DE PRODUTOS VETERINÁRIOS

ATO Nº 6, DE 8 DE JUNHO DE 2011

Em cumprimento ao disposto no Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004, que aprovou o Regulamento de Fiscalização de Produtos de uso Veterinários e dos Estabelecimentos que os fabriquem e/ou comerciem, a Coordenação de Fiscalização de Produtos Veterinários do Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários, torna público as decisões dos processos a seguir relacionados:

1. LICENCIAMENTO DE PRODUTO DE USO VETERINÁRIO

PROCESSO	EMPRESA	PRODUTO	LICENÇA	VALIDADE
21028.001798/2007-53	Jofadel Indústria Farmacêutica S/A	Sincronize	9.595	26/04/2021
21052.002321/2009-50	Produtos Veterinários J.A	Amox J.A	9.596	26/04/2021
21052.010518/2004-58	Diagnóstika Comércio e Importação de Produtos Veterinários Ltda	Prio Check FMDV - NS	9.597	03/05/2014
21052.005016/2005-96	Shering-Plough Saúde animal Indústria e Comércio Ltda	Ciosin	9.598	03/05/2014
21052.013281/2006-29	Abase Comércio e Representações Ltda	Chekit FMD 3ABC BO-OB	9.599	04/05/2014
21052.010258/2008-44	Diagnóstika Comércio e Importação de Produtos Veterinários Ltda	Prio Check CFSV 2.0	9.600	08/05/2014
21028.001300/2008-33	Lema Biologic do Brasil Ltda	Insemax Pulverização	9.601	12/05/2021
21052.019462/2008-21	Diagnóstika Comércio e Importação de Produtos Veterinários Ltda	Prio Check PRV gB	9.602	16/05/2014
21052.008556/2008-74	Mogivet Farmacêutica Ltda	Sincroben	9.603	26/05/2021
21052.011323/2007-78	Laboratório Bio Vet S/A	Vermivet Iver	9.604	26/05/2021
21052.013653/2010-01	Mogivet Farmacêutica Ltda	Clocio	9.605	26/05/2021

2. RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE PRODUTO DE USO VETERINÁRIO

PROCESSO	EMPRESA	PRODUTO	LICENÇA	VALIDADE
21014.003320/1983-51	Intervet do Brasil Veterinária Ltda	Aftovacin Oleosa - Vacina contra a Febre Aftosa	2.024/1984	14/07/2021
21052.003296/1997-54	Interchange Veterinária Indústria e Comércio Ltda	Tyamix 10%	6.217/1998	04/01/2018
21052.006598/1996-49	"	Sulfaquinoxalina Interchange 25%	6.513/1998	17/01/2018
21052.001708/1997-49	"	Norfloxacina Nicotinato 70%	6.265/1998	29/01/2018
21052.009448/1996-32	"	Neosulfat 50%	6.256/1998	11/01/2018
21052.002568/1997-17	"	Lincosan 11%	6.253/1998	08/01/2018
21052.001996/1997-03	"	Cocci-Sal	6.382/1998	13/05/2018
21052.008512/1997-85	"	Coccibac - SDT Pig Doser	7.129/1999	18/01/2019
21052.008997/1997-16	"	Ciromax Solução 10%	7.385/2000	02/07/2020
21052.005914/1998-63	"	Ectoendo Premix	7.471/2000	18/09/2020
21052.007043/1997-41	"	Fluoroquim Nicotinato Solução a 20%	7.735/2001	22/04/2021
21052.006319/1997-64	"	Enroquim Nicotinato Solução a 10%	7.709/2001	10/04/2021
21052.012569/2001-71	"	Coligen Pig Doser	8.269/2002	03/05/2012
21052.000370/2001-09	"	Doxigram - Solução 10%	8.359/2002	16/10/2012
21052.010117/1998-34	"	Pantopen	8.208/2002	07/04/2012
21052.007900/2001-31	"	Trioxal	9.042/2005	20/02/2015

3. MODIFICAÇÃO DE DENOMINAÇÃO DE PRODUTO VETERINÁRIO

PROCESSO	EMPRESA	NOME DO PRODUTO ANTIGO	NOME DO PRODUTO ATUAL	LICENÇA
21052.011684/1998-90	Virbac do Brasil Indústria e Comércio Ltda	Rilexine	Rilexine Palatável	7.270/2000

4. DEFERIMENTO DE PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE FÓRMULA

PROCESSO	EMPRESA	PRODUTO
21052.024804/2009-13	Virbac do Brasil Indústria e Comércio Ltda	Rilexine Palatável
21052.013767/2002-33	Ouro Fino Saúde Animal Ltda	Maxican Comprimidos 2,0 MG

5. INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE FÓRMULA

PROCESSO	EMPRESA	PRODUTO
21052.017444/2009-95	Laboratório Bio Vet S/A	Prev Gest

6. DEFERIMENTO DE ALTERAÇÕES DIVERSAS

PROCESSO	EMPRESA	PRODUTO
21044.002253/2011-42	Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos/Biomanguinhos	TR DPP Leishmaniose Visceral Canina
21052.025079/2010-26	Bayer S/A	Drontal Plus
21052.025248/2009-94	Intervet do Brasil Veterinária Ltda	Caninsulin
21052.004823/2010-59	Syntec do Brasil Ltda	Hypnol 3%
21052.013767/2002-33	Ouro Fino Saúde Animal Ltda	Maxican Comprimidos 2,0 MG
21028.004980/2010-61	Vallee S/A	Flytick
21028.001199/2011-16	"	Controller Cto Pour On
21028.001315/2011-05	"	Ectofós

7. INDEFERIMENTO DE ALTERAÇÕES DIVERSAS

PROCESSO	EMPRESA	PRODUTO
21044.008000/2009-68	Coveli Indústria e Comércio Ltda	Ferrovet Aves
21052.025893/2009-15	Eli Lilly do Brasil Ltda	Pulmotic AC

8. INDEFERIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE REGISTRO DE PRODUTO VETERINÁRIO

PROCESSO	EMPRESA	PRODUTO
21052.025692/2009-18	Merial Saúde Animal Ltda.	Novantel Secado
21052.025685/2009-16	"	Cefamaster Vaca Seca
21052.025690/2009-11	"	Novantel Lactância
21052.025691/2009-65	"	Delmor Suspensão Injetável
21052.008556/2008-74	Mogivet Produtos Veterinários Ltda.	Sincrodiol
21052.023112/2008-69	Produtos Veterinários J.A. Ltda.	Turbocalcio
21028.002076/2010-11	Tecsa Laboratórios Ltda.	Vacina Autógena Aquosa Associada Contra Actinobacillus Pleuropneumoniae, Pasterurela Multocida A e D e Bordetella Bronchiseptica de Suínos
21028.000725/2010-40	"	Vacina Autógena Aquosa Associada Contra Streptococcus Suis, Pasteurela Multocida A e D e Bordetella Bronchiseptica de Suínos
21028.002134/2010-15	"	Vacina Autógena Oleosa Associada Contra Haemophillus Parasuis, Actinobacillus Pleuropneumoniae e Pasteurella Multocida de Suínos
21028.000701/2010-91	"	Vacina Autógena Oleosa Associada Contra Haemophillus Parasuis e Actinobacillus Pleuropneumoniae de Suínos

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

21028.000724/2010-03	"	Vacina Autógena Oleosa Associada Contra Actinobacillus Pleuropneumoniae, Pasteurella Multocida A e D e Bordetella Bronchiseptica de Suínos
21028.000699/2010-50	"	Vacina Autógena Oleosa Contra Escherichia Coli de Suínos
21028.000698/2010-15	"	Vacina Autógena Oleosa Associada Contra Haemophillus Parasuis, Pasteurela Multocida A e D e Bordetella Bronchisepstica de Suinos
21028.002078/2010-19	"	Vacina Autógena Oleosa Associada Contra Haemophillus Parasuis, Streptococcus Suis e Pasteurella Multocida de Suínos
21028.000792/2010-64	"	Vacina Autógena Contra Paratifo de Bezerros
21028.000700/2010-46	"	Vacina Autógena Oleosa Associada Contra Streptococcus Suis, Pasteurela Multocida A e D e Bordetella Bronchiseptica de Suínos

9. RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA CANCELAMENTO DE LICENÇA DE PRODUTO VETERINÁRIO

PROCESSO	EMPRESA	PRODUTO	LICENÇA	DECISÃO
21052.024375/2010-18	Sespo Indústria e Comércio Ltda	Partocilina	6.489/2008	Provimento Deferido

10. CANCELAMENTO DE LICENÇA DE PRODUTO VETERINÁRIO A PEDIDO DO INTERESSADO

PROCESSO	EMPRESA	PRODUTO	LICENÇA
21052.006624/1993-12	Ceva Saúde Animal Ltda	Robenidina 13,2%	4.864/1994
21052.005238/1994-86	"	Erytromix 30% PR	5.496/1996
21052.005237/1994-13	"	Tetraciclina 50% PS	5.458/1996
21052.002073/1999-22	"	Enrofloxacino 50% - Revest PR	8.003/2001
21052.005571/1994-95	"	Salcol	5.487/1996
21052.001658/2001-92	"	Cevamax	8.138/2002
21052.009581/1988-42	"	Enterostop	3.602/1991
21052.005810/1990-19	"	Equi Ceva Plus	3.633/1991
21052.010312/1997-22	"	Leucomag 3%	8.585/2003
21052.001718/1960-19	Alpharma do Brasil Ltda	Aurofac 10	1.718/1961
21052.002724/1972-82	"	Áureo SP-250	003/1973

11. CANCELAMENTO DE LICENÇA DE PRODUTO VETERINÁRIO, POR NÃO ATENDIMENTO AO ARTIGO 32 DO REGULAMENTO APROVADO PELO DECRETO 5.053 DE 22/04/2004.

PROCESSO	EMPRESA	PRODUTO	LICENÇA
21042.001183/1990-11	Fepagro - Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária.	Antígeno Acidificado Tamponado para Diagnóstico da Brucelose	3.392/1990
21052.013971/2000-92	Cepav Pharma Ltda.	Allerdog Spray	LP 24/2002

12. CANCELAMENTO DE LICENÇA DE PRODUTO VETERINÁRIO FACE AO CANCELAMENTO DO ESTABELECIMENTO

PROCESSO	EMPRESA	PRODUTO	LICENÇA
21042.000510/1997-67	Argembrás Produtos Veterinários Ltda.	Abamectina	6.392/1998

13. CANCELAMENTO DE LICENÇA DE ESTABELECIMENTO QUE IMPORTA, FABRICA E COMERCIALIZA PRODUTOS VETERINÁRIOS A PEDIDO INTERESSADO

PROCESSO	EMPRESA	LICENÇA	ENDEREÇO
21028.004068/2002-08	Arca de Noé Indústria e Comércio São Paulo Ltda	007/2002	Rua do Radialista, 134 - Planalto - Uberlândia/MG

Homologado por

RICARDO REGO PAMPLONA
Diretor do DFIP/SDA/MAPA

CLEBER TAYLOR MELO CARNEIRO
Coordenador CPV/DFIP/SDA/MAPA

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO
SERVIÇO NACIONAL
DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

DECISÕES DE 9 DE JUNHO DE 2011

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, em cumprimento ao inciso V do Art. 3º da Lei 9.456, de 25 de abril de 1997, resolve:

Nº 29. Tornar público aos interessados que tramitou neste Serviço e INDEFERIR o pedido de proteção da cultivar de morango (Fragaria x ananassa Duch.), denominada Virtue, protocolizado sob o número 21806.000227/2010-30, apresentado pela empresa Berry Genetics, Inc, dos Estados Unidos.

Nº 30. Tornar público aos interessados que tramitou neste Serviço e INDEFERIR o pedido de proteção da cultivar de melancia (Citrullus lanatus (Thunb.) Matsum. & Nakai), denominada SP-4, protocolizado sob o número 21806.000130/2011-16 apresentado pela empresa Syngenta Seeds Ltda., do Brasil.

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação destas Decisões.

DANIELA DE MORAES AVIANI
Coordenadora

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 3, DE 8 DE JUNHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 44 inciso XXII, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial no 428, de 9 de junho de 2010, publicada no DOU de 14/06/2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA no 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 3o da Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074, de 04 de janeiro de 2002 e o que consta do Processo 21028.004813/2009-95, resolve:

Art. 1o Credenciar a empresa CCPU-Controle de Pragas, Tratamentos, Fitossanitários Ltda, sob o número BR MG 904333, CNPJ no 02.495.188/0013-555, inscrição estadual isenta, localizada na Rodovia MG 190, km 188,5, Zona Rural, município de Sacramento/MG para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos quarentenários no trânsito de vegetais e suas partes, executar os serviços de tratamento no tipo Secagem em Estufa (KD).

Art. 2o O credenciamento de que trata esta Portaria terá validade provisória por um ano.

Art. 3o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Assinatura: Vinícius Ramalho - Superintendente Federal/SFA/MAPA-MG - Substituto.

VINICIUS RAMALHO
Substituto

PORTARIA Nº 4, DE 19 DE MAIO DE 2011

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 44 inciso XXII, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial no 428, de 9 de junho de 2010, publicada no DOU de 14/06/2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA no 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 3o da Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074, de 04 de janeiro de 2002 e o que consta do Processo 21028.008230/2009-95, resolve:

Art. 1o Alterar o Certificado de Credenciamento da empresa Nikkey Controle de Pragas e Serviços Técnicos Ltda, registro número BR MG 301, CNPJ 01.811.362/0003-97, inscrição estadual 0673492170004, devido a alteração de endereço para Rua França nº 065, Bairro Jardim Casa, Betim/MG, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito de vegetais e suas partes, nas modalidades de tratamentos Fumigação em Contêineres BrMe (FEC), Fumigação em Silos Herméticos-Silos Pulmão (FSH, Fumigação em Câmaras de Lonas BrMe (FCL), Tratamento Térmico (HT).

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

VINICIUS RAMALHO
Substituto

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Ciência e Tecnologia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 382, DE 9 DE JUNHO DE 2011

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22, c/c o art. 50, do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do processo MCT nº 01200.000449/2008-40, de 20/02/2008, resolvem:

Art.1º Cancelar, por solicitação da interessada, a habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, concedida pela Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 787, de 24 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 27 de outubro de 2008, para a empresa Sagem Defesa e Segurança do Brasil Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 07.415.745/0001-60.

Art. 2º Caso constatado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda, ter havido fruição dos incentivos fiscais, a empresa deverá efetuar o ressarcimento do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, que tiver deixado de recolher, em decorrência da Portaria referida no art. 1º, nos termos do disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 383, DE 9 DE JUNHO DE 2011

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22, c/c o art. 50, do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do processo MCT nº 01200.004616/2001-55, de 17 de agosto de 2001, resolvem:

Art.1º Cancelar, por solicitação da interessada, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2011, inclusive, a habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que trata o art. 1º do Decreto nº 3.800, de 20 de abril de 2001, atualmente regulamentados pelo Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, concedida pela Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 120, de 24 de março de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 26 de março de 2003, para a empresa então denominada Listic Tecnologia Ltda., cuja denominação atual é Listic Tecnologia S/A, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 56.096.274/0001-80.

Art. 2º Caso constatado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda, ter havido fruição dos incentivos fiscais em desacordo com a legislação ou em período não coberto pela vigência da Portaria referida no art. 1º, a empresa deverá efetuar o ressarcimento do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, que tiver deixado de recolher, nos termos do disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 384, DE 9 DE JUNHO DE 2011

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCT nº 01200.001478/2010-43, de 05/05/2010, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa LC Indústria Eletrônica Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 06.994.507/0001-94, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação dos seguintes bens:

I - Painel indicador com dispositivo de LCD; e

II - Monitor de vídeo policromático com tela de cristal líquido ("LCD").

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem os bens mencionados neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 957, de 22 de dezembro de 2008.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização dos bens relacionados no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos dos produtos relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCT nº 01200.001478/2010-43, de 05/05/2010.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento Indústria e Comércio Ext Exterior

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 400, DE 9 DE JUNHO DE 2011

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCT nº 01200.003829/2010-51, de 17/09/2010, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa KVA Indústria e Comércio Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 04.851.765/0001-96, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação dos seguintes bens:

I - Controlador de velocidade para gerador, por meio de variação de freqüência, baseado em técnica digital;

II - Carregador de acumulador para grupo gerador, baseado em técnica digital; e

III - Controlador Lógico Programável.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação e os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem os bens mencionados neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2ºFicam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art.2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art.3º As notas fiscais relativas à comercialização dos bens relacionados no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos dos produtos relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCT nº 01200.003829/2010-51, de 17/09/2010.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 401, DE 9 DE JUNHO DE 2011

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCT nº 01200.003657/2010-15, de 03/09/2010, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 07.157.915/0001-54, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

Unidade de processamento digital, de pequena capacidade, baseada em microprocessador.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 481, de 27 de julho de 2006.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCT nº 01200.003657/2010-15, de 03/09/2010.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 402, DE 9 DE JUNHO DE 2011

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCT nº 01200.004547/2010-71, de 16/11/2010, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa Telefonia Santa Maria Comércio e Importação de Equipamentos Eletrônicos Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 94.567.617/0001-37, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação dos seguintes bens:

I - Antena com refletor parabólico;

II - Antena omnidirecional;

III - Antena colinear de dipolos;

IV - Antena yagi; e

V - Antena painel setorial.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação e os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem os bens mencionados neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização dos bens relacionados no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos dos produtos relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCT nº 01200.004547/2010-71, de 16/11/2010.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

PORTARIAS DE 9 DE JUNHO DE 2011

O PRESIDENTE DA COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR (CNEN), no uso das atribuições que lhe confere o item IV do artigo 14 do Anexo I ao Decreto no. 5.667, publicado no Diário Oficial da União, de 11 de janeiro de 2006, e considerando que:

Nº 34 - a) as INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A - INB - solicitaram, por meio da Carta ASSRPR-038/11, de 01 de março de 2011, a prorrogação da Autorização para Operação Inicial (AOI) da Fabrica de Combustível Nuclear - FCN - Enriquecimento, da Unidade de Resende, cascatas 1, 2, 3 e 4 do Modulo 1;

b) a INB, pela Portaria nº 034, de 09 de junho de 2011, recebeu Autorização de Utilização de Material Nuclear (AUMAN) para a operação do Modulo 1;

c) a INB atendeu aos requisitos pertinentes estabelecidos na Norma CNEN-NE-1.04 Licenciamento de Instalações Nucleares e cumpriu as demais exigências legais; e

d) a Fábrica de Combustível Nuclear - FCN - Enriquecimento, da Unidade de Resende, cascatas 1, 2, 3 e 4 do Modulo 1, pode ser liberada do Seguro de Responsabilidade Civil exigido pela Lei no 6.453, de 17 de outubro de 1977, com base nas condições atuais de operação, apresentadas em seu Relatório Final de Análise de Segurança. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a prorrogação da Autorização para a Operação Inicial (AOI) da Fábrica de Combustíveis Nucleares - FCN - Enriquecimento, da Unidade de Resende, cascatas 1, 2, 3 e 4 do Modulo 1, pelo prazo de 06 (seis) meses a partir da data da publicação desta Portaria, nas seguintes condições de operação:

I. as cascatas 3 e 4 do Modulo 1 devem ser operadas conforme apresentado no Plano Geral de Comissionamento, aplicado às cascatas 1 e 2 e apresentado por meio da Carta ASSRPR-122/08, de 08 de julho de 2008, para a realização dos testes funcionais previstos;

II. o grau de enriquecimento máximo do material nuclear presente na instalação está limitado em 5% no isótopo urânio-235; e

III. as operações conduzidas na área de alimentação das cascatas e retirada de produto/rejeito devem respeitar o limite de temperatura de 50 ^{0}C, estando a operação do Sistema de Alimentação limitada à utilização de 12,5 t de UF_6;

Art. 2º - A INB deverá atender as exigências estabelecidas pela CNEN referentes à atualização e à complementação do Relatório Final de Análise de Segurança da instalação, incluindo informações e dados obtidos durante a fase de comissionamento.

Art. 3º - A INB deverá atender as exigências da CNEN quanto aos sistemas de registro e de medida referentes ao controle de material nuclear, em conformidade com a Norma CNEN-NN-2.02 - Controle de Material Nuclear.

Art. 4º - A INB deverá atender a quaisquer pedidos de informações ou exigências estabelecidas pela CNEN, estando a FCN - Enriquecimento em operação ou parada, cumprindo, inclusive, todas as determinações decorrentes de Relatórios de Fiscalização (Inspeções/Auditorias).

Art. 5º - A INB deverá comunicar, previamente, à CNEN, qualquer modificação nas instalações da FCN - Enriquecimento, inclusive seus procedimentos de operação, manutenção e controle, submetendo novos adendos ou novas revisões do Questionário Técnico e do Relatório de Análise de Segurança, cujas vias, em poder da CNEN, deverão ser mantidas rigorosamente atualizadas pela própria INB.

Art. 6º - A presente Autorização para Operação Inicial está sujeita às disposições da Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, as disposições das normas da CNEN em vigor e de quaisquer outras normas que por ela venham a ser estabelecidas, sem prejuízo de qualquer outra legislação aplicável, bem como dos tratados, convenções e compromissos internacionais aos quais o Brasil se obrigou ou se obrigará.

Art. 7º - A CNEN poderá, a qualquer tempo, acrescentar requisitos que considerar pertinentes ou suspender a presente autorização, sempre que julgar necessárias medidas para a preservação da segurança nuclear e radiológica dos trabalhadores da FCN - Enriquecimento, do público ou do meio ambiente.

Artigo 8º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ad referendum da Comissão Deliberativa.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR (CNEN), no uso das atribuições que lhe confere o item IV do artigo 14 do Anexo I ao Decreto nº. 5.667, publicado no Diário Oficial da União em 11 de janeiro de 2006, e considerando que:

Nº 35 - a) a Indústrias Nucleares do Brasil S/A - INB solicitou nova Autorização para Utilização de Material Nuclear - AUMAN, contemplando a utilização de até 2 cilindros de hexafluoreto de urânio acoplados ao sistema de alimentação da Fábrica de Combustível Nuclear FCN - Enriquecimento, através da carta ASSRPR-038/11 de 01 de março de 2011.

b) a INB encaminhou a CNEN o Questionário Técnico para a instalação datado de fevereiro de 2001 e suas revisões de janeiro, março e outubro de 2002, abril, julho e setembro de 2004, abril de 2006, outubro de 2007, outubro de 2008 e maio de 2011, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Autorização para Utilização de Material Nuclear para a Fábrica de Combustível Nuclear - FCN - Enriquecimento, Cascatas 1, 2, 3 e 4 do Módulo I da Unidade de Resende, pelo prazo de 06 (seis) meses a partir da data da publicação desta Portaria, observadas as seguintes condições:

I - a operação fica limitada ao inventário máximo de 30 toneladas de hexafluoreto de Urânio na área de alimentação e retirada;

II - a quantidade e o grau de enriquecimento do material nuclear presente na instalação ficam limitados aos valores descritos no Questionário Técnico de maio de 2011.

Art. 2º - A INB deverá atender a exigências estabelecidas pela CNEN relativas ao controle de material nuclear na instalação, estando a FCN - Enriquecimento em operação ou parada.

Art. 3º - A INB deverá comunicar à CNEN qualquer modificação nas instalações da FCN - Enriquecimento e nos seus procedimentos de operação, manutenção e controle do material nuclear, submetendo à CNEN as decorrentes revisões do Questionário Técnico e mantendo cópias atualizadas em seus próprios arquivos.

Art. 4º - A INB deverá cumprir integralmente os acordos e compromissos internacionais de salvaguardas assinados pelo Brasil e implementar na FCN - Enriquecimento as medidas deles decorrentes.

Art. 5º - A CNEN poderá, a qualquer tempo, acrescentar requisitos que considerar pertinentes ou suspender a presente autorização, sempre que julgar necessário para a preservação do controle do material nuclear da FCN - Enriquecimento.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ad referendum da Comissão Deliberativa.

MARCOS NOGUEIRA MARTINS

PORTARIA Nº 36, DE 3 DE JUNHO DE 2011

O PRESIDENTE DA COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - CNEN, usando da atribuição que lhe conferem os incisos I e V do Anexo I ao Decreto nº 5.667, de 10 de janeiro de 2006, publicado no Diário Oficial da União, seção I, em 11 de janeiro de 2006, e o artigo 2º da Portaria nº 374, de 26 de agosto de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicada no Diário Oficial da União, seção I, em 27 de agosto de 2010, e, considerando o Decreto n° 6.944, de 21 de agosto de 2009, e o subitem 13.2 do Edital nº 1, de 25 de janeiro de 2010, e anexos, publicados no Diário Oficial da União, seção III, em 26 de janeiro de 2010; o Edital n° 2, de 5 de fevereiro de 2010, publicado no Diário Oficial da União, seção III, em 9 de fevereiro de 2010; Edital n° 3, de 5 de março de 2010, publicado no Diário Oficial da União, seção III, em 8 de março de 2010; Edital n° 4, de 10 de março de 2010, publicado no Diário Oficial da União, seção III, em 11 de março de 2010; Edital n° 5, de 10 de março de 2010, publicado no Diário Oficial da União, seção III, em 15 de março de 2010; Edital n° 7, de 26 de março de 2010, publicado no Diário Oficial da União, seção III, em 29 de março de 2010; Edital n° 8, de 11 de maio de 2010, publicado no Diário Oficial da União, seção III, em 12 de maio de 2010; Edital n° 9, de 12 de maio de 2010, publicado no Diário Oficial da União, seção III, em 13 de maio de 2010, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por um ano, a contar de 30 de junho de 2011, o prazo de validade do concurso público para provimento de cargos das carreiras de Ciência e Tecnologia, do Quadro de Pessoal da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, autorizado pela Portaria MP nº 283, de 4 de setembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União, seção I, em 8 de setembro de 2009; homologado pelo Edital n° 10, de 28 de junho de 2010, publicado no Diário Oficial da União, seção III, em 30 de junho de 2010; retificado pelo Edital n° 11, de 29 de julho de 2010, publicado no Diário Oficial da União, seção III, em 30 de julho de 2010; e, Edital n° 12, de 05 de outubro de 2010, publicado no Diário Oficial da União, seção III, em 06 de outubro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODAIR DIAS GONÇALVES

NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A

DESPACHOS

Processo:1) Contrato C-752/DV-152- Objeto: Fabricação, montagem e pintura de dispositivos de estrutura metálica - Caldeiraria Pesada --Contratada: Foxoil do Brasil Ltda - Valor: R$ 2.497.743,00; 2) Contrato C-753/DV-153 - Objeto Fabricação de dispositivos especiais de precisão, em estrutura metálica, com usinagem em CNC, execução de atividades de oxicorte, conformação, montagem, soldagem e pintura das partes não usinadas que compõem os dispositivos de estrutura metálica - Contratada MB Indústria Mecânica Ltda - Valor: R$ 1.890.000,00. Parecer Jurídico VRP-014/2011. Justificativa:O Parecer Técnico (CI-IG-CPR 001/11) apresenta as justificativas para a não-realização do certame licitatório, para a aquisição direta dos serviços. Narra o Parecer Técnico, que a NUCLEP foi contratada em 21/12/2010, pela empresa Itaguaí Construções Navais S/A - ICN, para industrializar e fornecer uma seção de teste de qualificação e subseções de casco resistente de submarinos, nas instalações de sua fábrica, localizada em Itaguaí, de acordo com o Contrato ICN-020/2010. Este Contrato, entre a NUCLEP e a IC, é oriundo do Contrato número 40000/2009-006/00, firmado entre a Marinha do Brasil - MB e a ICN, assinado em setembro de 2009, tendo inicio em 08/07/2010, cujo conteúdo de cláusula que define a participação da NUCLEP no empreendimento de industrialização de 04 submarinos diesel-elétricos (Submarinos - SBR), para a MB, o que está diretamente ligado ao acordo Brasil e França, assinado em setembro de 2010, que engloba transferência de tecnologia a ser ministrada por meio da DCNS Sociéte Anonyme, empresa francesa que é detentora dessa tecnologia. Narra o Parecer que o Contrato ICN-020/2010, contempla diversas exigências técnico-administrativas, a saber: maquinário e ferramental específico, adequação das instalações fabris, dentre outras, todos provenientes do Contrato firmado entre a MB e a ICN, levando a NUCLEP a ter que adotar uma série de providências relacionadas à preparação de suas instalações fabris de modo a cumprir integralmente os procedimentos de industrialização e as exigências de sigilo explicitadas no Contrato. Apresenta também a necessidade de fabricação de dispositivos, que são fundamentais para adequação das instalações da NUCLEP de forma a atender, em prazo determinado, ao estabelecido no Contrato com a ICN. Neste contexto, firmadas as necessidades de fabricação citadas considerando a premência da obrigação contratual enfatizada por nosso cliente em correspondência própria, a NUCLEP foi obrigada a suspender o processo licitatório que estava preparando, e realizou visita técnica a diversas empresas, o que nos permitiu avaliar quais dessas tinham condição técnico-administrativa para atender a execução do objeto dos Projetos Básicos supracitados. Diante das considerações constantes no Parecer Técnico constante no processo de contratação e, em face ao recebimento da Carta 01B-ICN/NUCLEP-C-002/2011, na qual a ICN relembra o prazo contratual e enfatiza a necessidade da fabricação dos dispositivos e com a realização de certame licitatório para a contratação dos serviços objeto dos projetos básicos IG-CPR-002/2011 e IG-CPR-003/2011 constitui sério risco para o cumprimento dos prazos estabelecidos com conseqüente impacto no desenvolvimento da parceria contratual firmada, bem como hoje existente com a MB, solicita a Coordenação de Projetos IG-CPR que seja feita a contratação imediata das empresas Foxoil do Brasil Ltda e MB Indústria Mecânica Ltda, para respectivamente executar os serviços por dispensa de licitação emergencial, de acordo com o artigo 24, inciso IV da Lei 8666/93, tendo em vista, não ter tempo hábil para realização de uma licitação, pois demandaria no mínimo de 45 a 60 dias para abertura dos envelopes, comprometendo assim todo o cronograma da obra e nos remetendo às multas contratuais supracitadas.Considerando que a justificativa acima tem fundamento no art. 24, IV da Lei 8666/93, reconheço a dispensa de licitação referente ao processo supracitado.

RICARDO NORONHA PEREIRA
Gerente de Suprimentos

Em observância ao art. 26 da Lei 8666/93 em face do parecer favorável da consultoria jurídica sobre o assunto, ratifico a decisão do Gerente de Suprimentos.

PAULO ROBERTO TRINDADE BRAGA
Diretor Administrativo

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR
Em 9 de junho de 2011

413ª RELAÇÃO DE REVALIDAÇÃO DE CREDENCIAMENTO - LEI 8.010/90

ENTIDADE	CREDENCIAMENTO	CNPJ
Fundação Paulista de Tecnologia e Educação	900.0390/1992	51.665.727/0001-29

ERNESTO COSTA DE PAULA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DELIBERAÇÃO Nº 115, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O DIRETOR-PRESIDENTE da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº. 22/2009, e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23/12/1991, Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, e Decreto nº. 4.456, de 04/11/2002, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

10-0578 - Resistir é Preciso
Processo: 01580.054821/2010-25
Proponente: Intro Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 04.344.932/0001-02
Valor total do orçamento aprovado: R$ 1.610.812,78
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.530.272,14
Banco: 001- agência: 2947-5 conta corrente: 15705-8
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 396, realizada em 20/05/2011
Prazo de captação: até 31/12/2014.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 316, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria Nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria Nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)

11 2506 - Coberto de glória! A incrível saga do Cabo Laurindo de Mangueira e da cuíca que parecia um boi mugind
DASDUAS Produções Artisticas LTDA
CNPJ/CPF: 12.045.615/0001-13
Processo: 01400.006702/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 527.665,60
Prazo de Captação: 10/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
"Coberto de glória! A incrível saga do Cabo Laurindo de Mangueira e da cuíca que parecia um boi mugindo" é um espetáculo musical que conta a história de Laurindo, personagem que veio ao mundo pelas mãos de Noel Rosa em 1935, e teve sua "biografia" construída coletivamente nas rodas boêmias da cidade, por uma geração de compositores que deixou sua marca na história da música brasileira. A peça será aprensentada de quinta à domingo durante dois mêses, num total de 32 apresentações.

11 2755 - Circulação de Peças Teatrais - Nordeste
Associação BR-116
CNPJ/CPF: 13.196.419/0001-02
Processo: 01400.007197/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 419.860,00
Prazo de Captação: 10/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto tem como objetivo realizar a circulação, em cidades do Nordeste do Brasil, dos espetáculos teatrais "O Homem da Tarja Preta", "O Terceiro Sinal" e "Cartas de Amor para Stalin", sempre com cobrança de ingressos a preços populares.

11 2783 - Circulação de Peças Teatrais - Sudeste
Associação BR-116
CNPJ/CPF: 13.196.419/0001-02
Processo: 01400.007233/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 550.540,00
Prazo de Captação: 10/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto tem como objetivo realizar a circulação, em cidades do Sudeste do Brasil, dos espetáculos teatrais "O Homem da Tarja Preta", "O Terceiro Sinal" e "Cartas de Amor para Stalin", sempre com cobrança de ingressos a preços populares.

11 0667 - MANUTENÇÃO CENTRO CULTURAL ALTEROSA - CONTINUIDADE
Sociedade Rádio e Televisão Alterosa Ltda.
CNPJ/CPF: 17.247.925/0001-34
Processo: 01400.001456/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 625.448,00
Prazo de Captação: 10/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Este projeto visa a continuidade manutenção do Centro Cultural Teatro Alterosa. Do consagrado ao experimental, espetáculos mineiros, nacionais e internacionais passam pelo palco do Alterosa, que apresenta peças teatrais - adultas e infantis, espetáculos de dança, performances e festivais. Uma política de programação que abrange os doze meses do ano, com campanhas de popularização, exposições, atividades educacionais. O Centro Cultural Alterosa não visa lucro e tem 17 anos de atuação.

11 1300 - AVERSÃO - A COMÉDIA
E.C. Marins Empreendimentos Artísticos
CNPJ/CPF: 10.334.090/0001-00
Processo: 01400.002754/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 304.260,00
Prazo de Captação: 10/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
A peça "Aversão" se passa na atualidade e retrata as inúmeras e hilárias situações vividas pelo casal Nick e Julie, dois personagens de um filme de comédia romântica, que decidem se casar após três meses de namoro.

11 2374 - "A SAGA DO MENDIGO FELIZ"
Centro Interativo de Circo
CNPJ/CPF: 05.544.438/0001-54
Processo: 01400.006518/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 269.080,00
Prazo de Captação: 10/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
A saga do mendigo feliz é um espetáculo cênico e show, que conta trajetória do Gerard (Geraldinho Miranda): ator, empreendedor cultural, co-fundador da Intrépida Trupe e do circo social. É um espetáculo autobiográfico ficcional que será narrado e vivido por um personagem de um velho mendigo sábio, cientista, maluco. A história passa em vários tempos e lugares, usando diversas referências culturais, musicais, literárias e políticas.

11 2467 - O MÁGICO DE OZ
Aventura Entretenimento Ltda.
CNPJ/CPF: 10.543.638/0001-22
Processo: 01400.006649/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 3.631.900,00
Prazo de Captação: 10/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto consiste na tradução, montagem e apresentações da espetáculo de teatro musical "O MÁGICO DE OZ", dirigido pela dupla de especialistas Charles Moeller e Claudio Botelho. A peça ficará em cartaz durante 04 meses, totalizando 54 apresentações, no teatro Oi Casa Grande, no Rio de Janeiro.

11 0632 - A HISTÓRIA DO HOMEM QUE OUVE MOZART E DA MOÇA DO LADO QUE ESCUTA O HOMEM
Espaço Cênico Produções Artística Ltda.
CNPJ/CPF: 28.648.962/0001-70
Processo: 01400.001420/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 589.105,00
Prazo de Captação: 10/06/2011 a 30/11/2011
Resumo do Projeto:
Viagem por 10 cidades, em TEATROS PRIVADOS: Porto Alegre, Curitiba, Blumenau, Vitória, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Salvador, João Pessoa, Recife com peça teatral com uma hora de duração, dois atores em cena, cenário único, equipe técnica composta por oito pessoas, com sessões realizadas sexta, sábado, domingo, atingindo público médio por apresentação de 200 pessoas, toalizando seis mil espectadores ao final da tourne que é composta por 30 apresentações (tres apresentações por cidade).

11 0307 - VilaMundo - Mostra
Associação Cidade Escola Aprendiz
CNPJ/CPF: 03.074.383/0001-30
Processo: 01400.000464/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 783.517,50
Prazo de Captação: 10/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O VilaMundo, espaço de comunicação e cultura, fomenta a articulação cultural na Vila Madalena e seu entorno. Pretende promover o diálogo e encontro entre os diversos grupos artísticos do bairro, através da promoção de encontros setoriais durante o ano de 2012 que culminará em festival multiartes ao final de 11 meses (profissionais da dança, da literatura, de teatro,fotografia, musica, etc.). serão gratuitos, assim como o festival.

11 0877 - Plunct Plact Zuuum (Montagem e Circulação)
ENTRE EXPERIÊNCIA, CULTURA E ENTRETENIMENTO LTDA.
CNPJ/CPF: 13.051.150/0001-76
Processo: 01400.001819/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 1.904.469,56
Prazo de Captação: 10/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Montagem e temporada de 8 meses do espetáculo musical infantil "Plunct Plact Zuuum", sendo 3 meses na Zona Sul e 2 na Zona Norte do Rio de Janeiro, e 3 meses na cidade de São Paulo. A montagem teatral é baseado no programa de televisão exibido e licenciado pela Rede Globo. Assim como no especial, trabalharemos com elementos capazes de comunicar e entreter a geração atual de crianças, trabalhando o uso da imaginação e diversas questões pertinentes ao mundo infantil.

11 1299 - Circo Interplanetário
Tabetron Produções Artística Ltda.
CNPJ/CPF: 03.317.621/0001-91
Processo: 01400.002753/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 2.125.448,00
Prazo de Captação: 10/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realização de 470 apresentações de espetáculos numa parceria entre a Fundaçao Planetario e a Cia. UP LEON. Serao concebidos dois espetaculos (um infantil, com cunho didático, e outro adulto) cuja tematica une investigaçoes cientificas a arte circense, ilustrados cenicamente atraves do circo. Este projeto visa transmitir ao publico ensinamentos cientificos de maneira prazerosa e agradavel, despertando-lhes, atraves do binomio ciencia-arte, a curiosidade sobre o universo que nos circunda.

11 0641 - ESSES HOMENS ESSAS MULHERES
SINOS PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA
CNPJ/CPF: 07.966.687/0001-63
Processo: 01400.001429/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 707.200,00
Prazo de Captação: 10/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Teatro musical. Uma história delicada e divertida, cujo tema aborda os aspectos que diferenciam o homem da mulher, serve de fio condutor para que canções de Cauby Peixoto, Jane e Herondy, Sidney Magal e muitos cantores conhecidos do grande público nos anos 60 a 80 sejam trazidos à memória.

11 2329 - QUASAR CIA DE DANCA- MANUTENCAO E CIRCULACAO
Quasar Cia. de Dança Ltda.
CNPJ/CPF: 05.496.548/0001-98
Processo: 01400.006463/20-11
GO - Goiânia
Valor do Apoio R$: 4.867.641,20
Prazo de Captação: 10/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto QUASAR CIA DE DANCA- MANUTENCAO E CIRCULACAO visa proporcionar a Quasar Cia de Danca manutencao e a circulacao nacional e internacional de seus espetaculos por 15 capitais brasileiras e 08 cidades estrangeiras e, tambem, dar continuidade ao programa QUASAR JOVEM para encontrar e formar novos e jovens talentos para a arte de dancar.

10 8780 - Arte de Mover o Corpo
Juliana Maria Teixeira de Morais
CNPJ/CPF: 033.311.363-28
Processo: 01400.018112/20-10
CE - Fortaleza
Valor do Apoio R$: 69.831,40
Prazo de Captação: 10/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Desenvolver e manter uma escola informal de dança, disponibilizar o acesso da cultura a comunidade para o despertar e desenvolver talentos de jovens proporcionando uma vida sustentável a comunidade, minimizando o crescimento da violência, da prostituição e do uso das drogas, local. Realização de 3 cursos de dança: Dança do Fogo, Maculele e Ballet 180 h/a cada, para 75 jovens de 15 a 25 anos oriundo de famílias carentes, Realização de 3 Apresentações dos alunos do projeto Arte de Mover o Corpo

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)

11 0177 - I FESTIVAL NACIONAL DE CHORO E SAMBA EM PARATY
Idear Produção Comunicação e Marketing LTDA
CNPJ/CPF: 03.973.333/0001-95
Processo: 01400.000312/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 1.493.970,00
Prazo de Captação: 10/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Na histórica cidade de Paraty, RJ, será realizado um festival de musica instrumental, com duração de 04(quatro) dias, duas apresentações diárias, perfazendo o total de 08 (oito) espetáculos musicais, em praça pública, inteiramente gratuitos, com shows dos grandes nomes nacionais do choro e do samba, além de oficinas de musica, exposição de artesanato, palestras, exposição de história e memória dos dois gêneros da MPB.

11 2381 - JAZZ MEETING
Mirna Dequech Seleme Daniel
CNPJ/CPF: 08.236.185/0001-40
Processo: 01400.006528/20-11
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 2.142.780,00
Prazo de Captação: 10/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Encontro de música instrumental nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, com artistas nacionais e estrangeiros. O evento terá duração de quatro dias em cada cidade; sendo ao todo oito apresentações que acontecerão na Sala Sala Paulo e no Vivo Rio.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10 11318 - Festival Rio das Ostras Jazz & Blues
Azul Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 05.466.510/0001-72
Processo: 01400.022266/20-10
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 806.900,00
Prazo de Captação: 10/06/2011 a 31/07/2011
Resumo do Projeto:
A nona edição do Rio das Ostras Jazz & Blues acontece no Rio das Ostras, município a 170 km do Rio de Janeiro. Os shows acontecem em quatro palcos: Costazul (Cidade do Jazz & do Blues), Praia da Tartaruga, Lagoa de Iriry e Praça de São Pedro. Serão cinco dias de shows gratuitos, com apresentações às 11:00hs (Praça de São Pedro), 14:00hs (Lagoa de Iriry), 17:00hs (Tartaruga) e às 20:00hs (Costazul). Serão
realizados 15 shows.
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
11 2502 - Difusão da Memória do Eng. E Sanitarista Armando Fonzari Pera
ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA SABESP
CNPJ/CPF: 56.765.472/0001-90
Processo: 01400.006697/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 158.606,25
Prazo de Captação: 10/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Enriquecimento do Núcleo de Memória da Sabesp com competência para recuperar e difundir a memória do complexo, integrando-os às histórias das comunidade em que são operantes através da preservação do acervo pessoal do Engenheiro e Sanitarista Armando Fonzari Pera.
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
11 2544 - Feira do Livro 2011
Carlos Henrique Schroeder
CNPJ/CPF: 004.468.399-57
Processo: 01400.006753/20-11
SC - Jaraguá do Sul
Valor do Apoio R$: 291.700,00
Prazo de Captação: 10/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realizar em praça pública central, na cidade de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina a 5ª edição da feira do livro de rua.
ANEXO II
ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
10 6421 - Essência Sertaneja - A Música Raiz e Sua História
LBA Eventos LTDA. ME
CNPJ/CPF: 09.099.309/0001-55
Processo: 01400.014182/20-10
SC - Timbó
Valor do Apoio R$: 437.847,50
Prazo de Captação: 10/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realizar o primeiro evento da música raiz e sua história através do evento Essência Sertaneja, na cidade de Timbó – SC.
10 10393 - Alex Alano - CD e Show
Wilson Alexander Alano
CNPJ/CPF: 467.190.590-68
Processo: 01400.020753/20-10
RS - São Francisco de Paula
Valor do Apoio R$: 114.290,00
Prazo de Captação: 10/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Em 30 anos de carreira, o cantor e compositor Alex Alano tem integrado sonoridades, temas e gêneros, em trabalhos coletivos e solo que apontam para uma MPB renovada. Depois de participar de cinco CDs como integrante de grupos como Venerável Lama e Cidade Baixa, o gaúcho quer registrar seu trabalho no formato solo com repertório inédito. O lançamento do CD terá show em Porto Alegre.
11 0509 - Realidade Paralela
GB Produtora
CNPJ/CPF: 08.074.814/0001-82
Processo: 01400.000721/20-11
RS - Porto Alegre
Valor do Apoio R$: 505.942,00
Prazo de Captação: 10/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Este projeto consiste, numa primeira etapa, em realizar a gravação do CD "Realidade Paralela Convida". Na segunda etapa, realizaremos um circuito de apresentações do lançamento do referido CD em quatro capitais de diferentes estados brasileiros: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre.
11 0198 - Flores e Frutos - show
VM Produções, Publicidade e Participações Ltda
CNPJ/CPF: 31.610.017/0001-94
Processo: 01400.000335/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 1.270.200,00
Prazo de Captação: 10/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Trata-se de um espetáculo cênico-musical da cantora Mariana de Moraes, grande talento atual da Música Popular Brasileira. Ela apresenta um rico repertório musical e interpreta cerca de 14 canções. O espetáculo conta com a Direção Artística de Adriana Calcanhotto, com os músicos Tomas Improta, Gabriel Improta, Rafael Barata e Rodrigo Villa, e a participação especial de renomados artistas brasileiros. Será feita uma turnê por 10 Capitais dos Estados do Brasil, com 1 show em cada e 2 em SP e no RJ.
ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 26)
11 1986 - SÃO JOÃO DA TRADIÇÃO EM PAU DA LIMA
2011 - ANO 8º
luciano damasceno dos santos
CNPJ/CPF: 545.409.095-68
Processo: 01400.005650/20-11
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 514.398,00
Prazo de Captação: 10/06/2011 a 31/07/2011
Resumo do Projeto:
será um evento sem fins lucrativo, realizado em praça publica para mais de 50.000 (cinquenta mil pessoas por dia, com bandas de forró tradicional, quadrilhas junina, samba de roda do reconcavo, e tudo que tem no são joão tradicional do nordeste, num bairro popular com uma população media de 150.000 (cinto e cinquenta mil moradores.

PORTARIA Nº 317, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria Nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria Nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:
Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.
Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
10 8830 - Encenação do Abarebebê - O Padre Voador
Associação dos Artistas
CNPJ/CPF: 03.890.545/0001-09
SP - São Vicente
Período de captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
08 10580 - Prêmio de Artes Cênicas de Minas Gerais 3ª edição
Instituto Cultural Sérgio Magnani
CNPJ/CPF: 06.922.630/0001-08
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
10 0899 - AZUL DOCE AZUL - Um texto infantil para o desenvolvimento criativo e participativo
Gislaine dos Santos
CNPJ/CPF: 022.297.849-00
SP - São Paulo
Período de captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
10 5859 - Pelas Ruas, Praças e Avenidas de São Paulo
RMR PRODUCAO ARTISTICA LTDA.
CNPJ/CPF: 09.557.491/0001-40
SP - São Paulo
Período de captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
07 6295 - Cidadania em Cena - Eu Mesmo - São Paulo - Interior
Ler é Fundamental Produções e Projetos Ltda.
CNPJ/CPF: 08.248.399/0001-36
SP - Santa Isabel
Período de captação: 01/02/2011 a 31/05/2011
10 10713 - Flagrantes Rodrigueanos Pelo Buraco da Fechadura
Vulpeculae Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 72.182.322/0001-00
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 07/05/2011 a 30/09/2011
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
10 10792 - Mostra da Coleção Astrup Fearnleys Museum - OSLO - EXPOSIÇÃO
Fundação Bienal de São Paulo
CNPJ/CPF: 60.991.585/0001-80
SP - São Paulo
Período de captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
10 1635 - X Bienal do Livro da Bahia
Fagga Promoção de Eventos S/A
CNPJ/CPF: 05.494.572/0001-98
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
10 3257 - LIVRO: RIO DE LÁGRIMAS
JOSÉ EUSTÁQUIO DA CONSOLAÇÃO SILVA
CNPJ/CPF: 914.135.406-00
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
07 6557 - Preservação da Coleção de Periódicos do Departamento
Biblioteca Mário de Andrade
Associação de Amigos e Patronos da Biblioteca Mario de Andrade
CNPJ/CPF: 07.050.696/0001-00
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2011 a 31/12/2011
ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)
08 6786 - Cool Awards 2010
MP Brasil Projetos e Eventos Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 03.985.762/0001-82
SP - São Paulo
Período de captação: 01/06/2011 a 31/12/2011

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
10 10526 - CaBloco Muderno
3MR&R produções artísticas LTDA
CNPJ/CPF: 10.432.889/0001-30
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/06/2011 a 31/12/2011

PORTARIA Nº 318, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria Nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria Nº 120, de 29 de março de 2010, RESOLVE:
ART. 1º - Alterar o enquadramento do projeto abaixo relacionado:
PRONAC: 11 1589 -"Soledade", publicado na portaria n. 0289/11 de 27/05/2011, publicada no D.O.U. em 30/05/2011.
Onde se lê: ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
Leia-se : ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 70, DE 9 JUNHO DE 2011

A SECRETÁRIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria n° 446, de 02 de fevereiro de 2011, e em cumprimento ao disposto na Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Decreto Nº 5.761, de 27 de abril de 2006, Medida Provisória Nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, alterada pela Lei Nº 10.454 de 13 de maio de 2002, resolve:
Art. 1º Autorizar a mudança de título do projeto audiovisual "Mostra de Cinema Árabe 2010", processo nº: 01400.014474/2010-79, Pronac nº: 10-6640, proponente: Formata Cultural, CNPJ nº: 12.063.207/0001-94, que passa a ser "Mostra de Cinema Árabe 2011".
Art. 2º Prorrogar o prazo de captação dos projetos audiovisuais, relacionados abaixo a esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos temos do Art. 18 da Lei Nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória Nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA DOURADO SANTANA

ANEXO

10 10733 - CINE PE Festival do Audiovisual de 2011
BPE- Bertini Produções e Eventos Culturais e Esportivos Ltda
CNPJ/CPF: 04.719.487/0001-18
PE - Recife
Período de captação: 09/06/2011 a 31/08/2011
09 0029 - I Florianópolis Festival - Festival Mundial de Cinema, Vídeo e Arte abordando produções sobre esporte
João Jorge da Silva Neto
CNPJ/CPF: 025.394.589-55
SC - Florianópolis
Período de captação: 01/06/2011 a 31/12/2011

PORTARIA Nº 71, DE 9 DE JUNHO DE 2011

A SECRETÁRIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria n° 446 de 02 de fevereiro de 2011, e em cumprimento ao disposto na Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Decreto Nº 5.761, de 27 de abril de 2006, Medida Provisória Nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, alterada pela Lei Nº 10.454 de 13 de maio de 2002, resolve:
Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo I, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei Nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória Nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.
Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual, relacionado no anexo II, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 26 da Lei Nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA DOURADO SANTANA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO I

11 1060 - Cinema Nômade
ONG Pivot Brasil
CNPJ/CPF: 05.299.816/0001-81
Processo: 01400.002180/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 630.880,00
Prazo de Captação: 09/06/2011 a 31/12/2011
Exibições quinzenais de filmes cujas temáticas abordam os limites dos comportamentos e dos valores, de julho de 2011 a junho de 2012 em São Paulo.
11 1208 - E O VENTO LEVOU....OS CINEMAS DE NITERÓI
Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à UFF
CNPJ/CPF: 03.438.229/0001-09
Processo: 01400.002367/20-11
RJ - Niterói
Valor do Apoio R$: 190.736,00
Prazo de Captação: 09/06/2011 a 31/12/2011
Produzir e apresentar uma exposição e um documentário, integrando a reabertura do Centro de Artes UFF, de junho a agosto de 2011.
11 2797 - A nova ficção científica
Tokyo Filmes Ltda.
CNPJ/CPF: 10.468.552/0001-82
Processo: 01400.007255/20-11
RS - Porto Alegre
Valor do Apoio R$: 218.900,00
Prazo de Captação: 09/06/2011 a 31/12/2011
Realização da mostra, promovendo debates com alguns diretores dos filmes exibidos e convidados, nos CCBBs de Brasília e do Rio de Janeiro, de 20/09 a 16/10/2011.
11 3225 - Cinema Para Inclusão Social
Eduardo Alves Franca
CNPJ/CPF: 025.857.757-63
Processo: 01400.008189/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 189.000,00
Prazo de Captação: 09/06/2011 a 31/12/2011
Exibição gratuita de filmes para o público infantil, jovens e adultos, na cidade de Guapimirim - RJ, de 13/06 a 08/10/2011.
11 0957 - TERRA DOS MENINOS PELADOS
Izis Negreiros de Souza
CNPJ/CPF: 345.931.872-49
Processo: 01400.002019/20-11
AM - Manaus
Valor do Apoio R$: 79.455,00
Prazo de Captação: 09/06/2011 a 31/12/2011
Produção de um curta metragem de 15 minutos, que vem mostrar a importância da comunicação através do contato direto com a natureza.
11 3735 - Festival de Cinema Artivist
Maiss Serviço de Entretenimento Cultural LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.025.619/0001-25
Processo: 01400.014359/20-11
RJ - Resende
Valor do Apoio R$: 467.050,00
Prazo de Captação: 09/06/2011 a 31/12/2011
Realização da 8ª edição do festival, visa promover a sensibilização do público brasileiro para os temas sociais e ambientais de interesse global, de julho a dezembro de 2011 no Rio de Janeiro.
10 4060 - 2° Festival de Cinema Nacional de Petrópolis
Pery Vianna Cavalcanti
CNPJ/CPF: 774.218.767-15
Processo: 01400.010269/20-10
PR - Maringá
Valor do Apoio R$: 114.721,00
Prazo de Captação: 09/06/2011 a 31/12/2011
Realização da 2ª edição do festival, com mostras competitivas para longas e curtas-metragens, de 19 a 26 de dezembro de 2010.
10 11477 - VIAGEM AO IMPÉRIO DO CENTRO
Associação Cultural e de Pesquisa Noel Rosa
CNPJ/CPF: 40.181.307/0001-50
Processo: 01400.022442/20-10
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 466.519,17
Prazo de Captação: 09/06/2011 a 31/12/2011
Produção de um documentário de 70 minutos, sobre a missão oficial de um grupo de mestres de todo o Brasil envolvidos na prática do Tai Chi Chuan.
10 10559 - Imigrantes
Raiz Produtora de Vídeo e Eventos Culturais
CNPJ/CPF: 09.584.143/0001-62
Processo: 01400.020957/20-10
SP - Jundiaí
Valor do Apoio R$: 391.906,19
Prazo de Captação: 09/06/2011 a 31/12/2011
Produção de um documentário de 56 minutos, sobre a imigração da região de Jundiaí, pós-desbravamento da região pelos bandeirantes.

ANEXO II

10 11893 - Cinema Para Todos - Paraná
Serviço Social da Indústria - Curitiba/PR
CNPJ/CPF: 03.802.018/0001-03
Processo: 01400.022967/20-10
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 222.000,00
Prazo de Captação: 09/06/2011 a 31/12/2011
Promover e disseminar o acesso a exibição cinematográfica, distribuindo 20.000 ingressos a trabalhadores e familiares do SESI.

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 314-T/GC4, DE 8 DE JUNHO DE 2011

Autoriza a reversão de parcela de área sob a jurisdição do Comando da Aeronáutica, no Município do Rio de Janeiro-RJ, à Secretaria do Patrimônio da União, e dá outras providências.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no art. 77 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, tendo em vista o disposto no § 1º do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67291.001354/2009-61, resolve:

Art. 1º Autorizar a reversão de parcela de área, medindo 12.084,67 m², no Município do Rio de Janeiro-RJ, constituinte do Tombo nº RJ.012-002, com 127.466,84 m², sob a jurisdição do Comando da Aeronáutica, à Secretaria do Patrimônio da União, com vistas à sua futura destinação à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2º Delegar competência ao Major-Brigadeiro-do-Ar LUIZ CARLOS TERCIOTTI, Comandante do Terceiro Comando Aéreo Regional, para representar o Comando da Aeronáutica na assinatura do Termo de Reversão e dar provimento às ações administrativas pertinentes, junto à Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro - SPU/RJ.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Ten.-Brig. do Ar JUNITI SAITO

PORTARIA Nº 320/GC5, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Revogação de Portaria.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando a emissão, pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), da Decisão n° 73, de 7 de junho de 2011 (Processo ANAC n° 60800.102076/2011-46), publicada no Diário Oficial da União n° 110, seção 1, página 3, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria n° 663/GM5, de 8 de outubro de 1996, publicada no Diário Oficial da União n° 196, Seção 1, página 20239/40, de 9 de outubro de 1996.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten.-Brig. do Ar JUNITI SAITO

COMANDO DA MARINHA
DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 109/DPC, DE 8 DE JUNHO DE 2011

Credencia a Empresa MB & MARTINS LTDA ME para ministrar cursos relativos ao PREPOM-Aquaviários.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria Ministerial nº 156/MB, de 03 de junho de 2004, do Comandante da Marinha e de acordo com o contido no artigo 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Credenciar a Empresa MB&MARTINS LTDA ME para ministrar os Cursos: de Formação de Aquaviários - Módulo Especial (CFAQ-E); de Formação de Aquaviários Módulos II-III para Marítimos (CFAQ-II-III M); Especial de Segurança Pessoal e Responsabilidades Sociais (ESRS); Especial Básico de Primeiros Socorros (EBPS); Especial de Sobrevivência Pessoal (ESPE); Especial Básico de Combate a Incêndio (ECIN); Especial de Familiarização em Navios-Tanques (EFNT); Especial Avançado de Combate a Incêndio (ECIA); e Especial de Segurança de Embarcação de Passageiros (ESEP), ficando a empresa vinculada à Capitania dos Portos do Rio de Janeiro (CPRJ), para complementar a capacidade desse Órgão de Execução (OE) do Sistema do Ensino Profissional Marítimo (SEPM), na aplicação dos cursos do SEPM, quando pertinente, de modo a atender ao previsto no Programa do Ensino Profissional Marítimo para Aquaviários (PREPOM-Aquaviários) anual.

§1º Ao término de cada curso autorizado, a Empresa MB&MARTINS deverá enviar à CPRJ a relação dos alunos aprovados, com o respectivo aproveitamento, a fim de possibilitar a emissão da Ordem de Serviço e dos Certificados Modelo DPC-1034 correspondentes.

Art. 2º O presente credenciamento tem a validade de dois anos, a partir da data de início da vigência desta Portaria, podendo ser renovado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA
Vice-Almirante

COMANDO DO EXÉRCITO
INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL

ATO DE 6 DE JUNHO DE 2011

O Diretor-Presidente da INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL, em cumprimento ao disposto no art. 4º do Decreto nº 908, de 31/08/1993, autoriza a publicação do Acordo Coletivo de Trabalho 2011/2012, anexo, celebrado entre a IMBEL e SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS E FARMACÊUTICAS DE LORENA E PIQUETE-SP. BASE TERRITORIAL LORENA, PIQUETE, CACHOEIRA PAULISTA, CRUZEIRO, LAVRINHAS E QUELUZ; SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE ITAJUBÁ, PARAISÓPOLIS E REGIÃO; SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS, INFORMÁTICA, MATERIAL ELETRÔNICO, CONST. E REPARO NAVAL, MANUT. E CONSERVAÇÃO DE ELEVADORES, MATERIAL BÉLICO, SIDERÚRGICAS, REPARAÇÃO E MANUT. VEÍCULOS, REFRIGERAÇÃO E MAT. ELÉTRICO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO; SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PRODUTOS QUÍMICOS, FARMACÊUTICOS, DE EXPLOSIVOS E DE MAT. PLÁSTICO DO MUNICÍPIO DE MAGÉ-RJ e SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS, FARMACÊUTICAS E DE MATERIAL PLÁSTICO DE JUIZ DE FORA - MG.

Gen.-Bda. ÁLVARO HENRIQUE VIANNA DE MORAES

ANEXO

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2011/2012

CLÁUSULA PRIMEIRA - REAJUSTE DE SALÁRIOS

1.1 - Por livre negociação entre as partes, devidamente aprovada por decisão em assembléia de trabalhadores, para os efeitos do artigo 8º, inciso VI, da Constituição Federal, os salários vigentes em 31 de março de 2011, serão reajustados pelo índice de 6,31% (seis virgula trinta e um por cento) a partir de 01 de abril de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - SALÁRIOS

2.1 - Salário de admissão:

As admissões de empregados pela IMBEL são realizadas através de concurso público, de acordo com o previsto nos dispositivos legais vigentes, obedecendo-se as regras contidas no Plano de Cargos e Salários, sendo que o salário de admissão corresponderá à referência inicial de cada cargo, excetuando-se os casos especiais conforme características do mercado de trabalho e os cargos comissionados.

2.2 - Fica estipulado, a partir de 01 de abril de 2011, o piso salarial de R$ 828,48 (oitocentos e vinte e oito reais e quarenta e oito centavos) para efeito de cumprimento do presente Acordo Coletivo de Trabalho que poderá ser reajustado nas mesmas datas e pelo percentual que a Lei, o próximo Acordo Coletivo e conforme parâmetros a serem definidos pelos órgãos controladores determinarem para reajustamento dos salários da categoria profissional acordante.

2.3 - O piso salarial fixado no item 2.2, deverá prevalecer sobre qualquer valor constante do Plano de Cargos e Salários a que o funcionário está vinculado, sempre que tal condição for mais favorável ao trabalhador.

2.4 - Ficam excluídos da cláusula, 1ª, item 1.1 e cláusula 2ª, itens 2.1, 2.2 e 2.3, as contratações de aprendizes regulamentados por lei especial, e face ao disposto em cláusula específica contida no presente Acordo.

2.5 - Trabalho igual, salário igual:

Conforme previsto no caput do artigo 461 da C.L.T., sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado na mesma Unidade corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade, cor, raça, idade ou estado civil.

2.5.1 - Trabalho de igual valor, para fins desta Cláusula, será o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço não seja superior a dois anos na mesma função.

2.5.2 - Os dispositivos previstos na cláusula 2ª, itens 2.5 e 2.5.1, não prevalecerão quando as eventuais diferenças salariais entre funcionários que ocupam a mesma função, decorrerem de reajustes contemplados pelo Plano de Cargos e Salários, cujas regras estruturadas de organização e normalização definidas para as relações de trabalho, buscam estimular e valorizar as competências individuais e a avaliação do desempenho da força de trabalho.

2.6 - Salário de Substituição

Em toda substituição que não tenha caráter meramente eventual e que não seja definitivo, com prazo igual ou superior a 15 dias na atividade operacional ou administrativa, o empregado substituto fará jus a um adicional de substituição equivalente à diferença entre seu salário nominal e o salário nominal do substituído, sem se considerarem as vantagens pessoais (Súmula 159 do TST), calculada proporcionalmente ao número de dias da substituição integral das atividades. O referido adicional somente será aplicado quando o salário nominal do substituto for inferior ao do substituído.

2.6.1 - O pagamento do adicional mencionado será devido a partir do primeiro dia da substituição integral das atividades do substituído e cessará com o término da mesma.

2.6.2 - O trabalhador substituto só poderá exercer a função do substituído mediante designação escrita do Superintendente da Unidade e desde que preencha os requisitos técnicos e legais necessários para o desempenho integral da função.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CLÁUSULA TERCEIRA - APRENDIZES

3.1 - Conforme previsto no artigo 17 do Decreto nº 5.598, de 01/12/2005, será garantido aos aprendizes, o salário mínimo nacional/hora em vigor durante todo o período de vigência do contrato de aprendizagem.

3.2 - Serão considerados aprendizes, aqueles contratados direta ou supletivamente pela IMBEL, através de entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, previsto nos artigos 8º e 15º do Decreto 5.598/2005.

3.3 - A IMBEL não poderá rescindir antecipadamente o cumprimento do contrato de aprendizagem, a não ser pelos motivos previstos no artigo 28 do Decreto 5.598/2005, sendo necessária a assistência do Sindicato representativo da categoria profissional.

3.4 - As condições e prazos de inscrições para seleção de candidatos aprendizes, deverão ser divulgadas nas entidades qualificadas em formação técnico-profissional e nos quadros de aviso da Empresa.

CLÁUSULA QUARTA - HORAS EXTRAORDINÁRIAS

4.1 - As horas extraordinárias prestadas de segunda a sexta-feira serão pagas com acréscimo de 75% (setenta e cinco por cento) sobre o valor da hora normal.

4.2 - Todas as horas extraordinárias prestadas durante o descanso semanal remunerado, sábados compensados, ou dias já compensados ou feriado, serão acrescidas de 120% (cento e vinte por cento). Portanto o empregado que prestar serviço nesta situação fará jus a:

a) Pagamento de descanso semanal remunerado, de acordo com a Lei;

b) Pagamento das horas trabalhadas;

c)120% a título adicional, sobre as horas trabalhadas.

4.3 - Quando houver convocação domiciliar, serão garantidos os mesmos percentuais previstos nesta cláusula, nos respectivos dias, respeitado o pagamento mínimo equivalente a quatro horas extraordinárias, bem como o intervalo legal de 11 (onze) horas ininterruptas entre uma jornada e outra.

4.4 - Entende-se por convocação domiciliar os casos de serviços inadiáveis de força maior, tendo caráter eventual e esporádico, ficando excluídos desta Cláusula, as convocações em escala de sobreaviso.

4.5 - As horas extraordinárias, efetivamente trabalhadas, deverão ser registradas no mesmo controle de ponto das horas normais.

4.6 - A Empresa comunicará ao funcionário, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, a necessidade de realização de horas extras nos sábados, domingos e feriados.

CLÁUSULA QUINTA - ADICIONAL NOTURNO

5.1 - O adicional noturno previsto no artigo 73 e parágrafos da CLT será de 30% (trinta por cento) de acréscimo em relação à hora diurna, aplicando-se, também, aos casos de trabalho noturno em turnos de revezamento.

CLÁUSULA SEXTA - INCIDÊNCIA SOBRE FÉRIAS E DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

6.1 - Para empregados que recebam parte variável de salários representada por porcentagens relativas a prêmios de produção, adicional noturno e outros adicionais legais, os pagamentos de férias e 13º salário deverão ser acrescidos da média duodecimal da parte variável no período aquisitivo, calculada com base nos valores pagos nos 12 meses, atualizados mediante aplicação dos correspondentes reajustamentos salariais da categoria.

CLÁUSULA SÉTIMA - ATRASO DE PAGAMENTO

7.1 - O pagamento dos salários deverá ser efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao vencido, sob pena de incidência de juros de mora referida no artigo 39 da Lei n.º 8.177 de 01/03/1991.

7.2 - A Empresa também incorrerá em juros de mora referido nesta cláusula, item 7.1, se não efetuar o pagamento do 13º salário nas datas previstas em Lei.

7.3 - Quando o 5º (quinto) dia útil do mês, coincidir com domingo ou feriado, o pagamento de salários será antecipado para o dia útil imediatamente anterior.

CLÁUSULA OITAVA - CESTA BÁSICA

8.1 - A Empresa concederá Cesta Básica no valor de R$ 318,47 (trezentos e dezoito reais e quarenta e sete centavos) por mês, somente através de crédito no cartão eletrônico concedido ao empregado, até a próxima data base de negociação coletiva. O referido valor já está incrementado com o mesmo percentual de reajuste dos salários (6,31%) estabelecido na cláusula 1ª deste Acordo Coletivo de Trabalho.

8.2 - Será concedido no mês de dezembro, por ocasião do pagamento da segunda parcela do 13º salário, o crédito adicional no cartão eletrônico de 1(uma) Cesta Básica no valor de R$318,47 (trezentos e dezoito reais e quarenta e sete centavos), observando-se os demais critérios de concessão previstos neste Acordo Coletivo de Trabalho.

8.3 - Excetuando-se as faltas previstas em Lei e as deste Acordo Coletivo de Trabalho, o empregado perderá automaticamente o direito ao crédito do valor do benefício (Cesta Básica), no cartão eletrônico, no mês subsequente, quando cumulativamente ou não:

a) tiver 02 (duas) faltas injustificadas no mês,

b) tiver acima de 03 (três) faltas justificadas durante o mês, desde que informadas aos superiores hierárquicos responsáveis,

c) tiver efetivamente trabalhado menos de 15 dias no mês, quando do desligamento ou admissão.

8.4 - Nos casos de afastamento por licença médica (auxílio-doença) e mediante perícia do INSS, o benefício de concessão do crédito no cartão eletrônico da Cesta Básica será mantido pelo período de 12 (doze) meses, excetuando-se os casos de afastamento por acidente do trabalho, em cujo período, o benefício será mantido até a alta médica e retorno do empregado às atividades.

8.5 - A concessão da referida Cesta Básica não se caracteriza como salário "in natura" (utilidade).

CLÁUSULA NONA - AUXÍLIO-CRECHE

9.1 - Com o objetivo de incrementar o amparo à maternidade e à infância, bem como propiciar a melhor utilização dos recursos despendidos normalmente pela Empresa, através de convênios-creche, as partes signatárias do presente Acordo, analisada a Portaria MTB-3.296, de 03/09/86, estabelecem a seguinte condição que deverá ser adotada pela Empresa, com relação à manutenção e guarda dos filhos de suas empregadas-mães, no período de amamentação.

9.2 - A Empresa obriga-se a manter local apropriado para guarda e vigilância dos filhos de suas empregadas, no período de amamentação, na forma dos parágrafos primeiro e segundo do artigo 389 da CLT ou concederá alternativamente, às mesmas e por opção destas, um reembolso de despesas efetuadas para este fim.

9.3 - O valor do reembolso mensal corresponderá às despesas feitas e comprovadas no período de amamentação, com a guarda, vigilância e assistência de filho (a) registrado (a) ou legalmente adotado (a), até o limite máximo mensal de R$ 210,28 (duzentos e dez reais e vinte e oito centavos), e quando a guarda for confiada à entidade credenciada ou à pessoa física, mediante a apresentação de documentos legais de contratação que comprovem a prestação dos serviços mencionados nesta cláusula, ressalvadas as condições mais favoráveis eventualmente já existentes na Empresa. O referido valor já está incrementado com o mesmo percentual de reajuste dos salários (6,31%) estabelecido na cláusula 1ª deste Acordo Coletivo de Trabalho.

9.4 - Dado seu caráter substitutivo do preceito legal, bem como por ser meramente liberal, temporário e não remuneratório, o valor reembolsado não integrará a remuneração para quaisquer efeitos (súmula 310 STJ).

9.5 - O reembolso beneficiará somente aquelas empregadas-mães que estejam em serviço efetivo na Empresa, excetuando-se os casos de licenças e/ou afastamentos por auxílio doença ou acidente de trabalho.

9.6 - O reembolso será devido independentemente do tempo de serviço na Empresa e cessará no máximo em 24 (vinte e quatro) meses após o término do licenciamento compulsório, ou antes, deste prazo, na ocorrência de rescisão do contrato de trabalho. O prazo de vinte e quatro meses é válido apenas para a opção de reembolso.

9.7 - Em caso de parto múltiplo, o reembolso será devido em relação a cada filho, individualmente.

9.8 - Na hipótese de adoção legal, o reembolso será devido em relação ao adotado em período de amamentação, a partir da data da respectiva comprovação legal.

9.9 - Os benefícios relativos a esta cláusula, a requerimento dos interessados, poderão ser estendidos, aos empregados pais, viúvos, divorciados ou separados judicialmente, que legalmente venham a deter a guarda legal e exclusiva do(s) filho(s), durante o período legal de amamentação.

CLÁUSULA DÉCIMA - FALTAS E HORAS ABONADAS

10.1 - O (a) empregado (a) poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário nos seguintes casos:

a) 03 (três) dias úteis, em caso do falecimento de cônjuge, companheiro ou companheira, ascendente, descendente, irmão ou irmã;

b) 03 (três) dias úteis, não incluindo o dia do evento, em virtude de casamento;

c) 01 (um) dia útil, para alistamento militar;

d) 01 (um) dia útil, para realizar exames médicos exigidos pelo Exército;

e) 05 (cinco) dias consecutivos, quando do nascimento de filho (a);

f) 01 (um) dia para cada vez que houver doação de sangue pelo empregado;

g) 02 (dois) dias, já incluindo o dia do evento, em caso de falecimento de sogro ou sogra;

h) 01 (um) dia para o empregado dar entrada no seu processo de aposentadoria junto ao INSS;

i) 01 (um) dia, para internação e 01 (um) dia para alta médica de cada filho ou dependente legal do empregado, esposa (o) ou companheira (o), desde que coincidente com o dia/horário de trabalho;

j) 40 (quarenta) horas, não consecutivas, durante o ano, para levar o filho (a) dependente ao médico. Para serem abonadas as horas, a (o) funcionária (o) deverá comprovar que o tempo gasto foi utilizado exclusivamente para o atendimento médico e no percurso: residência X médico X residência X Imbel. As horas excedentes serão compensadas em qualquer dia a critério da Empresa. Excetuam-se desse limite os dependentes legais excepcionais, assim entendidos como os tratados na cláusula 14ª deste Acordo.

l) Até ½ (meio) dia para providenciar 2ª via da CTPS, desde que notificado e/ou aprovado previamente na Seção de Recursos Humanos da Unidade.

10.2 - A Empresa compromete-se a considerar durante a vigência deste Acordo Coletivo, justificadas até 03(três) faltas ou atrasos de seus empregados, desde que os motivos sejam comunicados, justificados e comprovados até o 1º dia útil consecutivo contado da ausência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GESTANTES

11.1 - Fica assegurada a garantia de emprego ou salário à empregada gestante, desde a confirmação da gravidez a até 05 (cinco) meses após o parto, nos termos, do artigo 10,II,"b", do ADCT, ou até 90 (noventa) dias após o término do afastamento legal, prevalecendo, destas duas alternativas, a que for mais favorável à empregada e sem prejuízo de aviso prévio legal, exceto nos casos de contrato por prazo determinado, observado o § 4º do artigo 1º da Lei nº 9.601 de 21/01/98, dispensa por justa causa, pedido de demissão e acordo entre as partes. Nos dois últimos casos, as rescisões serão feitas com a assistência do Sindicato dos Trabalhadores, sob pena de nulidade.

11.2 - A Empresa proporcionará às suas empregadas gestantes condições de trabalho compatíveis com seu estado, e sob orientação do serviço médico próprio ou contratado e, na falta destes, por médico do INSS.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - AUXÍLIO FUNERAL

12.1 - No caso de falecimento de empregado (a), a Empresa pagará ao beneficiário legal, na forma da legislação previdenciária, numa única vez, a título de auxílio-funeral, contra apresentação do atestado de óbito o valor correspondente a 03 (três) pisos salariais em vigor na data do pagamento do benefício.

12.2 - A Empresa fica desobrigada do cumprimento da presente cláusula, caso mantenha Apólice de Seguro de Vida em Grupo gratuito aos seus empregados e desde que a indenização securitária por morte seja igual ou superior aos valores acima estipulados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - LICENÇA PARA EMPREGADA ADOTANTE

13.1 - A Empresa concederá licença remunerada de 45 (quarenta e cinco) dias para as empregadas que adotarem judicialmente crianças na faixa etária de 0 (zero) a 05 (cinco) anos de idade a partir da respectiva comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - AUXÍLIO POR FILHO EXCEPCIONAL

14.1 - A Empresa reembolsará aos seus empregados mensalmente, a título de auxílio, o valor correspondente de até 20% (vinte por cento) do piso salarial, estabelecido na cláusula 2ª, item 2.2 vigente, no mês de competência do reembolso, as despesas efetivas e comprovadamente feitas pelos mesmos com educação especializada de seu (s) filho (s) excepcional (ais), assim considerados os portadores de limitação psicomotora, os cegos, os surdos, os mudos, os deficientes mentais e os portadores de doenças congênitas, comprovado cada caso por médico especialista e ratificado pelo médico da Empresa e, na falta deste, por médico do convênio concedido pela Empresa aos seus empregados ou do INSS, nesta ordem, de preferência.

14.2 - A Empresa reembolsará até 25% (vinte e cinco por cento) do piso salarial estabelecido na cláusula 2ª, item 2.2 mediante apresentação de receita médica e nota fiscal para a aquisição de medicamentos destinados ao filho excepcional e aos portadores de doenças congênitas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO

15.1 - A Empresa poderá descontar mensalmente dos salários de seus empregados, de acordo com o artigo 462 da CLT, além dos itens permitidos por Lei, também os referentes a seguro de vida em grupo, empréstimos pessoais, contribuições e associações de funcionários e outros benefícios concedidos, desde que previamente autorizados por escrito pelos próprios empregados, preservando-se a proporção de 30% (trinta por cento) da remuneração líquida mensal, nos termos do artigo 82 § único da C.L.T.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PRAZOS NAS RESCISÕES CONTRATUAIS

16.1 - A liquidação de todos os direitos trabalhistas deverá ser efetivada no prazo legal. O não cumprimento dos prazos acima citados acarretará multa, de acordo com o artigo 39 da Lei nº 8.177, de 01/03/1991.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - SUPLEMENTAÇÃO SALARIAL- INSS

17.1 - A Empresa complementará durante a vigência do presente Acordo do 16º (décimo sexto) até o 315º (tricentésimo décimo quinto) dia, mediante perícia médica do INSS, os salários líquidos corrigidos com os demais salários da categoria profissional, dos empregados afastados por motivo de Acidente de Trabalho, que trabalhem na Empresa há mais de 90 (noventa) dias.

17.2 - A Empresa complementará o décimo terceiro salário, considerando o salário líquido do empregado que se afastar por motivo de Acidente de Trabalho por mais de 15 (quinze) dias e menos de 01 (um) ano.

17.3 - A Empresa complementará do 16º (décimo sexto) ao 90º (nonagésimo) dia os salários para os casos de afastamento por auxílio doença, mediante perícia médica do INSS.

17.4 - Não sendo conhecido o valor básico da Previdência Social, a complementação deverá ser paga em valores estimados, devendo a diferença a maior ou a menor, ser compensada no pagamento imediatamente posterior.

17.5 - Aos empregados em período de carência prevista na legislação previdenciária, será pago o correspondente a 60% (sessenta por cento) do seu salário nominal.

17.6 - As complementações previstas nos itens 17.1, 17.2, 17.3 e 17.5 deverão ser pagas com o pagamento mensal dos demais empregados.

17.7 - A Empresa assegurará aos empregados licenciados por motivo de doença (auxílio-doença), quando do seu imediato retorno ao trabalho, a garantia de emprego pelo prazo de 30 (trinta) dias.

17.8 - Não se aplica o previsto nessa cláusula para os casos de empregados aposentados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - EMPREGADOS ESTUDANTES

18.1 - Fica garantida a manutenção do horário de trabalho do empregado estudante, desde que matriculado em estabelecimento de ensino e cursando ensino fundamental, médio, superior, curso de formação profissional ou profissionalizante, notificada a Empresa, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias a partir do início da vigência deste Acordo Coletivo ou da matrícula na Instituição de Ensino.

18.2 - Havendo conflito de horários, serão abonadas as faltas dos empregados estudantes para prestação de exames em escolas oficiais ou reconhecidas, desde que feitas as comunicações à Empresa, por escrito, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência e posterior comprovação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

18.3 - Em dias de provas, desde que apresente comprovante, o empregado estudante terá abonada 01 (uma) hora antes do término do expediente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - AVISO PRÉVIO

19.1 - O aviso prévio será comunicado por escrito e contra recibo, esclarecendo se será trabalhado ou não.

19.2 - A redução de duas horas diárias, prevista no artigo 488 da CLT, será utilizada, atendendo a conveniência do empregado, no início ou no fim da jornada de trabalho, mediante opção única do empregado por um dos períodos, exercida no ato do recebimento do pré-aviso, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do citado artigo da CLT.

19.3 - Caso o empregado seja impedido pela Empresa de prestar sua atividade profissional durante o aviso prévio, o mesmo lhe será indenizado.

19.4 - Ao empregado que, no curso do aviso prévio trabalhado, solicitar por escrito ao empregador o seu imediato desligamento, fica assegurado esse direito bem como a anotação da respectiva data de saída na CTPS. Neste caso, a Empresa está obrigada, em relação a esta parcela, a pagar apenas os dias efetivamente trabalhados, sem prejuízo das duas horas diárias previstas no artigo 488 da CLT, proporcionais ao período não trabalhado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - EMPREGADA EM IDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MILITAR

20.1 - Garantia de emprego ou salário ao empregado em idade de prestação de serviço militar inclusive Tiro de Guerra, desde o seu alistamento e até a incorporação e nos 90 (noventa) dias após a baixa ou desligamento da unidade em que serviu, exceto nos casos de contrato por tempo determinado, aprendizes, dispensa por justa causa, pedido de demissão e rescisão por acordo. Nos dois últimos casos, as rescisões se farão com a assistência do Sindicato dos Trabalhadores, sob pena de nulidade.

20.2 - Havendo coincidência entre o horário de trabalho e o horário de prestação do Tiro de Guerra, o empregado não sofrerá prejuízo em sua remuneração, desde que apresente, a cada ausência, comprovante da unidade em que serve.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - MEDIDAS DE PROTEÇÃO AO TRABALHO/QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

21.1 - A Empresa adotará medidas de proteção, prioritariamente de ordem coletiva e supletivamente de ordem individual, em relação às condições de trabalho, segurança, higiene e ambiental dos empregados.

21.2 - A Empresa se obriga a manter serviços de atendimentos de primeiros socorros médicos ou de enfermaria interno ou externo, próprio ou de terceiros, para os empregados que trabalhem em turnos de revezamento, no horário noturno e aos sábados, domingos e feriados, levando-se em conta as características das atividades desenvolvidas.

21.3 - As máquinas e os equipamentos em geral deverão dispor de mecanismos de proteção, na forma da Lei, a fim de garantirem a integridade física dos empregados.

21.4 - Quando o empregado, no exercício de sua função, entender que sua vida ou integridade física se encontram em risco, pela falta de medidas adequadas de proteção no posto de trabalho, poderá suspender a realização da respectiva operação (o próprio trabalho), comunicando imediatamente tal fato ao seu superior e ao Setor de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho da Empresa, cabendo a este investigar eventuais condições inseguras e comunicar o fato à CIPA.

21.5 - O retorno à operação se dará após a liberação do posto de trabalho do referido Setor.

21.6 - Os membros da CIPA terão acesso aos resultados dos levantamentos das condições ambientais e de higiene e segurança do trabalho.

21.7 - Os treinamentos dos empregados contra incêndio serão ministrados periodicamente no horário normal de trabalho. Quando necessário ministrar esses treinamentos fora da jornada de trabalho, as horas despendidas para tanto, serão remuneradas como extraordinárias, nos termos da respectiva cláusula deste Acordo.

21.8 - A Empresa fornecerá, dentro de suas possibilidades, melhora na qualificação de seus empregados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CIPA

22.1 - A Empresa se compromete a cumprir todos os preceitos da Norma Regulamentadora nº 05 (NR-5), que estabelece as regras para constituição, organização, atribuição, funcionamento, treinamento, processo eleitoral, bem como as demais disposições previstas na referida NR-05, para a instituição da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (CIPA).

22.2 - Os Sindicatos serão comunicados no prazo de 15 (quinze) dias antes da eleição da CIPA e 15 (quinze) dias após a realização das eleições, do resultado final, indicando-se a data do pleito, da posse e os nomes dos eleitos, especificando-se os efetivos e os suplentes, ficando vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa, para fins de fiscalização e cumprimento do artigo 10º, II "a", do ADCT. A CIPA, mensalmente, remeterá cópias das atas de reuniões aos respectivos Sindicatos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - EPI E UNIFORMES

23.1 - Quando indispensável à prestação de serviços ou quando exigido pela Empresa, esta fornecerá a todos os seus empregados e quando for o caso aos temporários, gratuitamente EPI (equipamento de proteção individual) adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, inclusive óculos de segurança com grau conforme receita médica, devendo os mesmos empregados utilizá-los observados pela Empresa e pelos empregados respectivamente, os itens 6.2 e 6.3 da Norma Regulamentadora (NR-06) aprovada pela Portaria MTB - 3.214/78.

23.2 - Quando a Empresa ou a função, na atividade produtiva fabril ou na atividade principal, exigirem que seus empregados usem uniformes, inclusive calçados especiais, para a prestação de serviços, a Empresa deverá fornecê-los gratuitamente. A reposição do uniforme deverá ocorrer sempre que este se encontrar sem condições de uso.

23.3 - Até o quinto dia de trabalho do empregado de produção, a Empresa procederá ao seu treinamento com EPI, necessário ao exercício de suas atribuições, bem como lhe dará conhecimento dos programas de prevenção desenvolvidos na própria Empresa.

23.4 - A Empresa deverá manter, nas enfermarias ou caixas de primeiros socorros, absorventes higiênicos que serão fornecidos gratuitamente às suas empregadas para ocorrências emergenciais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - COMUNICAÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO

24.1 - Tendo em vista que a Empresa não mantém convênio com o INSS, a esta fica obrigada a comunicar qualquer acidente do trabalho, com afastamento, até o primeiro dia útil seguinte da ocorrência.

24.2 - Em caso de atraso na comunicação, a Empresa arcará com os eventuais prejuízos que o empregado possa vir a sofrer em decorrência desse fato.

24.3 - Ainda no mesmo prazo, a Empresa fica obrigada a remeter cópias de todas as CAT´s aos membros efetivos da CIPA e aos respectivos Sindicatos.

24.4 - Ficam ressalvadas condições eventualmente mais favoráveis previstas em Lei que estejam em vigência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

25.1 - As Unidades da IMBEL que dispuserem de serviço médico próprio ou em convênio, terão a seu cargo o exame médico e o abono de faltas correspondentes ao período dos primeiros 15 (quinze) dias consecutivos ao afastamento da atividade por motivo de doença.

25.2 - A Empresa reconhecerá a validade dos atestados médicos ou odontológicos, sob a responsabilidade do Sindicato dos Trabalhadores ou de Órgãos Públicos Federais, Estaduais e Municipais de Saúde, expedidos em conformidade com a Portaria MPAS n.º 3.291, de 20 de fevereiro de 1984, podendo a qualquer tempo verificar a idoneidade do atestado, sem prejuízo das implicações legais do ato faltoso previsto no art.482, "a" da CLT.

25.3 - A Empresa aceitará atestado médico/odontológico do convênio do cônjuge. No entanto os atestados serão acompanhados pelo médico do trabalho da Unidade da Empresa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ASSISTÊNCIA MÉDICA

26.1 - A Empresa permitirá que os empregados, que assim o desejarem, possam declinar expressamente do direito de seu uso para si e seus dependentes legais do convênio médico. É vedada a inclusão de qualquer agregado no Plano Empresarial de Assistência Médica.

26.2 - Caso o empregado queira reingressar nos planos contratados pela Empresa deverá se submeter aos períodos de carência dos planos médicos, conforme legislação que os regulam.

26.3 - Durante a vigência do contrato de trabalho, em caso de afastamento pela Previdência Social por auxílio-doença, acidente de trabalho, doença profissional e licença maternidade, o empregado que optou pelo plano de assistência médica será nele mantido desde que continue contribuindo com o seu valor na mensalidade do plano médico e a Empresa se compromete a manter o benefício pelo prazo máximo de até 36 (trinta e seis) meses.

26.4 - Durante o tratamento médico decorrente de acidente do trabalho, a Empresa fornecerá, gratuitamente, ao acidentado os medicamentos prescritos pelo médico encarregado do tratamento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - EXAMES MÉDICOS

27.1 - Todos os empregados que atuem em áreas operacionais e administrativas serão submetidos a exames médicos e laboratoriais periódicos previstos na legislação, sendo que estes serão informados do resultado dos exames, podendo ser por escrito, a critério médico.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - FÉRIAS

28.1 - O início das férias coletivas ou individuais, integrais ou não, não poderá coincidir com DSR, feriados ou dias já compensados, quando este dia não for considerado como dia útil.

28.2 - Quando os dias compensados recaírem no período de gozo das férias, estes deverão ser pagos pela Empresa, em número de horas correspondentes aos dias já compensados.

28.3 - A concessão das férias será comunicada por escrito, ao empregado, com antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a esse assinar a respectiva notificação.

28.4 - Os empregados poderão optar pela antecipação de 50% (cinqüenta por cento) do 13º salário de acordo com a legislação vigente ou até o prazo da previsto no item 28.3.

28.5 - Em decorrência de problemas técnicos, econômicos ou financeiros, objetivando evitar dispensa de empregados a Empresa poderá comunicar os Sindicatos dos Trabalhadores, e conceder férias coletivas, inclusive com o pagamento do respectivo abono pecuniário, mediante entendimento direto com os empregados com antecedência de 15 (quinze) dias desde que as referidas férias atinjam ao menos, uma seção completa.

28.6 - Quando as férias coletivas ultrapassarem 20 (vinte) dias, o empregado poderá optar pelo abono pecuniário legal, até o limite do seu direito de férias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE

29.1 - A Empresa, em oferecendo, aos empregados serviços próprios de alimentação e transporte, somente procederá ao reajustamento de preços, quando cobrados, na época dos reajustes ou aumentos gerais de salários, espontâneos ou não.

29.2 - A alimentação fornecida pela Empresa e desde que utilizando o Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT não constituirá salário "in-natura".

29.3 - Todo empregado da IMBEL que fizer jus ao recebimento do Vale Transporte e fizer a opção pelo recebimento, participará dos custos de aquisição até o limite de 6% (seis por cento) do seu salário base (nominal), nos termos do artigo 4º, § único da Lei nº 7.418/85.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - JORNADA DE TRABALHO

30.1 - Para apuração do salário-hora, fica estabelecido o divisor de 220 (duzentos e vinte) horas mensais. A jornada de trabalho semanal será de 44 (quarenta e quatro) horas, em média, considerando-se apenas as horas efetivamente trabalhadas.

30.2 - Os empregados que trabalharem em turnos ininterruptos de revezamento terão jornada de trabalho de 6 (seis) horas diárias com divisor de 180 (cento e oitenta horas) mensais. Esta regra aplica-se apenas para os turnos ininterruptos de revezamento, não se aplicando nas jornadas e/ou turnos (horários) fixos de trabalho, já regulamentados nesta cláusula, item 30.1.

30.3 - A jornada de trabalho dos advogados, será de 08:00 (oito) horas diárias correspondente a 40 (quarenta) horas semanais, jornada esta considerada dedicação exclusiva.

30.4 - Quando não houver necessidade do empregado deixar, a seu critério, o recinto da Empresa no horário estabelecido para descanso ou refeição, a Empresa, igualmente a seu critério, poderá dispensar o registro de ponto no início e término do referido intervalo, desde que conceda o período normal de descanso ou de refeição diário.

30.5 - Quando por interesse exclusivo do empregado, esse solicitar ausência do trabalho, a Empresa a seu critério, poderá justificar e dispensá-lo do trabalho, e as horas/dia(s) de ausência poderão ser compensadas na mesma proporção em dia a ser determinado pela Empresa, ou descontada sem prejuízos do que está previsto nas cláusulas 8ª, item 8.3.

30.6 - FLEXIBILIZAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO - as partes comprometem-se a estudar proposta para flexibilização da jornada de trabalho. A referida proposta será discutida coletiva ou individualmente por uma ou mais Entidade Sindical, juntamente com a Empresa.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DIRIGENTE SINDICAL - ABONO DE AUSÊNCIAS

31.1 - A Empresa liberará através de licença remunerada, limitada a 90 (noventa) dias anuais, o empregado eleito para exercer o cargo de Presidente do Sindicato, nas atividades sindicais ligadas diretamente aos interesses dos empregados da IMBEL.

31.2 - Na hipótese de nenhum empregado da Unidade ser eleito Presidente, e somente nesta condição, será concedida uma cota de 90 (noventa) dias anuais de licença remunerada a ser distribuída a critério da Entidade Sindical, aos Diretores eleitos conforme legislação, para atenderem aos interesses dos empregados da IMBEL.

31.3 - Em ambos os casos, a licença remunerada estará condicionada, também, à comunicação prévia, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência e expressamente comprovadas posteriormente mediante ofício da Entidade Sindical correspondente. Estes dias serão remunerados e não será considerado para desconto do DSR e período de férias, nas proporções do artigo 130 da CLT.

31.4 - Superada a cota limite de 90 (noventa) dias e havendo necessidade, os diretores eleitos das Entidades Sindicais que solicitarem novas ausências da Empresa mesmo para o exercício de atividades sindicais ligadas diretamente aos interesses dos empregados da IMBEL, comunicarão à Empresa da mesma forma prevista no item 31.3, entretanto os dias de ausências utilizados serão computados/descontados desses diretores.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - ANOTAÇÕES NA CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL (CTPS)

32.1 - A Empresa obriga-se a anotar na CTPS o cargo que o empregado efetivamente exercer, registrando as alterações, inclusive de salário, e os prêmios de qualquer natureza, desde que pagos habitualmente ou contratados no início ou durante a vigência do contrato de trabalho, excluídos os casos de substituição previstos no presente Acordo Coletivo.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - COMPENSAÇÃO DE DIAS OU HORAS

33.1 - A Empresa, em documento próprio, poderá estabelecer diretamente com os Sindicatos das Categorias de cada Unidade da IMBEL, as regras para o programa de compensação de dias intercalados entre domingos e feriados ou entre fins de semana e carnaval, de sorte a conceder aos empregados um período de descanso mais prolongado. O referido programa de compensação somente será válido após a homologação dos Sindicatos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - CARTA DE SUSPENSÃO OU ADVERTÊNCIA

34.1 - O empregado suspenso ou advertido por motivo disciplinar deverá ser avisado do fato, por escrito, até o primeiro dia útil seguinte da decisão que originou a suspensão ou advertência, com as razões determinantes da punição.

34.2 - O empregado suspenso ou advertido poderá no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da comunicação referida no sub-item anterior, apresentar à Empresa a sua defesa, que deverá ser apreciada e respondida por escrito, por esta, no prazo de 02 (dois) dias úteis subsequentes, findo os quais, não ocorrendo qualquer manifestação por parte da Empresa, automaticamente, a punição será considerada sem efeito.

34.3 - Para efeito desta Cláusula, entende-se por dia útil aquele em que houver expediente na administração da Empresa.

34.4 - O empregado acompanhado de seu representante ou não, poderá ter acesso aos autos do processo de advertência ou suspensão que serão consultados no âmbito da Empresa durante o expediente normal administrativo em local previamente determinado pela Superintendência da Unidade.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA

35.1 - No setor operacional ou administrativo, somente será utilizada mão de obra temporária, para atendimento das necessidades de substituição de empregados de caráter regular e permanente ou a

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

acréscimos extraordinários de serviços, nos termos da Lei 6.019/74, não podendo ser utilizada para fins de atender a demissões provocadas.

CLAUSÚLA TRIGÉSIMA SEXTA - CARTA DE REFERÊNCIA

36.1 - A Carta de Referência será fornecida apenas no caso de o ex-empregado dela necessitar para ingresso em outra Empresa, ressalvados os casos de justa causa.

36.2 - Quando solicitado, e desde que conste de seus registros, a Empresa informará os cursos concluídos pelos empregados.

CLAUSULA TRIGÉSIMO SÉTIMO - TESTE ADMISSIONAL

37.1 - A realização de testes prático-operacionais, quando previstos e permitidos pela legislação vigente para fins de admissão, obedecerá às regras do Concurso Público, ficando vedada qualquer tipo de discriminação.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - QUADRO DE AVISOS

38.1 - Publicações, avisos, convocações e outras matérias, tendentes a manter o empregado atualizado em relação aos assuntos sindicais do seu interesse, serão afixadas em quadros de avisos, situadas em local visível e de fácil acesso, desde que previamente autorizados pela administração da Unidade.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - MULTA

39.1 - Multa de 2% (dois por cento) do piso salarial vigente por ocasião do pagamento mensal, pelo descumprimento de qualquer cláusula do presente Acordo Coletivo, revertendo a favor da parte prejudicada.

39.2 - A presente multa não se aplica em relação às cláusulas para as quais a legislação estabeleça penalidade ou àquelas que, neste Acordo Coletivo, já tragam no seu próprio bojo punição pecuniária.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - CONTRIBUIÇÕES ASSOCIATIVAS MENSAIS

40.1 - A Empresa se compromete a descontar em folha de pagamento de seus empregados as contribuições associativas mensais previstas no artigo 545, da CLT e repassar os respectivos valores às Entidades Sindicais respectivas.

40.2 - Se a Empresa descontar e deixar de recolher as contribuições associativas mensais aos Sindicatos dos Trabalhadores, no prazo a que se refere esta cláusula, incorrerá em multa correspondente a 2% (dois por cento) do montante não recolhido revertida em favor das Entidades Sindicais.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

41.1 - A Empresa se compromete a efetuar o desconto da Contribuição Assistencial do salário nominal de cada empregado sindicalizado a favor da respectiva Entidade Sindical dos Trabalhadores, a serem recolhidos até o 10º (décimo) dia seguinte aos descontos, de acordo com os critérios e valores oficiados à IMBEL pelas Entidades Representativas dos Trabalhadores:

FI:

A favor do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE ITAJUBÁ, PARAISÓPOLIS E REGIÃO;

FJF:

A favor do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS, FARMACÊUTICAS E DE MATERIAL PLÁSTICO DE JUIZ DE FORA - MG.

41.2 - Fica assegurado aos empregados não sindicalizados o disposto na Portaria 160, art. 1º e seguintes, de 03/04/2004 do MTb.

41.3 - A Empresa fornecerá, no prazo de 21 (vinte e um) dias, contados da data do recolhimento da Contribuição Assistencial, à respectiva Entidade Sindical representante da categoria profissional, com caráter confidencial, mediante recibo, uma relação contendo os nomes e valores da referida contribuição descontada dos seus empregados, excluídos os pertencentes às categorias profissionais diferenciadas e liberais que exerçam opção na forma da Lei.

CLAÚSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - ABONO SALARIAL COLETIVO

42.1 - A Empresa concederá a todos os empregados ativos em abril de 2011 e aos demais casos amparados por este Acordo Coletivo, um Abono Salarial Coletivo, no valor de R$813,95 (oitocentos e treze reais e noventa e cinco centavos), a ser pago em parcela única. O pagamento da parcela única será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês de junho de 2011, desde que aprovado em Assembléia Geral dos Trabalhadores até o dia 25 de maio de 2011, não gerando qualquer incidência de INSS e FGTS. Para efeito de IRRF a tributação do referido abono será feita exclusivamente na fonte, desvinculando-se dos demais vencimentos percebidos no mês competente.

CLAÚSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - NEGOCIAÇÃO COLETIVA

43.1 - Na negociação coletiva de que trata a parte final do inciso XIV do artigo 7º da Constituição Federal, obrigatoriamente deverá participar o Sindicato Profissional da categoria.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - CUMPRIMENTO E VIGÊNCIA

44.1 - As partes comprometem-se a cumprir o presente Acordo Coletivo em todos os seus termos e condições, durante o seu prazo de vigência de 01 (um) ano, com início em 01/04/2011.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - FORO COMPETENTE

45.1 - As partes elegem o Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília-DF, como Foro competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Acordo Coletivo, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Piquete, 25 de maio de 2011.

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS E FARMACÊUTICAS DE LORENA E PIQUETE-SP. BASE TERRITORIAL LORENA, PIQUETE, CACHOEIRA PAULISTA, CRUZEIRO, LAVRINHAS E QUELUZ;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE ITAJUBÁ, PARAISÓPOLIS E REGIÃO;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS, INFORMÁTICA, MATERIAL ELETRÔNICO, CONST. E REPARO NAVAL, MANUT. E CONSERVAÇÃO DE ELEVADORES, MATERIAL BÉLICO, SIDERÚRGICAS, REPARAÇÃO E MANUT. VEÍCULOS, REFRIGERAÇÃO E MAT. ELÉTRICO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO; e

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PRODUTOS QUÍMICOS, FARMACÊUTICOS, DE EXPLOSIVOS E DE MAT. PLÁSTICO DO MUNICÍPIO DE MAGÉ-RJ;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS, FARMACÊUTICAS E DE MATERIAL PLÁSTICO DE JUIZ DE FORA - MG.

DEMONSTRATIVO DOS NÍVEIS DE REMUNERAÇÃO			
CARREIRA	MAIOR (R$)	MENOR (R$)	MÉDIA (R$)
AUXILIAR	1.197,27	828,48	840,50
TÉCNICA	2.294,10	828,48	927,79
ESPECIALIZADA	4.686,51	1.095,67	2.532,79
EXECUTIVA	7.053,82	3.368,95	4.547,38

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 758, DE 8 DE JUNHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 46/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20073464, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Recredenciar a Faculdade Cenecista de Bento Gonçalves, instalada à Rua Arlindo Franklin Barbosa, nº 460, Bairro São Roque, no Município de Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul, mantida pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), com sede no Município de João Pessoa, no Estado da Paraíba, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 759, DE 8 DE JUNHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 119/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20075501, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Recredenciar o Instituto de Ensino Superior de Bauru, instalado na Rua Alfredo Ruiz nº 3-53, Centro, Município de Bauru, Estado de São Paulo e mantido pelo Instituto de Ensino Superior de Bauru S/C Ltda., sediado na Rua Rubens Arruda nº 3-33, Centro, Município de Bauru, Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 760, DE 8 DE JUNHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares e considerando: a) o imperativo de conferir maior racionalidade gerencial e administrativa aos programas e projetos da área de educação, com o sentido de ampliar a eficiência, a eficácia e a transparência no uso dos recursos; b) o propósito de implantar a gestão unificada e uniformizar os procedimentos gerenciais dos projetos de cooperação internacional do Ministério visando a prevenir dispersão e pulverização de esforços e meios e a eliminar superposições e duplicidade de ações, resolve:

Art. 1º Determinar a transferência, de imediato, para a órbita de responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a gestão do Projeto 914BRA5002 "Capacitação pela TV Escola por meio de Tecnologia Digital Interativa".

Art. 2º A Unidade Gestora do Projeto ficará subordinada ao titular da Diretoria de Tecnologia do FNDE, a quem competirá exercer ou delegar competências inerentes à execução do Projeto para:

I - Ordenar despesas e praticar atos de gestão orçamentária e financeira;

II - Normatizar, considerando os preceitos da legislação vigente sobre o tema, o funcionamento do Projeto;

III - Fixar diretrizes e padrões técnicos de execução das ações inerentes ao Projeto de forma articulada, se for o caso, com outras Secretarias e/ou Autarquias cujas ações tenham sinergia com os resultados previstos no Projeto;

IV - Elaborar os planos anuais de implementação e os relatórios de progresso e de prestação de contas solicitados pelos órgãos de controle e, pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE);

V - Praticar todos e quaisquer outros atos, no limite de sua competência institucional, para assegurar a eficiente gestão dos resultados e o cumprimento dos objetivos destes nos termos pactuados no Projeto; e,

V I - Exercer a representação do Ministério de Estado da Educação junto aos organismos internacionais e aos órgãos nacionais, bem como demais entidades, instituições, estados e municípios, quando for o caso.

Art. 3º Para a execução do disposto nesta Portaria o FNDE contará com os recursos humanos e a infraestrutura física disponíveis para a gestão operacional e executiva do Projeto.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 8 de junho de 2011

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 46/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que é favorável ao recredenciamento da Faculdade Cenecista de Bento Gonçalves, instalada à Rua Arlindo Franklin Barbosa, nº 460, Bairro São Roque, no Município de Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul, mantida pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), com sede no Município de João Pessoa, no Estado da Paraíba, até o primeiro ciclo avaliativo do SINAES a se realizar após a homologação deste Parecer, nos termos do artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, observado o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme disposto no inciso II do artigo 59 daquele Decreto, conforme consta do processo e-MEC nº 20073464.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 119/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que é favorável ao recredenciamento do Instituto de Ensino Superior de Bauru, instalado na Rua Alfredo Ruiz nº 3-53, Centro, Município de Bauru, Estado de São Paulo e mantido pelo Instituto de Ensino Superior de Bauru S/C Ltda., sediado na Rua Rubens Arruda nº 3-33, Centro, Município de Bauru, Estado de São Paulo, até o primeiro ciclo avaliativo do SINAES a se realizar após a homologação deste Parecer, nos termos do artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme fixado no inciso II do artigo 59 daquele Decreto, conforme consta do processo e-MEC nº 20075501.

FERNANDO HADDAD

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 87, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200814716, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º. Reconhecer o curso de Educação física, licenciatura, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, ministrado pela Faculdade de Macapá, na Rodovia Duque de Caxias, s/n, bairro Cabralzinho, no município de Macapá, no Estado do Amapá, mantida pela União de Faculdades do Amapá Ltda., com sede no município de Macapá, no Estado do Amapá, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º do Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

PORTARIA Nº 88, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200805608, do Ministério da Educação, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º. Reconhecer o curso de Pedagogia, licenciatura, com 160 (cento e sessenta) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pela Faculdade Metropolitana de Manaus, no âmbito do Instituto de Educação Superior, na Rua Constantino Nery, nº 3.204, bairro Chapada, no município de Manaus, no Estado do Amazonas, mantida pelo IME - Instituto Metropolitano de Ensino Ltda., com sede no município de Manaus, no Estado do Amazonas, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5773, de 09 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

PORTARIA Nº 89, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200712530, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º. Reconhecer o curso de Engenharia de Produção Mecânica, bacharelado, com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais, turnos diurno e noturno, ministrado pela Faculdade do Centro Leste, na Avenida Lourival Nunes, nº 181, bairro Jardim Limoeiro, no município de Serra, no Estado do Espírito Santo, mantida pela U.C.L - Associação de Ensino Superior Unificado do Centro Leste, com sede no município de Serra, no Estado do Espírito Santo, nos termos do disposto no art. 10, § 7º do Decreto nº 5773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º O curso passará a denominar-se Engenharia Mecânica, bacharelado.

Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

PORTARIA Nº 90, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto no 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto no 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto no 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e a Portaria Normativa no 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC no 200913647, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º. Reconhecer o curso de História, licenciatura, com 80 (oitenta) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pelo Centro Universitário de Araras, na Avenida Ernani Lacerda de Oliveira, nº 100, bairro Parque Santa Cândida, no município de Araras, no Estado de São Paulo, mantido pela Associação Educacional de Araras, com sede no município de Araras, no Estado de São Paulo, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º do Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

PORTARIA Nº 91, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200811228, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º. Reconhecer o curso de Matemática, licenciatura, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, ministrado pela Faculdade Alfredo Nasser, no âmbito do Instituto Superior de Educação, na Avenida Bela Vista, nº 26, bairro Jardim das Esmeraldas, no município de Aparecida de Goiânia, no Estado de Goiás, mantida pela Associação Aparecidense de Educação, com sede no município de Aparecida de Goiânia, no Estado de Goiás, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º do Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

PORTARIA Nº 92, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200805904, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º. Reconhecer o curso de Pedagogia, licenciatura, com 46 (quarenta e seis) vagas totais anuais, no turno diurno, ministrado pela Universidade Federal de Mato Grosso, no campus fora de sede, na Rodovia MT 270, n° 5.055, bairro Área Internas, no município de Rondonópolis, no Estado do Mato Grosso, mantida pelo Ministério da Educação, com sede na Esplanada dos Ministérios, na cidade de Brasília, no Distrito Federal, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

PORTARIA Nº 93, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200805990, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º. Reconhecer o curso de Turismo, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pelo Centro Universitário Anhanguera de Campo Grande, na Avenida Fernando Correa da Costa, nº 1.800, bairro Vila Dr. João Rosa Pires, no município de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul, mantido pela Anhanguera Educacional Ltda., com sede no município Valinhos, no Estado de São Paulo, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5773, de 09 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

PORTARIA Nº 94, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200814806, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º. Reconhecer o curso de Engenharia Civil, bacharelado, com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, ministrado pelo Centro Universitário Luterano de Santarém, na Avenida Sérgio Henn, nº 1.787, bairro Diamantino, no município de Santarém, no Estado do Pará, mantido pela Comunidade Evangélica Luterana São Paulo - CELSP, com sede no município de Canoas, no Estado de Rio Grande do Sul, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

PORTARIA Nº 95, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200711157, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º. Reconhecer o curso de Letras, Português - Espanhol e Respectivas Literaturas, licenciatura, com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais, no turno diurno, ministrado pela Universidade Estácio de Sá, na Rua do Bispo, nº 83, bairro Rio Comprido, no município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, mantida pela Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda., com sede no município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

PORTARIA Nº 96, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200813301, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º. Reconhecer o curso de Ciências Econômicas, bacharelado, com 60 (sessenta) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pelo Centro Universitário Geraldo Di Biase, na Rua Deputado Geraldo Di Biase, nº 81, bairro Aterrado, no município de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro, mantido pela Fundação Educacional Rosemar Pimentel, com sede no município de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º do Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

PORTARIA Nº 97, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 201003448, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º. Reconhecer o curso de Engenharia Civil, bacharelado, com 240 (duzentas e quarenta) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, ministrado na Universidade Estácio de Sá, no campus fora de sede, na Rua Eduardo Luiz Gomes, nº 134, Centro, no município de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, mantida pela Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda., com sede no município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

PORTARIA Nº 98, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200803161, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º. Reconhecer o curso de Letras - Português e Espanhol e Respectivas Literaturas, licenciatura, com 90 (noventa) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, ministrado pela Faculdade Metodista de Santa Maria, no âmbito do Instituto Superior de Educação, na Rua Doutor Turi, nº 2.003, Centro, no município de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul, mantida pelo Instituto Metodista Centenário, com sede no município de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º do Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

PORTARIA Nº 99, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200805481, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º. Reconhecer o curso de História, licenciatura, com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pela Universidade Luterana do Brasil, no campus fora de sede, na Rua Antônio de Carvalho, s/n, no município de São Jerônimo, no Estado do Rio Grande do Sul, mantida pela Comunidade Evangélica Luterana São Paulo - CELSP, com sede no município de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º do Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 100, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200810898, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º. Reconhecer o curso de Fisioterapia, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno diurno, ministrado pela Faculdade da Serra Gaúcha, na Rua Os Dezoito do Forte, nº 2.366, bairro São Pelegrino, no município de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, mantida pela Sociedade Educacional Santa Rita Ltda., com sede no município de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º do Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

PORTARIA Nº 101, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 20070687, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º. Reconhecer o curso de Pedagogia, licenciatura, com 150 (cento e cinquenta) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, ministrado pela Faculdade Centro Paulista, no âmbito do Instituto Superior de Educação, na Rua Jacinto de Arruda Prado, nº 400, bairro Jardim Centenário, no município de Ibitinga, no Estado de São Paulo, mantida pelo Centro de Ensino Superior de Ibitinga, com sede no município de Ibitinga, no Estado de São Paulo, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º do Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

PORTARIA Nº 102, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200807144, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º. Reconhecer o curso de Química, licenciatura, com 60 (sessenta) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pela Universidade do Vale do Paraíba, no campus fora de sede, na Estrada do Limoeiro, nº 250, bairro Jardim Dora, no município de Jacareí, no Estado de São Paulo, mantida pela Fundação Valeparaibana de Ensino, com sede no município de São José dos Campos, no Estado de São Paulo, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

PORTARIA Nº 103, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto n° 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto n° 5.773/2006, de 9 de maio de 2006, e suas alterações e a Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e tendo em vista a decisão liminar proferida no Mandado de Segurança n° 9986-57.2011.4.01.3400/DF, que determina que a autoridade impetrada "providencie a publicação de portaria exclusivamente para fins de expedição e registro dos diplomas referentes ao Curso de Medicina das Faculdades Integradas Aparício de Carvalho (FIMCA), até a finalização do Processo de Reconhecimento de Curso em trâmite sob o n° 200908249 (e-MEC), em conformidade com o disposto no art. 63 da Portaria Normativa n° 40/MEC, de 12 de dezembro de 2007"; e tendo em vista o Despacho SERES/GAB n° 16 /2011, exarado nos autos dos Processos n° 23000.002257/2011-62 e 23000.003820/2011-10, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º. Reconhecer, para fins de expedição e registro de diploma, até a finalização do trâmite do processo e-MEC n° 200908249, o curso de Medicina, bacharelado, ministrado pelas Faculdades Integradas Aparício de Carvalho, na Rua Araras, n° 241, bairro Jardim Eldorado, no município de Porto Velho, no Estado de Rondônia, mantidas pela Sociedade Mantenedora de Pesquisa, Educação, Assistência, Comunicação e Cultura "Maria Coelho Aguiar", com sede no município de Porto Velho, no Estado de Rondônia.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 6 de junho de 2011

Nº 10 - INTERESSADO: Faculdade Anhanguera de Ponta Porã. UF: MS
EMENTA: Procedimento de Supervisão decorrente de resultados insatisfatórios no ENADE 2006, ocorridos na oferta do curso de Direito da Faculdade Anhanguera de Ponta Porã - campus Ponta Porã/MS. Manifestação da IES recebida. Realização de visita de supervisão in loco para verificar as reais condições de funcionamento do curso. Constatação deficiências especialmente no que se refere à medidas essenciais de saneamento e estruturação da oferta do curso. Manutenção de resultados insatisfatórios no ENADE e CPC 2009. Aplicação de penalidade de redução de vagas, como forma de convolação da penalidade de desativação do curso, prevista no art. 52, inciso I, do Decreto nº 5.773/2006, em atenção ao art. 2º da Lei nº 9.784/99.
PROCESSO: 23000.025829/2007-03

O Secretario de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso de suas atribuições legais, adotando por base os fundamentos expressos na Nota Técnica nº 16/2011 - CGSUP/DESUP/SERES/MEC (IVC), considerando (i) que restou comprovado o descumprimento parcial, pela Faculdade Anhanguera de Ponta Porá, Campus de Ponta Porá/MS, do Termo de Saneamento de Deficiências de seu curso superior de bacharelado em Direito. (ii) que a Comissão de Especialistas em Ensino Jurídico considerou que a instituição apresentou melhorias em seu curso de Direito, persistindo ainda, contudo, deficiência pertinente à organização didático-pedagógica de seu curso, consistente na não contemplação pelo projeto pedagógico do contexto regional ao qual o curso superior está inserido, ausente a sistematização interna do PPC e a sua adequação à realidade local, à relevância e atualização das disciplinas (ementário e bibliografia) e a efetiva previsão de todas as práticas executadas na rotina diária do curso; (iii) que o curso apresentou resultados insatisfatórios nos conceitos ENADE e CPC 2009; (iv) que há possibilidade de modulação dos efeitos da penalidade de desativação do curso, com possibilidade de convolação em redução adicional de vagas, em atenção ao princípio da adequação entre meios e fins na aplicação de sanções necessárias ao atendimento do interesse público; esta Coordenação-Geral de Supervisão da Educação Superior sugere que o Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, em atenção aos referenciais substantivos de qualidade expressos na legislação e nos instrumentos de avaliação dos cursos de Direito, e às normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206, VII, 209, II, 211, § 1º, e 214, III da Constituição Federal, no art. 46 da LDB, no art. 2º, I, VI e XIII da Lei nº 9.784/1999, e nos art. 49 a 52 do Decreto nº 5.773/2006, determina que:

1. Seja reduzida em 16 (dezesseis) vagas, em relação à quantidade de vagas estipuladas no Termo de Saneamento de Deficiências, até a renovação de seu ato autorizativo, no vigente ciclo avaliativo do SINAES, devendo necessariamente realizar-se avaliação in loco, no bojo do processo e-MEC nº 201108447, a oferta de vagas do curso de Direito da Faculdade Anhanguera de Ponta Porá - Campus Ponta Porã/MS, que passará a ofertar 64 (sessenta e quatro) vagas totais anuais, como forma de convolação da penalidade de desativação do curso, prevista no art. 52, inciso I, do Decreto nº 5.773/2006, em atenção ao princípio da proporcionalidade, previsto no art. 2° da Lei n 9.784/1999;

2. A Faculdade Anhanguera de Ponta Porã divulgue a presente decisão ao seu corpo discente, docente e técnico-administrativo, por meio de aviso junto à sala de professores, à Secretaria de Graduação ou órgão equivalente e, se existente, por sistema acadêmico eletrônico, o que deve ser comprovado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do Despacho;

3. Seja a Faculdade Anhanguera de Ponta Porã - Campus de Ponta Porã/MS, notificada do teor do Despacho, nos termos do art. 53 do Decreto nº 5.773/2006.

Nº 11 - INTERESSADO: Faculdade Anhanguera de Campinas (anteriormente denominada como Faculdade Comunitária de Campinas). UF: SP.
EMENTA: Curso de Direito da Faculdade Comunitária de Campinas (Faculdade Anhanguera de Campinas). Procedimento de Supervisão decorrente de resultados insatisfatórios no ENADE 2006. Celebração de Termo de Saneamento de Deficiências após análise de relatório de verificação in loco das condições de oferta do curso. Visita de reavaliação e verificação do cumprimento das medidas constantes do Termo. Parecer da Comissão de Especialistas considerando cumprimento parcialmente satisfatório e recomendando a instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade de desativação do curso, com possibilidade de convolação da penalidade em redução adicional de vagas. Manutenção de resultados insatisfatórios no ENADE e CPC 2009. Processo Administrativo instaurado. Aplica penalidade de redução adicional de vagas, como forma de convolação da penalidade de desativação do curso, prevista no art. 52, inciso I, do Decreto nº 5.773/2006, em atenção ao art. 2º da Lei nº 9.784/1999.
PROCESSO: 23000.025785/2007-11

O Secretario de Regulação e Supervisão da Educação Superior, adotando por base os fundamentos expressos na Nota Técnica nº 18/2011 - CGSUP/DESUP/SERES/MEC, que relatou que (i) apesar de a Faculdade Comunitária de Campinas (Faculdade Anhanguera de Campinas) ter cumprido parcialmente as medidas e condições estabelecidas em Termo de Saneamento de Deficiências celebrado com a Secretaria de Educação Superior em relação a seus cursos de Direito, permanecem ainda deficiências pertinentes às condições globais de oferta do curso, sobretudo no que diz respeito à composição do corpo docente; (ii) os cursos mantiveram em 2009 os conceitos insatisfatórios de ENADE ou CPC de 2006; e (iii) há possibilidade de modulação dos efeitos da penalidade de desativação do curso, com possibilidade de convolação em redução adicional de vagas, em atenção ao princípio da adequação entre meios e fins na aplicação de sanções necessárias ao atendimento do interesse público; no uso de suas atribuições legais, em atenção aos referenciais substantivos de qualidade expressos na legislação e nos instrumentos de avaliação dos cursos de Direito, e às normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206, VII, 209, II, 211, § 1º, e 214, III da Constituição Federal, no art. 46 da LDB, no art. 2º, I, VI e XIII da Lei nº 9.784/1999, e nos art. 49 a 52 do Decreto nº 5.773/2006, determina que:

1. Sejam reduzidas em 57 (cinqüenta e sete) vagas, em relação à quantidade de vagas estipuladas no Termo de Saneamento de Deficiências, as vagas ofertadas no Curso de Direito na Unidade I, da Faculdade Comunitária de Campinas (Faculdade Anhanguera de Campinas), que passará a ofertar 110 (cento e dez) vagas totais anuais, como forma de convolação da penalidade de desativação do curso, prevista no art. 52, inciso I, do Decreto nº 5.773/2006, em atenção ao princípio da proporcionalidade, previsto no art. 2° da Lei n 9.784/1999;

2. Sejam reduzidas em 12 (doze) vagas, em relação à quantidade de vagas estipuladas no Termo de Saneamento de Deficiências, as vagas ofertadas no Curso de Direito na Unidade III, da Faculdade Comunitária de Campinas (Faculdade Anhanguera de Campinas), que passará a ofertar 52 (cinqüenta e duas) vagas totais anuais, como forma de convolação da penalidade de desativação do curso, prevista no art. 52, inciso I, do Decreto nº 5.773/2006, em atenção ao princípio da proporcionalidade, previsto no art. 2° da Lei n 9.784/1999;

3. A redução de vagas determinada seja válida até a renovação de seus atos autorizativos, no vigente ciclo avaliativo do SINAES, quando deverá, necessariamente, realizar-se avaliação in loco, no curso dos processos e-MEC nºs 201104258 e 201104263, ficando condicionada a revisão da penalidade à obtenção de resultados satisfatórios nos exames do ciclo;

4. A Faculdade Comunitária de Campinas (Faculdade Anhanguera de Campinas) divulgue a presente decisão ao seu corpo discente, docente e técnico-administrativo, por meio de aviso junto à sala de professores, à Secretaria de Graduação ou órgão equivalente e, se existente, por sistema acadêmico eletrônico, em cada uma das unidades objeto destes processos administrativos;

5. Seja a Instituição notificada do teor do Despacho, nos termos do art. 53 do Decreto 5773/2006.

Nº 12 - INTERESSADO: Universidade Bandeirante de São Paulo - UNIBAN - campi Maria Cândida, Osasco e São Bernardo do Campo. UF: SP
EMENTA: Cursos de Direito da Universidade Bandeirante de São Paulo - UNIBAN. Procedimentos de supervisão decorrentes de resultados insatisfatórios no ENADE 2006. Celebração de Termos de Saneamento de Deficiências. Visitas de reavaliação e verificação de cumprimento das medidas constantes do Termo e para aferir as condições globais de oferta dos cursos. Parecer da Comissão de Especialistas em Ensino Jurídico considerando cumprimento satisfatório das medidas dos TSDs mas identifica persistência de deficiências que afetam negativamente as condições globais de oferta dos curso relacionadas a elementos essenciais do funcionamento e organização. Manutenção de resultados insatisfatórios nos conceitos ENADE e CPC 2009. Processos Administrativos instaurados. Aplica penalidades de redução de vagas, como forma de convolação da penalidade de desativação dos cursos, prevista no art. 52, inciso I, do Decreto nº 5.773/2006, em atenção ao art. 2º da Lei nº 9.784/1999.
PROCESSOS: 23000.025802/2007-11; 23000.025979/2007-17 e 23000.025980/2007-33.

O Secretario de Regulação e Supervisão da Educação Superior, adotando por base os fundamentos expressos na Nota Técnica nº 17/2011 - CGSUP/DESUP/SERES/MEC, que relatou que (i) apesar de a Universidade Bandeirante de São Paulo ter cumprido as medidas e condições estabelecidas em Termo de Saneamento de Deficiências celebrado com a Secretaria de Educação Superior em relação a seus cursos de Direito, permanecem ainda deficiências pertinentes às condições globais de oferta do curso; (ii) os cursos, em 2009, apresentaram resultado insatisfatório nos conceitos CPC e ENADE, repetindo no último caso conceito atribuído em 2006; e (iii) há possibilidade de modulação dos efeitos da penalidade de desativação do curso, com possibilidade de convolação em redução adicional de vagas, em atenção ao princípio da adequação entre meios e fins na aplicação de sanções necessárias ao atendimento do interesse público; no uso de suas atribuições legais, em atenção aos referenciais substantivos de qualidade expressos na legislação e nos instrumentos de avaliação dos cursos de Direito, e às normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206, VII, 209, II, 211, § 1º, e 214, III da Constituição Federal, no art. 46 da LDB, no art. 2º, I, VI e XIII da Lei nº 9.784/1999, e nos art. 49 a 52 do Decreto nº 5.773/2006, decida o Processo Administrativo emitindo despacho determinando que:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Sejam reduzidas em 44 (quarenta e quatro) vagas, em relação à quantidade de vagas estipuladas no Termo de Saneamento de Deficiências, as vagas ofertadas no Curso de Direito no campus Osasco, da Universidade Bandeirante de São Paulo (código e-MEC nº 44506), que passará a ofertar 180 (cento e oitenta) vagas totais anuais, como forma de convolação da penalidade de desativação do curso, prevista no art. 52, inciso I, do Decreto nº 5.773/2006, em atenção ao princípio da proporcionalidade, previsto no art. 2° da Lei n 9.784/1999;

2. Sejam reduzidas em 40 (quarenta) vagas, em relação à quantidade de vagas estipuladas no Termo de Saneamento de Deficiências, as vagas ofertadas no Curso de Direito no campus Maria Cândida, da Universidade Bandeirante de São Paulo (código e-MEC nº 44931), que passará a ofertar 75 (setenta e cinco) vagas totais anuais, como forma de convolação da penalidade de desativação do curso, prevista no art. 52, inciso I, do Decreto nº 5.773/2006, em atenção ao princípio da proporcionalidade, previsto no art. 2° da Lei n 9.784/1999;

3. Sejam reduzidas em 112 (cento e doze) vagas, em relação à quantidade de vagas estipuladas no Termo de Saneamento de Deficiências, as vagas ofertadas no Curso de Direito no campus São Bernardo do Campo, da Universidade Bandeirante de São Paulo (código e-MEC nº 44504), que passará a ofertar 112 (cento e doze) vagas totais anuais, como forma de convolação da penalidade de desativação do curso, prevista no art. 52, inciso I, do Decreto nº 5.773/2006, em atenção ao princípio da proporcionalidade, previsto no art. 2° da Lei n 9.784/1999;

4. As reduções de vagas determinadas sejam válidas até a renovação dos atos autorizativos dos cursos, no vigente ciclo avaliativo do SINAES, devendo necessariamente realizar-se avaliação in loco, no bojo dos processos e-MEC nº 20083162 e 20083175, dos cursos superiores de bacharelado em Direito da UNIBAN no campi de Osasco e São Bernardo do Campo - códigos e-MEC nº 44506 e 44504 -, bem como no do campus Maria Cândida, na cidade de São Paulo - código e-MEC nº 44931 -, que deverá protocolar pedido de renovação de reconhecimento no e-MEC;

5. A UNIBAN protocole, no vigente ciclo avaliativo do SINAES, na forma e prazos estabelecidos pelo Decreto nº 5.773/2006 e Portaria Normativa MEC nº 40/2007, pedidos de renovação de reconhecimentos específicos para cada um dos locais de oferta dos cursos superiores de Direito, bacharelado, ressalvado os campi de Osasco e de São Bernardo do Campo que já possuem processo de regulação em trâmite, sob pena de instauração de procedimento de supervisão específico;

6. A UNIBAN divulgue a presente decisão ao seu corpo discente, docente e técnico-administrativo, por meio de aviso junto à sala de professores, à Secretaria de Graduação ou órgão equivalente e, se existente, por sistema acadêmico eletrônico, em cada uma das unidades objeto destes processos administrativos, o que deverá ser comprovado à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação do Despacho;

7. Seja a Instituição notificada do teor do Despacho, nos termos do art. 53 do Decreto 5773/2006.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS

PORTARIA Nº 10, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O Diretor do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Piauí, no uso de suas atribuições legais e considerando o Edital nº 001/11-CCA de 11 de maio de 2011-CCA, PUBLICADO NO D.O.U de16/05/2011, o processo nº 007178/11-47 e as Leis nºs. 8.745/93; 9.849/99 e 10.667/03, publicadas em 10/12/93; 27/10/99 e 15/05/03, respectivamente, Resolve:

Homologar o resultado final do processo seletivo, para contratação de Professor Substituto, Classe Auxiliar, Nível I, em Regime de Tempo Parcial TP-20 (vinte horas semanais), com lotação no Centro de Ciências Agrárias - CCA, do Campus "Ministro Petrônio Portela", na cidade de Teresina/PI, da forma como segue:

1.Fruticultura e Horticultura Geral - Habilitando os candidatos FRANCISCO FERREIRA SANTANA (1º Lugar), FERNANDO SILVA ARAÚJO (2º lugar) e SELMA MARIA DIAS DE MORAES COSTA (3º LUGAR) e classificando para contratação o 1º colocado.

2.Agricultura Geral e Agricultura Especial I - Habilitando os candidatos FABRICIO NAPOLEÃO ANDRADE (1º lugar), RENATO SANTOS ROCHA (2º lugar), LEANE FIALHO DE MELO (3º lugar), NATANAEL PEREIRA DA SILVA SANTOS (4º lugar) e GERUSA RODRIGUES DOS SANTOS CAVALCANTE (5º Lugar) e classificando para contratação o 1º colocado.

3.Construções Rurais, Topografia e Geoprocessamento Aplicados às Ciências Agrárias - Habilitando e classificando para contratação MANOEL RIBEIRO HOLANDA NETO (1º lugar).

4.Meteorologia e Climatologia, Hidráulica Agrícola e Irrigação e Drenagem - Habilitando os candidatos HERBERT MORAES MOREIRA RAMOS (1º Lugar) e AGENOR FRANCISCO ROCHA JÚNIOR (2º Lugar) e classificando para contratação o 1º colocado).

WILLAMS COSTA NEVES

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO DELIBERATIVO

RESOLUÇÃO Nº 28, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Dispõe sobre a destinação de recursos financeiros a escolas públicas municipais, estaduais e distritais que tenham alunos matriculados no ensino fundamental em classes multisseriadas localizadas no campo, de acordo com as regras da Resolução nº 17, de 19 de abril de 2011.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
Constituição Federal de 1988.
Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009.
Resolução nº 17, de 19 de abril de 2011, do Conselho Deliberativo do FNDE.
Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 14 do Anexo I do Decreto n.º 7.481, de 16 de maio de 2011, publicado no DOU de 17 de maio de 2011, e pelos artigos. 3º e 6º do Anexo da Resolução CD/FNDE nº 31, de 30 de setembro de 2003, publicada no DOU de 2 de outubro de 2003;

CONSIDERANDO a necessidade de política educacional voltada à realidade diferenciada do campo e à superação das desigualdades existentes;

CONSIDERANDO o propósito de desenvolver ações voltadas para a melhoria da qualidade do ensino nas escolas que possuem classes multisseriadas das séries iniciais do ensino fundamental e elevar os índices de desempenho apresentados por seus alunos; e

CONSIDERANDO a necessidade de propiciar a professores e estudantes das turmas organizadas sob a forma de multisseriação ambiente escolar mais seguro e adequado ao aprendizado e à socialização; resolve "ad referendum":

Art. 1º Destinar, de acordo com as regras da Resolução nº 17, de 19 de abril de 2011, recursos financeiros de custeio e de capital a escolas públicas municipais, estaduais e distritais, para contratação de mão-de-obra e outras despesas necessárias à manutenção, conservação e pequenos reparos em suas instalações, bem como para aquisição de mobiliário escolar e outras ações de apoio com vistas à realização de atividades educativas e pedagógicas coletivas requeridas pela oferta de turmas organizadas sob a forma de multisseriação, que possuam Unidade Executora Própria (UEx), ainda não tenham sido beneficiadas com essa assistência pecuniária, estejam localizadas no campo:

I - e possuam entre 10 (dez) e 50 (cinqüenta) alunos matriculados nas séries iniciais do ensino fundamental em classes multisseriadas; ou

II - em áreas de assentamentos, terras indígenas e remanescentes de quilombo e possuam até 80 (oitenta) alunos matriculados nas séries iniciais do ensino fundamental em classes multisseriadas.

§1º A relação nominal das escolas passíveis de serem contempladas com os recursos referidos no caput deste artigo será encaminhada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI/MEC) ao FNDE e divulgada no sítio www.fnde.gov.br.

§ 2º Os procedimentos para utilização dos recursos financeiros previstos no caput deste artigo serão divulgados no sítio www.fnde.gov.br, por meio do Guia de Orientações Operacionais.

Art. 2º Os recursos financeiros transferidos sob a égide desta Resolução serão depositados na mesma conta corrente específica aberta pelo FNDE para crédito dos repasses efetuados sob o amparo da Resolução n° 17, de 2011.

Art. 3º O montante a ser destinado a cada escola indicada na relação referida no § 1º do art. 1º corresponderá a R$ 12.000,00 (doze mil reais).

§ 1º Do montante referido no caput deste artigo, 70% deverão ser destinados à cobertura de despesas de custeio e 30% à cobertura de despesas de capital, sendo que, do valor destinado a custeio, até 50% poderá ser utilizado para pagamento da mão-de-obra referida no caput do art. 1º.

§ 2º Os saldos financeiros provenientes da não utilização integral dos recursos repassados na forma deste artigo, observada a categoria econômica, poderão ser empregados na aquisição de material de consumo ou permanente destinado exclusivamente à implementação de atividades educativas e pedagógicas desenvolvidas nas classes multisseriadas das escolas beneficiadas.

Art. 4º O FNDE, para operacionalizar os repasses previstos nesta Resolução, contará com as parcerias da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI/MEC), dos Governos Estaduais e Municipais e do Distrito Federal (Entidades Executoras - EEx) e das UEx de escolas públicas, cabendo, entre outras atribuições previstas na Resolução n° 17, de 2011:

I - à SECADI/MEC:

a) encaminhar, ao FNDE, a relação nominal das escolas prevista no § 1º do art. 1º;

b) prestar assistência técnica às UEx das escolas referidas na alínea anterior e às EEx, fornecendo-lhes as orientações necessárias para que seja garantida a melhoria da qualidade de ensino nas classes multisseriadas das séries iniciais do ensino fundamental e elevados os índices de desempenho apresentados por seus alunos; e

c) manter articulação com as UEx das escolas beneficiadas, e respectivas EEx, e realizar atividades de acompanhamento, de maneira a garantir a boa e regular aplicação dos recursos em favor das aludidas unidades escolares e o cumprimento das metas preestabelecidas.

II - às EEx:

a) garantir livre acesso às suas dependências a representantes da SECADI/MEC, do FNDE, do Tribunal de Contas da União (TCU), do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Ministério Público, prestando-lhes esclarecimentos e fornecendo-lhes documentos requeridos, quando em missão de acompanhamento, fiscalização e auditoria; e

b) zelar para que as UEx, representativas das escolas integrantes de sua rede de ensino, cumpram as disposições do inciso seguinte.

III - às UEx:

a) proceder à execução e à prestação de contas dos recursos de que trata o art. 1º, nos moldes e sob a égide da Resolução nº 17, de 2011;

b) zelar para que a prestação de contas referida na alínea anterior contenha os lançamentos e seja acompanhada dos comprovantes referentes à destinação dada aos recursos liberados sob o amparo desta Resolução e da Resolução n° 17, de 2011;

c) fazer constar dos documentos probatórios das despesas realizadas com os recursos de que trata o art. 1º (notas fiscais, faturas, recibos) a expressão "Pagos com recursos do FNDE/PDDE/Multisseriação no Campo"; e

d) garantir livre acesso às suas dependências a representantes da SECADI/MEC, do FNDE, do Tribunal de Contas da União (TCU), do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Ministério Público, prestando-lhes esclarecimentos e fornecendo-lhes documentos requeridos, quando em missão de acompanhamento, fiscalização e auditoria.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

RESOLUÇÃO Nº 29, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Informa os municípios do grupo III a serem contemplados na segunda chamada com unidades de educação infantil do Programa Pró-Infância e com quadras escolares poliesportivas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Lei Nº 11.578, de 26 de novembro de 2007

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DE

DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 14 do Anexo I do Decreto n.º 7.481, de 16 de maio de 2011, publicado no DOU de 17 de maio de 2011, e pelos artigos. 3º e 6º do Anexo da Resolução CD/FNDE nº 31, de 30 de setembro de 2003, publicada no DOU de 2 de outubro de 2003;

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado pelo Ministério da Educação e pelo FNDE no último trimestre de 2010 e primeiro semestre de 2011, resolve, "ad referendum":

Art. 1° Tornar público o resultado da seleção das propostas do grupo III a serem apoiadas na segunda chamada para a implantação de unidades de educação infantil do Programa Pró-Infância, conforme Anexo I, e quadras escolares poliesportivas, conforme Anexo II, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2.

Parágrafo único. A confirmação da seleção dos municípios a serem apoiados para a construção das unidades de educação infantil e das quadras escolares poliesportivas está condicionada à celebração dos Termos de Compromisso, nos prazos definidos pelo FNDE.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO I

Relação dos municípios selecionados em segunda chamada para a construção de unidades de educação infantil do Programa Pró-Infância no âmbito do PAC 2.

UF	Município Beneficiado	Cod. IBGE	Grupo PAC	Proinfância
AC	Mâncio Lima	1200336	Grupo 3	1
AL	Cacimbinhas	2701209	Grupo 3	1
AL	Campo Alegre	2701407	Grupo 3	1
AL	Jaramataia	2703700	Grupo 3	1
AL	Major Isidoro	2704401	Grupo 3	1
AM	Tabatinga	1304062	Grupo 3	1
BA	Adustina	2900355	Grupo 3	1
BA	Amélia Rodrigues	2901106	Grupo 3	1
BA	Anagé	2901205	Grupo 3	1
BA	Anguera	2901502	Grupo 3	1
BA	Apuarema	2901957	Grupo 3	1
BA	Barra do Choça	2902906	Grupo 3	1
BA	Belo Campo	2903508	Grupo 3	1
BA	Botuporã	2904209	Grupo 3	1
BA	Brotas de Macaúbas	2904506	Grupo 3	1
BA	Cabaceiras do Paraguaçu	2904852	Grupo 3	1
BA	Caetanos	2905156	Grupo 3	1
BA	Caetité	2905206	Grupo 3	2
BA	Candiba	2906600	Grupo 3	1
BA	Canudos	2906824	Grupo 3	1
BA	Caraíbas	2906899	Grupo 3	1
BA	Conceição da Feira	2908200	Grupo 3	1
BA	Cordeiros	2909000	Grupo 3	1
BA	Cravolândia	2909505	Grupo 3	1
BA	Encruzilhada	2910404	Grupo 3	1
BA	Gandu	2911204	Grupo 3	1
BA	Glória	2911402	Grupo 3	1
BA	Ibirapitanga	2912707	Grupo 3	1
BA	Iraquara	2914406	Grupo 3	1
BA	Itaeté	2915007	Grupo 3	1
BA	Itarantim	2916807	Grupo 3	1
BA	Itiruçu	2916906	Grupo 3	1
BA	Itororó	2917102	Grupo 3	1
BA	Jaguarari	2917706	Grupo 3	1
BA	Jeremoabo	2918100	Grupo 3	1
BA	João Dourado	2918357	Grupo 3	1
BA	Jussara	2918506	Grupo 3	1
BA	Lajedinho	2919009	Grupo 3	1
BA	Macajuba	2919603	Grupo 3	1
BA	Mirangaba	2921401	Grupo 3	1
BA	Muquém de São Francisco	2922250	Grupo 3	1
BA	Nazaré	2922508	Grupo 3	1
BA	Nova Itarana	2922805	Grupo 3	1
BA	Nova Soure	2922904	Grupo 3	1
BA	Novo Horizonte	2923035	Grupo 3	1
BA	Paramirim	2923605	Grupo 3	1
BA	Poções	2925105	Grupo 3	1
BA	Quijingue	2925907	Grupo 3	1
BA	Riacho de Santana	2926400	Grupo 3	1
BA	São Gabriel	2929255	Grupo 3	1
BA	São José do Jacuípe	2929370	Grupo 3	1
BA	Serra do Ramalho	2930154	Grupo 3	1
BA	Serra Dourada	2930303	Grupo 3	1
BA	Tabocas do Brejo Velho	2930907	Grupo 3	1
BA	Uibaí	2932408	Grupo 3	1
BA	Una	2932507	Grupo 3	1
BA	Urandi	2932606	Grupo 3	1
CE	Barroquinha	2302057	Grupo 3	1
CE	Capistrano	2302909	Grupo 3	1
CE	Chaval	2303907	Grupo 3	1
CE	Deputado Irapuan Pinheiro	2304269	Grupo 3	1
CE	Farias Brito	2304301	Grupo 3	1
CE	Graça	2304657	Grupo 3	1
CE	Hidrolândia	2305209	Grupo 3	1
CE	Ibaretama	2305266	Grupo 3	1
CE	Mucambo	2309003	Grupo 3	1
CE	Pedra Branca	2310506	Grupo 3	1
CE	Pereiro	2310803	Grupo 3	1
CE	Uruburetama	2313807	Grupo 3	1
CE	Varjota	2313955	Grupo 3	1
ES	Afonso Cláudio	3200102	Grupo 3	1
ES	Governador Lindenberg	3202256	Grupo 3	1
ES	Itapemirim	3202801	Grupo 3	1
GO	Baliza	5203104	Grupo 3	1
GO	Caiapônia	5204409	Grupo 3	1
GO	Castelândia	5205059	Grupo 3	1
GO	Ceres	5205406	Grupo 3	1
GO	Cezarina	5205455	Grupo 3	1
GO	Crixás	5206404	Grupo 3	1
GO	Goiás	5208905	Grupo 3	1
GO	Iaciara	5209903	Grupo 3	1
GO	Inaciolândia	5209937	Grupo 3	1
GO	Indiara	5209952	Grupo 3	1
GO	Itapirapuã	5211008	Grupo 3	1
GO	Orizona	5215306	Grupo 3	1
GO	Piracanjuba	5217104	Grupo 3	1
GO	Quirinópolis	5218508	Grupo 3	1
GO	Silvânia	5220603	Grupo 3	1
GO	Terezópolis de Goiás	5221197	Grupo 3	1
GO	Três Ranchos	5221304	Grupo 3	1
MA	Araguanã	2100873	Grupo 3	1
MA	Cidelândia	2103257	Grupo 3	1
MA	Itinga do Maranhão	2105427	Grupo 3	1
MA	Luís Domingues	2106201	Grupo 3	1
MA	Montes Altos	2107001	Grupo 3	1
MA	Nova Olinda do Maranhão	2107357	Grupo 3	1
MA	Riachão	2109502	Grupo 3	1
MA	São João do Carú	2111029	Grupo 3	1
MA	São João do Soter	2111078	Grupo 3	1
MA	Timbiras	2112100	Grupo 3	1
MA	Tutóia	2112506	Grupo 3	1
MA	Vila Nova dos Martírios	2112852	Grupo 3	1
MG	Caldas	3110301	Grupo 3	1
MG	Canápolis	3111804	Grupo 3	1
MG	Capinópolis	3112604	Grupo 3	1
MG	Carbonita	3113503	Grupo 3	1
MG	Careaçu	3113602	Grupo 3	1
MG	Chapada do Norte	3116100	Grupo 3	1
MG	Conceição das Alagoas	3117306	Grupo 3	1
MG	Conquista	3118205	Grupo 3	1
MG	Delfim Moreira	3121100	Grupo 3	1
MG	Divisópolis	3122454	Grupo 3	1
MG	Elói Mendes	3123601	Grupo 3	1
MG	Gonçalves	3127404	Grupo 3	1
MG	Guaxupé	3128709	Grupo 3	1
MG	Itinga	3134004	Grupo 3	1
MG	Itueta	3134103	Grupo 3	1
MG	Iturama	3134400	Grupo 3	1
MG	Jordânia	3136504	Grupo 3	1
MG	José Gonçalves de Minas	3136520	Grupo 3	1
MG	Lambari	3137809	Grupo 3	1
MG	Leandro Ferreira	3138302	Grupo 3	1
MG	Mamonas	3139250	Grupo 3	1
MG	Manhumirim	3139508	Grupo 3	1
MG	Maripá de Minas	3140209	Grupo 3	1
MG	Martinho Campos	3140506	Grupo 3	1
MG	Mathias Lobato	3171501	Grupo 3	1
MG	Piedade de Ponte Nova	3150208	Grupo 3	1
MG	Pimenta	3150505	Grupo 3	1
MG	Pompéu	3152006	Grupo 3	1
MG	Pratinha	3153004	Grupo 3	1
MG	Romaria	3156403	Grupo 3	1
MG	Rubim	3156601	Grupo 3	1
MG	Santa Maria do Suaçuí	3158201	Grupo 3	1
MG	Santa Rosa da Serra	3159704	Grupo 3	1
MG	São Félix de Minas	3161056	Grupo 3	1
MG	São João Evangelista	3162807	Grupo 3	1
MG	São José do Alegre	3163201	Grupo 3	1
MG	São Pedro do Suaçuí	3164100	Grupo 3	1
MG	Senador Amaral	3165578	Grupo 3	1
MG	Serra do Salitre	3166808	Grupo 3	1
MG	Tumiritinga	3169505	Grupo 3	1
MG	Turmalina	3169703	Grupo 3	1
MG	Virgínia	3171709	Grupo 3	1
MS	Jaraguari	5004908	Grupo 3	1
MS	Laguna Carapã	5005251	Grupo 3	1
MS	Maracaju	5005400	Grupo 3	1
MS	Ribas do Rio Pardo	5007109	Grupo 3	1
MS	Terenos	5008008	Grupo 3	1
MT	Aripuanã	5101407	Grupo 3	1
MT	Bom Jesus do Araguaia	5101852	Grupo 3	1
MT	Brasnorte	5101902	Grupo 3	1
MT	Campo Novo do Parecis	5102637	Grupo 3	1
MT	Colíder	5103205	Grupo 3	1
MT	Comodoro	5103304	Grupo 3	1
MT	Cotriguaçu	5103379	Grupo 3	1
MT	Guiratinga	5104203	Grupo 3	1
MT	Jaciara	5104807	Grupo 3	1
MT	Juara	5105101	Grupo 3	1
MT	Nossa Senhora do Livramento	5106109	Grupo 3	1
MT	Nova Canaã do Norte	5106216	Grupo 3	1
MT	Nova Marilândia	5108857	Grupo 3	1
MT	Nova Mutum	5106224	Grupo 3	1
MT	Pontal do Araguaia	5106653	Grupo 3	1
MT	Porto Esperidião	5106828	Grupo 3	1
MT	Primavera do Leste	5107040	Grupo 3	1
MT	São José do Povo	5107297	Grupo 3	1
MT	Tabaporã	5107941	Grupo 3	1
MT	Vera	5108501	Grupo 3	1
PA	Anapu	1500859	Grupo 3	1
PA	Dom Eliseu	1502939	Grupo 3	1
PA	Ipixuna do Pará	1503457	Grupo 3	1
PA	Jacareacanga	1503754	Grupo 3	1
PA	Muaná	1504901	Grupo 3	1
PA	Nova Ipixuna	1504976	Grupo 3	1
PA	Rondon do Pará	1506187	Grupo 3	1
PA	São João de Pirabas	1507474	Grupo 3	1
PA	São Sebastião da Boa Vista	1507706	Grupo 3	1
PA	Senador José Porfírio	1507805	Grupo 3	1
PA	Tomé-Açu	1508001	Grupo 3	1
PA	Uruará	1508159	Grupo 3	1
PB	Água Branca	2500106	Grupo 3	1
PB	Aguiar	2500205	Grupo 3	1
PB	Areia	2501104	Grupo 3	1
PB	Areia de Baraúnas	2501153	Grupo 3	1
PB	Aroeiras	2501302	Grupo 3	1
PB	Barra de Santa Rosa	2501609	Grupo 3	1
PB	Barra de São Miguel	2501708	Grupo 3	1
PB	Belém	2501906	Grupo 3	1
PB	Bom Sucesso	2502300	Grupo 3	1
PB	Bonito de Santa Fé	2502409	Grupo 3	1
PB	Cajazeirinhas	2503753	Grupo 3	1
PB	Campo de Santana	2516409	Grupo 3	1
PB	Cuité	2505105	Grupo 3	1
PB	Damião	2505352	Grupo 3	1
PB	Dona Inês	2505709	Grupo 3	1
PB	Frei Martinho	2506202	Grupo 3	1
PB	Gado Bravo	2506251	Grupo 3	1
PB	Itapororoca	2507101	Grupo 3	1
PB	Lastro	2508406	Grupo 3	1
PB	Livramento	2508505	Grupo 3	1
PB	Monteiro	2509701	Grupo 3	1
PB	Paulista	2510907	Grupo 3	1
PB	Quixabá	2512606	Grupo 3	1
PB	Riacho dos Cavalos	2512804	Grupo 3	1
PB	Salgadinho	2513000	Grupo 3	1
PB	Santa Helena	2513307	Grupo 3	1
PB	Santo André	2513851	Grupo 3	1
PB	São Bento	2513901	Grupo 3	1
PB	São José da Lagoa Tapada	2514206	Grupo 3	1

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PB	São José de Espinharas	2514404	Grupo 3	1
PB	São Miguel de Taipu	2515005	Grupo 3	1
PB	Sapé	2515302	Grupo 3	1
PB	Seridó	2515401	Grupo 3	1
PB	Serra Grande	2515708	Grupo 3	1
PB	Tavares	2516607	Grupo 3	1
PB	Zabelê	2517407	Grupo 3	1
PE	Afogados da Ingazeira	2600104	Grupo 3	1
PE	Afrânio	2600203	Grupo 3	1
PE	Aliança	2600708	Grupo 3	1
PE	Bonito	2602308	Grupo 3	1
PE	Buenos Aires	2602704	Grupo 3	1
PE	Cortês	2604809	Grupo 3	1
PE	Cumaru	2604908	Grupo 3	1
PE	Ibimirim	2606606	Grupo 3	1
PE	Iguaraci	2606903	Grupo 3	1
PE	Ipubi	2607307	Grupo 3	1
PE	Itacuruba	2607406	Grupo 3	1
PE	Lagoa do Ouro	2608602	Grupo 3	1
PE	Mirandiba	2609303	Grupo 3	1
PE	Petrolândia	2611002	Grupo 3	2
PE	Salgadinho	2612109	Grupo 3	1
PE	Santa Terezinha	2612802	Grupo 3	1
PE	São Caitano	2613107	Grupo 3	1
PE	São João	2613206	Grupo 3	1
PE	Sertânia	2614105	Grupo 3	1
PE	Taquaritinga do Norte	2615003	Grupo 3	1
PE	Toritama	2615409	Grupo 3	1
PE	Vicência	2616308	Grupo 3	1
PI	Belém do Piauí	2201572	Grupo 3	1
PI	Currais	2203230	Grupo 3	1
PI	Domingos Mourão	2203420	Grupo 3	1
PR	Altônia	4100509	Grupo 3	1
PR	Diamante do Sul	4107124	Grupo 3	1
PR	Ivaiporã	4111506	Grupo 3	1
PR	Jardim Alegre	4112504	Grupo 3	1
PR	Joaquim Távora	4112801	Grupo 3	1
PR	Loanda	4113502	Grupo 3	1
PR	Marialva	4114807	Grupo 3	1
PR	Moreira Sales	4116109	Grupo 3	1
PR	Palotina	4117909	Grupo 3	1
PR	Piraí do Sul	4119400	Grupo 3	1
PR	Pontal do Paraná	4119954	Grupo 3	1
PR	Ribeirão Claro	4121802	Grupo 3	1
PR	Sabáudia	4122701	Grupo 3	1
PR	Salto do Lontra	4123006	Grupo 3	1
PR	Santa Mônica	4123956	Grupo 3	1
PR	Santo Antônio da Platina	4124103	Grupo 3	1
PR	São Mateus do Sul	4125605	Grupo 3	1
PR	Terra Roxa	4127403	Grupo 3	1
RJ	Porto Real	3304110	Grupo 3	1
RJ	São Sebastião do Alto	3305307	Grupo 3	1
RN	Caiçara do Rio do Vento	2401909	Grupo 3	1
RN	Caraúbas	2402303	Grupo 3	1
RN	Currais Novos	2403103	Grupo 3	1
RN	Jucurutu	2406106	Grupo 3	1
RN	Nova Cruz	2408300	Grupo 3	1
RN	Passa e Fica	2409100	Grupo 3	1
RN	Pau dos Ferros	2409407	Grupo 3	1
RN	Presidente Juscelino	2410306	Grupo 3	1
RN	Santana do Seridó	2411429	Grupo 3	1
RN	Santo Antônio	2411502	Grupo 3	1
RN	Serrinha	2413508	Grupo 3	1
RN	Vera Cruz	2414803	Grupo 3	1
RO	Rio Crespo	1100262	Grupo 3	1
RR	Pacaraima	1400456	Grupo 3	1
RS	Antônio Prado	4300802	Grupo 3	1
RS	Arroio do Padre	4301073	Grupo 3	1
RS	Boa Vista do Incra	4302238	Grupo 3	1
RS	Campina das Missões	4303707	Grupo 3	1
RS	Capão da Canoa	4304630	Grupo 3	1
RS	David Canabarro	4306304	Grupo 3	1
RS	Garruchos	4308656	Grupo 3	1
RS	Gaurama	4308706	Grupo 3	1
RS	Marcelino Ramos	4311908	Grupo 3	1
RS	Novo Cabrais	4313391	Grupo 3	1
RS	Pejuçara	4314308	Grupo 3	1
RS	Pinheiro Machado	4314506	Grupo 3	1
RS	Piratini	4314605	Grupo 3	1
RS	Progresso	4315156	Grupo 3	1
RS	Rolador	4315958	Grupo 3	1
RS	Sagrada Família	4316428	Grupo 3	1
RS	São José das Missões	4318457	Grupo 3	1
RS	São Pedro das Missões	4319364	Grupo 3	1
RS	Sério	4320453	Grupo 3	1
RS	Xangri-lá	4323804	Grupo 3	1

SC
Campos Novos
4203600
Grupo 3

SC	Catanduvas	4204004	Grupo 3	1
SC	Garuva	4205803	Grupo 3	1
SC	Itapoá	4208450	Grupo 3	1
SC	Lauro Muller	4209607	Grupo 3	1
SC	Pedras Grandes	4212403	Grupo 3	1
SC	Ponte Serrada	4213401	Grupo 3	1
SC	Sangão	4215455	Grupo 3	1
SC	São Miguel do Oeste	4217204	Grupo 3	1
SC	Sombrio	4217709	Grupo 3	1
SC	Taió	4217808	Grupo 3	1
SC	Timbé do Sul	4218103	Grupo 3	1
SC	Treze Tílias	4218509	Grupo 3	1
SE	Areia Branca	2800506	Grupo 3	1
SE	Nossa Senhora da Glória	2804508	Grupo 3	1
SE	Umbaúba	2807600	Grupo 3	1
SP	Adamantina	3500105	Grupo 3	1
SP	Alambari	3500758	Grupo 3	1
SP	Alvinlândia	3501509	Grupo 3	1
SP	Araçariguama	3502754	Grupo 3	1
SP	Auriflama	3504206	Grupo 3	1
SP	Bocaina	3506805	Grupo 3	1
SP	Bom Sucesso de Itararé	3507159	Grupo 3	1
SP	Cajobi	3509304	Grupo 3	1
SP	Capela do Alto	3510302	Grupo 3	1
SP	Capivari	3510401	Grupo 3	1
SP	Cerqueira César	3511409	Grupo 3	1
SP	Colômbia	3512100	Grupo 3	1
SP	Conchal	3512209	Grupo 3	1
SP	Cordeirópolis	3512407	Grupo 3	1
SP	Descalvado	3513702	Grupo 3	1
SP	Dois Córregos	3514106	Grupo 3	1
SP	Fernão	3515657	Grupo 3	1
SP	Flórida Paulista	3516002	Grupo 3	1
SP	Garça	3516705	Grupo 3	1
SP	Guararapes	3518206	Grupo 3	1
SP	Iacri	3519204	Grupo 3	1
SP	Ilha Comprida	3520426	Grupo 3	1
SP	Ipeúna	3521101	Grupo 3	1
SP	Jales	3524808	Grupo 3	1
SP	Laranjal Paulista	3526407	Grupo 3	1
SP	Lucélia	3527405	Grupo 3	1
SP	Palmital	3535309	Grupo 3	1
SP	Pardinho	3536109	Grupo 3	1
SP	Pilar do Sul	3537909	Grupo 3	1
SP	Riolândia	3544202	Grupo 3	1
SP	Salto de Pirapora	3545308	Grupo 3	1
SP	Santo Antônio da Alegria	3547908	Grupo 3	1
SP	São Manuel	3550100	Grupo 3	1
SP	Sebastianópolis do Sul	3551306	Grupo 3	1
SP	Tambaú	3553302	Grupo 3	1
SP	Tarumã	3553955	Grupo 3	1
SP	Valparaíso	3556305	Grupo 3	1
TO	Colméia	1716703	Grupo 3	1
TO	Conceição do Tocantins	1705607	Grupo 3	1
TO	Monte do Carmo	1713601	Grupo 3	1
TO	Nova Olinda	1714880	Grupo 3	1
TO	Pium	1717503	Grupo 3	1
TO	Santa Tereza do Tocantins	1719004	Grupo 3	1
TO	Santa Terezinha do Tocantins	1720002	Grupo 3	1
TO	São Félix do Tocantins	1720150	Grupo 3	1
TO	Wanderlândia	1722081	Grupo 3	1

ANEXO II

Relação dos municípios selecionados em segunda chamada para a construção de quadras escolares poliesportivas no âmbito do PAC 2

UF	Cod. IBGE	Município beneficiado	Grupo PAC	Quadra
AL	2700201	Anadia	Grupo 3	1
AL	2700904	Belo Monte	Grupo 3	1
AL	2702504	Dois Riachos	Grupo 3	1
AL	2705309	Minador do Negrão	Grupo 3	1
AL	2706505	Passo de Camaragibe	Grupo 3	1
AL	2706802	Piaçabuçu	Grupo 3	1
AL	2708006	Santana do Ipanema	Grupo 3	2
AL	2709004	Tanque d'Arca	Grupo 3	1
AL	2709103	Taquarana	Grupo 3	1
AL	2709400	Viçosa	Grupo 3	1
AM	1302009	Itapiranga	Grupo 3	1
AM	1303908	São Paulo de Olivença	Grupo 3	1
AP	1600279	Laranjal do Jari	Grupo 3	1
BA	2901205	Anagé	Grupo 3	1
BA	2901957	Apuarema	Grupo 3	1
BA	2902609	Baixa Grande	Grupo 3	1
BA	2903805	Boa Vista do Tupim	Grupo 3	1
BA	2903953	Bom Jesus da Serra	Grupo 3	1
BA	2904704	Buerarema	Grupo 3	1
BA	2905206	Caetité	Grupo 3	3
BA	2905602	Camacan	Grupo 3	3
BA	2906899	Caraíbas	Grupo 3	1
BA	2908200	Conceição da Feira	Grupo 3	1
BA	2909000	Cordeiros	Grupo 3	1
BA	2909307	Correntina	Grupo 3	2
BA	2909406	Cotegipe	Grupo 3	1
BA	2909901	Curaçá	Grupo 3	1
BA	2910404	Encruzilhada	Grupo 3	1
BA	2910602	Esplanada	Grupo 3	1
BA	2912400	Ibipeba	Grupo 3	1
BA	2912905	Ibirataia	Grupo 3	2
BA	2913101	Ibititá	Grupo 3	1
BA	2914505	Irará	Grupo 3	1
BA	2917102	Itororó	Grupo 3	1
BA	2917300	Ituberá	Grupo 3	1
BA	2919157	Lapão	Grupo 3	1
BA	2921104	Medeiros Neto	Grupo 3	1
BA	2921401	Mirangaba	Grupo 3	1
BA	2921708	Morro do Chapéu	Grupo 3	1
BA	2922102	Mundo Novo	Grupo 3	1
BA	2923605	Paramirim	Grupo 3	1
BA	2923704	Paratinga	Grupo 3	2
BA	2924405	Pilão Arcado	Grupo 3	1
BA	2925105	Poções	Grupo 3	2
BA	2925709	Presidente Jânio Quadros	Grupo 3	1
BA	2925907	Quijingue	Grupo 3	1
BA	2925956	Rafael Jambeiro	Grupo 3	1
BA	2926400	Riacho de Santana	Grupo 3	2
BA	2926608	Ribeira do Pombal	Grupo 3	3
BA	2928109	Santa Maria da Vitória	Grupo 3	2

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

BA	2928208	Santana	Grupo 3	1
BA	2929370	São José do Jacuípe	Grupo 3	1
BA	2929701	Sátiro Dias	Grupo 3	1
BA	2931707	Terra Nova	Grupo 3	1
BA	2932408	Uibaí	Grupo 3	1
CE	2302057	Barroquinha	Grupo 3	1
CE	2302909	Capistrano	Grupo 3	1
CE	2303105	Cariré	Grupo 3	2
CE	2304004	Coreaú	Grupo 3	1
CE	2304301	Farias Brito	Grupo 3	1
CE	2304608	General Sampaio	Grupo 3	1
CE	2305209	Hidrolândia	Grupo 3	2
CE	2305266	Ibaretama	Grupo 3	2
CE	2306108	Irauçuba	Grupo 3	1
CE	2309300	Nova Russas	Grupo 3	1
CE	2310704	Pentecoste	Grupo 3	1
CE	2311603	Redenção	Grupo 3	1
CE	2311959	Salitre	Grupo 3	1
CE	2312106	Santana do Cariri	Grupo 3	1
CE	2313252	Tarrafas	Grupo 3	1
CE	2313955	Varjota	Grupo 3	1
GO	5203401	Bom Jardim de Goiás	Grupo 3	1
GO	5208806	Goianira	Grupo 3	1
GO	5209903	Iaciara	Grupo 3	1
GO	5218003	Porangatu	Grupo 3	1
GO	5221700	Uruana	Grupo 3	1
GO	5222005	Vianópolis	Grupo 3	1
MA	2100873	Araguanã	Grupo 3	1
MA	2103554	Conceição do Lago-Açu	Grupo 3	3
MA	2104552	Governador Edison Lobão	Grupo 3	1
MA	2105427	Itinga do Maranhão	Grupo 3	1
MA	2105989	Lajeado Novo	Grupo 3	1
MA	2106326	Maracaçumé	Grupo 3	1
MA	2107357	Nova Olinda do Maranhão	Grupo 3	2
MA	2110500	São Bento	Grupo 3	1
MA	2110856	São Francisco do Brejão	Grupo 3	1
MA	2111029	São João do Carú	Grupo 3	1
MA	2111078	São João do Soter	Grupo 3	2
MA	2111532	São Pedro da Água Branca	Grupo 3	1
MA	2112100	Timbiras	Grupo 3	1
MA	2112506	Tutóia	Grupo 3	1
MA	2112704	Vargem Grande	Grupo 3	3
MA	2112852	Vila Nova dos Martírios	Grupo 3	2
MG	3100203	Abaeté	Grupo 3	1
MG	3117306	Conceição das Alagoas	Grupo 3	1
MG	3121605	Diamantina	Grupo 3	1
MG	3122355	Divisa Alegre	Grupo 3	1
MG	3132602	Itamarati de Minas	Grupo 3	1
MG	3140506	Martinho Campos	Grupo 3	1
MG	3140852	Matias Cardoso	Grupo 3	1
MG	3141405	Medina	Grupo 3	1
MG	3145901	Ouro Branco	Grupo 3	1
MG	3153707	Quartel Geral	Grupo 3	1
MG	3155801	Rio Pomba	Grupo 3	1
MG	3156601	Rubim	Grupo 3	1
MG	3164472	São Sebastião do Anta	Grupo 3	1
MS	5003157	Coronel Sapucaia	Grupo 3	1
MT	5100359	Alto Boa Vista	Grupo 3	1
MT	5101902	Brasnorte	Grupo 3	1
MT	5103205	Colíder	Grupo 3	1
MT	5103254	Colniza	Grupo 3	1
MT	5103304	Comodoro	Grupo 3	1
MT	5104104	Guarantã do Norte	Grupo 3	1
MT	5106224	Nova Mutum	Grupo 3	1
MT	5108600	Vila Rica	Grupo 3	1
PA	1502939	Dom Eliseu	Grupo 3	2
PA	1503093	Goianésia do Pará	Grupo 3	2
PA	1503457	Ipixuna do Pará	Grupo 3	2
PA	1503754	Jacareacanga	Grupo 3	1
PA	1507508	São João do Araguaia	Grupo 3	2
PA	1507805	Senador José Porfírio	Grupo 3	1
PA	1508001	Tomé-Açu	Grupo 3	5
PA	1508159	Uruará	Grupo 3	3
PB	2501534	Baraúna	Grupo 3	1
PB	2501708	Barra de São Miguel	Grupo 3	1
PB	2504306	Catolé do Rocha	Grupo 3	1
PB	2505402	Desterro	Grupo 3	1
PB	2508505	Livramento	Grupo 3	1
PB	2509396	Maturéia	Grupo 3	1
PB	2511004	Pedra Branca	Grupo 3	1
PB	2515401	Seridó	Grupo 3	1
PE	2600401	Água Preta	Grupo 3	2
PE	2600500	Águas Belas	Grupo 3	1
PE	2600708	Aliança	Grupo 3	1
PE	2602001	Bodocó	Grupo 3	1
PE	2602308	Bonito	Grupo 3	1
PE	2602605	Brejo da Madre de Deus	Grupo 3	1
PE	2603108	Cachoeirinha	Grupo 3	1
PE	2603900	Carnaíba	Grupo 3	3
PE	2604304	Cedro	Grupo 3	1
PE	2605004	Cupira	Grupo 3	3
PE	2605301	Exu	Grupo 3	1
PE	2605400	Feira Nova	Grupo 3	1
PE	2606309	Granito	Grupo 3	1
PE	2608107	João Alfredo	Grupo 3	1
PE	2608602	Lagoa do Ouro	Grupo 3	1
PE	2608750	Lagoa Grande	Grupo 3	2
PE	2611533	Quixaba	Grupo 3	1
PE	2612109	Salgadinho	Grupo 3	1
PE	2612455	Santa Cruz	Grupo 3	1
PE	2613107	São Caitano	Grupo 3	1
PE	2613503	São José do Belmonte	Grupo 3	2
PE	2615409	Toritama	Grupo 3	1
PE	2616308	Vicência	Grupo 3	1
PI	2201919	Bom Principio do Piauí	Grupo 3	1
PI	2202117	Campo Alegre do Fidalgo	Grupo 3	1
PI	2208502	Porto	Grupo 3	1
PI	2210508	São Pedro do Piauí	Grupo 3	1
PI	2211357	Várzea Branca	Grupo 3	1
PR	4114401	Mangueirinha	Grupo 3	1
PR	4119400	Piraí do Sul	Grupo 3	1
PR	4122503	Roncador	Grupo 3	1
RJ	3302254	Itatiaia	Grupo 3	1
RN	2402303	Caraúbas	Grupo 3	1
RN	2403103	Currais Novos	Grupo 3	1
RN	2403608	Extremoz	Grupo 3	1
RN	2409100	Passa e Fica	Grupo 3	1
RN	2411502	Santo Antônio	Grupo 3	1
RN	2412708	São Pedro	Grupo 3	1
RN	2413508	Serrinha	Grupo 3	1
RN	2413706	Sítio Novo	Grupo 3	1
RO	1100700	Campo Novo de Rondônia	Grupo 3	1
RS	4304630	Capão da Canoa	Grupo 3	1
RS	4306502	Dom Feliciano	Grupo 3	1
SC	4205803	Garuva	Grupo 3	1
SE	2800506	Areia Branca	Grupo 3	1
SE	2807600	Umbaúba	Grupo 3	1
SP	3539202	Pirapozinho	Grupo 3	1
SP	3551504	Serrana	Grupo 3	1
TO	1718808	Sampaio	Grupo 3	1

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

PORTARIA Nº 307, DE 8 DE JUNHO DE 2011

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA RONDÔNIA, , no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art.12 da Lei n.º 8.112, de 11/12/1990, e o item 14.1 do Edital nº 008, de 07/04/2010, publicado no DOU de 08/04/2010, retificado pelo Edital nº 010, de 16/04/2010, publicada no DOU de 20/04/2011, resolve:

Art. 1º PRORROGAR por 01 (hum) ano, a partir do dia 10/06/2011, o prazo de validade do Concurso Público para provimento, em caráter efetivo, dos cargos Técnico-Administrativos em Educação, objeto do Edital nº 008, de 07/04/2010, publicado no DOU de 08/04/2010, seção 3, páginas 84 a 51, retificado pelo Edital nº 010, de 07/04/2010, publicado no DOU de 08/04/2010, seção 3, página 20, homologado pelo Edital nº 023, de 08/06/2010, publicado no DOU de 10/06/2010, seção 3, páginas 46 a 48.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

RAIMUNDO VICENTE JIMENEZ

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

PORTARIAS DE 9 DE JUNHO DE 2011

O VICE-REITOR, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI, no uso de suas atribuições regimentais, RESOLVE:

Nº 788 - prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 15.06.2011, a validade do Concurso Público destinado ao provimento do cargo de Professor Assistente para a Área de Turismo: Oferta e Demanda Turística; Lazer e Hospitalidade, homologado através do Edital nº 122, de 14.06.2010, publicado no DOU de 15.06.2010.

Nº 789 - prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 30.06.2011, a validade do Concurso Público destinado ao provimento do cargo de Professor Assistente para a Área de Turismo: Legislação aplicada ao Turismo, Estágio Obrigatório e Atividades Complementares, homologado através do Edital nº 137, de 29.06.2010, publicado no DOU de 30.06.2010.

DONALDO ROSA PIRES JÚNIOR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

PORTARIA Nº 499, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O Reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora no uso de suas competências, resolve:

1 - Retificar na Portaria de Homologação nº 495 de 08/06/2011, publicada no DOU de 09/06/2011, seção 1, página 85/86, no item D.1.1 - Concurso 12 - Processo nº. 23071.000932/2011-85, onde se lê "CARLA MALAGUTI - Nota Final 7,9"; leia-se: "CARLA MALAGUTI - Nota Final 7,85 e onde se lê "CAMILA MACIEL DE OLIVEIRA - Nota Final 6,5"; leia-se: ""CAMILA MACIEL DE OLIVEIRA - Nota Final 6,48".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DUQUE DE MIRANDA CHAVES FILHO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESSOAL

PORTARIA Nº 4.042, DE 8 DE JUNHO DE 2011

O Pró-reitor de Pessoal, no uso da competência delegada pelo Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, através da Portaria nº 1.778, de 15 de julho de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 17 de julho de 2002, resolve:

Tornar público, o nome do candidato aprovado homologando o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos, no Setor Métodos Matemáticos do Instituto de Matemática/Pólo Xerém, na categoria Assistente. O número do edital do concurso é 114, de 13 de dezembro de 2010, publicado no DOU nº 06, de 10 de janeiro de 2010.

- Huy Hoang Nguyen

LUIZ AFONSO HENRIQUES MARIZ

PORTARIA Nº 4.043, DE 8 DE JUNHO DE 2011

O Pró-reitor de Pessoal, no uso da competência delegada pelo Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, através da Portaria nº 1.778, de 15 de julho de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 17 de julho de 2002, resolve:

Tornar público, em ordem de classificação, o nome dos candidatos aprovados homologando o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos, no Setor Direito Previdenciário e Legislação Social da Faculdade Nacional de Direito, na categoria Assistente. O número do edital do concurso é 28, de 24 de junho de 2010, publicado no DOU nº 120, de 25 de junho de 2010.

1º - Fábio de Souza Silva
2º - Fábio Zambitte Ibrahim
3º - Ana Luisa de Souza Correia de Melo Palmisciano

LUIZ AFONSO HENRIQUES MARIZ

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIZAÇÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 448, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O Diretor, em exercício, do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no art. 12 da Portaria n° 450, de

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

06 de novembro de 2002, do Processo 23080.009211/2010-41 e do item 13.3 do Edital do Concurso, resolve:

prorrogar por 12 meses, a partir de 30 de junho de 2011, o prazo de validade do concurso público do Departamento de Ciências Morfológicas, do Centro de Ciências Biológicas, Campo de Conhecimento: Histologia, objeto do Edital n° 20/DDPP/2010 de 20/04/2010, homologado pela Portaria n° 622/DDPP/2010, publicada no Diário Oficial da União de 30/06/2010.

CLESAR LUIZ LOCH

PORTARIA Nº 449, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O Diretor, em exercício, do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.014152/2011-11 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Engenharia Civil - ECV/CTC, instituído pelo Edital nº 073/DDPP/2011, de 5 de maio de 2011, publicado no Diário Oficial da União nº 86, Seção 3, páginas 56-57, de 06/05/2011.

Campo de Conhecimento: Instalações Elétricas.

Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.

N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Luciano Cezário de Lucia	8,5

CLESAR LUIZ LOCH

PORTARIA Nº 451, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O Diretor, em exercício, do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no art. 12 da Portaria n° 450, de 06 de novembro de 2002, do Processo 23080.009571/2010-42 e do item 13.3 do Edital do Concurso, resolve:

prorrogar por 12 meses, a partir de 01 de julho de 2011, o prazo de validade do concurso público do Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural, do Centro de Ciências Agrárias, Campo de Conhecimento: Criação de Animais, objeto do Edital n° 20/DDPP/2010 de 20/04/2010, homologado pela Portaria n° 651/DDPP/2010, publicada no Diário Oficial da União de 01/07/2010.

CLESAR LUIZ LOCH

PORTARIA Nº 452, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O Diretor, em exercício, do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no art. 12 da Portaria n° 450, de 06 de novembro de 2002, do Processo 23080.009572/2010-97 e do item 13.3 do Edital do Concurso, resolve:

prorrogar por 12 meses, a partir de 01 de julho de 2011, o prazo de validade do concurso público do Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural, do Centro de Ciências Agrárias, Campo de Conhecimento: Genética e Melhoramento dos Animais Domésticos, objeto do Edital n° 20/DDPP/2010 de 20/04/2010, homologado pela Portaria n° 652/DDPP/2010, publicada no Diário Oficial da União de 01/07/2010.

CLESAR LUIZ LOCH

PORTARIA Nº 453, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O Diretor, em exercício, do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no art. 12 da Portaria n° 450, de 06 de novembro de 2002, do Processo 23080.009575/2010-21 e do item 13.3 do Edital do Concurso, resolve:

prorrogar por 12 meses, a partir de 01 de julho de 2011, o prazo de validade do concurso público do Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural, do Centro de Ciências Agrárias, Campo de Conhecimento: Desenvolvimento Rural, objeto do Edital n° 20/DDPP/2010 de 20/04/2010, homologado pela Portaria n° 649/DDPP/2010, publicada no Diário Oficial da União de 01/07/2010.

CLESAR LUIZ LOCH

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

PORTARIAS DE 8 DE JUNHO DE 2011

A Reitora da Universidade Federal de Viçosa, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto de 16/05/2011, publicado no Diário Oficial da União de 17/05/2011, resolve:

Nº 612 - aplicar à empresa RICARDO EUSTÁQUIO MELGAÇO DINIZ - ME, com sede à Rua Padre Eustáquio, nº 2.390, sala 02, Bairro Padre Eustáquio, Belo Horizonte, MG, CEP 03072-010, inscrita no CNPJ 09.300.968/0001-08, as penas de impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de 06 (seis) meses, cumulada com pena de multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato representado pela Nota de Empenho nº 902201/2009, bem como sua rescisão, face à inexecução total das obrigações assumidas, tudo com fundamento no art. 28 do Decreto 5.450/05 e § único, art. 79 (inciso I) e 87 (inciso II) da Lei 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520/02, e subitens 12.1, 12.1.6, 12.2, 12.2.2 e 12.5 do Edital de Pregão Eletrônico no. 457/2009, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, determinando ainda, o seu descredenciamento junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, como dispõe o § 2º do Art. 1º do Decreto3.722/2001 com redação dada pelo Decreto 4.485/2002. (Processo 009664/2009)

Nº 613 - 1. retificar a Portaria nº 0447/2011, de 12 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2011, seção 1, página 65, onde se lê: "... Empenho nº 2010NE902242...", leia-se, "... Empenho nº 2009NE902242..."; 2. manter inalteradas as demais disposições. (Processo 007906/2009)

NILDA DE FÁTIMA FERREIRA SOARES

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 280, DE 9 DE JUNHO DE 2011

OS MINISTROS DE ESTADO DA FAZENDA E DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 8º, § 3º do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, resolvem:

Art. 1º Ampliar os limites de pagamento de que trata o Anexo II do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO

ACRÉSCIMO DOS VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2011
E AOS RESTOS A PAGAR DE QUE TRATA O ANEXO II DO DECRETO Nº 7.445, DE 1º DE MARÇO DE 2011.
ACRÉSCIMO
R$ MIL

ÓRGÃOS E/OU UNID. ORÇAMENTÁRIAS	Até Jun	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	163.000	163.000	163.000	163.000	163.000	163.000	163.000

Fontes: Todas as fontes

PORTARIA Nº 281, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 8º, § 4º, do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, resolve:

Art. 1º Ajustar os limites de pagamento constantes do Anexo I da Portaria MF nº 70, de 2 de março de 2011, na forma do Anexo a esta Portaria, tendo em vista a publicação da Portaria Interministerial MF/MP nº 280, de 09 de junho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUIDO MANTEGA

ANEXO

ACRÉSCIMO DOS VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2011
E AOS RESTOS A PAGAR DE QUE TRATA O ANEXO I DA PORTARIA MF Nº 70, DE 2 DE MARÇO DE 2011.
ACRÉSCIMO
R$ MIL

ÓRGÃOS E/OU UNID. ORÇAMENTÁRIAS	Até Jun	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	163.000	163.000	163.000	163.000	163.000	163.000	163.000

Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes: 150, 250, 179, 182, 282 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 229, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Altera a Portaria SE/MF nº 297, de 29 de dezembro de 2010, que divulga as metas de desempenho institucional a serem alcançadas no âmbito do Ministério da Fazenda, referentes ao 2º Ciclo da Avaliação de Desempenho, para fins de pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Fazendária - GDAFAZ, correspondente ao período de 1º de novembro de 2010 a 31 de outubro de 2011, bem como fixa meta global do Ministério da Fazenda para este Ciclo.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria MF nº 207, de 4 de março de 2010, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pela Portaria MF nº 468, de 1º de setembro de 2010, com redação dada pela Portaria MF nº 475, de 9 de setembro de 2010, bem assim, o disposto na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, resolve:

Art. 1º Alterar, na forma do Anexo I desta Portaria, as metas de desempenho institucional a serem alcançadas no âmbito do Ministério da Fazenda, referentes ao 2º Ciclo da Avaliação de Desempenho, para fins de pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Fazendária - GDAFAZ, correspondente ao período de 1º de novembro de 2010 a 31 de outubro de 2011.

Art. 2º Adotar como indicador global do Ministério da Fazenda para este Ciclo de Avaliação de Desempenho, o percentual médio de realização das metas de desempenho institucional, ponderado pelo quantitativo de servidores integrantes do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda - PECFAZ.

Parágrafo único. A parcela institucional da Gratificação de Desempenho de Atividade Fazendária - GDAFAZ será calculada com base no resultado global, conforme Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO

ANEXO I

INDICADORES DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Fonte de Informação	Meta	Abrangência
Satisfação das Unidades Usuárias	Medir a satisfação das Unidades Usuárias com relação aos serviços prestados pela SPOA.	Média Ponderada = [? (Pontuação x Frequência) x 100] / (?Frequência x 4).	Pesquisa de Satisfação das Unidades Usuárias.	71,67%	SPOA, GMF, SE, SAIN, STN, SPE, SEAE, CARF e CONFAZ.
Avaliação pós-serviços prestado de logística	Avaliar e melhorar o grau de satisfação das unidades usuárias sobre os serviços prestados pela SPOA na área de logística	Média Ponderada = [? (Pontuação x Frequência) x 100] / (?Frequência x 4).	Relatórios emitidos pelo sistema Demandas.	70%	
Avaliação pós serviço prestado de Recursos Humanos	Avaliar e melhorar o grau de satisfação das Unidades Usuárias em relação aos serviços prestados de Recursos Humanos da SPOA.	Média Ponderada = [? (Pontuação x Frequência) x 100] / (?Frequência x 4).	Relatórios emitidos pelo sistema Demandas.	76,67%	
Avaliação pós serviço prestado de Tecnologia da Informação	Avaliar e melhorar o grau de satisfação das Unidades Usuárias em relação aos serviços prestados de Tecnologia da Informação da SPOA.	Média Ponderada = [? (Pontuação x Frequência) x 100] / (?Frequência x 4).	Relatórios emitidos pelo sistema Demandas.	78,33%	
Percentual de Inscrições Ativas Ajuizadas sobre as Inscrições Encaminhadas para Ajuizamento.	Mensurar o percentual de inscrições em Dívida Ativa na base SIDA que passaram da situação: Ativa encaminhada para ajuizamento, para a situação: Ativa Ajuizada, no período do ciclo avaliativo.	(Total de inscrições que passaram pela situação Ativa Ajuizada no período de novembro de 2010 a outubro de 2011/Total de Inscrições que passaram pela situação Ativa Encaminhada para Ajuizamento no período de agosto de 2010 a julho de 2011) x 100.	Relatórios emitidos pelo Sistema SIDA.	45%	PGFN
Número de servidores aprovados	Avaliar o esforço empreendido pelas diversas áreas da Esaf em atender as necessidades do Ministério da Fazenda com relação a capacitações.	Soma total do quantitativo de servidores aprovados em capacitações presenciais e a distância realizadas pela Esaf-Sede e pelos Centresafs (se um mesmo servidor for aprovado em N cursos, contabilizar N capacitações)		51.167 servidores capacitados	ESAF
Tempo de espera para atendimento	Medir o tempo de espera, pelo contribuinte, para atendimento, sem limitação de senha.	Média ponderada dos tempos de espera para chamada de serviços nas unidades de atendimento, no período.	Relatórios emitidos pelo sistema SAGA.	15,8 min.	RFB
Índice de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.	Prevenir a utilização dos setores econômicos para a lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, promovendo a cooperação e o intercâmbio de informações entre o Setor Público e o Privado.	A partir de duas variáveis: "casos examinados" e "averiguações preliminares concluídas". Total anual de "casos examinados"/ Meta de "casos examinados + (Total de "averiguações preliminares concluídas"/ Meta de "averiguações preliminares concluídas") O atingimento integral da meta institucional dar-se-á quando o Indicador for igual ou superior a 2. A pontuação da componente institucional referente a resultados inferiores a 2 será obtida por regra de três simples.		2	COAF

ANEXO II

INDICADOR GLOBAL

Finalidade	Fórmula de Cálculo	Meta Global	Parcela Institucional da GDAFAZ	
			Resultado Global	Número de Pontos Obtidos
Avaliar o cumprimento das metas de desempenho institucional.	Resultado Global = (P+C+S+R+E) / nº total de servidores PECFAZ	75%	Acima de 74,9%	80
	Onde:		70% a 74,9%	75
	P = % médio de realização meta PGFN x nº de servidores PECFAZ na PGFN;		65% a 69,9%	70
	C = % médio de realização meta COAF x nº de servidores PECFAZ no COAF;		60% a 64,9%	65
	S = % médio de realização metas SPOA x nº de servidores PECFAZ na SPOA/CARF/ SAIN/STN/SPE/SEAE/GMF/SE/CONFAZ;		50% a 59,9%	60
	R = % médio de realização meta RFB x nº de servidores PECFAZ na RFB;		40% a 49,9%	50
	E = % médio de realização meta ESAF x nº de servidores PECFAZ.		30% a 39,9%	40
			20% a 29,9%	30
			0% a 19,9%	25

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

ATO DECLARATÓRIO Nº 10, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Ratifica os Convênios ICMS 45/11 a 47/11 de 23 de maio de 2011.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X, do art. 5°, e pelo parágrafo único do art. 37 do Regimento desse Conselho, declara ratificados os Convênios ICMS a seguir identificados, celebrados na 162ª reunião extraordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, realizada no dia 23 de maio de 2011, e publicados no Diário Oficial da União de 25 de maio de 2011:

Convênio ICMS 45/11 - Altera o Convênio ICMS 11/09 que autoriza os Estados do Acre, Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins e o Distrito Federal a dispensar ou reduzir juros e multas mediante parcelamento de débitos fiscais relacionados com o ICM e o ICMS, na forma que especifica;

Convênio ICMS 46/11 - Altera o Convênio ICMS 142/92, que autoriza o Estado do Paraná a conceder isenção do ICMS à União dos Escoteiros do Brasil;

Convênio ICMS 47/11 - Autoriza o Estado de Rondônia a dispensar o ICMS devido nas importações de máquinas, aparelhos e equipamentos industriais, suas partes e peças, sem similar no país, e o ICMS relativo ao diferencial de alíquotas nas aquisições e transferências interestaduais de bens destinados ao Ativo Imobilizado das empresas geradoras e concessionárias de transmissão de energia elétrica relacionadas às usinas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 9 de junho de 2011

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF Nºs.

Nº 98 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresa s desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais não consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
AD Instar Systems Informatica S/C Ltda	59.275.909/0001-03	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL2142011, nome: PRODUTO, versão: 4.2, código MD-5: EDC4185FD10209CDEEDF056A07452C07 *VENDACX
Yomega Software Ltda	07.510.345/0001-34	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL1912011, nome: Sistema Comercial, versão: 1.0.0.1, código MD-5: ADB1D264779CEAFB0B02DC7062DC3D2D *SysECF
Sistemas Integra de Informática Ltda	05.469.772/0001-90	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL1972011, nome: INTEGRA-PAF, versão: 3.11, código MD-5: 711AFDFC76EAEDE9461456B634FEA5C0 *INTEGRA-PAF
Proinfo Sistemas e Serviços Ltda	12.594.503/0001-11	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL2152011, nome: SIV-SISTEMA INTEGRADO DE VENDAS, versão: 3.2, código MD-5: 6B1F262686E766CF0B7BF4A66A16E0BB *VCAIXA
IFCRIO Sistemas e Consultoria Ltda	04.879.884/0001-57	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL2092011, nome: WAutoPDV, versão: 1.14, código MD-5: 88D37117E4C9C7D73D937A437F68B8E4 *wautopdv
Linux Informática Ltda	03.982.599/0001-02	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL1782011, nome: Automotivo PAF-ECF, versão: 1.0, código MD-5: 9EB1BD3D62EC988B676AFCC10ABDFE11 *AUTOMOTIVOPAF-ECF
Auto Peças Padre Cícero Ltda	07.965.809/0001-05	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL0922011, nome: Sistema Caixa PE, versão: 2.0, código MD-5: e7ad03dff11989c203ca7047bd2d8a73 *caixa301tef
SRI Automação e Serviços de Informatica	08.490.408/0001-09	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL1832011, nome: SRICASH, versão: 2.20, código MD-5: 314409632ca296e99b65b1062885af7e*CAIXA
Adriana Repolhes da Silva	07.618.412/0001-39	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL1762011, nome: Frente de Caixa Máster 1.0, versão: 1.0, código MD-5: 8EA5AA1B587F88D8A2732BD8CC441005 *FrenteCaixa
Desempenho Consultoria de Informática Ltda EPP	05.258.974/0001-93	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL1842011, nome: SavWin, versão: 9.4.11, código MD-5: bac8575135afda9fa2afc761e232f5db *deft
Automatec Comércio e Serviços de Informática de Informática Ltda	06.933.476/0001-61	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL1982011, nome: Checkout_Ecf, versão: 3.0, código MD-5: 39346F99D3AB7B85536804E2FB592A8F *CheckoutEcf
Silicon Valley Sistemas Ltda	10.772.949/0001-63	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL2112011, nome: PDV SV, versão: 1.0, código MD-5: F87D5F872094351E2B6B0F3772C79D34 * ERPSiliconValleyPDV

2. Fundação Visconde de Cairu - FVC

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Grimário Pereira da Trindade - ME	00.357.834/0001-59	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número FVC0232011, nome: Pristech Caixa, versão: 3.0.0.0, código MD-5: 69aaedd1f38429753513569aa5884662
Jose Carlos Mendes Souza ME	05.974.006/0001-83	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número FVC0362011, nome: MS SHOP, versão: 11.5, código MD-5: a41af1130aa9a0eb0a063a091b14c796

3. Fundação Universidade Regional de Blumenau - URB

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Neoquard Sistemas de Informação Ltda	10.331.748/0001-20	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número URB0312011, nome: QUARD1, versão: 1.0.0.0, código MD-5: 919656ab047a44aaad128082b1ce96d0
Correa Comércio e Magazine Ltda ME	09.192.680/0001-67	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número URB0322011, nome: NETSYSTEM PDV, versão: 3.0, código MD-5: ca7433fedb17fa33477584a7318e5811
Prisma Five Informatica Ltda	72.216.518/0001-78	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número URB0342011, nome: FarmaFácil Manipulação e Drogaria, versão: 11.01, código MD-5: 1cbdcfeb15d82c1a520f47086362c771
Asseinfo Assessoria em Informática Ltda	04.267.593/0001-08	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número URB0332011, nome: ISA PDV, versão: 2011052600, código MD-5: 99e551cf37f87d120dfc4050005bd515

4. Faculdades Integradas Espírito-Santenses - FAESA

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Raposo Sistsemas Ltda ME	10.406.390/0001-58	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número FAE0252011, nome: FoxPaf, versão: 1.0, código MD-5: 38b19b3e9538442094f76224c67c503d
Neski Soluções Ltda ME	05.142.507/0001-01	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número FAE0262011, nome: NESKI PAF-ECF, versão: 2011.10, código MD-5: 9F609C142B44CFBA21CE9A2698E0F1C7

5. Instituto Filadélfia de Londrina - IFL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Infomaster Equip e Serv p/ Informatica Ltda ME	02.895.627/0001-83	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número IFL0192011, nome: MASTER, versão: 1.1, código MD-5: DFB7F71ECE0454DA4260430E91E69E5B
M. A. N Cardoso Internet - EPP	06.780.989/0001-80	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número IFL0222011, nome: WM Sistema 10 OFF, versão: 5.0, código MD-5: e0ecd9a6f168519119df12cc49a39c4d
NPA Informática Ltda	73.500.290/0001-06	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número IFL0162011, nome: SISATAKECF, versão: 2011.1.1.1, código MD-5: 1FBA2E151DC933798D065E45F5C23BE4

6. Fundação Percival Farquhar - UNIVALE

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Ibersoft Sistemas de Informação Ltda	05.531.126/0001-06	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número FPF0082011, nome: Ibersoft Automação Fácil, versão: 2.0, código MD-5: beb5bc76b640245a6800eb9a98313666
Renovar Sistemas Ltda	13.240.264/0001-64	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número FPF0052011, nome: Renovar Front, versão: 1.0, código MD-5: 864c948a55eda63d46319a0207220b6f

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

7 . FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE - UNOCHAPECÓ

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
G3 Sistemas de Informática Ltda	09.292.550/0001-04	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número UNO0452011, nome: G3 PDV, versão: 01.01.001, código MD-5: 91b0ab1b2aae69d44a195b7b505d520b

8. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PSP

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Linx Sistemas e Consultoria Ltda	54.517.628/0001-98	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número PSP0232011, nome: P2K MLUIZA, versão: 03.18.00, código MD-5: 06318ab74da1521867e478c1473db06f
Linx Sistemas e Consultoria Ltda	54.517.628/0001-98	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número PSP0242011, nome: PRISMA, versão: 4021, código MD-5: 0ad5bfbfc5c74457d9c9f90fdd859ca7

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF Nºs.

Nº 99 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:
1. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
EKT Lojas de Departamentos Ltda	09.294.944/0001-93	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL1872011, nome: ADN, versão: 1.0.0, código MD-5: E40488C32B5333F62242A05B0E8DFA53 *modpago

2.Escola Fundação Instituto Nacional de Telecomunicação - INA

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Unisys Brasil Ltda	33.426.420/0009-40	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número INA0282011, nome: Calypso, versão: CV.04T.c00, código MD-5: 9f4366ea75c65895d54795edbcd6d1ae
New Update Sistemas de Informática Ltda	09.203.932/0001-06	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número INA0322011, nome: NewPOS, versão: 3.6.2, código MD-5: 691adf3a9f92a06a15e511738b5dbdd2

Habilitação a exercer a atividade de distribuição e revenda de ECF.

Nº 100 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto na cláusula décima sétima do Convênio ICMS 09/09, de 3 de abril de 2009, torna público que está habilitado a exercer a atividade de distribuição e revenda de equipamentos Emissores de Cupom Fiscal (ECF) o seguinte estabelecimento:

DENOMINAÇÃO	CNPJ	ENDEREÇO
ZIX INFORMÁTICA LTDA	01.383.192/0002-06	Praça Antonio Dias nº 584 Loja 01 - Centro Patos de Minas - MG CEP: 38.700-110
LINETECH INFORMÁTICA LTDA ME	72.039.456/0001-76	Rua Capitão Heleodoro Mariano nº 200 - Centro Muzambinho - MG CEP: 37.890-000
SPENCER E SOUTO SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA	12.436.959/0001-53	Avenida Fernandes Lima, nº 1513, Sala 201CXPST H23 Maceió - AL CEP: 57.057-450
ICOMP AUTOMAÇÃO COMERCIAL LTDA	07.539.062/0001-15	Rua 83, nº 886, Quadra f21 Lote 110 Sul Goiânia - GO CEP: 74.083-020
MR. TUDO LTDA	13.568.174/0001-05	Rua Dr. Fortes Bustamantes nº 00 - Centro São João Nepomuceno - MG CEP: 36.680-000
HUMBERTO FERREIRA DE NORONHA - ME	00.467.272/0001-04	Rua Dr. Barcelos, nº 71 - Centro Carmo do Paranaíba - MG CEP: 38.840-000
A C G LISBOA ME	07.905.183/0001-33	Rua Jacinto da Silva Rocha Vidal nº 29 Quadra.22 Lote 03- Centro Uruaçu- GO CEP: 76.400-000
ADEMAR SILVA DORNELA	03.733.943/0001-11	Rua Capitão Franklin de Castro 664 - Centro Rio Paranaíba - MG CEP: 38.810-000

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIAS REGIONAIS
3ª REGIÃO
PROCURADORIA DA DÍVIDA ATIVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 7 DE JUNHO DE 2011

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (PAES), de que trata o art. 1º da Lei Nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O PROCURADOR CHEFE DA DIVISÃO DE DÍVIDA ATIVA DA PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA 3ª REGIÃO, abaixo identificado, no uso da competência outorgada pelo art. 82 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria Nº 257, de 23 de junho de 2009, publicada no D.O.U de 25 de junho de 2009, tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei Nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei Nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF Nº 3, de 25 de agosto de 2004, na Portaria Conjunta PGFN/SRF Nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 1º da Lei Nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento (a) dos tributos e contribuições objeto do PAES; (b) das parcelas deste; ou ainda (c) quando o recolhimento tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei Nº 10.684, de 2003.

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido, nos termos do art. 14, §2º da Portaria Conjunta PGFN/SRF Nº 3/2004, ao PROCURADOR-CHEFE DA DÍVIDA ATIVA NA PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA 3ª REGIÃO, com endereço na Alameda Santos, Nº 647, Cerqueira Cesar, São Paulo/SP, CEP 01419-001, mencionando o número do processo administrativo respectivo.

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 2º, a exclusão do PAES será definitiva.

Art. 4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

MATHEUS CARNEIRO ASSUNÇÃO

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (PAES), por motivo de inadimplência de três parcelas consecutivas, ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei Nº . 10.684/2003:

CPF/CNPJ	PROCESSO ADM.
01.076.343/0001-00	19839.008669/2010-03
03.350.442/0001-56	19839.002557/2010-31
58.408.535/0001-86	19839.008754/2010-63
678.748.608-10	11239.000459/2011-05
62.004.056/0001-71	19839.004183/2008-73
50.545.458/0001-02	19839.009587/2010-78
43.423.441/0001-09	19839.009315/2010-78
61.453.445/0001-11	19839.009418/2010-38
00.236.842/0001-47	19839.009241/2010-70
52.804.002/0001-37	19839.009447/2010-08
054.006.788-15	19839.009449/2010-99
44.781.144/0001-06	19839.009452/2010-11
037.010.428-53	19839.008656/2010-26
879.410.408-59	19839.008573/2010-37
64.703.424/0001-03	19839.008278/2010-81
45.612.942/0001-69	19839.008222/2010-26
84.653.641/0001-35	19839.008026/2010-51
026.052.448-49	19839.009233/2010-23
64.727.241/0001-10	19839.007382/2010-58
51.226.843/0001-41	19839.007533/2010-78
007.356.438-90	19839.007531/2010-89
65.392.110/0001-91	19839.008212/2010-91
049.057.458-02	19839.009041/2010-17
953.844.488-49	19839.008277/2010-36
62.360.342/0001-70	19839.008569/2010-79
44.013.944/0001-79	19839.009448/2010-44

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 8 DE JUNHO DE 2011

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Excepcional - PAEX, de que trata o art. 1º da Medida Provisória Nº 303, de 29 de junho de 2006.

O PROCURADOR CHEFE DA DIVISÃO DE DÍVIDA ATIVA DA PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA 3ª REGIÃO, abaixo identificado, no uso da competência outorgada pelo art. 82 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria Nº 257, de 23 de junho de 2009, publicada no D.O.U de 25 de junho de 2009, tendo em vista o disposto no art. 7º da Medida Provisória Nº 303, de 29 de junho de 2006, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Excepcional de que trata o art. 1º da Medida Provisória Nº . 303, de 29 de junho de 2006, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único deste Ato Declaratório, tendo em vista ter sido: a) verificada a inadimplência do sujeito passivo por 2 (dois) meses consecutivos ou alternados, relativamente às prestações mensais ou a quaisquer dos impostos, con-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

tribuições ou exações de competência dos órgãos referidos no caput do art. 3º da referida Medida Provisória, inclusive os com vencimento posterior a 28 de fevereiro de 2003; b) constatada a existência de débitos mantidos, pelo sujeito passivo, sob discussão administrativa ou judicial, ressalvadas as hipóteses do inciso II do § 3º do art. 1º; ou c) verificado o descumprimento do disposto no parágrafo único do art. 2º da Medida Provisória Nº . 303/2006.

Art. 2º A rescisão referida no art. 1º implicará a remessa do débito para a inscrição em dívida ativa ou o prosseguimento da execução, conforme o caso, e implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago e automática execução da garantia prestada, quando existente, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido, nos termos do art. 10 da Portaria Conjunta PGFN/SRF Nº . 01, de 03 de janeiro de 2007, endereçado ao Procurador-Chefe da Dívida Ativa na Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região, situada na Alameda Santos, Nº 647, Cerqueira César, São Paulo/SP, mencionando expressamente o número do processo administrativo respectivo.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do PAEX será definitiva.

Art. 5º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

MATHEUS CARNEIRO ASSUNÇÃO

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Excepcional previsto na Medida Provisória Nº . 303/2006 (PAEX), com base no número do CPF/CNPJ e respectivos Processos Administrativos:

CNPJ/CPF	PROCESSO ADM.
61.478.111/0001-00	19839.001921/2011-26
62.742.747/0001-72	19839.000736/2011-14
02.815.844/0001-16	19839.000665/2011-50
46.345.344/0001-33	19839.000583/2011-13
00.463.437/0001-61	19839.000552/2011-54
55.641.542/0001-35	19839.000661/2011-71

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PORTARIA Nº 2.892, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Transfere a competência para julgamento de processos administrativos fiscais entre Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ) que especifica.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XXIII do art. 273 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Fica transferida a competência para julgamento dos processos administrativos fiscais relacionados no Anexo Único desta Portaria, da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento no Rio de Janeiro II (RJ), para a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento no Rio de Janeiro I (RJ).

Art. 2º Os processos a que se refere o art. 1º deverão ser transferidos no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de publicação desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

ANEXO ÚNICO

Relação de processos a serem transferidos da DRJ Rio de Janeiro II (RJ) para a DRJ Rio de Janeiro I (RJ)

13706.007820/2008-92	13706.004498/2008-40	13706.010687/2008-51
13706.010335/2008-04	13706.010662/2008-58	13706.010686/2008-15
13706.007078/2008-15	13706.004913/2008-65	10725.000312/2008-67
10768.007313/2008-36	13706.004911/2008-76	13706.004821/2008-85
10768.007311/2008-47	13706.004910/2008-21	13706.010499/2008-23
10768.007312/2008-91	19404.001882/2008-71	13706.010500/2008-10
13706.008335/2008-36	10725.000047/2008-17	13706.003396/2008-15
13706.007807/2008-33	13706.008558/2008-01	13706.009887/2008-61
13706.007806/2008-99	13706.007929/2008-20	13706.006149/2008-62
10725.003246/2008-87	13706.010631/2008-05	13702.003165/2008-33
10768.006184/2008-69	10725.002513/2008-07	10768.008092/2008-13
13706.006761/2008-35	13706.008577/2008-20	10768.008091/2008-79
10768.008272/2008-03	13706.008804/2008-17	10768.008093/2008-68
13706.009424/2008-08	13706.008346/2008-16	13732.001054/2008-35
13706.009423/2008-55	13706.008267/2008-13	13706.002649/2008-25
13706.008645/2008-51	13706.008268/2008-50	13706.007772/2008-32
13706.007087/2008-14	13706.008269/2008-02	13702.002931/2008-42
10725.002687/2008-61	13706.008353/2008-18	13738.000858/2008-67
13706.010731/2008-23	13707.004459/2008-32	10725.003216/2008-71
13706.010730/2008-89	13706.006977/2008-09	13706.005608/2008-91
13706.009861/2008-13	13706.100052/2008-45	10768.009099/2008-52
13706.008995/2008-17	10768.008133/2008-71	13706.004455/2008-64
13706.007554/2008-06	13706.008248/2008-89	10768.008729/2008-71
13706.009338/2008-97	13706.008249/2008-23	13732.001013/2008-49
13706.010122/2008-74	13706.006411/2008-79	13706.006071/2008-86
13706.010624/2008-03	10725.003062/2008-17	13706.008744/2008-32
13706.010622/2008-14	13706.009094/2008-42	13706.010331/2008-18
13706.005037/2008-94	13706.005666/2008-14	13706.007631/2008-10
13706.005172/2008-30	13706.009684/2008-75	13706.009128/2008-07
13706.005038/2008-39	13736.003220/2008-06	13706.004938/2008-69
13706.004292/2008-10	13706.005157/2008-91	10768.100492/2008-80
13706.010760/2008-95	13706.004891/2008-33	13706.010634/2008-31
13706.009630/2008-18	13706.004890/2008-99	13706.007498/2008-19
10768.006505/2008-25	13706.004892/2008-88	10768.007900/2008-25
10768.006504/2008-81	13706.010182/2008-97	13706.007978/2008-62
10768.006503/2008-36	10708.000613/2008-07	13706.010126/2008-52
10725.002991/2008-17	13706.010150/2008-91	13706.010125/2008-16
10725.002993/2008-06	13706.010151/2008-36	10768.008151/2008-53
13706.006903/2008-64	13706.006355/2008-72	13708.004713/2008-92
13738.001291/2008-46	13706.006811/2008-84	13706.002725/2008-01
13706.006282/2008-19	13706.007319/2008-26	13706.006581/2008-53
10725.001798/2008-51	13706.008392/2008-15	15471.003021/2008-73
13706.006276/2008-61	13706.008391/2008-71	13738.001975/2008-48
13738.001974/2008-01	10725.002648/2008-64	13706.006391/2008-36
13738.001878/2008-55	13706.010033/2008-28	13706.100042/2008-18
13706.006286/2008-05	13706.006985/2008-47	13706.100043/2008-54
13706.010127/2008-05	13706.008199/2008-84	13706.100041/2008-65
18239.007793/2008-25	13706.008200/2008-71	15374.721953/2008-08
13706.010568/2008-07	13706.007840/2008-63	13706.009853/2008-77
15471.004207/2008-40	13706.008480/2008-17	13706.009617/2008-51
10768.008011/2008-85	10768.007755/2008-82	13706.007430/2008-12
13732.000837/2008-00	10768.007756/2008-27	13706.007718/2008-97
13732.000874/2008-18	13794.000211/2008-61	13732.000736/2008-21
10725.002802/2008-06	13706.010244/2008-61	13706.009279/2008-57
10725.003245/2008-32	13706.007156/2008-81	13706.008304/2008-85
13738.001938/2008-30	13706.007139/2008-44	13706.008984/2008-37
13738.001937/2008-95	13706.006265/2008-81	13706.009280/2008-81
13706.010154/2008-70	10725.000220/2008-87	13706.009692/2008-11
13706.010461/2008-51	13706.008718/2008-12	13706.006390/2008-91
13706.010362/2008-79	13706.007458/2008-50	13706.007680/2008-52
13706.010460/2008-14	13706.007573/2008-24	13706.008381/2008-35
13706.005282/2008-00	13706.007737/2008-13	13706.008741/2008-07
13706.009460/2008-63	13706.008642/2008-17	13706.010519/2008-66
13706.009073/2008-27	13738.001885/2008-57	13708.004533/2008-19
13706.007322/2008-40	13706.009687/2008-17	13708.004534/2008-55
13702.003244/2008-44	13706.007812/2008-46	13708.004013/2008-06
13702.003245/2008-99	13738.001803/2008-74	13708.004573/2008-52
13702.003164/2008-99	13738.001236/2008-56	13795/000241/2008-67
13706.007124/2008-86	13706.009886/2008-17	13708.004477/2008-12
13706.006269/2008-60	13706.010534/2008-13	10768.006500/2008-01
13706.006268/2008-15	13706.100071/2008-71	13706.010226/2008-89
13706.006267/2008-71	10768.008784/2008-61	13706.010225/2008-34
13706.010089/2008-82	10725.002729/2008-64	13706.005525/2008-00
13706.010487/2008-07	10725.001092/2008-99	13706.007347/2008-43
13706.006925/2008-24	13708.004476/2008-60	18239.007057/2008-77
13706.006926/2008-79	13708.004475/2008-15	13706.004536/2008-64
10725.003178/2008-56	13795.000242/2008-10	-----

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 8 DE JUNHO DE 2011

Declara INAPTA POR INEXISTÊNCIA DE FATO a inscrição no CNPJ Nº 37.214.145/0001-03 - DISTRIBUIDORA DE CIMENTO ALIANÇA LTDA.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE - MS, no uso das atribuições que lhe conferem os art. 307 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21/12/2010, e tendo em vista o disposto no Artigo 39, inciso II e no Artigo 41, inciso II, §1° e 2° da Instrução Normativa RFB Nº 1005, de 08 de fevereiro de 2010, declara:

Art. 1°. INAPTA POR INEXISTÊNCIA DE FATO a inscrição no CNPJ Nº 37.214.145/0001-03 atribuída à pessoa jurídica DISTRIBUIDORA DE CIMENTO ALIANÇA LTDA , data de abertura 06/05/1992, endereço na Rua Planalto, 959, Vila Jardim Planalto, Campo Grande/MS, CEP 79050-240, por não ter sido localizada no endereço informado no CNPJ, conforme demonstrado no processo administrativo Nº 19708.000017/2011-99.

Art. 2º. São considerados inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos emitidos pela empresa DISTRIBUIDORA DE CIMENTO ALIANÇA, ANGELA MARTHA REALE ESTABILE DA CRUZ - EPP, CNPJ Nº 37.214.145/0001-03, a partir da data de publicação deste Ato Declaratório, conforme estabelecido no artigo 45, §3°, inciso I, alínea b.

Art. 3º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO DE BARROS CUNHA

2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 35, DE 2 DE JUNHO DE 2011

Concessão de Registro Especial para estabelecimento que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, nas atividades: importador e distribuidor.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Belém, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X, do art. 220, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587 de 21/12/2010, publicada no DOU de 23.12.2010 e tendo em vista o disposto no art. 2º, da Instrução Normativa RFB Nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações introduzidas pela Instrução Normativa RFB Nº 1.048, de 29 de junho de 2010, declara:

Art. 1º. Inscrito nos Registros Especiais DP-02101/00069 e IP-02101/00070, o estabelecimento abaixo indicado, que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, oficinas de impressão próprias, atividade de importador e distribuidor nos termos do artigo 1º, § 1º, inciso III e IV da IN RFB Nº 976/2009, alterada pelas IN RFB Nº 1.011 e 1.048/2010 e 1.153/2011, e tendo em vista o que consta do processo 10280.000915/2011-31:

Empresa: SUZANO PAPEL E CELULOSE S/A

CNPJ: 16.404.287/0293-07

Endereço: Tv. Alferes Costa Nº 2828 - parte - Pedreira Belém-PA - CEP: 66083-109.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ARMANDO FARHAT

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACAPÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 8 DE JUNHO DE 2011

Declara a baixa de ofício de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e inidoneidade de documentos fiscais por ela emitidos.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Macapá-AP, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro 2010, com base no preceituado nos artigos 80, § 1º, inciso I, da Lei Nº 9.430/96, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 30, da Lei 11.941/2009, considerando que a pessoa jurídica abaixo identificada não foi localizada no endereço informado à RFB, bem como não foram localizados os integrantes de seu QSA, nem o responsável perante o CNPJ ou o seu preposto, sendo, portanto, considerada inexistente de fato, nos termos do artigo 28, inciso II, alínea "b" da IN RFB Nº 1.005/2010, DECLARA BAIXADA a sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados os documentos por ela emitidos.

EMPRESA: TWISTER DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA

CNPJ: 07.178.861/0001-03

PROCESSO: 10235.001205/2010-92

ALBERTO SHINTA KURODA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIO BRANCO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 29 DE ABRIL DE 2011

Declara o contribuinte excluído do SIMPLES NACIONAL

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Rio Branco-AC, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 295, inciso II, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, e tendo em vista o estabelecido no artigo 29, inciso V e § 1º da Lei Complementar Nº 123/06, vigente à época dos fatos, e considerando o disposto no processo administrativo Nº 11522.000636/2011-40, DECLARA A EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL, com efeitos a contar a partir de 1º de julho de 2007, da empresa CESTA BASICA INDUSTRIA E COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA, CNPJ Nº 05.114.832/0001-52, por infringir o inciso XI do artigo 5º da Resolução CGSN Nº 15, de 23 de julho de 2007.

Poderá o contribuinte, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste, apresentar impugnação à Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Belém/PA.

LEONARDO BARBOSA FROTA

3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO LUÍS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 6 DE JUNHO DE 2011

Reconhecimento do benefício de redução do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO LUÍS - MA, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, o art. 3º, do Decreto Nº 4.212, de 26 de abril de 2002, publicado no DOU de 29 de abril de 2002, e considerando o contido no processo Nº 10320.003598/2010-18, declara:

Art. 1º A pessoa jurídica GERADORA DE ENERGIA DO NORTE S.A. faz jus à redução do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, na forma do art. 84 da Instrução Normativa SRF Nº 267, de 23 de dezembro de 2002, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo Nº 064/2010, expedido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, na forma a seguir discriminada:

I - pessoa Jurídica beneficiária da redução: GERADORA DE ENERGIA DO NORTE S.A.;

II - CNPJ: 09.110.880/0001-23;

III - endereço da Unidade Produtora: Via de Acesso à Subestação Miranda II da Eletronorte, Km. 3, s/n, Portão A, Zona Rural, Miranda do Norte / MA - CEP 65495-000;

IV - fundamento legal para reconhecimento do direito: art. 13 da Lei Nº 4.239, de 27 de junho de 1963, com a redação dada pelo art. 1o do Decreto-Lei Nº 1.564, de 29 de julho de 1977, com as alterações introduzidas pelo art. 1º da Medida Provisória Nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, e a nova redação dada pelo art. 32 da Lei Nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, Decreto Nº 4.212, de 26 de abril de 2002 e Decreto Nº 6.539, de 18 de agosto de 2008, alterado pelo Decreto Nº 6.674, de 3 de dezembro de 2008, e Resolução CONDEL/SUDAM Nº 20/2010;

V - condição atendida: Implantação de empreendimento de infraestrutura (geração de energia elétrica) na área de atuação da SUDAM;

VI - setor prioritário considerado: projeto de energia, nos termos do inciso I, do art. 2º, do Decreto Nº 4.212, de 26 de abril de 2002;

VII - Objeto da redução do IRPJ: Energia Elétrica;

VIII - capacidade instalada anual: 2.856.384 MWh;

IX - prazo de vigência da redução: 10 (dez) anos;

X - Início do prazo da redução: ano-calendário 2011;

XI - término do prazo da redução: ano-calendário 2020;

XII - percentual de redução do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis: 75% sobre a receita incentivada, incidente sobre o Lucro da Exploração.

Art. 2º O prazo de vigência e percentuais de redução do Imposto de Renda previstos na legislação atual podem ser alterados ou revogados a qualquer tempo por lei superveniente.

Art. 3º A fruição do benefício fica submetido ao cumprimento pela empresa das exigências relacionadas no Laudo Constitutivo n° 064/2010, bem assim, das demais normas regulamentares.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO AUGUSTO SIMAS NETO

SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 19 DE MAIO DE 2011

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Excepcional (PAEX), de que trata o art. 1º da Medida Provisória 303, de 29 de junho de 2006.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM SÃO LUIS (MA), no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Medida Provisória 303, de 29 de junho de 2006, Art. 1º, e 7º da Portaria Conjunta PGFN/SRF Nº 002, de 20 de julho de 2006 e Art. 6º da Portaria Conjunta PGFN/SRF Nº 1, de 3 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º - Ficam excluídos do Parcelamento Excepcional (PAEX) de que trata o art. 1º da Medida Provisória 303, de 29 de junho de 2006, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório, tendo em vista que foi constatada a inadimplência de 2 (dois) meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex.

Art. 2º - O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal na internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paex.

Art. 3º - É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal em São Luis (MA)

Art. 4º - Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 10, da Portaria Conjunta PGFN/SRF Nº 1, de 3 de janeiro de 2007 a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

ROOSEVELT ARANHA SABOIA

ANEXO I

Relação das pessoas jurídicas excluídas do Parcelamento Eecepcional (Paex),
2 (dois) meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex, conforme Art. 7º da Medida Provisória 303, de 29 de junho de 2006 e Art. 7º da Portaria Conjunta PGFN/SRF Nº 002, de 20 de julho de 2006.
DRF: 03201 LOTE: 00001
Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

NI	NOME
00.071.200/0001-35	C M DE ALBUQUEQUE COMERCIO
01.474.285/0001-65	ADONALDO CARDOSO DE SOUSA BARROS
01.489.893/0001-43	J FRANCISCO SOUSA NETO
01.861.510/0001-16	NEWS SHOPPING PONTA DAREIA LTDA
01.942.339/0001-70	ALEXANDRE N SOARES
02.451.895/0001-06	R. N. DE SOUZA MOVEIS E UTILIDADES
02.558.150/0001-40	PLANET CAR SERVICOS AUTOMOTIVOS LTD
02.638.038/0001-10	SAMARA BARROS DE M FREITAS
02.664.508/0001-10	E S ASCENCAO - COMERCIO
02.773.858/0001-14	MICRO COMERCIAL E SERVICOS LTDA
03.287.912/0001-84	NUCLEO DE ENSINO TECNICOS SC LTDA
03.761.674/0001-05	RUSTHON A. OLIVEIRA DO LAGO
03.824.054/0001-60	LUTTYANE DUARTE DO NASCIMENTO
03.981.009/0001-19	SIFARMA LTDA
04.017.175/0001-62	SQI INFORMATICA LTDA
04.064.679/0001-33	C DE M F DA SILVA PINTO
11.297.264/0001-75	D NOGUEIRA SILVA COMERCIO
23.691.363/0001-16	W O ENGENHARIA LTDA
41.626.029/0001-60	A COSTA NASCIMENTO COMERCIO
73.520.405/0001-24	M J A MACIEL
00.861.198/0001-06	J C LOBATO
00.884.204/0001-32	BOM DIA ANGELIN SUPER FABRICA DE PA
06.105.084/0001-04	ANTONIO SOARES DA SILVA
06.199.699/0001-47	RAIMUNDO ROLAND

5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 8 DE JUNHO DE 2011

Divulga enquadramento de bebidas segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o artigo 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA - BA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 295, 300 e 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto nos artigos 209 e 210 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (Ripi), assim como o disposto na Instrução Normativa nº 866, de 06 de agosto de 2008, declara:

Art. 1º - Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o artigo 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados ou a ter sua classificação alterada conforme Anexo Único.

Art. 2º - Os produtos referidos no art. 1º, acondicionados em recipientes de capacidade superior a 1.000 ml (um mil mililitros), estão sujeitos ao IPI proporcionalmente ao que for estabelecido no enquadramento para o recipiente de capacidade de 1.000 ml (um mil mililitros), arredondando-se para 1.000 ml (um mil mililitros) a fração residual, se houver, conforme disposto no § 9º do artigo 210 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010- Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (Ripi).

Art. 3º - As classes de enquadramento previstas neste ADE, salvo nos casos expressamente definidos, referem-se a produtos comercializados em qualquer tipo de vasilhame.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL LUIZ COUTINHO MACHADO

ANEXO ÚNICO

Enquadramento de produtos para efeito de cálculo e pagamento do IPI

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
04.417.014/0001-66	TERRANOVA MOSCATEL	De 671ml até 1000ml	2204.10.90	L
04.417.014/0001-66	TERRANOVA SHIRAZ	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	J
04.417.014/0001-66	SANCTUM SHIRAZ	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	H
04.417.014/0001-66	TERRANOVA SHIRAZ	De 181ml até 375ml	2204.21.00	E
04.417.014/0001-66	TERRANOVA SHIRAZ	Acima de 2000ml	2204.29.00	H
04.417.014/0001-66	TERRANOVA SHIRAZ	Acima de 2000ml	2204.29.00	H
04.417.014/0001-66	OSBORNE	De 671ml até 1000ml	2208.20.00	P

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38, DE 7 DE JUNHO DE 2011

Declara a nulidade do ato de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA/BA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF 587, de 21 de dezembro de 2010, e art. 35, § 1º, da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010, e considerando o que consta no processo Nº 10540.000588/2006-41, declara:

Art. 1º A nulidade da inscrição Nº 04.479.540/0001-50, atribuída à pessoa jurídica J P DIAS DE IPIAU, no CNPJ, com efeitos a partir de 1 de junho de 2001, em virtude de constatação de vício.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO IBIAPINO LUZ

6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 111, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Altera o número do Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295, inciso VII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto na Lei no 11.945, de 04 de junho de 2009, e no art. 1º , § 3º, 4º e 5º do Decreto nº 6.842, e Instrução Normativa RFB nº 976/2009 e alterações, resolve:

Art. 1º Alterar o número do Registro Especial concedido às pessoas jurídicas abaixo relacionadas, nos respectivos Atos Declaratórios Executivos (ADE), para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, de que trata a IN RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, e alterações, conforme se segue:

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA CÉLIA BATISTA CORDEIRO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	ADE	DOU	ONDE SE LÊ:	LEIA-SE:
06.298.227/0001-41	A Editora Premier Ltda.	229/10	7/7/2010	GP/06101/112	GP-06101/00165
07.723.260/0001-34	Alicerce Edit. e Enc. Ltda.	172/10	13/5/2010	GP/06101/135	GP-06101/00166
42.914.408/0001-19	Artes Graf.Formato Ltda.	173/10	13/5/2010	GP/06101/75	GP-06101/00167
22.643.399/0006-76	Ass.Resg.Dig.Humana P.D.	216/10	4/6/2010	GP/06101/141	GP-06101/00168
71.077.747/0001-96	Ativ. Editora Gráfica Ltda.	225/10	4/6/2010	GP/06101/47	GP-06101/00169
25.736.463/0001-47	BH Gráfica e Editora Ltda.	175/10	13/5/2010	GP/06101/20	GP-06101/00170
03.552.386/0001-32	Biografica Editora Ltda.	144/10	5/5/2010	GP/06101/55	GP-06101/00171
18.725.697/0001-23	CGB Artes Gráficas Ltda.	202/10	26/5/2010	GP/06101/39	GP-06101/00172
04.415.978/0001-75	Coml. Sul Brasil Ltda.	248/10	16/6/2010	GP/06101/43	GP-06101/00173
02.587.457/0001-70	Cia. da Cor Studio Gráfico Ltda.	148/10	5/5/2010	GP/06101/99	GP-06101/00174
22.281.828/0001-06	Correio da CidadeEdit. Comun.Ltda.	279/10	5/7/2010	GP/06101/26	GP-06101/00175
18.717.140/0001-40	CTE Cons. Técn. Educacional Ltda.	281/10	7/7/2010	GP/06101/60	GP-06101/00176
19.271.568/0001-75	Difusora Editora Gráfica Ltda.	165/10	13/5/2010	GP/06101/34	GP-06101/00177
17.229.691/0001-00	Editora Betania	343/10	2/9/2010	GP/06101/41	GP-06101/00178
03.744.689/0001-57	Editora Dangraf Ltda.	224/10	4/6/2010	GP/06101/48	GP-06101/00179
19.501.907/0001-62	Editora Dom Viçoso Ltda.	256/10	21/6/2010	GP/06101/8	GP-06101/00180
17.482.365/0001-00	Editora Fapi Ltda.	209/10	26/5/2010	GP/06101/59	GP-06101/00181
03.945.246/0001-24	Editora Gráfica Lucri Ltda.	139/10	6/5/2010	GP/06101/129	GP-06101/00182
20.989.315/0001-10	Editora Gráfica Silveira Ltda.	222/10	4/6/2010	GP/06101/22	GP-06101/00183
05.022.805/0001-50	Editora Impresso Ltda.	152/10	6/5/2010	GP/06101/122	GP-06101/00184
07.532.705/0001-07	Editora Orion Ltda.	235/10	8/6/2010	GP/06101/143	GP-06101/00185
17.190.604/0001-40	EGL-Editores Graficos Ltda..	185/10	24/5/2010	GP/06101/134	GP-06101/00186
00.641.205/0001-56	Getep Gráfica e Editora Tempo Ltda.	203/10	26/5/2010	GP/06101/77	GP-06101/00187
19.978.188/0001-75	Gradual Editora Gráfica Ltda.	282/10	7/7/2010	GP/06101/6	GP-06101/00188
01.896.376/0001-99	Grafica Belo Horizonte Ltda.	192/10	25/5/2010	GP/06101/76	GP-06101/00189
24.051.252/0001-08	Grafica e Editora 101 Ltda.	151/10	6/5/2010	GP/06101/56	GP-06101/00190
17.885.286/0001-32	Grafica e Editora Dom Bosco Ltda.	193/10	25/5/2010	GP/06101/5	GP-06101/00191
20.111.290/0001-58	Grafica Editorial Cedablio Ltda.	136/10	5/5/2010	GP/06101/96	GP-06101/00192
19.679.976/0001-60	Grafica Holiday Ltda.	191/10	25/5/2010	GP/06101/133	GP-06101/00193
17.260.290/0001-05	Grafica N.S. da Conceição Ltda.	141/10	5/5/2010	GP/06101/46	GP-06101/00194
17.155.912/0001-35	Grafica Real Ltda.	239/10	16/6/2010	GP/06101/69	GP-06101/00195
17.187.063/0001-00	Guiatel S/A Ed. Guias Telefônicos	226/10	4/6/2010	GP/06101/67	GP-06101/00196
71.400.923/0001-89	Halt Gráfica Ltda.	143/10	5/5/2010	GP/06101/86	GP-06101/00197
16.588.014/0001-08	Iberica Edit. e Graf. Encad..Ltda.	182/10	24/5/2010	GP/06101/24	GP-06101/00198
17.404.302/0001-28	Imprensa Of. do Est. M. Gerais	169/10	13/5/2010	GP/06101/65	GP-06101/00199
25.341.769/0001-02	Imprimaset Ltda.	145/10	5/5/2010	GP/06101/81	GP-06101/00200
71.155.485/0001-30	Imprimatur Graf. e Editora Ltda.	135/10	5/5/2010	GP/06101/62	GP-06101/00201
22.295.638/0007-25	Inst. Miss.Sac. de N. Senhora	249/10	16/6/2010	GP/06101/27	GP-06101/00202
42.800.698/0001-70	Label Artes Gráficas Ltda.	137/10	5/5/2010	GP/06101/74	GP-06101/00203
21.859.392/0001-19	Lanna Projetos Gráficos Ltda	242/10	16/6/2010	GP/06101/32	GP-06101/00204
04.227.125/0001-00	Marco A. de O. Nolasco	155/10	6/5/2010	GP/06101/70	GP-06101/00205
04.992.539/0001-25	Monte Sinai - Cop. e Impres. Ltda.	335/10	30/8/2010	GP/06101/123	GP-06101/00206
26.400.176/0001-24	Moura Gráfica e Editora Ltda.	154/10	6/5/2010	GP/06101/83	GP-06101/00207
71.209.068/0001-23	O Papel Impresso Graf. Edit. Ltda.	156/10	6/5/2010	GP/06101/142	GP-06101/00208
06.090.891/0001-09	Pampulha Editora Ltda.	170/10	13/5/2010	GP/06101/104	GP-06101/00209
71.365.449/0001-00	Paulinelli Serv Gráficos Ltda.	243/10	16/6/2010	GP/06101/36	GP-06101/00210
17.017.591/0001-02	Precisa Editora Gráfica Ltda.	262/10	23/6/2010	GP/06101/73	GP-06101/00211
01.173.636/0001-06	RC Editora Gráfica Ltda.	171/10	13/5/2010	GP/06101/71	GP-0610100/212
06.914.474/0001-25	Rede Editora Gráfica Ltda.	166/10	13/5/2010	GP/06101/132	GP-0610100213
08.061.549/0001-06	Roma Editora Gráfica Ltda.	247/10	16/6/2010	GP/06101/137	GP-06101/00214
19.270.206/0001-60	Rona Editora Ltda.	181/10	24/5/2010	GP/06101/9	GP-06101/00215
24.054.645/0001-75	Sografe Editora e Grafica Ltda.	231/10	4/6/2010	GP/06101/18	GP-06101/00216
65.236.515/0001-30	Speed Editora Grafica Ltda.	183/10	24/5/2010	GP/06101/12	GP-06101/00217
86.363.884/0001-64	Stef Editora Gráfica Ltda.	217/10	4/6/2010	GP/06101/121	GP-06101/00218
17.175.993/0001-35	Tamoios Editora Gráfica Ltda.	219/10	4/6/2010	GP/06101/4	GP-06101/00219
65.172.140/0001-92	TCS Soluções Graf. e Edit. Ltda.	218/10	4/6/2010	GP/06101/136	GP-06101/00220
04.346.901/0001-90	Terra Editora Gráfica Ltda.	274/10	28/6/2010	GP/06101/30	GP-06101/00221
20.230.611/0003-03	Fund. Mariana Resende Costa	263/10	23/6/2010	GP/06101/53	GP-06101/00222
07.055.402/0001-32	Ed. Ciência Jurídica Ltda.	236/10	8/6/2010	UP/06101/71	UP-06101/00110
55.973.366/0008-05	Passalacqua & Cia Ltda	220/10	4/6/2010	DP/06101/1	DP-06101/00024
16.404.287/0139-90	Suzano Papel e Celulose S/A	270/10	28/6/2010	DP/06101/13	DP-06101/00025
19.207.588/0001-87	Ediminas S/A Edit.Graf.Indl.de MG	264/10	24/6/2010	UP/06101/19	UP-06101/00111
17.279.068/0001-54	Diario do Com.Esa. Jornal.Ltda.	331/10	23/8/2010	UP/06101/56	UP-06101/00109
25.736.463/0001-47	BH Gráfica e Editora Ltda.	176/10	13/5/2010	UP/06101/13	UP-06101/00108
07.593.572/0001-70	Autentica Editora Ltda	146/10	5/5/2010	UP/06101/77	UP-06101/00107
42.914.408/0001-19	Artes Gráficas Formato Ltda.	174/10	13/5/2010	UP/06101/45	UP-06101/00106
19.207.588/0003-49	Ediminas S/A Edit.Graf.Indl.de MG	267/10	24/6/2010	UP/06101/73	UP-06101/00112
17.513.110/0001-50	Editora Casa de Minas Ltda	138/10	5/5/2010	UP/06101/21	UP-06101/00113
24.054.645/0001-75	Sografe Editora e Gráfica Ltda	230/10	4/6/2010	IP/06101/3	IP-06101/00017
19.270.206/0001-60	Rona Editora Ltda	180/10	24/5/2010	IP/06101/9	IP-06101/00016
17.187.063/0001-00	Guiatel S/A Edit.Guias Telefônicos	227/10	4/6/2010	IP/06101/5	IP-06101/00015
16.404.287/0139-90	Suzano Papel e Celulose S/A	271/10	28/6/2010	IP/06101/6	IP-06101/00018
03.744.689/0001-57	Editora Dangraf Ltda.	223/10	4/6/2010	UP/06101/29	UP-06101/00115
60.643.228/0266-00	Fibria Celulose S/A	273/10	25/6/2010	FP/06101/3	FP-06101/00005
97.468.250/0001-92	Editora Compor Ltda	167/10	13/5/2010	UP/06101/49	UP-06101/00114
21.044.458/0001-12	Editora Dimensão Ltda.	161/10	7/5/2010	UP/06101/62	UP-06101/00116
03.606.664/0001-97	Editora Dubolsinho Ltda	240/10	16/6/2010	UP/06101/3	UP-06101/00117
38.746.038/0001-80	Gutenberg Public e Repres	140/10	5/5/2010	UP/06101/60	UP-06101/00118
17.243.015/0001-83	Editora Lê Ltda	168/10	13/5/2010	UP/06101/37	UP-06101/00119
00.166.821/0001-01	Editora Leitura Ltda.	150/10	5/5/2010	UP/06101/83	UP-06101/00120
03.666.407/0001-40	Edmac Comunic. e Mkt. Ltda.	149/10	5/5/2010	UP/06101/27	UP-06101/00121
38.727.509/0001-03	Enac Editores e Associados Ltda.	241/10	16/6/2010	UP/06101/6	UP-06101/00122
09.374.751/0001-42	Geração Editorial Ltda.	142/10	5/5/2010	UP/06101/85	UP-06101/00123
17.187.063/0001-00	Guiatel S/A Ed. Guias Telefônicos	228/10	4/6/2010	UP/06101/41	UP-06101/00124
71.155.485/0001-30	Imprimatur Graf. e Editora Ltda	134/10	5/5/2010	UP/06101/38	UP-06101/00125
17.172.057/0001-70	Informador das Construções Ltda	255/10	21/6/2010	UP/06101/18	UP-06101/00126
07.458.677/0001-17	Inst. Cultural Aletria Ltda	237/10	8/6/2010	UP/06101/88	UP-06101/00127
16.516.379/0001-27	Mapa Etecnico Fiscal Ltda	194/10	25/5/2010	UP/06101/11	UP-06101/00128
26.160.135/0001-08	Mazza Edições Ltda	153/10	6/5/2010	UP/06101/31	UP-06101/00129
71.215.701/0001-96	Opeg Sist. Reprog. Ensino Edit. Ltda	322/10	12/8/2010	UP/06101/26	UP-06101/00130
09.177.477/0001-11	Pax Editora e Distribuidora Ltda	157/10	6/5/2010	UP/06101/84	UP-06101/00131
04.290.343/0001-99	Ponto de Vista Edit. e Comum. Ltda.	221/10	4/6/2010	UP/06101/87	UP-06101/00132
41.839.481/0001-00	Prolex Publicações Ltda	251/10	17/6/2010	UP/06101/12	UP-06101/00133
16.675.449/0001-90	RHJ Livros Ltda.	253/10	17/6/2010	UP/06101/36	UP-06101/00134

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CORONEL FABRICIANO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Declara inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CORONEL FABRICIANO-MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295, inciso IX, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no artigo 39, inciso II, da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 de fevereiro de 2010, resolve:

Art. 1º Declarar INAPTA, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, a inscrição das pessoas jurídicas abaixo relacionadas, com fulcro nos artigos 39, inciso II, e 41, inciso II, da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 de fevereiro de 2010, por não terem sido localizadas no endereço informado no CNPJ:

Empresa	CNPJ Nº	Processo Nº
FIRMIANO PISCINAS LTDA	07.210.096/0001-61	13629.000086/2008-09
MARCO AURELIO MARTINS CORREA	71.182.893/0001-81	13629.000106/2008-33
VAREJAO ECINELE LTDA	41.908.807/0001-04	13629.003170/2007-95
WGS COMERCIAL LTDA	05.596.063/0001-76	13629.003169/2007-61

Art. 2º Declarar inidôneos os documentos por elas emitidos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, a partir da publicação do presente Ato Declaratório Executivo, conforme estabelece o artigo 45, parágrafo 3º, inciso I, da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 de fevereiro de 2010.

ARILTON DE PAULA FARIA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERABA

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo DRF/UBB Nº 11 de 08/06/2011, publicado no DOU de 09/06/2011, Seção 1, páginas 89 e 90:

Onde se lê: "GP-06105/00059"

Leia-se: "GP-06105/00064"

7ª REGIÃO FISCAL ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE VITÓRIA

PORTARIA Nº 185, DE 27 DE MAIO DE 2011

Dispõe sobre o credenciamento do prestador de serviço, a habilitação do transportador e fiel depositário, o ingresso de pessoas e veículos em locais sob jurisdição da Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Vitória (ALF/VIT).

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE VITÓRIA (ES), no uso das atribuições que lhe são conferidas em conformidade com os art. 295 e 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, com fundamento nos art. 37, XVIII e 237 da Constituição Federal; no art. 35 do Decreto-Lei Nº 37, de 18 de novembro de 1966; nos art. 33 a 36 da Lei Nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993; no art. 7º da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; nos art. 16, 17 e 24 do Decreto Nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro); nas Portarias SRF Nº 1, de 2 de janeiro de 2001 e RFB Nº 2.438, de 21 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º A prestação de serviços relacionados à embarcação que esteja sob controle aduaneiro, a habilitação do representante do transportador marítimo e do preposto do fiel depositário nos sistemas da RFB, a autorização e o controle de ingresso, de pessoas e veículos, em locais sob jurisdição da ALF/VIT, estão sujeitos aos procedimentos estabelecidos nesta Portaria.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I

Dos Conceitos Utilizados nesta Portaria

Art. 2º Para efeitos desta Portaria, considera-se:

I - prestador ou prestadora de serviço: a empresa que presta serviços relacionados à embarcação, nacional ou estrangeira, sujeita ao controle aduaneiro, com exclusão da agência de navegação, do agente de carga, da empresa de seguro e do transportador terrestre;

II - transportador marítimo: o armador - operador ou não, a agência de navegação e o agente de carga, definidos em conformidade com a IN RFB Nº 800, de 27 de dezembro de 2007;

III - dirigente da empresa: o sócio gerente, diretor ou administrador, com poderes gerais de administração, designado ou nomeado em conformidade com o contrato social ou estatuto da empresa; e

IV - preposto, o empregado com contrato de trabalho registrado na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), constituído procurador pela empresa à qual se vincula, através de instrumento público ou particular de procuração, com poderes para atuar junto à RFB.

Parágrafo único. A referência a transportador marítimo abrange a representação deste por agência de navegação ou por agente de carga; a referência a representante abrange tão somente a pessoa física vinculada a uma pessoa jurídica, nos termos e nas condições fixados nesta Portaria.

Seção II

Da Finalidade dos Cartões de Reconhecimento (CR) Emitidos pela ALF/VIT

Art. 3º O Cartão de Reconhecimento do Dirigente da empresa (CRD) e o Cartão de Reconhecimento do Preposto da empresa (CRP) são documentos de natureza facultativa, emitidos pela ALF/VIT, para pessoas vinculadas às empresas credenciadas e habilitadas, segundo os termos e condições estabelecidos em Capítulos próprios desta Portaria.

§1º O CRD e o CRP têm como objetivo:

I - automatizar a autorização de ingresso do titular do cartão em locais sob controle aduaneiro; e

II - habilitar o titular do cartão para as atividades relacionadas ao ingresso de terceiros em locais sob controle aduaneiro.

§2º Os modelos de CRD e CRP serão disponibilizados pela Seção de Tecnologia da Informação (Satec).

CAPÍTULO II

DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À EMBARCAÇÃO SOB CONTROLE ADUANEIRO

Seção I

Do Credenciamento como Requisito para a Prestação de Serviço

Art. 4º A prestação de serviços relacionados à embarcação que esteja sob controle aduaneiro depende de prévio credenciamento da empresa junto à ALF/VIT, observadas as exceções constantes dos art. 61 e 74 desta Portaria.

Parágrafo único. A prestação de serviço de que trata o caput inclui o serviço contratado pelo armador, comandante, tripulante, agente de carga ou pela agência de navegação.

Art. 5º É facultada a obtenção do credenciamento disciplinado neste Capítulo às empresas que executam serviços em recinto alfandegado e/ou a bordo, com habitualidade, que não sejam diretamente do interesse do administrador do recinto e nem das pessoas relacionadas no parágrafo único do art. 4º.

Parágrafo único. Caracteriza a habitualidade de que trata o caput deste art. a prestação de serviço, em recinto alfandegado de zona primária, a 6 (seis) ou mais tomadores de serviço, nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à protocolização do pedido, comprovada através de NF eletrônica.

Art. 6º As empresas prestadoras de serviço, contratadas ou subcontratadas pelo administrador do recinto alfandegado, não estão sujeitas ao credenciamento de que trata este Capítulo, desde que o tipo de serviço não exija o ingresso a bordo.

Seção II

Dos Requisitos Para o Credenciamento da Empresa como Prestadora de Serviço

Art. 7º A empresa interessada em obter o credenciamento deverá reunir as seguintes condições:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

I - estar com o CNPJ ativo junto à RFB;

II - possuir estabelecimento adequado ao exercício da atividade, não podendo ser compartilhado;

III - utilizar equipamentos próprios, arrendados ou alugados, que permitam a execução dos serviços pretendidos; e

IV - dispor de recursos humanos capacitados.

Seção III

Da Formalização e Instrução do Pedido

Subseção I

Da Formalização do Pedido

Art. 8º O credenciamento da empresa, como prestadora de serviço, deverá ser requerido em processo administrativo.

Subseção II

Dos Documentos Necessários ao Credenciamento

Art. 9º O pedido de credenciamento da empresa deverá ser instruído com:

I - requerimento, com firma reconhecida, no qual estejam especificados os serviços que a empresa pretenda executar, em conformidade com o objeto descrito no contrato social ou no estatuto;

II - cópia do Cartão CPF ou do "Comprovante de Inscrição no CPF", conforme disposto na IN RFB Nº 1.042, de 10 de junho de 2010, do signatário do requerimento;

III - cópia autenticada da Carteira de Identidade do signatário do requerimento;

IV - cópia autenticada dos seguintes documentos:

a) contrato social da empresa, registrado na Junta Comercial, se Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada;

b) estatuto com ata da assembléia que elegeu a atual diretoria da empresa, se Sociedade por Ações;

c) alterações contratuais ou estatutárias, se existentes e não consolidadas;

d) declaração da data da última alteração contratual ou estatutária, se houver alterações que não tenham sido consolidadas;

e) consolidação das alterações contratuais ou estatutárias, se consolidação houver;

f) declaração de que não houve nenhuma alteração contratual ou estatutária, se for o caso; e

g) comprovante de domicílio da pessoa jurídica;

V - cópia do "Comprovante de Inscrição no CNPJ e de Situação Cadastral", conforme disposto na IN RFB Nº 1.005, de 8 de fevereiro de 2010;

VI - no caso de empresa de prestação de serviço de transporte de pessoas:

a) comprovante de registro na Companhia de Transporte Urbano da Grande Vitória (CETURB-GV), se o serviço envolver os portos localizados em Vitória, Vila Velha ou Serra; ou

b) comprovante de registro no órgão competente da municipalidade, se o serviço envolver os portos de Ubu ou de Barra do Riacho;

VII - Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), em se tratando de prestação de serviços de coleta de lixo, dejetos, resíduos, desinsetização e/ou desratização; e

VIII - autorização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Seama), em se tratando de prestação de serviço de coleta de dejetos, lixo e/ou resíduos.

Subseção III

Dos Documentos de Habilitação para as Atividades de Ingresso em Locais sob Controle Aduaneiro

Art. 10. Para emissão do CRD e/ou CRP de que trata o art. 3º desta Portaria, deverão ser apresentados, juntamente com os documentos especificados no art. 9º:

I - CRD e/ou CRP preenchido(s), com a descrição resumida dos serviços passíveis de execução pela empresa;

II - cópia do Cartão CPF ou do "Comprovante de Inscrição no CPF", conforme disposto na IN RFB Nº 1.042, de 10 de junho de 2010, do titular do Cartão de Reconhecimento a ser emitido;

III - cópia autenticada da Carteira de Identidade do titular do Cartão de Reconhecimento a ser emitido;

IV - cópia autenticada da CTPS do preposto titular do CRP, se for o caso, em folha única; e

V - procuração para o titular do CRP, se for o caso, com firma reconhecida, se procuração por instrumento particular.

Art. 11. A emissão dos cartões de que trata o art. 10 será realizada em conformidade com o disposto no Capítulo V desta Portaria.

Seção IV

Da Competência para Saneamento do Processo

Art. 12. Compete à Satec analisar, preliminarmente, a conformidade do pedido de credenciamento da empresa, como prestadora de serviço, e sanear o processo, se necessário.

Seção V

Das Causas de Indeferimento do Pedido de Credenciamento

Art. 13. A instrução do requerimento, ainda que com todos os documentos exigidos, não gera direito subjetivo ao deferimento do pedido da empresa para seu credenciamento, como prestadora de serviço.

Parágrafo único. O pedido será analisado e decidido segundo os critérios de conveniência, necessidade e oportunidade.

Art. 14. São causas de indeferimento do pedido de credenciamento da empresa, como prestadora de serviço, a constatação:

I - da não apresentação dos documentos necessários ao deferimento do pedido;

II - do não atendimento aos requisitos estabelecido no art. 7º desta Portaria; ou

II - de sanção, definitivamente aplicada, de suspensão, cancelamento ou cassação de registro, à empresa ou a seus administradores, nos termos da legislação de regência, especialmente do art. 735 do Decreto Nº 6.759, de 2009.

Seção VI

Da Competência para Decidir o Pedido de Credenciamento e Outros Pedidos

Art. 15. Compete ao Chefe do Serviço de Vigilância e Controle Aduaneiro (Sevig) e ao seu substituto:

I - solicitar informações, no âmbito interno da ALF/VIT, necessárias à análise do pedido de credenciamento;

II - determinar a execução de diligência externa, se entender recomendável, visando à comprovação do atendimento ao disposto no art. 7º desta Portaria, se for o caso;

III - decidir eventual pedido de dispensa ou de postergação de apresentação de documento necessário ao credenciamento;

IV - decidir o pedido de credenciamento da empresa, como prestadora de serviço; e

V - decidir o pedido de prorrogação do credenciamento, por prazo igual ou inferior ao fixado no art. 17 desta Portaria.

Art. 16. O CRD e o CRP serão emitidos após o deferimento do credenciamento, em conformidade com o Capítulo V desta Portaria.

Seção VII

Do Prazo de Validade e da Prorrogação do Credenciamento

Art. 17. O credenciamento da prestadora de serviço terá validade de até 2 (dois) anos.

Art. 18. Prorrogações sucessivas poderão ser requeridas, por prazo igual ou inferior a 2 (dois) anos, desde que a empresa esteja com o CNPJ ativo junto à RFB e comprove possuir as autorizações expedidas por outros órgãos públicos, se necessárias à exploração da atividade credenciada.

Parágrafo único. A Satec poderá exigir outros documentos que se fizerem necessários à análise do pedido.

CAPÍTULO III

DA HABILITAÇÃO DO TRANSPORTADOR MARÍTIMO

Seção I

Da Situação Cadastral do Transportador

Art. 19. Somente o transportador com o CNPJ ativo junto à RFB poderá ser habilitado, em conformidade com os termos e condições estabelecidos neste Capítulo.

Seção II

Da Formalização e Instrução do Pedido de Habilitação

Subseção I

Da Formalização do Pedido

Art. 20. A habilitação do representante do transportador marítimo deverá ser requerida em processo administrativo, junto à ALF/VIT.

Subseção II

Dos Documentos Necessários à Habilitação do Representante nos Sistemas da RFB

Art. 21. O pedido de habilitação do representante do transportador nos sistemas da RFB, assinado por pessoa legitimada, em conformidade com o contrato social ou estatuto da empresa, deverá ser instruído com:

I - cópia autenticada dos seguintes documentos:

a) contrato social da empresa, registrado na Junta Comercial, se Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada;

b) estatuto com ata da assembléia que elegeu a atual diretoria da empresa, se Sociedade por Ações;

c) alterações contratuais ou estatutárias, se existentes e não consolidadas;

d) declaração da data da última alteração contratual ou estatutária, se houver alterações que não tenham sido consolidadas;

e) consolidação das alterações contratuais ou estatutárias, se consolidação houver;

f) declaração de que não houve nenhuma alteração contratual ou estatutária, se for o caso;

g) comprovante de domicílio da pessoa jurídica;

h) CTPS do preposto, em folha única; e

i) Carteira de Identidade dos dirigentes e prepostos;

II - cópia do "Comprovante de Inscrição no CNPJ e de Situação Cadastral", conforme disposto na IN RFB Nº 1.005, de 2010;

III - cópia do Cartão CPF ou do "Comprovante de Inscrição no CPF", conforme disposto na IN RFB Nº 1.042, de 2010, dos dirigentes e dos prepostos;

IV - procuração para o preposto, com firma reconhecida, se procuração por instrumento particular;

V - formulário Controle de Acesso ao Ambiente Informatizado da RFB, preenchido, para os prepostos ou dirigentes que devam ser habilitados nos sistemas da RFB;

VI - declaração assinada, com firma reconhecida, da pessoa que deva ser habilitada nos sistemas da RFB, de inexistência de condenação penal transitada em julgado (art. 735, III, alíneas "f" e "g" do Decreto Nº 6.759, de 2009, alterado pelo Decreto Nº 7.213, de 15 de junho de 2010), cujo modelo será disponibilizado pela Satec; e

VII - declaração do preposto, com firma reconhecida, de existência de vínculo exclusivo com o transportador, cujo modelo será disponibilizado pela Satec.

Subseção III

Dos Documentos de Habilitação para as Atividades de Ingresso em Locais sob Controle Aduaneiro

Art. 22. Para emissão do CRD e/ou CRP de que trata o art. 3º desta Portaria deverão ser apresentados, juntamente com os documentos especificados no art. 21:

I - CRD e/ou CRP preenchido(s);

II - cópia do Cartão CPF ou do "Comprovante de Inscrição no CPF", conforme disposto na IN RFB Nº 1.042, de 10 de junho de 2010, do titular do Cartão de Reconhecimento a ser emitido;

III - cópia autenticada da Carteira de Identidade do titular do Cartão de Reconhecimento a ser emitido;

IV - cópia autenticada da CTPS do preposto titular do CRP, se for o caso, em folha única; e

V - procuração para o titular do CRP, se for o caso, com firma reconhecida, se procuração por instrumento particular.

Art. 23. A emissão dos cartões de que trata o art. 22 será realizada em conformidade com o disposto no Capítulo V desta Portaria.

Seção III

Da Impossibilidade de o Transportador Representar Exportador ou Importador

Art. 24. O transportador, incluído o agente de carga, não poderá atuar como representante de exportador ou importador junto à ALF/VIT.

Seção IV

Do Requisito para Habilitação do Agente de Carga

Art. 25. O representante do agente de carga, este definido em conformidade com a IN RFB Nº 800, de 2007:

I - somente poderá ser habilitado nos sistemas da RFB se estiver cadastrado no sistema Mercante; e

II - somente será habilitado nos perfis próprios ao exercício das atividades de agente de carga.

Seção V

Da Competência para Habilitação

Art. 26. O pedido de habilitação do representante do transportador será analisado por servidor localizado na Satec e decidido pelo Chefe desta Seção ou seu substituto.

Seção VI

Do Prazo de Validade da Habilitação

Art. 27. A vinculação do transportador ao seu representante, nos sistemas da RFB, será realizada com observância do prazo de validade da procuração.

CAPÍTULO IV

DA HABILITAÇÃO DO PREPOSTO DO FIEL DEPOSITÁRIO

Seção I

Da Formalização e Instrução do Pedido de Habilitação

Subseção I

Da Formalização do Pedido

Art. 28. A habilitação do preposto do fiel depositário nos sistemas da RFB deverá ser requerida, em processo administrativo, junto à ALF/VIT (Portaria RFB Nº 2.438, de 2010).

Subseção II

Dos Documentos Necessários à Habilitação nos Sistemas da RFB

Art. 29. O requerimento de habilitação deverá informar o período de vinculação entre a empresa e o preposto, para efeito de informação no Siscomex, observada a validade da procuração.

Art. 30. O requerimento de habilitação deverá ser instruído com:

I - cópia autenticada dos seguintes documentos:

a) contrato social da empresa, registrado na Junta Comercial, se Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada;

b) estatuto com ata da assembléia que elegeu a atual diretoria da empresa, se Sociedade por Ações;

c) alterações contratuais ou estatutárias, se existentes e não consolidadas;

d) declaração da data da última alteração contratual ou estatutária se houver alterações que não tenham sido consolidadas;

e) consolidação das alterações contratuais ou estatutárias, se consolidação houver;

f) declaração de que não houve nenhuma alteração contratual ou estatutária, se for o caso;

g) Carteira de Identidade do outorgante e do outorgado;

h) CTPS do preposto, em folha única; e

i) publicação, no Diário Oficial da União, do Ato Declaratório de alfandegamento do recinto;

II - cópia do Cartão CPF ou do "Comprovante de Inscrição no CPF", conforme disposto na IN RFB Nº 1.042, de 2010, do outorgante e do outorgado;

III - procuração para o preposto, com firma reconhecida, se procuração por instrumento particular;

IV - declaração assinada, com firma reconhecida, da pessoa que deva ser habilitada nos sistemas da RFB, de inexistência de condenação penal transitada em julgado (art. 735, III, alíneas "f" e "g" do Decreto Nº 6.759, de 2009, alterado pelo Decreto Nº 7.213, de 15 de junho de 2010), cujo modelo será disponibilizado pela Satec;

V - declaração do preposto, com firma reconhecida, de existência de vínculo exclusivo com o depositário, cujo modelo será disponibilizado pela Satec;

VI - formulário Controle de Acesso aos Sistemas Informatizados da RFB, preenchido;

VII - Termo de Fiel Depositário da Empresa, conforme modelo constante do Anexo I da Portaria RFB Nº 2.348, de 2010; e

VIII - duas vias do Termo de Designação de Preposto, conforme modelo constante do Anexo II da Portaria RFB Nº 2.348, de 2010, no caso de habilitação do responsável pela guarda de mercadorias.

Subseção III

Da Habilitação do Preposto para o Ingresso em Outros Recintos Alfandegados

Art. 31. O administrador do recinto poderá requerer a emissão do CRP de que trata o art. 3º desta Portaria para seu preposto, independentemente do sistema em que o mesmo deva ser habilitado.

Art. 32. O CRP poderá ser solicitado juntamente com a habilitação de que trata o art. 30 ou em momento posterior.

Art. 33. A emissão do CRP será realizada em conformidade com o disposto no Capítulo V desta Portaria.

Seção II

Da Competência para Habilitação

Art. 34. O pedido de habilitação do preposto do fiel depositário será analisado por servidor localizado na Satec e decidido pelo Chefe desta Seção ou seu substituto.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Seção III

Da Perda da Condição de Preposto

Art. 35. O administrador do recinto alfandegado deverá comunicar à Satec eventual demissão ou destituição do empregado da condição de preposto, bem como a revogação de procuração, de imediato, quando um desses eventos vier a ocorrer dentro da vigência do prazo de vinculação.

CAPÍTULO V

DA EMISSÃO DOS CARTÕES DE RECONHECIMENTO DE DIRIGENTES E PREPOSTOS

Art. 36. O disposto neste Capítulo aplica-se à emissão de CRD e CRP para dirigentes e prepostos do prestador de serviço credenciado e do transportador marítimo habilitado, bem como para o preposto do fiel depositário, reconhecidos em conformidade com o disposto nos capítulos II, III e IV desta Portaria.

Art. 37. Não serão emitidos CRD e CRP para pessoas que estejam sob os efeitos de sanção, definitivamente aplicada, de suspensão, cancelamento ou cassação de registro (art. 735 do Decreto Nº 6.759, de 2009).

Art. 38. O CRD será emitido com prazo de validade de 2 (dois) anos, podendo ser inferior, se menor o período da gestão do titular.

Art. 39. O CRP será emitido com prazo de validade de até 1 (um) ano, observado o prazo de expiração da procuração.

Art. 40. A empresa poderá requerer a emissão de novo CRD e CRP, em caso de extravio ou destruição do cartão.

Parágrafo único. O CRD e CRP também poderão ser emitidos em caso de nomeação ou de constituição de novo dirigente ou de novo preposto.

Art. 41. Para deferimento do pedido do novo cartão de que trata o art. 40, a Satec deverá anexar ao processo, se ausentes, os documentos que comprovem a legitimidade do requerente como dirigente da empresa e os documentos que também comprovem a condição do titular do cartão a ser emitido como:

I - dirigente ou preposto do prestador de serviço, conforme relação constante dos art. 9º e 10, se for o caso;

II - dirigente ou preposto do transportador marítimo, conforme relação constante dos art. 21 e 22, se for o caso; ou

III - preposto do fiel depositário, conforme requisitos e condições constante dos art. 30 e 31.

Art. 42. A empresa é responsável pela restituição do CRD e do CRP à Satec quando o titular do cartão perder a condição para sua obtenção ou manutenção, como perda da função de dirigente, revogação de procuração ou demissão do preposto.

Parágrafo único. O disposto neste art. aplica-se, inclusive, ao titular do cartão que passe a estar sob os efeitos da sanção mencionada no art. 37 desta Portaria.

Art. 43. O CRD e o CRP serão assinados pelo Chefe da Satec ou seu substituto.

Parágrafo único. A aposição da assinatura, no cartão, pelo Chefe da Satec ou seu substituto, configura a emissão do CRD e CRP.

CAPÍTULO VI

DO INGRESSO DE PESSOAS E VEÍCULOS EM LOCAIS SUJEITOS AO CONTROLE ADUANEIRO

Seção I

Das Disposições Preliminares

Subseção I

Da Jurisdição Territorial

Art. 44. A autorização para o ingresso de pessoas em recinto alfandegado e/ou a bordo de embarcação sujeita ao controle aduaneiro é de competência exclusiva da ALF/VIT, observada a disciplina estabelecida no presente Capítulo.

Art. 45. A disciplina da autorização de ingresso visa à segurança do controle aduaneiro, portanto, a autorização concedida por servidor da ALF/VIT ou a dispensa de prévia autorização não desobriga o interessado, pessoa jurídica ou física, nacional, nacionalizada ou estrangeira, incluindo os seus representantes ou responsáveis, de observar a legislação dos demais órgãos públicos, quando for o caso, para a prática do ato que justificou a autorização de ingresso.

Parágrafo único. A obrigação de que trata o caput deste art., especialmente para a prática de ato que exija a intervenção da Anvisa ou da Polícia Federal, deverá ser cumprida pelo interessado no momento estabelecido na legislação de regência, independentemente da forma e do momento em que a autorização de ingresso expedida pela ALF/VIT tenha sido efetivada.

Art. 46. A jurisdição do NOA, para efeito de autorização do ingresso em recinto alfandegado, segue as regras gerais já estabelecidas pela ALF/VIT para a atuação de cada NOA.

Parágrafo único. A jurisdição do NOA para autorizar o ingresso a bordo de embarcação sob controle aduaneiro está restrita aos casos relacionados à embarcação efetivamente atracada.

Art. 47. O recinto alfandegado administrado pela CPVV - Companhia Portuária de Vila Velha S/A será jurisdicionado pela Equipe Repetro, para efeito das atividades de autorização de ingresso e demais ações inerentes ao controle do ingresso, conforme estabelecido nesta Portaria.

Art. 48. As áreas de fundeio dos portos localizados no Espírito Santo e o Cais Comercial do Porto de Vitória serão jurisdicionados pelo Sevig, para efeito das atividades de autorização de ingresso e demais ações inerentes ao controle do ingresso, conforme estabelecido nesta Portaria.

Parágrafo único. O disposto neste art. não restringe a competência do Sevig para autorizar o ingresso em outros locais e nem para a execução das demais atividades previstas nesta e em outras Portarias da ALF/VIT.

Art. 49. O ingresso de qualquer pessoa em recinto alfandegado para a captação, gravação ou a transmissão de imagem com câmara, tablets, aparelhos de telefonia celular, máquinas fotográficas ou equipamentos com função semelhante, somente poderá ocorrer mediante autorização expressa do Inspetor-Chefe e Inspetor-Chefe Adjunto da ALF/VIT.

Parágrafo único. A exigência de autorização de que trata o caput não se aplica:

I - ao servidor da ALF/VIT em execução de procedimento fiscal; e

II - ao responsável por inspeção, a bordo ou em terra, no embarque de carga a ser exportada, desde que o exportador não tenha manifestado objeção à captação de imagem, junto ao administrador do recinto.

Subseção II

Da Abrangência da Autorização de Ingresso em Recinto Alfandegado

Art. 50. A autorização de ingresso em recinto alfandegado de que tratam as Seções II a XIII deste Capítulo não abrange o ingresso:

I - em armazém alfandegado que se enquadre na definição do art. 75 desta Portaria; e

II - em locais em que estejam depositadas cargas retidas ou apreendidas.

Parágrafo único. Ao ingresso de pessoas em armazém alfandegado aplicam-se as disposições constantes da Seção XIV deste Capítulo.

Subseção III

Da Necessidade de Motivação do Ingresso

Art. 51. O ingresso em recinto e em armazém alfandegado ou a bordo de embarcação sob controle aduaneiro somente poderá ser realizado quando devidamente motivado.

§1º O disposto no caput aplica-se, inclusive, ao servidor da ALF/VIT.

§2º Define-se como motivação qualquer fato relacionado à execução de atividade profissional lícita, necessária e oportuna, que justifique o ingresso a bordo, a entrada, passagem ou permanência em área alfandegada.

§3º Quando o ingresso depender de autorização escrita da ALF/VIT, na forma disciplinada por esta Portaria, caberá ao servidor responsável pela análise do pedido de ingresso verificar a existência de motivação.

§4º Não constitui motivação válida a visita comercial para oferecimento de materiais ou serviços diretamente ao comandante do navio.

Art. 52. O ingresso a bordo de uma pessoa, ainda que devidamente autorizada pela ALF/VIT, não impede o comandante e nem a agência marítima consignatária da embarcação de obstar o acesso, ressalvado o direito de ingresso de servidor público no regular exercício de suas funções.

Subseção IV

Do Ingresso em Situação de Emergência

Art. 53. O ingresso das pessoas necessárias à adoção das providências cabíveis em face do tipo de situação, em local alfandegado e/ou a bordo de embarcação, atracada ou fundeada, independe de prévia autorização da ALF/VIT, na ocorrência de:

I - emergência médica;

II - acidente de trabalho;

III - incêndio; e

IV - dano ambiental ou iminência de ocorrência deste.

Parágrafo único. O administrador do recinto alfandegado ou a agência marítima consignatária da embarcação, dependendo do local de ocorrência do evento, deverá relatar os fatos, por escrito, ao servidor de Plantão Aduaneiro designado pelo Sevig, no prazo máximo de 4 horas.

Subseção V

Da Responsabilidade do Administrador do Recinto pelo Controle do Ingresso

Art. 54. Ao administrador do recinto alfandegado cabe a execução do controle do ingresso de pessoas e veículos, sem prejuízo da observância das prescrições estabelecidas na Portaria RFB Nº 2.438, de 2010, especialmente:

I - do fornecimento de crachá de identificação a todas as pessoas que ingressem em recinto alfandegado e/ou a bordo;

II - da verificação da motivação do ingresso, em conformidade com o art. 50 desta Portaria;

III - do registro da data, hora e dos dados de identificação do ingressante;

IV - do registro dos dados de identificação do veículo; e

V - da manutenção das informações, dos documentos e/ou das imagens gravadas, pelo prazo legal.

§1º O disposto no caput deste art. aplica-se, inclusive, aos casos de autorização automática e de dispensa de prévia de autorização de ingresso, mas não se aplica, relativamente às exigências:

I - constantes dos incisos I a III, ao embarque de tripulante (art. 57); e

II - constantes dos incisos I a IV, ao ingresso nos casos fortuitos ou de força maior (art. 53) e ao embarque de passageiro em navio de cruzeiro marítimo (art. 56).

§2º O administrador do recinto deverá disponibilizar Equipamento de Proteção Individual (EPI) adequado à proteção contra o risco, bem como exigir o seu uso, sempre que o local oferecer risco à segurança e saúde da pessoa, em conformidade com a legislação de regência.

Subseção VI

Dos Casos de Invalidade da Autorização de Ingresso

Art. 55. Serão inválidos a autorização de ingresso emitida por servidor da ALF/VIT, a autorização automática de ingresso do titular do CRD e do CRP e quaisquer atos praticados por estes, para efeito de ingresso de terceiros, quando o autorizado ou o titular do cartão tiver sido sancionado com suspensão, cancelamento ou cassação de registro, em definitivo (art. 735, §7º do Decreto Nº 6.759, de 2009).

Seção II

Do Ingresso de Tripulantes, Parentes e Passageiros

Art. 56. O ingresso de pessoas, o embarque e o desembarque de passageiros, relacionados a navios de cruzeiro marítimo que estejam atracados no Cais Comercial do Porto de Vitória, independem de autorização da ALF/VIT.

Parágrafo único. O administrador do Cais Comercial deverá adotar todas as providências necessárias ao controle e à segurança pertinentes.

Art. 57. O embarque e o desembarque de tripulante, de nacionalidade brasileira ou não; o embarque e o desembarque de passageiro, assim como o ingresso de parente de tripulante ou de passageiro, dependerão de autorização do servidor:

I - localizado no NOA ou na Equipe Repetro, segundo o local do evento, no horário de normal de expediente; e

II - escalado para o Plantão Aduaneiro vinculado ao Sevig, qualquer que seja o local e o horário de ocorrência do evento.

Parágrafo único. A condição estabelecia no caput deste art. aplica-se aos eventos relacionados às embarcações marítimas de longo curso e/ou de cabotagem sujeitas ao controle aduaneiro.

Seção III

Da Autorização de Ingresso do Prestador de Serviço e do Transportador Marítimo

Subseção I

Do Ingresso do Titular de CRD e CRP

Art. 58. O titular de CRD ou CRP poderá ingressar em recinto alfandegado de zona primária de porto e/ou a bordo de embarcação sob controle aduaneiro, mediante a apresentação do respectivo cartão, juntamente com a Carteira de Identidade.

Art. 59. O titular de CRD ou CRP poderá ingressar em recinto alfandegado de zona secundária, mediante a apresentação do respectivo cartão, juntamente com a Carteira de Identidade, desde que justifique a necessidade do ingresso junto ao administrador do recinto.

Subseção II

Do Ingresso do Empregado do Prestador de Serviço ou do Transportador Marítimo

Art. 60. O empregado do prestador de serviço credenciado ou do transportador habilitado que não possua CRP poderá ingressar em recinto alfandegado de zona primária desde que o titular de CRD encaminhe ao administrador do recinto alfandegado:

I - prévia relação, com validade de até 6 (seis) meses, na qual constem o nome do empregado, o número da CTPS e Carteira de Identidade; e

II - cópia do CRD.

Parágrafo único. Caberá ao administrador do recinto definir a forma e o meio de encaminhamento dos documentos de que trata o caput deste art..

Subseção III

Do Ingresso do Não Empregado do Transportador Marítimo Habilitado

Art. 61. O titular do CRD ou CRP vinculado ao transportador habilitado poderá solicitar autorização de ingresso em recinto alfandegado de zona primária e/ou a bordo, para pessoa com a qual não possua vínculo empregatício, em formulário, cujo modelo será disponibilizado pela Satec.

§1º A solicitação de ingresso de que trata o caput deste art. será decidida:

I - pelo Supervisor do NOA, Supervisor da Equipe Repetro ou substitutos, ou ainda pelo servidor integrante da carreira Auditoria da Receita Federal do Brasil - ARFB, designado ou escalado pelo Supervisor, observada a jurisdição do local de ingresso, inclusive a de atracação da embarcação, se for o caso; e

II - pelo Chefe do Sevig ou substituto, ou ainda pelo servidor de Plantão vinculado ao Sevig, independentemente do local do ingresso, do horário de expediente dos NOA e da Equipe Repetro, e de estar a embarcação fundeada ou atracada.

§2º A autorização de ingresso de que trata o caput poderá ser concedida por até:

I - 6 (seis) meses, para o ingresso de pessoa com vinculo empregatício com empresa subcontratada pelo transportador habilitado; ou

II - 6 (seis) meses, para o ingresso de técnico com vínculo empregatício com empresa de vistoria ou de supervisão de carga que preste serviço ao transportador habilitado, com habitualidade, assim declarado por este; ou

III - 30 (trinta) dias, para o profissional autônomo contratado pelo transportador habilitado para prestar o mesmo serviço a que ser refere o inciso II deste Parágrafo.

Seção IV

Do Ingresso de Pessoas no Interesse do Administrador do Recinto Alfandegado

Art. 62. Fica dispensada a autorização para o ingresso em recinto alfandegado de profissionais autônomos, empregados e representantes de empresas contratadas, subcontratadas ou em vias de contratação pelo administrador do recinto, para:

I - instalação, operação e/ou manutenção de máquinas e equipamentos;

II - execução de orçamento, reparo, adaptação e obras;

III - monitoramento e vigilância; e

IV - outros, relacionados à operacionalização, manutenção ou adaptação do recinto alfandegado.

§1º É de responsabilidade do administrador do recinto alfandegado certificar-se da inexistência de condenação penal transitada em julgado de que trata o art. 735, III, alíneas "f" e "g" do Decreto Nº 6.759, de 2009, alterado pelo Decreto Nº 7.213, de 2010, envolvendo pessoas contratadas, direta ou indiretamente, para movimentação ou armazenagem de mercadoria ou a prestação de serviços conexos, se possível a terceirização da atividade, nos termos do processo de alfandegamento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§2º A construção de obras, a instalação de equipamento ou a sua remoção deverá observar eventuais requisitos e condições presentes no contrato de concessão, permissão ou arrendamento ou na legislação de alfandegamento.

Seção V

Do Ingresso do Trabalhador Portuário e do Prático

Art. 63. Os empregados do administrador de recinto alfandegado poderão ingressar e permanecer no recinto somente no período em que estiverem escalados para o exercício de suas atividades.

Art. 64. Os trabalhadores portuários avulsos poderão ingressar e permanecer em recinto alfandegado no período em que estiverem escalados pelo órgão de gestão de mão de obra do trabalho portuário avulso (OGMO).

Parágrafo único. O OGMO encaminhará relação, com nome e número da Carteira de Identidade do trabalhador portuário avulso, ao administrador do recinto alfandegado, com antecedência mínima de 2 (duas) horas do início da escala de trabalho.

Art. 65. O prático a serviço da praticagem tem livre acesso à embarcação fundeada ou atracada, quando esteja em serviço.

Seção VI

Do Ingresso dos Servidores Públicos e Peritos Judiciais

Art. 66. Os servidores da ALF/VIT, quando em efetivo serviço, terão livre acesso às dependências do recinto alfandegado e/ou a bordo de embarcação, fundeada ou atracada.

Art. 67. Os servidores de outros órgãos públicos e os peritos judiciais, no exercício regular de suas atividades, quando necessário o ingresso em local sob controle aduaneiro para o cumprimento de suas funções, terão livre acesso ao recinto alfandegado e/ou a bordo, observadas as regras específicas para o controle do ingresso e da permanência de pessoas em armazém alfandegado.

Parágrafo único. Estão incluídos no caput deste art. os servidores do Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura e do Abastecimento, Ministério do Trabalho, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Defesa, Ministério da Justiça, das Polícias Militar e Civil, das Secretarias Estaduais e Municipais da Saúde, e dos demais órgãos governamentais com atividade na zona portuária.

Seção VII

Do Ingresso dos Militares da Marinha do Brasil

Art. 68. Os servidores militares da Marinha do Brasil terão livre acesso às suas embarcações.

Seção VIII

Do Ingresso do Perito Designado

Art. 69. O perito de que trata a IN RFB Nº 1.020, de 31 de março de 2010, quando designado pela ALF/VIT para a execução de perícia, poderá ingressar em recinto alfandegado e/ou a bordo, devendo apresentar a carteira de identificação emitida pela ALF/VIT ou o ato de designação, se nomeado na condição de perito ad hoc.

Seção IX

Do Ingresso do Despachante e do Ajudante de Despachante Aduaneiro

Art. 70. O despachante e o ajudante de despachante aduaneiro poderão ingressar em recinto alfandegado mediante a apresentação da carteira de identificação, emitida pela ALF/VIT, acompanhada de cópia da procuração.

Seção X

Do Ingresso dos Representantes do Importador e do Exportador

Art. 71. Fica dispensada a manifestação prévia da ALF/VIT para o ingresso em recinto alfandegado:

I - da pessoa física que possua carga depositada no local;

II - do preposto de empresa importadora e/ou exportadora, desde que justifique a necessidade de ingresso junto ao administrador do recinto e esteja munido de procuração;

III - de diretores, conselheiros e outras pessoas com funções assemelhadas, que possuam vínculo com empresas de importação, exportação, seguro, transporte e logística ou de fornecimento de equipamento, cujo ingresso se dê no interesse do administrador do recinto; e

IV - de advogado, munido de procuração, e desde que justifique a pertinência e a necessidade de ingresso junto ao administrador do recinto.

Seção XI

Do Ingresso das Pessoas Vinculadas ao Transportador Terrestre

Art. 72. O ingresso em recinto alfandegado de pessoas vinculadas ao transportador terrestre, dentre elas, o responsável legal, o preposto, o condutor do veículo e seu ajudante, independe de autorização da ALF/VIT, desde que justificada a necessidade junto ao administrador do recinto.

Seção XII

Do Ingresso do Preposto do Fiel Depositário em Outro Recinto Alfandegado

Art. 73. O preposto do recinto alfandegado que demonstre estar em atividade no estrito interesse da empresa à qual se vincula poderá ingressar em outro recinto alfandegado, desde que munido do CRP.

Seção XIII

Do Ingresso de Outras Pessoas em Recinto Alfandegado

Art. 74. O ingresso de pessoas em recinto alfandegado, em situação não abrangida pelas Seções antecedentes deste Capítulo, poderá ser autorizado pelo Supervisor do NOA, Supervisor da Equipe Repetro, Chefe do Sevig ou substitutos, por prazo não superior a 30 (trinta) dias.

§1º O Chefe do Sevig e seu substituto poderão autorizar o ingresso de que trata o caput, independentemente de haver ou não expediente no NOA ou na Equipe Repetro, no momento da apresentação da solicitação.

§2º O disposto neste art. aplica-se, inclusive, ao ingresso de:

I - técnico com vinculo empregatício com empresa de vistoria ou de supervisão de carga, em qualquer caso, quando se tratar de prestação de serviço no embarque de exportação, cujo contratante seja o exportador ou o adquirente de seus produtos; e

II - profissional autônomo que execute o mesmo trabalho para as mesmas pessoas a que se refere o inciso I deste Parágrafo.

Seção XIV

Do Ingresso em Armazém Alfandegado

Art. 75. Armazém alfandegado, para efeito desta Seção, é a dependência física coberta, com porta ou portão, dotada de fechadura, trava ou cadeado, destinada ao depósito de carga solta, pré-lingada, acondicionada em pallet ou em forma semelhante.

§1º O ingresso em armazém alfandegado está restrito às pessoas relacionadas nesta Seção.

§2º O administrador do recinto deverá estabelecer forma de identificação das pessoas que desempenham suas atividades no interior de armazém alfandegado.

§3º O armazém do Terminal de Logística de Carga (Teca) do Aeroporto de Vitória, edificado sem estrutura rígida e utilizado, em caráter provisório, para a acomodação e o manuseio de carga sujeita ao controle aduaneiro, submete-se às restrições, condições e aos termos estabelecidos nesta Portaria para o armazém alfandegado, quanto ao ingresso de pessoas.

§4º O pátio de caminhões contíguo ao Teca, utilizado para o carregamento e o descarregamento de carga sujeita ao controle aduaneiro, terá a correspondente disciplina de ingresso de pessoas e de veículos estabelecida pela Supervisão do NOA Aeroporto, juntamente com a Administração da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), em Vitória.

Subseção I

Das Pessoas com Autorização Automática de Ingresso

Art. 76. Fica dispensada a manifestação prévia da ALF/VIT para o ingresso em armazém alfandegado, exceto para a área de depósito de carga retida ou de mercadoria apreendida, das seguintes pessoas:

I - servidor da ALF/VIT, quando no exercício de suas atribuições;

II - empregado do administrador do recinto alfandegado que exerça suas atividades no interior do armazém;

III - empregado, preposto e profissional autônomo contratado pelo administrador do recinto alfandegado, direta ou indiretamente, para a execução de serviços de vigilância, manutenção, reparo ou adaptação;

IV - servidor da justiça ou perito judicial, em cumprimento à ordem judicial;

V - servidor público de órgão responsável por anuência na importação, exportação ou no trânsito aduaneiro, segundo regulamentação específica;

VI - perito técnico designado pela ALF/VIT;

VII - trabalhador portuário avulso, escalado pelo OGMO, e contratado pelo administrador do recinto para a execução pontual de serviço; e

VIII - preposto de outro recinto alfandegado que demonstre estar em atividade no estrito interesse da empresa à qual se vincula, desde que munido do CRP.

§1º As pessoas que não desempenham suas atividades no interior do armazém alfandegado deverão ser acompanhadas pelo preposto do administrador do recinto enquanto permanecerem no local.

§2º É proibida a manipulação de mercadoria, volume ou unidade de carga, por pessoas que não exerçam suas atividades no armazém alfandegado, ressalvados os casos para os quais haja autorização expressa do Supervisor do NOA, Supervisor da Equipe Repetro, Chefe do Sevig ou substitutos.

§3º A dispensa de manifestação prévia de que trata o caput:

I - não se aplica às situações em que a carga esteja sob restrição ou ação fiscal da autoridade aduaneira, qualquer que seja a origem, procedência, natureza ou situação da carga; e

II - não desobriga o administrador do recinto de observar as regras pertinentes estabelecidas na Seção I deste Capítulo, especialmente de:

a) verificar a pertinência do ingresso e proceder ao registro deste, inclusive da justificativa apresentada, mantendo os dados pelo prazo legal; e

b) adotar as cautelas necessárias à garantia da inviolabilidade da carga depositada e da segurança do visitante.

Subseção II

Das Pessoas com Necessidade de Autorização de Ingresso

Art. 77. O ingresso em armazém alfandegado de pessoas não abrangidas pelo art. 76 desta Portaria poderá ser autorizado pelo Supervisor do NOA, Supervisor da Equipe Repetro, Chefe do Sevig ou substitutos, de forma pontual, com especificação da data do ingresso, à vista de requerimento com justificativa da necessidade do acesso.

Parágrafo único. O Chefe do Sevig e seu substituto poderão autorizar o ingresso de que trata o caput, independentemente de haver ou não expediente no NOA de jurisdição do local do ingresso, no momento da apresentação da solicitação.

Seção XV

Do Ingresso de Veículo em Recinto Alfandegado

Subseção I

Da Disciplina do Tráfego e Estacionamento de Veículo em Recinto Alfandegado

Art.78. A autorização de ingresso de veículo em recinto alfandegado não restringe a liberdade e o direito do administrador do local de disciplinar e fiscalizar o trânsito interno, impor restrição ao tráfego, à parada e ao estacionamento de veículo, sem prejuízo da observância das disposições contidas no art. 8º da Portaria RFB Nº 2.438, de 2010.

Subseção II

Do Ingresso do Veículo de Servidor da ALF/VIT

Art. 79. É vedada a inspeção de veículo conduzido por servidor da ALF/VIT no exercício de suas atividades, no momento do ingresso, durante a permanência e por ocasião da saída da área alfandegada.

Parágrafo único. O disposto no caput não dispensa o servidor de observar a legislação geral de trânsito, bem como a disciplina e as restrições de que trata o art. 78 desta Portaria.

Subseção III

Do Ingresso do Veículo de Militares da Marinha

Art. 80. Fica autorizado o ingresso em terminal portuário dos veículos alugados por servidores militares da Marinha do Brasil, desde que constem de relação fornecida pela Capitania dos Portos no Estado do Espírito Santo ao administrador do recinto alfandegado em que esteja atracada ou em que deva atracar a embarcação.

Parágrafo único. A empresa locadora de veículo deverá encaminhar à Capitania dos Portos as informações necessárias ao implemento do disposto no caput.

Subseção IV

Do Ingresso do Veículo da Pessoa Física Autorizada a Ingressar no Recinto

Art. 81. A pessoa autorizada a ingressar em recinto alfandegado poderá fazer uso de veículo próprio ou de terceiro.

Subseção V

Do Ingresso dos Demais Veículos

Art. 82. Independe de autorização da ALF/VIT o ingresso em recinto alfandegado do veículo para:

I - descarregamento de mercadoria a ser exportada ou reexportada, ingressada no recinto, com ou sem DE ou DSE;

II - carregamento ou descarregamento de máquinas ou equipamentos pertencentes ao prestador de serviço credenciado;

III - carregamento ou descarregamento de bens, de consumo ou permanentes, pertencentes ou consignados ao administrador do recinto ou a seus prestadores de serviço, contratados ou subcontratados (Portaria ALF/VIT 5, de 31 de janeiro de 2007);

IV - transporte de empregados do administrador do recinto ou de seus prestadores de serviço, contratados ou subcontratados; e

V - transporte dos empregados do prestador de serviço credenciado ou das pessoas sem vínculo empregatício com este, autorizadas a ingressar no recinto.

Art. 83. O ingresso de veículo em recinto alfandegado para:

I - carregamento ou descarregamento de mercadoria em regime especial de trânsito aduaneiro observará as disposições constantes da IN SRF Nº 248, 25 de fevereiro 2002;

II - carregamento de mercadoria desembaraçada para consumo ou com autorização de entrega observará o disposto nos art. 55 a 57 da IN SRF 680, de 2 outubro de 2006 e na Portaria ALF/VIT Nº 67, de 18 de junho de 2008;

III - entrega de bens ou mercadorias objeto de fornecimento de bordo ou de venda na modalidade mercado interno observará o disposto na Portaria ALF/VIT Nº 95, de 14 de novembro de 2001; e

IV - carregamento ou descarregamento de bens, de consumo ou permanentes, consignados ao beneficiário do regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), depende de prévia autorização da ALF/VIT, se necessária, para a movimentação dos bens.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Seção I

Dos Pedidos de Credenciamento e de Habilitação Pendentes de Decisão

Art. 84. Os pedidos de credenciamento e de habilitação, cujos procedimentos de instrução e análise não estiverem concluídos até o dia 30 de junho de 2011, deverão ser ajustados em conformidade com os requisitos, termos e condições estabelecidos nesta Portaria.

Seção II

Da Manutenção dos Credenciamentos e das Habilitações Vigentes

Art. 85. Ficam mantidos os credenciamentos dos prestadores de serviço e transportadores marítimos, efetivados com base na Portaria ALF/VIT Nº 144, de 24 de outubro de 2006, até a expiração de sua validade.

§1º Em caso de extravio ou destruição do cartão de credenciamento ou do cartão de identificação de prestador de serviço, expedido com base na Portaria ALF/VIT Nº 144, de 2006, a empresa deverá solicitar a emissão de CRD ou CRP.

§2º Em caso de nomeação ou designação de um novo dirigente ou preposto, vinculado ao prestador de serviço ou ao transportador marítimo, a empresa deverá requerer a emissão de CRD ou CRP, com restituição do cartão expedido com base na Portaria ALF/VIT Nº 144, de 2006, se for o caso.

§3º Os prestadores de serviço e os transportadores marítimos poderão solicitar a emissão de CRD e CRP para substituição dos cartões expedidos com base na Portaria ALF/VIT Nº 144, de 2006, desde que não estejam vencidos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Seção III

Da Utilização Temporária de Formulários

Art. 86. Os formulários de autorização de ingresso, aprovados pela Portaria ALF/VIT Nº 144, de 2006, poderão ser utilizados até o dia 30 de setembro de 2011.

Seção IV

Da Utilização das Autorizações de Ingresso Expedidas e Vigentes

Art. 87. As autorizações de ingresso concedidas com base na Portaria ALF/VIT Nº 144, de 2006, poderão ser utilizadas até a expiração de sua validade.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Seção I

Da Extensão das Competências Fixadas nesta Portaria

Art. 88. A competência para a prática de qualquer ato descrito nesta Portaria como sendo do titular e substituto poderá ser exercida pelo substituto ainda que o titular da função não esteja afastado.

Parágrafo único. O disposto no caput aplica-se aos substitutos do Chefe do Sevig e da Satec e aos substitutos do Supervisor do NOA e da Equipe Repetro.

Art. 89. Ao Chefe do Sevig competem o esclarecimento de dúvidas e a solução dos casos omissos relativos ao credenciamento do prestador de serviço, à autorização e ao ingresso de pessoas e veículos em recinto alfandegado.

Art. 90. Ao Chefe da Satec competem o esclarecimento de dúvidas e a solução dos casos omissos relativos aos procedimentos de habilitação, nos sistemas da RFB, dos representantes do transportador e do preposto do fiel depositário.

Art. 91. Sem prejuízo do disposto no art. 75, §3º e §4º, ao ingresso de pessoas no recinto alfandegado do Aeroporto de Vitória e a bordo de aeronave sob controle aduaneiro serão aplicadas, no que couber, as disposições desta Portaria, cabendo ao Chefe do Sevig e ao Supervisor do NOA Aeroporto solucionar todo e qualquer caso omisso ou duvidoso.

Seção II

Da Norma de Segurança Fiscal

Art. 92. Esta Portaria é considerada norma de segurança fiscal, para os fins do disposto na Lei Nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

Seção III

Da Revogação de Atos Locais

Art. 93. Ficam formalmente revogadas, a partir de 1º de julho de 2011, a Portaria ALF/VIT Nº 81, de 12 de agosto de 2002 e a Portaria ALF/VIT Nº 144, de 24 de outubro de 2006, sem interrupção de sua força normativa.

Art. 94. Esta Portaria entra em vigor em 1º de julho de 2011.

FÁBIO MIRANDA CORADINI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 73, DE 8 DE JUNHO DE 2011

Concede inscrição no registro especial para operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos

A DELEGADA ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelos artigos 295 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 587, de 21 de dezembro de 2010, com as alterações das Portarias RFB n° 2.156, de 21 de fevereiro de 2011, Portaria RFB Nº 2.401, publicada no DOU de 04 de abril de 2011, Portaria Nº 2.415, publicado no DOU de 05 de abril de 2011 e tendo em vista o disposto no artigo 2º da Instrução Normativa RFB Nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações introduzidas pela Instrução Normativa RFB Nº 1.011 de 23 de fevereiro de 2010, Instrução Normativa RFB Nº 1.048, de 29 de junho de 2010 e Instrução Normativa Nº 1.153, de 11 de maio de 2011, resolve:

Art. 1º Conceder a inscrição Nº GP-07108/00314 no registro especial para estabelecimentos que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, concedidas a GRÁFICA E EDITORA RIED LTDA ME, CNPJ Nº 08.826.179/0001-42, situado na Rua Desembargador Izidro, Nº 156, Loja A, Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.521-160, requerida no processo administrativo Nº 15471.004645/2010-22.

Art. 2º A presente autorização será cassada em caso de descumprimento das normas de controle relativas à matéria.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDA FREIRE VIRGENS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 74, DE 8 DE JUNHO 2011

Declara anulada as inscrições de pessoa física no Cadastro de Pessoa Física.

A DELEGADA ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, com fundamento no art.32 da Instrução Normativa RFB Nº 1042, de 10 de junho de 2010, DOU 14/06/2010 e pelas informações que constam no processo administrativo Nº 16680.000105/2010-77, declara:

Art. 1º - A NULIDADE das inscrições abaixo relacionadas, no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, em virtude de vício.

CPF	Nome	Processo
040.388.997-99	TADEU SIQUEIRA DE SOUZA	16680.000105/2010-77
038.765.907-28	WALTER RODRIGUES DA SILVA FILHO	16680.000105/2010-77

Art. 2º - Este ATO DECLARATORIO EXECUTIVO entrará em vigor na data de sua publicação.

FERNANDA FREIRE VIRGENS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 75, DE 8 DE JUNHO DE 2011

Concede inscrição no registro especial para operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos

A DELEGADA ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelos artigos 295 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 587, de 21 de dezembro de 2010, com as alterações das Portarias RFB n° 2.156, de 21 de fevereiro de 2011, Portaria RFB Nº 2.401, publicada no DOU de 04 de abril de 2011, Portaria Nº 2.415, publicado no DOU de 05 de abril de 2011 e tendo em vista o disposto no artigo 2º da Instrução Normativa RFB Nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações introduzidas pela Instrução Normativa RFB Nº 1.011 de 23 de fevereiro de 2010, Instrução Normativa RFB Nº 1.048, de 29 de junho de 2010 e Instrução Normativa Nº 1.153, de 11 de maio de 2011, resolve:

Art. 1º Conceder a inscrição Nº UP-07108/00315 no registro especial para estabelecimentos que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, concedidas a KMX GRÁFICA E EDITORA LTDA, CNPJ Nº 11.450.965/0001-00, situado na Av. Treze de Maio, Nº 33 - Sl. 3210, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.031-007, requerida no processo administrativo Nº 10768.005714/2010-76.

Art. 2º A presente autorização será cassada em caso de descumprimento das normas de controle relativas à matéria.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDA FREIRE VIRGENS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 76, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Declara a inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, pelo presente Ato Declaratório Executivo, no uso de suas atribuições definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e considerando o estabelecido nos arts. 9º, 39 inciso II, 41 inciso II e § 2º, da Instrução Normativa RFB Nº 1005, de 8 de fevereiro de 2010, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo Fiscal Nº 12448.725808/2011-94, resolve:

Art. 1° Declarar INAPTA perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica a sociedade empresária LAPAFER FERRAGENS LTDA, CNPJ 01.127.899/0001-70, por não ter sido localizada no endereço constante do cadastro CNPJ, e por não terem seus sócios atendido intimações para regularização da situação cadastral, na forma prevista em lei.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos constantes do art. 44, da supracitada Instrução Normativa.

MONICA PAES BARRETO

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 175, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V do art. 4º da Portaria SRRF07 Nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2007, atendendo ao previsto no art. 8º da Instrução Normativa (IN) RFB Nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pelas IN RFB Nº 1.070, de 13 de setembro de 2010, e IN RFB Nº 1.089, de 30 de novembro de 2010, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB Nº 844/2008, a empresa SCHLUMBERGER SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA., na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio de seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB Nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 5º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo SRRF07 Nº 170, de 07 de junho de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 08 de junho de 2011.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA

ANEXO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.018255/00-93

[1] Processo Nº 10768.001633/2009-63 [2] Processo Nº 10768.007221/2009-37

[3] Processo Nº 10768.100223/2010-38 [4] Processo Nº 10768.001848/2010-18

CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº NO CNPJ	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
Petróleo Brasileiro S.A. PETROBRAS	Campos em Exploração: Bacias sedimentares: Amazonas: BA-1 e 3. Ceará-Potiguar: BPOT-4, 10 (RNS-143) e 100. Sergipe-Alagoas: BM-SEAL-4, SEAL-30 e 100, BT-SEAL-2. Camamu-Almada: BCAM-40 e BM-CAL -1		2050.0039746.08-2	29.01.2012
	Espírito Santo: BES-100, BC-60, BM-ES-26, 27, 31 e 38; BT-ES-28, 29, 32, 34 e 35. Campos: BC-20, 30, 50, 60, 100, 200, 400, 500, 600; BM-C-3 e 6. Santos: BS-3, 400, 500, BM-S-3, 7, 8, 9, 10 e 11;	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09	2050.0026463.06-2	22.03.2011
	BM-S-46, 49, 50, 51, 52 e 53.	32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0016-20		
	Campos em Produção: Agulha, Albacora, Albacora Leste, Anequim, Arabaiana, Aratum, Área CES-066, Área SES-019, Atum, Badejo, Bagre, Baleia Anã, Baleia Azul, Baleia Franca, Barracuda, Bicudo, Biquara, Bonito, Cação, Caioba, Camorim, Canapu, Cangoá, Carapeba, Caratinga, Caraúna, Caravela, Cavalo Marinho, Chachalote, Cherne, Cioba, Congro, Coral, Corvina,	32.319.931/0018-91	2050.0039350.08-2	20.02.2011
			2050.0041018.08-2	22.04.2012
	Curimã, Dentão, Dom João Mar, Dourado, Enchova, Enchova Oeste, Espada, Espadarte, Estrela do Mar, Garoupa, Garoupinha, Golfinho, Guaiuba, Guajá, Guaricema, Jubarte,	[3] 32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24	2050.0034714.07-2	30.07.2011

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	Linguado, Malhado, Manati, Marimbá, Marlim, Marlim Leste, Marlim Sul, Merluza, Mexilhão, Moréia, Namorado, Nordeste de Namorado, Norte de Pescada, Oeste de Urubarana, Pampo, Papa -Terra, Parati, Pargo, Paru, Peroá, Pescada, Piranema, Piraúna, Roncador, Salema Branca, Salgo, Serra, Tambaú, Siri, Trilha, Tubarão, Ubarana, Uruguá, Vermelho, Viola,Voador e Xaréu.	32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0028-63	[1] Termo Cooperação 0020.0023587.06-4 Ferramentas	26.07.2010

Devon Energy do Brasil Ltda.	Campo em Exploração: Bacia Sed. de Campos: BM-C-8 (Polvo)	[4] 32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0028-63	[2] WORK ORDER CWO-DVN-REG-001-C 2007	20.12.2010
Repsol YPF Brasil S.A.	Campos em Exploração: Bacia Sed. de Santos: BM-S-48 e 55. Bacia Sed. de Campos: BM-C-33. Bacia Sed. do Esp. Santo: BM-ES-29.	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39	s/Nº de 21.01.2008 (MAS de 27.11.2007)	19.01.2012
Shell Brasil Ltda.	Campo em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos: BC-10	32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91	SBEP-UC-1-16.20/06 Wireline SBEP-UC-1-16.21/06 Perfuração direcional SBEP-UC-1-16.23/06 Cimentação	25.01.2011
Chevron Brasil Ltda.	Campo em Produção: Frade	[3] 32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0028-63	Service Order 10005-OK-B (Nº IMA/001) Service Order 10006-OK-B (Nº IMA/001) Service Order 10056-OK-C (Nº IMA/001) Service Order CW614840 (Nº IMA/001)	31.12.2011 31.12.2011 31.08.2011 02.08.2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.004638/2009-48 e 10768.001846/2010-29 (*)

CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
Star Fish Oil & Gás S.A.	Campos em Exploração: Bacias Sedimentares: Sergipe-Alagoas: BT-SEAL-18	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0028-63 (*)	Aditivo Nº 03 de 16.06.2008	16.06.2010

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.003266/2009-32

CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
Petróleo Brasileiro S. A. PETROBRAS	Áreas em que a PETROBRAS seja concessionária nos termos da Lei Nº 9.478, de 1997.	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00	2050.0031773.07.2 (Aditivo Nº 4, de 17.04.2009)	23.04.2011

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 10768.004373/2009-88 e 10768.002041/2010-01 (*)

CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
Eni Oil do Brasil S.A.	Campo em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos: BMS-4: Poço Belmonte 3	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0028-63(*)	0340SCH09	20.05.2010

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.000095/2010-23

CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
Anadarko Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda.	Campo em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos: BM-C-30	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0028-63 32.319.931/0032-40	CONTRATOS S/Nº ORDEM DE TRABALHO Nº C-09-AEPL-BMC-30-0039	31.12.2010

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.000094/2010-89

CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
Anadarko Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda.	Campo em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos: BM-C-30	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0028-63 32.319.931/0032-40	CONTRATOS S/Nº ORDEM DE TRABALHO Nº C-09-AEPL-BMC-30-0038	31.12.2010

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.000919/2010-65

CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
Petróleo Brasileiro S.A. PETROBRAS	Áreas em que a PETROBRAS for concessionária nos Termos da Lei Nº 9.478, de 06/08/1997.	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0018-91 32.319.931/0022-78	2050.0029703.07.2 Anexo 03	19.02.2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.005547/2009-20

CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
BG E&P Brasil Ltda.	Campo em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos: BM-S-13, BM-S-47 e BM-S-52	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0028-63	BGEP/2006/015 (Aditivo Nº 03, de 22.06.2009) serviço de cimentação	30.06.2012

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.000624/2010-99				
CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
Petróleo Brasileiro S.A. PETROBRAS	Áreas em que a PETROBRAS for concessionária nos Termos da Lei Nº 9.478, de 06/08/1997.	32.319.931/0001-43 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0008-10 32.319.931/0010-34 32.319.931/0018-91 32.319.931/0025-10	2050.0056081.09.2 Anexo 02 perfilagem a poço aberto e revestido, e canhoneio	10.01.2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.001035/2010-28				
CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
Anadarko Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda.	Campo em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos: BM-C-30	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0028-63 32.319.931/0032-40	CONTRATOS S/Nº ORDEM DE TRABALHO Nº C-09-AEPL-BMC-30-0071 Estimulação de poço	31.12.2010

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.005545/2009-31				
CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
BG E&P Brasil Ltda.	Campo em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos: BM-S-13, BM-S-47 e BM-S-52	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0028-63	BGEP/2006/007 (Aditivo Nº 03, de 22.06.2009) serviço de perfuração	30.06.2012

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.005548/2009-74				
CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
BG E&P Brasil Ltda.	Campo em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos: BM-S-13, BM-S-47 e BM-S-52	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0028-63 32.319.931/0032-40	BG 103784 (Aditivos Nº 02, de 22.06.2009, Nº 03, de 26/08/2009 e Nº 04, de 15/01/2010) serviço de perfilagem (Wireline)	28.06.2012

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.004544/2010-11				
CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
Anadarko Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda.	Campo em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos: Bloco BM-C-29	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0011-15 32.319.931/0013-87 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0022-78 32.319.931/0024-30	CONTRATOS S/Nº ORDEM DE TRABALHO Nº C-10-AEPL-BMC-29-0035	14.05.2011
		32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0027-82 32.319.931/0028-63 32.319.931/0029-44		

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.004546/2010-00				
CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
Anadarko Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda.	Campo em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos: Bloco BM-C-29	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0011-15 32.319.931/0013-87 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0022-78 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0027-82 32.319.931/0028-63 32.319.931/0029-44	CONTRATOS S/Nº ORDEM DE TRABALHO Nº C-10-AEPL-BM-C-29-0048	14.06.2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.004545/2010-57				
CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
Anadarko Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda.	Campo em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos: Bloco BM-C-29	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0011-15 32.319.931/0013-87 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0022-78 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0027-82 32.319.931/0028-63 32.319.931/0029-44	CONTRATOS S/Nº ORDEM DE TRABALHO Nº C-10-AEPL-BM-C-29-0047	31.05.2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.005190/2010-13				
CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CNPJ	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
OGX Petróleo e Gás Ltda.	Campos em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos: BMC39, BMC40, BMC41, BMC42, BMC43. Bacia Sedimentar de Santos: BMS56, BMS57, BMS59. Bacia Sedimentar Pará-Maranhão: PAMA13, PAMA14, PAMA15, PAMA16 e PAMA17.	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0011-15 32.319.931/0013-87 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0022-78 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0027-82 32.319.931/0028-63 32.319.931/0029-44	ORDEM DE SERVIÇO N° OGXLTD/2008/115 L & M, vinculada ao CONTRATO MESTRE DE SERVIÇOS (MSA) n° OGXLTD/2008/115	12.01.2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.006591/2010-91				
CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CNPJ	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
Esso Exploração Santos Brasileira Ltda.	Campos em Exploração: BM-S-22	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0016-20	Acessório A2149613 ALTERAÇÃO N° 3 (Contrato de Bens e Serviços C-57383) Obs.: Concessão do regime condicionada ao atendimento do § 10 do art. 17 da IN RFB Nº	30.09.2011

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

		32.319.931/0018-91 32.319.931/0028-63	844/2008 incluídos pela IN RFB Nº 1.089/2010.	

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.005189/2010-99				
CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CNPJ	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
OGX Petróleo e Gás Ltda.	Campos em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos: BMC39, BMC40, BMC41, BMC42, BMC43. Bacia Sedimentar de Santos: BMS56, BMS57, BMS58, BMS59. Bacia Sedimentar Pará-Maranhão: PAMA13, PAMA14, PAMA15, PAMA16 e PAMA17.	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0011-15 32.319.931/0013-87 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0022-78 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0027-82 32.319.931/0028-63 32.319.931/0029-44	ORDEM DE SERVIÇO N° OGXLTD/2008/115 J & K, vinculada ao CONTRATO MESTRE DE SERVIÇOS (MSA) n° OGXLTD/2008/115 Obs.: Concessão do regime condicionada ao atendimento do § 10 do art. 17 da IN RFB Nº 844/2008, incluído pela IN RFB Nº 1.089/2010.	30.06.2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.006620/2010-14				
CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
Esso Exploração Santos Brasileira Ltda.	Campo em Exploração: Bacia Sed. de Santos: BM-S-22	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0028-63	A2128327 (C-57383) Obs.: Concessão do regime condicionada ao atendimento do § 10 do art. 17 da IN RFB Nº 844/2008, incluído pela IN RFB Nº 1.089/2010.	03.10.2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.004414/2009-36				
CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
OGX Petróleo e Gás Ltda.	Campos em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos: C-M-466, C-M-499, C-M-592, C-M-620 e C-M-621. Bacia Sedimentar de Santos: S-M-226, S-M-268, S-M-270 e S-M-314. Bacia Sedimentar Pará-Maranhão: PAMA-M-407, PAMA-M-408, PAMA-M-443, PAMA-M-591 e PAMA-M-624.	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00	OGXLT/2008/115 E & F, de 19.02.2009. OGXLT/2008/115 H & I, de 14.04.2009.	30.06.2013 30.06.2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.000634/2011-13				
CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CNPJ	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
MAERSK OIL BRASIL LTDA	BM-C-37, poços de Carambola "A" e "B"	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0028-63 32.319.931/0032-40	ORDEM DETRABALHO Nº CWO 042/2010 Obs.: Concessão do regime condicionada ao atendimento do § 10 do art. 17 da IN RFB Nº 844/2008, incluído pela IN RFB Nº 1.089/2010.	08.10.2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.000177/2011-59				
CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
		32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10	OGXLTD/2008/115 (Master Serviços Agreement) OGXLT/2008/115 R de 08.01.2010. (Work Request)	

OGX Petróleo e Gás Ltda.	Campos em Exploração: C-M-466, C-M-499, C-M-592, C-M-620, C-M-621, S-M-226, S-M-268, S-M-270, S-M-314, PAMA-M-407, PAMA-M-408, PAMA-M-443, PAMA-M-591 e PAMA-M-624.	32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0028-63 32.319.931/0032-40	Obs (1).: Concessão do regime condicionada ao atendimento do § 10 do art. 17 da IN RFB Nº 844/2008, incluído pela IN RFB Nº 1.089/2010. Obs (2).: Esta habilitação não alcança a importação de qualquer embarcação.	30.06.2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.000869/2011-05				
CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
Devon Energy do Brasil Ltda.	BM-BAR-3; BM-ES-30; BM-C-32; BM-C-34	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0028-63 32.319.931/0032-40	Ordem de Serviço WO-08DWD05-01	30.12.2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.001047/2011-33				
CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
SONANGOL STARFISH OIL & GÁS S.A.	BM-S-60; BM-C-46	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0028-63 32.319.931/0032-40	Ordem de Serviço S/Nº Obs.: Concessão do regime condicionada ao atendimento do § 10 do art. 17 da IN RFB Nº 844/2008, incluído pela IN RFB Nº 1.089/2010.	28.10.2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.001048/2011-88				
CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
SONANGOL STARFISH OIL & GÁS S.A.	BM-C-45	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0028-63 32.319.931/0032-40	Ordem de Serviço S/Nº Obs.: Concessão do regime condicionada ao atendimento do § 10 do art. 17 da IN RFB Nº 844/2008, incluído pela IN RFB Nº 1.089/2010.	13.06.2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.001049/2011-22				
CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
SONANGOL STARFISH OIL & GÁS S.A.	BM-C-45	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10	Ordem de Serviço S/Nº Obs.: Concessão do regime condicionada ao atendimento do § 10 do art. 17 da IN RFB Nº 844/2008, incluído pela IN RFB Nº 1.089/2010	30.09.2011

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

		32.319.931/0026-00 32.319.931/0028-63 32.319.931/0032-40		

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.005819/2010-25				
CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
OGX Petróleo e Gás Ltda.	Campos em Exploração: BT-PN-04, BT-PN-05, BT-PN-06, BT-PN-07, BT-PN-08, BT-PN-09 BT-PN-10	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0028-63 32.319.931/0032-40	OGXLTD/2008/115 (Master Serviços Agreement) OGXLT/2008/115P (Work Request) Obs (1).: Concessão do regime condicionada ao atendimento do § 10 do art. 17 da IN RFB Nº 844/2008, incluído pela IN RFB Nº 1.089/2010. Obs (2).: Esta habilitação não alcança a importação de qualquer embarcação.	31.12.2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.001582/2011-94				
CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
DEVON ENERGY DO BRASIL LTDA.	BM-C-32 BM-C-34	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0028-63 32.319.931/0032-40	Ordem de Serviço Nº WO 08DWD08-01	30/12/2011

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 176, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V do art. 4º da Portaria SRRF07 Nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2007, atendendo ao previsto no art. 8º da Instrução Normativa RFB Nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pela Instrução Normativa RFB Nº 1.070, de 13 de setembro de 2010, e pela Instrução Normativa RFB Nº 1.089, de 30 de novembro de 2010, e tendo ainda em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB Nº 844/2008, a empresa GALÁXIA MARÍTIMA LTDA., na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio de seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB Nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e revoga o Ato Declaratório Executivo SRRF07 Nº 165, de 27 de maio de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2011.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA

ANEXO

Processo Nº 10768.010769/2003-79				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
05.104.067/0001-90	CGG do Brasil Participações Ltda.	Campos em Exploração: Bacia Sed. da Foz do Amazonas, Pará - Maranhão, Ceará, Potiguar, Barreirinhas, Sergipe - Alagoas, Camamu - Almada, Jequitinhonha, Espírito Santo, Campos e Santos.	s/nº de 02.08.2007 S/V Bravo Supporter	08.10.2009

Processo Nº 10768.004481/2009-51				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
05.104.067/0001-90	Petróleo Brasileiro S.A.	Campos em Exploração: BCAM-40, BC-60, BM-C-3 BM-C-6, BC-20, BC-30, BC-50 BC-100, BC-200, BC-400, BC-500, BC-600, BS-3 Campos em Produção Espadarte, Albacora, Albacora Leste Apequim, Bagre, Bicudo, Badejo, Barracuda, Bonito, Carapeba, Caratinga, Cherne, Congro, Corvina, Enchova, Enchova Oeste, Garoupa, Garoupinha, Linguado, Malhado, Marimbá, Marlim, Marlim Leste, Marlim Sul, Moréia, Namorado, Nordeste de Namorado, Pampo, Parati, Pargo, Piraúna, Roncador, Trilha, Vermelho, Viola, Voador, Coral, Estrela-do-Mar	2050.0049190.09.2 2050.0049192.09.2 "Amazon Chieftain" e equipamentos mencionados	06.08.2013

Processo Nº 10768.008946/2009-42				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
05.104.067/0001-90	CGG DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA	Bacia de Campos, Espírito Santo, Pernambuco-Paraíba, Sergipe-Alagoas, Jequitinhonha, Camuruxatiba	s/Nº de 06.03.2009 MISS HAYLEY	29/05/2011
Processo Nº 10768.005171/2010-97				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
05.104.067/0001-90	CGG DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA	Bacia de Santos, Campos e Espírito Espírito Santo	s/Nº de 25/06/2010 MV JAYA MERMAID 3	31/05/2011

Processo Nº 10768.001332/2011-54				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
05.104.067/0001-90	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a Contratante seja concessionária da ANP, na exploração e produção, nos termos da Lei Nº 9.478/97.	2050.0063814.10.2	20/12/2014
Processo Nº 10768.001612/2011-62				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
05.104.067/0001-90 05.104.067/0002-70	Petróleo Brasileiro S.A	Áreas em que Petrobrás seja concessionária nos termos da Lei 9478/97	2050.0066001.11.2 (afretamento embarcação FIVEL) 2050.0066002.11.2 (prestação de serviços)	15/05/2015

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 23, DE 8 DE JUNHO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: NCM: 9406.00.92 Construção pré-fabricada com estrutura de aço e paredes exteriores essencialmente dessa matéria, apresentada em conjuntos de elementos para montagem no local, constituindo prédio de planta termelétrica, fabricado por Wärtsilä Finland OY, com o equipamento fixo fornecido normalmente com a construção, como: instalações elétricas, hidráulicas, de proteção,etc.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1(Nota 4 do Capítulo 94 e texto da posição 94.06) e RGC-1 (Textos do item 9406.00.9 e do subitem 9406.00.92), da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da Tarifa Externa Comum (TEC) aprovada pela Resolução CAMEX Nº 43, de 22 de dezembro de 2006, republicada em 9 de janeiro de 2007, com alterações posteriores, e da Tabela de Incidência do Imposto Sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto Nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA
Chefe

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 173, DE 8 DE JUNHO DE 2011

Cancela o Certificado de Registro Especial para operar como Empresa Comercial Exportadora da empresa que menciona.

O CHEFE DA DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso II do artigo 5º da Portaria SRRF07 Nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no DOU de 30/05/2007, e considerando o disposto na alínea "a" do § 1º do art. 2º do Decreto-Lei Nº 1.248, de 29 de novembro de 1972, combinado com o § 7º do art. 1º da Portaria MEFP Nº 438, de 26 de maio de 1992, publicada no DOU de 28/05/92, e o que consta do Processo Administrativo Nº 10704.000002/2008-91, declara:

Artigo 1º Fica cancelado o Certificado de Registro Especial CACEX Nº DG-3/245, concedido à empresa SOUZA CRUZ TRADING S/A, matriz, com domicílio tributário na Rua Candelária, Nº 66 / Parte - 10º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.091-020, inscrita sob o CNPJ Nº 28.687.994/0001-85, em razão de baixa por incorporação, sendo tal cancelamento extensivo às filiais da referida empresa.

Artigo 2º Desta decisão cabe recurso ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, sem efeito suspensivo, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do primeiro dia útil após a data de publicação, conforme dispõe o § 2º do art. 2º do Decreto-Lei Nº 1.248, de 1972, bem como o § 9º do art. 1º da Portaria MEFP Nº 438, de 26 de maio de 1992.

Artigo 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 174, DE 8 DE JUNHO DE 2011

Cancela o Certificado de Registro Especial para operar como Empresa Comercial Exportadora da empresa que menciona.

O CHEFE DA DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso II do artigo 5º da Portaria SRRF07 Nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no DOU de 30/05/2007, e considerando o disposto na alínea "a" do § 1º do art. 2º do Decreto-Lei Nº 1.248, de 29 de novembro de 1972, combinado com o § 7º do art. 1º da Portaria MEFP Nº 438, de 26 de maio de 1992, publicada no DOU de 28/05/92, bem como o art. 60 da Lei Nº 9.069, de 29 de junho de 1995, e o que consta do Processo Administrativo Nº 10768.007994/2004-17, declara:

Artigo 1º Fica cancelado o Certificado de Registro Especial CACEX Nº DG-3/380, concedido à empresa COTIA TRADING S/A, matriz, com domicílio tributário na Av. Jerônimo Monteiro, Nº 1.000 / 18º andar - sala 1.815, Centro, Vitória/ES, CEP 29.010-935, inscrita sob o CNPJ Nº 72.891.955/0001-97, sendo tal cancelamento extensivo às filiais da referida empresa.

Artigo 2º Desta decisão cabe recurso ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, sem efeito suspensivo, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do primeiro dia útil após a data de publicação, conforme dispõe o § 2º do art. 2º do Decreto-Lei Nº 1.248, de 1972, bem como o § 9º do art. 1º da Portaria MEFP Nº 438, de 26 de maio de 1992.

Artigo 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 37, DE 30 DE MAIO DE 2011

Inscrição no registro de Despachante Aduaneiro de que trata a IN DpRF Nº 109, de 02 de outubro de 1992.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 295 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587/2010, publicada no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, com fundamento no artigo 810 do Decreto Nº 6759, de 05 de fevereiro de 2009, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 1º do Decreto Nº 7213, de 15 de junho de 2010, e nos termos do artigo 5º da Instrução Normativa DpRF Nº 109, de 02 de outubro de 1992, declara:

Art. 1º Excluído do Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, em razão de incluir no Registro de Despachantes Aduaneiros, as seguintes inscrições:

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PROCESSO
7A/03.544	ALEXANDRE BERNARDO DE ASSIS SEBA	111.368.027-03	12448.723482/2011-61
7A/04.258	ALLISON BRAGA CARDOSO	051.773.767-10	18470.722840/2011-17
7A/04.339	GILSON DA ROSA MENDES	101.201.947-08	10735.720365/2011-84

Art. 2º Incluído no Registro de Despachantes Aduaneiros, com fundamento no art. 810 do Decreto Nº 6759, de 05 de fevereiro de 2009, as seguintes inscrições:

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PROCESSO
7D/02.669	ALEXANDRE BERNARDO DE ASSIS SEBA	111.368.027-03	12448.723482/2011-61
7D/02.670	ALLISON BRAGA CARDOSO	051.773.767-10	18470.722840/2011-17
7D/02.671	GILSON DA ROSA MENDES	101.201.947-08	10735.720365/2011-84

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário oficial da União.

JORGE HENRIQUE BARBOSA SOUZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38, DE 30 DE MAIO DE 2011

Inscrição no registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro de que trata a IN DpRF Nº 109, de 02 de outubro de 1992.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 295 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587/2010, publicada no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, com fundamento no artigo 810 do Decreto Nº 6759, de 05 de fevereiro de 2009, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 1º do Decreto Nº 7213, de 15 de junho de 2010, e nos termos do artigo 5º da Instrução Normativa DpRF Nº 109, de 02 de outubro de 1992, declara:

Art. 1º Incluído do Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, as seguintes inscrições:

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PROCESSO
7A/04.713	ANDERSON MARQUES RIKILLSS VILELA	126.444.177-08	18470.723257/2011-23
7A/04.714	CARLOS EDUARDO MACHADO DE NOVAIS	090.056.077-00	12448.725792/2011-10
7A/04.715	DANIELE DO DESTERRO GONÇALVES ESTRELLA	082.007.397-08	12448.724599/2011-61
7A/04.716	NEUMAR VICENTE FERREIRA	069.272.647-01	12448.726036/2011-16
7A/04.721	ANASTÁCIA DA SILVA GOES	103.235.187-02	12448.723673/2011-22

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário oficial da União.

JORGE HENRIQUE BARBOSA SOUZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 6 DE JUNHO DE 2011

Cancelamento em razão de renúncia expressa de inscrição no Registro de Despachantes Aduaneiros.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 295 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587/2010, publicada no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, com fundamento no artigo 810 do Decreto Nº 6759, de 05 de fevereiro de 2009, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 1º do Decreto Nº 7213, de 15 de junho de 2010, declara:

Art. 1º Cancelada a seguinte inscrição do Registro de Despachantes Aduaneiros, em razão de renúncia expressa do interessado, formalizada através do processo Nº 10768.003576/2006-12:

PROCESSO	NOME	CPF	INSCRIÇÃO
10768.003576/2006-12	CARLOS EDUARDO VARGAS FERREIRA	097.188.537-07	7D/01.978

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário oficial da União.

JORGE HENRIQUE BARBOSA SOUZA

8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 65, DE 8 DE JUNHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência estabelecida pelo §2º do art. 27 da Portaria RFB Nº 2.438, de 21 de dezembro de 2010, declara:

1. Fica o AEROPORTO DE SÃO PAULO / CONGONHAS, situado em São Paulo - Capital, autorizado, em caráter excepcional, a realizar, no dia 10 de junho de 2011, as operações de entrada e desembarque previstas nos incisos I e X do caput do retro referido art. 27, relativamente a uma aeronave da Força Aérea Brasileira proveniente de Buenos Aires / Argentina, trazendo a bordo o Ministro da Fazenda, Senhor Guido Mantega, e comitiva, com chegada prevista para as 18h00min.

2. Para esta situação, os procedimentos fiscais serão efetuados pela ALF/GRU.

3. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos no dia 10 de junho de 2011.

JOSÉ GUILHERME ANTUNES DE VASCONCELOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 66, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência estabelecida pelo §2º do art. 27 da Portaria RFB Nº 2.438, de 21 de dezembro de 2010, declara:

1. Fica a BASE AÉREA DE SÃO PAULO, situada no bairro de Cumbica - município de Guarulhos/SP, autorizada, em caráter excepcional, a realizar, no dia 10 de junho de 2011, a operação de embarque, e no dia 11 de junho de 2011, a operação de desembarque, ambas previstas nos incisos I e X do caput do retro referido art. 27, relativamente ao voo com destino à cidade de Assunção / Paraguai e posterior retorno, estando a bordo o Presidente Eleito da República do Peru, Sr. Ollanta Humala, e comitiva.

2. Para esta situação, os procedimentos fiscais serão efetuados pela ALF/GRU.

3. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos nos dias 10 e 11 de junho de 2011.

JOSÉ GUILHERME ANTUNES DE VASCONCELOS

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 7 DE JUNHO DE 2011

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS, no uso da competência que lhe é atribuída pelo §3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, com a redação dada pelo Decreto nº 7.213, de 15/06/2010, resolve:

1. Cancelar no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, em razão de inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros, as seguintes inscrições:

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PROCESSO Nº
8A.04.194	JORGE OLIVEIRA DOS SANTOS	121.232.258-43	11128.004340/95-98
8A.03.757	MÔNICA CRISTINA SIMÕES PAIVA	094.485.548-26	11128.003722/95-59
8A.10.310	JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS MARTINS	279.887.568-42	11128.006766/03-39
8A.04.140	RICARDO DA CRUZ RUIZ	248.242.198-50	11128.002984/95-60
8A.00.010	JOSÉ MÁRCIO DOS REIS FREITAS	070.185.278-05	10845.008779/92-33
8A.10.993	MÁRIO RENATO COHEN	263.575.538-83	11128.005490/04-52
8A.12.603	WÁGNER MULERO DA SILVA	227.526.248-24	11128.004154/07-35
8A.06.382	JOSÉ AGNALDO DE CALDAS	080.530.828-82	11128.006354/97-35
8A.07.644	KLÉBIO DE SANTANA BEZERRA	199.273.768-12	11128.001959/00-16
8A.13.643	KÁTIA CRISTINA BARCELOS JORGE	162.391.668-20	11128.006438/08-47
8A.09.311	JANILTON LIMA DE ARAÚJO	046.606.388-12	11128.000977/02-87
8A.11.241	VANESSA ANTUNES FREITAS	169.513.908-94	11128.002649/05-68
8A.03.004	PAULO JOSÉ LENTE BITTENCOURT	002.450.838-12	11128.001068/95-67
8A.10.742	MATHEUS SILVA	327.725.278-75	11128.003286/04-05
8A.13.584	LUCIANE LARANJEIRA PEAGUDA	133.732.558-99	11128.005815/08-21
8A.11.359	THIAGO DA SILVA GOMES	315.494.418-41	11128.003786/05-10
8A.07.785	ANA BEATRIZ DE ALMEIDA	213.173.908-73	10314.005662/99-91
8A.11.242	CELSO BARROS COSTA JUNIOR	309.991.818-07	11128.002711/05-11
8A.06.652	ANDERSON LUIZ DOS SANTOS BUENO	253.069.638-11	11128.000167/98-56
8A.05.095	ANDRÉ GUSTAVO PIERRY	104.867.948-90	11128.006160/96-68
8A.10.642	ROBERTA DE SELVI TURBIANI	291.193.188-20	11128.002893/04-40
8A.06.345	SHEILA DA SILVA OLIVEIRA	251.523.818-18	11128.005429/97-05
8A.04.474	OSÉIAS JOSÉ DA SILVA	083.678.078-71	11128.003405/95-04
8A.01.630	ALEXANDRE SILVEIRA DOS SANTOS	159.096.368-71	10314.002630/94-83
8A.11.751	LEANDRO DE JESUS MESQUITA	303.796.708-01	11128.000464/06-08
8A.11.350	RODRIGO MOREIRA DOS ANJOS	212.553.038-40	11128.003318/05-45
8A.04.998	DÉBORA XIMENIS PEREIRA	250.474.068-90	11128.004710/96-96
8A.08.635	FELLIPE YÃNEZ NAZÁRIO	278.793.358-03	11128.004020/01-29
8A.12.953	JÉFFERSON DE VASCONCELLOS CÂMARA	345.715.388-47	11128.008144/07-79
8A.12.758	MÁRCIO SANTOS	315.950.568-58	11128.003191/07-26
8A.05.876	ANDRÉ LUIZ ALVES DI PETO	088.194.558-70	11128.003868/97-66
8A.09.915	EDUARDO AGOSTINHO BILRO	158.939.938-29	11128.002871/02-18
8A.06.653	LUCIANO GONÇALVES DOS SANTOS	158.978.138-41	11128.000202/98-55
8A.00.649	ANA CRISTINA OLIVEIRA MONTEIRO	159.158.868-50	10845.008051/93-83
8A.02.588	MAURÍCIO LANTIN	144.159.038-27	10814.003095/94-47
8A.13.052	CÁSSIO CORRADI DA SILVA	320.758.018-19	11128.009209/07-01
8A.07.978	MARIA LETÍCIA DE PILLA	936.874.608-78	11128.003108/00-90
8A.11.783	CLAUDIOMAR ARAÚJO PARALTA	169.514.598-43	11128.000726/06-26
8A.12.259	CRISTIANE FRANCISCA LIMA	158.945.978-46	11128.000066/07-64
8A.12.250	JOSÉ RAMIRO DA SILVA JUNIOR	285.251.588-10	11128.007993/06-24
8A.12.799	LUÍS ROBERTO DA SILVA TEIXEIRA	344.187.108-17	11128.006035/07-17
8A.13.764	CRISTIANO AMBRÓSIO DOS SANTOS	219.716.888-60	11128.008057/08-01
8A.11.042	FERNANDO DO CARMO SANTANA	311.638.768-01	11128.007372/04-89
8A.11.133	ARIOVALDO DE MELO PINTO	510.281.158-49	10314.005720/04-13
8A.00.127	MARCELO DE JESUS SANTOS	069.984.798-24	10845.010858/92-41
8A.08.562	ALISON VIEIRA QUEVEDO	271.096.708-13	11128.002823/01-49
8A.12.597	MANOEL CECILIANO PRADO DE SOUZA	296.786.718-75	11128.003045/07-09
8A.12.689	CRISTIANE ALMEIDA DA SILVA	147.080.898-64	11128.004413/07-28
8A.12.715	CÉSAR AUGUSTO SILVA ROQUE	318.183.308-81	11128.005290/07-42
8A.11.650	FABÍOLA SOUZA DO NASCIMENTO	317.144.278-70	11128.000024/06-42

2. Incluir no Registro de Despachantes Aduaneiros as seguintes inscrições:

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PROCESSO Nº
8D.06.152	JORGE OLIVEIRA DOS SANTOS	121.232.258-43	11128.006160/10-22
8D.06.153	MÔNICA CRISTINA SIMÕES PAIVA CORREIA	094.485.548-26	11128.006892/10-12
8D.06.154	JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS MARTINS	279.887.568-42	11128.007198/10-12
8D.06.155	RICARDO DA CRUZ RUIZ	248.242.198-50	11128.007203/10-97
8D.06.156	JOSÉ MÁRCIO DOS REIS FREITAS	070.185.278-05	11128.007205/10-86
8D.06.157	MÁRIO RENATO COHEN	263.575.538-83	11128.007231/10-12
8D.06.158	WÁGNER MULERO DA SILVA	227.526.248-24	11128.007236/10-37
8D.06.159	JOSÉ AGNALDO DE CALDAS	080.530.828-82	11128.007253/10-74
8D.06.160	KLÉBIO DE SANTANA BEZERRA	199.273.768-12	11128.007446/10-25
8D.06.161	KÁTIA CRISTINA BARCELOS JORGE	162.391.668-20	11128.007489/10-19
8D.06.162	JANILTON LIMA DE ARAÚJO	046.606.388-12	11128.007523/10-47
8D.06.163	VANESSA ANTUNES FREITAS	169.513.908-94	11128.007546/10-51
8D.06.164	PAULO JOSÉ LENTE BITTENCOURT	002.450.838-12	11128.007547/10-04
8D.06.165	MATHEUS SILVA	327.725.278-75	11128.007559/10-21
8D.06.166	LUCIANE LARANJEIRA PEAGUDA	133.732.558-99	11128.007580/10-26
8D.06.167	THIAGO DA SILVA GOMES	315.494.418-41	11128.007645/10-33
8D.06.168	ANA BEATRIZ DE ALMEIDA	213.173.908-73	11128.007843/10-05
8D.06.169	CELSO BARROS COSTA JUNIOR	309.991.818-07	11128.008020/10-99
8D.06.170	ANDERSON LUIZ DOS SANTOS BUENO	253.069.638-11	11128.008048/10-26
8D.06.171	ANDRÉ GUSTAVO PIERRY	104.867.948-90	11128.008092/10-36
8D.06.172	ROBERTA DE SELVI TURBIANI	291.193.188-20	11128.008117/10-00
8D.06.173	SHEILA DA SILVA OLIVEIRA	251.523.818-18	11128.008148/10-52
8D.06.174	OSÉIAS JOSÉ DA SILVA	083.678.078-71	11128.008163/10-09
8D.06.175	ALEXANDRE SILVEIRA DOS SANTOS	159.096.368-71	11128.008165/10-90
8D.06.176	LEANDRO DE JESUS MESQUITA	303.796.708-01	11128.008212/10-03
8D.06.177	RODRIGO MOREIRA DOS ANJOS	212.553.038-40	11128.008246/10-90
8D.06.178	DÉBORA XIMENIS PEREIRA	250.474.068-90	11128.008256/10-25
8D.06.179	MYLENE MARTINS DE OLIVEIRA RABELO	616.156.092-53	11128.000136/11-61
8D.06.180	FELLIPE YÃNEZ NAZÁRIO	278.793.358-03	11128.000180/11-71
8D.06.181	JÉFFERSON DE VASCONCELLOS CÂMARA	345.715.388-47	11128.000269/11-37
8D.06.182	MÁRCIO SANTOS	315.950.568-58	11128.000306/11-15

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

8D.06.183	ANDRÉ LUIZ ALVES DI PETO	088.194.558-70	11128.000311/11-10
8D.06.184	EDUARDO AGOSTINHO BILRO	158.939.938-29	11128.000353/11-51
8D.06.185	LUCIANO GONÇALVES DOS SANTOS	158.978.138-41	11128.000608/11-85
8D.06.186	ANA CRISTINA MONTEIRO FIGUEIREDO	159.158.868-50	11128.000609/11-20
8D.06.187	MAURÍCIO LANTIN	144.159.038-27	11128.000610/11-54
8D.06.188	CÁSSIO CORRADI DA SILVA	320.758.018-19	11128.000635/11-58
8D.06.189	MARIA LETÍCIA DE PILLA	936.874.608-78	11128.000710/11-81
8D.06.190	CLAUDIOMAR ARAÚJO PARALTA	169.514.598-43	11128.000795/11-05
8D.06.191	CRISTIANE FRANCISCA LIMA	158.945.978-46	11128.000948/11-14
8D.06.192	JOSÉ RAMIRO DA SILVA JUNIOR	285.251.588-10	11128.000981/11-36
8D.06.193	LUÍS ROBERTO DA SILVA TEIXEIRA	344.187.108-17	11128.000983/11-25
8D.06.194	CRISTIANO AMBRÓSIO DOS SANTOS	219.716.888-60	11128.001044/11-06
8D.06.195	FERNANDO DO CARMO SANTANA	311.638.768-01	11128.001055/11-88
8D.06.196	ARIOVALDO DE MELO PINTO	510.281.158-49	11128.001136/11-88
8D.06.197	MARCELO DE JESUS SANTOS	069.984.798-24	11128.001228/11-68
8D.06.198	ALISON VIEIRA QUEVEDO	271.096.708-13	11128.001517/11-67
8D.06.199	MANOEL CECILIANO PRADO DE SOUZA	296.786.718-75	11128.001552/11-86
8D.06.200	CRISTIANE ALMEIDA DA SILVA	147.080.898-64	11128.001571/11-11
8D.06.201	CÉSAR AUGUSTO SILVA ROQUE	318.183.308-81	11128.001675/11-17
8D.06.202	FABÍOLA SOUZA DO NASCIMENTO	317.144.278-70	11128.001711/11-42

3. Incluir no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes inscrições:

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PROCESSO Nº
8A.15.577	DANIEL D'ANTONIO DA CRUZ	399.276.458-30	11128.008398/09-59
8A.15.578	JOSÉ ALLAN ANDRADE DE SANTANA	390.299.798-28	11128.003256/10-39
8A.15.579	JOYCE DE ALMEIDA	357.041.398-50	11128.003845/10-17
8A.15.580	JÚNIOR BARRETO DO NASCIMENTO	382.529.078-65	11128.004310/10-63
8A.15.581	ALESSANDRE PERRONI	092.900.768-95	11128.004731/10-94
8A.15.582	ADRIANO MANOEL DA SILVA	338.657.488-21	11128.004972/10-33
8A.15.583	ANDRÉ LUÍS FERREIRA PINTO	355.231.368-08	11128.005369/10-79
8A.15.584	RODRIGO JOSÉ DE OLIVEIRA	315.329.338-43	11128.005831/10-38
8A.15.585	VINÍCIUS OTERO TEIXEIRA	383.511.698-38	11128.006053/10-02
8A.15.586	DIEGO ANTONIO AZEVEDO RIBEIRO	329.889.948-89	11128.006062/10-95
8A.15.587	JOEL GUILHERME DO NASCIMENTO	094.562.048-98	11128.006072/10-21
8A.15.588	CHRISTIAN FREITAS TORRES	351.265.008-21	11128.006093/10-46
8A.15.589	VANDERLEI BATISTA DA SILVA	284.707.118-06	11128.006130/10-16
8A.15.590	ANDRÉA MARIA MESSIAS SILVEIRA	282.580.778-80	11128.006131/10-61
8A.15.591	EDUARDO MACEDO	774.057.226-87	11128.006279/10-03
8A.15.592	RAISA AGUIAR BARROS	384.664.088-35	11128.006289/10-31
8A.15.593	CLAYTON BRANDÃO PARALTA	225.162.908-45	11128.006293/10-07
8A.15.594	TIAGO SOARES DA SILVA	358.155.998-67	11128.006389/10-67
8A.15.595	CAROLLINE PRATES FAGUNDES CASTANHEIRA	365.429.448-00	11128.006431/10-40
8A.15.596	VÍTOR DA COSTA LOUREIRO MARTINS	371.366.538-94	11128.006466/10-89
8A.15.597	LÍVIA RIBEIRO JORGE	421.261.598-33	11128.006476/10-14
8A.15.598	CRISTIANO CAVALCANTE DOS SANTOS	310.712.048-07	11128.006553/10-36
8A.15.599	CAMILA DOS ANJOS DELONERO	371.688.668-85	11128.006560/10-38
8A.15.600	JULIANA DA SILVA BRITO	220.591.268-27	11128.006641/10-38
8A.15.601	JOELMA ALVES ANDRADE	249.531.168-79	11128.006701/10-12
8A.15.602	RAFAEL PINTO SOUSA	313.000.208-14	11128.006743/10-53
8A.15.603	MARIA FERNANDA CARVALHO GOMES	343.979.378-85	11128.006754/10-33
8A.15.604	VIVIANE DOS SANTOS	192.894.208-39	11128.006874/10-31
8A.15.605	RODRIGO RIBEIRO	249.716.638-27	11128.006876/10-20
8A.15.606	LAYS OLIVEIRA FERRAZ	355.633.618-96	11128.006879/10-63
8A.15.607	RENATA BOAVENTURA DA SILVA SOUZA	361.710.418-58	11128.006888/10-54
8A.15.608	CAROLINE TAVARES DE JESUS NERY	228.021.798-88	11128.006895/10-56
8A.15.609	ANDRÉA BESERRA GUSMÃO DE SOUZA	039.265.714-70	11128.006960/10-43
8A.15.610	ALINE IZIDORO OLIVEIRA	347.557.298-23	11128.006971/10-23
8A.15.611	LUCIANO APARECIDO ALEXANDRE FERREIRA JUNIOR	375.989.328-75	11128.006988/10-81
8A.15.612	DIEGO PEREIRA HURTADO	309.097.348-01	11128.007033/10-41
8A.15.613	SILAS ALVES SILVA	355.595.458-05	11128.007055/10-19
8A.15.614	DAYANA DOS REIS SANTOS	310.883.988-80	11128.007059/10-99
8A.15.615	THAÍS LOUISE LIMA DA SILVA	359.436.218-30	11128.007075/10-81
8A.15.616	LEVI NUNES DIAS	311.432.038-44	11128.007102/10-16
8A.15.617	LUCAS MATHEUS BORGES SANTOS	416.253.418-73	11128.007124/10-86
8A.15.618	MARINA TIEMI PEDRO	296.174.258-74	11128.007126/10-75
8A.15.619	ANGÉLICA RODRIGUES INÁCIO	162.382.808-24	11128.007139/10-44
8A.15.620	PAOLO FERNANDO DA SILVA SOUZA	402.620.458-85	11128.007162/10-39
8A.15.621	ELLEN NERES PEREIRA	343.488.848-97	11128.007202/10-42
8A.15.622	SOLANGE BURATO	249.751.408-96	11128.007233/10-01
8A.15.623	MARTA MARIA DE CARVALHO	219.777.578-20	11128.007234/10-48
8A.15.624	WANDER MARTINS DE CARVALHO	261.172.758-97	11128.007235/10-92
8A.15.625	MIRELLA PATRÍCIO FRASÃO	394.729.398-48	11128.007248/10-61
8A.15.626	RAFAEL MARTINS ARAÚJO	395.949.758-06	11128.007308/10-46
8A.15.627	JOSÉ MIGUEL PAULO JUNIOR	263.422.088-08	11128.007395/10-31
8A.15.628	MARCOS ANTONIO ROCHA ALVES	255.030.598-16	11128.007404/10-94
8A.15.629	RAPHAEL DE PILLA NATAL	302.720.008-92	11128.007407/10-28
8A.15.630	CLEONICE DA SILVA GOMES	108.390.358-61	11128.007427/10-07
8A.15.631	TUANNY CHAGAS ROSA	405.691.768-08	11128.007436/10-90
8A.15.632	MILTON DE CAMARGO JUNIOR	004.814.497-52	11128.007437/10-34
8A.15.633	LETÍCIA CARVALHO DE OLIVEIRA	230.920.438-20	11128.007454/10-71
8A.15.634	ERLON BARBOZA RODRIGUES	278.888.578-41	11128.007455/10-16
8A.15.635	ADRIANA FRANCISCO TORNEIROS	383.389.218-82	11128.007475/10-97
8A.15.636	NATHÁLIA DE OLIVEIRA MELO	364.456.768-98	11128.007483/10-33
8A.15.637	GILVAN DOS SANTOS BATISTA	266.761.278-73	11128.007485/10-22
8A.15.638	ADEILMA DE JESUS	134.070.348-30	11128.007508/10-07
8A.15.639	DOUGLAS DE SOUZA REIS	372.006.888-94	11128.007521/10-58
8A.15.640	DANIELA TAVARES VICENTE	378.377.488-83	11128.007522/10-01
8A.15.641	FELIPE SILVA NUNES	384.816.288-16	11128.007527/10-25
8A.15.642	JEANE RODRIGUES DO NASCIMENTO	284.428.868-50	11128.007560/10-55
8A.15.643	RICARDO AUGUSTO ARAÚJO BELITARDO	133.575.038-08	11128.007578/10-57
8A.15.644	REGIANE FAUSTINA DA SILVA MENDONÇA	257.760.828-46	11128.007591/10-14
8A.15.645	MAIARA SILVA SANTOS	384.838.778-64	11128.007592/10-51
8A.15.646	RUBENS KATSUJI NAKAGAWA	133.936.808-03	11128.007597/10-83
8A.15.647	GILTON TAVARES DOS SANTOS	080.526.308-00	11128.007634/10-53
8A.15.648	FÁGNER CARDOSO SANTOS CHAGAS	346.921.748-38	11128.007648/10-77
8A.15.649	CÉSAR AUGUSTO DA FONSECA	411.802.578-71	11128.007665/10-12
8A.15.650	DIEGO DUARTE GARCIA	311.574.198-79	11128.007726/10-33
8A.15.651	ELTON GOMES MARQUES	321.624.578-06	11128.007728/10-22
8A.15.652	ARCELINO DE ARAÚJO SOUZA	274.961.088-55	11128.007742/10-26
8A.15.653	TIAGO TAVARES LEITE DA SILVA	374.514.858-46	11128.007835/10-51
8A.15.654	DENNIS DE FREITAS LAGO	386.070.818-02	11128.007860/10-34
8A.15.655	SARA ANDRADE DE SANTANA	356.477.778-48	11128.007878/10-36
8A.15.656	ÊNNIO PEDOTE CABRITA	709.111.001-30	11128.007886/10-82
8A.15.657	KÁTIA ELIZABETH SEIXAS DA SILVA	003.816.159-10	11128.008000/10-18
8A.15.658	SANDRO DE SOUZA CASTRO	031.471.594-00	11128.008019/10-64
8A.15.659	VINÍCIUS DA SILVA DE MELO	397.602.958-06	11128.008031/10-79
8A.15.660	IZABELI PIRES LOPES	306.531.568-80	11128.008047/10-81
8A.15.661	HENRIQUE WESLEY DE JESUS SANTOS	403.128.028-97	11128.008080/10-10
8A.15.662	VÍTOR BARBOSA DA SILVA	392.201.808-47	11128.008093/10-81
8A.15.663	ÉBER FERREIRA DOMINGUES DA COSTA	304.162.908-92	11128.008095/10-70
8A.15.664	JÉSSICA NEVES DE MOURA	274.809.948-69	11128.008098/10-11
8A.15.665	KLÉBER DE ARRUDA VAZ	223.084.628-09	11128.008100/10-44
8A.15.666	CHRISTIAN DAS NEVES DE SOUZA	384.860.868-50	11128.008101/10-99
8A.15.667	DANUZA CARVALHO DE JESUS	348.940.688-50	11128.008105/10-77
8A.15.668	RUBENS ANTONIO DOS SANTOS JUNIOR	343.151.318-22	11128.008118/10-46
8A.15.669	CARLOS EDUARDO DE SOUZA GONÇALVES	320.266.268-63	11128.008122/10-12
8A.15.670	DÉBORA CRISTINA CORREIA	304.368.768-09	11128.008128/10-81
8A.15.671	MÁRCIO LUIZ DE FREITAS	287.454.358-63	11128.008160/10-67
8A.15.672	CRÉSCIA REGINA ALVINO DA SILVA	169.651.978-03	11128.008162/10-56
8A.15.673	FÁGNER DE SOUZA GONÇALVES	321.077.688-11	11128.008164/10-45
8A.15.674	KAIO CÉSAR PEREIRA	337.448.728-90	11128.008166/10-34
8A.15.675	PAULO ROBERTO FRAGA SANTOS	404.198.348-77	11128.008214/10-94
8A.15.676	DANILO CASTRO SILVA DE GODÓI	378.083.758-70	11128.008215/10-39
8A.15.677	CARLOS RODRIGO DA SILVA ANSELMO	212.904.868-40	11128.008248/10-89
8A.15.678	BRUNA MARTINS GARCIA	309.758.548-60	11128.008251/10-01

4. Cancelar a seguinte inscrição no Registro de Despachantes Aduaneiros em razão de renúncia expressa da interessada, formalizada através do processo nº 11128.001927/2011-16:

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PROCESSO Nº
8D.00.689	CARLOS ALBERTO ROBLES	727.378.408-72	10845.012483/92-81

5. Cancelar a seguinte inscrição no Registro de Despachantes Aduaneiros em razão de renúncia expressa da interessada, formalizada através do processo nº 11128.002167/2011-56:

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PROCESSO Nº
8D.01.440	DILERMANDO DE JESUS	729.825.278-04	11128.000953/95-65

6. Cancelar a seguinte inscrição no Registro de Despachantes Aduaneiros em razão de renúncia expressa da interessada, formalizada através do processo nº 11128.002284/2011-10:

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PROCESSO Nº
8D.00.363	ROBERTO NEVES	072.300.958-91	10845.010365/92-83

7. Cancelar a seguinte inscrição no Registro de Despachantes Aduaneiros em razão de renúncia expressa da interessada, formalizada através do processo nº 11128.002450/2011-88:

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PROCESSO Nº
8D.00.949	JOSÉ ROBERTO DE SAMPAIO CAMPOS	061.048.438-91	10845.011434/92-30

8. Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ ANTÔNIO GAETA MENDES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 35, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Habilita contribuinte no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTOS/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso II do Artigo 238, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRF, aprovado pela Portaria MF Nº 95, de 30 de abril de 2007, com a nova redação dada pela Portaria MF Nº 225, de 05 de setembro de 2007 e considerando o disposto nos Artigos 1º a 5º da Lei Nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto Nº 6.144, de 03 de julho de 2007, na IN-SRF Nº 758, de 19 de outubro de 2007, com as alterações introduzidas pelas IN RFB Nº 778, de 19/10/2007 e 955, de 09/07/2009 e, ainda, no processo administrativo de Nº 10845.003000/2010-63, declara:

Art. 1º - Habilitada, no Regime Tributário denominado Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, a empresa VOPAK BRASIL S/A, inscrita no CNPJ sob o número 44.167.450/0001-49 e estabelecida à Av. Vereador Alfredo das Neves, Nº 1.055, Alemoa, CEP Nº 11.095-510, nesta cidade de Santos, Estado de São Paulo.

Art. 2º - A presente habilitação no REIDI se refere ao Contrato Nº 044/2002, celebrado entre a Companhia Docas do Estado da Bahia - CODEBA e a requerente visando arrendamento para exploração de instalações portuárias constituídas de área identificada como PA02 CB00 7001, localizada no Porto de Aratu, no Município de Candeias, Estado da Bahia, objeto do Edital de Licitação - Concorrência Nº 012/2002 - processo Nº 0159/2002-SEDE, da autoridade portuária do Porto Organizado de Aratu, onde se localiza a filial da requerente com inscrição no CNPJ sob Nº 44.167.450/0007-34.

Art. 3º - O projeto foi habilitado pela Secretaria de Portos da Presidência da República pela Portaria Nº 308, de 16/11/2010 - DOU de 17/11/2010.

Art. 4º - O presente Ato Declaratório Executivo é expedido em caráter precário

Art. 5º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO CESAR LEITE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 33, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Cancela inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferida pelo artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587 de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, considerando o disposto nos artigos 26, inciso II, 30, inciso III, e 31 da Instrução Normativa - RFB Nº 1.042, de 10 de junho de 2010, declara:

Art. 1º - Fica cancelada de ofício, por decisão administrativa, a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), de número 192.786.068-71, em nome de JULIO CESAR AFONSO, em face da constatação de que esta inscrição foi concedida para pessoa que utilizava documentos pessoais de outro contribuinte, conforme apurado no processo administrativo Nº 10845.003362/2003-25.

RENATO CESAR LEITE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Declara a inaptidão do contribuinte perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica e a inidoneidade dos documentos fiscais por ele emitidos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO (SP), no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 295, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no artigo 81 e 82 da Lei 9.430/96 e inciso II, art. 39 da IN RFB Nº 1005, de 08/02/2010, resolve:

1) Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa ELO IND. E COMERCIO DE BORRACHA LTDA, CNPJ 02.635.014/0001-07, com endereço cadastrado à rua Álvares Cabral, 606, em Diadema (SP), CEP 09981-030.

2) Declarar os documentos por ela emitidos INIDÔNEOS, com efeito previsto nos artigos 44, 45 e 47 da IN/RFB 1.005 de 08/02/2010. pelos motivos expostos no Processo Administrativo n.º 10932.000441/22010-24.

MARIO BENJAMIN BARTOS

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO
DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL

ATOS DECLARATÓRIOS EXECUTIVOS, DE 6 DE JUNHO DE 2011

Inscrevem contribuintes no registro especial para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O CHEFE DA DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Portaria Defis/SPO Nº 49, de 21 de fevereiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 23 de fevereiro de 2011, considerando o disposto na Instrução Normativa SRF n° 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, declara:

Nº 125 - Inscrito no Registro Especial de USUÁRIO DE PAPEL, destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, sob o número UP-08190/01517, o estabelecimento da empresa IBRATEXPO FEIRAS E EVENTOS LTDA. - EPP, inscrito no CNPJ sob o número 12.284.630/0001-14, localizado na Rua Cantagalo Nº 692 andar 11 sala 1116 - Tatuapé - São Paulo - SP, de acordo com os autos do processo Nº 10880.723093/2011-09.

Nº 126 - Inscrito no Registro Especial de USUÁRIO DE PAPEL, destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, sob o número UP-08190/01518, o estabelecimento da empresa H. D. BROCHNER MISFELDT COMUNICAÇÃO - ME, inscrito no CNPJ sob o número 11.280.212/0001-96, localizado na Rua Durval Pedroso da Silva Nº 233 - Vila do Castelo - São Paulo - SP, de acordo com os autos do processo Nº 13811.720456/2011-58.

Nº 127 - Inscrito no Registro Especial de GRÁFICA, destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, sob o número GP-08190/00550, o estabelecimento da empresa FERP GRÁFICA E EDITORA LTDA. - ME, inscrito no CNPJ sob o número 11.397.188/0001-70, localizado na Rua Professor Dário Ribeiro Nº 143 145 - Vila Prado - São Paulo - SP, de acordo com os autos do processo Nº 13807.009030/2010-28.

Nº 128 - Inscrito no Registro Especial de GRÁFICA, destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, sob o número GP-08190/00551, o estabelecimento da empresa ONGRAF GRÁFICA E EDITORA LTDA. - ME, inscrito no CNPJ sob o número 05.393.831/0001-94, localizado na Rua José Macedo Nº 610 - Vila Macedópolis - São Paulo - SP, de acordo com os autos do processo Nº 10880.722963/2011-14.

Os presentes Atos Declaratórios Executivos entram em vigor na data de sua publicação.

JORGE ALBERTO PEREIRA DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 132, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Inscreve contribuinte no registro especial destinado a estabelecimento que realize importação de bebidas alcoólicas.

O CHEFE DA DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Portaria Defis/SPO Nº 49, de 21 de fevereiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 23 de fevereiro de 2011, considerando o disposto na Instrução Normativa SRF n° 504, de 3 de fevereiro de 2005, declara:

Art. 1º Inscrito no Registro Especial de IMPORTADOR de bebidas alcoólicas, sob o número 08190/104, o estabelecimento da empresa SANTA CRUZ IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, inscrito no CNPJ sob o número 12.068.918/0001-51, localizado à Rua Dom Armando Lombardi Nº 413 - Vila Progredior - São Paulo - SP, de acordo com os autos do processo Nº 19515.000352/2011-54.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ALBERTO PEREIRA DA SILVA

9ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 8 DE JUNHO DE 2011

Concede Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL NA 9ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência estabelecida no art. 3º da Instrução Normativa RFB Nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, e tendo em vista o que consta do processo Nº 13981.720012/2011-61 , declara:

Artigo 1º. Fica concedido o Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de que trata a Instrução Normativa RFB Nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, sendo identificado na condição de SUBSTITUTO o estabelecimento da empresa LAMIPACK EMBALAGENS E LAMINADOS PLÁSTICOS LTDA., CNPJ Nº 85.140.739/0001-51, e o estabelecimento da empresa TERPHANE LTDA., CNPJ Nº 02.429.732/0001-27, na condição de SUBSTITUÍDO.

Artigo 2º. A responsabilidade aplica-se, exclusivamente, aos produtos abaixo relacionados, os quais são remetidos com suspensão do IPI pelo SUBSTITUÍDO ao SUBSTITUTO:

Descrição do Produto	Código/TIPI	Alíquota
Filmes de Poliéster	3921.90.19	15%
Filmes de Poliéster	3920.62.19	15%

Artigo 3º. Os produtos constantes do artigo segundo serão recebidos pelo SUBSTITUTO com suspensão do IPI e utilizados para a industrialização dos produtos a seguir relacionados:

Descrição do Produto	Finalidade	Código/TIPI	Alíquota
Outras chapas, folhas, películas, tiras de lâminas, de plásticos (PET).	Embalagem Produto alimentício	3921.90.90	15% (Suspenso)

Artigo 4º. Este ADE não convalida a classificação fiscal, bem como a correspondente alíquota, dos produtos mencionados nos artigos 2º e 3º.

Artigo 5º. O presente regime terá validade por tempo indeterminado, enquanto não ocorrer as hipóteses previstas no Art. 10 da Instrução Normativa RFB Nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, podendo ser, a qualquer tempo, alterado a pedido ou de ofício ou, ainda, ser cancelado a pedido.

Artigo 6º. Na Nota Fiscal de saída do contribuinte substituído deverá constar a expressão: "Saída com suspensão do IPI - ADE Nº 22, de 08/06/2011", sendo vedado o destaque do imposto suspenso bem como a sua utilização como crédito.

Artigo 7º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação em Diário Oficial da União.

LUIZ BERNARDI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 23, DE 8 DE JUNHO DE 2011

Concede Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL NA 9ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência estabelecida no art. 3º da Instrução Normativa RFB Nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, e tendo em vista o que consta do processo Nº 13981.720014/2011-50 , declara:

Artigo 1º. Fica concedido o Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de que trata a Instrução Normativa RFB Nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, sendo identificado na condição de SUBSTITUTO o estabelecimento da empresa LAMIPACK EMBALAGENS E LAMINADOS PLÁSTICOS LTDA., CNPJ Nº 85.140.739/0001-51, e o estabelecimento da empresa TECNOFILME INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FILMES ESPECIAIS LTDA., CNPJ Nº 06.185.978/0001-51, na condição de SUBSTITUÍDO.

Artigo 2º. A responsabilidade aplica-se, exclusivamente, aos produtos abaixo relacionados, os quais são remetidos com suspensão do IPI pelo SUBSTITUÍDO ao SUBSTITUTO:

Descrição do Produto	Código/TIPI	Alíquota
Filmes de Bopp	3920.20.19	15%
Filmes de Poliéster	3920.62.19	15%

Artigo 3º. Os produtos constantes do artigo segundo serão recebidos pelo SUBSTITUTO com suspensão do IPI e utilizados para a industrialização dos produtos a seguir relacionados:

Descrição do Produto	Finalidade	Código/TIPI	Alíquota
De BOPP (polipropileno bi orientado).	Embalagem Produto alimentício	3920.20.19	15% (Suspenso)
Outras chapas, folhas, películas, tiras de lâminas, de plásticos (PET).	Embalagem Produto alimentício	3921.90.90	15% (Suspenso)

Artigo 4º. Este ADE não convalida a classificação fiscal, bem como a correspondente alíquota, dos produtos mencionados nos artigos 2º e 3º.

Artigo 5º. O presente regime terá validade por tempo indeterminado, enquanto não ocorrer as hipóteses previstas no Art. 10 da Instrução Normativa RFB Nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, podendo ser, a qualquer tempo, alterado a pedido ou de ofício ou, ainda, ser cancelado a pedido.

Artigo 6º. Na Nota Fiscal de saída do contribuinte substituído deverá constar a expressão: "Saída com suspensão do IPI - ADE Nº 23, de 08/06/2011", sendo vedado o destaque do imposto suspenso bem como a sua utilização como crédito.

Artigo 7º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação em Diário Oficial da União.

LUIZ BERNARDI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 96, DE 8 DE JUNHO DE 2011

Cancela inscrição no CPF

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA - PR, no uso da atribuição que lhe é conferida pelos artigos 30 e 31 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil Nº 1.042, de 10 de junho de 2010, declara:

Artigo único. Cancelada a inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) abaixo identificada, tendo em vista a constatação de multiplicidade de inscrição, conforme apurado no respectivo processo administrativo fiscal.

CONTRIBUINTE	CPF	PROCESSO
VANDER CARLOS FERREIRA SOBRINHO	326.079.979-68	10980.004749/2001-82

ARTHUR CEZAR ROCHA CAZELLA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 76, DE 8 DE JUNHO DE 2011

Concede co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295, inciso VI, do Regimento Interno aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa IN RFB Nº 758, de 25 de julho de 2007, e o que consta do processo Nº 11516.720839/2011-35, declara:

Art. 1º Concedida a co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pela Lei Nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a empresa SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA, CNPJ nº 86.365.350/0001-77, para o projeto Transmissão de Energia Elétrica, relativo à Subestação Jandira, em 440/138-88 kV, com enquadramento ao Reidi aprovado pela portaria Nº 34 e seu anexo I, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério de Minas e Energia, de titularidade da empresa Interligação Elétrica Serra do Japi S.A., CNPJ nº 10.960.725/0001-85, habilitada ao Reidi pelo Ato Declaratório Executivo ADE Nº 16, de 22 de abril de 2010, da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária em São Paulo - SP.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LAGES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 3 DE JUNHO DE 2011

Registro especial obrigatório dos estabelecimentos produtores, engarrafadores, atacadistas e importadores de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LAGES, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 307, VI do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria Nº 587 de 21/12/2010,e tendo em vista o Processo Administrativo Nº 13984.720435/2011-51, resolve:

Artigo Único. Declarar, com fundamento no art. 3ºda IN SRF Nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, CONCEDIDO o REGISTRO ESPECIAL DE BEBIDAS, sob o número 09205/007, referente ao estabelecimento da empresa ABREU GARCIA AGRONEGÓCIOS E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ Nº 10.32771310001-31, situado à Fazenda Nova Dela Costa, S/N - Campo belo do Sul(SC).

MAURO DE BRITO

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA COLEGIADA

CIRCULAR Nº 3.540, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Altera a Circular Nº 3.538, de 1º de junho de 2011, que dispõe sobre os procedimentos para a retirada de circulação de cédulas suspeitas de terem sido danificadas pelo acionamento de dispositivos antifurto.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão extraordinária realizada em 9 de junho de 2011, com base no art. 10, inciso II, da Lei Nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e na Resolução Nº 3.981, de 1º de junho de 2011, resolve:

Art. 1º A Circular Nº 3.538, de 1º de junho de 2011, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

"Art. 3º-A Na hipótese de saque, inclusive em terminais de autoatendimento, em que tenha sido recebida cédula suspeita de ter sido danificada por acionamento de dispositivo antifurto, a instituição financeira deverá proceder, às suas expensas, à substituição da cédula suspeita por outra cédula em boas condições de uso, imediatamente após sua apresentação pelo cliente.

§ 1º A instituição financeira deve registrar a ocorrência referida no caput em sistema informatizado e encaminhar a cédula ao Banco Central do Brasil, separadamente das demais cédulas normalmente encaminhadas em processo de saneamento do meio circulante, observadas as áreas de atuação de suas representações regionais, conforme definido em normativo próprio.

§ 2º As instituições financeiras ressarcirão ao Banco Central do Brasil o custo dos serviços de análise e reposição das cédulas danificadas." (NR)

Art. 2º Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

ALTAMIR LOPES
Diretor

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 424, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Autoriza transferência de recursos para ações de recuperação e reconstrução para o Município de Cuparaque - MG

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei Nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar a transferência de recursos para execução de ações de recuperação e reconstrução, conforme requerimento constante no Processo Nº 59050.002976/2010-54, necessárias ao retorno da normalidade no Município de Cuparaque - MG

Art. 2º Considerando a natureza e a intensidade dos efeitos do desastre na área afetada, o prazo de execução de obras e serviços é de 180 dias, a contar da liberação dos recursos.

Art. 3º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art.1º desta Portaria.

Art. 4º Os recursos financeiros, relativos ao presente exercício, no valor de R$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), estão autorizados por crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional, conforme Nota de Empenho Nº 2010NE000657, Programa de Trabalho 06.182.1029.4570.0103, Natureza da Despesa 44.40.42, Fonte 0329, na UG 530012.

Art. 5º O repasse dos valores referidos não está condicionado à apresentação de contrapartida, por se tratar de transferência obrigatória de recursos.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO BEZERRA COELHO

PORTARIA Nº 425, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Autoriza transferência de recursos para Ações de Defesa Civil para o Estado do Paraná / PR

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei Nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar a transferência de recursos para ações de Socorro, Assistência e restabelecimento no Estado do Paraná / PR, Processo Nº 59050.000900/2011-75.

Art. 2º Considerando a natureza e a intensidade dos efeitos do desastre na área afetada, o prazo de execução dos serviços é de 365 dias, a contar da liberação dos recursos.

Art. 3º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art.1º desta Portaria.

Art. 4º Os recursos financeiros, relativos ao presente exercício, no valor de R$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais), estão autorizados por crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional, conforme Nota de Empenho Nº 2011NE000181, Programa de Trabalho 06.182.1029.22BO.0101, Natureza da Despesa 33.30.41, Fonte 100, na UG 530012.

Art. 5º O repasse dos valores referidos não está condicionado à apresentação de contrapartida, por se tratar de transferência obrigatória de recursos.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO BEZERRA COELHO

PORTARIA Nº 426, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Autoriza transferência de recursos para Ações de Defesa Civil para o Estado de Alagoas / AL

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei Nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar a transferência de recursos para ações de Socorro, Assistência e restabelecimento no Estado de Alagoas / AL, Processo Nº 59050.000886/2011-18.

Art. 2º Considerando a natureza e a intensidade dos efeitos do desastre na área afetada, o prazo de execução dos serviços é de 365 dias, a contar da liberação dos recursos.

Art. 3º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art.1º desta Portaria.

Art. 4º Os recursos financeiros, relativos ao presente exercício, no valor de R$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais), estão autorizados por crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional, conforme Nota de Empenho Nº 2011NE000186, Programa de Trabalho 06.182.1029.22BO.0101, Natureza da Despesa 33.30.41, Fonte 100, na UG 530012.

Art. 5º O repasse dos valores referidos não está condicionado à apresentação de contrapartida, por se tratar de transferência obrigatória de recursos.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO BEZERRA COELHO

PORTARIA Nº 427, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Autoriza transferência de recursos para Ações de Defesa Civil para o Estado de Minas Gerais / MG

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei Nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar a transferência de recursos para ações de Socorro, Assistência e restabelecimento no Estado de Minas Gerais / MG, Processo Nº 59050.000897/2011-90.

Art. 2º Considerando a natureza e a intensidade dos efeitos do desastre na área afetada, o prazo de execução dos serviços é de 365 dias, a contar da liberação dos recursos.

Art. 3º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art.1º desta Portaria.

Art. 4º Os recursos financeiros, relativos ao presente exercício, no valor de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), estão autorizados por crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional, conforme Nota de Empenho Nº 2011NE000177, Programa de Trabalho 06.182.1029.22BO.0101, Natureza da Despesa 33.30.41, Fonte 100, na UG 530012.

Art. 5º O repasse dos valores referidos não está condicionado à apresentação de contrapartida, por se tratar de transferência obrigatória de recursos.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO BEZERRA COELHO

PORTARIA Nº 428, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Autoriza transferência de recursos para Ações de Defesa Civil para o Município de Jerônimo Monteiro / ES

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei Nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar a transferência de recursos para ações de Socorro, Assistência e restabelecimento no Município de Jerônimo Monteiro / ES, Processo Nº 59050.000554/2011-25.

Art. 2º Considerando a natureza e a intensidade dos efeitos do desastre na área afetada, o prazo de execução dos serviços é de 365 dias, a contar da liberação dos recursos.

Art. 3º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art.1º desta Portaria.

Art. 4º Os recursos financeiros, relativos ao presente exercício, no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), estão autorizados por crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional, conforme Nota de Empenho Nº 2011NE000170, Programa de Trabalho 06.182.1029.22BO.0101, Natureza da Despesa 33.40.41, Fonte 100, na UG 530012.

Art. 5º O repasse dos valores referidos não está condicionado à apresentação de contrapartida, por se tratar de transferência obrigatória de recursos.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO BEZERRA COELHO

PORTARIA Nº 429, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Autoriza transferência de recursos para Ações de Defesa Civil para o Estado de São Paulo / SP

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei Nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar a transferência de recursos para ações de Socorro, Assistência e restabelecimento no Estado De Espírito Santo / SP, Processo Nº 59050.000893/2011-10.

Art. 2º Considerando a natureza e a intensidade dos efeitos do desastre na área afetada, o prazo de execução dos serviços é de 365 dias, a contar da liberação dos recursos.

Art. 3º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art.1º desta Portaria.

Art. 4º Os recursos financeiros, relativos ao presente exercício, no valor de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), estão autorizados por crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional, conforme Nota de Empenho Nº 2011NE000174, Programa de Trabalho 06.182.1029.22BO.0101, Natureza da Despesa 33.30.41, Fonte 100, na UG 530012.

Art. 5º O repasse dos valores referidos não está condicionado à apresentação de contrapartida, por se tratar de transferência obrigatória de recursos.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO BEZERRA COELHO

PORTARIA Nº 430, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Autoriza transferência de recursos para Ações de Defesa Civil para o Estado do Espírito Santo / ES

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei Nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar a transferência de recursos para ações de Socorro, Assistência e restabelecimento no Estado do Espírito do Santo / ES, Processo Nº 59050.000896/2011-45.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º Considerando a natureza e a intensidade dos efeitos do desastre na área afetada, o prazo de execução dos serviços é de 365 dias, a contar da liberação dos recursos.

Art. 3º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art.1º desta Portaria.

Art. 4º Os recursos financeiros, relativos ao presente exercício, no valor de R$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil reais), estão autorizados por crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional, conforme Nota de Empenho Nº 2011NE000175, Programa de Trabalho 06.182.1029.22BO.0101, Natureza da Despesa 33.30.41, Fonte 100, na UG 530012.

Art. 5º O repasse dos valores referidos não está condicionado à apresentação de contrapartida, por se tratar de transferência obrigatória de recursos.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO BEZERRA COELHO

PORTARIA Nº 431, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Autoriza transferência de recursos para Ações de Defesa Civil para o Estado da Bahia / BA

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei Nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar a transferência de recursos para ações de Socorro, Assistência e restabelecimento no Estado da Bahia / BA, Processo Nº 59050.000899/2011-89.

Art. 2º Considerando a natureza e a intensidade dos efeitos do desastre na área afetada, o prazo de execução dos serviços é de 365 dias, a contar da liberação dos recursos.

Art. 3º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art.1º desta Portaria.

Art. 4º Os recursos financeiros, relativos ao presente exercício, no valor de R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), estão autorizados por crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional, conforme Nota de Empenho Nº 2011NE000179, Programa de Trabalho 06.182.1029.22BO.0101, Natureza da Despesa 33.30.41, Fonte 100, na UG 530012.

Art. 5º O repasse dos valores referidos não está condicionado à apresentação de contrapartida, por se tratar de transferência obrigatória de recursos.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO BEZERRA COELHO

PORTARIA Nº 432, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Autoriza transferência de recursos para Ações de Defesa Civil para o Estado de Goiás / GO

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei Nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar a transferência de recursos para ações de Socorro, Assistência e restabelecimento no Estado de Goiás / GO, Processo Nº 59050.000898/2011-34.

Art. 2º Considerando a natureza e a intensidade dos efeitos do desastre na área afetada, o prazo de execução dos serviços é de 365 dias, a contar da liberação dos recursos.

Art. 3º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art.1º desta Portaria.

Art. 4º Os recursos financeiros, relativos ao presente exercício, no valor de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), estão autorizados por crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional, conforme Nota de Empenho Nº 2011NE000178, Programa de Trabalho 06.182.1029.22BO.0101, Natureza da Despesa 33.30.41, Fonte 100, na UG 530012.

Art. 5º O repasse dos valores referidos não está condicionado à apresentação de contrapartida, por se tratar de transferência obrigatória de recursos.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO BEZERRA COELHO

PORTARIA Nº 433, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Autoriza transferência de recursos para Ações de Defesa Civil para o Município de Laranjal do Jarí / AP

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei Nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar a transferência de recursos para ações de Socorro, Assistência e restabelecimento no Município de Laranjal do Jarí / AP, Processo Nº 59050.000890/2011-78.

Art. 2º Considerando a natureza e a intensidade dos efeitos do desastre na área afetada, o prazo de execução dos serviços é de 365 dias, a contar da liberação dos recursos.

Art. 3º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art.1º desta Portaria.

Art. 4º Os recursos financeiros, relativos ao presente exercício, no valor de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), estão autorizados por crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional, conforme Nota de Empenho Nº 2011NE000173, Programa de Trabalho 06.182.1029.22BO.0101, Natureza da Despesa 33.40.41, Fonte 100, na UG 530012.

Art. 5º O repasse dos valores referidos não está condicionado à apresentação de contrapartida, por se tratar de transferência obrigatória de recursos.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO BEZERRA COELHO

PORTARIA Nº 434, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Autoriza transferência de recursos para Ações de Defesa Civil para o Município de Juazeiro / BA

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei Nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar a transferência de recursos para ações de Socorro, Assistência e restabelecimento no Município de Juazeiro / BA, Processo Nº 59050.003116/2010-38.

Art. 2º Considerando a natureza e a intensidade dos efeitos do desastre na área afetada, o prazo de execução dos serviços é de 365 dias, a contar da liberação dos recursos.

Art. 3º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art.1º desta Portaria.

Art. 4º Os recursos financeiros, relativos ao presente exercício, no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), estão autorizados por crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional, conforme Nota de Empenho Nº 2011NE000184, Programa de Trabalho 06.182.1029.22BO.0101, Natureza da Despesa 33.40.41, Fonte 100, na UG 530012.

Art. 5º O repasse dos valores referidos não está condicionado à apresentação de contrapartida, por se tratar de transferência obrigatória de recursos.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO BEZERRA COELHO

PORTARIA Nº 435, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Autoriza transferência de recursos para Ações de Defesa Civil para o Estado do Rio Grande do Sul / RS

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei Nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar a transferência de recursos para ações de Socorro, Assistência e restabelecimento no Estado do Rio Grande do Sul / RS, Processo Nº 59050.000895/2011-09.

Art. 2º Considerando a natureza e a intensidade dos efeitos do desastre na área afetada, o prazo de execução dos serviços é de 365 dias, a contar da liberação dos recursos.

Art. 3º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art.1º desta Portaria.

Art. 4º Os recursos financeiros, relativos ao presente exercício, no valor de R$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil reais), estão autorizados por crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional, conforme Nota de Empenho Nº 2011NE000176, Programa de Trabalho 06.182.1029.22BO.0101, Natureza da Despesa 33.30.41, Fonte 100, na UG 530012.

Art. 5º O repasse dos valores referidos não está condicionado à apresentação de contrapartida, por se tratar de transferência obrigatória de recursos.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO BEZERRA COELHO

PORTARIA Nº 436, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Autoriza transferência de recursos para Ações de Defesa Civil para o Município de São Lourenço do Sul / RS

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei Nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar a transferência de recursos para ações de Socorro, Assistência e restabelecimento no Município de São Lourenço do Sul / RS, Processo Nº 59050.000891/2011-12.

Art. 2º Considerando a natureza e a intensidade dos efeitos do desastre na área afetada, o prazo de execução dos serviços é de 365 dias, a contar da liberação dos recursos.

Art. 3º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art.1º desta Portaria.

Art. 4º Os recursos financeiros, relativos ao presente exercício, no valor de R$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), estão autorizados por crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional, conforme Nota de Empenho Nº 2011NE000168, Programa de Trabalho 06.182.1029.22BO.0101, Natureza da Despesa 33.40.41, Fonte 100, na UG 530012.

Art. 5º O repasse dos valores referidos não está condicionado à apresentação de contrapartida, por se tratar de transferência obrigatória de recursos.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO BEZERRA COELHO

SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 285, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Reconhece o Estado de Calamidade Pública em todo o Estado de Roraima, afetado por Enchentes ou Inundações Graduais - NE.HIG - 12.301.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, Art. 7º, § 3º, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto nº 12.816-E, de 05 de junho de 2011, do Estado de Roraima, e demais informações constantes no Processo nº 59050.000912/2011-08, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de enchentes ou inundações graduais - NE.HIG - 12.301, o estado de calamidade pública em todo o Estado de Roraima.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO
COMISSÃO DE ANISTIA

PAUTA DA 1ª SESSÃO DE JULGAMENTO DA COMISSÃO DE ANISTIA A SER REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2011

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ANISTIA do Ministério da Justiça, criada pelo artigo 12, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, torna público a todos os interessados e aos que virem a presente PAUTA, ou dela conhecimento tiverem, que no dia 14 de junho de 2011, à partir das 09 horas, na sala 304 do Ed. Raymundo Faoro do Ministério da Justiça, sito na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Brasília, DF, realizar-se-à Sessão da Comissão de Anistia.

Processos remanescentes de sessões anteriores:

Nº	Requerimento	Tipo	Nome	Relator	Observação	Idade
1.	2001.01.01978	A	JOSÉ GOMES TINOCO	Conselheiro Rodrigo Gonçalves dos Santos	NUMERAÇÃO	82
2.	2002.01.08246	A R	RENATO FIGUEIRA DE OLIVEIRA HELOIZA SILVEIRA MONTEIRO DE OLIVEIRA	Conselheiro Virginius José Lianza da Franca	NUMERAÇÃO	77
3.	2002.01.11049	A	ROBERTO BARBOSA	Conselheira Marina da Silva Steinbruch	NUMERAÇÃO	71
4.	2002.01.11299	A	PAULO ADHEMAR MANDARINO	Conselheiro Edson Cláudio Pístori	NUMERAÇÃO	71
5.	2002.01.13086	A	ANTONIO NOGUEIRA DA MOTTA	Conselheira Marina da Silva Steinbruch	NUMERAÇÃO	69
6.	2002.01.13427	A	JOSE PEDRO VASCONCELOS	Conselheira Marina da Silva Steinbruch	NUMERAÇÃO	68
7.	2003.01.19619	A	JOSIAS SOARES DA CRUZ	Conselheira Marina da Silva Steinbruch	NUMERAÇÃO	67
8.	2003.01.26863	A	ARCONCIO PEREIRA DA SILVA	Conselheira Sueli Aparecida Bellato Vistas Prudente José Silveira Mello	NUMERAÇÃO	95
9.	2003.01.27473	A R	BENABOR CAMARGO MIRIAM MARGARETE CAMARGO SALBERGO E OUTROS	Conselheiro Virginius José Lianza da Franca	NUMERAÇÃO	49
10.	2003.01.36365	A	JOSÉ INACIO DA SILVA	Conselheiro Narciso Patriota Fernandes Barbosa Vistas Prudente José Silveira Mello	NUMERAÇÃO	81
11.	2004.01.40410	A	JOÃO CALISTRATO CARDOSO	Conselheira Eneá de Stutz e Almeida	NUMERAÇÃO	62
12.	2004.01.43507	A	NARBAL ESTANISLAU PACHECO	Conselheira Marina da Silva Steinbruch	NUMERAÇÃO	69
13.	2004.01.44790	A	JOSÉ ERILDO PEREIRA MARTINS	Conselheira Maria Emilia Guerra Ferreira Vistas Aline Sueli de Salles Santos	NUMERAÇÃO	74
14.	2006.01.55409	A	MARIA DO ROSÁRIO MARTINEZ CORREA	Conselheira Maria Emilia Guerra Ferreira Vistas Márcia Elayne Berbich de Moraes	IDADE	71

Legenda:
A - Anistiando
R - Requerente

PAULO ABRAO PIRES JUNIOR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

ATA DA 492ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO REALIZADA EM 8 DE JUNHO DE 2011

Às 10h10 do dia oito de junho de dois mil e onze, o Presidente do CADE, Fernando de Magalhães Furlan, declarou aberta a presente sessão. Participaram os Conselheiros do CADE, Olavo Zago Chinaglia, Emmanuel Joppert Ragazzo, Ricardo Machado Ruiz, Alessandro Octaviani Luis, Elvino de Carvalho Mendonça e Marcos Paulo Verissimo. Presentes o Procurador-Geral do CADE, Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo, o representante do Ministério Público Federal, Luiz Augusto Santos Lima e o Secretário do Plenário, Clovis Manzoni dos Santos Lores.

Julgamentos

01. Ato de Concentração nº 08012.011971/2010-38

Requerentes: DA Participações Ltda. e Instituto de Endocrinologia e Medicina Nuclear do Recife - CERPE

Advogados: Barbara Rosenberg, Marcos Antonio Tadeu Exposto Jr e outros

Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

O processo foi adiado a pedido do Conselheiro Olavo Chinaglia

09. Ato de Concentração nº 08012.003823/2010-40

Requerentes: Laticínios Bom Gosto S.A. e Agricoop- Cooperativa Central Agrofamiliar

Advogados: Pedro Alberto do Amaral Dutra, Patrícia M. Foresti de Campos e outros

Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

O processo foi adiado a pedido do Conselheiro-Relator

59. Processo Administrativo nº 08012.009462/2006-69

Representante: Mattel do Brasil Ltda..

Advogados: Ricardo Barretto Ferreira da Silva, Fábio Ferreira Kujawski, Ricardo Noronha Inglez de Souza e outros

Representados: ABRINQ- Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos e Synésio Batista da Costa

Advogados: Onofre Carlos de Arruda Sampaio, André Cutait de Arruda Sampaio, Renata Fonseca Zuccolo e outros

Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

O processo foi adiado a pedido do Conselheiro-Relator

03. Ato de Concentração nº 08012.011135/2010-53

Requerentes: Banco BMG S.A, Banco GE Capital S.A, General Eletric do Brasil Participações Ltda.

Advogados: Vicente Bagnoli, Alexandre Bastos e outros

Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz

O processo foi adiado a pedido do Conselheiro-Relator

23. Ato de Concentração n.º 08012.003226/2010-15

Requerentes: Hypermarcas S.A e York S.A. Indústria e Comércio.

Advogados: José Del Chiaro Ferreira da Rosa, Vivian Anne Fraga do Nascimento Arruda, Tatiana Lins Cruz e outros

Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz

O processo foi adiado a pedido do Conselheiro-Relator

05. Ato de Concentração nº 08012.002916/2011-38

Requerentes: Companhia Brasileira de Distribuição e Sendas Distribuidora S.A.

Advogados: Lauro Celidonio Neto, Paula Salles, Stefanie Schimitt e outros

Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça

O processo foi adiado a pedido do Conselheiro-Relator

48. Ato de Concentração 08012.005014/2008-58

Requerentes: Medial Saúde S.A. e Grupo Saúde

Advogados: José Del Chiaro Ferreira da Rosa, Priscila Brólio Gonçalves, Renata Foizer Silva e outros

Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça

O processo foi adiado a pedido do Conselheiro-Relator

57. Ato de Concentração nº 08012.004458/2011-71

Requerentes: CPFL Comercialização Brasil S.A. e Jantus S.L.

Advogados: Francisco Ribeiro Todorov, Adriana Franco Giannini, Milena Fernandes Mundim, José Alexandre Buaiz Neto, Marco Aurélio M. Barbosa e outros

Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo

O processo foi adiado a pedido do Conselheiro-Relator

54. Ato de Concentração nº 08012.003914/2011-66

Requerentes: ADM Participações Ltda. e Canaã Holding Participações Ltda.

Advogados: Francisco Ribeiro Todorov, Alessandro Marius Oliveira Martins, Aylla Mara de Assis e outros

Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo

O processo foi retirado de pauta a pedido do Conselheiro-Relator

06. Ato de Concentração nº. 08012.010267/2009-24 (b)

Requerentes: International Business Machines Corporation e Guardium, Inc.

Advogado: Eduardo Caminati Anders

Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

07. Ato de Concentração nº. 08012.002295/2010-10 (b)

Requerentes: Bayer S.A.

Advogados: Ana Carolina de Barros Exel e outros

Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

08. Ato de Concentração nº 08012.003282/2010-50 (b)

Requerente: Merck & Co, Inc. e Sanofi-Aventis

Advogados: Fábio Amaral Figueira, Pedro A. Garcia e outros

Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

Decisão: O Plenário, por unanimidade, decidiu pelo arquivamento da operação diante de sua perda de objeto, com a manutenção do recolhimento da taxa processual.

10. Ato de Concentração nº. 08012.009165/2010-08 (b)

Requerentes: Hypermarcas S.A. e Mabesa do Brasil S.A.

Advogados: José Del Chiaro Ferreira da Rosa, Ademir Antonio Pereira Junior, Renata Foizer Silva, Tamara Dumoncel Hoff e outros

Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

11. Ato de Concentração nº. 08012.011518/2010-21 (b)

Requerente: Johnson Controls, Inc.

Advogados: Bárbara Rosenberg, André Previato e outros

Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

12. Ato de Concentração nº. 08012.012206/2010-35 (b)

Requerentes: Andorsi do Brasil Ltda. e Moinhos Cruzeiro do Sul S.A.

Advogados: Marcelo Rodrigues, Leonardo Luiz Tavano e João Rodrigo Maier

Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

13. Ato de Concentração nº 08012.013198/2010-44 (b)

Requerente: Confidencial

Advogados: José Augusto Regazzini, Marcelo Calliaria e outros

Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

Decisão: O Plenário, por unanimidade, decidiu pelo arquivamento da operação diante de sua perda de objeto, com a manutenção do recolhimento da taxa processual.

14. Ato de Concentração nº. 08012.002939/2011-42 (b)

Requerentes: ICAL - Indústria de Calcinação Ltda. e Mineração Montreal Ltda.

Advogados: Marcus Phelipe Barbosa de Souza e outros.

Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

15. Ato de Concentração nº. 08012.003355/2011-94 (b)

Requerentes: Delphi Automotive Systems do Brasil Ltda. e General Motors Company

Advogados: Leonardo Peres da Rocha e Silva, Sérgio Varella Bruna, Marco Aurélio M. Barbosa, Natalia S. Pinheiro da Silveira, Eduardo Cavalcante Gauche e outros

Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

16. Ato de Concentração nº. 08012.003472/2011-58 (b)

Requerentes: Renosa Participações S.A., Companhia de Bebidas e Alimentos do São Francisco - CBA e Companhia de Águas Funcionais do Nordeste - CAF

Advogados: Amadeu Carvalhes Ribeiro, Michelle Marques Machado e outros

Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

17. Ato de Concentração nº 08012.003621/2011-89 (b)

Requerente: European Aeronautic Defence and Space Company EADS N.V e Vector Aerospace Corporation

Advogados: Leonor Cordovil, Carolina Saito, Tito Amaral de Andrade e outros

Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

18. Ato de Concentração nº 08012.003821/2011-31 (b)

Requerente: Petróleo Brasileiro S.A. e Petrobrás Energia Internacional S.A.

Advogados: André de Almeida Barreto Tostes

Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

Decisão: O Plenário, por unanimidade, não conheceu da presente operação e determinou seu arquivamento sem análise de mérito, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

02. Ato de Concentração nº 08012.012913/2010-21 (b)

Requerentes: Basf SE e Ineos Industries Holdings Limited.

Advogados: Onofre Carlos de Arruda Sampaio, André Cutait de Arruda Sampaio, Yara Maria de Almeida Guerra Siscar, Andrea Astorga dos Prazeres e outros

Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

20. Ato de Concentração nº 08012.003088/2011-55 (b)

Requerentes: Anhanguera Educacional Ltda. e Grupo IBMEC Educacional S.A.

Advogados: Sonia Maria Giannini Marques Döbler, Flávia Chiquito dos Santos, Marcelo Santos Barbosa, Tatiana Neves Smolentzov e outros

Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

21. Ato de Concentração nº 08012.003436/2011-94 (b)

Requerentes: Petrobras Distribuidora S.A. e RRF Participações e Administração Ltda.

Advogados: Djalma Roque de Amorim Júnior, Guilherme Rodrigues Dias, Débora Neves Pereira Lima, Plinio Pinheiro Guimarães Neto, André Sigelmann e outros

Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

22. Ato de Concentração nº 08012.003827/2011-17 (b)

Requerentes: OHL Industrial S.L. e Construtora OAS Ltda.

Advogados: Aurélio Marchini Santos, Ana Paula Paschoalini e outros

Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

04. Ato de Concentração n.º 08012.002937/2011-53 (b)

Requerentes: Embraer Defesa e Segurança Participações S.A. e Orbisat da Amazônia Indústria e Aerolevantamento S.A.

Advogados: Lauro Celidonio Gomes dos Reis Neto, Michelle Marques Machado e outros

Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

24. Ato de Concentração nº 08012.011031/2010-49 (b)

Requerentes: Roberto Civita e Editora Alvinegra Ltda.

Advogados: Tiago Machado Cortez, Eloy Rizzo Neto, Karin Alvo e outros

Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

25. Ato de Concentração nº 08012.003792/2011-16 (b)

Requerentes: Sete Brasil Participações S.A. e Lakeshore Financial Partners Participações

Advogados: Fabíola C.L Cammarota de Abreu, Joice Midori Honda e outros

Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

26. Ato de Concentração n° 08012.000649/2011-64 (b)

Requerentes: Access Industries, Inc. e LyondellBasell Industries N.V.

Advogados: Barbara Rosenberg, André Previato, André Macedo de Oliveira e outros

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

27. Ato de Concentração n° 08012.002343/2011-42 (b)

Requerentes: Atos Origin S.A.

Advogados: Daniel Oliveira Andreoli, Vivian Anne Fraga do Nascimento Arruda e outros

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

28. Ato de Concentração n° 08012.002923/2011-30 (b)

Requerentes: Brasil Insurance Participações e Administração S.A. e Enesa Participações S.A.

Advogados: Fabíola C. L. Cammarota de Abreu, Joyce Midori Honda e outros

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

29. Ato de Concentração n° 08012.002964/2011-26 (b)

Requerentes: Elecnor Transmissão de Energia S.A., Lintran do Brasil Participações S.A. e Isolux Energia e Participações S.A.

Advogados: Ricardo Inglez de Souza, Rafael D'Avila Dutra e outros

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

30. Ato de Concentração n° 08012.002995/2011-87 (b)

Requerentes: Trelleborg Holding AB e Veyance Technologies do Brasil Produtos de Engenharia Ltda.

Advogados: Marina de Santana Souza, Ticiana Nogueira da Cruz Lima, Paola Regina Petrozzielo Pugliese e outros

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

31. Ato de Concentração n° 08012.003013/2011-74 (b)

Requerentes: Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda. e Rio Bravo Energia I - Fundo de Investimento em Participações

Advogados: Roberto Lima Pessoa, Barbara Rosenberg e outros

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

32. Ato de Concentração n° 08012.003015/2011-63 (b)

Requerentes: Vetco Gray UK Limited e Allen Gearing Solutions Limited

Advogados: Francisco Ribeiro Todorov, Milena Fernandes Mundim, Tulio Freitas do Egito Coelho

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

33. Ato de Concentração n° 08012.003017/2011-52 (b)
Requerentes: Kuoni Reisen Holding AG, Travelport Limited
Advogados: Francisco Ribeiro Todorov, Adriana Franco Giannini, Milena Fernandes Mundim.
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

34. Ato de Concentração n° 08012.003054/2011-61 (b)
Requerentes: AFIW Participações S.A., Ellus do Brasil Confecções e Comércio S.A. Isapac Participações S.A., Ateliê Ibô Comércio e Confecções e Modas Ltda.
Advogados: Sérgio Varella Bruna, Natalia S. Pinheiro da Silveira
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

35. Ato de Concentração n° 08012.003076/2011-21 (b)
Requerentes: Anhanguera Educacional Ltda.
Advogados: Sonia Maria Giannini Marques Döbler, Flávia Chiquito dos Santos e outros
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

36. Ato de Concentração n° 08012.003183/2011-59 (b)
Requerentes: Survitec Group Limited, DBC Marine Safety Systems LTD. e Zodiac Solas
Advogados: Tito Amaral de Andrade, Helena Borges Pereira Cyrino de Sá, Érica Sumie
Yamashita
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

37. Ato de Concentração n° 08012.003505/2011-60 (b)
Requerentes: Schneider Electric Holdings, Inc. e SWP Holdings, Inc.
Advogados: José Alexandre Buaiz Neto, Marco Aurélio Martins Barbosa, Vicente Coelho Araújo.
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

38. Ato de Concentração n° 08012.003519/2011-83 (b)
Requerentes: Odebrecht Investimentos em Defesa S.A. e Mectron Engenharia e Comércio S.A.
Advogados: Ubiratan Mattos, Maria Cecília Andrade, Pedro Conde Elias Vicentini
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

39. Ato de Concentração n° 08012.003557/2011-36 (b)
Requerentes: General Electric Company e Converteam Group SAS
Advogados: Francisco Ribeiro Todorov, Milena Fernandes Mundim e outros
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

40. Ato de Concentração n° 08012.003603/2011-05 (b)
Requerentes: Petróleo Brasileiro S.A.
Advogados: Andre de Almeida Barreto Tostes
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

41. Ato de Concentração n° 08012.003654/2011-29 (b)
Requerentes: Hitachi, Ltd., Mitsubishi Electric Corporation, Mitsubishi Heavy Industries, Ltd.
Advogados: Daniel O. Andreoli, Vivian Fraga, Luis Gustavo Rolim Lima e outros
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

42. Ato de Concentração n° 08012.003687/2011-79 (b)
Requerentes: IPLF Holding S.A. e Cepemar Administração Participações Ltda.
Advogados: Gabriel Nogueira Dias, Francisco Niclós Negrão, Thaís de Sousa Guerra
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

43. Ato de Concentração n° 08012.003735/2011-29 (b)
Requerentes: Meda Pharma S. à r. l e Novartis AG
Advogados: José Augusto Caleiro Regazzini, Marcelo Procópio Calliari, Daniel Oliveira Andreoli
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

44. Ato de Concentração n° 08012.003847/2011-80 (b)
Requerentes: Toshiba Sistemas de Transmissão e Distribuição do Brasil Ltda. e Toshiba Transmissão e Distribuição do Brasil Ltda.
Advogados: Ubiratan Mattos, Marcelo Antonio Muriel, Carlos da Costa e Silva Filho e outros
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

45. Ato de Concentração n° 08012.003858/2011-60 (b)
Requerentes: Comercial Frango Assado Ltda., Centro de Serviços Frango Assado Norte Ltda, Posto Maravilha da Anhanguera Ltda. e Maravilha Restaurante e Conveniência Ltda. - ME
Advogados: Rubens Decoussau Tilkian, Isabel Mazorra Santos, Paulo Trani de Oliveira Mello e outros
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

46. Ato de Concentração n° 08012.003881/2011-54 (b)
Requerentes: IPLF Holding S.A. e Helbor Empreendimentos S.A.
Advogados: Gabriel Nogueira Dias, Francisco Niclós Negrão e Thaís de Sousa Guerra
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

47. Ato de Concentração n° 08012.004506/2011-21 (b)
Requerentes: Smiths Detection Group Limited e EBCO Systems Limited
Advogados: Tulio Freitas do Egito Coelho, Alessandro Marius Oliveira Martins, Milena
Fernandes Mundim
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

49. Ato de Concentração 08012.011143/2010-08 (b)
Requerentes: Valência de Castro & Cia Ltda. e RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A
Advogados: José Arnaldo da Fonseca Filho, Alexandre Ditzel Faraco, Frederico Gustavo Ferreira Carrilho Donas e outros
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Decisão: O Plenário, por unanimidade, decidiu pelo arquivamento da operação diante de sua perda de objeto, com a manutenção do recolhimento da taxa processual.

50. Ato de Concentração 08012.003174/2011-68 (b)
Requerentes: BP Biofuels Brazil Investiments Limited. e Companhia Nacional de Açúcar e Álcool.
Advogados: Paola Regina Petrozziello Pugliese, Ticiana Nogueira da Cruz Lima, Marina de Santana Souza e outros
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

51. Ato de Concentração 08012.004446/2011-47 (b)
Requerentes: Amgen Brasil Biofarmacêutica Ltda. e Laboratório Químico Farmacêutico Bergamo Ltda
Advogados: Lauro Celidônio Neto, Joyce Ruiz Rodrigues Alves e outros
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

52. Ato de Concentração nº 08012.003908/2011-17 (b)
Requerentes: Embraer Defesa e Segurança Participações S.A. e Atech Negócios em Tecnologias S.A.
Advogados: Amadeu Carvalhaes Ribeiro, Márcio Dias Soares e outros
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

53. Ato de Concentração nº 08012.003909/2011-53 (b)
Requerentes: HSBC Investment Bank Holdings, GIF IV Fundo de Investimento e Participações, GIF Gestão de Investimentos e Participações Ltda. e Q1 Comercial de Roupas S.A.
Advogados: Amadeu Carvalhaes Ribeiro, Paula S. J. A. Amaral Sales, Aurélio Marchini Santos, Ricardo Franco Botelho e outros
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

55. Ato de Concentração nº 08012.003966/2011-32 (b)
Requerentes: Lojas Renner S.A. e Maxmix Comercial Ltda.
Advogados: Daniel Oliveira Andreoli, Cláudio Coelho de Souza Timm, Luciana Féres Zogbi Porto e outros
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

56. Ato de Concentração nº 08012.003970/2011-09 (b)
Requerentes: Chester Holdings Sàrl e Pfizer Inc.
Advogados: Érica Sumie Yamashita, Carolina Maria Matos Vieira, José Inácio Gonzaga Franceschini, Maria Eugênia Del Nero Poletti, Tito Amaral de Andrade e outros
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

58. Processo Administrativo nº. 08012.000921/2000-53 (b)
Representante: Ministério Público do Estado de São Paulo
Representados: Postos revendedores de combustíveis do município de São José do Rio
Preto/SP, SINCOPETRO - Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do estado de São Paulo e o seu presidente, José Alberto Paiva Gouveia
Advogados: Beatriz Quintana Noves, Flávio Lemos Belliboni, Ricardo Ferreira Pastore, Claudio Finkelstein, Ricardo Hasson Sayeg e outros
Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia
Decisão: O Plenário, por unanimidade, negou provimento ao recurso de ofício e determinou o arquivamento do Processo Administrativo, nos termos do voto do Conselheiro Relator.
Em razão do impedimento do Presidente do CADE, Fernando de Magalhães Furlan, o julgamento do caso seguinte foi presidido pelo Conselheiro Olavo Zago Chinaglia, Presidente Substituto.

19. Ato de Concentração nº 08012.004423/2009-18
Requerentes: Perdigão S.A. e Sadia S.A.
Advogados: Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, Barbara Rosenberg e outros
Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo
Impedidos o Presidente do CADE, Fernando de Magalhães Furlan, e o Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça.
Em razão da questão de ordem correspondente ao pedido de adiamento do processo para vista do Ministério Público Federal, manifestaram-se o Procurador-Geral do CADE, Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo, e o representante do Ministério Público Federal, Luiz Augusto Santos Lima.
O Plenário, por unanimidade, decidiu pela continuidade do julgamento, nos termos da manifestação do Conselheiro-Relator.
O representante do Ministério Público Federal, Luiz Augusto Santos Lima, solicitou o registro em ata de que não se sentiu intimado e que se abstém de participar dos debates em decorrência deste fato.
Manifestou-se o Procurador-Geral do CADE, Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo.
Sustentou oralmente pela impugnante, o Dr, Thiago Brito, pelo tempo de 15 (quinze) minutos.
Sustentou oralmente pela requerente BRF - Brasil Foods, o Dr. Paulo de Tarso, pelo tempo de 15 (quinze) minutos.
Sustentou oralmente pela requerente Sadia S.A., a Dra. Bárbara Rosenberg, pelo tempo de 15 (quinze) minutos.
Às 13:15, durante leitura do voto do Conselheiro-Relator, o Plenário decidiu, à unanimidade, pela suspensão da sessão de julgamento pelo prazo de 30 (trinta) minutos. A sessão foi retomada às 13:45.
Decisão: Após o voto do Conselheiro-Relator, pela reprovação da operação, o julgamento da operação foi suspenso diante do pedido de vista dos autos do Conselheiro Ricardo Machado Ruiz.
Ausente justificadamente o Presidente do CADE, Fernando de Magalhães Furlan, o restante da sessão foi presidido pela Conselheiro Olavo Zago Chinaglia, Presidente Substituto.
Os despachos, ofícios e outros abaixo relacionados foram referendados pelo Plenário
Despachos PRES nº 69/2011 (AC 08012.011518/2006-45), 71/2011 (AC 08012.010192/2004-77 e 08012.010195/2004-19), 72/2011 (Procedimento Administrativo 08700.005122/2010-97), 73/2011 (AP 08012.010830/2008-83), 74/2011 (AP 08012.002500/2000-67), 75/2011 (AC 08012.007500/2003-04 e 08012.007406/2003-47), 76/2011 (AC 08012.012989/2010-57), apresentados pelo presidente substituto Olavo Zago Chinaglia,
Ofícios OZC nº 1034/2011 (PA 08012.009462/2006-69), 1049/2011, 1072/2011, 1073/2011, 1074/2011 e 1166/2011 (AC 08012.011114/2007-32), 1086/2011 e 1123/2011 (AC 08012.002295/2010-10), 1109/2011 (AP 53500.025132/2004), apresentados pelo Conselheiro Olavo Zago Chinaglia;
Despachos CEJR nº 10/2011, 15/2011, 19/2011 (AC 08012.004423/2009-78), 21/2011 (AC 08012.012528/2010-84), 23/2011 (AC 08012.002237/2011-69), ofícios nº 125/2011, 126/2011, 162/2011, 174/2011, 192/2011, 203/2011, 219/2011, 268/2011, 346/2011, 380/2011, 381/2011 382/2011, 383/2011, 384/2011, 385/2011, 386/2011, 387/2011, 388/2011, 387/2011, 390/2011, 394/2011, 395/2011, 396/2011, 403/2011, 405/2011, 406/2011, 407/2011, 408/2011, 411/2011 433/2011, 434/2011, 436/2011, 437/2011, 438/2011, 439/2011 440/2011, 441/2011, 442/2011, 443/2011, 444/2011, 445/2011, 449/2011, 450/2011, 451/2011, 452/2011, 453/2011, 454/2011, 456/2011 457/2011, 458/2011, 633/2011, 734/2011, 736/2011, 916/2011, 939/2011, 959/2011, 995/2011, 1030/2011, (AC 08012.004423/2009-18), 1055/2011 (AC 08012.005212/2009-01), 1094/2011 (AC 53500.028086/2006), 1112/2011 (AC 53500.025332/2008), 1159/2011 (AC 08012.001656/2010-01), 1179/2011 (AC 08012.006905/2010-46), 1187/2011 apresentados pelo Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo;
Ofícios RMR nº 1031/2011 (Confidencial), 1032/2011 (AC 08012.010585/2010-29), 1033/2011 (AC 08012.006805/2008-03), 1053/2011 e 1183/2011 (AC 08012.004436/2010-21), 1096/2011 (CO 08700.003261/2010-86), 1097/2011 (CO 08700.003784/2010-22), 1118/2011 (AC 08012.002864/2011-08), 1121/2011 (AC 08012.006533/2010-58), 1122/2011 (AC 08012.000109/2011-81), 1175/2011 (AC 08012.003467/2011-45), apresentados pelo Conselheiro Ricardo Machado Ruiz;
Despachos ASOL nº 02/2011 e 04/2011 (MC 08700.000628/2010-18), 03/2011 (AC 08012.002237/2011-69) e ofícios nº 1035/2011 (AC 08012.000332/2011-28), 1046/2011, 1078/2011 e 1185/2011 (AC 08012.008623/2009-40), 1048/2011 (AC 08012.007196/2010-16), 1081/2011 (AC 08012.003062/2011-15), 1083/2011 (Proposta 041874/2010), 1085/2011 (AC 08012.003504/2011-15), 1133/2011 (AC 08012.001879/2010-60 e 08012.001875/2010-81), 1134/2011 (AC 08012.004238/2010-62), 1135/2011 (AC 08012.002957/2011-24), 1136/2011, 1137/2011, 1138/2011, 1139/2011, 1141/2011, 1142/2011, 1143/2011, 1144/2011, 1145/2011 (AC 08012.0010274/2010-60), 1140/2011 (AC 08012.002340/2011-17), 1147/2011 (AC 08012.002018/2010-07), 1150/2011 (AC 08012.005526/2010-39), apresentados pelo Conselheiro Alessandro Serafin Octaviani Luis,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Despacho ECM nº 01/2011 (AI 08700.002875/2011-21) e ofícios nº 1037/2011, 1038/2011, 1039/2011, 1040/2011, 1041/2011, 1042/2011, 1043/2011 e 1044/2011 (PA 08012.000792/1999-16), 1051/2011 (AC 08012.011143/2010-08), 1060/2011, 1061/2011, 1062/2011, 1063/2011, 1064/2011, 1065/2011, 1066/2011, 1067/2011, 1068/2011, 1069/2011, 1070/2011, 1071/2011, 1084/2011, 1092/2011, 1093/2011, 1162/2011, 1163/2011 e 1186/2011 (MC 08700.000917/2011-90), 1098/2011 e 1124/2011 (AC 08012.002916/2011-38), 1146/2011 (AC 08012.005014/2008-58), 1148/2011 (AP 08012.006641/2005-63), 1170/2011 (AC 08012.007197/2010-61), 1174/2011 (AC 08012.002944/2011-55), 1176/2011 (AC 08012.004591/2010-61 e 08012.004592/2011-72), 1180/2011 e 1181/2011 (AC 08012.007197/2010-61), apresentados pelo Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça

Ofícios MPV nº 1080/2011 (AC 08012.008074/2009-11), 1169/2011 (AC 08012.004492/2011-46), apresentados pelo Conselheiro Marcos Paulo Verissimo.

Aprovação da Ata

O Plenário, por unanimidade, aprovou a ata desta sessão.

As 17h40 do dia oito de junho de dois mil e onze, o Presidente Substituto do CADE, Olavo Zago Chinaglia, declarou encerrada a sessão.

FERNANDO DE MAGALHÃES FURLAN
Presidente do Conselho

OLAVO ZAGO CHINAGLIA
Presidente do Conselho
Substituto

CLOVIS MANZONI DOS SANTOS LORES
Secretário do Plenário

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 6 de junho de 2011

Nº 69 - Ato de Concentração nº 08012.011518/2006-45 Requerentes: Dana Corporation e Mahle GMBH. Advogados: Tércio Sampaio Ferraz Junior, Eduardo Molan Gaban, Maria da Graça Britto Garcia e outros.

Nos termos do § 1º do artigo 50 da Lei 9.784/99, acolho o Parecer nº 236/2011/ SCD/ProCADE e atesto que o Termo de Compromisso de Desempenho, referente ao Ato de Concentração em questão, vem sendo devidamente cumprido até o momento no que diz respeito a apresentação dos relatórios anuais semestrais e da documentação comprobatória correlata. Ao Plenário para homologação. Após, encaminhem-se os autos à ProCADE para continuidade do acompanhamento.

Em 7 de junho de 2011

Nº 71 - Ato de Concentração nº 08012.010192/2004-77 e 08012.010195/2004-19 Requerentes: Votorantim Celulose Papel S.A. e Ripasa S.A. e Suzano Bahia Sul Papel Celulose e Ripasa S.A. Celulose e Papel Advogados: Gianni Nunes de Araújo e outros.

Nos termos do § 1º do artigo 50 da Lei 9.784/99, acolho a Nota Técnica nº 43/2011/SCD/PROCADE para determinar que o pedido de declaração de perda de objeto do TCD seja analisado em momento posterior, após o julgamento definitivo do AC 08012.000150/2011-57; para eximir a Fibria da responsabilidade de prestar informações referentes ao Compacel, apenas em casos concretos, até o julgamento definitivo do mencionado AC e; para declarar o cumprimento, pela Fibria, da obrigação constante da cláusula 2.5 do TCD, relativa ao ano de 2011.

Ao Plenário para homologação. Após, encaminhem-se os autos para a Pro-CADE.

Nº 72 - Procedimento administrativo nº 08700.005122/2010-97 Requerente: Coca-Cola Industriais Ltda., Monsanto Tavares Participações e Empreendimento S.A.

Trata-se de procedimento administrativo instaurado a partir do oficio n° 675/2006/Pres/CAD/CADE, expedido em 28/03/2006, no qual o CADE encaminhou cópia dos autos do AC n° 08012.006614/2005-91, recomendando a instauração de procedimento de apuração de Ato de Concentração envolvendo a COCA-COLA e a MONSANTO. Em 30/09/2010, o CADE encaminhou o oficio n° 1984/2010/PRES/CADE à SDE reiterando o que foi recomendado no ofício supramencionado. Em resposta a este ofício, a SDE expediu o ofício n° 6508/10/SDE/GAB, informando que a documentação dos autos fora juntada aos autos do procedimento para apuração de ato de concentração n° 08012.001940/2006-92. A SDE, no bojo dos autos n° 08012/001940/2006-92, expediu um parecer, no qual conclui que o contrato de desinvestimento e outras avenças que passou 100% das ações da Amarantina para a Amapá, detida 100% pelo grupo cocacola, constitui uma reestruturação societária sem alteração de controle, em que houve saída de acionista com participação minoritária, não se subsumindo, assim, às hipóteses do art.54 da Lei n° 8.884/94. Em conclusão, a SDE opinou pelo arquivamento do procedimento no âmbito da SDE, comunicando a decisão ao CADE. De ordem do Conselheiro César Mattos, abriu-se vista à Pro-CADE, para pronunciamento em 20 dias, nos termos do art. 42 da Lei n° 8.884/94 c/c artigo 61, § 1° do RICADE. Contudo, a Pro-CADE não se manifestou. Ante o exposto, acolho o Parecer da SDE para determinar o arquivamento dos autos, bem como encaminhar os autos para serem apensados aos autos n° 08012.001940/2006-12. Após, publique-se e encaminhem-se os autos à SDE. É o despacho que submeto à homologação.

Nº 73 - Averiguação Preliminar nº 08012.010830/2008-83 Representadas: Postos de Combustíveis das cidades do Tocantins (Araguaina, Gurupi e Palmas) Representante: Procon Tocantins.

Trata-se de averiguação preliminar solicitada pelo Procon de Tocantins dirigida à SDE para que averiguasse a possível formação de cartel por parte dos revendedores de combustíveis dos municípios de Araguaia, Gurupi e Palmas. A SDE, bem como a Pro-CADE, entenderam que não existiam indícios suficientes de formação de cartel e, portanto, recomendaram o arquivamento da averiguação preliminar. No dia 05/11/2010, foi publicada, no DOU, a decisão do egrégio plenário do CADE no sentido de que não havia evidências suficientes de cartel na representação encaminhada pelo Procon de Tocantins. Destarte, a decisão negou provimento ao recurso de ofício e determinou o arquivamento da averiguação preliminar, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Ante o exposto, em conformidade com o art.169 do RICADE, determino o arquivamento do presente feito. Ao Plenário para homologação. Após, arquive-se.

Nº 74 - Averiguação Preliminar nº 08012.002500/2000-67 Representadas: Bayer S/A e Sanofi- Syntelabo Ltda. Representante: Associação do comércio Farmacêutico do Estado do Rio de Janeiro ("ASCOFERJ").

Trata-se de averiguação preliminar instaurada por representação da ASCOFERJ ao CADE, sob a alegação de os laboratórios Bayer e Sanofi-Synthelabo estarem praticando condutas restritivas, capazes de induzir pacientes a adquirirem medicamentos, mediante o fornecimento de cupons promocionais de descontos pelos médicos, o que consistiria na prática de venda casada. A SDE, a Pro-CADE e o MPF manifestaram-se pelo arquivamento, uma vez que não havia indícios de infração à ordem econômica. O plenário do CADE proferiu decisão, publicada em 05/11/2010 no DOU, negando, por unanimidade, provimento ao recurso de ofício e determinando o arquivamento da averiguação preliminar, nos termos do voto do Conselheiro Relator César Costa Alves de Mattos. Além disso, determinou que fosse enviada cópia da decisão à ANVISA, ao Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro e ao Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro. Determinação que foi devidamente cumprida com o encaminhamento dos ofícios n° 269, 271 e 276/2011/COGEAP/UAP. Ante o exposto, nos termos do § 1º do artigo 50 da Lei 9.784/99, determino o arquivamento dos autos. Ao Plenário para homologação. Após, arquivem-se.

Nº 76 - Ato de Concentração nº 08012.012989/2010-57 Requerentes: Cebrace Cristal Plano Ltda. ("Cebrace") e Evolution Indústria e Comércio de Espelhos Ltda. ("Evolution"). Advogados: Pedro Jorge da Costa Nassar Cury, Lúcia de Paiva Cicarino e josé Ricardo de Bastos Martins.

Nos termos do § 1º do artigo 50 da Lei 9.784/99, acolho o Parecer nº 39/2011/ SCD/ProCADE para determinar o arquivamento do presente, devido ao cumprimento integral da obrigação imposta pelo Plenário deste Conselho. Ao Plenário para homologação. Após, arquive-se.

FERNANDO DE MAGALHÃES FURLAN

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 22, DE 6 DE JANEIRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08255.063470/2010-84-SR/DPF/BA, declara revista a autorização de funcionamento de serviços ORGÂNICOS de VIGILÂNCIA PATRIMONIAL, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONVENTO DO CARMO S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.354.765/0001-80, para exercer suas atividades no Estado da Bahia.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 893, DE 30 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1.995, e pelo art. 45 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação do interessado, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08400.006504/2011-01-SR/DPF/PE e 2011/573 - GESP, resolve:

Conceder autorização à empresa GUARDIÕES VIGILÂNCIA LTDA., CNPJ/MF nº 41.053.109/0001-74, sediada no Estado de PERNAMBUCO para adquirir em estabelecimento comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército, armas e munições nas seguintes quantidades e naturezas:

- 22 (VINTE E DOIS) revolveres calibre 38;
- 286 (DUZENTOS E OITENTA E SEIS) munições calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias, a partir da publicação deste alvará no DOU.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.780, DE 26 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/001384/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DELFORT VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 04.986.539/0001-12, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, Escolta Armada, para atuar em SÃO PAULO, com Certificado de Segurança nº 837/11, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.803, DE 30 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/000882/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 02.445.414/0001-50, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores, Escolta Armada, Segurança Pessoal, para atuar em SÃO PAULO , com Certificado de Segurança nº 824/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.808, DE 30 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1670/DPF/NRI/RJ, resolve: CONCEDER autorização à empresa ESCUDEIRO CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 04.237.122/0001-57, sediada no RIO DE JANEIRO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

11 (onze) Revólver(es) calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.822, DE 31 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1599/DPF/DVS/MG, resolve: CONCEDER autorização à empresa RODOBAN SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 23.245.012/0012-34, sediada em MINAS GERAIS, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

72 (setenta e dois) Cartuchos de Munição calibre 38,
24 (vinte e quatro) Cartuchos de Munição calibre 12,

Da empresa cedente MOURA VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, com CNPJ nº 01.079.977/0001-09:

4 (quatro) Revólver(es) calibre 38,
1 (um) Espingarda(s) calibre 12.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.829, DE 31 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/001241/DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ORPAS ORGANIZAÇÃO PARANAENSE DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 11.009.550/0001-98, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar no PARANA , com Certificado de Segurança nº 1027/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.832, DE 2 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/001810/DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VIGIMINAS SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 06.911.840/0001-92, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar em MINAS GERAIS , com Certificado de Segurança nº 1012/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.836, DE 2 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1713/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0086-24, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

7848 (sete mil, oitocentos e quarenta e oito) Cartuchos de Munição calibre 38,

3640 (três mil, seiscentos e quarenta) Cartuchos de Munição calibre 12.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.840, DE 2 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1814/DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve: CONCEDER autorização à empresa MAX FORCE CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 01.566.333/0001-45, sediada no PARÁ, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

5 (cinco) Revólver(es) calibre 38,

5 (cinco) Pistola(s) calibre 380,

5 (cinco) Espingarda(s) calibre 12,

84240 (oitenta e quatro mil, duzentos e quarenta) Espoletas para Munição calibre 38,

84240 (oitenta e quatro mil, duzentos e quarenta) Projéteis para Munição calibre 38,

5700 (cinco mil e setecentos) Espoletas para Munição calibre .380,

5700 (cinco mil e setecentos) Projéteis para Munição calibre .380,

2160 (dois mil, cento e sessenta) Cartuchos de Munição calibre 12,

24000 (vinte e quatro mil) Gramas de Pólvora,

1 (um) máquina de recarga para munição calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.841, DE 2 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1827/DPF/STS/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa CAXIAS ESCOLA DE FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE SEGURANCAS LTDA, CNPJ nº 00.034.387/0001-05, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

90000 (noventa mil) Espoletas para Munição calibre 38,

90000 (noventa mil) Projéteis para Munição calibre 38,

5000 (cinco mil) Espoletas para Munição calibre .380,

5000 (cinco mil) Projéteis para Munição calibre .380,

3500 (três mil e quinhentos) Cartuchos de Munição calibre 12,

19000 (dezenove mil) Gramas de Pólvora.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.848, DE 2 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1525/DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve: CONCEDER autorização à empresa JOB SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 08.938.288/0001-51, sediada no RIO GRANDE DO SUL, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

400 (quatrocentos) Cartuchos de Munição calibre 38,

Da empresa cedente VIGIFORTE SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA, com CNPJ nº 07.592.759/0001-50:

40 (quarenta) Revólver(es) calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.851, DE 2 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1592/DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve: CONCEDER autorização à empresa SELF DEFENSE CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 37.652.195/0001-64, sediada em GOIÁS, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

2 (dois) Revólver(es) calibre 38,

2 (dois) Pistola(s) calibre 380,

45000 (quarenta e cinco mil) Espoletas para Munição calibre 38,

45000 (quarenta e cinco mil) Projéteis para Munição calibre 38,

2000 (dois mil) Estojos para Munição calibre 38,

8000 (oito mil) Espoletas para Munição calibre .380,

8000 (oito mil) Projéteis para Munição calibre .380,

1000 (um mil) Estojos para Munição calibre .380,

1000 (um mil) Espoletas para Munição calibre 12,

13400 (treze mil e quatrocentos) Gramas de Pólvora.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.853, DE 2 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1500/DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve: CONCEDER autorização à empresa ALBUQUERQUE E BRUSCHI SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 07.103.811/0001-67, sediada em ALAGOAS, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

15 (quinze) Revólver(es) calibre 38,

180 (cento e oitenta) Cartuchos de Munição calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

ADELAR ANDERLE

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DA DIRETORA

No uso das atribuições a mim conferidas, decido:

Tendo em vista restar comprovado que o motivo que ensejou o indeferimento do pedido persiste, mantenho o arquivamento do processo de naturalização extraordinária formulado por ENAAM ABBAS HAIDAR REDA, processo nº 08712.006729/2009-11, publicado no Diário Oficial da União de 1º de março de 2010, pág. 58.

Indefiro o recurso apresentado, por DORON SCHWARTZ, processo nº 08505.037526/2008-31, por não terem sido apresentados elementos de fato ou de direito capazes de alterar as Decisões publicadas no Diário Oficial da União de 1º de setembro e de 10 de novembro de 2010.

Tendo em vista que o Requerente já extrapolou as instâncias nomeadas no artigo 118, parágrafo único, da Lei 6.815/80, não conheço o recurso apresentado por CARLOS MARCELO TARDIO SANCHEZ BUSTAMANTE, processo nº 08506.009385/2007-76.

Tendo em vista que o naturalizando não atende o requisito temporal previsto no artigo 12, inciso II, alínea "b" da Constituição federal, face à interrupção de residência no período de 30 de março de 1991 a 14 de dezembro de 1999, considerando que não atende também ao que dispõe a alínea "a" do mesmo dispositivo retro, por ter ausentado-se do país no período compreendido entre 14 de maio de 2010 a 19 de junho de 2010, indefiro o presente recurso apresentado por JOAQUIM DE CARVALHO MENDES AMARAL, processo nº 08475.015816/2010-43, bem assim mantenho o ato publicado no Diário Oficial de 14 de dezembro de 2010.

Indefiro o recurso apresentado, por JALAL JAMEL DAWOOD CHAYA, processo nº 08505.036374/2006-98, por não atender ao que dispõe o artigo 12, inciso II, alínea "b" da Constituição federal, quanto à exigência de residência regular por quinze anos ininterruptos no Território Nacional.

Mantenho o arquivamento do pedido de naturalização, formulado por MIRTHA MARINA QUIROGA GUTIERREZ, processo nº 08505.015844/2009-22, por não apresentar a Interessada elementos de fato e de direito capazes de alterar a Decisão anterior, mormente por não atender o que dispõe o art. 113, parágrafo único, da lei nº 6.815/80.

IZAURA MARIA SOARES MIRANDA

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS DA CHEFE

A Chefe da Divisão de Nacionalidade e Naturalização, do Departamento de Estrangeiros, da Secretaria Nacional de Justiça, no uso das suas atribuições legais, com fulcro no Art. 1º, da Portaria nº 01, de 02 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 10 de maio de 2011, resolve:

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional francês ERWAN PLOUGUERNÉ, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome de seus genitores constante no seu registro, passando de JEAN PIERRE PLOUGUERNÈ para JEAN PIERRE ANDRÉ PLOUGUERNÉ e de YUANNE PLOUGUERNÉ para YVONNE BILLANT.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional boliviana SONIA BEATRIZ ARNEZ CASSIS, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome de seus genitores constante no seu registro, passando de MARIO ARNE para MARIO ARNEZ SILES e de VILMA CASS para VILMA CASSIS DE ARNEZ.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional boliviana MARIA ELVA FRANCO DE VACA, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome de seus genitores constante no seu registro, passando de GUSTAVO FRANCO TARABILLO para GUSTAVO FRANCO TARAVILLO e de PIEDADES CAMPOS DE FRANCO para PIEDADES CAMPOS MENDOSA.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional paraguaia FRANCISCA ANTONIA MACHUCA AGUILERA, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome de sua genitora constante no seu registro, passando de SARA EUGENIA MACHUCA para SARA EUGENIA AGUILERA.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional cubana ROSENDA VALDES ARENCIBIA, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome de seus genitores constante no seu registro, passando de AMPARO GERARDO para AMPARO GERARDO VALDÉS GONZÁLEZ e de NILDA para NILDA ARENCIBIA CAMACHO.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional francês FABRICE DANIEL CHRISTIAN LENUD, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome de seus genitores constante no seu registro, passando de CLAUDE LENUD para CLAUDE MICHEL LENUD e de GENEVIEVE GUITTARD para GENEVIÈVE CHRISTIANE GUITTARD.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional peruano ADOLFO ROBERTO ALARCON PIZZORNO, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome de seus genitores constante no seu registro, passando de CARLOS B ALARCON RODRIGUEZ para CARLOS BENJAMIN ALARCON RODRIGUEZ e de ROSA BETTY PIZZORNO DE ALARCON para ROSA BETTY PIZZORNO CHAVEZ DE ALARCON.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional francês FRANCOIS BERNARD LAURENT, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome de sua genitora constante no seu registro, passando de HUGUETTE ANDRAC para HUGUETTE SIMONE YVETTE ANDRAC.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional chinesa CHIN YU YIN, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome de sua genitora constante no seu registro, passando de CHING LIU CHI PEN para CHING LIU CHI FEN.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional uruguaia ROSA DANIA MENDIONDO CARDOZO, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome de seu genitor constante no seu registro, passando de ROSIBEL MENDIONDO para ROCIBEL MENDIONDO GONZALEZ

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional peruana ISABEL DEL CARMEN BARBA BALMACEDA, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado seu nome constante no seu registro, passando de ISABEL DEL CARMEN BARBA BALMACEDA para YSABEL DEL CARMEN BARBA BALMACEDA.

A Chefe da Divisão de Nacionalidade e Naturalização, do Departamento de Estrangeiros, da Secretaria Nacional de Justiça, resolve:

Cancelar o Certificado de Naturalização Extraordinária nº 002799, instituído por meio da Portaria DEEST nº 01, de 16 de maio de 2005, tendo em vista o extravio do mesmo.

ROBERTA CHAVES OLIVEIRA

No uso das atribuições a mim conferidas pela Portaria 02, de 23 de janeiro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2007, decido:

Tendo em vista que o naturalizando contraria as condições dispostas no inciso VI da Lei nº 6.815/80, determino o arquivamento do processo de Naturalização Ordinária, formulado por PUVANASINGAM MOHANARAJ, processo n.º 08797.000665/2009-52, nos termos do art. 118, parágrafo único, da citada Lei.

Tendo em vista que a naturalizanda não foi localizada no endereço declarado nos autos, determino o arquivamento do processo de Naturalização Ordinária, formulado por DOMINIQUE MARGUE-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RITE MARIE ROSE VAL PUEYO, processo n.º 08505.009929/2009-71, nos termos do art. 118, parágrafo único da Lei 6.815/80.

Tendo em vista que os naturalizandos contrariam as condições dispostas no inciso IV da Lei nº 6.815/80, determino o arquivamento dos processos de Naturalização Ordinária abaixo indicados, nos termos do art. 118, parágrafo único, da citada Lei.

PROCESSO N.º 08505.007627/2010-01 - MARY PEREZ BARBEHITO

PROCESSO N.º 08505.059610/2010-21 - MOHAMAD DUSUKY

PROCESSO N.º 08505.055539/2010-15 - ABDULLAH ISMAIL ZAWIT

PROCESSO N.º 08280.010557/2010-41 - MUTTIAH RAJKUMAR

PROCESSO N.º 08505.040594/2010-01 - MOUNIRA AHMAD KADDOURA

PROCESSO N.º 08505.007062/2010-53 - WU LINGGAI

PROCESSO N.º 08505.068443/2009-75 - HATEM AHMED RASHED MOHAMED

PROCESSO N.º 08495.004652/2010-91 - OUIDYANE ZEROUKI

PROCESSO N.º 08485.003221/2010-26 - MARIA RUBY MORENO SIERRA

PROCESSO N.º 08505.059588/2010-19 - HYUK JIN JEONG

Tendo em vista que os naturalizandos contrariam as condições dispostas no inciso III da Lei nº 6.815/80, determino o arquivamento dos processos de Naturalização Ordinária abaixo indicados, nos termos do art. 118, parágrafo único, da citada Lei.

PROCESSO N.º 08505.031917/2009-23 - AL HUSAM JUHANI

PROCESSO N.º 08505.068987/2009-37 - EDUARDO PEREZ

Tendo em vista que a naturalizanda contraria as condições dispostas no inciso V da Lei nº 6.815/80, determino o arquivamento do processo de Naturalização Ordinária, formulado por MIRVAT FAHED CHARAF ELDINE, processo n.º 08389.002972/2011-02, nos termos do art. 118, parágrafo único, da citada Lei.

Tendo em vista a falta de cumprimento de exigências formuladas por esta Divisão, o que denota falta de interesse de agir dos naturalizandos, determino o arquivamento dos processos de Naturalização Ordinária abaixo indicados, nos termos do art. 118, parágrafo único, da Lei nº 6.815/80 c/c art. 40 da Lei nº 9.784/99.

PROCESSO N.º 08375.001971/2010-19 - GILLES PHILIPPE DENIS KOFFMANN

PROCESSO N.º 08240.010747/2007-30 - JOSE LUIS GARCIA VELASQUEZ

PROCESSO N.º 08286.000861/2009-97 - JACQUELINE SERRANO ENCISO

PROCESSO N.º 08286.000108/2009-00 - ANDRE SIMONEAU

PROCESSO N.º 08461.000701/2003-84 - JOSEPH ACKON

PROCESSO N.º 08389.027297/2005-78 - SABAH NEMR FAHS

PROCESSO N.º 08387.001910/2008-90 - XIHONA MERCEDES HERRERA FUENTES

PROCESSO N.º 08280.010932/2010-53 - EMILIO BELTRAMI

PROCESSO N.º 08339.001428/2006-63 - DAYLY VANESSA MONTANIA WINCKLER

PROCESSO N.º 08505.044676/2008-00 - TONI RAMEZ ABDO

PROCESSO N.º 08240.000145/2009-36 - BORIS GENARO GAIBOR LEON

Tendo em vista que o naturalizando contraria as condições dispostas no inciso II da Lei nº 6.815/80, determino o arquivamento do processo de Naturalização Ordinária, formulado por NUNO ALEXANDRE ANDRADE DE CARVALHO, processo n.º 08280.025402/2011-91, nos termos do art. 118, parágrafo único, da citada Lei.

Tendo em vista que os naturalizandos contrariam as condições dispostas no artigo 102 da Lei nº 6.815/80 e artigo 81, do Decreto nº 86.715/81, determino o arquivamento dos processos de Naturalização Ordinária abaixo indicados, nos termos do art. 118, parágrafo único, da citada Lei.

PROCESSO N.º 08505.064094/2007-51 - LIU LI MEI

PROCESSO N.º 08505.025156/2009-71 - TATJANA MAKSIMOVIC

PROCESSO N.º 08505.056909/2006-47 - HANADI HUSSEIN EL HAGE

JOÃO BÔSCO DE SOUZA
Substituto

DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, do(s) temporário(s) item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.000458/2011-31 - Kyung Yong Min, até 09/06/2013

Processo Nº 08000.000765/2011-12 - Michael Noel Toland, até 19/02/2013

Processo Nº 08000.001590/2011-61 - Endre Ivarrud, Kristin Stubraaten e Olav Stubbraaten Ivarrud, até 06/03/2013

Processo Nº 08000.001695/2011-10 - Fanny Soares da Silva, até 04/04/2013

Processo Nº 08000.001707/2011-14 - Sjoerd Marius Daniel Slinger, até 25/06/2013

Processo Nº 08000.002633/2011-25 - Paulpandi Parthiban, até 17/03/2013

Processo Nº 08000.002642/2011-16 - Yutaka Sekino, até 19/05/2013

Processo Nº 08000.003157/2011-60 - Slawomir Andrzej Woznica, até 06/03/2013

Processo Nº 08000.003165/2011-14 - John Duffy, até 06/03/2013

Processo Nº 08000.003691/2011-76 - Zdzislaw Zbigniew Waz, até 15/05/2013

Processo Nº 08000.003744/2011-59 - Andrzej Jozef Piotrowski, até 09/06/2012

Processo Nº 08000.004488/2011-17 - Slobodan Milinkovic, até 13/08/2013

Processo Nº 08000.004490/2011-96 - Milivoj Rubinic, até 21/10/2013

Processo Nº 08000.004491/2011-31 - Catalin Marian Toader, até 11/09/2013

Processo Nº 08000.004622/2011-80 - Zeljko Racan, até 26/10/2013

Processo Nº 08000.004633/2011-60 - Andry Kulachnsky, até 16/10/2013

Processo Nº 08000.004782/2011-29 - Claudiu Barbu, até 19/02/2012

Processo Nº 08000.019248/2010-36 - Edmund Wilfred Frank, até 10/01/2013

Processo Nº 08000.020585/2010-76 - Krzysztof Henryk Trociewicz, até 08/04/2012

Processo Nº 08018.009593/2009-39 - Avinash Shetty, até 15/07/2011.

DEFIRO os Pedidos de Transformação de Visto temporário item V em Permanente, abaixo relacionados:

Processo Nº 08460.053045/2010-51 - Joaquin Giovanni Diaz Galeano

Processo Nº 08711.002491/2009-65 - Jaime Eduardo Lopez Davila.

DEFIRO o Pedido de Permanência, nos termos do art. 75,II, b, da Lei 6.815/80, salientando, todavia, que verificado a qualquer momento o abandono da prole o ato poderá ser revisto. Processo Nº 08389.000627/2006-69 - Douaa Najjar.

Diante da solicitação de cancelamento efetuada pelo representante legal da empresa, determino o ARQUIVAMENTO do(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.002763/2010-87 - Renzo Marcelo Constenla Bravo

Processo Nº 08000.013191/2010-61 - Eric Nejana Fabrigas

Processo Nº 08000.013807/2010-02 - Oleksiy Bugaychuk

Processo Nº 08000.005456/2010-58 - Hyung Hoon Cho e Jung Hye Yum.

Determino o arquivamento do pedido de prorrogação de prazo, por já ter decorrido prazo(s) superior(s) ao da(s) estada(s) solicitada(s). Processo Nº 08495.003764/2008-18 - Claudio Tomas Keilbach.

Considerando a natureza da estada do estrangeiro no país, cujo visto foi concedido ao amparo do art. 6º da Resolução Normativa nº 61/2004 do CNIg, que impossibilita a prorrogação do prazo de estada no território nacional, tendo em vista a estipulação de prazo certo e determinado para o fim a que se destina, INDEFIRO os pedidos abaixo formulados:

Processo N° 08000.003629/2011-84 - Surya Kumar Ramachandran

Processo N° 08000.001698/2011-53 - Alexander Titto

Processo N° 08000.007507/2011-67 - Feng Lu

Processo N° 08000.007485/2011-35 - Weiming Qian

Processo N° 08000.007481/2011-57 - Zhenghong Li

Processo N° 08000.007479/2011-88 - Yujun Zhou

Processo N° 08000.007482/2011-00 - Youwu Zhou

Processo N° 08000.002490/2011-51 - John Stuart Cowley

Processo N° 08000.002720/2011-82 - Yunhui Tang

Processo N° 08000.007509/2011-56 - Dingxin Feng

Processo N 08000.007483/2011-46 - Qingping Chen

Processo N° 08000.007484/2011-91 - Weichun Luo

Processo N° 08000.002607/2011-05 - Abraham Tesfaia

Processo N° 08000.007042/2011-44 - Karl Fredrik Andersson

Processo N° 08000.001685/2011-84 - Peter Neumann

Processo N° 08000.003646/2011-11 - Rohit Mathur

Processo N° 08000.003647/2011-66 - Sachin Kumar Manglik.

Processo N° 08000.003528/2011-11 - Norberto Rodrigues Coelho

Processo N° 08000.003645/2011-77 - Rajiv Kumar Sharma..

INDEFIRO o presente pedido, tendo em vista a impossibilidade de nova prorrogação de prazo de estada do estrangeiro no país, nos termos do art. 4º parágrafo único c/c art. 5º, ambos da Resolução Normativa nº 61/2004. Processo N° 08000.003503/2011-18 - Jacques Alphonse Gaudreault.

Tendo em vista que o prazo de estada inicialmente concedida ao estrangeiro expira somente em 16/01/2012, INDEFEIRO o pedido de prorrogação, ante a inexistência de razoabilidade que justifique a medida vindicada. Processo N° 08000.003543/2011-51 - Josko Blajic.

FERNANDA R. SALDANHA DE AZEVEDO

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08083.000247/2011-26 - Carlos Francisco Atahua Ruiz

Processo Nº 08107.000052/2011-61 - Marcio Clemente Gomes da Silva

Processo Nº 08280.019466/2011-52 - Camara Mamadou Bana

Processo Nº 08295.001332/2011-16 - Armindo Jose da Silva Nunes

Processo Nº 08351.000684/2011-32 - Joaquim Pereira de Araujo

Processo Nº 08351.000724/2011-46 - Kari Ann Harris Oliveira

Processo Nº 08352.000187/2010-43 - Antonio Jose Martins

Processo Nº 08354.001874/2010-66 - Teresa Leiva

Processo Nº 08461.006070/2010-36 - Lorena Sanchez Ferreyro de Andrade

Processo Nº 08505.002082/2011-19 - Geun Young Choi

Processo Nº 08505.002096/2010-51 - Jose Gregorio Lourenço Teixeira

Processo Nº 08505.002129/2011-44 - Armando Marcelino Ayala Artiaga, Franco Armando Ayala Ccollcca e Ruth Mary Ccollcca Tello

Processo Nº 08505.004960/2011-31 - Roberto Fidel Valda Chanez

Processo Nº 08505.006428/2011-58 - Alvaro Eulogio Reyes Ascon

Processo Nº 08505.006499/2011-51 - Christoph Jochen Ferdi Larbig

Processo Nº 08505.006525/2011-41 - Inyoung Park

Processo Nº 08505.006621/2011-99 - Galo Chambi Apaza e Maribel Choque Calle

Processo Nº 08505.009811/2010-87 - Flor Lisseth Takamura Contreras

Processo Nº 08505.027574/2010-36 - Xiuchun Rao e Lingfen Ye

Processo Nº 08505.030205/2010-21 - Luis Filipe Varela Pereira

Processo Nº 08505.041633/2010-89 - Domingos Blese Pedro

Processo Nº 08505.047162/2010-12 - Alejandro Daniel Perez Ferreira

Processo Nº 08505.054030/2010-47 - Wangwang Ren e Lianfen Wu

Processo Nº 08505.072827/2010-26 - Leandro Ricardo Sebastião

Processo Nº 08532.000765/2011-12 - Gilda Deleon Amarilla.

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência por reunião familiar, amparados pela Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração c/c a Portaria MJ nº 606/91, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08280.005532/2011-15 - Ayobami Joshua Ojoibukun

Processo Nº 08286.001717/2010-10 - Charmaine Lee Lian ying

Processo Nº 08295.001299/2011-24 - Diana Morales Guerrero, Amanda Morales Guerrero e Paola Morales Guerrero

Processo Nº 08310.003247/2011-57 - Julio Ledesma Morejon e Mirna Avendano Martinez

Processo Nº 08494.000791/2011-36 - Irma Rebeca Amado de Diaz

Processo Nº 08505.005101/2011-69 - Lingwen Wu

Processo Nº 08505.005137/2011-42 - Luis Eduardo Hernandez Mediavilla

Processo Nº 08505.027465/2010-19 - Antonio Antunes e Laurinda Pinto Nunes

Processo Nº 08505.030247/2010-61 - Wang Hsiang Chen e Chen Li Hua

Processo Nº 08505.035381/2010-59 - Xiaoming Liu e Zhuying Ye

Processo Nº 08505.037560/2010-21 - Modesta Cresencia Lopez Tonanez

Processo Nº 08505.042609/2010-67 - Tomas Ruiz Esquide

Processo Nº 08505.054005/2010-63 - Rosa Margarita Villamizar Villamizar

Processo Nº 08505.059127/2010-46 - Florencia Concepcion Gimeno Recaj

Processo Nº 08505.067738/2010-68 - Aizhen Chen.

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08295.001447/2011-19 - Carlos Alberto Felicia Botelho

Processo Nº 08387.000588/2010-04 - Vasileios Vasileiadis

Processo Nº 08461.006969/2009-15 - Olena Sergiyvna Milanich de Assis

Processo Nº 08501.022011/2010-91 - Christiaan Arthur Zachariel Moora

Processo N° 08505.042546/2010-49 - Juan Carlos Alfonso Pacheco.

Nos termos do Parecer CJ nº 066/85, constante do Processo MJ n º 021339/83, determino a REPUBLICAÇÃO do despacho deferitório, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Processo Nº 08505.070268/2009-86 - Daniel Layton Allred

Processo Nº 08507.002282/2010-71 - Arnold Matthew Snider.

Defiro o presente pedido de permanência definitiva formulado pelos nacionais chineses, Chun Lin e Aifang Wu, com fundamento no art. 2°, I, da Resolução Normativa nº 36/99 c/c 75, II, b, da Lei nº 6.815/80, e por medida extensiva a sua filha menor, também

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

chinesa, Mengyao Lian; com base no art. 2º, I, da Resolução Normativa nº 36/99, por questão de economia processual.Processo N° 08505.063563/2010-10 - Chun Lin, Aifang Wu e Mengyao Lian.

Defiro o presente pedido de permanência definitiva formulado pelos nacionais norte americanos, Crystal Jo Rocha, com fundamento no art. 2°, I, da Resolução Normativa nº 36/99 c/c 75, II, b, da Lei nº 6.815/80, e por medida extensiva a seus filhos menores, também norte americanos, Michael Robert Paradis Jr. e Michaela Marie Paradis; com base no art. 2º, I, da Resolução Normativa nº 36/99, por questão de economia processual. Processo N° 08505.060903/2010-51 - Crystal Jo Rocha, Michael Robert Paradis Jr. e Michaela Marie Paradis.

Defiro o presente pedido de permanência definitiva formulado pelos nacionais angolanos, Nyange Ngamba e Inês Jonatão Sangunji, com fundamento no art. 2°, I, da Resolução Normativa nº 36/99 c/c 75, II, b, da Lei nº 6.815/80, e por medida extensiva a sua filha menor, também angolana, Eliane Ngamba, com base no art. 2º, I, da Resolução Normativa nº 36/99, por questão de economia processual. Processo N° 08506.009679/2010-01 - Nyange Ngamba, Inês Jonatão Sangunji e Eliane Ngamba.

Defiro o presente pedido de permanência definitiva formulado pelos nacionais israelenses, Ariel Yoram Pinchasi e Noga Bondy , com fundamento no art. 2°, I, da Resolução Normativa nº 36/99 c/c 75, II, b, da Lei nº 6.815/80, e por medida extensiva a seu filho menor, também israelense, Liel Bondy, com base no art. 2º, I, da Resolução Normativa nº 36/99, por questão de economia processual. Processo N° 08505.055139/2010-00 - Ariel Yoram Pinchasi, Noga Bondy e Liel Bondy.

Defiro o presente pedido de permanência definitiva formulado pela nacional italiana, Annamaria Madaro, com fundamento no art. 2°, I, da Resolução Normativa nº 36/99 c/c 75, II, b, da Lei nº 6.815/80, e por medida extensiva a seus filhos menores, também italianos, Sofia Dutto e Gabrielle Dutto, com base no art. 2º, I, da Resolução Normativa nº 36/99, por questão de economia processual. Processo N° 08354.002204/2011-48 - Annamaria Madaro, Sofia Dutto e Gabrielle Dutto.

Defiro o presente pedido de permanência definitiva formulado pelos nacionais mexicanos, Sergio Culebro Teran e Cinthia Guadalupe Gongora Dorantes, com fundamento no art. 2º, I, da Resolução Normativa nº 36/99 c/c 75, II, b, da Lei nº 6.815/80, e por medida extensiva a seus filhos menores, também mexicanos, Raquel Hurtado Gongora e Karen culebro Gongora, com base no art. 2º, I, da Resolução Normativa nº 36/99, por questão de economia processual. Processo N° 08461.007032/2009-67 - Sergio Culebro Teran, Cinthia Guadalupe Gongora Dorantes, Raquel Hurtado Gongora e Karen Culebro Gongora.

Defiro o presente pedido de permanência definitiva formulado pelos nacionais bolivianos, Nilo Justino Mamani Miranda e Claudia Elsa Ramos Acarapi, com fundamento no art. 2°, I, da Resolução Normativa nº 36/99 c/c 75, II, b, da Lei nº 6.815/80, e por medida extensiva a sua filha menor, também boliviana, Daniela Mamani Ramos, com base no art. 2º, I, da Resolução Normativa nº 36/99, por questão de economia processual. Processo N° 08505.003384/2010-23 - Nilo Justino Mamani Miranda, Claudia Elsa Ramos Acarapi e Daniela Mamani Ramos.

Defiro o presente pedido de permanência definitiva formulado pelos nacionais peruanos, Jennifer Clara Machacca Rodriguez e Jesus Edmundo Ruiz Meza, com fundamento no art. 2°, I, da Resolução Normativa nº 36/99 c/c 75, II, b, da Lei nº 6.815/80, e por medida extensiva a sua filha menor, também peruana, Briggitte Thais Ruiz Machacca, com base no art. 2º, I, da Resolução Normativa nº 36/99, por questão de economia processual. Processo N° 08444.002835/2010-77 - Jennifer Clara Machacca Rodriguez, Jesus Edmundo Ruiz Meza e Briggitte Thais Ruiz Machacca.

Defiro o presente pedido de permanência definitiva formulado pela nacional belga, Virginie Marie Ghislaine Maus, com fundamento no art. 2°, I, da Resolução Normativa nº 36/99 c/c 75, II, b, da Lei nº 6.815/80, e por medida extensiva a seus filhos menores, também belgas, Marie Luana Zarate Chabluk, Kalen Axel Mateo Zarate Chabluk e Mailen Marie Leonor Zarate Chabluk, com base no art. 2º, I, da Resolução Normativa nº 36/99, por questão de economia processual. Processo N° 08461.001719/2011-11 - Virginie Marie Ghislaine Maus, Marie Luana Zarate Chabluk, Kalen Axel Mateo Zarate Chabluk e Mailen Marie Leonor Zarate Chabluk.

Defiro o presente pedido de permanência definitiva formulado pelos nacionais franceses, Thomas Gabriel Wavelet e Anne Senechal Wavelet, com fundamento no art. 2°, I, da Resolução Normativa nº 36/99 c/c 75, II, b, da Lei nº 6.815/80, e por medida extensiva a seu filho menor, também francês, Gabriel Ulysse Wavelet, com base no art. 2º, I, da Resolução Normativa nº 36/99, por questão de economia processual. Processo N° 08505.068566/2010-40 - Thomas Gabriel Wavelet, Anne Senechal Wavelet e Gabriel Ulysse Wavelet.

Defiro o presente pedido de permanência definitiva formulado pelos nacionais franceses, Frederic Jean Pierre Maury e Gabriela Diana Sarrelli de Maury, com fundamento no art. 2°, I, da Resolução Normativa nº 36/99 c/c 75, II, b, da Lei nº 6.815/80, e por medida extensiva a sua filha menor, também francesa, Sofia Marie Lucie Maury Sarrelli, com base no art. 2º, I, da Resolução Normativa nº 36/99, por questão de economia processual. Processo N° 08505.002130/2011-79 - Frederic Jean Pierre Maury, Gabriela Diana Sarrelli de Maury e Sofia Marie Lucie Maury Sarrelli.

Defiro o presente pedido de permanência definitiva formulado pelos nacionais portugueses Marco Duarte Rizzolio e Monica dos Santos Coteriano, com fundamento no art. 2°, I, da Resolução Normativa nº 36/99 c/c 75, II, b, da Lei nº 6.815/80, e por medida extensiva a sua filha menor, também portuguesa, Nina Lee CoterianoRizzolio, com base no art. 2º, I, da Resolução Normativa nº 36/99, por questão de economia processual. Processo N° 08505.068489/2010-28 - Marco Duarte Rizzolio, Monica dos Santos Coteriano e Nina Lee CoterianoRizzolio.

Defiro o presente pedido de permanência definitiva formulado pelos nacionais japoneses Kengo Yagi e Sanchiko Yagi, com fundamento no art. 2°, I, da Resolução Normativa nº 36/99 c/c 75, II, b, da Lei nº 6.815/80, e por medida extensiva a sua filha menor, também japonesa, Sayaka Yagi, com base no art. 2º, I, da Resolução Normativa nº 36/99, por questão de economia processual. Processo N° 08505.041540/2010-54 - Kengo Yagi, Sanchiko Yagi e Sayaka Yagi.

Defiro o presente pedido de permanência definitiva formulado pelos nacionais bolivianos Manuel Danilo Carrillo Zenteno e Fátima Lourdes Morales Intriago, com fundamento no art. 2°, I, da Resolução Normativa nº 36/99 c/c 75, II, b, da Lei nº 6.815/80, e por medida extensiva a seus filhos menores também bolivianos, Carlos Alejandro Carrillo Morales e Manuel Antonio Carrillo Morales, com base no art. 2º, I, da Resolução Normativa nº 36/99, por questão de economia processual. Processo N° 08352.002671/2010-15 - Manuel Danilo Carrillo Zenteno, Fátima Lourdes Morales Intriago, Carlos Alejandro Carrillo Morales e Manuel Antonio Carrillo Morales.

Defiro o presente pedido de permanência definitiva formulado pelos nacionais bolivianos Zenobio Asturizaga Flores e Mariela Alejandra Flores Losa, com fundamento no art. 2°, I, da Resolução Normativa nº 36/99 c/c 75, II, b, da Lei nº 6.815/80, e por medida extensiva a seus filhos menores também bolivianos, Vanessa Lisbeth Asturizaga Florese e Pedro Luis Asturizaga Flores, com base no art. 2º, I, da Resolução Normativa nº 36/99, por questão de economia processual. Processo N° 08505.072943/2010-45 - Zenobio Asturizaga Flores, Mariela Alejandra Flores Losa, Vanessa Lisbeth Asturizaga Florese e Pedro Luis Asturizaga Flores.

Defiro o presente pedido de permanência definitiva formulado pelos nacionais palestinos, Issam Mohammad Al. Jabali e Rana Issam Mohammad Aljabali, com fundamento no art. 2°, I, da Resolução Normativa nº 36/99 c/c 75, II, b, da Lei nº 6.815/80, e por medida extensiva a seus filhos menores, também palestinos, Haytmam Issam Mohammad Aljabali; Mahrousa Issam Mohammad Aljabali e Diana Issam Mohammad Aljabali.; com base no art. 2º, I, da Resolução Normativa nº 36/99, por questão de economia processual. Processo N° 08444.002301/2010-41 - Issam Mohammad Al. Jabali , Rana Issam Mohammad Aljabali, Haytmam Issam Mohammad Aljabali, Mahrousa Issam Mohammad Aljabali e Diana Issam Mohammad Aljabali.

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no DOU de 13/10/2010, página 18, para conceder a permanência nos termos do art. 2º, IV, da Resolução Normativa nº 36/99 c/c o art. 75, item II - alínea, a da Lei 6.815/80. Processo Nº 08212.004597/2010-68 - Jorge Lusar Chacon.

Determino o arquivamento do pedido de permanência, diante da solicitação da parte interessada. Processo Nº 08212.004576/2009-17 - Marcela Botero Medina.

INDEFIRO o pedido de republicação, tendo em vista a inobservância do prazo à que alude o art. 2º, da Portaria nº 3 de 5 de fevereiro de 2009 da SNJ. Processo N° 08501.011736/2010-54 - Mondlane do Nascimento da Silva Joaquim.

INDEFIRO os pedidos de permanência, abaixo relacionados, tendo em vista, que os estrangeiros não foram localizados no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo.

Processo Nº 08102.002003/2011-11 - Paolo Mori

Processo Nº 08458.002259/2007-11 - Mario Holze

Processo Nº 08461.006949/2009-44 - Joaquim Manuel dos Santos Saiote.

INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista que o estrangeiro encontra-se fora do país. Processo Nº 08270.015420/2008-88 - Valentina Severini.

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fls 07 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, indefiro o pedido formulado pelo nacional chinesa, Youyu Xia, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99. Processo N° 08455.094101/2009-43 - Youyu Xia.

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fls 23 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, indefiro o pedido formulado pelo nacional chinesa, Qisheng Wang, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99. Processo N° 08260.001094/2010-65 - Qisheng Wang.

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fls 14 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, indefiro o pedido formulado pelo nacional peruana, Jhony Martin Cordova Rodriguez, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99. Processo N° 08240.024152/2009-23 - Jhony Martin Cordova Rodriguez.

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fls 20 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, indefiro o pedido formulado pelo nacional francesa, Stephane Guy Henry Diratz, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99. Processo N° 08260.005096/2010-23 - Stephane Guy Henry Diratz.

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fls 16 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, indefiro o pedido formulado pelo nacional nigeriana, Anthony Ugochukwu Anekwe, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99. Processo N° 08280.024504/2009-74 - Anthony Ugochukwu Anekwe.

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fls 09 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, indefiro o pedido formulado pelo nacional argentina, Leila Elisabet Yovanovich, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99. Processo N° 08353.009947/2009-34 - Leila Elisabet Yovanovich.

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fls 18 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, indefiro o pedido formulado pelo nacional libanes, Jaafar Balhas, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99. Processo N° 08389.032264/2009-73 - Jaafar Balhas.

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fls 10 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, indefiro o pedido formulado pelo nacional chinesa, Wu Yun Zhi, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99. Processo N° 08455.094072/2009-10 - Wu Yun Zhi.

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fls 24 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, indefiro o pedido formulado pelo nacional chinesa, Jiedi Jiang, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99. Processo N° 08461.007524/2009-52 - Jiedi Jiang.

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fls 07 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, indefiro o pedido formulado pelo nacional espanhol, Juan Jose Mendez Llagas, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99. Processo N° 08504.019378/2009-64 - Juan Jose Mendez Llagas.

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fls 12 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, indefiro o pedido formulado pelo nacional chines, Liangwei Zhong, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99. Processo N° 08505.085554/2009-46 - Liangwei Zhong.

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fls 30 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, indefiro o pedido formulado pelo nacional mali, Moussa Kone, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99. Processo N° 08505.086357/2009-44 - Moussa Kone.

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fls 35 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, indefiro o pedido formulado pelo nacional coreana, Wanseok Kim, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99. Processo N° 08505.092574/2009-73 - Wanseok Kim.

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fls 10 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, indefiro o pedido formulado pelo nacional boliviano, Jonathan Arevalo Rosas, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99. Processo N° 08505.096226/2009-75 - Jonathan Arevalo Rosas.

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fls 10 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, indefiro o pedido formulado pelo nacional boliviano, Jose Luis Mamani Callisaya, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99. Processo N° 08505.098757/2009-01 - Jose Luis Mamani Callisaya.

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fls 11 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, indefiro o pedido formulado pelo nacional boliviano, Eufronia Quispe Coaquira, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99. Processo N° 08505.098767/2009-38 - Eufronia Quispe Coaquira.

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fls 14 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, indefiro o pedido formulado pelo nacional chinesa, Jinbao Jin, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99. Processo N° 08505.098845/2009-02 - Jinbao Jin.

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fls 22 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, indefiro o pedido formulado pelo nacional sul-africana, Lurdes Jorge Macaime, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99. Processo N° 08505.099157/2009-51 - Lurdes Jorge Macaime.

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fls 15 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, indefiro o pedido formulado pelo nacional boliviana, Max Odon Ramos Conde, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99. Processo N° 08505.099416/2009-44 - Max Odon Ramos Conde.

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fls 25 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, indefiro o pedido formulado pelo nacional chinesa, Wenqiang Fu, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99. Processo N° 08505.099973/2009-65 - Wenqiang Fu.

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fls 15 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, indefiro o pedido formulado pelo nacional boliviana, Eugenio Oscar Mayta Quispe, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99. Processo N° 08505.101748/2009-04 - Eugenio Oscar Mayta Quispe.

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fls 09 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, indefiro o pedido formulado pelo nacional paraguaia, Araceli Yolanda Benitez, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99. Processo N° 08505.101937/2009-79 - Araceli Yolanda Benitez.

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fls 09 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, indefiro o pedido formulado pelo nacional bangladeshi, Chowdhury Harun, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99. Processo N° 08505.101939/2009-68 - Chowdhury Harun.

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fls 11 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, indefiro o pedido formulado pelo nacional chinesa, Chuhong Luo, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99. Processo N° 08709.005851/2009-20 - Chuhong Luo.

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fls 16 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, indefiro o pedido formulado pelo nacional chinesa, Jianquan Liu, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99. Processo N° 08709.013625/2009-12 - Jianquan Liu.

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fls 33 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, indefiro o pedido formulado pelo nacional peruana, Luis Miguel Velasquez Terry, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99. Processo N° 08709.016173/2010-64 - Luis Miguel Velasquez Terry.

FERNANDO LOPES DA FONSECA
p/Delegação de Competência

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionados:

Processo Nº 08460.053042/2010-18 - Dinamene Lourdes Esteves Julio, até 02/03/2012

Processo Nº 08707.002142/2011-27 - Holegário Albino Freitas da Luz Baptista, até 24/04/2012

Processo Nº 08707.002769/2011-88 - Maria Elena Echarte Viamontes, até 01/03/2012

Processo Nº 08707.014630/2010-04 - Daniel Angelo Mendes Tavares Zego, até 02/03/2012.

DEFIRO o pedido de republicação solicitado pelo interessado (fls. 34) nos autos, para prorrogação do prazo de estada até: 23/03/2012. Processo N° 08501.023543/2010-46 - Mario Wilson da Silva Neto.

Determino o ARQUIVAMENTO dos pedidos de prorrogação de prazo, abaixo relacionados, considerando que o(as) interessado(as) não foram localizado(as) no endereço indicado, restando prejudicada a instrução dos autos.

Processo n° 08000.000863/2011-50 - Platini Kukembila Ngonsi

Processo N° 08460.004372/2011-61 - Aline Taype de Carvalho.

FÁBIO GONSALVES FERREIRA
p/Delegação de Competência

RETIFICAÇÕES

No Diário Oficial da União de 23/02/2011, Seção 1, pág. 22, Onde se lê: INDEFIRO o(s) pedido(s) de permanência, abaixo relacionado(s), tendo em vista, que o(s) estrangeiro(s) não preenche(m) os requisitos da Resolução Normativa No- 36/99 do Conselho Nacional de Imigração.

Processo No- 08125.001605/2010-01 - Paula de Fatima Correira Sequeira

Leia-se: INDEFIRO o(s) pedido(s) de permanência, abaixo relacionado(s), tendo em vista, que o(s) estrangeiro(s) não preenche(m) os requisitos da Resolução Normativa No- 36/99 do Conselho Nacional de Imigração.

Processo No- 08125.001605/2010-01 - Paula de Fatima Correira Sequeira e Quevin Queli Sequeira Lamdasni.

No Diário Oficial da União de 26/05/2011, Seção 1, pág. 61, Onde se lê: DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, do(s) temporário(s) item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.015110/2010-68 - Vittalii Reshetnikov, até 16/08/2011

Leia-se: DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, do(s) temporário(s) item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.015110/2010-68 - Vitalii Reshetnikov, até 16/08/2011.

No Diário Oficial da União de 17/05/2011, Seção 1, pág. 76, Onde se lê: DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, do(s) temporário(s) item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.000247/2011-07 - Fraser James Thomson Coyle, até 17/06/2012

Leia-se: DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, do(s) temporário(s) item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.000247/2011-07 - Fraser James Thomson, até 17/06/2012.

Ministério da Pesca e Aquicultura

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 2, DE 9 DE JUNHO DE 2011

As MINISTRAS DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA e DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no Decreto nº 6.981, de 13 de outubro de 2009, e na Portaria Interministerial nº 2, de 14 de setembro de 2010, dos Ministérios do Meio Ambiente e da Pesca e Aquicultura, resolvem:

Art. 1º Prorrogar por 40 (quarenta) dias, a contar da data de publicação desta Portaria Interministerial, o prazo de apresentação do relatório final dos trabalhos do Grupo Técnico de Trabalho-GTT Emalhe, estabelecido no art. 6º da Portaria Interministerial nº 2, de 14 de setembro de 2010, dos Ministérios do Meio Ambiente e da Pesca e Aquicultura, publicada no Diário Oficial da União de 15 de setembro de 2010, Seção 1, página 63.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IDELI SALVATTI
Ministra de Estado da Pesca e Aquicultura

IZABELA TEIXEIRA
Ministra de Estado do Meio Ambiente

Ministério da Previdência Social

CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

PROVIMENTO CRPS/GP/Nº 176, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Redistribuir processos administrativos de benefícios no âmbito do Conselho de Recursos da Previdência Social.

A PRESIDENTE SUBSTITUTA DO CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - CRPS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 11, incisos I e XVII do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MPS/GM nº 323, de 27 de agosto de 2007; e

Considerando a necessidade de adequar o quantitativo de processos em tramitação no âmbito do Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS;

Considerando o grande volume de recursos interpostos pelos segurados e beneficiários, nos processos administrativos de benefício, no Estado de São Paulo;

Considerando os entendimentos mantidos com os Presidentes das Juntas de Recursos e com os dirigentes da Coordenação Geral de Logística do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, RESOLVE,

Art. 1º - Redistribuir 2.000 (dois mil) processos administrativos de benefícios existentes na 13ª Junta de Recursos de São Paulo, para a 6ª Junta de Recursos instalada em Goiânia/GO.

Art. 2º - Os embargos ou pedidos de esclarecimentos formulados pelas partes serão examinados pelo órgão julgador que proferiu a decisão.

Art. 3º - As Juntas de Recursos, após o julgamento, devolverão os processos diretamente às unidades de origem, por meio do Serviço de Protocolo do INSS, nos termos do art. 72 da Portaria/MPS/GM/ nº 323, de 27 de agosto de 2007.

Art. 4º - Os Presidentes e Chefes de Secretarias das respectivas Juntas de Recursos adotarão as providências necessárias para efetivação desta medida.

Art. 5º - A Coordenação de Gestão Técnica e a Divisão de Assuntos Administrativos do CRPS acompanharão as providências recomendadas neste Provimento.

Art. 6º - Este provimento entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CASSIANA FONSECA COSTA MARQUES

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIA Nº 285, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alíneas "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 302235/79, sob o comando nº 345120348 e juntada nº 346609872, resolve:

Art. 1º Aprovar do 2º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão da Patrocinadora ASSOCIAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING ao Plano de Aposentadoria AESPM - CNPB nº 1997.0009-38, administrado pela entidade HSBC Fundo de Pensão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.345, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Certifica 5 (cinco) unidades hospitalares como Hospital de Ensino.

OS MINISTROS DE ESTADO DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria Interministerial nº 2.400/GM/MS, de 2 de outubro de 2007, que estabelece os critérios obrigatórios para a certificação como Hospitais de Ensino das instituições hospitalares que servirem de campo para a prática de atividades curriculares na área da saúde, sejam Hospitais Gerais e, ou Especializados, vinculados a Instituição de Ensino Superior, pública ou privada, ou, ainda, formalmente conveniados com Instituição de Ensino Superior; e

Considerando a Portaria Interministerial nº 2.916/GM/MS, de 21 de setembro de 2010, que constitui a Comissão de Certificação dos Hospitais de Ensino e o Grupo de Técnicos Certificadores, resolvem:

Art. 1º Certificar, como Hospital de Ensino, as unidades hospitalares descritas a seguir:

UF	MUNICÍPIO	HOSPITAL	CNPJ	CNES
PR	Curitiba	Hospital de Clínicas - UFPR	75.095.679/0002-20	2384299
RS	Passo Fundo	Hospital São Vicente de Paulo	92.021.062/0001-06	2246988
SP	Botucatu	Hospital das Clínicas/ Faculdade de Medicina de Botucatu	48.031-918/0019-53	2748223
SP	Bragança Paulista	Hospital São Francisco de Assis - Casa Nossa Senhora da Paz	33.495.870/0001-38	2704900
SP	São Paulo	Hospital do Rim e Hipertensão	52.803.319/0001-59	2089785

Art. 2º A certificação de que trata este ato terá a validade de 2 (dois) anos, a contar da data de publicação desta Portaria, podendo ser revista a qualquer tempo se assim se justificar, conforme parágrafo 3º, art. 4º, da Portaria Interministerial nº 2.400/MEC/MS, de 2 de outubro de 2007.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA
Ministro de Estado da Saúde

FERNANDO HADDAD
Ministro de Estado da Educação

PORTARIA Nº 1.342, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Prorroga o prazo estabelecido no art. 4º da Portaria nº 3.995/GM/MS, de 16 de dezembro de 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Prorrogar por mais 180 (cento e oitenta) dias, o prazo estabelecido no art. 4º da Portaria nº 3.995/GM/MS, de 16 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 241, de 17 de dezembro de 2010, Seção 1, página 105, que Institui o Grupo de Trabalho para elaboração de estudo de viabilidade técnica, de impacto financeiro e planejamento da substituição dos materiais perfurocortantes por outros com dispositivo de segurança conforme a Portaria MTE nº 939, de 18 de novembro de 2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.343, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Altera a Portaria nº 495/GM/MS, de 10 de março de 2006, que determina a reestruturação da Rede Interagencial de Informações para a Saúde (RIPSA).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º O artigo 6º da Portaria nº 495/GM/MS, de 10 de março de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º Fica o Secretário de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde incumbido da Coordenação-Geral dos trabalhos da Rede e de implementar as medidas necessárias ao integral cumprimento das disposições desta Portaria.

Parágrafo único. O Secretário de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde designará uma equipe de trabalho para atuar como Secretaria Técnica da RIPSA, em apoio à implementação das atividades previstas no planejamento operacional dos produtos a serem acordados." (NR)

Art. 2º O artigo 2º da Portaria nº 495/GM/MS, de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

"Art. 2º .....

.....

IV - instâncias representativas das esferas de gestão estadual e municipal do Sistema Único de Saúde". (NR)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

ARESTO Nº 100, DE 6 DE JUNHO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em sessão realizada em 17 de Janeiro de 2011, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no §1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, por unanimidade, negar provimento ao recurso a seguir especificado, conforme relação anexa, determinando a extinção do recurso, com julgamento do mérito, mantendo os termos da decisão recorrida.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO
Diretor-Presidente

ANEXO

Empresa: OLYMPUS OPTICAL DO BRASIL LTDA
CNPJ: 04.937.243/0001-01
Número dos Processos:
25351.467547/2010-97
25351.467547/2010-97
25351.467400/2010-11
25351.467441/2010-18
25351.467472/2010-09
25351.467483/2010-43
25351.467503/2010-10
25351.467511/2010-77
25351.467522/2010-18
25351.467540/2010-00
25351.467395/2010-15
25351.467559/2010-67

ARESTO Nº 101, DE 6 DE JUNHO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em sessão realizada em 22 de Fevereiro de 2011, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no §1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, por unanimidade, negar provimento ao recurso a seguir especificado, conforme relação anexa, determinando a extinção do recurso, com julgamento do mérito, mantendo os termos da decisão recorrida.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO
Diretor-Presidente

ANEXO

Empresa: LABEST DIAGNOSTICA S/A
CNPJ: 16.516.296/0001-38
Número do Processo: 25351.163507/2008-80
Expediente: 207388/08-9

ARESTO Nº 103, DE 6 DE JUNHO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em sessão realizada em 26 de maio de 2011, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no §1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, por unanimidade, DAR PROVIMENTO aos recursos a seguir especificados, conforme relação anexa, para modificar totalmente os termos da decisão recorrida e determinar retorno para área competente para prosseguimento da análise.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO
Diretor-Presidente

ANEXO

Empresa: IMPLANFIX MATERIAIS CIRÚRGICOS LTDA
CNPJ: 07.821.724/0001-45
Processo nº: 25351.485413/2009-19
Expediente Indeferido nº: 629497/09-9
Expediente do Recurso nº: 905738/09-2
Empresa: BONE SURGICAL EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA
CNPJ: 04.408.009/0001-97
Processo nº: 25351.159086/2009-71
Expediente Indeferido nº: 206948/09-2
Expediente do Recurso nº: 611388/10-5
Empresa: BIODINAMICA QUIMICA E FARMACEUTICA LTDA
CNPJ: 84.833.888/0001-33
Processo nº: 25351.583233/2010-05
Expediente Indeferido nº: 769324/10-9
Expediente do Recurso nº: 862518/10-2
Empresa: NOBEL BIOCARE BRASIL LTDA
CNPJ: 01.868.626/0001-87
Processo nº: 25351.010491/2004-80
Expediente Indeferido nº: 119853/09-0
Expediente do Recurso nº: 991485/10-4

ARESTO Nº 104, DE 6 DE JUNHO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em sessão realizada em 26 de maio de 2011, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no §1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos recursos a seguir especificados, conforme anexo, mantendo as decisões anteriormente proferidas.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO
Diretor-Presidente

ANEXO

Empresa: POINT SUTURE DO BRASIL IND. DE FIOS CIRÚRGICOS LTDA
CNPJ: 12.340.717/0001-61
Processo nº: 25351.396497/2005-14
Expediente Indeferido nº: 436138/10-5
Expediente do Recurso nº: 984081/10-8
Empresa: ALACER BIOMEDICA INDÚSTRIA ELETRONICA LTDA
CNPJ: 04.192.554/0001-99
Processo nº: 25351.070676/2010-96
Expediente Indeferido nº: 094416/10-5
Expediente do Recurso nº: 981637/10-2
Empresa: MISSNER & MISSNER LTDA
CNPJ: 03.225.411/0001-73
Processo nº: 25351.699440/2010-18
Expediente Indeferido nº: 924878/10-1
Expediente do Recurso nº: 912907/10-3
Empresa: NIDEK EYECARE DO BRASIL COMERCIO DE INSTRUMENTOS OPTICOS LTDA
CNPJ: 09.632.380/0001-51
Processo nº: 25351.718237/2010-37
Expediente Indeferido nº: 142131/10-0
Expediente do Recurso nº: 948408/10-6
Empresa: IMPORTAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO AMBRIEX S/A
CNPJ: 33.022.294/0002-92
Processo nº: 25351.311885/2009-16
Expediente Indeferido nº: 400350/09-1
Expediente do Recurso nº: 942239/10-1
Empresa: CEI COMÉRCIO EXPORTAÇÃO IMPORTAÇÃO DE MATERIAL MÉDICO LTDA
CNPJ: 40.175.705/0001-64
Processo nº: 25351.796887/2008-38
Expediente Indeferido nº: 199227/08-9
Expediente do Recurso nº: 968923/10-1
Empresa: MEDICAL LINE COMÉRCIO E MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 01.906.952/0001-31
Processo nº: 25351.365061/2010-36
Expediente Indeferido nº: 475940/10-1
Expediente do Recurso nº: 984500/10-3
Empresa: KOTA INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA
CNPJ: 68.174.788/0001-96
Processo nº: 25351.617702/2009-21
Expediente Indeferido nº: 802985/09-7
Expediente do Recurso nº: 984128/10-8
Empresa: NIDEK EYECARE DO BRASIL COMERCIO DE INSTRUMENTOS OPTICOS LTDA
CNPJ: 09.632.380/0001-51
Processo nº: 25351.718195/2010-85
Expediente Indeferido nº: 055056/10-6
Expediente do Recurso nº: 948376/10-4
Empresa: ASHER-SILB MEDICAL DO BRASIL LTDA
CNPJ: 05.353.872/0001-57
Processo nº: 25351.291720/2009-19
Expediente Indeferido nº: 374215/09-6
Expediente do Recurso nº: 549728/10-1

ARESTO Nº 113, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em sessões realizadas nas datas abaixo, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no § 1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada do DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, por unanimidade, negar provimento aos recursos a seguir especificados, conforme relação anexa, mantendo os termos da decisão recorrida.

Reunião realizada em 29 de março de 2011

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO
Diretor-Presidente

ANEXO

DRAGER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
25759.217429/2005-15 - AIS:257703/05-8 (007/04)- GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
25743.034993/2007-35 - AIS:044823/07-1 (002/07)- GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA aeroportuária
25759.214337/2006-64 - AIS:286746/06-0 (048/06)- GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
GOL TRANSPORTES AÉREOS S.A
25759.371406/2006-36 - AIS:496805/06-1 (006/06)- GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)
GOL TRANSPORTES AÉREOS S/A.
25351.094600/2006-75 - AIS:125003/06-5 (0015/06) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais)
SATA SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AEREO S/A
25743.390765/2005-81 - AIS:465782/05-9 (012/05)- GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)
TRANSPALLET - TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA
25759.440006/2006-88 - AIS:588567/06-1 (725/06)- GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
TRANSPALLET - TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA
25759.209331/2007-56 - AIS:266764/07-9 (864/06)-GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
TRANSPALLET - TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA
25759.409483/2006-76 - AIS:548105/06-8 (598/06)- GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
TRANSPALLET - TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA
25759.294435/2007-58 - AIS:379523/07-3 (806/06)- GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
25759.236852/2006-03 - AIS:316351/06-2 (289/06)- GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)
Reunião realizada em 02 de março de 2011
NOVA REPRESENTAÇÕES IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
25759.072465/2003-81 - AIS:267272/03-3 (061/03) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 2.000,00 (Dois mil reais)

DIRETORIA COLEGIADA

RETIFICAÇÕES

Na Resolução - RE N.º 1.366, de 1º de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 64, de 4 de abril de 2011, Seção 1 Pag. 31 e Suplemento Pag. 94.
Onde se lê:
EMPRESA: HOMEOFARMA COMERCIAL LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA ÁPIO CARDOSO, Nº721
BAIRRO: CENTRO CEP: 37440000 - CAXAMBU/MG
CNPJ: 00.562.436/0001-74
PROCESSO: 25351.438409/2005-69 AUTORIZ/MS: 0.44795.2
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL: -
Leia-se:
EMPRESA: HOMEOFARMA COMERCIAL LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA ÁPIO CARDOSO, Nº721
BAIRRO: CENTRO CEP: 37440000 - CAXAMBU/MG
CNPJ: 00.562.436/0001-74
PROCESSO: 25351.438409/2005-69 AUTORIZ/MS: 0.44795.2
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS: -
Onde se lê:
EMPRESA: ADRIANA B. DO COUTO - ME
ENDEREÇO: rua quinze de novembro 105
BAIRRO: centro CEP: 13840017 - MOGI GUAÇU/SP
CNPJ: 07.864.454/0001-50
PROCESSO: 25351.211196/2006-19 AUTORIZ/MS: 0.46153.7
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/
PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL: -
Leia-se:
EMPRESA: ADRIANA B. DO COUTO - ME
ENDEREÇO: R. PRESIDENTE PRUDENTE, N° 234
BAIRRO: JARDIM ITACOLOMY CEP: 13843207 - MOGI GUAÇU/SP
CNPJ: 07.864.454/0001-50
PROCESSO: 25351.211196/2006-19 AUTORIZ/MS: 0.46153.7
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL: -

Na Resolução - RE N.º 1.872, de 5 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 87, de 9 de maio de 2011, Seção 1 Pag. 43 e Suplemento Pag. 34.
Onde se lê:
EMPRESA: ALVES COSTA DOS SANTOS DROGARIA LTDA
ME
ENDEREÇO: RUA BIAS FORTES 21
BAIRRO: CENTRO CEP: 33400000 - NOVA LIMA/MG
CNPJ: 01.952.247/0001-70
PROCESSO: 25351.223978/2002-69 AUTORIZ/MS: 0.24368.3
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
Leia-se:
EMPRESA: ALVES COSTA DOS SANTOS DROGARIA LTDA ME
ENDEREÇO: RUA BIAS FORTES 21
BAIRRO: CENTRO CEP: 34000000 - NOVA LIMA/MG
CNPJ: 01.952.247/0001-70
PROCESSO: 25351.223978/2002-69 AUTORIZ/MS: 0.24368.3
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
Onde se lê:
EMPRESA: ANTONIO DE SOUZA MEDEIROS E CIA LTDA
ME
ENDEREÇO: AV FLORES DA CUNHA 1437
BAIRRO: CENTRO CEP: 94910002 - CACHOEIRINHA/RS
CNPJ: 90.020.132/0001-78
PROCESSO: 25351.182735/2002-63 AUTORIZ/MS: 0.17356.3
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
Leia-se:
EMPRESA: ANTONIO CESAR MEDEIROS E CIA LTDA
ENDEREÇO: AV FLORES DA CUNHA 1437
BAIRRO: CENTRO CEP: 94910002 - CACHOEIRINHA/RS
CNPJ: 90.020.132/0001-78
PROCESSO: 25351.182735/2002-63 AUTORIZ/MS: 0.17356.3
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

Na Resolução - RE N.º 2.339, de 12 de junho de 2009, publicada no Diário Oficial da União n° 111, de 15 de junho de 2009, Seção 1 Pag. 74 e Suplemento Pags. 44 e 49.
Onde se lê:
EMPRESA: JACKSON M. C. DUARTE - ME
ENDEREÇO: TRAV. DR. LAURO SODRE
BAIRRO: ANINGAL CEP: - ALENQUER/PA
CNPJ: 01.751.264/0001-40
PROCESSO: 25351.166020/2009-94 AUTORIZ/MS: 0.59795.1
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: CORRELATOS/COSMÉTICOS/DIETÉTICOS/PERFUMES/
PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
Leia-se:
EMPRESA: J. M. da C. DUARTE- me
ENDEREÇO: TRAV. LAURO SODRÉ, S/N
BAIRRO: ANINGAL CEP: 68200000 - ALENQUER/PA
CNPJ: 01.751.264/0001-40
PROCESSO: 25351.166020/2009-94 AUTORIZ/MS: 0.59795.1
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

Na Resolução - RE N.º 2.885, de 24 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União n° 121, de 28 de junho de 2010, Seção 1 Pag. 102 e Suplemento Pags. 13 e 42.
Onde se lê:
EMPRESA: JACKSON M. C. DUARTE - ME
ENDEREÇO: TRAV. DR. LAURO SODRE
BAIRRO: ANINGAL CEP: - ALENQUER/PA
CNPJ: 01.751.264/0001-40
PROCESSO: 25351.166020/2009-94 AUTORIZ/MS: 0.59795.1
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
Leia-se:
EMPRESA: J. M. da C. DUARTE- me
ENDEREÇO: TRAV. LAURO SODRÉ, S/N
BAIRRO: ANINGAL CEP: 68200000 - ALENQUER/PA
CNPJ: 01.751.264/0001-40
PROCESSO: 25351.166020/2009-94 AUTORIZ/MS: 0.59795.1
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

Na Resolução - RE N.º 293, de 21 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 16, de 24 de janeiro de 2011, Seção 1 Pag. 62 e Suplemento Pags. 135 e 137.
Onde se lê:
EMPRESA: BELLACQUA FARMÁCIA LTDA
ENDEREÇO: AV. BENTO GONÇALVES, 1507
BAIRRO: CENTRO CEP: 95950000 - NOVA BRÉSCIA/RS
CNPJ: 06.357.294/0002-70
PROCESSO: 25351.016567/2011-17 AUTORIZ/MS: 0.73453.6
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
Leia-se:
EMPRESA: BELLACQUA FARMÁCIA LTDA
ENDEREÇO: AV. BENTO GONÇALVES, 1507
BAIRRO: CENTRO CEP: 95950000 - NOVA BRÉSCIA/RS
CNPJ: 06.357.294/0002-70
PROCESSO: 25351.016567/2011-17 AUTORIZ/MS: 0.73453.6
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS: -

Na Resolução - RE N.º 4.832, de 22 de outubro de 2010, publicada no Diário Oficial da União n° 204, de 25 de outubro de 2010, Seção 1 Pag. 61 e Suplemento Pags. 20 e 21.
Onde se lê:
EMPRESA: DROGARIA CAPILE LTDA
ENDEREÇO: AV. GENERAL NETO, 415
BAIRRO: CENTRO CEP: 99010021 - PASSO FUNDO/RS
CNPJ: 92.786.037/0046-07
PROCESSO: 25351.606213/2010-10 AUTORIZ/MS: 0.69884.6
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
Leia-se:
EMPRESA: DROGARIA CAPILE LTDA
ENDEREÇO: RUA URUGUAI, N° 153, SALA 03
BAIRRO: CENTRO CEP: 99010110 - PASSO FUNDO/RS
CNPJ: 92.786.037/0046-07
PROCESSO: 25351.606213/2010-10 AUTORIZ/MS: 0.69884.6
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

Na Resolução - RE N.º 5.729, de 10 de dezembro de 2010 publicada no Diário Oficial da União n° 237, de 13 de dezembro de 2010, Seção 1 Pag. 39 e Suplemento Pags. 13 e 23.
Onde se lê:
EMPRESA: IVAN K DE O BASTOS
ENDEREÇO: RUA DA NOTICIA 965 2 ANDAR
BAIRRO: CENTRO CEP: 55540000 - PALMARES/PE
CNPJ: 07.363.209/0001-69
PROCESSO: 25351.738955/2010-64 AUTORIZ/MS: 0.71906.9
ATIVIDADE/ CLASSE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL:
LEIA-SE:
EMPRESA: IVAN K DE O BASTOS
ENDEREÇO: RUA DA NOTICIA 965 2 ANDAR
BAIRRO: CENTRO CEP: 55540000 - PALMARES/PE
CNPJ: 07.363.209/0001-69
PROCESSO: 25351.738955/2010-64 AUTORIZ/MS: 0.71906.9
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS: -

GERÊNCIA GERAL DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE PROPAGANDA, DE PUBLICIDADE, DE PROMOÇÃO E DE INFORMAÇÃO DE PRODUTOS SUJEITOS À VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DESPACHOS DO GERENTE-GERAL
Em 9 de junho de 2011

A Gerente-Geral da Gerência de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda, de Publicidade, de Promoção e de Informação de Produtos Sujeitos a Vigilância da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 50-A, XII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

ACE FITNESS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA EPP
25351.308157/2006-25 - AIS:410243/06-6 (110/2006) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 15.000,00 (Quinze mil reais), além de Proibição de Propaganda irregular
ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A.
25351.084456/2005-88 - AIS:100107/05-8 (772/04) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 74.000,00 (Setenta e quatro mil reais), além de Proibição de Propaganda irregular
AWL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA
25351.237040/2007-31 - AIS:302904/07-2 (165/07) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais), além de Proibição de Propaganda,
BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA
25351.157522/2011-48 - AIS:219252/11-7 (83/2011) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 100.000,00 (Cem mil reais), além de Proibição de Propaganda,
DROGASSAL FARMÁCIA E DROGARIA LTDA
25351.097359/2007-17 - AIS:124371/07-3 (51/07) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais), além de Proibição de Propaganda,
ÉLCIO DA SILVA RAMALHO
25351.102166/2006-12 - AIS:135296/06-2 (52/06) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 5.000,00 (Cinco mil reais), além de Proibição de Propaganda,
ERA NOVA INDUSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
25351.424461/2007-08 - AIS:547708/07-5 (335/07) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais), além de Proibição de Propaganda,
EUROFARMA LABORATÓRIOS LTDA
25351.872830/2008-84 - AIS:448487/08-8 (651/08) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), além de Proibição de Propaganda,
EUROFARMA LABORATÓRIOS LTDA
25351.295648/2008-61 - AIS:375264/08-0 (253/08) - GPROP/ANVISA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Penalidade de Multa no valor de R$ 100.000,00 (Cem mil reais), além de Proibição de Propaganda,

EUROFARMA LABORATÓRIOS LTDA

25351.454836/2008-37 - AIS:598608/08-7 (374/08) - GPROP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 90.000,00 (Noventa mil reais), além de Proibição de Propaganda,

FLORES E ERVAS COMÉRCIO FARMACÊUTICO LTDA EPP

25351.269799/2007-82 - AIS:346290/07-1 (258/07) - GPROP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 22.000,00 (Vinte e dois mil reais), além de Proibição de Propaganda,

GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA

25351.231955/2008-13 - AIS:293898/08-7 (148/08) - GPROP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 56.000,00 (Cinquenta e seis mil reais), além de Proibição de Propaganda,

INTEGRALMEDICA S/A AGRICULTURA E PESQUISA

25351.405989/2007-70 - AIS:524183/07-9 (313/07) - GPROP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais), além de Proibição de Propaganda,

JOÃO ROBERTO FORLIM ME

25351.208537/2007-41 - AIS:265686/07-8 (157/07) - GPROP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 15.000,00 (Quinze mil reais), além de Proibição de Propaganda,

MAVARO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.

25351.332424/2006-85 - AIS:443394/06-7 (138/2006) - GPROP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais), além de Proibição de Propaganda,

MERCK S/A

25351.127860/2005-53 - AIS:151796/05-1 (191/05) - GPROP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 15.000,00 (Quinze mil reais), além de Proibição de Propaganda,

NESTLE BRASIL LTDA

25351.125461/2007-10 - AIS:159655/07-1 (90/07) - GPROP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), além de Proibição de Propaganda,

NETPSI - NUCLEO DE ESTUDOS E TEMAS EM PSICOLOGIA

25351.464393/2007-10 - AIS:592816/07-8 (355/07) - GPROP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), além de Proibição de Propaganda,

PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A.

25351.277602/2007-89 - AIS:356692/07-7 (257/07)- GPROP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 56.000,00 (Cinquenta e seis mil reais), além de Proibição de Propaganda,

RENYLAB QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA

25351.241531/2007-86 - AIS:308781/07-6 (196/07) - GPROP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais), além de Proibição de Propaganda,

TELE MASTER MAGAZINE VIRTUAL LTDA ME

25351.424452/2007-17 - AIS:547693/07-3 (332/07) - GPROP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 15.000,00 (Quinze mil reais), além de Proibição de Propaganda,

TOP CONSULT COMÉRCIO E ASSESSORIA EM EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA

25351.188853/2007-90 - AIS:239999/07-7 (134/07) - GPROP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais), além de Proibição de Propaganda,

MARIA JOSÉ DELGADO FAGUNDES

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

DESPACHOS DO GERENTE-GERAL

Em 8 de junho de 2011

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA

25759.023319/2007-56 - AIS:029607/07-4 (799/06)-GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA

25759.244904/2006-15 - AIS:326644/06-3 (294/06) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

25741.307267/2008-48 - AIS:389272/08-7 (005/07)- GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 2.000,00 (Dois mil reais)

ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

25741.535928/2008-23 - AIS:699096/08-7 (03/08) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 2.000,00 (Dois mil reais)

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA - APPA

25743.672850/2008-15 - AIS:866257/08-6 (041/08) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)

ARCOS DOURADOS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

25751.754033/2008-41 - AIS:967256/08-7 (029/08)- GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais)

ASSIST ASSISTENCIA MEDICA E DE ENFERMAGEM A SAUDE LTDA

25743.695058/2008-21 - AIS:893937/08-3 (004/08) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)

EMPRESA BRASILEIRA DE ARMAZÉNS GERAIS E ENTREPOSTOS LTDA

25759.044286/2007-88 - AIS:056878/07-3(056/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)

FINANCIAL CONSTRUTORA INDUSTRIAL

25759.170620/2007-58 - AIS:216496/07-5 (336/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA - APPA

25743.042795/2009-59 - AIS: 052512/09-0 (004/09), GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais)

GENERAL ELECTRIC DO BRASIL LTDA

25759.420070/2006-42 - AIS:561982/06-3 (585/06)- GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)

HIGI SERV LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA

25743.492164/2008-54 - AIS:644304/08-4 (001/08) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Advertência

KONIG DO BRASIL LTDA

25759.602925/2007-32 - AIS:751770/07-0 (989/07)- GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 2.000,00 (Dois mil reais)

MINERACAO MERCANTIL MARACAJU LTDA

25743.695091/2008-51 - AIS:893979/08-9 (02/08) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 2.000,00 (Dois mil reais)

ROCHE DIAGNOSTICA BRASIL LTDA

25759.162302/2007-13 - AIS:205978/07-9 (214/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)

SPECIALMED COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

25759.469434/2007-73 - AIS:598788/07-1 (122/06)- GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 2.000,00 (Dois mil reais)

VEDIC HINDUS INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

25759.348764/2006-45 - AIS:466316/06-1 (421/06) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

Em 9 de junho de 2011

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

BASTOS VIEGAS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARE LTDA

25767.276988/2008-19 - AIS:351919/08-8(093/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)

BAYER S/A

25759.229271/2007-98 - AIS:292552/07-4(040/06) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

BLAUSIEGEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

25759.463224/2007-71 - AIS:591517/07-1(782/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

BRISTOL-MYERS SQUIBB FARMACÊUTICA S.A.

25759.183202/2007-21 - AIS:232445/07-8(271/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)

GAMMA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

25759.436297/2007-91 - AIS:561125/07-3(737/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)

GENERAL ELECTRIC DO BRASIL LTDA

25759.100581/2008-11 - AIS:130571/08-9(248/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)

GLENMARK FARMACÊUTICA LTDA

25759.284093/2007-68 - AIS:365468/07-1(544/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)

IFF ESSENCIAS E FRAGRANCIAS LTDA

25752.085638/2006-34 - AIS:112788/06-8(014/06 - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais)

LIMPADORA ORQUIDÁRIO LTDA

25767.461960/2008-77 - AIS:607519/08-3(103/08) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 9.000,00 (Nove mil reais)

NOVARTIS BIOCIÊNCIAS S.A

25759.023278/2007-06 - AIS:029549/07-3(748/06) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais)

SANOFI-AVENTIS FARMACÊUTICA LTDA

25759.222987/2007-64 - AIS:284314/07-5(231/05) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais)

SOUTH AFRICAN AIRWAYS

25759.475522/2007-12 - AIS:605982/07-1(794/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)

TRANSPOLIX TRANSPORTES ESPECIAIS LTDA

25759.212281/2005-22 - AIS:251512/05-1(166/05) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 3.000,00 (tres mil reais)

UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A

25759.136094/2008-88 - AIS:173523/08-3270/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais)

PAULO BIANCARDI COURY

RETIFICAÇÕES

No DOU nº. 110, de 09/06/2011, Seção 1, pág. 133, do Processo 25351-148399/2005-72- AIS 102/05 - GFIMP, da empresa DROGARIA DROGAELIANA LTDA- ME, onde se lê: "Penalidade de multa no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais)"; Leia-se: "Penalidade de multa no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)".

No DOU nº. 110, de 09/06/2011, Seção 1, pág. 133, do Processo 25351-008283/2005-00- AIS 561/04 - GFIMP, da empresa HOMY IND. E COM. DE PRODUTOS QUIMÍCOS LTDA, onde se lê: "Penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais)"; Leia-se: "Penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais)".

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 252, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O Secretário da Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando o Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998, que dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos;

Considerando a Portaria nº 3.355/GM/MS, de 04 de novembro de 2010, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área da Saúde - CEBAS-Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 41/2011-CGCER/DCEBAS-Saúde/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.014.994/2010-52 (CNAS nº 71010.002402/2007-52), que con-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

cluiu terem sido atendidos os requisitos constantes do Decreto nº 2.536/1998, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Social na Área da Saúde à Associação Pró-Saúde de Parecis, inscrita no CNPJ 04.854.005/0001-32, com sede em Campo Novo do Parecis/MT.

Parágrafo Único- A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor da na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 253, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O Secretário da Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando o Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998, que dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.355, de 04 de novembro de 2010, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área da Saúde - CEBAS-Saúde, e

Considerando o Parecer Técnico nº 23/2011-CGCER/DCEBAS-Saúde/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.015003/2010-59 (CNAS nº 71010.002588/200-40), que concluiu não terem sido atendidos os requisitos do §§ 4º ou 8º ou 10º, todos do art. 3º do Decreto nº 2.536/1998, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área da Saúde para Associação Beneficente de Saúde São Sebastião, inscrita no CNPJ nº 06.242.397/0001-04, com sede em Coronel Fabriciano/MG.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor da na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 254, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O Secretário da Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando o Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998, que dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos;

Considerando a Portaria nº 3.355/GM/MS, de 04 de novembro de 2010, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área da Saúde - CEBAS-Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 42/2011-CGCER/DCEBAS-Saúde/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.124602/2010-62 (CNAS nº 71010.002582/2007-72), que concluiu não terem sido atendidos os requisitos do inciso III, §§ 4º e 10º do art. 3º e Parágrafo Único do art. 4º, ambos do Decreto nº 2.536/1998, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área da Saúde para o Centro de Assistência Médico-Social, inscrito no CNPJ 98.339.823/0001-40, com sede em Tuparendi/RS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor da na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 255, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O Secretário da Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando o Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998, que dispõe sobre a Concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos;

Considerando a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 177, de 10 de agosto de 2000;

Considerando a Portaria nº 3.355/GM/MS, de 04 de novembro de 2010, que dispõe sobre o Processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área da Saúde - CEBAS-Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 01/2011-CGCER/DCEBAS-SAÚDE/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.015029/2010-05 (CNAS nº 7101000465/2005-11), que concluiu não terem sido atendidos os requisitos dos §§4º, 8º e 10 do Art. 3º e parágrafo único do Art. 4º, ambos do Decreto nº 2.536/1998, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social à Fundação Oscar Rudge, inscrita no CNPJ nº 00.829.563/0001-97, com sede no Rio de Janeiro/RJ.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor da na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 256, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O Secretário da Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando o Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998, que dispõe sobre a Concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos;

Considerando a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 177, de 10 de agosto de 2000;

Considerando a Portaria nº 3.355/GM/MS, de 04 de novembro de 2010, que dispõe sobre o Processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área da Saúde - CEBAS-Saúde, e

Considerando o Parecer Técnico nº 38/2011-CGCER/DCEBAS-SAÚDE/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.014954/2010-19 (CNAS nº 71010.000038/2003-62), que concluiu não ter sido atendido o requisito do Inciso XI, do art. 3º do Decreto nº 2.536/1998, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social à Associação Jacuipense de Assistência ao Próximo Desamparado, inscrita no CNPJ nº 14.335.533/0001-39, com sede em Riachão do Jacuípe/BA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor da na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 257, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O Secretário da Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando o Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998, que dispõe sobre a Concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos;

Considerando a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 177, de 10 de agosto de 2000;

Considerando a Portaria nº 3.355/GM/MS, de 04 de novembro de 2010, que dispõe sobre o Processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área da Saúde - CEBAS-Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 36/2011-CGCER/DCEBAS-SAÚDE/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.015043/2010-09 (CNAS nº 71010.000721/2003-08), que concluiu não terem sido atendidos os requisitos dos Incisos I e XI, do art. 3º e Incisos III e IV do art. 4º, ambos do Decreto nº 2.536/1998, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social à Sociedade de Assistência à Maternidade e a Infância de Cedro, inscrita no CNPJ nº 06.745.954/0001-00, com sede em Cedro/CE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor da na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 258, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O Secretário da Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando o Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998, que dispõe sobre a Concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos;

Considerando a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 177, de 10 de agosto de 2000;

Considerando a Portaria nº 3.355/GM/MS, de 04 de novembro de 2010, que dispõe sobre o Processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área da Saúde - CEBAS-Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 34/2011-CGCER/DCEBAS-Saúde/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.014934/2010-30 (CNAS nº 44006.001239/2003-73), que concluiu não terem sido atendidos os requisitos dos Incisos I e III, do art. 3º e Incisos I, II, III, IV e V do art. 4º do Decreto nº 2.536/1998, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social à Associação Beneficente de Rio Negro, inscrita no CNPJ nº 05.453.210/0001-59, com sede em Rio Negro/MS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor da na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 259, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O Secretário da Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando o Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998, que dispõe sobre a Concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos;

Considerando a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 177, de 10 de agosto de 2000;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.355, de 04 de novembro de 2010, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área da Saúde - CEBAS-Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 30/2011-CGCER/DCEBAS-Saúde/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.142832/2010-11 (CNAS nº 44006.002155/2002-76), que concluiu não terem sido atendidos os requisitos dos Incisos II, III e XI do Art. 3º, do Decreto nº 2.536/1998 e Incisos II, III e IV do Art. 3º da Resolução CNAS nº 177/2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social à Fundação Social de Saúde Reprodutiva Pesquisa e Assistência -FUNSAPRE, inscrita no CNPJ nº 02.706.903/0001-18, com sede em Teresina/PI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor da na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 260, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O Secretário da Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando o Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998, que dispõe sobre a Concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos;

Considerando a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 177, de 10 de agosto de 2000;

Considerando a Portaria nº 3.355/GM/MS, de 04 de novembro de 2010, que dispõe sobre o Processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área da Saúde - CEBAS-Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 35/2011-CGCER/DCEBAS-Saúde/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.014982/2010-28 (CNAS nº 44006.001374/2003-19), que concluiu não terem sido atendidos os requisitos dos Incisos I e VIII, do art. 3º do Decreto nº 2.536/1998, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social à Sociedade Beneficente de Pedro Gomes, inscrita no CNPJ nº 00.118.797/0001-26, com sede em Pedro Gomes/MS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor da na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 261, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O Secretário da Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando o Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998, que dispõe sobre a Concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos;

Considerando a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 177, de 10 de agosto de 2000;

Considerando a Portaria nº 3.355/GM/MS, de 04 de novembro de 2010, que dispõe sobre o Processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área da Saúde - CEBAS-Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 031/2011-CGCER/DCEBAS-Saúde/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.015035/2010-54, que concluiu não terem sido atendidos os requisitos dos incisos I e XI do art. 3º do Decreto nº 2.536/1998, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente da Associação Matogrossense de Combate ao Câncer, inscrita no CNPJ 24.672.792/0001-09, com sede em Cuiabá/MT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor da na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 262, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O Secretário da Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando o Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998, que dispõe sobre a Concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos;

Considerando a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 177, de 10 de agosto de 2000;

Considerando a Portaria nº 3.355/GM/MS, de 04 de novembro de 2010, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área da Saúde - CEBAS-Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 29/2011-CGCER/DCEBAS-Saúde/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.014917/2010-01 (CNAS nº 44006.001957/2001-88), que concluiu não terem sido atendidos os requisitos dos Incisos II e III, do art. 3º do Decreto nº 2.536/1998 e Incisos II e III, do art. 3º da Resolução CNAS nº 177/2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social à Santa Casa de Misericórdia de Cruz das Almas, inscrita no CNPJ nº 14.006.472/0001-66, com sede em Cruz das Almas/BA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor da na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 131, DE 24 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto n° 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos nº 53000.022377/2008 e 53790.000806/1998, resolve:

Art. 1º Fica Renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 23 de setembro de 2008, a permissão outorgada à RÁDIO CENTRAL LTDA., pela Portaria nº 370, de 22 de setembro de 1988, publicada no Diário Oficial da União de 23 de setembro de 1998, para executar, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, no Município de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 216, de 6 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 9 subseqüente, seção 1, página 137, onde se lê: Processo n.º 53740.006684/2000, leia-se: Processo n.º 53740.000684/2000.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

PORTARIA Nº 490, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Altera quantitativos de cargos comissionados na Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das competências que lhe confere o art. 46, inciso IX, do Regulamento da Anatel, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997;

CONSIDERANDO a necessidade de alterar a alocação dos cargos comissionados de que trata o art. 14 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, no âmbito da Agência Nacional de Telecomunicações;

CONSIDERANDO deliberação do Conselho Diretor em sua Reunião nº 610, realizada em 9 de junho de 2011, e

CONSIDERANDO o constante dos autos dos Processos n. 53500.030461/2007 e 53500.011958/2011, resolve:

Art. 1º Fixar os quantitativos dos cargos comissionados na estrutura organizacional da Agência Nacional de Telecomunicações, a partir da previsão da Portaria nº 452, de 25 de maio de 2011, conforme quadro abaixo:

CÓDIGO	Variação	Quant. final
CCT II	+1	32
CCT I	-1	38

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MOTA SARDENBERG

CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 2.957, DE 10 DE MAIO DE 2011

Processo nº 53500.013715/2009. Aplica à COOPERATIVA DOS PROPRIETÁRIOS AUTÔNOMOS DE TÁXI DO ESTADO DO AMAPÁ, CNPJ nº 05.682.994/0001-97, a sanção de caducidade da autorização para exploração do Serviço Limitado Privado, submodalidade Serviço de Radiotáxi Privado, consubstanciado por meio do Ato nº 46.535 de 10 de setembro de 2004. A extinção não desonera a entidade de suas obrigações com terceiros, inclusive as firmadas com a Anatel.

CARRONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

Aplico definitivamente, em razão de trânsito em julgado processual, sanção às entidades abaixo listadas, nos respectivos processos em que figuram, por descumprimento dos regulamentos próprios do serviço executado e/ou da legislação aplicável.

Processo	Nome	Enquadramento	Local	Sanção aplicada	Data da Decisão
53554.001421/2006	Davidson Dias de Araujo (Emissora Itajuí FM 105,5 MHz)	Art. 163 da Lei nº9.472/97.	Sobradinho/BA	Multa de R$2.850,00	05/04/2011
53554.002865/2006	Edmundo Teles dos Santos (Rádio Studio FM)	Art. 163 da Lei nº9.472/97.	Itamari/BA	Multa de R$1.752,93	05/04/2011
53557.000356/2009	Polícia Militar do Estado de Sergipe	Item 9.8 da Norma nº13/97.	Aracaju/SE	Multa de R$1.417,50	11/04/2011
53554.001021/2009	Candide Indústria e Comércio LTDA	Art. 55, "c", do Anexo à Res. nº242/2000.	Salvador/BA	Multa de R$12.950,00	05/04/2011
53554.005467/2010	Valdemiro Rodrigues de Cerqueira (Rádio Harmonia FM)	Art. 163 da Lei nº9.472/97.	Salvador/BA	Multa de R$6.555,00	11/04/2011
53554.000570/2009	Bridgestone Firestone do Brasil Indústria e Comércio LTDA	Art. 131 e 163 da Lei nº9.472/97	Camaçari/BA	Multa de R$9.620,16	18/04/2011
53554.005627/2010	Rubens Eduardo Custódio (Alternativa FM)	Art. 163 da Lei nº9.472/97 c/c art. 55, V, "b", do Anexo à Res. nº242/2000.	Feira de Santana/BA	Multa de R$4.350,00	18/04/2011

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

DESPACHO DO GERENTE-GERAL

Aplico definitivamente, em razão de trânsito em julgado processual, a sanção de multa à entidade abaixo listada, no respectivo processo em que figura, por descumprimento dos regulamentos próprios do serviço executado e/ou da legislação aplicável.

Processo	Nome	Enquadramento	Local da estação	Sanção aplicada	Data da Decisão
53554.000826/2004	Nara Comércio e Serviços LTDA	Art. 163 da Lei nº9.472/97	Cachoeira/BA	Multa de R$2.014,20	08/06/2010

JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA

ESCRITÓRIO REGIONAL NO PARÁ

DESPACHOS DO GERENTE

Aplica às entidades abaixo relacionadas, sanção de ADVERTÊNCIA, em conformidade com o artigo 77, inciso IX do Regimento Interno da Anatel, c/c artigo 173, inciso I, da Lei 9.472/97, pela infração aos respectivos dispositivos normativos abaixo relacionados:

N.º do Processo	Entidade	Cidade/UF	CPF/CNPJ	Enquadramento Legal	Data do Despacho
53569.003.061/2010	Renildo Campos Bentes	Santarém/PA	298.279.222-20	Item 13.7, "b" da Instrução04/81, c/c Item 10.1 da Norma 13/97	25/01/2011
53569.003.053/2010	Rot Farias - ME	Santarém/PA	00.958.104/0001-03	Item 13.7, "b" da Instrução04/81, c/c Item 10.1, e 13.5,II "c", da Norma 13/97	01/02/2011

Em 24 de fevereiro de 2011

Processo n° 53569002752/2010, aplica-se a RAIMUNDO NONATO FERREIRA SOARES, CPF 147418143-00, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, sem autorização do uso de radiofrequência, na localidade de Canaã dos Carajás/PA, a sanção de MULTA no valor de R$2.850,00 (dois mil oitocentos e cinquenta reais), por infringência ao artigo 163 da Lei Geral de Telecomunicações.

Em 24 de março de 2011

Processo n° 53569000672/2011, aplica-se a RAIMUNDO EDSON LESSA GOMES, CPF 911246702-20, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, sem autorização do uso de radiofrequência, na localidade de Inhangapi/PA, a sanção de MULTA no valor de R$ 2.850,00 (dois mil oitocentos e cinquenta reais), por infringência ao artigo 163 da Lei Geral de Telecomunicações.

Em 31 de março de 2011

Processo n° 53569000394/2011, aplica-se a MANOEL BEZERRA DE SOUZA, CPF 046946861-00, executante do Serviço Limitado Privado por Satélite, sem autorização do uso de radiofrequência, na localidade de Redenção/PA, a sanção de MULTA no valor de R$ 2.486,05 (dois mil quatrocentos e oitenta e seis reais e cinco centavos), por infringência ao artigo 163 da Lei Geral de Telecomunicações.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Em 7 de abril de 2011

Processo n° 53569000746/2011, aplica-se a MARIA DE NAZARÉ DOS SANTOS CUNHA, CPF 226995382-72, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, sem autorização do uso de radiofrequência, na localidade de Castanhal/PA, a sanção de MULTA no valor de R$4.350,00 (quatro mil trezentos e cinquenta reais), por infringência ao artigo 163 da Lei Geral de Telecomunicações e ao artigo 55, inciso V, alínea "b" do Anexo à Resolução nº 242/2000.

JOÃO ALBERTO REIS LUZ

Aplica as entidades abaixo relacionadas, sanção de MULTA, em conformidade com o artigo 77, inciso IX do Regimento Interno da Anatel, c/c artigo 173, inciso II, da Lei 9.472/97, pela infração aos respectivos dispositivos normativos abaixo relacionados:

N.º do Processo	Entidade	Cidade/UF	CPF/CNPJ	Valor da multa (R$)	Enquadramento Legal	Data do Despacho
53569.000.393/2011	Osmar Tessari	Redenção/PA	248.531.192-72	2.486,05	Artigo 163 da Lei n.º 9.472/97 c/c Artigo 17 do Anexo à Resolução 259/2001	31/03/2011
53569.000.401/2011	José Castro	Redenção/PA	004.251.251-49	2.486,05	Artigo 163 da Lei n.º 9.472/97 c/c Artigo 17 do Anexo à Resolução 259/2001	31/03/2011

JOÃO ALBERTO REIS LUZ

ESCRITÓRIO REGIONAL NA BAHIA

DESPACHO DO GERENTE

Aplico definitivamente, em razão de trânsito em julgado processual, sanção às entidades abaixo listadas nos respectivos processos em que figuram, por descumprimento dos regulamentos próprios do serviço executado e/ou da legislação aplicável.

Processo	Nome	Enquadramento	Local	Sanção aplicada	Data da Decisão
53557.000354/2006	Angelo Marcio da Silva Gonçalves	Art. 163 da Lei nº9.472/97 c/c art. 55, V, "b", do Anexo à Res. nº242/2000.	Malhada dos Bois/SE	Multa de R$275,00	02/03/2011
53554.002346/2007	Rádio Bela Vista de Poções LTDA	Art. 163 da Lei nº9.472/97.	Poções/BA	Multa de R$925,06	04/03/2011
53554.004252/2007	Valdemiro Rodrigues de Cerqueira	Art. 163 da Lei nº9.472/97.	Salvador/BA	Multa de R$2.992,50	15/03/2011
53554.003111/2008	Conthey Comércio e Indústria	Art. 55, IV, "c", do Anexo à Res. nº242/2000.	Salvador/BA	Multa de R$500,00	16/03/2011
53554.003115/2008	Homeplay Industrial S/A	Art. 55, IV, "c", do Anexo à Res. nº242/2000.	Salvador/BA	Multa de R$500,00	16/03/2011
53554.000485/2009	Facilita Serviços e Comércio de Utilidades Domésticas LTDA	Art. 55, IV, "c", do Anexo à Res. nº242/2000.	Salvador/BA	Multa de R$1.200,00	21/03/2011
53557.000909/2009	Aldineide dos Santos Araújo ME	Art. 131 da Lei nº9.472/97.	Aracaju/SE	Multa de R$3.010,08	25/02/2011
53554.001446/2009	Brasbaby Importação e Distribuição LTDA	Art. 55, IV, "c", do Anexo à Res. nº242/2000.	Salvador/BA	Multa de R$500,00	17/03/2011
53554.001507/2009	Multilaser Industrial LTDA	Art. 55, IV, "c", do Anexo à Res. nº242/2000 e o art. 55, III, "b", do Anexo à Res. nº242/2000.	Salvador/BA	Multa de R$1.600,00	14/03/2011
53554.002316/2009	Associação de Radiodifusão Comunitária Lírio nos Lares	Art. 163 da Lei nº9.472/97.	Salvador/BA	Multa de R$5.700,00	04/03/2011
53554.003261/2009	Foxtrot Comércio Importação e Exportação LTDA.	Art. 55, IV, "c", do Anexo à Res. nº242/2000.	Salvador/BA	Multa de R$287,50	21/03/2011
53554.000924/2010	Waldman Comércio Importação e Exportação LTDA.	Art. 55, IV, "c", do Anexo à Res. nº242/2000.	Salvador/BA	Multa de R$500,00	15/03/2011
53557.000991/2010	Samir Soares	Art. 10 do Anexo à Res. nº272/2001 c/c art. 52 do Anexo à Res. nº73/1998 c/c art. 131 da Lei nº9.472/1997.	Nossa Senhora do Socorro/SE	Multa de R$3.010,08	23/03/2011
53557.001062/2010	Gerberson Duarte Pena ME	Art. 131 da Lei nº9.472/97.	São Cristóvão/SE	Multa de R$3.010,08	01/03/2011
53554.003349/2010	Tiago dos Santos - Liberdade FM	Art. 163 da Lei nº9.472/97.	Nova Itarana/BA	Multa de R$4.350,00	04/03/2011
53554.004789/2010	João Pereira de Assis (Rádio Belíssima FM)	Art. 163 da Lei nº9.472/97 c/c art. 55, V, "b", do Anexo à Res. nº242/2000.	Salvador/BA	Multa de R$7.560,00	10/03/2011
53554.005281/2010	Datacit Data Centro de Informática e Tecnologia LTDA	Art. 131 da Lei nº9.472/97.	Irará/BA	Multa de R$3.010,08	24/02/2011
53554.006139/2010	Associação Retirolandense de Comunicação, Informática e Responsabilidade Social (Rádio Estrela FM)	Art. 163 da Lei nº9.472/97.	Retirolândia/BA	Multa de R$3.420,00	24/02/2011
53554.006148/2010	Inhambupe On-line Comércio e Serviços de Informática LTDA	Art. 131 da Lei nº9.472/97.	Inhambupe/BA	Multa de R$3.010,08	25/02/2011
53554.006381/2010	Hélio Henrique Bastos Farias Rocha	Art. 55, V, "b", c/c art. 4º, do Anexo à Resolução nº242/2000.	Salvador/BA	Multa de R$200,00	24/03/2011
53557.000037/2011	Center Motos Express LTDA	Item 9.8 c/c item 13.5,II, "a", Norma 13/97 e art. 18 da Res. Nº303/2002.	Aracaju/SE	Multa de R$900,00	22/03/2011
53554.000362/2011	Rádio Kadosh FM (Josefa de Mata Aquino)	Art. 163 da Lei nº9.472/97 e art. 55, V, "b" da Res. Nº242/2000.	Salvador/BA	Multa de R$4.567,50	25/03/2011
53554.000919/2010	Royal Comércio de Instrumentos Musicais LTDA	Art. 55, IV, "c", da Res. Nº242/2000.	São Paulo/SP	Multa de R$200,00	11/03/2011
53557.000067/2011	José Pedro Ventura de Oliveira Júnior	Art. 131 da Lei nº9.472/97.	Própria/SE	Multa de R$3.010,08	23/03/2011
53554.000291/2011	Dourivaldo de Cerqueira Bispo - Real Informática	Art. 10 do Anexo à Res. Nº272/2001 c/c art. 52 do Anexo à Res. Nº73/1998 c/c art. 131 da Lei nº9.472/97.	Catu/BA	Multa de R$3.010,08	21/03/2011
53554.000921/2010	Transdutores Eletroacústicos Comercial LTDA	Art. 55, IV, "c" da Res. Nº242/2000.	Salvador/BA	Multa de R$500,00	23/03/2011
53554.000209/2009 53554.001193/2009 53554.005480/2010	Luiz Antonio Santos Pereira (Rádio Sol Nascente FM)	Art. 163 da Lei nº9.472/97.	Candeias/BA	Multa de R$8.550,00	22/02/2011
53554.000080/2011	Roberto Jesus de Lima - Itabatã FM	Art. 163 da Lei nº9.472/97 e art. 55, V, "b", do Anexo à Res. Nº242/2000.	Itabatã/Mucuri/BA	Multa de R$7.950,00	01/03/2011
53554.000287/2011	Natanael Fernandes Lima - NL Informática	Art. 10 do Anexo à Res. Nº272/2001 c/c art. 52 do Anexo à Res. Nº73/1998 c/c art. 131 da Lei nº9.472/1997.	Igaporã/BA	Multa de R$3.010,08	24/03/2011
53557.001086/2010	José Angelo de Oliveira	Art. 53 da Res. Nº259/2001.	Aracaju/SE	Advertência	05/04/2011
53554.005965/2010	Kofre Representação e Comércio de Telecomunicações LTDA	Item 9.4 c/c item 13.5, II, "c", da Norma nº13/97.	Candeias/BA	Multa de R$400,00	05/04/2011
53554.002409/2008	Studio Gospel FM - Roque Profeta	Art. 163 da Lei nº9.472/97.	Guanambi/BA	Multa de R$2.992,50	05/04/2011
53557.000134/2011	MB Serviços LTDA	Item 9.4 e item 10.1 da Norma MC nº13/97 e ao art. 26, § 8º e art. 53 do REUR.	Aracaju/SE	Multa de R$318,15	06/04/2011
53554.000925/2010	Florence Music Comercial LTDA	Art. 55, IV, "c" da Res. Nº242/2000.	Salvador/BA	Multa de R$1.050,00	14/03/2011
53554.000265/2011	Elisson Silva Lima	Art. 131 da Lei nº9.472/97.	Catu/BA	Multa de R$3.010,08	23/03/2011
53554.000859/2009	Luiz Wagner Garcia de Oliveira	Art. 163 da Lei nº9.472/97.	Ourolândia/BA	Multa de R$2.850,00	24/05/2010
53557.001000/2010	Dieni Barreto Santos	Art. 131 da Lei nº9.472/97.	Nossa Srª do Socorro/SE	Multa de R$3.010,08	06/04/2011
53554.001445/2009	FTG - Comércio de Acessórios Automotivos, Eletro-eletrônicos e Esportivos LTDA	Art. 55, IV, "c", do Anexo à Res. Nº242/2000.	Salvador/BA	Multa de R$200,00	11/04/2011
53554.000926/2009	Rede Forte Comercial LTDA	Art. 55, IV, "c", do Anexo à Res. Nº242/2000.	Salvador/BA	Multa de R$1.000,00	13/04/2011
53554.000429/2011	Consórcio Integração	Itens 9.4 e 9.8 da Norma MC 13/97.	Candeias/BA	Multa de R$1.300,00	13/04/2011
53554.004137/2007	MTI Serviços e Comércio Exterior LTDA EPP - Master TOP	Art. 55, IV, "c", do Anexo à Res. Nº242/2000.	Salvador/BA	Advertência	13/04/2011

FERNANDO ANTONIO ORNELAS DE ALMEIDA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

ATO Nº 8.404, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

Processo nº 53572.000104/2008. Aplica à TELECOMUNICAÇÕES NORDESTE LTDA., CNPJ/MF nº 02.995.233/0001-05, concessionária do Serviço de TV a Cabo na Área de São Luis, no Estado do Maranhão, a sanção de multa no valor de R$ 4.731,25 (quatro mil, setecentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), por ter sido apurado o cometimento das infrações constatadas em fiscalização e consubstanciadas no Auto de Infração do Serviço de TV a Cabo - Concessionárias n.º 0002MA20070068, de 31 de janeiro de 2008.

ARA APKAR MINASSIAN

ATO Nº 8.413, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

Processo nº 53545.000039/2008. Aplica à TECH CABLE DO BRASIL SISTEMAS TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 02.239.104/0001-89, concessionária do Serviço de TV a Cabo na Área de Tangará da Serra, no Estado do Mato Grosso, a sanção de multa no valor de R$ 561,29 (quinhentos e sessenta e um reais e vinte e nove centavos), por ter sido apurado o cometimento da irregularidade constatada em fiscalização e consubstanciadas no Laudo para Verificação de Cumprimento de Obrigações Contratuais - TVC nº 0005/MT20070056.

ARA APKAR MINASSIAN

ATO Nº 8.414, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

Processo nº 53545.000038/2008. Aplica à ADELPHIA COMUNICAÇÕES S/A, CNPJ/MF nº 00.859.826/0001-00, concessionária do Serviço de TV a Cabo na Área de Rondonópolis, no Estado do Mato Grosso, a sanção de multa no valor de R$ 4.315,32 (quatro mil, trezentos e quinze reais e trinta e dois centavos), por ter sido apurado o cometimento das irregularidades constatadas em fiscalização e consubstanciadas no Laudo para Verificação de Cumprimento de Obrigações Contratuais - TVC nº 0001/MT20070066.

ARA APKAR MINASSIAN

ATO Nº 8.436, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010

Processo nº 53508.004106/2008. Aplica à TECH CABLE DO BRASIL SISTEMAS TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 02.239.104/0001-89, concessionária do Serviço de TV a Cabo na Área de Três Rios, no Estado do Rio de Janeiro, a sanção de multa no valor de R$ 2.861,58 (dois mil, oitocentos e sessenta e um reais e cinquenta e oito centavos), por ter sido apurado o cometimento das irregularidades constatadas em fiscalização e consubstanciadas no Laudo para Verificação de Cumprimento de Obrigações Contratuais - TVC nº 0005RJ20070183.

ARA APKAR MINASSIAN

ATO Nº 8.493, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010

Processo nº 53560.000042/2008. Aplica à VIDEOMAR REDE NORDESTE S/A, CNPJ/MF nº 63.356.042/0001-80, concessionária do Serviço de TV a Cabo na Área de Fortaleza, no Estado do Ceará, a sanção de multa no valor de R$ 144.354,16 (cento e quarenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e dezesseis centavos), por ter sido apurado o cometimento das infrações constatadas em fiscalização e consubstanciadas no Auto de Infração do Serviço de TV por Assinatura - Concessionárias nº 0001CE20070253, de 8 de janeiro de 2008.

ARA APKAR MINASSIAN

ATO Nº 603, DE 31 DE JANEIRO DE 2011

Processo nº 53500.023524/2010. Aplica à TELEVIGO - TELEVISÃO A CABO LTDA., CNPJ/MF nº 04.098.738/0001-94, concessionária do Serviço de TV a Cabo nas Áreas de Pato Branco e Marechal Cândido Rondon, ambas no Estado do Paraná, a sanção de advertência, por ter sido apurado o descumprimento do prazo de 60 (sessenta) dias previsto no art. 29, "a", da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995 (Lei do Serviço de TV a Cabo), para o envio à Anatel de sua 8ª Alteração Contratual datada de 17 de janeiro de 2007 e registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR) no dia 13 de fevereiro subsequente.

ARA APKAR MINASSIAN

ATO Nº 604, DE 31 DE JANEIRO DE 2011

Processo nº 53500.023518/2010. Aplica à NET GOIÂNIA LTDA., CNPJ/MF nº 33.659.475/0001-43, concessionária do Serviço de TV a Cabo na Área de Goiânia, no Estado de Goiás, a sanção de advertência, por ter sido apurado o descumprimento do prazo de 60 (sessenta) dias previsto no art. 29, "a", da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995 (Lei do Serviço de TV a Cabo), para o envio à Anatel de sua 9ª Alteração Contratual datada de 24 de março de 2008 e registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás (JUCEG) no dia 1º de outubro de 2009.

ARA APKAR MINASSIAN

ATO Nº 665, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2011

Processo nº 53500.023521/2010. Aplica à TELESERV S/A, CNPJ/MF nº 02.242.370/0001-60, empresa autorizada a explorar o Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS) na Área de Aracajú, no Estado do Sergipe, a sanção de multa no valor de R$ 820,77 (oitocentos e vinte reais e setenta e sete centavos), por não ter encaminhado à Anatel o Termo de Transferência de Ações nº 14, datado de 21 de setembro de 2009, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias estabelecido no art. 1º, parágrafo único, do Ato nº 5.778, de 29 de setembro de 2008, publicado no Diário Oficial da União do dia 3 de outubro subsequente.

ARA APKAR MINASSIAN

ATO Nº 1.086, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2011

Processo nº 53539.000421/2008. Aplica à ACOM COMUNICAÇÕES S/A, CNPJ/MF nº 02.126.673/0001-18, empresa autorizada a explorar o Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS) na Área de João Pessoa, no Estado da Paraíba, a sanção de multa no valor de R$ 1.208,83 (um mil, duzentos e oito reais e oitenta e três centavos), por ter sido apurado o cometimento da infração constatada em fiscalização e consubstanciada no Auto de Infração de Serviços de Telecomunicações nº 0001PB20070062, de 3 de março de 2008.

ARA APKAR MINASSIAN

ATO Nº 1.087, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2011

Processo nº 53504.005601/2008. Aplica à SUNRISE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 02.279.256/0001-05, empresa autorizada a explorar o Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS) na Área de Monte Alto, no Estado de São Paulo, a sanção de multa no valor de R$ 199,69 (cento e noventa e nove reais e sessenta e nove centavos), por ter sido apurado o cometimento das irregularidades constatadas em fiscalização e consubstanciadas no Laudo para Verificação de Cumprimento de Obrigações Contratuais - MMDS nº 0003SP20080081, de 27 de março de 2008.

ARA APKAR MINASSIAN

ATO Nº 1.088, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2011

Processo nº 53504.005599/2008. Aplica à SUNRISE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 02.279.256/0001-05, empresa autorizada a explorar o Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS) na Área de São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo, a sanção de multa no valor de R$ 358,33 (trezentos e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos), por ter sido apurado o cometimento das irregularidades constatadas em fiscalização e consubstanciadas no Laudo para Verificação de Cumprimento de Obrigações Contratuais - MMDS nº 0002SP20080081, de 27 de março de 2008.

ARA APKAR MINASSIAN

ATO Nº 1.089, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2011

Processos n. 53528.001019/2006 e 53528.002839/2006. Aplica à TVA BRASIL RADIOENLACES LTDA., CNPJ/MF nº 58.884.495/0001-49, empresa autorizada a explorar o Serviço Especial de Televisão por Assinatura (TVA) na Área de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, a sanção de advertência, por ter sido apurado o cometimento da irregularidade constatada em fiscalização e consubstanciada nos Relatórios de Cronometria - TV por Assinatura n. 0001/RS20060042 e 0002/RS20060151, de 8 de março de 2006 e 7 de junho de 2006, respectivamente.

ARA APKAR MINASSIAN

ATO Nº 1.090, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2011

Processo nº 53504.006702/2008. Aplica à SUNRISE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 02.279.256/0001-05, empresa autorizada a explorar o Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS) na Área de Campinas, no Estado de São Paulo, a sanção de advertência, por ter sido apurado o cometimento da irregularidade constatada em fiscalização e consubstanciada no Laudo para Verificação de Cumprimento de Obrigações Contratuais - MMDS nº 0005SP20080041, de 10 de março de 2008.

ARA APKAR MINASSIAN

ATO Nº 1.380, DE 4 DE MARÇO DE 2011

Processo nº 53500.012477/2009. Aplica à VSAT TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 05.915.278/0001-02, concessionária do Serviço de TV a Cabo na Área de Viçosa, no Estado de Minas Gerais, a sanção de multa no valor de R$ 1.471,80 (hum mil, quatrocentos e setenta e um reais e oitenta centavos), por não haver cumprido as exigências formuladas por meio do Ofício-Circular nº 011/2006/CMROR/CMRO/SCM-ANATEL, de 25 de janeiro de 2006, quanto ao envio de informações relativas à prestação do serviço, cujos prazos para encaminhamento venceram no dia 15 de cada mês subsequente, conforme indicado no Ato de Instauração nº 39/CMLCE/CMLC/SCM, de 5 de junho de 2009.

ARA APKAR MINASSIAN

ATO Nº 1.827, DE 29 DE MARÇO DE 2011

Processo nº 53532.001028/2008. Aplica à TELEVISÃO CIDADE S/A, CNPJ/MF nº 01.673.744/0001-30, concessionária do Serviço de TV a Cabo na Área de Paulista, no Estado de Pernambuco, a sanção de multa no valor de R$ 1.711,94 (hum mil, setecentos e onze reais e noventa e quatro centavos), por ter sido apurado o cometimento das irregularidades constatadas em fiscalização e consubstanciadas no Auto de Infração do Serviço de TV por Assinatura - Concessionárias nº 0008PE20070093, de 27 de março de 2008.

ARA APKAR MINASSIAN

ATO Nº 1.828, DE 29 DE MARÇO DE 2011

Processo nº 53532.001028/2008. Aplica à TELEVISÃO CIDADE S/A, CNPJ/MF nº 01.673.744/0001-30, concessionária do Serviço de TV a Cabo na Área de Jaboatão dos Guararapes, no Estado de Pernambuco, a sanção de multa no valor de R$ 2.344,44 (dois mil, trezentos e quarenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos), por ter sido apurado o cometimento das irregularidades constatadas em fiscalização e consubstanciadas no Auto de Infração do Serviço de TV por Assinatura - Concessionárias nº 0008PE20070093, de 27 de março de 2008.

ARA APKAR MINASSIAN

ATO Nº 1.829, DE 29 DE MARÇO DE 2011

Processo nº 53532.001028/2008. Aplica à TELEVISÃO CIDADE S/A, CNPJ/MF nº 01.673.744/0001-30, concessionária do Serviço de TV a Cabo na Área de Olinda, no Estado de Pernambuco, a sanção de multa no valor de R$ 3.084,43 (três mil, oitenta e quatro reais e quarenta e três centavos), por ter sido apurado o cometimento das irregularidades constatadas em fiscalização e consubstanciadas no Auto de Infração do Serviço de TV por Assinatura - Concessionárias nº 0008PE20070093, de 27 de março de 2008.

ARA APKAR MINASSIAN

ATO Nº 4.069, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Processo nº 53500.012778/11. TV OMEGA LTDA - RTV - Campinas/SP - Canal 48-. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 4.070, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Processo nº 53500.012779/11. TV OMEGA LTDA - RTV - Ribeirão Preto/SP - Canal 43+. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 3.824, DE 3 DE JUNHO DE 2011

Processo nº 53500.010387/2011 - Expede autorização à RÁDIO GLOBO S.A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.066.234/0001-90, para executar, para uso próprio, o Serviço Limitado Privado, submodalidade Serviço de Rede Privado, de interesse restrito, em âmbito interior, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de exploração do serviço o território nacional.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 3.825, DE 3 DE JUNHO DE 2011

Processo nº 53500.010386/2011 - Expede autorização à RÁDIO GLOBO DE SÃO PAULO LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob nº 43.924.497/0001-47, para executar, para uso próprio, o Serviço Limitado Privado, submodalidade Serviço de Rede Privado, de interesse restrito, em âmbito interior, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de exploração do serviço o território nacional.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 41, DE 12 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 187, Inciso XIX, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria n° 401, publicada em 24 de agosto de 2006, com a alteração introduzida pela Portaria n° 711, de 13 de novembro de 2008, e nº 69,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

publicada em 18 de março de 2011, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.057315/2007 e, em especial, da Nota Técnica nº 336/2011/CORAT/CGLO/DEOC/SCE-MC, resolve:

Art. 1º Homologar a utilização da denominação de Fantasia "RÁDIO 105 FM - RÁDIO PRA VALER", utilizada pela RÁDIO SERRA DA MESA LTDA., nas transmissões de sua estação de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na localidade de Minaçu, Estado de Goiás.

Art. 2º Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR

PORTARIA Nº 63, DE 8 DE JUNHO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53740.000515/2002, resolve:

Autorizar a TV ESPLANADA DO PARANÁ LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná, canal 7 (sete), classe E, a executar o Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Comunicação de Ordens Internas, no referido município, e aprovar seus locais de instalação.

DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 2.930, DE 31 DE MAIO DE 2011

Transferir para a empresa EDP Renováveis do Brasil S.A. a autorização, objeto da Resolução n° 461, de 27 de agosto de 2002, para implantar e explorar a Central Geradora Eólica Santa Vitória do Palmar 1, situada no Município de Santa Vitória do Palmar, Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto nas Resoluções Normativas nº 389 e nº 391, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo nº 48500.002202/2002-62, resolve:

Art. 1° Transferir a autorização, objeto da Resolução n° 461, de 27 de agosto de 2002, para implantar e explorar a Central Geradora Eólica Santa Vitória do Palmar 1, situada no Município de Santa Vitória do Palmar, Estado do Rio Grande do Sul, para a empresa EDP Renováveis do Brasil S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o n. 09.334.083/0001-20, com sede na Rua Joaquim Floriano n° 413, Andar 17, Itaim Bibi, Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2° Alterar a denominação do empreendimento para central geradora eólica Santa Vitória do Palmar.

Art. 3° Alterar as características técnicas da central geradora eólica Santa Vitória do Palmar, estabelecida no art. 1° da Resolução n° 461, de 27 de agosto de 2002, atualmente composta por oitenta e quatro aerogeradores de 1.500 kW, totalizando 126.000 kW de potência instalada, que será composta por quarenta e cinco aerogeradores de 1.800 kW cada, totalizando 81.000 kW potência total instalada, com fator de capacidade igual a 0,37.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 24 de maio de 2011

Nº 2.166 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta nos autos do Processo 48500.000627/2010-36, resolve conhecer e, no mérito, negar provimento ao recurso da AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia Elétrica S/A - AES SUL, mantendo na íntegra a decisão constante no Auto de Infração nº 041/2010-SFE, que aplicou a penalidade de multa, no valor de R$ 508.750,71 (quinhentos e oito mil setecentos e cinquenta reais e setenta e um centavos), valor este que deverá ser atualizado nos termos da legislação vigente.

Em 31 de maio de 2011

Nº 2.317 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001180/2000-24, resolve conhecer e negar provimento ao Pedido de Reconsideração interposto pela Cooperativa de Energização e Desenvolvimento Rural de Bananeiras Ltda. - CERBAL em face do Despacho n. 2.616/2010 e da Resolução Autorizativa n. 2532/2010, que indeferiu o pedido de regularização formulado pela Requerente e declarou a utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Energisa Paraíba S.A., as instalações de distribuição de energia elétrica pertencentes à CERBAL.

Nº 2.326 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta nos autos do Processo 48500.002517/2008-94, resolve por conhecer e, no mérito, dar provimento ao recurso da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai - ETAU, no sentido de alterar o enquadramento da infração descrita no Auto de Infração nº 091/2009 no inciso VII do art. 6º da Resolução nº 63/2004 e reduzir a penalidade de multa para R$ 28.593,97 (vinte e oito mil quinhentos e noventa e três reais e noventa e sete centavos), cabendo ao recorrente ressarcimento da diferença do valor já pago a maior, acrescido de juros.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Homologatória nº 1.090, de 23 de novembro de 2011, publicada no DOU nº 228, de 30 de novembro de 2011, Seção 1, páginas 138 a 140, constante do Processo nº 48500.003096/2010-33, fazer constar o Quadro "V" nos Anexos II-A e II-B.

TUSD - GERAÇÃO	QUADRO V
	TUSDg
SUBGRUPO	DEMANDA (R$/kW)
A4 (13,8 kV)	6,68

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 9 de junho de 2011

Nº 2.480 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando o disposto na Resolução Normativa nº 391, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo nº 48500.001366/2011-52, resolve registrar o recebimento do requerimento de outorga da EOL Diamantina e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 29.990 kW de potência instalada, com a finalidade de produção independente de energia elétrica, localizada no Município de Mucugê, Estado da Bahia, em favor da empresa Parque Eólico Diamantina Ltda., conferindo-lhe as prerrogativas estabelecidas no §1º do artigo 6º da referida REN 391/09, observadas as condições dispostas no §2º desse dispositivo.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 9 de junho de 2011

Nº 2.481 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.002081/2009-14, resolve: I - Liberar as unidades geradoras UG1, UG2 e UG3, totalizando 1.500 kW de capacidade instalada, da PCH Maria Célia Mauad Notini, localizada no Município de Passa Tempo, Estado de Minas Gerais, de titularidade da Ferro Liga Ltda., que obteve a autorização por meio da Resolução ANEEL nº 1.825, de 3 de Março de 2009, para início da operação em teste a partir do dia 10 de junho de 2011.

Nº 2.482 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.005462/2010-99, resolve: I - Liberar as unidades geradoras UG6 a UG9, de 2.000 kW cada, totalizando 8.000 kW, da EOL Cerro Chato III, localizada no Município de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul, de titularidade da empresa Eólica Cerro Chato III S.A., autorizada nos termos da Portaria n° 748, de 24 de agosto de 2010, e que teve alterada as características técnicas, as instalações de interesse restrito e a denominação da usina, nos termos do Despacho ANEEL nº 147, de 20 de janeiro de 2011, para início da operação em teste a partir do dia 10 de junho de 2011; II - A solicitação do início da operação comercial somente poderá ser efetuada após a conclusão da operação em teste e, conforme a pertinência de cada caso, a liberação estará condicionada à apresentação dos documentos originais exigidos no art. 5º e dar-se-á nos termos do art. 6º da Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003.

RÔMULO DE VASCONCELOS FEIJÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 9 de junho de 2011

Nº 2.483 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1.047, de 9 de setembro de 2008, considerando o disposto no inciso XIII, do art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, na Resolução nº 444, de 26 de outubro de 2001, na Resolução Normativa nº 334, de 21 de outubro de 2008, na Resolução nº 525/2001-ANEEL, de 04 de dezembro de 2001, no Contrato de Concessão nº 001/1996-DNAEE, e o que consta do Processo n° 48500.005808/2010-59, resolve: I - anuir à minuta do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia do Proprietário a ser firmado, entre a LIGHTGER S.A. - (contratante) e a LIGHT ENERGIA S.A. (contratada), para a implantação da Pequena Central Hidrelétrica Paracambi localizada no Ribeirão das Lajes e do sistema de transmissão associado localizados no Município de Paracambi/RJ pelo valor global de R$ 450.268,69; II - ressalvar que devem ser observados os procedimentos previstos no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e demais disposições contidas na legislação e normas regulatórias vigentes; III - estabelecer que a cópia do Termo de Contrato devidamente assinado seja disponibilizada em arquivo para fiscalização a posteriori e IV - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 2.484 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 1.047, de 9 de setembro de 2008, considerando o disposto no inciso XIII, art. 3º, da Lei no 9.427, de 26 de dezembro de 1996, na Resolução nº. 334, de 21 de outubro de 2008, na Resolução Normativa nº 247, de 21 de dezembro de 2006 e o que consta do Processo nº 48500.002059/2010-16, resolve: I - anuir com o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, celebrado entre Elektro Eletricidade e Serviços S.A. (compradora) e Elektro Comercializadora de Energia Ltda. (vendedora), com vigência até 31/12/2011, cujo objetivo é suprir a Unidade Consumidora UC nº 0031936768, edifício sede social da Distribuidora, na cidade de Campinas/SP, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 247, de 21 de dezembro de 2006; II - registrar que (i) a presente anuência não implica reconhecimento, pela ANEEL, dos valores contratados pelos agentes, os quais, para fins tarifários, estarão sujeitos aos limites apurados, segundo a metodologia própria; e (ii) que os valores contratados, em momento algum, servirão de alegação para qualquer pleito, visando à reposição do equilíbrio econômico-financeiro da Concessionária; e III - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

RESOLUÇÃO Nº 31, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, em cumprimento ao disposto no Contrato de Concessão, conforme estabelecido no inciso III do Art. 44 da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e de acordo com a Resolução de Diretoria nº 509, de 8 de junho de 2011, e

Considerando a necessidade de utilização das melhores práticas da indústria do petróleo na avaliação de descobertas de petróleo ou gás natural,

Considerando a atribuição da ANP de organizar e manter o acervo de informações e dados técnicos relativos à indústria do petróleo, e

Considerando a responsabilidade administrativa de fazer cumprir as boas práticas de preservação do meio ambiente e de segurança operacional, torna público o seguinte ato:

Art. 1º. Fica aprovado o Regulamento Técnico do Plano de Avaliação de Descobertas de Petróleo ou Gás Natural, doravante denominado também Plano ou PAD, anexo à presente Resolução, que define o objetivo, o conteúdo e determina os procedimentos quanto à forma de apresentação do documento e também especifica o conteúdo do Relatório Final de Avaliação de Descobertas de Petróleo e Gás Natural (RFAD).

Art. 2º. Para os efeitos desta Resolução e do Regulamento Técnico que ela institui, além das definições contidas no Art. 6° da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, nos Contratos de Concessão para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural e no Regulamento Técnico de Reservas de Petróleo ou Gás Natural, ficam incorporadas, valendo para todos os fins e efeitos, no plural ou no singular, as seguintes:

I - Relatório Final de Avaliação de Descobertas de Petróleo ou Gás Natural - RFAD: é o documento preparado pelo Concessionário descrevendo o conjunto das operações empregadas para a avaliação da descoberta de petróleo ou gás natural, e apresentando os resultados dessa avaliação;

II - Compromisso Firme: é a atividade prevista no PAD cuja realização é certa e obrigatória para atingir os objetivos do Plano;

III - Compromisso Contingente: é a atividade prevista no PAD cuja realização é incerta e dependerá do resultado dos Compromissos Firmes que a antecedem e que lhe são correlatos.

Art. 3º. O Concessionário que decidir avaliar uma descoberta de petróleo ou gás natural numa área de concessão fica obrigado a entregar à ANP, no prazo estabelecido no Contrato de Concessão de Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural, o respectivo PAD.

Art. 4º. O início de execução das atividades do PAD somente poderá se dar após a aprovação do mesmo pela Diretoria Colegiada, sendo que os casos excepcionais serão examinados pela Diretoria em regime de urgência.

§ 1°. A ANP terá prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do PAD, para aprová-lo ou solicitar modificações justificadas ao Concessionário. Caso a ANP solicite tais modificações, o Concessionário deverá apresentá-las no prazo de 30 (trinta) dias contados da solicitação, repetindo-se então os prazos e o procedimento previstos neste parágrafo.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 2°. A execução do PAD poderá ser interrompida a qualquer momento, quando justificadamente exigido pela ANP.

§ 3°. As revisões do PAD deverão ser submetidas por escrito à ANP, aplicando-se a elas o procedimento previsto no § 1° desse artigo.

§ 4°. A ANP poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, solicitar as informações complementares que julgar pertinentes bem como a exposição oral do Plano de Avaliação de Descobertas de Petróleo ou Gás Natural.

§ 5°. O Concessionário somente poderá iniciar teste de poço de longa duração com prévia inspeção do sistema de medição da produção, autorização de início pela ANP e obtenção das outras autorizações e licenças previstas na legislação.

§ 6°. A previsão de Compromissos Contingentes deve ser justificada tecnicamente no PAD, sendo explicitadas as relações de contingência com os Compromissos Firmes, e as datas de sua realização devem ser assinaladas no respectivo cronograma e a decisão de não realizá-los deverá ser comunicada à ANP até essas datas previstas de realização.

§ 7°. A realização de todos os Compromissos Firmes e a avaliação dos resultados produzidos, nos prazos previstos, aliadas à decisão de não executar os Compromissos Contingentes, ou à apresentação de Declaração de Comercialidade, implicará o término antecipado do prazo de conclusão do Plano.

Art. 5º. A não realização dos Compromissos Firmes contidos em Plano de Avaliação de Descobertas de Petróleo e Gás Natural aprovado pela ANP sujeitará o Concessionário às penalidades cominadas na legislação vigente ou em outra que venha a sucedê-la.

Art. 6º. Cumprido o PAD proposto pelo Concessionário, segundo o cronograma aprovado para sua execução, observado o disposto no § 7° do artigo 4°, o Concessionário apresentará à ANP o RFAD no prazo máximo de 90 (noventa) dias, ou na data da Declaração de Comercialidade, quando esta ocorrer antes desse prazo.

§ 1°. Quando o PAD, por qualquer motivo, não for completado no prazo aprovado pela ANP, fica o Concessionário obrigado a apresentar o RFAD, descrevendo as operações realizadas e expondo todos os dados obtidos, em até 90 dias da data de interrupção das atividades.

§ 2°. O RFAD deverá conter elementos que permitam a avaliação da adequação técnica da área de desenvolvimento e da estimativa de volumes in situ contidas na Declaração de Comercialidade, caso seja ela feita.

§ 3°. Fica o Operador obrigado a comunicar incontinenti à ANP a interrupção da realização do PAD.

§ 4°. A Declaração de Comercialidade somente será apreciada pela ANP mediante a entrega do RFAD.

§ 5°. O operador deverá informar à ANP a ocorrência de extensões de jazidas para além dos limites da área de concessão e situadas em área da União.

Art. 7º. A ocorrência de descoberta dentro de áreas de concessão na Fase de Produção deve ser comunicada por escrito pelo Concessionário à ANP no prazo de 30 (trinta) dias, incluindo todos os dados disponíveis até aquele momento.

§ 1°. O PAD deverá ser apresentado quando for considerada a possibilidade de apropriação da nova descoberta em área de concessão na Fase de Produção.

§ 2°. O RFAD identificará a unidade litoestratigráfica e cronoestratigráfica que contém a jazida e informará o volume de petróleo e/ou gás que deverá ser incorporado à reserva do campo em consequência da descoberta.

§ 3°. Se o RFAD concluir pela apropriação da nova jazida, O Concessionário encaminhará a revisão dos capítulos do Plano de Desenvolvimento que se alterarem em razão deste fato, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da data de entrega do referido Relatório.

Art. 8º. As operações do PAD só poderão ser iniciadas após a obtenção das licenças exigidas pela legislação vigente, independentemente da apresentação ou aprovação do Plano.

§ 1°. A emissão de novas licenças ou a renovação de licenças e autorizações ocorridas durante a realização das atividades previstas no PAD, inclusive os testes de longa duração, deverão ser comunicadas à ANP, juntamente com as cópias das mesmas.

§ 2°. A queima ou ventilação de gás natural que não tenha sido prevista no PAD deverá ser autorizada pela ANP.

Art. 9º. O não cumprimento das disposições contidas na presente Resolução e no Regulamento Técnico por ela instituído implicará aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Portaria ANP n° 259, de 5 de dezembro de 2000.

HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA

ANEXO

REGULAMENTO TÉCNICO DO PLANO DE AVALIAÇÃO DE DESCOBERTAS DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL E DO RESPECTIVO RELATÓRIO FINAL

1. OBJETIVO

1.1 O presente Regulamento define o objetivo, especifica o conteúdo e determina os procedimentos quanto à forma de apresentação do Plano de Avaliação de Descobertas de Petróleo ou Gás Natural (PAD), de que trata o Contrato de Concessão, e define os critérios de aprovação e revisão do referido Plano e estabelece o conteúdo do Relatório Final de Avaliação de Descobertas de Petróleo e Gás Natural (RFAD).

1.1.1 Este Regulamento aplica-se à avaliação de descobertas de petróleo ou gás natural localizadas nas áreas de concessão.

1.2 O PAD deverá, para que seja aprovado, atender os objetivos a seguir enumerados:

a) possibilitar a quantificação dos volumes in situ originais de petróleo ou gás natural;

b) possibilitar a classificação e quantificação dos volumes descobertos em recursos e reservas, quando ocorrer a Declaração de Comercialidade;

c) possibilitar a compreensão dos mecanismos de produção e a previsão do comportamento de produção dos poços e reservatórios;

d) possibilitar a caracterização dos fluidos presentes nos reservatórios e das rochas que constituem os reservatórios;

e) possibilitar a compreensão do modelo geológico dos reservatórios, ou seja, seu controle estratigráfico ou estrutural, e a delimitação espacial destes mesmos reservatórios;

f) garantir a segurança operacional;

g) garantir a preservação ambiental.

1.3 O Plano de Avaliação de Descobertas de Petróleo ou Gás Natural deverá ser preparado de acordo com as instruções contidas neste Regulamento e conter informações suficientes, em abrangência e detalhe, para:

a) permitir a avaliação, por parte da ANP, de sua suficiência para atender os objetivos enumerados no item 1.2;

b) permitir à ANP conhecer e acompanhar as atividades de avaliação da descoberta;

c) demonstrar que a avaliação da descoberta se fará segundo as melhores práticas da indústria do petróleo e em obediência às normas e regulamentações da ANP e à legislação em vigor.

2. DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1 O Plano de Avaliação de Descobertas de Petróleo e/ou Gás Natural deverá ser enviado à ANP através de uma carta de encaminhamento, que deverá conter:

a) nome(s) do(s) Concessionário(s);

b) nome do operador;

c) nome do bloco;

d) nome da bacia sedimentar;

e) número do Contrato de Concessão;

f) nome e cadastro do poço descobridor;

g) nome de unidade(s) litoestratigráfica(s) e cronoestratigráfica(s).

2.3 Novas tecnologias desenvolvidas pelo próprio Concessionário, ou aplicação de tecnologias novas ou pouco comuns na área de exploração de petróleo e gás natural, deverão ser descritas no Plano de Avaliação de Descobertas de Petróleo ou Gás Natural quando sua aplicação for prevista, assegurado o sigilo da informação nos termos da cláusula específica do Contrato de Concessão.

2.4 As revisões de um PAD já submetido ou aprovado, resultantes de introdução das alterações abaixo relacionadas, deverão ser comunicadas por escrito à ANP, acompanhadas das justificativas técnicas que as motivaram.

a) modificação na extensão dos levantamentos geofísicos;

b) alteração do número de poços a serem perfurados ou dos objetivos;

c) alterações no cronograma proposto;

d) quaisquer alterações que afetem os objetivos e a abrangência do Plano de Avaliação de Descobertas de Petróleo ou Gás Natural original;

e) descoberta de nova jazida de petróleo ou gás durante a execução do PAD.

3. CONTEÚDO DO PLANO DE AVALIAÇÃO

3.1 O Plano de Avaliação de Descobertas de Petróleo ou Gás Natural deverá conter, no mínimo, os tópicos que se seguem.

3.1.1 Sumário Executivo, que deverá contemplar os seguintes aspectos:

a) os objetivos e a estratégia de avaliação;

b) o mapa de localização da descoberta;

c) coordenadas da área retida para avaliação;

d) o contexto geológico no qual se insere a descoberta de petróleo ou gás natural;

e) os programas dos levantamentos geofísicos previstos;

f) previsão de outros métodos exploratórios previstos;

g) o número e o tipo de poços previstos;

h) a previsão do total dos investimentos necessários para a avaliação;

i) a duração da avaliação, com apresentação de cronograma;

j) estimativa dos volumes in place de petróleo ou gás que se espera comprovar em P-10, P-50 e P-90.

3.1.2 Descrição da descoberta, ressaltando:

a) os resultados da avaliação preliminar;

b) a metodologia empregada para a avaliação quantitativa de perfis e os resultados obtidos, com indicação das zonas de interesse e suas propriedades calculadas;

c) os testes de formação executados, identificando o intervalo, os resultados e as interpretações.

3.1.3 Geologia e reservatórios, contendo o modelo geológico baseado nos estudos anteriores e nas informações fornecidas pela perfuração do poço descobridor enfatizando:

a) a interpretação geológica e geofísica que deu origem à locação do poço descobridor, descrevendo as seções geológicas e sísmicas interpretadas e incluindo o poço descobridor e os poços de correlação com as unidades litoestratigráficas ou cronoestratigráficas constatadas;

b) as unidades lito-, bio- e cronoestratigráficas constatadas, incluindo quadro de previsões e constatações geológicas e a coluna estratigráfica apropriada;

c) o sistema petrolífero ao qual a descoberta se relaciona;

d) um resumo da evolução estrutural da área, enfatizando o controle estrutural da acumulação, as possíveis compartimentações ou barreiras;

e) as principais propriedades petrofísicas dos reservatórios;

f) as informações dos poços de correlação existentes como estratigrafia, indícios, resultados de testes e perfis.

3.1.4 Programa de avaliação, descrevendo as atividades previstas para a avaliação da descoberta, assinalando Compromissos Firmes e Compromissos Contingentes e enfocando:

a) o programa geofísico adicional, se previsto, apresentando os objetivos e o tipo de aquisição;

b) para os compromissos contingentes deve ser estabelecida uma relação de contingência, ou seja, deve ser indicada a condição relacionada às atividades firmes que determinará sua realização ou não;

c) a locação preliminar dos poços de extensão, ou pioneiros adjacentes, previstos e os prospectos já identificados;

d) testes de formação a serem realizados nos poços já perfurados, com indicação do intervalo e objetivo;

e) os estudos e atividades complementares (análises geoquímicas, reinterpretações, descrição e análise de testemunhos, análise de fluidos e petrofísicas etc.);

f) a programação para a realização de Teste de Longa Duração, quando este for previsto. Nesse caso, o Plano deverá conter a programação detalhada do teste, de acordo com o Catálogo de E&P;

g) outros métodos ou técnicas que serão empreendidos durante a Avaliação da Descoberta (por exemplo: tomografia sísmica, perfis de ressonância, análise de AVO etc.);

h) os reprocessamentos de dados sísmicos previstos, indicando a(s) técnica(s) a ser(em) empregada(s) e o ganho esperado em relação ao dado original.

3.1.5 Cronograma das Atividades contemplando as atividades físicas da avaliação, discriminando:

a) levantamentos geológico, geofísico e geoquímico;

b) processamento ou reprocessamento de dados geofísicos;

c) perfuração, avaliação e completação de poços;

d) realização de testes de longa duração;

e) estudos complementares;

f) análises laboratoriais e estudos complementares (petrofísica, geoquímica etc.);

g) duração da elaboração do Relatório Final de Avaliação de Descoberta de Petróleo ou Gás Natural;

h) datas de definição sobre a realização ou não dos Compromissos Contingentes e da devida comunicação à ANP.

3.1.6 Previsão de investimentos necessários para a execução do Plano de Avaliação de Descobertas de Petróleo ou Gás Natural proposto, discriminando os Compromissos Firmes, os Compromissos Contingentes e o investimento total:

a) os levantamentos geológico, geofísico e geoquímico, separando os levantamentos de sísmica, gravimétricos/magnetométricos, eletromagnéticos e outros;

b) o processamento e os reprocessamentos de dados geofísicos apresentados em separado;

c) a perfuração, avaliação e completação de poços;

d) a realização de testes de longa duração;

e) os estudos complementares;

f) as análises laboratoriais e sua avaliação;

g) a elaboração do Relatório Final de Avaliação de Descoberta de Petróleo ou Gás Natural.

3.1.7 As seguintes atividades específicas devem ser previstas no PAD e quando não o forem, exigirão autorizações específicas da ANP para sua realização:

a) previsão de queima de gás;

b) atividades de pesquisa necessárias para realização do PAD.

3.1.8 Para apresentação do PAD devem ser observadas as seguintes especificações:

a) o PAD deverá ser apresentado em encadernação adequada;

b) todas as figuras do PAD, em especial os mapas, as seções de sísmica, geológicas e geologia, perfis e gráficos deverão ser apresentadas em forma legível, quando necessário em formato maior que A4;

c) os poços deverão ser identificados pelo nome de poço ANP.

4. PROJETO DE INTERPRETAÇÃO

4.1 Juntamente com o Plano de Avaliação de Descobertas de Petróleo ou Gás Natural o Concessionário deverá entregar à ANP, em meio magnético apropriado (CD, DVD ou HD externo), o projeto de interpretação sísmica e geológica que possibilite a apreciação do Plano proposto, o qual deverá conter:

a) o dado sísmico de amplitude em tempo ou profundidade (em formato SEG-Y), recobrindo a(s) jazida(s) avaliada(s), com as interpretações apropriadas (horizontes e falhas);

b) os poços, já ajustados ao dado sísmico, que auxiliaram na definição do Plano de Avaliação de Descobertas de Petróleo ou Gás Natural e do(s) prospecto(s) exploratório(s). Incluir o zoneamento estratigráfico dos poços (topo/base das principais formações, zonas estratigráficas e biozonas);

c) outros atributos sísmicos (em formato SEG-Y) que auxiliaram na interpretação dos dados e na elaboração do Plano de Avaliação de Descobertas de Petróleo ou Gás Natural proposto;

d) o modelo geológico conceitual (estrutural-estratigráfico) elaborado a partir da interpretação sísmica (horizontes, falhas e atributos correlacionáveis), interpretação geológica (zoneamento do reservatório, seções estratigráficas, seções estruturais e mapas de isópacas), interpretação de dados de rocha (dados litológicos, petrofísicos e bioestratigráficos) e interpretação de dados de perfis (perfis de avaliação e modelo de eletrofácies), com o respectivo gride definido, com a devida inserção das propriedades físicas utilizadas (modelo de propriedades) e com os respectivos cálculos de volumes de hidrocarbonetos realizados.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

5. DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE

5.1 A Declaração de Comercialidade deverá conter o mapa apresentando os limites da área a ser declarada comercial, ou seja, da Área de Desenvolvimento, e deverá ser definido em função dos limites das jazidas efetivamente avaliadas, segundo os critérios definidos neste Regulamento e observando as disposições do Contrato de Concessão.

5.1.1 Os vértices da área de desenvolvimento devem ser definidos por coordenadas geográficas referenciadas ao datum adotado na norma oficial pertinente.

5.1.2 Deve ser fornecido um mapa com identificação do limite da(s) jazida(s) e limite do polígono que define a área de desenvolvimento.

5.1.3 O nome de campo e a sigla que o identifica devem ser propostos de acordo com a Portaria ANP n° 90/2000.

5.1.4 Para efeito de delimitação da área de desenvolvimento serão consideradas efetivamente avaliadas as jazidas que se enquadrarem em alguma das situações enumeradas a seguir:

a) A área de desenvolvimento será formada de porções do(s) reservatório(s) perfurado(s), cujos fluidos presentes sejam conhecidos a partir dos dados de rocha, perfis ou testes, e cujo potencial para produção comercial tenha sido constatado;

b) A área de desenvolvimento incluirá porções do(s) reservatório(s) não perfurado(s) que sejam lateralmente contíguas àquelas enquadradas na situação anterior, e porções entre poços, desde que possam ser consideradas comercialmente produtoras com elevado grau de certeza com base nos dados geológicos, geofísicos e de teste, e a critério da ANP.compreendendo

•"amarração" ao dado sísmico a partir de sismogramas sintéticos, VSP, check-shot ou outros métodos ou

•dados de impedância, coerência, AVO ou outros dados levantados.

c) Áreas de pequeno porte (upsides) que, a depender dos seus volumes estimados e das condições geológicas constatadas, poderão, a critério da ANP, ser incorporadas ás áreas declaradas comerciais que comporão o campo.

5.1.5 As áreas consideradas para delimitação da área de desenvolvimento deverão estar devidamente mapeadas e seus volumes in situ e reservas de hidrocarbonetos estimados em P-10, P-50 e P-90.

6. CONTEÚDO DO RELATÓRIO FINAL DE AVALIAÇÃO DE DESCOBERTAS (RFAD)

6.1 O Relatório deverá ser enviado por carta de encaminhamento identificada pelos mesmos itens especificados em 2.1.

6.2 O Relatório deverá conter a descrição da realização das atividades que compõem o cronograma do Plano de Avaliação (item 3.1.6) e os resultados alcançados em cada uma delas.

6.3 No caso de nova jazida em área de concessão na Fase de Produção, o Relatório deverá ser explícito quanto à intenção de apropriar reservas e deverá conter o mapa apresentando os limites da projeção da nova jazida.

6.4 O Relatório deve conter um item com as conclusões advindas da avaliação da descoberta a partir das atividades realizadas ao longo da execução do PAD, enumerando as razões que fundamentam a comercialidade da jazida.

6.5 O Relatório deverá conter uma tabela comparativa entre previsto e realizado no que diz respeito a atividades, cronogramas, investimentos e os volumes mais atualizados P-10, P-50 e P-90.

6.6 Para apresentação do RFAD devem ser observadas as seguintes especificações:

a) o RFAD deverá ser apresentado em encadernação adequada;

b) todas as figuras do RFAD, em especial os mapas, as seções de sísmica, geológicas e geologia, perfis e gráficos deverão ser apresentadas em forma legível e, quando necessário em formato maior que A4;

c) os poços deverão ser identificados pelo nome de poço ANP.

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL

Em 9 de junho de 2011

Nº 682 - O DIRETOR - GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 4º da Portaria nº 206, de 29 de agosto de 2000, e da Resolução de Diretoria nº 512, de 8 de junho de 2011, torna pública a atualização dos Anexos II e III da referida Portaria, com data efetiva a partir do mês de junho de 2011, conforme segue:

ANEXO II

RELAÇÃO DE TIPOS DE PETRÓLEO NACIONAL

01- Alagoano
02- Albacora
03- Albacora Leste
04- Baiano Mistura
05- Barracuda
06- Bijupirá
07- Cabiúnas Mistura
08- Cachalote
09- Camarupim
10- Canário
11- Caratinga
12- Cardeal
13- Ceará Mar
14- Colibri
15- Condensado de Merluza
16- Condensado de Mexilhão
17- Espadarte
18- Espírito Santo
19- Fazenda Alegre
20- Fazenda Belém
21- Fazenda Santo Estevão
22- Frade
23- Golfinho
24- Harpia
25- João de Barro
26- Jubarte
27- Lagoa do Paulo Norte
28- Marlim
29- Marlim Leste
30- Marlim Sul
31- Ostra
32- Periquito
33- Peroá
34- Pescada
35- Piranema
36- Piloto de Lula
37- Polvo
38- RGN Mistura
39- Riacho Tapuio
40- Rolinha
41- Roncador
42- Salema
43- Sergipano Mar
44- Sergipano Terra
45- Sergipe - Vaza Barris
46- Tabuleiro
47- Tambaú-Uruguá
48- Tartaruga
49- Tigre
50- TLD de Guará
51- TLD de Tiro
52- Uirapuru
53- Urucu
54- Peregrino

ANEXO III

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS TIPOS DE PETRÓLEO NACIONAIS

01 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : ALAGOANO

Grau API: 42,2		
Teor de Enxofre: 0,06%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	>500 °C
37,36%	47,54%	15,10%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.003892/2000	ANAMBÉ	26,26%
48000.003850/97-29	CIDADE DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	2,85%
48000.003854/97-80	FURADO	21,93%
48610.003892/2000	JAPUAÇU	0,28%
48000.003859/97-01	PILAR	45,54%
48000.003861/97-45	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	3,14%
TOTAL		100,00%

02 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : ALBACORA

Grau API: 28,3		
Teor de Enxofre: 0,44%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
31,90%	28,40%	39,70%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003703/97-02	ALBACORA	100,00%
TOTAL		100,00%

03 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : ALBACORA LESTE

Grau API: 20,0		
Teor de Enxofre: 0,59%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
22,76%	14,72%	62,52%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003895/97-67	ALBACORA LESTE	100,00%
TOTAL		100,00%

04 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : BAIANO MISTURA

Grau API: 36,5		
Teor de Enxofre: 0,06%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
20,22%	49,58%	30,20%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003629/97-43	ÁGUA GRANDE	6,10%
48000.003630/97-22	APRAIUS	0,29%
48000.003631/97-95	ARAÇAS	9,08%
48000.003632/97-58	ARATU	0,00%
48000.003514/97-21	BEIJA-FLOR	0,00%
48000.003672/97-72	BIRIBA	0,04%
48000.003658/97-41	BONSUCESSO	0,19%
48000.003636/97-17	BREJINHO	0,13%
48000.003635/97-46	BURACICA	9,28%
48000.003881/97-52	CAMAÇARI	0,00%
48000.003637/97-71	CANABRAVA	0,07%
48000.003638/97-34	CANDEIAS	2,20%
48000.003639/97-05	CANTAGALO	0,02%
48000.003640/97-86	CASSARONGONGO	2,80%
48000.003641/97-49	CEXIS	0,66%
48000.003642/97-10	CIDADE ENTRE RIOS	3,28%
48000.003702/97-31	CONCEIÇÃO	0,00%
48000.003644/97-37	DOM JOÃO	2,87%
48000.003645/97-08	DOM JOÃO MAR	0,63%
48610.004004/98	FAZENDA ALTO DAS PEDRAS	0,00%
48000.003646/97-62	FAZENDA ALVORADA	1,96%
48000.003647/97-25	FAZENDA AZEVEDO	0,11%
48000.003648/97-98	FAZENDA BÁLSAMO	6,76%
48000.003649/97-51	FAZENDA BELÉM	0,87%
48000.003650/97-30	FAZENDA BOA ESPERANÇA	4,49%
48000.003651/97-01	FAZENDA IMBÉ	1,62%
48000.003891/97-14	FAZENDA MATINHA	0,00%
48000.003652/97-65	FAZENDA ONÇA	0,28%
48000.003653/97-28	FAZENDA PANELAS	6,97%
48000.003883/97-88	FAZENDA SANTA ROSA	0,02%
48000.003884/97-41	FAZENDA SORI	0,00%
48000.003656/97-16	GOMO	0,09%
48610.008017/2004	GUANAMBI	0,27%
48000.003657/97-89	ILHA BIMBARRA	0,00%
48000.003659/97-12	ITAPARICA	0,05%
48000.003660/97-93	JACUÍPE	0,00%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

48610.009488/2003	JANDAIA	4,82%
48000.003663/97-81	LAGOA VERDE	0,00%
48000.003664/97-44	LAMARÃO	0,07%
48000.003665/97-15	LEODÓRIO	0,00%
48000.003666/97-70	MALOMBÊ	1,10%
48000.003518/97-82	MANATI	1,14%
48000.003667/97-32	MANDACARU	0,05%
48000.003633/97-11	MAPELE	0,01%
48000.003668/97-03	MASSAPÊ	1,65%
48000.003669/97-68	MASSUÍ	0,87%
48000.003670/97-47	MATA DE SÃO JOÃO	2,89%
48000.003673/97-35	MIRANGA	5,87%
48000.003675/97-61	MIRANGA LESTE	0,00%
48000.003676/97-23	MIRANGA NORTE	0,11%
48000.003677/97-96	NORTE FAZENDA CARUAÇU	0,28%
48000.003678/97-59	PEDRINHAS	0,00%
48000.003679/97-11	POJUCA	0,06%
48000.003680/97-09	POJUCA NORTE	0,00%
48000.003894/97-02	QUERERÁ	0,01%
48000.003671/97-18	REMANSO	1,07%
48000.003682/97-26	RIACHO DA BARRA	2,20%
48000.003683/97-99	RIACHO OURICURI	0,26%
48000.003684/97-51	RIACHO SÃO PEDRO	0,00%
48000.003685/97-14	RIO DA SERRA	0,06%
48000.003686/97-87	RIO DO BU	5,94%
48000.003687/97-40	RIO DOS OVOS	0,63%
48000.003688/97-11	RIO ITARIRI	1,50%
48000.003890/97-43	RIO JOANES	0,00%
48000.003674/97-06	RIO PIPIRI	0,00%
48000.003689/97-75	RIO POJUCA	0,86%
48000.003690/97-54	RIO SAUÍPE	0,04%
48000.003691/97-17	RIO SUBAÚMA	0,05%
48000.003693/97-42	SÃO DOMINGOS	0,04%
48000.003694/97-13	SÃO PEDRO	0,04%
48000.003696/97-31	SESMARIA	0,43%
48000.003697/97-01	SOCORRO	0,95%
48000.003698/97-66	SOCORRO EXTENSÃO	0,17%
48000.003699/97-29	SUSSUARANA	0,01%
48000.003700/97-14	TAQUIPE	5,02%
48610.009488/2003	TANGARÁ	0,67%
48610.003701/97-79	VALE DO QUIRICO	0,00%
TOTAL		100,00%

05 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : BARRACUDA

Grau API: 25,0		
Teor de Enxofre: 0,52%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
30,30%	14,60%	55,10%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003897/97-92	BARRACUDA	100,00%
TOTAL		100,00%

06 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : BIJUPIRÁ

Grau API: 27,8		
Teor de Enxofre: 0,44%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
32,48%	28,82%	38,70%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003709/97-81	BIJUPIRÁ	100,00%
TOTAL		100,00%

07 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : CABIÚNAS MISTURA

Grau API: 25,5		
Teor de Enxofre: 0,47%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
32,76%	14,58%	52,66%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003730/97-77	ANEQUIM	0,00%
48000.003705/97-20	BADEJO	0,45%
48000.003726/97-08	BAGRE	0,12%
48000.003717/97-17	BICUDO	3,67%
48000.003718/97-71	BONITO	3,40%
48000.003711/97-22	CARAPEBA	9,54%
48000.003727/97-62	CHERNE	11,00%
48000.003714/97-11	CONGRO	0,61%
48000.003715/97-83	CORVINA	3,13%
48000.003719/97-34	ENCHOVA	2,90%
48000.003720/97-13	ENCHOVA OESTE	4,44%
48000.003721/97-86	GAROUPA	2,72%
48000.003722/97-49	GAROUPINHA	0,14%
48000.003706/97-92	LINGUADO	2,19%
48000.003716/97-46	MALHADO	4,10%
48000.003732/97-01	MARIMBÁ	15,73%
48000.003728/97-25	NAMORADO	11,84%
48000.003729/97-98	NE NAMORADO	0,00%
48000.003707/97-55	PAMPO	11,06%
48000.003731/97-30	PARATI	0,00%
48000.003712/97-95	PARGO	1,88%
48000.003733/97-65	PIRAÚNA	2,84%
48000.003708/97-18	TRILHA	0,15%
48000.003713/97-58	VERMELHO	5,58%
48000.003734/97-28	VIOLA	2,51%
TOTAL		100,00%

08 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : CACHALOTE

Grau API: 22,1		
Teor de Enxofre: 0,48%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
24,64%	15,36%	60,00%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003560/97-49	CACHALOTE	63,97%
48000.003560/97-49	BALEIA FRANCA	36,03%
TOTAL		100,00%

09 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : CAMARUPIM

Grau API: 51,5		
Teor de Enxofre: 0,02%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
65,80%	34,20%	0,00%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003535/97-00	CAMARUPIM	64,39%
48000.010724/2001	CAMARUPIM NORTE	35,61%
TOTAL		100,00%

10 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : CANÁRIO

Grau API: 30,70		
Teor de Enxofre: 0,17%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
18,60%	32,00%	49,40%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.003899/2000	CANÁRIO	100,00%
TOTAL		100,00%

11 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : CARATINGA

Grau API: 22,4		
Teor de Enxofre: 0,60%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
27,34%	14,66%	58,00%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003898/97-55	CARATINGA	100,00%
TOTAL		100,00%

12 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : CARDEAL

Grau API: 28,5		
Teor de Enxofre: 0,27%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
21,50%	33,73%	44,77%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.008000/2004	CARDEAL	100,00%
TOTAL		100,00%

13 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : CEARÁ MAR

Grau API: 29,5		
Teor de Enxofre: 0,39%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
31,10%	28,40%	40,50%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003775/97-13	ATUM	15,22%
48000.003776/97-78	CURIMÃ	17,48%
48000.003777/97-31	ESPADA	31,15%
48000.003778/97-01	XARÉU	36,15%
TOTAL		100,00%

14 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : COLIBRI

Grau API: 33,8		
Teor de Enxofre: 0,16%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
27,38%	36,57%	36,05%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009503/2003	COLIBRI	100,00%
TOTAL		100,00%

15 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : CONDENSADO DE MERLUZA

Grau API: 58,3		
Teor de Enxofre: 0,04%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
86,54%	13,46%	0,00%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003866/97-69	MERLUZA	12,24%
48000.003923/97-09	LAGOSTA	87,76%
TOTAL		100,00%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

16 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : CONDENSADO DE MEXILHÃO

Grau API: 47,2		
Teor de Enxofre: 0,01%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
50,66%	45,04%	4,30%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003576/97-89	MEXILHÃO	100,00%
TOTAL		100,00%

17 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : ESPADARTE

Grau API: 22,1		
Teor de Enxofre: 0,45%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
25,60%	13,70%	60,70%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003899/97-18	ESPADARTE	100,00%
TOTAL		100,00%

18 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : ESPIRITO SANTO

Grau API: 24,8		
Teor de Enxofre: 0,31%		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
29,40%	15,20%	55,40%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003756/97-61	BARRA DO IPIRANGA	0,01%
48000.007984/2004	BIGUÁ	0,02%
48000.003735/97-91	CAÇÃO	0,00%
48000.003736/97-53	CACIMBAS	0,00%
48000.003737/97-16	CAMPO GRANDE	0,47%
48000.009491/2003	CANCÃ	8,98%
48000.003902/97-21	CANGOA	0,00%
48000.003738/97-89	CÓRREGO CEDRO NORTE	1,43%
48000.003739/97-41	CÓRREGO DAS PEDRAS	0,50%
48000.003740/97-21	CÓRREGO DOURADO	1,43%
48000.003743/97-19	FAZENDA CEDRO	0,42%
48000.003745/97-44	FAZENDA CEDRO NORTE	1,56%
48000.003744/97-81	FAZENDA QUEIMADAS	1,80%
48000.003746/97-15	FAZENDA SANTA LUZIA	14,61%
48000.003747/97-70	FAZENDA SÃO JORGE	8,68%
48000.003750/97-84	FAZENDA SÃO RAFAEL	27,98%
48000.003751/97-47	GURIRI	0,28%
48610.010735/2001	INHAMBU	4,43%
48000.009492/2003	JACUTINGA	0,35%
48000.003748/97-32	LAGOA BONITA	0,00%
48000.003752/97-18	LAGOA PARDA	3,24%
48000.003754/97-35	LAGOA PARDA NORTE	0,21%
48000.003753/97-72	LAGOA PARDA SUL	0,00%
48000.003755/97-06	LAGOA PIABANHA	1,48%
48000.003757/97-23	LAGOA SURUACA	0,83%
48000.003758/97-96	MARIRICU	0,29%
48000.003760/97-38	MARIRICU NORTE	0,08%
48000.003759/97-59	MARIRICU OESTE	0,00%
48000.003541/97-02	MOSQUITO	0,00%
48000.003761/97-09	NATIVO OESTE	0,90%
48000.003765/97-51	RIO BARRA SECA	0,01%
48000.003764/97-99	RIO DOCE	0,00%
48000.003749/97-03	RIO IBIRIBAS	0,00%
48000.003766/97-14	RIO ITAÚNAS	1,93%
48000.003767/97-87	RIO ITAÚNAS LESTE	0,00%
48000.003768/97-40	RIO MARIRICU	0,47%
48000.003769/97-11	RIO PRETO	1,43%
48000.003770/97-91	RIO PRETO OESTE	2,38%
48000.003771/97-54	RIO PRETO SUL	5,16%
48000.003772/97-17	RIO SÃO MATEUS	0,54%
48000.007984/2004	RIO SÃO MATEUS OESTE	0,24%
48000.010735/2001	SAIRA	0,33%
48000.003773/97-80	SÃO MATEUS	5,07%
48000.009118/2005-12	SÃO MATEUS LESTE	0,85%
48610.007984/2004	SERIEMA	1,20%
48610.007986/2004	TABUIAIA	0,41%
TOTAL		100,00%

19 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : FAZENDA ALEGRE

Grau API: 13,2		
Teor de Enxofre: 0,31%		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
10,18%	11,88%	77,94%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003742/97-56	FAZENDA ALEGRE	100,00%
TOTAL		100,00%

20 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : FAZENDA BELÉM

Grau API:12,7		
Teor de Enxofre: 1,23 %		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
11,78%	9,98%	78,24%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003795/97-12	FAZENDA BELÉM	99,04%
48000.003801/97-13	ICAPUÍ	0,96%
TOTAL		100,00%

21 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : FAZENDA SANTO ESTEVÃO

Grau API: 35,2		
Teor de Enxofre: 0,02%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
24,60%	30,90%	44,50%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003654/97-91	FAZENDA RIO BRANCO	13,60%
48000.003655/97-53	FAZENDA SANTO ESTEVÃO	73,92%
48000.003692/97-80	SANTANA	12,48%
48000.003695/97-78	SAUÍPE	0,00%
TOTAL		100,00%

22 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : FRADE

Grau API: 20,6		
Teor de Enxofre: 0,71%		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
24,09%	15,91%	60,01%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003896/97-20	FRADE	100,00%
TOTAL		100,00%

23 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : GOLFINHO

Grau API: 28,8		
Teor de Enxofre: 0,13%		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
23,08%	38,32%	38,60%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003535/97-00	CANAPU	2,54%
48000.003535/97-00	GOLFINHO	97,46%
TOTAL		100,00%

24 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : HARPIA

Grau API: 13,3		
Teor de Enxofre: 0,56%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
10,20%	14,34%	75,47%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009138/2005-35	HARPIA	100,00%
TOTAL		100,00%

25 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : JOÃO DE BARRO

Grau API: 45,2		
Teor de Enxofre: 0,05%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
41,20%	45,00%	13,80%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009509/2003	JOÃO DE BARRO	100,00%
TOTAL		100,00%

26 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : JUBARTE

Grau API: 19,3		
Teor de Enxofre: 0,518%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
20,26%	13,18%	66,56%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003560/97-49	JUBARTE	100,00%
TOTAL		100,00%

27 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : LAGOA DO PAULO NORTE

Grau API: 38,1		
Teor de Enxofre: 0,06%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
19,62%	51,98%	28,40%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.009231/2002	LAGOA DO PAULO NORTE	62,48%
48000.009231/2002	LAGOA DO PAULO SUL	0,98%
48000.009231/2002	LAGOA DO PAULO	31,34%
48000.009231/2002	ACAJÁ-BURIZINHO	5,21%
TOTAL		100,00%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

28 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : MARLIM

Grau API: 19,6		
Teor de Enxofre: 0,67%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
23,40%	18,08%	58,52%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003723/97-10	MARLIM	97,00%
48000.003704/97-67	VOADOR	3,00%
TOTAL		100,00%

29 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : MARLIM LESTE

Grau API: 24,7		
Teor de Enxofre: 0,553%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
32,18%	14,20%	53,62%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003900/97-03	MARLIM LESTE	100,00%
TOTAL		100,00%

30 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : MARLIM SUL

Grau API: 23,1		
Teor de Enxofre: 0,67%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
30,04%	14,80%	55,16%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003724/97-74	MARLIM SUL	100,00%
TOTAL		100,00%

31 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : OSTRA

Grau API: 23,7		
Teor de Enxofre: 0,23%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
18,32%	21,57%	60,11%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003552/97-11	OSTRA	85,00%
48000.003552/97-11	ABALONE	8,00%
48000.003552/97-11	ARGONAUTA	7,00%
TOTAL		100,00%

32 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : PERIQUITO

Grau API: 27,9		
Teor de Enxofre: 0,04%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
25,67%	31,16%	43,17%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.008005/2004	PERIQUITO	100,00%
TOTAL		100,00%

33 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : PEROÁ

Grau API: 50,4		
Teor de Enxofre: 0,01%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
62,06%	37,94%	0,00%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003903/97-93	PEROÁ	100,00%
TOTAL		100,00%

34 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : PESCADA

Grau API: 49,5		
Teor de Enxofre: 0,03%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
57,40%	37,50%	5,10%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003913/97-47	ARABAIANA	26,17%
48000.003907/97-44	DENTÃO	0,00%
48000.003912/97-84	PESCADA	73,83%
TOTAL		100,00%

35 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : PIRANEMA

Grau API: 43,4		
Teor de Enxofre: 0,15%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
41,04%	48,26%	10,70%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003495/97-89	PIRANEMA	100,00%
TOTAL		100,00%

36 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : PILOTO DE LULA

Grau API: 28,5		
Teor de Enxofre: 0,378%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
32,14%	27,66%	40,20%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003886/2000	LULA	100,00%
TOTAL		100,00%

37 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : POLVO

Grau API: 19,9		
Teor de Enxofre: 1,11%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
24,58%	13,48%	61,93%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.003888/2000	POLVO	100,00%
TOTAL		100,00%

38 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : RGN MISTURA

Grau API: 30,6		
Teor de Enxofre: 0,29%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
29,14%	28,46%	42,40%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.003901/2000	ACAUÃ	0,02%
48000.003779/97-66	AGULHA	0,28%
48000.003784/97-04	ALTO DO RODRIGUES	4,17%
48000.003484/97-62	ANGICO	0,01%
48000.003780/97-45	ARATUM	0,92%
48610.009225/2002	PA-1BRSA489DRN-BT-POT-8	0,01%
48610.003482/97-37	ASA BRANCA	0,09%
48000.003785/97-69	BAIXA DO ALGODÃO	0,75%
48000.003914/97-18	BAIXA DO JUAZEIRO	0,01%
48000.003786/97-21	BARRINHA	0,01%
48000.003901/2000	BARRINHA LESTE	0,01%
48610.000641/98-62	BENFICA	0,58%
48610.003909/97-70	BIQUARA	0,08%
48000.003787/97-94	BOA ESPERANÇA	0,77%
48000.003788/97-57	BOA VISTA	0,87%
48000.003789/97-10	BREJINHO	1,05%
48000.003791/97-61	CACHOEIRINHA	0,50%
48000.003792/97-24	CANTO DO AMARO	32,33%
48000.003906/97-81	CIOBA	1,07%
48000.003793/97-97	ESTREITO	11,69%
48000.003796/97-85	FAZENDA CANAAN	0,12%
48000.003797/97-48	FAZENDA CURRAL	0,32%
48000.003915/97-72	FAZENDA JUNCO	0,01%
48000.003798/97-19	FAZENDA MALAQUIAS	1,82%
48000.003799/97-73	FAZENDA POCINHO	6,45%
48000.003800/97-51	GUAMARÉ	0,78%
48610.008001/2004	IRAUNA	0,06%
48610.009225/2002	JAÇANÃ	0,61%
48000.003802/97-86	JANDUÍ	0,01%
48000.003803/97-49	JUAZEIRO	0,03%
48000.003804/97-10	LAGOA AROEIRA	0,20%
48610.000637/98-95	LESTE DE POÇO XAVIER	0,47%
48000.003805/97-74	LIVRAMENTO	2,13%
48000.003807/97-08	LORENA	1,91%
48000.003808/97-62	MACAU	0,05%
48000.003809/97-25	MONTE ALEGRE	0,97%
48000.003810/97-12	MORRINHO	0,48%
48000.003811/97-77	MOSSORÓ	0,44%
48000.003812/97-30	NO DO MORRO ROSADO	0,00%
48000.003910/97-59	OESTE DE UBARANA	0,28%
48000.003813/97-01	PAJEU	0,92%
48610.000638/98-58	PEDRA SENTADA	0,00%
48610.003901/2000	PINTASSILGO	0,90%
48000.003814/97-65	POÇO VERDE	0,07%
48000.003815/97-28	POÇO XAVIER	0,18%
48000.003816/97-91	PONTA DO MEL	0,30%
48000.003817/97-53	PORTO CARÃO	0,24%
48000.003818/97-16	REDONDA	0,32%
48000.003819/97-89	REDONDA PROFUNDO	1,01%
48000.003821/97-21	RIACHO DA FORQUILHA	6,57%
48000.003824/97-19	RIO MOSSORÓ	0,05%
48000.003916/97-35	SABIA	0,00%
48000.003825/97-81	SALINA CRISTAL	5,02%
48000.003781/97-16	SERRA	6,53%
48000.003828/97-70	SERRA DO MEL	0,04%
48000.003829/97-32	SERRA VERMELHA	0,01%
48000.003830/97-11	SERRARIA	0,86%
48000.003832/97-47	TRÊS MARIAS	0,12%
48000.008001/2004	TRINCA FERRO	0,09%
48000.003782/97-71	UBARANA	3,98%
48000.003833/97-18	UPANEMA	0,22%
48610.000640/98-08	VARGINHA	0,21%
TOTAL		100,00%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

39 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : RIACHO TAPUIO

Grau API: 37,5		
Teor de Enxofre: 0,03%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
14,00%	55,70%	30,30%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009227/2002	1-RT-1-RN (BT-POT-10)	100,00%
TOTAL		100,00%

40 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : ROLINHA

Grau API: 22,5		
Teor de Enxofre: 0,04%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
26,00%	11,50%	62,50%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.009227/2002	ROLINHA	100,00%
TOTAL		100,00%

41 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : RONCADOR

Grau API: 24,1		
Teor de Enxofre: 0,62%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
31,02%	14,08%	54,90%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003901/97-68	RONCADOR	100,00%
TOTAL		100,00%

42 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : SALEMA

Grau API: 28,7		
Teor de Enxofre: 0,45%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
34,02%	29,34%	36,64%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003710/97-60	SALEMA	100,00%
TOTAL		100,00%

43 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : SERGIPANO MAR

Grau API: 43,7		
Teor de Enxofre: 0,14%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
41,78%	43,62%	14,60%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003845/97-99	ATALAIA SUL	1,61%
48000.003836/97-06	CAIOBA	1,74%
48000.003837/97-61	CAMORIM	27,24%
48000.003838/97-23	DOURADO	7,21%
48000.003839/97-96	GUARICEMA	54,97%
48000.003840/97-75	PARU	5,57%
48000.003834/97-72	TATUÍ	1,66%
TOTAL		100,00%

44 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : SERGIPANO TERRA

Grau API: 24,8		
Teor de Enxofre: 0,42%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
26,94%	14,36%	58,70%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003842/97-09	AGUILHADA	0,50%
48000.003843/97-63	ANGELIM	0,50%
48000.003844/97-26	ARUARI	0,07%
48000.003846/97-51	BREJO GRANDE	0,85%
48000.003847/97-14	CARMÓPOLIS	69,79%
48000.003848/97-87	CASTANHAL	0,66%
48000.003855/97-42	ILHA PEQUENA	0,21%
48000.003857/97-78	MATO GROSSO	1,47%
48000.009197/2005-11	MATO GROSSO NORTE	0,29%
48000.009197/2005-11	MATO GROSSO SUL	0,01%
48000.003860/97-82	RIACHUELO	8,03%
48000.003841/97-38	SALGO	0,66%
48000.003862/97-16	SIRIRIZINHO	16,96%
TOTAL		100,00%

45 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : SERGIPE-VAZA BARRIS

Grau API: 17,6		
Teor de Enxofre: 0,37%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
27,05%	7,89%	65,06%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009278/2005-11	FOZ DO VAZA BARRIS	100,00%
TOTAL		100,00%

46 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : TABULEIRO

Grau API: 30,1		
Teor de Enxofre: 0,32%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
27,90%	30,10%	42,00%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003864/97-33	TABULEIRO DOS MARTINS	88,58%
48000.003919/97-23	CIDADE DE SEBASTIÃO FERREIRA	0,00%
48000.003863/97-71	SUL DE CORURIPE	8,66%
48000.003851/97-91	COQUEIRO SECO	1,12%
48000.003852/97-54	FAZENDA PAU BRASIL	1,30%
48000.003856/97-13	JEQUIÁ	0,34%
TOTAL		100,00%

47 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : TAMBAÚ-URUGUÁ

Grau API: 32,6		
Teor de Enxofre: 0,13%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
34,18%	35,72%	30,10%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003577/97-41	TAMBAÚ	0,00%
48000.003577/97-41	URUGUÁ	100,00%
TOTAL		100,00%

48 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : TARTARUGA

Grau API: 40,9		
Teor de Enxofre: 0,03%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
30,40%	53,40%	16,20%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003835/97-35	TARTARUGA	100,00%
TOTAL		100,00%

49 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : TIGRE

Grau API: 33,8		
Teor de Enxofre: 0,33%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
35,20%	34,22%	30,58%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009279/2005-58	TIGRE	100,00%
TOTAL		100,00%

50 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : TLD DE GUARÁ

Grau API: 29,5		
Teor de Enxofre: 0,38%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
32,96%	28,34%	38,70%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003884/2000	BM-S-9	100,00%
TOTAL		100,00%

51 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : TLD DE TIRO

Grau API: 33,0		
Teor de Enxofre: 0,25%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
37,60%	31,90%	30,50%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.009494/2003	BM-S-40	100,00%
TOTAL		100,00%

52 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : UIRAPURU

Grau API: 38,4		
Teor de Enxofre: 0,03%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500°C
29,53%	49,67%	20,80%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.003899/2000	UIRAPURU	100,00%
TOTAL		100,00%

53 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : URUCU

Grau API: 48,5		
Teor de Enxofre: 0,05%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
48,90%	39,60%	11,50%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.009146/2005-81	PA-1BRSA769AM-SOL-T-171	5,05%
48000.003627/97-18	LESTE DO URUCU	53,24%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

48000.003628/97-81	RIO URUCU	40,12%
48000.003873/97-24	SUDOESTE URUCU	1,59%
TOTAL		100,00%

54 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : PEREGRINO

Grau API: 13,7		
Teor de Enxofre: 1,80%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380°C
16,70%	12,58%	70,72%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.003887/2000	PEREGRINO	100,00%
TOTAL		100,00%

Nº 683 - O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições legais, com base na Resolução ANP nº 37/2007, que aprovou o Regulamento ANP nº 07/2007, e na Resolução de Diretoria nº 521, de 8 de junho de 2011, torna público o seguinte ato:

1. CREDENCIAR a empresa CCL CERTIFICADORA DE CONTEÚDO LOCAL LTDA ME, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 11.437.277/0001-00, para executar atividades de Certificação de Conteúdo Local, conforme a relação de áreas de atividades descritas a seguir:

Credenciamento ANP Nº	019
Empresa Credenciada	CCL CERTIFICADORA DE CONTEÚDO LOCAL LTDA ME

Código	Descrição da Área de Atividade
Ge001	Geologia e Geofísica
Pe001	Sondas de Perfuração
Pe002	Apoio Logístico e Operacional
Pe003	Perfuração, Completação e Avaliação de Poços.
En001	Engenharia Básica e de Detalhamento
En002	Gerenciamento, Construção, Montagem e Comissionamento.
Es003	Equipamentos e Controles Submarinos: linhas rígidas, flexíveis, umbilicais e manifolds.
Es004	Monobóia e Quadro de Bóias
Es002	Bombas de Transferência
Up004	Unidades de Tratamento e Injeção de Água
Up007	Construção Naval (casco, turret, ancoragem e sistemas navais)
En005	Obras Civis e Utilidades

2. O objeto do presente credenciamento deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

3. A Empresa Credenciada deverá demonstrar, a qualquer tempo, que atende aos requisitos técnicos específicos estabelecidos no Regulamento Nº 7/2007 e aos demais requisitos gerais exigidos para credenciamento.

4. O CREDENCIAMENTO objeto deste despacho terá validade de 4 (quatro) anos, a partir da data de publicação, conforme estabelecido no item 3.5.5 do Regulamento ANP nº 7/2007, aprovado pela Resolução ANP nº 37/2007.

SUPERINTENDÊNCIA DE DADOS TÉCNICOS

AUTORIZAÇÃO Nº 265, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O Superintendente de Dados Técnicos da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 89, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP nº 11 de 17/02/2011, nas normas, padrões e regulamentos da ANP, tendo em vista o que consta no Processo nº 48610.007310/2011-64, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa MICROSURVEY AEROGEOFISICA E CONSULTORIA CIENTÍFICA LTDA, CNPJ 04.692.229/0001-95, com sede na Estrada Rodrigues Caldas, nº 229, Sala 301 - Jacarepaguá - Rio de Janeiro - RJ, autorizada a realizar aerolevantamento geofísico, não-exclusivo, método de gravimetria gradiométrica (FTGG), magnetometria e VLF em área situada na bacia do Recôncavo delimitada pelo polígono com vértices nas seguintes coordenadas geográficas:

Vértices	Latitude	Longitude
1	-37:51:21,37	-11:32:41,36
2	-37:39:28,40	-11:40:42,63
3	-37:58:21,57	-12:08:11,80
4	-38:10:44,17	-11:59:44,83

Datum: SAD 69

Art. 2º - Por força do art.1º desta Autorização, a empresa Microsurvey Aerogeofísica e Consultoria Científica Ltda fica obrigada a entregar à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP:

I - As autorizações e licenças exigidas por órgãos federais, estaduais e municipais para realização das atividades de aquisição de dados, com antecedência de 20 dias do início das atividades;

II - Notificação de Início de Aquisição de Dados, com antecedência mínima de 30 dias do início das atividades de aquisição;

III - Informações semanais - prestadas às terças-feiras - via correio eletrônico, dados_tecnicos@anp.gov.br referentes ao realizado na semana anterior - de domingo a sábado - relacionadas ao levantamento em curso, a saber:

a) Arquivo shape file das linhas adquiridas;

b) Identificação do programa; descrição das principais ocorrências; descrição da produção geofísica e mapa de progresso dos vôos.

IV - Relatório Mensal consolidado das atividades desenvolvidas, até o dia 10 do mês subseqüente ao mês de referência;

V - Notificação Final de Aquisição de Dados.

VI - Informe de quaisquer incidentes e/ou acidentes que porventura venham a ocorrer, relacionados à aquisição;

VII - Relatório Final de Aquisição, Processamento e demais produtos e documentos referentes aos dados técnicos contratados, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data da conclusão das aquisições.

§ 1º Os modelos dos documentos II, IV, V e VI estão disponíveis na internet, no endereço http://www.anp.gov.br/petro/dados_não_exclusivos_form.asp. Os documentos deverão ser entregues impressos e assinados no protocolo da ANP.

VIII - A Microsurvey Aerogeofísica e Consultoria Científica Ltda realizará testes sobre a pista de Aferição Aerogravimétrica de Tietê/SP para avaliação do regime de vôo, consistência interna e externa dos dados adquiridos e verificação do funcionamento do sistema aerogravimétrico instalado a bordo da aeronave a ser usada no aerolevantamento.

Art. 3º - De acordo com as disposições elencadas na Resolução ANP nº 11 de 17/02/2011, fica determinado que todos os documentos entregues pela empresa à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP deverão ser identificados com o código «EG-32» e deverão estar nos seguintes formatos:

a. Em conformidade ao padrão ANP2B, os dados referentes a esta aquisição integrarão o programa 0032_FTGG_RECONCAVO;

b. Todas as informações apresentadas em meio digital devem ser compatíveis com o padrão "microsoft".

c. Em caso de inclusão de imagens, fornecê-las em meio digital em formato « pdf ».

d. Quando da entrega, os dados de gravimetria gradiométrica deverão estar em conformidade com o padrão ANP2B ou a versão vigente na época da entrega dos dados na ANP;

Art. 4º. Esta Autorização limita-se, exclusivamente, à realização de levantamento de dados aerogeofísicos de gravimetria gradiométrica (FTGG), magnetometria e VLF (very low frequency) na área determinada no art. 1º supra.

Art. 5º. A presente autorização é concedida sob a condição de que a empresa atenda aos dispostivos da Resolução ANP nº 11/2011.

Art. 6º. Fica a Microsurvey Aerogeofísica e Consultoria Científica Ltda obrigada a entregar à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, cópia de todos os dados técnicos provenientes do aerolevantamento, adquiridos no âmbito desta Autorização, em meio digital, cumprindo os prazos de entrega determinados nos termos do art.3º desta autorização.

Art. 7º. A presente Autorização é válida pelo período de 04 (quatro) meses, no qual a empresa assume o compromisso de coletar 3.660 (três mil e seiscentos e sessenta) km lineares de perfis de gravimetria gradiométrica, magnetometria e VLF recobrindo área de 1.598 km² na bacia do Recôncavo;

§ 1º A Notificação de Início de Aquisição de Dados marca o início efetivo do aerolevantamento, nos termos do inciso II do art.2º desta Autorização.

§ 2º As autorizações concedidas pela ANP para aquisição dos dados tem caráter intuitu personae, não sendo permitida a sua venda ou qualquer forma de negociação com terceiros sem o prévio e expresso consentimento da ANP;

§3º Os dados técnicos não-exclusivos adquiridos pelas EADs nas bacias sedimentares brasileiras são partes integrantes do patrimônio petrolífero do País, com período de confidencialidade definido pelo Art.5º, inciso II da Resolução ANP nº 11/2011.

Art. 8º. A presente Autorização entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SERGIO HENRIQUE SOUSA ALMEIDA

Nº 684 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuiçõs legais e tendo em vista a Resolução de Diretoria nº 522, de 8 de junho de 2011, resolve:

Para fins do disposto no Art. 10 da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, fica considerada, a partir da data de publicação deste Despacho, como Empresa Comercial Exportadora, exclusivamente para exportação de combustíveis utilizados em embarcações em viagens internacionais, a Cockett do Brasil Comércio de Combustíveis Ltda., CNPJ nº 11.251.624/0001-06.

HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA

DIRETORIA II
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 264, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 206, de 9 de setembro de 2004, com base na Portaria ANP n.º 170, de 26 de novembro de 1998, e tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.006225/2011-89 torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa PETROBRAS TRANSPORTE S/A-TRANSPETRO, CNPJ: 02.709.449/0042-27, autorizada a construir a relocação dos oleodutos OSVAT 22" e OSVAT 24" em um trecho de aproximadamente 800m no Bairro Itaquera, município de São Paulo, Estado de São Paulo, para possibilitar a construção do estádio do S.C. Corinthians Paulista, cujas características estão listadas na tabela abaixo.

Duto	Diâmetro nominal (pol)	Extensão do techo (m)	Material	Pressão máxima (kgf/cm²)	Vazão Max. envio (m³/h)	Produtos
OSVAT 22"	22	792,00	API 5L Gr. X 70 0,375"	24	500,00	Derivados claros
OSVAT 24"	24	792,00	API 5L Gr. X 65 0,312"	35	700.00	Derivados escuros

Art. 2º O objeto da presente Autorização deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Esta autorização é válida até 27 de maio de 2016, conforme o prazo estabelecido pela Licença Ambiental de Instalação N° 49354 emitida pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB em 27/05/2011.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 9 de junho de 2011

Nº 685 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP nº 18, de 27 de julho de 2006, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de combustíveis de aviação:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
AV/RN0089043	COMAV COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS PARA AVIAÇÃO LTDA.	01.340.509/0001-46	PARNAMIRIM	RN	48610.017628/2010-72
AV/SP0095783	COMPETRO COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA.	00.003.188/0018-70	SAO PAULO	SP	48610.006933/2011-10
AV/SC095784	MARLIM AZUL COMERCIO DE PETROLEO E DERIVADOS LTDA.	39.825.435/0005-34	FLORIANOPOLIS	SC	48610.006925/2011-73
AV/PA0093703	PIONEIRO COMBUSTÍVEIS LTDA.	84.010.040/0013-48	ITAITUBA	PA	48610.004523/2011-34

Nº 686 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela Resolução ANP nº 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/SC0208326	AGOSTINHO KLAUMANN ME	81.028.375/0001-61	ITUPORANGA	SC	48610.008016/2011-70
GLP/PE0208327	ARNALDO RICARDO FERREIRA MARIANO ME.	13.054.112/0001-77	PETROLINA	PE	48610.008033/2011-15
GLP/PR0208328	ATACADO DE BEBIDAS ENGELMANN LTDA.	03.146.425/0004-44	BARRACAO	PR	48610.008023/2011-71
GLP/SP0208329	AUTO POSTO COMENDADOR - MERCADO LTDA.	05.110.386/0001-08	TATUI	SP	48610.008004/2011-45
GLP/SP0208330	AUTO POSTO PRESIDENTE ALVES LTDA	07.227.765/0001-08	PRESIDENTE ALVES	SP	48610.008010/2011-01
GLP/SP0208331	BRUNO CARLOS GAZZATE ME	12.841.564/0001-36	PORTO FERREIRA	SP	48610.008031/2011-18
GLP/PA0208332	CARICCHIO E OLIVEIRA LTDA ME.	13.492.743/0001-78	BELEM	PA	48610.006656/2011-45
GLP/MG0208333	COMERCIO DE GAS DO AILTON LTDA - ME.	12.086.892/0001-74	VESPASIANO	MG	48610.006865/2011-99
GLP/GO0208334	CRISTIANE TEODORA DE JESUS	12.080.227/0001-73	PARANAIGUARA	GO	48610.004294/2011-58
GLP/BA0208335	DENIVALDO PAULO DA SILVA	05.463.079/0001-00	NOVA CANAA	BA	48610.007993/2011-50
GLP/MG0208336	DIMAS HALOISIO BARBOSA	13.090.002/0001-60	CANA VERDE	MG	48610.006603/2011-24
GLP/BA0208337	DISTRIBUIDORA DE GAS NOVO OESTE LTDA	13.147.594/0001-00	ANGICAL	BA	48610.005931/2011-11
GLP/RS0208338	DOIS LEÕES TERMINAL RODOVIARIO LTDA.	04.258.853/0003-40	CACAPAVA DO SUL	RS	48610.008022/2011-27
GLP/PA0208339	E A PALHETA ME	04.373.039/0002-96	BELEM	PA	48610.008017/2011-14
GLP/RS0208340	ER COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA	06.937.686/0002-09	ALEGRETE	RS	48610.008007/2011-89
GLP/MS0208341	GARCIA COMERCIO DE GÁS LTDA ME	11.105.610/0001-76	CAMAPUA	MS	48610.008005/2011-90
GLP/MG0208342	HELVECIO DE ASSIS BARBOSA	07.286.502/0002-50	DIONISIO	MG	48610.006385/2011-28
GLP/RN0208343	J C DE FARIAS COMERCIAL ME.	11.427.404/0001-82	NATAL	RN	48610.007998/2011-82
GLP/RS0208344	JAQUELINE FRAGA DA SILVA - MINIMERCADO	07.807.026/0001-95	NOVA SANTA RITA	RS	48610.007990/2011-16
GLP/MA0208345	K. T. M. LIMAS	08.430.411/0001-29	SAO JOSE DE RIBAMAR	MA	48610.007984/2011-69
GLP/MT0208346	L CARRARA & CIA LTDA EPP	01.833.709/0002-11	NOVA SANTA HELENA	MT	48610.008009/2011-78
GLP/SC0208347	LECH & CIA LTDA.	02.420.892/0002-96	IRINEOPOLIS	SC	48610.005896/2011-22
GLP/AM0208348	M M DE CASTRO - ME	13.151.004/0001-12	MANAUS	AM	48610.007989/2011-91
GLP/SP0208349	MANOEL PEREIRA MENDES - ME	06.183.422/0001-26	AVAI	SP	48610.007992/2011-13
GLP/SP0208350	MARIA APARECIDA ALVES DUARTE BARRETO - ME	08.971.635/0001-48	MARABA PAULISTA	SP	48610.008018/2011-69
GLP/SC0208351	MERCADO NOVA ORLEANS LTDA EPP.	10.713.167/0001-53	ORLEANS	SC	48610.008032/2011-62
GLP/SC0208352	MERCEARIA IDEAL LTDA - EPP	01.697.554/0001-52	OTACILIO COSTA	SC	48610.008015/2011-25
GLP/MG0208353	OLIVEIRA GÁS LTDA ME	13.261.776/0001-07	BETIM	MG	48610.008008/2011-23
GLP/RS0208354	ORILDE I. MAIDANA & IVANETE R. I. MAIDANA LTDA.	08.363.409/0001-84	ALEGRIA	RS	48610.007999/2011-27
GLP/PB0208355	PATRUCIAN JOSE DA SILVA	11.785.537/0001-20	BARAUNA	PB	48610.006704/2011-03
GLP/RS0208356	PIOVESAN & VENDRUSCOLO LTDA.	12.799.547/0001-88	CARAZINHO	RS	48610.005024/2011-64
GLP/SP0208357	POTIGUAR COMERCIO DE GAS LTDA - ME.	43.222.686/0001-78	CARAPICUIBA	SP	48610.008021/2011-82
GLP/BA0208358	SANDRA FERREIRA DE CARVALHO	40.536.542/0003-60	CENTRAL	BA	48610.008034/2011-51
GLP/AL0208359	VALDEMAR CAMILO SILVA JUNIOR ME	12.317.638/0001-30	DOIS RIACHOS	AL	48610.006690/2011-10
GLP/SC0208360	VILMA RIBEIRO NASCIMENTO TEIXEIRA - ME.	11.357.304/0001-27	JAGUARUNA	SC	48610.008036/2011-41

Nº 687 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
001/GLP/DF0002217	DISTRIBUIDORA DE GAS VICENTE PIRES LTDA ME	06.106.212/0001-34	BRASILIA	DF	48600.003422/2004-36
GLP/GO0177374	EDSON JOSE VICTOR	10.522.714/0001-13	PARANAIGUARA	GO	48610.003951/2009-25
001/GLP/MA0006383	L. S. DE HOLANDA COMERCIO	04.393.561/0001-59	IMPERATRIZ	MA	48610.009896/2005-53
001/GLP/PR0000417	LOENI V VACCHI DOS SANTOS ME	06.031.305/0001-47	BARRACAO	PR	48610.004443/2004-51

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL
SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 34/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
880.269/2009-FREIRE GARCIA VIEIRA ADVOGADOS S C
880.271/2009-FREIRE GARCIA VIEIRA ADVOGADOS S C
880.272/2009-FREIRE GARCIA VIEIRA ADVOGADOS S C
880.273/2009-FREIRE GARCIA VIEIRA ADVOGADOS S C
880.275/2009-FREIRE GARCIA VIEIRA ADVOGADOS S C
880.276/2009-FREIRE GARCIA VIEIRA ADVOGADOS S C
880.277/2009-FREIRE GARCIA VIEIRA ADVOGADOS S C
880.262/2011-GILSON DOS SANTOS LEITE
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
880.264/2007-RAQUEL CORREIA DA SILVA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
880.068/2007-MAPEX MINERAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°0494
880.941/2008-FALCON METAIS LTDA-OF. N°0467
880.952/2008-SEVERINO DA CRUZ ALVES-OF. N°0461
880.953/2008-SEVERINO DA CRUZ ALVES-OF. N°0462
880.215/2011-INTERCEMENT BRASIL S A-OF. N°0466
880.218/2011-JOSÉ ANTERO DOS SANTOS-OF. N°0489
880.224/2011-JOSÉ ANTERO DOS SANTOS-OF. N°0490
880.225/2011-JOSÉ ANTERO DOS SANTOS-OF. N°0492
880.227/2011-MARIA JOSE IGLESIAS CHAGAS-OF. N°0491
Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
880.177/2005-AMAZÔNIA MUCAJAÍ MINERAÇÃO LTDA- AI N°138/2011
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
880.177/2005-AMAZÔNIA MUCAJAÍ MINERAÇÃO LTDA-OF. N°0495/2011
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
880.355/2010-LUIZ ANTONIO MARTINS NETO -Alvará N°5485/2011
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
880.354/2010-SAINT GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO LTDA.-Areia
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
880.898/2008-JOÃO RAMUNDO PINTO FERREIRA ME-Registro de Licença n°28/2011 de 03/06/2011-Vencimento em 14/06/2038
880.215/2009-JANE FERRO-Registro de Licença n°24/2011 de 27/05/2011-Vencimento em 24/06/2012
880.159/2010-ISAIAS SAMPAIO DA SILVA-Registro de Licença n°26/2011 de 01/06/2011-Vencimento em 26/05/2012
880.169/2010-GONÇALVES E SOUZA FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CERÂMICAS LTDA-Registro de Licença n°25/2011 de 27/05/2011-Vencimento em 16/06/2024
880.321/2010-NESTOR SOARES DOS SANTOS NETO-Registro de Licença n°29/2011 de 03/06/2011-Vencimento em 03/10/2011
880.375/2010-G H PAULAIN MACHADO-Registro de Licença n°27/2011 de 03/06/2011-Vencimento em 12/11/2020
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
880.003/2009-REGINO CAMPELO FILHO
880.371/2009-BENEVENUTO DE MESQUITA
880.274/2010-PAULO NERY GOMES DA SILVA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

880.278/2010-PLANORTE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA LTDA
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Indefere de Plano o Requerimento de Registro de Extração(821)
880.062/2011-ALESSANDRA PATRICIA SILVA DE ASSUNÇÃO
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento Auto de Infração Advertência/ prazo 30 dias(1179)
880.009/2008-F. R. CHAGAS- AI N° 137/2011

RELAÇÃO Nº 37/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Paricarana Mineradora Ltda - 880033/01 - Not.21/2011 - R$ 34.875,03

FERNANDO LOPES BURGOS

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 221/2011

Fase de Licenciamento
Retificação de despacho(1391)
860.983/2009-FRANCISCO DA SILVA - Publicado DOU de 13/07/2010, Relação n° 181, Seção 01, pág. 132- " onde se lê: com prazo de validade até 01/07/2010..." "leia-se: com prazo de validade até 01/07/2013..."

WASHINGTON RIBEIRO DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 114/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Cia Extratora de Minerios - 811448/71 - Not.635/2011 - R$ 2.177,72

RUI ELIAS JOSÉ

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 70/2011

Fica o abaixo relacionado ciente que o recurso administrativo interposto foi julgado improcedente; restando-lhe pagar ou parcelar o débito apurado da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
CORCAL - CORUMBÁ CALCÁRIO LTDA., CNPJ Nº 03.331.485/0001-94,
Processo de Cobrança nº 968.056/2001, NFLDP nº 053/2000, referente aos Processos Minerários nºs 866.310/1987, 866.311/1987, 866.312/1987, 866.313/1987.

RELAÇÃO Nº 71/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
tw Mineração e Comércio - 868178/08 - A.I. 127/11, 868180/08 - A.I. 128/11

ANTONIO CLAUDIO LEONARDO BARSOTTI

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 318/2011

Fica(m) o(s) abaixo relacionado (s) ciente(s) de que a apresentação da defesa administrativa foi protocolizada fora do prazo legal(intempestivamente),ou perante Órgão incompetente ou por quem não seja legitimado;restando- lhe pagar ou parcelar ou apresentar recurso relativo aos débitos apurados da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais- CFEM(art.3º,IX, da Lei nº8.876/94,c/c as Leis nº7.990/89 e nº8.001/90,art.61 da Lei nº9.430/96,Leis nº9.993/00,nº10.195/01 e Lei 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias,sob pena de inscrição em Dívida Ativa,CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de cobrança nº932.104/2009
Notificado:Irmãos Capistrano Ltda
CNPJ Ou CPF:17.955.501/0001-24
NFLDP nº4743/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$124.240,57

Fica(m)o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s)de que não houve apresentação de recurso administrativo,restando -lhe pagar ou parcelar os débitos apurados á Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM(art.3º,IX, da Lei nº8.876/94,c/c as Leis nº7.990/89 e nº8.001/90,art.61 da Lei nº9.430/96,Leis nº9.993/00,nº10.195/01 e Lei 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias,sob pena de inscrição em Dívida Ativa,CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de cobrança nº932.102/2009
Notificado:Bandeirantes Águas Minerais do Brasil Ltda
CNPJ Ou CPF:20.632.410/0001-62
NFLDP nº4735/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$560.229,78

Processo de cobrança nº932.105/2009
Notificado:Irmãos Guilhermino Ltda.
CNPJ Ou CPF:25.330.663/0001-03
NFLDP nº 5208/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.751.755,20

Processo de cobrança nº932.115/2009
Notificado:Pedro Marques dos Reis
CNPJ Ou CPF:076.642.816-87
NFLDP nº4797/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$5.571,24

Processo de cobrança nº932.116/2009
Notificado:Sandquartz Mineração Ltda
CNPJ Ou CPF:18.646.612/0001-11
NFLDP nº4795/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$283.758,91

Processo de cobrança nº932.156/2009
Notificado:Mineração GMD Indústria e Comércio Ltda.
CNPJ Ou CPF:21.138.375/0001-92
NFLDP nº4668/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$152.035,11

Processo de cobrança nº932.443/2009
Notificado:Mineração Grota da Cana Ltda
CNPJ Ou CPF:66.337.320/0001-40
NFLDP nº4792/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.534.111,49

Processo de cobrança nº932.587/2009
Notificado:Pedra Lageada Ltda
CNPJ Ou CPF:20.605.747/0001-80
NFLDP nº5808/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$11.063,95

Processo de cobrança nº932.588/2009
Notificado:Pedra Lageada Ltda
CNPJ Ou CPF:20.605.747/0001-80
NFLDP nº5809/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$7.158,46

Processo de cobrança nº932.589/2009
Notificado:Pedra Lageada Ltda
CNPJ Ou CPF:20.605.747/0001-80
NFLDP nº5811/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$6.907,21

Processo de cobrança nº932.590/2009
Notificado:Pedras Alpinópolis Ltda
CNPJ Ou CPF:21.638.481/0001-35
NFLDP nº5813/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$21.225,39

Processo de cobrança nº932.591/2009
Notificado:Pedras Alpinópolis Ltda
CNPJ Ou CPF:21.638.481/0001-35
NFLDP nº5812/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$18.646,07

Processo de cobrança nº932.592/2009
Notificado:Pedras Alpinópolis Ltda
CNPJ Ou CPF:21.638.481/0001-35
NFLDP nº5814/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$21.030,07

Processo de cobrança nº932.593/2009
Notificado:Pedro Paulo Pires de Campos - FI
CNPJ Ou CPF:21.871.785/0001-48
NFLDP nº5820/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$2.066,28

Processo de cobrança nº932.595/2009
Notificado:Pedro Paulo Pires de Campos - FI
CNPJ Ou CPF:21.871.785/0001-48
NFLDP nº5821/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.571,71

Processo de cobrança nº932.596/2009
Notificado:Pedro Paulo Pires de Campos - FI
CNPJ Ou CPF:21.871.785/0001-48
NFLDP nº5822/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$4.234,45

Processo de cobrança nº932.597/2009
Notificado:Pedro Paulo Pires de Campos - FI
CNPJ Ou CPF:21.871.785/0001-48
NFLDP nº5823/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.906,10

Processo de cobrança nº932.598/2009
Notificado:Pedro Paulo Pires de Campos - FI
CNPJ Ou CPF:21.871.785/0001-48
NFLDP nº5824/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.789,37

Processo de cobrança nº932.599/2009
Notificado:Pedro Paulo Pires de Campos - FI
CNPJ Ou CPF:21.871.785/0001-48
NFLDP nº5825/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$2.166,07

Processo de cobrança nº932.600/2009
Notificado:Pedro Paulo Pires de Campos - FI
CNPJ Ou CPF:21.871.785/0001-48
NFLDP nº5828/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$4.495,29

Processo de cobrança nº932.601/2009
Notificado:Pedro Paulo Pires de Campos - FI
CNPJ Ou CPF:21.871.785/0001-48
NFLDP nº5830/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$2.088,87

Processo de cobrança nº932.602/2009
Notificado:Pedro Paulo Pires de Campos - FI
CNPJ Ou CPF:21.871.785/0001-48
NFLDP nº5827/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.193,03

Processo de cobrança nº932.603/2009
Notificado:Pedro Paulo Pires de Campos - FI
CNPJ Ou CPF:21.871.785/0001-48
NFLDP nº5829/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$4.366,07

Processo de cobrança nº932.604/2009
Notificado:Pedro Paulo Pires de Campos - FI
CNPJ Ou CPF:21.871.785/0001-48
NFLDP nº5833/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$6.147,28

Processo de cobrança nº932.605/2009
Notificado:Pedro Paulo Pires de Campos - FI
CNPJ Ou CPF:21.871.785/0001-48
NFLDP nº5838/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$2.921,41

Processo de cobrança nº932.606/2009
Notificado:Pedro Paulo Pires de Campos - FI
CNPJ Ou CPF:21.871.785/0001-48
NFLDP nº5831/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$6.277,88

Processo de cobrança nº932.607/2009
Notificado:Pedro Paulo Pires de Campos - FI
CNPJ Ou CPF:21.871.785/0001-48
NFLDP nº5839/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$2.966,81

Processo de cobrança nº932.608/2009
Notificado:Pedro Paulo Pires de Campos - FI
CNPJ Ou CPF:21.871.785/0001-48
NFLDP nº5843/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$4.128,57

Processo de cobrança nº932.609/2009
Notificado:Pedro Paulo Pires de Campos - FI
CNPJ Ou CPF:21.871.785/0001-48
NFLDP nº5845/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$3.725,24

Processo de cobrança nº932.610/2009
Notificado:Pedro Paulo Pires de Campos - FI
CNPJ Ou CPF:21.871.785/0001-48
NFLDP nº5850/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$2.998,89

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo de cobrança nº932.611/2009
Notificado:Pedro Paulo Pires de Campos - FI
CNPJ Ou CPF:21.871.785/0001-48
NFLDP nº5918/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.885,17

Processo de cobrança nº932.612/2009
Notificado:Pedro Paulo Pires de Campos - FI
CNPJ Ou CPF:21.871.785/0001-48
NFLDP nº5921/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.641,80

Processo de cobrança nº932.613/2009
Notificado:Pedro Paulo Pires de Campos - FI
CNPJ Ou CPF:21.871.785/0001-48
NFLDP nº5919/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$2.055,81

Processo de cobrança nº932.614/2009
Notificado:Pedro Paulo Pires de Campos - FI
CNPJ Ou CPF:21.871.785/0001-48
NFLDP nº5922/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.210,76

Processo de cobrança nº932.697/2009
Notificado:Mineração Pedra Talhada Ltda
CNPJ Ou CPF:17.613.225/0001-16
NFLDP nº6500/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$10.029,06

Processo de cobrança nº932.701/2009
Notificado:Machado e Manço Ltda
CNPJ Ou CPF:23.992.514/0001-76
NFLDP nº6508/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$16.935,95

Processo de cobrança nº932.702/2009
Notificado:Cerri & Azevedo Exploração e Comércio de Pedras

CNPJ Ou CPF:25.392.853/0001-47
NFLDP nº6510/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$41.983,02

Processo de cobrança nº932.818/2009
Notificado:Mineração Pedra Talhada Ltda
CNPJ Ou CPF:17.613.225/0001-16
NFLDP nº6662/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$12.677,76

Processo de cobrança nº932.819/2009
Notificado:Mineração Pedra Talhada Ltda
CNPJ Ou CPF:17.613.225/0001-16
NFLDP nº6663/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$9.264,38

Fica(m)o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s)de que não houve apresentação da(s) defesa(s) administrativa(s),restando-lhe pagar ou parcelar os débitos apurados da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM(art.3º,IX, da Lei nº8.876/94,c/c as Leis nº7.990/89 e nº8.001/90,art.61 da Lei nº9.430/96,Leis nº9.993/00,nº10.195/01 e Lei 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias,sob pena de inscrição em Dívida Ativa,CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de cobrança nº932.146/2009
Notificado:Itaca Mineração e Reflorestamentos Ltda
CNPJ Ou CPF:46.555.793/0001-06
NFLDP nº4648/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$13.046,69

Processo de cobrança nº932.162/2009
Notificado:Mineração e Calcinação Finacal Ltda
CNPJ Ou CPF:16.864.456/0001-30
NFLDP nº4686/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$781.318,52

Processo de cobrança nº932.376/2009
Notificado:Empabra Empresa de Mineração Pau Branco Ltda

CNPJ Ou CPF:17.157.082/0001-85
NFLDP nº4938/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$24.172,04

Processo de cobrança nº932.387/2009
Notificado:Maciço Mineração Ltda
CNPJ Ou CPF:07.960.972/0001-77
NFLDP nº4948/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$481.297,02

Processo de cobrança nº932.653/2009
Notificado:Usina Itaiquara de Açúcar e Álcool S.A
CNPJ Ou CPF:72.111.321/0001-74
NFLDP nº6423/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$60.372,40

Processo de cobrança nº933.706/2010
Notificado:Indústria e Comércio de Calcário INAE Ltda
CNPJ Ou CPF:20.202.198/0001-01
NFLDP nº4595/2010 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$28.007,98

Processo de cobrança nº933.728/2010
Notificado:Ávila Material para Construção Ltda
CNPJ Ou CPF:38.547.048/0001-97
NFLDP nº4607/2010 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.559,03

Processo de cobrança nº933.738/2010
Notificado:Mineração Caravalla Ltda
CNPJ Ou CPF:18.851.675/0001-00
NFLDP nº4706/2010 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$746,81

Processo de cobrança nº933.780/2010
Notificado:Irmãos Cadorini Ltda
CNPJ Ou CPF:17.957.622/0001-05
NFLDP nº4799/2010 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$56.965,02

Processo de cobrança nº933.883/2010
Notificado:Mineração Conemp Ltda
CNPJ Ou CPF:21.997.929/0001-07
NFLDP nº09/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$253.773,93

Processo de cobrança nº933.889/2010
Notificado:Mineração Brasil Ltda
CNPJ Ou CPF:16.947.525/0001-79
NFLDP nº133/2011- Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$7.480,84

Processo de cobrança nº933.892/2010
Notificado:Itaca Mineração e Reflorestamento Ltda
CNPJ Ou CPF:46.555.793/0001-06
NFLDP nº138/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.275,10

Processo de cobrança nº933.908/2010
Notificado:Lagoa Prestação de Serviços Ltda
CNPJ Ou CPF:71.083.828/0001-07
NFLDP nº152/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.099,91

Processo de cobrança nº933.924/2010
Notificado:Pedrabrasil S.A.Indústria e Comércio
CNPJ Ou CPF:46.015.780/0001-44
NFLDP nº10/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$10.033,45

Processo de cobrança nº933.926/2010
Notificado:Mineração Conemp Ltda
CNPJ Ou CPF:21.997.929/0001-07
NFLDP nº21/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$28.195,92

Processo de cobrança nº930.793/2011
Notificado:Mineração Rio Novo Ltda
CNPJ Ou CPF:17.514.597/0001-95
NFLDP nº723/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$48.294,01

Processo de cobrança nº930.797/2011
Notificado:Itabira Granitos e Cerâmica Ltda
CNPJ Ou CPF:19.540.095/0001-64
NFLDP nº727/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$38.585,52

Processo de cobrança nº930.913/2011
Notificado:Mineração Porto Mesquita Ltda
CNPJ Ou CPF:19.750.546/0001-98
NFLDP nº789/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$56.965,02

Processo de cobrança nº930.917/2011
Notificado:Bitencourt Peres de Moura
CNPJ Ou CPF:008.899.896-72
NFLDP nº804/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$2.693,51

Processo de cobrança nº930.919/2011
Notificado:ARG Ltda
CNPJ Ou CPF:20.520.862/0003-14
NFLDP nº805/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$9.088,02

Processo de cobrança nº930.942/2011
Notificado:Lacel Quartzito Ltda
CNPJ Ou CPF:21.686.670/0001-83
NFLDP nº758/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$3.536,75

Processo de cobrança nº930.944/2011
Notificado:M&M Mineração Ltda
CNPJ Ou CPF:02.385.653/0001-61
NFLDP nº760/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$6.605,53

Processo de cobrança nº930.948/2011
Notificado:Mineração Grota da Cana Ltda
CNPJ Ou CPF:66.337.320/0001-40
NFLDP nº764/2011- Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$164.068,76

Processo de cobrança nº931.040/2011
Notificado:Giemac Mineração Ltda
CNPJ Ou CPF:28.350.304/0001-06
NFLDP nº862/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$27.039,41

Processo de cobrança nº931.041/2011
Notificado:Giemac Mineração Ltda
CNPJ Ou CPF:28.350.304/0001-06
NFLDP nº864/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$11.655,51

Processo de cobrança nº931.043/2011
Notificado:Giemac Mineração Ltda
CNPJ Ou CPF:28.350.304/0001-06
NFLDP nº844/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$12.577,11

Processo de cobrança nº931.276/2011
Notificado:Química e Minérios
CNPJ Ou CPF:02.491.692/0001-43
NFLDP nº905/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$7.492,96

RELAÇÃO Nº 355/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento: 30 dias. (2.25)
Adão Alves Pereira - 832759/03
Alessandra Brandão Cardoso - 832624/06
Aline Carvalho Félix - fi - 832740/03
Antônio Carlos Sampaio de Souza - 832964/03
Antonio de Almeida Cardozo - 832940/03
Antônio de Souza Coelho - 832984/03
Antônio Geraldo Sanguinete - 832965/03
Antônio José Pereira Filho - 833194/03
Antônio Vitorino Neto - 832889/03
Areias Porto Velho Ltda me - 832695/03
Arethusa Goulart Melo Costa - 831127/05
Argila Primavera Ltda me - 833052/03
Arthur Ferreira Alves - 832941/03
Ataídes Moreira da Silva - 833201/03
Átila Goulart Melo - 831128/05
Auribes José de Almeida - 832916/03
Benedito Marcos Caseli - 832808/03
Bonisson Indústria e Comércio LTDA. - 832882/03
Braspedras Comércio Importação e Exportação Ltda - 833151/03, 833104/03
Carlos Eduardo Fernandes - 833196/03
Carlos Idário Teixeira Gonçalves - 833106/03
Carlos Luiz Gonzaga - 833049/03
Cenibra Logística Ltda - 831584/04
Cerâmica Serrania LTDA. - 830763/06
Cleusa Aparecida Pinto Damasceno me - 832985/03
Consórcio Capim Branco Energia - 833045/03
Consulter Comércio, Construções e Minerações LTDA. - 833056/03
Cristino Cassiano de Urzedo - 833126/03
Csb - Cerâmica Simonassi Bahia LTDA. - 832884/03
Custódio Fausto da Silva - 833108/03, 833107/03
Divino Ferreira da Silva - 833182/03
Eduardo Henrique Gomes - 832928/03, 832929/03, 832930/03
Empresa de Rochas Santa Tereza LTDA. - 832025/07
Erivaldo Pinheiro de Souza - 832878/03
Escaler Transportes Marítimos Ltda - 830738/06
Estância Balneária Pousada do Sol Ltda - 831307/06
Estrela Guia Mineradora Ltda - 833173/03
Euvaldo Prates Dos Anjos - 832872/03, 832873/03
Exotic Mineraçao Ltda - 830185/05
Fernando Amaral Coelho - 833188/03
Filomena Rodrigues Couto Campos - 830166/05
Grambrantes Mineração e Empreendimentos LTDA. - 832978/03
Green Projetos - 833175/03, 832696/03
Henrique Furlani Sotto Maior - 832939/03
Itaúnas Mineração Ltda - 833185/03
Ivanildo Francisco Xavier - 832676/03
Jandy Gralha Ribas - 832953/03
João Ferreira de Oliveira - 832935/03
Joel Fouad Djahjah - 834180/07
José Eustáquio de Sousa - 833264/05
José Félix Rosa - 832888/03
José Liomar de Campos Ameno - 833547/04, 830041/05
José Soares de Oliveira Júnior - 832901/03
José Vicente Murad - 834121/06
José Wanderley Venturini - 832997/03

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Juliano Martinho da Silva - 833167/03
Lauro Homem de Faria - 832998/03
Leonardo Nogueira Penido - 832853/03
Libório Botelho Pinto - 833072/03
Marcelo Lemos Leite - 830331/05
Marco Aurelio Bastos Lage - 833302/07
Marco Túlio Gonçalves de Souza - 832883/03
Marcos Roberto Serafim - 833200/03, 833077/03
Marcos Vinícius de Freitas - 832958/03
Marcos Vinícius Pimenta de Ávila - 832261/05
Marcus Timo do Amaral - 833081/03, 833082/03, 833083/03, 833084/03, 833085/03, 833086/03, 833087/03, 833090/03, 833091/03, 833092/03, 833088/03, 833089/03
Maria Aparecida Alves Lima - 832859/03
Marines de Moura e Souza - 832917/03
Milton Donizeti Ramos - 832834/03
Minas Crystal LTDA. - 833142/03
Mineração Benfica LTDA. - 832820/03
Mineração Canaã Ltda - 833807/06
Mineração Luna Ltda - 833024/03
Mineração Piazza Brasil Ltda - 833055/03
Mineração Salinas Ltda-me - 832807/03, 832806/03, 832816/03
Neemias da Silva Abreu - 832849/03
Neugramar Granitos Ltda - 832755/03
Nilo Adelmando Pereira - 833176/03
Onésio de Palma - 833202/03
Opps Mineração, Construções, Indústria e Comércio Ltda - 832926/03, 832927/03
Otávio de Oliveira Neto - F.I. - 832943/03
Ouro Branco Mineracao de Mantena Ltda - 832983/03
Primeira Gema Comércio Importação e Exploração LTDA. - 833139/03
Raimundo Nonato Vieira - 832790/03
Ricardo de Castro Pereira - 833059/03
Ricardo Rocha Alcântara - 832899/03
Silvair Garcia da Silva - 832866/03
Stonequarries do Brasil LTDA. M.e - 833170/03
Talvane Lopes - 832819/03
Tarso de Oliveira Senra - 833099/03
tf Granitos Ltda - 833041/03
Tiago Cristiano Baya de Souza - 832891/03
Top Granitos e Marmores Ltda me - 830920/07, 831754/06, 831452/06, 831528/06, 833042/06
Tres Irmaos Granitos Exportacao Importacao Ltda - 833058/03
Vale Das Cancelas Indústria e Comércio LTDA. me - 833009/03
Vieragran Granitos Ltda me - 833148/03
Willes Martins Banks Leite - 832907/03
Wilson Pereira do Carmo - 833145/03

RELAÇÃO Nº 356/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
A.granuso Ltda - 833915/95 - A.I. 996/11
Adilmara Regina Dos Reis França - 832402/07 - A.I. 1024/11
Adno Roncato Muniz - 833076/05 - A.I. 1165/11
Adomiro Silva Martins - 831658/07 - A.I. 1020/11
Afrânio Jorge de Oliveira Chaves - 832557/07 - A.I. 1049/11
Alexandre Dutra da Costa - 831583/05 - A.I. 995/11
Amanda de Libero Barreto Macedo - 833853/07 - A.I. 1038/11
Amarildo Valani - 833096/05 - A.I. 1168/11
André Moreira Abras - 833166/06 - A.I. 1091/11
Anselmo Ordones Lemos - 832455/07 - A.I. 1026/11
Antônio Soares Pena - 831523/07 - A.I. 1047/11
Aquashop Distribuidora de Água Mineral Ltda - 830975/07 - A.I. 1012/11
Areial Dois Amigos de Pirapetinga Ltda - 833828/06 - A.I. 1112/11
Areias da Costa Extração e Comércio - 833140/07 - A.I. 1029/11
Ary Barbosa Santos - 831371/07 - A.I. 1055/11
Brasroma Mineração, Comércio e Indústria Ltda - 833385/07 - A.I. 1032/11
Britador São Geraldo Ltda - 832337/07 - A.I. 1048/11
Brs Extração de Areia LTDA. - 832805/07 - A.I. 1050/11
Cerâmica Paloma Ltda me - 833545/07 - A.I. 1034/11
Cerâmica Rubi Ltda - 832327/07 - A.I. 1023/11
Cerâmica Santa Clara Ltda - me - 833307/06 - A.I. 1098/11
Cerâmica Taruaçu Ltda - 830528/07 - A.I. 1046/11
Cláudia Márcia Lopes - 830024/07 - A.I. 999/11
Crenelli Mineração Ltda - 832938/05 - A.I. 1126/11
Cristal Mineração e Transporte de Mercês Ltda - 833154/06 - A.I. 1090/11
Cristian Márcio Corrêa - 833272/06 - A.I. 1097/11
Denerval Germano da Cruz - 833637/06 - A.I. 1103/11
Djalma Ribeiro Alves - 834090/07 - A.I. 1051/11
Eliane de Freitas Magalhães - 833903/06 - A.I. 1113/11, 833733/06 - A.I. 1108/11
Enio Avila de Marco - 830590/08 - A.I. 1045/11
Esequiel Gomes - 832073/07 - A.I. 1057/11
Exotic Mineraçao Ltda - 833071/05 - A.I. 1163/11
Extração de Areia Mirage - 833858/06 - A.I. 1130/11
Fabiano Fernandes Silva Ribeiro - 830915/07 - A.I. 1010/11
Geraldo Neto da Silva - 832189/07 - A.I. 1060/11
Glaudiston Faustini Zimerer - 833034/05 - A.I. 992/11
Guido Alves da Silva - 832083/07 - A.I. 1058/11
Guilherme Fernandes Magalhães - 830123/07 - A.I. 1000/11
Hélio Gomes de Souza - 831015/07 - A.I. 1014/11
Imperiale Graniti LTDA. - 830747/07 - A.I. 1004/11, 830748/07 - A.I. 1005/11, 830749/07 - A.I. 1006/11
Ivo Bueno de Paiva - 833690/07 - A.I. 1037/11
Jazida Linda Flor Ltda me - 830993/07 - A.I. 1013/11
Jesse de Carvalho Oliveira e Cia Ltda me - 833090/05 - A.I. 1167/11
Jmn Mineração S/a - 832953/05 - A.I. 994/11
João Domingos Cabrera Picon - 833003/07 - A.I. 1027/11
João Pacífico Antunes Spósito - 833173/06 - A.I. 1092/11
Joaquim Pereira da Silva Neto - 830436/07 - A.I. 1002/11
José de Assis Alves - 833127/07 - A.I. 1028/11
José Evangelista Dos Santos - 831184/07 - A.I. 1054/11
José Geraldo Viegas Nascimento - 833122/06 - A.I. 1127/11
José Maria Filho da Silva - 832872/06 - A.I. 1088/11
José Moreira Lanna - 833259/06 - A.I. 1096/11
Josemar Soares Vieira - 833313/06 - A.I. 1099/11
Juliano Paradela do Carmo - 833655/06 - A.I. 1104/11, 833657/06 - A.I. 1105/11
Leclay Participações e Representações Ltda - 830898/07 - A.I. 1116/11
Luiz Clóvis Bráz Scarpa - 832893/05 - A.I. 1125/11
Luiz Fernando Pereira - 833776/06 - A.I. 1109/11
Luiz Marcos de Campos - 831176/03 - A.I. 1053/11
Luiz Silveira - 833509/06 - A.I. 1102/11
Magban - Mármores e Granitos Aquidaban Ltda - 833409/06 - A.I. 1100/11, 832230/07 - A.I. 1061/11, 832427/07 - A.I. 1025/11
Mahmed Tufik Láuar - 830836/07 - A.I. 1007/11, 830837/07 - A.I. 1008/11
Márcio Barbosa Pessoa - 830715/10 - A.I. 1043/11, 830716/10 - A.I. 1044/11
Márcio Carneiro - 833362/07 - A.I. 1031/11
Marcio Teza Benevenute - me - 832580/07 - A.I. 1123/11
Margaret Santos Maluf - 834097/06 - A.I. 1114/11
Maria Beatriz de Toledo Alves - 831576/07 - A.I. 1056/11
Maria José de Melo Peres - 833930/06 - A.I. 1131/11
Marmoraria Araçuaí Ltda - 833431/06 - A.I. 1101/11, 831119/07 - A.I. 1016/11
Mineração Morrinhos Ltda - 832835/06 - A.I. 1124/11
Mineração Rio Bravo Ltda - 833347/07 - A.I. 1030/11
Mineração Thomazini LTDA. - 832452/06 - A.I. 1122/11
Mineração Zézinho Maggi Ltda - 830959/07 - A.I. 1011/11
Nelson Vieira da Silva - 833798/06 - A.I. 1110/11
Nilso Camargos de Freitas - 833647/07 - A.I. 1035/11, 833648/07 - A.I. 1036/11
Nilson Laurindo Barbosa - 833600/06 - A.I. 1128/11
Olaria sm Ltda - me - 834293/06 - A.I. 1115/11
Orenbras Comércio de Pedras Ltda - 833449/07 - A.I. 1033/11
Paulo Vagner Teixeira - 831368/07 - A.I. 1017/11
Peter Joaquim Moraes Narciso de Freitas me - 830900/07 - A.I. 1009/11
Rafael Luiz de Oliveira Rocha - 832057/07 - A.I. 1021/11
Renan Túlio Silva Dias fi - 831115/07 - A.I. 1015/11
Rhf Consultoria e Comércio de Substâncias Minerais Ltda - 830052/83 - A.I. 1117/11, 830049/83 - A.I. 1118/11, 830050/83 - A.I. 1119/11, 830051/83 - A.I. 1120/11, 830053/83 - A.I. 1121/11
Robson Meleipe Machado - 832803/06 - A.I. 1087/11
Rochester Pedras Ornamentais Ltda - 834172/06 - A.I. 1042/11, 832517/05 - A.I. 991/11
Rodrigo Cavalcante Simões me - 830006/07 - A.I. 997/11, 830007/07 - A.I. 998/11, 833686/06 - A.I. 1106/11
Romagran Romualdo Granitos Ltda - 833073/05 - A.I. 1164/11
Romeu Moreira - 830705/07 - A.I. 1003/11
Rui Carlos Borba & Cia Ltda - 834105/06 - A.I. 1039/11, 834106/06 - A.I. 1040/11, 833803/06 - A.I. 1111/11
Sand do Brasil Ltda-me - 830028/06 - A.I. 1052/11
Silvânio Ribeiro da Silva - 832088/05 - A.I. 1059/11
Thiago Ayres Fraga Perdigão de Freitas - 833051/05 - A.I. 1162/11
Thiago de Castro Sousa - 833077/05 - A.I. 1166/11
Transital Transporte Itabirito Ltda - 833124/06 - A.I. 1089/11, 834171/06 - A.I. 1041/11
Vagner Trevisan me - 833609/06 - A.I. 1129/11
Vanir Ferreira Lamin - 833718/06 - A.I. 1107/11
Votorantim Cimentos Brasil s a - 830148/07 - A.I. 1001/11, 831609/07 - A.I. 1018/11, 831610/07 - A.I. 1019/11
Washington Tavares Junior - 833178/06 - A.I. 1093/11, 833179/06 - A.I. 1094/11, 833246/06 - A.I. 1095/11

RELAÇÃO Nº 357/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
830.086/2009-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°1166/11-DGTM
832.663/2009-LUCIO HELENO DE AZEVEDO GOMES-OF. N°1167/11-DGTM
830.468/2010-DINARTE DE MATOS SEABRA JÚNIOR-OF. N°1104/11-DGTM
831.613/2010-MARCUS VINÍCIUS VARGAS-OF. N°1101/11-DGTM
832.590/2010-A C MINAS SLATE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°1169/11-DGTM
832.648/2010-USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A.-OF. N°1168/11-DGTM
832.649/2010-USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A.-OF. N°1172/11-DGTM
832.653/2010-USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A.-OF. N°1173/11-DGTM
832.654/2010-USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A.-OF. N°1173/11-DGTM
832.655/2010-USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A.-OF. N°1173/11-DGTM
832.657/2010-USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A.-OF. N°1171/11-DGTM
832.658/2010-USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A.-OF. N°1161/11-DGTM
832.740/2010-WALDIR ANTONIO DA SILVA-OF. N°1158/11-DGTM
832.741/2010-WALDIR ANTONIO DA SILVA-OF. N°1157/11-DGTM
833.559/2010-MARIA LÚCIA DE MELO-OF. N°1164/11-DGTM
833.814/2010-VANDERSON BARBOSA PIRES-OF. N°1165/11-DGTM
834.035/2010-PEDRO COSTA JÚNIOR-OF. N°1160/11-DGTM
834.037/2010-VALADARES E AFONSO LTDA-OF. N°1159/11-DGTM
834.401/2010-SATURNINO FERREIRA FRANCO-OF. N°1095/11-DGTM
834.447/2010-JOSÉ EUSTÁQUIO DA CUNHA-OF. N°1163/11-DGTM
834.498/2010-DEVANEI AGOSTINHO RODRIGUES-OF. N°1090/11-DGTM
834.551/2010-CALCÁRIO TRIÂNGULO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°1103/11-DGTM
834.553/2010-CALCÁRIO TRIÂNGULO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°1102/11-DGTM
834.642/2010-DACAL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°1162/11-DGTM
834.647/2010-DACAL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°1094/11-DGTM
834.707/2010-EMISA EMPRESA DE MINERAÇÃO SANTOS LTDA-OF. N°1086/11-DGTM
834.880/2010-NADSON TORRES SARMENTO ME-OF. N°1089/11-DGTM
834.882/2010-DIOGO PATRICK ORNELAS CHAVES-OF. N°1100/11-DGTM
834.884/2010-TRANSPORTE C L C ARGILA E AREIA PADRE LIBÉRIO LTDA ME-OF. N°1088/11-DGTM
834.892/2010-AMILTON TEIXEIRA NAVES-OF. N°1087/11-DGTM
834.893/2010-ALVORADA MINERAÇÃO COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°1098/11-DGTM
834.935/2010-HGS TERRAPLENAGEM LTDA-OF. N°735/11-DGTM
834.948/2010-BERNARDO CAMPOS LABORNE TAVARES-OF. N°1099/11-DGTM
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
831.598/2005-JOÃO GARCIA DA SILVA-OF. N°2467/11-FISC
833.125/2006-TIAGO SPEROTTO DOS SANTOS-OF. N°2468/11-FISC
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
831.493/2008-EXTRAÇÃO E COMERCIO DE AREIA PEREIRA E SANTOS LTDA.-Registro de Licença n°3638/11 de 25/05/11-Vencimento em 15/04/2014
832.100/2008-DRAGA MILAN CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA - ME-Registro de Licença n°3632/11 de 23/05/11-Vencimento em 19/05/2013
833.630/2008-CERAMICA MINAS BRASIL LTDA-Registro de Licença n°3639/11 de 25/05/11-Vencimento em Indeterminado
834.468/2008-MAÉRCIO BARBOSA JUNQUEIRA-Registro de Licença n°3637/11 de 24/05/11-Vencimento em Indeterminado
830.607/2009-ANTONIO AILTON MARCIANO RAMOS ME-Registro de Licença n°3640/11 de 25/05/11-Vencimento em Indeterminado
830.980/2009-CERÂMICA CARLOS PEREIRA LTDA-Registro de Licença n°3635/11 de 24/05/11-Vencimento em 06/11/2018

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

831.136/2009-DINALDO LOURENÇO ME-Registro de Licença n°3641/11 de 25/05/11-Vencimento em 12/11/2011
831.314/2009-ROSILENE CIRILO DE ALMEIDA E CIA LTDA-Registro de Licença n°3633/11 de 24/05/11-Vencimento em 02/03/2013
831.391/2009-TRANSPORTES E SERVIÇOS SANTA ANNA LTDA.-Registro de Licença n°3644/11 de 25/05/11-Vencimento em Indeterminado
831.628/2009-E M CID-Registro de Licença n°3642/11 de 25/05/11-Vencimento em 22/06/2019
830.632/2010-ALMIR SIQUEIRA BAGNI ME-Registro de Licença n°3643/11 de 31/05/11-Vencimento em Indeterminado
830.743/2010-BL SILVA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO VALE DO GORUTUBA LTDA-Registro de Licença n°3636/11 de 24/05/11-Vencimento em 20/01/2013
830.841/2010-AREAL RETIRO LTDA ME-Registro de Licença n°3634/11 de 24/05/11-Vencimento em 20/04/2015
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
832.178/2009-PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO-OF. N°992/11-DGTM
832.179/2009-PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO-OF. N°992/11-DGTM

EMANUEL MARTINS SIMÕES COELHO
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 184/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
851.062/2005-HUGOLINO DORIGON JUNIOR- Alvará n°11.445/2006 - Cessionario:850.765/2010; 850.767/2010 e 850.768/2010.-JOSÉ JOVÊNCIO SOUZA- CPF ou CNPJ 578.778.312-34
850.188/2008-ENEIDA GLUCKSTERN ABERGEL- Alvará n°7.437/2008 - Cessionario:850.786/2010; 850.787/2010 e 850.788/2010.-REUVEN ABRAHAM ABERGEL- CPF ou CNPJ 213.542.498-60
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
850.154/2001-VALE S A
Determina arquivamento Auto de infração(230)
850.241/2004-KEYSTONE LTDA-AI N°570/2010
850.243/2004-KEYSTONE LTDA-AI N°572/2010
850.504/2009-ANTONIO HILTON MESQUITA SANTOS-AI N°304/2011
850.426/2010-PAULO FLAVIO RIBEIRO-AI N°299/2011
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
850.990/2010-IKKE PHOENIX SNOVIZK- Cessionário:ALESSANDRO DE ALMEIDA SANTOS- CPF ou CNPJ 889.930.786-53- Alvará n°270/2011
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
850.285/2001-MINERAÇÃO PARAGOMINAS S A- Área de 5.522,43 para 2.455,21-Bauxita
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
850.141/2007-VALE S A-Calcário
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
857.326/1996-MINERAÇÃO PARAGOMINAS S A
857.327/1996-MINERAÇÃO PARAGOMINAS S A
850.411/2003-IMERYS RIO CAPIM CAULIM S/A
850.412/2003-IMERYS RIO CAPIM CAULIM S/A
850.413/2003-IMERYS RIO CAPIM CAULIM S/A
850.414/2003-IMERYS RIO CAPIM CAULIM S/A
850.415/2003-IMERYS RIO CAPIM CAULIM S/A
850.416/2003-IMERYS RIO CAPIM CAULIM S/A
850.417/2003-IMERYS RIO CAPIM CAULIM S/A
851.055/2007-MINERAÇAO SAO JORGE LTDA.
851.056/2007-MINERAÇAO SAO JORGE LTDA.
851.057/2007-MINERAÇAO SAO JORGE LTDA.
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
801.472/1968-INDAIÁ BRASIL ÁGUAS MINERAIS LTDA- Fonte: NOSSA SENHORA DE NAZARÉ., Marca: INDAIÁ, Embalagem: 20 litros.- BELÉM/PA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
850.569/2009-INTBRANOL INDÚSTRIA DE TIJOLOS BRASIL NOVO LTDA-Registro de Licença n°035/2009 de 29/09/2009-Vencimento em 30/06/2014
850.119/2011-CRA MINERAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-Registro de Licença n°017/2011 de 06/05/2011-Vencimento em 09/12/2011
850.120/2011-CRA MINERAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-Registro de Licença n°018/2011 de 06/05/2011-Vencimento em 09/12/2011

EVERY G. TOMAZ DE AQUINO

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 98/2011

Fase de Requerimento de Lavra
Torna sem efeito exigência(560)
826.323/1998-MARMORARIA ÁGUA VERDE LTDA-OF. N°1.347/2010-DOU de 12/04/2011
Fase de Autorização de Pesquisa
Retificação de despacho(1387)
826.181/2002-MANSUETO BENEDITO TAGLIAFERRO - Publicado DOU de 06/05/2011, Relação n° 76/2011, Seção 1, pág. 74- ONDE SE LÊ: "...SAIBREIRA SÃO PEDRO LTDA. - CNPJ: 10.547.206/0001-35..." LEIA-SE: "...CNPJ: 10.547.260/0001-35..."

RELAÇÃO Nº 101/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
826.113/2007-CARLOS ANDRÉ MONKS SCHWABE-OF. N°918/2011
826.225/2011-JOSÉ MÁRIO BRAGA FAVORETO-OF. N°969/2011
826.227/2011-AREAL BOZZA LTDA-OF. N°909/2011
826.229/2011-JOSE MARCELO MIQUELETTO-OF. N°920/2011
826.235/2011-L. A. GIMENES & CIA. LTDA. ME-OF. N°972/2011
826.238/2011-EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA-OF. N°971/2011
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
826.181/2003-P. C. LOPES -EPP-OF. N°941/2011
826.044/2005-VMM - VALADARES MINERAÇÃO METALURGIA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°944/2011
826.401/2005-MINÉRIOS FURQUIM LTDA.-OF. N°947/2011
826.704/2006-P. C. LOPES -EPP-OF. N°959/2011
826.676/2007-P. C. LOPES -EPP-OF. N°960/2011
826.102/2008-MANOEL DA ROCHA-OF. N°945/2011
826.252/2008-MANOEL DA ROCHA-OF. N°946/2011
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
826.670/2001-MINERAÇAO CERRADOGRANDE LTDA-Área de 476,72 HA para 60,54 HA-CALCÁRIO
826.440/2008-ROSANA CUIASKI SAIDOK STEPANSKI-Área de 49,64 HA para 13,00 HA-SAIBRO
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
826.307/1995-PEDREIRAS RIVIERA LTDA-OF. N°898/2011
826.382/1999-XINGÚ CONSTRUTORA LTDA-OF. N°900/2011
826.189/2003-COMPACTA COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA. ME-OF. N°970/2011
826.290/2003-COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA ANTONOVICZ LTDA ME-OF. N°951/2011
826.355/2003-MINERAÇÃO DE AREIA MALASSISE LTDA - ME-OF. N°890/2011
826.561/2003-INCASOLO INDÚSTRIA DE CALCÁRIO PARA SOLO LTDA.-OF. N°894/2011
826.658/2003-AREAL SANTA BÁRBARA LTDA.-OF. N°949/2011
826.228/2005-DENI MARIA CHRISTOFARI ME-OF. N°908/2011
826.395/2005-CAL CHIMELLI LTDA-OF. N°904/2011
826.483/2005-JOSE ADELCIO MASCHIO ME-OF. N°902/2011
826.190/2006-VALDEMIRO GROSSL-OF. N°958/2011
826.296/2006-OLARIA SANTO ELIAS LTDA.-OF. N°952/2011
826.510/2006-LUCIANO FERREIRA DE BARROS FIRMA INDIVIDUAL-OF. N°965/2011
826.730/2006-J C BARBOSA AREAL-OF. N°948/2011
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
820.193/1979-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°1.371/2010-180 dias
826.184/1994-BASALTO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°990/2008-180 dias
826.662/1996-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°1.375/2010-180 dias
826.331/1999-MINERADORA INAJÁ LTDA.-OF. N°582/2009-180 dias
826.470/1999-ALÉCIO CALSAVARA ME-OF. N°1.489/2009-180 dias
826.001/2002-BASALTO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1.046/2008-180 dias
826.409/2002-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°666/2008-60 dias
826.008/2003-MINAS BRANCAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°1.420/2010-180 dias
826.651/2003-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP-OF. N°1.418/2010-180 dias
826.653/2003-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP-OF. N°1.418/2010-180 dias
826.100/2004-CERÂMICA GNATTA LTDA-OF. N°29/2010-180 dias
826.280/2004-CERÂMICA GNATTA LTDA-OF. N°17/2010-180 dias
826.087/2007-IRINEU BACELLAR ARAPOTI-OF. N°1.626/2009-180 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
826.307/1995-PEDREIRAS RIVIERA LTDA-OF. N°897/2011
826.204/1997-MINERAÇÃO BRASBOL LTDA.-OF. N°892/2011
826.382/1999-XINGÚ CONSTRUTORA LTDA-OF. N°899/2011
826.189/2003-COMPACTA COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA. ME-OF. N°967/2011
826.290/2003-COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA ANTONOVICZ LTDA ME-OF. N°950/2011
826.355/2003-MINERAÇÃO DE AREIA MALASSISE LTDA - ME-OF. N°891/2011
826.561/2003-INCASOLO INDÚSTRIA DE CALCÁRIO PARA SOLO LTDA.-OF. N°893/2011
826.228/2005-DENI MARIA CHRISTOFARI ME-OF. N°906/2011
826.395/2005-CAL CHIMELLI LTDA-OF. N°903/2011
826.483/2005-JOSE ADELCIO MASCHIO ME-OF. N°901/2011
826.190/2006-VALDEMIRO GROSSL-OF. N°957/2011
826.296/2006-OLARIA SANTO ELIAS LTDA.-OF. N°953/2011
826.510/2006-LUCIANO FERREIRA DE BARROS FIRMA INDIVIDUAL-OF. N°966/2011
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
826.532/1996-MINERAÇÃO LAGOA BONITA SOCAVÃO LTDA.- AI N° 359/2011
826.771/2001-CERÂMICA 111 LTDA- ME- AI N° 360/2011
Multa aplicada /Prazo para pagamento 30 dias(460)
821.807/1987-MINERAÇÃO GINO MINAS LTDA.- AI Nº 259/2011
826.401/1991-MINERAÇÃO GINO MINAS LTDA.- AI Nº 260/2011
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
820.935/1981-AGUAS MINERAIS ROLANDIA LTDA-OF. N°923/2011

RELAÇÃO Nº 102/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
826.733/2005-BRITAMIX MANUFATURADO DE CONCRETO LTDA.-OF. N°980/2011
826.439/2006-ARAUCO FOREST DO BRASIL S.A.-OF. N°979/2011
826.697/2006-JOSÉ RAIMUNDO BONATO-OF. N°977/2011
826.698/2006-JOSÉ RAIMUNDO BONATO-OF. N°977/2011
826.151/2007-AIRTON BERNARDO ROVEDA-OF. N°998/2011
826.757/2007-AIRTON BERNARDO ROVEDA-OF. N°999/2011
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
826.071/2006-PORTO UNIÃO - EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.-OF. N°942/2011
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
807.216/1976-CIMENTO RIO BRANCO S.A.-OF. N°1414/2010-180 dias
826.349/1991-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A-OF. N°1415/2010-180 dias
826.073/1992-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A-OF. N°1415/2010-180 dias
826.400/1996-HOLCIM (BRASIL) S A-OF. N°896/2009-180 dias
826.455/1996-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°88/2010-180 dias
826.964/1996-MINERAÇÃO BRASBOL LTDA.-OF. N°1413/2010-180 dias
826.223/1998-MARC MINERAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°1474/2009-180 dias
826.329/1999-MINERADORA INAJÁ LTDA.-OF. N°581/2009-180 dias
826.485/1999-MINERADORA INAJÁ LTDA.-OF. N°582/2009-180 dias
826.130/2001-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A-OF. N°1415/2010-180 dias
826.394/2001-MINERAÇÃO D' AGOSTINI LTDA EPP-OF. N°1073/2009-180 dias
826.423/2001-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A-OF. N°08/2010-180 dias
826.428/2001-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A-OF. N°1415/2010-180 dias
826.429/2001-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A-OF. N°1421/2010-180 dias
826.548/2001-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A-OF. N°21/2010-180 dias

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

826.549/2001-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A-OF. N°20/2010-180 dias

826.621/2001-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°1427/2010-180 dias

826.623/2001-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A-OF. N°22/2010-180 dias

826.755/2001-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A-OF. N°1415/2010-180 dias

826.756/2001-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A-OF. N°1421/2010-180 dias

826.702/2006-ACO MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°1.347/2010-180 dias

Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)

826.071/2006-PORTO UNIÃO - EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.-OF. N°943/2011

Fase de Concessão de Lavra

Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)

826.561/1993-EXTRAÇÃO DE AREIA QUEDAS DO IGUAÇÚ LTDA.- AI N° 252/2011

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

826.918/2001-PURA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL LTDA-OF. N°1000/2011

Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)

007.724/1967-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A-OF. N°50/2011

RELAÇÃO Nº 103/2011

Fase de Autorização de Pesquisa

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)

826.658/2009-MARIOTTO COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.- Cessionário:AREAL DAS ÁGUAS EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.- CPF ou CNPJ 11.312.871/0001-67- Alvará n°3.429/2010

826.199/2010-JAIME NICOLA PELANDA- Cessionário:M. T. TORTATO ME- CPF ou CNPJ 77.789.303/0001-60- Alvará n°3.930/2011

Fase de Requerimento de Lavra

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)

826.035/2001-PAULUCI COMERCIAL DE FERRAGENS LTDA. EPP- Alvará n°5.549/2002 - Cessionário: PIRÂMIDE EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.- CNPJ 74.486.531/0001-72

FRANCISCO NAILOR CORAL

RELAÇÃO Nº 109/2011

Determina a prorrogação de prazo para apresentação de defesa, por mais 10(dez) dias.

926.237/2011 - NFLDP nº 03/2011 - ESTAÇÃO DE ÁGUAS MINERAIS VALE DAS ARAUCÁRIAS LTDA.

927.003/2009 - NFLDP nº 1244/2009 - INDÚSTRIA DE CAL RIO GRANDE LTDA.

FERNANDO ANTONIO GUIMARÃES MARTINS
Substituto

RELAÇÃO Nº 135/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)

a. g. Dissenha Areal me - 826134/06 - A.I. 369/11

Arilane de Fatima Ferreira Taques - 826073/06 - A.I. 394/11

Carlos Eduardo de Figueiredo Ferraz - 826045/06 - A.I. 362/11, 826144/06 - A.I. 380/11

Cimento Rio Branco S.A. - 826110/06 - A.I. 368/11, 826167/06 - A.I. 39055/11, 826135/06 - A.I. 370/11, 826137/06 - A.I. 371/11, 826138/06 - A.I. 372/11, 826160/06 - A.I. 373/11, 826161/06 - A.I. 374/11, 826162/06 - A.I. 375/11, 826163/06 - A.I. 376/11, 826164/06 - A.I. 377/11, 826165/06 - A.I. 378/11, 826166/06 - A.I. 379/11, 826168/06 - A.I. 382/11, 826169/06 - A.I. 383/11, 826170/06 - A.I. 384/11, 826171/06 - A.I. 385/11, 826172/06 - A.I. 386/11, 826173/06 - A.I. 387/11, 826174/06 - A.I. 388/11

Costa Sovinski & Sovinski LTDA. me - 826112/06 - A.I. 365/11

Danilo Luis Maahs - 826077/06 - A.I. 395/11, 826079/06 - A.I. 396/11, 826078/06 - A.I. 397/11

Fmm- Construções Civis Ltda - 826121/06 - A.I. 366/11

Industria de Cal Bateias Ltda - 826039/06 - A.I. 381/11

José Luiz Ançay - 826082/06 - A.I. 392/11

Mineração Grande Lago LTDA. - 826155/06 - A.I. 389/11

Remasa Reflorestadora Ltda - 826056/06 - A.I. 367/11, 826057/06 - A.I. 363/11, 826058/06 - A.I. 364/11

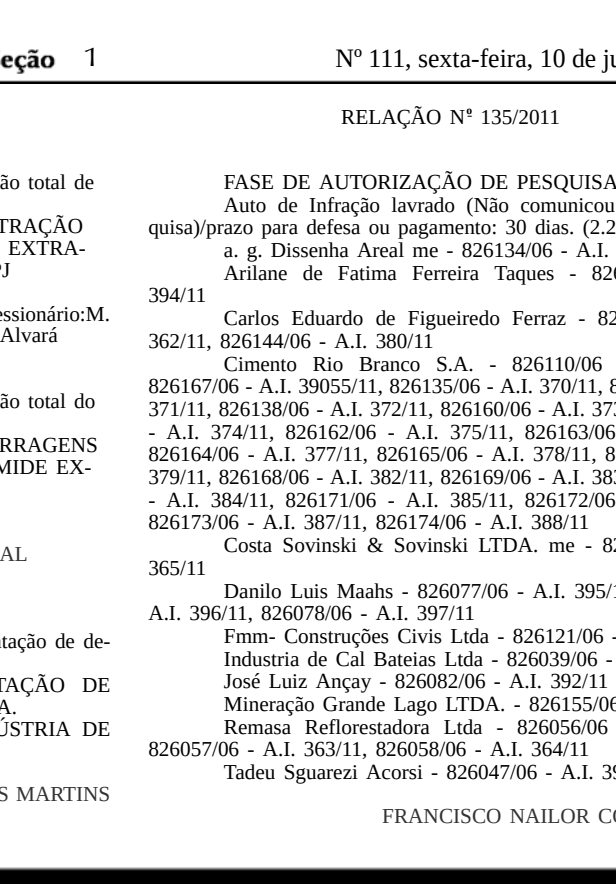
Tadeu Sguarezi Acorsi - 826047/06 - A.I. 393/11

FRANCISCO NAILOR CORAL

COMERCIAL

MUSEU DA IMPRENSA

Uma viagem no tempo, registrando a informação oficial



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61)3441 9618

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 237, DE 31 DE MAIO DE 2011

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 21, da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 3 de abril de 2009, combinado com o inciso VII, do art. 122, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/MDA/Nº 20, de 8 de abril de 2009, e

Considerando o disposto no artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como o contido nos Artigos 215 e 216, todos da Constituição Federal de 1988 e, ainda, o Decreto nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003, a Convenção Internacional nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho OIT; e as Instruções Normativas/INCRA nº. 20/2005, 49/2008 e 57/2009;

Considerando os termos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID, relativo à regularização das terras da Comunidade Remanescente de Quilombos Família Magalhães, elaborado pela Comissão instituída pela ORDEM DE SERVIÇO/INCRA/SR(28)GAB/Nº96, de 10 de novembro de 2006;

Considerando os termos da ATA/INCRA/SR(28)/CDR/N°01/2010, da Reunião Ordinária do Comitê de Decisão Regional - CDR, da Superintendência Regional do Incra no Distrito Federal e Entorno, no Estado do Distrito Federal, que aprovou o citado Relatório Técnico;

Considerando, por fim, tudo o quanto mais consta dos autos do Processo Administrativo INCRA/SR-28/DFE nº. 54700.000956/2006-47, resolve:

Art. 1º Reconhecer e declarar como terras da Comunidade Remanescente de Quilombo Família Magalhães a área de 5.492,1421 ha, situada no Município de Nova Roma, no Estado de Goiás, cujas características, limites e confrontações constam do memorial descritivo anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO LISBOA DE LACERDA

ANEXO

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL - SR(28)

MEMORIAL DESCRITIVO

Imóvel: TERRITÓRIO QUILOMBOLA FAMÍLIA MAGALHÃES

Proprietário: COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOS - FAMÍLIA MAGALHÃES

Município: NOVA ROMA

U.F.: GO

Área (ha): 5492,1421

Perímetro (m): 48.461,21

Norte: Rio Paranã

Sul: Posse De Joaquim Ornelas e Posse de João Cirilo

Leste: Posse Fiorante Vendramine, Posse de José Vieira e Posse de Domingos Gonzaga

Oeste: Rio das Pedras

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

"Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice V-0001, de coordenadas N 8.503.635,600m e E 279.213,930m, situado no limite na confluência do Rio Paranã com o Rio das Pedras; deste, segue a montante confrontando com esquerda do Rio Paranã, com azimute e distância de 81°51'46" - 79,27m, até o vértice V-0002 de coordenadas N 8.503.646,820m e E 279.292,400m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 115°21'30" - 235,71m, até o vértice V-0003 de coordenadas N 8.503.545,870m e E 279.505,400m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 108°9'43" - 313,15m, até o vértice V-0004 de coordenadas N 8.503.448,260m e E 279.802,950m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 143°4'02" - 339,55m, até o vértice V-0005 de coordenadas N 8.503.176,840m e E 280.006,980m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 164°10'30" - 312,43m, até o vértice V-0006 de coordenadas N 8.502.876,250m e E 280.092,180m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 170°46'09" - 279,53m, até o vértice V-0007 de coordenadas N 8.502.600,340m e E 280.137,020m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 141°55'24" - 181,27m, até o vértice V-0008 de coordenadas N 8.502.457,650m e E 280.248,810m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 94°9'55" - 123,64m, até o vértice V-0009 de coordenadas N 8.502.448,670m e E 280.372,120m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 127°29'16" - 254,31m, até o vértice V-0010 de coordenadas N 8.502.293,900m e E 280.573,910m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 152°14'09" - 332,09m, até o vértice V-0011 de coordenadas N 8.502.000,040m e E 280.728,610m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 106°54'40" - 305,86m, até o vértice V-0012 de coordenadas N 8.501.911,070m e E 281.021,240m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 97°5'09" - 301,97m, até o vértice V-0013 de coordenadas N 8.501.873,820m e E 281.320,900m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 83°55'13" - 136,49m, até o vértice V-0014 de coordenadas N 8.501.888,276m e E 281.456,620m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 36°48'41" - 137,74m, até o vértice V-0015 de coordenadas N 8.501.998,550m e E 281.539,150m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 50°46'02" - 101,14m, até o vértice V-0016 de coordenadas N 8.502.062,517m e E 281.617,490m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 107°29'54" - 108,28m, até o vértice V-0017 de coordenadas N 8.502.029,960m e E 281.720,760m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 154°41'20" - 277,92m, até o vértice V-0018 de coordenadas N 8.501.778,720m e E 281.839,580m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 100°9'17" - 118,85m, até o vértice V-0019 de coordenadas N 8.501.757,766m e E 281.956,568m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 91°4'28" - 151,68m, até o vértice V-0020 de coordenadas N 8.501.754,922m e E 282.108,222m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 41°40'35" - 194,87m, até o vértice V-0021 de coordenadas N 8.501.900,472m e E 282.237,796m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 47°38'31" - 178,26m, até o vértice V-0022 de coordenadas N 8.502.020,575m e E 282.369,520m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 71°45'05" - 46,56m, até o vértice V-0023 de coordenadas N 8.502.035,154m e E 282.413,736m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 110°47'24" - 78,68m, até o vértice V-0024 de coordenadas N 8.502.007,228m e E 282.487,291m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 128°5'01" - 189,11m, até o vértice V-0025 de coordenadas N 8.501.890,586m e E 282.636,138m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 114°53'54" - 231,61m, até o vértice V-0026 de coordenadas N 8.501.793,078m e E 282.846,219m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 90°6'41" - 105,13m, até o vértice V-0027 de coordenadas N 8.501.792,873m e E 282.951,348m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 101°0'11" - 214,13m, até o vértice V-0028 de coordenadas N 8.501.752,005m e E 283.161,539m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 125°57'56" - 179,59m, até o vértice V-0029 de coordenadas N 8.501.646,532m e E 283.306,894m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 117°53'00" - 173,66m, até o vértice V-0030 de coordenadas N 8.501.565,313m e E 283.460,397m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 110°6'19" - 283,99m, até o vértice V-0031 de coordenadas N 8.501.467,694m e E 283.727,078m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 92°29'53" - 194,27m, até o vértice V-0032 de coordenadas N 8.501.459,227m e E 283.921,161m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 94°20'41" - 589,72m, até o vértice V-0033 de coordenadas N 8.501.414,551m e E 284.509,184m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 108°48'14" - 343,87m, até o vértice V-0034 de coordenadas N 8.501.303,710m e E 284.834,701m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 102°0'28" - 314,06m, até o vértice V-0035 de coordenadas N 8.501.238,373m e E 285.141,884m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 101°33'41" - 56,41m, até o vértice V-0036 de coordenadas N 8.501.227,067m e E 285.197,151m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 138°4'40" - 50,29m, até o vértice V-0037 de coordenadas N 8.501.189,650m e E 285.230,750m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 168°45'58" - 42,89m, até o vértice V-0038 de coordenadas N 8.501.147,582m e E 285.239,105m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 192°21'43" - 39,76m, até o vértice V-0039 de coordenadas N 8.501.108,740m e E 285.230,592m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 221°16'43" - 86,00m, até o vértice V-0040 de coordenadas N 8.501.044,110m e E 285.173,857m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 192°38'02" - 149,20m, até o vértice V-0041 de coordenadas N 8.500.898,524m e E 285.141,224m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 166°5'01" - 100,08m, até o vértice V-0042 de coordenadas N 8.500.801,377m e E 285.165,295m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 144°35'07" - 69,60m, até o vértice V-0043 de coordenadas N 8.500.744,658m e E 285.205,624m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 180°6'41" - 89,01m, até o vértice V-0044 de coordenadas N 8.500.655,648m e E 285.205,451m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 208°42'41" - 101,38m, até o vértice V-0045 de coordenadas N 8.500.566,733m e E 285.156,748m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 153°33'25" - 72,36m, até o vértice V-0046 de coordenadas N 8.500.501,940m e E 285.188,972m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 123°48'51" - 87,50m, até o vértice V-0047 de coordenadas N 8.500.453,249m e E 285.261,668m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 104°27'31" - 343,19m, até o vértice V-0048 de coordenadas N 8.500.367,562m e E 285.593,987m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 125°3'11" - 176,47m, até o vértice V-0049 de coordenadas N 8.500.266,211m e E 285.738,445m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 155°45'10" - 35,37m, até o vértice V-0050 de coordenadas N 8.500.233,963m e E 285.752,970m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 177°34'53" - 252,12m, até o vértice V-0051 de coordenadas N 8.499.982,066m e E 285.763,610m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 93°8'06" - 136,20m, até o vértice V-0052 de coordenadas N 8.499.974,617m e E 285.899,609m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 59°40'36" - 96,63m, até o vértice V-0053 de coordenadas N 8.500.023,404m e E 285.983,018m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 42°11'13" - 141,18m, até o vértice V-0054 de coordenadas N 8.500.128,011m e E 286.077,827m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 85°20'47" - 97,39m, até o vértice V-0055 de coordenadas N 8.500.135,912m e E 286.174,893m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 58°45'59" - 217,79m, até o vértice V-0056 de coordenadas N 8.500.248,840m e E 286.361,113m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 74°9'38" - 117,75m, até o vértice V-0057 de coordenadas N 8.500.280,980m e E 286.474,395m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 63°32'00" - 217,02m, até o vértice V-0058 de coordenadas N 8.500.377,703m e E 286.668,674m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 51°56'17" - 144,02m, até o vértice V-0059 de coordenadas N 8.500.466,492m e E 286.782,067m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 70°48'46" - 171,38m, até o vértice V-0060 de coordenadas N 8.500.522,818m e E 286.943,926m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 54°43'52" - 169,75m, até o vértice V-0061 de coordenadas N 8.500.620,834m e E 287.082,519m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 83°50'17" - 160,94m, até o vértice V-0062 de coordenadas N 8.500.638,110m e E 287.242,532m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 102°8'26" - 136,22m, até o vértice V-0063 de coordenadas N 8.500.609,462m e E 287.375,704m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 117°51'59" - 182,00m, até o vértice V-0064 de coordenadas N 8.500.524,394m e E 287.536,596m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 114°29'54" - 97,70m, até o vértice V-0065 de coordenadas N 8.500.483,880m e E 287.625,504m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 93°6'52" - 54,35m, até o vértice V-0066 de coordenadas N 8.500.480,927m e E 287.679,776m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 77°6'25" - 107,90m, até o vértice V-0067 de coordenadas N 8.500.505,002m e E 287.784,953m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 129°56'08" - 63,18m, até o vértice V-0068 de coordenadas N 8.500.464,448m e E 287.833,395m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 143°36'20" - 159,67m, até o vértice V-0069 de coordenadas N 8.500.335,919m e E 287.928,135m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 116°59'35" - 120,18m, até o vértice V-0070 de coordenadas N 8.500.281,373m e E 288.035,221m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 94°47'11" - 52,01m, até o vértice V-0071 de coordenadas N 8.500.277,033m e E 288.087,048m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 71°59'05" - 132,66m, até o vértice V-0072 de coordenadas N 8.500.318,059m e E 288.213,201m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 84°24'49" - 305,11m, até o vértice V-0073 de coordenadas N 8.500.347,761m e E 288.516,865m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 111°49'25" - 169,38m, até o vértice V-0074 de coordenadas N 8.500.284,793m e E 288.674,107m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 129°58'50" - 278,42m, até o vértice V-0075 de coordenadas N 8.500.105,902m e E 288.887,449m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 119°33'54" - 186,94m, até o vértice V-0076 de coordenadas N 8.500.013,662m e E 289.050,051m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 81°38'47" - 235,40m, até o vértice V-0077 de coordenadas N 8.500.047,862m e E 289.282,956m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 116°48'51" - 123,63m, até o vértice V-0078 de coordenadas N 8.499.992,094m e E 289.393,289m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 136°33'34" - 457,76m, até o vértice V-0079 de coordenadas N 8.499.659,722m e E 289.708,043m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 153°33'38" - 108,55m, até o vértice V-0080 de coordenadas N 8.499.562,527m e E 289.756,375m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 78°27'56" - 53,40m, até o vértice V-0081 de coordenadas N 8.499.573,204m e E 289.808,693m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 117°54'50" - 71,27m, até o vértice V-0082 de coordenadas N 8.499.539,839m e E 289.871,672m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 148°33'41" - 135,06m, até o vértice V-0083 de coordenadas N 8.499.424,606m e E 289.942,117m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 159°16'13" - 181,83m, até o vértice V-0084 de coordenadas N 8.499.254,551m e E 290.006,476m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 173°46'21" - 146,55m, até o vértice V-0085 de coordenadas N 8.499.108,869m e E 290.022,373m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 155°55'53" - 167,87m, até o vértice V-0086 de coordenadas N 8.498.955,598m e E 290.090,834m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 150°33'11" - 270,46m, até o vértice V-0087 de coordenadas N 8.498.720,077m e E 290.223,797m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 166°4'58" - 233,54m, até o vértice V-0088 de coordenadas N 8.498.493,397m e E 290.279,967m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 147°51'04" - 363,62m, até o vértice V-0089 de coordenadas N 8.498.185,531m e E 290.473,458m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 174°40'31" - 170,69m, até o vértice V-0090 de coordenadas N 8.498.015,579m e E 290.489,298m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 199°50'21" - 47,96m, até o vértice V-0091 de coordenadas N 8.497.970,464m e E 290.473,021m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 258°13'07" - 16,52m, até o vértice V-0092 de coordenadas N 8.497.967,092m e E 290.456,854m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 319°42'04" -

VEDADA A VENDA OU USO PARA FINS COMERCIAIS

286,92m, até o vértice V-0093 de coordenadas N 8.498.185,924m e E 290.271,279m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 333°33'33" - 199,01m, até o vértice V-0094 de coordenadas N 8.498.364,116m e E 290.182,665m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 323°45'10" - 273,19m, até o vértice V-0095 de coordenadas N 8.498.584,436m e E 290.021,136m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 344°48'42" - 177,80m, até o vértice P-0001 de coordenadas N 8.498.756,023m e E 289.974,554m, confrontando com o Rio Paranã, daí segue com azimute e distância de 254°3'42" - 74,31m, até o vértice P-0002 de coordenadas N 8.498.735,618m e E 289.903,102m, confrontando com a Posse Joaquim Ornelas , daí segue com azimute e distância de 252°9'35" - 250,71m, até o vértice P-0003 de coordenadas N 8.498.658,808m e E 289.664,444m, confrontando com a Posse Joaquim Ornelas , daí segue com azimute e distância de 249°34'34" - 153,07m, até o vértice P-0004 de coordenadas N 8.498.605,391m e E 289.520,994m, confrontando com a Posse Joaquim Ornelas , daí segue com azimute e distância de 234°30'12" - 207,27m, até o vértice P-0005 de coordenadas N 8.498.485,036m e E 289.352,242m, confrontando com a Posse Joaquim Ornelas , daí segue com azimute e distância de 244°52'36" - 168,27m, até o vértice P-0006 de coordenadas N 8.498.413,593m e E 289.199,889m, confrontando com a Posse Joaquim Ornelas , daí segue com azimute e distância de 247°0'12" - 129,58m, até o vértice P-0007 de coordenadas N 8.498.362,971m e E 289.080,611m, confrontando com a Posse Joaquim Ornelas , daí segue com azimute e distância de 250°2'57" - 117,30m, até o vértice P-0008 de coordenadas N 8.498.322,947m e E 288.970,351m, confrontando com a Posse Joaquim Ornelas , daí segue com azimute e distância de 240°45'13" - 5103,96m, até o vértice P-0009 de coordenadas N 8.495.829,332m e E 284.517,005m, confrontando com a Posse João Cirilo, daí segue com azimute e distância de 267°58'55" - 1494,97m, até o vértice P-0010 de coordenadas N 8.495.776,689m e E 283.022,963m, confrontando com a Posse Fiorante Vendramine, daí segue com azimute e distância de 295°29'57" - 397,14m, até o vértice P-0011 de coordenadas N 8.495.947,656m e E 282.664,509m, confrontando com a Posse Fiorante Vendramine, daí segue com azimute e distância de 315°22'57" - 11,45m, até o vértice P-0012 de coordenadas N 8.495.955,805m e E 282.656,469m, confrontando com a Estrada Vicinal, daí segue com azimute e distância de 225°22'57" - 117,99m, até o vértice P-0013 de coordenadas N 8.495.872,931m e E 282.572,481m, confrontando com a Estrada Vicinal, daí segue com azimute e distância de 250°40'26" - 139,50m, até o vértice P-0014 de coordenadas N 8.495.826,763m e E 282.440,839m, confrontando com a Estrada Vicinal, daí segue com azimute e distância de 272°15'57" - 183,31m, até o vértice P-0015 de coordenadas N 8.495.834,010m e E 282.257,671m, confrontando com a Estrada Vicinal, daí segue com azimute e distância de 298°52'54" - 523,62m, até o vértice P-0016 de coordenadas N 8.496.086,919m e E 281.799,179m, confrontando com a Estrada Vicinal, daí segue com azimute e distância de 316°48'48" - 524,96m, até o vértice P-0017 de coordenadas N 8.496.469,678m e E 281.439,911m, confrontando com a Estrada Vicinal, daí segue com azimute e distância de 326°18'42" - 466,13m, até o vértice P-0018 de coordenadas N 8.496.857,526m e E 281.181,363m, confrontando com a Estrada Vicinal, daí segue com azimute e distância de 288°46'41" - 454,36m, até o vértice P-0019 de coordenadas N 8.497.003,785m e E 280.751,192m, confrontando com a Estrada Vicinal, daí segue com azimute e distância de 265°36'28" - 116,22m, até o vértice P-0020 de coordenadas N 8.496.994,885m e E 280.635,315m, confrontando com a Estrada Vicinal, daí segue com azimute e distância de 250°33'23" - 131,83m, até o vértice P-0021 de coordenadas N 8.496.951,000m e E 280.511,000m, confrontando com a Estrada Vicinal, daí segue com azimute e distância de 241°23'22" - 87,71m, até o vértice P-0022 de coordenadas N 8.496.909,000m e E 280.434,000m, confrontando com a Estrada Vicinal, daí segue com azimute e distância de 233°2'57" - 282,80m, até o vértice P-0023 de coordenadas N 8.496.739,000m e E 280.208,000m, confrontando com a Estrada Vicinal, daí segue com azimute e distância de 252°37'03" - 137,30m, até o vértice P-0024 de coordenadas N 8.496.697,981m e E 280.076,967m, confrontando com a Estrada Vicinal, daí segue com azimute e distância de 240°10'15" - 337,71m, até o vértice P-0025 de coordenadas N 8.496.530,000m e E 279.784,000m, confrontando com a Estrada Vicinal, daí segue com azimute e distância de 218°9'26" - 160,24m, até o vértice P-0026 de coordenadas N 8.496.404,000m e E 279.685,000m, confrontando com a Estrada Vicinal, daí segue com azimute e distância de 340°53'37" - 1133,44m, até o vértice P-0027 de coordenadas N 8.497.475,000m e E 279.314,000m, confrontando com a Posse de Domingos Gonzaga, daí segue com azimute e distância de 40°32'56" - 118,44m, até o vértice P-0028 de coordenadas N 8.497.565,000m e E 279.391,000m, confrontando com a Posse de Domingos Gonzaga, daí segue com azimute e distância de 21°7'16" - 344,12m, até o vértice P-0029 de coordenadas N 8.497.886,000m e E 279.515,000m, confrontando com a Posse de Domingos Gonzaga, daí segue com azimute e distância de 43°53'21" - 255,31m, até o vértice P-0030 de coordenadas N 8.498.070,000m e E 279.692,000m, confrontando com a Posse de Domingos Gonzaga, daí segue com azimute e distância de 34°26'09" - 447,40m, até o vértice P-0031 de coordenadas N 8.498.439,000m e E 279.945,000m, confrontando com a Posse de Domingos Gonzaga, daí segue com azimute e distância de 322°6'54" - 1202,24m, até o vértice P-0032 de coordenadas N 8.499.387,860m e E 279.206,730m, confrontando com a Posse de Domingos Gonzaga, daí segue com azimute e distância de 298°53'43" - 168,06m, até o vértice P-0033 de coordenadas N 8.499.469,070m e E 279.059,590m, confrontando com a Posse de Domingos Gonzaga, daí segue com azimute e distância de 183°33'54" - 808,92m, até o vértice P-0034 de coordenadas N 8.498.661,720m e E 279.009,290m, confrontando com a Posse de Domingos Gonzaga, daí segue com azimute e distância de 197°42'47" - 749,05m, até o vértice P-0035 de coordenadas N 8.497.948,180m e E 278.781,390m, confrontando com a Posse de Domingos Gonzaga, daí segue com azimute e distância de 212°51'54" - 420,63m, até o vértice P-0036 de coordenadas N 8.497.594,870m e E 278.553,130m, confrontando com a Posse de Domingos Gonzaga, daí segue com azimute e distância de 230°44'47" - 934,90m, até o vértice P-0037 de coordenadas N 8.497.003,310m e E 277.829,190m, confrontando com a Posse de Domingos Gonzaga, daí segue com azimute e distância de 320°32'05" - 271,49m, até o vértice V-0096 de coordenadas N 8.497.212,900m e E 277.656,630m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 302°13'02" - 221,73m, até o vértice V-0097 de coordenadas N 8.497.331,110m e E 277.469,040m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 278°11'17" - 330,71m, até o vértice V-0098 de coordenadas N 8.497.378,210m e E 277.141,700m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 271°11'42" - 215,29m, até o vértice V-0099 de coordenadas N 8.497.382,700m e E 276.926,460m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 313°6'21" - 285,59m, até o vértice V-0100 de coordenadas N 8.497.577,860m e E 276.717,950m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 322°52'51" - 440,27m, até o vértice V-0101 de coordenadas N 8.497.928,920m e E 276.452,260m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 300°13'30" - 204,99m, até o vértice V-0102 de coordenadas N 8.498.032,110m e E 276.275,140m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 358°43'13" - 401,63m, até o vértice V-0103 de coordenadas N 8.498.433,640m e E 276.266,170m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 51°40'41" - 285,79m, até o vértice V-0104 de coordenadas N 8.498.610,850m e E 276.490,380m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 17°11'05" - 360,43m, até o vértice V-0105 de coordenadas N 8.498.955,190m e E 276.596,870m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 71°8'17" - 194,28m, até o vértice V-0106 de coordenadas N 8.499.018,000m e E 276.780,720m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 84°17'17" - 180,25m, até o vértice V-0107 de coordenadas N 8.499.035,940m e E 276.960,080m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 61°32'25" - 463,82m, até o vértice V-0108 de coordenadas N 8.499.256,970m e E 277.367,850m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 16°20'58" - 215,07m, até o vértice V-0109 de coordenadas N 8.499.463,340m e E 277.428,390m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 350°32'34" - 409,34m, até o vértice V-0110 de coordenadas N 8.499.867,120m e E 277.361,130m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 46°35'09" - 510,80m, até o vértice V-0111 de coordenadas N 8.500.218,180m e E 277.732,180m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 73°47'00" - 200,81m, até o vértice V-0112 de coordenadas N 8.500.274,260m e E 277.925,000m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 118°35'16" - 305,97m, até o vértice V-0113 de coordenadas N 8.500.127,850m e E 278.193,670m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 63°22'41" - 157,78m, até o vértice V-0114 de coordenadas N 8.500.198,550m e E 278.334,720m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 349°25'53" - 171,14m, até o vértice V-0115 de coordenadas N 8.500.366,790m e E 278.303,330m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 311°50'00" - 343,05m, até o vértice V-0116 de coordenadas N 8.500.595,590m e E 278.047,730m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 319°57'51" - 452,80m, até o vértice V-0117 de coordenadas N 8.500.942,270m e E 277.756,460m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 285°45'28" - 272,56m, até o vértice V-0118 de coordenadas N 8.501.016,290m e E 277.494,140m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 315°48'05" - 115,77m, até o vértice V-0119 de coordenadas N 8.501.099,290m e E 277.413,430m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 30°57'35" - 216,94m, até o vértice V-0120 de coordenadas N 8.501.285,320m e E 277.525,030m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 90°0'00" - 473,07m, até o vértice V-0121 de coordenadas N 8.501.285,320m e E 277.998,100m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 101°18'53" - 114,32m, até o vértice V-0122 de coordenadas N 8.501.262,890m e E 278.110,200m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 95°57'07" - 216,41m, até o vértice V-0123 de coordenadas N 8.501.240,450m e E 278.325,440m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 128°3'38" - 130,98m, até o vértice V-0124 de coordenadas N 8.501.159,700m e E 278.428,570m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 93°16'43" - 282,21m, até o vértice V-0125 de coordenadas N 8.501.143,560m e E 278.710,320m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 48°11'22" - 198,52m, até o vértice V-0126 de coordenadas N 8.501.275,910m e E 278.858,290m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 9°17'51" - 263,67m, até o vértice V-0127 de coordenadas N 8.501.536,120m e E 278.900,890m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 306°53'03" - 302,73m, até o vértice V-0128 de coordenadas N 8.501.717,820m e E 278.658,750m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 294°53'25" - 451,29m, até o vértice V-0129 de coordenadas N 8.501.907,760m e E 278.249,380m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 304°55'20" - 380,09m, até o vértice V-0130 de coordenadas N 8.502.125,350m e E 277.937,730m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 352°16'50" - 133,56m, até o vértice V-0131 de coordenadas N 8.502.257,700m e E 277.919,790m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 30°20'25" - 131,91m, até o vértice V-0132 de coordenadas N 8.502.371,540m e E 277.986,420m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 93°52'12" - 797,74m, até o vértice V-0133 de coordenadas N 8.502.317,700m e E 278.782,340m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 34°6'16" - 83,98m, até o vértice V-0134 de coordenadas N 8.502.387,240m e E 278.829,430m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 333°40'44" - 247,77m, até o vértice V-0135 de coordenadas N 8.502.609,320m e E 278.719,570m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 34°34'45" - 79,01m, até o vértice V-0136 de coordenadas N 8.502.674,370m e E 278.764,410m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 87°20'29" - 169,45m, até o vértice V-0137 de coordenadas N 8.502.682,230m e E 278.933,680m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 105°0'12" - 259,97m, até o vértice V-0138 de coordenadas N 8.502.614,930m e E 279.184,790m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 78°7'46" - 272,63m, até o vértice V-0139 de coordenadas N 8.502.671,010m e E 279.451,590m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 51°52'40" - 290,70m, até o vértice V-0140 de coordenadas N 8.502.850,470m e E 279.680,280m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 28°47'53" - 51,19m, até o vértice V-0141 de coordenadas N 8.502.895,330m e E 279.704,940m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 330°20'19" - 120,05m, até o vértice V-0142 de coordenadas N 8.502.999,650m e E 279.645,530m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 16°41'24" - 46,83m, até o vértice V-0143 de coordenadas N 8.503.044,510m e E 279.658,980m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 315°57'17" - 193,49m, até o vértice V-0144 de coordenadas N 8.503.183,590m e E 279.524,460m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 299°59'36" - 201,92m, até o vértice V-0145 de coordenadas N 8.503.284,530m e E 279.349,580m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 354°4'14" - 173,66m, até o vértice V-0146 de coordenadas N 8.503.457,260m e E 279.331,640m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 321°58'00" - 131,00m, até o vértice V-0147 de coordenadas N 8.503.560,440m e E 279.250,930m, confrontando com o Rio das Pedras, daí segue com azimute e distância de 333°47'23" - 83,77m, até o vértice V-0001, confrontando com o Rio das Pedras, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão no Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central nr. 45 WGr, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM."

NOVA ROMA - GO, 23 de junho de 2010.
Responsável Técnico:

HÉLIO LUIZ VIEIRA
CREA : ES-013220/TD

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

PORTARIA Nº 113, DE 27 DE MAIO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO (SR/28/DFE), nomeado pela Portaria INCRA/P/N°200/2010, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 132 do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria MDA n° 20, de 08/04/2009, publicada no D.O.U. n° 68, de 09/04/2009.

CONSIDERANDO que a instrução e análise processual estão de acordo cm os requisitos exigidos a fim de se obter a autorização do INCRA, para aquisição de imóvel rural nos termos da Lei n° 5.709/71, regulamentada pelo Decreto n° 74.965/74;

CONSIDERANDO as manifestações do Setor de fiscalização da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária e da Procuradoria Jurídica Regional nos autos do Processo Administrativo n° 54700.001314/2010-41, favoráveis à proposta de aquisição de imóvel rural por estrangeiro no Brasil;

CONSIDERANDO a deliberação adotada na reunião do Comitê de Decisão Regional realizada em 18/03/2011, consubstanciada na ATA/CDR/SR(28)/N° 02/2011, resolve:

I - Autorizar a aquisição de parte do imóvel rural denominado "Fazenda Capão do Arroz", com área de 64,0000ha (sessenta e quatro hectares), situado no município de Unaí-MG, objeto a matrícula n° 34.713, do Cartório de Registro de Imóveis daquele Município, pelo Senhor GERRIT CNOSSEM, holandês portador da Cédula de Identidade Permanente de Estrangeiro RNE W113906-1, expedida pelo CGP/DIREX/DPF, CPF 255.010.389-00, residente e domiciliado na Fazenda Catingueiro, Município de Unaí Estado de Minas Gerais.

II - O Prazo de validade desta Portaria é de 30 (trinta) dias, contados de sua publicação.

MARCO AURÉLIO BEZERRA DA ROCHA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO CEARÁ

PORTARIA Nº 8, DE 6 DE JUNHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 119, inciso VIII, do Regimento Interno do INCRA aprovado pela Portaria/MDA/n° 69, de 19 de outubro de 2006;

CONSIDERANDO a necessidade de dar destinação ao imóvel rural denominado Fazenda Grajaú, com área de 649.3354ha, localizado no Município de Crateús, no Estado do Ceará, declarado Interesse social para fins de reforma agrária, pelo decreto datado de 15.09.2010, cuja emissão de posse se deu em 09.02.2011; e

EXEMPLAR DE ASSINANTE PROIBIDO A VENDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam a análise no Processo INCRA/SR(02) n°54130.000601/2011-27 e decidram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria resolve:

Art. 1° - Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, do imóvel denominado Fazenda Grajaú, com área de 649,3354ha (seiscentos e quarenta e nove hectares, trinta e três ares e cinquenta e quatro centiares), localizado no município de Crateús, no Estado do Ceará, que prevê a criação de 12 (doze) Unidades Agrícolas Familiares.

Art. 2° - Criar o Projeto de Assentamento PA PADRE ALFREDINHO, código SIPRA CE0396000 a ser implantado e desenvolvido Poe esta Superintendência Regional, em articulação com a Diretoria de Obtenção de terras e Implantação de Projetos de Assentamento - DT e a Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - DD do INCRA

RAIMUNDO AMADEU DE FREITAS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 57, DE 3 DE JUNHO DE 2011

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MINAS GERAIS DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 132, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de do dia 09 dos mesmos mês e ano e, Portaria/INCRA/P/Nº 317, de 18 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial do dia 19 dos mesmos mês e ano:

CONSIDERANDO o que consta do Processo Administrativo INCRA/SR-06/MG nº 54170.007584/2004-53, que trata de Contrato de Assentamento da parcela nº 08 do Projeto de Assentamento NOVA PÂNTANO MARIANO, localizado no município de ITUIUTABA, estado de Minas Gerais, resolve:

I - RESCINDIR o Contrato de Assentamento nº MG023000000011, de 19 de abril de 2005, relativo ao beneficiário Antônio Luiz da Silva - Carteira de Identidade nº M-293.234 SSP/MG e CPF nº 212.504.486-20.

II - DETERMINAR à Divisão de Desenvolvimento do INCRA/MG, a adoção de providências visando destinar o lote a novo candidato selecionado pelo Programa Nacional de Reforma Agrária.

LUCI RODRIGUES ESPESCHIT

PORTARIA Nº 58, DE 3 DE JUNHO DE 2011

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MINAS GERAIS DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 132, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de do dia 09 dos mesmos mês e ano e, Portaria/INCRA/P/Nº 317, de 18 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial do dia 19 dos mesmos mês e ano:

CONSIDERANDO o que consta do Processo Administrativo INCRA/SR-06/MG nº 54170.003353/1998-15, que trata de Contrato de Assentamento da parcela nº 13 do Projeto de Assentamento NOVA LAGOA RICA, localizado no município de PARACATU, estado de Minas Gerais, resolve:

I - RESCINDIR o Contrato de Assentamento nº MG005200000056, de 31 de agosto de 1997, relativo ao beneficiário Joaquim Pereira dos Santos - Carteira de Identidade nº 1.320.725 SSP/DF e CPF nº 842.479.086-34.

II - DETERMINAR à Divisão de Desenvolvimento do INCRA/MG, a adoção de providências visando destinar o lote a novo candidato selecionado pelo Programa Nacional de Reforma Agrária.

LUCI RODRIGUES ESPESCHIT

PORTARIA Nº 59, DE 3 DE JUNHO DE 2011

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MINAS GERAIS DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 132, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de do dia 09 dos mesmos mês e ano e, Portaria/INCRA/P/Nº 317, de 18 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial do dia 19 dos mesmos mês e ano:

CONSIDERANDO o que consta do Processo Administrativo INCRA/SR-06/MG nº 54170.002326/2004-81, que trata de Contrato de Assentamento da parcela nº 08 do Projeto de Assentamento NOVA TANGARÁ, localizado no município de UBERLÂNDIA, estado de Minas Gerais, resolve:

I - RESCINDIR o Contrato de Assentamento nº MG023500000176, de 23 de julho de 2004, relativo ao beneficiário Roberto Dorvalino da Silva - Carteira de Identidade nº MG-5.866.268 SSP/MG e CPF nº 465.679.926-20.

II - DETERMINAR à Divisão de Desenvolvimento do INCRA/MG, a adoção de providências visando destinar o lote a novo candidato selecionado pelo Programa Nacional de Reforma Agrária.

LUCI RODRIGUES ESPESCHIT

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 160, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Extingue Convênios celebrados no exercício de 2005, cujas medidas saneadoras solicitadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por intermédio do Fundo Nacional de Assistência Social, não foram atendidas pelos Convenentes.

A MINISTRA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos art. 87 da Constituição Federal; Lei n.º 10.869, de 13 de maio de 2004, que cria o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS; bem como o disposto no Decreto nº 7.079, de 26 de janeiro de 2010, que estabelece a estrutura regimental do MDS e define as competências da Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS e

Considerando os princípios da supremacia e indisponibilidade do interesse público, da razoabilidade, da eficiência, da economicidade;

Considerando o disposto no art. 116, § 3º, inciso III, da Lei nº 8.666, de 22 de junho de 1993, que impossibilita a transferência de parcelas de recursos do convênio "quando o executor deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo partícipe repassador dos recursos";

Considerando as reiteradas solicitações de diligências por parte do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a correspondente inércia e/ou ineficácia das medidas adotadas pelos Convenentes, resolve:

Art. 1º Extinguir os processos listados no Anexo desta Portaria, em face da ausência de adoção, por parte dos respectivos Convenentes, das medidas saneadoras requeridas pelo Fundo Nacional de Assistência Social, que é gerido pela Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TEREZA CAMPELLO

ANEXO

Q.	ANO	CONVENENTE	UF	PROCESSO
1	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA	BA	71000.015837/2005-14
2	2005	GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA	BA	71000.013766/2005-15
3	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS	BA	71000.008680/2005-71
4	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRA DO AMPARO	BA	71000.009258/2005-32
5	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRA DO AMPARO	BA	71000.015003/2005-17
6	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR	BA	71000.013687/2005-12
7	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSE	BA	71000.009349/2005-78
8	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA	CE	71000.014549/2005-42
9	2005	GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	DF	71000.008308/2005-64
10	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA	ES	71000.007423/2005-11
11	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA	ES	71000.013376/2005-45
12	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO	ES	71000.010411/2005-74
13	2005	GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	ES	71000.010416/2005-05
14	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA	ES	71000.015861/2005-53
15	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIATUBA	GO	71000.015889/2005-91
16	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE	MA	71000.013568/2005-51
17	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI	MG	71000.010428/2005-21
18	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBACENA	MG	71000.015211/2005-16
19	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO FLORIDO	MG	71000.008071/2005-11
20	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA	MG	71000.008922/2005-26
21	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCES	MG	71000.010410/2005-20
22	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL REI	MG	71000.015680/2005-27
23	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL REI	MG	71000.015869/2005-10
24	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL REI	MG	71000.015870/2005-44
25	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO	MG	71000.015867/2005-21
26	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLANDIA	MG	71000.008560/2005-73
27	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA	MG	71000.015982/2005-03
28	2005	GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	MS	71000.010610/2005-82
29	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE POXOREO	MT	71000.014561/2005-57
30	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA	PA	71000.012910/2005-04
31	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIA DA TRAIÇÃO	PB	71000.015740/2005-10
32	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE EMAS	PB	71000.015622/2005-01
33	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARABIRA	PB	71000.015631/2005-94
34	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS RAMOS	PB	71000.015614/2005-57
35	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRA	PE	71000.009776/2005-56
36	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRA	PE	71000.010311/2005-48
37	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRA	PR	71000.010315/2005-26
38	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRA	PR	71000.007074/2005-38
39	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO OLINTO	PR	71000.009775/2005-10
40	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI	PR	71000.007179/2005-97
41	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIDO DE ABREU	PR	71000.010160/2005-28
42	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI	PR	71000.009259/2005-87
43	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRA	PR	71000.007087/2005-15
44	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTÓPOLIS	PR	71000.007078/2005-16
45	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU	PR	71000.010176/2005-31
46	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU	PR	71000.009993/2005-46
47	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO	PR	71000.008635/2005-16
48	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAIPORA	PR	71000.012973/2005-52
49	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL	PR	71000.015595/2005-69
50	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAI	PR	71000.008088/2005-79
51	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA	PR	71000.008288/2005-21
52	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA	PR	71000.012573/2005-47
53	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA	PR	71000.012574/2005-91
54	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS	PR	71000.005519/2005-45
55	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS	PR	71000.005798/2005-47

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

56	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO ITARARÉ	PR	71000.007122/2005-98
57	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JÕAO DO IVAÍ	PR	71000.007112/2005-52
58	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO TRIUNFO	PR	71000.007160/2005-41
59	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU	PR	71000.006907/2005-43
60	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGES	PR	71000.007081/2005-30
61	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE SIQUEIRA CAMPOS	PR	71000.008257/2005-71
62	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES	PR	71000.010504/2005-07
63	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMASINA	PR	71000.008139/2005-62
64	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMASINA	PR	71000.007123/2005-32
65	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA	PR	71000.008295/2005-23
66	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU BRAZ	PR	71000.007076/2005-27
67	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO	RJ	71000.004104/2005-54
68	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANA	RN	71000.015328/2005-91
69	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA	RN	71000.013677/2005-79
70	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL	RO	71000.015662/2005-45
71	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPOR	RO	71000.007189/2005-22
72	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA	RR	71000.013596/2005-79
73	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA SANTA	RS	71000.009891/2005-21
74	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA	RS	71000.008537/2005-89
75	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARAL	RS	71000.007982/2005-21
76	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO RIBEIRO	RS	71000.004118/2005-78
77	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAQUA	RS	71000.015737/2005-98
78	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIOTA	RS	71000.010431/2005-45
79	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS	RS	71000.014267/2005-45
80	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAZINHO	RS	71000.007306/2005-58
81	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAZINHO	RS	71000.010589/2005-15
82	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL	RS	71000.009097/2005-87
83	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGUEIRO	RS	71000.015298/2005-13
84	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUCA	RS	71000.007286/2005-15
85	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDOLFO COLLOR	RS	71000.004115/2005-34
86	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE PAROBE	RS	71000.007334/2005-75
87	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO	RS	71000.015734/2005-54
88	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS	RS	71000.008567/2005-95
89	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS	RS	71000.009378/2005-30
90	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO	RS	71000.005061/2005-24
91	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLANTE	RS	71000.015812/2005-11
92	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA	RS	71000.007319/2005-27
93	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA	RS	71000.014273/2005-01
94	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO	RS	71000.003638/2005-63
95	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO HERVAL	RS	71000.003988/2005-20
96	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO OURO	RS	71000.015250/2005-13
97	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO	RS	71000.009391/2005-99
98	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DAS MISSÕES	RS	71000.005759/2005-40
99	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO	RS	71000.007320/2005-51
100	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE	RS	71000.007318/2005-82
101	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARI	RS	71000.015735/2005-07
102	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE TEUTÔNIA	RS	71000.007294/2005-61
103	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR	SC	71000.007757/2005-95
104	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL	SC	71000.012409/2005-30
105	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA	SC	71000.014268/2005-90
106	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOIVILLE	SC	71000.015875/2005-77
107	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO	SC	71000.008955/2005-76
108	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO	SC	71000.015989/2005-17
109	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL	SC	71000.007758/2005-30
110	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA	SC	71000.009367/2005-50
111	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA	SC	71000.009733/2005-71
112	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIO	SC	71000.008943/2005-41
113	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI	SC	71000.008966/2005-56
114	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA	SC	71000.012386/2005-63
115	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU	SE	71000.007714/2005-18
116	2005	GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE	SE	71000.014850/2005-56
117	2005	GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE	SE	71000.012428/2005-66
118	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA	SP	71000.004016/2005-52
119	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDINO DE CAMPOS	SP	71000.005372/2005-93
120	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS	SP	71000.008510/2005-96
121	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS	SP	71000.008561/2005-18
122	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA D'OESTE	SP	71000.008625/2005-81
123	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIDA PAULISTA	SP	71000.007682/2005-42
124	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA	SP	71000.015289/2005-22
125	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCÉLIA	SP	71000.008140/2005-97
126	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONÇÕES	SP	71000.007678/2005-84
127	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALTO	SP	71000.013245/2005-68
128	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA INDEPENDÊNCIA	SP	71000.009403/2005-85
129	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE SALES OLIVEIRA	SP	71000.008025/2005-12
130	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA	SP	71000.009767/2005-65
131	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ	SP	71000.013609/2005-18
132	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS	SP	71000.009736/2005-12
133	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS	SP	71000.005508/2005-65
134	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS	SP	71000.005501/2005-43
135	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO	SP	71000.014352/2005-11
136	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUA	SP	71000.011116/2005-35
137	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO TOCANTINS	TO	71000.015535/2005-46

PORTARIA Nº 161, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Altera a Portaria nº 277, de 24 de agosto de 2009, que cria o Comitê de Comunicação Social e dá outras providências.

A MINISTRA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 7.079, de 26 de janeiro de 2010, resolve:

Art. 1º Alterar os artigos 2º, 3º e 4º da Portaria nº 277, de 24 de agosto de 2009, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art - 2º .....

Parágrafo único. As recomendações formuladas pelo Comitê serão submetidas à Secretaria-Executiva." (NR)

"Art. 3º .....

I - propor diretrizes para ações de Comunicação Social do Ministério, com vistas a garantir uma atuação coordenada e coerente;

II - propor a realização de estudos e ações para o aprimoramento da Comunicação Social do Ministério;

III - atender a solicitações que lhe foram encaminhadas pelos dirigentes do MDS; e

IV - apresentar relatório de atividades à Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome." (NR)

"Art.4º .....

I - do Gabinete da Ministra;

.....

VII - da Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva; e

....."

Art. 2º - Fica revogado o art. 6º da Portaria nº 277, de 24 de agosto de 2009, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TEREZA CAMPELLO

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 221, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas em 21/12/2010, 18/02/2011, 05/04/2011 e 07/06/2011.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 172 de 28 de setembro de 2009 e pela Portaria nº 130 de 05 de julho de 2010, considerando:

a) aprovação dos projetos desportivos aprovados nas reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas em 21/12/2010, 18/02/2011, 05/04/2011 e 07/06/2011.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 3 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação dos projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para os projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO CAPPELLI
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.004334/2010-15
Proponente: União Municipal dos Estudantes Secundaristas
Título: II Jogos Estudantis da Cidade de São Paulo
Registro/ ME: 02SP030702008
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 57.277.113/0001-56

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Cidade: São Paulo - UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 1.173.193,92
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 3386 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 18781-X
Período de Captação: da data de publicação até 30/04/2012.

2 - Processo: 58701.004417/2010-12
Proponente: Associação Esportiva de Vela Oceânica
Título: Todos Por Um
Registro/ ME: 02SP067942010
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 02.080.681/0001-70
Cidade: São Paulo - UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 2.856.022,99
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 0925 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 38874-2
Período de Captação: da data de publicação até 05/04/2012.

3 - Processo: 58701.004284/2010-76
Proponente: Instituto Viva a Vida/ES
Título: Vencedores através do Esporte
Registro/ ME: 02ES004792007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 07.377.509/0001-05
Cidade: Vila Velha - UF: ES
Valor aprovado para captação: R$ 546.370,76
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 0925 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 38874-2
Período de Captação: da data de publicação até 31/01/2012.

ANEXO II
1 - Processo: 58701.002056/2009-28
Proponente: Instituto Jackie Silva
Título: Atletas Inteligentes 2
Valor aprovado para captação: R$ 1.274.057,57
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 0598 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 26644-2
Período de Captação: da data de publicação até 30/08/2011.

2 - Processo: 58701.000092/2011-71
Proponente: Federação Mineira de Automobilismo/MG
Título: Fernando Kid - Rumo a F1
Valor aprovado para captação: R$ 977.812,05
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 0813 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 36096-1
Período de Captação: da data de publicação até 30/11/2011.

3 - Processo: 58000.002490/2009-13
Proponente: América Futebol Clube/RN
Título: Fabrica de Craques
Valor aprovado para captação: R$ 2.884.426,36
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 3525 DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 30524-3
Período de Captação: da data de publicação até 31/12/2011.

4 - Processo: 58701.001754/2009-14
Proponente: Associação Atlética Atenas
Título: Inclusão Social Através do Futebol Society
Valor aprovado para captação: R$ 284.352,16
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 1505 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 47130-5
Período de Captação: da data de publicação até 31/05/2012.

5 - Processo: 58701.004643/2010-95
Proponente: Esporte Clube Vila Nova
Título: E.C. Vila Nova Versus Inclusão Social
Valor aprovado para captação: R$ 486.684,35
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 0092 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 27335-X
Período de Captação: da data de publicação até 20/05/2012.

6 - Processo: 58701.004084/2007-15
Proponente: Garotos Associados da Baixada - GABA
Título: Reforma de Campo de Futebol para Inclusão Social
Valor aprovado para captação: R$ 1.581.756,74
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 1892 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 15300-1
Período de Captação: da data de publicação até 31/12/2011.

DELIBERAÇÃO Nº 222, DE 9 DE JUNHO DE 2011

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 30 de 20 de fevereiro de 2009, Portaria nº 172 de 28 de setembro de 2009 e pela Portaria nº 130 de 05 de julho de 2010, no uso de suas atribuições, resolve:

Tornar sem efeito a prorrogação do projeto nº 58701.001338/2009-16 relacionado no Anexo II, divulgado na Deliberação nº 216, de 26 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 102, Seção 1, página 121 de 30 de maio de 2011.

RICARDO CAPPELLI
Presidente da Comissão

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

RESOLUÇÕES DE 6 DE JUNHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência que lhe foi atribuída por meio da Portaria nº 84, de 12 de dezembro de 2002, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 404ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de junho de 2011, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, resolveu outorgar à:

Nº 369 - José Antônio Valle Antunes, Lagoa Mirim, Município de Santa Vitória do Palmar/Rio Grande do Sul, irrigação.

Nº 371 - Luciano Corrêa Morrone, Lagoa Mirim, Município de Santa Vitória do Palmar/Rio Grande do Sul, irrigação.

Nº 372 - Luciano Corrêa Morrone, Lagoa Mirim, Município de Santa Vitória do Palmar/Rio Grande do Sul, irrigação.

Nº 373 - João Otaviano Abreu de Moraes, Lagoa Mirim, Município de Santa Vitória do Palmar/Rio Grande do Sul, irrigação.

Nº 374 - Darci Antônio Simoni, Reservatório da UHE de Itaipu (rio Grande), Município de Itaipulândia/Paraná, irrigação.

Nº 375 - Aldino Larssen, Reservatório da UHE de Itaipu (rio Grande), Município de Itaipulândia/Paraná, irrigação.

O inteiro teor das Resoluções de outorga, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

FRANCISCO LOPES VIANA

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 64, DE 23 DE MAIO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM MINAS GERAIS, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso III do art. 2º da Portaria MP nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no inciso II, § 1º do art. 18º da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, com nova redação dada pela Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007 e art. 7º do Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, com nova redação dada pela Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, bem como os elementos que integram os Processos nºs 04926.001077/2010-04, 04926.001080/2010-10, 04926.000121/2011-31 e 04926.000122/2011-86, resolve:

Art. 1º Autorizar a Cessão, sob o regime de Concessão de Direito Real de Uso - CDRU, aos ocupantes dos imóveis urbanos, localizados à Rua Manoel Gonçalves de Castro, nº 62, Av. Presidente Tancredo Neves, nºs 1386, 1430 e 1432, Bairro Esplanada, Município de Caratinga, Estado de Minas Gerais, registros lavrados no Livro nº 2, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Caratinga - MG.

Parágrafo único: Após a publicação desta portaria, fica o Superintendente do Patrimônio da União em Minas Gerais autorizado a lavrar os contratos, de acordo com o cadastramento socioeconômico dos ocupantes dos imóveis, realizado pela SPU/MG, e nos termos dos processos administrativos abertos para cada ocupante beneficiário.

Art. 3º Os imóveis que se refere o artigo 1º destinam-se, exclusivamente, à moradia dos beneficiados ou de sua família, com a finalidade específica de reconhecimento do direito à moradia, comprovada a renda familiar não superior aos cinco salários mínimos.

Art. 4º O prazo da cessão é indeterminado.

Art. 5º Ficam os beneficiários impedidos de transferir o imóvel sem a autorização prévia da SPU/MG, o que deverá estar expresso em cláusula contratual.

Art. 6º Os direitos e obrigações mencionados nesta portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrente do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO VEIGA ARANHA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

PORTARIA Nº 47, DE 7 DE JUNHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMONIO DA UNIÃO NO PARANÁ, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº. 40 de 18 de março de 2009 publicada no DOU, Seção 2, em 20 de março de 2009 e nº. 200 de 29 de junho 2010, publicada em 30 de junho de 2010, ambas da Secretaria do Patrimônio da União, e, tendo em vista o disposto nos Art. 538 e 553 do novo Código Civil Brasileiro de 2002, e os elementos que integram o Processo nº 04936.004410/2010-18 resolve:

Art. 1º Aceitar a doação com encargo que pretende fazer o Município de Rolândia Estado do Paraná, à União, em conformidade com o disposto da Lei Municipal de nº 3246/2007, de 05 de julho de 2007, publicada no Atos Oficiais de 07/07/2007, do imóvel constituído pela Área Verde I, da quadra nº02, com a área de 1.594,63 m², situada no Jardim Santa Mônica, sem benfeitorias, Município e Comarca de Rolândia, Estado do Paraná.

Art. 2º O imóvel a que se refere o art.1º destina-se ao uso do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná no Município de Rolândia, cuja obra está concluída e em pleno funcionamento.

Art. 3º esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DINARTE ANTONIO VAZ

SUPERINTENDÊNCIA NO PIAUÍ

PORTARIA Nº 7, DE 26 DE MAIO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO PIAUÍ, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 2º, VIII da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, da Secretária do Patrimônio da União; com fundamento no artigo 183, § 1º, da Constituição Federal; no artigo 4º, V, "h" da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade; na Medida Provisória nº 2.220 de 2001; e no art. 22-A da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, bem como nos elementos que integram o Processo nº 04911.000200/2011-10, resolve:

Art. 1º. Autorizar a outorga de Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia, gratuitamente e por tempo indeterminado à MARIA DE JESUS SILVA ARAÚJO e seu cônjuge LEONIDAS DE LIMA ARAÚJO, CPFs nº 498.501.133-91 e 338.625.753-45 , RG nº 2.710.933 e 56.325/SSP/PI respectivamente, brasileiros, casados, do imóvel da União caracterizado como acrescido de marinha, com área 79,17m², localizado na Rua Santo Antonio, nº 162, Bairro Nossa Senhora do Carmo, município de Parnaíba, Estado do Piauí.

Parágrafo 1º. O mencionado imóvel assim se descreve e caracteriza: Frente ou Norte, 4,10m, confrontando com a Rua Santo Antonio; lado direito ou Leste, 19,31m, confrontando com terreno ocupado por João Viana; lado esquerdo ou Oeste, 19,31m, confrontando com terreno ocupado por Maria das Graças Santos de Almeida; Fundos ou Sul, 4,10m, confrontando com terreno ocupado por Francisco Costa.

Parágrafo 2º. O imóvel descrito no parágrafo primeiro deste artigo está conceituado como terreno acrescido de marinha por força da LPM de 1831, aprovada em 04/04/1973, conforme Processo Administrativo nº 17339.000016/97-72.

Art. 2º O Imóvel a que se refere o art. 1º destina-se à moradia dos concessionários e sua família.

Art. 3º A concessão descrita no art. 1º extingue-se de pleno direito se os concessionários:

I - derem ao imóvel concedido destinação diversa da determinada pelo art. 2º;

II - derem em locação total ou parcial a fração ideal do imóvel:

III - transferirem a terceiros, a qualquer título, a fração ideal do imóvel concedida, sem a prévia e expressa autorização da SPU:

IV - adquirirem a propriedade ou a concessão de uso de outro imóvel urbano ou rural, de acordo com o artigo 8º da Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001; ou

V - falecerem sem deixar herdeiros, ou com herdeiros que sejam proprietários ou concessionários de outro imóvel urbano ou rural.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CÉLIA COELHO MADEIRA VERAS

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 57, DE 7 DE JUNHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 2º, inciso VI, da Portaria n° 200, de 29 de Junho de 2010, art. 1º, VI, da Portaria n° 211, de 28 de Abril de 2010, art. 1º, inciso I, do Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999, tendo em vista o disposto no art. 18, inciso I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os elementos que integram o Processo de destinação nº 04977.002538/2011-33;

Art. 1º Autorizar a cessão provisória de uso gratuito para a Prefeitura Municipal de Palmital dos seguintes imóveis: IMÓVEL 1 - NBP 3.616.004-000 - as divisas desta área inicia-se no ponto 1, situado no alinhamento predial da rua Paulo Virgílio, em normal ao km 505+909,50m, afastado 19,50m do eixo da via férrea principal; no lado esquerdo do sentido crescente da quilometragem; daí segue em reta pelo referido alinhamento predial da rua Paulo Virgínio, com uma distância de 53,50m, até encontrar o ponto 2; situado no vértice de junção dos alinhamentos prediais da rua Paulo Virgínio com a rua José Paulino em normal ao km 505+909,50m, afastado 73,00m do eixo da via férrea principal, no lado esquerdo do sentido crescente da quilometragem; daí deflete à direita e segue em reta pelo alinhamento predial da rua José Paulino, com uma distância de 110,00m, até encontrar o ponto 3; situado em normal ao km 506+019,50m, afastado 73,00m do eixo da via férrea principal, no lado esquerdo do sentido crescente da quilometragem; daí deflete à direita e segue em reta pelo alinhamento divisório, com uma distância de 53,50m, até encontrar o ponto 4; situado em normal ao km 506+019,50m, afas-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

tado 19,50m do eixo da via férrea principal, no lado esquerdo do senido crescente da quilometragem; daí deflete à direita e segue em reta pelo alinhamento divisório paralelo ao eixo da via férrea principal, com uma distância de 110,00m, até encontrar o ponto 1; origem desta descrição. Confrontando nos pontos 1-2, com a rua Paulo Virgínio; nos pontos 2-3, com a rua José Paulino; nos pontos 3-4, 4-1, com propriedade da RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A; Benfeitorias - NBP 4420499 - Depósito - DEMOLIDO - construção em estrutura e paredes de madeira, com cobertura de telhas de barro do tipo francesa, com área construída de 41,25 m². Não consta laudo de baixa nos levantamentos Terra Foto e Trevisan. IMÓVEL 2 - NBP 3.616.006-0000 - as divisas desta área inicia-se no ponto 5, situado em normal ao km 506+085,15m, afastado 40,25m do eixo da via férrea principal; no lado esquerdo do sentido crescente da quilometragem; daí segue em reta pelo alinhamento divisório, com uma distância de 32,75m, até encontrar o ponto 6; situado no alinhamento predial da rua José Paulino em normal ao km 506+085,27m, afastado 73,00m do eixo da via férrea principal, no lado esquerdo do sentido crescente da quilometragem; daí deflete à direita e segue em reta pelo alinhamento predial da rua José Paulino, com uma distância de 282,75m, até encontrar o ponto 7; situado no alinhamento predial da Av. Zacarias Antonio Franco Sobrinho em normal ao km 506+368,00m, afastado 70,00m do eixo da via férrea principal, no lado esquerdo do sentido crescente da quilometragem; daí deflete à direita e segue em reta pelo alinhamento divisório, com uma distância de 60,50m, até encontrar o ponto 8; situado em normal ao km 506+367,82m, afastado 9,50m do eixo da via férrea principal, no lado esquerdo do sentido crescente da quilometragem; daí deflete à direita e segue em reta pelo alinhamento divisório, com uma distância de 266,00m, até encontrar o ponto 9; situado em normal ao km 506+101,84m, afastado 12,50m do eixo da via férrea principal, no lado esquerdo do sentido crescente da quilometragem; daí deflete à direita e segue em reta pelo alinhamento divisório, com uma distância de 26,74m, até encontrar o ponto 10, situado em normal ao km 506+191,90m, afastado 39,24m do eixo da via férrea principal, no lado esquerdo do sentido crescente da quilometragem; daí deflete à esquerda e segue em reta pelo alinhamento divisório, com uma distância de 16,78, até encontrar o ponto 5, origem desta descrição. Confrontando nos pontos 5-6, com propriedade da RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A., nos pontos 6-7, com a rua José Paulino e Av. Zacarias Antonio Franco Sobrinho; nos pontos 7-8, 8-9, 9-10 e 10-5, com propriedade da RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A. Benfeitorias: NBP 4324041 - Casa - Demolido - construção em estrutura e paredes de alvenaria de tijolos, com cobertura de telhas de barro do tipo francesa, com esquadrias de madeira, instalações elétrica e hidráulica, com área construída de 188,50 m². Não consta laudo de baixa no levantamento Terra Foto. Imóvel transferido através do Termo de Transferência 7039/2010. NBP 4324041 - Casa - Demolido - construção em estrutura e paredes de alvenaria de tijolos, com cobertura de telhas de barro do tipo francesa, com esquadrias de madeira, instalações elétrica e hidráulica, com área construída de 188,50 m². Não consta laudo de baixa no levantamento Terra Foto. Imóvel transferido através do Termo de Transferência 7039/2010. NBP 4324043 - Casa - Demolido - construção em estrutura e paredes de alvenaria de tijolos, com cobertura de telhas de barro do tipo paulistinha, com esquadrias de madeira, instalações elétrica e hidráulica, com área construída de 112,25 m². Não consta laudo de baixa no levantamento Terra Foto. NBP 4324044 - Casa - Demolido - construção em estrutura e paredes de alvenaria de tijolos, com cobertura de telhas de barro do tipo francesa, com esquadrias de madeira, instalações elétrica e hidráulica, com área construída de 127,00 m². Não consta laudo de baixa no levantamento Terra Foto. Imóvel transferido através do Termo de Transferência 7039/2010. NBP 4324045 - Casa - construção em estrutura e paredes de alvenaria de tijolos, com cobertura de telhas de barro do tipo francesa, com esquadrias de madeira, instalações elétrica e hidráulica, com área construída de 115,50 m². NBP 4324048 - Casa - construção em estrutura e paredes de alvenaria de tijolos, com cobertura de telhas de barro do tipo francesa, com esquadrias de madeira, instalações elétrica e hidráulica, com área construída de 108,50 m². NBP 4324049 - Casa - construção em estrutura e paredes de alvenaria de tijolos, com cobertura de telhas de barro do tipo francesa, com esquadrias de madeira, instalações elétrica e hidráulica, com área construída de 60,00 m². Imóvel transferido através do Termo de transferência 7039/10. NBP 4420500 - Caixa d´água - DEMOLIDA - construção em estrutura metálica, com cobertura de zinco, com instalações hidráulicas, com área construída de 7,20 m². Não consta laudo de baixa no levantamento Terra Foto e Trevisan. IMÓVEL 3 - NBP 3616007-0000 - as divisas desta área inicia-se no ponto 11, situado em normal ao km 506+433,00m, afastado 9,00m do eixo da via férrea principal; no lado esquerdo do sentido crescente da quilometragem; daí segue em reta perpendicular ao eixo da via férrea principal, pelo alinhamento divisório, com uma distância de 60,50 m, até encontrar o ponto 12 situado no alinhamento predial da Av. Zacarias Antonio Franco Sobrinho, em normal ao km 506+433,00m, afastado 69,50m do eixo da via férrea principal, no lado esquerdo do sentido crescente da quilometragem; daí deflete à direita e segue em reta pelo referido alinhamento predial da Av. Zacarias Antonio Franco Sobrinho, com uma distância de 73,76 m, até encontrar o ponto 13, situado no vértice de junção dos alinhamento prediais da Av. Zacarias Antonio Franco Sobrinho, com a Rua Duque de Caxias, construída em próprios da RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A, em normal ao km 506+506,76m, afastado 69,50m do eixo da via férrea principal, no lado esquerdo do sentido crescente da quilometragem; daí deflete à direita e segue em reta pelo alinhamento predial da rua Duque de Caxias, construída em próprios da RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A, uma distância de 60,51 m, até encontrar o ponto 14; situado em normal ao km 506+508,00m, afastado 9,00m do eixo da via férrea principal, no lado esquerdo do sentido crescente da quilometragem; daí deflete à direita e segue em reta pelo alinhamento divisório, paralela ao eixo da via férrea principal, com uma distância de 75,00m, até encontrar o ponto 11, origem desta descrição. Confrontando nos pontos 11-12, com propriedade da RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A., nos pontos 12-13, com a Av. Zacarias Antonio Franco Sobrinho; nos ponto 13-14, com a rua Duque de Caxias, construída em próprios da RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A, nos pontos 14-11, com propriedade da RFFSA - Rede ferroviária Federal S.A.

Art. 2º Os imóveis a que se referem o artigo anterior destinam-se, exclusivamente, para a Implantação de Praça de Esportes e Lazer pela Prefeitura Municipal de Palmital.

Art. 3º A presente cessão provisória é válida até a conclusão do processo de incorporação do imóvel ao Patrimônio da União, ocasião em que poderá ser substituída por instrumento de cessão definitivo, mediante autorização expressa da autoridade competente e após o devido procedimento administrativo;

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVANGELINA DE ALMEIDA PINHO

PORTARIA Nº 58, DE 7 DE JUNHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 2º, inciso VI, da Portaria n° 200, de 29 de Junho de 2010, art. 1º, VI, da Portaria n° 211, de 28 de Abril de 2010, art. 1º, inciso I, do Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999, tendo em vista o disposto no art. 18, inciso I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os elementos que integram o Processo de destinação nº 04977.002549/2011-13;

Art. 1º Autorizar a cessão provisória de uso gratuito para a SAEP - Serviço de Água e Esgoto de Pirassununga de parcela de imóvel rural, faixa do trecho não operacional Cordeirópolis-Descavaldo, entre os km 177 + 139,4 m e km 177 + 259,40 m, com a seguinte descrição:TRECHO DE MATRÍCULA N° 27.306 - SÍTIO TANGERINO, GLEBA 2 - "... no vértice 17, início de curva circular à direita, equidistante 12,00 (doze) metros do eixo da linha férrea no KM 177 mais 259,40 metros; deste segue em curva confrontando com faixa da Rede Ferroviária Federal (antes Estrada de Ferro Companhia Paulista - FEPASA) com comprimento de 107,90 (cento e sete vírgula noventa) metros (corda com 107,42 (cento e sete vírgula quarenta e dois) mestros no azimute 130°52'28", tangente de 54,43 (cinquenta e quatro vírgula quarenta e três)metros, raio de 330,41 (trezentos e trinta vírgula quarenta e um metros e ângulo central de 17°20'26") até o vértice 9, fim da curva circular, equidistante 12,00 (doze) metros do eixo da linha férrea no Km 177 mais 139,40 (cento e trinta e nove vírgula quarenta) metros..." TRECHO DE MATRÍCULA N 27.397 - SÍTIO TANGERINO, GLEBA 1 - "...no vértice 8, início da curva circular à esquerda, equidistante 12,00 (doze) metros do eixo da linha férrea no Km 177 mais 139,40 (cento e trinta e nove vírgula quarenta) metros; deste segue em curva confrontando com a faixa da Rede Ferroviária Federal (antes Estrada de Ferro Companhia Paulista - Fepasa) com comprimento de 132,28 (cento e trinta e dis vírgula vinte e oito) metros(corda com 131,51 (cento e trinta e um vírgula cinquenta e um) metros no azimute 309°53'50", tangente de 66,62 (sessenta e seis vírgula noventa e dois) metros, raio de 354,31 (trezentos e cinquenta e quatro vírgula trinta e um) metros e ângulo central de 16º10'16"), até o vértice 18, fim da curva circular, equidistante 12,00 (doze) metros do eixo da linha férrea no Km 177 mais 259,40 metros (quilometro cento e setenta e sete mais duzentos e cinquenta vírgula quarenta metros)" Obs.: Os vértices de confrontação 8 (Matrícula 27.397) e 9 (Matrícula 27.306) são equidistantes 24,00, assim ocorre com os vértices 8 e 9 e entre os vértices 17 e 18", a descrição total das áreas perfaz uma área total de 2.869,81 m². Benfeitorias: NBP 2522105 - Ponte Metálica;

Art. 2º Os imóveis a que se referem o artigo anterior destinam-se, exclusivamente, para a Captação de Água Bruta para as ETAs 2 e 3 no Município de Pirassununga.

Art. 3º A presente cessão provisória é válida até a conclusão do processo de incorporação do imóvel ao Patrimônio da União, ocasião em que poderá ser substituída por instrumento de cessão definitivo, mediante autorização expressa da autoridade competente e após o devido procedimento administrativo;

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVANGELINA DE ALMEIDA PINHO

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 9 de junho de 2011

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de CANCELAMENTO:

Processo: 46000028158200819 Empresa: NYK LINE DO BRASIL LIMITADA. Passaporte: TH6622867 Estrangeiro: TATSUYA IMAI, Processo: 46000015726200811 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA. Passaporte: 1701201756 Estrangeiro: MAURICIO HERNAN JARRIN SANCHEZ, Processo: 46000014055201088 Empresa: MELIOR CENTRO DE EDUCAÇÃO (BRASIL) LTDA Passaporte: S7133203I Estrangeiro: TER YEOW MING, Processo: 46000011622200749 Empresa: MARUBENI-ITOCHU STEEL BRASIL LTDA. Passaporte: TH2954189 Estrangeiro: MITSUAKI ITO, Processo: 46000007208200816 Empresa: MARUBENI BRASIL S.A. Passaporte: TG2912878 Estrangeiro: MAKOTO FURUKAWA, Processo: 46000000582201013 Empresa: JOHNSON E JOHNSON DO BRASIL INSDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA Passaporte: EH638910 Estrangeiro: IOAN MARIUS FIZESAN, Processo: 46094002759201014 Empresa: VARCO INTERNATIONAL DO BRASIL EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA. Passaporte: 307742631 Estrangeiro: GERSON HERNANDEZ, Processo: 46094002331201063 Empresa: EXXONMOBIL QUÍMICA LTDA. Passaporte: 017392925 Estrangeiro: LAWRENCE EDWARD MAHAN, Processo: 46094002330201019 Empresa: EXXONMOBIL QUÍMICA LTDA. Passaporte: 10AY11094 Estrangeiro: CLÉMENT JACQUES GEORGES VEUVE, Processo: 46094000630201063 Empresa: DEC DO BRASIL SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA. Passaporte: EI125473 Estrangeiro: FRANKIE LEON PAULA VAN MOESEKE, Processo: 46000030666200930 Empresa: INTERNATIONAL LOGGING DO BRASIL LTDA Passaporte: 2213022 Estrangeiro: VICTOR FERNANDO CORNEJO RADA, Processo: 46000019041201051 Empresa: DEC DO BRASIL SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA. Passaporte: EH677327 Estrangeiro: TOM LUCAS VERBEEK, Processo: 46000019039201081 Empresa: DEC DO BRASIL SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA. Passaporte: EG567707 Estrangeiro: WOUTER W. A. C. DEWULF, Processo: 46000019038201037 Empresa: DEC DO BRASIL SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA. Passaporte: EI074363 Estrangeiro: FRANK LUC MARIE LOUISE TICKET, Processo: 46000015018201097 Empresa: OPMAR SERVIÇOS MARITIMOS LTDA. Passaporte: 470565365 Estrangeiro: BRENT MICHAEL LIRETTE, Processo: 46000013175201068 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA. Passaporte: TK0077951 Estrangeiro: MITSUHIRO SAKAMOTO, Processo: 46000012309201023 Empresa: DEC DO BRASIL SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA. Passaporte: EH164534 Estrangeiro: DANY ANTOINE MARGARETHA VAN DE VYVER, Processo: 46000012308201089 Empresa: DEC DO BRASIL SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA. Passaporte: EH099097 Estrangeiro: GLENN EGGERMONT, Processo: 46000008864201051 Empresa: WEATHERFORD INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Passaporte: E3611384 Estrangeiro: ANIKET ABHIMANYU PANCHAL, Processo: 46000008859201048 Empresa: WEATHERFORD INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Passaporte: Z1563139 Estrangeiro: CENEZ ST PHILLIP D'SOUZA, Processo: 46000008448201052 Empresa: HYUNDAI AMCO BRASIL CONSTRUTORA E GESTÃO DE PROJETOS LTDA. Passaporte: M28196128 Estrangeiro: CHANGHO JEONG, Processo: 46000007877201011 Empresa: EVONIK ENERGY SERVICES DO BRASIL LTDA Passaporte: 519127587 Estrangeiro: ULRICH ALBERTUS DICKEHAGE, Processo: 46000006825201019 Empresa: HATCH DO BRASIL LTDA Passaporte: BA370919 Estrangeiro: DAVID MICHAEL CLARK, Processo: 46000006640201012 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G16991331 Estrangeiro: ENYI FENG, Processo: 46000002863201001 Empresa: VARCO INTERNATIONAL DO BRASIL EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA. Passaporte: 214610641 Estrangeiro: ROBERT MILO LEE, Processo: 46000002167201096 Empresa: VALLOUREC E SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA Passaporte: G330683 Estrangeiro: MAURO FEDERICO MERATI, Processo: 46000000888201061 Empresa: VARCO INTERNATIONAL DO BRASIL EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA. Passaporte: 057948666 Estrangeiro: JASON LEE WATSON, Processo: 46000018024200881 Empresa: SYSVISION INTERNACIONAL CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE INFORMACAO LTDA Passaporte: H322335 Estrangeiro: PAULO MIGUEL AMARAL DE MACEDO, Processo: 46094000628201094 Empresa: DHL EXPRESS (BRAZIL) LTDA Passaporte: 09864178604 Estrangeiro: JOSUE ESTRADA CARRILLO, Processo: 46000028336200984 Empresa: EVERIS BRASIL CONSULTORIA DE NEGÓCIOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA Passaporte: BA105518 Estrangeiro: ENRIQUE MORENO PEREIRO, Processo: 46000027476200935 Empresa: HSBC BANK BRASIL S.A - BANCO MULTIPLO Passaporte: 706487554 Estrangeiro: VANESSA ELLEN SHORT, Processo: 46000026904200911 Empresa: PLASTIC OMNIUM DO BRASIL LTDA. Passaporte: 03TE95412 Estrangeiro: JEAN BAPTISTE MATHIEU JULIEN LAMOUREUX, Processo: 46000026360200989 Empresa: EVERIS BRASIL CONSULTORIA DE NEGÓCIOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA Passaporte: AE586921 Estrangeiro: GERONIMO NAVARRO LLORENS, Processo: 46000021691200922 Empresa: NORGE PROJECTS LTDA. Passaporte: TH9245157 Estrangeiro: SHINICHI SHINTAKU, Processo: 46000014464201084 Empresa: SEAWELL DO BRASIL SERVIÇOS DE PETROLEO LTDA. Passaporte: 104539075 Estrangeiro: AMOS JAMES HOWARD, Processo: 46000014463201030 Empresa: SEAWELL DO BRASIL SERVIÇOS DE PETROLEO LTDA. Passaporte: 27134931 Estrangeiro: HILDE BAKKE HOWARD, Processo: 46000014205200910 Empresa: M-I SWACO DO BRASIL- COMÉRCIO, SERVIÇOS E MINERAÇÃO LTDA. Passaporte: 441153458 Estrangeiro: NEIL WAYNE CERNY, Processo: 46000013783201072 Empresa: SAVCOR PROCESS LTDA. Passaporte: PA9460411 Estrangeiro: VILLE PENTTI KALEVI MAKELA, Processo: 46000012008200966 Empresa: M-I SWACO DO BRASIL- COMÉRCIO, SERVIÇOS E MINERAÇÃO LTDA. Passaporte: 2479278 Estrangeiro: JONATAN SANTIAGO RIVAS MURILLO, Processo: 46000009824200992 Empresa: PROSPERITAS INVESTIMENTOS S.A. Passaporte: 450663182 Estrangeiro: JONATHAN THOMAS ODAY, Processo: 46000008737200918 Empresa: PACIFIC HYDRO ENERGIA DO BRASIL LTDA Passaporte: G01273609 Estrangeiro: ALGERT GIL GUERRERO, Processo: 46000008190200951 Empresa: M-I SWACO DO BRASIL- COMÉRCIO, SERVIÇOS E MINERAÇÃO LTDA. Passaporte: BA532620 Estrangeiro: EDWARD JAMES DERKACH, Processo: 46000007996200921 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. Passaporte: G23730700 Estrangeiro: RUI HE, Processo: 46000006495200928 Empresa: HUAWEI DO BRASIL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011061000084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TELECOMUNICAÇÕES LTDA. Passaporte: G31072634 Estrangeiro: KAIJIN HUANG, Processo: 46000006494200983 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. Passaporte: G31433312 Estrangeiro: XIAOLONG PENG, Processo: 46000005868201087 Empresa: DEC DO BRASIL SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA. Passaporte: EH152890 Estrangeiro: YANNICK KAREL MARIJKE SINGELYN, Processo: 46000003972200901 Empresa: GIROFLEX S/A Passaporte: CC80417830 Estrangeiro: JUAN ANTONIO MACHUCA NIÑO, Processo: 46000003749201090 Empresa: ANTIBIÓTICOS DO BRASIL LTDA Passaporte: YA0258481 Estrangeiro: ANTONIO IANCHELLO, Processo: 46000001079200933 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. Passaporte: G24111483 Estrangeiro: ZHI-ZHANG LIANG, Processo: 46000000621200931 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. Passaporte: G19710034 Estrangeiro: DAN LIU, Processo: 46094003208201060 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Passaporte: J597464 Estrangeiro: JOSE MANUEL MATIAS MENDES, Processo: 46094002474201075 Empresa: MODEC SERVIÇOS DE PETRÓLEO DO BRASIL LTDA Passaporte: 476550885 Estrangeiro: GIDEON JACOBUS CHOMSE, Processo: 46000036221200882 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA. Passaporte: G097181 Estrangeiro: JORGE JOSÉ FILIPE AREZ, Processo: 46000035372200902 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Passaporte: 464702384 Estrangeiro: MARTINEZ LEWIS, Processo: 46000035215200999 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Passaporte: 110332799 Estrangeiro: DAVID PETER JOHNSTON, Processo: 46000034822200931 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA. Passaporte: BA138330 Estrangeiro: ROBERT ALLEN REELIE, Processo: 46000033739200945 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Passaporte: 400463328 Estrangeiro: ROBERT MICHAEL STOKES, Processo: 46000032303200939 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Passaporte: 099039687 Estrangeiro: MICHAEL JEREMY SHEARER, Processo: 46000029822200910 Empresa: GEORESEARCH DO BRASIL LTDA. Passaporte: CC19292225 Estrangeiro: RAFAEL HUMBERTO MEJIA MONTES, Processo: 46000027807200937 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Passaporte: 463064934 Estrangeiro: DAVID STUART ANDERSON, Processo: 46000025336200922 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Passaporte: 446111874 Estrangeiro: PATRICK VEENSTRA, Processo: 46000024656200965 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Passaporte: 401590999 Estrangeiro: STEVEN MICHAEL MITCHELL, Processo: 46000023069200959 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA. Passaporte: BN1217JF9 Estrangeiro: HINDRIK BARLA, Processo: 46000023013200902 Empresa: SEAWELL DO BRASIL SERVIÇOS DE PETROLEO LTDA. Passaporte: 463268681 Estrangeiro: NICKI DUTHIE, Processo: 46000020422200949 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Passaporte: 004063906 Estrangeiro: STJEPAN NANJARA, Processo: 46000020059201003 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Passaporte: AD966162 Estrangeiro: FRANCISCO MOLINA ARLANDEZ, Processo: 46000018104201051 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Passaporte: S7913551H Estrangeiro: HAMRULLAH BIN MD LAIP, Processo: 46000017188201014 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Passaporte: 099059016 Estrangeiro: JAMES INNES Passaporte: 650242715 Estrangeiro: ROBERT HAYES-BRADLEY, Processo: 46000016972201005 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Passaporte: 002095778 Estrangeiro: MARIJO MITROVIC, Processo: 46000016892201041 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Passaporte: 099047589 Estrangeiro: KENNETH FULLARTON, Processo: 46000016281201001 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA. Passaporte: 431865219 Estrangeiro: JAY DEAN PHILLIPS, Processo: 46000015916201045 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Passaporte: PT3167609 Estrangeiro: WILLIAM JAMES MCAULEY, Processo: 46000015546201046 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Passaporte: 652451606 Estrangeiro: IAN HOWIE, Processo: 46000014988200931 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Passaporte: WB784766 Estrangeiro: DENNIS REID GRANT Passaporte: 20819998 Estrangeiro: MICHAIL VIATKIN, Processo: 46000014263201087 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Passaporte: 099018115 Estrangeiro: GARY SECCOMBE, Processo: 46000012874201091 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA. Passaporte: 424180808 Estrangeiro: ALTON DALLAS BROWN JR., Processo: 46000012702200983 Empresa: SVITZER SALVAGE SALVAMENTOS MARITIMOS LATIN AMERICA LTDA. Passaporte: NP83KDC57 Estrangeiro: ALEXANDER VAN DER VLIES, Processo: 46000012323201027 Empresa: NAVIS DRILLING LTDA. Passaporte: 761279407 Estrangeiro: MARK OWEN COURTNEY, Processo: 46000011653201003 Empresa: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS Passaporte: 62N6219434 Estrangeiro: DENIS MALTSEV, Processo: 46000011621200966 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA. Passaporte: CC79797231 Estrangeiro: CARLOS ANDRES MOJICA RODRIGUEZ, Processo: 46000011098200978 Empresa: SEADRILL SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA Passaporte: 401920913 Estrangeiro: JUSTIN WAYNE KING, Processo: 46000009723201055 Empresa: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS Passaporte: 08AI81262 Estrangeiro: VAKHTANG KHINIKADZE, Processo: 46000005968201011 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA. Passaporte: P2263442 Estrangeiro: JEYHUN BOCHAROV, Processo: 46000005749201024 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Passaporte: 652492790 Estrangeiro: SIMON BLAIR ARCHIBALD, Processo: 46000005480200942 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA. Passaporte: 12252746 Estrangeiro: JACKSON ABAD SALCEDO SANGUINO, Processo: 46000005478200973 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA. Passaporte: 25665054N Estrangeiro: GABRIEL MARTIN AMBROZY, Processo: 46000004501201046 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Passaporte: NL4031370 Estrangeiro: REMCO VAN DE LANGENBERG, Processo: 46000002802201035 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LTDA. Passaporte: 20649500 Estrangeiro: KJELL OVE ANDERSEN Passaporte: PC1969280 Estrangeiro: VILLE PETTERI RIKKONEN Passaporte: 27331703 Estrangeiro: TOMMY INGAR OLSEN, Processo: 46000007089201016 Empresa: NATIXIS BRASIL S/A BANCO MULTIPLO Passaporte: 07AD48984 Estrangeiro: PAULINE CATHERINE BLANDIN, Processo: 46094004620201005 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Estrangeiro: ERIK ANDERS TOBIAS PRAG Passaporte: 34046121, Processo: 46094004478201098 Empresa: GULF MARINE (SERVICOS MARITIMOS) DO BRASIL LTDA Estrangeiro: MICHAEL MILO KOVACEVICH Passaporte: 464395024, Processo: 46094005105201034 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: SERGEY TATAUROV Passaporte: 70 5396953, Processo: 46094006026201041 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Estrangeiro: JAMIE HODGE Passaporte: 401655472, Processo: 46094006390201019 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: JUANITO BERENGUEL ANIN Passaporte: XX0042236, Processo: 46094009479201029 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LIMITADA Estrangeiro: DENNIS VALENCIA PEREZ Passaporte: VV0927189, Processo: 46094007913201036 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Estrangeiro: GREGORY COULTER Passaporte: 801532054, Processo: 46094010532201034 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: JONATHAN DE GUZMAN TAMAYO Passaporte: WW0217210, Processo: 46094012387201026 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Estrangeiro: Kent Owen Burry Passaporte: BA620386, Processo: 46094000968201104 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: REGINALD VARGAS BARRO Passaporte: VV0290487, Processo: 46094004039201166 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Estrangeiro: JAMES ALLEN GRANT Passaporte: 135401434, Processo: 46094009849201117 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Estrangeiro: DAVID DAVIDSON Passaporte: 402699820., Processo: 46094006952201016 Empresa: SIMPSON THACHER & BARTLETT LLP CONSULTORES EM DIREITO ESTRANGEIRO / DIREITO NORTE-AMERICANO Estrangeiro: SASHA LOUIS ALFRED WILLIMANN Passaporte: 300848500, Processo: 46094007223201087 Empresa: HATCH DO BRASIL LTDA Estrangeiro: GIACOMO MARZOCCA Passaporte: BA524367, Processo: 46094012753201047 Empresa: G-KT DO BRASIL LTDA Estrangeiro: MASAHIRO KAWAGUCHI Passaporte: TH9039890, Processo: 46094017694201001 Empresa: CHEVRON BRASIL PETROLEO LTDA Estrangeiro: KENNETH PAUL BIZZELL Passaporte: 211708130, Processo: 46094017434201028 Empresa: CHEVRON BRASIL PETROLEO LTDA Estrangeiro: ROBERT BRIAN ATKINSON Passaporte: 460127489, Processo: 46094003661201157 Empresa: DEC DO BRASIL SERVICOS AMBIENTAIS LTDA Estrangeiro: PATRICK HAVEMAN Passaporte: NM907C782, Processo: 46094001078201110 Empresa: DEC DO BRASIL SERVICOS AMBIENTAIS LTDA Estrangeiro: ERIK ROSA FELIX MAURICE ANNÉ Passaporte: EI 084305, Processo: 46094009793201192 Empresa: CELTEC TECNOLOGIA DE TELECOMUNICACOES E COMERCIO LTDA Estrangeiro: JOSÉ LUIS HEINZ ÁLVAREZ Passaporte: 13.092.504-9, Processo: 46094013855201080 Empresa: ZTE DO BRASIL COMERCIO, SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. Estrangeiro: WEI ZHENG Passaporte: P01010176, Processo: 46094001522201199 Empresa: TOZZI DO BRASIL LTDA Estrangeiro: ERALDO BENEDETTI Passaporte: A838112, Processo: 46094000136201180 Empresa: VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA Estrangeiro: ROBERT WILFRIED SCHWARZ Passaporte: C8772T7ML, Processo: 46094003702201113 Empresa: CONSORCIO RIO PARAGUACU Estrangeiro: JERRY LE ROY Passaporte: 479381557, Processo: 46094003523201178 Empresa: CONSORCIO RIO PARAGUACU Estrangeiro: DUSTY CARLTON JOHNSTON Passaporte: 477692669, Processo: 46094003703201150 Empresa: CONSORCIO RIO PARAGUACU Estrangeiro: RUSTY JAMES WRITTEN Passaporte: 480840609, Processo: 46094001194201121 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Estrangeiro: HIROTAKA TAJIRI Passaporte: TK3424853, Processo: 46094006844201124 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Estrangeiro: BRIAN ALAN MOODY Passaporte: 306879268, Processo: 46094009466201050 Empresa: PAN MARINE DO BRASIL LTDA Estrangeiro: ALEXIS ENRIQUE MARTINEZ DAZA Passaporte: CC 88257505, Processo: 46094006994201057 Empresa: NAVIS DRILLING LTDA. Estrangeiro: ANDREW JOHN CHARNLEY-SMITH Passaporte: 207694484, Processo: 46094007022201080 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: LEENDERD KLEIJN E OUTROS Passaporte: NSH76H226, Processo: 46094007022201080 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: WOUTER TAAL Passaporte: NWF4P3B47, Processo: 46094011943201047 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Estrangeiro: JOSHUE BAJA Passaporte: UU 0771749, Processo: 46094011945201036 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Estrangeiro: IVAN FLETT Passaporte: 800489351, Processo: 46094011945201036 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Estrangeiro: PETER BURNS Passaporte: 080138076, Processo: 46094011942201001 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Estrangeiro: DARIUSZ KULAS Passaporte: EA 3321348, Processo: 46094011942201001 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Estrangeiro: IRENEUSZ MIROSLAW LISAK Passaporte: AB 8013416, Processo: 46094011942201001 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Estrangeiro: MAREK KURCZAK Passaporte: AD 5211112, Processo: 46094011942201001 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Estrangeiro: MIROSLAW ANTONI SWEBOCKI Passaporte: AC 2441546, Processo: 46094011944201091 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Estrangeiro: ANTHONY JOSEPH BACHOP Passaporte: EA448058, Processo: 46094015774201014 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Estrangeiro: TOMASZ STANISLAW KLIMKIEWICZ Passaporte: AC 6421553, Processo: 46094015777201058 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Estrangeiro: JOSTEIN SAETHRE Passaporte: 26295091, Processo: 46094015032201099 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Estrangeiro: GRAHAM CHARLES THOMSON Passaporte: 093176673, Processo: 46094015865201050 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Estrangeiro: RAFAL MARCIN CZURYNSKI Passaporte: EB5439646, Processo: 46094000290201151 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Estrangeiro: Marin Basica Passaporte: 109995591, Processo: 46094000415201143 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Estrangeiro: Joseph Andrew Bain Passaporte: 705316055, Processo: 46094002221201182 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Estrangeiro: JERZY ANDRZEJ KWIATKOWSKI Passaporte: AT 9744854, Processo: 46094001643201131 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Estrangeiro: Jeroen Van Elewoud Passaporte: NN4FP7108, Processo: 46094017635201025 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Estrangeiro: NIELS KORTE Passaporte: NU070LH26, Processo: 46094003106201125 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Estrangeiro: LEONARDO DE GENNARO Passaporte: AA1479519, Processo: 46094006669201175 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Estrangeiro: TOM LUND Passaporte: 21413008, Processo: 46094011306201151 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Estrangeiro: IVO BURIC Passaporte: 003896245, Processo: 46094012022201182 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Estrangeiro: MARIUS SCRIVEN Passaporte: A01108328, Processo: 46094011479201170 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Estrangeiro: IAN DOUGLAS MACKLAM Passaporte: 458318000, Processo: 46094011558201181 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Estrangeiro: Marc August Van Waeyenberghe Passaporte: EH688744, Processo: 46094005185201028 Empresa: KRAFT FOODS BRASIL LTDA Estrangeiro: CLARA QUIRNO Passaporte: 29592544N, Processo: 46094017327201008 Empresa: NORSKE SKOG PISA LTDA. Estrangeiro: MICHAEL JOSEPH MCNAMARA Passaporte: L1613115.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho,constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0276/2011 de 03/06/2011, 0277/2011 de 06/06/2011, 0278/2011 de 07/06/2011 e 0279/2011 de 08/06/2011, respectivamente:

Temporário - Com Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997:

Processo: 46094014467201105 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRACAO LATINO-AMERICANA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PEDRO JOSE GRANADOS AGUERO Passaporte: 3212966, Processo: 46094014466201152 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRACAO LATINO-AMERICANA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MERCEDES YASMIN LOPEZ LENCI Passaporte: 0615958.

Temporário - Com Contrato - RN 76 - Resolução Normativa, de 03/05/2007:

Processo: 46094015142201131 Empresa: MINAS TENIS CLUBE Prazo: 13 Mês(es) Estrangeiro: YUSLEYNI HERRERA ALVAREZ Passaporte: B722491, Processo: 46094017151201167 Empresa: SUMARE ATLETICO CLUBE Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: toshihide kamuro Passaporte: MS6000547.

Temporário - Com Contrato - RN 80 - Resolução Normativa, de 14/10/2008:

Processo: 46094012779201176 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUSESO DE LARA OMEGA Passaporte: XX 4413520, Processo: 46094012946201189 Empresa: SBM SERVICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROMAIN AUBRY DE LA NOE Passaporte: 04ED18640, Processo: 46094013072201187 Empresa: SYNGENTA SEEDS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OMRI LIFSHITZ Passaporte: 10931499, Processo: 46094012720201188 Empresa: LUXOTTICA BRASIL PRODUTOS OTICOS E ESPORTIVOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARTINA FORTIN Passaporte: AA5964872, Processo: 46094013066201120 Empresa: KEPLER WEBER INDUSTRIAL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NAJIB HAMDOUN Passaporte: 004121782, Processo: 46094012944201190 Empresa: BG E & P BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AMELIA KATRIONA CAMERON Passaporte: 501996301, Processo: 46094012945201134 Empresa: BG E & P BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MATTHEW CHARLES GRENVILLE DENDY Passaporte: 094442626, Processo: 46094012970201118 Empresa: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MATTHIAS HELLRIEGEL Passaporte: C6Z1PMJOM, Processo: 46094013067201174 Empresa: GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SUSAN TAING Passaporte: 206766068, Processo: 46094012514201178 Empresa: ING BANK N V Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VINCENT GILBERT MERCERON Passaporte: 04FE68186, Processo: 46094012728201144 Empresa: MITSUI & CO. (BRASIL) S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YUTA TAKEDA Passaporte: TG8496000, Processo: 46094013071201132 Empresa: CPW BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSÉ LUIS DE LOS COBOS RIVERON Passaporte: G 02152449, Processo: 46094012947201123 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HERNANDO JR BATULAN ALFARAS Passaporte: ZZ 204334, Processo: 46094013065201185 Empresa: INFOR GLOBAL SOLUTIONS DO BRASIL SOFTWARES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CESAR ARTURO AVENDAÑO SUAZO Passaporte: 4568249, Processo: 46094012438201109 Empresa: SDV BRASIL LTDA. Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: Colomban Marie Gabriel O´Neill Passaporte: 04AK94435, Processo: 46094008534201144 Empresa: SUDOESTE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: XAVIER JEAN FRANÇOIS MARIE PONSON Passaporte: 04IF43123, Processo: 46094012948201178 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s)

IMPRENSA NACIONAL - EXEMPLAR DE ASSINANTE DA VENDA PROIBIDA

Estrangeiro: MASSIMO MAPELLI Passaporte: YA 0035683, Processo: 46094013031201191 Empresa: LOGISTICA SUMARE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TOMOKAZU OSHITA Passaporte: TG4622002, Processo: 46094013069201163 Empresa: SCHNEIDER ELECTRIC BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CRISTIAN DAVID BENAVIDES ANZOLA Passaporte: CC 80850715, Processo: 46094012958201111 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUIS RICARDO JARA CALLE Passaporte: 5251197, Processo: 46094013068201119 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KARINA LORENA BALLADARES QUINTERO Passaporte: 0908836224, Processo: 46094012778201121 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PRINCE KUMAR JEYASEELAN Passaporte: F4373550, Processo: 46094012567201199 Empresa: 1000 CASH BARRA IMOVEIS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LURDES SIMÕES NUNES SANTIAGO Passaporte: L403497, Processo: 46094013028201177 Empresa: TRIUNFO LOGISTICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BRUNO MIGUEL SOARES DE OLIVEIRA E SÁ Passaporte: L687057, Processo: 46094012516201167 Empresa: ZTE DO BRASIL COMERCIO, SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JIA LIU Passaporte: G27986944, Processo: 46094012895201195 Empresa: CLUB MED BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ELLEN VANDENBUSSCHE Passaporte: EG134377, Processo: 46094012894201141 Empresa: CLUB MED BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MASSIMO REZZAGHI Passaporte: AA5271370, Processo: 46094012859201121 Empresa: FCSTONE DO BRASIL CONSULTORIA EM FUTUROS E COMMODITIES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Brandon S Thompson Passaporte: 402120479, Processo: 46094012419201174 Empresa: ROLAND BERGER STRATEGY CONSULTANTS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Martin Bodewig Passaporte: 951550175, Processo: 46094012879201101 Empresa: ESCOLA PAN AMERICANA DA BAHIA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEXANDRA GILA BROSTOFF Passaporte: 142236962, Processo: 46094012880201127 Empresa: ESCOLA PAN AMERICANA DA BAHIA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HEATHER RENEE PHILPOT Passaporte: 217686160, Processo: 46094012860201156 Empresa: ESCOLA PAN AMERICANA DA BAHIA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HOLLY SUE SEEHAFER Passaporte: 466756938, Processo: 46094012863201190 Empresa: ESCOLA PAN AMERICANA DA BAHIA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KRISTY-LEE CATHERINE JEAN WILSON Passaporte: WN330696, Processo: 46094012864201134 Empresa: ESCOLA PAN AMERICANA DA BAHIA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: REBECCA EDREA BUSH Passaporte: 307616884, Processo: 46094012861201109 Empresa: ESCOLA PAN AMERICANA DA BAHIA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SCOTT THOMAS CRESSEY Passaporte: WT703597, Processo: 46094012384201173 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ADOLFO ANTONIO SANDOVAL BERRO Passaporte: 000824271, Processo: 46094012383201129 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JORGE CASTILLO ALDANA Passaporte: G05535870, Processo: 46094012435201167 Empresa: BANCO J. P. MORGAN S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAIME ANDRES DE LA CRUZ FUCINOS Passaporte: CC79679971, Processo: 46094012777201187 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ELECEO CARINGAL GINHAWA Passaporte: XX 3899061, Processo: 46094012802201122 Empresa: ENGETHEC CONSTRUCOES E ENGENHARIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BLADIMIR ROMAN PEREZ Passaporte: CC6385963, Processo: 46094012801201188 Empresa: TRIE ARQUITETURA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MIGUEL SERRANO SANCHEZ Passaporte: AAC802008, Processo: 46094012434201112 Empresa: CLM SOFTWARE COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARGARITA MARIA BARRERO AYALA Passaporte: CC52974528, Processo: 46094012433201178 Empresa: GW GERENCIAMENTO DE FRETES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FERNANDA AMÉLIA SANTOS DE CARVALHO Passaporte: G496057, Processo: 46094012518201156 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Wei Jiang Passaporte: G45587846, Processo: 46094012520201125 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jiajia Fang Passaporte: G48869504, Processo: 46094012515201112 Empresa: IBM BRASIL-INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KENNETH LLOYD SYMINGTON Passaporte: E4016265, Processo: 46094012517201110 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Liguo Wang Passaporte: G45956828, Processo: 46094012490201157 Empresa: SAP BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRANCISCO PAOLO ANTONIO GAZZILLO ALVARO Passaporte: 042271275, Processo: 46094012522201114 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HUI HUANG Passaporte: G21166966, Processo: 46094012525201158 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Haibo Li Passaporte: G22759047, Processo: 46094012523201169 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Chen Pang Passaporte: G35118141, Processo: 46094012925201163 Empresa: COMBA INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ATAHUALPA YORME MEDINA MORENO Passaporte: 000021599, Processo: 46094012382201184 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EDGAR ALEJANDRO SANCHEZ SANCHEZ Passaporte: AM673745, Processo: 46094012951201191 Empresa: DISCOVERY COMUNICACOES DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ESTEBAN MATHIAS ROMITI Passaporte: 452070873, Processo: 46094012452201102 Empresa: WEBJET LINHAS AEREAS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANTON JAMES VIDGEN Passaporte: BA171838, Processo: 46094012971201162 Empresa: VOTORANTIM CIMENTOS S.A. Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: Jesus Egoavil Aguilar Passaporte: 5205290, Processo: 46094012966201150 Empresa: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KANDASAMY SUBARAMANIAN Passaporte: H8064280, Processo: 46094012719201153 Empresa: ZTE DO BRASIL COMERCIO, SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DA MA Passaporte: G39194981, Processo: 46094013049201192 Empresa: HITACHI HIGH-TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TAIGA AOKI Passaporte: TZ0731071, Processo: 46094012805201166 Empresa: VAR3F, CONSULTORIA INFORMATICA E SISTEMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOAO TIAGO MOREIRA DE AGUIAR FERREIRA Passaporte: L263495, Processo: 46094012934201154 Empresa: SCHNEIDER ELECTRIC BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DIANA PATRICIA GONZALEZ CARDENAS Passaporte: CC52009881, Processo: 46094012926201116 Empresa: MINERACAO APOENA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ITALO FARJE VERGARAY Passaporte: 3589964, Processo: 46094012949201112 Empresa: FOX LATIN AMERICAN CHANNELS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NICOLAS FRANCOIS JACQUES CHOQUART Passaporte: 09PP61897, Processo: 46094013073201121 Empresa: VELCAN DESENVOLVIMENTO ENERGETICO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NICOLAS PAUL ANTOINE THOUVEREZ Passaporte: 02XB60200, Processo: 46094013016201142 Empresa: CPM BRAXIS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NESTOR PALACIOS SUAREZ Passaporte: AAB400424, Processo: 46094013014201153 Empresa: NOKIA SIEMENS NETWORKS SERVICOS LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: Miguel Andrade Couves Passaporte: G931501, Processo: 46094013088201190 Empresa: PANASONIC DO BRASIL LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KAZUHIKO ENOMOTO Passaporte: TG7244319, Processo: 46094012960201182 Empresa: UHT - INVESTIMENTOS, PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jose Antonio Gonzalez Olan Passaporte: GO4275420, Processo: 46094013083201167 Empresa: HILTI DO BRASIL COMERCIAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MIGUEL PEDRO GOMES DE CASTRO GAMA DE ALMEIDA Passaporte: H314431, Processo: 46094013084201110 Empresa: BANCO J. P. MORGAN S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LAUREN KATHRYN PRALLE Passaporte: 429328492.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 46094013266201182 Empresa: LANEY DIRECTIONAL DRILLING DO BRASIL PERFURACOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Donald Kahle Monroe Passaporte: 135385145, Processo: 46094012413201105 Empresa: IVECO LATIN AMERICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Adelmo Maria Nimot Passaporte: AA1199549, Processo: 46094012599201194 Empresa: HCL (BRAZIL) TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SIJU JACOB JACOB Passaporte: E8898038, Processo: 46094009044201165 Empresa: THYSSENKRUPP COMPANHIA SIDERURGICA DO ATLANTICO Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSEF FERDINAND GRENDEL Passaporte: C5L505M5K, Processo: 46094012248201183 Empresa: MAN LATIN AMERICA INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WOLFGANG KONRAD BURKHARDT Passaporte: CG60N55W5, Processo: 46094012495201180 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANNETTE EBUEN PAGADUAN Passaporte: 218204893, Processo: 46094012494201135 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROBERT JAMES DIAS Passaporte: 218722886, Processo: 46094012671201183 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RANDY PHILIP THOMPSON Passaporte: 460947261, Processo: 46094012782201190 Empresa: VIXSTEEL INDUSTRIA E MONTAGEM LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BRUNO MIGUEL DA SILVA GONÇALVES DE SOUSA RIBEIRO Passaporte: L 551744, Processo: 46094012781201145 Empresa: VIXSTEEL INDUSTRIA E MONTAGEM LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RUI MANUEL DE CASTRO TOMAZ TIMÓTEO Passaporte: J 291941, Processo: 46094012783201134 Empresa: VIXSTEEL INDUSTRIA E MONTAGEM LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GUILHERME ALFREDO DA COSTA REGO Passaporte: L 621158, Processo: 46094012780201109 Empresa: VIXSTEEL INDUSTRIA E MONTAGEM LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAUDA BALDÉ Passaporte: L 554896, Processo: 46094012785201123 Empresa: VIXSTEEL INDUSTRIA E MONTAGEM LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PAULO AZENHA CARVALHO Passaporte: L 560562, Processo: 46094012784201189 Empresa: VIXSTEEL INDUSTRIA E MONTAGEM LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSE FLORINDO DE ALMEIDA OLIVEIRA Passaporte: L 068095, Processo: 46094012336201185 Empresa: VALUE TEAM BRASIL CONSULTORIA EM T.I. & SOLUCOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROSARIO MARANO Passaporte: AA4447785, Processo: 46094013094201147 Empresa: BHS - BRAZILIAN HELICOPTER SERVICES TAXI AEREO S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RYAN JOHAN BOOGAARS Passaporte: WR226513, Processo: 46094012264201176 Empresa: FUGRO GEOSOLUTIONS (BRASIL) SERVICOS DE LEVANTAMENTO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LINDSEY KATHERYN SHARP Passaporte: 481798473, Processo: 46094012269201107 Empresa: DETROIT BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STEPHEN WILLIAM MC ADAM Passaporte: 134107231, Processo: 46094012335201131 Empresa: VALUE TEAM BRASIL CONSULTORIA EM T.I. & SOLUCOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALBINO AIELLO Passaporte: YA1281413, Processo: 46094011176201157 Empresa: COMPANHIA PETROQUIMICA DE PERNAMBUCO-PETROQUIMICASUAPE Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HAJIME YANASE Passaporte: TK1711113, Processo: 46094011179201191 Empresa: COMPANHIA PETROQUIMICA DE PERNAMBUCO-PETROQUIMICASUAPE Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TOMOMI HOSAKA Passaporte: TH3907234, Processo: 46094012541201141 Empresa: FRANK'S INTERNATIONAL BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EDWIN JOHN YOUNGS Passaporte: 426836610, Processo: 46094012556201117 Empresa: COMPANHIA PETROQUIMICA DE PERNAMBUCO-PETROQUIMICASUAPE Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARKO FIEBIG Passaporte: C23HN6M91, Processo: 46094012682201163 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EIJI KUROKI Passaporte: TK3662274, Processo: 46094012681201119 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TSUYOSHI SANO Passaporte: TG5031379, Processo: 46094012555201164 Empresa: COMPANHIA INTEGRADA TEXTIL DE PERNAMBUCO - CITEPE Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WOLFGANG PAUL MADER Passaporte: C7J25F6ZY, Processo: 46094012309201111 Empresa: GL EVENTS CENTRO DE CONVENCOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JEROME NICOLAS MICHEL ANDRE MAURICE SCHMIDT Passaporte: 09PA54101, Processo: 46094012337201120 Empresa: HONEYWELL DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LEON OSCAR PALACIOS CONTRERAS Passaporte: 02360030964, Processo: 46094012412201152 Empresa: BONANSEA BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Ivan Russo Passaporte: AA1420693, Processo: 46094012414201141 Empresa: IVECO LATIN AMERICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARZIANO PRINCIPALE Passaporte: YA0062307, Processo: 46094012000201112 Empresa: MITSUBA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MASAHIKO NARUSHIMA Passaporte: TG 7892466, Processo: 46094011999201182 Empresa: MITSUBA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YOSHIHARU NAKANO Passaporte: TG 3859513, Processo: 46880000063201160 Empresa: THOUGHTWORKS BRASIL SOFTWARE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Timothy Cochran Passaporte: 761328421, Processo: 46094012527201147 Empresa: MAN LATIN AMERICA INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PATRICK RALF FRIEDLEIN Passaporte: CG7F98FF0, Processo: 46094012572201100 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: até 24/04/2012 Estrangeiro: CARLOS MARIO HENRIQUES GONÇALVES Passaporte: L431617, Processo: 46094012573201146 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: até 24/04/2012 Estrangeiro: ARMANDO ANTONIO VICENTE FERREIRA DUQUE Passaporte: G545307, Processo: 46094013239201118 Empresa: FMC TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARK WENDT Passaporte: 135142466, Processo: 46094012559201142 Empresa: MOURIK & MCE SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BJÖRN OLAF SCHUILENGA Passaporte: NMP0K3RJ1, Processo: 46094012557201153 Empresa: MOURIK & MCE SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JORGE ALEXANDER GIRALDO MENDEZ Passaporte: 6.200.586, Processo: 46094012558201106 Empresa: MOURIK & MCE SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RODNEY HUMBERTO PORFIRIO MARCHA Passaporte: NT8R01L87, Processo: 46094012570201111 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: até 24/04/2012 Estrangeiro: DAVID PERRY Passaporte: 800878930, Processo: 46094012658201124 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SAMIR SULIMAN Passaporte: 14859429, Processo: 46094012424201187 Empresa: GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FRANCESCO SORCE Passaporte: B997085, Processo: 46094012423201132 Empresa:

GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DIDIER DUTILLEUL Passaporte: EH356262, Processo: 46094012742201148 Empresa: WIPRO DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Sri Kumar Jami Passaporte: H7357494, Processo: 46094012307201113 Empresa: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PRAFUL SHANKAR Passaporte: E3594862, Processo: 46094012354201167 Empresa: NES GLOBAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOHN MARVIN ARMSTRONG Passaporte: 462700546, Processo: 46094012334201196 Empresa: OUTOTEC TECNOLOGIA BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOACHIM HERBERT BENZ Passaporte: 4208140476, Processo: 46094012339201119 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YU JIN Passaporte: G44932376, Processo: 46094012206201142 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BRENDAN BRETT BELLARD Passaporte: 477608887, Processo: 46094012201201110 Empresa: SGF/ GLOBAL CONSULTORIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALBAN TROY FERNANDEZ Passaporte: L3898869, Processo: 46094012205201106 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BARRY ANTHONY FALGOUT JR Passaporte: 459988520, Processo: 46094012204201153 Empresa: SGF/ GLOBAL CONSULTORIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STANLEY CHARLES CASTLES Passaporte: 099252675, Processo: 46094012207201197 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAMES KEITH RICHARD Passaporte: 310172649, Processo: 46094012209201186 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUC CHIROL Passaporte: 11AC69499, Processo: 46094012338201174 Empresa: DOW BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BRENT WILLIAM MCKEAGE Passaporte: BA304183, Processo: 46094012210201119 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: THOMAS REY Passaporte: 04CH53626, Processo: 46094012211201155 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JEROME STEPHANE DELPLANQUE Passaporte: 11AR62994, Processo: 46094012425201121 Empresa: GAM BRASIL - LOCACAO DE MAQUINARIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EDUARDO CORCUERA VALVERDE Passaporte: AAC123794, Processo: 46094012605201111 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: até 24/04/2012 Estrangeiro: HENRIQUE MANUEL BATISTA RODRIGUES ROSA Passaporte: J022735, Processo: 46094012388201151 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: THOMAS DAVID LAMB Passaporte: 800984987, Processo: 46094012538201127 Empresa: NES GLOBAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANGUS CAMPBELL Passaporte: 093210159, Processo: 46094012491201100 Empresa: METSO PAPER SULAMERICANA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Hans Lars Erik Johansson Passaporte: 81669344, Processo: 46094012589201159 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER WAYNE AMBROSE Passaporte: 308799871, Processo: 46094012592201172 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CARLOS GREGORY BRUDER Passaporte: BA313374, Processo: 46094012588201112 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOHN ALEXANDER RENNOX Passaporte: 093048271, Processo: 46094012591201128 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL BRIAN THORNTON Passaporte: 424929524, Processo: 46094012590201183 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAVID MACK CAVANAUGH Passaporte: BA335148, Processo: 46094012670201139 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHUANJI FU Passaporte: G32020849, Processo: 46094012824201192 Empresa: BP BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: AHMAD BILAL SHEIKH Passaporte: AJ5198182, Processo: 46094013129201148 Empresa: BP BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARK ALAN POOLE Passaporte: 761224765, Processo: 46094013122201126 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: AARON MATTHEW MILLER Passaporte: BA385949, Processo: 46094013123201171 Empresa: NALCO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: THOMAS G HOOD Passaporte: 472329349, Processo: 46094013208201159 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GAURAV KHURANA Passaporte: E8913456, Processo: 46094013209201101 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SHUNXI YAN Passaporte: G24262043, Processo: 46094013124201115 Empresa: PRIDE DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSEPH EDDIEMAR BULAWIN DUMADAG Passaporte: XX3582200, Processo: 46094013120201137 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TODD WALTER POMEROY Passaporte: BA382019, Processo: 46094013118201168 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WILLIAM SCOTT MCMILLAN Passaporte: E3023797, Processo: 46094013117201113 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YURI HANS ESCARRAGA TORRES Passaporte: CC79562837, Processo: 46094013116201179 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GLEN MICHAEL URSULAN Passaporte: BA312282, Processo: 46094013115201124 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALAIN BELANGER Passaporte: BA539169, Processo: 46094013114201180 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL HILDEBRANDT Passaporte: BA380681, Processo: 46094013119201111 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DYLAN IAN JOEL BABB AMPSON Passaporte: T571672, Processo: 46094013165201110 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ADAN MARTINEZ JR Passaporte: 427662044, Processo: 46094013166201156 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GUY STEVEN CARAWAY Passaporte: 446979509, Processo: 46094013168201145 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL DENNIS GEYER Passaporte: 104567608, Processo: 46094013101201119 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSHUA M ZEPEDA Passaporte: 134669402, Processo: 46094013102201155 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TERRY LEE YATES JR Passaporte: 471958787, Processo: 46094013103201108 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSEPH BRADLEY YATES Passaporte: 469787840, Processo: 46094013104201144 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL DOUGLAS OXLEY Passaporte: 468464530, Processo: 46094013154201121 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL RYAN OSYPIAN Passaporte: 443273356, Processo: 46094013155201176 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CARL HENRY LUNDERSTADT Passaporte: 458910191, Processo: 46094013157201165 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUSTIN PAUL KANE Passaporte: 447721504, Processo: 46094013134201151 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JEAN-CLAUDE WEIGEL Passaporte: 04CH57277, Processo: 46094013135201103 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DOMINIQUE PHILIPPE LAURENT Passaporte: 08AY61826, Processo: 46094013167201109 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSHUA JAMES SUTHERLAND Passaporte: 476993854, Processo: 46094013133201114 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALEXANDRE BRUNO BOULET Passaporte: 08AF92038, Processo: 46094013156201111 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KEVIN DEWAYNE GUIMBELLOT Passaporte: 404320142, Processo: 46094013213201161 Empresa: ZTE DO BRASIL COMERCIO, SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WEI ZHENG Passaporte: P01010176, Processo: 46094013563201128 Empresa: ANADARKO EXPLORACAO E PRODUCAO DE PETROLEO E GAS NATURAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JACK LOWE JR Passaporte: 133976524, Processo: 46094013464201146 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ERIC PASCAL LEBEDEL Passaporte: 08AH47184.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 6°):

Processo: 46094013996201183 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CRAIG STEVEN NELSON Passaporte: 217848188, Processo: 46094012710201142 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MINSU KIM Passaporte: M76573734, Processo: 46094014107201103 Empresa: BOSCH REXROTH LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: THOMAS JOHANNES LOEHRKE Passaporte: C7NJXCMGT, Processo: 46094014106201151 Empresa: BOSCH REXROTH LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDREAS WOLFGANG SCHMITZ Passaporte: 565720042, Processo: 46094012857201132 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARCO ANTONIO HERNANDEZ CARDONA Passaporte: 196471927, Processo: 46094013521201197 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RYO SUZUKI Passaporte: TH3398427, Processo: 46094013517201129 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GIOVANNI CRAGNOLINI Passaporte: YA0149340, Processo: 46094013518201173 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARCO MASENELLO Passaporte: AA0348343, Processo: 46094014048201165 Empresa: FOXCONN DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YUNFENG SUN Passaporte: G21866428, Processo: 46094012716201110 Empresa: SANDVIK MATERIALS TECHNOLOGY DO BRASIL S/A INDUSTRIA E COMERCIO Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LARS JOHAN KAEMPE Passaporte: 62225933, Processo: 46094013862201162 Empresa: HONDA LOCK DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JUNYA YAMASHITA Passaporte: TG5707313, Processo: 46094013524201121 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GIOVANNI PARON Passaporte: YA0067357, Processo: 46094012886201102 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HAJIME TANABE Passaporte: TK0902277, Processo: 46094012775201198 Empresa: FRANK MOHN DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: OLE JACOB BIRKELAND Passaporte: 28123050, Processo: 46094013332201114 Empresa: PONTEC PROJETOS E MONTAGENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROBERT LEWIS HOLLINGSWORTH Passaporte: 464616384, Processo: 46094013849201111 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YUNG KYU LEE Passaporte: JR3737310, Processo: 46094013555201181 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROLAND BRENDEL Passaporte: CCK31PPV4, Processo: 46094013426201193 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SCOTT ROBERTSON Passaporte: 401841111, Processo: 46094013425201149 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALISTAIR JAMES ROBINSON Passaporte: 094544485, Processo: 46094013424201102 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DEAN ROBERTSON Passaporte: 800809390, Processo: 46094013427201138 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JACK ELLINGTON Passaporte: 761089681, Processo: 46094012923201174 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAEYOUNG CHOI Passaporte: BS2774750, Processo: 46094013272201130 Empresa: TARUMAX FUNDICAO EM ALUMINIO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Zhiguang Chen Passaporte: G43437010, Processo: 46094013552201148 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDREW LAWRENCE WEYL Passaporte: 462911384, Processo: 46094013551201101 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BRADLEY LLOYD KITE Passaporte: 400761917, Processo: 46094012973201151 Empresa: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Rene R. M. Barthélemy Passaporte: EG554266, Processo: 46094013516201184 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PAOLO VALE Passaporte: YA0147160, Processo: 46094013512201104 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 2 Mês(es) Estrangeiro: UNAI ALVAREZ GUISAN Passaporte: BD562431, Processo: 46094013502201161 Empresa: ABB LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LUIS FERNANDO URREA GIRALDO Passaporte: CC10237852, Processo: 46094013138201139 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RODOLPHE MOCIK Passaporte: 08AK86451, Processo: 46094013957201186 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KYUNG OH MIN Passaporte: SM0322362, Processo: 46094014046201176 Empresa: FOXCONN DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YUJUN DU Passaporte: G50057822, Processo: 46094013951201117 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BYEONGKWAN LEE Passaporte: JG0067444, Processo: 46094014045201121 Empresa: FOXCONN DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHENGYONG LIAO Passaporte: G50270409, Processo: 46094013953201106 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SOONGKI LEE Passaporte: M26077050, Processo: 46094013948201195 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHANTAG JUNG Passaporte: GJ0894472, Processo: 46094013958201121 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HAEYONG JEONG Passaporte: GK1659635, Processo: 46094013959201175 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SANGHYUN LEE Passaporte: M57111971, Processo: 46094013956201131 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAIHO LEE Passaporte: M47625262, Processo: 46094013077201118 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ZBIGNIEW BIZON Passaporte: AS9604250, Processo: 46094013955201197 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ILKI CHO Passaporte: M66894820, Processo: 46094013685201114 Empresa: METSO AUTOMATION DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TUOMAS TAPANI HURSKAINEN Passaporte: PL0754352, Processo: 46094013949201130 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KI WOONG KIM Passaporte: M78187003, Processo: 46094013954201142 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HYOSUNG YUN Passaporte: M18169956, Processo: 46094013950201164 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NOJIN PARK Passaporte: M18645851, Processo: 46094013161201123 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ARTUR JAREK ERAZMUS Passaporte: AM2255112, Processo: 46094013164201167 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SEBASTIAN MIECZYSLAW REJDUCH Passaporte: AF2443150, Processo: 46094013162201178 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PIOTR LESZEK SKRZELOWSKI Passaporte: AV8068128, Processo: 46094013163201112 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LUKASZ OZÓG Passaporte: AE1322194, Processo: 46094013998201172 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DUANE FRANKLIN WHITE Passaporte: 476397455, Processo: 46094014000201157 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RICHARD ALAN DE KREEK Passaporte: 443125819, Processo: 46094013999201117 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL THOMAS BANKS Passaporte: 209147964, Processo: 46094013313201198 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PIOTR CEBULSKI Passaporte: AT0075324, Processo: 46094013627201191 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALAN MATTHEW NEWTON Passaporte: 801437607, Processo: 46094013762201136 Empresa: ACI WORLDWIDE (BRASIL) LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: OSCAR LEONEL LEAL RAMIREZ Passaporte: 08260014014, Processo: 46094013761201191 Empresa: ACI WORLDWIDE (BRASIL) LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MIGUEL ANGEL FONTES MARROQUIN Passaporte: G06249694, Processo: 46094013462201157 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LIONEL FRANÇOIS GILBERT TIBULLE Passaporte: 10AI11060, Processo: 46094013461201111 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JEROME GEORGES BOYER Passaporte: 09AK38749, Processo: 46094013895201111 Empresa: GRANITE SERVICES INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: OSCAR LEONARDO ESCOBAR Passaporte: 425961246, Processo: 46094013613201177 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ZDZISLAW JÓZEF MIEDLARZ Passaporte: AF2824610, Processo: 46094013605201121 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDRZEJ MAZUR Passaporte: AH1003513, Processo: 46094013601201142 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KRZYSZTOF STANISLAW SWIECIK Passaporte: AS1074161, Processo: 46094013479201112 Empresa: REXAM BEVERAGE CAN SOUTH AMERICA S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER DAVID BALLARD Passaporte: 135371771, Processo: 46094013599201110 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STANISLAW ARTUR SYNOWIEC Passaporte: AF0928198, Processo: 46094014081201195 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MIKKO JUHANI LEHTONEN Passaporte: PR3128644, Processo: 46094013624201157 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SLAWOMIR ANDRZEJ STEPIEN Passaporte: AK1602874, Processo: 46094013621201113 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: WLADYSLAW JAN GANCARSKI Passaporte: AF8746099, Processo: 46094013614201111 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PAWEL POPIEL Passaporte: AD8942769, Processo: 46094013598201167 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LUKASZ RYSZARD SMOLUCH Passaporte: AD4783942, Processo: 46094013600201106 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STANISLAW JÓZEF KULAKOWSKI Passaporte: AJ4881860, Processo: 46094013595201123 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GRZEGORZ MIECZYSLAW LAPRUS Passaporte: AU3879346, Processo: 46094013994201194 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JARKKO JUHANI SIRROLA Passaporte: PL7003338, Processo: 46094013618201108 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PAWEL PIOTR GZYL Passaporte: AP0214248, Processo: 46094013612201122 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JANUSZ GIL Passaporte: AD3747718, Processo: 46094013610201133 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DARIUSZ JANUSZ ARENDARCZYK Passaporte: AH1254203, Processo: 46094013892201179 Empresa: GRANITE SERVICES INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FERNANDO ALVAREZ Passaporte: 481823033, Processo: 46094013596201178 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARIUZ CEZARY KRZYSZTOFIK Passaporte: EA6535607, Processo: 46094013606201175 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CZESLAW SZCZEPAN KOCYLA Passaporte: AF9207258, Processo: 46094013604201186 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TOMASZ MÁS Passaporte: AR2062595, Processo: 46094013593201134 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DARIUSZ ANDRZEJ MACH Passaporte: AC8148818, Processo: 46094013597201112 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ADAM RYSZARD BIL Passaporte: EA7416859, Processo: 46094013602201197 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PAWEL ZAPAL Passaporte: EB0542583, Processo: 46094013594201189 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAROSLAW KRZYSZTOF KOLTUN Passaporte: AK1563212, Processo: 46094013609201117 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MACIEJ KRZYSZTOF SZCZYGIEL Passaporte: AU3483765, Processo: 46094013603201131 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PIOTR MALINOWSKI Passaporte: AS0156749, Processo: 46094013623201111 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JANUSZ MIROSLAW JASINSKI Passaporte: AM5107881, Processo: 46094013607201110 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARCINI ZAPAL Passaporte: EB0633595, Processo: 46094013611201188 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PIOTR PAWEL JAWORSKI Passaporte: AD1046518, Processo: 46094013608201164 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ADAM ROBERT NOWACZYK Passaporte: AK0408945, Processo: 46094013622201168 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TADEUSZ WIECEK Passaporte: AP2109025, Processo: 46094013995201139 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JUHA PEKKA JOHANNES VUORELA Passaporte: PC4685637, Processo: 46094013711201112 Empresa: INTERNATIONAL LOGGING DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JUAN JOSE SALAZAR ARAPE Passaporte: 5841554, Processo: 46094013712201159 Empresa: INTERNATIONAL LOGGING DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDRACE DARREL TUITT Passaporte: TA093133, Processo: 46094013713201101 Empresa: INTERNATIONAL LOGGING DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: OSVALDO JAVIER MAINARDI Passaporte: 18204492N, Processo: 46094013716201137 Empresa: INTERNATIONAL LOGGING DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: EDUARDO GUSTAVO SACCHETTO Passaporte: 14624615N, Processo: 46094013715201192 Empresa: INTERNATIONAL LOGGING DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALFREDO FREDDY GARNICA LIZONDO Passaporte: 1282819, Processo: 46094013945201151 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STANISLAW JAN STRZEMIECZNY Passaporte: AC7172902, Processo: 46094013906201154 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FABIO GALESI Passaporte: YA0176086, Processo: 46094013940201129 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NICOLAS CHRISTIAN EUGENE DELLIERE Passaporte: 03EB40840, Processo: 46094013939201102 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAVID ALAN PACK Passaporte: 422016584, Processo: 46094013938201150 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JORGE CANTU JR Passaporte: 134182571, Processo: 46094013086201109 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAN MARIAN BOCHENEK Passaporte: AC8019925, Processo: 46094013080201123 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BOGUSLAW MOTAK Passaporte: EB1545875, Processo: 46094013074201176 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KRZYSZTOF KLIMA Passaporte: AD0135020, Processo: 46094013081201178 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KRZYSZTOF STANISLAW TUROWSKI Passaporte: EB4546794, Processo: 46094013082201112 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MAREK FRANCISZEK KICHARD Passaporte: AL7905402, Processo: 46094013075201111 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PAWEL WOJCIECH KSIAZEK Passaporte: AS3472181, Processo: 46094013078201154 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PIOTR JAN ZACHILSKI Passaporte: EB5173083, Processo: 46094013079201107 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROMAN LYSZCZARZ Passaporte: AP4749386, Processo: 46094013076201165 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RYSZARD WRONA Passaporte: AP8919985, Processo: 46094013907201107 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NICOLAS CHRISTIAN MADRIEUX Passaporte: 03RH74081, Processo: 46094014157201182 Empresa: HISPAMAR SATELITES S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAVIER TRIAS PLANAS Passaporte: AAD220619.

Temporário - Sem Contrato - RN 69 - Resolução Normativa, de 22/03/2006:

Processo: 46094015558201150 Empresa: ESKIMO MODEL MANAGEMENT LTDA Prazo: 20 Dia(s) Estrangeiro: Alla Kostromichova Passaporte: EE397197 Estrangeiro: Daria Sushko Passaporte: EK544238 Estrangeiro: Oleksandra Melnychuk Passaporte: EH243412, Processo: 46094016457201104 Empresa: PERIPLO PRODUCOES CULTURAIS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Araceli Julia Dvoskin Passaporte: 03797900F Estrangeiro: Claudio Enrique Tolcachir Passaporte: 24686535N Estrangeiro: Claudio Gabriel Guz Passaporte: 22960733N Estrangeiro: Federico Gabriel Misenta Passaporte: 23362905N Estrangeiro: Gerardo Adrian Otero Passaporte: AA3695795 Estrangeiro: Gonzalo Ruiz Passaporte: 28422612N Estrangeiro: Inda Veronica Lavalle Passaporte: 23639230N Estrangeiro: Jonathan Zak Passaporte: 29317028N Estrangeiro: Jorge Guillermo Castaño Passaporte: 17923913N Estrangeiro: LAUTARO PEROTTI Passaporte: 24148151N Estrangeiro: Macarena Trigo Alonso Passaporte: BA699399 Estrangeiro: Maxime Pierre Come Bienvenu Passaporte: 09AT42712 Estrangeiro: Miriam Adriana Odorico Passaporte: 14825326N Estrangeiro: Omar Sergio Possemato Passaporte: 14172242N Estrangeiro: Rafael Adrian Spregelburd Passaporte: 21551434N Estrangeiro: Santiago Badillo Passaporte: 25940666N Estrangeiro: Tamara Kiper Passaporte: 24030827N, Processo: 46094016829201194 Empresa: ASSOCIACAO DE CULTURA, EDUCACAO E ASSISTENCIA SOCIAL SANTA MARCELINA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BENJAMIN DIELTJENS Passaporte: EI507065 Estrangeiro: GERRIT AUGUST IRMA GEERTS Passaporte: EH618776 Estrangeiro: JACQUELINE JACOBA CATHARINA JOSEPHA JANSSEN Passaporte: NSF7KJ642 Estrangeiro: LAMBERTUS REINIER DE LEEUW Passaporte: NSJ2C8LL2 Estrangeiro: MARTIJN VINK Passaporte: NX5R055P9 Estrangeiro: THOMAS DIELTJENS Passaporte: EI654280 Estrangeiro: TOON WIM MARIA FRET Passaporte: EH085628 Estrangeiro: WIBERT HUIB MARIA AERTS Passaporte: EI656371, Processo: 46094016202201133 Empresa: ASSOCIACAO DE CULTURA, EDUCACAO E ASSISTENCIA SOCIAL SANTA MARCELINA Prazo: 60 Dia(s) Estrangeiro: JEFFREY SCOTT Passaporte: 141913202 Estrangeiro: MARIAM JIHAN ADAM Passaporte: 472588759 Estrangeiro: MONICA ELAYNE ELLIS Passaporte: 211474170 Estrangeiro: TOYIN SPELLMAN Passaporte: 141911298 Estrangeiro: VALERIE DENISE COLEMAN Passaporte: 444940061, Processo: 46094017087201114 Empresa: ASSOCIACAO DE CULTURA, EDUCACAO E ASSISTENCIA SOCIAL SANTA MARCELINA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: HARTMUT EMIL ERWIN ROHDE Passaporte: 256504554 Estrangeiro: MARK SEBASTIAN GOTHONI Passaporte: PE1425081 Estrangeiro: PAUL KONSTANTIN RIVINIUS Passaporte: CH1H39168 Estrangeiro: PETER GEORG MANFRED HÖRR Passaporte: 664302529, Processo: 46094016671201152 Empresa: ASSOCIACAO DE CULTURA, EDUCACAO E ASSISTENCIA SOCIAL SANTA MARCELINA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BOSTJAN LIPOVSEK Passaporte: PB0105698 Estrangeiro: GYÖRGY GYIVICSÁN Passaporte: BB8822406 Estrangeiro: LÁSZLÓ BORSÓDY Passaporte: BB761662 Estrangeiro: LÁSZLÓ TÓTH Passaporte: BA5688349 Estrangeiro: ROLAND SZENTPÁLI Passaporte: BB5052150 Estrangeiro: ÁRON ROMHÁNYI Passaporte: BB0716684, Processo: 46094017777201173 Empresa: ASSOCIACAO DE CULTURA, EDUCACAO E ASSISTENCIA SOCIAL SANTA MARCELINA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CATALIN IOAN ROTARU Passaporte: 429059815, Processo: 46094017086201170 Empresa: ASSOCIACAO DE CULTURA, EDUCACAO E ASSISTENCIA SOCIAL SANTA MARCELINA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: THEODORA ASTRID MICHAELA Passaporte: NMBFH21B6, Processo: 46094015557201113 Empresa: ESKIMO MODEL MANAGEMENT LTDA Prazo: 20 Dia(s) Estrangeiro: Nastasia Alexandria Ohl Passaporte: 471034360, Processo: 46094016067201126 Empresa: AZUL PRODUCOES ARTISTICAS LTDA Prazo: 15 Dia(s) Estrangeiro: Anthony Charles Stead Passaporte: 479645625 Estrangeiro: Jenipher Lynn Sutherland Passaporte: 457642188 Estrangeiro: Keith Albert Crossan Passaporte: 056936412 Estrangeiro: Maureen Ann Block Passaporte: 441790068 Estrangeiro: Scot Charles Sutherland Passaporte: 220593169 Estrangeiro: Skyeler Hawke Castro Williams Passaporte: 429767227 Estrangeiro: Thomas Eugene Castro Passaporte: 453389852 Estrangeiro: Thomas Steven Poole Passaporte: 057142914, Processo: 46094017667201110 Empresa: JANDR L.G.DOS REIS - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: JOCHEN STEFAN RÜCKERT Passaporte: 324471569 Estrangeiro: LAGE FOSHEIM LUND Passaporte: 25600082 Estrangeiro: WILLIAM ALBERT VINSON Passaporte: 099085094, Processo: 46094017670201125 Empresa: JANDR L.G.DOS REIS - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALEXANDER SAMUEL HOFFMAN Passaporte: 160395625 Estrangeiro: BRIAN HOLLISTER LYNCH Passaporte: 422320433 Estrangeiro: PETER MATTHEW VAN NOSTRAND Passaporte: 480300987, Processo: 46094017663201123 Empresa: JANDR L.G.DOS REIS - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: EDWARD PALMIERI Passaporte: 214021112 Estrangeiro: EDWARD PALMIERI II Passaporte: 426629442 Estrangeiro: JOAQUIN JOSE CLAUSSELL Passaporte: 452073226 Estrangeiro: LOUIS DUTREUIL FOUCHE IV Passaporte: 421591383 Estrangeiro: LUQUES STANLEY CURTIS Passaporte: 476092333 Estrangeiro: ORLANDO WILMER VEGA Passaporte: 461609095 Estrangeiro: ROBERT ROLAND SCHNEIDERMAN Passaporte: 461275632 Estrangeiro: VICENTE RIVERO JR Passaporte: 112617779, Processo: 46094017665201112 Empresa: JANDR L.G.DOS REIS - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: AARON PHILIP GOLDBERG Passaporte: 112807240 Estrangeiro: GREGORY MELVIN HUTCHINSON Passaporte: 422076214 Estrangeiro: MATTHEW LINDSAY PENMAN Passaporte: LA276772, Processo: 46094017668201156 Empresa: JANDR L.G.DOS REIS - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CYNTHIA MARIE SCOTT Passaporte: 113160578 Estrangeiro: KLAUS ADOLF WERNER GIERIG Passaporte: C4G4459CX Estrangeiro: MARCELLO PELLITTERI Passaporte: AA4586497 Estrangeiro: MATTHEW SEAN PARRISH Passaporte: 440552842 Estrangeiro: WILLIAM ROBERT EASLEY Passaporte: 302842091, Processo: 46094017669201109 Empresa: JANDR L.G.DOS REIS - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: HANS DIETER GLAWISCHNIG Passaporte: 482533729 Estrangeiro: VICTOR EDWARD JURUSZ Passaporte: 422076339, Processo: 46094017664201178 Empresa: JANDR L.G.DOS REIS - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALLAN BENTLEY GUMBS Passaporte: 113279635 Estrangeiro: KENNETH MARSHALL DAVIS Passaporte: 112908383 Estrangeiro: RALPH MICHAEL BOWEN Passaporte: QB929417 Estrangeiro: RUDY JEROME ROYSTON Passaporte: 425814971, Processo: 46094016417201154 Empresa: AZUL PRODUCOES ARTISTICAS LTDA Prazo: 12 Dia(s) Estrangeiro: Anthony Byron Cage Passaporte: 483056906, Processo: 46094016828201140 Empresa: EDITORA VICE BRASIL LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL BLUMBERG Passaporte: 305452859 Estrangeiro: JONATHAN HAL ROGOFF Passaporte: 424945419 Estrangeiro: LEWIS RANDALL LOVELY Passaporte: 400479635 Estrangeiro: MARIKO DOI Passaporte: TZ0742366 Estrangeiro: MAX JOEL BLOOM Passaporte: 308971636 Estrangeiro: ROXANNE LUCY POWELL Passaporte: 540707326, Processo: 46094016826201151 Empresa: EDITORA VICE BRASIL LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANDREW JAMES DIMMACK Passaporte: 099214163 Estrangeiro: DAVID SAMUEL JONES Passaporte: 094628104 Estrangeiro: GARY JOHN JARMAN Passaporte: 800422937 Estrangeiro: GLYN ROBERTS Passaporte: 801019736 Estrangeiro: PAUL FYFE Passaporte: 800787818 Estrangeiro: ROSS ANTHONY JARMAN Passaporte: 040661034 Estrangeiro: RYAN JAMES JARMAN Passaporte: 800945914, Processo: 46094016673201141 Empresa: ASSOCIACAO DE CULTURA, EDUCACAO E ASSISTENCIA SOCIAL SANTA MARCELINA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: AMANDA PENELOPE FORSYTH ZUKERMAN Passaporte: BA355419 Estrangeiro: ANGELA MAILIN CHENG Passaporte: WR814598 Estrangeiro: JESSICA SHAMESS LINNEBACH Passaporte: BA353761 Estrangeiro: JETHRO MARKS Passaporte: 711082777, Processo: 46094017022201179 Empresa: MACROSS FEIRAS E EVENTOS LTDA Prazo: 15 Dia(s) Estrangeiro: KIYOSHI TANIMOTO Passaporte: TH5390424, Processo: 46094017024201168 Empresa: MACROSS FEIRAS E EVENTOS LTDA Prazo: 15 Dia(s) Estrangeiro: AKIRA KUSHIDA Passaporte: TH3255731 Estrangeiro: JUNKO KUSHIDA Passaporte: TH3255810, Processo: 46094017023201113 Empresa: MACROSS FEIRAS E EVENTOS LTDA Prazo: 15 Dia(s) Estrangeiro: NOBUO YAMADA Passaporte: TK4290520, Processo: 46094017661201134 Empresa: BULLDOZER REPRESENTACAO E INTERMEDIACAO ARTISTICA LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: SANDY RIVERA Passaporte: 452036336, Processo: 46094017660201190 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: EDDIE MICHAEL ALEXANDER DR THONEICK Passaporte: C6Z139LKK, Processo: 46094017089201111 Empresa: ASSOCIACAO DE CULTURA, EDUCACAO E ASSISTENCIA SOCIAL SANTA MARCELINA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: SHEILA ARNOLD Passaporte: C79JTFK7G, Processo: 46094017085201125 Empresa: ASSOCIACAO DE CULTURA, EDUCACAO E ASSISTENCIA SOCIAL SANTA MARCELINA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTIAN WETZEL Passaporte: C775Z6WCH Estrangeiro: STEPHANIE WINKER Passaporte: C932VCTM7 Estrangeiro: ULF-GUIDO SCHÄFER Passaporte: C21G8W322 Estrangeiro: VOLKER ARNO KLAUS TESSMANN Passaporte: 130830038 Estrangeiro: VOLKER GREWEL Passaporte: C73ZGWVWL, Processo: 46094017505201173 Empresa: CENA CULTURAL PRODUCOES LTDA-EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: AHMAD MEHRANFAR ALIMOHAMMAD Passaporte: J95046033 Estrangeiro: ELHAM KORDA BAYAZID Passaporte: X20490616 Estrangeiro: FATEMEH FAKHRAEE BIJAN Passaporte: L13440485 Estrangeiro: HESSAMEDDIN NOURANI FAKHREDDIN Passaporte: D13143622 Estrangeiro: MAHIN SADRI MOOSHANGAYI ALIAKBAR Passaporte: H12041198 Estrangeiro: MOHAMMAD REZA HOSSEINZADEH AZAD AKBAR Passaporte: B16594399 Estrangeiro: NEGAR JAVAHERIAN HASSAN Passaporte: X20496378 Estrangeiro: NEGAR NOBAKHT FOGHANI MOHAMMADREZA Passaporte: N12368369 Estrangeiro: PIERRE JOSÉ REIS Passaporte: 05FP58012 Estrangeiro: SAEID CHANGIZIANFOOLADI SAFARALI Passapor-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

te: X16994206, Processo: 46094017638201140 Empresa: MARIANA VIEIRA SOLDI PRODUCOES Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: JEAN-MICHEL DERCOURT Passaporte: 10AK29399 Estrangeiro: JOSÉ MANUEL CHAO ORTEGA Passaporte: XD269378 Estrangeiro: MADJID FAHEM Passaporte: 10CZ87091 Estrangeiro: PHILIPPE TEBOUL Passaporte: 08CY22060, Processo: 46094017301201132 Empresa: ASSOCIACAO DE CULTURA, EDUCACAO E ASSISTENCIA SOCIAL SANTA MARCELINA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: VINCENT ANDRÉ ALAIN LUCAS Passaporte: 08CF10927, Processo: 46094017302201187 Empresa: ASSOCIACAO DE CULTURA, EDUCACAO E ASSISTENCIA SOCIAL SANTA MARCELINA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: WALTER ROLAND PETER SEYFARTH Passaporte: 256507733, Processo: 46094017449201177 Empresa: PLAYWORKS PROJETOS PROMOCIONAIS E DE LAZER LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: SANDER KETELAARS Passaporte: BY4LPC683, Processo: 46094017673201169 Empresa: WZM - PLATAFORMA BRASIL-HOLANDA S/S LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALEXANDRU FLORIN SIMU Passaporte: 13395514 Estrangeiro: ANDRO RAYMOND BISWANE Passaporte: NW2DKKD27 Estrangeiro: CARLO ULRICH HOOP Passaporte: BLRJ4CK46 Estrangeiro: KEVIN URVILL DE RANDAMIE Passaporte: NU7R2R958 Estrangeiro: MICHAEL SIMON MORILLO Passaporte: NN8D0JRD6 Estrangeiro: PHILIP HENDRIK JOHANNES TEN BRINK Passaporte: NM4BFJLL2 Estrangeiro: ROBIN JERREL VAN GEERKE Passaporte: NU4582860 Estrangeiro: VINCENT EUGENE EDWARD HENAR Passaporte: BM93605B9 Estrangeiro: WALTHER EDDY MURINGEN Passaporte: NNLLBF608, Processo: 46094017662201189 Empresa: JANDR L.G.DOS REIS - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL FRANCIS BARRY Passaporte: 213153772, Processo: 46094017778201118 Empresa: ASSOCIACAO DE CULTURA, EDUCACAO E ASSISTENCIA SOCIAL SANTA MARCELINA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ROBERT JOHN HARRISON Passaporte: 211267819.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 46094013536201155 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: 4 Mês(es) Estrangeiro: ALAN KEARNS Passaporte: PA 4531525 Estrangeiro: ALAN KEARNS Passaporte: PC 6180082 Estrangeiro: ARKADIUSZ STOSIK Passaporte: AU 9775707 Estrangeiro: DANIEL YEBRA MESQUIDA Passaporte: AAD 24109 Estrangeiro: DARIUSZ SNARSKI Passaporte: AU 8789246 Estrangeiro: GLEN MICHAEL GILMAN Passaporte: PT 2191766 Estrangeiro: JAROSLAW PIOTR LOCHOWSKI Passaporte: AK 1439634 Estrangeiro: KAMIL MICHAL STRZELECKI Passaporte: EB 4421369 Estrangeiro: KRZYSZTOF CZESLAW ROMANOWSKI Passaporte: EB 8706381 Estrangeiro: KRZYSZTOF POCELUJKO Passaporte: AD 0377028 Estrangeiro: OLIVER FRISCHKORN Passaporte: C26GONK10 Estrangeiro: PATRYK MORYC Passaporte: EA 6681344 Estrangeiro: RADOSLAW LOZIAK Passaporte: AH
8714339 Estrangeiro: ROBERTO MUSTRA Passaporte: 003980970 Estrangeiro: SEBASTIAN SZPAKOWSKI Passaporte: AT 9678263 Estrangeiro: WALDEMAR JERZY GÓRSKI Passaporte: AB 1916086, Processo: 46094012318201101 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 23/09/2012 Estrangeiro: DAVID FRANK BOULTON Passaporte: 403057408, Processo: 46094012640201122 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ARUNKUMAR SIDHRAM BIRADAR Passaporte: H2353988 Estrangeiro: PRAVINCHANDRA VALLABHBHAI TANDEL Passaporte: G9067910 Estrangeiro: SANGRAM DIVAKAR PETKAR Passaporte: H4201263 Estrangeiro: SUNIL SURYAKANT PURANDARE Passaporte: F3431258 Estrangeiro: VIJAY KUMAR Passaporte: G9839908, Processo: 46094016168201105 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: TOMASZ ANTONI PRABUCKI Passaporte: AV5094238, Processo: 46094016155201128 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: JOHN ALAN COLE Passaporte: 099120299 Estrangeiro: TIMOTHY GORDON COX Passaporte: 099220112, Processo: 46094015755201179 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAMES DAVID MC KEAN JR Passaporte: 457988667, Processo: 46094014249201162 Empresa: PRIDE DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAN VASILESCU NAIDEN Passaporte: 085114984, Processo: 46094012997201119 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: THOMAS KENNETH PATERSON Passaporte: 099207658, Processo: 46094015679201100 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: DARKO SELIHAR Passaporte: 003433070 Estrangeiro: IVAN VIDAS Passaporte: 001414946 Estrangeiro: JOSIP CRNKOVIC Passaporte: 002891981 Estrangeiro: JOSIP PAHLJINA Passaporte: 003936102 Estrangeiro: KRISTIAN BUTINAR Passaporte: 003323969 Estrangeiro: MILJENKO RAC Passaporte: 003351800 Estrangeiro: ZELJKO ARIH Passaporte: 004061207, Processo: 46094015677201111 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: JAROSLAW GERARD STRASZEWSKI Passaporte: AF 3653947 Estrangeiro: RAFAL ALEKSANDER GLOWACKI Passaporte: AJ 6203556 Estrangeiro: WOJCIECH KUBIAK Passaporte: AV 4048933, Processo: 46094013401201190 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/10/2012 Estrangeiro: IVAN IVANOV Passaporte: 64N1086232, Processo: 46094013276201118 Empresa: WESTERNGECO SERVICOS DE SISMICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KISHORE CHATTERJEE Passaporte: J0266939 Estrangeiro: RICHARD CAÑARES FRANCIA Passaporte: EB1381271, Processo: 46094016161201185 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: MATHIEU YANNICK ROLAND MARCEL MUZEAU Passaporte: 09AH11498 Estrangeiro: THIERRY FRANÇOIS PIERRE DENIGOT Passaporte: 10CF48425, Processo: 46094015753201180 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHARLES HOWARD LYNN Passaporte: 471488101, Processo: 46094015754201124 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HAL LEE OWEN Passaporte: 452312507, Processo: 46094014423201177 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 18/12/2011 Estrangeiro: DEEPAK KUMAR NANU KANNAN Passaporte: G1777489 Estrangeiro: SURESH CHAUHAN Passaporte: E6114117, Processo: 46094013473201137 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: KARL THOMAS CLARK Passaporte: 099062752, Processo: 46094014250201197 Empresa: SEVAN MARINE SERVICOS DE PERFURACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOHN NICOLL Passaporte: 093101947, Processo: 46094014248201118 Empresa: NAVIS DRILLING LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAMES EMSLIE Passaporte: 457131549, Processo: 46094014092201175 Empresa: ETESCO CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: FERGUS HENRY THOMAS MCGALE Passaporte: 464658003, Processo: 46094015666201122 Empresa: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EDUARD ERCEGOVIC Passaporte: 002916607, Processo: 46094014919201141 Empresa: PRIDE DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARTIN GEORGE REID Passaporte: 093171399, Processo: 46094014247201173 Empresa: NAVIS DRILLING LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GEORGE TRAIL DAVIDSON Passaporte: 652717238, Processo: 46094014154201149 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: VICTOR JR MOLINA CADELINA Passaporte: XX0016067, Processo: 46094014425201166 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WILLIAM MARTIN LOPEZ Passaporte: 456849973, Processo: 46094014424201111 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ABDUL MUIN TUMANANG Passaporte: V749607 Estrangeiro: MOHAMAD ADJENG Passaporte: S735927 Estrangeiro: MUHAMAD YAMIN Passaporte: S137043 Estrangeiro: MUSADDIK JAMALUDDIN Passaporte: U020431 Estrangeiro: SULFADLI FIRDAUS Passaporte: S072451, Processo: 46094014882201151 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 09/01/2012 Estrangeiro: JOHANNES SIPAKWE CORNELIS MARIJNISSEN Passaporte: NPDF6LJ35, Processo: 46094014883201103 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 09/01/2012 Estrangeiro: GIOVANNI SINAGAN CABOVERDE Passaporte: VV 0125825, Processo: 46094014239201127 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 03/01/2012 Estrangeiro: CAIRY BRYANT SPIERS II Passaporte: 420454478 Estrangeiro: CHRISTOPHER ALLEN RUSHING Passaporte: 445879993 Estrangeiro: JERGEN ALBERT BLANCO Passaporte: 458550014 Estrangeiro: JOSE LUIS ZUÑIGA HILARIO Passaporte: 5205512 Estrangeiro: PAUL LAVELLE CUPP Passaporte: 424178982 Estrangeiro: WILLIAM AIKEN DONAHUE Passaporte: 460215401, Processo: 46094014436201146 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/11/2012 Estrangeiro: CYRIL LEDESMA ABETO Passaporte: EB0498106 Estrangeiro: RONALDO ESTERNON JOPIA Passaporte: XX1322147, Processo: 46094014420201133 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROBERT JAMES SMIT Passaporte: 482907075, Processo: 46094014685201131 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/11/2011 Estrangeiro: BERNARD BRECEVIC Passaporte: 003952623 Estrangeiro: BRANKO BERAM Passaporte: 004008165 Estrangeiro: BRYAN JOHN MITCHELL Passaporte: 093249520 Estrangeiro: DANUT ADRIAN STAN Passaporte: 13525655 Estrangeiro: DAVOR BLITVIC Passaporte: 003555837 Estrangeiro: IVAN PEROS Passaporte: 072952949 Estrangeiro: JOSIP RADOS Passaporte: 003723100 Estrangeiro: JURE VUKIC Passaporte: 111202862 Estrangeiro: LUKA ULICEVIC Passaporte: 195950355 Estrangeiro: MARIN PAZANIN Passaporte: 002755069 Estrangeiro: VEDRAN ANELIC Passaporte: 003145564 Estrangeiro: VEDRAN RADISIC Passaporte: 003405722, Processo: 46094014098201142 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: até 19/05/2013 Estrangeiro: JOHN ROBERT MACKAY Passaporte: 134777308, Processo: 46094014236201193 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LIMITADA Prazo: até 14/05/2013 Estrangeiro: PIOTR ROBERT WYSOCKI Passaporte: EB2415706, Processo: 46094014427201155 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/01/2012 Estrangeiro: ROMEO TIMBAL ACIDO Passaporte: EB0043306, Processo: 46094014426201119 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 17/07/2012 Estrangeiro: AASHDIN MINOO BHAMGARA Passaporte: F8933536 Estrangeiro: ANKUR BAHRY Passaporte: J3272108 Estrangeiro: MANJESWAR GANESH KAMATH Passaporte: E9147804 Estrangeiro: PRATEEK SAJWAN Passaporte: G4260946 Estrangeiro: PRITAM SINGH Passaporte: H1233020 Estrangeiro: SANDIP SUBHASH GALANKAR Passaporte: F3710078 Estrangeiro: SELVAKUMAR JESUDASAN HENRY DURAISAMI Passaporte: J2713987 Estrangeiro: VIJAY SAKLANI Passaporte: G7138772, Processo: 46094016158201161 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: BLAIR WILLIAM MCCORMACK Passaporte: 099087873 Estrangeiro: PETER MILNER HAWKINS Passaporte: 099164501, Processo: 46094014097201106 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SCOTT RAMSAY TURNER Passaporte: 801655186, Processo: 46094015678201157 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: ANOEL SULIT DIMAANO Passaporte: XX3595370 Estrangeiro: DANILO DELA CRUZ MOPAS Passaporte: VV0173950 Estrangeiro: FRANCISCO JR. MARIKIT DUBLIN Passaporte: UU0488812 Estrangeiro: JAVIER INTO SANICO Passaporte: UU0800497 Estrangeiro: JOEL LETADA DILAO Passaporte: XX3992402 Estrangeiro: JOHN PEREZ MENESES Passaporte: XX3030658 Estrangeiro: LEOPOLDO DE LEON MANUAL Passaporte: XX2572935 Estrangeiro: MARCOS DINGCONG CASTOR Passaporte: XX3272065 Estrangeiro: RICHARD CASTRO FACUNDO Passaporte: XX1705752 Estrangeiro: ROBERTO VILLAS ALDAVE Passaporte: XX3941679, Processo: 46094014428201108 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/07/2012 Estrangeiro: CHRISTIAN CARLO QUITALLA BRIAGAS Passaporte: XX4012070 Estrangeiro: HILARION CALAYCO JAINAR Passaporte: EB0596363 Estrangeiro: JOSE RUSTY ARREGLO MENDOZA Passaporte: XX5328455 Estrangeiro: LEONARDO GABUYAN QUIJANO Passaporte: UU0939073 Estrangeiro: REYNALDO SALIGUMBA BAYO Passaporte: XX3636297, Processo: 46094014575201170 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDREW PATRICK MCGOVERN Passaporte: 463043236, Processo: 46094014574201125 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 31/10/2012 Estrangeiro: ANDREY VALCHEV PETROV Passaporte: 368652130 Estrangeiro: BRANIMIR RADOVIC Passaporte: 003469861 Estrangeiro: DANUT COSTIN Passaporte: 14678480 Estrangeiro: DOMAGOJ CAKARUN Passaporte: 003486500 Estrangeiro: GORAN KUMBUROVIC Passaporte: 003177003 Estrangeiro: IGOR ANCIC Passaporte: 224951755 Estrangeiro: IVICA MIROVIC Passaporte: 004179153 Estrangeiro: JANIS KRAUJINS Passaporte: LK0612847 Estrangeiro: JOSIP SKARAMUCA Passaporte: 004163410 Estrangeiro: KRZYSZTOF ADAM DARUL Passaporte: EA2365330 Estrangeiro: STIJEPO LALE Passaporte: 003679534 Estrangeiro: TOMISLAV MARKULIN Passaporte: 003935074 Estrangeiro: VEDRAN JONCIC Passaporte: 002982681 Estrangeiro: ZELJKO VANTIC Passaporte: 153009160, Processo: 46094015012201107 Empresa: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RAFAEL CERON REYES Passaporte: G04882506, Processo: 46094015004201152 Empresa: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TROY DONNY BURROUGHS Passaporte: 442587261, Processo: 46094015003201116 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/01/2012 Estrangeiro: ALVIN MILAGROSO PABLICO Passaporte: XX0648419 Estrangeiro: ANDRES AMARILLO RABARA Passaporte: XX2689276 Estrangeiro: TOMAS MORADOS LABORTE Passaporte: EB0160018, Processo: 46094015005201105 Empresa: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEJANDRO HERNANDEZ BERTHELY Passaporte: 08310002477, Processo: 46094015013201143 Empresa: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAMES PATRICK CORR JR Passaporte: 135831170, Processo: 46094015347201117 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA LTDA Prazo: até 27/06/2012 Estrangeiro: JERZY ANDRZEJ KWIATKOWSKI Passaporte: AT9744854 Estrangeiro: MAREK KURCZAK Passaporte: AD5211112 Estrangeiro: TOMASZ STANISLAW KLIMKIEWICZ Passaporte: AC6421553, Processo: 46094015350201131 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA LTDA Prazo: até 27/06/2012 Estrangeiro: IVAN FLETT Passaporte: 800489351 Estrangeiro: PETER BURNS Passaporte: 080138076, Processo: 46094015351201185 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA LTDA Prazo: até 27/06/2012 Estrangeiro: ANTHONY JOSEPH BACHOP Passaporte: EA448058, Processo: 46094015353201174 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA LTDA Prazo: até 27/06/2012 Estrangeiro: JOSHUE BAJA Passaporte: UU 0771749, Processo: 46094015348201161 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA LTDA Prazo: até 27/06/2012 Estrangeiro: DARIUSZ KULAS Passaporte: EA 3321348 Estrangeiro: IRENEUSZ MIROSLAW LISAK Passaporte: AB 8013416 Estrangeiro: MIROSLAW ANTONI SWEBOCKI Passaporte: AC 2441546, Processo: 46094015800201195 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 15/01/2013 Estrangeiro: JELMER KORT Passaporte: NX22B44L4, Processo: 46094015352201120 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA LTDA Prazo: até 27/06/2012 Estrangeiro: KRISTJAN KAPTEIN Passaporte: K3070172, Processo: 46094015273201119 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ZBIGNIEW ALEKSANDER BUDZYNSKI Passaporte: AU0957201, Processo: 46094014995201156 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROSELITO PAMOR DEMAGANTE Passaporte: EB0362022, Processo: 46094015011201154 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AKHILESHWER SINGH Passaporte: F9644744, Processo: 46094015330201160 Empresa: SEVAN MARINE SERVICOS DE PERFURACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STEWART JAMES MCLEAN Passaporte: 801536157, Processo: 46094014776201177 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: CARLO BIBAT BISNAR Passaporte: XX2218698, Processo: 46094015006201141 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JINWON KIM Passaporte: M06829142, Processo: 46094014971201105 Empresa: ASSO MARITIMA NAVEGACAO LTDA Prazo: até 07/05/2013 Estrangeiro: HANS JACOB PETERSEN Passaporte: 204420975 Estrangeiro: JAN NORDA Passaporte: 102129819 Estrangeiro: JOHNLEIV THOMSEN Passaporte: 204993725 Estrangeiro: MARNER ASI KJAERBAEK Passaporte: 200652062 Estrangeiro: PAETUR KLEIN JACOBSEN Passaporte: 201047911, Processo: 46094014858201111 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: PETER JAN KLIJN Passaporte: NP9F69B46, Processo: 46094014998201190 Empresa: PE-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/05/2012 Estrangeiro: ALESSANDRO CAULI Passaporte: 803018X, Processo: 46094014997201145 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BOGDAN STEFAN Passaporte: 15407597, Processo: 46094014999201134 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/10/2012 Estrangeiro: MAKSYM YEVDOSHCHENKO Passaporte: EK292933 Estrangeiro: OLEKSII KUDRIASHOV Passaporte: EA962344 Estrangeiro: OLEKSIY KULBIDA Passaporte: EK259623, Processo: 46094015002201163 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/12/0012 Estrangeiro: ALEMAR SADAYA DIANA Passaporte: XX2740377, Processo: 46094014775201122 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: PETER DANIEL GERHARDUS SWART Passaporte: 480293459, Processo: 46094015001201119 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANASTASIOS TSIAMPELAS Passaporte: AB9286476, Processo: 46094014996201109 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 12/06/2012 Estrangeiro: EMMANOUIL PATTAKOS Passaporte: AH3777006, Processo: 46094014963201151 Empresa: ASSO MARITIMA NAVEGACAO LTDA Prazo: até 07/05/2013 Estrangeiro: ALBERT ESPOLONG LIBO-ON Passaporte: XX4390634 Estrangeiro: AMBROSIO JR. ICAMINA YEBAN Passaporte: EB1019786 Estrangeiro: DANILO SABEJON RAGANAS Passaporte: XX4124608 Estrangeiro: EDILBERTO JR. FERNANDEZ VILLANUEVA Passaporte: EB0276808 Estrangeiro: FREDERICK AMPOYOS BARTOCILLO Passaporte: WW0086084 Estrangeiro: JOEL DENOPOL EBARLE Passaporte: UU0788403, Processo: 46094014993201167 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/10/2013 Estrangeiro: ACHYUT PARMESHWAR Passaporte: J7039075 Estrangeiro: ANIL KUMAR BOLLISETI Passaporte: Z1726276 Estrangeiro: PARMJIT SINGH Passaporte: F6196305, Processo: 46094014994201110 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/11/2012 Estrangeiro: ARTURO GALOSO ESPALDON Passaporte: EB2396610, Processo: 46094015148201117 Empresa: BOS NAVEGACAO S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAMES RONALD SKIMMING Passaporte: 453460758 Estrangeiro: JOHN CHARLES GARDNER Passaporte: 502224848 Estrangeiro: PAUL KARL WEISSENBORN Passaporte: 460869065, Processo: 46094014774201188 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: CLIFFORD RANSFORD JOSEY Passaporte: BA452111, Processo: 46094015268201114 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 31/03/2013 Estrangeiro: ELVINS DOMINGO MIA Passaporte: XX5510981, Processo: 46094015026201112 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MATTHEW CLAYTON KNIGHT Passaporte: 435420817, Processo: 46094015275201116 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 31/05/2012 Estrangeiro: PER NICKLAS CARLBOM Passaporte: 34604063, Processo: 46094015035201111 Empresa: WESTERNGECO SERVICOS DE SISMICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AYAN MALLICK Passaporte: H9845761 Estrangeiro: MARIUSZ JAN GOLAK Passaporte: EB5752976, Processo: 46094015262201139 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/09/2012 Estrangeiro: ANGELO SPADA Passaporte: A462475 Estrangeiro: DIEGO CLARA Passaporte: E881345 Estrangeiro: NICOLO PISANI Passaporte: 896072X, Processo: 46094015020201145 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: ROSS BRAITHWAITE Passaporte: 099017932, Processo: 46094015335201192 Empresa: MAERSK FPSO BRASIL SERVICOS DE PRODUCAO MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KEITH JAMES BAILEY Passaporte: 099183829, Processo: 46094015277201105 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/11/2012 Estrangeiro: RAMIL RANES DALUGDUGAN Passaporte: EA0038159, Processo: 46094015150201188 Empresa: FINARGE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 30/07/2012 Estrangeiro: ROBERTO PARODI Passaporte: YA1950936, Processo: 46094015261201194 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EFREN VISPERAS RAMOS Passaporte: UU0827044, Processo: 46094015151201122 Empresa: FINARGE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VITALIY SURGAY Passaporte: EK689108, Processo: 46094015276201152 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/11/2012 Estrangeiro: ROY DABALUS GONZALES Passaporte: XX0462264, Processo: 46094015461201147 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/01/2012 Estrangeiro: JOEFFREY ARGENOS JAYOMA Passaporte: XX3849263, Processo: 46094015149201153 Empresa: BOS NAVEGACAO S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HOLLINSWORTH ANSIL BELFON Passaporte: TA199986, Processo: 46094015799201107 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 18/10/2012 Estrangeiro: Eduard Willem van de Kuil Passaporte: NS4LH3JK3, Processo: 46094015403201113 Empresa: ENSCO BRAZIL-SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALAN JOHN BRAYNE Passaporte: M7997845 Estrangeiro: MARK DONAVAN BORDEN Passaporte: 450690731 Estrangeiro: PATRICK DOYLE NEW Passaporte: 451765185 Estrangeiro: PATRICK JAMES O´LEARY Passaporte: L4640201, Processo: 46094015021201190 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: GERALD EDWARD DESBOROUGH Passaporte: 099238443, Processo: 46094015022201134 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: RUDIARDO BAYLOSIS DIAMANTE Passaporte: XX4229234, Processo: 46094015264201128 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/10/2012 Estrangeiro: DMITRIY BOCHKOVSKIY Passaporte: 64N2460155, Processo: 46094015265201172 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NIKOLAY SACHKO Passaporte: 639305691, Processo: 46094015263201183 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 06/08/2011 Estrangeiro: ZVONIMIR GOJANOVIC-RAKIC Passaporte: 003547216, Processo: 46094015280201111 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/06/2011 Estrangeiro: CHRISTOPHE POL CHRISTIAN VAN DEN BERGHE Passaporte: EH131586 Estrangeiro: FRANCIS M. H. COENEN Passaporte: EG109408 Estrangeiro: JAN M. F. M. JANSSENS Passaporte: EG244661 Estrangeiro: KEVIN REYGAERTS Passaporte: EI129241 Estrangeiro: LEOPOLDUS P. C. DEPAEPE Passaporte: EF820465 Estrangeiro: MARIO MARTINE GUSTAAF MICHIELS Passaporte: EH132761 Estrangeiro: PATRICK POLYDOOR JAN VANTORRE Passaporte: EI654174 Estrangeiro: PIETER G. L. VAN LAER Passaporte: EG168438 Estrangeiro: PIETER HENDRIK ANGELE HENDRICKX Passaporte: EH675678 Estrangeiro: STEVEN BERT GELDOF Passaporte: EI578263, Processo: 46094015397201102 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 01/09/2012 Estrangeiro: GHEORGHE PASCARIU Passaporte: 12852457 Estrangeiro: ROBERT ZAWADZINSKI Passaporte: EA7189544, Processo: 46094015279201196 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/06/2011 Estrangeiro: ARTHUR VAN GANSEWINKEL Passaporte: NX94JB1D1 Estrangeiro: HAROLD LEENDERT HOOGENDOORN Passaporte: NY2JKD603 Estrangeiro: JUSTIN ALEXANDER DEITELZWEIG SENIOR Passaporte: NTKK42H69 Estrangeiro: TIM DEKKER Passaporte: BDJPL13H6, Processo: 46094015465201125 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EVGENY LOTARTSEV Passaporte: 63N1525221, Processo: 46094015469201111 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 05/01/2012 Estrangeiro: SACHIN SUDHAKAR PHUSE Passaporte: G9710689 Estrangeiro: SEBASTIAN CRUZ FERNANDES Passaporte: G5253422, Processo: 46094015459201178 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BJORN OVE RUUD Passaporte: 26360406, Processo: 46094015712201193 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALLAN DAVID STEWART Passaporte: 093068510, Processo: 46094015398201149 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 01/09/2012 Estrangeiro: MARCIN PIELA Passaporte: AV7142092 Estrangeiro: MATEUSZ KRZYSZTOF CHABIERA Passaporte: AK0007988, Processo: 46094015408201146 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/11/2012 Estrangeiro: ODDGEIR GULLHAUG Passaporte: 25931050, Processo: 46094015270201185 Empresa: GOLAR SERVICOS DE OPERACAO DE EMBARCACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RENATO DE LOS REYES ALAMAG Passaporte: XX4318317, Processo: 46094015278201141 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GERT BLUHM HANSEN Passaporte: 204621550, Processo: 46094015833201135 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 01/09/2012 Estrangeiro: ALEKSANDER SKIEPKO Passaporte: AD6290211 Estrangeiro: SLAWOMIR GONTARZ Passaporte: AL2340350, Processo: 46094015285201143 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: KEVIN JAMES WILKINSON Passaporte: 099232285, Processo: 46094016066201181 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BOGUSLAW JANUSZ NYDZA Passaporte: EB9109217, Processo: 46094015667201177 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DANDY BAYLE ONGO Passaporte: XX1447101 Estrangeiro: RAMIL MANAOG LADLAD Passaporte: VV0653529 Estrangeiro: RONALD ANGEL DUMALE Passaporte: XX0054969, Processo: 46094015462201191 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/11/2012 Estrangeiro: DANILO NANTA NAPUTOL Passaporte: VV0448841 Estrangeiro: GEORGE DUNGCA PATDU Passaporte: EB0492048, Processo: 46094015460201101 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/09/2011 Estrangeiro: JASJEET SINGH MAMIK Passaporte: G5088107 Estrangeiro: PARAG VIJAY GANGURDE Passaporte: F1585729, Processo: 46094015295201189 Empresa: RELIANCE SERVICOS MARITIMOS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NILS MAGNUS MAARTENSSON Passaporte: 63112801, Processo: 46094015468201169 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALWYN JOHANNES BORNMAN Passaporte: 460625070, Processo: 46094015464201181 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IAKOVOS CHAITOGLOU Passaporte: AH3360162, Processo: 46094015829201177 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 28/02/2013 Estrangeiro: GRZEGORZ JAN GRZEGOREK Passaporte: AT 3957786, Processo: 46094015402201179 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 05/01/2012 Estrangeiro: KISHORE JEYARAJ Passaporte: G1175666, Processo: 46094015458201123 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SERGEY SAFRONOV Passaporte: 629020287, Processo: 46094015604201111 Empresa: EXPRO DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 23/03/2012 Estrangeiro: RUBEN DARIO AÑEZ GOMEZ Passaporte: 3860310, Processo: 46094015284201107 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: STUART ANTHONY DUFFY Passaporte: 800361292 Estrangeiro: TOMMY LUDVIGSEN Passaporte: 25181843, Processo: 46094015283201154 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: TOM HELGESEN Passaporte: 27752316, Processo: 46094015466201170 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/11/2012 Estrangeiro: OLEKSANDR TYTYAYEV Passaporte: AK673061, Processo: 46094015399201193 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SOEREN LIND Passaporte: 200687306, Processo: 46094015467201114 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/11/2012 Estrangeiro: JULITO GATCHALIAN SAMANE Passaporte: XX4238279 Estrangeiro: LUTHER CALPAP YAOS Passaporte: XX4569688, Processo: 46094015463201136 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/01/2012 Estrangeiro: SERVANDO QUIMSON EVANGELISTA Passaporte: XX4229866, Processo: 46094015842201126 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 09/01/2012 Estrangeiro: ANDRIES HUISMAN Passaporte: BT4F9D8P4 Estrangeiro: PIETER WILLEM REITSMA Passaporte: BW3JDL601, Processo: 46094016258201198 Empresa: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSEPH BENJAMIN RODRIGUEZ Passaporte: 425784170, Processo: 46094015600201132 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: PAROLITO TORRES DURAN Passaporte: XX4810195, Processo: 46094015810201121 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 06/08/2011 Estrangeiro: FREDERICK OREIRO PIMENTEL Passaporte: UU0678261 Estrangeiro: NILO SANCHEZ GORUMBA Passaporte: XX2132197, Processo: 46094015812201110 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/09/2011 Estrangeiro: ABHINEET BHADAURIA Passaporte: H5998075 Estrangeiro: SOROKHAIBAM KANTA SINGH Passaporte: G0485928, Processo: 46094015593201179 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: ALLEN MARAÑON HERMINIGILDO Passaporte: XX4394490, Processo: 46094015832201191 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 01/09/2012 Estrangeiro: ALEKSANDER CEZARY JANCZUKOWICZ Passaporte: EA2957896, Processo: 46094015808201151 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DENIS MALTSEV Passaporte: 64Nº2797740, Processo: 46094015594201113 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: MICHAEL ALCOVERO MACASERO Passaporte: EB0888756, Processo: 46094015831201146 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 15/07/2012 Estrangeiro: WOJCIECH JAN BASINSKI Passaporte: AT5887366, Processo: 46094015601201187 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: LESTER FLORES APEROCHO Passaporte: XX0168354, Processo: 46094015815201153 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GREGORIO PENARANDA OBANA Passaporte: VV0111900, Processo: 46094015823201108 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Christopher Allen Johnson Passaporte: 430258350, Processo: 46094015676201168 Empresa: ASSO MARITIMA NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EVEN REMOEY Passaporte: 25214025, Processo: 46094015843201171 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 09/01/2012 Estrangeiro: HIELKE DIJKSTRA Passaporte: NX3RJ4728, Processo: 46094015598201100 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: JIMMY ENOC BONTUYAN Passaporte: XX0835969, Processo: 46094015597201157 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: CLEVE DIMITRI ROBERTSON Passaporte: 447156830, Processo: 46094015599201146 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: ANTHONY LANSANG CALILUNG Passaporte: XX3328644, Processo: 46094015825201199 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NICHOLAS WILLIAM KLEIN Passaporte: 134796355 Estrangeiro: STEWART DOUGLAS MARRIE Passaporte: WJ271857, Processo: 46094015595201168 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: JESSE SAN JUAN TIMONER Passaporte: XX1832546, Processo: 46094015596201111 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: NIGEL ROBERT MITTON Passaporte: 210709672, Processo: 46094016243201120 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KONSTANTINOS DIMIDIS Passaporte: AB6851346, Processo: 46094015828201122 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 17/05/2013 Estrangeiro: ALEXANDER MORISON BROOM Passaporte: 107656072 Estrangeiro: BJOERN ARVID SVENDSEN Passaporte: 26206781 Estrangeiro: JACOB MOELLER KRISTENSEN Passaporte: 202228963 Estrangeiro: KJELL OVE ANDERSEN Passaporte: 28336965 Estrangeiro: TOMMY INGAR OLSEN Passaporte: 27331703 Estrangeiro: VILLE PETTERI RIKKONEN Passaporte: PC1969280, Processo: 46094015814201117 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/10/2012 Estrangeiro: ANTONEL COMINOS Passaporte: 050433530, Processo: 46094015813201164 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/12/2012 Estrangeiro: EFREN BAGCAT GALANIDO Passaporte: XX4096084, Processo: 46094015811201175 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WILLIAM AQUINO ABUCAY Passaporte: XX2678397, Processo: 46094015824201144 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAVID ALEXANDER MC LEAN III Passaporte: 160450377 Estrangeiro: GIDEON CAPACIO ARAGON Passaporte: XX4529252 Estrangeiro: MARK ERIK BUSSER Passaporte: BX6DKKCF2 Estrangeiro: ROBERT ARGODS KUSKIS Passaporte: 212407242 Estrangeiro: ROBERT JOHN ROY Passaporte: 459149087, Processo: 46094015826201133 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GEVAN PATRICK BUSH Passaporte: 310251539, Processo: 46094015893201158 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: ARMINIUS THEODORUS GERARDUS JOANNES VAN DER MEULEN Passaporte: NM5C8C2K6, Processo: 46094015894201101 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SIMON JAMES JORDAN Passaporte: 099200571, Processo: 46094016265201190 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 22/12/2011 Estrangeiro: JOEY JOSTIM VAZ Passaporte: H9411524 Estrangeiro: RANJITH PETER KATTADY Passaporte: J3130398, Processo: 46094016181201156 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ENRIQUE JOSE VIDAL ANCEN Passaporte: 038739758, Processo: 46094016182201109 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TEOBALDO JOSE GERARDO MONASTERIOS FIGUEROA Passaporte: 031536479, Processo: 46094016240201196 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 31/03/2013 Estrangeiro: DENNIS DIAZ GAPUZ Passaporte: XX0219870, Processo: 46094016211201124 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 01/09/2012 Estrangeiro: LESZEK KLIMOWICZ Passaporte: AE3025211 Estrangeiro: TOMASZ ORZOLEK Passaporte: AM1358171, Processo: 46094016188201178 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STEPHEN WILLIAM JAMES CRICHTON Passaporte: 094295388, Processo: 46094016189201112 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BRIAN YDER Passaporte: 205076985, Processo: 46094016246201163 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/12/2012 Estrangeiro: ODIE PORRAS PORAL Passaporte: EB2310352 Estrangeiro: RESTITUTO JR. BALITOR JAEN Passaporte: XX5699254, Processo: 46094016245201119 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FELIPE MAALA MARASIGAN Passaporte: XX3870689 Estrangeiro: MELVIN PAGKALIWAGAN JUMARANG Passaporte: XX2065446, Processo: 46094016076201117 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: MATTHEW ALEXANDER YOUNG Passaporte: 505203232, Processo: 46094016244201174 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/11/2012 Estrangeiro: NELSON JR SOTTO PASCUAL Passaporte: UU0003731, Processo: 46094016075201172 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: DEXTER CABARDO BAGAINDOC Passaporte: XX1201892, Processo: 46094016250201121 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/11/2012 Estrangeiro: JOEL GIMENO ALMIRA Passaporte: XX5674962 Estrangeiro: ROBERTO BARCELON PEÑAFLOR Passaporte: EB0575497, Processo: 46094016272201191 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RENATO ROSAL UBARRO Passaporte: XX0199990, Processo: 46094016264201145 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KEVIN MCCOOL Passaporte: 801534933, Processo: 46094016252201111 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 16/10/2012 Estrangeiro: MANOLITO PANINGBATAN CARANO-O Passaporte: WW0086405, Processo: 46094016253201165 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 06/08/2011 Estrangeiro: HENRIK DODIG Passaporte: PB0620139, Processo: 46094016251201176 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER ABANTAO MACAIRAN Passaporte: UU0129522 Estrangeiro: DISSON CAVAN TAYONG Passaporte: XX3914054 Estrangeiro: IRVING CABICO CAMPOMAYOR Passaporte: XX4663648 Estrangeiro: MARNILO DARILAY ARELLANO Passaporte: EB0386590, Processo: 46094016237201172 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDREAS GEORGIOS KATSIAMPANIS Passaporte: AH2682066, Processo: 46094016239201161 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KONSTANTINOS MANATOS Passaporte: AH2788329, Processo: 46094016238201117 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ATHANASIOS KLOUTSOUNIOTIS Passaporte: AB1946832, Processo: 46094016255201154 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Erlan Boris Pakpahan Passaporte: A0181751, Processo: 46094016247201116 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHANDRAHASA AIL BATHERI JOGI Passaporte: G7544865, Processo: 46094016233201194 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ADAM SERIKAL Passaporte: E3701190 Estrangeiro: ANJANI KUMAR Passaporte: Z087370 Estrangeiro: RAJESH KRISHNAN Passaporte: F0666450 Estrangeiro: SATHYA NARAYANAN THANDRI VIAYARAGHAVAN Passaporte: G3050764 Estrangeiro: SHAID SAYED Passaporte: G0589699 Estrangeiro: ZAKIR HUSSAIN KAPDI Passaporte: E2507333.

Temporário - Sem Contrato - RN 79 - Resolução Normativa, de 12/08/2008:

Processo: 46094010663201101 Empresa: VALE S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LOUW MATTHEUS OLIVIER Passaporte: 447767519, Processo: 46094015039201191 Empresa: VALE S.A. Prazo: 18 Mês(es) Estrangeiro: CRISPIN PIKE Passaporte: WK439296.

Temporário - Sem Contrato - RN 87 - Resolução Normativa, de 15/09/2010:

Processo: 46094009148201170 Empresa: SERAC DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GAEL LAUMOND Passaporte: 09AX19195, Processo: 46094010059201176 Empresa: VILMORIN DO BRASIL COMERCIO DE SEMENTES LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CEDRIC VICTOR MAURICE LORIER Passaporte: 07AV13236, Processo: 46094013224201141 Empresa: MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA. Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: ERIK AMEDE ALBERT SLABBINCK Passaporte: EH115916, Processo: 46094012418201120 Empresa: SKF DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Natalia Ferrero Passaporte: 31913532N, Processo: 46094013865201104 Empresa: HITACHI HIGH-TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RYO MIYATA Passaporte: TH4312293, Processo: 46094015198201196 Empresa: IDEMITSU LUBE SOUTH AMERICA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SHINICHI YOSHIDA Passaporte: TK0250223, Processo: 46094015211201115 Empresa: GENERAL ELECTRIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Anthony Jude Querciagrossa Passaporte: 476724296, Processo: 46094015207201149 Empresa: GENERAL ELECTRIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Connor Patrick Henley Passaporte: 028257637, Processo: 46094015205201150 Empresa: GENERAL ELECTRIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Daniel Oren Williams Passaporte: 216100882, Processo: 46094015202201116 Empresa: GENERAL ELECTRIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Harkerat S Bains Passaporte: 095858695, Processo: 46094015203201161 Empresa: GENERAL ELECTRIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Patrick Russell Mc Gowan Passaporte: 134353840, Processo: 46094015212201151 Empresa: GENERAL ELECTRIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jennifer Rachel Cipolla Passaporte: 421034362, Processo: 46094015204201113 Empresa: GENERAL ELECTRIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Frédéric Luc Martine Maurice Peeters Passaporte: EH576848, Processo: 46094015209201138 Empresa: GENERAL ELECTRIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Michael Patrick Finnerty Passaporte: 458151127, Processo: 46094015208201193 Empresa: GENERAL ELECTRIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Shoaib Muhammad Khan Passaporte: MH4102962, Processo: 46094015839201111 Empresa: GENERAL ELECTRIC DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: Manuel Alejandro Zavala Becerra Passaporte: 07140183664, Processo: 46094015841201181 Empresa: GE HEALTHCARE DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: Ursula Maria Diez Canseco Brambilla Passaporte: 3823028, Processo: 46094016321201196 Empresa: GENERAL ELECTRIC DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: Peter Bannerman Hamilton Passaporte: 469542020.

Permanente - Com Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997:

Processo: 46094016812201137 Empresa: UNIVERSIDADE DE SAO PAULO Prazo: Indeterminado Estrangeiro: TARAN GRANT Passaporte: BA670735, Processo: 46207003455201122 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FABIO ALEXANDER FAJARDO MOLINARES Passaporte: 8642807, Processo: 46207004331201164 Empresa: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO CIENCIA E TECNOLOGIA DO ESPIRITO SANTO Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Helder Roberto de Oliveira Rocha Passaporte: J087488.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso I):

Processo: 46094012679201140 Empresa: A TEC GRECO PROJETOS E EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Thomas Liebert Passaporte: S1007803.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso II):

Processo: 46094006171201111 Empresa: RICOH BRASIL S.A. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: HIDEO MATSUMOTO Passaporte: TZ0523911, Processo: 46094007228201191 Empresa: KOPRON DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS DE LOGISTICA LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: GIACOMO NICCOLAI Passaporte: E014164, Processo: 46094009576201101 Empresa: ANDRITZ HYDRO BRASIL LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: ANDREAS PETER WAKOLBINGER Passaporte: P3235220, Processo: 46094010736201156 Empresa: MITSUI SUMITOMO INSURANCE COMPANY LIMITED - ESCRITORIO DE REPRESENTACAO NO BRASIL LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: KEIICHI HARA Passaporte: TK3604267, Processo: 46094012882201116 Empresa: TRBR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: KAZUNOBU NONOYAMA Passaporte: TK3258589, Processo: 46094012885201150 Empresa: TRBR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: HIROSHI FUKAGAWA Passaporte: TG5950406, Processo: 46094012924201119 Empresa: MITSUI & CO. (BRASIL) S.A. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: YASUTAKA KINOSHITA Passaporte: TH4720194, Processo: 46094011515201103 Empresa: SISTEM DO BRASIL ACESSORIOS PNEUMATICOS LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: FEDERICO GAMBERINI Passaporte: 860484W, Processo: 46094012883201161 Empresa: TRBR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: YOSHIO KASUMI Passaporte: TK3537021, Processo: 46094012139201166 Empresa: NISSIN BRAKE DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: NOBUO HASHIMOTO Passaporte: TK4083863, Processo: 46094013048201148 Empresa: MUSASHI DA AMAZONIA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SHINYA HARA Passaporte: TH2439743, Processo: 46094013033201180 Empresa: LOGISTICA SUMARE LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: TOSHIAKI AKIYAMA Passaporte: TK3668697, Processo: 46094012738201180 Empresa: ESPOBRAS - CONSTRUCAO E INCORPORACAO LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Pedro Eurico Sarmento Forte Ivo de Carvalho Passaporte: H196281, Processo: 46094013533201111 Empresa: SINOCHEM PEREGRINO CONCESSIONARIA DE PETROLEO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LI YONG Passaporte: P 01199181, Processo: 46094013330201125 Empresa: SINOCHEM PEREGRINO CONCESSIONARIA DE PETROLEO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LI HUI Passaporte: P 01201992, Processo: 46094012631201131 Empresa: METAL ONE DO BRASIL REPRESENTACAO COMERCIAL DE PRODUTOS SIDERURGICOS LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: YOSHIO KANAMARU Passaporte: TG 6300851, Processo: 46094012633201121 Empresa: NIPPON STEEL EMPREENDIMENTOS SIDERURGICOS LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: TATSUYA MIYAHARA Passaporte: TG 4432949, Processo: 46094012632201186 Empresa: NIPPON STEEL EMPREENDIMENTOS SIDERURGICOS LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: RYOJI ONODERA Passaporte: TK 4169293, Processo: 46094012634201175 Empresa: MIMAKI BRASIL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: HIROKI YOSHIDA Passaporte: TG 4165819, Processo: 46094012601201125 Empresa: GIOBERT DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: FRANCESCO AMATO Passaporte: AA4263157, Processo: 46094012965201113 Empresa: ESSENTIUM INCORPORACAO IMOBILIARIA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ALVARO CASTROMAN POLLERO Passaporte: BB624085, Processo: 46094012935201107 Empresa: JUNO BUSINESS PARTNERS CONSULTORIA E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: WILLIAM JOHN WATTIE Passaporte: LA445415, Processo: 46094012807201155 Empresa: AUTOMATION & ROBOTICS DO BRASIL MANUTENCAO DE MAQUINAS E INSTRUMENTOS OPTICOS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JEAN-LOUIS G. G. G. DAUSSOGNE Passaporte: EG405093.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 8°):

Processo: 46094010677201116 Empresa: MAGNESITA REFRATARIOS S.A. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: YVES YAN HOFFSTETTER Passaporte: 09PV62103.

Permanente - Sem Contrato - RN 84 - Resolução Normativa, de 10/02/2009:

Processo: 46094005384201117 Empresa: JBG ARTIGOS PARA PRESENTES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: BING LIN Passaporte: G30399459, Processo: 46094012535201193 Empresa: FRO CORPORATION HOTELARIA LTDA. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: Christian Rangen Passaporte: 26791080, Processo: 46094009834201141 Empresa: YELIN BAZAR LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: RENJIN XIE Passaporte: G38673177, Processo: 46094009835201195 Empresa: YELIN BAZAR LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: XIUZHEN LIN Passaporte: G02898919, Processo: 46094009836201130 Empresa: YELIN BAZAR LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: QINGFENG YE Passaporte: G28748398, Processo: 46094012536201138 Empresa: FRO CORPORATION HOTELARIA LTDA. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: Iren Elisabeth Øvstebø Passaporte: 20804417, Processo: 46094012566201144 Empresa: CASA DE CARNES 1 DE MAIO LTDA Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: JOSE AUGUSTO AMARAL CARRAPIÇO Passaporte: G776304, Processo: 46094010562201121 Empresa: C.Y.B. COMERCIO DE PRESENTES LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: XIANGQIN GAO Passaporte: G 25391225, Processo: 46094010561201187 Empresa: C.Y.B. COMERCIO DE PRESENTES LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MEIQIN LIN Passaporte: G 38668308, Processo: 46094010560201132 Empresa: C.Y.B. COMERCIO DE PRESENTES LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: YAOBO CHEN Passaporte: G36454477.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: Manuel Alfonso Colmenares Aponte a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Estatutário na SPI LATIN AMERICA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA Processo: 46094.007538/2011-13 anteriormente autorizado através do Processo: 46094.007536/2011-16.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: Manuel Alfonso Colmenares Aponte a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Estatutário na SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS DE INOVACAO LTDA. Processo: 46094.007539/2011-50, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.007536/2011-16.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: David McGregor Mitchell a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Financeiro na SIIF CINCO GERACAO E COMERCIALIZACAO DE ENERGIA S.A. Processo: 46094.006369/2011-96, anteriormente autorizado através do Processo: 46000.013691/2010-92.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: David McGregor Mitchell a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Financeiro na EOLICA PARACURU GERACAO E COMERCIALIZACAO DE ENERGIA S.A. Processo: 46094.006368/2011-41, anteriormente autorizado através do Processo: 46000.013691/2010-92.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: David McGregor Mitchell a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Financeiro na EOLICA FORMOSA GERACAO E COMERCIALIZACAO DE ENERGIA S.A. Processo: 46094.006370/2011-11, anteriormente autorizado através do Processo: 46000.013691/2010-92.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: CARLOS ALBERTO MENDES DOS SANTOS GOMES a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Geral na PEUGEOT CITROEN COMERCIAL EXPORTADORA LTDA. Processo: 46094.002754/2011-64, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.000069/2010-12.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: MASAKI KONDO a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na AGREX DO BRASIL COMERCIO E EXPORTACAO DE GRAOS LTDA Processo: 46094.009224/2011-47, anteriormente autorizado através do Processo: 46000.007781/2008-20.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: TERUHIKO YASUI a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na AGREX DO BRASIL COMERCIO E EXPORTACAO DE GRAOS LTDA Processo: 46094.009223/2011-01, anteriormente autorizado através do Processo: 46000.012403/2008-68.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: NAOKI YOSHIZUMI a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na AGREX DO BRASIL COMERCIO E EXPORTACAO DE GRAOS LTDA Processo: 46094.009222/2011-58, anteriormente autorizado através do Processo: 46000.007783/2008-19.

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA

IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

PORTARIA Nº 232, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Disponibiliza para consulta pública o texto técnico básico de criação de Norma Regulamentadora sobre Trabalho em Altura.

O SECRETÁRIO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO SUBSTITUTO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 14, inciso II, do Anexo I do Decreto n.º 5.063, de 3 de maio de 2004, e em face do disposto no art. 200 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 e no art. 4º da Portaria MTE n.º 1.127, de 02 de outubro de 2003, resolve:

Art. 1º Disponibilizar para consulta pública o texto técnico básico para criação da Norma Regulamentadora sobre Trabalho em Altura, disponível no sitio: http://portal.mte.gov.br/legislacao/normas-regulamentadoras-1.htm.

Art. 2º Fixar o prazo de sessenta dias, após a publicação deste ato, para o recebimento de sugestões ao texto, que deverão ser encaminhadas para o e-mail: normatizacao.sit@mte.gov.br ou via correio para o endereço: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, Coordenação-Geral de Normatização e Programas (Esplanada dos Ministérios - Bloco ″F″ - Anexo ″B″ - 1º Andar - Sala 107 - CEP 70059-900 - Brasília/DF).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO BIGNAMI

PORTARIA Nº 233, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Estabelece a competência e a composição da Comissão Nacional Tripartite Temática da Norma Regulamentadora n.º 12.

O SECRETÁRIO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO SUBSTITUTO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 14, inciso II, do Anexo I do Decreto n.º 5.063, de 03 de maio de 2004 e em face do disposto no art. 9º da Portaria MTE n.º 1.127, de 03 de outubro de 2003, resolve:

Art. 1º A Comissão Nacional Tripartite Temática da Norma Regulamentadora n.º 12 - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos - (CNTT NR-12), criada pela Portaria SIT n.º 197, de 17 de dezembro de 2010, tem por competência:

I - elaborar e divulgar instrumentos e materiais consultivos que contribuam para a implementação do disposto na Norma Regulamentadora n.º 12;

II - incentivar a realização de estudos e debates visando ao aprimoramento permanente da legislação;

III - avaliar distorções ou efeitos não previstos ou não pretendidos da regulamentação;

IV - sugerir, quando necessária e ouvida a Comissão Tripartite Paritária Permanente - CTPP, a criação de grupos de trabalho, subcomissões e comissões estaduais ou regionais; e

V - contribuir para a melhoria e aperfeiçoamento das práticas da regulamentação, propondo atualizações ou alterações na legislação.

Art. 2º A CNTT da NR-12 compõe-se de cinco membros titulares representantes das bancadas de Governo, dos Empregadores e dos Trabalhadores, nomeados pela Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT, conforme indicação formal do Coordenador da bancada na CTPP.Art. 3º A CNTT da NR-12 obedecerá ao regimento interno das Comissões Nacionais Tripartites Temáticas estabelecido pela Portaria SIT n.º 186, de 28 de maio de 2010.

Art. 4º A CNTT da NR-12 será coordenada por representante da bancada do Governo, designado pelo Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho - DSST / SIT.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RENATO BIGNAMI

PORTARIA Nº 234, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Constitui e estabelece a competência e a composição da Comissão Nacional Tripartite Temática da Norma Regulamentadora n.º 13.

O SECRETÁRIO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO SUBSTITUTO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 14, inciso II, do Anexo I do Decreto n.º 5.063, de 03 de maio de 2004 e em face do disposto no art. 9º da Portaria MTE n.º 1.127, de 03 de outubro de 2003, resolve:

Art. 1º Constituir a Comissão Nacional Tripartite Temática da Norma Regulamentadora n.º 13 - Caldeiras e Vasos de Pressão - (CNTT NR-13).

Art. 2º A CNTT NR-13 tem por competência:

I - elaborar e divulgar instrumentos e materiais consultivos que contribuam para a implementação do disposto na Norma Regulamentadora n.º 13;

II - incentivar a realização de estudos e debates visando ao aprimoramento permanente da legislação;

III - avaliar distorções ou efeitos não previstos ou não pretendidos da regulamentação;

IV - sugerir, quando necessária e ouvida a Comissão Tripartite Paritária Permanente - CTPP, a criação de grupos de trabalho, subcomissões e comissões estaduais ou regionais; e

V - contribuir para a melhoria e aperfeiçoamento das práticas da regulamentação, propondo atualizações ou alterações na legislação.

Art. 3º A CNTT da NR-13 compõe-se de quatro membros titulares representantes das bancadas de Governo, dos Empregadores e dos Trabalhadores, nomeados pela Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT, conforme indicação formal do Coordenador da bancada na CTPP.

Art. 4º A CNTT da NR-13 obedecerá ao regimento interno das Comissões Nacionais Tripartites Temáticas estabelecido pela Portaria SIT n.º 186, de 28 de maio de 2010.

Art. 5º A CNTT da NR-13 será coordenada por representante da bancada do Governo, designado pelo Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho - DSST / SIT.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RENATO BIGNAMI

PORTARIA Nº 235, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Estabelece a competência e a composição da Comissão Nacional Tripartite Temática da Norma Regulamentadora n.º 34.

O SECRETÁRIO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO SUBSTITUTO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 14, inciso II, do Anexo I do Decreto n.º 5.063, de 03 de maio de 2004 e em face do disposto no art. 9º da Portaria MTE n.º 1.127, de 03 de outubro de 2003, resolve:

Art. 1º A Comissão Nacional Tripartite Temática da Norma Regulamentadora n.º 34 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção e Reparação Naval - (CNTT NR-34), criada pela Portaria SIT n.º 200, de 20 de janeiro de 2011, tem por competência:

I - elaborar e divulgar instrumentos e materiais consultivos que contribuam para a implementação do disposto na Norma Regulamentadora n.º 34;

II - incentivar a realização de estudos e debates visando ao aprimoramento permanente da legislação;

III - avaliar distorções ou efeitos não previstos ou não pretendidos da regulamentação;

IV - sugerir, quando necessária e ouvida a Comissão Tripartite Paritária Permanente - CTPP, a criação de grupos de trabalho, subcomissões e comissões estaduais ou regionais; e

V - contribuir para a melhoria e aperfeiçoamento das práticas da regulamentação, propondo atualizações ou alterações na legislação.

Art. 2º A CNTT da NR-34 compõe-se de cinco membros titulares representantes das bancadas de Governo, dos Empregadores e dos Trabalhadores, nomeados pela Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT, conforme indicação formal do Coordenador da bancada na CTPP.

Art. 3º A CNTT da NR-34 obedecerá ao regimento interno das Comissões Nacionais Tripartites Temáticas estabelecido pela Portaria SIT n.º 186, de 28 de maio de 2010.

Art. 4º A CNTT da NR-34 será coordenada por representante da bancada do Governo, designado pelo Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho - DSST / SIT.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RENATO BIGNAMI

Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 2.083, DE 8 DE JUNHO DE 2011

Adita o Termo de Autorização nº 571-ANTAQ, que autorizou o empresário individual Pedro Iran Pereira Espírito Santo, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviço de transporte de passageiros, veículos e cargas na navegação interior de travessia interestadual, na Bacia Araguaia-Tocantins, sobre o rio Araguaia, entre os municípios de São Geraldo do Araguaia-PA e Xambioá-TO.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.001065/2009-11 e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Navegação Interior, conforme delegação contida na Portaria nº 033/2009-DG, de 23 de janeiro de 2009, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº. 571-ANTAQ, de 7 de agosto de 2009, passando a vigorar na forma e condições fixadas no 1º Termo Aditivo do referido Termo de Autorização, em decorrência de alteração do esquema operacional, das embarcações e do Contrato Social.

Art. 2º O Termo Aditivo de que trata o artigo anterior entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.084, DE 3 DE JUNHO DE 2011

Adita o Termo de Autorização nº 578-ANTAQ, que autorizou a empresa DINIZ NAVEGAÇÃO LTDA., a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviço de transporte de passageiros e misto na navegação interior de percurso longitudinal interestadual, na bacia amazônica, entre os municípios de Santarém-PA e Manaus-AM.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50306.001018/2009-17 e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Navegação Interior, conforme delegação contida na Portaria nº 033/2009-DG, de 23 de janeiro de 2009, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 578-ANTAQ, de 19 de agosto de 2009, passando a vigorar na forma e condições fixadas no 4º Termo Aditivo do referido Termo de Autorização, em decorrência de substituição de embarcação.

Art. 2º O Termo Aditivo de que trata o artigo anterior entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

1º ADITAMENTO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 571, DE 7 DE AGOSTO DE 2009

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 4º, inciso VI, do Regimento Interno, e com base nos arts. 43 e 44 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001 e com base na Resolução nº 1.274-ANTAQ, de 3 de fevereiro de 2009, e no regulamento aplicável, e considerando o que consta do Processo nº 50300.001065/2009-11 e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Navegação Interior, conforme delegação contida na Portaria nº 033/2009-DG, de 23 de janeiro de 2009, resolve:

I - Aditar o Termo de Autorização nº 571-ANTAQ, de 7 de agosto de 2009, para alterar o referido Termo de Autorização que passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - Autorizar a empresa PIPES EMPREENDIMENTOS LTDA., CNPJ nº 06.065.767/0001-85, doravante denominada Autorizada, com sede na Praça Goiás nº 15, Centro, Carolina-MA, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviço de transporte de passageiros, veículos e cargas na navegação interior de travessia interestadual, na Bacia Tocantins-Araguaia, sobre o rio Araguaia, entre os municípios de São Geraldo do Araguaia-PA e Xambioá-TO.

II - A presente Autorização, será exercida em regime de liberdade de preços, cumprindo à ANTAQ reprimir toda prática prejudicial à livre competição, bem assim o abuso do poder econômico, adotando-se nestes casos as providências previstas no art. 31 da Lei nº 10.233, de 2001.

III - Esta autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção da Autorizada, ou pela ANTAQ, por via de anulação ou cassação, mediante processo regular, na forma do disposto no art. 20, da citada Resolução nº 1.274-ANTAQ.

IV - A prestação do serviço será realizada com a utilização das embarcações PIPES 33, PIPES 36, PIPES 40, PIPES 41, PIPES 56, PIPES 98, PIPES 106, PIPES 109, PIPES 140 e PIPES 142, e conforme frequência do esquema operacional apresentado pela empresa, abaixo relacionado:

ESQUEMA OPERACIONAL (LINHA SÃO GERALDO DO ARAGUAIA-PA-XAMBIOÁ-TO):

DIA DA SEMANA	FREQUÊNCIA DE VIAGENS
Segunda-feira	118
Terça-feira	120
Quarta-feira	122
Quinta-feira	108
Sexta-feira	124
Sábado	132
Domingo	116

V - A Autorizada deverá manter em local visível das embarcações e nos postos de venda de passagens o quadro de horários de saída, os preços a serem cobrados pela prestação do serviço, o número do respectivo documento de outorga e o telefone da Ouvidoria da ANTAQ, 0800 644 5001.

VI - A Autorizada fica obrigada a enviar à ANTAQ, semestralmente e quando solicitado pela ANTAQ, as informações coletadas na forma do disposto no inciso VIII do art. 14 da Norma já citada.

VII - A Autorizada deve informar à ANTAQ, qualquer ocorrência de mudança de endereço, qualquer interrupção da prestação dos serviços autorizados e alterações de qualquer tipo na frota em operação, observado o prazo que a Norma estabelece.

VIII - O descumprimento de qualquer disposição legal, regulamentar ou dos termos e condições expressas ou decorrentes deste Termo de Autorização implicará na aplicação das penalidades de que trata o Capítulo V da Norma já citada, observado o devido processo legal.

IX - O presente Termo de Autorização entra em vigor na data de sua publicação, importando o início dos serviços em plena aceitação pela Autorizada das condições nele estabelecidas."

II - O presente Termo Aditivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

4º ADITAMENTO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 578, DE 19 DE AGOSTO DE 2009

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 4º, inciso VI, do Regimento Interno, e com base nos arts. 43 e 44 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001 e com base na Resolução nº 912-ANTAQ, de 23 de novembro de 2007, e no regulamento aplicável, e considerando o que consta do Processo nº 50306.001018/2009-17 e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Navegação Interior, conforme delegação contida na Portaria nº 033/2009-DG, de 23 de janeiro de 2009, resolve:

I - Aditar o Termo de Autorização nº 578-ANTAQ, de 19 de agosto de 2009, para alterar o referido Termo de Autorização que passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - Autorizar a empresa DINIZ NAVEGAÇÃO LTDA., CNPJ nº 03.246.314/0001-67, doravante denominada Autorizada, com sede à av. São Sebastião nº 1.568, Aldeia, Santarém-PA, a operar por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviço de transporte de passageiros e misto na navegação interior de percurso longitudinal interestadual, na Bacia Amazônica, entre os municípios de Santarém-PA e Manaus-AM.

II - A presente Autorização será exercida em regime de liberdade de preços, cumprindo a ANTAQ reprimir toda prática prejudicial à livre competição, bem assim o abuso do poder econômico, adotando-se nestes casos as providências previstas no art. 31 da Lei nº 10.233, de 2001.

III - Esta autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção do Autorizado, ou pela ANTAQ, por via de anulação ou cassação, mediante processo regular, na forma do disposto no art. 18, da Norma aprovada pela Resolução nº 912-ANTAQ.

IV - A prestação do serviço será realizada com a utilização da embarcação SAN MARINO II e ocorrerá conforme o esquema operacional apresentado pela empresa, abaixo relacionado:

ESQUEMA OPERACIONAL (LINHA SANTARÉM-PA A MANAUS-AM)					
PARTIDA			CHEGADA		
LOCAL	DIA DA SEMANA	HORÁRIO	LOCAL	DIA DA SEMANA	HORÁRIO
Santarém-PA	3ª feira	13:00	Óbidos-PA	3ª feira	20:00
Óbidos-PA	3ª feira	20:30	Juruti-PA	4ª feira	01:30
Juruti-PA	4ª feira	02:00	Parintins-AM	4ª feira	07:00
Parintins-AM	4ª feira	07:30	Itacoatiara-AM	4ª feira	21:00
Itacoatiara-AM	4ª feira	21:30	Manaus-AM	5ª feira	09:00
Manaus-AM	Sábado	13:00	Itacoatiara-AM	Sábado	21:00
Itacoatiara-AM	Sábado	21:15	Parintins-AM	Domingo	06:00
Parintins-AM	Domingo	06:30	Juruti-PA	Domingo	11:30
Juruti-PA	Domingo	12:00	Óbidos-PA	Domingo	15:00
Óbidos-PA	Domingo	15:30	Santarém-PA	Domingo	20:00

V - A Autorizada fica obrigada a enviar à ANTAQ, bimestralmente, as informações discriminadas no inciso IX do art. 12 da Norma já citada.

VI - A Autorizada deverá manter em local visível da embarcação e nos postos de venda de passagens o quadro de horários de saída, os preços a serem cobrados pela prestação do serviço, o número do respectivo documento de outorga e o telefone da Ouvidoria da ANTAQ, 0800 644 5001.

VII - A Autorizada deve informar à ANTAQ, qualquer ocorrência de mudança de endereço, qualquer interrupção da prestação do serviço autorizado e alterações de qualquer tipo na frota em operação, observado o prazo que a Norma estabelece.

VIII - O descumprimento de qualquer disposição legal, regulamentar ou dos termos e condições expressas ou decorrentes deste Termo de Autorização implicará na aplicação das penalidades de que trata o Capítulo V da Norma já citada, observado o devido processo legal.

IX - O presente Termo de Autorização entra em vigor na data de sua publicação, importando o início dos serviços em plena aceitação pela Autorizada das condições nele estabelecidas."

II - O presente Termo Aditivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

PORTARIA Nº 103, DE 8 DE JUNHO DE 2011

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o art. 26 do Regimento Interno aprovado pela Resolução ANTT nº 3.000, de 28 de janeiro de 2009, e alterações posteriores, considerando a disponibilização de recursos adicionais pelo Ministério dos Transportes e a fim de priorizar as ações de fiscalização, resolve:

Art. 1º Alterar o limite de empenho das despesas relativas a diárias e passagens aéreas e terrestres, fixados pela Portaria 65 de 1º de abril de 2011, das Unidades Gestoras Responsáveis relacionadas no Anexo desta Portaria.

Art. 2º Alterar o artigo 4º da Portaria 65 de 1º de abril de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º A Superintendência de Gestão poderá promover ajustes nos valores estabelecidos para cada Unidade, tendo em vista o encaminhamento de solicitação justificada da área interessada, até os limites fixados pelo Ministério dos Transportes para estas despesas."

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BERNARDO FIGUEIREDO

ANEXO

LIMITES PARA MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
DIÁRIAS E PASSAGENS

R$ 1,00

UNIDADES GESTORAS RESPONSÁVEIS		LIMITES
393070	SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO	1.025.685
393069	SUPERINTENDÊNCIA EXPL INFRA-ESTRUTURA	325.000
393073	SUPERINTENDÊNCIA SERV.TRANSP.CARGAS	274.315
393074	SUPERINTENDÊNCIA SERV.TRANSP.PASSAGEIROS	105.000

Conselho Nacional do Ministério Público

PORTARIA Nº 54, DE 8 DE JUNHO DE 2011

Dispõe sobre a regulamentação interna acerca da implementação dos cargos em comissão e das funções de confiança, no ano de 2011, nos termos do Art. 3º da Lei nº 12.412, de 31 de maio de 2011.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, com fundamento no art. 130-A da Constituição Federal, no art.5º da Lei 12.412, de 31 de maio de 2011, e no art. 29, incisos XIV a XX, do Regimento Interno do CNMP,

Considerando o orçamento próprio do Conselho Nacional do Ministério Público, determinado pela Lei Orçamentária Anual nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011;

Considerando o disposto nos §§ 1º e 2º, do art. 2º, e art. 6º da Lei nº 12.412, de 31 de maio de 2011, que condicionam a criação dos cargos e funções previstos no mesmo art. 1º à existência de dotação orçamentária suficiente e existente para o seu provimento;

Considerando o disposto no art. 3º da Lei nº 12.412, de 31 de maio de 2011, que determinou a absorção, pela respectiva lei, dos cargos comissionados e funções de confiança criados pela Lei nº 11.967, de 06 de julho de 2009, nos termos da estrutura organizacional do Conselho Nacional do Ministério Público criada pelo Anexo único da Lei nº 12.412/2011;

Considerando a determinação contida no art. 5º da Lei nº 12.412, de 31 de maio de 2011, de que o Conselho Nacional do Ministério Público baixará as instruções necessárias à implementação dos cargos e funções criados; Resolve:

Art. 1º Regulamentar, por meio da presente Portaria, o provimento dos cargos em comissão e funções de confiança do quadro próprio de pessoal do Conselho Nacional do Ministério Público, conforme o disposto no art. 3º da da Lei nº 12.412, de 31 de maio de 2011, e seu Anexo único, para o ano de 2011.

Art. 2º As nomeações dos cargos em comissão e designações de servidores para funções de confiança, criados pela Lei nº 11.967, de 06 de julho de 2009, e pela Lei nº 12.412, de 31 de maio de 2011, dar-se-ão conforme dotação orçamentária prevista para o presente ano, e no quantitativo determinado no Anexo único da presente portaria.

Art. 3º Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS

ANEXO
(Art. 2º da Portaria nº 54, de 8 de junho de 2011)

CARGOS	CARGOS (Lei nº 11.967/2009)	PROVIMENTOS 2011 (Lei nº 12.412/2011)	TOTAL
CC 7	1	-	1
CC 6	1	3	4
CC 5	2	6	8
CC 4	15	2	17
CC 3	3	23	26
CC 2	-	2	2
CC 1	-	2	2
FC 3	15	7	22
FC 2	2	-	2
TOTAL	39	45	84

PLENÁRIO

SESSÕES DE DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DE PROCESSOS

Sessão: 839 Data:06/06/2011 Hora:15:49

RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS
Processo : 0.00.000.000098/2011-66
Tipo Proc: Recurso interno - REC
Origem : Brasília
Relator : Mario Luiz Bonsaglia
Processo : 0.00.000.000778/2011-80
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Brejo Santo/CE
Relator : Taís Schilling Ferraz
Processo : 0.00.000.002025/2010-28
Tipo Proc: Recurso interno - REC
Origem : São Paulo/SP
Relator : Luiz Moreira Gomes Junior
Processo : 0.00.000.000780/2011-59
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Três Corações/MG
Relator : Adilson Gurgel de Castro
Processo : 0.00.000.000777/2011-35
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Serrinha/BA
Relator : Almino Afonso Fernandes
Processo : 0.00.000.000779/2011-24
Origem : Brasília/DF
Relator : Claudia Maria de Freitas Chagas

Sessão: 840 Data:07/06/2011 Hora:14:34

RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS
Processo : 0.00.000.000788/2011-15
Tipo Proc: Pedido de providências - PP
Origem : Santa Filomena/PI
Relator : Claudia Maria de Freitas Chagas
Processo : 0.00.000.000786/2011-26
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : São Luis/MA
Relator : Cláudio Barros Silva
Processo : 0.00.000.000792/2011-83
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Valença/BA
Relator : Almino Afonso Fernandes
Processo : 0.00.000.000790/2011-94
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Não Informado
Relator : Maria Ester Henriques Tavares

Sessão: 841 Data:08/06/2011 Hora:14:00

RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS
Processo : 0.00.000.000802/2011-81
Tipo Proc: Proposta de Resolução - RES
Origem : Brasília/DF
Relator : Sandro José Neis
Processo : 0.00.000.000800/2011-91
Tipo Proc: Pedido de providências - PP
Origem : Belo Horizonte/MG
Relator : Bruno Dantas Nascimento
Processo : 0.00.000.000796/2011-61
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Canguaretama/RN
Relator : Maria Ester Henriques Tavares
Processo : 0.00.000.000801/2011-36
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Campo Grande/MS
Relator : Sandra Lia Simón

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo : 0.00.000.000797/2011-14
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Parnamirim/RN
Relator : Maria Ester Henriques Tavares
Processo : 0.00.000.000803/2011-25
Origem : Altamira/PA
Relator : Taís Schilling Ferraz

DANIELA NUNES FARIAS
Coordenadora Processual

ACÓRDÃO DE 31 DE MARÇO DE 2011

Procedimento de Controle Administrativo
Nº 0.00.000.000454/2011-41
RELATORA: Conselheira Maria Ester Henriques Tavares
REQUERENTE: Marcelo Pereira da Silva
REQUERIDO: Ministério Público do Estado de Rondônia
EMENTA PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. ANULAÇÃO DE QUESTÃO. RECONTAGEM DE PONTOS. OBSERVÂNCIA AO PROGRAMA EDITALÍCIO. REEXAME DE CRITÉRIOS DE CORREÇÃO. PRESERVAÇÃO DA AUTONOMIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO E IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA NO STF E NO STJ. IMPROCEDÊNCIA.
1. Em observância à autonomia administrativa do Ministério Público e em respeito às atribuições próprias das bancas examinadoras de concurso público, tem-se que não cabe a este Conselho proceder à anulação de questões constantes de provas de concursos para ingresso na carreira do MP, a menos que se verifique que a questão impugnada exija conhecimentos que flagrantemente extrapolem o conteúdo programático previsto no edital regulador do certame, o que não se observa nos presentes autos.
2. A questão impugnada, que constou da parte de direito civil da prova oral aplicada ao candidato, versou sobre instituto civilista afeto ao tema responsabilidade civil, que consta expressamente do conteúdo programático do edital regulador do certame.
3. A valoração das respostas oferecidas pelos candidatos em concursos públicos cabe exclusivamente à banca examinadora, sem que se possa falar na possibilidade de este Conselho Nacional proceder ao reexame dos critérios utilizados pelo avaliador, ao mensurar os conhecimentos exigidos pelo candidato em cada questão.
4. Improcedência.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, julgar improcedente o pedido, nos termos do voto da relatora.

MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES
Relatora

ACÓRDÃO DE 1º DE JUNHO DE 2011

Procedimento de Controle Administrativo
0.00.000.000441/2011-72
Gabinete da Conselheira Claudia Chagas
PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0.00.000.000441/2011-72
Requerente: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CONAMP
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
RELATORA: CONSELHEIRA CLÁUDIA CHAGAS
EMENTA. PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. PAGAMENTO DE VANTAGEM. RECOMENDAÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO DA BAHIA DE ENVIO DE PROJETO DE LEI. EXTENSÃO DA RECOMENDAÇÃO AOS DEMAIS ÓRGÃOS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS. PROCEDÊNCIA.
1. Este CNMP, com base na Lei 8.625/1993, traçou diretrizes para o pagamento de vantagens aos órgãos do Ministério Público Nacional. Nesta esteira, admitiu, de forma expressa, o pagamento de gratificação pelo exercício cumulativo de cargos ou funções, chegando a recomendar ao Ministério Público da Bahia, segundo se vê da decisão proferida no PCA 809/2008-05, o envio de Projeto de Lei ao Poder Executivo para tratar do tema.
2. Considera-se, portanto, salutar que tal recomendação seja estendida a todos os Ministérios Públicos Estaduais, a fim de tornar isonômico o tratamento das vantagens devidas aos Membros. Com efeito, onde há a mesma razão, deve-se aplicar o mesmo direito.
3. Voto pela procedência do presente pedido de providências para que seja expedida recomendação aos Ministérios Públicos dos Estados e ao Ministério Público da União para que encaminhem projetos de lei aos seus respectivos poderes legislativos a fim de regular o pagamento de gratificação pelo exercício cumulativo de cargos ou funções (artigo 50, X, da Lei 8.625/1993 e art. 4°, I, da Resolução CNMP n.° 9/2006).
ACÓRDÃO
DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, à unanimidade, em julgar procedente o presente pedido de providências, nos termos do voto da Relatora.

CLAUDIA CHAGAS
Relatora

ACÓRDÃO DE 27 DE ABRIL DE 2011

Pedido de Providências 0.00.000.000.000168/2011-86
RELATOR: ACHILES DE JESUS SIQUARA FILHO
REQUERENTE: COMISSÃO DE INFÂNCIA E JUVENTUDE
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
EMENTA PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. COMISSÃO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO CNMP. RELATÓRIO EXTRAÍDO DO PROGRAMA MEDIDA JUSTA NO ESTADO DO AMAZONAS. IRREGULARIDADES EM UNIDADES DE INTERNAÇÃO. COMPROVADA ATUAÇÃO DA REFERIDA UNIDADE MINISTERIAL. PELO ARQUIVAMENTO.
O Ministério Público do Estado do Amazonas demonstrou diligência na condução de ações em defesa dos direito relativos à infância e à juventude. Não restou demonstrada, com base nos elementos de convicção acostados ao presentes autos, nenhuma omissão por parte do Ministério Público amazonense que pudesse ensejar a atuação deste Conselho Nacional.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em determinar o arquivamento dos autos deste Pedido de Providências.

ACHILES DE JESUS SIQUARA FILHO
Relator

ACÓRDÃO DE 18 DE MAIO DE 2011

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO
N.º 0.00.000.001083/2010-34.
RELATOR PARA ACÓRDÃO: CONSELHEIRO LUIZ MOREIRA;
REQUERENTE: MARCOS JOSÉ FERNANDES E OUTROS;
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA.
EMENTA PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE SERVIDORES REQUISITADOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA.
1. Legalidade das referidas requisições. O excesso alegado é justificado pelas limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).
2. Autonomia do Ministério Público na criação de sua estrutura administrativa.
3. Mera expectativa de direito do candidato aprovado em concurso público à nomeação.
4. Pedido conhecido e julgado improcedente.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por maioria, em conhecer do presente Procedimento de Controle Administrativo para desprovê-lo, nos termos da divergência aberta pelo Conselheiro Luiz Moreira Gomes Júnior.

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR
Relator

DECISÃO DE 30 DE MAIO DE 2011

REPRESENTAÇÃO POR INÉRCIA OU POR EXCESSO DE PRAZO - RIEP
PROCESSO N.º 0.00.000.000345/2011-24;
RELATOR: CONSELHEIRO LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR;
ASSUNTO: Alegação de inércia do Ministério Público em prestar atendimento ao requerente em petição protocolada naquele Órgão.
REQUERENTE: OLCIMAR COSTA
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DECISÃO
( )Verifica-se que a pretensão do requerente exacerba patentemente as atribuições conferidas ao Ministério Público pela Constituição Federal de 1988. No mesmo sentido foi a manifestação da Corregedoria Geral do Ministério Público do Rio de Janeiro que, através do Oficio GCGMP n° 235/02/2011, informou ao Requerente da inviabilidade jurídica de sua pretensão.
Por esta razão, a alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado do Rio de janeiro não procede
Ante o exposto, com fulcro no art. 46, X, "b", do RICNMP, determino o arquivamento do presente feito, em razão de manifesta falta de interesse de agir.
Publique-se.

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR
Conselheiro Nacional

DESPACHOS DE 7 DE JUNHO DE 2011

Processo CNMP nº 0.00.000.000713/2011-34
Requerente: Osvaldo Araújo de Oliveira
DESPACHO
[…] Assim, tendo em vista a manifesta incompetência deste Conselho Nacional, arquive-se o pedido nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno.
Publique-se. Comunique-se à parte requerente por correio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Secretária-Geral
Adjunta

Processo CNMP nº 0.00.000.000710/2011-09
Requerente: Glaucio Pinto Garcia
DESPACHO
[…] Dessa forma, considerando que não foram preenchidos os requisitos legais para a formulação de consulta perante este CNMP, determino o arquivamento do pedido, nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno e do Enunciado n° 005/2008.
Publique-se. Comunique-se à parte requerente por correio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Secretária-Geral
Adjunta

Processo CNMP nº 0.00.000.000710/2011-09
Requerente: Glaucio Pinto Garcia
DESPACHO
[…] Dessa forma, considerando que não foram preenchidos os requisitos legais para a formulação de consulta perante este CNMP, determino o arquivamento do pedido, nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno e do Enunciado n° 005/2008.
Publique-se. Comunique-se à parte requerente por correio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Secretária-Geral
Adjunta

Processo CNMP nº 0.00.000.000708/2011-21
Requerente: Eduardo Augusto Rodrigues Teodoro
DESPACHO
[…] Dessa forma, considerando que não foram preenchidos os requisitos legais para a formulação de consulta perante este CNMP, determino o arquivamento do pedido, nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno e do Enunciado n° 005/2008.
Publique-se. Comunique-se à parte requerente por correio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Secretária-Geral
Adjunta

CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DECISÃO DE 3 DE MAIO DE 2011

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000479/2011-45
RECLAMANTE: PERRUCI JOSÉ NASCIMENTO
RECLAMADO: MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Decisão: (…)
Ante o exposto, propõe-se ao corregedor nacional do Ministério Público o arquivamento sumário da presente reclamação disciplinar, por improcedência manifesta, com fundamento nos artigos 31, I e 74, §2º do RICNMP.

Brasília, 19 de abril de 2011
ELTON GHERSEL
Membro Auxiliar

Acolho a manifestação de fls. 288/289, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da Constituição Federal c/c o artigo 74, § 2º, do RICNMP.
Dê-se ciência ao reclamante e ao Plenário, nos termos regimentais.
Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 3 de maio de 2011
SANDRO JOSÉ NEIS
Corregedor Nacional

DECISÃO DE 16 DE MAIO DE 2011

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000549/2011-65
RECLAMANTE: MARCELO COSTA DOS SANTOS
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
Decisão: (…)
Ante o exposto, propõe-se ao corregedor nacional do Ministério Público o arquivamento sumário da presente reclamação disciplinar, com fundamento nos artigos 31, I e 74, §2º do RICNMP, sem prejuízo de da possibilidade de exame de nova reclamação, caso instruída com elementos mínimos que indiquem a ocorrência de infração.

Brasília, 4 de maio de 2011
ELTON GHERSEL
Membro Auxiliar

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Acolho a manifestação de fls. 06/07, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da Constituição Federal c/c o artigo 74, § 2º, do RICNMP.

Dê-se ciência ao reclamante e ao Plenário, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 16 de maio de 2011
SANDRO JOSÉ NEIS
Corregedor Nacional

DECISÕES DE 30 DE MAIO DE 2011

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000017/2009-11
RECLAMANTE: FRANCISCO ROMÉRIO PINHEIRO LANDIM
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
Decisão: (…)
Em face de todo o exposto, com fundamento no art. 31, I, do RICNMP, impõe-se o arquivamento da Presente Reclamação Disciplinar, tendo em vista a ocorrência flagrante de prescrição da pretensão punitiva disciplinar.

Brasília-DF, 17 de maio de 2011
ANA MARIA VILLA REAL FERREIRA RAMOS
Membro Auxiliar

Acolho a manifestação de fls. 817/825, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da Constituição Federal c/c o artigo 31, I, do RICNMP.

(...)

Dê-se ciência ao reclamante, à reclamada, à Corregedoria de origem e ao Plenário, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 30 de maio de 2011
SANDRO JOSÉ NEIS
Corregedor Nacional

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000153/2011-18
RECLAMANTE: ISABEL CRISTINA GONÇALVES
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Decisão: (…)
Pelas razões ora declinadas e, sobretudo, ante a atuação correicional suficiente e escorreita do órgão disciplinar de origem, impõe-se o arquivamento dos autos, na forma do art. 74, §6º, do RICNMP.

Brasília/DF, 20 de maio de 2011
ANA MARIA VILLA REAL FERREIRA RAMOS
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 326/329, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da Constituição Federal c/c o artigo 74, § 6º, do RICNMP.

Dê-se ciência à reclamante, ao reclamado, à Corregedoria de origem e ao Plenário, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 30 de maio de 2011
SANDRO JOSÉ NEIS
Corregedor Nacional

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.002191/2010-24
RECLAMANTE: RONALDO PAIVA NUNES MARREIROS
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Decisão: (…)
Pelo exposto, opino no sentido do arquivamento da presente reclamação, na forma do artigo 74, § 6º, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, visto que os fatos narrados não configuram infração disciplinar ou ilícito penal, conforme análise feita pela Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Piauí, que concluiu pelo arquivamento das Sindicâncias nºs 020/2010 e 03/2011. O Plenário, o Órgão disciplinar local, o reclamante e o reclamado deverão ter ciência da presente decisão.

Brasília, 25 de maio de 2011
GASPAR ANTONIO VIEGAS
Membro Auxiliar

Acolho a manifestação de fls. 165/177, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da Constituição Federal c/c o artigo 74, § 6º, do RICNMP.

Dê-se ciência ao reclamante, à reclamada, à Corregedoria de origem e ao Plenário, nos termos regimentais

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília-DF, 30 de maio de 2011
SANDRO JOSÉ NEIS
Corregedor Nacional

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000385/2011-76
RECLAMANTE: KLEBER MALAQUIAS DE OLIVEIRA
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
Decisão: (…)
Pelo exposto, opino no sentido do arquivamento da presente reclamação, na forma do artigo 74, § 6º, visto que os fatos narrados foram devidamente apurados, conforme análise feita pela Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Alagoas, que concluiu pelo arquivamento da Sindicância nº 03/2011, com a expedição de recomendações ao GECOC e à reclamada. O Plenário, o Órgão disciplinar de origem, o reclamante e a reclamada deverão ter ciência da presente decisão.

Brasília, 26 de maio de 2011
GASPAR ANTONIO VIEGAS
Membro Auxiliar

Acolho a manifestação de fls. 302/327, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da Constituição Federal c/c o artigo 74, § 6º, do RICNMP.

Dê-se ciência ao reclamante, à reclamada, à Corregedoria de origem e ao Plenário, nos termos regimentais

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 30 de maio de 2011
SANDRO JOSÉ NEIS
Corregedor Nacional

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000437/2011-12
RECLAMANTE: APARECIDO DONIZETI DA SILVA
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO
Decisão: (…)
Pelo exposto, opino no sentido do arquivamento da presente reclamação, na forma do artigo 74, § 6º, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, visto que os fatos narrados foram devidamente apurados, conforme análise feita pela Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Mato Grosso, que concluiu pelo arquivamento do Pedido de Explicações GEDOC Nº 000017-024/2011. O Plenário, o Órgão disciplinar local, o reclamante e o reclamado deverão ter ciência da presente decisão.

Brasília, 17 de maio de 2011
GASPAR ANTONIO VIEGAS
Membro Auxiliar

Acolho a manifestação de fls. 70/79, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da Constituição Federal c/c o artigo 74, § 6º, do RICNMP.

Dê-se ciência ao reclamante, à reclamada, à Corregedoria-Geral de origem e ao Plenário, nos termos regimentais

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 30 de maio de 2011
SANDRO JOSÉ NEIS
Corregedor Nacional

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000553/2011-23
RECLAMANTE: GERALDO NUNES
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS
Decisão: (…)
Pelo exposto, opina-se no sentido do indeferimento liminar da representação, na forma do artigo 74, § 1º, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, por se tratar de denúncia anônima.
É o parecer.

Brasília, 25 de maio de 2011
GASPAR ANTONIO VIEGAS
Membro Auxiliar

Acolho a manifestação de fls. 16/19, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da Constituição Federal c/c o artigo 74, § 1º, do RICNMP.

Dê-se ciência ao interessado, ao reclamado e ao Plenário, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 30 de maio de 2011
SANDRO JOSÉ NEIS
Corregedor Nacional

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000088/2011-21
RECLAMANTE: TIRZAH FRIEDRICH
RECLAMADO: MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Decisão: (…)
Pelo exposto, opino no sentido do arquivamento da presente reclamação, na forma do artigo 74, § 6º, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério, visto que os fatos narrados não configuram infração disciplinar ou ilícito penal, conforme análise feita pela Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, que concluiu pelo arquivamento dos Expedientes Administrativos lá instaurados. O Plenário, o Órgão disciplinar local, a reclamante e os reclamados deverão ter ciência da presente decisão.

Brasília, 26 de maio de 2011
GASPAR ANTONIO VIEGAS
Membro Auxiliar

Acolho a manifestação de fls. 374/399, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da Constituição Federal c/c o artigo 74, § 6º, do RICNMP.

Dê-se ciência a reclamante, aos reclamados, à Corregedoria de origem e ao Plenário, nos termos regimentais

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 30 de maio de 2011
SANDRO JOSÉ NEIS
Corregedor Nacional

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO INSTITUCIONAL

SESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS

SESSÃO: 109 DATA: 08/06/2011 HORA: 17:00
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS AUTOMATICAMENTE

Processo : 1.00.000.006620/2011-68
Assunto : CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES
Origem : PR/DF
Relator(a) : Cons. PAULO VASCONCELOS JACOBINA
Interessado(s) : Dr. Gustavo Pessanha Velloso

Processo : 1.14.004.000077/2010-89
Assunto : DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA
Origem : PRM/Feira de Santana/BA
Relator(a) : Cons. RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE
Interessado(s) : Dra. Vanessa Gomes Previtera

Processo : 1.16.000.000405/2006-26
Assunto : DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA
Origem : PR/DF
Relator(a) : Cons. AURELIO VIRGILIO VEIGA RIOS
Interessado(s) : Dra. Ana Paula Mantovani Siqueira

Processo : 1.16.000.002764/2009-61
Assunto : HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO
Origem : PR/DF
Relator(a) : Cons. JULIETA ELIZABETH FAJARDO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
Interessado(s) : Dr. Hélio Ferreira Heringer Junior

Processo : 1.19.000.000219/2003-32
Assunto : HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO
Origem : PR/MA
Relator(a) : Cons. BRASILINO PEREIRA DOS SANTOS
Interessado(s) : Dr. Tiago de Sousa Carneiro

Processo : 1.19.000.000219/2003-32
Assunto : HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO
Origem : PR/MA
Relator(a) : Cons. MARIO JOSE GISI
Interessado(s) : Dr. Israel Gonçalves Santos Silva

Processo : 1.22.000.002130/2010-44
Assunto : HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO
Origem : PR/MG
Relator(a) : Cons. FRANCISCO XAVIER PINHEIRO FILHO
Interessado(s) : Dr. Tarcísio Henriques Filho

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo : 1.26.000.001190/2000-29
Assunto : HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO
Origem : PR/PE
Relator(a) : Cons. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Interessado(s) : Dra. Mona Lisa Duarte Abdo Aziz Ismail

Processo : 1.27.000.001018/2010-18
Assunto : HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO
Origem : PR/PI
Relator(a) : Cons. SANDRA VERONICA CUREAU
Interessado(s) : Dr. Antônio Cavalcante de Oliveira Júnior

Processo : 1.28.000.001019/2010-17
Assunto : HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO
Origem : PR/RN
Relator(a) : Cons. MARIO JOSE GISI
Interessado(s) : Dr. Ronaldo Pinheiro de Queiroz

WAGNER DE CASTRO MATHIAS NETTO
Presidente do Conselho

3ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 4, DE 22 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, Representante Estadual da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, que trata de questões referentes ao consumidor e à ordem econômica, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 129, III, da Constituição da República; artigo 5º, III, "e", da Lei Complementar Nº 75/1993; artigo 25, IV, "a", da Lei Nº 8.625/93; e pelo artigo 8º, §1º, da Lei no 7.347/85 e:

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Carta Magna de 1988;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público Federal, entre outras, promover o inquérito civil público e a ação civil pública para proteção irrestrita do consumidor e de outros interesses difusos e coletivos, conforme previsão constitucional estatuída no inciso III do artigo 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a tutela da figura do consumidor constitui uma garantia fundamental da República Federativa do Brasil (CF, artigo 5º, inciso XXXII);

CONSIDERANDO que o artigo 170 da Carta Magna estabelece, dentre os princípios gerais da ordem econômica, a defesa do consumidor (inciso V);

CONSIDERANDO que a Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo, dentre outros, a segurança do consumidor, atentando ao princípio da proteção pela garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, coibindo todos os abusos praticados no mercado de consumo (artigo 4º, inciso II, "d", e inciso V, do Código de Defesa do Consumidor);

CONSIDERANDO que a Lei 9.672, de 16/07/1997, ao criar a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, deu-lhe a incumbência de adotar as medidas necessárias para o atendimento do interesse público e para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras (artigo 19), estabelecendo como princípio a ser observado, entre outros, a defesa do consumidor (artigo 5°);

CONSIDERANDO o memorando encaminhado pela Assessoria de Comunicação desta Procuradoria, o qual noticia as constantes interrupções no fornecimento do serviço de internet da operadora Oi, no ano de 2011, fato que tem prejudicado consumidores, empresas e cidadãos que precisam de serviços on-line e tem sofrido prejuízos de todas as ordens com as falhas;

Resolve

INSTAURAR Inquérito Civil Público objetivando acompanhar a qualidade do serviço de transmissão de dados (internet) oferecido pela operadora Oi aos consumidores do Estado de Rondônia.

NOMEAR os servidores lotados junto a este Ofício para atuar como Secretários no presente.

DETERMINAR como diligências preliminares as seguintes:

1. Registre-se e autue-se os documentos como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, devendo o feito ser iniciado por meio desta Portaria. Havendo novos documentos pertinentes, deverão ser juntados ou apensados, naturalmente.

2. Expeça-se Ofício à AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL) e à empresa OI - BRASIL TELECOM S.A., requisitando-lhes, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar de seu recebimento, esclarecimentos acerca das frequentes interrupções na prestação do serviço de internet pela OI - BRASIL TELECOM S.A. no Estado de Rondônia, no ano de 2011, informando quais as providências que estão sendo tomadas para solucionar o problema.

3. Expeça-se Ofício ao PROCON, requisitando-lhe, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento, informações sobre a existência de reclamações e respectivos procedimentos eventualmente instaurados em face de problemas relacionados à interrupções do serviço de internet prestado pela OI - BRASIL TELECOM S.A. no Estado de Rondônia, no ano de 2011, bem como encaminhe cópia dos procedimentos instaurados, se for o caso.

Após a vinda das informações requisitadas, venham os autos conclusos para deliberação.

Comunique-se esta instauração à 3a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

LUCYANA MARINA PEPE AFFONSO DE LUCA

PORTARIA Nº 27, DE 31 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Resolve converter o procedimento administrativo n.º 1.33.008.000340/2010-44 em Inquérito Civil Público, para apurar a legalidade da exigência pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária de Santa Catarina de que os responsáveis técnicos das empresas do setor pesqueiro sejam filiados à entidade.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

PEDRO NICOLAU MOURA SACCO

PORTARIA Nº 34, DE 31 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Resolve converter o procedimento administrativo n.º 1.33.013.000016/2010-57 em Inquérito Civil Público, para apurar falhas apresentadas pela Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC - no atendimento de situação emergencial no Município de Brusque/SC, entre os dias 15 e 17 de fevereiro de 2010, com lesão a consumidores de energia elétrica.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

PEDRO NICOLAU MOURA SACCO

PORTARIA Nº 57, DE 11 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que subscreve, considerando que, no curso do Procedimento Nº 1.33.005.000265/2008-27, foi excedido o prazo estabelecido no art. 2º, §6º, da Resolução Nº 23/2007, do CNMP, resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL, indicando, em cumprimento do art. 4º da referida portaria:

a) Fundamento legal: art. 129, III e VI da Constituição Federal e art. 8º, II, e § 5º da Lei Complementar Nº 75/93.

b) Descrição do fato: verificação dos meios disponibilizados pelas operadoras de telefonia da região para que o usuário efetue o cancelamento de linhas, entre outros serviços.

c) Nome e qualificação da pessoa a quem o fato é atribuído: VIVO S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 02.449.992/001-64, sediada na Av. Higienópolis, 1365, Londrina/PR; TRANSIT DO BRASIL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 02.868.267/001-20, sediada na Av. Bernardino de Campos, 348, São Paulo/SP; CLARO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 40.432.544/0001-47, sediada na Rua Florida, 1970, São Paulo/SP ; OI - BRASIL TELECOM, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 76.535.764/0001-43, com filial no estado de Santa Catarina na Av. Madre Benvenuta, 2080, Florianópolis; VILLAGE TELECOM LDTA. (GVT), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 03.420.926/001-24, sediada na Rua Lourenço Pinto, 299, Curitiba/PR; TIM CELULAR S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 04.206.050/001-80, sediada na Av. Giovanni Gronchi, 7143, São Paulo/SP; EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. - EMBRATEL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 33.530.486/0001-29, sediada na Av. Presidente Vargas, 1012, Rio de Janeiro/RJ;

d) Nome e qualificação do autor da representação: Câmara de Vereadores de Joinville/SC.

Ficam determinadas, por ora, as seguintes diligências:

1) Comunicação à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão e encaminhamento da presente portaria para publicação.

TIAGO ALZUGUIR GUTIERREZ

PORTARIA Nº 92, DE 29 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais, e CONSIDERANDO:

a) o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) as disposições da Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) os termos da Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal Nº 87, de 3 de agosto de 2006, a qual preceitua a necessidade da descrição do fato objeto da presente investigação;

f) a notícia de que a empresa KI LIMPA PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA. M.E., inscrita no CNPJ sob Nº 05.339.861/0001-12, situada nesta cidade, fabrica e comercializa água sanitária sem possuir registro ou notificação da ANVISA;

g) que a água sanitária é um produto corrosivo e que as produzidas clandestinamente tem grande quantidade de soda cáustica, produto capaz de causar graves acidentes e sérias queimaduras internas, gerando, inclusive, alta incidência de cãncer no esôfago;

i) que as embalagens das águas sanitárias clandestinas não apresentam as informações obrigatórias exigidas por lei, dificultando, assim, o socorro em caso de acidentes,

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o fim de investigar a ocorrência de tais irregularidades.

Para tanto determina a autuação da presente portaria e do procedimento administrativo 1.33.005.000139/2009-53 como inquérito civil.

Oficie-se à ANVISA, no endereço indicado à fl. 44, para que no prazo máximo de 10 (dez) dias informe se efetuou diligência na rua José Betim, 06, bairro Centro, Ernestina/RS, bem como o resultado dessa diligência, consoante determinado no ofício 15/2010, de 12/01/2010, que deverá ser anexado por fotocópia, haja vista que até a presente data não foram enviadas à PRM Joinville informações a esse respeito. Em caso de não ter sido feita a diligência, requisito que seja realizada imediatamente.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

MÁRIO SÉRGIO GHANNAGÉ BARBOSA

PORTARIA Nº 191, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar n.º 75/93 e art. 8º, §1º da Lei n.º 7.347/85 e de acordo com as Resoluções n.º 87/06/CSMPF e n.º 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar irregularidades no funcionamento do curso de Engenharia Civil da Faculdade de Ciência e Tecnologia, Campus de Feira de Santana, em 2010, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (n.º 1.14.004.000473/2010-14) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução n.º 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução n.º 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA

PORTARIA Nº 166, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por este Procurador da República signatário:

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público Federal previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, na Lei Complementar Nº 75/93, bem como no artigo 1º da Lei Nº 7347/85;

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo Nº 1.30.012.000235/2010-58, que visa apurar a atuação da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS na fiscalização das possíveis irregularidades existentes nos serviços prestados pela SulAmérica Companhia de Seguro Saúde, no que tange ao cumprimento das disposições contratuais pactuadas entre os consumidores e a operadora, e a necessidade de prosseguimento das diligências;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

Resolve converter o Procedimento Administrativo Nº 1.30.012.000235/2010-58 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a ser inaugurado pela presente Portaria.

Desta forma, determino a adoção das seguintes providências:

1) Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida com as anotações de praxe;

2) Comunique-se a instauração do ICP à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com o envio de cópia da presente, para fins de publicação;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3) Oficie-se à ANS, requisitando que informe o estágio atual do procedimento ANS 33902184371/2009-77, e se, tendo em vista as conclusões veiculadas no Despacho n° 346/NURAF.RJ/DIFIS/2010, foi aplicada alguma penalidade à SulAmérica Seguro Saúde S/A, devendo instruir sua resposta com os documentos comprobatórios pertinentes (Prazo 25 DD);

4) Instrua-se o Ofício à ANS com cópia de fls. 73/77;

5) Acautele-se por 45 DD na DITC.

MÁRCIO BARRA LIMA

PORTARIA Nº 167, DE 25 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por este Procurador da República signatário:

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público Federal previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, na Lei Complementar Nº 75/93, bem como no artigo 1º da Lei Nº 7347/85;

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo Nº 1.30.012.000336/2010-29, que visa apurar a atuação da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL na fiscalização das possíveis irregularidades praticadas pela Telemar Norte Leste S/A no que concerne à prestação do serviço denominado Oi Velox, e a necessidade de prosseguimento das diligências;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

Resolve converter o Procedimento Administrativo Nº 1.30.012.000336/2010-29 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a ser inaugurado pela presente Portaria.

Desta forma, determino a adoção das seguintes providências:

1) Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida com as anotações de praxe;

2) Comunique-se a instauração do ICP à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com o envio de cópia da presente, para fins de publicação;

3) Tendo em vista o teor da manifestação de fls. 12/13, em que a representada nega os fatos narrados pelo representante, reitere-se, derradeiramente, a intimação do representante para que, no prazo de 15DD, apresente todos os dados e/ou documentos que porventura possua relativamente às supostas irregularidades narradas;

4) Após, acautele-se em cartório pelo prazo de 35DD.

MÁRCIO BARRA LIMA

4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 3, DE 3 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seu órgão infra-assinado, no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição (arts. 127 e 129) e a Lei Complementar 75/93 (arts. 1.º, 2.º, 5.º, 6.º, 7.º, 38 e 39), e na forma da Resolução 87/2006 do CSMPF,

CONSIDERANDO:

a) a representação formulada pelo projeto Salvando o Rio Jaguaribe contra a construção de casas próximas à nascente daquele rio;

b) que, findo o prazo de trâmite do procedimento administrativo instaurado para averiguar introdutoriamente os fatos, ainda não há elementos suficientes para sobre eles formar juízo conclusivo;

INSTAURA o INQUÉRITO CIVIL n.º 1.28.000.000423/2005-14 com o seguinte objeto: Meio ambiente. Natal/RN. Rio Jaguaribe. Construção irregular de casas próximas à nascente do rio.

Autue-se. Comunique-se à 4.ª CCR/MPF. Publique-se no Diário Oficial da União, no site da PR/RN e no sistema Único.

JOSÉ SOARES

PORTARIA Nº 5, DE 6 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seu órgão infra-assinado, no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição (arts. 127 e 129) e a Lei Complementar 75/93 (arts. 1.º, 2.º, 5.º, 6.º, 7.º, 38 e 39), e na forma da Resolução 87/2006 do CSMPF,

CONSIDERANDO:

a) as representações formuladas por Maria Lira de Lima, Wellington Márcio Bezerra de Lima, José Maria Varela de Lima e Joice Lira de Lima sobre poluição sonora causada por estabelecimentos comerciais que funcionam como bares, localizados próximos à residência dos representantes, no bairro de Passa e Fica, no município de Ceará-Mirim/RN;

b) que os estabelecimentos estão em terrenos da União;

c) que, findo o prazo de trâmite do procedimento administrativo instaurado para averiguar introdutoriamente os fatos, ainda não há elementos suficientes para sobre eles formar juízo conclusivo;

INSTAURA o INQUÉRITO CIVIL n.º 1.28.000.000798/2007-38 com o seguinte objeto: Meio ambiente. Poluição sonora. Ceará-Mirim/RN, bairro Passa e Fica. Estabelecimentos comerciais, que funcionam como bares, prejudicam o sossego público e estão situados em terrenos da União, ora na faixa de domínio da BR-406 ora no terreno da Escola Agrícola de Ceará-Mirim.

Interessados: Maria Lira de Lima, Wellington Márcio Bezerra de Lima, José Maria Varela de Lima e Joice Lira de Lima.

Autue-se. Comunique-se à 4.ª CCR/MPF. Publique-se no Diário Oficial da União, no site da PR/RN e no sistema Único.

JOSÉ SOARES

PORTARIA Nº 6, DE 6 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seu órgão infra-assinado, no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição (arts. 127 e 129) e a Lei Complementar 75/93 (arts. 1.º, 2.º, 5.º, 6.º, 7.º, 38 e 39), e na forma da Resolução 87/2006 do CSMPF,

CONSIDERANDO:

a) o teor dos autos de infração ambiental 246156, 246157, 246158 e 246159 lavrados pelo Ibama contra João Batista de Santana;

b) que, findo o prazo de trâmite do procedimento administrativo instaurado para averiguar introdutoriamente os fatos, ainda não há elementos suficientes para sobre eles formar juízo conclusivo;

INSTAURA o INQUÉRITO CIVIL n.º 1.28.000.000373/2006-48 com o seguinte objeto: Meio ambiente. Senador Georgino Avelino/RN. Sítio Sucupira. Danificação de 4ha de área de preservação permanente e operação de carcinicultura sem licença ambiental.

Interessado: João Batista de Santana.

Autue-se. Comunique-se à 4.ª CCR/MPF. Publique-se no Diário Oficial da União, no site da PR/RN e no sistema Único.

JOSÉ SOARES

PORTARIA Nº 7, DE 6 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seu órgão infra-assinado, no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição (arts. 127 e 129) e a Lei Complementar 75/93 (arts. 1.º, 2.º, 5.º, 6.º, 7.º, 38 e 39), e na forma da Resolução 87/2006 do CSMPF,

CONSIDERANDO:

a) o teor do Relatório Técnico 40/2008 do IDEMA, atribuindo a Souto e Irmão Companhia Ltda. a operação da Salina 2 Irmãos sem licença ambiental;

b) que, findo o prazo de trâmite do procedimento administrativo instaurado para averiguar introdutoriamente os fatos, ainda não há elementos suficientes para sobre eles formar juízo conclusivo;

INSTAURA o INQUÉRITO CIVIL n.º 1.28.000.001654/2010-02 com o seguinte objeto: Meio ambiente. Macau/RN, distrito de Ilha de Santana. Operação da Salina 2 Irmãos sem licença ambiental.

Interessado: Souto e Irmão Companhia Ltda.

Autue-se. Comunique-se à 4.ª CCR/MPF. Publique-se no Diário Oficial da União, no site da PR/RN e no sistema Único.

JOSÉ SOARES

PORTARIA Nº 9, DE 6 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seu órgão infra-assinado, no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição (arts. 127 e 129) e a Lei Complementar 75/93 (arts. 1.º, 2.º, 5.º, 6.º, 7.º, 38 e 39), e na forma da Resolução 87/2006 do CSMPF,

CONSIDERANDO:

a) a representação formulada por moradores da Av. Governador Silvio Pedroza, na praia de Areia Preta, em Natal/RN, relatando: que há, dando para a praia, duas galerias (uma em frente ao edifício Porto Salinas e a outra em frente ao restaurante Moqueca Capixaba) nas quais desembocam as águas pluviais do município; que por essas galerias, nas quais deveriam correr apenas águas pluviais, está havendo despejo de efluentes (águas servidas residenciais) em razão de ligações clandestinas de esgoto certamente provenientes do bairro de Mãe Luíza;

b) que, findo o prazo de trâmite do procedimento administrativo instaurado para averiguar introdutoriamente os fatos, ainda não há elementos suficientes para sobre eles formar juízo conclusivo;

INSTAURA o INQUÉRITO CIVIL n.º 1.28.000.000008/2009-86 com o seguinte objeto: Meio ambiente. Poluição do mar territorial. Natal/RN, praia de Areia Preta, Av. Governador Silvio Pedroza. Galerias que dão para a praia, nas quais desembocam as águas pluviais do município, estariam recebendo efluentes (águas servidas residenciais) em razão de ligações clandestinas de esgoto provenientes do bairro de Mãe Luíza.

Interessados: moradores da Av. Governador Silvio Pedroza, na praia de Areia Preta, em Natal/RN.

Autue-se. Comunique-se à 4.ª CCR/MPF. Publique-se no Diário Oficial da União, no site da PR/RN e no sistema Único.

JOSÉ SOARES

PORTARIA Nº 10, DE 6 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seu órgão infra-assinado, no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição (arts. 127 e 129) e a Lei Complementar 75/93 (arts. 1.º, 2.º, 5.º, 6.º, 7.º, 38 e 39), e na forma da Resolução 87/2006 do CSMPF,

CONSIDERANDO:

a) o teor do auto de infração 275/2005 do Idema;

b) que, findo o prazo de trâmite do procedimento administrativo instaurado para averiguar introdutoriamente os fatos, ainda não há elementos suficientes para sobre eles formar juízo conclusivo;

INSTAURA o INQUÉRITO CIVIL n.º 1.28.000.000684/2008-76 com o seguinte objeto: Meio ambiente. Carcinicultura e piscicultura. Nísia Floresta/RN, lagoa de Papari. Desmatamento de mangue e ocupação de área de preservação permanente. Operação de piscicultura sem licença ambiental.

Interessados: José Luciano Silvestre e Ernande Regis da Silva.

Autue-se. Comunique-se à 4.ª CCR/MPF. Publique-se no Diário Oficial da União, no site da PR/RN e no sistema Único.

JOSÉ SOARES

PORTARIA Nº 11, DE 6 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seu órgão infra-assinado, no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição (arts. 127 e 129) e a Lei Complementar 75/93 (arts. 1.º, 2.º, 5.º, 6.º, 7.º, 38 e 39), e na forma da Resolução 87/2006 do CSMPF,

CONSIDERANDO:

a) o teor do auto de infração 066225 lavrado pelo Ibama contra Arimar França Filho;

b) o teor do processo n.º 2009.84.00.009583-1 da 2.ª Vara Federal da Seção Judiciária do RN;

c) que, findo o prazo de trâmite do procedimento administrativo instaurado para averiguar introdutoriamente os fatos, ainda não há elementos suficientes para sobre eles formar juízo conclusivo;

INSTAURA o INQUÉRITO CIVIL n.º 1.28.000.000378/2006-71 com o seguinte objeto: Meio ambiente. Carcinicultura. Arez/RN, Fazenda Reçanto. Operação de carcinicultura sem licença ambiental. Processo n.º 2009.84.00.009583-1 da 2.ª Vara Federal da Seção Judiciária do RN.

Interessados: Arimar França Filho e Ivo Marinho de Menezes.

Autue-se. Comunique-se à 4.ª CCR/MPF. Publique-se no Diário Oficial da União, no site da PR/RN e no sistema Único.

JOSÉ SOARES

PORTARIA Nº 12, DE 6 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seu órgão infra-assinado, no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição (arts. 127 e 129) e a Lei Complementar 75/93 (arts. 1.º, 2.º, 5.º, 6.º, 7.º, 38 e 39), e na forma da Resolução 87/2006 do CSMPF,

CONSIDERANDO:

a) o teor dos autos de infração 066287, 244268 e 244501, lavrados pelo Ibama contra Edilson Marinho Fernandes;

b) o teor da ação penal n.º 2004.84.00.004795-4, da 2.ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, proposta contra Edilson Marinho Fernandes;

c) o teor do processo n.º 0008216-42.2010.4.05.8400, também da 2.ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte;

d) a necessidade de reparação integral do dano ambiental causado;

e) que, findo o prazo de trâmite do procedimento administrativo instaurado para averiguar introdutoriamente os fatos, ainda não há elementos suficientes para sobre eles formar juízo conclusivo;

INSTAURA o INQUÉRITO CIVIL n.º 1.28.000.000081/2004-43 com o seguinte objeto: Meio ambiente. Nísia Floresta/RN, distrito de Jenipapeiro. Prática de carcinicultura sem licença ambiental. Autos de infração 066287, 244268 e 244501, lavrados pelo Ibama.

Interessado: Edilson Marinho Fernandes.

Autue-se. Comunique-se à 4.ª CCR/MPF. Publique-se no Diário Oficial da União, no site da PR/RN e no sistema Único.

JOSÉ SOARES

PORTARIA Nº 16, DE 6 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seu órgão infra-assinado, no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição (arts. 127 e 129) e a Lei Complementar 75/93 (arts. 1.º, 2.º, 5.º, 6.º, 7.º, 38 e 39), e na forma da Resolução 87/2006 do CSMPF,

CONSIDERANDO:

a) o teor do Relatório Técnico 40/2008 do Idema a respeito da Salina Produsal;

b) que, findo o prazo de trâmite do procedimento administrativo instaurado para averiguar introdutoriamente os fatos, ainda não há elementos suficientes para sobre eles formar juízo conclusivo;

INSTAURA o INQUÉRITO CIVIL n.º 1.28.000.001648/2010-47 com o seguinte objeto: Meio ambiente. Macau/RN, Riachão. Operação da Salina Produsal sem licença ambiental.

Interessados: Salina Produsal e Maria Adede de Abreu Rodrigues.

Autue-se. Comunique-se à 4.ª CCR/MPF. Publique-se no Diário Oficial da União, no site da PR/RN e no sistema Único.

JOSÉ SOARES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 18, DE 6 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seu órgão infra-assinado, no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição (arts. 127 e 129) e a Lei Complementar 75/93 (arts. 1.º, 2.º, 5.º, 6.º, 7.º, 38 e 39), e na forma da Resolução 87/2006 do CSMPF,

CONSIDERANDO:

a) o teor do auto de infração 514416 lavrado pelo Ibama contra Thiago Stelzer Frossard;

b) que, findo o prazo de trâmite do procedimento administrativo instaurado para averiguar introdutoriamente os fatos, ainda não há elementos suficientes para sobre eles formar juízo conclusivo;

INSTAURA o INQUÉRITO CIVIL n.º 1.28.000.000260/2007-23 com o seguinte objeto: Meio ambiente. Natal/RN, bairro Pirangi. Extração de areia sem licença do Idema e do DNPM.

Interessado: Thiago Stelzer Frossard.

Autue-se. Comunique-se à 4.ª CCR/MPF. Publique-se no Diário Oficial da União, no site da PR/RN e no sistema Único.

JOSÉ SOARES

PORTARIA Nº 19, DE 6 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seu órgão infra-assinado, no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição (arts. 127 e 129) e a Lei Complementar 75/93 (arts. 1.º, 2.º, 5.º, 6.º, 7.º, 38 e 39), e na forma da Resolução 87/2006 do CSMPF,

CONSIDERANDO:

a) o teor do inquérito civil encaminhado pelo MP/RN contendo abaixo-assinado de moradores de Pedro Velho/RN pedindo providências contra o secamento (ou desaparecimento da vazão) do rio Pirari;

b) que, findo o prazo de trâmite do procedimento administrativo instaurado para averiguar introdutoriamente os fatos, ainda não há elementos suficientes para sobre eles formar juízo conclusivo;

INSTAURA o INQUÉRITO CIVIL n.º 1.28.000.000109/2009-57 com o seguinte objeto: Meio ambiente. Pedro Velho/RN, rio federal Pirari, riacho federal Jerimum e córrego Piabas. Secamento, ou desaparecimento da vazão, do rio, cujo fluxo normal estaria sendo impedido por barragens. Captações de água sujeitas a outorga da Agência Nacional de Águas.

Interessados: moradores de Pedro Velho/RN.

Autue-se. Comunique-se à 4.ª CCR/MPF. Publique-se no Diário Oficial da União, no site da PR/RN e no sistema Único.

JOSÉ SOARES

PORTARIA Nº 20, DE 6 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seu órgão infra-assinado, no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição (arts. 127 e 129) e a Lei Complementar 75/93 (arts. 1.º, 2.º, 5.º, 6.º, 7.º, 38 e 39), e na forma da Resolução 87/2006 do CSMPF,

CONSIDERANDO:

a) o teor do auto de infração 598700 lavrado pelo Ibama contra o Hotel Marsol;

b) que, findo o prazo de trâmite do procedimento administrativo instaurado para averiguar introdutoriamente os fatos, ainda não há elementos suficientes para sobre eles formar juízo conclusivo;

INSTAURA o INQUÉRITO CIVIL n.º 1.28.000.000873/2009-22 com o seguinte objeto: Meio ambiente. Natal/RN, Via Costeira. Operação de hotel sem licença ambiental.

Interessado: Hotel Marsol.

Autue-se. Comunique-se à 4.ª CCR/MPF. Publique-se no Diário Oficial da União, no site da PR/RN e no sistema Único.

JOSÉ SOARES

PORTARIA Nº 22, DE 6 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seu órgão infra-assinado, no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição (arts. 127 e 129) e a Lei Complementar 75/93 (arts. 1.º, 2.º, 5.º, 6.º, 7.º, 38 e 39), e na forma da Resolução 87/2006 do CSMPF,

CONSIDERANDO:

a) o teor do auto de infração 598706 lavrado pelo Ibama contra Pirâmide Palace Hotel Ltda.

b) que, findo o prazo de trâmite do procedimento administrativo instaurado para averiguar introdutoriamente os fatos, ainda não há elementos suficientes para sobre eles formar juízo conclusivo;

INSTAURA o INQUÉRITO CIVIL n.º 1.28.000.000864/2009-31 com o seguinte objeto: Meio ambiente. Natal/RN, Via Costeira. Operação de hotel sem licença ambiental.

Interessado: Pirâmide Palace Hotel Ltda.

Autue-se. Comunique-se à 4.ª CCR/MPF. Publique-se no Diário Oficial da União, no site da PR/RN e no sistema Único.

JOSÉ SOARES

PORTARIA Nº 184, DE 23 DE MAIO DE 2011

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.29.000.001353/2009-08

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.29.000.001353/2009-08, tendo como objeto averiguar possível impacto ambiental decorrente da obra de duplicação da rodovia BR 116/RS.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanha como inquérito civil.

Faço, ainda, as seguintes determinações:

a) expedição de ofício ao IBAMA, com cópia do CD-R que contém o RIMA, solicitando:

a.1) a realização de avaliação, descrição e quantificação de todos os eventuais danos ambientais causados em razão da duplicação do trecho da BR 116 situado entre o entroncamento com a BR 290 (no Km 291,20) e o acesso ao município de Pelotas (no Km 510,62), com 219,4km de comprimento.

a.2) a remessa de Relatório a esta PR/RS, acompanhado de cópias de todos os documentos pertinentes;

b) expedição de ofício à IPHAN, com cópia do CD-R que contém o RIMA, solicitando a realização de vistoria no local do empreendimento, e o envio, a esta PR/RS, de relatório, acompanhado de fotos da vistoria, e de informações atualizadas a respeito do processo de licenciamento das obras de duplicação da BR 116.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ENRICO RODRIGUES DE FREITAS

PORTARIA Nº 380, DE 18 DE ABRIL DE 2011

Procedimento Administrativo Nº 1.33.000.003098/2010-31. CONVERSÃO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fundamento no art. 129 da Constituição Federal, regulamentado pelos artigos 5º a 8º da Lei Complementar Nº 75/93, e na Resolução Nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF:

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público instaurar inquérito civil para apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumbam defender (art. 8º, § 1º, da Lei Nº 7.347/85 c/c art. 1º da Resolução Nº 87/2006, do CSMPF);

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 129, III da Constituição Federal e do art. 6º da Lei Complementar Nº 75/93, é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos relativos ao patrimônio público e social e à probidade administrativa, dentre outros, inclusive promovendo a responsabilização respectiva;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da CF/1988 e os princípios da supremacia do interesse público sobre o privado, da finalidade, razoabilidade e proporcionalidade, implícitos do texto constitucional;

CONSIDERANDO que a atual Constituição, em seu artigo 225, dispõe que: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações";

CONSIDERANDO que a Lei Nº 6.938/81estabelece, no seu art. 2º, que: "A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios: I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; (...)";

CONSIDERANDO a existência de Procedimento Administrativo Nº 1.33.000.003098/2010-31 versando sobre construção irregular sobre dunas na praia da Pinheira, em Palhoça/SC, bem como a antiguidade de sua autuação no âmbito do Ofício do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural da Procuradoria da República em Santa Catarina, determino a CONVERSÃO deste Procedimento Administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

tendo por objetivo apurar os fatos acima descritos e outros a eles correlatos.

Para tanto, determino:

a) a abertura, registro e autuação de Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: Meio Ambiente. Construção irregular. Dunas. Praia da Pinheira. Palhoça/SC;

b) a comunicação e remessa de cópia desta Portaria à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, solicitando a devida publicação;

c) após, o retorno dos autos a este Gabinete para novas providências.

WALMOR ALVES MOREIRA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 1.478, DE 3 DE JUNHO DE 2011

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação 000187.2011.01.006/6-601, instaurada com a finalidade de apurar irregularidades atinentes a salário e férias;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Nº 000187.2011.01.006/6-601 em face de APOIO CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ Nº 39.548.953/0001-24, com endereço na Rua Feliciano Sodré, Nº 141, Loja 205, Centro, São Gonçalo /RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, PATRICK MAIA MERÍSIO, que poderá ser secretariado pelo servidor CÉSAR DOS SANTOS PACHECO, Técnico Administrativo.

PATRICK MAIA MERÍSIO

Tribunal de Contas da União

1ª CÂMARA

EXTRATO DA PAUTA Nº 20/2011 (ORDINÁRIA)
Sessão em 14 de junho de 2011, às 15h

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pela 1ª Câmara, na Sessão Ordinária Pública, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 17, 134, 135, 137, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, com alterações promovidas pela Resolução nº 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

TC-003.991/2011-3
Natureza: Representação
Responsável: Jaci Severino de Souza (339.343.714-34)
Interessado: Construtora Suport Ltda. (10.548.764/0001-70)
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São Bento - PB
Advogados: não há.

TC-010.899/2010-3
Natureza: Tomada de Contas -
Exercício: 2009
Responsáveis: Gilmar Ferreira Mendes (150.259.691-15) e outros
Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Justiça
Advogados: não há.

TC-011.324/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Alicia Eloy (284.382.480-04)
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Rio Grande do Sul
Advogados: não há.

TC-011.332/2011-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Anita Silva de Medeiros (570.329.802-44) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Roraima
Advogados: não há.

TC-013.796/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aparecida Teles de Menezes (001.663.143-90) e outros

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF
Advogados: não há

TC-013.800/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lana Carolina Dias de Macedo (985.212.331-91) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF
Advogados: não há.

TC-014.094/2011-8
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Suzana Mite Emri (607.889.177-49)
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro
Advogados: não há.

TC-014.125/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Paulo Henrique Grande Faria (396.850.318-00) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais
Advogados: não há.

TC-014.127/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Elisabete Coutinho da Mata (081.548.527-13) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro
Advogados: não há.

TC-014.316/2011-0
Natureza: Representação
Interessado: Microsens Ltda. (78.126.950/0003-16)
Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF Advogados: não há.

TC-014.807/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elizabeth Maceira Antelo Vasquez (900.889.727-04) e outros
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
Advogados: não há.

TC-014.812/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Renato Baptista Pinto da Cunha (221.117.408-61) e outros
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF Advogados: não há.

TC-014.872/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gustavo Simões Florencio (051.356.096-36) e outros
Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça - STJ Advogados: não há.

TC-015.140/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Neuza Teixeira da Silva (027.707.987-07)
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais Advogados: não há.

TC-027.112/2010-1
Natureza: Monitoramento
Interessado: Secretaria de Controle Externo
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/ES Advogados: não há

TC-034.070/2010-9
Natureza: Representação
Interessado: Lúcia Ehrenbrink - Juíza do Trabalho da 23ª Vara do Trabalho de Porto Alegre/RS - Justiça do Trabalho
Órgão/Entidade: Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na 4ª Região/RS - MF Advogados: não há

TC-037.185/1980-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Adilson Monteiro (380.132.317-04)
Órgão/Entidade:Ministério dos Transportes Advogados: não há.

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-003.758/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/CE
Interessada: Maria Hildira Muniz Santiago Advogados: não há

TC-008.265/2011-9
Natureza: Representação
Interessada: A.C.F. Ferreira Fraga Comercial Ltda.
Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - MC Advogados: não há.

TC-010.938/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: FUNASA - Superintendência Estadual/AC
Interessado: Adão Soares da Silva Advogados: não há

TC-010.975/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: FUNASA - Superintendência Estadual/ES
Interessados: Elias André Agostinho e outro Advogados: não há

TC-011.083/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: FUNASA - Superintendência Estadual/AM
Interessados: Fátima Barroso Balieiro e outros Advogados: não há

TC-011.149/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MA
Interessados: Deoclécia Conceição Rocha Melo e outros Advogados: não há

TC-011.152/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PB
Interessados: Antônio Carvalho da Silva e outros Advogados: não há

TC-011.158/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Sáude/RJ
Interessados: Julieta Cunha da Silva e outros Advogados: não há

TC-011.162/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SC
Interessado: Paulo César Scheidt Advogados: não há

TC-011.163/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP
Interessados: Antenor Sampaio Canejo e outro
Advogados: não há

TC-011.193/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Ministério das Comunicações (vinculador)
Interessados: Justo Goya Neto e outros
Advogados: não há.

TC-011.233/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
Interessados: Ivis de São Jorge Benício Magalhães e outros Advogados: não há.

TC-011.375/2011-6
Natureza: Pensão Civil
Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Mato Grosso do Sul
Interessados: Esmeralda Monteiro Guedes e Reginaldo Ramão Valdes Advogados: não há.

TC-011.422/2011-4
Natureza: Pensão Civil
Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Rio Grande do Sul
Interessados: Assis da Silva Ferreira e outros
Advogados: não há.

TC-011.430/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: FUNASA - Superintendência Estadual/PB
Interessados: Auta Rufino de Araújo e outros
Advogados: não há

TC-011.448/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Entidade: Fundação Nacional de Saúde - MS
Interessados: José Rosaldi Ribeiro Costa e outros
Advogados: não há.

TC-011.473/2011-8
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Hospital dos Servidores do Estado/RJ - MS
Interessados: Inês da Silva Santos e outros Adogados: não há

TC-011.506/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/GO
Interessados: Carlos Magno da Nóbrega e outros
Advogados: não há.

TC-011.556/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Rio de Janeiro
Interessado: Paulo Roberto Fonseca Cavalcanti
Advogados: não há.

TC-013.807/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - MS
Interessados: Adelaide Lúcia Orlowski e outros Advogados: não há.

TC-013.904/2011-6
Naturteza: Atos de Admissão
Interessada: Fernanda Cristina de Oliveira Luna Barbosa
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PE Advogados: não há

TC-013.907/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Sul - DR/RS
Interessados: Adilson Vinício Carneiro e outros Advogados: não há

TC-013.909/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Órgão: Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Sul
Interessada: Silvania Maria Wasmuth e outros Advogados: não há.

TC-013.910/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abraão Chaves de Oliveira e outros
Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Ceará - DR/CE Advogados: não há

TC-013.937/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no RJ
Interessado: Walte Vicente de Freitas Advogados: não há.

TC-013.957/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Oswaldo Cruz - MS
Interessados: Lucia Maria Lino de Oliveira e outros Advogados: não há.

TC-013.982/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Instituto Nacional do Câncer - MS
Interessados: Sebastiana de Souza Faria e outros Advogados: não há.

TC-014.167/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/GO
Interessados: Terezinha Freitas Silveira e outros Advogados: não há.

TC-014.171/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
Interessados: Paulo Roberto da Cruz dos Anjos e outros Advogados: não há.

TC-014.937/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Pará
Interessados: José Almerindo Santos Rodrigues e outro Advogados: não há

TC-014.951/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia
Interessado: Marcos Antônio Mendes da Silva Advogados: não há

TC-014.962/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AM
Interessada: Maria do Socorro Costa Rego de Albuquerque Advogados: não há

TC-014.968/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RS
Interessada: Neuza Regina Quinteiro Goulart Advogados: não há

TC-014.969/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Câncer - MS
Interessado: Miracy de Andrade Machado Advogados: não há.

TC-015.031/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MG
Interessado: Danilo José Barbosa Advogados: não há.

TC-015.093/2011-5
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações
Interessados: Altair Santos e outros Advogados: não há

TC-015.125/2011-4
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MG
Interessada: Maria de Lourdes Vieira Advogados: não há

TC-015.135/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações
Interessados: José Raimundo de Souza Filho e outro Advogados: não há

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-015.148/2011-4
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Amazonas
Interessados: Adria Semem Marques e outros Advogados: não há

TC-015.158/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais
Interessados: Ana Elizabeth Abreu Santos Andrade e outros Advogados: não há

TC-015.180/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/GO
Interessados: Antônio Jair Barbosa e outros Advogados: não há

TC-015.183/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PI
Interessados: Francisco das Chagas Alves Feitosa e outros Advogados: não há.

TC-027.842/2010-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
Responsável: Michael da Costa Móra Advogados: não há.

TC-028.848/2008-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - MCT
Responsável: Maria Helena Pinto da Silva Advogados: não há.

TC-029.479/2010-0
Natureza: Prestação de Contas
Órgão/Entidade: Irb-Brasil Resseguros S.A. - MF
Responsáveis: Alberto de Almeida Pais e outros Advogados: não há

TC-033.836/2010-8
Natureza: Prestação de Contas
Órgão/Entidade: Fundo de Participação Pis-Pasep/MF
Responsável: Marcus Pereira Aucélio Advogados: não há

- Relator, Ministro UBIRATAN AGUIAR

TC-007.086/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Abelardo Pinheiro Costa (CPF 639.664.842-34); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-007.089/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Fabio Antenor dos Santos Rocha (CPF 034.987.473-55); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-007.091/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Joomara Trindade da Silva (CPF 836.912.192-68); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-007.145/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Elzita Pereira Santos (CPF 020.030.477-19); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-007.156/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Abedias Matias de Oliveira Neto (CPF 673.721.557-20); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-007.158/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Cristiane Linhares de Souza (CPF 013.607.987-30); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-007.163/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Monique Ramos de Azevedo (CPF 144.963.297-19); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-007.170/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Cleber Eugenio Gama Balaben (CPF 027.275.978-35); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-007.173/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Juliana Garcia da Silva (CPF 141.813.507-03); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-007.174/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Lyvia Santanna do Valle Dias (CPF 120.121.857-89); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-007.181/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Anna Gabriela Pinto Ferreira (CPF 060.655.577-30); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-007.222/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Abadio Furtado de Souza (CPF 033.189.671-06); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-007.225/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Everson Bertoldo Rodrigues (CPF 354.531.558-41); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-007.227/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Katiuce Vallim Araujo (CPF 364.052.618-08); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-007.242/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Abel Nakayama (CPF 332.885.968-30); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-007.243/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Aparecida Marlene Gandini de Souza (CPF 390.503.789-00); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-007.247/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Katia Yuri Inada (CPF 287.203.798-54); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-007.248/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Marcio Antonio de Souza (CPF 170.567.978-14); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-007.250/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Renata Calvi Cilento (CPF 249.705.548-38); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-007.251/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Sonia Maria Fagundes (CPF 006.293.628-07); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-007.259/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Daniela Pontes Ribeiro (CPF 354.137.228-18); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-007.262/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Karina Marcelino Hobus (CPF 326.880.058-04); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-007.265/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Reginaldo Rodrigues de Oliveira (CPF 312.570.668-89); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-007.972/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Daniel Teixeira Santos (CPF 300.381.288-29); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-007.977/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Monica Spirano (CPF 123.102.328-74); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-007.978/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Rilsa Araujo Cardoso (CPF 912.794.615-00); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-007.986/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Abiail Fernandes (CPF 081.002.068-80); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-007.987/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Antonio Nivaldo Mamoni (CPF 850.589.398-00); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-007.988/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Daniel Cintra de Oliveira (CPF 032.330.928-30); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há

TC-007.989/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Erica Pungi Lippi (CPF 382.100.188-76); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-007.990/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Henrique Fuhlendorf (CPF 063.633.978-55); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-007.992/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Marcia Cristina Goncalves Ferreira (CPF 295.413.858-00); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.001/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Abigail Pereira da Silva Cianci (CPF 081.977.318-29); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.014/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Edna Maria Coronato (CPF 065.085.658-93); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.020/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Gustavo Cesar Domingos Siqueira (CPF 385.405.898-50); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.040/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Regina Aparecida Tadei de Almeida (CPF 12.556.808-90); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-008.042/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Rogerio Gabriel de Oliveira (CPF 020.676.298-40); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.050/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Viviane Rojo Baio (CPF 216.892.808-83); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.067/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Abigail Rosimara dos Santos (CPF 019.877.079-07); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.071/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Andrea Diniz Roscoe Caldeira (CPF 032.390.016-08); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.076/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Claudiane Carla Del Cielo (CPF 050.662.709-81); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.077/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Cristiano Rodrigo Paschoal de Queiroz Pinto (CPF 224.021.498-84); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.080/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Edina Benedita de Oliveira Eccel (CPF 657.018.879-87); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.082/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Elizabeth Gomes Fernandes (671.273.479-72); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.085/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Franciele Schneider (CPF 069.201.399-79); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.086/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Gilberto Tadeu Panassolo (CPF 309.975.260-68); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.088/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Igara Ferreira (CPF 080.903.479-40); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.089/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Ivo Alves da Silva (CPF 530.962.159-87); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.091/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Joao Lizandro de Souza (CPF 039.139.339-13); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.092/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Jose Maria Nunes Junior (CPF 063.504.469-25); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.093/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Juliana Karls (CPF 051.433.429-02); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.097/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Luciano Martins Fernandes (CPF 023.427.879-01); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.099/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Marcia Ferreira dos Santos Dolotero (CPF 053.742.838-04); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.105/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Osnivaldo Goncalves (CPF 018.556.179-94); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.108/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Ricardo Kempner Mertens (CPF 022.828.809-60); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.113/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Suellen Pereira Rodrigues (CPF 073.342.179-26); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.131/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Celoi dos Santos Bernardo (CPF 689.400.410-20); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.136/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Edemar Lacerda Palmeira (CPF 565.631.240-20); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.141/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Fulvio Cofsevicz (CPF 051.685.099-75); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.149/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Ana Paula Pierin (CPF 962.878.610-53); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.153/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Cassia Regina Lima de Oliveira (CPF 411.943.490-72); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.159/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Eder Borges de Macedo (CPF 005.560.240-10); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.166/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Guilerme Not (CPF 030.807.500-55); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.185/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Paula Centeno Armesto (CPF 002.382.660-60); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.186/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Rafael Pereira dos Reis (CPF 010.908.300-84); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.188/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Ronaldo Lopes Rodrigues (CPF 018.404.400-66); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.192/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Susane Pereira Skalinski (CPF 946.931.880-34); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.194/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Valesca Cordeiro (CPF 008.616.790-16); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.197/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Alberto Francisco da Silva (CPF 350.161.753-49); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.204/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Cicera Patricia Alves Oliveira (CPF 031.744.303-80); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.208/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Edvaldo Lima da Silva (CPF 706.290.133-49); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.210/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Euclides Abilio da Silva Neto (CPF 040.059.133-26); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.214/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Francisco Elia Gomes Carneiro (CPF 037.755.263-15); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.215/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Francisco Pinto dos Santos (CPF 043.868.153-33); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.220/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Jefferson Mendes dos Santos (CPF 017.590.793-59); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.226/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Leonardo Gancalves de Alcantara Junior (CPF 011.179.603-23); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.232/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Maria Lucia Pereira Alves (CPF 003.526.113-75); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.243/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Sylvestre David Vaz Rego (CPF 020.251.493-52); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.244/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Tiago Sousa Lopes (CPF 047.700.953-09); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-008.269/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Abel Prudente dos Santos Junior (CPF 038.300.231-11); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.271/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Alinete Cordeiro dos Santos (CPF 020.018.584-50); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.272/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Ana Lucia Romero Candido (CPF 001.468.741-02); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.278/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Cleciane Alves Trincha (CPF 139.951.918-27); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.290/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal Intressados: Irilda Alves de Oliveira (CPF 066.716.671-87); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.340/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Dalva Aparecida Lopes (CPF 042.967.908-46); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.386/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Ariane Ganhao (CPF 085.051.319-75); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-008.387/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Caren Leticia Dantas Goncalves (CPF 917.131.960-34); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.388/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Celio Roberto Gavronski (CPF 040.047.419-04);:e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.390/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Dagmar Magaly Barboza (CPF 075.606.078-88); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.391/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Darci Bahri (CPF 871.363.689-87); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.392/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Dilcineia de Oliveira Cruz (CPF 007.513.819-00); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.401/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Hermes Alexandre do Nascimento Esmerio (CPF 076.114.337-84); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.466/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Marilia Elizia da Silva Rodrigues (CPF 646.584.902-00); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.498/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Cosmo Ribeiro de Sousa (CPF 761.735.691-91); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-008.499/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Danielle Gomes (CPF 014.020.351-60); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-008.500/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Denis Mendes de Souza Roque (CPF 031.090.531-10); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.501/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Djanira Brasil Rocha (CPF 977.983.802-30); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-008.502/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Edmar Luiz Nunes de Araujo (CPF 320.890.661-72); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-008.503/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Eliane Luiz Cardoso Gomes (CPF 588.623.071-87); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-008.504/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Elusia Vasconcelos Oliveira Miranda (CPF 355.233.105-06); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-008.505/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Fabiana Araujo Barra Batista (CPF 859.826.951-49); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-008.506/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Flavia Julliana Ramos Santana Barroso (CPF 785.916.195-87); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-008.508/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Giselle Ilva de Sousa (CPF 037.277.041-01); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-008.509/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Hebert Jesus Lopes da Silva (CPF 030.960.351-05); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-008.510/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Ilda Fernandes da Cunha (CPF 895.686.801-87); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-008.511/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Jacquelyne de Souza Cunha (CPF 041.090.531-37); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-008.512/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Jessica Avelar da Silva (CPF 040.975.651-25); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-008.513/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Joelma Rosa Ferreira (CPF 577.819.151-00); e outras
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-008.514/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Jossel Nunes dos Santos (CPF 001.598.535-08); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-008.515/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Kamila Pereira Guimaraes (CPF 003.788.721-17); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-008.516/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Laert de Deus Santos de Lima (CPF 970.530.312-68); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.517/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Leonardo Peixoto Silva (CPF 024.408.541-23); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.518/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Livya dos Santos Luiz Dourado (CPF 032.710.471-62); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.519/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Luciana Pereira da Silva (CPF 726.138.401-10); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.520/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Luiz Manoel dos Anjos (CPF 014.563.241-52); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.522/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Maria Aparecida Barbosa Ferreira (CPF 676.733.412-04); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.523/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Maria Jose Aparecida (CPF 027.322.816-11); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.524/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Mario Francisco dos Santos Filho (CPF 891.344.351-15); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.525/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Michael Brunner Bispo Goncalves (CPF 038.809.251-35); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.527/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Nivia Mara Alves Rodovalho (CPF 018.565.161-56); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.528/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Paula Ribeiro Diniz Borges (CPF 013.836.686-12); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.530/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Reginaldo Paes dos Reis (CPF 650.681.651-15); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.532/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Rosangela Ferreira da Rosa (CPF 876.500.297-00); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-008.533/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Sandra Medeiros de Oliveira (CPF 918.787.561-68); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.534/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Simone Alves Teles (CPF 004.302.651-66); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.536/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Thaise de Oliveira Bittencourt (CPF 947.089.751-04); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.539/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Wavilla da Silva Santos (CPF 026.092.891-70); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.544/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Abelardo Pereira de Castro Junior (CPF 038.561.985-55); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.545/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Agenor da Silva Leal (CPF 001.935.565-37); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.546/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Alice da Luz Goncalves Torres (CPF 372.290.281-91); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.547/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Ana Lea da Anunciacao Santos de Sena (CPF 980.146.335-04); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.549/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Arilda Carvalho Machado (CPF 688.631.445-91); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.553/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Custodia Pacheco dos Santos (CPF 126.618.215-20); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.554/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Danilo Carvalho Santana Romano (CPF 032.008.885-55); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.555/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Diego Andrei Trindade Valentim (CPF 054.438.455-51); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.556/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Edinei Soares da Silva (CPF 024.693.741-62); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.558/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Elisete Pereira Rodrigues (CPF 011.061.505-03); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.559/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Erica Taiane Souza Silva (CPF 040.516.515-33); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.561/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Francisco Joaquim Barbosa Peixoto (CPF 024.767.645-40); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.562/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Geyson Jorge dos Santos (CPF 018.109.725-74); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.563/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Gleise Tenoria de Jesus (CPF 896.691.505-15); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.564/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Huija Flora de Oliveira Olaran (CPF 052.541.845-82); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.565/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Ismael Almeida Costa (CPF 010.146.715-07); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.567/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Jeane Patricia Souza de Oliveira (CPF 682.815.285-91); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.568/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Joao Ferreira Machado (CPF 000.671.265-70); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.569/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Jose Ananias de Freitas (CPF 871.082.911-34); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-008.570/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Joselia Souza de Almeida (CPF 035.304.835-67); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.017/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Alex Batista dos Santos (CPF 929.358.695-91); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.018/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Ana Angelica Sanches Reis (CPF 025.551.265-11); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.019/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Anderson Natalicio Batista Dias (CPF 015.512.495-10); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.021/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Brian Brito de Barros (CPF 045.265.305-30); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.022/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Carlos Alexandre Pereira Teixeira (006.854.875-39); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.023/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Claudemir Araujo Santos (CPF 040.543.835-48); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.024/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Cristiana Pereira do Nascimento Silva (CPF 955.116.875-53); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.025/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Daniel Suzarte Silva (CPF 033.408.405-98); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.027/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Edete Maria Lopes Carvalho (CPF 160.640.625-68); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.028/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Edson Gomes Ferreira Junior (CPF 013.337.325-89); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.030/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Emerson de Castro Conte (CPF 003.339.665-54); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-009.031/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Fabiane Henkel (CPF 058.476.879-66); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-009.032/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Flaviane Antonia Guimaraes (CPF 778.984.195-53); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-009.033/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Geovane Santana de Araujo (CPF 791.536.405-78); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-009.034/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Glasiele da Silva Amaral (CPF 017.479.205-09); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-009.035/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Hildete Santos Cabral (CPF 971.777.335-15); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-009.037/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Jadson Nunes de Jesus (CPF 052.453.965-05); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-009.038/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Jeane Santana Almeida (CPF 041.260.185-06); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-009.039/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Joel Eugenio Cordeiro Junior (CPF 038.018.815-55); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-009.040/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Jose Henrique de Franca Ramos (CPF 025.716.975-01); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-009.042/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Karla Rocha Nascimento (CPF 028.047.315-02); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-009.043/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Lea Isis Martins Gomes (CPF 841.316.835-04); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-009.044/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Lidiane Santos de Jesus (CPF 046.542.385-06); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-009.045/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Luane Alcantara Nunes (CPF 043.837.265-42); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-009.046/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Luis Felipe Santana Nascimento (CPF 052.275.885-11); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-009.047/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Marcelo Goncalves Oliveira (CPF 014.905.475-09); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-009.048/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Maria Amalia Barbosa de Oliveira (CPF 095.912.905-78); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-009.049/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Maria Magna Silva Porto (CPF 001.003.445-50); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-009.051/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Milena Nascimento de Carvalho (CPF 798.434.925-87); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-009.052/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Napoleao Pires dos Santos (CPF 656.356.205-15); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-009.053/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Odeli Silva de Souza (CPF 041.665.255-73); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-009.054/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Paulo Roberto Pires Oliveira (CPF 028.025.495-45); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-009.055/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Raimundo Nonato Pinto da Silva (CPF 902.902.408-91); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-009.057/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Rogerio Goncalves Cedro (CPF 053.068.795-00); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-009.058/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Rosenice Cristina de Souza Copque (CPF 797.621.405-59); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-009.096/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Abilenne Kelly Maia de Melo (CPF 050.620.495-20); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-009.097/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Adriano Miranda dos Santos (CPF 038.194.355-06); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-009.098/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Alexsandro Ribeiro Alves (CPF 072.674.156-60); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-009.099/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Ana Carolina Souza de Jesus (CPF 045.482.855-12); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-009.101/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Antonio Ferreira dos Santos (CPF 844.396.025-68); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-009.102/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Bernadete Paula Silva (CPF 611.651.236-49); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-009.104/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Cenira dos Anjos Correia (CPF 046.679.796-66); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-009.105/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Cleidiane Alves do Sacramento (CPF 057.346.715-33); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-009.106/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Daiane Santos Rezende (CPF 043.664.355-35); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-009.108/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Dilane Elizeth Coelho (CPF 092.641.826-24); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG Advogados: não há.

TC-009.109/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Edlamar Oliveira Nunes (CPF 003.466.335-59); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.110/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Eliana Santos Chaves (CPF 012.859.315-64); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.112/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Fabiana Alves de Sousa (CPF 012.147.615-42); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.113/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Fernanda Santos Lopes Rocha (CPF 107.380.876-96); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.114/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Geane Francisca Barbosa Teixeira (CPF 057.884.465-62); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.115/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Ginaceles Goncalves Rosa (CPF 184.422.888-64); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.117/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Isac Emanuel Dias Ribeiro (CPF 038.686.275-37); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.119/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Jardel Ciro Borges dos Santos (CPF758.960.795-91); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.120/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Joana Gledison Moreira Caldas (CPF 490.755.605-59); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.122/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Josiane Patricia Nogueira da Cunha (CPF 089.329.766-60); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.123/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Juscelia Alves de Souza (CPF 052.985.085-02); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.124/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Lanna Luiza Leal Silva (CPF 047.827.035-62); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.126/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Lucas Gomes Lima (CPF 038.692.805-30); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.127/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Lucineide Pereira dos Santos Lima (CPF 951.618.215-15); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.129/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Marco Paulo Souza Rocha (CPF 039.404.605-67); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.130/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Maria Domingas de Jesus Batista (CPF 930.217.635-53); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.131/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Maridalva Barreto Correia (CPF 665.503.195-87); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-009.132/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Mauricio Alves dos Santos (CPF 033.132.415-65); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.133/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Monaliza de Souza Costa (CPF 033.734.255-57); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.135/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Patricia Dias da Rocha (CPF 071.967.756-43); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.136/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Priscila Donizete da Fonseca (CPF 074.383.516-61); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.139/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Rosane Morais Soares Nascimento (CPF 022.136.825-69); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.246/2010-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Mario Nonato Silva (CPF 001.277.282-87)
Órgão: Ministério da Integração Nacional (vinculador) Advogados: não há.

TC-009.248/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Arthur Fernando Costa (CPF 086.344.066-52); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.249/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Cacilda Moreira de Souza (CPF 053.724.136-11); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.250/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Caroline Kenea Augusto da Silva (CPF 061.399.446-94); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.252/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Cristiane Melo dos Santos Rosa Xavier (CPF 041.105.176-80); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.254/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Diana Ribeiro Silva (CPF 110.136.186-70); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.256/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Eliana Divina dos Anjos Rocha (CPF 086.958.986-52); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.258/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Fabiane Aparecida Ferreira (CPF 103.510.586-13); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.259/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Fernando Aparecido Rodrigues Correa (CPF 037.812.506-01); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.260/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Frederico Resende Ferreira (CPF 072.775.416-50); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.261/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Gisele Cristina Vieira Celeri (CPF 047.867.549-60); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.262/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Gustavo Willian de Souza Silva (CPF 103.488.276-79); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.263/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Iolanda Soares Pereira (CPF 681.764.306-68); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.264/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Janaina Carla Silva (CPF 103.727.056-85); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.265/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Jessica Peixoto Rodrigues (CPF 062.421.086-31); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.267/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Jucelia Lino Lima (CPF 225.672.898-60); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.268/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Karen Alice Carvalho (CPF 083.616.356-70); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.272/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Luciano Daniel da Cruz (CPF 860.244.856-20); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.274/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Marcia Maria de Souza (CPF 007.202.066-00); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.279/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Nara Ronita de Faria (CPF 068.631.816-14); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.281/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Paula Veronica de Oliveira (CPF 038.278.566-55); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.285/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Rosangela Dias Gomes da Silva Sabino (CPF 058.514.176-25); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.290/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Valdelucio Santos Silva (CPF 073.811.876-12); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.291/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Vera Lucia Dias do Carmo (CPF 455.941.716-49); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.310/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Cassia Pereira da Silva (CPF 104.356.256-75); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.314/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Diana Rodrigues de Souza (CPF 107.826.586-01); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.315/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Edimilson Carvalho Aguiar (CPF 110.963.386-61); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.321/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Geraldo Joao Martinho Santana (CPF 028.850.418-62); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.342/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Rafael Dimas da Silva Lima (CPF 055.984.826-90); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.343/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Regiane Alves dos Santos (CPF 098.668.206-37); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.347/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Sergio Amorim Gouvea Junior (CPF 052.332.027-27); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.349/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Tarcio Jose de Arantes (CPF 624.123.966-04); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.351/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Vanete Viana Goncalves (CPF 087.732.056-05); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.379/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Cesar Keiki Nakano Ono (CPF 073.306.539-26); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.387/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Eunice Ribeiro Candido (CPF 719.639.449-68); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.390/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Gilka da Veiga Salfer (CPF 048.271.799-80); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.399/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Leonardo Jose Barcellos (CPF 037.368.349-93); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.405/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Mariana Vieira Calixto (CPF 045.448.129-25); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-009.408/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Nicole Bento Maia (CPF 065.872.209-32); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.414/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Rute Barros Block (CPF 056.205.129-59); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.420/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Viviane Aparecida de Souza (CPF 021.788.849-62); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.443/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Clodoaldo Cardoso Vieira Neto (CPF 963.961.302-97); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.445/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Diana Camila de Souza Pinto (CPF 006.296.411-96); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.449/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Evilin Maria Gomes Sampaio (CPF 045.451.713-03); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.467/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Maria Daiane da Ponte (CPF 046.404.303-45); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.567/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Marcelo Galdino dos Santos (CPF 055.321.044-09); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.575/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Raimundo Pereira Lima Junior (CPF 067.068.724-31); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.577/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Romario Leandro Aleixo (059.431.124-13); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Mp Advogados: não há.

TC-009.630/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Abdeel Rodrigues Silva (CPF 042.155.895-41); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.631/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Alaisla Santos Ferreira (CPF 040.996.965-61); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.633/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Ana Marcia Silva da Rosa (CPF 467.371.540-34); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.636/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Bruna Karoline Andrade de Souza (038.025.355-02); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Advogados: não há.

TC-009.638/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Cesar Eloi da Silva (074.022.544-88); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.642/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Diego Weidemann Rache Vitello (CPF 007.537.970-89); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.644/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Eliezer Fontes da Victoria (CPF 800.590.155-00); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.647/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Filipe de Albuquerque Silva (076.884.844-05); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.649/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Gleyce Kelly dos Santos (CPF 074.511.234-05); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.657/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Kamila Saraiva de Oliveira (CPF 065.626.254-08); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.658/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Larissa Evelyn Santos Silva (842.567.025-04); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.659/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Liane Pilger (408.566.580-49); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.660/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Lucas Florentino Barboza (CPF 057.293.684-29); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.661/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Luis Henrique Boscato (446.546.850-49); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.663/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Mari Silvana de Quadros (307.617.600-59); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.664/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Maria Katiucia de Sa Passos (048.893.575-05); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.666/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Meriele Flourence Vieira Gomes (CPF 001.790.260-62); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.667/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Nadja Tenorio de Albuquerque (534.412.304-34); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.668/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Odir Becker Mesquita (011.824.370-52); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.669/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Paulo Renato Bezerra da Silva (073.432.394-81); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.670/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Rafael Fogazzi Passuello (920.721.350-87); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.672/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Rodrigo Fehlberg Stone (CPF 019.772.200-88); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.673/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Rosely Maria Morais de Lima Frazao (066.703.214-22); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.675/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Simone Slongo (CPF 011.980.070-52); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.676/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Tamyres Oscar Santos (062.407.024-71); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.677/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Thiago Menezes Correia (053.296.455-14); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.678/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Vanete Terezinha da Silva (CPF 359.413.080-00); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.683/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Abadia da Conceicao da Silva do Carmo (CPF 567.789.291-20); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.684/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Agnaldo Jose Oliveira (CPF 540.284.509-34); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.685/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Aline Estefania da Silva (086.990.066-83); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.686/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Ana Maria Santos Nunes (066.131.522-34); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.688/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Antonio Ricardo Ferreira (CPF 222.817.621-49); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.689/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Bruna Eduarda Andrade dos Santos (041.629.801-01); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.690/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Carmem Netee da Silva (CPF 028.340.961-47); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.691/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Clarice Francisca Barbosa (CPF 016.888.221-35); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-009.692/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Cristian Perroni (006.614.350-08); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.693/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Daniela Cristina Sgarabotto (006.004.731-39); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.698/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Eslaine Dias Abreu (CPF 033.178.401-70); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.701/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Gilberto Dorneles da Rocha (CPF 023.156.270-52); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.704/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Izadora Carvalho Laner (CPF 036.720.131-37); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.705/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Jeane Glades Nonato (CPF 009.427.721-48); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.712/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Lucia Regina Fernandes Novaes (CPF 444.083.231-87); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.715/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Marcus Vinicius Garcia Sampaio (CPF 012.264.635-50);e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.721/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Patricia Adriane Hillesheim Quinot (CPF 740.816.910-53); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.725/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Rosangela Soares dos Santos (CPF 852.765.611-68); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.747/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Dayane Oliveira Santos (017.868.891-61); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-009.749/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Eleci Bomfim (042.539.079-97); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP Advogados: não há.

TC-010.107/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Adriana Correia Pedro (CPF 299.923.068-07); e outros
Órgão: Ministério Público Federal - MPU Advogados: não há.

TC-010.882/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Elton Bonfanti (CPF 364.913.731-34); Heloísa Pancieri Stoco (CPF 003.226.975-73); Rita de Cássia Fagundes Poggio Oliveira (CPF 919.743.485-04)
Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF Advogados: não há.

TC-010.888/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Emmanuelle Wanessa Izidio (CPF 061.865.884-08); Maria Virgínia Fonseca Guimarães (CPF 837.035.277-49); Rodrigo Maia da Fonte (CPF 027.550.315-14)
Órgão: Tribunal Regional Federal 5ª Região (CPF PE-AL-CE-PB-RN-SE) Advogados: não há.

TC-014.437/2010-4
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Álvaro José Minali (CPF 363.154.198-87)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso - MEC Advogados: não há.

TC-025.307/2009-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Bispo dos Santos (CPF 125.511.557-20)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo - MEC Advogados: não há

TC-025.522/2010-8
Natureza: Prestação de Contas
Responsáveis: Sérgio Marcolino Logen (CPF 203.296.361-20); Maura Catharina Gabínio e Souza (CPF 121.014.001-20); Alonso Resende do Nascimento (CPF 110.343.519-15); Arlene dos Santos Machado Zancanelli (CPF 250.258.991-68); Carlos Seiji Tsuge (CPF 139.623.371-72); Edgar Rodrigues Pereira (CPF 850.052.748-04); Isaias Bernardini (CPF 043.759.478-53); Ismael Ferreira de Arruda (CPF 164.470.261-49); Jonathas Soares de Camargo (CPF 472.679.330-68); José Paulo Rímoli (CPF 027.618.581-15); José Roberto Silva (CPF 674.782.208-00); João da Silva (CPF 175.165.101-06); Kleber Luiz Recalde (CPF 779.229.997-04); Marlene Alves Nogueira Rondon (CPF 104.865.851-15); Margit Fleck (CPF 445.930.071-00); Natel Henrique Farias de Moraes (CPF 025.096.759-66); Olga Martins Torres (CPF 293.911.991-00); Romão Chaim Asseff (CPF 033.927.161-20); Samuel da Silva Freitas (CPF 283.768.382-53); Sidnei Pitteri Camacho (CPF 337.438.431-53); Tereza Cristina Correa da Costa Dias (CPF 209.694.306-04).
Entidade: Serviço Social da Indústria-SESI - Departamento Regional/MS Advogados: não há.

TC-026.799/2010-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Tais Silveira Quaresma (CPF 090.920.057-20); Vera Lucia Alves (CPF 216.667.097-00)
Entidade: Colégio Pedro II - MEC Advogados: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-000.296/2011-2
Natureza: Representação
Representante: Cleverton Aragão Matos (CPF 960.595.755-87)
Unidade: Prefeitura Municipal de Itabi - SE Advogados: não há.

TC-005.445/2010-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Michel Etcheverry Torres (909.343.180-34)
Unidade: Refinaria Alberto Pasqualini S.A. - Petrobras - MME. Advogados: Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250), Ednardo Souza D'Avila Melo (OAB/RJ 56.254), Gabriela Navarro Guedes Fernandes (OAB/RJ 166.107), Gustavo Cortês de Lima (OAB/DF 10.969), Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882), Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB/RJ 121.685), Marcia Granja Maués (OAB/RJ 119.214), Maria Cristina Bonelli Wetzel (OAB/RJ 124.668), Marta de Castro Meireles (OAB/RJ 130.114), Paulo Vinícius Rodrigues Ribeiro (OAB/RJ 141.195), Rafaella Farias Tuffani de Carvalho (OAB/RJ 139.758), Renata Granja Maués (OAB/RJ 155.435), Ricardo José da Rocha Silva (OAB/RJ 134.996), Roberto Cruz Couto (OAB/RJ 19.329), Rodrigo Muguet da Costa (OAB/RJ 124.666), Suzana de Queiroz Galvão (OAB/RJ 145.751), Thiago de Oliveira (OAB/RJ 122.683).

TC-006.495/2009-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Helena Silveira (353.648.317-87) e outros
Unidade: Superintendência Estadual do INSS - Vitória/ES - INSS/MPS. Advogados: não há.

TC-006.893/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Bernardo Soares Correa (058.881.397-42) e outros
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Espírito Santo - MAPA Advogados: não há.

TC-010.161/2011-2
Natureza: Representação
Representante: Deicmar Armazéns Alfandegados de Guarulhos S.A.
Unidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) Advogada: Dejanane Lima Coutinho OAB/DF nº 12.053.

TC-011.199/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Osmar Batista Soares (087.707.940-49)
Unidade: Câmara dos Deputados Advogados: não há.

TC-011.465/2011-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Rita Duarte Nunes (142.498.757-17) e outros
Unidade: Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Mdic Advogados: não há.

TC-011.480/2011-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Carmelinda Maria de Jesus (526.637.107-25) e outros
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Espírito Santo - MAPA Advogados: não há.

TC-013.035/2009-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antônio Melquiades Mesquita Filho (047.648.797-86) e outros
Unidade: Petróleo Brasileiro S.A. - MME. Advogados: não há.

TC-013.313/2010-0
Natureza: Representação
Interessado: Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas da União (MP/TCU)
Unidade: Petróleo Brasileiro S.A. Advogados: André Uryn (OAB/RJ 110.580), Carlos da Silva Fontes Filho (OAB/RJ 59.712), Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250), Daniele Farias Dantas de Andrade (OAB/RJ 117.360), Eduardo Jorge Leal de Carvalho e Albuquerque (OAB/RJ 57.404), Ésio Costa Júnior (OAB/RJ 59.121), Frederico Maia Mascarenhas (OAB/RJ 155.437), Guilherme Rodrigues Dias (OAB/RJ 58.476), Gustavo Cortês de Lima (OAB/DF 10.969), Hélio Siqueira Júnior (OAB/RJ 62.929), Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882), Ingrid Andrade Sarmento (OAB/RJ 109.690), Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB/RJ 121.685), Juliana de Souza Reis Vieira (OAB/RJ 121.235), Luiz Carlos Sigmaringa Seixas (OAB/DF 814), Marcelo Certain Toledo (OAB/SP 158.313), Marcos Pinto Correa Gomes (OAB/RJ 81.078), Maria Cristina Bonelli Wetzel (OAB/RJ 124.668), Marta de Castro Meireles (OAB/RJ 130.114), Nelson Sá Gomes Ramalho (OAB/RJ 37.506), Nilton Antônio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460), Paula Novaes Ferreira Mota Guedes (OAB/RJ 114.649), Paulo Vinícius Rodrigues Ribeiro (OAB/RJ 141.195), Rafaella Farias Tuffani de Carvalho (OAB/RJ 139.758), Ricardo Penteado de Freitas Borges (OAB/SP 92.770), Roberto Cruz Couto (OAB/RJ 19.329), Rodrigo Muguet da Costa (OAB/RJ 124.666), Thiago de Oliveira (OAB/RJ 122.683).

TC-013.905/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Marcela Fernandes Costa Lemos (706.532.161-49)
Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Advogados: não há.

TC-013.947/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Altamiro Pedroso de Lino (047.927.771-00) e outros
Unidade: Grupo Executivo para Extinção do DNER - MT (em Liquidação) Advogados: não há.

TC-013.995/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Francisco Correia da Silva (022.988.303-63)
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Ceará - MAPA Advogados: não há.

TC-014.352/2010-9
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Elizabeth Gennari (196.369.388-49)
Unidade: Gerência Executiva do INSS - São Paulo-Pinheiros/SP - INSS/MPS Advogados: não há.

TC-014.393/2010-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Bernadete Aparecida Santana Ribeiro Sponquiado (070.425.808-00) e outros
Unidade: Gerência Executiva do INSS - São José do Rio Preto/SP - INSS/MPS Advogados: não há.

TC-014.397/2010-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Izolina Santana Ercolini (171.665.838-19) e outros
Unidade: Gerência Executiva do INSS - Piracicaba/SP - INSS/MPS Advogados: não há.

TC-015.114/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Guilhermina Lemos Guimarães (814.338.088-20) e outros
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais - MAPA Advogados: não há.

TC-028.034/2009-6
Apenso: TC-016.803/2009-0 (Solicitação)
Natureza: Representação
Representante: Ministério Público Federal
Unidade: Refinaria Alberto Pasqualini S.A. - Petrobras - MME Advogados: André Uryn (OAB/RJ 110.580), Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250), Daniele Farias Dantas de Andrade (OAB/RJ 117.360), Fernando Augusto M. Nazaré (OAB/DF 11.485), Frederico Rodrigues Barcelos de Sousa (OAB/DF 16.845), Gabrieli Corcino Pires Ribeiro (OAB/DF 16.846), Gustavo Cortês de Lima (OAB/DF 10.969), Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882), Ingrid Andrade Sarmento (OAB/RJ 109.690), Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB/RJ 121.685), Juliana de Souza Reis Vieira (OAB/RJ 121.235), Marcelo Certain Toledo (OAB/SP 158.313), Marcos Pinto Correa Gomes (OAB/RJ 81.078), Maria Cristina Bonelli Wetzel (OAB/RJ 124.668), Marta de Castro Meireles (OAB/RJ 130.114), Paula Novaes Ferreira Mota Guedes (OAB/RJ 114.649), Paulo Vinícius Rodrigues Ribeiro (OAB/RJ 141.195), Rafaella Farias Tuffani de Carvalho (OAB/RJ 139.758), Ricardo Penteado de Freitas Borges (OAB/SP 92.770), Roberto Cruz Couto (OAB/RJ 19.329), Rodrigo Muguet da Costa (OAB/RJ 124.666) e Vera Lúcia Santana Araújo (OAB/DF 5.204).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-031.115/2010-1
Natureza: Representação
Representante: Juizado Especial Federal - 3ª Vara - Seção Judiciária de Tocantins
Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS Advogados: não há.

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-003.971/2011-2
Natureza: Representação.
Entidade: Conselho Federal de Educação Física - Confef.
Interessada: 1ª Secretaria de Controle Externo - Secex-1. Advogados: não há.

TC-004.504/2011-9
Natureza: Representação.
Entidade: Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais - CRMV/MG.
Interessada: Adcon Administração e Conservação Ltda. Advogados: Délio Ferraz de Oliveira, OAB/MG n. 102.669; Guilherme Alvim Ayres, OAB/MG n. 97.651; Elizabeth de Castro Alvim Ayres, OAB/MG n. 37.712; Renato Alvim Ayres, OAB/MG n. 122.672; Leandro de Sousa Lima Quirino, OAB/MG n. 26556-E.

TC-005.895/2011-1
Natureza: Representação.
Entidade: Município de Miracema do Tocantins - AGU/TO.
Interessada: Procuradoria da União no Estado de Tocantins - AGU/TO. Advogados: não há.

TC-006.094/2011-2
Natureza: Aposentadoria.
Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Distrito Federal - SRTE/DF.
Interessada: Lucila Tapajós Macedo. Advogados: não há.

TC-007.115/2009-4
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Estado de Roraima.
Responsáveis: Altamir Ribeiro Lago e outros. Advogado: Sebastião Ernesto Santos dos Anjos, OAB/RR n. 123-B.

TC-011.046/2011-2
Natureza: Aposentadoria.
Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Espírito Santo - SRTE/ES.
Interessados: Jarbas Lima da Silva e Roque Helder Moschen. Advogados: não há.

TC-011.051/2011-6
Natureza: Aposentadoria.
Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Alagoas - SRTE/AL.
Interessado: Denis Vieira Rocha. Advogados: não há.

TC-011.098/2011-2
Natureza: Aposentadoria.
Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais - SRTE/MG.
Interessado: Afonso Celso de Oliveira Filho. Advogados: não há.

TC-011.459/2011-5
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso - SRTE/MT.
Interessadas: Maria de Lurdes Martins Ribeiro e Tassiana Martins Ribeiro. Advogados: não há.

TC-012.847/2011-9
Natureza: Representação.
Entidade: Município de Goiânia/GO.
Interessada: Procuradoria da República em Goiás - MPF/PR/GO. Advogados: não há.

TC-015.099/2011-3
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul - SRTE/MS.
Interessado: Geraldo Ramos. Advogados: não há.

TC-021.192/2010-3
Natureza: Tomada de Contas
Exercício: 2009.
Unidade: Comando Logístico - MD/CE.
Responsáveis: Jarbas Bueno da Costa e outros. Advogados: não há.

TC-027.944/2009-7
Natureza: Tomada de Contas
Exercício: 2008.
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais - TRE/MG.
Responsáveis: Elizabeth Rezende e outros. Advogados: não há.

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-011.960/2006-5
Natureza: Prestação de Contas.
(HAVERÁ SUSTENTAÇÃO ORAL)
Responsáveis: Abel Rodrigues Alves (005.661.872-72); Adonay Farias Sabá (143.337.162-68); Alcinéia Araújo da Costa (600.743.612-87); Aldalea Barroso Fogaça (735.125.912-72); Aldimar José Diger Paes (015.249.412-04); Américo Augusto Souto Rodrigues Esteves (815.400.007-53); Andrea Monique Abitbol Ribeiro (344.455.602-00); Andreia das Chagas Valente (683.292.292-20); Antonio Carlos da Silva (002.008.322-04); Antonio Sebastião Ferreira Lima (027.712.842-00); Antônio Carlos Levy Rabelo (010.290.881-87); Athaydes Mariano Felix (021.855.208-49); Aureci de Paula Monteiro (574.213.822-91); Cecília Bichara da Silva (588.052.812-04); Claudia Lúcia Cassiano Nagai (273.462.002-25); Cristiane de Souza Queiroz (562.185.402-00); Danielle Hounsell Silva Garcia (143.364.302-25); Denis Cavalcante Monteiro (275.504.942-15); Dioclécio de Miranda Correa (068.372.712-53); Doralice da Silva Gomes (600.816.352-49); Edmilson Soares de França (711.505.872-53); Flavia Correa Grassini (520.162.002-78); Floro Florêncio da Silva (015.173.502-63); Francisco Garcia Rodrigues (005.309.482-49); Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (138.515.512-49); George Tasso Lucena Sampaio Calado (147.945.192-49); Glauce Regina Lins Brito da Silva Meireles (407.494.602-53); Haroldo Jorge de Souza Valle Furtado (022.370.162-91); Heldenira Rolim de Castro (262.978.842-34); Helder Sandro de Araujo Fournier (726.300.272-87); Hellen Anny Barros de Paiva (346.452.842-15); Izete Pereira Tavares (239.268.302-63); Jane Lopes da Silva Serudo (336.034.482-00); Jerusa Lopes Farias (730.378.002-59); Joana Zeulia Correia Ribeiro (507.950.402-10); Jose Nasser (013.379.122-04); José Guaraci Mota de Lima (574.406.202-59); João Machado Mitoso (001.073.012-53); Jucicleide Alves de Melo (048.401.192-87); Kelly Cristina Alencar da Silva (334.970.362-34); Kelsilene Sampaio Paiva (327.872.942-00); Leda Cristina Santos (445.583.922-49); Leovegildo Soares (007.094.332-04); Lia Maria Almeida de Oliveira (230.536.822-49); Luciana Brito Litaiff (672.860.972-53); Luziele da Silva Paiva (347.441.692-87); Manoel Batista Junior (978.177.245-04); Manuel Sales de Oliveira (725.064.402-59); Maria Auxiliadora Mourão Tuer (069.990.852-34); Maria Benedita da S. Nascimento Junior (232.964.372-15); Maria Cecília Cauper de Carvalho (128.349.982-72); Maria Conceição Mendonça Amorim (201.457.642-49); Maria José Matos Vital (238.796.882-49); Maria de Lourdes Raposo Cavalcanti (178.338.764-53); Maria de Lourdes Simão Queiroz (214.150.482-15); Maria do Carmo da Silva Ribeiro (560.879.852-04); Mauricio Andrade Marsiglia (025.130.308-00); Michelle Antony Loureiro (638.094.782-53); Moysés Benarrós Israel (000.291.902-82); Mário Expedito Neves Guerreiro (000.867.202-44); Noelia Vilhena Cezario (657.439.112-15); Paulo Cesar Gomes de Oliveira (903.278.967-87); Poliana Matos Nobre (514.595.662-20); Polyanna da Silva Morais (734.196.302-63); Regiane de Souza Monteiro (589.117.312-34); Roberto de Lima Caminha Filho (035.075.212-53); Rosana de Araújo Andrade (343.942.812-53); Rosemeire Bezerra da Silva (621.304.202-49); Sandra Antunes Marinho (474.643.482-49); Songela Santos de Castro (524.586.282-49); Suely da Cruz Martins (406.608.342-00); Tadeu Braga da Costa (159.795.042-49); Valdenilson Silva Magalhães (698.951.392-68); Vando José Oliveira Pimentel (773.880.892-68); Vanusa Viana de Freitas Reis (445.944.612-04); Viglianne Pereira de Lima (493.176.012-00).
Entidade: Serviço Social da Indústria - Departamento Regional do Amazonas. Advogados: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546), Jaques Fernandes Reolon (OAB/DF 22.885), Abel Rodrigues Alves (OAB/DF A-3).

Interessado(s) na Sustentação Oral
Jorge Ulisses Jacoby Fernandes - OAB/DF 6.546
Jaques Fernando Reolon - OAB/DF 22.885

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

Classe I - Recursos

TC-003.344/2006-4
Natureza: Recurso de Reconsideração
Entidade: Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 6ª Região - CRECI/PR - CNPJ 76.693.910/0001-69
Recorrentes: Alfredo Luiz Garcia Lopes Canezin, presidente - CPF 447.508.469-53; João Teodoro da Silva, ex-presidente - CPF 157.714.079-68 Advogados: Kátia Vieira do Vale - OAB/DF 11737, Walter Costa Porto - OAB/DF 6098, Antônio Perilo Teixeira Neto - OAB/DF 21359, Paula Pires Parente - OAB/DF 23668 e Henrique Araújo Costa - OAB/DF 21989
(HAVERÁ SUSTENTAÇÃO ORAL)

TC-013.199/2005-7
Natureza: Recurso de Reconsideração
Entidade: Caixa Econômica Federal (Caixa) Responsáveis/Interessados: Luiz Roberto Kuenzer Bond (ex-Gerente-Geral da Agência Muricy-Curitiba, CPF 157.514.229-53), Osmar Domingos Foggiatto (ex-Gerente-Adjunto da Agência Muricy-Curitiba, CPF 080.439.499-72), Jozi do Carmo Pacheco Marques (ex-Caixa Executivo da Agência Muricy-Curitiba, CPF 233.502.619-49), Júlio Cezar Salomão (CPF 253.747.299-34), Estar Transportes Ltda. (CNPJ 80.834.179/0001-11), Salomão & Filhos Ltda. (CNPJ 81.221.640/0001-23) e Santa Paula Industrial Alimentícia Ltda. (CNPJ 81.136.061/0001-82)
Recorrente: Júlio Cézar Salomão (CPF: 253.747. 299-34) Advogado: Leandro Salomão (OAB/RJ nº 136.908)

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-023.745/2009-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas - CUNPIR - CNPJ 01.374.793/0001-71
Responsáveis: Almir Narayamoga Suruí - CPF 499.366.972-00; Antenor de Assis Karitiana - CPF 204.483.332-87; Sanec - Saneamento, Construção e Conservação Ltda. - CNPJ 00.970.183/0001-78 Advogado: Hailton Otero Ribeirod e Araujo - OAB-RO 529

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-014.489/2010-4
Natureza: Pensão Civil.
Órgão: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
Interessados: CAIO GIROLAMO SILVA DE BARROS (CPF 420.913.428-74) e ZILDA PEREIRA DA SILVA (CPF 028.197.468-37), pensionistas de ADHERBAL CAIO DE BARROS (CPF 021.829.958-38); PEDRO BORGES DO AMARAL (CPF 373.576.668-40), TANIA CASSIA BORGES DO AMARAL (CPF 126.804.968-92) e VITOR BORGES DO AMARAL (CPF 363.063.708-62), pensionistas de AIRTON ALEXANDRE DO AMARAL (CPF 069.148.468-63); HELENA DE SOUZA SANTOS MARCONDES (CPF 623.995.278-87), pensionista de AMADEU MARCONDES FILHO (CPF 532.012.308-63); ANA MARIA QUEIROZ GUIMARÃES PROTTI (CPF 721.529.158-87), pensionista de CLOVIS VICTOR PROTTI (CPF 525.012.218-34); SEIEI TABA (CPF 041.050.918-32), pensionista de DALVA MITSUE TABA (CPF 844.196.368-15); CELIA SANTOS MORAIS RODRIGUES (CPF 009.218.798-65), pensionista de EDSON APARECIDO RODRIGUES (CPF 093.117.438-44); JAMILE GALVÃO DOS SANTOS MIRANDA (CPF 388.067.558-97), MARIA INÊS DOS SANTOS MIRANDA (CPF 887.221.638-91) e TÁRSIS GALVÃO DOS SANTOS MIRANDA (CPF 388.067.568-69), pensionistas de JEDIAEL GALVÃO MIRANDA (CPF 054.059.188-22); VIVIANE REGINA VIEIRA LUCAS (CPF 409.717.548-37), pensionista de LEDA REGINA VIEIRA (CPF 059.487.168-99); WILMA LUIZA VIVIANI TURCI (CPF 213.013.778-48), pensionista de MIGUEL TURCI (CPF 056.812.518-53); WILMA LUIZA VIVIANI TURCI (CPF 213.013.778-48), pensionista de MIGUEL TURCI (056.812.518-53); e ADALGISA APARECIDA DE CARVALHO SILVA (CPF 042.339.268-99), LETÍCIA CARVALHO ALVES DA SILVA (CPF 347.210.338-85) e THAISI CARVALHO ALVES DA SILVA (CPF 408.660.918-58), pensionistas de VALMIR ALVES DA SILVA (CPF 915.030.948-04). Advogados: não há

Classe VI - Representação

TC-007.503/2010-5
Natureza: Representação.
Interessado: Controladoria-Geral da União/CGU.
Entidade: Prefeitura Municipal de Sabáudia/PR (CNPJ nº 76.958.974/0001-44).
Responsável: Ilson Mendes, ex-prefeito (CPF nº 458.520.579-91). Advogados: não há.

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-002.265/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Minas Gerais.
Interessado: Ricardo Simões Siano Advogados: não há.

TC-003.757/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Ceará.
Interessado: Isaac Alves de Freitas Advogados: não há.

TC-003.759/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Minas Gerais.
Interessados: Silas Faleiro, Sylvio Ribeiro e Sérgio Pessoa Coelho Advogados: não há.

TC-011.028/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Pará
Interessados: Aladim Pamplona Ferreira; Anacleto Alves Pereira; Antonio Simões de Miranda; Antonio da Silva Mota; Argemiro da Conceição Seabra; Benedito Almeida de Melo; Benedito da Silva Pinheiro; Braz Vilaça Rodrigues; Claisa Dias Rodrigues; Claudio Silvano da Fonseca; Claudionor da Silva Pimentel; Cleonice Silveira Goes; Dionisio José de Oliveira; Edmundo Rebelo Rezende; Eduardo Rodrigues Gonçalves; Elida Maria dos Santos Pereira; Fatima Maria de Castro Maduro; Francelino Jacinto da Paixão Silva; Gerson José de Miranda; Guilherme Alves de Lima; Gutemberg José de Carvalho Filho; Irenice de Oliveira Feitosa; Isaias Martins Farias; Jeremias da Silva Garcia; Joaquim Carrera de Santana; Jorge Alexandre da Silva Costa; Jorival Ribeiro dos Remedios; Jose Martins de Freitas; Joselia de Souza Pantoja; José Arnaldo Brito da Silva; José Francisco Ramos; José Maria Bendelaque da Silva; José Maria de Moraes Neto; José Nelson Gonçalves Viana; José Nogueira Soares; João Amador do Valle; João Bosco Bastos de Araújo; João Francisco Freitas dos Santos; Juracy da Costa Tapajós; Juscelino Apinagés Araújo; Luiz França Moraes Coelho; Luiz Gonzaga Ferreira Pinto; Manoel Fernandes Nunes da Rocha; Manoel Raimundo Gomes; Maria Reis Gomes dos

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Santos; Maria Zenildes Lopes Fagundes; Maria das Graças Trindade Kaminski; Maria de Lourdes do Nascimento; Marilene Duarte dos Santos; Mario Elino Martins dos Santos Advogados: não há.

- Relator, Ministro UBIRATAN AGUIAR

Classe I - Recursos

TC-013.686/2006-4
Natureza: Pedido de Reexame
Entidade: Conselho Regional de Corretores de Imóveis -RS/3ª Região
Recorrente: Edmundo Carlos de Freitas Xavier (CPF não consta) Advogados: não há

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-003.864/2004-8
Apenso: TC 020.534/2006-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Campina Grande/PB
Responsáveis: Adalberto Fulgêncio dos Santos Júnior (CPF 395.002.684-34), Ademilson Montes Ferreira (CPF 025.487.122-49), Aleni Rodrigues de Oliveira (CPF 428.110.314-72), Edmundo Ferreira Dantas (CPF 504.040.754-87), Francinaldo de Oliveira Queiroz (CPF 048.586.544-00), José Marques Filho (CPF 098.386.004-15), Município de Campina Grande - PB (CNPJ 08.993.917/0001-46), Empresa Municipal de Urbanização da Borborema - Urbema (CNPJ 09.293.069/0001-25) Advogados: Flávio Henrique Monteiro Leal (OAB/PB 11804), José Fernandes Mariz (OAB/PB 6851), Aluska Fabíola Amarante Diniz (OAB/PB 14180), Juliana Brasil Ponte Guimarães Coury (OAB/DF 18243), Daniel Maciel M. Silva (OAB/DF

TC-005.920/2009-9
Entidade: Município de Jordão - AC
Responsáveis: Francisco Turiano de Farias (falecido - CPF: 021.959.252-72) e Laicol Ltda. (CNPJ 14.264.881/0001-62). Advogado: Euclides Cavalcante de Araújo Bastos (OAB/AC 722-A).

TC-006.744/2009-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Prefeitura Municipal de Limoeiro/PE
Responsáveis: Luis Heráclio do Rêgo Sobrinho (CPF 031.893.504-00) e Luis Raimundo Medeiros Duarte (CPF 079.419.274-20) Advogados: Leonardo Carneiro Machado (OAB/PE 18.976)

TC-012.371/2009-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Prefeitura Municipal de Tarauacá/AC
Responsável: Erisvando Torquato do Nascimento (CPF 308.464.712-72)
Interessados: Ministério da Defesa Advogados: não há

TC-019.130/2010-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Unidade: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação - CAPES
Responsável: Carlos Antonio Camargos d'Ávila (CPF 297.134.476-20) Advogado: não há

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-002.745/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Tribunal Regional Federal 1ª Região (TRF 1ª Região)
Interessado: Joaquim Jacintho (CPF 006.636.204-06) Advogados: não há

TC-006.853/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Interessados: Luiz Sergio Gomes (CPF 177.901.317-53) e Mauro Henrique da Silva (CPF 129.534.907-87) Advogados: não há

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Classe I - Recursos

TC-018.628/2002-0
(com 7 volumes e 3 anexos)
Natureza: Embargos de Declaração em Tomada de Contas Especial
Embargante: Estado do Rio Grande do Sul
Unidade: Estado do Rio Grande do Sul Advogados: Bruno de Castro Winkler (OAB/RS 22.063), Ernesto Diel (OAB/RS 28.962), Telmo Lemos Filho (OAB/RS 29.390) e Luís Carlos Kothe Hagemann (OAB/RS 49.394)

TC-019.518/2003-1
(com 3 volumes e 10 anexos)
Natureza: Recurso Inominado
Recorrente: Milton Antonio Cavina, ex-Diretor Financeiro, CPF nº 047.753.268-30
Unidade: Sociedade Brasileira de Mandioca Advogados: não há

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-002.713/2004-9
(com 3 volumes e 2 anexos)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Ana Maria Ribeiro Costa, ex-Escriturária da Caixa (CPF 358.313.917-87); José Paulo Accioly Cordeiro, ex-Gerente da Agência Itaguaí/RJ (CPF 219.841.077-04); Lauro Pereira Júnior, ex-Engenheiro da Caixa (CPF 259.444.957-15); e Renato Nogueira de Aragão, ex-Gerente-Adjunto da Agência Itaguaí/RJ (CPF 397.108.587-34)
Unidade: Caixa Econômica Federal Advogada: Irene Farriá (OAB/RJ 53.290)

TC-019.740/2009-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: José Francisco dos Santos (CPF: 055.504.593-53), ex-prefeito, e Eliomar Alves de Miranda (CPF: 508.520.783-15), prefeito sucessor
Unidade: Prefeitura Municipal de Capinzal do Norte/MA Advogados: não há

TC-019.974/2009-1
(com 1 volume)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: José Juscelino dos Santos Rezende (CPF 094.901.593-87) e Estacon Construções Ltda. (CNPJ 04.821.512/0001-70)
Unidade: Prefeitura Municipal de Vitorino Freire/MA Advogados: não há

TC-029.288/2008-4
(com 1 volume)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Manoel Felisberto Gomes Barboza (ex-prefeito, CPF 338.337.614-15) e Conivap Construções e Empreendimentos do Vale do Piancó Ltda. (CNPJ 04.402.548/0001-19)
Unidade: Prefeitura Municipal de Curral Velho/PB
Advogados: não há

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-007.836/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adlay Gercina de Pontes Ramos Burity (012.269.624-75); Antonio Gercino de Pontes Ramos Burity (012.269.694-88); Glauce Coelho de Carvalho Couceiro (734.222.664-53); Lenira Mendonça Guerra Barreto (127.870.434-53); Maria Diva Lima Ribeiro (293.542.344-53); Severino Bento Burity Junior (012.242.654-16); Ubirajara Pontes Ramos Burity (012.242.614-29); Vera Lucia de Pontes Ramos Burity (170.881.784-00)
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Pernambuco
Advogados: não há

TC-018.944/2010-8
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Euclides da Silva (CPF 206.859.638 53), Helenize Schwartz Pereira (CPF 953.615.108 15) e Ivonne Maria de Negreiros (CPF 901.374.348 04)
Unidade: Superintendência Estadual do Instituto Nacional do Seguro Social em São Paulo/SP
Advogados: não há.

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-017.110/2008-3
Natureza: Tomada de Contas Simplificada.
Responsáveis: Célio Roberto Turino de Miranda, CPF n. 033.649.248-05); e Antônia Maria do Carmo Rangel, CPF n. 323.305.291-04.
Unidade: Secretaria de Programas e Projetos Culturais - SPPC, subordinada à Secretaria Executiva do Ministério da Cultura. Advogados: não há

TC-018.707/2009-3
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsável: Município de Araci/BA, CNPJ 14.232.086/0001-92.
Entidade: Município de Araci/BA.
Advogados: André Requião Moura, OAB/BA n. 24.448.

TC-023.241/2010-1
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsável: Sandra Lúcia Barbosa Cavalcanti, CPF n. 175.936.704-49.
Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.
Advogados: Jeferson Witame Gomes Junior, OAB/RN n. 4.945.

Secretaria das Sessões, 9 de junho de 2011.
FRANCISCO COSTA DE ALMEIDA
Subsecretária da Câmara

2ª CÂMARA

EXTRATO DA PAUTA Nº 20/2011 (EXTRAORDINÁRIA PÚBLICA)
Sessão em 14 de junho de 2011, às 16h

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pela 2ª Câmara, na Sessão Extraordinária Pública, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 17, 134, 135, 137, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, com alterações promovidas pela Resolução nº 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

TC-011.195/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria de Fatima Pereira Gomes (811.956.488-04).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - São Paulo-Lapa/SP - INSS/MPS. Advogados: não há.

TC-011.418/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Jaimesita Francisco Fontainha (365.447.288-53).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS- Piracicaba/SP - INSS/MPS. Advogados: não há.

TC-013.824/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Tiago Maia Vieira de Freitas (049.579.454-62); Tiago Pires Carneiro (039.584.029-50); Tiago Rocha Suaznabar (053.537.546-89); Tulio Aragão da Silveira (865.135.673-00); Ulisses Pereira Coelho da Silva (098.456.347-45); Ulysses Rangel Ribeiro (109.590.797-26); Valdir Torres Borges (006.205.747-20); Valeria Cecília de França Souza (072.371.777-02); Valter Ferreira Fantoni (037.672.677-64); Valterio Motta Aragão (246.096.687-34); Vanessa Bastos Teodoro (050.740.036-44); Vanessa Cabral de Oliveira (095.613.307-09); Vanessa Rios dos Reis Targino Alves (906.530.841-53); Vania Lima Rosa (865.514.261-15); Victor Augusto Bathke (047.001.379-67); Victor Manaia Gonçalves Chaves (100.108.477-23); Vilton Fernandes de Jesus Junior (829.623.675-34); Vinicius Machado Silva (053.582.877-28); Vitor Hugo Vargas Horewicz (784.319.131-34); Waleska Alves Pessata Pires (053.806.657-13); Walmir Antonio Pinheiro da Silva (055.492.482-04); Wesley Rodrigues da Silva (727.851.011-20); Wiler Rodrigues Coelho Junior (973.896.173-49); Wlagney de Oliveira Souza (789.874.402-06).
Órgão/Entidade: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - MPS.
Advogados: não há.

TC-013.848/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carla Menestrino Bazzotti (529.751.850-49); Celso Sckadt Domingos (222.687.228-05); Clara Atuko Nishiyama (097.717.878-10); Claudio Roberto Marantes (104.890.838-03); Cláudio Ferro (800.910.167-20); Cristina Travessa Martins Pereira Pinto Colombo (020.445.437-96); Daniel Jun Marques da Silva (219.854.198-07); Daniel Takayuki Yanagui (141.987.778-02); Daniela Alves Morales (272.810.588-02); Daniele Leite dos Santos Ramos (095.808.047-02); Debora Galhardo (135.787.258-54); Denise Rondon Simões Moreno (221.770.818-07); Diene de Oliviera Almeida (181.127.688-11); Dirce Ferreira da Silva (105.053.228-70); Edith Brockestayer (778.450.801-87); Erudes Rodrigues da Silva Junior (694.363.718-53); Eunice Amorim Borges (074.624.438-05); Janayna Teles Dionisio Martins (456.487.513-20); Jean Charles Mariano Moreira (023.998.674-16); Jorge Eiji Amano (035.344.458-80); Juliana Pereira da Silva Buccolo (216.223.238-31); Junia Carla Coelho Horimoto da Cunha (109.629.188-65); Jussara Soares Firmino Ferreira (220.274.588-24); Katiuscia Andresa Fernandes (308.961.318-23); Larissa Andrade Mora (297.231.568-57); Laura Miyako Ito (150.598.968-03); Leonardo Couceiro (345.606.048-35); Ligia Temis Gonçalves (374.515.818-02); Marcio Renato Martins Teixeira (267.530.158-25); Maria Cristina do Nascimento (074.113.398-90); Maria Darque Ferreira Leite (458.920.083-04); Maria Helena Salvia Teixeira (972.795.526-68); Mariangela Godoi Nobile (078.912.908-65); Markus Vinicius de Freitas (057.091.978-90); Mauro Batista Martinez (538.168.388-04); Mauro Fernando Di Nubila (128.255.298-85); Milton Dagberto Tavares de Lima (075.780.458-65); Norio Kawakami (099.869.738-99); Pablo Augusto de Alburquerque Maranhão (900.299.254-87); Rachele Baltar de Freitas (907.039.014-00); Renato Silva Alves (219.691.818-00); Rene Almoualem de Souza (921.270.618-53); Ricardo Hissashi Sakamoto (269.389.588-07); Roberto Bonanno (125.441.808-38); Rodrigo Tetsuo Horauti (259.802.008-19); Rogério de Almeida (293.389.888-80); Ronaldo Ferreira Peres (322.536.758-30); Sandra Sonagere Maior de Oliveira (135.820.668-60); Santiago Calderaro Morales (295.266.218-59); Sidney de Oliveira Cardin (154.036.948-03); Silas Areias Martino (276.179.078-26); Tathiane Fujimoto (279.976.288-35); Thaize Chagas Antunes (274.235.098-50); Thiago Afonso Cocchi (323.847.518-59); Thiago Ferreira Dias (333.937.948-33); Thiago José Vieira da Silva (323.936.738-65); Valeria de Cassia Melo (301.454.588-06); Valerio Sandi Magalhaes (049.891.918-89); Yuri José Silva Nascimento (658.088.001-53).
Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS. Advogados: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-014.840/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Wellington Glass da Silva (052.237.799-83).
Órgão/Entidade: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - MPS. Advogados: não há.

TC-014.934/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Carlos Muller (363.581.508-04).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Presidente Prudente/SP - INSS/MPS. Advogados: não há.

TC-015.022/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Aparecida Nascimento da Silva (143.668.191-04).
Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS. Advogados: não há.

TC-015.065/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Dagoberto Heg (084.860.217-07).
Órgão/Entidade: Fundação Alexandre de Gusmão - MRE. Advogados: não há.

TC-015.159/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Claudeci Aparecida Guzella Orsati (994.452.128-00).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Santo André/SP - INSS/MPS.
Advogados: não há.

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

TC-002.274/2011-6
Natureza: Representação
Representante: Controladoria-Geral da União - CGU
Entidade: Prefeitura do Município de Mossoró - RN Advogados: não há

TC-003.798/2006-7
Natureza: Pedido de reexame (Aposentadoria)
Recorrente: Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica - Sefa
Unidade: Centro Técnico Aeroespacial - CTA
Advogados: não há

TC-004.255/2001-6
Natureza: Tomada de contas.
Exercício de 2000
Responsáveis: Antonio Jose Teixeira de Carvalho, CPF 621.447.078-04; Argemiro Gomes, CPF 002.007.868-49; Carlos Orlando Gomes, CPF 000.433.548-15; Dora Vaz Trevino, CPF 027.521.828-72; Décio Sebastião Daidone, CPF 135.883.978-68; Délvio Buffulin, CPF 018.559.808-00; Floriano Vaz da Silva 000.265.229-34; Francisco Antonio de Oliveira 068.737.588-68; Francisco Arnone Junior, CPF 496.036.048-87; Giselle Pedroso Camara, CPF 064.945.618-10; Gualdo Amaury Formica, CPF 025.218.228-68; Isidio Claudio Coelho Neto, CPF 253.948.408-57; João Carlos de Araújo, CPF 396.581.558-04; João Bosco Prisco da Cunha, CPF 040.438.808-63; Leocádio Gerald o Rocha, CPF 020.523.508-53; Maria Aparecida Pellegrina, CPF 609.579.808-68; Maria Elena Mota, CPF 922.413.798-91; Monica Gerber Bossolan, CPF 060.495.568-57; Nancy Rosa Caruso, CPF 048.284.028-53; Nelson Nazar, CPF 403.275.588-49; Pedro PauloTeixeira Manus, CPF667.687.308-78; Plinio Bolivar de Almeida, CPF 008.662.708-25; Renato Mehanna Khamis, CPF 730.144.278-53; Ricardo Guidolim, CPF 050.037.688-34
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho - 2ª Região - TRT/SP Advogados: não há

TC-008.968/2011-0
Natureza: Representação
Interessada: Secretaria de Controle Externo no Espírito Santo
Entidade: Companhia Docas do Espírito Santo S/A - Codesa Advogados: não há

TC-010.474/2011-0
Natureza: Representação
Interessado: Secretaria de Controle Externo no Rio Grande do Norte
Unidade: Prefeitura de Sítio Novo - RN
Advogados: não há

TC-010.477/2011-0
Natureza: Representação
Interessado: Secretaria de Controle Externo no Rio Grande do Norte
Unidade: Prefeitura de Sítio Novo - RN
Advogados: não há

TC-011.595/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Reinaldo Vieira (CPF 150.745.101-63)
Entidade: Hospital das Forças Armadas - MD Advogados: não há

TC-013.085/2011-5
Natureza: Atos de admissão
Interessado: João Milhomem (245.490.102-15)
Entidade: Companhia Docas do Pará - MT
Advogados: não há

TC-013.285/2011-4
Natureza: Representação
Interessado: EPC - Projetos e Construções Ltda (04.858.174/0001-40)
Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero Advogados: não há

TC-013.813/2011-0
Natureza: Atos de admissão
Interessado: Elder de Avila Manke (665.837.991-20)
Entidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - MI
Advogados: não há

TC-014.002/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Cleto Cursino Padilha (000.183.334-00); Hermogenes Salustiano Soares (036.302.503-00); Hermogenes Salustiano Soares (036.302.503-00); José Severino Souto Filho (018.489.094-20)
Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - MI
Advogados: não há

TC-014.095/2011-4
Natureza: Pensão civil
Interessados: Francisca Maria Candido (374.918.733-91); Hauennia Araujo Gomes (008.010.564-54); Luana da Silva Sousa (007.088.413-76)
Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - MI
Advogados: não há

TC-014.527/2006-2
Natureza: Tomada de contas especial
Responsável: Geraldo Rodrigues de Oliveira (CPF 337.650.306-00) e Município de Mato Verde - MG (CNPJ 17.782.616/0001-64)
Unidade: Município de Mato Verde/MG
Advogados: Jackson Ferraz Costa (OAB/MG 64.523), Luciana M Guimarães Rabelo (OAB/MG 93.117), Maria Luzeni Soares (OAB/MG 56.825) e Bruno Ribeiro Martins (OAB/MG 103.323)

TC-014.870/2011-8
Natureza: Atos de admissão
Interessados: Aline de Sales Lima (720.865.051-91); Andrea Possamai Alves (026.620.811-80); Carolina Reis Vidal Donato (024.949.831-69); Cleidiane Maria dos Santos (003.472.261-08); Eduardo Augusto Lourenço Freitas (091.891.177-00); Janete Vieira de Alvarenga (066.268.821-04); Maria de Fátima da Costa Marques (833.885.403-49); Pedro Henrique Correia de Castro (007.573.591-16); Rodrigo Souza Rodrigues (000.066.421-95)
Órgão: Ministério da Integração Nacional (vinculador) Advogados: não há

TC-015.008/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alexandre Rodolfo de Melo (048.853.504-25); Jose Amaury de Aragao Araujo (000.197.713-04)
Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - MI
Advogados: não há

TC-017.059/2008-9
Natureza: Tomada de contas especial
Responsáveis: Alfredo Arantes da Rocha (CPF 340.874.781-49) e Ipácio Divino de Oliveira (CPF 329.201.561-87), ex-prefeitos municipais
Unidade: Município de Doverlândia - TO
Advogados: não há

TC-018.474/2010-1
Natureza: Monitoramento
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
Advogados: não há

TC-020.374/2007-5
Apensos: 004.327/2005-0 (Representação)
Natureza: Prestação de contas.
Exercício de 2006
Responsáveis: Alceu Sidnei Moura Barreto (118.132.530-72); Aldiva Caldas Chaplin (528.555.970-72); Anai Teresinha Mendonca de Oliveira (358.010.850-68); Claudio Paz de Lima (310.864.890-04); Claudio Sieburger de Medina (259.355.340-53); Eli Sinnott Silva (054.147.680-72); Ernesto Luiz Casares Pinto (276.328.570-87); Ernesto Luiz Gomes Alquati (236.833.250-20); Everton Luis de Almeida Porciuncula (571.427.340-00); Fernando Incao (067.149.359-00); Jackson Negalho Medeiros (220.720.120-15); Jacy Francisco Martins Hornes (343.304.020-68); Joaquim Oliveira Vaz (212.086.700-34); Jose Carlos Resmini Figurelli (176.631.990-49); Jose Vanderlei Silva Borba (252.669.500-72); José Roberto Antunes Sanches (193.864.860-91); João Carlos Brahm Cousin (212.082.630-72); Lucia Regina Nobre (643.218.510-68); Marcos Antonio Araujo da Silveira (276.309.000-15); Maria Glaci Ferreira Silveira (355.951.830-04); Mario Silveira Medeiros (190.748.750-68); Marizete Ferreira Alves (421.145.430-72); Mirian Martinatto da Costa (310.935.150-15); Mozart Tavares Martins Filho (279.557.450-00); Paulo Edson Arona Santana (467.705.420-72); Paulo Roberto Campelo Costa (314.921.180-87); Paulo Roberto Loureiro Garcia (190.604.590-91); Priscila Silva Moreira da Silva (001.615.650-18); Ronaldo Piccioni Teixeira (277.990.930-72); Vitor Hugo Gonçalves (252.399.960-91); Zenira Leivas Almeida (661.671.320-20)
Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande - MEC
Advogados: não há

TC-028.459/2009-7
Natureza: Representação
Interessado: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso
Entidade: Fundação Nacional do Índio no Estado de Mato Grosso
Advogados: não há

TC-029.120/2010-1
Apenso: TC-022.815/2010-74 (Representação)
Natureza: Relatório de auditoria
Responsável: Luiz Antonio Rodrigues Elias (CPF 549.900.767-53)
Órgão: Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT Advogados: não há

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

TC-002.218/2011-9
Natureza: Representação
Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU
Entidades: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco e Universidade Federal Rural de Pernambuco
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PE (Secex/PE)
Advogados: não há.

TC-003.825/2011-6
Natureza: Representação
Representante: Zacarias Dias dos Santos
Entidade: Município de Cristino Castro/PI
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PI (Secex/PI)
Advogados: não há.

TC-007.806/2011-6
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Ana Maria Menezes Arcieri (051.568.405-82)
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-007.808/2011-9
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Raimunda Matos (630.030.903-72)
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de São Luís - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-007.809/2011-5
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Raimundo Nascimento da Cruz (093.370.798-36)
Entidade: Universidade Federal de São Paulo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-007.815/2011-5
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Maria Amazilda Toscano Remião (294.518.410-91)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-007.824/2011-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Maria da Conceição de Castro Salvador (034.441.296-29) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-007.852/2011-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Joanna Leonardo Cruz (698.302.402-82) e outros
Entidade: Universidade Federal do Pará - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-008.093/1999-7
Apenso: TC 010.120/2005-3 (Cobrança Executiva)
Natureza: Tomada de Contas Simplificada
Exercício: 1998
Responsáveis: Adafran Fernandes Silva do Carmo (218.945.904-49); Carmem Sacramento de Souza (188.505.372-04); Maria das Graças Silva de Souza (182.279.702-06); Roberto Bauer Melo de Lima (227.981.532-04)
Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AP
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AP (Secex/AP)
Advogados: não há.

TC-010.088/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abigail Silva Duarte Folha (055.311.317-80) e outros
Entidade: Universidade Federal Fluminense - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-010.093/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mario Antonio Santos Brandão (922.373.205-00) e outros
Entidade: Universidade Federal Fluminense - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-010.788/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Humberto Gesser de Miranda (573.848.609-97) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-010.840/2011-7
Natueza: Atos de Admissão
Interessado: Aline Sueli de Lima Rodrigues (053.064.406-14)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Urutaí - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-010.846/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Heron Dominguez Torres da Silva (131.246.488-70)
Entidade: Universidade Federal de São Paulo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-011.049/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aparecida Lizete da Silva Correia (329.329.799-49); Rosângela Fernandes Ferreira (210.243.836-87); Walter Cunha Mendes Junior (210.242.006-04)
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Barbacena - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-011.052/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Luzia de Oliveira Silva (904.969.307-53)
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Alegre - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-011.053/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adelcídes José de Oliveira (125.185.901-10); Mario Alves França (125.186.701-49)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Urutaí - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-011.056/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Tarley Ferreira de Souza Júnior (025.494.256-34)
Entidade: Universidade Federal de Lavras - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-011.059/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria José do Nascimento (160.957.311-00)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-011.063/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Agamenon Célio Silva (036.594.884-53) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-011.068/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Fernando Antonio Lucchese (062.765.550-53)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-011.130/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alcino de Carvalho (692.708.057-00) e outros
Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-011.295/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adenis Aparecida Fagundes da Silva (909.710.270-72) e outros
Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-011.300/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Eduardo Pagani Julio (998.572.866-15)
Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-011.329/2011-4
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Olga Gonçalves de Arruda (329.060.131-53)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-011.440/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alexandre Melo Moulin Breda (139.406.057-27) e outros
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Alegre - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-011.454/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Carla Daniela Kohn (074.541.648-97) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-011.496/2011-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Andrea Maria da Silva (625.122.856-34) e outros
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-011.590/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Anália Carrijo de Sousa Nogueira (255.240.036-15) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-011.601/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Dalva Maria de Jesus (124.497.845-00) e outros
Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-011.605/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aloma de Fatima Campos Morici (428.221.736-72) e outros
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-011.608/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Dirce Yoshiko Misugi (322.895.969-49) e outros
Entidade: Universidade Federal do Paraná - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-013.783/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Kirchof de Brum (912.203.600-82) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-013.785/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Michelli Slhessarenko (002.535.600-39); Vania Leonardelli Pereira (785.097.189-20)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-013.790/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abigail Ferreira Milen (648.710.293-87) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-013.829/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Pereira Santos (298.802.048-59) e outros
Entidade: Universidade Federal de Alfenas - Unifal/MG
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-013.836/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: José Carlos Freire (996.100.866-91) e outros
Entidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-013.841/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Caroline Amorim Oliveira (956.000.783-15) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-013.843/2011-7
Natuerza: Atos de Admissão
Interessados: Alicia Matijasevich Manitto (821.458.570-87) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-013.887/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Augusto da Penha Coelho (810.664.493-68) e outros
Entidade: Universidade Federal do Ceará - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-013.895/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bianca Cesar Alyrio (076.820.157-80) e outros
Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-013.898/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: José Weberszpil (753.142.407-00) e outros
Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-013.911/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Admario Luiz de Almeida (042.696.321-00) e outros
Entidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-014.007/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Eugenio Rache (000.965.040-72)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-014.013/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Julio Filho (064.539.536-68) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-014.016/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: José Lana da Silva (064.464.346-34) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-014.020/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Sebastião Martins de Araújo (112.536.496-34) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-014.024/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: José Rodrigues Pereira (038.590.375-87); Teodomiro Cerqueira (150.712.945-91)
Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-014.030/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Carmen Lucia Nunes (690.671.719-72)
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-014.049/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Sebastião Tadeu de Oliveira Almeida (068.952.196-09)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-014.058/2011-1
Natueza: Atos de Admissão
Interessada: Flavia Moreira Guimarães Pessoa (720.098.455-87)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-014.067/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Danielle Christine Chaves Teixeira (936.071.135-72) e outros
Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-014.097/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Geraldo Moreira Sousa (179.702.963-00)
Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-014.210/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Marlene Ferreira de Souza (125.100.176-91)
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-014.799/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Barbosa Nogueira (683.234.922-04); Bethania Nunes Ferreira (702.112.301-97); e Denis Marcos Pereira (624.553.546-87).
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-014.820/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rosemere Rosseto de Moraes Ferreira (791.040.707-63) e outros
Entidade: Colégio Pedro II - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-014.851/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Ribeiro da Costa (020.564.304-36) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) Advogados: não há.

TC-015.578/2006-6
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2005
Responsáveis: Adalberto Reginaldo dos Santos (412.493.804-72); Alberício Pereira de Andrade (132.293.464-91); Aldecy Batista de Lima (237.106.914-00); Andréia Maria Alves Machado (674.532.364-87); Antônio Eustáquio Resende Travassos (160.676.654-68); Antônio Pereira da Silva (109.334.254-49); Antônio Borba Guimarães (160.163.354-87); Antônio José Creão Duarte (028.776.602-06); Chateaubriand Pinto Bandeira Júnior (131.423.804-34); Francisca Jerônimo Barreto (109.268.604-53); Francisco Essenine e Silva (082.109.774-15); Gerson Martins de Oliveira (132.329.244-68); Inaldo Soares dos Anjos (071.992.524-04); Isac Almeida de Medeiros (396.664.414-20); José Genuíno de Queiroz Morais (097.809.801-30); José de Anchieta Sousa (054.214.203-10); José Edvaldo Rosas (161.620.724-87); José Fernandes Pimenta Júnior (086.931.104-20); José de Arimatéa Menezes Lucena (131.370.344-34); João Flávio Paiva (069.846.064-20); Kleymer Júlio Freire Coelho (132.332.034-20); Marcelino Gonçalves de Brito (219.644.834-68); Marcelo Sobral da Silva (132.239.504-78); Marcelo de Figueiredo Lopes (095.515.907-59); Maria Yara Campos Matos (114.527.654-72); Maria de Fátima de Almeida Paiva (059.549.324-68); Murilo Ferrer Dias Rufino (203.637.374-72); Neviton Otaviano de Almeida (127.239.671-15); Paulo Barbosa Dias (059.801.274-53); Rodrigo Antônio Lima de Oliveira (092.051.444-87); Rômulo Soares Polari (003.406.424-91); Severino de Almeida Nóbrega (141.122.054-49); Sônia Suely Araújo Pessoa Rosas (137.107.294-91); Vaneide Tavares Barreto de Almeida (160.786.834-20)
Entidade: Universidade Federal da Paraíba - UFPB/MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PB (Secex/PB)
Advogados: Carlos Neves Dantas Freire (OAB/PB n.º 2.666) e Maria do Carmo Marques Araújo (OAB/PB n.º 8767)

TC-026.518/2008-2
Natureza: Representação
Interessado: Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (34.596.884/0017-49)
Entidade: Superintendência Regional do Patrimônio da União - SPU/RJ
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (Secex/RJ)
Advogados: não há.

TC-027.799/2006-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Airton Carneiro Marinho (013.085.643-68); André Ferreira Pena (076.580.526-04); Antônio José Cavalcanti de Andrade (069.664.384-72); Bortolo Nei dos Santos (215.106.369-00); Cléber Guimarães Bermudez (096.819.650-00); Clóvis Inácio Dorneles (074.201.370-72); Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPF/MJ (00.394.494/0104-41); Horácio Pereira da Silva Filho (023.969.042-72); João Amaro Vieira (223.918.009-91); João Batista Quetz (114.115.896-53); José Raulino dos Santos (030.139.799-68); José de Deus Barbosa Filho (056.127.994-20); Moacir Bezerra Grilo (058.653.014-20); Odilon da Silva Carneiro (112.655.666-15); Odilon de Freitas Brandão (055.041.478-91); Orlando Dias Filho (227.431.709-72); Waldemir Cei de Sousa (014.297.792-68); Walter Capucho Fontes (228.389.968-00)
Órgão: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPF/MJ
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) Advogados: Alexandre Cadeu Bernardes (OAB/SP 125.204); Maria Elizabeth Fernandes (OAB/SP 122.549); Laércio de Souza Ribeiro Neto (OAB/PE 20.533); e Levi de Siqueira Campos (OAB/PE 25.310)

TC-028.976/2009-5
Natureza:Representação
Interessada: Secretaria de Controle Externo - Secex/RJ (00.414.607/0016-02)
Entidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa/MS
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (Secex/RJ)
Advogados: não há.

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-004.676/2010-6
Natureza: Representação
Responsáveis: Ana Catarina Xavier Lemos (169.521.703-91); José Roberto Galvão (363.101.828-20)
Interessada: Secretaria de Controle Externo no Amapá (00.414.607/0025-95)
Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde - MS Advogados: não há.

TC-013.779/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexnaldo Queiroz de Jesus (898.369.285-53); e outros
Órgão/Entidade: Agência Nacional do Cinema - Minc Advogados: não há.

TC-013.864/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandra de Faria Ano Bom (693.715.981-15); e outros
Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios Advogado(s): não há.

TC-013.967/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana Claudia Lima e Alves (153.731.181-68); Moema Cunha e Cruz Vieira (059.905.641-04)
Órgão/Entidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Minc Advogados: não há.

TC-013.971/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Natanael Caetano Fernandes (004.702.791-68)
Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios Advogados: não há.

TC-014.063/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Thiago Xavier de Oliveira (057.660.597-28)
Órgão/Entidade: Indústrias Nucleares do Brasil S.A. Advogado(s): não há.

TC-015.952/2009-6
Natureza: Prestação de Contas
Responsáveis: Mário Antonio Pereira Borba (048.690.364-87), e outros
Órgão/Entidade: Senar - Administração Regional/PB Advogados: não há.

TC-016.353/2009-5
Natureza: Prestação de Contas
Responsáveis: Abram Abe Szajman (001.214.108-97); e outros
Órgão/Entidade: Senac - Administração Regional/SP (Senac/SP). Advogado(s): Walter Rogério Sanches Pinto (OAB/SP 113.821); Roberto Moreira da Silva Lima (OAB/SP 19.993); Denise Lombard Branco (OAB/SP 87.281); Fabiano Esteves de Barros Pavezi (OAB/SP 169.912); Andreza Pastore (OAB/SP 179.558); Daniel Henrique Calvoso Alvarenga (OAB/SP 227.386); Luís Fernando Esteves de Barros Pavezi (OAB/SP 235.860); Sílvia Franco de Oliveira (OAB/SP 72.740); Thaís Koch (OAB/SP 284.496); Alessandra Urbanez (OAB/SP 184.912); Natanael Caetano Tosi (OAB/SP 288.835).

TC-019.530/2010-2
Natureza: Tomada de Contas Simplificada
Responsáveis: Anita de Souza Lanhi (311.011.519-00); e outros
Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/SC Advogados: não há.

TC-024.179/2007-9
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Flavia Dias Brandão (815.032.885-87); e outros
Órgão/Entidade: Sexta Região Militar Advogados: não há.

TC-024.411/2007-9
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Carliane Reis Serrao (892.902.322-34)
Órgão/Entidade: Décima Segunda Região Militar Advogados: não há.

TC-026.800/2010-1
Natureza: Prestação de Contas
Responsáveis: Adalva Alves Monteiro (023.009.664-68); e outros
Órgão/Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo/MA Advogados: não há.

TC-027.161/2008-6
Natureza: Representação
Interessado: Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Unidade: Fundação Boas Novas/AM Advogados: não há.

TC-029.701/2008-0
Natureza: Representação
Interessado: Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (05.829.742/0001-48)
Órgão/Entidade: Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Manaus - Apae Advogados: não há.

TC-029.747/2008-9
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Alfredo Jose Ribeiro Dias (766.596.748-53); e outros
Unidade: Primeira Região Militar Advogados: não há.

TC-030.419/2010-7
Natureza: Representação
Responsável: Prefeitura Municipal de Laguna/SC
Interessado: Ministério Público Federal - MPU (03.636.198/0001-92)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.517/2007-3
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Carmen Vera Ribas Rangel (278.015.780-15); Regina Angelica Ribas Rangel (111.315.357-15); Zelina Machado (595.794.390-87)
Órgão/Entidade: Quinta Região Militar Advogados: não há.

TC-031.997/2010-4
Natureza: Representação.
Interessado: Delegado de Polícia Federal de Chapecó/SC
Unidade: Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares - Cooperhaf (CNPJ 04.801.878/0001-87) Advogados: não há.

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-001.463/2010-1
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama/MMA
Interessados: Aloisio Bastos Sales (CPF 048.541.603-49) e Rose Mary Cerutti Trindade (CPF 266.725.101-68) Advogados: não há

TC-003.671/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - TRT/MG
Interessados: Ana Maria Balbino Carvalho (CPF 508.163.496-49); Ana Maria Diniz Miranda (CPF 180.075.386-15); Angela Maria Rezende Vieira (CPF 208.727.126-72); Anna Amélia Mello e Vargas (CPF 790.349.266-72); Anna Lemos Cardoso (CPF 764.660.196-91); Anna Maria Petrocchi da Costa Vieira (CPF 695.251.376-00); Antonia Conceição de Souza (CPF 494.113.306-49); Antonia Gonçalves Ribeiro (CPF 547.633.396-72); e Aresio Teixeira de Carvalho (CPF 009.272.606-20); e Artalide Lopes Cunha (CPF 011.711.636-06) Advogados: não há

TC-003.674/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - TRT/MG
Interessados: Jovelina Geralda de Oliveira (CPF 508.165.866-91); Leda Eustaquia de Paula Frade (CPF 071.470.746-53); Leda da Silva Moraes (CPF 621.603.036-15); Lucia Maria de Almeida Viana (CPF 068.158.396-72); Mabel de Assis Lobato (CPF 596.592.976-53); Manoel Dias Mariano (CPF 261.732.046-49); Maria Amelia Silva Silveira (CPF 115.041.886-91); Maria Angela Soares Silveira Pina (CPF 473.589.476-49); Maria Beatriz Costa Vieira (CPF 142.530.036-72); e Maria Luiza Silva Maciel Camargos (CPF 233.269.216-91) Advogados: não há

TC-006.128/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - TRT/SP
Interessados: Alfredo Spinardi (CPF 304.879.518-91); Américo Lopes Gil (CPF 093.879.518-04); Arnor Gomes da Silva (CPF 022.843.838-15); Caio Cesar Netto (CPF 001.532.658-68); Carmen Pinto de Castro (CPF 203.382.958-87); Cid Cesar Pimentel (CPF 012.498.008-20); Dacyr Gatto (CPF 039.991.738-15); Dinart de Oliveira (CPF 130.638.718-34); e Emilio Romano (CPF 036.000.928-04) Advogados: não há

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-006.151/2008-8
Apenso: TC-005.040/2010-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Governo do Estado do Paraná
Responsável: Governo do Estado do Paraná (CNPJ 76.416.940/0001-28) Advogados: não há

TC-007.912/2011-0
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Empresa Baiana de Águas e Saneamento
Interessada: Luiza Gomes Amoedo, Promotora de Justiça do Município de Cachoeira - BA Advogados: não há

TC-010.624/2011-2
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Município de São Miguel das Matas - BA
Interessado: Alair de Jesus Barreto, Vereador do Município de São Miguel das Matas - BA Advogado: Thiancle Araujo, OAB/BA 21.540

TC-011.112/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - TRT/PR
Interessada: Dinaura Godinho Pimentel Gomes (CPF 063.043.709-20) Advogados: não há

TC-011.224/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - TRT/RJ
Interessado: José Vidal Junior (CPF 085.894.027-20) Advogados: não há

TC-012.747/2002-4
Natureza: Prestação de Contas Simplificada
Órgão/Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Administração Nacional - Senac/NA
Responsáveis: Antonio José Domingues de Oliveira Santos (014.706.557-72); Carlos Augusto Ferreira (530.889.997-53); Roberto Carlos Régnier Netto (000.024.961-00); e Sidney da Silva Cunha (422.099.437-87)
Exercício: 2001 Advogados: Walter Costa Porto, OAB/DF 6.098; Antônio Perilo Teixeira Netto, OAB/DF 21.359; Paula Cardoso Pires Parente, OAB/DF 23.668; Henrique Araújo Costa, OAB/DF 21.989.

TC-013.875/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - TRT/BA
Interessados: Adriano Fernandes de Pinho Vinagre (CPF 092.025.647-36); Aryadna Oliveira da Silva (CPF 626.386.533-49); Bianca Cerri Camargo (CPF 014.735.135-96); Camila Andrade Fraga (CPF 832.715.545-87); Claudia Rosa Tasinazio (CPF 084.597.158-17); Claudio Cesar Ferreira da Silva (CPF 005.716.427-48); Jamile Costa Correia (CPF 800.958.955-15); Jeifson Ribeiro dos Santos (CPF 781.668.455-04); Júlia Elisa dos Santos Amaral Costa (CPF 002.072.881-60); Lucas Rios Freire (CPF 021.629.555-63); Marcos Augusto Nascimento Passos (CPF 016.093.895-30); Marilia Ferreira Dourado (CPF 794.062.545-49); Nivaldo Souza Magnavita Filho (CPF 806.124.825-53); Pericles Guimarães Pereira Junior (CPF 011.579.445-07); Rita de Cassia Rosa Moreira (CPF 349.489.375-68); Saulo de Carvalho Pereira (CPF 946.080.085-87); e Sonia Tomie Watanabe Endo (CPF 353.541.275-72) Advogados: não há

TC-013.876/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - TRT/Campinas/SP
Interessados: Fernando de Lima Vargas (CPF 062.082.956-70); Isadora Chaves Estrela (CPF 014.190.955-28); Jose Gilberto Fagundes Becker (CPF 325.177.988-50); e Lisiane Mirian Lopes da Silva (CPF 067.863.259-63) Advogados: não há

TC-013.877/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região - TRT/GO
Interessados: Akemi Kasahara Omi de Freitas (CPF 890.285.621-68); Alisson Moura Luduvice (CPF 803.570.915-15); Andréa Lima Vasconcelos (CPF 475.571.254-87); Bruna Silva de Aquino (CPF 012.381.491-03); Carlos Novaes de Castro (CPF 853.308.841-87); Cristiane Maia Cavalheiro Barbosa (CPF 290.561.098-04); Denise Garção de Oliveira Marques Guimarães (CPF 910.982.031-00); Leandro Martins Pereira (CPF 955.844.711-00); Leonora Laboissiere Loyola Lisita Lobo (CPF 705.236.731-91); Mariana Cavalcante de Sá Lessa (CPF 010.457.224-80); e Marina Junqueira Cançado (CPF 956.332.351-34) Advogados: não há

TC-013.878/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - TRT/MG
Interessados: Ana Lúcia Rodrigues (CPF 807.130.766-15); Josias Alves da Silveira Filho (CPF 051.799.246-93); Kátia Regina Souza Ferreira Silva (CPF 031.649.876-92); Lilian de Paiva Maciel (CPF 059.951.716-66); Luciana Andari (CPF 697.130.735-68); Luciana Dutra Santos Marques (CPF 040.121.326-95); Luciana Maria Costa Lanza (CPF 025.752.086-45); Ludmila de Melo Lisboa (CPF 051.115.586-75); Luís Antônio Westin Rossi (CPF 085.888.896-33); Lílian Lopes Gonzaga (CPF 105.034.926-12); Marcelo Corino Lantelme da Silva (CPF 011.878.116-29); Marcelo de Abreu Amorim (CPF 014.390.616-02); Marcelo de Paula Menezes (CPF 199.557.658-10); Mariana Pacheco (CPF 119.441.797-39); Mariana de Queiroz Rabelo (CPF 079.285.276-18); Marta de Souza Coelho (CPF 044.780.366-24); Milena Mesquita da Silva (CPF 018.559.003-94); Milene Alves Santos (CPF 972.604.601-72); Monalisa Prado (CPF 046.959.126-94); Munif Saliba Achoche (CPF 062.415.826-82); Murilo Elmer Eduardo de Oliveira Gonçalves (CPF 060.636.896-56); Márcia Rosa da Silva Melo (CPF 064.828.776-99); Rafaela Oliveira Câmara (CPF 072.728.006-66); Renata Souza Fonseca (CPF 046.181.046-86); Roberta de Arruda Campos (CPF 155.819.608-01); Rogéria Beatriz de Oliveira Borges (CPF 046.310.256-89); Rogério Moreira de Resende (CPF 550.678.836-34); Rogério Santiago (CPF 059.190.696-19); Rosa Celina Moreira Almeida Lopes (CPF 564.540.234-00); Saulo de Faria Carvalho (CPF 048.149.556-85); Shirley Simone Cangussu Martins Cordeiro (CPF 034.942.146-38); Stephanie Gurtner (CPF 059.237.706-79); Tarsila Vaz Ribeiro (CPF 012.789.566-38); Thales Schettini do Nascimento (CPF 048.191.376-97); Thiago Azeredo Rodrigues (CPF 098.841.116-42); Valdemir Alves da Silva (CPF 030.547.346-84); Vanessa Cruz Corrêa (CPF 030.286.176-92); Vanessa Mendonça Cruz (CPF 013.478.666-12); Victor Luiz Berto Salomé Dutra da Silva (CPF 062.679.596-60); Victor Perin Ribeiro (CPF 091.038.157-73); Viveka de Campos Moreira (CPF 976.782.106-63); e Woo Ram Hong (CPF 228.248.078-30) Advogado(s): não há

TC-013.879/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - TRT/PR
Interessados: André Luiz Ache Mansur (CPF 037.088.119-25); Bruno Einloft Pereira (CPF 036.812.289-14); Clarissa Gonçalves Vido (CPF 084.362.456-60); Elias Kiyoshi Marutani (CPF 309.508.478-10); Fernanda de Oliveira Saccaro (CPF 805.015.670-20); Igor Reis de Godoi (CPF 049.097.778-22); Jaime Pereira (CPF 042.564.199-69); Pedro Costa Matos Lima (CPF 002.907.363-40); Robespierre Silvério Figueira (CPF 045.239.769-37); e Taís Melo e Silva (CPF 050.508.866-51) Advogados: não há

TC-013.880/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - TRT/PE
Interessados: Carlos Alberto Falcão Maia (CPF 027.519.864-20); Deyse das Graças Pereira da Silva Mendes (CPF 375.152.684-68); Germana Camarotti Tavares (CPF 009.761.944-22); Guilherme Alves dos Santos (CPF 045.776.829-07); Juliana Wilhelm Ferrarini Pimentel (CPF 298.369.868-80); Mancinelli Faustino Vila Nova (CPF 577.918.054-72); Márcia Sayori Ishirugi (CPF 148.592.148-11); Renato Vieira de Faria (CPF 719.526.161-15); Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira (CPF 013.001.164-98); e Sarah Yolanda Alves de Souza (CPF 510.687.962-00) Advogados: não há

TC-013.882/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região - TRT/MA
Interessados: Mardone Rodrigues Rego Sarmento (CPF 010.582.004-02) e Raul Gomes da Silva (CPF 728.952.844-15) Advogados: não há

TC-013.883/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - TRT/SP
Interessados: Alexandre Aguena Arakaki (CPF 722.382.401-87); Ana Cristina Clemente Presetrelo (CPF 187.027.908-58); Ariane Soler Marques (CPF 312.254.588-89); Diana Linhares Tassino de Araújo Barros (CPF 010.572.404-19); Diego de Mendonça Loureiro (CPF 981.905.551-20); Edislaine Boldrin Roza (CPF 842.344.661-15); Fernanda do Nascimento Campos Santo (CPF 224.694.818-56); Gilberto Silva e Sousa (CPF 301.006.968-56); Henri Joseph Abboud (CPF 082.777.917-80); Janaina de Jesus Carneiro (CPF 282.979.248-31); Jonnathan Gervá de Almeida (CPF 100.840.927-85); Juliana Tavares Pegorer (CPF 320.979.208-96); Kíssila Ávila Dangui (CPF 704.890.171-34); Leticia Maria Rego Caram (CPF 301.640.738-84); Lizandra Filadelfo Hallit (CPF 255.020.048-99); Luciana Barros (CPF 248.574.638-90); Maria Emilia Sestito (CPF 314.728.988-50); Mariana Soares de Melo Lourenço (CPF 311.667.138-90); Marília Alvarenga de Faria (CPF 069.088.036-78); Milena Almeida Sena (CPF 010.040.585-19); Natacha Bezerra Brasilino (CPF 013.051.704-66); Noemia Terumi Fujii (CPF 282.287.208-23); Paulo Fúlvio Santos Marino (CPF 281.181.128-10); Ricardo Borges Oliveira de Souza (CPF 007.749.775-90); Tiago Fonseca Moniz (CPF 369.942.808-70); e Wagner de Souza Macêdo (CPF 045.820.486-25) Advogados: não há

TC-013.886/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho - TST
Interessados: Adalto Quintino da Silva (CPF 845.348.002-82); Bruna Hardman Rodrigues de Carvalho (CPF 001.890.761-00); Diana Carvalho Nunes (CPF 887.707.611-91); Flavia Duarte de Azevedo Nunes (CPF 505.961.871-49); Paulo Alexandre Vieira Moço (CPF 136.698.098-05); e Vanuza Izaura de Lima (CPF 697.962.381-87) Advogado(s): não há

TC-013.992/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado de Pernambuco - Incra/PE - MDA
Interessada: Sirleilde Ramos da Silva (CPF 055.554.344-72) Advogados: não há

TC-014.023/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho - TST
Interessado: Leandro Bezerra de Menezes (CPF 049.240.107-15) Advogados: não há

TC-014.581/2008-3
Apenso: TC-004.038/2008-1
Natureza: Prestação de Contas
Órgão/Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - Senat/CN - MTE
Responsáveis: Pinto de Almeida (CPF 037.802.478-79); Alexandre de Campos (CPF 395.677.456-68); Amaro de Assis Alves de Abreu (CPF 075.576.717-91); Ana Paula Amaral Prestes (CPF 788.740.920-91); Ana Paula de Sá Gonçalves (CPF 003.376.606-11); Ana Quadros da Silva (CPF 240.755.312-87); Andre Vienna (CPF 151.138.208-22); Andréia Zani Castanheira (CPF 831.689.231-68); Antonio Carlos Melgaco Knittel (CPF 005.745.705-00); Antônio Fernando Costa Cardozo (CPF 055.306.361-87); Antônio Leitão de Araújo Filho (CPF 183.551.373-53); Bartolomeu Gomes de Oliveira (CPF 053.770.054-49); Benony Schmidtz Filho (CPF 246.412.359-53); Blaird Pinho Cardoso (CPF 379.046.208-04); Bolivar da Fonseca Lopes (CPF 050.052.288-02); Campolim Torres Neto (CPF 072.225.809-72); Carlos Becker Berwanger (CPF 243.581.340-68); Caroline Benini Magagnin (CPF 991.394.640-91); Cesar Wilson Berto (CPF 003.360.926-87); Cleide Maria Soares Barros Cruz (CPF 236.817.565-20); Clenira Aparecida Ribeiro Alves (CPF 569.536.159-15); Clesio Soares de Andrade (CPF 154.444.906-25); Cristiane Amaral Fonseca (CPF 165.136.918-69); Cristina Narbot Siqueira Rocha (CPF 907.013.566-34); Danielle Rodrigues Queiroz (CPF 517.586.285-53); Darci Theodoro Battiston (CPF 005.800.749-00); David Lopes de Oliveira (CPF 016.710.303-20); Deiler Knappmann (CPF 251.071.949-15); Dione Oliveira Costa (CPF 754.828.516-72); Diumar Deléo Cunha Bueno (CPF 374.705.239-87); Dora Aparecida Dias Machado (CPF 400.040.406-78); Duglacy Antunes da Silveira (CPF 569.455.748-49); Edelcio Tirado Luduvice (CPF 265.696.127-00); Eder Dal Lago (CPF 088.468.630-20); Edgar Ferreira de Sousa (CPF 312.207.466-49); Eduardo Antônio Oréfice de Brito (CPF 765.514.668-34); Eduardo Ferreira Rebuzzi (CPF 506.896.497-20); Eduardo Machado Marin (CPF 029.135.649-41); Edvaldo Pereira da Silva (CPF 339.805.271-15); Eleusa Garcia Pagotto Fioravante (CPF 088.103.378-24); Eliana Soares Araújo (CPF 695.454.214-87); Eliane Tereza Silva de Oliveira Araújo (CPF 428.268.616-20); Eliomar Rossati (CPF 674.616.977-49); Elizangela Kaminski Bandeira (CPF 821.161.720-04); Elpidio Alves da Costa (CPF 349.416.650-15); Emerson Nunes de Castro (CPF 375.918.861-34); Emerson Oliveira Delmontes (CPF 489.663.551-53); Enio Marcos Vasconcellos (CPF 280.149.366-04); Eraldo Maciel de Oliveira (CPF 780.529.128-49); Eudo Laranjeiras Costa (CPF 070.458.594-49); Euripedes Patapio Smaniotto (CPF 094.548.459-34); Fernanda Tonet da Rocha (CPF 250.161.078-40); Fernando Gomes Camacho (CPF 537.666.449-04); Fernando Tavares Neto (CPF 106.009.144-53); Flavio Benatti (CPF 545.837.308-10); Francisca de Oliveira Biagioni (CPF 472.356.248-68); Francisco Saldanha Bezerra (CPF 009.422.352-15); Geraldo Aguiar de Ribeiro Viana (CPF 020.057.008-00); Geraldo Magela Gonçalves Malta (CPF 534.484.566-91); Gilberto Luiz Storgatto (CPF 389.126.190-04); Gildásio Alves de Lima (CPF 327.487.601-15); Glen Gordon Findlay (CPF 025.506.078-56); Glisia Pinto (CPF 518.158.506-04); Helma Leila Ferreira (CPF 439.572.346-20); Igor Vital Silva Ferreira (CPF 029.351.146-20); Irani Bertolini (CPF 119.707.310-87); Ivan Mazzini (CPF 293.505.570-53); Jansen Luiz Paz Vieira (CPF 794.148.261-49); Joabete Xavier de Souza Costa (CPF 194.357.971-72); Joanete de Oliveira Rodrigues Ebert (CPF 250.235.606-78); João Alfredo Brodt (CPF 365.334.910-91); João Florivaldo Brabo (CPF 619.115.188-87); Jorge Murilo dos Santos Correa (CPF 688.054.977-20); Jose Afonso da Silva Darela (CPF 005.840.709-00); Jose Carlos Rosado Figueiro (CPF 070.093.720-04); Jose Roberto Conde (CPF 746.146.818-91); Jose Valdecir Capille (CPF 053.219.858-12); Josefa Conceição da Silva Menezes (CPF 136.594.564-20); Josimar Francisco de Oliveira Coelho (CPF 001.444.872-68); José Adriano Donzelli (CPF 335.423.841-00); José Carlos Nieves da Silva Caridade (CPF 031.530.378-68); José Carlos Reis Lavouras (CPF 410.806.537-91); José Fioravanti (CPF 147.815.498-53); José Hélio Fernandes (CPF 058.544.741-15); José Romero Cordeiro de Jesus (CPF 545.613.615-53); José Tarcísio de Alencar Formiga (CPF 004.000.251-91); José Vicente Gonçalves Pinto Júnior (CPF 344.480.126-20); José da Fonseca Lopes (CPF 387.405.168-49); Jovenilson Alves de Souza (CPF 124.559.701-91); João Rezende Filho (CPF 199.952.021-15); Juarez Giusti (CPF 057.330.668-06); Julian Roger Crispin Thomas (CPF 101.682.918-35); Juçara Marques de Negreiros (CPF 355.461.319-34); Katia de Fatima Lopes Lacerda (CPF 498.087.107-00); Leia Mascarenhas de Araújo (CPF 856.013.141-87); Lilian Carla de Souza (CPF 537.004.576-34); Lucimar Mota de Sá (CPF 519.993.826-68); Lucílio Torres de Vasconcelos (CPF 220.351.681-04); Luis Rafael Cardieri Marchesi (CPF 014.402.458-60); Luiz Alberto Mincarone (CPF 177.310.700-34); Luiz Anselmo Trombini (CPF 490.424.599-72); Luiz Carlos Marques (CPF 278.798.366-91); Luiz Maldonado Marthos (CPF 004.633.379-72); Luiz Rebelo Neto (CPF 012.692.322-15); Luiz Wagner Chieppe (CPF 244.155.537-53); Marcelo Barros de Souza (CPF 876.549.114-91); Marcelo Jacober de Moraes (CPF 083.041.828-82); Marcelus

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Luiz Holzmann (CPF 338.466.699-20); Marcia Regina Silva Batista de Oliveira (CPF 411.215.205-10); Marcilio Rodrigues Cavalcante (CPF 179.758.754-49); Marco Antônio Gulin (CPF 186.423.579-91); Marcos Vinicius Rodrigues (CPF 986.877.606-63); Maria Abadia Matheus de Sa (CPF 196.433.306-72); Maria Gertrudes Salvajoli Albiero (CPF 549.347.538-34); Maria Isabel de Souza (CPF 242.615.485-34); Maria Tereza da Costa Pantoja (CPF 831.525.047-72); Maria da Soledade Pontes de Azevedo (CPF 165.834.263-15); Maria das Dores Silva Neves Fakih (CPF 004.618.968-85); Maria das Graças Silveira Leite Xavier (CPF 073.531.895-68); Maria de Fatima Flores Mendes (CPF 080.871.135-00); Maria do Socorro Vale da Cunha (CPF 196.573.582-72); Mariano Costa (CPF 046.181.650-49); Mariano Costa Júnior (CPF 270.877.190-68); Mario Inacio de Moura (CPF 361.824.008-20); Maristela Spinelis Costa (CPF 086.336.587-63); Martinho Ferreira de Moura (CPF 246.258.767-53); Marília de Carvalho Nunes (CPF 835.011.936-53); Mauro Oliveira Dias (CPF 820.424.547-53); Milton Yugi Yamada (CPF 575.836.258-15); Moacyr Ortiz Menezes Junior (CPF 120.603.818-78); Myrian Santos Aguiar (CPF 311.756.276-15); Mário Martins Júnior (CPF 304.068.622-49); Mônica Stoll Vaz (CPF 788.256.016-20); Nelson Hespanha Borges Filho (CPF 416.675.497-15); Newton Jerônimo Gibson Duarte Rodrigues (CPF 001.104.004-10); Nicola Vasili Kumov (CPF 665.978.038-68); Odilon Walter dos Santos (CPF 002.861.681-20); Olavo Erineu Braido (CPF 704.291.208-00); Omar José Gomes (CPF 052.230.597-00); Otávio Vieira da Cunha Filho (CPF 050.675.457-04); Paulo Afonso Ferreira Silveira (CPF 548.187.459-87); Paulo Francisco Faccio (CPF 145.806.590-15); Paulo Roberto Barreto Bendahan (CPF 122.732.282-87); Paulo Roberto Vieira Martins (CPF 421.439.506-91); Paulo Sebastião de Souza Junior (CPF 023.016.889-25); Paulo Sérgio Ribeiro da Silva (CPF 008.821.516-49); Paulo Vicente Caleffi (CPF 068.122.010-49); Pedro Barboza Ramos (CPF 073.615.804-91); Pedro Henrique Garcia (CPF 003.974.907-04); Pedro José de Oliveira Lopes (CPF 005.497.119-53); Pedro Manoel Neves (CPF 312.183.698-68); Pedro Roberto Oliveria Almeida (CPF 072.101.325-20); Reinaldo Elias da Costa (CPF 009.683.156-15); Rejane Maria Nogueira de Holanda (CPF 306.505.854-53); Risa Marcia Lopes Negri Hepanha (CPF 343.301.277-68); Robert Cyril Higgin (CPF 031.429.227-68); Rodrigo Albuquerque Lima Saburido (CPF 899.818.804-00); Roger Lima Lange (CPF 350.102.310-34); Romero Nepomuceno (CPF 239.199.736-15); Rosania Divina de Medeiros (CPF 777.392.646-87); Rosmeire Regina de Oliveira Volpe (CPF 018.542.028-12); Rubens Subtil de Oliveira (CPF 431.897.419-72); Ruitter Ricardo Pinto (CPF 792.268.171-20); Sandra Pereira Prado (CPF 229.330.346-20); Saul Vieira Filho (CPF 244.851.606-53); Sebastião Carvalho (CPF 160.549.899-87); Sebastião Pereira de Araujo (CPF 073.199.911-87); Sebastião Pereira de Araújo (CPF 073.199.911-87); Silvia Helena Dias de Oliveira (CPF 042.622.178-84); Silvio Vasco Campos Jorge (CPF 196.370.638-20); Sérgio Augusto de Almeida Braga (CPF 156.788.816-04); Sérgio Luiz Gonçalves Pereira (CPF 211.142.268-15); Sérgio Moulin de Alencar (CPF 964.933.487-49); Tania Maria Cabas e Biccas (CPF 053.465.367-79); Tarcísio Bezerra da Silva (CPF 153.535.914-53); Thiago Luiz Ticchetti (CPF 043.058.367-26); Vanda Maria Rabelo Melão (CPF 422.452.733-20); Vanessa Coelho Merlo Habib (CPF 027.270.226-97); Victorino Aldo Saccol (CPF 231.502.380-72); Vitoria Luiza Gabriel de Freitas (CPF 708.911.418-04); Viviane Lifonsa da Silva (CPF 031.130.617-92); Waldemar Araujo (CPF 232.552.776-04); Wandel Washington de Paula (CPF 162.660.646-34); Washington Camilo de Almeida (CPF 638.917.006-87); e Yogi Pinto Pacheco (CPF 003.052.004-53)
Exercício: 2007 Advogados: não há

TC-014.885/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - TRT/BA
Interessados: Desiree Marques Sobral dos Santos (CPF 014.962.115-96); Roberto Rocha Aguiar Filho (CPF 008.330.175-51); e Sergio Ricardo de Jesus Simões (CPF 464.029.005-59) Advogados: não há

TC-014.888/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - TRT/PR
Interessados: Bruno Braga Correia (CPF 790.339.465-72); Juliana Mattoso (CPF 011.661.441-27); Leonardo Lobo Acosta (CPF 056.166.289-48); e Wellinton Glass da Silva (CPF 052.237.799-83) Advogados: não há

TC-014.890/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região - TRT/MA
Interessada: Verbena Maria Leal Borges (CPF 700.900.683-00) Advogados: não há

TC-014.892/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região - TRT/ES
Interessados: Adriana de Sá Viana (CPF 002.723.067-89); André Amaro Ferreira (CPF 066.474.106-19); Marcia Aires Parente Cardoso de Alencar (CPF 086.856.807-43); Omar Molina de Tolêdo (CPF 040.037.206-10); Raquel Ribeiro Rhein (CPF 035.939.957-60); Ronaldo Alves da Silva (CPF 936.920.306-06); Rosana Mion Gonçalves (CPF 052.166.107-23); e Thiago Salles de Souza (CPF 036.941.599-08) Advogados: não há

TC-014.909/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região - TRT/AL
Interessado: Múcio de Araújo Amarinho (CPF 000.882.735-47) Advogados: não há

TC-014.910/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região - TRT/RN
Interessados: Daniel Martins Cardinelli (CPF 052.499.846-90) e Emerson Carlos da Silva (CPF 895.019.505-49) Advogados: não há

TC-021.359/2007-3
Natureza: Tomada de Contas
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado de Mato Grosso do Sul - Incra/MS - MDA
Responsáveis: Antonio Rodrigues Santos (CPF 305.785.074-04); Carlos Augusto Longo Pereira (CPF 957.936.158-49); Claire Fatima Moreira Leal (CPF 322.270.941-68); Conceição Alcina Quadros Ranzi (CPF 105.923.421-15); Edmo Luiz Squinca (CPF 142.378.301-87); Epcon Engenharia, Projetos e Construções Ltda. (CNPJ 02.452.642/0001-57); Fundação Cândido Rondon - FCR (CNPJ 04.202.329/0001-96); Geminiano Alves de Souza Pinto Neto (CPF 022.582.001-30); Geni de Barros Franco (CPF 175.527.531-53); Harold Amaral de Barros (CPF 389.544.007-87); Jorge Gomes da Silva (CPF 062.344.531-04); Jose Gonçalves Rabelo (CPF 048.132.861-00); José Márcio Mesquita (CPF 162.549.881-00); Julia de Oliveira Sousa Ribeiro (CPF 106.415.211-20); Jurandir Pinto Nunes (CPF 074.002.761-15); Luiz Carlos Bonelli (CPF 328.797.849-72); Meire Lourdes da Rocha (CPF 200.475.091-04); Osana de Lucca (CPF 058.504.628-05); Paulo Roberto Thiesen Gregol (CPF 994.252.201-82); Roberto Oseko (CPF 923.555.108-06); Roselmo de Almeida Alves (CPF 164.940.081-00); Sidney Ferreira de Almeida (CPF 368.339.161-87); e Valdir Perius (332.165.250-15)
Exercício: 2006 Advogados: Mauro de Figueiredo, OAB/MS 4.617; Lívia Baylão de Morais, OAB/GO 21.100; e Fernanda Mariano Nunes Razuk, OAB/GO 20.707

TC-021.396/2009-3
Apensos: TC-009.388/2009-0; TC-030.550/2010-6; TC-030.549/2010-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Município de Tabatinga - AM
Responsáveis: Joel Santos de Lima (CPF 135.105.682-49) e Município de Tabatinga - AM (CNPJ 04.011.805/0001-91). Advogados: Aniello Miranda Aufiero, OAB/AM 1.579; Aldenize Magalhães Aufiero, OAB/AM 1.874; Marizete de Souza Caldas, OAB/AM 6.405; Danielle Aufiero Monteiro de Paula, OAB/AM 6.945; e Maria Eliriany Martins Gomes, OAB/AM 7.432

TC-027.060/2010-1
Natureza: Pensão Especial de ex-Combatente
Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Interessados: Agripina Tolentina de Carvalho Alcântara (CPF 122.704.155-15); Aidyl de Brito Simonetti (CPF 021.368.997-91); Altair Arminda Hermann (CPF 000.062.959-67); Carlos Celso de Azevedo (CPF 008.147.454-74); Julia Lessa de Azevedo (CPF 816.279.474-34); Laercio Costa da Silva (CPF 220.592.748-50); Lotus Cardozo (CPF 075.462.607-52); Lusivaldo Lessa de Azevedo (CPF 678.930.074-00); Maria Aparecida Costa da Silva (CPF 182.921.354-72); Maria Lucia Martins da Silva (CPF 231.016.444-53); Messias Martins Lopes da Silva (CPF 009.965.894-14); Moises Martins Lopes da Silva (CPF 009.965.904-20); Ricardo Martins Lopes da Silva (CPF 009.965.864-07); Solange Oliveira de Alcântara (CPF 839.160.325-34); e Therezinha Ahrends Braga (CPF 085.566.407-02) Advogados: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-019.554/2008-9
Natureza: Prestação de Contas do exercício de 2007.
Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo - UFES.
Responsáveis:
Responsáveis: Adauto Emmerich Oliveira (CPF 479.605.747-15); Alberto Ferreira de Souza (CPF 768.550.237-20); Alda Luiza Gonçalves da Silva Klippel (CPF 761.818.717-72); Amarilio Ferreira Neto (CPF 236.242.995-49); Andre Couto dos Santos (CPF 058.868.867-37); Andrea Almeida do Norte (CPF 703.177.047-53); Angela Maria Becalli (CPF 451.685.397-34); Antonio Carlos Coutinho (CPF 450.309.797-00); Aparecido Jose Cirilo (CPF 493.528.656-34); Aroldo Limonge (CPF 069.036.306-00); Arthur de Souza Moreira (CPF 059.100.817-30); Camila Pinheiro Rizo (CPF 107.321.487-74); Carlos Alberto Redins (CPF 302.553.417-68); Celso Jose Munaro (CPF 431.021.580-72); Cristina Engel de Alvarez (CPF 356.858.240-68); Danielli Calabrez Martins (CPF 110.675.077-28); Dirceu Pratissoli (CPF 448.531.907-59); Douglas Roriz Caliman (CPF 084.258.207-07); Eustaquio Vinicius Ribeiro de Castro (CPF 481.065.346-34); Florindo dos Santos Braga (CPF 282.066.227-72); Frederico de Souza Ramos Carneiro (CPF 117.476.727-85); Gean Jaccoud Faria (CPF 119.082.577-50); Ivone Martins de Oliveira (CPF 066.437.808-02); Jose Eduardo Macedo Pezzopane (CPF 082.651.588-66); Jose Luiz dos Anjos (CPF 044.255.448-62); José Gilvan de Oliveira (CPF 107.168.404-30); João Batista Pozzato Rodrigues (CPF 376.938.407-53); Lilian Coutinho Yacovenco (CPF 934.192.447-20); Lucio Silva Cavaca (CPF 798.199.907-34); Manoel Carlos Barbosa Silva (CPF 282.268.877-04); Marcia de Mello Fonseca Corvino (CPF 027.588.757-05); Maria Aparecida Santos Correa Barreto (CPF 879.862.307-97); Maria Hermenegilda Grasselli Batitucci (CPF 474.957.587-91); Maria das Gracas Santos Costa (CPF 697.186.957-53); Mario Claudio Simoes (CPF 850.473.257-68); Maristela Gomes da Silva (CPF 873.453.407-59); Marta Zorzal e Silva (CPF 317.362.387-87); Mauro Cesar Padua Penina (CPF 779.894.067-72); Murilo Lopes Sousa (CPF 377.121.527-72); Reinaldo Centoducatte (CPF 616.006.107-06); Renato Pirola (CPF 379.687.937-34); Ronaldo de Sá Drews (CPF 623.274.297-49); Rubens Sérgio Rasseli (CPF 527.522.407-91); Sonia Maria Dalcomuni (CPF 577.659.017-53); Tiago Onofre (CPF 111.374.417-04); Valter Bracht (CPF 320.547.349-34); Waleska Timoteo da Silva (CPF 105.855.947-83); Wellerson Ribeiro de Amorim (CPF 656.590.157-00); Wilson Mário Zanotti (CPF 086.455.907-00). Advogados: não há.

Interessado(s) na Sustentação Oral
Alda Luiza Gonçalves de Sailva Klippel

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

Classe I - Recursos

TC-016.524/2005-1
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Recorrente: Sérgio Maurício Mendonça Cardoso, ex-assessor do reitor (CPF 119.753.695-72).
Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - FUFS. Advogados: não há.

TC-017.180/2007-0
(com 2 anexos).
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Entidade: Prefeitura Municipal de Tutóia/MA.
Interessado: Egídio Francisco Conceição Júnior (CPF 182.826.443-15). Advogados: José Geraldo Forte (OAB/MA 9511-A).

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-004.878/2010-8
(com 1 volume e 1 anexo)
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
Responsável: Antonio Cesar Pinho Brasil Junior (CPF 118.407.142-04). Advogado: não há.

TC-014.790/2009-1
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa.
Responsáveis: Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Agronegócio Brasileiro - Fagro (CNPJ 04.246.755/0001-21) e Ana Maria Matias de Paula Lima, diretora executiva da Fagro (CPF 296.788.031-00). Advogado: não há.

TC-015.143/2006-9
Natureza: Prestação de Contas do exercício de 2005.
Unidade: Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S/A - TBG.
Responsáveis: Alexandre Cerqueira da Silva (CPF 759.828.037-15); Antonio de Pádua dos Santos Melo (CPF 078.581.833-20); Antônio Cláudio Pereira da Silva (CPF 300.143.527-53); Carlos Alberto de Souza Guimarães (CPF 362.881.287-91); Carlos Eduardo Mariano da Silva Júnior (CPF 029.365.687-81); Cynthia Santana Silveira (CPF 693.401.457-04); Diego Julio Hollweck (CPF 228.174.238-52); Edson Luis Mendonça Real (CPF 892.915.817-04); Eduardo Carnos Scaletsky (CPF 363.819.187-72); Emilio Andrés Peña Hasbun (CPF 059.901.717-14); Francisco José Marques Fernandes (CPF 151.855.831-34); Gleyce Ramos Lopes (CPF 023.774.867-38); Graham Cockroft (CPF 054.980.107-37); Heber Fernandes da Silva (CPF 329.793.047-00); Henrique Mello de Moraes (CPF 185.840.127-53); Joao Carlos Ribeiro de Albuquerque (CPF 037.352.304-15); Joaquim Vieira Ferreira Levy (CPF 727.920.007-91); Jose Zonis (CPF 706.567.467-34); João Eudes Touma (CPF 097.633.927-72); Maria das Graças Silva Foster (CPF 694.772.727-87); Mario Rosito Filho (CPF 575.718.808-15); Mariza de Andrade Daniel (CPF 139.583.908-54); Marta Maria Leite de Castro (CPF 054.150.587-45); Reinaldo Andrade (CPF 057.817.287-91); Renato Serafim dos Santos (CPF 710.767.437-49); Ricardo Lima de Souza (CPF 440.800.427-87); Richard Olm (CPF 289.163.010-68); Rogério Almeida Manso da Costa Reis (CPF 599.705.617-15); Siddharta Pereira Pinto (CPF 257.220.857-15); Vicky Lynn Martinez (CPF 055.470.007-79)
Advogados constituídos nos autos: Carlos da Silva Fontes Filho (OAB/RJ 59.712), Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250), Gustavo Cortês de Lima (OAB/DF 10.969), Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882) e outros (fl. 9 do anexo 2), Hermano de Villemor Amaral (filho) (OAB/RJ 3.099 e OAB/SP 27.938-A), Hermano de Villemor Amaral (neto) (OAB/RJ 41.087 e OAB/SP 109.098-A), Gilberto Augusto Trigueiro Vieira Ribeiro (OAB/RJ 7.683 e OAB/SP 29.886-A) e outros (fls. 6/7 e 46/49 do anexo 2), Luiz Fernando Braz Siqueira (OAB/DF 21.104), Christian Barbalho do Nascimento (OAB/DF 28.993 e OAB/RJ 123.922) e outros (fl. 15 do anexo 2), Rodrigo Jansen (OAB/RJ 111.830), Augusto Fiel Jorge D'Oliveira (OAB/RJ 141.736), Elias Gazal Rocha (OAB/RJ 96.079 e OAB/SP 159.761-A), André Pimentel Borges da Cunha (OAB/RJ 103.168) e outros (fl. 21 do anexo 2), Frederico Maia Mascarenhas (OAB/RJ 155.437), Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB/RJ 121.685), Rodrigo Benício Jansen Ferreira (OAB/RJ 111.830).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-023.995/2010-6
Natureza: Aposentadoria.
Unidade: Senado Federal.
Interessada: Irlene Barbosa Monteiro de Oliveira (CPF 117.145.491-00). Advogado: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

Classe I - Recursos

TC-028.501/2008-4
Apenso: TC 009.394/2000-4
Natureza: Embargos de Declaração.
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso - MEC
Interessados: Josdyr Vilhagra (825.904.438-20), Alenir Ferreira da Silva (229.919.641-20), Pedro Alves Teixeira (080.228.101-00) e Maurício de Almeida Campos (176.417.211-68). Advogados: Claudio Fabiano de Oliveira Lima (OAB/MT nº 6.546), Nelito José Dalcin Junior (OAB/MT 6.389), Alexandre Luiz Lozano Pereira (OAB/DF nº 7.889-B) e Eleni Alves Pereira (OAB/MT nº 3.012).

TC-029.604/2006-0
Apenso: TC 028.429/2010-9
Natureza: Recurso de Reconsideração
Entidade: Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social do Rio Grande do Sul - FGTAS/RS
Recorrente: Edir Pedro Domineghini - ex-Presidente da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social do Rio Grande do Sul - FGTAS/RS (nº 205.269.380-72) Advogado: Valdir Boniatti (OAB/RS n.º 35.067)

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-009.073/2003-2
(com 7 volumes e 3 anexos)
Natureza: Tomada de Contas, exercício de 2002
Unidade: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do então Ministério do Esporte e Turismo - SPOA/MET
Responsáveis: Luis Carlos da Fonseca (238.298.937-87), Marco Antônio de Oliveira (029.185.951-87) e Raimundo Ferreira de Miranda (184.086.801-53) Advogados: não há

TC-028.309/2010-3
(com 1 volume)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
Responsável: Mário Dias Pereira Júnior (CPF nº 878.051.467-72)
Advogado: Marcos Antônio Soares Mello (OAB/RJ nº 73.063)

Classe IV - Atos de Admissão de Pessoal

TC-010.869/2011-5
Natureza: Atos de Admissão.
Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - UFSE.
Interessados: Elyson Adan Nunes Carvalho (014.986.255-50); Erika de Abreu Costa Brito (795.584.376-20); Fábio Martins (101.313.838-41); Gerlis de Souza Brito (575.486.845-68); Gracyanne Freire de Araujo (989.987.145-15); Guilherme Fernandes Melo dos Santos (801.744.265-34); Hendrik Teixeira Macedo (928.416.275-00); Maira Cinthya Nascimento Ezequiel (031.264.334-99); Marcelo Oliveira Uchoa (336.694.065-49); Margarida Maria Teles (177.616.115-72) Advogados: não há.

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-001.590/2010-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Unidade: Diretório Metropolitano de Goiânia do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB/GO)
Responsáveis: Servito de Menezes Filho, Presidente, no período de 01/01/2005 a 05/04/2005 (CPF 004.543.461-15); Divino Fleuri de Matos, Presidente, no período de 06/04/2005 a 31/12/2005 (CPF 134.175.251-87); Renato Silva Manata Júnior, Tesoureiro (CPF 315.803.781-53)
Advogados constituídos nos autos: Sergio Reis Crispim (OAB/GO 13.520); Alessandra G. Ferreira Magalhães (OAB/GO 20.871); Caroline Jordane Vieira de Souza (OB/GO 26.560)

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

Classe I - Recursos

TC-000.906/2011-5
Natureza: Embargos de Declaração
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região/MG - JT
Embargante: Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de Minas Gerais - Sitraemg (25.573.338/0001-63) Advogados: Juliana Benício Xavier (OAB/MG 112.059).

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-004.460/2007-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Bonito/MS
Responsáveis: Geraldo Alves Marques (CPF 128.955.551-68), ex-prefeito; Município de Bonito/MS (CNPJ 03.073.673/0001-60) Advogados: não há.

TC-008.534/2009-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
Responsável: Dimitrio Sérgio da Silveira (CPF 247.884.903-82) Advogados: Ana Maria de Castro Tavares da Costa (OAB/CE nº 12.726) e Janine de Carvalho Ferreira Braga (OAB/CE nº 13.830).

TC-017.920/2003-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Santo Amaro/BA
Responsável: Raimundo José Carneiro Pimenta (CPF 035.296.305-00) Advogados: não há.

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-000.889/2006-0
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Órgão: Primeira Região Militar do Comando do Exército
Interessadas: Otália Gomes Machado (280.648.877-04); Patricia inheiro da Silva (032.120.167-10); Sonia Maria Moya Dizioli (813.000.697-91)
Advogados: não há.

TC-002.208/2006-8
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Comando da 2ª Região Militar do Exército - CE/MD
Interessada: Aryadne Cristina do Nascimento Gonçalves (CPF 302.212.118-02)
Advogados: Ailton Aparecido Avanzo (OAB/SP 242.469)

TC-003.670/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho-18ª Região/GO
Interessados: Heiler Alves da Rocha (002.723.291-34); Letícia Pereira Araújo (036.916.831-34); Maria de Fátima da Silva (467.538.341-68); Márcia de Castro Balduíno (336.305.691-53); Mário José de Sá (109.885.646-53); Nilma Alves de Oliveira Mota (781.682.878-00); Octávio José de Magalhães Drummond Maldonado (008.710.796-15); Rita de Jesus Cabral (004.808.514-68); Wellington Pereira Costa (343.061.371-04) Advogados: não há.

TC-003.693/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região - TRT/ES
Interessados: Arésia Teixeira Silva (273.804.837-49); Denise Palma Lima Cesar (049.038.707-15); Dorcas Mendes Spínola (824.211.707-10); Edson Gonçalves do Nascimento (203.367.487-87); Gercino Scárdua (279.713.337-49); José Antônio Baptista de Souza (010.266.827-20); Luiza Maria da Silva (317.409.877-72); Malba Frizera Ferreira (283.063.687-20); Maria Auxiliadora Zamprogno Gozzi (031.085.247-12); Miguel Roberto Seixas Chagas (048.725.415-53) Advogados: não há.

Classe VI - Representação

TC-013.659/2010-3
Natureza: Representação
Entidade: Fundação Cultural Palmares - FCP/MinC
Responsável: Neusa Maria de Sousa (150.487.991-00)
Interessado: L. A. Viagens e Turismo Ltda. (04.613.668/0001-65)
Advogados: não há.

Secretaria das Sessões, 9 de junho de 2011.
ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária da Câmara

ATA Nº 19, DE 7 DE JUNHO DE 2011
(Sessão Extraordinária)

Presidência do Ministro Aroldo Cedraz
Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretária da Sessão: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Com a presença dos Ministros Ubiratan Aguiar (presente de acordo com o entendimento firmado pelo Tribunal Pleno na Sessão Ordinária de 26 de outubro de 1994 - Ata nº 50/1994), Raimundo Carreiro e José Jorge, dos Ministros-substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir o Presidente, Ministro Augusto Nardes) e André Luís de Carvalho, bem como da Representante do Ministério Público, Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva, o Ministro Aroldo Cedraz, na Presidência, invocando a proteção de Deus declarou aberta a Sessão Extraordinária da Segunda Câmara às dezesseis horas, havendo registrado a ausência do Presidente, Ministro Augusto Nardes, em missão oficial (Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, artigos 33, 55, inciso I, alíneas a e b, II, alíneas a e b e III, 133, incisos I a IV, VI e VII, 134 a 136 e 140).

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Câmara homologou a Ata n.º 18, da Sessão Extraordinária realizada em 31 de maio último (Regimento Interno, artigos 33, inciso X, e 95, inciso I).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

O Anexo da Ata, de acordo com a Resolução TCU nº 184/2005, está publicado na página do Tribunal de Contas da União na internet.

PROCESSOS RELACIONADOS

A Segunda Câmara aprovou as relações de processos apresentadas pelos respectivos Relatores, bem como os Acórdãos de nºs 3664 a 3695 e 3697 a 3850, a seguir transcritos (Regimento Interno, artigos 137, 138, 140 e 143 e Resoluções TCU nº164/2003 e nº 184/2005).

a) Ministro Aroldo Cedraz (Relação nº 16);

ACÓRDÃO Nº 3664/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.940/2011-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alfredo Mecenas Neto (066.318.781-87); Genoliva Lemos da Silva (372.503.616-00); Jose Ribamar Fonseca dos Santos (130.460.123-49); Maria de Fatima Maracahype da Silva (145.529.902-25); Paulo Robson Taveira Godinho (055.200.701-30); Walmir Costa Lima (037.590.323-20)
1.2. Entidade: Controladoria-Geral da União - PR
1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3665/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.596/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jorge Ferreira Cardoso (288.399.197-91)
1.2. Entidade: Imprensa Nacional - PR
1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3666/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.637/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Cidilho Limirio Rosa (071.403.201-87); Elizabete da Fonseca de Oliveira Mattos (402.450.717-68)
1.2. Órgão: Advocacia-geral da União - PR
1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3667/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II, do Regimento Interno; e art. 7º, inciso II, da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.276/2011-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Raphael de Moura Cintra (026.447.044-30)
1.2. Órgão: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (vinculador)
1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3668/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II, do Regimento Interno; e art. 7º, inciso II, da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-011.296/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ribamar Machado Silva (828.440.541-53)
1.2. Entidade: Hospital das Forças Armadas - MD
1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3669/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.819/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adao Jose Pereira (055.077.328-25); Adilson Rodrigues da Conceicao (804.184.901-63); Adir Danilo Alves de Abreu (410.032.298-40); Alex Leuck (576.491.890-15); Alexandre Lobato Garcia (928.883.130-49); Alexandrina de Lima Rosa (033.346.209-21); Amer Nagib Moussa Junior (301.880.188-16); Ana Cristina Legey de Siqueira (629.019.237-04); Ana Paula Santos dos Anjos (255.238.668-73); Antonio Elieldo de Oliveira Soares (290.896.112-15); Antonio Pedro de Jesus Filho (544.529.961-91); Armando Jose Ritzdorf de Mello (583.372.299-34); Carlos Francisco de Santana (014.597.124-47); Carlos Renato Matheus Macedo (285.809.128-57); Caroline Rosario Mazzoli da Rocha (092.449.517-03); Celia Maria Alves Vieira (597.169.246-15); Cicera Almeida Flor Pereira (665.237.372-68); Claudio Vieira Castro (398.082.701-15); Daiane de Marchi Batista de Carvalho (290.063.398-22); Daniela Toledo de Lacerda (003.179.170-05); Daniela de Oliveira Estevam (045.477.496-63); Danilo Aloisio dos Santos Silva (026.955.405-07); Dayse Alves Costa (230.078.748-23); Debora Alves Karimae Florentino (694.227.961-72); Enio Schutt Junior (963.584.830-72); Erismar Rodrigues Trajano de Aragao (691.611.431-20); Fernando Barros Reis (011.271.961-97); Filipe Fernandes de Oliveira Nascimento (013.674.581-45); Francisca Arlene Lima Almeida (816.939.403-10); Francisco Marcelo Lira Chagas (576.859.083-87); Gabriel Ferreira Rocha (874.433.681-00); Gilberto Antonio Madeira Peres (239.148.150-00); Humberto Freitas de Araujo Rocha (031.109.334-54); Ianelli Marcela Matos Oliveira (695.851.301-06); Ibrahim Dawa (090.465.328-52); Ingrid Ramos Mota (720.570.171-68); Isadora Cristina Rossatti Cerchiari (003.949.759-36); Israel Campos de Morais (715.458.321-53); Janaina Rosa Generali (334.221.388-46); Jefferson Leocadio da Vanco (009.388.919-44); Joao Marcelo Azevedo Ferraz Rosa (035.906.836-78); Joao Paulo Soares Albuquerque (726.778.721-53); Jociane Castro da Silva (889.990.172-49); Jonas Rocha de Almeida (342.611.682-00); Jose Bonifacio Nascimento Nunes (683.027.708-68); Jose Matias Junior (955.357.053-49); Juliana Freitas de Lyra da Fonseca (616.104.882-53); Juliana Maria Lanzarini (099.849.957-98); Kaciane Alves Moreira (527.338.312-91); Laerson Davi Exner (551.029.560-00); Leandro Cesar de Souza (226.180.418-01); Leandro Dias Curvo (019.457.711-27); Leandro Pereira da Silva (045.560.334-03); Leonardo Mindello Ramalho Leite (641.400.243-72); Liane Almeida das Dores (372.296.301-00); Luciene Martiniano da Silva Alves (785.822.101-91); Luiz Fernando Perandre da Rocha (024.747.731-18); Marcio Silva do Nascimento (702.115.741-04); Marina Korbes (005.133.380-55); Marina Peil Martins (024.929.010-33); Miguel Sousa Silva (492.915.131-72); Natalia Fernandes Di Sisto (373.105.738-70); Nathalia Gomes Carneiro (055.893.464-10); Nathaly Suellen Rodrigues Ramos (024.615.451-97); Paula Roberta dos Reis Stragliotto (815.736.770-00); Paulo Magnus Soares Santos (939.861.145-72); Priscila da Silva Basilio (928.765.101-97); Rafael Faria Amorim (099.626.347-09); Rafael Gomes Lisboa (104.448.027-03); Ricardo Terto e Silva (989.036.831-53); Rondneì de Oliveira Guedes (103.600.767-77); Sara Novaes Moreira (318.566.548-18); Sheila Werner Neves (041.970.404-31); Silvio Mangueira Couto (989.166.615-87); Simone Kelly Pereira de Carvalho (935.013.311-34); Stefany Agata Vieira Romita (329.470.108-09); Teofilo Alves Barbosa (010.227.910-10); Vanessa da Silva Franca (226.311.838-19); Vinicius Lahr Reis (020.101.581-13); Woldson Manoel Rodrigues (071.641.777-40)
1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária - MD
1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3670/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II, do Regimento Interno; e art. 7º, inciso II, da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.046/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Ramos de Souza (256.943.468-07); Ana Albertina Evelin Pereira (281.070.801-06); Ana Paula de Almeida Coimbra (970.219.465-20); Celina Youko Yuzuki (318.786.951-34); Daniele Strohmeyer Gomes (666.401.211-15); Deocleciano Jose Viana Neto (862.763.958-20); Ederson Laurindo dos Anjos (920.938.503-97); Edilson da Silva (262.477.390-87); Emerson Gontijo Penha (780.922.306-25); Graziela Gusmao Pontini (086.955.867-66); Jaqueline Souto Mangabeira Binicheski (323.589.622-87); Lincon Macário Maia (841.737.771-91); Lígia Cirino Girão (102.507.863-20); Mara Régia Di Perna (266.923.767-34); Nelson Franco Jobim (173.079.370-34); Roberto Cavalcante Barbosa (635.054.281-91); Roberto Gusmão (030.513.598-82); Thiago Maciel Vilhena (001.534.691-96)
1.2. Entidade: Empresa Brasil de Comunicação
1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3671/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis Cristiane Teixeira Sendim (CPF 014.522.297-75) e Andrea da Luz Carvalho (CPF 012.527.067-40), dando-lhes quitação, sem prejuízo de fazer as determinações sugeridas; e nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, julgar regulares as contas dos demais responsáveis relacionados no item 1.1, dando-lhes quitação plena, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.253/2010-6 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2009)
1.1. Apensos: 033.069/2010-7 (SOLICITAÇÃO)
1.2. Responsáveis: Akira Homma (047.818.997-49); Alejandro Marcel Hasslocher Moreno (834.110.977-87); Alvaro Jose Romanha (132.507.606-68); Andrea da Luz Carvalho (012.527.067-40); André Luis Gemal (268.669.437-87); André Paulo da Silva Malhão (719.427.777-87); Antenor Andrade (076.873.707-91); Antonio Ivo de Carvalho (275.624.097-49); Arlindo Fabio Gomes de Sousa (027.378.507-97); Artur Roberto Couto (329.664.747-34); Ary Carvalho de Miranda (419.444.377-20); Carlos Alberto de Matos (139.891.768-03); Carlos Augusto Gabrois Gadelha (884.047.737-34); Carlos Maurício de Paulo Maciel (599.922.557-49); Celia Virginia Pereira Cardoso (375.650.527-87); Claude Pirmez (695.111.797-72); Cláudia Maria Gullo Parente (789.497.777-20); Cristiane Teixeira Sendim (014.522.297-75); Eduardo Azeredo Costa (004.745.335-49); Eduardo Chaves Leal (352.283.937-49); Eduardo Grinspun Koatz (270.406.157-20); Eduardo Maia Freese de Carvalho (775.745.678-91); Fabiola de Aguiar Nunes (003.817.305-06); Felix Júlio Rosenberg (425.247.257-15); Fernando José Marques de Carvalho (353.393.577-91); Fernando Lapinhagil (001.219.487-57); Hayne Felipe da Silva (586.234.187-00); Ilma Maria Horsth Noronha (372.756.407-59); Iramaya Rodrigues Caldas (489.774.706-68); Isabel Brasil Pereira (591.379.677-20); Joel Majerowicz (609.809.157-91); Jorge Luiz Faria Pessanha (708.600.097-34); Jose da Rocha Carvalheiro (015.412.188-68); José Augusto Alves de Britto (470.497.157-00); Juliano de Carvalho Lima (930.465.960-49); Leila da Silva Bezerra (636.750.647-00); Leila de Mello Yanez Nogueira (719.440.527-04); Leonardo Ribeiro de Lacerda (023.648.367-60); Marcos Jose de Araujo Pinheiro (667.332.517-87); Maria Luiza Garnelo Pereira (112.003.242-34); Maria do Carmo Leal (080.099.615-15); Mitermayer Galvão dos Reis (111.044.905-44); Nara Margareth Silva Azevedo (215.441.400-10); Patricia Dutra Sayd (494.592.877-00); Paulo Ernani Gadelha Vieira (422.312.997-04); Paulo Marchiori Buss (103.576.100-91); Roberto Sena Rocha (198.978.206-04); Rogerio Lannes Rocha (535.348.837-72); Romulo Maciel Fillho (142.718.264-72); Sergio Munck Machado (347.130.347-20); Sinval Cezario da Silva (512.620.961-20); Tania Cremonini de Araujo Jorge (403.241.337-15); Umberto Trigueiros Lima (724.546.107-44); Valcler Rangel Fernandes (594.673.637-04); Valdilea Goncalves Veloso dos Santos (848.575.797-15)
1.3. Entidade: Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz.
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.5.1. determinar à Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz que, no prazo de 15 (quinze) dias:
1.5.1.1. informe a esta Corte de Contas as medidas adotadas para dar cumprimento ao item 1.6.11 do Acórdão 7.253/2009, bem como as ocorrências que levaram à baixa de valores da conta 112190700 - Créditos a Receber por Cessão de Pessoal no exercício de 2010;
1.5.1.2. encaminhe ao Tribunal de Contas da União cópia do termo de cessão celebrado com a Asfoc, com vistas à regularização da ocupação das áreas pelo sindicato, bem como dos comprovantes de pagamento de aluguel, cotas condominiais e domínio de internet (www.asfoc.fiocruz.br) pelo sindicato;
1.5.2. dar ciência à Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz quanto à impropriedade relatada pelo Controle Interno no item 4.1.1.1 do Relatório de Auditoria Anual de Contas 244035, a saber, inscrições indevidas de notas de empenho em restos a pagar não processados, em desacordo com o art. 35 do Decreto 93.872/86;
1.5.3. determinar à Secex/RJ que:
1.5.3.1. analise as informações prestadas pela Fiocruz em decorrência da determinação proposta no item 1.5.1.1. e adote uma das medidas previstas nos incisos I, III ou V do art. 4º da Portaria Segecex 27/2009, conforme o caso;
1.5.3.2. junte a documentação enviada pela Fiocruz em decorrência da determinação proposta no item 1.5.1.2. acima às contas da entidade referentes ao exercício de 2010, e proceda ao seu exame, nos termos do art. 4º, II, da Portaria Segecex 27/2009;
1.5.3.3. arquive o presente processo, com fundamento no art. 169, IV, do Regimento Interno.

ACÓRDÃO Nº 3672/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, com fundamento nos artigos 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso I; 143, inciso I, alínea "a"; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, em julgar regulares as contas a seguir relacionadas, dar quitação plena aos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, e determinar o envio de cópia da presente deliberação, acompanhada de reprodução da instrução de mérito que subsidia este acórdão, às responsáveis.

1. Processo TC-027.319/2010-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2009)
1.1. Responsável: Dirce Durães Vila Nova (600.156.917-72), Maria Sueli Ferreira Saraiva (049.841.452-34).
1.2. Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Roraima.
1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3673/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16; inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso I; 143, inciso I, alínea "a"; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas a seguir relacionadas e dar quitação aos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.327/2010-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2009)
1.1. Responsáveis: Gilberto Barichello (521.012.829-68); Ivo Leuck Junior (266.660.490-04); Jussara Rosa Cony (238.319.280-53)
1.2. Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A - MS
1.3. Advogado constituído nos autos: não há.
1.4. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.4.1. dar ciência ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A, a fim de se evitar futuras reincidências, que foram detectadas nos presentes autos as seguintes impropriedades:
1.4.1.1. ausência de indicadores de gestão para cada Programa/Ação, no Relatório de Gestão da entidade, na avaliação de seu desempenho organizacional, em que se identifique avanços e entraves, com acompanhamento das áreas da entidade envolvidas, deixando de atender o princípio da eficiência, insculpido no art. 37, *caput*, da CF/88 , bem como o estabelecido na Portaria TCU 389/2009, em seu Item 2 da Parte A do Anexo II da DN TCU 100/2009, conforme subitem 3.2.2.1 do Relatório de Auditoria da CGU-RS;
1.4.1.2. pagamento habitual de horas extras a um mesmo empregado, CPF 305.567.110-25 (advogado), sem as justificativas adequadas, descaracterizando a situação de excepcionalidade, em desacordo com o art. 59 da CLT, bem como jurisprudência desta Corte de Contas, como Acórdãos 79/1999-2ª Câmara e 360/2003-1ª Câmara, conforme subitem 3.2.3.4 do Relatório de Auditoria da CGU-RS;
1.4.1.3. não realização de pesquisa prévia de preços dos procedimentos licitatórios da entidade, descumprindo com o art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/93, bem como jurisprudência desta Cortes constante dos Acórdãos 3.506/2009-1ª Câmara, 1.379/2007-Plenário, 568/2008-1ª Câmara, 1.378/2008-1ª Câmara, 2.809/2008-2ª Câmara, 5.262/2008-1ª Câmara, 4.013/2008-1ª Câmara, 1.344/2009-2ª Câmara, 837/2008-Plenário e 3.667/2009-2ª Câmara, conforme subitem 3.2.4.2 do Relatório de Auditoria da CGU-RS;
1.4.1.4. falta de assinaturas, aprovação e exame das minutas de editais de procedimentos licitatórios, desatendendo o art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93, conforme relatado no subitem 3.2.4.2 do Relatório de Auditoria da CGU-RS;
1.4.1.5. não comprovação de recursos orçamentários e financeiros para realização de processo licitatório, em desconformidade com o art. 7º, § 2º, inciso III, da Lei 8.666/93, conforme subitem 3.2.4.2 do Relatório de Auditoria da CGU-RS;
1.4.1.6. ausência de publicação de extrato de contrato no Diário Oficial da União,vulnerando o art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93, conforme relatado no subitem 3.2.4.2 do Relatório de Auditoria da CGU-RS;
1.4.1.7. falta de licitação por itens nas construções e reformas de unidades de saúde, em procedimento licitatório realizado, quando o objeto era divisível, deixando de atender o preconizado na Súmula TCU 247, conforme subitem 3.2.4.3 do Relatório de Auditoria da CGU-RS;
1.4.1.8. descumprimento de cláusulas avençadas pelas partes, na execução de contrato de equipamento com fornecimento de insumos, em desconformidade com o art. 66 da Lei 8.666/93, conforme subitem 3.2.4.4 do Relatório de Auditoria da CGU-RS;
1.4.1.9. ausência de apresentação de justificativas na alteração de contratual no percentual de 25%, desatendendo o previsto no art. 65, *caput*, e § 1º da Lei 8.666/93, conforme subitem 3.2.4.4 do Relatório de Auditoria da CGU-RS;
1.4.1.10. inexistência de formalização de processos com dispensa e inexigibilidade de licitação para posterior inscrição no Siafi, deixando de atender jurisprudência desta Corte constante dos Acórdãos 349/2008-1ª Câmara, 1.208/2008-1ª Câmara, 1.210/2008-1ª Câmara, 26/2008-1ª Câmara, 29/2008-1ª Câmara, 3.749/2007-1ª Câmara, 338/2008-Plenário, 568/2008- 1ª Câmara e 611/2008- 1ª Câmara, conforme subitem 3.2.4.6 do Relatório de Auditoria da CGU-RS;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011061000116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4.1.11. deficiências no acompanhamento e fiscalização de termo de cooperação firmado pela entidade, não atentando para o previsto nos arts. 51 a 55 da Portaria Interministerial 127/2008, conforme exposto no subitem 3.2.5.1 do Relatório de Auditoria da CGU-RS;

1.4.2. determinar o arquivamento do presente processo, nos termos do art. 169, inciso IV, do Regimento Interno.

ACÓRDÃO Nº 3674/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 1907/2011 - TCU - 2ª Câmara, prolatado na sessão de 29/3/2011, Ata 9/2011, relativamente ao subitem "9.3", onde se lê: "Regina Carvalho Reis", leia-se: "Amanda Regina Carvalho Reis", mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.593/2009-7 (PEDIDO DE REEXAME - Representação)

1.1. Interessados: José Valmir Monteiro (CPF 201.475.975-87) e Amanda Regina Carvalho Reis (014.540.175-89).

1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Lagarto/SE.

1.3. Advogado constituído nos autos: Fabiano Freire Feitosa (OAB/SE 3.173).

ACÓRDÃO Nº 3675/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92 c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e237, todos do Regimento Interno, em conhecer da representação adiante indicada e determinar o seu arquivamento, sem prejuízo de se efetivar as determinações propostas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.590/2009-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas.

1.2. Entidades: Prefeituras Municipais do Estado de Alagoas

1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

1.4. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.4.1. determinar à Secex/AL que constitua processos apartados, da mesma natureza dos presentes autos, para tratar separadamente as irregularidades envolvendo os repasses do Ministério das Cidades, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério do Turismo e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, apontadas no Relatório de Demandas Especiais 00190.003924/2007-52 da Controladoria-Geral da União.

ACÓRDÃO Nº 3676/2011 - TCU - 2ª Câmara

Considerando a determinação endereçada ao Ministério da Saúde e à CGU por intermédio do Acórdão 2.451/2007 - TCU - Plenário, para que encaminhassem diretamente ao TCU os relatórios elaborados por suas equipes nas fiscalizações de convênios relativos à aquisição de unidades móveis de saúde - UMS, relacionados com a denominada "Operação Sanguessuga";

considerando que o item 9.4.1 daquela deliberação autorizou a autuação de cada um daqueles relatórios como representação e, nos casos em que houvesse indícios de superfaturamento, desvio de finalidade, desvio de recursos ou qualquer outra irregularidade que resultasse em dano ao erário, sua consequente conversão em tomada de contas especial;

considerando que a análise efetuada pela unidade técnica competente nos autos da representação adiante relacionada detectou a ocorrência de falhas e irregularidades das quais não resultou prejuízo ao erário, que devem ser apuradas nos autos do TC-018.701/2004-9, em atenção ao item 9.4.5 do Acórdão 2451/2007 - TCU - Plenário;

considerando que a unidade instrutiva esclarece que foi encaminhado à 4ª Secex, de forma consolidada, extrato contendo a relação de convênios e respectivas ocorrências para juntada aos autos do TC-018.701/2004-9, visando dar cumprimento ao item 9.4.5 do Acórdão 2451/2007 - TCU - Plenário;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237 do Regimento Interno, em conhecer da representação adiante indicada para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, bem como determinar o seu arquivamento, devendo ser dada ciência da presente deliberação, juntamente com o envio de cópia da instrução da unidade técnica, ao Fundo Nacional de Saúde, ao Denasus e à Controladoria Geral da União.

1. Processo TC-027.088/2009-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Alcedir Rigelli (549.512.169-49)

1.2. Interessado: Sociedade Beneficente São Camilo (60.975.737/0009-09)

1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3677/2011 - TCU - 2ª Câmara

Considerando a determinação endereçada ao Ministério da Saúde e à CGU por intermédio do Acórdão 2.451/2007 - TCU - Plenário, para que encaminhassem diretamente ao TCU os relatórios elaborados por suas equipes nas fiscalizações de convênios relativos à aquisição de unidades móveis de saúde - UMS, relacionados com a denominada "Operação Sanguessuga";

considerando que o item 9.4.1 daquela deliberação autorizou a autuação de cada um daqueles relatórios como representação e, nos casos em que houvesse indícios de superfaturamento, desvio de finalidade, desvio de recursos ou qualquer outra irregularidade que resultasse em dano ao erário, sua consequente conversão em tomada de contas especial;

considerando que a análise efetuada pela unidade técnica competente nos autos da representação adiante relacionada detectou a ocorrência de falhas e irregularidades das quais não resultou prejuízo ao erário, que devem ser apuradas nos autos do TC-018.701/2004-9, em atenção ao item 9.4.5 do Acórdão 2451/2007 - TCU - Plenário;

considerando que a unidade instrutiva esclarece que foi encaminhado à 4ª Secex, de forma consolidada, extrato contendo a relação de convênios e respectivas ocorrências para juntada aos autos do TC-018.701/2004-9, visando dar cumprimento ao item 9.4.5 do Acórdão 2451/2007 - TCU - Plenário;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237 do Regimento Interno, em conhecer da representação adiante indicada para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, bem como determinar o seu arquivamento, devendo ser dada ciência da presente deliberação, juntamente com o envio de cópia da instrução da unidade técnica, ao Fundo Nacional de Saúde, ao Denasus e à Controladoria Geral da União.

1. Processo TC-027.098/2009-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Fernando Agostinho Cruz Dourado (126.860.422-49)

1.2. Entidade: Secretaria Executiva de Saúde Pública do Pará (05.054.929/0001-17)

1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

1.4. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.4.1. determinar ao Fundo Nacional de Saúde que analise a prestação de contas apresentada pela Secretaria Executiva de Saúde Pública do Pará, em relação ao Convênio 1098/2004 (Siafi 504097), tendo em vista que nos autos da presente Representação:

1.4.1.1. não foi identificado superfaturamento, com base em metodologia de cálculo de valores referenciais e de superfaturamento nas aquisições de UMS, aprovada pelo TCU mediante Questão de Ordem, na sessão plenária de 20/5/2009;

1.4.1.2. não constam da prestação de contas os extratos bancários da conta corrente específica do convênio mediante os quais poder-se-ia verificar a correta aplicação dos recursos nela creditados;

1.4.1.3. não foi possível verificar se ocorreu a transferência/pagamento da quantia de R$ 1.792,27 à empresa contratada, relativa à parte do pagamento do veículo adquirido.

b) Ministro Raimundo Carreiro (Relação nº 16);

ACÓRDÃO Nº 3678/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-010.936/2011-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Brivaldo Rego Barros (050.905.394-72); Doramy Gonçalves de Oliveira (072.875.931-49)

1.2. Unidade: Ministério da Justiça (vinculador)

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3679/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-010.943/2011-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Maria Eunice de Lima Penalber (626.011.997-68); Paulo Cesar da Conceiçao (346.440.837-04)

1.2. Unidade: Departamento Nacional de Produção Mineral - MME

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3680/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-011.035/2011-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Joao Jose de Souza Filho (051.541.464-68); Joaquim Nunes (192.152.071-04); Jorge Adalberto Rocha (135.312.046-53); Jorge Luis Fonseca de Souza (278.632.470-04); Jorge Miguel Simões (559.058.547-34); Jorge Roberto Mussel (075.357.757-72); Jose Agostinho dos Santos (054.800.944-91); Jose Alves do Nascimento (040.706.234-34); Jose Olavo de Oliveira Pinto (071.724.355-91); Jose Ronaldo Moraes Gomes (136.677.180-04); Jose Sobral Pereira (245.477.867-04); Jose Teixeira Neto (167.520.666-04); Josival Gonçalves Brasil (172.535.943-04); José Altivo de Oliveira (443.196.147-04); José Ari Mário (324.703.710-15); José Carlos Medeiros (029.369.094-49); José Carlos de Lima (002.038.153-00); José Carlos de Souza (223.911.429-00); José Cristovão Oliveira Pimentel (118.608.715-34); José Diogenes Dazzi (096.158.147-68); José Dionísio de Alencar Monteiro (061.575.723-53); José Esdras do Nascimento (105.075.584-72); José Eufrásio (115.601.427-15); José Ferreira de Souza (099.825.403-78); José Haroldo de Medeiros (095.661.804-97); José Hilton Sander Barreiros (125.833.756-87); José Jaime Azevedo Menezes (064.383.854-68); José Lopes (770.059.538-00); José Luiz Candido do Nascimento (197.773.887-72); José Luiz Jorge (101.521.721-49); José Luiz Neto (169.266.411-53); José Maurilio da Silva (103.529.534-20); José Morais Jataí (051.462.834-00); José Orlando Vieira de Assis (046.921.363-91); José Osires Vieira e Silva (132.143.493-68); José Roberto Nunes dos Santos (120.223.902-10); José Roberto do Prado Saldanha (273.096.650-15); José da Rocha Passos Filho (067.590.761-68); José de Arimatéia Ferreira Santiago (151.522.431-72); José de Oliveira Santos (120.151.725-72); Juares Rodrigues Lisboa (232.613.310-20); Juracy do Nascimento Pinto (041.263.356-68); Jurandir da Silva Lopes (385.983.297-20); Kênia de Oliveira Silva (644.096.781-91); Laercio Carneiro (778.477.170-34); Laudenir Antonio Scalon (030.463.348-85); Lauro Morbeck Nogueira (059.685.345-91); Lauro Pereira da Cunha (336.392.130-68); Lidio Favareto (005.021.508-66); Lindson de Oliveira Soares (120.216.102-25)

1.2. Unidsade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3681/2011 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Aposentadoria, instituída por ex-servidor do Departamento Nacional de Produção Mineral - MME, encaminhados a este Tribunal para apreciação, na sistemática definida na Instrução Normativa nº 55/2007, por intermédio do sistema Sisac.

Considerando o cruzamento dos sistemas Sisac e Siape, notou-se o falecimento do interessado;

Considerando o parecer do Ministério Público;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, conforme dispõe o art. 6º da Resolução TCU nº 206/2007.

1. Processo TC-011.192/2011-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Maria das Graças Sales de Souza (113.565.532-49)

1.2. Unidade: Departamento Nacional de Produção Mineral - MME

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3682/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-013.815/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Jorge Silva Franco (215.575.510-49)

1.2. Unidade: Petroquímica Triunfo S.A. - Grupo Petrobras - MME

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 3683/2011 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Admissão, de servidor da Empresa Gerencial de Projetos Navais - MD/CM, encaminhados a este Tribunal sob o manto da IN TCU nº 55, de 2007.

Considerando que para todo o ato de admissão constante deste processo foi detectada a existência do respectivo desligamento, conforme se verifica da documentação anexada, seja na base do Sisac ou Siape;

Considerando que o desligamento do servidor dos quadros do órgão ou entidade para o qual foi admitido, tem como consequência imediata a suspensão dos pagamentos recebidos a título de salários; e

Considerando o parecer do Ministério Público;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, em:

Considerar prejudicada por perda de objeto, o ato de admissão abaixo relacionado, tendo em vista não produz mais efeitos financeiros, por força do art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007.

1. Processo TC-014.053/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Vinicius Maia Ribeiro (119.026.667-98)
1.2. Unidade: Empresa Gerencial de Projetos Navais - MD/CM
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3684/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-011.339/2011-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ambrosina Lopes Lima (059.053.227-83); Antonio Alves Carvalho (113.529.221-34); Erenilda Hermes da Costa (455.486.257-72); Haydee Teixeira D'almeida Cypriano (468.938.577-72); Ilza Fernandes Lopes (030.371.807-22); Ironiza Maria Pereira (098.192.401-82); Kelly Rodrigues Machado (036.431.631-42); Lucia Maria de Magalhaes Silva (485.853.786-20); Lusimar Barros Ribeiro (785.155.807-72); Maria Alves Machado (528.451.177-87); Maria Creuza Rodrigues dos Santos (146.311.483-49); Maria Francisca Carneiro de Souza Mello (057.997.167-87); Maria Helena de Lima Querino (606.455.476-20); Marilene Tenorio Cerqueira da Costa (077.891.917-05); Simone Rosa dos Santos Amaro (076.505.437-06); Valdivino Luiz Pereira (002.945.191-49)
1.2. Unidade: Ministério da Justiça (vinculador)
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3685/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-011.426/2011-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Joacy Serra Carneiro Junior (668.538.003-97); Jocimary Silva Carneiro (001.077.151-47); Maria Jose Rabelo (151.859.901-04); Telma Lucia Campos de Lira (165.363.984-91)
1.2. Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3686/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-011.429/2011-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Bernardete Jose de Barros (037.506.124-04); Cristiano Domingos Mussoi (929.322.230-20); Edna Mascarenhas Moura (163.322.965-34); Joao Paulo Mascarenhas Moura (986.157.005-59); Laudecir Livramento Santiago da Silva (850.292.037-53); Laudeir Anterro de Souza (572.635.237-87); Lionice de Souza Lopes (958.466.468-91); Luciana Ferreira Moreira (084.701.697-85); Maria Betania Lopes Galvao (994.526.424-91); Maria Regina de Oliveira Borges Pinto (168.721.261-91); Marinalva Queiroz da Silva (404.140.354-53); Marlene Pires Gonçalves Lopes (272.657.198-08); Marlene Rosa da Motta (089.342.437-40); Milanna Chaves Nagbi (137.783.137-03); Regina Caldeira Chaves (860.457.847-15); Rosa Reichstatter Gomes Novo (151.938.018-62); Rosicler de Freitas Carneiro (787.639.169-91); Sergio Luiz da Silva Ribeiro Junior (051.381.957-60); Shyrley Martins Ribeiro (670.845.087-91); Tatiana de Souza Silva (132.562.417-94)
1.2. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3687/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-023.840/2010-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Virginia Simões Bina (691.464.111-00); Andréa Martins Vieira da Silva (001.823.731-26); Bianca Brito Costa (041.439.233-78); Fernando Brito Costa (041.439.243-40); Gustavo Brito Costa (041.439.203-52); Helio Vargas Aguileras (004.869.141-00); Lara Gabriely Silva Ribeiro (035.186.671-06); Lauane Carolina Silva Ribeiro (023.552.331-36); Luiz Andre Lopes Torquato (556.122.101-91); Maria Aurilene Brito Gomes (883.389.401-00); Maria da Paz Silva (417.803.451-00); Mônica Valéria Simões Bina (364.550.671-34); Regina da Silveira Gervazio (025.829.688-70); Renato Brito Costa (041.439.213-24); Thelma Alves da Silva (120.225.271-00); Venina Vieira da Silva (002.526.791-48)
1.2. Unidade: Senado Federal - SF
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3688/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-011.316/2011-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Alexsandra Conceicao de Sousa (446.859.553-15); Alice Pereira Alves (942.523.437-04); Allenesk Ramos de Sousa (055.378.553-21); Allenisk Ramos de Sousa (055.378.563-01); Allenusk Ramos de Sousa (041.877.753-58); Altina Tavares Mota (434.472.017-20); Ana Paula Ribeiro Vasconcelos de Oliveira (012.301.447-65); Ana Paula Rosendo de Souza do Nascimento (034.472.067-56); Angela Maria Guilherme Moura (242.544.364-91); Angela Uzun Martinoff (303.027.018-18); Arari Vieira Soares (748.164.547-72); Barbara da Rocha Miranda (008.791.817-02); Caio Villar dos Santos (151.107.147-89); Cassia Ribeiro de Vasconcelos de Souza (956.678.307-87); Cherley Lopes Brasilino Farias (329.263.084-34); Dayvson de Lima Farias (053.904.964-69); Eduardo Miguel Teixeira Franco (057.279.627-73); Elaine Pereira de Macedo (006.221.467-50); Eliana Cristina da Silva Rios Franco (020.779.264-06); Eliane dos Santos Alegre (767.982.919-53); Erivania Bezerra de Moura (019.445.654-42); Flavia Ribeiro Vasconcelos (042.548.847-02); Gercira de Araujo Brandão (285.654.445-20); Inocencia Ramiro Gomes Moreira (466.944.127-20); Iracema Rodrigues da Costa Silva (072.856.927-27); Irene Ribeiro Vasconcelos (086.921.077-78); Ivani Batista Mendes Cahú (776.030.017-49); Ivonete Felix de Oliveira (023.256.044-70); Izabela Anunciacao Lima de Jesus (259.128.808-93); Jeice Carla Menezes Alegre (025.778.833-66); Jessica Lilian Menezes das Virgens Alegre (025.778.823-94); Joedson Menezes Alegre (025.778.843-38); Luzinete Soares Monteiro (005.910.367-11); Magali Maria Vieira Macedo (077.743.787-23); Manoel da Luz Sobrinho Filho (016.039.477-52); Marcia Vasconcelos da Motta (829.457.997-15); Margareth Lopes Brasilino Farias (609.878.714-04); Maria Alice da Costa Miranda (438.317.297-00); Maria Candida Gonçalves de Almeida (058.483.547-74); Maria José Ananias Lemos (033.196.057-55); Maria Nunes Pontes (430.386.207-00); Maria da Penha Falcão (005.720.866-28); Maria das Graças Galvão dos Santos (150.600.554-34); Marilene Ramiro Gomes (512.791.187-68); Marlene Ramiro Gomes (442.484.587-72); Marli Ramiro Gomes (346.520.007-15); Marta da Rocha Miranda (796.893.297-15); Mary Glacy Pinto Valença (334.109.921-20); Matheus de Oliveira Alegre (122.312.957-84); Monique Aparecida Chacon Franco (062.026.054-80); Nilma de Freitas Nascimento Batista (087.315.637-40); Nilza Araujo Alves (933.367.997-91); Patricia Ribeiro Vasconcelos (037.503.507-95); Raimunda Paulina Bezerra (033.969.214-61); Selma Maria Reis Correia (010.585.957-50); Selma Regina Gonzaga de Miranda (914.140.407-68); Severina Antonio Batista Farias (352.537.384-87); Simone Rangel do Nascimento (094.310.797-04); Telma Regina Correia Lima (410.980.807-34); Teresa Maria Batista de Moura Araujo (444.392.614-34); Teresinha de Lima Ferreira (025.687.154-05); Therezinha de Souza Correia (042.549.957-09); Valeria Oliveira da Silva (025.792.217-27); Vera Lucia Abreu de Queiroz (673.115.207-20); Vera Lucia dos Santos Costa (641.568.187-72); Vital Martinoff (215.840.368-34)
1.2. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3689/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-011.240/2011-3 (REFORMA)
1.1. Interessados: Adriano Joaquim de Arruda (525.669.351-49); Maurinaldo José da Silva (281.503.687-87); Nubio Stuart Ferreira (022.406.377-49); Paulo Henrique Mendonça do Carmo (025.581.217-58)
1.2. Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3690/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; e 207 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar regulares as contas dos responsáveis abaixo indicados, dando-lhes quitação plena, considerando que as contas expressam, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão; dar ciência deste Acórdão aos interessados; e arquivar os autos, conforme os pareceres emitidos pela Secex-5ª e pelo Ministério Público .

1. Processo TC-028.781/2010-4 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2009)
1.1. Responsáveis: Alessandro Golombiewski Teixeira (656.147.550-04); Antônio José Corrêa do Prado (019.974.728-80); Carlos Alberto dos Santos (957.535.088-04); Henrique da Silveira Sardinha Pinto (251.592.166-34); Jose Augusto de Castro (136.170.108-06); Leonardo Pereira Rodrigues dos Santos (078.319.737-37); Lucas Izoton Vieira (451.573.837-20); Lytha Battiston Spíndola (310.031.681-91); Mauricio Antonio Rocha Borges (058.936.808-71); Miguel João Jorge Filho (024.842.858-68); Norton de Andrade Mello Rapesta (405.941.227-91); Paulo Tarciso Okamotto (767.248.248-34); Ricardo Schaefer (507.857.450-68)
1.2. Unidade: Agência de Promoção de Exportações do Brasil - Mdic
1.3. Unidade Técnica: 5ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-5)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3691/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto o processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, I e 218 do Regimento Interno, ACORDAM em julgar regulares as contas do Sr. Júlio César Teixeira Noronha, Conselheiro - Presidente do CDE, e demais responsáveis a baixo indicados, dando-lhes quitação plena, nos termos dos artigos 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I da Lei 8.44/92, considerando que as contas expressam, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos de gestão, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Secex-MA e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-030.091/2010-1 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2009)
1.1. Responsáveis: Alberto Fontoura Nogueira da Cruz (280.444.873-87); Antonio Humberto Vieira de Souza (374.145.267-04); Carlos Alberto Ramos Silva (126.491.713-91); Edilson Baldez das Neves (020.212.933-00); Elito Hora Fontes Menezes (077.017.485-04); Francisco José de Morais Alves (231.446.963-15); Haroldo Correia Cavalcante Junior (106.762.443-00); Jose Arteiro da Silva (000.601.353-87); José Antonio Pires Fernandes (022.128.033-20); José Carlos Nunes Júnior (100.097.283-68); José Maurício de Macedo Santos (665.538.148-72); Júlio César Teixeira Noronha (278.425.763-00); Luis Genésio Portella (007.974.563-68); Manoel Pedro Oliveira Castro Neto (024.140.902-00); Natalino Salgado Filho (032.954.943-04); Raimundo Coelho de Sousa (038.048.013-15); Regina Célia Monteiro Krogh (375.834.923-00); Roseana Tereza Pacheco Rodrigues (148.469.503-87); Waldir Maranhão Cardoso (064.829.023-91); Ênio Duarte Pinto (334.187.721-53)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.2. Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Maranhão (SEBRAE-MA)
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MA (SECEX-MA)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3692/2011 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos este Recurso de Reconsideração em **Prestação de Contas Simplificada** interposto pelo Sr(a) Ene Glória da Silveira, contra o Acórdão 561/2011 - 2ª Câmara Plenário - itens recorridos 9.1, 9.2 e 9.4 ((f. 338-339, v.1).

Considerando que além de intempestivo, não são apresentados fatos novos que possam suplantar a intempestividade do recurso;

Considerando o parecer do Ministério Público;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, com fundamento no art. 32, parágrafo único, da Lei 8.443/92 c/c os arts. 143, III e 285, § 2º, do RI/TCU; em:

a) não conhecer o Recurso de Reconsideração, por intempestivo e não apresentar fatos novos; e
b) dar ciência deste Acórdão às partes e aos órgãos/entidades interessados.

1. Processo TC-009.431/2001-8 (Prestação de Contas Simplificada - Exercício: 2000)
1.1. Apensos: 003.678/2005-0 (Relatório de Auditoria)
1.2. Recorrente: Ene Glória da Silveira (059.480.023-49)
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia - Unir
1.4. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.5. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RO (SECEX-RO)
1.8. Advogado constituído nos autos: Amadeu Guilherme Matzenbacher Machado (OAB/RO 4-B)

ACÓRDÃO Nº 3693/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material o Acórdão 1.020/2011-TCU - 2.ª Câmara - TCU, prolatado na Sessão de 22/2/2011, Ata nº 5/2011, relativamente ao subitem no subitem 1.5, o CPF do responsável Inácio Afonso Kroetz, para que, onde se lê: "266.471.760-04", leia-se: "169.716.800-06", mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos pela Secex-8ª e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-020.749/2010-4 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2009)
1.1. Responsáveis: Aluísio Berbert Sathler (261.560.247-00); Celda Terezinha Alarcão (144.519.301-97); Evaldo de Sousa Silva (259.482.701-06); Inácio Afonso Kroetz (169.716.800-06); Ismael Ferreira Martins (297.715.871-53); Odilson Luiz Ribeiro e Silva (258.260.776-20)
1.2. Unidade: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
1.3. Unidade Técnica: 8ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-8)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3694/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material o Acórdão 2135/2011 - TCU - 2ª Câmara, Sessão de 5/4/2011, Ata nº 10/2011, relativamente ao CPF do responsável José Ribamar da Silva, para que: Onde se lê: "(CPF 684.422.703-53)", Leia-se: "(CPF 200.402.963-34)"; mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos pela Secex-GO e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-018.022/2006-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Josias Júlio do Nascimento (023.705.491-49); José Ribamar da Silva (200.402.963-34)
1.2. Unidade: Unidade: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado de Goiás (INCRA/GO); Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Mingau, localizado no Município de São João da Aliança no Estado de Goiás; Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (vinculador).
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - GO (SECEX-GO)
1.4. Advogados constituídos nos autos: Joelson Dias (OAB-DF 10.441); Gabriel Rollemberg (OAB-DF 25.157); Donne Pisco (OAB-DF 22.812); Pedro Bannwart Costa (OAB-DF 26.798); Ubiratan Menezes da Silveira (OAB-DF 26.442); Rodrigo da Silva Pedreira (OAB-DF 26.627); Andreive Ribeiro de Souza (OAB-DF 31.072);

ACÓRDÃO Nº 3695/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material o Acórdão 2889/2011 - TCU - 2ª Câmara, prolatado na Sessão de 10/5/2011, Ata nº 15/2011, relativamente aos subitens 9.1 e 9.2, para que:

9.1
onde se lê: "...o recolhimento desses valores aos cofres do Tesouro Nacional...",
leia-se: "...o recolhimento desses valores aos cofres da Fundação Nacional de Saúde...";
9.2
onde se lê: "... seu recolhimento aos cofres da Fundação Nacional de Saúde...",
leia-se: "... seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional...";

Mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado.

1. Processo TC-022.768/2009-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Construtora Sancarlos Ltda (65.304.420/0001-07); Hilmar Sathler Cesar (185.689.551-34)
1.2. Unidade: Município de Lajinha - MG
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MG (SECEX-MG)
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva (manifestação oral)
1.5. Advogados constituídos nos autos: Leonardo Braz de Carvalho (OAB/MG n.º 76.53); Luciana Portela Anunciação (OAB/MG n.º 106.790).

c) Ministro José Jorge (Relação nº 15);

ACÓRDÃO Nº 3697/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.734/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Leda Brambate Carvalhinho (379.643.307-30); e Maria Rita Soares Miguel (525.925.027-34).
1.2. Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3698/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.742/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Raimundo Rodrigues (113.524.776-53)
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3699/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.954/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eliza Gurjão Barros (112.252.544-34); Flora Nelly Bravo de Nahui (324.904.374-53); Francisco Justino Pordeus (263.133.594-53); Glacy Gonzales Gorski Garcia (931.357.268-00); Irene Pereira dos Santos (366.379.804-63); José Adamastor de Sousa (078.657.834-34); José de Oracy Andrade (058.606.444-34); Luzia Neves de Medeiros Morais (452.991.104-72); Manoel Antônio da Silva (160.318.654-91); Manoel Leão dos Santos (206.718.144-00); Maria Constância Ventura Crispim Muniz (123.781.354-91); Maria Dalva Alves Moreira (296.649.001-25); Maria Neide Dantas (263.537.504-63); Maria Vilma Gonzaga (132.592.964-68); Maria das Dores Felix (157.329.244-34); Maria das Graças Morais Chaves (228.029.833-34); Maria das Neves Fernandes da Silva (204.473.704-30); Mauriza Bezerra de Araújo (199.174.814-00); e Salvaget Belo Filho (047.591.094-04).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Campina Grande - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3700/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, fazendo-se a determinação adiante especificada, de acordo com o parecer do Ministério Público junto ao TCU:

1. Processo TC-010.968/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Luiz Claudio Venâncio (935.737.666-68); Luiz Heleno Costa (166.703.296-87); Luis Antônio Borges (320.026.296-68); Maria Ângela Paulino Teixeira Lopes (103.611.206-30); Mariza Barreto da Silva (607.298.566-15); Pedro Paulo de Oliveira (187.156.646-00); Roseli Andreata Silva (328.371.516-53); e Tânia Aparecida Teixeira de Queiroz (217.656.936-91).
1.2. Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinar à SEFIP que verifique a legalidade do pagamento da parcela adicional de proventos a Luiz Heleno Costa, constante da ficha financeira que acompanha o parecer daquela unidade.

ACÓRDÃO Nº 3701/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.969/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alaide Caldeira Corrêa (419.291.019-53); Arlene de Oliveira Dias (253.616.519-15); Dejaci Vila Nova (011.415.899-15); Jair Seixas (088.477.209-82); José Altair de Brito (558.672.359-04); Luiz Carlos Martins (700.804.708-82); Maria Leoni do Nascimento (456.864.249-34); Maria Xavier da Silva (510.725.999-53); Martha Regina Boueri (358.963.539-87); Natal Pedro Tonelli (211.993.109-72); Sueli Terezinha Ferraz Bottega (428.346.869-04); Vilma Miquelim Coelho (168.591.039-49); e Zilda Vargas (250.842.169-34).
1.2. Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3702/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.999/2011-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria das Graças Silveira (238.661.871-49)
1.2. Entidade: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - MEC.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3703/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.050/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Raimunda Martins Torres (037.029.522-68)
1.2. Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes Visconde de Mauá - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3704/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.054/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Izabel Camargo Alves (531.219.880-34)
1.2. Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3705/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.058/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Adilson Pedrosa Soares (395.070.687-91)
1.2. Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3706/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.065/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria de Lourdes Pelosi Câmara (600.995.007-44)
1.2. Entidade: Instituto Federal do Rio de Janeiro/Unid. RJ - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3707/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.076/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Pereira de Novais (160.381.931-20); Anaderge Ferreira Angelo de Deus (171.481.701-68); Antônio Conceição do Amaral (177.486.901-20); Antônio Rodrigues Belon (590.103.638-72); Aquilina de Lima Fai (160.522.421-91); Araci Nogueira Aguilera (325.397.031-00); Bernardino Magno de Senna Neto (086.595.751-72); Bertina Mendonça da Silva (102.793.002-63); Cezar Luiz Galhardo (108.886.591-72); Dinarte Balduino Borges (110.263.161-20); Dorothi Gomes da Rocha (142.502.841-15); Edelibio Moraes de Lima (617.841.848-53); Eliana Mara Costa Roos (044.607.237-00); Elizabete Melo dos Santos (173.598.991-68); Ester Senna (063.598.841-00); Eurico Prates de Souza (175.351.661-72); Francisca Ajala Monge (176.838.151-87); Gelson Feijó Roos (146.422.471-49); Genezita Pereira de Paiva (446.603.081-20); Hosmano Pereira (108.043.661-87); Irenice Cunha Gomes (272.094.151-49); Jamilse Araúo de Souza (186.146.982-91); João Alberto de Oliveira (042.290.458-91); João Pedro de Souza Zardo (725.250.708-44); José Batista Paniago de Miranda (353.465.821-34); José Elias Nogueira Oliveira (250.403.911-53); João Batista Garcia (863.113.958-00); Ligia Velloso Mauricio (483.218.507-15); Lucia Helena Tavares de Freitas (173.743.911-53); Lucy Viegas Nasser (294.858.001-34); Maria Angélica de Oliveira Bezerra (138.657.575-53); Maria Aparecida dos Santos Gonçalves (106.329.561-00); Maria Helena do Nascimento Pontes (481.742.621-72); Maria José Palmeira de Macedo Alves Ferreira (697.048.218-91); Marina Cardoso (108.404.351-34); Marina Machado dos Santos (799.386.479-87); Marly Teixeira Morettini (024.604.401-20); Milton Constantino Quirnef (106.380.081-15); Neuza Odorico (070.569.231-00); Nilce Campos (230.566.901-10); Nilza Alves dos Santos (140.874.801-00); Noilson Leite Larangeira (105.580.121-91); Paulo Ribeiro de Souza (108.174.681-53); Regina Celia Caiola (803.257.938-91); Rosa Maria Fernandes de Barros (430.736.207-10); Rosalina Fernandes Cândido (208.894.101-00); Rosangela Bueno dos Santos (780.971.261-68); Sueli Nacer (157.590.321-00); Teresa Cristina Stocco Pagotto (965.009.998-00); e Valdice Lopes de Oliveira (249.648.831-91).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3708/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.081/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alaide Rodrigues Dias (240.574.446-53); Alancardeque Alves de Oliveira (302.421.506-91); Antônia Claudino da Costa (301.848.786-91); Antônio Alves de Freitas (159.956.236-72); Brazilina de Jesus Santos (366.597.206-00); Carmen Lúcia do Nascimento Santos (569.637.698-34); Claudia Barbosa Firmino Rabelo (429.621.616-34); Célia de Fátima Araújo da Cruz (847.269.206-00); Davina de Freitas Figueiredo (604.129.096-34); Dilça de Fátima da Silva (729.370.256-68); Divino José Gonçalves (182.978.036-00); Dorany Lopes Silva (394.482.666-34); Edma Terezinha de Sousa (321.238.686-04); Elaine de Fátima Silvério (351.397.656-91); Elizabeth Garcia de Freitas Borges (437.938.516-72); Elizabeth Mota Rezende (139.143.836-15); Guiomar Maria da Silva (322.840.716-00); José Beluci Caporalini (071.020.008-04); José Pedro Neto (182.946.426-49); Luiz Carlos Tome (038.738.461-87); Lázara Maria Silva (394.151.806-25); Maria Marlene de Macedo (189.761.826-34); Maria Salvadora Santos Adão (350.349.716-15); Maria das Graças Ferreira Fernandes (323.442.446-20); Maria de Fátima Oliveira Barnabé(350.392.806-53); Marlene Vieira Oliveira (323.221.866-00); Mauricio de Almeida (090.165.896-00); Nelsa Xavier da Silva (460.382.056-91); Neuza Vital de Souza (807.547.246-20); Nivalda Inácia dos Santos (365.753.306-06); Norita Gonçalves Magalhães (664.305.266-15); Olganita Maria Dornela (366.496.606-63); Samia Mameri Ferreira (340.591.726-34); Suneli Aparecida Silva Mendes (350.667.416-15); Sônia Maria Ferreira (266.862.286-72); Tereza Cristina Gomes Maia (664.092.507-97); Tereza de Jesus Alves da Conceição (288.085.506-30); Valdete Manoel Santiago (262.238.566-87); Vantuil José (301.955.436-53); Vera Lúcia Puga de Sousa (152.453.221-53); Vilma Alves Teixeira (350.699.616-91); e Vilma Pereira Carrijo Rozzett (320.513.526-15).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3709/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.087/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Angelino Aires Sirqueira (378.431.841-04); Carmem César de Assis (443.032.201-59); Lindomar Sousa do Nascimento (183.507.981-49); e Maria de José Ferreira Rocha (079.294.803-30).
1.2. Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3710/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.117/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adelina Pereira Falcão (121.377.235-49); Alberto Freire de Carvalho Olivieri (035.521.365-68); Ana Lucia Silva Santos (187.045.815-04); Ana Lúcia Pires Cotia de Oliveira (042.352.665-00); Ana Maria dos Santos Silva (098.755.065-91); Belinha Zausner Guelman (101.471.525-34); Benedita Maria Silva de Jesus (077.969.945-91); Diva Maria de Freitas Oliveira (193.035.135-68); Diva Rodrigues Pinheiro (319.340.645-72); Ednalva Cerqueira Costa (049.924.825-20); Edvaldo de Oliveira Santos (126.096.175-34); Eliane da Cruz Santiago (169.403.005-97); Eliene Mendes de Jesus (175.642.125-00); Elinalva Vergasta de Vasconcelos (157.714.075-34); Elza Maria Cruz dos Santos (094.977.065-53); Estelita de Jesus Vital (246.126.935-15); Eulina da Rocha Lordelo (094.004.435-87); Eunice Beatriz Silva Leite (112.421.915-34); Evanda Oliveira Fadigas (066.800.205-06); Gildete Santos da Boa Morte (105.102.495-15); Giuseppe Onnis (061.557.585-49); Guilherme Furtado Lopes (004.270.045-00); Heromário de Araújo Correia (021.748.125-68); Hildete da Cruz dos Santos (076.556.225-15); Humberto Lázaro dos Santos (061.894.665-91); Jaciara Rocha de Freitas (288.293.445-91); Jacira Cristina Batista de Freitas Lucas (095.091.785-00); Jacyra Andrade Mota (001.893.835-34); Jairo Aguiar dos Santos (441.511.285-49); José Romualdo dos Santos (070.919.315-72); Josefa dos Santos (094.554.265-87); José Nogueira Leite (045.890.765-00); Jovita Nunes dos Santos (133.645.615-91); João Maia Fontes (149.477.065-20); João de Jesus Freitas (074.748.815-00); Maria Cecília Velasco e Cruz (380.050.427-87); Maria Conceição Azevedo de Medeiros (467.371.545-49); Maria Odilia Santana Gomes (090.649.585-72); Mário Ernani Ancilon Cavalcante (235.764.567-91); Osvaldina Araújo da Silva (108.958.685-04); Regina Célia Santos Dias (153.685.725-49); Regina Ferreira Souza (074.904.615-53); Rita Maria da Silva (089.991.715-15); Rosemeire dos Santos Rodrigues (333.307.865-15); Sílvia Velloso Guimarães (185.692.935-34); Tânia Maria Lima dos Santos (074.929.955-04); e Vanda Aquino dos Santos (132.055.795-34).
1.2. Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3711/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.138/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adilson José da Silva (268.404.804-53); Aguinaldo Vieira Costa (062.615.904-00); Albenise Ramos de Araújo e Silva (685.528.234-20); Alda Moura de Araújo (179.121.134-87); Aluizio José Bezerra (105.850.604-87); Antônio Fernando Paiva Viana (051.009.254-34); Audecira Maria de Barros Monteiro (231.815.324-87); Bartolomeu Carlos de Figueredo Lins (053.838.204-00); Benita dos Reis Lisboa (171.297.374-68); Carolina Maria de Oliveira (478.456.004-15); Dirce Pereira Guimarães (303.963.444-53); Edite Alves Bezerra de Lima (450.444.064-49); Edmilson Ferreira da Silva (084.604.344-00); Elcy Andrade Falcão (215.453.834-72); Eliane Alves da Silva (360.496.624-87); Erenice Cavalcanti Rocha (318.463.944-49); Fernando Antônio Machado Rangel (040.885.734-04); Geraldo Gomes da Silva (004.193.624-87); Guilherme Costa Varela (038.825.784-91); Gustavo Pedrosa de Maia Gomes (532.404.728-72); Hermira Maria Amorim Campos (076.593.344-68); Iolanda Andrade Campos Almeida (189.813.304-25); Jairo Rolim Lopes de Almeida (054.512.304-63); Joalde Cajueiro Santos (255.931.104-68); José Alberto Cavalcanti (012.879.904-87); José Cavalcanti Britto (099.112.784-68); José Antônio Macedo Malta (002.858.544-53); José Lins Rolim Filho (068.929.064-00); Leonor Costa Maia (193.804.294-87); Lúcia Maria Rangel (512.335.097-72); Manoel de Souza Cunha (031.237.154-34); Maria das Neves Soares Barbosa (169.037.574-49); Maria do Carmo dos Santos Bezerra (217.505.484-53); Marlene Coelho Paz (122.229.094-49); Miriam Fabricio Matos Nogueira (055.390.724-72); Norma Lacerda Gonçalves (267.221.004-72); Odete Alves (135.815.204-78); Paulo Medeiros de Albuquerque (064.013.094-15); Rizelda Maria de Moura (246.860.934-49); Roberto Faustino de Paula (369.968.587-04); Rodolpho Maria de Santa Cruz Oliveira (022.076.054-34); Rubem Alves de Oliveira (104.360.734-04); Sebastien Joachim (024.417.908-54); Tereza Cristina Milha dos Santos (172.635.574-87); Valderez de Menezes Cavalcanti (165.156.764-68); Xavier Uytdenbroek (492.097.368-34); e Zuleika Elias (436.452.754-87).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 3712/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.214/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Camilo Rodrigues da Silva (007.551.686-15)
1.2. Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3713/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.217/2011-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antônio Giacomini Ribeiro (293.069.228-68)
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3714/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.227/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: José Cândido Valença (013.037.084-34); e Severino Vieira de Melo (046.921.954-87).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3715/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.228/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Carlos Felix Neto (476.896.179-72)
1.2. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3716/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.584/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Nilda Iara Silva Tarabini (283.151.890-34).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre - MEC.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3717/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.591/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adir Gomes da Silva (261.512.516-87); Altair Anastácio (284.266.816-20); Altamiro Theodoro de Assis (167.033.676-04); Andre Natal Adão (181.171.476-53); Antônio Euflauzino de Oliveira (830.384.856-91); Antônio Gonzaga Filho (209.912.666-68); Antônio João da Paixão (235.930.086-53); Antônio Matias dos Santos (168.252.766-20); Edite Fernandes da Silva (250.700.548-30); Efigenia Rita da Silva Santos (332.992.506-04); Egídio Valente (168.206.576-68); Ernesto Lourenço Soares de Freitas (281.497.856-04); Francisco Geraldo Carvalho Vidigal (222.563.936-15); Geraldo Ferreira de Araújo (175.716.506-15); Geraldo Magela da Silva (261.519.606-53); Jacir Gomes da Silva (116.396.286-49); João Batista Teixeira da Silveira (578.484.838-00); João Décimo Miranda (879.601.418-00); José Braz de Souza (281.426.676-49); José Cardoso Lopes (194.363.866-72); José Carlos da Silva (210.625.016-91); José Eudes Milagres (284.316.856-20); José Geraldo de Assis (329.380.806-97); José Lopes de Freitas (168.225.286-87); Jose Mateus Filho (329.338.196-00); José Anastácio Neto (281.403.036-15); Luiz Antônio da Silveira (197.364.286-72); Maria Auxiliadora Pena Rubim Raimundo (285.302.096-72); Milton Sette da Fonseca (121.467.066-00); Raimundo Donato Aniceto (329.363.706-04); Raimundo Silverio Ventura (332.871.556-87); Sebastião Lopes Nogueira (166.981.506-49); Sebastião Vitorino (166.985.506-63); Vicente Faustino Adão (181.171.206-15); e Vicente Miranda Lopes (210.644.076-68).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3718/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.593/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Onezia Abreu de Albuquerque (460.262.827-34); e Odete Ferreira da Silva Nunes (400.106.437-53).
1.2. Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3719/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.473/2011-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marcus Fabiano Gonçalves da Silva (702.332.250-72); Marcus Ianoni (013.184.278-19); Marcus Reis Pinheiro (069.447.457-63); Marcus Vinicius Maia Ribeiro (022.396.847-12); Margarida Barreto Solon de Mello (928.168.607-44); Maria Angélica Rodrigues Prearo Netto (749.502.907-20); Maria Aparecida Guimarães de Sousa (838.889.937-68); Maria Cleia de Oliveira Duarte (084.585.407-03); Maria Del Carmen Fatima Gonzalez Daher (483.424.327-34); Maria Goretti Andrade Rodrigues (889.746.697-49); Maria Inês Nogueira (464.379.916-15); Maria Isabel Mansur da Silva (095.208.187-31); Maria Lucia de Souza Costa (030.840.687-71); Maria Luisa da Cruz (669.153.417-49); Maria Onete Lopes Ferreira (233.729.823-04); Maria Rachel Jasmim de Aguiar (092.105.847-08); Maria Verônica Secreto de Ferraz (048.127.257-71); Maria da Conceição Lopes de Souza (733.573.407-04); Maria da Conceição da Rocha Ferreira (456.501.447-53); Maria da Penha Flora Santos (011.065.367-03); Mariana Baltar Freire (904.999.054-15); Mariana Ferreira Figueiredo (051.805.967-77); Mariana Gomes Paulse (112.544.347-20); Mariana de Medeiros e Albuquerque Barcinski (011.051.187-54); Mariani Rufino Orthmeyer (035.292.229-09); Maridete França Valcarcel (026.659.967-23); Marilia Rodrigues (037.616.887-09); Marina Baptista Scudino (419.451.407-63); Marineide Pereira do Nascimento Silva (010.311.247-21); Martha Bernardino de Oliveira (782.883.397-00); Maura Ventura Chinelli (316.624.637-15); Mauricio Ado Rodrigues de Sousa (030.006.557-43); Mauricio dos Santos Júnior (052.683.327-08); Mayra Soares Pereira Lima (022.524.937-55); Meg de Carvalho Soares (091.149.627-05); Michelle Mikhael Ammari (079.276.507-93); Miguel Elias Mitre Campista (086.741.047-70); Milena Sampaio da Costa (095.865.537-52); Milene Siqueira Vicente (318.564.108-62); Mitsi Pinheiro de Lacerda Leite Benedito (571.906.826-00); Moacir dos Santos do Nascimento (052.808.747-95); Mônica Maria Lima Fonseca (002.061.507-84); Mônica Pinto Maia (018.929.727-19); Mônica Tavares Pacheco (800.938.097-00); Mônica Valéria da Costa Pereira (010.950.537-95); Mônica de Aquino Galeano Massera da Hora (913.457.587-15); Mônica de Souza Panasco (888.049.097-49); Murilo Alvarenga Oliveira (046.273.157-08); Mônica Maria Guimarães Savedra Barretto (343.689.147-91); Mônica Maria Raphael da Roza (018.632.127-95); Nalita Maria Hall Brum de Barros (024.494.487-30); Nancy Gama Pires (454.543.616-15); Nara Xavier Moreira (442.149.953-68); Nathália Ramos de Melo (031.379.796-09); Natália dos Reis Cruz (012.720.237-45); Nelson de Souza Veras (092.050.027-71); Nerivaldo Batista de Santana (080.947.717-39); Nielza Moreira de Souza (907.020.777-04); Nils Martin Andersson (058.553.947-27); Noemi Santos Corrêa (085.911.227-63); Nuria Malajovich Muñoz (078.871.137-76); Orlando Hiroshi Kiono Siqueira (737.103.937-87); Osiris Ricardo Bezerra Marques (032.265.837-35); Patrícia Riddell Millar (083.076.967-63); Patrícia Ferreira Neves Ribeiro (044.070.197-00); Patrícia Mota Lourenço (100.769.947-75); Patrícia Regina da Matta Silva (819.216.837-91); Patrícia Toledo Valim (006.322.267-14); Patrick Estellita Cavalcanti Pessoa (070.795.607-21); Patrícia Gonçalves Saldanha (954.461.507-59); Patrícia Savio de Araújo Souza (020.026.039-10); Paula Liliane dos Santos Godois (107.183.587-40); Pauli Adriano de Almada Garcia (053.348.117-10); Paulo Buarque de Macedo Guimarães (431.164.697-68); Paulo Emílio Vauthier Borges de Macedo (978.678.029-91); Paulo Henrique Furtado de Araújo (849.527.257-15); Paulo Victor Peres Pache de Faria (098.131.917-32); Pedro Sussekind Viveiros de Castro (028.797.147-37); Pedro da Luz Moreira (718.961.717-53); Priscilla Oliveira Silva (072.577.297-27); Rachel Ferro de Figueiredo da Silva (054.267.247-25); Rachel Moreira Morais dos Santos (830.370.987-91); Rafael Arêas Vargas (112.931.657-27); Rafael Gerardo Rodrigues Donas (054.679.417-39); Rafael Luiz de Andrade Zorzi (029.105.737-37); Rafael de Faria Schumann (045.344.377-06); Rafael Ângelo Nobuyuki Sano (108.772.457-03); Rafaela Cunha de Souza (106.426.667-33); Rafaela Olegário Figueira dos Santos (111.936.787-57); Ramiro Marcos Dulcich Piccolo (058.051.357-28); Raphael Vieira Monte Alto (075.165.497-38); Raphael da Costa Cruz (075.802.437-17); Raphael de Abreu Almeida (096.856.987-08); Raphaela Giffoni Pinto (100.599.047-63); Raquel Machado Soares (095.068.717-01); Thiago Jéffery Barisão de Lima (093.878.987-25); Thiago Schaustz Silva (058.077.727-84); Tony Majstorovic (116.631.527-48); Uelinton Silva Santos (686.022.945-49); e Vagner Camilo Alves (024.494.017-76).
1.2. Entidade: Universidade Federal Fluminense - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3720/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.480/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Katiane de Lima Castro (102.142.217-76); Kecia Barbosa Valentim (914.229.817-20); Keles Firmina Rosa (617.900.441-20); Kellen Cristina Florêncio Ferreira (037.587.157-84); Kelly Cristina dos Santos Rodrigues (781.288.385-04); Kelly Cristini de Miranda Lima (041.410.977-56); Kelly Davis Cruz Moura (079.983.497-19); Kelse Tibau de Albuquerque (955.286.447-04); Kenia Eleuterio da Silva (070.581.197-24); Kenny Neoob de Carvalho Castro (757.426.407-49); Kisnney Emiliano de Almeida (098.563.307-77); Kleber Luiz de Araújo e Souza (865.250.009-63); Kleison Cordeiro Peixoto (082.022.597-54); Klitia Valeska Bicalho (986.583.017-53); Kristine Sue Stenzel (633.673.607-59); Kurt Bergan (070.966.997-67); Lacramioara Marianty Ionel (060.858.417-79); Lais Bernardes Monteiro (023.566.587-85); Lais Faria de Oliveira (125.345.047-11); Lais Leite Futuro (085.089.867-69); Laisa Bello Hermelino (110.771.977-13); Laisa Maria Freire dos Santos (083.297.097-28); Lara Seidler de Oliveira (082.579.597-40); Larissa Mello de Oliveira (070.967.187-37); Larissa Moreira Viana (023.470.337-78); Larissa Santiago de Souza (029.513.087-36); Laura Eugenia Perez Freitas (764.291.997-20); Laura Senos Lacerda (055.390.847-21); Lazaro Vitor Bispo Gomes (116.261.797-78); Lea Mara Benatti Assaid (607.112.647-91); Leandra Pereira de Oliveira (075.379.397-05); Leandra Santos Baptista (092.917.947-16); Lean-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

dro Mendes Barrigio (912.574.769-04); Leandro Miranda Alves (043.780.637-51); Leandro Moreira Furtado (007.609.216-01); Leandro Nascimento Rubino (054.002.777-48); Leandro Neme Teixeira (054.427.977-82); Leandro Peixoto de Lannes (087.192.607-50); Leandro Penna Gomes (094.816.367-47); Leandro Pimentel Abreu (008.838.427-69); Leandro Pinto Mendes (868.166.087-04); Leandro Pinto Rodrigues Pimentel (070.143.697-25); Leandro Santos Abrantes (095.345.257-31); Leandro Schaeffer Marturelli (937.796.157-20); Leandro Siqueira de Melo (075.530.797-66); Leandro Vahia Pontual (093.101.437-97); Ledilson Lopes Santos Júnior (068.515.277-40); Leila Batista Mello (851.537.027-15); Leila Dahia (843.446.527-20); Leila Martins (830.597.767-68); Leila Martins dos Santos Nunes (109.538.657-38); Leila de Oliveira Mendoza (037.702.257-83); Leilane Costa do Nascimento Tavares (113.108.067-05); Leine Cristiane Batista Cavalcanti (089.240.557-04); Leni Porto Costa Siqueira (677.442.657-34); Lenilda de Matos Pinheiro (001.138.557-02); Lenilda do Nascimento (018.983.877-96); Leonam da Costa Martins (037.514.427-74); Leonardo Azevedo Neves (075.531.367-43); Leonardo Bitencourt Rosa (120.491.927-54); Leonardo Brescia de Souza Henriques (017.939.407-03); Leonardo Dangelo (071.798.067-73); Leonardo Etero Pacheco Auler Coimbra (077.343.897-16); Leonardo Ferreira Kaltner (095.187.797-67); Leonardo Gandolfi (089.177.097-61); Leonardo Gomes da Silva (039.507.097-03); Leonardo Greco (038.273.218-91); Leonardo Henrique Gil Azevedo (089.241.017-57); Leonardo Hoehl Carneiro (044.664.767-56); Leonardo Iranio Amaro Monteiro (055.080.287-81); Leonardo Lennertz Marcotulio (091.125.727-64); Leonardo Luchetti Cortinhas (103.888.277-00); Leonardo Maciel Moreira (049.205.666-89); Leonardo Marinho Pereira Panza (035.635.437-71); Leonardo Pereira da Silva (073.585.337-12); Leonardo Peres da Silva (047.887.667-01); Leonardo Rodrigues dos Santos (052.776.827-83); Leonardo Tinoco Rosa (100.052.977-02); Leonardo Valente Monteiro (006.544.197-44); Leonardo Vasconcellos Bragança e Oliveira (035.330.437-97); Leonardo Ventapane Pinto de Carvalho (053.825.157-35); Leonardo Vieira Dantas (006.399.657-09); Leonardo da Silva Nascimento (086.270.047-73); Leonardo da Silva Vidal (074.788.037-92); Leonardo de Faria Peres (074.131.087-20); Leonardo de Freitas Mendes (060.519.729-60); Leonice Martins Lima (512.192.557-34); Leonora da Silva (785.193.737-04); Leopoldo Eurico Gonçalves Bastos (173.716.007-20); Leosvaldo Salazar Marques Veloso (450.270.803-87); Leticia Cruz Lopes (077.099.177-71); Leticia Damasceno Barreto (703.641.257-72); Leticia Maria Rezende Maciel (924.513.147-53); Leticia da Silva Alves (077.016.007-79); Letícia dos Santos Lima (099.595.367-85); Lia Corrêa de Oliveira Guarino (010.750.517-70); Lia Gianelli de Azevedo (087.290.357-59); Liane Flemming (923.233.597-20); Libia de Souza Gomes (076.162.247-09); e Licius da Silva (068.502.537-35).

1.2. Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3721/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito dos ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.573/2011-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Reginaldo Rubens da Silva (020.210.989-58).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3722/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.584/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Antônio Agra de Araújo Filho (076.802.684-95); Eduardo Cardoso Moraes (033.702.934-20); e Jesse Jackson Sena da Silva (048.470.614-46).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3723/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.604/2011-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Serginardo José da Silva Leandro (007.614.567-08).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará - MEC.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3724/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.606/2011-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriana de Souza Lorêncio dos Santos (056.141.657-54); e Magno Wesley Buscaroli (046.110.577-20).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3725/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.608/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Daniel Marra da Silva (863.605.401-00); Edgardo Manuel Latrubesse (508.413.352-49); Fernanda de Souza (740.926.931-68); Leizer Fernandes Moraes (732.428.451-53); Leôncio Rodrigues de Araújo (017.340.541-07); Luana da Silva Teixeira (993.987.531-20); Nádyla Zanon Gonçalves (005.197.651-09); e Renata de Pino Albuquerque Maranhão (865.661.211-53).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás - MEC.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3726/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.020/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Abadia de Fatima Resende (294.611.031-15); Adriano Fontoura Camargo (614.228.941-34); Alice Irene Torres Garcia Baruki (169.824.208-50); Aline Maira da Silva (303.008.028-54); Alline Cristhine Nunes Cerchiari (941.036.821-91); Andreia Maria Kremer (017.443.811-78); Andreia Souza Shinzato (008.184.271-67); Antônio Galan Júnior (785.081.181-04); Antônio Marinho Falcão Neto (490.069.756-72); Antônio Silva Fernandes (636.775.631-00); Camila Michelan de Almeida (271.978.628-41); Carla Becker (450.744.450-00); Carla Yumi Shimonishi (008.835.561-62); Cassia Isley Cruz (785.158.231-87); Cicera Virginia dos Santos (786.631.131-53); Clarice Aparecida de Jesus Cardoso Maresciallo (255.105.908-90); Clayton da Costa Omido (944.895.801-34); Clod Estefano Burlim (269.218.198-09); Cricia Poiares Vieira (901.023.041-49); Cristiane Munaretto (047.226.099-50); Eduardo Sokem (959.870.701-63); Elizabete Maria dos Santos (554.190.461-72); Emerson Henklain Ferruzzi (653.940.111-68); Everton Ratier de Quevedo (011.766.521-50); Gilberto Gregório de Melo (445.617.331-91); Gildet Viegas Martins (421.107.851-87); Grazielly Vilhalva Silva do Nascimento (719.262.241-91); Guilherme Frederico Rojas Silva (924.350.091-00); Ieda Romero Alves da Silva (947.959.401-34); Inês José da Silva (600.986.191-87); Jean Carlos Garrido (792.527.881-15); Joelson Fernandes (763.819.861-15); José Ezequiel Souza (040.993.506-90); Jugurta Benedito Borges (039.345.176-33); Jussara Cristina Parre Astolfi (600.449.851-34); Kissara Jamaica Borck Garcia Borges (936.287.731-72); Lenin de Lima Rodrigues (002.672.860-58); Luciano Bortoloci (032.319.409-58); Magno Aparecido Gonçalves Trindade (203.831.588-42); Marcelo Cardoso Oliveira (955.230.301-04); Marcia Rejane Rosa Eugenio (785.887.661-91); Marcio Donizete Ximenes (713.244.296-15); Marcos Ricardo de Figueiredo (655.888.516-68); Maria Aparecida de Souza Silva (638.922.861-91); Maria Carolina Andolpho Bonini (285.333.148-25); Maria Mercedes de Jesus da Silva Kraus (174.462.361-91); Mariana Ribeiro de Assunção (007.198.821-17); Maristela Fabro Reis (881.401.801-49); Marlus André de Lima Sornas (013.139.931-40); Mauricio Stefanes (613.607.321-87); Michel Mendes Camillo (044.782.026-56); Michely Duek Souza (996.191.131-87); Naara Siqueira de Aragão Rocha (016.471.591-64); Patricia Andréa Torres Garcia Bassi (248.515.398-19); Rafael Aleixo e Silva (990.758.491-68); Regiane Azevedo de Oliveira (636.675.091-20); Reginaldo da Silva Canhete (928.141.821-53); Robson Gonçalves Chaparro (984.597.081-87); Rodrigo Matheus Pereira (249.980.498-01); Rodrigo Pereira Francisco (012.949.306-64); Rogério Massaru Watanabe (286.628.198-50); Rute Ferreira Falco (298.112.951-15); Sabrina de Castro Siqueira Nogueira (078.924.867-04); Sandra Maria Gomes Bicudo (480.899.901-34); Simone Alves Rocha (979.293.951-20); Simone de Carvalho Martins (012.125.861-07); Solange de Souza Moura (020.568.039-92); Tânia Mara de Oliveira Lima (446.430.391-91); Tatiana Carvalho da Silva (011.555.541-24); Thiago Basso (009.851.001-09); Tiago Flores Zeferino (006.430.241-58); Tulio César Gonçalves Pires (690.578.931-34); Valdecir Santana (069.723.568-81); Valeria Pereira da Silva Peracolli (297.861.328-90); Vanilza Rodrigues Vieira Souza (918.217.629-91); Vera Lucia Dias Sott (358.908.780-34); Vivian Patricia Vieira da Silva (637.535.701-25); Wellington Sordi (015.848.011-23); e Willsef Osmar Zarske Barbosa (898.538.810-04).

1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3727/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.021/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alessandra Cristina Tomé (799.806.271-15); Alexandre Carvalho Teixeira (784.381.521-04); Ângela Aparecida de Araújo (546.176.501-72); Brunno Moreira Naves Silva (859.598.981-87); Bruno de Andrade Martins (900.874.021-49); Diva Mendonça Garcia (007.062.531-08); Douglas Ribeiro Romani (951.011.791-91); Eduardo Alves da Silva (003.491.681-48); Eduardo Valcacer Brandstetter (888.337.201-87); Eliana Fortes Gris (818.249.471-00); Giuliano Carvalho Frugeri (775.505.441-15); Hernany Carneiro Cunha (883.255.711-87); Johnathan Pereira Alves Diniz (002.211.441-61); Juliano Avelar Moura (801.880.106-10); Junia Magalhães Rocha (064.490.256-62); Karla Angélica de Lima (977.649.731-49); Luciana Ferreira de Queiroz (954.709.131-04); Luciano Fonseca da Silva (782.365.841-00); Lucilene da Luz do Nascimento (425.890.101-68); Marcelo Marcondes de Godoy (205.448.268-41); Maria Marta Martins (533.282.991-49); Mariana Pirkel Tsukahara (955.993.631-04); Paulo Bomtempo Júnior (946.699.616-91); Rafael Gomes da Silveira (005.249.701-14); Renato Marins Ferreira (597.916.321-20); Ricardo Divino de Oliveira (004.585.341-02); Rosana de Ávila Melo Silveira (847.166.306-68); Sandra Adelly Alves Rocha (863.289.131-68); Silvestre Linhares da Silva (727.341.591-04); Tadeu Robson Melo Cavalcante (491.036.951-15); Talita Camelo Morais da Silva (985.672.091-53); Valeria Alves de Lima (940.465.901-06); Virginia Mara Brandão Garcia (558.025.751-15); e Wagner Abadio de Freitas (010.318.276-41).

1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3728/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-010.023/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: André Zimmer (891.001.150-53); Carlos Stefan Simionovski (714.851.200-04); Caroline Daiane Kulba (004.303.690-26); Caroline Garcia Samojeden (007.895.550-50); Cristiane Inês Musa (930.322.000-59); Deise Inara Cremonini Dagnese (013.571.720-52); Edinete Rita Folle Cecconello (770.478.930-91); Eduardo da Rocha Bassi (006.074.290-97); Elaine Pires Salomão Carbonera (004.429.110-84); Eliandra Lanfredi Bottin (893.549.400-30); Eva Regina do Amaral (310.648.330-04); Francieli Fuchina (059.863.289-14); Henrique Sant'anna (001.162.530-96); Juliana Piltz de Lima (007.794.270-17); Mirelle Barcos Nunes (920.248.580-15); Thais Roberta Koch (013.921.790-84); e Tiane Pacheco Lovatel (721.666.060-91).

1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3729/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.033/2011-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Paulo Roberto Lopes Tenorio (035.833.484-51); Paulo Roberto Rubem dos Santos (659.574.403-10); Paulo Rogério Ali de Lion (010.721.901-84); Paulo Sérgio Cerqueira Rangel (113.154.687-35); Paulo Wisbeck Bramont (047.221.029-70); Pedro Antônio Ribeiro Filho (718.522.635-04); Pedro Diego Dantas Liberato (045.259.354-99); Pedro Guimarães de Brito Lira (060.995.446-66); Pedro Henrique Carvalho de Almeida (029.134.735-55); Pedro Henrique Soares (317.536.848-46); Pedro Paulo Caetano Paulo (989.220.251-15); Pedro Pinto Xavier Júnior (032.215.425-18); Pedro Soares dos Santos (014.002.274-02); Petrônio Oliveira Souza (670.585.155-49); Pierre Paolo Pádua Nobre (972.094.901-59); Plinio Miranda Lima (985.142.453-68); Pricila Santos Borges (311.661.098-36); Priscila Cabral do Nascimento (282.838.208-77); Priscila Calixto Pereira (082.657.136-06); Priscila Pereira Borges Cruz (311.244.228-89); Priscila Pereira Cruz da Silva (118.768.807-08); Priscila do Amaral Maia (331.966.608-85); Rafael Almeida Cardoso (031.207.150-77); Rafael Arbusa Marques (828.641.010-68); Rafael Costa Oliveira (312.450.968-42); Rafael Ephigenio Antongini Ramagem (025.153.329-86); Rafael Hitiro Fudissaku (313.064.638-82); Rafael Macedo dos Santos (001.311.291-04); Rafael Oliveira Araújo (017.730.721-88); Rafael Oliveira de Andrade (668.418.523-20); Rafael Pereira Magalhães (006.611.520-57); Rafael Soares Araújo (036.036.261-33); Rafael Taveira Marques (890.850.432-04); Rafael Vieira de Barros (070.633.997-56); Raibatan Felipe Gonçalves Neiva (002.173.891-20); Raimundo Nonato Silva Souza (899.500.971-34); Raisa Vitoria Tavares Silva (395.114.548-03); Ramon Radley Ferreira Damasceno (076.969.984-71); Raphael Alves Vieira (009.323.481-30); Raphael Faria Moraes Soares (079.423.437-23); Raphael Ribeiro Soares da Cunha (040.493.955-41); Raphael de Almeida Beserra (224.230.758-47); Raquel Cristina Santos de Oliveira (346.234.538-98); Raquel Eliamara Mendes (039.410.539-73); Raquel Wender Schenini (010.969.920-35); Rauber Holanda Fernandes (031.730.961-77); Raul Clemente Dantas da Silva (093.334.147-46); Regiane Santos Faria (954.395.281-72); Reginaldo Ferreira dos Santos (079.453.646-83); Reinaldo Aparecido Ferreira (195.495.958-38); Reinaldo Gomes de Paula Júnior (047.780.594-92); Renan Emanuel Alves Pinto (069.557.354-38); Renan Mayo Peixoto (098.831.727-37); Renan Nascimento Reis (773.409.812-68); Renan Rodrigues de Almeida (132.121.527-45); Renan Rodrigues dos Santos (027.773.445-23); Renata Carvalho de Gois (050.983.664-02); Renata Cristina Costa de Oliveira (043.074.234-70); Renata Esther Gomes Lofgren (088.860.627-37); Renata Jackisch (044.949.079-36); Renata Lopes Silva (015.932.615-00); Renata Moscatello Bonfatti (404.334.098-27); Renata Tiemi Yonamine Takemoto (368.505.328-04); Renata de Alcântara Valente (910.338.456-04); Renato Eduardo da Silva (166.724.104-49); Renato Guedes de Camargo (295.036.348-22); Renato de Oliveira Ferreira (664.968.961-00); Rhadan Rodrigues Silva (009.348.681-23); Rhaminton Silva de Andrade (065.345.124-59); Ricardo Alves Moraes da Silveira (961.181.729-00); Ricardo Cândido de Almeida (814.681.641-04); Ricardo Fanhoni (275.087.618-47); Ricardo Peleja de Souza Oliveira (455.085.341-72); Ricardo de Freitas Vieira (042.616.137-86); Rita de Cássia Alves Bezerra (011.097.134-52); Rita de Cássia da Silva Rocha (731.479.661-00); Rivanilse Vieira da Silva Martins (673.469.522-00); Roberta Cristina de Souza Pereira Alves Aguiar (004.903.271-25); Roberta Marina Costa Lima (013.951.973-42); Roberta da Silva Barbosa (082.639.917-73); Roberta de Bartolo Mariano (338.002.728-65); Roberta de Medeiros Leal Barros (045.703.374-65); Roberto de Medeiros Melo (073.479.096-19); Robineide Santos Melo (682.619.852-53); Robison Francisco Kudamatsu (381.653.668-90); Rodrigo Alberto Maciel (938.657.080-72); Rodrigo Borges Biansini (020.945.560-85); Rodrigo Caruso de Brito (361.183.578-11); Rodrigo Carvalho Accacio (086.408.817-58); Rodrigo Gerlova da Fonseca (328.388.548-60); Rodrigo Jorge Pitanga Pereira (943.408.385-00); Rodrigo Lavor Cavalcanti (067.064.644-06); Rodrigo Luiz Simão (066.086.076-79); Rodrigo Obici Lambert (318.063.628-99); Rodrigo Santos Martins (022.408.790-84); Rodrygo Medeiros Costa (021.522.413-20); Roger Kamikawa (611.794.429-20); Rogério Fontoura Antunes da Motta (109.978.447-60); Rogério Reginaldo Marques (300.545.318-96); e Rogério Vivaldo da Silva (295.049.088-37).

1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal - MF

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3730/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.037/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alamo Alexandre da Silva Batista (031.773.029-01); Alexandre Zammar (804.203.209-97); Cleverson Sebastião dos Anjos (069.638.189-32); David Lira Nuñez (230.620.658-93); Eleandro Maschio Krynski (008.636.809-50); Fernando Huttel (068.557.569-13); Gerson Ishikawa (630.463.859-00); Heliety Rodrigues Borges Barreto (021.547.109-13); Juliano dos Santos Gonschorowski (034.134.869-42); Maria Cláudia Aguitoni (035.563.359-05); Marizete Righi Cechin (741.610.910-87); Ronaldo Donato Spinardi (512.377.849-72); Seloni Seben (580.896.409-15); Sheila Regina Oro (995.556.389-34); Tarcizio Alexandre Bini (051.518.129-39); Tereza Rachel Mafioleti (041.515.959-88); e Viviani Teodoro dos Santos (018.988.969-17).

1.2. Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3731/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.042/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Adriano Clark de Oliveira (037.596.436-39)

1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária - MD

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3732/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.045/2011-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alesandra Gonçalves de Freitas (782.749.312-20); Andrews Braule Pinto Ramos (798.453.042-49); Francineide Aparecida Alves Nascimento Reis (090.066.687-02); Jonathan Conceição da Silva (519.936.782-04); Luiz Carlos da Silva (841.058.369-00); e Marcello Augusto Coutinho Nevares (648.175.472-00).

1.2. Entidade: Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3733/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.047/2011-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: André Câmara Alves do Nascimento (038.497.304-33); Clarice Maria dos Santos Soares (319.990.184-00); Dalton Francisco de Araújo (012.388.354-73); Daniel de Filgueiras Gomes (028.681.044-10); Enderson José Dias de Melo (058.427.844-67); Felipe Carvalho Gomes da Silva (039.415.334-01); Francisco Ângelo da Silva Neto (036.494.574-58); Jailson de Arruda Almeida (085.658.734-63); Jane Kelly Silva de Lima (059.282.684-83); Ketchen Pamela dos Santos Gouveia (055.463.074-55); Marcelo José Mendonça de Sá (009.014.044-38); Paulo Marcelo Santana Barbosa (047.592.554-86); Rafaela Campos Cavalcanti (040.338.144-42); Roberto Costa do Amaral (947.220.644-15); Ronei Aprigio Freitas dos Santos (808.926.554-53); Simone de Melo Oliveira (784.441.364-68); Thiago Victor de Oliveira Santos (062.215.194-03); Victor da Costa Wanderley (047.828.414-42); e Vilene Elvira Barbosa da Silva (030.533.964-83).

1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3734/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.048/2011-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adalberto Costa Almeida (641.868.572-53); Adélia de Farias Pantoja (305.720.372-87); Adriane Terra do Nascimento Faturi (938.106.100-97); Adriano Marlisom Leão de Sousa (605.546.902-25); Adriano Vitti Mota (591.304.582-34); Alberto Cruz da Silva Júnior (836.305.202-78); Alecksandra do Socorro da Silva (397.250.732-15); Alessandra Epifânio Rodrigues (630.985.982-04); Alessandra Fortunato de Almeida (374.433.802-91); Allan Klynger da Silva Lobato (787.016.002-49); Ana Carolina de Barros Moura (704.395.912-87); Ana Cristina Andrade de Aguiar Dias (079.214.747-21); Ana Lidia Cardoso do Nascimento (209.372.962-87); Ana Rita de Lima (285.891.008-12); Andréa da Silva Miranda (430.385.222-87); Andreia Damasceno Costa (661.206.082-49); Antônia Benedita da Silva (661.214.002-00); Athila Santos de Lima (752.069.272-87); Breno Lima Colonnelli (659.722.362-49); Breno Pinto Rayol (514.239.282-53); Bárbara do Nascimento Borges (606.119.872-87); Caitto Arroyo Vasconcellos (834.274.652-68); Carissa Michele Goltara Bichara (694.101.432-68); Carlos Alberto de Sousa Nogueira (761.896.603-63); Caterina Muramoto (260.550.488-33); Cintia Maria Cardoso (380.351.112-72); Cândido Ferreira de Oliveira Neto (520.661.262-68); Daniel Pereira Pinheiro (760.851.202-49); Davi Nogueira Maciel Alves (046.607.264-36); Débora Nascimento e Silva (717.533.112-68); Deciola Fernandes de Souza (121.412.912-91); Denes de Souza Barros (702.491.992-20); Deusdedith Cruz Filho (706.670.807-59); Dimas Lucio da Silva Ribamar (668.154.872-53); Ednaldo da Silva Filho (576.778.912-68); Edson do Socorro Silva Andrade (410.948.402-20); Eduardo Cezar Medeiros Saldanha (026.781.624-35); Eduardo Tavares Paes (354.085.536-04); Edvar da Luz Oliveira (518.637.822-49); Elane Guerreiros Giese (151.411.602-20); Eliza Sena Silva (301.805.202-10); Emerson Cordeiro Moraes (594.229.392-91); Ewerton Carvalho de Souza (680.595.152-68); Ezequiel Souza dos Santos (426.771.062-72); Fabio Haruky Hatano (011.123.707-65); Fábio de Lima Bezerra (511.040.752-53); Gilmara Maureline Teles da Silva (901.719.182-15); Glauber David Almeida Palheta (638.346.692-53); Glauber Tadaiesky Marques (612.734.492-15); Heráclito Eugênio Oliveira da Conceição (039.542.772-04); Hilda Rosa Moraes de Freitas (510.485.662-34); Iris Lettiere do Socorro Santos da Silva (604.347.322-49); e Isadora Castelo Branco Sampaio (558.041.952-04).

1.2. Entidade: Universidade Federal Rural da Amazônia - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3735/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.052/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Marcelo Zaboetzki (512.235.202-00)

1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS
IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 3736/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.053/2011-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriano Assunção Tranqueira (651.992.943-34); Ana Cristina Rodrigues Saldanha (432.330.313-00); Anderson Lima Miranda (010.929.093-38); André Luís Franca da Silva (508.878.073-72); Anilton Bezerra Maia (019.836.763-57); Anselmo Barbaso Rodrigues (376.098.073-20); Carlos Alberto Lira Júnior (012.541.043-30); Carlos Eduardo Fonseca Gomes (944.026.121-87); Carlos Leonardo Figueiredo Cunha (857.424.493-72); Cindia Brustolim (774.384.260-68); Cristiane Dias Martins da Costa (969.713.046-91); Deborah de Castro e Lima Baesse (272.644.403-20); Deysianne Costa das Chagas (019.729.503-71); Eduardo Moraes Diniz (970.272.783-91); Elio Aragão Soares (867.306.063-04); Elisangela Sousa de Araújo (625.689.143-00); Elza Galvão Berge Cutrim (015.492.933-62); Fabiana Oliveira Canavieira (871.680.733-20); Fabio Cosme Garcez Maciel (003.271.413-01); Fabio José Cardias Gomes (157.233.918-79); Fernanda Areias de Oliveira (106.699.017-41); Fernando José Mendes Beleza (006.323.573-04); Filipe Hiluy Lima (003.591.473-48); Flávio Luiz de Castro Freitas (624.545.013-68); Jefferson Costa de Siqueira (030.045.296-96); John Michael Silva Brito (041.239.813-30); José Adjailson Uchoa Fernandes (261.401.418-42); José Ribamar de Jesus Chagas (665.970.133-87); Karla Bianca Freitas de Souza (620.312.793-00); Karla Maria Carvalho Furtado (760.447.423-34); Leonardo de Castro Mesquita (912.738.463-20); Leonidas Cipriano Leal Neto (009.865.523-05); e Ligia Regina Guimarães Clemente (007.489.453-69).

1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3737/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.054/2011-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adilson Antônio Berlatto (569.370.321-53); Adriano da Silva Rozendo (329.412.758-86); Aldi Nestor de Souza (572.792.094-91); Ana Cristina Verhalen (363.144.801-59); Angélica Martins de Souza Gonçalves (221.556.888-73); Ariadne de Melo Pereira (778.255.601-59); Átila de Matos (753.280.386-49); Beatris Carila da Silva (012.514.781-31); Beatriz do Prado Alves Pinto (429.229.171-34); Catia Rosina Silva de Sousa (454.545.070-91); Cecília Costa Martins (208.732.471-91); Claudia Marlise Balbinotti Andrade (899.065.600-10); Claudia Ribas de Araújo (452.460.251-87); Clayte de Paula Azevedo (775.304.701-91); Creuza Miiguel Pereira (327.893.271-49); Débora Andreia Castiglioni Alves (459.216.951-49); Delvânia Aparecida Góes dos Santos (522.389.031-00); Evandro Francisco de Oliveira (796.716.591-87); Fernanda Cândido (570.353.182-91); Francine Fonseca Simões (616.198.841-00); Gilberto Paulo Pereira Franco (452.938.561-20); Gilberto Paulo Pereira Franco (452.938.561-20); Giseli Alves Silvente (551.666.601-53); Hebert Roberto da Silva (938.483.821-72); Helder Cássio de Oliveira (806.915.011-49); Irani Moraes de Aredes Silva (335.259.191-15); Janaina Carvalho da Silva (537.368.771-53); Joelma Schuindt Couto (961.365.377-53); Keyla Aparecida Pontes Lopes Dias (820.888.531-20); Lousa Lopes (879.675.298-04); Marcio Luiz Benevides (240.625.701-06); Maria Albina do Nascimento Ferreira (116.589.082-87); Maria Auxiliadora Pereira da Silva (181.848.551-68); Maria Auxiliadora de Campos (468.977.471-49); Maryland Sanchez Lacerda (796.272.426-91); Mauro Lúcio Naves Oliveira (393.525.526-87); Mônica Lacerda de Sa Soares Silva (143.086.078-25); Natalina Rosa de Jesus (441.673.771-87); Neile Curvo da Boa Morte Neves (460.257.581-15); Noeli Aparecida Silva Moraes (420.136.741-04); Noemia Aparecida de Souza e Silva (161.436.391-91); Renata Marien Knupp (010.552.941-98); Solange Maria Pires Mariano (667.930.841-00); Sunamita Souza Silva (009.228.821-93); Temilze Gomes Duarte (419.744.331-53); Thais Cristina da Silva Oliveira (856.889.241-87); Valdiney Vieira de Carvalho (424.390.431-68); e Wellon Vinicius Marques de Souza (024.704.351-61).

1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3738/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.056/2011-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Douglas Marin (158.098.588-21); Fran Sérgio Lobato (049.472.306-81); e Guilherme Chaud Tizziotti (287.312.158-07).

1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3739/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.086/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Roncalli Silva Maranhão (213.852.033-15); Rosa Cristina Primo Gadelha (158.431.048-00); Sarah Sued Gomes de Souza (370.184.933-15); Silvana Bento Andrade (247.475.303-63); Vera Lúcia da Silva (836.307.593-00); Vilena Figueiredo Xavier (460.886.873-04); Walmeri Kellen Ribeiro (277.749.938-19); e Yuri Carvalho Barbosa Silva (615.062.903-10).

1.2. Entidade: Universidade Federal do Ceará - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3740/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.087/2011-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adelia Maria Miglievich Ribeiro (011.013.087-10); Alex Campanharo (108.796.647-70); André da Silva Mello (005.395.757-12); Carolina Laura Brancato de Araújo (809.426.950-20); Flavia de Oliveira (265.586.328-37); Juan Alfredo Ayala Espinoza (011.782.566-26); Julio Leão Filgueiras (120.459.177-62); Lauana Pellanda de Souza (117.737.267-30); Leonardo da Silva Arrieche (515.357.180-72); Luar Santana de Paula (091.695.107-33); Luciano José Quintão Teixeira (033.856.486-10); Lícia Cristina Dalcin de Almeida (801.903.750-00); Mery Moraes (252.366.367-87); e Rafael de Queiroz Ferreira (649.412.213-20).

1.2. Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3741/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.089/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Beatriz Sancovschi (089.849.437-03); Benedito Carlos Cordeiro (509.741.309-15); Bernardo Couto Neto (045.359.547-20); Bernardo Lazary Cheibub (078.831.167-03); Bianca Dargam Gomes Vieira (029.155.837-22); Bianca Novas de Mello (076.236.207-38); Bianca Proença Pachá (108.171.367-46); Bruna Moreira Muniz (109.495.407-14); Brunno Lessa Saldanha Xavier (074.365.067-06); Bruno Carvalho Messina (080.806.537-80); Bruno Felix Patrício (094.730.057-09); Bruno Osvaldo Mussliner (081.007.397-81); Bruno Yann Nicolas Goutorbe (060.880.687-01); Bruno de Melo Rodrigues (053.066.377-52); Brígida Pereira Ferreira (057.194.046-35); Caio Henrique Lewenkopf (048.080.208-40); Carla Cristina da Rosa de Almeida (098.543.727-82); Carla Fernanda Pereira Barros (841.780.787-04); Carla Maciel Salgado (000.101.507-90); Carla Ribeiro Guedes (032.713.597-25); Carlos Alberto Gomes da Silva Filho (095.118.157-25); Carlos Alexandre Lopes Marques (004.052.367-51); Carlos Alexandre de Oliveira Ribeiro (083.343.447-08); Carlos Antônio de Souza Mores (103.046.337-98); Carlos Augusto Faria (953.656.057-72); Carlos Eduardo Inácio Ribeiro (014.945.007-95); Carlos Eduardo Mathias Motta (983.085.807-34); Carlos Frederico Bom Kraemer (071.715.697-48); Carlos Frederico de Oliveira Barros (306.740.007-06); Carlos Henrique Pereira do Nascimento (043.763.786-74); Carlos José de Petribú Guimarães (834.136.007-10); Carlos Navarro Fontanillas (804.235.827-04); Carlos Otávio de Paula Vasconcelos (912.776.397-87); Carlos Sávio Gomes Teixeira (026.323.867-99); Carmen Lúcia Campos Guizze (704.748.007-25); Carolina Lescura de Carvalho Castro (302.608.218-02); Carolina Miller Leite de Mattos (095.930.817-20); Ceci Ribeiro Leite (094.928.597-85); Cecília Schubert Xavier Lagalhard (098.728.277-88); Christian Monni (035.861.607-71); Christiane Frigério Martins (290.057.808-60); Christiane Mello Schmidt (847.013.827-87); Christiane Pereira Soares (099.321.977-26); Christina Gaspar Villela (747.768.867-15); Christina Vital da Cunha (068.736.987-84); Cintia Silva Fassarella (044.315.917-37); Clarice da Costa Carvalho (032.503.916-03); Claucio Braga Ferreira (083.028.537-71); Claudia Lino Piccinini (829.781.077-15); Claudia Maria de Oliveira Campos (013.526.517-77); Claudia Maria de Oliveira Campos (013.526.517-77); Claudia de Almeida Moraes (016.799.788-29); Claudiana Almeida de Souza Gomes (019.049.297-02); Claudio Ribeiro Carvalho (599.003.697-34); Cleber Francisco Alves (914.260.907-06); Cleber de Almeida Corrêa Junior (090.442.397-24); Cleumo Cordoville (031.987.907-00); Cristiane Alves Amaral (110.314.477-41); Cristiane Carneiro do Bomfim (081.451.107-42); Cristina Borges de Oliveira (847.673.837-49); Cristina Costa de Almeida (496.939.486-53); Cristina Kimie Togashi (020.582.937-62); Cristina Nader Vasconcelos (084.939.837-13); Cristina Nader Vasconcelos (084.939.837-13); Célia Barbosa Abreu (010.012.827-01); Dalessandro Soares Vianna (037.035.137-13); Dalmir José Lopes Júnior (073.641.817-25); Daniel Ferreira Falcão (048.267.317-60); Daniel Moreira de Sousa Pinna (086.661.717-58); Daniel Pontes Lannes (089.209.527-01); Daniel Reis Romero de Souza (098.901.897-04); Daniela Gorski Trevisan (693.409.350-04); Daniela de Luna Martins (082.877.387-41); Daniele Maria Oliveira de Jesus (075.335.327-08); Daniele Moreira Cavalcante (013.977.867-52); Danieli Brabo de Moraes (028.106.127-06); Danielle Cristina Mendes Pereira (029.364.767-47); Danielle Resende Camisasca Barroso (076.566.387-25); Danielle da Costa Rubim Messeder dos Santos (014.879.317-78); Danilo Artigas da Rocha (092.624.607-08); Danubia Brandão Campos (087.244.737-58); Dayana da Silva (113.884.267-22); Denis Mota de Sousa (084.834.337-96); Denise Marcebo Zenicola (427.125.057-00); Denise Medeiros Ribeiro Salles (695.293.707-25); Denise Tavares da Silva (007.773.218-90); Denise de Castro Bertagnolli (978.519.730-15); Diego Cardoso Campos (094.753.027-43); Diego Martinez Prata (086.812.587-37); Dilson Pereira Caetano (025.043.284-60); Diogo de Oliveira Mendes (082.339.167-14); Dirk Gremann (838.325.720-15); Dirlane de Fátima do Carmo (930.775.646-53); Domingos Barros Nobre (546.681.747-34); Douglas Guimarães Leite (933.556.105-34); Douglas de Souza Pimentel (013.007.437-35); Durvania Conceição de Oliveira (010.124.167-47); Dário Bezerra de Andrade (727.405.827-49); Débora El-jaick Andrade (081.864.147-97); e Eberval Marchioro (822.908.147-68).

1.2. Entidade: Universidade Federal Fluminense - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3742/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.090/2011-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Edgar Brigatti (057.934.747-81); Edgard de Mello Fonseca (011.675.757-41); Edilson Marcio Almeida da Silva (012.731.347-88); Edna Patrícia Charry Ramirez (051.909.077-24); Edson Alvisis Neves (748.106.347-87); Edson Teixeira da Silva Júnior (033.006.837-77); Eduardo Camilo da Silva (913.899.097-00); Eduardo Guerra Murad Ferreira (025.850.687-30); Eduardo Ismael Murguia Maranon (149.896.408-70); Eduardo Marques (032.449.607-90); Eduardo Quintana (896.890.387-53); Eduardo Seixa Cardoso (016.767.657-19); Eduardo Tavares Coutinho (070.713.847-70); Eduardo Viana de Mattos (688.088.797-04); Eduardo de Alvarenga Tavares (549.918.117-91); Eduardo de França Damasceno (849.765.007-72); Elaine Antunes Cortes (042.761.037-03); Elan Cardozo Paes de Almeida (018.904.067-08); Eliane Azevedo Gomes (029.671.777-09); Eliany Salvatierra Machado (343.681.671-04); Eliezer Rangel da Conceição (055.279.747-27); Elionaldo Fernandes Julião (028.010.377-88); Elisa Fruhauf Garcia (945.674.760-34); Elizabeth de Faria Cotta (698.812.517-53); Eloisa Carvalho de Araújo (500.428.237-49); Eloiza Dias Neves (763.191.307-25); Elson Braga de Mello (522.335.886-49); Emanuel Antunes Machado (116.802.517-67); Emir de Macedo Roda (012.858.307-09); Emmanoel Martins Ferreira (028.429.077-79); Emmanoel de Oliveira (020.824.457-39); Eny Dórea Paiva (793.299.005-00); Enzo Bello (095.738.857-86); Érica Cristina Nogueira (255.252.328-55); Erica das Graças Pereira Souza (108.075.307-94); Erika Alcântara Pinto

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

(092.583.307-06); Ernani Viana Saraiva (201.662.906-10); Esther Bentus Benayon (113.462.367-47); Eurico de Lima Figueiredo (039.349.857-34); Evandro Menezes de Carvalho (886.938.644-91); Ewerton Sila Batista Marldonado Gama (026.448.047-36); Fabiana de Melo Amaral Gonçalves Pinto (032.234.947-82); Fabiano Pries Devide (033.103.677-03); Fabiano dos Santos Souza (048.082.697-83); Fabio Stallivieri (629.931.600-44); Fabio do Nascimento Siqueira da Silva (016.360.327-88); Fabricio Leal de Oliveira (553.190.687-00); Fabrina Magalhães Pinto (070.724.627-08); Fagner Henrique Guedes Neves (105.590.167-19); Felipe Stevans Silva de Souza (097.097.137-01); Felipe de Castro Muanis (004.813.657-37); Felix Carriello (014.006.487-77); Fernanda Duarte Lopes Lucas da Silva (982.902.747-34); Fernanda Filgueiras Sauerbronn (028.459.727-92); Fernanda Lopes de Carvalho (072.657.087-76); Fernanda Luisa de Miranda Cardoso (103.941.587-33); Fernanda Manhães Chicayban (081.814.987-63); Fernanda da Costa Santos (091.812.667-31); Fernando Augusto Mansor de Mattos (137.941.158-05); Filipe Lage de Sousa (015.030.367-07); Filipe Moreira de Andrade (035.626.236-74); Flavio Fernando Batista Moutinho (047.500.967-33); Flávia Ferreira de Carvalho Marques (037.656.997-21); Flávia dos Santos Soares (035.266.777-00); Flávio Marcos Silva Sarandy (007.924.097-60); Flávio Marcos Silva Sarandy (007.924.097-60); Flávio Merly (033.709.197-88); Flávio Queiroz Henriques (987.551.027-00); Flávio Rondinelli de Sá (032.444.367-65); Francine Helfreich Coutinho dos Santos (078.440.037-74); Francine Lopes Pinhão (091.261.307-69); Francisco Marcelo Garritano Barone do Nascimento (024.082.377-00); Francisco Mario Fonseca de Asevedo (376.306.367-68); Frederico Cascardo Alexandre e Silva (098.590.607-38); Frederico José Lustosa da Costa (073.619.983-72); Fábio Ferreira Dias (081.970.747-39); Fábio Moita Louredo (110.612.247-08); Fábio Pacheco Ferreira (022.236.497-18); Fábio Renato Pereira Robles (176.033.388-32); Fábio de Jesus Ribeiro (000.009.747-06); Gabriel Romero Lyra Trigueiro (097.852.167-64); George Gomes Coutinho (081.465.057-08); Geovana Tabachi Silva (003.698.217-26); Germano Quintanilha Costa (091.684.177-48); Gil Braca Resende Leite (099.220.317-10); Gil Bracarense Leite (099.220.317-10); Gilberto Paiva de Medeiros Júnior (098.891.867-64); Gilmar Garbugio (005.966.599-89); Gilmar Rocha (708.308.437-87); Gilson Coutinho Tristão (678.410.157-04); Giovanna Aparecida Balarini Lima (075.516.087-88); Gisela Paula da Silva Faitanin (094.785.797-46); Gisele Caldas Alexandre (035.252.817-65); Gisálio Cerqueira Filho (027.272.777-68); Giuseppe Amado de Oliveira (856.932.197-04); Giuseppe Borrelli (014.667.834-60); Glaucia Maria Pontes Mouzinho (744.349.777-68); Graziele Ribeiro Bitencourt (111.175.277-00); Gregory Fernandes Muniz (125.083.257-83); e Guilherme Gonçalves Sotelo (075.674.427-01

1.2. Entidade: Universidade Federal Fluminense - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3743/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.091/2011-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Guilherme Louis Wyllie Medici (012.994.237-52); Gustavo Luís Furtado Vicente (852.111.337-49); Gustavo Muniz Sardella (076.402.607-01); Gustavo Portella Portugal (125.138.017-41); Gustavo da Silva Motta (561.207.965-68); Hebert Wilson Santos Cabral (068.945.987-46); Helen Pinto de Britto Fontes (001.881.367-46); Herbert Ary Arzabe Antezama Costa Nóbrega Sisenando (008.401.584-59); Hernán Maycol Falla Luza (060.239.787-11); Humberto Marotta Ribeiro (082.826.907-67); Humberto Villacorta Júnior (175.370.612-20); Ianick Souto Martins (003.852.377-90); Igor Vinicius Lima Valentim (081.029.087-18); India Mara Martins (670.980.709-63); Isabel Balloussier Cerchiaro (884.378.687-34); Isabel Cabral (595.566.687-72); Isabel Cristina Mello Rosseti (008.060.657-10); Isabella Chinelato Sacramento (012.661.557-83); Isamu Sakugawa Filho (818.732.717-00); Isis Andréa Venturini Pola Poiate (263.022.388-46); Isis Cardoso da Silva (113.420.297-04); Italo Bruno Alves (023.425.777-61); Ivan Wilber Aguilar Maron (052.991.707-69); Ivenio Moreira da Silva (034.547.057-54); Izabel Cristina Soares da Silva (905.174.317-34); Izabela Mocaiber Freire (089.792.727-31); Jacqueline Bernado Pereira Oliveira (889.940.237-04); James Hall (615.851.307-53); Jane Baptista Quitete (931.960.757-53); Janine Domingos Vieira (858.666.361-15); Jiagang Yang (059.817.397-89); Joana D'arc Fernandes Derraz (800.475.217-91); Joana Miller (042.981.757-66); Joice Cleide Cardoso Ennes de Souza (822.981.817-72); Jonas Lirio Gurgel (082.350.837-44); Jony Arrais Pinto Júnior (950.784.013-34); Jorge Henrique Pires (781.769.647-00); Jorge Luiz Lima da Silva (081.033.427-50); Jorge Luiz Lourenço das Flores (877.351.137-49); Jorge Reis Almeida (808.985.137-15); Jorge Sebastião Gentil Júnior (094.298.987-28); Jorge da Silva Santos (561.258.527-68); José Geraldo de Salles Lima (907.716.807-91); José Koilller (075.854.887-77); José Waner de Oliveira Silva (401.922.537-00); Josiane Roberto Domingues (090.199.487-17); Josycler Aparecida Arana Santos (027.136.179-44); José Carlos Franco de Abreu Filho (378.534.307-87); José Carlos de Araújo Almeida Filho (954.376.227-91); José Carlos de Souza Dantas (517.460.347-34); José Eduardo Paula Siqueira (032.261.357-40); José Renato Carvalho Baptista (956.098.907-30); José Renato Ferreira Manhães (041.926.347-08); José Viterbo Filho (802.938.407-68); Joviana Sartori de Souza (090.967.187-71); João Alberto Neves dos Santos (499.068.607-15); João Carlos Martins Mafra (956.817.877-53); João Luiz Fernandes (808.986.027-34); João Luiz Pereira Domingues (088.008.937-75); João Marcelo Silva Silveira (036.821.057-00); João Marcelo da Silva Teixeira (105.140.927-69); João Marciano Laredo dos Reis (026.667.767-35); João da Costa Pantoja (266.645.851-20); Juan Lucas Nachez (060.322.927-11); Juan Manuel Pardal (058.424.477-03); Juliana Alves Carvalho (057.571.257-05); Juliana Magalhães Manezes dos Santos (052.209.167-93); Juliana Ribeiro Costa Oliveira (071.581.277-70); Juliana da Silva Leite (055.254.097-80); Juliana da Silva Leite (055.254.097-80); Juliana de Oliveira (748.154.740-87); Julienne Dellecrode Rebouças (092.096.167-31); Julio Candido de Meirelles Júnior (280.886.206-78); Julio César Mendonça Gralha (799.831.207-63); Julio Guilherme Silva (018.278.667-64); Julliane Yoneda Huguenin (085.876.877-19); Júlio César Andrade de Abreu (054.433.337-39); Karine Soares Ferreira (106.923.247-55); Karla Bianca Fernandes da Costa Fontes (077.741.907-67); Katarine de Sá Santos Dauaire (017.562.697-93); Kelly Alonso Costa de Macedo (081.036.677-06); Kelly Poliany de Souza Alves (029.927.224-99); Laia Zarranz (087.192.217-70); Larissa Maria Assad Cavalcante (277.282.708-93); Laura Bettini Novas (035.231.439-77); Leandra Costa Ribeiro Baptista Teixeira (036.754.067-33); Leandro Marcial Amaral Hoffmann (640.816.647-49); Leandro Passos Soares (073.456.127-08); Leandro Rodrigues de Oliveira (103.545.507-21); Leandro de Andrade Cunha (091.501.877-24); Leile Silvia Cândido Teixeira (885.700.021-49); Leonardo Soares dos Santos (085.281.207-83); Leonardo José Seixas Pinto (074.396.037-88); Leonardo Pinto de Almeida (036.829.637-74); Leonardo Scharth Loureiro Silva (074.256.747-85); Leonardo Soares Basto (043.304.736-40); Leoná Rodrigues da Silva (013.779.637-48); Letícia Aparecida de Araújo (085.705.697-26); Lhaylla dos Santos Crissaff (093.124.607-57); e Lilian Teixeira Patitucci (052.604.667-80).

1.2. Entidade: Universidade Federal Fluminense - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3744/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.092/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Lisiane Veiga Mattos (038.086.437-14); Livia Fortes da Costa (952.739.727-87); Livia Heinerich Wulhynek (082.733.507-54); Livia Mendes Lopes (110.185.877-05); Lorene Figueiredo de Oliveira (875.346.907-06); Luana Braga Pontes (090.365.787-28); Lucia Adriana Salgado Affonso Anhael (128.102.317-53); Lucia Maria da Silva Soares (072.828.247-03); Luciana Marinho Soares Gonçalves (019.151.867-06); Luciana Pantaleão (033.075.297-90); Luciana Pimenta Moreira (036.879.077-08); Luciana Pomarico Ribeiro (042.957.187-93); Luciana Prado Mouta Pena (036.779.347-45); Luciana Rezende Thomaz dos Santos (005.741.077-11); Luciana de Lima Dusi Campos (028.339.096-40); Luciano Gomes de Medeiros Júnior (036.061.277-66); Luciano Pita (069.430.957-57); Luciene de Carvalho Cardoso (041.046.647-66); Ludmilla da Silva Viana Jacobson (093.449.757-52); Luidi Gelabert Simonetti (072.962.927-92); Luís Antônio dos Santos Diego (507.263.237-72); Luís Eduardo Carneiro Campos (958.393.217-53); Luís Felipe Jochims Schneider (959.623.950-34); Luiz André Portes Paes Leme (011.123.467-08); Luiz Antônio Lopes David (100.731.317-09); Luiz Carlos Rodrigues (732.582.617-68); Luiz Eduardo Bittencourt Sampaio (034.150.467-02); Luiz Fernando Saraiva (946.253.796-87); Luiz Henrique Amarante (480.181.476-04); Luiz Mota Mendes (837.404.817-49); Luiz Roberto Zamith Coelho Leal (869.127.717-34); Luiz Satoru Ochi (491.973.717-34); Luís Antônio Cardoso da Silva (879.890.857-04); Maddi Damião Junior (842.664.907-63); Maddi Damião Junior (842.664.907-63); Magda Kimico Kaibara (060.120.038-11); Manoel Isidro de Miranda Neto (347.255.397-91); Manoela Carrillo Valduga (941.232.170-87); Manoela Ferraz Moyses (748.947.732-87); Mara Cintia Kiefer (155.820.998-08); Maracajaro Mansor Silveira (104.602.907-03); Marcela Rodrigues Alves (094.416.867-19); Marcelo Adriano Silva (891.898.177-53); Marcelo Barreto Lagoeiro de Oliveira (001.957.697-83); Marcelo Gomes da Silva (880.002.907-82); Marcelo Jasmim Meirino (026.316.057-21); Marcelo Sarapeck Ribeiro Pinto (830.654.907-49); Marcelo Sireno (029.758.017-50); Marcelo Souto Nacif (257.335.138-61); Marcelo Sá de Araújo (071.813.467-25); Marcelo da Rocha Wanderley (797.753.497-53); Marcia Marques de Carvalho (012.362.317-08); Marcia Rodrigues Amorim dos Santos (012.541.357-23); Marcial Alecio Garcia Suarez (004.834.109-69); Marciano Alves Carneiro (029.243.739-05); Marcilene de Fátima Dianin Vianna (017.116.699-03); Marcio Magini (751.999.044-34); Marcio Moutinho Abdalla (033.343.076-03); Marcio de Sousa Soares (898.615.667-91); Marco André Feldman Schneider (144.338.528-05); Marco Antônio Araújo Leite (753.165.107-63); Marco Antônio Sampaio Malagodi (191.625.878-62); Marco Aurélio Ribeiro Dantas (086.858.707-98); Marcos Antônio Silvestre Gomes (007.409.894-21); Marcos Felipes de Paula Lourenço (111.755.107-50); Marcos Marques de Oliveira (029.928.677-05); Marcos Toste Lamonica (030.440.937-59); Marcos de Oliveira Lage Ferreira (053.857.437-20); Margareth da Silva (383.370.297-49); Maria Alice Chaves Nunes Costa (788.181.257-53); Maria Aparecida Alves (048.028.048-73); Maria Claudia Almeida Issa (967.393.637-49); Maria Clélia Pinto Coelho (655.895.307-25); Maria Cristina Dornas (080.536.147-28); Maria Cristina Paulo Rodrigues (870.350.497-20); Maria Estela Diniz Machado (733.093.037-72); Maria Fernanda de Vasconcellos Gonçalves (030.084.867-62); Maria Gabriela Scotto (016.800.077-69); Maria Helena Pereira Barbosa (005.516.977-50); Maria Isabel Ramos da Silva (518.612.593-87); Maria João Lima Soares de Resende (059.380.107-56); Maria Livia de Tommasi (801.793.475-00); Maria Lucia Fernandes Penna (388.250.667-91); Maria Margareth Vieira Pacheco (694.822.687-68); Maria Tereza Acotton José (235.360.126-04); Maria Theresa Alves da Cunha Kalil (784.221.677-00); Maria de Lourdes dos Santos Antunes (284.668.707-25); Maria de Socorro Bezerra de Lima (334.601.592-00); Mariana Albi de Oliveira Souza (109.353.437-09); Mariana Lima Müller (097.326.927-82); Mariana Paladino (055.305.757-06); Mariana Pfeifer Machado (004.655.749-04); Mariana Rodrigues Pereira (088.692.147-37); Mariana Sodario Cruz (218.656.898-58); Marilene Cabral do Nascimento (934.680.758-04); Marina Machado Rodrigues (010.704.887-63); Marina Monteiro de Castro e Castro (042.777.216-80); Marina Ribeiro Barros Dias (224.075.388-97); Marina Sequeiros Dias (055.102.417-80); e Marília Etienne Arreguy (000.519.366-40).

1.2. Entidade: Universidade Federal Fluminense - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3745/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.095/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Yolanda Eliza Moreira Boechat (953.746.047-91); Yolle Vacariuc Bittencourt (110.054.277-98); Ytao Xing (059.744.747-08); e Yuri Abitbol de Menezes Frota (456.315.733-34).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3746/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.096/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexandre Ribeiro Pontes (015.587.526-41); Breno Henrique Santana Ribeiro (013.143.066-18); César Victor Brandão Gontijo (073.380.166-82); Cintia Dutra Leal (054.829.106-36); Cristina Helena Ribeiro Rocha Augustin (231.576.236-72); Edson Sguizzato de Souza (015.406.306-17); Egna Mara Botinha (030.104.476-71); Fernando de Oliveira Souza (052.783.596-09); Geraldo Ribeiro Zuba Junio (050.108.476-20); Gustavo Henrique do Carmo (096.507.466-84); Jaqueline Amanda Moreira Santos (061.262.386-64); João Paulo Azevedo Morais (050.669.546-86); Leandro Duarte de Assis (094.521.776-59); Leonardo Nunes Batista (080.892.156-88); Luís Allan de Carvalho (061.181.096-48); Mardem Ribeiro Rocha Barbosa (068.619.366-00); Maria Elizabeth de Morais Carvalho (573.573.156-49); Maria Helena Braga Pinto (440.570.326-49); Raiana Silva Menezes de Santana (088.007.846-40); Ramon Gonçalves Pereira (016.161.566-00); Rodrigo Barreto Caldas (035.048.366-36); Rosilene Minoda Franca (989.467.656-15); Sibelius Rodrigues Simões (075.287.766-61); Simone Silva Alexandre (954.784.426-15); Sormany Dias da Costa (010.859.946-94); Viviane Souza Costa (038.520.026-99); e Wilson Sant'anna da Silva Filho (078.651.866-90).

1.2. Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3747/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-010.098/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Nadia Bernuci dos Santos (326.934.488-08); Nadja Naira Salgueiro Silva (057.796.837-86); Naduska Mario Palmeira (037.646.076-88); Nancy Alves (023.169.637-06); Naomi Kato Simas (414.302.392-04); Nara Limeira Horst (908.790.407-00); Natalia Elisa Duarte (057.977.707-33); Natalia Gilvaz Pontes (098.585.227-54); Natalia Holanda Martins (115.481.317-76); Natalia Lana Monteiro Lobato Cruz (052.949.517-11); Nathalia Dinov (108.686.677-06); Nathalia Sabbagh Armony (918.351.437-68); Nathalia de Sá Brito (089.260.287-20); Nathaly Lopes Archilha (326.541.668-21); Neilton Cardoso Luiz Júnior (098.745.557-50); Nelia Antunes de Farias (001.212.207-61); Nelio Georgini da Silva (042.772.537-25); Nery da Conceição Evangelista (946.615.107-04); Neucimar de Oliveira Duarte (783.241.657-20); Nicolas Alexandria Pinheiro (957.854.187-20); Nicolas Homsi (943.893.227-53); Nicolas Paul André Puignau (060.760.367-45); Nielson Fernando da Paixão Ribeiro (626.126.702-20); Nilce Nunes Barbosa (807.555.007-25); Nilma Gonçalves Lacerda (074.223.007-44); Nilma Morcerf de Paula (535.492.367-00); Nils Erik Svensjo (052.325.517-95); Nilson da Silva Braga (907.409.987-49); Nilton Silva (696.912.317-00); Nilzelaine Silva dos Anjos (112.198.627-70); Nilzete Pissurno Corrêa (036.251.697-97); Nivaldo Ribeiro Villela (468.930.914-00); Nizia Maria Souza Villaça (037.010.777-20); Noemia de Oliveira Figueredo (010.393.077-95); Norma Sueli Rosa Lima (018.158.387-95); Nylana Assad Menestrino (086.403.237-47); Nysia Oliveira de Sá (315.173.237-20); Octavio Andres Ramon Bonet (051.584.587-66); Octavio Carvalho Aragão Júnior (871.899.507-10); Odete dos Anjos Marques Gomes (012.659.567-40); Odorico Victor do Espírito Santo Neto (261.328.697-00); Olavo Bohrer Amaral (956.681.280-91); Onir Alexandre Pereira de Sousa (011.141.197-17); Orenzio Soler (256.207.382-72); Orlando da Costa Ferreira Júnior (665.890.707-25); Osmar Gomes Ribeiro Filho (824.544.267-49); Osmar de Agostinho Neto (105.770.027-40); Osni de Luna Freire Filho (086.745.817-81); Otair Fernandes de Oliveira (747.249.837-87); Othon Lucio de Oliveira Porto (044.561.117-04); Otávio Henrique Rodrigues Meloni (095.840.987-05); Paola Ervatti Gama (055.586.287-90); Paolo Crivelli (060.575.047-55); Patrícia Baptista Coralis (076.413.637-25); Patrícia Carli Morgado (045.230.347-88); Patrícia Carvalho Mendes A. de Pinho (074.868.137-00); Patrícia Carvalho Szendrodi (024.974.217-90); Patrícia Cosentino Carvalho (028.497.007-70); Patrícia Costa Pereira da Silva (057.935.387-71); Patrícia Danza Greco (082.749.057-76); Patrícia Elaine Pereira dos Santos (085.121.957-89); Patrícia Feitosa de Souza (045.246.507-92); Patrícia Fernanda Rosa de Siqueira (939.793.397-34); Patrícia Floriano Duarte (096.931.677-16); Patrícia Furtado da Silva (051.655.707-62); Patrícia Gomes Passos (079.708.227-11); Patrícia Menezes Gomes (021.883.197-88); Patrícia Menezes Maya Monteiro (856.230.327-53); Patrícia Olga Souza Sérgio (003.800.877-74); Patrícia Pereira Longhi (076.277.677-33); Patrícia Pereira Pinto (016.696.227-97); Patrícia Ramos Guimarães (099.350.957-62); Patrícia Regina Affonso de Siqueira (077.113.077-56); Patrícia Reinheimer (858.876.337-00); Patrícia Rocha Saboia (043.056.617-48); Patrícia Silva de Oliveira (068.516.747-00); Patrícia Sônia Silveira Rivero (051.985.127-70); Patrícia Souza dos Santos (024.780.757-50); Patrícia de Carvalho Padilha (069.499.397-28); Patrícia de Cassia Pereira Porto (016.352.507-22); Patrícia de Fatima dos Santos Teixeira (041.307.197-93); Patrícia de Figueiredo Ferreira Zurcher (678.288.507-78); Patrícia de Souza Veiga (691.015.825-34); Patrícia dos Santos Ribeiro (043.048.987-01); Patrique Riepe do Tanque (109.871.577-28); Paula Alvarez Abreu (094.204.407-02); Paula Bastos Garcia Rosa (090.392.077-80); Paula Crespo Halfeld (104.431.667-57); Paula Falcão Argolo (075.417.297-01); Paula Lima do Carmo (084.304.797-67); Paula Monteiro Baptista (055.023.287-75); Paula Pereira de Aguiar (100.486.907-08); Paula Ribeiro Correia (087.680.317-69); Paula Roberta Bitencourt de Carvalho (052.948.957-06); Paula Simone Gueiros Vilaca (111.743.957-70); Paula Tatianne Carrera Szundy (151.798.298-79); Paulina de Almeida Martins Miceli (053.256.987-37); Paulo Afranio Augusto Lopes (070.795.887-31); Paulo Albuquerque da Costa (015.814.077-00); e Paulo Antônio Machado Silva (854.261.807-68).

1.2. Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3748/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.100/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Raquel Silva Peixoto (072.500.387-10); Raquel Silveira Fonseca (079.541.927-92); Raquel Zimermann de Sousa Moreira (056.145.347-09); Raul Galdino de Melo (090.725.997-99); Raul Vieira Costa (511.923.227-20); Rebecca Saint Williams (021.156.757-46); Regina Célia Ferreira (787.234.427-00); Regina Célia da Luz Ferreira (732.393.057-04); Regina Coeli Alves Costa (221.286.547-34); Regina Coeli Pinto Teixeira (194.295.926-53); Regina Ferro do Lago (711.152.507-87); Regina Marcelo de Castro Loureiro (597.699.807-06); Regina Maria Mollica Jourdan (687.481.597-00); Regina Xavier Teixeira (701.280.907-82); Reginaldo Ferreira de Cerqueira (826.269.957-20); Regis Selmon Tractenberg (077.363.457-67); Reinaldo Amirato Dias (086.606.907-02); Reinaldo Antônio da Silva Villar Júnior (102.345.117-45); Reinaldo Coelho Mirre (086.753.727-28); Reinaldo Dal Bello Figueiras Júnior (029.146.017-86); Rejane Maria de Almeida Trisotto (781.754.109-49); Renan Moreira Junqueira (113.807.477-24); Renan de Oliveira Fontes (089.008.997-32); Renata Araujo Veríssimo da Silveira Cardoso (004.181.517-33); Renata Baesso Janeiro (017.961.497-56); Renata Christine de Lima Barreira (020.898.367-84); Renata Ferreira Carvalhal (080.951.057-08); Renata Ferreira Cerqueira (021.829.607-08); Renata Figueiredo Anomal (082.855.987-21); Renata Lima Sales (087.033.937-04); Renata Pantoja Lobo (054.333.277-28); Renata Ribas Nassur de Luca (082.109.837-33); Renata Salomone da Silva Ansel (053.065.867-40); Renata Santos Guimarães (018.748.947-52); Renata Souza Pereira da Silva (017.816.557-31); Renata Venturini Moreira (099.522.757-81); Renata Vieira Daim (082.639.167-20); Renata da Silva Schmitt (554.607.040-49); Renata de Brito Rocha (092.429.157-50); Renata de Paula Faria Rocha (053.231.357-78); Renato Almeida Moraes (030.629.046-40); Renato Faleiro Melo (018.995.877-48); Renato Guimarães da Silva (739.314.117-53); Renato Melo Amorim (082.639.257-11); Renato Mendonça Barreto da Silva (095.070.377-05); Renato Miguel de Moraes (074.869.247-90); Renato Nogueira dos Santos Júnior (016.745.477-30); Renato Perpetuo Maciel (087.034.417-09); Renato Rozental (710.974.577-53); Renato Santiago Silva (043.416.807-65); Renato de Carvalho Moraes (080.557.207-46); Rene Furtado Longo (585.810.652-87); Renis Cabral Pinheiro (051.630.817-30); Renzo Romano Taddei (153.030.138-63); Rhayany de Castro Lindenblatt (084.591.487-18); Riany Moura Rocha Brites (073.096.057-99); Ricardo Alvim Bretas (079.543.497-99); Ricardo Antônio Barbosa Pereira (622.341.297-53); Ricardo Ballestero Anaya (045.497.137-04); Ricardo Faissal (543.866.247-91); Ricardo Hadlich (074.666.587-33); Ricardo José Fittipaldi Fernandez (084.379.177-27); Ricardo Nogueira Pacheco (033.959.407-13); Ricardo Oliveira da Cunha Lima (856.054.684-72); Ricardo Osório de Moraes (854.900.247-04); Ricardo Pilz Vieira (385.165.517-68); Ricardo Rangel Bresciani Júnior (828.977.007-34); Ricardo Rolim Cersorzimo (078.922.357-01); Ricardo Vasconcellos Bruno (714.302.457-00); Ricardo de Oliveira (006.183.677-05); Rita de Cassia Coutinho Almeida (830.458.217-15); Rita de Cassia Elias Estrela Marins (025.849.657-63); Rita de Cassia Franco de Souza Antunes (362.438.097-49); Rita de Cassia Ladeira (834.272.367-49); Rita de Cassia Leão Meireles (082.753.647-01); Rita de Cassia Martins Lopes Alves (033.323.437-50); Rita de Cassia Oliveira Gomes (000.924.157-41); Rita de Cassia Soares Salgado (895.951.907-30); Roberio Catelani Carneiro (001.620.577-41); Roberta Cardoso Alvarenga (056.244.437-81); Roberta Cristina Barboza Galdencio (091.802.047-67); Roberta Cristina Sol Fernandes Stanke (077.411.797-48); Roberta Domingos Salles (090.502.887-23); Roberta Garcia Gonçalves de Carvalho (006.155.547-92); Roberta Kuan Tchuen de Mello Loh (086.757.697-92); Roberta Lopes Alfradique (084.746.257-93); Roberta Marques de Aguiar (081.632.497-22); Roberta Milagre de Mesquita (077.259.377-90); Roberta Moura de Oliveira (090.620.307-42); Roberta da Rocha Calixto Tourinho (091.875.977-30); Roberta de Lima (074.319.487-00); Roberta de Oliveira Jaime Ferreira Lima (052.566.707-51); Roberta de Souza Costa (054.889.097-88); Roberto Athayde Moreira (025.452.937-25); Roberto Fabelino de Souza (543.595.977-20); Roberto Hermann Plastino (008.584.988-04); Roberto José Pessoa de Magalhães Filho (042.974.467-66); Roberto Luis Timotheo dos Reis (868.675.477-53); Roberto Machado Corrêa (014.687.527-31); e Roberto da Silva Tavares (074.669.077-09).

1.2. Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ- MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3749/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.101/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Roberto Menezes Velasco (791.142.537-04); Roberto Pinto Cucinelli Neto (113.564.517-56); Roberto Santos de Oliveira (823.185.067-87); Roberto Velasco Kopp Júnior (215.083.997-00); Roberto Vieira da Silva (693.293.707-72); Robson Imbroise Silva (045.456.757-00); Robson Nascimento da Silva Nogueira (075.016.357-73); Robson Santos Costa (088.303.227-92); Robson da Silva Maia (021.587.317-37); Robson da Silva Teixeira (025.589.017-61); Rodolpho Bezerra Barbosa (100.300.317-61); Rodolpho Franca de Abreu (095.781.127-69); Rodrigo Alves Portela Martins (074.140.427-31); Rodrigo Araújo de Mello (083.369.127-97); Rodrigo Borba (984.962.200-87); Rodrigo Cardoso Affonso (082.640.487-14); Rodrigo Cimbalista Coelho da Rocha (016.746.707-70); Rodrigo Curvelo da Silva (103.686.877-08); Rodrigo Dalton Brasil Pato (095.237.137-52); Rodrigo Faria de Almeida (096.013.347-00); Rodrigo Fontinha Dias (091.379.267-56); Rodrigo Foti (635.035.141-04); Rodrigo Gomes Martins Andrade (094.881.637-63); Rodrigo Leite Queiroga Basto (080.774.557-00); Rodrigo Lemes Martins (031.049.266-11); Rodrigo Lopes Rangel Madureira (096.618.137-95); Rodrigo Lopes de Lima (087.035.937-11); Rodrigo Mariano de Moraes (052.491.757-40); Rodrigo Martinez (081.989.537-79); Rodrigo Nunes da Fonseca (053.368.967-80); Rodrigo Octavio Mendonça Alves de Souza (079.827.507-37); Rodrigo Oliveira Purceti (052.611.177-12); Rodrigo Pereira Diaz André (070.228.347-92); Rodrigo Pereira Guimarães (080.064.787-40); Rodrigo Pereira dos Santos (067.462.006-20); Rodrigo Peternel Machado Nunes (016.485.727-31); Rodrigo Ribeiro Alves Neto (072.580.027-58); Rodrigo Rocco Pires Pesce (070.805.137-58); Rodrigo Rosa de Barros (094.443.797-44); Rodrigo Russano (038.101.687-00); Rodrigo Saar da Costa (086.978.317-33); Rodrigo Salgado Martins (024.380.397-44); Rodrigo Silva Ielpo (024.806.717-63); Rodrigo Tinoco Figueiredo (079.713.487-54); Rodrigo Vinagre Cintra da Costa (095.384.847-70); Rodrigo Vital Salvador (109.462.797-64); Rodrigo da Cruz Grijo (100.601.187-09); Rodrigo da Silva Bitzer (082.938.327-11); Rodrigo da Silva Ribeiro (041.420.277-51); Rodrigo da Silva Sa Freire (108.439.557-67); Rodrigo de Barros Rodrigues Albino (109.586.327-40); Rodrigo de Souza Lessa (052.158.737-98); Rodrigo de Souza Tavares (076.174.187-95); Rogeria Moreira de Ipanema (839.426.297-04); Rogério Casanovas Tilio (029.309.917-04); Rogério Ferreira de Moraes (083.560.567-13); Rogério Lourenço Fernandez (089.433.127-25); Rogério Oliveira Esposito (023.643.057-21); Rogério Santos do Nascimento (080.775.607-50); Rogério de Almeida Rodrigues (037.564.377-01); Rogério de Andrade Filgueiras (048.279.857-23); Rolci de Almeida Cipolatti (335.996.457-87); Rômulo Magnus de Melo (094.193.977-42); Rômulo Maia Vermersch (102.515.047-35); Rômulo Souza de Araújo (074.829.667-06); Ronal Xavier Silveira (844.313.509-34); Ronaldo Antônio dos Santos (035.980.117-09); Ronaldo Leal Carneiro (037.394.797-60); Ronaldo Pinheiro de Souza (124.782.797-62); Ronaldo de Moraes Brilhante (014.066.537-48); Rosa Alba Sarlo Oliveira (029.348.747-29); Rosa Gomes dos Santos Ferreira (079.647.957-75); Rosa Lucia Rosa Gomes (815.063.417-72); Rosa Maria Nascimento Souza (022.146.887-06); Rosa Maria dos Santos Borges (686.359.747-00); Rosamaria Nascimento de Souza (089.271.367-48); Rosana Célia Rodrigues de Oliveira de Andrade (071.014.317-63); Rosana Lopes Cardoso (028.080.927-17); Rosana Maria Juazeiro (075.090.647-24); Rosana Maria da Silva Cordeiro (809.133.267-04); Rosana Portugal Tavares de Moraes (021.557.797-39); Rosana Santos de Aguilar (045.538.777-08); Rosana da Câmara Teixeira (849.970.877-34); Rosana de Carvalho Castro (006.058.707-56); Rosana dos Santos Carvalho (029.201.577-10); Rosane Cordeiro Burla de Aguiar (088.863.657-13); Rosane Duarte de Moraes (496.047.247-20); Rosane Oliveira Valle Paiva (331.881.737-68); Rosane Rodrigues da Silva (052.603.277-48); Rosane de Souza Reis da Silva (034.458.567-02); Rosangela Cristina Occhi Sampaio de Souza (010.572.757-19); Rosangela Lannes Couto Cordeiro (090.864.977-05); Rosangela Lopes Rodrigues (016.533.597-14); Rosangela Lunardelli Cavallazzi (305.966.459-53); Rosangela Ramos de Barros (891.830.887-68); Rosangela Rodrigues (086.292.927-09); Rosangela Roque Scorzello (016.244.327-78); Rosangela Ruffato Pereira (786.681.237-34); Rosangela Silva Coutinho Val (715.786.413-49); e Rosangela de Lima Gonçalves Saisse (744.811.697-53).

1.2. Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3750/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.102/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rosangela Viana dos Santos (284.610.886-20); Rosania de Almeida de Lima (407.961.837-91); Roseclei Silva de Oliveira (072.357.107-48); Rosemeri de Oliveira Braga (036.719.747-29); Rosimere da Silva Batista (081.636.377-30); Rosinda Martins Oliveira (002.724.157-23); Roy Edward Bruns (455.670.348-49); Rubem Eloy Schuenck (091.656.217-43); Rubens Batista Chaves (010.899.877-06); Rubens Takashi de Melo Tsubone (078.338.277-46); Rutelea Rodrigues Costa Lemos (759.035.637-91); Ruth Silva Torralba Ribeiro (038.082.887-10); Sabrina Cardoso Attila (076.417.007-48); Sabrina Fernandes Assis (072.477.446-77); Sabrina Lima de Souza (095.914.447-10); Sabrina Modena Pereira Knackfuss (055.295.157-97); Sabrina Ribeiro Baltor (082.242.497-51); Sabrina Sossai Fernandes (082.642.517-81); Salette Maria Barros Ferreira (436.470.577-20); Samanta Teixeira Basto (000.071.307-40); Samantha Bittencourt Artte Silveira (012.614.987-98); Samantha Monteiro Martins (045.525.977-10); Samir Nasser (092.375.897-60); Samuel Cunha Pereira (831.188.297-53); Samuel dos Santos Valença (038.730.956-02); Sandor Christiano Buys (017.973.387-73); Sandra Chagas da Costa Feliciano (009.120.157-80); Sandra Cordeiro de Melo (021.904.237-32); Sandra Guimarães Esteves (691.527.137-68); Sandra Mara Barros Fantti (569.473.990-68); Sandra Maria Santana Cavalcante (023.951.097-62); Sandra Maria da Silva (021.406.907-96); Sandra Valesca Ferreira de Souza (939.225.827-53); Sandra Verônica Vasque Carvalho de Oliveira (011.211.797-03); Sandra da Silva Santos (090.867.137-77); Sandra dos Santos de Carvalho (505.450.947-04); Sandro Ricardo Barboza Moraes (108.206.387-81); Sania Moura Soares (359.432.381-15); Sany Lemos Moreira (095.389.487-85); Saskia Valentim Pinto Graever (042.788.597-32); Sebastiana Melo do Amaral (262.848.557-53); Sebastião Barros Lima (933.545.767-15); Sebastião de Souza Gonçalves (013.856.277-60); Selene Nogueira Ferreira (106.080.307-08); Selma Coimbra Rodri-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

gues Seraine (770.542.707-97); Selma Lopes Gomes (071.298.877-70); Selma Menezes da Silva (630.419.367-04); Selma Tavares Rebello (747.794.517-87); Sérgio Alves Leão (634.080.667-87); Sérgio Alves Lima (078.980.727-07); Sérgio Augusto da S Bernardo (962.798.007-25); Sérgio Barbosa de Souza (857.131.127-72); Sérgio D Abreu Gama (023.297.217-65); Sérgio José Waksman (755.119.167-49); Sérgio Luiz Baptista da Silva (049.098.198-43); Sérgio Luiz Noronha Bastos (077.972.447-07); Sérgio Luiz de Jesus (591.928.877-91); Sérgio Sansão Simões (016.325.147-96); Sharon Martins Gouvea (098.223.537-23); Sheila Lima de Moura (359.568.527-04); Sheila Maria Madastavicius (415.075.847-68); Sheila Nicolas Villas Boas (807.405.107-20); Sheila de Araújo Azevedo Pereira (013.365.557-18); Shirley Soares da Silva Marins (075.629.537-83); Sibelle Nogueira Buonora (026.656.347-32); Sidnei José de Souza (994.110.406-91); Sidnei Ventura Benjamin (023.261.717-13); Sidney Cardoso Santos Filho (052.568.197-39); Sidney dos Reis Rodrigues Coutinho (890.478.507-34); Silvana Rossetto (068.755.887-57); Silvangela Lilian da Silva Lima Barcelos (765.991.243-72); Silvia Barbosa de Carvalho (000.551.207-76); Silvia Dantas Pinto (006.213.657-77); Silvia Fernandes da Fonseca (081.423.157-85); Silvia Lhamas de Mello (070.009.767-80); Silvia Mendes dos Reis (036.592.527-60); Silvia Paula de Oliveira (073.918.097-56); Silvia Ramos Gomes da Costa (072.909.277-10); Silvia Regina da Silva Ortola (079.113.797-00); Silvia Regina de Oliveira Cavalcante (034.000.917-90); Simone Brandão Souza (004.281.027-27); Simone Cazarin de Menezes (739.569.967-04); Simone Cislaghi Gomes (094.894.247-90); Simone Domingos de Araújo Franco (020.909.217-30); Simone Feliciano de Abreu (011.781.537-38); Simone Flaeschen (028.026.877-78); Simone Freitas Chaves (014.644.037-40); Simone Maria Francisco Gomes (801.251.747-72); Simone Maria da Silva (078.025.677-85); Simone Markenson (805.984.047-91); Simone Pereira da Silva (091.178.267-21); Simone Perelson (865.893.427-68); Simone Ramos dos Santos (081.313.607-50); Simone Soares Leite (024.018.927-29); Simone Vieira Leal (018.623.857-69); Simone da Silva Feitosa (033.768.177-58); Simone da Silveira Felix (031.356.157-58); Simone de Oliveira Costa (075.022.107-09); Simone de Oliveira Gonçalves Bondarczuk (037.427.117-84); e Sinval Ribeiro de Magalhães Júnior (649.840.797-20).

1.2. Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3751/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.103/2011-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Sol Pinheiro Klapztein (082.113.547-30); Solange Aparecida Daneluci Tomazini (086.362.538-02); Solange Maria Pereira Camello (822.588.217-20); Solange Vieira Lopes (786.118.497-87); Sônia Barroso Brandão Soares (807.992.307-82); Sônia Katz (594.381.347-00); Sônia Lopes da Silva (952.559.317-72); Sônia Maria Ferreira Cotecchia (058.162.467-04); Sônia Maria Siqueira Trotte (808.467.777-20); Sônia Sueli Souza do Espírito Santo (511.761.577-87); Sônia Teresinha Ricon Baldessarini (434.050.967-15); Soraya Barcellos Izar de Souza (750.160.527-00); Soraya Christina Silva de Oliveira (078.254.507-60); Soraya Patrícia de Almeida dos Santos (934.713.007-91); Soymara Vieira Emilião (006.943.337-27); Stael Viegas Malamut (023.410.577-13); Stephan Arthur Solomon Hughes (692.607.531-04); Strauss Souza Santos (596.938.197-72); Suelem Dayane da Silva Terra (108.335.227-01); Suelen Pestana Cardoso (116.041.287-12); Sueli Menendes Blanc Marini (896.068.847-91); Suellen Sales da Silva (095.427.627-20); Suely de Souza Baptista (387.184.567-15); Susan Kate de Melo Barbosa (115.429.637-70); Susan Wouters (000.662.920-26); Suzana Andrade Surerus (011.857.946-03); Suzana Aparecida F. de Oliveira (985.253.287-15); Suzana Grimaldi Machado (044.617.697-47); Suzi Monteiro Santos (025.109.717-00); Sylvia Regina Bastos Nemer (550.687.407-30); Tadeu Lessa da Costa (095.786.137-09); Tadeu Lima Montagnoli (124.974.347-86); Taissa Salles Romeiro (974.438.247-34); Talita Martins de Oliveira (101.686.547-33); Tania Cristina Ferreira de Araújo (813.467.517-49); Tania Regina Simões Linhares (550.828.747-72); Tania Ribeiro de Oliveira (980.063.637-49); Tathiana Hinden Gomes Lopes (080.862.187-40); Tatiana Bealklini Moraes (018.368.297-10); Tatiana Mariano Lessa de Assis (035.765.207-08); Tatiana Monteiro (052.981.327-07); Tatiana Pequeno da Silva (086.911.337-24); Tatiana Pereira de Paula (080.957.077-75); Tatiana Silva Poggi de Figueiredo (091.946.357-65); Tatiana Teresa Belfort Almeida dos Santos (091.180.677-60); Tatiana de Oliveira Leite Borges (087.708.697-40); Tatiane Alves Baptista (071.118.537-92); Tatiane Vianna da Anunciação (082.114.237-23); Telma Fernandes Barrionuevo Gil (098.112.368-60); Telma Galvão de Assis (080.862.377-02); Teresa Cristina V. Garcia (858.496.267-00); Tereza Cristina Reis (600.967.307-06); Tertuliano Franco Santos Franco (817.384.635-91); Thaddeus Gregory Blanchette (214.414.968-23); Thadia Turon Costa da Silva (053.200.577-50); Thais Carneiro Mouta (102.992.567-40); Thais Continentino Blank (099.755.477-02); Thais Cristina Baeta Soares Souto Padron (411.099.297-49); Thais Cristina da Fonseca Mendes (648.798.442-68); Thais Evangelista de Assis (097.669.767-08); Thais Helena de Lima Nunes (309.381.477-49); Thais de Souza Andrade (130.601.607-08); Thalia Rocha Sampaio (086.772.827-26); Thalles do Amaral de Souza Cruz (092.510.017-07); Thereza Cristina Nogueira de Aquino (312.957.707-68); Therezinha Lucas da Silva (338.750.577-91); Therezinha de Cassia B. de Aquino (849.933.247-15); Thiago Alves de Sousa (085.729.327-39); Thiago Bottino do Amaral (075.730.947-01); Thiago Leitão de Souza (090.633.687-20); Thiago Lourenço Pires (105.871.907-60); Thiago Martins Caixa Siqueira (118.425.407-93); Thiago Mattos de Carvalho (083.520.287-90); Thiago Nascimento da Silva (101.950.207-07); Thiago Ribeiro Pessanha (089.138.397-25); Thiago Rodrigues Meyer (095.081.707-43); Thiago de Queiroz Reis (100.086.207-09); Thomas Baptista Oliveira Cavalcanti (090.874.847-71); Thula Rafaela de Oliveira Pires (084.827.037-14); Tiago Cavalcante da Silva (102.513.487-76); Tiago Cerqueira Rodrigues Gomes (096.172.327-07); Tiago Chagas de Oliveira Tourinho (104.744.157-83); Tiago Dias Pauluk (103.007.197-79); Tiago Feijo Guimarães (057.619.987-77); Tiago José Limoeiro de Oliveira (784.192.715-00); Tiago Soares dos Reis (113.083.157-40); Tiana Andreza Melo do Nascimento (101.504.687-84); Ticiana de Souza Preste (068.470.387-48); Ticiana do Nascimento França (027.897.197-05); Toba Sender (431.826.317-72); Tony de Oliveira Figueiredo (016.345.327-67); Tricia Bogossian (016.743.397-04); Ubirajara Carvalheira Costa (051.538.987-09); Ueslei Damasio Banus (785.816.807-04); Uiara Barros Otero (958.675.467-72); Uliana Pontes Vieira (086.890.957-21); Ursula Souza da Silva (078.982.597-00); Vagner Augusto dos Santos da Silva (052.311.537-70); Valci Rubens Oliveira de Andrade (397.848.942-20); e Valcilene Costa da Silva (070.892.117-54).

1.2. Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3752/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.106/2011-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Gustavo Brunetto (918.963.550-72)

1.2. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3753/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.784/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Flavio José de Carvalho (745.477.044-49); Paulo da Costa Medeiros (645.734.604-97); e Rose Maria Leite de Oliveira (730.814.183-72).

1.2. Entidade: Universidade Federal de Campina Grande - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3754/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.785/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fernanda de Souza Teixeira (896.576.400-91); Ireny de Souza Sagaz (075.737.718-19); Luís Gustavo Schaefer (717.905.350-34); e Mario Orlando Dossi (221.004.698-00).

1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3755/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.786/2011-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: José Dilson Beserra Cavalcanti (030.839.944-78)

1.2. Entidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3756/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.787/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexandre dos Santos Villas Boas (670.786.480-72); Ana Paula Manera (647.913.600-44); Daiana Silva de Ávila (006.461.890-00); Danielle Fernandes Costa Machado (014.351.616-70); Edson Romário Monteiro Paniágua (502.100.840-49); Fernando Correa Simas (711.179.110-04); Fladimir Fernandes dos Santos (532.646.220-68); Franciele Moro Zanon (005.424.790-01); Geraldo Lopes Crossetti (421.586.800-91); Giusepe Stefanello (720.905.450-20); Graciela Dutra Sehnem (003.311.090-50); Guilherme Francisco Waterloo Radomsky (924.886.330-20); Hector Cury Soares (831.881.260-34); Kalinca Leia Becker (010.771.850-22); Kátia Vieira Morais (464.054.960-15); Lana Carneiro Almeida (987.743.015-00); Letícia Marques Colome (996.362.470-72); Michel Mansur Machado (936.104.590-34); Norton Victor Sampaio (239.722.039-34); Patricia Chagas (564.545.200-30); Patricia Costa Duarte (726.039.250-91); Patricia Moura Pinho (924.109.360-91); Raul Oliveira Neto (293.347.720-34); Renata Gimenez Sampaio Zocche (944.662.700-15); Rogers Ademir Drunn Pereira (998.077.180-15); Sabrina Neves da Silva (952.238.190-04); Sandra Elisa Haas (976.601.320-91); Sandro da Silva Camargo (772.242.210-15); Silvana Silva (883.292.240-15); Tais Calliero Tognetti (770.539.820-68); e Vilnei de Oliveira Dias (000.766.490-75).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Pampa

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3757/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.789/2011-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Altino Sérgio Dias de Oliveira (016.673.056-46); Angélica Pereira da Silva (072.789.826-42); Giselli Nogueira Silva (040.361.476-76); Robson Neves Gonçalves (015.303.586-20); e Valdineia Aparecida Oliveira Teixeira de Castro (041.729.336-45).

1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3758/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-010.790/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Lopes Rodrigues (957.338.926-68); Denison Baldo (062.763.796-54); Jandir Caetano Ferreira (189.809.106-49); Luciano Biazutti (116.701.426-04); Luciano Gonçalves Moreira (033.856.426-80); Paulo Jabur Abdalla (454.226.306-10); e Rodrigo Rodrigues Alvim da Silva (581.877.906-87).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3759/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.791/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Paula Silva da Luz (913.690.020-68); Andréa Jessica Borges Monzon (248.445.208-06); Cluvio Buenno Soares Terceiro (954.780.780-34); Daner Silva Martins (936.720.630-53); Divane Floreni Soares Leal Braga (693.389.570-04); Eliane Martins Coelho (908.516.410-91); Elisabeth Ibi Frimm Krieger (197.755.120-34); Fabio Lorenzi da Silva (002.705.750-06); Geanderson de Souza Lenz (805.876.310-15); Homero Bergamaschi Dutra (473.493.440-15); Jean Carlo Hamerski (978.217.990-68); Luzia Kasper (298.144.990-72); Marcia Mara Bobko (704.164.190-20); Marinez Silveira de Oliveira (409.084.020-15); Nubia Marta Laux (920.281.950-53); e Patricia Czervinski (003.462.900-90).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3760/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.825/2011-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alessandra Bortoletto Garbelotti Hoffmann (820.411.219-04); Alessandra Maziero Lalin Soato (025.954.169-95); Ana Cláudia Uêda (008.348.759-00); Ana Paula Sone (040.383.229-20); César Augusto Refosco Yednak (006.792.619-31); Cleverson Gonçalves dos Santos (000.902.929-01); Eliana Maria Baldissera (820.384.570-34); Fábio Avelino Bublitz Ferreira (027.455.319-80); Joselene Marques (158.255.888-41); Luiz Cláudio Miller Martins (033.098.379-20); Márcio Becker (023.268.449-98); Nádia Cristiane Steinmacher (024.955.479-82); Ricardo Lopes Ferreira (295.038.818-38); Roberto Lucas Wrasse (007.804.089-26); e Wagner Fontes Godoy (021.181.549-76).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3761/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.838/2011-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Antônio Abdalla Baracat Filho (373.075.096-87).
1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes Visconde de Mauá - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3762/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.839/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Helthon de Sousa Santos (053.509.276-80)
1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3763/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.843/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Antônio Soares Silva (740.141.453-87); e Márcio Takeshi Sugawara (040.091.116-74).
1.2. Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Araguatins - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3764/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.844/2011-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Noel José Gonçalves (520.510.801-00)
1.2. Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Ceres - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3765/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.845/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexssandro Ramos da Cruz (035.066.396-33); André Luiz Sena Mariano (287.365.238-10); Bruno Dias de Souza (077.545.256-40); Camila Aparecida Pinheiro Landim (003.721.733-06); Carolina de Cássia Araújo (067.278.726-19); Cristiane Serra Rodarte (929.343.236-68); Daniela Aparecida Tavares Aguiar (028.170.676-06); Elaine Ribeiro da Silva dos Santos (163.260.068-48); Fabiano Cabañas Navarro (260.590.688-47); Flamarion Dutra Alves (975.433.810-87); Keri Ribeiro Prosperi (011.914.216-35); Leonardo Henrique Costa (060.053.016-75); Luiz Felipe Ramos Turci (277.301.088-44); Marçal Serafim Cândido (307.059.058-61); Mauricio Guimarães Bergerman (282.814.068-79); Michel Deliberali Marson (278.163.298-81); Patrick Ricardo da Silva (045.030.896-09); Paulo Henrique Braz da Silva (277.036.898-23); Paulo Roberto Alves Pereira (108.104.438-13); Raphael Nunes Nicoletti Sebrian (218.429.988-03); Raquel Ribeiro Balbino (084.696.216-02); Reinaldo Antônio Gomes Marques (059.822.586-28); Ricardo Marques da Costa (012.336.476-01); Roberto Bertholdo (097.858.058-32); Talita Pezzo Carvalhal (062.876.076-02); Vivien Thiemy Sakai (218.728.008-07); e Wesley Silva (709.136.846-00).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Alfenas - Unifal-MG
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3766/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.847/2011-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Fátima Resende Luiz Fia (051.777.566-29)
1.2. Entidade: Universidade Federal de Lavras - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3767/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.848/2011-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Napiê Galvê Araújo Silva (615.421.303-44)
1.2. Entidade: Universidade Federal Rural do Semi-Árido/RN - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3768/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.850/2011-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Paula Lopes Duarte (803.956.433-68); e Pacelli Cordeiro Barroso (112.665.113-34).
1.2. Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3769/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.851/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Fábio da Silva Marques (807.820.431-00)
1.2. Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3770/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.852/2011-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Elisabete Costa de Souza (789.639.904-00)
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 3771/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.853/2011-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Domingos dos Santos Ponciano (006.774.313-76)
1.2. Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3772/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.855/2011-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Marilene Esquiavoni (172.889.498-00)
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educacao, Ciencia e Tecnologia de Sao Paulo
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3773/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.856/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alair Ferreira de Freitas (071.091.376-19); Antônio Carlos Cunha Lacreta Júnior (103.797.868-42); Daiany Iris Gomes (870.715.412-72); Dilma Lopes da Silva Ribeiro (454.106.582-72); Eriton Elvis do Nascimento Barreto (756.257.762-53); Ernestina Ribeiro dos Santos Neta (009.531.111-48); Fabio Gomes Moura (770.537.962-72); Fernando Barbosa Tavares (950.849.752-15); Francisco Helton Sá de Lima (916.530.703-82); Gustavo Antônio Ruffeil Alves (632.565.332-72); Inaiara Iris dos Santos (721.584.332-72); Izabelle Pereira Andrade (890.120.464-91); Jaime Rodrigo da Silva Miranda (815.547.704-59); Janae Gonçalves Martins (413.907.849-91); Janaína de Cássia Braga Arruda (025.563.984-85); Jasson da Silva Penna (790.775.872-68); Joanne Moraes de Melo Souza (949.804.705-72); João Henrique Souza de Araújo (394.459.412-68); Joaquim Alves de Lima Júnior (803.556.922-87); Joaquim de Jesus Soares (169.418.962-72); Jorge Antônio Moraes de Souza (454.782.872-53); José Felipe Souza de Almeida (093.606.382-34); José Maria Teixeira Rodrigues (798.595.002-82); José Nilton da Silva (489.865.502-53); José Weliton de Oliveira Araújo (885.011.242-49); Joseane Moutinho Viana (683.977.982-34); Josemir de Souza Gonçalves (898.828.143-87); João Almiro Corrêa Soares (621.873.842-68); Kelvia Jacome de Castro (667.510.203-68); Lucas Jacomini Abud (005.243.841-42); Luciana Karla Valeria dos Santos Sousa (410.194.582-91); Luciana Maria de Barros Francez (653.922.052-91); Luciana Maria de Oliveira (916.564.864-15); Lucineide Soares do Nascimento (333.092.722-49); Luís Rennan Sampaio Oliveira (650.176.252-91); Luís de Souza Freitas (582.360.582-04); Marcelo Augusto Machado Vasconcelos (296.342.022-68); Marcio Roberto da Silva Melo (694.989.112-15); Marcos Antônio Souza dos Santos (431.607.352-49); Maria Cristina Manno (850.271.541-00); Maria Madalena Costa Freire (454.582.002-68); Mariano Castro Neto (541.884.159-91); Marilia Moreira Fernandes (593.712.502-91); Marisa Cristina Moreno da Silva Alves (665.129.212-91); Merabe Carvalho Ferreira da Gama (939.589.352-49); Michelle Martins do Nascimento (693.090.192-04); Mônica Trindade Abreu de Gusmão (264.844.982-53); Mônica de Nazaré Corrêa Ferreira Nascimento (424.391.672-15); Nelson Veiga Gonçalves (207.220.952-87); Nilson Luiz Costa (941.795.140-87); Nilzete Ferreira Gomes (718.941.362-68); Nubia de Fátima Alves dos Santos (709.318.442-15); Otávio André Chase (829.959.232-15); Patrícia da Silva Leitão Lima (430.935.742-34); Paulo Sérgio Gaspar da Assunção da Silva (858.488.242-15); Pedro Silvestre da Silva Campos (656.093.012-20); Rafael Gomes Viana (713.993.482-72); Raquel Lima Salgado (042.960.347-90); Reginaldo Alves Festucci Busseli (081.469.278-82); Rigler da Costa Aragão (646.735.102-91); Saulo Luís Pereira Wanzeler (863.094.982-15); Sebastião Tavares Rolim Filho (915.771.283-20); Simonne Sampaio da Silva (455.701.832-72); Tassiano Maxwell Marinho Câmara (008.813.934-44); Tatiana do Socorro Pacheco Charone (580.012.472-87); Thais Yuri Rodrigues Nagaishi (516.676.302-53); Thiago Fernandes Bernardes (264.247.228-07); Tâmara Thais Santana Lima (804.027.122-34); Vania Neu (921.113.430-72); Vania Silva de Melo (331.208.462-87); Wagner Rocha de Moraes (657.654.192-91); Walmir Oliveira Couto (598.088.292-87); e Wanderson Augusto de Souza Pereira (796.762.352-53).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural da Amazônia - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3774/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.858/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Idalice Ribeiro Silva Lima (526.321.306-97)
1.2. Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3775/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.859/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Juliana Maria da Silva (186.542.898-13); Marise Botti (028.135.559-24); e Sérgio Manuel Rivera Sanhueza (512.874.803-06).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3776/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.860/2011-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Tamires Kroetz (012.655.380-77); Auri Ferreira dos Santos (568.655.540-00); Evandro José Neumann (000.065.070-69); Fernanda Corte Real Corrêa (989.511.900-30); Giovanni Silveira Peres (969.732.180-91); Juliana Albano Schubsky (915.087.030-00); Juliana Waltrick de Moraes (042.248.959-00); Leonardo da Costa Sapata (007.423.550-80); Marcelo Medeiros de Oliveira (992.414.120-20); Marcelo Muller de Oliveira (948.807.510-49); Marcio Alves Marçal (607.249.276-20); Mônica Maria Celestina de Oliveira (958.051.095-49); e Natália Fernanda Oriola (979.762.960-00).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3777/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.862/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Heloiza Chaves Pinto (025.653.232-04)
1.2. Entidade: Fundação Universidade do Amazonas - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3778/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.863/2011-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado(a): Idete Teles dos Santos (006.417.679-78)
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3779/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.864/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ingrid Guterres Simas (913.483.073-15); Isaura Leticia Tavares Palmeiras Rolim (484.766.253-91); Maria Eliana Alves Lima (645.692.253-49); Maria José dos Santos (439.817.125-87); Mary Áurea de Almeida Costa (728.458.213-87); Mauro Nascimento Clemente (014.429.018-96); Melina Serra Pereira (962.321.883-49); Neon Bruno Soares de Morais (017.832.191-57); Pollyanna Gouveia Mendonça (980.182.303-82); Priscila Coimbra Rocha (997.322.623-20); Priscila Sousa Barcellos (558.650.703-04); Priscilla Pereira da Costa (853.830.583-20); Rachel Sousa Tavares (847.171.733-68); Raimundo Nonato Silva Júnior (738.854.953-68); Rilleands Alves Soares (881.908.623-91); Rodrigo França Silva (004.624.523-52); Rogério Soares Castro (808.432.473-04); Rosani Brune de Almeida (075.722.927-12); Roscio Guimarães Brito (829.325.143-34); Stelmo Magalhães Barros Netto (003.843.903-40); Tatiane de Maria Pinho Sodré (027.710.973-62); Tonicley Alexandre da Silva (009.227.933-36); Valeria Angélica Ribeiro Arauz (876.794.694-15); Vinicius Giuliano Gonçalves Mendes (014.079.383-63); Virlane Kelly Lima da Silva (648.909.963-20); Wagner Duarte de Jesus (016.782.463-52); Walbert Silva Alves Cartagenes (024.357.153-40); e Zeni Carvalho Lamy (128.326.933-34).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3780/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.866/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Kelly Alessandra da Silva Rocha (032.467.436-81); Lásara Fabrícia Rodrigues (047.552.916-23); e Maria Ângela Guimarães Alves (877.714.206-30).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3781/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-010.867/2011-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aline Montagna da Silveira (605.469.560-68); Ana Maria Krusser Zambonato (472.460.300-34); César Henrique Zanchi (821.916.460-34); Elaine Pinto Albernaz (591.535.120-49); Flaiane da Silva Fernandes (014.458.840-46); João Luís Paixão Cortes (470.978.760-34); e Leandra Fagundes da Silva (673.099.760-53).

1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3782/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.868/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Débora Lucia Lima Leite Mendes (554.918.123-15); Emilsa Castro de Araújo (875.215.713-04); Marcio Soares de Sousa (811.396.673-00); e Severino Cavalcante de Sousa Junior (636.413.643-53).

1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3783/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.870/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruno Teixeira Ribeiro (013.524.926-01); Clébio Domingues da Silveira Júnior (039.056.216-57); Fabricio Vieira dos Santos (012.211.026-99); Haroldo Ramanzini Júnior (324.812.858-59); Leonardo Caixeta de Castro Maia (725.680.206-44); Libia Diniz Santos Marquez (013.493.866-69); Licia Ludendorff Queiroz (053.753.906-98); Ligia Lais Femina (307.320.738-47); Luiz Cesar Machado de Macedo (047.504.638-25); Marileide Dias Esqueda (200.110.448-02); e Rita de Cassia Pereira Saramago (073.286.316-35).

1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3784/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.871/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Glaucia Braga e Silva (031.450.906-23); e Leonardo Ângelo de Aquino (052.516.986-58).

1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3785/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.902/2011-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcelo Tavares Pereira (655.504.635-04); e Victor Porto Sales (810.651.245-20).

1.2. Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3786/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.903/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Beatriz Furtado Alencar Lima (958.967.913-72); Daniel Benevides da Costa (820.836.653-68); Elcio de Sousa Barbosa (717.568.923-34); Esmael Varela Peres (017.994.183-67); Francisco Rafael Marques Lima (617.141.433-68); Kleison de Paiva Freitas (807.924.211-91); Luís Edmundo Teixeira de Arruda Furtado (410.351.433-72); Maria Cristina Pereira do Nascimento (248.048.273-15); Maria Josimeire Batista (853.059.873-34); Maxwell Morais de Lima Filho (912.814.743-04); Nadja Paulino Pessoa Prata (656.011.223-34); Nara Maria Forte Diogo (627.475.763-53); Renato César de Mesquita Goes (981.203.103-06); e Trícia Feitosa Nogueira (696.496.853-91).

1.2. Entidade: Universidade Federal do Ceará - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3787/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.904/2011-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexsandro Rodrigues Meireles (880.281.356-68); Ana Daniela Izoton de Sadovsky (981.737.237-53); André Júnior de Oliveira (089.506.277-10); Camilla Rozindo Dias Milanez (079.916.077-63); Cassia Gisele de Morais (958.836.571-68); Danieli Soares de Oliveira (092.666.857-98); Fanny Nascimento Costa (099.125.677-81); Fernanda de Souza Hott (072.623.427-38); Flavia Nascimento Ribeiro (074.536.017-38); Flavia Rossi Vacari (043.803.537-29); Harerton Oliveira Dourado (027.744.767-47); Jadir Feliciano dos Santos (761.669.887-53); Karla Paresque (106.798.027-03); Lidia Balmant Gasperazzo (083.962.327-50); Luciana Vieira Caliman (072.626.087-89); Paulo Sérgio Cruz de Andrade Júnior (086.182.147-52); Rogério Naques Faleiros (256.110.448-67); e Susana Bubach (078.810.677-56).

1.2. Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3788/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.905/2011-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fabio Henrique Andrade Santos (081.148.997-35); Marcio de Souza Castilho (045.483.957-09); Otavio Luiz Rodrigues Júnior (438.391.263-04); e Priscila Rodrigues (101.801.797-64).

1.2. Entidade: Universidade Federal Fluminense - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3789/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.906/2011-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Danielly Maciel Barbosa (726.422.701-49); Dogmar Antônio de Souza Júnior (010.324.136-11); Izabela Maria Tamaso (083.326.258-07); José Hortêncio Mota (594.946.706-04); Mauro Alves Pires (160.137.781-91); Simone de Magalhães Vieira Barcelos (360.110.881-04); Sérgio Lizias Costa de Oliveira Rocha (230.064.635-87); Thannya Nascimento Soares (926.271.021-68); e Vailton Alves de Faria (858.341.571-49).

1.2. Entidade: Universidade Federal de Goiás - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3790/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.907/2011-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aleria Cavalcante Lage (960.831.747-91); e Alexandre Bessa dos Santos (028.880.486-47).

1.2. Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3791/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.908/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Paula Baltazar dos Santos (761.073.616-34); Danielle Meireles de Oliveira (048.975.766-95); Fatima Ferreira Roquete (535.049.256-04); Luciano Cunha de Araújo Pimenta (042.398.266-40); Lucienne Maria de Almeida Elias (629.292.756-34); e Renata Maria Abrantes Baracho Porto (838.974.966-15).

1.2. Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3792/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.909/2011-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Antônio Maximo Von Soshten Gomes (878.970.407-04); Claudio Manoel Gomes de Sousa (540.599.506-10); Denise Alves Ramos (208.116.402-72); e Tania de Fátima D Almeida Costa (128.193.952-87).

1.2. Entidade: Universidade Federal do Pará - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3793/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.910/2011-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adamaris Aparecida da Silva Ferreira (734.609.079-91); Alessandro Ludgero Noal Borjas (766.677.660-87); Alessandro Neves de Oliveira (739.165.529-53); Alexsandro Luiz Albani (065.245.969-27); Alois Munhoz Pereira Moreira Fonseca (045.181.279-43); Amilar Aparecido Vieira de Barros (183.698.049-34); Ana Luisa de Mello Nascimento (099.786.647-00); Ana Luiza

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Mattana (552.926.079-91); Anderson Luiz de Carvalho (041.692.319-45); Andréa Gomes da Silva (054.439.759-27); André Augusto Mariano (006.904.979-38); Angela Maria de Souza (849.148.319-53); Claudiane de Abreu Dias (048.911.279-02); Claudinei Taborda da Silveira (022.845.789-00); Cristina Buselatto Bertolucci (031.042.039-38); Danielle Cristina Machado Salmoria (038.061.319-02); Dayane Coldibeli (047.316.139-73); Dilcemara Cristina Zenatti (019.466.789-88); Dirceu Basso (378.568.040-68); Edson Teixeira de Faria (021.800.489-39); Evelin Ribeiro de Souza Balbo (052.146.579-60); Fernando Haas (630.539.000-25); Flaviane Marizete Limas (053.023.489-00); Francisco Carlos Mouzinho de Oliveira (553.304.109-59); Fábio Silva Melo (213.926.888-17); Gilcelia Aparecida Cordeiro (023.196.929-59); Giselle da Silva Pierote (037.800.629-09); Gustavo Abib (994.077.369-20); Janine Padilha Botton (912.125.610-15); Jaqueline Budny (065.129.129-18); Jonathan Dieter (047.912.479-57); José Leonardo Rodrigues Nascimento da Luz (047.886.339-06); José Luis Munhoz Batista (873.574.709-97); José Olivir de Freitas Júnior (064.547.489-44); Joylan Nunes Maciel (039.233.509-37); João Américo Vilela Júnior (032.528.996-47); Juliane Cristina Larsen (044.178.979-05); Juliane Custodio Olegario Pereira (027.722.289-32); Katya Naliwaiko (025.088.909-95); Lais Luciene da Silva Carvalho (010.171.629-05); Leandro Henrique Merino Mombach (441.910.900-97); Leticia Mara de Meira (712.953.489-34); Lucas Barreto Mendes (021.705.465-02); Luiz Augusto Macedo Mestre (024.945.089-59); Marcelo de Meira Santos Lima (033.727.509-26); Marcia Helena de Souza Freire (065.402.948-24); Marcia Sobezak (037.314.889-57); Marcos Antônio de Moraes Xavier (117.853.038-80); Marcos Roberto dos Santos (761.237.079-49); Maria do Rocio de Araújo Ferreira da Silva (023.653.999-08); Mariel Muraro (041.318.759-42); Michele Dacás (003.980.320-17); Milton Ferreira de Moraes (841.428.631-34); Monaliza Dellazari de Lima Braga (009.493.499-17); Mônica Setuyo Okamoto (094.786.258-70); Murilo Odilon Nichele Scroccaro (009.855.239-21); Narcizo Leopoldo Eduardo da Cunha Sobieray (322.300.879-91); Natália Rese (036.629.199-82); Noemi Ferreira Felisberto Pereira (005.755.999-60); Pedro Henrique de Almeida Konzen (819.818.640-91); Rafael Messias Luiz (009.965.159-92); Raul dos Santos Thome (010.433.129-19); Regiane Cagni Heinrichs (015.741.799-93); Roberto Luis Portz (026.586.029-60); Rogério Miranda Gomes (855.067.101-00); Rosangela Stringari (299.528.329-15); Rosemeri Aparecida dos Santos Brosin (841.218.319-34); Régis da Cunha Belem (315.594.760-87); Sady Pereira do Carmo Júnior (015.196.231-60); Santiago Pich (811.786.460-68); Sheldon Rodrigo Botogoski (810.544.759-20); Sidmar dos Santos Meurer (033.896.039-21); Simone Tostes de Oliveira Stedile (966.616.746-87); Solange Aikes (065.812.369-69); Sávio Brito do Nascimento (050.770.099-61); Sérgio Luiz Henke (420.203.959-91); Tatianne Akaichi (052.972.359-01); Valter Luiz de Castro (054.513.529-09); Vilson Luís Kunz (000.198.210-93); Vitor Vlnieska (050.963.699-35); e Wanda Karine da Silva Santana (035.030.349-51).

1.2. Entidade: Universidade Federal do Paraná - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3794/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.911/2011-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Emanuela Sousa Ribeiro (615.927.223-34); Rene Duarte Martins (024.774.134-57); e Sérgio Francisco Tavares de Oliveira Mendonça (021.723.434-80).

1.2. Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3795/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.912/2011-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Fabricio Vale de Azevedo Guerra (008.034.244-26)

1.2. Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3796/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.913/2011-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexandre Calheiros dos Santos (025.908.287-21); Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (638.042.120-34); Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (638.042.120-34); Flavio Augusto Borges de Oliveira (791.271.507-04); Flavio Augusto Borges de Oliveira (791.271.507-04); Marcia Ermelindo Taborda (877.623.317-00); Paulo Guilherme Domenech Oneto (836.878.157-49); Regina Claudia Barros dos Santos (295.719.527-53); Regina Claudia Barros dos Santos (295.719.527-53); Sergio Gurgel Fernandes (011.055.087-06); Solange Araujo de Carvalho (016.374.077-18); Solange Araujo de Carvalho (016.374.077-18); Zaida de Freitas Valentim (288.430.960-87); e Zaida de Freitas Valentim (288.430.960-87).

1.2. Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3797/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.914/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Adriana Fontes Zimmermann (647.068.699-00)

1.2. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3798/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.915/2011-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Anderson Rodrigues Moro (815.312.060-34); Deili Juliana Schimidt de Schimid (921.210.800-82); Fernando Marques Benites (595.508.050-34); Gliomar de Aquino da Silva (757.927.020-04); Iara Ribeiro dos Santos (536.973.910-20); James Laurence Ibaldo Cantarelli (963.696.040-20); João Cleber Lima Soares (030.578.984-83); Juliana Fleck (746.137.820-15); Liliani Mathias Brum (884.402.300-87); Mara Lucia Bortoluzzi Londero (456.339.160-34); Maria Salete Costa Silveira (243.336.890-15); Miele Mendes Rodrigues (802.374.010-53); Muricio Nogara (285.022.210-00); Regina Rocha Oliveira (742.082.410-04); Rita Maria Cargnin (001.609.000-42); e Viviane Roseli da Cunha (912.062.940-00).

1.2. Entidade: Universidade Federal de Santa Maria

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3799/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.277/2011-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Jaqueline Cordeiro dos Santos (014.453.341-35)

1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3800/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.278/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Marcela Maira Nascimento de Souza Soares (036.492.976-63)

1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3801/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.280/2011-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Laércio da Silva Assunção (776.036.305-25)

1.2. Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3802/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.281/2011-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Gilson Ramada Campos (530.083.083-68)

1.2. Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3803/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.284/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Tiago Marques Viana (077.804.566-84)

1.2. Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 3804/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.285/2011-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rone Almeida Lima (005.824.421-25)
1.2. Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Araguatins - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3805/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.286/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Saulo Guilherme da Silva (325.963.671-49)
1.2. Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Araguatins - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3806/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.287/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: André Celestino Oliveira (892.354.953-34); e Silano Faria Rocha Bluhn (019.700.793-71).
1.2. Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3807/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.290/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Adriano Pereira Santos (298.802.048-59)
1.2. Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3808/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.291/2011-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carla Regina Rachid Otavio Murad (141.501.678-00); e Fernanda Maria da Cunha Santos (037.522.626-56).
1.2. Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3809/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.292/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Izabella Mendes Sant'ana (572.553.692-00); e João César de Freitas Fonseca (522.744.626-15).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3810/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.293/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Helena Böckmann Baiocco (578.557.140-49); Kauê da Silva Tissot (004.765.240-32); e Vanderlei Biolchi (946.542.980-53).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3811/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.294/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Leidimar Cândida dos Santos (396.185.441-68)
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3812/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.299/2011-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fernanda Montero Landeiro (012.864.685-31); Ilana Rodrigues Santos (226.240.665-00); Lia da Rocha Lordelo (794.910.225-04); Marcia São Pedro Leal Souza (873.633.305-06); Marco Antônio Vieira Guedes (942.519.405-04); Márcia Miranda Barreto (545.961.145-87); Rafael Ayres de Almeida Chaves (894.035.415-04); e Silvia Cypriano Vasconcelos (003.599.330-84).
1.2. Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3813/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.128/2010-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: José Divonei Pinheiro do Prado (046.954.479-16); João Henrique Antunes Ruiz (060.513.509-69); Juliano Bittencourt Silva (053.187.329-33); e Julio Cezar Poletto (055.347.509-60).
1.2. Entidade: Diretoria Regional da ECT no Paraná
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3814/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.648/2010-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Danielle Souza de Freitas (015.166.356-47); Giovanni César da Silva (005.583.056-01); Isaias Emerenciano Pereira Neto (092.644.246-52); Israel Eugênio Gomes (076.685.786-76); Janete Beatriz dos Reis (040.811.596-37); Jaqueline Pereira da Silva (076.489.466-88); José Claudinei Marques Caetano (041.891.336-63); José Alício da Silva (475.191.856-72); e José Marcio da Costa Santos (045.694.146-05).
1.2. Entidade: Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3815/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.651/2010-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Wilas Fernandes da Silva (831.820.806-44); Wilton Caetano de Souza (076.049.316-26); Wilton Wagner Lopes (075.491.086-50); e Zildemar Soares Silva (060.505.216-62).
1.2. Entidade: Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3816/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.778/2011-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Nilce Rodrigues Pereira (126.875.371-87)
1.2. Entidade: Ministério da Educação (vinculador)
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3817/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, e mandar fazer a determinação adiante especificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-007.807/2011-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria Salete Farias Barreto (024.384.614-20)
1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Barreiros - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinar à Escola Agrotécnica Federal de Barreiros que reveja o reajuste do benefício com fulcro no art. 15 da Lei nº 10.887/2004.

ACÓRDÃO Nº 3818/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.811/2011-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ednard Gomes Coelho de Palma (042.552.003-00); Marilene Gomes Coelho de Palma (744.224.133-68); e Raquel Gomes Coelho de Palma (036.784.493-10).
1.2. Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3819/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.820/2011-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Margarida Faustino (031.403.376-98); e Paulo Faustino (024.331.566-02).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3820/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.847/2011-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Francisca Aleiza Martins de Almeida (000.464.273-25); e Norma Maria Martins de Almeida (875.913.753-34).
1.2. Entidade: Universidade Federal do Ceará - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3821/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.851/2011-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Cid Roberto de Oliveira Timponi (228.961.636-20); Consuelita Gonçalves Assunção (598.872.736-00); Geraldo Woltaire Guimarães (195.001.576-91); Laídes Ferreira Monção (398.643.246-91); Luiz Eduardo Renault (409.259.946-34); e Meyriely Mara dos Santos Coelho (117.889.826-14).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3822/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.853/2011-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Maria José Maia Dantas (043.419.124-88); Maria de Lourdes da Silva Maia (161.402.904-06); Rodolfo da Costa Galiza (011.830.534-44); e Rosendo Guedes da Silva (374.827.937-04).
1.2. Entidade: Universidade Federal da Paraíba - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3823/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.335/2011-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Antônia de Albuquerque Valença (021.256.414-53); Heitora da Gloria do Nascimento (010.270.144-02); e Luiza do Amaral Melo (428.991.504-30).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3824/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.358/2011-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Alexsandra Ferreira (074.223.304-90); Ana Claudia Ferreira (074.223.334-05); Ana Paula Ferreira (074.223.364-20); Analice Ferreira (074.223.314-61); Carlos Alberto Ferreira (074.223.354-59); Eduardo Ferreira (074.223.294-83); Francisco de Assis de Souza Moreira (072.320.244-36); Janaina Ferreira (074.223.324-33); Jefferson Ramos Ferreira (073.824.914-98); Josefa Pereira Alves (020.337.194-13); Lucia Maria Ferreira (007.869.364-01); Luciano Ferreira (074.222.834-75); Raimunda de Souza Moreira (026.638.374-23); Rosa Maria Pereira (034.305.044-73); Rosilda Pereira Costa (060.350.204-02); e Valdinete de Souza Moreira (072.320.254-08).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Campina Grande - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3825/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.439/2011-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Leila Maria do Nascimento Ferreira (214.751.052-15); e Thiago do Nascimento Ferreira (977.082.402-04).
1.2. Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Manaus - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3826/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.453/2011-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Antônio da Silva Nunes (036.289.143-53); Conceição Maria Gomes Coutinho dos Santos (016.115.123-01); Hebert Costa Napoleão do Rêgo (154.661.086-34); Jailson Bruno dos Santos Silva (041.484.963-97); Josefa da Conceição Lima (516.966.573-34); e Pedro Henrique dos Santos Silva (032.421.723-45).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3827/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.495/2011-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Conceição Aparecida da Rocha Roth (086.422.428-17); Felipe Manoel da Cunha Afonso (090.987.686-01); Leticia Angélica de Oliveira Lima (089.584.706-07); Maria Aparecida Bernardo (002.629.456-73); Maria do Ceo Silva Afonso (369.054.024-00); Matheus Antônio Tafuri Caldeira (015.945.886-27); Orneides Angélica de Oliveira Lima (410.954.726-15); Rafael Eduardo de Oliveira Lima (089.584.726-42); Rannielly Rodrigues dos Reis (122.532.486-65); Renato Adelino de Almeida (933.285.836-53); Ricardo Roth Júnior (084.714.596-47); Rodrigo da Cunha Afonso (090.987.706-81); Ronaldo Eudes da Cunha Afonso (090.987.696-75); Rubia da Rocha Roth (086.764.866-03); Victor Emanuel da Silva (122.584.576-96); e Vitor Eduardo de Oliveira Lima (089.584.716-70).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3828/2011 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão TCU n.º 1563/2011 - 2ª Câmara, dentre outras medidas, julgou irregulares as presentes contas e condenou em débito a Sociedade Humanitária de Assistência Social e Cultural do Rio de Janeiro, solidariamente com os responsáveis Válter da Silva Oliveira e Olivier Ferreira Pinto Júnior, aplicando-lhes também multa, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional;
Considerando que devidamente notificados, os responsáveis solicitaram prorrogação do prazo acima indicado;
Considerando a inexistência de previsão legal ou regulamentar para a prorrogação de prazo para recolhimento da dívida, após a notificação;
Considerando o parecer da Secex/RJ pela denegação do pedido de prorrogação de prazo:
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "**e**" e § 3º, do Regimento Interno, em indeferir os pedidos de prorrogação de prazo solicitados pelos responsáveis Srs. Válter da Silva Oliveira e Olivier Ferreira Pinto Júnior:

1. Processo TC-009.205/2009-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Olivier Ferreira Pinto Junior (539.024.757-49); Sociedade Humanitária de Assistência Social e Cultural (03.431.910/0001-17); Valter da Silva Oliveira (406.914.977-53)
1.2. Entidade: Sociedade Humanitária de Assistência Social e Cultural - DOHSDV
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (Secex/RJ)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3829/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei n.º 8.443/1992, c/c o arts. 143, inciso III, e 243 do Regimento Interno, e arts. 33 e 34 da Resolução TCU nº 191/2006, em autorizar o apen-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

samento dos presentes autos ao TC 021.210/2005-0, de acordo com o parecer da Unidade Técnica:

1. Processo TC-016.523/2010-5 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - FUMG/MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MG (Secex/MG)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3830/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea **a**, c/c os arts. 169, inciso IV, 243 e 250, inciso II, do Regimento Interno, em considerar concluído o monitoramento da determinação proferida no Acórdão TCU n.º 3092/2010 - Segunda Câmara e determinar o arquivamento do processo, dando-se ciência desta deliberação à Superintendência Estadual da Funasa no Mato Grosso do Sul, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.545/2010-0 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessada: Secretaria de Controle Externo do TCU/MS (00.414.607/0022-42)
1.2. Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Mato Grosso do Sul/MS
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MS (Secex/MS)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3831/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993, c/c os arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da n.º Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, e os arts. 1º, inciso XXIV, 17, inciso IV, 143, inciso III, 234, 237, parágrafo único; e 250, inciso I, do Regimento Interno, em conhecer da representação adiante relacionada, para, no mérito, considerá-la improcedente, e autorizar o arquivamento do processo, dando-se ciência desta deliberação à representante e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.655/2011-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Construtora Leon Sousa Ltda (09.171.533/0001-00)
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PB (Secex/PB)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

d) Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti (Relação nº 16); e

ACÓRDÃO Nº 3832/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II e § 1º, 259, inciso II, todos do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do ato de fls. 11/13, relativo ao Sr. José Vieira, em face do falecimento da ex-pensionista Maria Francisca Vieira e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, e julgar legais os demais atos de concessões, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.932/2007-5 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Antonia Marques de Oliveira e Moura (165.779.142-49); Antonio Leite Sobrinho (040.620.273-72); Carmelia Souza Silva (442.373.322-68); Maria Eladia Costa da Silva (508.812.722-72); Maria Francisca Vieira (007.982.204-57); Maria Madalena Rodrigues Leite (619.490.603-06); Maria Marlene Costa da Silva (278.579.642-04); Sebastião Tavares de Moura (029.178.583-20)
1.2. Órgão/Entidade: Oitava Região Militar
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3833/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II e § 1º, 259, inciso II, todos do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por inépcia, o exame de mérito do ato de concessão de fls.5/7, relativo ao sr. Paulo Afonso Dias da Silva, nos termos do art. 3º, §6º da Resolução/TCU 206/2007, e julgar legais os demais atos de concessões, fazendo-se as determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.180/2007-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Ena Cardozo da Silva (505.315.221-72); Marlene Correa Aby Haçan (689.483.101-78)
1.2. Órgão/Entidade: Décima Primeira Região Militar
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinar à Décima Primeira Região Militar do Comando do Exército, que no prazo de 15 (quinze) dias proceda a novo cadastramento do ato no Sisac, sem a impropriedade verificada, ou seja, com a indicação do fundamento legal para o pagamento da pensão militar à beneficiária Ena Cardozo da Silva (viúva), correspondente a quatro postos acima ao que o militar se encontrava, enquanto ativo ou inativo.

ACÓRDÃO Nº 3834/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por inépcia, o exame de mérito dos atos de concessão relativo aos srs. Adailton Nunes dos Santos, Francisco Baião da Silva, Newton de Barros Guimarães, Rubens Souza Carvalho, Sebastião Carvalho de Souza, Silenio Pires, Sylvio de Jesus Branco, Luiz de Aboin Costa e Newton de Barros Guimarães, nos termos do art. 3º, § 6º, da Resolução/TCU 206/2007, e julgar legais os demais atos de concessões, fazendo-se a determinação sugerida nos pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.877/2007-1 (REFORMA)
1.1. Interessados: Adailton Nunes dos Santos (212.537.577-04); Cicero Almeida (003.081.024-87); Derlei Pereira de Lima (664.565.096-53); Erson Souza de Carvalho (020.942.744-20); Fausto Fernandes Durgo (066.110.601-20); Francisco Baiao da Silva (042.606.781-91); Francisco de Paula Guimarães Machado (057.725.327-15); Jaime Homs de Sant´ana (007.218.911-87); Joao Gabriel Errobiart (039.376.661-68); Joao Lemes de Souza (006.112.631-49); Joaquim Romildo de Santana (018.417.344-20); Jose Caubi Henrique Sales (009.319.931-72); Jose Fernandes do Amarante (018.029.414-87); Lisimaco Ribeiro Villa Nova (004.520.254-00); Luiz de Aboin Costa (046.423.337-20); Miraturá Neves de Assumpção (003.686.872-87); Newton de Barros Guimaraes (044.601.037-53); Newton de Barros Guimaraes (044.601.037-53); Ricardo Magalhães Alves (000.206.761-74); Roberto Araujo (022.436.017-53); Rubens Souza Carvalho (845.462.047-87); Sebastiao Carvalho de Souza (103.246.402-00); Severino Galdino da Silva (077.982.884-49); Silenio Pires (057.656.067-76); Sylvio Amaro da Silva (057.767.677-68); Sylvio de Jesus Branco (596.076.707-44); Yoshio Kiyono (063.661.208-20)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas do Ministério do Exército
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinar à Diretoria de Inativos e Pensionistas do Ministério do Exército que, no prazo de 15 dias, providencie o encaminhamento, por meio do Sistema Sisac, de novos atos concessórios devidamente corrigidos.

ACÓRDÃO Nº 3835/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 10, § 1º, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso V, alínea "c", do Regimento Interno, em sobrestar o julgamento do presente processo até o pagamento de todas as parcelas de que trata o Acórdão 7058/2010 - 2ª Câmara ou até o vencimento antecipado dessas por falta de pagamento de uma delas.

1. Processo TC-012.803/2010-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 025.859/2009-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.2. Responsável: Farnei Ferreira Felipe (577.405.341-53)
1.3. Órgão/Entidade: Conselho Federal de Medicina
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - TO (SECEX-TO)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3836/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, com fundamento no art. 1º, inciso II e 8º, da Lei 8.443/92, c/c o art. 1º, inciso II, 17, 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso IV, e 243 todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em considerar parcialmente atendidas as determinações exaradas mediante o Acórdão 3.495/2008 - 2ª Câmara, e apensar estes autos ao TC-011.852/2005-0, após a expedição da determinação a seguir, conforme parecer da unidade técnica.

1. Processo TC-027.940/2009-8 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Secretaria Nacional de Seg. Pública - Senasp
1.2. Unidade Técnica: 8ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-8)
1.3. Advogado constituído nos autos: não há.
1.4. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.4.1. Determinar à Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp/MJ que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote providências visando elaborar/ajustar normativo interno que estabeleça o nível de equivalência das atividades a serem cumpridas por colaboradores eventuais, de que trata o § 1º do art. 10 do Decreto 5.992/2006, com a tabela de diárias do Poder Executivo Federal, informando, ao fim desse prazo, as providências adotadas, a este Tribunal.

ACÓRDÃO Nº 3837/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso II, 143, inciso V, alíneas "c" e "d", 243 e 250 todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o item 1.5.1 do Acórdão nº 4828/2008-TCU- 1ª Câmara, prolatado na Sessão de 25/11/2008, Ata nº 43/2008, como a seguir onde se lê " Secretaria de Assistência Social do MPAS" leia-se "Fundo Nacional de Assistência Social", em seguida arquivar os presentes autos, tendo em vista que a convenente Centro Espírita Casa do Caminho cumpriu sua obrigação de prestar contas e que a concedente municipal, Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania/Semasc, considerou regular a aplicação dos recursos.

1. Processo TC-029.691/2008-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Manaus
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AM (SECEX-AM)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

e) Ministro-Substituto André Luís de Carvalho (Relação nº 18).

ACÓRDÃO Nº 3838/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, e art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução nº 206/2007, c/c o subitem 9.4 do Acórdão nº 420/2007-TCU-Plenário, em considerar prejudicada, por inépcia, a apreciação para fins de registro dos atos de Maria de Lourdes Correia da Cunha (CPF 338.216.582-15) e Obetizo Pereira da Aleluia (CPF 012.082.332-20); e considerar legal para fins de registro o ato de Antonio Luciano Oliveira Filho (CPF 335.314.048-49), sem prejuízo da seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.656/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Luciano Oliveira Filho (CPF 335.314.048-49); Maria de Lourdes Correia da Cunha (CPF 338.216.582-15); e Obetizo Pereira da Aleluia (CPF 012.082.332-20).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região - TRT/AC-RO.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações:
1.5.1. ao Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região - TRT/AC-RO que providencie, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da ciência deste Acórdão, novo cadastramento no sistema Sisac, dos atos de Maria de Lourdes Correia da Cunha (CPF 338.216.582-15) e Obetizo Pereira da Aleluia (CPF 012.082.332-20), com o devido preenchimento do campo "Descrição dos Fundamentos Legais da Aposentadoria/Alteração", de acordo com a vigência da aposentadoria, bem como observe a forma de cálculo dos proventos, consoante o fundamento legal e data da vigência da concessão;
1.5.2. à Sefip que dê ciência ao Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região - TRT/AC-RO a respeito da necessidade de se observar o correto preenchimento do formulário de concessão no sistema Sisac, fazendo constar todas as informações necessárias ao correto exame do ato, bem como garantindo a consistência dos dados fornecidos, sob pena de aplicação das sanções previstas no art. 6º da IN TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 3839/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.749/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: João Alberto dos Santos (CPF 071.240.823-15); Maria Felipe de Souza da Silva (CPF 028.754.383-87); Terani Bastos da Silva (CPF 230.101.003-10).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - TRT/CE.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 3840/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.111/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Waldomiro Santos Pereira (CPF 003.802.535-34).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - TRT/BA.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3841/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.114/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Ione Ramos (CPF 045.406.460-87); e Maria Regina Olivé Malhadas (CPF 405.053.089-91).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região - TRT/SC.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3842/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, e art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato a seguir relacionado, já que houve a cessação do efeito financeiro do respectivo ato, motivada pelo falecimento de seu beneficiário, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.196/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Plinio Gomes Guimarães (CPF 012.068.004-10).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado do Rio Grande Norte - Incra/RN - MDA.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3843/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.352/2011-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Lucas da Rocha Gomes (CPF 524.326.962-04) e Necy Alcântara da Rocha (CPF 057.647.502-53).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado do Pará - Incra/PA/Belém - MDA.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3844/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.486/2011-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Adriane Gabrielle do O Martins (CPF 854.828.975-91); Adrielle Beatrice do O Martins (CPF 854.828.545-15); Italo Menezes da Silva (CPF 063.395.175-79); Maria Clara Silva (CPF 559.940.675-04); Marli Couto do O Martins (CPF 509.970.505-78); e Sandoval Souza Amaral (CPF 071.771.605-82).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - TRT/BA.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3845/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.523/2011-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Jedai Lemes Strobel de Freitas (CPF 036.550.651-67).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região - TRT/MT.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3846/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva e dar quitação aos responsáveis, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.977/2010-7 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2009)
1.1. Apenso: TC-028.300/2010-6 (REPRESENTAÇÃO).
1.2. Responsáveis: Abelardo Bayma Azevedo (CPF 097.732.821-04); Antonio Carlos Hummel (CPF 112.506.231-20); Bruno Barbosa (CPF 662.563.136-15); Carlos Fabiano Rozindo Cardoso (CPF 797.642.661-34); Edmundo Soares do Nascimento Filho (CPF 224.487.053-72); Flavio Montiel da Rocha (CPF 296.473.391-00); George Porto Ferreira (CPF 018.018.789-94); Jose Humberto Chaves (CPF 970.422.006-59); João Antonio Raposo Pereira (CPF 339.766.191-91); Leozildo Tabajara da Silva Benjamim (CPF 036.404.002-59); Luciano de Meneses Evaristo (CPF 150.743.231-34); Pedro Alberto Bignelli (CPF 075.457.278-19); Reinaldo Aparecido de Vasconcelos (CPF 696.169.308-34); Rita de Cassia do Vale Caribé (CPF 416.432.676-04); Roberto Messias Franco (CPF 070.233.326-34); Rosa Helena Zago Loes (CPF 239.908.216-87); Rosemery Barcelos Terra (CPF 372.323.557-34); Sandra Regina Rodrigues Klosovski (CPF 274.642.889-04); e Sebastião Custódio Pires (CPF 283.044.206-78).
1.3. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama/MMA.
1.4. Unidade Técnica: 8ª Secretaria de Controle Externo (Secex-8).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações:
1.6.1. ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama que apresente no próximo Relatório de Gestão, um Cronograma de implementação das determinações exaradas pelo TCU, ainda pendentes, indicando os responsáveis pela implementação e o prazo estimado para o acolhimento das mesmas, em especial as medidas exaradas nos seguintes Acórdãos: Acórdão nº 741/2009 - Plenário; os itens 1.6.1 a 1.6.4 do Acórdão nº 1764/2009 - 1ª Câmara; Acórdão nº 2.212/2009-Plenário; Acórdão nº 2.172/2009 - 1ª Câmara; Acórdão nº 2.650/2009 - Plenário; e o item 1.5.1.2 do Acórdão nº 4.093/2009 - 2ª Câmara, tendo em vista o baixo índice de atendimento dessas medidas por parte da Autarquia;
1.6.2. à 8ª Secex que dê ciência ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama de que o Tribunal observou haver reincidência, por parte da Autarquia, de descumprimento às suas determinações, conduta passível de aplicação de multa aos responsáveis, segundo prevê o art. 58, inciso VII, da Lei nº 8443/1992.

ACÓRDÃO Nº 3847/2011 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o Acórdão 2.305/2011-TCU-2ª Câmara, ao apreciar a TCE instaurada em desfavor do Sr. Israel Almeida de Mendonça, ex-prefeito de Itapitanga/BA, julgou iliquidáveis as contas, determinando seu arquivamento;
Considerando que o responsável deu entrada, nesta Corte, à documentação protocolizada sob o nº 458413438, com vistas a "apresentar esclarecimentos decorrentes de fatos supervenientes imprescindíveis ao adequado exame do feito";
Considerando que a peça apresentada não tem natureza recursal, pelo fato de ter sido apresentada pelo responsável antes que ele fosse notificado do teor do referido julgado;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em conhecer da peça apresentada como mera petição, negando-lhe seguimento, sem prejuízo de que sejam feitas as seguintes determinações, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-013.575/2003-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apenso: TC-004.575/2005-8 (COBRANÇA EXECUTIVA).
1.2. Responsáveis: Dernival Dias Ferreira (CPF 264.285.125-72) e Israel de Almeida Mendonça (CPF 000.637.465-49).
1.3. Órgão/Entidade: Município de Itapitanga - BA.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - BA (Secex-BA).
1.5. Advogado constituído nos autos: Evanio Antunes Coelho Jr., OAB/BA 15.196.
1.6. Determinar à Secex/BA que:
1.6.1. encaminhe cópia desta deliberação ao responsável;
1.6.2. comunique ao responsável o teor do Acórdão 2.305/2011-TCU-2ª Câmara, cientificando-o de que, caso queira, poderá interpor recurso nos termos previstos na Lei nº 8.443/1992 e no Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 3848/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, c/c o enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 6.583/2009 - TCU - 2ª Câmara, prolatado na Sessão Extraordinária de 1º/12/2009, Ata nº 43/2009, acrescentando o subitem **"9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os subitens anteriores, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992."**, mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, restituindo-se os autos à Secex/RR, para dar prosseguimento às providências a seu cargo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.983/2006-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Aparecido Vieira Lopes (CPF 333.934.949-53) e J. Anchieta Junior (CNPJ 34.808.436/0001-23).
1.2. Órgão/Entidade: Município de Mucajaí - RR.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RR (Secex-RR).
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3849/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em julgar regulares com ressalva as contas do responsável José Moacir Ramos Júnior (CPF 730.466.477-00), dando-lhe quitação; e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, julgar regulares as contas dos demais responsáveis relacionados no item 1.1, dando-lhes quitação plena, de acordo com o parecer emitido pelo Ministério Público:

1. Processo TC-010.787/2003-9 (TOMADA DE CONTAS SIMPLIFICADA - Exercício: 2002)
1.1. Responsáveis: Antonio Bilouro (CPF 390.866.407-10); Antonio Carlos de Brito Costa (CPF 306.821.423-87); Jose Virgilio Ramos da Silva (CPF 235.753.523-72); José Moacir Ramos Júnior (CPF 730.466.477-00); Ricardo Antonio da Veiga Cabral Campos (CPF 829.994.577-15); e Valdenicio Fernandes de Araújo (CPF 456.708.624-49).
1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Sinalização Náutica da Barra Norte do Rio Amazonas (extinta).
1.3. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (Secex-3).
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3850/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 47 da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, "g", 235, 237, inciso I e parágrafo único, e 252, **caput**, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em conhecer da presente Representação, para, no mérito, considerá-la procedente; converter os autos em tomada de contas especial; e fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.033/2008-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Apensos: TC-018.935/2009-9 (SOLICITAÇÃO); TC-008.602/2009-8 (SOLICITAÇÃO); TC-009.825/2009-8 (SOLICITAÇÃO); TC-013.165/2008-3 (SOLICITAÇÃO).
1.2. Responsáveis: Carlos Alberto Zappe (CPF 270.690.600-68); Tadeu Carlos da Silveira (CPF 045.272.750-20); José Antonio Fernandes (CPF 003.709.240-53); José Odim Degrandi (CPF 143.310.470-91); Lair Antonio Ferst (CPF 244.537.490-15); Antonio Roberto Zanoni (CPF 671.518.508-59); José Joaquim de Oliveira (CPF 059.244.994-72); Luís Felipe Tonelli de Oliveira (CPF 941.221.640-87); Itamar Barreto Paes (CPF 063.969.685-68); Jorge Alberto Bassi (CPF 282.262.830-00); Rubem Hoher (CPF 008.218.530-15); Marise Henriques Daldegan (CPF 225.337.451-20); e Pedro Einstein dos Santos Anceles (CPF 252.048.740-20).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.3. Interessado: Ministério Público da União/Procuradoria da República do Rio Grande do Sul - MPF/MPU.

1.4. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel e Universidade Federal de Santa Maria.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RS (Secex-RS).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Secex/RS que:

1.7.1. promova, com fundamento no art. 12, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a citação dos responsáveis abaixo indicados, conforme respectivas relações de solidariedade, acerca das correspondentes irregularidades, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem alegações de defesa ou recolham ao cofres da Anatel, os valores a seguir especificados, corrigidos monetariamente e acrescidos dos juros legais, a partir das respectivas datas:

1.7.1.1. Responsáveis solidários:

HABILIDADES	Telecomunicações-An.Sistemas
RESP_TEC_FATEC	Carlos Alberto Zappe- CPF 270.690.600-68
RESP_FATEC	Tadeu Carlos da Silveira - CPF 045.272.750-20
RESP_FATEC	José Antonio Fernandes- CFP 003.709.240-53
RESP_FATEC	José Odim Degrandi - CPF 143.310.470-91
RESP_FATEC	Lair Antonio Ferst - CPF 244.537.490-15
Gerente Geral de Fiscalização	Antonio Roberto Zanoni - CPF 671.518.508-59

Débito e respectiva data:

RESP_TEC_FATEC	**Carlos Alberto Zappe**		**Total CH**
OS	IN_TRAB	FIM_TRAB	
001/ER01FB-2004	5/7/2004		
030/ER01FB-2004		31/12/2004	**7388**
(A)Dias do período - total			179
(B)Horas do período para CH diária=8 (A x 8h)			1432
(C)Horas cobradas a mais	(Total CH - B)		5956
Autorizadas por ARZanoni	52%		3112
Valor da hora em 2004	R$		140
Valor histórico do débito	(horas autorizadas x valor/h)		435.655,44
Data da última OB			17/12/2004

Ocorrência: incompatibilidade no número de horas atestadas e pagas em relação ao número de horas possíveis de serem executadas pelo responsável no período abrangido pelas Ordens de Serviço indicadas. A tabela referente ao responsável técnico Carlos Alberto Zappe indica que seriam necessários mais de cinco profissionais (7388 horas contratadas divididas por 1432 horas para o período) trabalhando sem folga, inclusive finais de semana e feriados, durante 8 h/dia para o período.

1.7.1.2. Responsáveis solidários:

HABILIDADES	Telecomunicações-An.Sistemas
RESP_TEC_FATEC	Carlos Alberto Zappe- CPF 270.690.600-68
RESP_FATEC	Tadeu Carlos da Silveira - CPF 045.272.750-20
RESP_FATEC	José Antonio Fernandes- CFP 003.709.240-53
RESP_FATEC	José Odim Degrandi - CPF 143.310.470-91
RESP_FATEC	Lair Antonio Ferst - CPF 244.537.490-15
Gerente Geral de Fiscalização	José Joaquim de Oliveira - CPF 059.244.994-72

Débito e respectiva data:

RESP_TEC_FATEC	**Carlos Alberto Zappe**		**Total CH**
OS	IN_TRAB	FIM_TRAB	
001/ER01FB-2004	5/7/2004		
030/ER01FB-2004		31/12/2004	**7388**
(A) Dias do período - total			179
(B) Horas do período para CH diária=8 (A x 8h)			1432
(C)Horas cobradas a mais	(CH - horas do período)		5956
(D)Autorizadas por JJOliveira	48%		2844
(E)Valor da hora em 2004	R$		140
(F)Valor histórico do débito	(D x E)		398.184,56
Data da última OB			30/12/2004

Ocorrência: incompatibilidade no número de horas atestadas e pagas em relação ao número de horas possíveis de serem executadas pelo responsável no período abrangido pelas Ordens de Serviço indicadas. A tabela referente ao responsável técnico Carlos Alberto Zappe indica que seriam necessários mais de cinco profissionais (7388 horas contratadas divididas por 1432 horas para o período) trabalhando sem folga, inclusive finais de semana e feriados, durante 8 h/dia para o período.

1.7.1.3. Responsáveis solidários:

HABILIDADES	Telecomunicações-An.Sistemas
RESP_TEC_FATEC-1	Luis Felipe Tonelli de Oliveira - CPF 941.221.640-87
RESP_FATEC-1	Tadeu Carlos da Silveira - CPF 045.272.750-20
RESP_FATEC-2	Lair Antonio Ferst - CPF 244.537.490-15
Gerente Geral de Fiscalização	Antonio Roberto Zanoni - CPF 671.518.508-59

Débito e respectiva data:

RESP_TEC_FATEC-1	**Luis Felipe Tonelli Oliveira**		
OS	IN_TRAB	FIM_TRAB	CH
001/ER01FB-2005	8/8/2005		
018/ER01FB-2005		20/12/2005	4820
(A) Dias do período - total			134
(B) Horas do período para CH diária=8	(A x 8)		1072
(C)Horas cobradas a mais	(total CH - B)		3748
(D) Autorizadas por ARZanoni	(C x %)	25%	937
(E) Valor da hora em 2005		156,67	
(F) Valor histórico do débito	(D x E)		146.799,79
Data da última OB			15/2/2006

Ocorrência: incompatibilidade no número de horas atestadas e pagas em relação ao número de horas possíveis de serem executadas pelo responsável no período abrangido pelas Ordens de Serviço indicadas. A tabela referente ao responsável técnico Luis Felipe Tonelli Oliveira indica que seriam necessários mais de quatro profissionais (4820 horas contratadas divididas por 1072 horas para o período) trabalhando sem folga durante 8 h/dia para o período.

As horas constantes na tabela devem ser analisadas conjuntamente com o trabalho supostamente executado pelo mesmo responsável técnico, Luis Felipe Tonelli Oliveira, com Jorge Alberto Bassi, no mesmo período, conforme subitens 127.3.6 e 127.3.7.

1.7.1.4. Responsáveis solidários:

HABILIDADES	Telecomunicações-An.Sistemas
RESP_TEC_FATEC-1	Luis Felipe Tonelli de Oliveira- CPF 941.221.640-87
RESP_FATEC-1	Tadeu Carlos da Silveira - CPF 045.272.750-20
RESP_FATEC-2	Lair Antonio Ferst - CPF 244.537.490-15
Gerente Geral de Fiscalização	Itamar Barreto Paes - CPF 063.969.685-68

Débito e respectiva data:

RESP_TEC_FATEC-1	**Luis Felipe Tonelli Oliveira**		
OS	IN_TRAB	FIM_TRAB	CH
001/ER01FB-2005	8/8/2005		
018/ER01FB-2005		20/12/2005	4820
(A) Dias do período - total			134
(B) Horas do período para CH diária=8	(A x 8)		1072
(C)Horas cobradas a mais	(total CH - B)		3748
(D) Autorizadas por IBPaes	(C x %)	15%	562,2
(E) Valor da hora em 2005		156,67	
(F) Valor histórico do débito	(D x E)		88.079,87
Data da última OB			15/2/2006

Ocorrência: incompatibilidade no número de horas atestadas e pagas em relação ao número de horas possíveis de serem executadas pelo responsável no período abrangido pelas Ordens de Serviço indicadas. A tabela referente ao responsável técnico Luis Felipe Tonelli Oliveira indica que seriam necessários mais de quatro profissionais (4820 horas contratadas divididas por 1072 horas para o período) trabalhando sem folga durante 8 h/dia para o período.

As horas constantes na tabela devem ser analisadas conjuntamente com o trabalho supostamente executado pelo mesmo responsável técnico, Luis Felipe Tonelli Oliveira, com Jorge Alberto Bassi, no mesmo período, conforme subitens 127.3.6 e 127.3.7.

1.7.1.5. Responsáveis solidários:

HABILIDADES	Telecomunicações-An.Sistemas
RESP_TEC_FATEC-1	Luis Felipe Tonelli de Oliveira- CPF 941.221.640-87
RESP_FATEC-1	Tadeu Carlos da Silveira - CPF 045.272.750-20
RESP_FATEC-2	Lair Antonio Ferst - CPF 244.537.490-15
Gerente Geral de Fiscalização	José Joaquim de Oliveira - CPF 059.244.994-72

Débito e respectiva data:

RESP_TEC_FATEC-1	**Luis Felipe Tonelli Oliveira**		
OS	IN_TRAB	FIM_TRAB	CH
001/ER01FB-2005	8/8/2005		
018/ER01FB-2005		20/12/2005	4820
(A) Dias do período - total			134
(B) Horas do período para CH diária=8	(A x 8)		1072
(C)Horas cobradas a mais	(total CH - B)		3748
(D) Autorizadas por JJOliveira	(C x %)	60%	2248,8
(E) Valor da hora em 2005		156,67	
(F) Valor histórico do débito	(D x E)		352.319,50
Data da última OB			15/2/2006

Ocorrência: incompatibilidade no número de horas atestadas e pagas em relação ao número de horas possíveis de serem executadas pelo responsável no período abrangido pelas Ordens de Serviço indicadas. A tabela referente ao responsável técnico Luis Felipe Tonelli Oliveira indica que seriam necessários mais de quatro profissionais (4820 horas contratadas divididas por 1072 horas para o período) trabalhando sem folga durante 8 h/dia para o período.

As horas constantes na tabela devem ser analisadas conjuntamente com o trabalho supostamente executado pelo mesmo responsável técnico, Luis Felipe Tonelli Oliveira, com Jorge Alberto Bassi, no mesmo período, conforme subitens 127.3.6 e 127.3.7.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.7.1.6. Responsáveis solidários:

HABILIDADES	Telecomunicações-An.Sistemas
RESP_TEC_FATEC-1	Luis Felipe Tonelli de Oliveira- CPF 941.221.640-87
RESP_TEC_FATEC-2	Jorge Alberto Bassi- CPF 282.262.830-00
RESP_FATEC-1	Tadeu Carlos da Silveira - CPF 045.272.750-20
RESP_FATEC-2	Lair Antonio Ferst - CPF 244.537.490-15
Gerente Geral de Fiscalização	Itamar Barreto Paes - CPF 063.969.685-68

Débito e respectiva data:

RESP_TEC_FATEC-1	**Luis Felipe Tonelli Oliveira**	**Jorge Alberto Bassi**		
OS	IN_TRAB	FIM_TRAB	CH	
002/ER01FB-2005	8/8/2005			
014/ER01FB-2005		18/11/2005	1520	
(A)Dias do período - total			102	
(B)Horas do período para CH diária=8			816	
(C)Horas cobradas a mais		(total CH - ver Obs.)		1520
(D) Autorizadas por IBPaes		(C x %)	47%	714,4
(E) Valor da hora em 2005			156,67	
(F) Valor histórico do débito		(D x E)		111.925,05
Data da última OB				18/01/2006

Ocorrência: incompatibilidade no número de horas atestadas e pagas em relação ao número de horas possíveis de serem executadas. Embora a referente aos 2 profissionais indique que seria possível a realização dos serviços pela equipe - 1520 h, pois existiria a possibilidade de realização de 1632h em conjunto pelos profissionais trabalhando sem folga durante 8 h/dia para o período, cotejando-se as horas executadas com aquelas descritas nos subitens 127.3.3 a 127.3.5, verifica-se que o responsável técnico Luis Felipe Tonelli Oliveira teria executado simultaneamente 760h (50% das 1520h da Tabela V) com as 4820h da tabela IV, em um período de 134 dias, o que é humanamente impossível. Com relação às restantes 760h (50% das 1520h da Tabela V), cumpre esclarecer o responsável Jorge Alberto Bassi não possui as habilidades correspondentes aos serviços executados (Telecomunicações - An. Sistemas), haja vista que na documentação de habilitação da FATEC perante a ANATEL, este profissional foi indicado para a habilidade "Econômico-Fianceira" (ver fl.6536, anexo 1, volume 12), razão pela qual entendemos que a carga horária em questão também deve ser impugnada, haja vista que o responsável Luis Felipe Tonelli Oliveira, que possui a habilidade exigida, não teria disponibilidade de tempo compatível com a declarada nas OS, conforme exposto acima.

1.7.1.7. Responsáveis solidários:

HABILIDADES	Telecomunicações-An.Sistemas
RESP_TEC_FATEC-1	Luis Felipe Tonelli de Oliveira- CPF 941.221.640-87
RESP_TEC_FATEC-2	Jorge Alberto Bassi- CPF 282.262.830-00
RESP_FATEC-1	Tadeu Carlos da Silveira - CPF 045.272.750-20
RESP_FATEC-2	Lair Antonio Ferst - CPF 244.537.490-15
Gerente Geral de Fiscalização	José Joaquim de Oliveira - CPF 059.244.994-72

Débito e respectiva data:

RESP_TEC_FATEC-1	**Luis Felipe Tonelli Oliveira**	**Jorge Alberto Bassi**		
OS	IN_TRAB	FIM_TRAB	CH	
002/ER01FB-2005	8/8/2005			
014/ER01FB-2005		18/11/2005	1520	
(A)Dias do período - total			102	
(B)Horas do período para CH diária=8			816	
(C)Horas cobradas a mais		(total CH - ver Obs.)		1520
(D) Autorizadas por JJOliveira		(C x %)	53%	805,6
(E) Valor da hora em 2005			156,67	
(F) Valor histórico do débito		(D x E)		126.213,35
Data da última OB				18/01/2006

Ocorrência: incompatibilidade no número de horas atestadas e pagas em relação ao número de horas possíveis de serem executadas. Embora a referente aos 2 profissionais indique que seria possível a realização dos serviços pela equipe - 1520 h, pois existiria a possibilidade de realização de 1632h em conjunto pelos profissionais trabalhando sem folga durante 8 h/dia para o período, cotejando-se as horas executadas com aquelas descritas nos subitens 127.3.3 a 127.3.5, verifica-se que o responsável técnico Luis Felipe Tonelli Oliveira teria executado simultaneamente 760h (50% das 1520h da Tabela V) com as 4820h da tabela IV, em um período de 134 dias, o que é humanamente impossível. Com relação às restantes 760h (50% das 1520h da Tabela V), cumpre esclarecer o responsável Jorge Alberto Bassi não possui as habilidades correspondentes aos serviços executados (Telecomunicações - An. Sistemas), haja vista que na documentação de habilitação da FATEC perante a ANATEL, este profissional foi indicado para a habilidade "Econômico-Fianceira" (ver fl.6536, anexo 1, volume 12), razão pela qual entendemos que a carga horária em questão também deve ser impugnada, haja vista que o responsável Luis Felipe Tonelli Oliveira, que possui a habilidade exigida, não teria disponibilidade de tempo compatível com a declarada nas OS, conforme exposto acima.

1.7.1.8. Responsáveis solidários:

HABILIDADES	Economico-financeira
RESP_TEC_FATEC-1	José Antonio Fernandes- CFP 003.709.240-53
RESP_FATEC-1	Tadeu Carlos da Silveira - CPF 045.272.750-20
RESP_FATEC-2	Lair Antonio Ferst - CPF 244.537.490-15
Gerente Geral de Fiscalização	Antonio Roberto Zanoni - CPF 671.518.508-59

Débito e respectiva data:

RESP_TEC_FATEC-1	**José Antonio Fernandes**			
OS	IN_TRAB		FIM_TRAB	CH
004/RFFCF4/2005	18/7/2005		2/8/2005	288
(A)Dias do período - total				15
(B)Horas do período para CH diária=8				120
(C)Horas cobradas a mais		(total CH -B.)		168
(D) Autorizadas por ARZanoni		(C x %)	100%	
(E) Valor da hora em 2005			156,67	
(F) Valor histórico do débito		(C x E)		26.320,56
Data da última OB				22/09/2005

Ocorrência: incompatibilidade no número de horas atestadas e pagas em relação ao número de horas possíveis de serem executadas pelo responsável no período abrangido pela Ordem de Serviço indicada. No período compreendido pela OS - 120h, não seria possível a execução dos trabalhos por único responsável técnico, pois foram cobradas 288h.

1.7.1.9. Responsáveis solidários:

HABILIDADES	EconomicoFinanceiraDireito
RESP_TEC_FATEC-1	Luis Felipe Tonelli de Oliveira- CPF 941.221.640-87
RESP_TEC_FATEC-2	Jorge Alberto Bassi - CPF 282.262.830-00
RESP_FATEC-1	Tadeu Carlos da Silveira - CPF 045.272.750-20
RESP_FATEC-2	Lair Antonio Ferst - CPF 244.537.490-15
Gerente Geral de Fiscalização	Antonio Roberto Zanoni - CPF 671.518.508-59

Débito e respectiva data:

RESP_TEC_FATEC-1	**Luis Felipe Tonelli Oliveira**	**Jorge Alberto Bassi**		
OS	IN_TRAB	FIM_TRAB	CH	
006/ER01FB-2005	1/11/2005	24/11/2005	300	
(A)Dias do período - total			23	
(B)Horas do período para CH diária=8			184	
(C)Horas cobradas a mais		(total CH -B.)		116
(D) Autorizadas por ARZanoni		(C x %)	100%	
(E) Valor da hora em 2005			156,67	
(F) Valor histórico do débito		(C x E)		18.173,72
Data da última OB				09/12/2005

Ocorrência: incompatibilidade no número de horas atestadas e pagas em relação ao número de horas possíveis de serem executadas. Caso analisado isoladamente poderia ser aceita a realização do trabalho acima (1,64 homem trabalhando todos os dias do período, durante 8h). Mas, quando verificamos a atuação conjunta dos dois profissionais, conforme subitens 127.3.6 e 127.3.7, acima, observa-se que existe sobreposição de período. Além disso, o responsável Luis Felipe Tonelli Oliveira não possui as habilidades correspondentes aos serviços executados (Econômico Financeiras), haja vista que na documentação de habilitação da FATEC perante a ANATEL, este profissional foi indicado para a habilidade "Telecomunicações - Análise de Sistemas" (ver fl.9551/9553, anexo 1, volume 18).

Assim, devem ser glosadas as horas que excederam o total possível de ser realizado pelo responsável habilitado Jorge Alberto Bassi (300h - 184h = 116h)

1.7.1.10. Responsáveis solidários:

HABILIDADES	EconomicoFinanceiraDireito
RESP_TEC_FATEC-1	Rubem Hoher- CPF 008.218.530-15
RESP_FATEC-1	Tadeu Carlos da Silveira - CPF 045.272.750-20
RESP_FATEC-2	Lair Antonio Ferst - CPF 244.537.490-15
Gerente Geral de Fiscalização	José Joaquim de Oliveira - CPF 059.244.994-72

Débito e respectiva data:

RESP_TEC_FATEC-1	**Rubem Hoher**	-	.	
OS	IN_TRAB	FIM_TRAB	CH	
002/RFFCF/2005	19/3/2005	24/4/2005*	420	
Dias do período - total			36	
Horas do período para CH diária=8			288	
(C)Horas cobradas a mais		(total CH -B.)		132
(D) Autorizadas por ARZanoni		(C x %)	100%	
(E) Valor da hora em 2005			156,67	
(F) Valor histórico do débito		(D x E)		20.680,44
Data da última OB				21/06/2006

*a data final refere-se à data de autorização do pagamento

Ocorrência: incompatibilidade no número de horas atestadas e pagas em relação ao número de horas possíveis de serem executadas pelo responsável no período abrangido pela Ordem de Serviço indicada. De acordo com a tabela acima, observa-se ser incompatível o pagamento da carga horária da OS -420h - com as horas do período entre o início dos trabalhos e a data final dos mesmos (228h);

1.7.2. promova a audiência, com fundamento no art. 12, inciso III, da Lei nº 8.443/1992, dos seguintes responsáveis:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.7.2.1. Marise Henriques Daldegan, CPF 225.337.451-20, e Antonio Roberto Zanoni, CPF 671.518.508-59 para que apresentem razões de justificativa em função do desvio do objeto do Contrato nº 51/2003, firmado entre a Anatel e a Fatec, mediante a autorização e execução dos serviços previstos na OS 001/RFFCF/2005, haja vista que a emissão do parecer quanto ao "Entendimento Legal, Contábil e Tributário do Fust para apoio às atividades de Fiscalização" é incompatível com as atividades de apoio a fiscalização da Anatel, conforme descritas no Termo de Referência nº 01, de 13/3/2003 e art. 14, § 2º, do Decreto nº 2.338/1997, que aprovou o regulamento da Anatel;

1.7.2.2. Pedro Einstein dos Santos Anceles, CPF 252.048.740-20, para que apresente razões de justificativa em função da prestação de serviços de consultoria consistente na emissão de parecer quanto ao "Entendimento Legal, Contábil e Tributário do Fust para apoio às atividades de Fiscalização", no âmbito do Contrato nº 51/2003, firmado entre a Anatel e a Fatec, utilizando-se de conhecimentos profissionais decorrentes do cargo de Auditor da Receita Federal, haja vista a vedação contida no art.117, inciso XVII, da Lei nº 8.112/1990 e art.9º, inciso VIII, da Lei nº 8.429/1993;

1.7.3. expeça comunicação ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de São Paulo - Crea/SP, acerca da ausência de emissão da anotação de responsabilidade técnica - ART e recolhimento das respectivas taxas em relação aos serviços correspondentes ao Contrato nº 51/2003 firmado entre a Anatel e a Fatec, fato que poderá suscitar a realização de fiscalização por parte deste;

1.7.4. extraia cópia das instruções técnicas elaboradas nos presentes autos e da documentação pertinente à habilitação e à proposta comercial apresentados pela Fatec por ocasião da sua participação na Consulta Pública nº 01/2003 promovida pela Anatel (Anexo I), para fins de juntada às contas da Universidade Federal de Santa Maria relativas ao exercício de 2003 (TC-008.513/2004-5);

1.7.5. encaminhe cópia desta deliberação, acompanhada de cópia da instrução de fls. 382/421, ao Sr. Harold Hoppe, Procurador da República no Município de Santa Maria/RS.

DESTAQUE

Na oportunidade do julgamento do processo n° 022.768/2009-5 (Acórdão n° 3695/2011), Relação n° 16/2010, manifestou-se, oralmente - nos termos do Acórdão aprovado - a Representante do Ministério Público, Dra. Cristina Machado da Costa e Silva, em atenção à solicitação de destaque, formulada pelo Relator, Ministro Raimundo Carreiro (artigo 62, inciso III, c/c o artigo 108 e 143, § 1º do Regimento Interno).

PROCESSOS EXCLUÍDOS DA PAUTA
(a serem apreciados em relação)

Foram excluídos da pauta, ante requerimento formulado pelos respectivos Relatores, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

a) nº 021.739/2003-0 com o Apenso nº 012.148/2003-7 (Ministro Raimundo Carreiro):

b) nº 018.192/2009-1 (Ministro José Jorge); e

c) nº 013.141/2011-2 (Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti).

PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Passou-se, em seguida, ao julgamento e à apreciação, de forma unitária, dos processos adiante indicados, que haviam sido incluídos na Pauta sob o nº 19, organizada em 2 de junho corrente, havendo a Segunda Câmara aprovados os Acórdãos de nºs 3851 a 3895, que se inserem no Anexo desta Ata, acompanhados dos correspondentes Relatórios, Votos ou Propostas de Deliberação (Regimento Interno, artigos 17, 95, inciso VI, 134, 138, 141, §§ 1º a 7º e 10 e Resoluções TCU nºs 164/2003, 184/2005 e 195/2006):

a) Procs. nºs 012.346/2000-9, 020.628/2003-6 (com o Apenso nº 007.870/2000-0), 013.794/2004-5 (com os Apensos nºss 004.491/2005-6 e 006.176/2005-2), 017.767/2006-2, 019.467/2007-3, 028.430/2007-2, 004.778/2008-5, 016.140/2008-8 (com o Apenso nº 015.210/2004-7), 020.641/2008-9 e 006.315/2009-0, relatados pelo Ministro Ubiratan Aguiar;

b) Procs. nºs 012.947/2003-3, 009.264/2005-0, 009.757/2008-8, 012.380/2008-6, 020.489/2009-0, 022.808/2009-2, 021.586/2010-1, 028.210/2010-7, 031.510/2010-8 e 032.108/2010-9, relatados pelo Ministro Aroldo Cedraz;

c) Procs. nºs 016.631/2006-0, 025.410/2007-6 (com os Apensos nºs 021.278/2008-1 e 021.989/2005-9), 010.932/2008-2 e 003.639/2011-8, relatados pelo Ministro Raimundo Carreiro;

d) Procs. nºs 013.727/2005-0, 016.691/2007-6, 020.548/2007-6, 022.367/2007-0, 018.588/2008-2, 022.759/2009-6 e 011.141/2011-5, relatados pelo Ministro José Jorge;

e) Procs. nºs 005.023/2007-5, 010.570/2007-3 e 009.641/2008-2, relatados pelo Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti; e

f) Procs. nºs 019.964/2003-6 (com o Apenso nº 008.887/2005-3), 026.647/2006-3, 009.227/2009-0, 024.118/2009-0, 000.641/2010-3, 004.955/2010-2, 018.974/2010-4, 002.102/2011-0, 003.676/2011-0, 003.677/2011-7 e 010.451/2011-0, relatados pelo Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃOS PROFERIDOS

ACÓRDÃO Nº 3851/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 004.778/2008-5.

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Recurso de Reconsideração.

3. Recorrente: José Wilson Alves Chaves

3.1. Responsáveis: José Wilson Alves Chaves (CPF 027.053.033-91) e Orlando Lourenço de Sousa (CPF 145.978.613-00).

4. Entidade: Município de Pacajus/CE.

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secex/CE e Serur

8. Advogados constituídos nos autos: Francisco Irapuan Pinho Camurca (OAB/CE nº 6.476) e Adriano Ferreira Gomes Silva (OAB/CE nº 9.694).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. José Wilson Alves Chaves contra o Acórdão nº 5.290/2010 - 2ª Câmara, por meio do qual as contas foram julgadas irregulares, com condenação dos responsáveis ao pagamento do débito e aplicação da multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/1992.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fulcro nos arts. 32 e 33 da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração em exame, para, no mérito, dar-lhe provimento, excluindo o Sr. José Wilson Alves Chaves do rol de responsáveis pelo débito apurado nesta tomada de contas especial e alterando, por conseguinte, os subitens 9.1 a 9.4 do Acórdão nº 5.290/2010 - 2ª Câmara, para que passem a vigorar com a seguinte redação:

9.1. julgar irregulares as contas que se referem aos atos de gestão de responsabilidade do Sr. Orlando Lourenço de Sousa (CPF 145.978.613-00), ex-Prefeito Municipal de Pacajus/CE, e condená-lo ao pagamento das quantias de R$ 7.503,27 (sete mil, quinhentos e três reais e vinte sete centavos) e R$ 31.680,00 (trinta e um mil, seiscentos e oitenta reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados, respectivamente, a partir de 28/12/1995 e 30/04/1996, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.2. aplicar ao responsável a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde já, se requerido, o pagamento das dívidas mencionadas nos subitens 9.1 e 9.2 acima, em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 16 de junho de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando ao responsável o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4. alertar ao responsável que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.2. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao recorrente, Sr. Orlando Lourenço de Sousa e à Procuradoria da República no Estado do Ceará.

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3851-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Ubiratan Aguiar (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro que não participou da votação: José Jorge.

13.3. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.4. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3852/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-006.315/2009-0

2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração

3. Recorrente: Fernando Souza de Mello (CPF 152.668.341-53)

4. Entidade: Federação de Basquetebol do Distrito Federal

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidades Técnicas: 6ª Secex e Serur

8. Advogado constituído nos autos: Mozar dos Santos Barreto (OAB/DF 15.666)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam nesta fase de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Fernando Souza de Mello contra o Acórdão nº 6.313/2009-2ª Câmara que julgou irregulares suas contas, imputou-lhe débito e aplicou-lhe a multa do art. 57 da Lei nº 8.443/92.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/92, conhecer do presente recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao recorrente e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal.

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3852-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Ubiratan Aguiar (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro que não participou da votação: José Jorge.

13.3. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.4. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3853/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.346/2000-9.

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Recurso de Reconsideração

3. Recorrente: Gandor Calil Hage Neto (CPF 296.651.832-49).

4. Entidade: Município de Prainha/PA

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar.

5.1. Relator da decisão recorrida: Ministro Aroldo Cedraz

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Controle Externo - PA (SECEX-PA) e Secretaria de Recursos (Serur).

8. Advogado constituído nos autos: Mário Menezes (OAB/DF 2876)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Recurso de Reconsideração interposto contra o Acórdão nº 594/2010 - 2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 31, 32 e 33 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c os arts. 277 e 285 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Gandor Calil Hage Neto contra o Acórdão nº 594/2010 - 2ª Câmara, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. enviar cópia digitalizada dos autos aos Ministérios Públicos Federal e do Estado do Pará, para as providências cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443, de 1992.

9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3853-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Ubiratan Aguiar (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro que não participou da votação: José Jorge.

13.3. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.4. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3854/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.794/2004-5.

1.1. Apensos: TC 004.491/2005-6 e TC 006.176/2005-2

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Pedido de Reexame

3. Recorrente: Frederico Madeira Ribeiro (CPF 356.755.191-49)

4. Entidade: Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea)

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar.

5.1. Relator da Deliberação Recorrida: Ministro José Jorge

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: 1ª e 5ª Secretarias de Controle Externo (SECEX-1 e SECEX-5) e Secretaria de Recursos (Serur).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto pelo Sr. Frederico Madeira Ribeiro contra a multa que lhe foi imputada por meio do Acórdão 6.473/2010 - 2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame interposto pelo Sr. Frederico Madeira Ribeiro, então secretário executivo da Comissão Organizadora da 60ª Semana Oficial da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia - SOEAA, para, no mérito, dar-lhe provimento e excluir as deliberações contidas nos subitens 9.2, 9.3, 9.4 e 9.5 do Acórdão 6.473/2010 - TCU - 2ª Câmara;

9.2. enviar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao recorrente, à Procuradoria da República no Distrito Federal (Núcleo do Patrimônio Público e Social).

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3854-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Ubiratan Aguiar (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro que não participou da votação: José Jorge.

13.3. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.4. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3855/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.140/2008-8

1.1. Apenso: TC 015.210/2004-7

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Recurso de reconsideração

3. Recorrente: Nelson Guedes (CPF 253.573.281-53)

4. Entidade: Município de Colíder/MT

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidades técnicas: Secretaria de Controle Externo - MT (SECEX-MT) e Secretaria de Recursos (Serur)

8. Advogado constituído nos autos: João Paulo Moreschi (OAB/MT 11.686)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Nelson Guedes contra o Acórdão nº 370/2009 - 2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Nelson Guedes contra o Acórdão nº 370/2009 - 2ª Câmara, nos termos dos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 285, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao recorrente e à Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso.

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3855-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Ubiratan Aguiar (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro que não participou da votação: José Jorge.

13.3. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.4. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3856/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 017.767/2006-2.

2. Grupo I - Classe I - Assunto: Recurso de Reconsideração

3. Recorrentes: Josué Modesto dos Passos Subrinho (CPF 072.925.035-00) e Ângela Maria Carvalho Souza (CPF 038.434.595-68).

4. Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUFS)

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar.

5.1. Relator da Deliberação Recorrida: Ministro José Jorge

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Controle Externo/SE (Secex/SE) e Secretaria de Recursos (Serur)

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recursos de Reconsideração interpostos pelos Srs. Josué Modesto dos Passos Subrinho e Ângela Maria Carvalho Souza, contra o Acórdão 2.399/2010-TCU-2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos presentes Recursos de Reconsideração, para, no mérito, dar provimento ao Recurso de Reconsideração interposto por Ângela Maria Carvalho Souza, para afastar sua responsabilidade e excluir a multa que lhe foi aplicada, e dar provimento parcial ao Recurso de Reconsideração interposto por Josué Modesto dos Passos Subrinho, para reduzir a multa a ele imposta;

9.2. dar a seguinte redação aos subitens 9.1, 9.2, 9.3, 9.4 e 9.5 do acórdão 2.399/2010 - TCU - 2ª Câmara:

"9.1. rejeitar parcialmente as razões de justificativa do Sr. Josué Modesto dos Passos Subrinho e, em consequência, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, alínea "a", da mesma Lei, julgar irregulares as contas do referido responsável, aplicando-lhe a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada desde a data do presente Acórdão até a do efetivo pagamento, se for quitada após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.2. determinar, com fundamento no art. 28, inciso I, da Lei 8.443/1992, o desconto, integral ou parcelado, na remuneração do servidor Josué Modesto dos Passos Subrinho, do valor da multa aplicada, observados os limites previstos na legislação pertinente caso a notificação não seja atendida;

9.3. autorizar, desde logo, o parcelamento da dívida em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, caso solicitado, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-se o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e os demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada parcela, atualizada monetariamente, os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4. alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n.º 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;"

9.3. informar ao Sr. Josué Modesto dos Passos Subrinho que, conforme autorização contida no subitem 9.3 do Acórdão 2.399/2010-TCU-2ª Câmara, a multa poderá ser paga em até 24 parcelas mensais e consecutivas, com os devidos encargos legais, devendo o responsável comprovar junto à Secex/SE o pagamento de cada parcela, sob pena de vencimento antecipado da dívida, nos termos do subitem 9.4 do citado Acórdão 2.399/2010-TCU-2ª Câmara;

9.4. dar ciência do presente acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, aos recorrentes.

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3856-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Ubiratan Aguiar (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro que não participou da votação: José Jorge.

13.3. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.4. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3857/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 019.467/2007-3.

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Recurso de Reconsideração.

3. Recorrentes: Carlos Fernandes Xavier, José Fernando Paes de Vasconcelos e Walter Cardoso.

3.1. Responsáveis: Ana Benício Ferreira (CPF 591.340.112-34), Augusto Jorge Joy Neves Colares (CPF 059.063.342-20), Carlos Fernandes Xavier (CPF 017.341.485-00), Eduardo Kataoka (CPF 057.443.342-20), Euci Ana da Costa (CPF 580.606.852-87), Fernando Acatauassu Nunes (CPF 000.242.282-49), Francisco Eduardo Oliveira Victer (CPF 381.402.846-53), José Maria de Sousa Melo (CPF 231.378.272-72), José Fernando Paes de Vasconcelos (CPF 008.634.322-04), José Ribamar Rodrigues Sizo (CPF 004.269.462-00), Luis Américo Amorim (CPF 000.481.602-10), Maria Oslecy Rocha Garcia (CPF 118.791.812-15), Maria das Graças da Luz (CPF 031.882.562-72), Paulo Sérgio Botelho Soares (CPF 028.813.732-91), Raimundo Ferreira Lima Junior (CPF 307.376.212-49), Rute Maria Castro da Costa (CPF 002.786.292-53), Vilson João Schuber (CPF 153.064.299-04), Walmir Hugo Pontes dos Santos (CPF 000.093.342-20) e Walter Cardoso (CPF 019.505.172-68).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4. Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional no Pará (Senar/PA).

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secex/PA e Serur

8. Advogado constituído nos autos: Manoel Ferreira da Silva (OAB/DF 1.058).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de recursos de reconsideração interpostos pelos Srs. Walter Cardoso, José Fernando Paes de Vasconcelos e Carlos Fernandes Xavier, Superintendente, Coordenador Administrativo-financeiro e Presidente do Conselho de Administração do Senar-AR-PA, respectivamente, contra o Acórdão nº 4.029/2010 - 2ª Câmara, que julgou irregulares suas contas e aplicou-lhes a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei nº 8.443/1992.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, da Lei nº 8.443/1992, conhecer dos presentes recursos de reconsideração, para, no mérito, dar-lhes provimento;

9.2. dar nova redação ao subitem 9.5 do Acórdão nº 4.029/2010 - 2ª Câmara, o qual passa a vigorar nos seguintes termos:

"9.5. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, regulares com ressalvas as contas dos responsáveis indicados às fls. 1/5, dando-se-lhes quitação;"

9.3. excluir, em consequência, os subitens 9.1 a 9.4 do acórdão ora recorrido;

9.4. remeter os autos ao Relator *a quo*, para adoção das providências de sua alçada (itens 8 e 14 do Voto precedente);

9.5. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, aos recorrentes e ao Senar/PA.

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3857-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Ubiratan Aguiar (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro que não participou da votação: José Jorge.

13.3. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.4. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3858/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-020.628/2003-6.

1.1. Apenso: TC-007.870/2000-0

2. Grupo I - Classe I - Assunto: Recurso de Reconsideração

3. Recorrente: Espólio do Sr. Clébio Campos Ribeiro, representado pela Sra. Jandira de Jesus (CPF 032.735.866-13)

3.1. Interessada: Solange Souto Brandão (CPF 741.847.686-87)

4. Entidade: Município de Sericita/MG

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar.

5.1. Relator da Deliberação Recorrida: Ministro Aroldo Cedraz

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Controle Externo - MG (SECEX-MG) e Secretaria de Recursos (Serur)

8. Advogado constituído nos autos: Mauro Jorge de Paula Bonfim (OAB/MG 43.712)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Reconsideração interposto pelo espólio do Sr. Clébio Campos Ribeiro, representado pela Sra. Jandira de Jesus, contra o Acórdão nº 1.820/2010-TCU-2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, ambos da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do Recurso de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência do presente acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao recorrente e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais.

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3858-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Ubiratan Aguiar (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro que não participou da votação: José Jorge.

13.3. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.4. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3859/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-020.641/2008-9

2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração

3. Recorrente: Agenor Almeida Filho (CPF 237.933.173-15)

4. Entidade: Município de Mirinzal/MA

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidades Técnicas: Secex/MA e Serur

8. Advogado constituído nos autos: Marcos Paulo Sousa Campelo (OAB/MA 5273)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam nesta fase de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Agenor Almeida Filho, ex-prefeito do Município de Mirinzal/MA, contra o Acórdão nº 4.206/2010-2ª Câmara, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, condenando-o em débito e aplicando-lhe multa.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/92, conhecer do presente recurso de reconsideração, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao recorrente e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão.

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3859-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Ubiratan Aguiar (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro que não participou da votação: José Jorge.

13.3. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.4. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3860/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-028.430/2007-2

2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração

3. Recorrentes: Evandro Narciso de Lima (CPF 321.404.282-34) e Manoel Adail Amaral Pinheiro (CPF 137.996.732-53)

4. Entidade: Município de Coari/AM

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidades Técnicas: Secex/AM e Serur

8. Advogados constituídos nos autos: Antônio das Chagas Ferreira Batista (OAB/AM 4.177), Thais Elisa Amorim de Aguiar (OAB/AM 4.184) e Ildemar Egger Junior (OAB/AM 4.828)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam nesta fase de recursos de reconsideração interpostos pelos Srs. Evandro Narciso de Lima e Manoel Adail Amaral Pinheiro contra o Acórdão nº 1.087/2010-2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/92, conhecer dos presentes recursos de reconsideração;

9.2. dar provimento ao recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Evandro Narciso de Lima para excluir o subitem 9.4 do Acórdão nº 1.087/2010-2ª Câmara e alterar a redação de seu subitem 9.5 para:

"*9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, caso não atendidas as notificações, a cobrança judicial das dívidas referidas nos itens 9.1 a 9.3, acima, e*";

9.3. negar provimento ao recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Manoel Adail Amaral Pinheiro;

9.4. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao recorrente e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Amazonas.

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3860-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Ubiratan Aguiar (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro que não participou da votação: José Jorge.

13.3. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.4. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3861/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.410/2007-6.

1.1. Apensos: 021.278/2008-1; 021.989/2005-9

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

3.1. Interessados: não há.

3.2. Responsáveis: Flávio Danúbio Silveira Vieira (205.954.760-15); Sereno Chaise (055.142.230-00); Empresa Sidersul - Produtos Siderúrgicos Ltda. (88.006.960/0001-00).

4. Entidade: Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE); ELETROBRAS; Ministério das Minas e Energia (MME) (vinculador).

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Maria Alzira Ferreira e Subprocuradora Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - RS (SECEX-RS).

8. Advogado constituído nos autos: Flávio Danúbio Silveira Vieira (OAB-RS 39.854).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada em cumprimento ao Acórdão nº 1.982/2007 - Plenário, em razão de supostas irregularidades identificadas no âmbito do Contrato nº CGTEE/DTC/102/2005, resultante do Pregão Presencial PR nº 5700039, realizado em 23/6/2005 pela Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n.º 8.443/92, julgar regulares com ressalva as contas dos Senhores Flávio Danúbio Silveira Vieira e Sereno Chaise, dando-se-lhes quitação;

9.2. excluir da relação jurídica processual a responsabilidade da empresa Sidersul Produtos Siderúrgicos Ltda.;

9.3. comunicar à Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE) que, para a execução integral do objeto do Contrato n.º CGTEE/DTC/102/2005, o montante considerado compatível com o de mercado pelo TCU é de R$ 1.271.169,66 (um milhão, duzentos e setenta e um mil, cento e sessenta e nove reais e sessenta e seis centavos), na data-base de 23/6/2005, devendo a entidade pública verificar se os correspondentes pagamentos de despesa efe-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

tuados à empresa Sidersul Produtos Siderúrgicos Ltda. estão de acordo com o referido montante e fazer os devidos acertos em caso de divergência em relação aos interesses das partes contratantes;

9.4. determinar à Secex/RS que monitore a implementação das providências determinadas no item 9.3 retro;

9.5. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam:

9.5.1. à Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE);

9.5.2. à empresa Sidersul Produtos Siderúrgicos Ltda.;

9.5.3. aos responsáveis.

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3861-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3862/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 011.141/2011-5.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Aposentadoria

3. Interessada: Gilda de Vasconcelos (128.815.544-15).

4. Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco - MEC.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de concessão de aposentadoria no âmbito da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, considerar ilegal o ato de aposentadoria de Gilda de Vasconcelos, negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o recolhimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela inativa consoante o disposto na Súmula nº 106 deste Tribunal;

9.3. determinar à Universidade Federal Rural de Pernambuco que:

9.3.1 com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, faça cessar, no prazo de quinze dias, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, contados a partir da ciência da deliberação do Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. comunique a interessada acerca da presente deliberação do Tribunal, alertando-a de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não provimento;

9.4. esclarecer à unidade de origem que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade verificada, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno; e

9.5. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que acompanhe a implementação da determinação constante do subitem 9.3 supra.

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3862-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3863/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.727/2005-0.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Prestação de Contas de 2004;

3. Responsáveis: Responsáveis: Adalberto Ramon Vieyra (460.548.207-53); Adriano da Rocha Ramos (544.537.637-00); Ailton Alves Teixeira (773.189.607-25); Ailton de Souza Gomes (161.608.947-49); Alberto Carlos Pessoa (230.954.156-72); Alcino Ferreira Camará Neto (468.190.457-00); Alexandre Moraes de Mello (073.256.731-91); Alice Simas Santos (344.804.557-87); Almir Fraga Valladares (042.570.067-49); Aloísio Teixeira (385.691.087-53); Amancio Paulino de Carvalho (723.973.307-68); Amarildo Fernandes Maia (358.185.301-91); Angela Azevedo Silva Balloussier Ancora da Lu (054.060.137-34); Angela Hampshire de Carvalho Santos Lopes (550.186.617-04); Angela Maria Cohen Uller (370.179.697-15); Angela Rocha dos Santos (349.082.937-91); Angelo da Cunha Pinto (345.998.357-49); Antonio Tavares Carneiro Sobrinho (038.508.387-49); António Jorge Ribeiro da Silva (315.541.307-78); António Lúcio da Silva (583.411.457-15); Antônio José Ledo Alves da Cunha (531.449.967-34); Araceli Cristina de Sousa Ferreira (886.947.558-15); Belkis Valdman (191.768.647-15); Biana Mota Penelva de Sa (431.237.167-91); Brás de Souza Guimarães (361.305.327-68); Carlos Alberto Delgado dos Santos (262.493.677-72); Carlos Alberto Pacheco dos Santos (467.772.617-53); Carlos Antônio Kalil Tannus (111.434.607-15); Carlos Magno Lourenço da Cruz (311.872.007-78); Carlos Moreira da Costa (307.865.847-34); Carlos Passos (028.037.397-04); Caubi Barroso da Conceição (385.785.147-34); Celso José da Silva Almeida (783.193.827-34); Celso dos Santos (701.648.357-68); Cezar da Silveira Ferreira (839.999.307-72); Cleia da Mata Correia (202.429.217-87); Cláudio Luiz Baraúna Vieira (097.132.207-49); Cláudio Luiz Baraúna Vieira (097.132.207-49); Cláudio Rodrigues dos Santos (884.603.477-53); Cássia Curan Turci (315.127.395-53); Cícero Alves da Silva (785.536.017-49); Dayse dos Santos (768.871.037-53); Derly de Souza Lima (496.364.307-30); Edione Trindade de Azevedo (389.465.307-82); Edmir Delocco (808.562.507-59); Edvaldo de Oliveira (731.554.627-87); Elenice Martins Ribeiro (330.100.727-91); Elisete Justino de Sousa Nepomuceno (889.852.707-10); Elisete Nunes de Mattos (991.555.757-49); Elson Fontes Cormack (720.761.867-00); Erci da Silva (774.060.797-53); Ernani de Souza Santos (754.258.237-20); Eva Lúcia de Lima (005.571.147-21); Evandro Joaquim Alves (926.718.297-87); Fernando da Silva (785.361.897-20); Francisco Carlos dos Santos (253.286.897-04); Francisco Fernandes da Silva (563.334.047-72); Franklin Trein (363.037.987-72); Fátima Santos Abdalla (404.779.247-00); Genival dos Santos Cordeiro (270.899.677-00); Gerson Alexandre da Silva (381.315.367-34); Gianni Maurelio Temponi (011.670.907-30); Gustavo Frederico Porto de Mello (940.334.397-49); Harlei Aparecida Elbert Flaymundo Hachmann (790.452.787-15); Heliton Carau da Cunha Junior (893.252.147-68); Heloi José Fernandes Moreira (014.594.812-91); Hélio de Mattos Alves (390.032.307-06); Hélio dos Santos Carvalho (981.514.287-91); Iclea Gomes Corrêa (270.186.287-68); Imbere Moreira da Costa (369.908.097-87); Jacqueline de Oliveira Tavares (010.215.097-44); Joel Regueira Teodosio (034.399.334-15); Joffre Amin Junior (374.568.907-06); Jorge Gonçalves de Lima (404.611.817-20); José Carlos Saraiva Gonçalves (309.975.937-68); José Luiz Fontes Monteiro (290.686.147-20); José Roberto Lapa e Silva (127.025.017-53); Joselias Fernandes de Moraes (382.791.187-72); Josilda Rodrigues da Silva de Moura (360.437.707-25); José D Albuquerque e Castro (335.305.057-49); José Laudimar da Silva (507.347.417-15); José Luiz de Sa Cavalcanti (006.728.237-72); João Batista Carvalho Souza (307.683.067-87); João Ferreira da Silva Filho (316.254.287-15); João Luiz Ribeiro Fonseca (824.045.937-49); João Marcos Costa (708.093.807-49); Juliana da Conceição de Andrade (589.535.157-34); Katia José da Silva (435.879.847-00); Letícia Fortes Legay (401.027.777-72); Luis Carlos Bastos Braga (581.821.797-34); Luiz Afonso Henriques Mariz (161.451.437-20); Luiz António Mathias Lima (681.530.587-20); Luiz Cláudio Oliveira de Almeida (608.607.407-06); Marcelo Jorge Genovese (405.120.297-68); Marcelo Luiz de Souza (981.002.897-00); Marcelo Macedo Corrêa e Castro (375.723.187-20); Marcos Agílio Gamalho Ferreira (383.669.677-00); Marcos Jardim Freire (203.523.797-15); Marcos da Silva Nicácio (932.281.717-87); Marcus de Lima (602.404.407-06); Maria Antonieta Rubio Tyrrell (537.517.107-44); Maria Cecilia da Rocha (853.832.607-49); Maria Cecília de Magalhães Mollica (263.178.697-15); Maria Clara de Carvalho (630.277.987-15); Maria Fernanda Ouintella da Costa Nunes (603.526.127-20); Maria Goreiti Crus Marques Mello (515.657.147-68); Maria de Lurdes Pereira Silva (707.831.447-68); Maria Ângela Dias (270.167.657-68); Marilea da Silva Tristão (891.859.437-20); Marilene de Oliveira Pereira (925.084.307-06); Marinalva da Silva Soares (371.165.177-15); Marli da Cruz Pardal (841.854.737-53); Marta de Oliveira Farias (755.915.297-04); Milton Reynaldo Flores de Freitas (298.904.037-49); Mirian Struchiner (686.950.127-00); Moisés Gomes Martins (002.764.817-63); Myrian Teixeira Gomes (600.187.397-68); Márcio Neumann Maggessy (332.215.027-53); Márcio Valadares Versiani Caldeira (242.939.707-20); Mónica Erthal de Sousa (533.690.847-91); Nadir Araújo de Barros (506.028.537-53); Newton Neto Cordeiro (460.177.987-15); Nilo Sérgio Simões (331.829.147-15); Nilton Godinho Telles (429.522.807-97); Nilton José Dias da Costa (920.873.297-53); Osvaldo Cardoso da Silva (389.758.587-15); Pablo César Benetti (717.947.947-00); Paulo Sérgio da Rosa Miguel (598.596.017-04); Rafael Linden (406.535.877-91); Regina Célia Montel (926.607.117-04); Rejane Andrea Ramalho Nunes da Silva (097.630.744-87); Ricardo Almeida de Queiroz (544.549.487-04); Roberto de Andrade Medronho (508.401.427-49); Ronaldo de Medeiros e Albuquerque (030.583.797-49); Rosani Magalhães Ferreira da Silva (619.133.917-87); Roselinda Passos Franco Campelo (772.546.867-68); Rosângela Ferreira de Sousa (776.635.197-87); Rozicler Mendes (270.441.577-34); Sadino Silveira Lima (411.211.987-91); Sergio Alberto Figueiredo da Rocha (552.841.247-15); Sergio Alex Kugland de Azevedo (296.418.610-34); Sidney Poubel Eichhorn (691.546.007-15); Sonia Cristina de Oliveira Sobrinho (547.120.097-72); Suely Souza de Almeida (437.828.687-49); Susana Guedes de Souza (666.819.107-00); Sérgio Luiz Pereira (760.410.937-34); Sérgio Murilo Duarte (403.048.097-72); Sônia Soares Costa (442.061.787-04); Valdeci da Silva (339.248.217-04); Vera de Fátima Matos de Azevedo (612.138.457-34); Waldecir Bianchini (389.901.647-53); Walquiria Leite da Silva (506.300.167-04); Waltenir de Araújo (332.092.787-68); Walter Araújo Zin (182.761.487-00); Wander Ribeiro de Abreu (736.363.477-72); Wilson Rodrigues (452.679.447-34); Wladimir Cortezzi (430.618.507-91); Zilpa Guedes de Souza (727.764.637-15).

4. Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro - Secex/RJ.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Prestação de Contas da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, referente ao exercício de 2004.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as contas do Sr. Amâncio Paulino de Carvalho, ex-diretor Geral do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, tendo em vista o que restou prolatado no Acórdão nº 218/2007-2ª Câmara;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU, julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis a seguir especificados, dando-lhes quitação:

9.2.1. Aloísio Teixeira (Reitor da UFRJ);

9.2.2. Luiz Afonso Henriques Mariz (SR-4);

9.2.3. José Luiz Fontes Monteiro (SR-2);

9.2.4. Joel Regueira Teodósio (SR-3);

9.2.5. Cláudio Luiz Baraúna Vieira (Decano do Centro de Tecnologia);

9.2.6. Ângela Rocha dos Santos (Decana do CCMN);

9.2.7. Sérgio Alberto Figueiredo da Rocha (Coordenador do NCE);

9.2.8. Josilda Rodrigues da Silva de Moura (Diretora do Instituto de Geociências);

9.2.9. Maria Ângela Dias (Prefeita da UFRJ);

9.2.10. Hélio de Mattos Alves (Prefeito da UFRJ);

9.2.11. Valdeci da Silva (Chefe do Almoxarifado Central);

9.2.12. Ailton Alves Teixeira (Diretor da Divisão de Patrimônio);

9.2.13. Antônio José Ledo Alves da Cunha (Diretor do IPPMG);

9.2.14. Ângela Maria Cohen Uller (Diretora da COPPE); e

9.2.15. Carlos Antônio Kalil Tannus (Coordenador do FCC).

9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, julgar regulares as contas dos demais responsáveis listados às fls. 3-54 do vol. principal, dando-lhes quitação plena;

9.4. determinar à Universidade Federal do Rio de Janeiro que, doravante, atente para as seguintes prescrições:

9.4.1. somente permita a exploração dos estacionamentos existentes na Universidade por particulares mediante a prévia licitação, formalização via competente contrato e internalização dos recursos daí advindos no Orçamento da Instituição, fazendo ainda cessar as situações irregulares atualmente existentes, a exemplo da que ocorre no estacionamento do Centro de Tecnologia - CT, em que o Decanato daquele Centro recebe doações do particular que o explora;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.4.2. abstenha-se, em nome da moralidade e da impessoalidade que devem nortear o emprego dos recursos públicos da Instituição, de contratar diretamente empresas que contem com a participação de servidores da Universidade na qualidade de sócio-gerente ou administrador delas, inibindo assim ocorrências semelhantes às havidas nas prestações de serviço, realizadas entre 2004 e 2005, pela empresa "Monteiro Produções Ltda.", atualmente "Innovare Produções Ltda.", as quais, além de não terem sido antecedidas de licitação, não foram formalizadas com o competente contrato;

9.4.3. atenda prontamente as requisições de auditoria formuladas pelo órgão de controle interno, justificando, em todo caso, perante o referido órgão, a impossibilidade de atendimento no prazo solicitado, em consonância com o disposto no art. 74, inciso IV, da Constituição Federal e no art. 26 da Lei nº 10.180, de 2001;

9.4.4. arrecade as receitas decorrentes de cursos oferecidos pela UFRJ, por meio de fundação de apoio, exclusivamente em conta de titularidade da própria universidade, em conforme com o art. 56 da Lei nº 4.320, de 1964, c/c o art. 2º do Decreto nº 93.872/86.

9.5. determinar à Universidade Federal do Rio de Janeiro que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias adote, se ainda não o fez, providências com vistas a regularizar os achados de auditoria e impropriedades apontados Relatório de Auditoria CGU-RJ nº160769, referente ao exercício de 2004;

9.6. alertar à Universidade Federal do Rio de Janeiro para a disposição do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, art. 6º, parágrafo 1º, bem como as ocorrências de que trata o art. 7º do mencionado normativo;

9.7. recomendar à UFRJ que:

9.7.1. estude a possibilidade de adoção de procedimento mais centralizado na autorização de prestação de horas extraordinárias por seus servidores, de forma que a Instituição tenha o controle global das despesas daí advindas, haja vista que, na atual sistemática, a autorização da Superintendência Geral do Pessoal para pagamento da gratificação devida, em razão de tal prestação, está condicionada tão somente a requerimento por parte dos diretores das divisões integrantes de suas quarenta e oito (48) Unidades Gestoras e ao limitador por servidor de quarenta e quatro (44) horas extras ao mês, possibilitando dessa maneira incrementos sensíveis nos gastos com essa gratificação, como aquele que se verificou entre 2003 e 2004, quando houve aumento de setenta e cinco por cento (75 %) na despesa;

9.7.2. divulgue os Acórdãos do TCU que tragam os julgamentos das prestações de contas da Entidade a todos os seus Centros Universitários, Unidades Gestoras e Órgãos Suplementares, visando o aperfeiçoamento e o acompanhamento da gestão da Instituição e de suas Unidades Gestoras (Reitoria);

9.8. determinar à Universidade Federal do Rio de Janeiro e à Fundação Universitária José Bonifácio - FUJB a adoção das seguintes medidas, ao participar de convênios e contratos, com emprego de recursos públicos federais:

9.8.1. observe, ao assinar convênios que envolvam obras ou serviços de engenharia, a exigência de que o Projeto Básico, com as características que lhe confere o art. 6º da Lei nº 8.666/93, integre o Plano de Trabalho;

9.8.2. passe a efetuar a repetição do ato de convocação de outros possíveis interessados, na realização de processo licitatório-modalidade convite, quando não obtiver o número mínimo de três propostas válidas, ressalvada a hipótese prevista no § 7° do art. 22 da Lei nº 8.666/93; e

9.8.3. não celebre termo aditivo a contrato cujo prazo de vigência tenha expirado, por ausência de previsão legal, observando-se o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.9. determinar à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM/PR), ao conceder recursos públicos federais por meio de convênios ou contratos que envolvam obras ou serviços de engenharia, que observe a exigência de que o Projeto Básico, com as características que lhe confere o art. 6º da Lei nº 8.666/93, integre o Plano de Trabalho;

9.10. autorizar a realização de inspeção na UFRJ com vistas a verificar o pagamento dos adicionais de insalubridade e de periculosidade aos servidores daquela Instituição;

9.11. determinar à Secretaria Federal de Controle Interno que informe nas próximas contas o cumprimento da determinações contidas no subitens 9.4. e 9.5.

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3863-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3864/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 018.588/2008-2.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas - exercício 2007.

3. Responsáveis: Alexandre Zanini (804.996.606-25); Amaury Caiafa Duarte (281.281.176-53); Ana Maria Costa Amoroso Lima (217.050.626-87); Anderson Rocha Val Verde (945.995.806-00); Andre Luiz de Lima Cabral (521.484.596-00); Anna Cecilia Assis Mendonca (923.407.686-91); Antonio Marcio Resende do Carmo (432.224.046-15); Carlos Alberto de Souza Barbosa (237.454.287-49); Carlos Elizio Barral Ferreira (208.325.326-49); Celio Martins de Freitas (284.726.596-15); Dea Lucia Campos Pernambuco (410.986.416-04); Dimas Augusto Carvalho de Araujo (545.953.126-87); Edna Rezende Silveira de Alcantara (453.825.226-34); Edna Ribeiro Hernandez Martin (478.643.466-34); Eduardo Antonio Salomao Conde (452.011.296-68); Eduardo Magrone (455.452.350-00); Gessilene Zigler Foine (601.725.096-53); Henrique Duque de Miranda Chaves Filho (112.796.566-20); Joao Francisco (077.608.416-04); José Luiz Lacerda (795.841.107-30); José Luiz Rezende Pereira (135.911.426-20); José Raimundo Castilho (474.719.306-59); José Luiz Conte Ferreira (136.528.506-53); Jozelia Lima (193.891.916-53); Jucilene Melandre da Silva (333.713.936-15); Julieta Maria de Almeida Barra (281.811.076-91); Julio Cesar Teixeira (981.067.677-87); Julio Maria Fonseca Chebli (530.562.806-72); Leila Baumgratz Delgado Yacoub (247.727.636-00); Leila Maria Tafuri Caldeira (261.934.006-30); Lidia Regina Rezende de Almeida (410.833.936-34); Lucio Guedes Barra (008.072.226-15); Luzia Helena Borelli Ragazzi (584.852.526-91); Manuel Fernando Palácios Cunha e Melo (504.481.457-15); Marcos Vinicio Chein Feres (885.457.926-20); Marcus Vinicius David (651.123.006-63); Maria Cristina Pinto de Jesus (193.478.126-68); Maria Margarida Martins Salomão (135.210.396-68); Marise Pimentel Mendes (612.777.206-06); Marta Tavares Dagosto (236.026.276-91); Paulo Ferreira Pinto (088.671.276-91); Paulo Rogerio Araujo Guimaraes (853.451.307-44); Paulo Sérgio Ferreira Gomes (119.442.346-91); Romario Geraldo (284.171.356-34); Rosangela da Silva Ferreira (438.333.577-20); Rubens de Oliveira (592.285.397-04); Sebastiao Marsicano Ribeiro Junior (675.127.126-34); Sueli Maciel Mourao (181.530.036-15); Tadeu Antonio de Rezende Reis (454.994.546-04); Terezinha Maria Scher Pereira (261.433.726-91); Vicente Paulo Weiss (331.201.536-72); Zilda Alves Machado da Silva (236.075.486-68).

4. Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - MG (SECEX-MG).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas da Universidade Federal de Juiz de Fora, exercício 2007.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, julgar regulares com ressalvas as contas dos senhores Julieta Maria de Almeida Barra e Gessilene Zigler Foine, dando-se-lhes quitação;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'b', da Lei nº 8.443, de 1992, c/c os arts. 19, parágrafo único, e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso II, e § 1º e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas dos senhores Henrique Duque de Miranda Chaves Filho, Reitor, Célio Martins de Freitas, Gestor Financeiro e Jucilene Melandre da Silva, Coordenadora de Execução e Suporte Financeiro, CPF 333.713.936-15; e aplicar-lhes, individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei n. 8.443/1992 c/c o art. 268, inciso I, do Regimento Interno, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. com fundamento no art. 46 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, autorizar o desconto das dívidas na remuneração dos servidores,;

9.4. autorizar, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma da legislação em vigor;

9.5. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, julgar regulares as contas dos senhores José Luiz Rezende Pereira, Basileu Pereira Tavares, Secretário Geral, Eduardo Magroine, Marta Tavares Dágosto, Romário Geraldo, Manuel Fernando Palácios de Cunha e Melo e Carlos Elízio Barral Ferreira, dando-se-lhes quitação plena;

9.6. determinar à UFJF que suspenda imediatamente o pagamento integral da Gratificação de Estímulo à Docência - GED e da Gratificação Específica de Atividade Docente - GEAD em aposentadorias com proventos proporcionais, dispensando-se o recolhimento das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelos beneficiários, nos termos da Súmula 249 da Jurisprudência do TCU, informando ao TCU, no prazo de 90 dias, as providências adotadas;

9.7. dar ciência deste Acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à UFJF;

9.8. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3864-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3865/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-020.548/2007-6

2. Grupo I - Classe I - Embargos de Declaração

3. Recorrente: Furnas Centrais Elétricas S.A.

4. Unidade: Furnas Centrais Elétricas S.A.

5. Relator: Ministro José Jorge

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur)

8. Advogados constituídos nos autos: Ricardo Amitay Kutwak (OAB/RJ 118718), Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6546), Cynthia Póvoa de Aragão (OAB/DF 22298) e Jaques Fernando Reolon (OAB/DF 22885)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração opostos por Furnas Centrais Elétricas S.A. ao Acórdão nº 1503/2010-TCU-2ª Câmara, o qual negou provimento a Recurso de Reconsideração oposto ao Acórdão 1208/2009-TCU-2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. nos termos dos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno/TCU, conhecer dos presentes Embargos de Declaração, para, no mérito, rejeitar-lhes; e

9.2. notificar o recorrente desta deliberação.

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3865-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3866/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.367/2007-0.

2. Grupo I - Classe I - Assunto: Recurso de Reconsideração

3. Recorrente: Elias Cavalcante do Nascimento (181.005.113-49).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Barras - PI.

5. Relator: Ministro José Jorge.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Ubiratan Aguiar.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade: Secretaria de Recursos.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Reconsideração interposto contra o Acórdão nº 1.181/2008 - TCU - 2ª Câmara, que julgou irregulares as contas do senhor Elias Cavalcante do Nascimento, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 103.300,00 (cento e três mil e trezentos reais) em decorrência de irregularidades identificadas na aplicação dos recursos repassados ao Município de Barras /PI, à conta do Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 32, inciso I, e 33, ambos da Lei nº 8.443/1992, conhecer do presente Recurso de Reconsideração para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;

9.2. reduzir o montante do débito e da multa imputada ao recorrente, mediante alteração dos itens 9.1 e 9.2. da deliberação recorrida, que passam a ter a seguinte redação:

"9.1. julgar as presentes contas irregulares e condenar o Sr. Elias Cavalcante do Nascimento, ao pagamento da quantia de R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir de 1/9/1998, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.2. aplicar ao responsável a multa referida no art. 57 da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 267 do Regimento Interno/TCU, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a" do Regimento Interno), seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizado monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo ora fixado, até a data do efetivo pagamento"

9.3. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, aos responsáveis.

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3866-19/11-2.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3867/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.759/2009-6.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Edílson Dias Botelho (028.506.992-68).

4. Entidade: Município de Itaituba / PA.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - PA.

8. Advogados constituídos nos autos: Manoel Machado Júnior (OAB/PA 9295); Anna Zoraya Neves (OAB/PA 6152).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - FUNASA em desfavor do Sr. Edílson Dias Botelho, ex-prefeito do município de Itaituba / PA, em face da não-aprovação da prestação de contas dos recursos repassados àquela municipalidade por intermédio do Convênio 1383/1998.

Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro nos artigos 1º, inciso I, e 16, inciso III, alíneas "c", e 19, **caput**, todos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, julgar irregulares as contas do senhor Edílson Dias Botelho e condená-lo ao débito abaixo especificado, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que efetue, e comprove perante este Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora a partir das datas especificadas até a data do efeito recolhimento, na forma da legislação em vigor;

Data da ocorrência	DEBITO (R$)
24/9/1998	4,50
23/3/1999	450,00
16/11/2000	18369,22

9.2. aplicar ao senhor Edílson Dias Botelho a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove perante este Tribunal, o recolhimento da referida importância aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao do término do prazo estabelecido, até a data do efetivo recolhimento;

9.3. autorizar, desde logo, o parcelamento das dívidas em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, caso solicitado, nos termos do art. 26 da Lei 8.443, de 1992, c/c art. 217 do Regimento Interno do TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada parcela, atualizada monetariamente, os devidos encargos devidos, conforme legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida à notificação;e

9.5. remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Pará, para que adote as providências que entender cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3867-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3868/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.639/2011-8 (eletrônico).

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria

3. Interessados: Altayr do Carmo Oliveira Pittol (385.961.566-15); Gilvan Cavalcanti de Oliveira (024.108.501-20); Idelva Nadir Kern (162.496.310-20); José Saraiva Irmão (116.811.105-63); Leonora Baggeio Sitta (612.530.739-53); Marcus Cisneiros de Albuquerque (137.856.134-15); Maria Aparecida Bitencourt Prado (144.367.871-68); Maria Raquel Bastos de Carvalho (017.893.763-00); Mercedes Vieira da Silva (231.705.140-91).

4. Órgão/Entidade: Fundação Nacional do Índio - MJ.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadorias de servidores da Fundação Nacional do Índio - Funai-MJ.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1°, inciso V, 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c arts. 260, §1º, e 262, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1 considerar ilegal o ato de aposentadoria de José Saraiva Irmão (peça 8), negando-lhe registro;

9.2 aplicar a orientação fixada na Súmula TCU nº 106, no tocante às parcelas indevidamente percebidas, de boa-fé, pelo interessado;

9.3 determinar à Fundação Nacional do Índio - Funai:

9.3.1 nos termos do art. 262 do Regimento Interno deste Tribunal, faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, o pagamento da parcela ora impugnada, referente ao ato de aposentadoria de José Saraiva Irmão, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2 dê ciência do inteiro teor deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao interessado José Saraiva Irmão, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, cópia do comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento da presente deliberação;

9.4 orientar a Fundação Nacional do Índio - Funai, nos termos do art. 262, §2º, do Regimento Interno deste Tribunal, no sentido de que a aposentadoria ora considerada ilegal poderá prosperar, caso seja emitido novo ato escoimado da irregularidade verificada, a ser cadastrado no Sistema Sisac no prazo fixado no art. 7º da IN-TCU 55/2007;

9.5. considerar legais os atos de concessão de aposentadoria em favor dos demais interessados listados no item 3 deste Acórdão, determinando os correspondentes registros;

9.6. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que acompanhe a implementação da medidas indicadas no subitem 9.3, representando a este Tribunal, caso necessário.

9.7 autorizar o arquivamento do processo após as comunicações cabíveis.

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3868-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3869/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-010.932/2008-2

2. Grupo II - Classe I - Pedido de Reexame em Aposentadoria

3. Recorrente: Terezinha de Jesus Soares (CPF 027.611.812-04)

4. Entidade: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) - MCT

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos

8. Advogado constituído nos autos: Pedro Augusto Oliveira da Silva (OAB/AM 1.923)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame, interposto pela Srª Terezinha de Jesus Soares em face do Acórdão nº 3.683/2009, prolatado pela 2ª Câmara desta Corte de Contas, que considerou ilegal e negou registro ao ato de concessão de aposentadoria da interessada,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e, com fundamento no art. 48, c/c o art. 33, ambos da Lei nº 8.443/92, e no art. 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer do presente Pedido de Reexame para, no mérito, dar-lhe provimento, de modo a tornar insubsistente o Acórdão nº 3.683/2009-TCU-2ª Câmara;

9.2. considerar legal o ato de concessão inicial de aposentadoria (vol. principal, fls. 2/7) em favor da interessada, Srª Terezinha de Jesus Soares, ordenando-se o seu respectivo registro;

9.3. remeter aos presentes autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para que se pronuncie acerca do ato de alteração de aposentadoria de fls. 8/13 do volume principal, submetendo-o, em seguida, via MP/TCU, ao Ministro que sucedeu o Relator *a quo* ;

9.4. dar ciência do inteiro teor do presente Acórdão à entidade de origem e à recorrente.

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3869-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3870/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.631/2006-0.

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Responsável: Wilmar Alves de Oliveira (CPF n.º 036.894.176-00), ex-Prefeito.

4. Órgão/Entidade: Município de Araporã (MG).

5. Relatores:

5.1. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

5.2. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Advogado constituído nos autos: José Nilo de Castro (OAB/MG n.º 14.656); Graziela de Castro Lino (OAB/MG n.º 16.100E).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase processual, de Recurso de Reconsideração em face do Acórdão n.º 4.727/2009-2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Wilmar Alves de Oliveira, com fundamento no art. 32, I, e no art. 33 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 285 do Regimento Interno, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2 reformar o Acórdão n.º 4.727/2009-2ª Câmara, alterando-se a redação dos itens 9.2 e 9.3 nos seguintes termos:

"9.2. condenar aquele responsável mencionado no item anterior ao recolhimento ao Tesouro Nacional da quantia de R$ 50.606,92 (cinquenta mil, seiscentos e seis reais e noventa e dois centavos), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora de 30/6/2000 até a data do pagamento;

9.3. aplicar ao responsável multa no valor de R$ 8.300,00 (oito mil e trezentos reais), a ser recolhida ao Tesouro Nacional atualizada monetariamente do dia seguinte ao do término do prazo abaixo estipulado até a data do pagamento;"

9.3 dar ciência da presente deliberação aos interessados.

9.4 encaminhar cópia desta deliberação e do relatório e do voto que a fundamentaram à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3870-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3871/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.691/2007-6.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Prestação de Contas - Exercício: 2006

3. Responsáveis: Abram Abe Szajman (001.214.108-97); Amadeu Castanheira (135.217.308-59); Antonio Carlos Lima (057.332.648-70); Ariovaldo Maniezo (209.976.718-15); Arnaldo José Pieralini (030.763.008-06); Benedito Toso de Arruda (129.825.808-10); Carlos Alberto Dambrósio (295.228.118-15); Cícero Bueno Brandão Junior (072.605.988-91); Dan Guinsburg (831.498.648-87); Danilo Santos de Miranda (054.775.908-82); Eduardo Vampré do Nascimento (621.847.258-20); Elisete Berchiol da Silva Iwai (045.667.238-95); Eládio Arroyo Martins (011.777.968-72); Euclides Carli (003.264.538-49); Heiguiberto Guiba Della Bella Navarro (105.530.968-34); Ivo Dall Acqua Junior (747.240.708-97); Jair Toledo (352.016.498-15); Jorge Sarhan Salomão (031.756.778-00); José Maria Saes Rosa (148.255.548-49); José Maria de Faria (516.514.328-72); José Santino de Lira Filho (326.687.168-53); João Herrera Martins (299.600.298-91); Luciano Figliolia (003.614.968-34); Luiz Deoclecio Massaro Galina (186.667.448-04); Manuel Henrique Farias Ramos (216.631.578-04); Marcio Chaves Pires (030.874.008-40); Maria Elena Silva Taques (950.758.958-91); Mariza Medeiros Scaranci (842.214.618-53); Mauro José Correia (028.676.198-07); Orlando Rodrigues (069.042.118-49); Paulo Fernandes Lucania (159.237.978-87); Paulo João de Oliveira Alonso (271.806.208-82); Paulo Roberto Gullo (037.890.468-09); Rafik Hussein Saab (007.981.268-68); Valdir Aparecido dos Santos (805.471.178-68); Wallace Garroux Sampaio (539.155.428-49).

4. Entidade: Serviço Social do Comércio - Administração Regional/SP (33.469.164/0128-02).

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo - SECEX/SP.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas do Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Estado de São Paulo (Sesc/SP), relativa ao exercício de 2006.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, em:

9.1. julgar regulares com ressalva as contas dos Srs. Abram Abe Szajman e Danilo Santos de Miranda, dando-lhes quitação, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92;

9.2. julgar regulares as contas dos seguintes responsáveis, dando-lhes quitação plena: Srs. Amadeu Castanheira; Antonio Carlos Lima; Ariovaldo Maniezo; Arnaldo José Pieralini; Benedito Toso de Arruda; Carlos Alberto Dambrósio; Cícero Bueno Brandão Junior; Dan Guinsburg; Eduardo Vampré do Nascimento; Elisete Berchiol da Silva Iwai; Eládio Arroyo Martins; Euclides Carli; Heiguiberto Guiba Della Bella Navarro; Ivo Dall Acqua Junior; Jair Toledo; Jorge Sarhan Salomão; José Maria Saes Rosa; José Maria de Faria; José Santino de Lira Filho; João Herrera Martins; Luciano Figliolia; Luiz Deoclecio Massaro Galina; Manuel Henrique Farias Ramos; Marcio Chaves Pires; Maria Elena Silva Taques; Mariza Medeiros Scaranci; Mauro José Correia; Orlando Rodrigues; Paulo Fernandes Lucania; Paulo João de Oliveira Alonso; Paulo Roberto Gullo; Rafik Hussein Saab; Valdir Aparecido dos Santos; Wallace Garroux Sampaio, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/92;

9.3. determinar ao Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Estado de São Paulo (Sesc/SP) que:

9.3.1. proceda à realização de procedimento licitatório para a contratação de serviços advocatícios, encerrando os contratos vigentes, que não foram licitados, na assinatura de novas avenças;

9.3.2. proceda à publicação de seus anúncios para processos seletivos em jornais de grande circulação local, contendo de maneira clara e objetiva a marca SESC/SP;

9.3.3. confeccione seus anúncios de vaga em conformidade com o entendimento do TCU, nos termos do Acórdão nº 2017/2005-TCU-2ª Câmara;

9.3.4. arquive junto aos processos de seleção toda documentação relacionada ao histórico das contratações;

9.3.5. evite o pagamento de horas extras com habitualidade;

9.3.6. suprima benefícios inusuais no mercado de trabalho atual, que acarretaram despesas excessivas ao SESC/SP, e totalizaram, no exercício de 2006, a quantia de R$ 295.207,20(duzentos e noventa e cinco mil, duzentos e sete reais e vinte centavos), a saber:

9.3.6.1. presente, cujo valor é estabelecido anualmente, ao servidor que completar 30 (trinta) anos de serviço à entidade (art. 29, da Resolução nº 97/83 e art. 1º, letra 'l', da Resolução Senac nº 51/85);

9.3.6.2. carro, com motorista, em matrimônio do servidor, para transporte da residência à igreja e vice-versa ou, no caso de servidor do interior ou litoral, pagamento de valor equivalente a 30% do valor do salário-mínimo (art. 33, letra 'f', da Resolução nº 97/83 e art. 1º, letra 'd', da Resolução Senac nº 51/85);

9.3.6.3. presente de casamento, nos termos das deliberações internas, no valor de 1/3 do salário mensal do servidor mínimo (art. 33, letra 'g', da Resolução nº 97/83 e art. 1º, letra 'b', da Resolução Senac nº 51/85);

9.3.7. planeje adequadamente as aquisições e evite o fracionamento do objeto para enquadramento abaixo do valor limite permitido para dispensa de licitação e convite; e

9.3.8. proceda à correta formalização dos processos, juntando pesquisa de preço e mercadológica para comprovar que os preços e/ou condições praticadas no contrato sejam mais vantajosos do que os valores de mercado;

9.4. recomendar a implantação de sistema de banco de horas que permita um controle mais eficaz sobre horas extras e sobre os eventuais gastos administrativos e judiciais decorrentes;

9.5. determinar à Secex/SP que, em processo apartado, determine ao Sesc/SP que realize levantamento dos valores pagos a maior a seu plano de previdência complementar, verificando-se o impacto financeiro e atuarial de eventual devolução das referidas quantias desde sua criação, bem assim desde o ano em que a Jurisprudência sobre o tema se consolidou nesta Corte de Contas.

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3871-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3872/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-005.023/2007-5

2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de contas especial.

3. Responsável: Raimundo Avelar Sampaio Peixoto (CPF 019.128.874-87).

4. Unidade: Município de Barra do Corda/MA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade técnica: Secex/PI.

8. Advogados constituídos nos autos: Leandro Moraes Sampaio Peixoto (OAB/MA 9.028).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal contra o Sr. Raimundo Avelar Sampaio Peixoto, ex-Prefeito do Município de Barra do Corda/MA, em decorrência da omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos por meio do Contrato de Repasse 0130535-95/2001/Mapa/Caixa, cujo objeto consistia na execução de Rede de Eletrificação Rural no município,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Raimundo Avelar Sampaio Peixoto com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alíneas "a" e "b", e 19, *caput*, da Lei 8.443/92, condenando-o ao pagamento das importâncias abaixo especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das respectivas datas até a efetiva quitação do débito, deduzindo-se o valor devolvido, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante este Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei c/c o art. 165, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU:

DATA	VALOR HISTÓRICO (R$)
08/08/2003	122.913,46 (D)
25/09/2003	48.182,30 (D)
04/11/2003	49.930,08 (D)
26/01/2004	29.205,16 (D)
13/02/2004	3.463,67 (C)

9.2. aplicar ao Sr. Raimundo Avelar Sampaio Peixoto a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, caso não atendida a notificação;

9.4. remeter cópia desta deliberação, bem como das peças que a fundamentarem à:

9.4.1. Procuradoria da República no Estado do Maranhão, para ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis, nos termos do art. art. 209, § 6º, Regimento Interno do TCU, e

9.4.2. Superintendência Regional do Maranhão do Departamento de Polícia Federal, com vistas à instrução dos autos do Inquérito Policial 040/2007-SR/MA.

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3872-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3873/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-009.641/2008-2

2. Grupo: II Classe: V - Assunto: Aposentadoria.

3.Interessado: Antônio Roberto Lordello (CPF 034.773.478-20) e Hertz Pasqualetto (CPF 219.188.568-34).

4.Unidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear - Cnen

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade técnica: Sefip.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar prejudicada a análise de mérito envolvendo o ato concessório de fls. 8/13, relativo à aposentadoria do Sr. Hertz Pasqualetto, nos termos do art. 7º da Resolução 206/2007 desta Corte de Contas, e

9.2. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3873-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3874/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-010.570/2007-3

2. Grupo: II - Classe: V - Assunto: Pensão especial de ex-combatente.

3. Interessados: Maria Alice de Melo Fonseca, CPF 245.161.634-20; Adalci Gonçalves de Melo, CPF 245.161.394-72; Marineuza Gonçalves de Melo, CPF 325.692.114-00; Maria de Fátima de Melo Domingos, CPF 153.152.154-15; Maria de Lourdes Gonçalves de Melo, CPF 245.156.394-04; Magali Fátima Wanderley de Pontes, CPF 103.225.744-04; Maria da Conceição Pontes de Almeida Lins, CPF 892.812.844-72; Mônica Valéria Pontes Bold da Silva, CPF 224.784.184-87; Lutgard Ferreira Nogueira, CPF 241.906.404-68; Maura Maria de Oliveira, CPF 139.067.124-00; Jones Regis Nogueira, CPF 061.089.274-61; Anita Sotero de Aquino, CPF 215.419.814-72; Simone Sotero Ashton, CPF 141.914.904-00; Maria Otilia Serpa, CPF 183.768.354-91; Márcia Sotero Filatro, CPF 410.015.754-15; Francisca Maria Dantas, CPF 130.574.724-00; Virgínia Trigo de Barros, CPF 408.445.954-20; Giselda de Queiroz Barros, CPF 437.484.907-63; Alzineide Ferreira Gomes, CPF 246.975.404-68; Flávia Mirela Lopes Alves, CPF 073.900.974.50; Janiela da Silva de Melo, CPF 074.784.214-07; Maria dos Anjos de Oliveira, CPF 202.228.824-68; Francisca Cunha de Azevedo, CPF 762.085.834-20; Maria Goretti Cunha de Azevedo, CPF 512.438.734-34; Edilce Maria da Silva, CPF 464.315.004-15; Edilza Maria da Silva, CPF 198.006.734-15; Edelci da Silva Micheles, CPF 266.312.023-53; Ednalva Maria da Silva Reges, CPF 105.838.32/-25; Ednilza Maria Aires Silva Barbosa, CPF 127.919.204-63; Maria Dirce Pessoa de Lima, CPF 068.704.814-15; Maria Denise Pessoa de Lima, CPF 893.808.274-15; Maria Eulina Medeiros Rocha, CPF 173.122.484-20; Maria Julieta Gomes, CPF 915.278.724-91; Francisca Pimentel Dantas, CPF 140.500.174-91; Maria Carmelita Cavalcanti Gomes, CPF 007.551.004-92; Gilcélia Maria Alves Mangueira, CPF 670.655.624-68; Maria Francisca dos Anjos Cabral, CPF 046.906.484-68; Joseane Santos Cabral, CPF 007.558.434-44; Josué Santos Cabral, CPF 007.558.404-29; Roldania Santos Cabral, CPF 007.558.374-79; Nadjor Santos Cabral, CPF 007.558.364-05; Cláudia Maria de Oliveira Cabral, CPF 214.349.528-51; Roberto de Oliveira Cabral, CPF 374.880.154-87; Lusinete da Costa Marinho, CPF 205.790.164-87; Luza da Costa Marinho, CPF 131.403.294-15; Elsa Mendes Barbosa, CPF 520.717.664-15; Ana Maria Casado da Guia Paiva, CPF 391.068.294-49; Neuma Lúcia Costa, CPF 029.880.564-20; Adalgisa Joana de Sá, CPF 582.068.844-91; Wenderson Fernando da Costa, CPF 051.568.854-11; Maria Noêmia da Costa, CPF 165.328.304-10; Maria Carmelita Cavalcanti Gomes, CPF 007.551.004-92; Francisca Pimentel Dantas, CPF 140.500.174-91 e Maria Julieta Gomes, CPF 915.278.724-91.

4. Unidade: Comando do Exército da 7ª Região Militar.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade técnica: Sefip.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pensão Militar de ex-combatente,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar legais os atos de fls. 2/6, 7/10, 19/21, 22/25, 26/28, 29/31, 32/34, 35/37, 38/41, 42/47, 48/51, 52/54, 59/61, 62/67, 68/71, 72/74, 75/77, 81/82 e 249/250v, relativos às pensões especiais de ex-combatente, revertidas em favor de Alice de Melo Fonseca, Adalci Gonçalves de Melo, Marineuza Gonçalves de Melo, Maria de Fátima de Melo Domingos, Maria de Lourdes Gonçalves de Melo, Magali Fátima Wanderley de Pontes, Maria da Conceição Pontes de Almeida Lins, Mônica Valéria Pontes Bold da Silva, Francisca Maria Dantas, Virgínia Trigo de Barros, Giselda de Queiroz Barros, Alzineide Ferreira Gomes, Flávia Mirela Lopes Alves, Janiela da Silva de Melo, Maria dos Anjos de Oliveira, Francisca Cunha de Azevedo, Maria Goretti Cunha de Azevedo, Edilce Maria da Silva, Edilza Maria da Silva, Edelci da Silva Micheles, Ednalva Maria da Silva Reges, Ednilza Maria Aires Silva Barbosa, Maria Eulina Medeiros Rocha, instituída em favor César Augusto Germano Pinto, Gilcélia Maria Alves Mangueira, Maria Francisca dos Anjos Cabral, Joseane Santos Cabral, Josué Santos Cabral, Roldania Santos Cabral, Nadjor Santos Cabral, Cláudia Maria de Oliveira Cabral, Roberto de Oliveira Cabral, Lusinete da Costa Marinho, Luza da Costa Marinho, Elsa Mendes Barbosa, Ana Maria Casado da Guia Paiva, Maria Noêmia da Costa, Maria Cristina Molick de Araújo, Valdira Molick Delio de Araújo, autorizando-se os respectivos registros, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. considerar excluído do sistema Sisac o ato de fls. 55/58, concernente às pensões especiais de Maria Julieta Gomes, Francisca Pimentel Dantas e Maria Carmelita Cavalcanti Gomes, por duplicidade;

9.3. considerar prejudicado o exame de mérito do ato de fls. 246/248, alusivo à pensão especial de Maria Carmelita Cavalcanti Gomes, Francisca Pimentel Dantas e Maria Julieta Gomes, por perda do objeto, nos termos do art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007;

9.4. considerar prejudicado o exame de mérito do ato de fls. 15/18, relativo à pensão de Anita Sotero de Aquino, Simone Sotero Ashton, Maria Otilia Serpa e Márcia Sotero Filatro, por inépcia, a teor dos § § 6º e 7º do art. 3º da Resolução 206/2007;

9.5. considerar ilegais os atos de fls. 11/14, 78/80 e 251/252, referentes às pensões especiais de Lutgard Ferreira Nogueira, Maura Maria de Oliveira, Jones Regis Nogueira, Neuma Lúcia Costa, Adalgisa Joana de Sá, Wenderson Fernando da Costa e Luiz Tertuliano Albino da Silva, negando-lhes o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.6. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto na Súmula 106 do Tribunal;

9.7. determinar ao órgão de origem que:

9.7.1. nos termos do inciso IX do art. 71 da Constituição Federal c/c o art. 262 do Regimento Interno deste Tribunal, no prazo de quinze dias, contados da ciência deste Acórdão, comunique aos interessados arrolados no item 3, o inteiro teor deste acórdão e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, elencados no item 9.5 *supra*, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.7.2. disponibilize no sistema Sisac, no prazo máximo de trinta dias, novo ato concessório relativo à pensão especial revertida em favor de Anita Sotero de Aquino, Simone Sotero Ashton, Maria Otilia Serpa e Márcia Sotero Filatro, com as informações completas, para oportuna deliberação do Tribunal;

9.7.3. transfira as cotas-partes destinadas às Srªs Lutgard Ferreira Nogueira e Maura Maria de Oliveira para o filho do instituidor, Jones Regis Nogueira;

9.7.4. observe os termos da IN 55/2007, desta Corte de Contas;

9.8. determinar à Sefip que

9.8.1. acompanhe rigorosamente a implementação das medidas determinadas nos itens 9.7.1 a 9.7.4, *supra*, e

9.8.2. dê conhecimento ao órgão de origem do teor deste acórdão, bem como das demais peças que o fundamentam.

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3874-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3875/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 000.641/2010-3.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Maria do Socorro Vieira Marques (CPF 760.945.534-20).

4. Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (vinculador).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade: Secex-RR.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em desfavor da Sra. Maria do Socorro Vieira Marques, em razão do descumprimento das disposições contidas no Termo de Concessão e Aceitação de Apoio ao Financiamento de Projeto Científico e Tecnológico, em face de parecer final desfavorável aos relatórios técnicos apresentados e omissão no dever de apresentar os relatórios técnicos finais;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pela Sra. Maria do Socorro Vieira Marques;

9.2. julgar as presentes contas irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, e condenar a Sra. Maria do Socorro Vieira Marques ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados desde as datas discriminadas até a data do recolhimento, descontado do valor total as importâncias já recolhidas, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor Histórico (R$)	Data de ocorrência
1.000,00	4/9/2001
1.000,00	2/10/2001
1.000,00	5/11/2001
1.000,00	4/12/2001
1.000,00	3/1/2002
1.000,00	5/2/2002
1.000,00	4/3/2002
1.000,00	2/4/2002
1.000,00	3/5/2002
1.000,00	3/6/2002
1.000,00	3/7/2002
1.500,00	2/8/2002
1.500,00	2/9/2002
1.500,00	2/10/2002
1.500,00	4/11/2002
1.500,00	3/12/2002
1.500,00	7/1/2003
1.500,00	4/2/2003
1.500,00	6/3/2003
1.500,00	2/4/2003
1.500,00	2/5/2003
1.500,00	2/6/2003
1.500,00	2/7/2003
1.500,00	4/8/2003
1.500,00	18/9/2003
1.500,00	2/10/2003
1.500,00	3/11/2003
1.500,00	2/12/2003
1.500,00	5/1/2004
1.500,00	3/2/2004
1.500,00	2/3/2004
1.500,00	2/4/2004
102.700,00	16/8/2001
193.065,00	26/9/2002
146.175,00	11/6/2003
35.600,00	4/3/2004

9.3. aplicar à Sra. Maria do Socorro Vieira Marques a multa prevista no art. 57 da Lei n° 8.443, de 1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que a responsável comprove perante o Tribunal o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), atualizada monetariamente atualizada monetariamente na data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei n° 8.443, de 1992, e no art. 217 do Regimento Interno do TCU, o parcelamento das dívidas a que se referem os itens 9.2 e 9.3 deste Acórdão em até 24 (vinte e quatro) prestações mensais e sucessivas, caso requerido pela responsável, alertando-a de que, conforme disposto no § 2º do art. 217 do RITCU, a falta do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n° 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.6. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamenta, ao Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e à Procuradoria da República no Estado de Roraima para as providências que entender cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei n° 8.443, de 1992.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3875-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3876/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 002.102/2011-0.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Pensão Civil.

3. Interessados: Elvira Bellettini Belmont de Brito (279.470.841-49); Erick Bellettini Belmont de Brito (004.126.579-37); Flávio Schuler de Lucena (051.287.254-64); Hosana Régis Marinho (082.608.308-09); Iran Miranda de Barros (056.579.374-81); Laís Schuler de Lucena (051.287.184-17); Luíza Maria Mota Schuler de Lucena (467.752.264-20); Marisa Miranda (236.723.074-91); Orlando Schuler de Lucena (051.287.324-01); Philipe Bellettini Belmont de Brito (004.126.549-11); Priscilla Bellettini Belmont de Brito (004.126.499-18).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 13ª Região/PB.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade: Sefip.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos este ato de alteração de concessão de pensão civil em favor de Hosana Régis Marinho (peça nº 5) e os atos iniciais de concessão de pensão civil em favor de Flávio Schuler de Lucena, Laís Schuler de Lucena, Luíza Maria Mota Schuler de Lucena e Orlando Schuler de Lucena (peça nº 3), Iran Miranda de Barros, Marisa Miranda (peça nº 4), Elvira Bellettini Belmont de Brito, Erick Bellettini Belmont de Brito, Philipe Bellettini Belmont de Brito e Priscilla Bellettini Belmont de Brito (peça nº 6).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legais as concessões iniciais de pensão civil em favor de Flávio Schuler de Lucena, Laís Schuler de Lucena, Luíza Maria Mota Schuler de Lucena e Orlando Schuler de Lucena (peça nº 3), e de Elvira Bellettini Belmont de Brito, Erick Bellettini Belmont de Brito, Philipe Bellettini Belmont de Brito e Priscilla Bellettini Belmont de Brito (peça nº 6), com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e ordenar o registro dos atos com número de ordem 20785704-05-2007-000004-8 e 20785704-05-2007-000001-3, respectivamente constantes às peças 3 e 6 dos autos;

9.2. considerar ilegais as concessões iniciais de pensão civil em favor de Iran Miranda de Barros e Marisa Miranda, número de controle 20785704-05-2007-000003-0, peça nº 4, e de Hosana Régis Marinho, número de controle 20785704-05-2007-000005-6, peça nº 5, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, negando-lhes registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, conforme o disposto no Enunciado da Súmula nº 106 deste Tribunal;

9.4. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho 13ª Região/PB que adote medidas para:

9.4.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos interessados cujos atos foram considerados ilegais;

9.4.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos correspondentes à fração dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, alertando que as concessões consideradas ilegais poderão prosperar, após escoimadas da irregularidade apontada, com a emissão de novos atos, que podem ser encaminhados a este Tribunal para apreciação, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno;

9.4.3. dar ciência aos interessados cujos atos foram considerados ilegais de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento desse recurso; e

9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações ora expendidas, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3876-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3877/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.676/2011-0.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessados: Maria Paula de Oliveira (664.776.546-87); Maria Teresa de Paiva (097.420.426-91); Maria Theresa Duarte Ferreira (006.386.416-91); Maria Zelia Alves da Silva (889.313.906-53); Marilena Cherchiglia (189.097.526-53); Marilena Silva Coscarelli (113.053.716-15); Marilia Cardoso Regis (253.419.606-53); Marisete Ferreira dos Santos Ligeiro (143.436.656-15); Mariza Figueiredo Martins (528.919.846-68).

4. Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade: Sefip.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de atos de concessão inicial e de alteração inicial de aposentadorias em favor de servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legais os atos em favor de Maria Paula de Oliveira, Maria Zélia Alves da Silva e Mariza Figueiredo Martins, ordenando-lhes o registro;

9.2. considerar prejudicado por inépcia o exame de mérito do ato em favor de Marília Cardoso Regis, determinando-se ao órgão de origem, com amparo no art. 3º, § 7º, da Resolução TCU nº 206, de 24 de outubro de 2007, que, no prazo de 15 (quinze) dias, emita novo ato livre das falhas de lançamento identificadas, discriminando e fundamentando as parcelas que compõem os proventos da interessada;

9.3. considerar ilegais os atos em favor de Maria Tereza de Paiva, Maria Thereza Duarte Ferreira, Marilena Cherchiglia, Marilena Silva Coscarelli e Marisete Ferreira dos Santos Ligeiro, negando-lhes o registro;

9.4. dispensar a reposição dos valores indevidamente recebidos pelas beneficiárias, nos termos da Súmula nº 106 do TCU;

9.5. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG que, no prazo de 15 (quinze) dias:

9.5.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação às beneficiárias dos atos impugnados, informando-lhes que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso, em caso de não provimento, não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação;

9.5.2. faça cessar o pagamento da fração indevida das parcelas remuneratórias ora consideradas ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, **caput**, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. alertar o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG de que as concessões consideradas ilegais poderão prosperar, mediante a emissão de novos atos livres das irregularidades apontadas, conforme previsto no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

9.7. determinar à Sefip que proceda à verificação do cumprimento da medida constante do subitem 9.5.2 supra, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3877-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3878/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.677/2011-7.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessados: Marta Maria Nobre de Freitas (374.443.366-87); Mirtes Marta do Nascimento (508.162.176-53); Natalino Anunciação dos Santos (137.198.406-97); Nelzi Alexandrina Reis da Paixão (032.958.056-60); Nilceia Luiza da Costa (370.198.216-34); Nilda Prado Campos (729.535.436-00); Paula de Castro Mendes (666.685.306-72); Paulo Antonio de Andrade (010.100.266-15); Raimunda Claudina da Rocha Santos (610.586.456-68); Raul Campos de Oliveira (255.439.036-34).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG - JT.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade: Sefip.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes atos de concessão de aposentadoria de ex-servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal, c/c os arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar legais atos de interesse de Marta Maria Nobre de Freitas, Mirtes Marta do Nascimento, Natalino Anunciação dos Santos, Nilcéia Luiza da Costa e Paula de Castro Mendes, concedendo-lhes o respectivo registro;

9.2. considerar ilegais os atos de interesse de Nelzi Alexandrina Reis da Paixão, Nilda Prado Campos, Paulo Antonio de Andrade, Raimunda Claudina da Rocha Santos e Raul Campos de Oliveira, negando-lhes registro;

9.3. dispensar a reposição dos valores indevidamente recebidos, mas de boa-fé, até a data do conhecimento do presente Acórdão pelo órgão de origem, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do Tribunal;

9.4. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG que:

9.4.1. observe o disposto no Acórdão 61/2009 - TCU - Plenário no sentido de proceder à correção da vantagem pecuniária individual da Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003, incluída nas aposentadorias e pensões civis que detêm paridade e são pagas proporcionalmente, de forma que tal parcela seja paga de acordo com a proporção dos proventos;

9.4.2. no prazo de 15 (quinze) dias, adote medidas para:

9.4.2.1. dar ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados cujos atos foram considerados ilegais, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento desse recurso, encaminhando a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que os interessados tomaram conhecimento desta decisão;

9.4.2.2. fazer cessar o pagamento das frações indevidas das parcelas remuneratórias consideradas ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.5. orientar o órgão de origem no sentido de que, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU (RITCU), os atos considerados ilegais poderão prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novos atos, livres das irregularidades indicadas nesta deliberação, para que sejam submetidos à apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, **caput**, também do RITCU; e

9.6. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações contidas no item 9.4, representando ao TCU em caso de não atendimento.

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3878-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3879/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 004.955/2010-2.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Bruno Luis Litaiff Ramalho, ex-prefeito (CPF 166.622.612-20).

4. Entidade: Município de Carauari/AM.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade: Secex/AM.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Gerência de Orientação e Avaliação da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa em desfavor do Sr. Bruno Luís Litaiff Ramalho, ex-prefeito do Município de Carauari/AM, em face da impugnação da prestação de contas do Convênio nº 81/2006-PCN/MD, celebrado entre a União, por intermédio do Departamento de Administração Interna do Ministério da Defesa - Deadi/MD, e a referida municipalidade, com o objetivo de custear a construção de centro de múltiplo uso, com auditório, sala e banheiros, na sede do município, mediante aporte de recursos descentralizados do Programa Calha Norte.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Bruno Luís Litaiff Ramalho, nos termos do art. 12, §3°, da Lei n° 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Bruno Luís Litaiff Ramalho, com fundamento no art. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c" e 19, **caput**, da Lei nº 8.443, de 1992, condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir relacionadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, desde as datas especificadas até a efetiva quitação, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento dos referidos valores aos cofres Tesouro Nacional, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU;

Valor (R$)	Data
31.796,75	24/12/2007
20.929,84	24/12/2007
5.096,26	31/07/2008
10.355,85	24/12/2007

9.3. aplicar ao responsável, Sra. Bruno Luís Litaiff Ramalho, com base no art. 57 da Lei 8.443, de 1992, multa no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas a que se referem os itens 9.2 e 9.3 deste Acórdão em até 24 (vinte e quatro) prestações mensais e sucessivas, caso requerido pelo responsável, alertando-o de que, conforme disposto no § 2º do art. 217 do Regimento Interno do TCU, a falta do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os subitens 9.2 e 9.3, caso não atendida a notificação;

9.6. encaminhar à Procuradoria da República no Estado do Amazonas cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, nos termos do art. 209, § 6º, do RITCU.

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3879-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3880/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.227/2009-0.

2. Grupo II - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Francisco Hélio de Souza (CPF 069.562.385-00) e Quartzo Engenharia Ltda. (CNPJ 01.592.347/0001-33).

4. Entidade: Município de Terra Nova/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade: Secex/BA.

8. Advogados constituídos nos autos: George Dantas (OAB/BA 19.695), Ângelo Franco Gomes de Rezende (OAB/BA 16.907) e Luciano Simões de Castro Barbosa Filho (OAB/BA 23.216).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial convertida por intermédio do Acórdão 1.688/2009 - 2ª Câmara, com vistas à apuração do débito decorrente do superfaturamento verificado na execução do Convênio nº 98/1998, celebrado entre o município de Terra Nova/BA e o extinto Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto - Indesp, cujo objeto era a construção de uma quadra poliesportiva, no montante de R$ 165.000,00, incluindo o valor da contrapartida municipal, R$ 15.000,00.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, em:

9.1. arquivar o presente processo, com fundamento nos arts. 169, inciso II, e 212 do RITCU, c/c os arts. 5º, § 4º, e 10 da IN TCU nº 56, de 5 de dezembro de 2007, por falta de pressupostos de desenvolvimento válido e regular e em atenção aos princípios do contraditório e da ampla defesa; e

9.2. dar ciência da presente deliberação aos responsáveis.

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3880-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz (na Presidência).

13.3. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.4. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3881/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.451/2011-0.

2. Grupo I - Classe V- Assunto: Aposentadoria.

3. Interessados: Ana Maria Schuler Gomes (CPF 000.975.194-72); Berenice Lyra (CPF 033.881.664-04); Djalma Alves de Freitas (CPF 002.518.794-53); Eraldo Fagundes de Albuquerque (CPF 032.658.034-49); Francisco das Chagas Pereira (CPF 016.097.934-04); Hozana Cristina Nogueira Ramos (CPF 454.912.674-49); Maria Adélia Barros e Silva de Sá Pereira (CPF 126.843.094-34); e Maria das Graças da Silva Dantas (CPF 102.354.694-91).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Sefip.

8. Advogados: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes atos de concessão de aposentadoria de ex-servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal, e nos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar legais os atos de aposentadoria emitidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE em favor de Ana Maria Schuler Gomes, Berenice Lyra, Djalma Alves de Freitas (inicial e alteração), Eraldo Fagundes de Albuquerque, Francisco das Chagas Pereira, Maria Adélia Barros e Silva de Sá Pereira e Maria das Graças da Silva Dantas, ordenando-lhes o respectivo registro;

9.2. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Hozana Cristina Nogueira Ramos, negando-lhe o respectivo registro;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada, a teor do disposto na Súmula nº 106 deste Tribunal;

9.4. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE que, no prazo de 15 (quinze) dias, adote medidas para:

9.4.1. fazer cessar o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.2. dar ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada cujo ato foi considerado ilegal, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento desse recurso;

9.4.3. comprove junto ao TCU que a Sra. Hozana Cristina Nogueira Ramos tomou conhecimento do julgamento pela ilegalidade de seu ato de aposentadoria;

9.5. orientar o órgão de origem no sentido de que:

9.5.1. nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, o ato considerado ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato, livre das irregularidades indicadas nesta deliberação, para que seja submetido à apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, **caput,** também do RITCU;

9.5.2. a Sra. Hozana Cristina Nogueira Ramos deve ser informada sobre a necessidade de retornar ao serviço, sob pena de abandono do cargo, caso reste comprovado que a inativa não reúne as condições para a aposentação por invalidez ou, ainda, que não preenche os requisitos constitucionalmente exigidos para outra forma de aposentadoria;

9.6. remeter cópia integral desta deliberação ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho, para ciência e adoção das providências eventualmente cabíveis;

9.7. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações contidas no item 9.4, representando ao TCU em caso de não atendimento.

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3881-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3882/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 018.974/2010-4.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria

3. Interessados: Jose Paulo Roussenq (CPF 155.572.949-53) e Nilba Rebelo Pereira (CPF 014.457.089-06).

4. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/SC.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurado-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade: Sefip.

8. Advogado constituído nos autos: Márcio Locks Filho, OAB/SC 11.208.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes atos de concessão inicial de aposentadoria do Sr. José Paulo Roussenq e da Sra. Nilba Rebelo Pereira, ex-servidores da Superintendência Regional do Trabalho em Santa Catarina.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal, nos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar ilegais as concessões de aposentadoria aos servidores José Paulo Roussenq e Nilba Rebelo Pereira e recusar o registro dos atos de fls. 1/4 e 6/10;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, em conformidade com a Súmula nº 106 do TCU;

9.3. determinar à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Santa Catarina que :

9.3.1. suspenda, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento relativo à Unidade de Referência de Preços - URP (26,05%), constante do ato relativo à Sra. Nilba Rebelo Pereira, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. ajuste o valor da parcela referente à URP mediante aplicação do procedimento estabelecido no item 9.2.1.2 do Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário;

9.3.3. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos beneficiários dos atos impugnados, informando à Sra. Nilba Nilba Rebelo Pereira que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso, em caso de não-provimento, não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.4. alertar a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Santa Catarina que poderá encaminhar novo ato, em substituição ao original considerado ilegal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação por este Tribunal, escoimado da irregularidade apontada;

9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da medida constante do subitem 9.3 supra, representando a este Tribunal, se necessário.

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3882-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3883/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 019.964/2003-6.

1.1. Apenso: TC 008.887/2005-3

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Amadeus Pires de Sá (CPF 196.834.643-00); J M S Santos - Construtora Santos e Silva (CNPJ 01.995.211/0001-74); Solange Sousa Sá Neves (CPF 783.938.683-00).

4. Entidade: Município de Bernardo do Mearim - MA.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade: Secex-RS.

8. Advogados constituídos nos autos: Sebastião Souza da Silva (OAB/MA 598); Mariana Sá Vale Serra Alves (OAB/MA 7.125); Kátia Tereza de Carvalho Penha (OAB/MA 6.682).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Meio Ambiente, em razão da não execução do objeto do Convênio MMA/SRH n° 698/98 (SIAFI 369603) para a construção de dois sistemas de abastecimento de água.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis a Sra. Solange Sousa Sá Neves e a empresa J.M.S. Santos, com esteio no art. 12, § 3º, da Lei n° 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Amadeus Pires de Sá, ex-prefeito de Bernardo do Mearim/MA, e da Sra. Solange Sousa Sá Neves, tesoureira do Município de Bernardo do Mearim/MA, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei n° 8.443, de 1992, condenando-os, solidariamente com a empresa J.M.S. Santos, ao pagamento de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora, calculados a partir de 2/2/1999 até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento do referido valor aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

9.3. aplicar, com fulcro no art. 57 da Lei n° 8.443, de 1992, individualmente, ao Sr. Amadeus Pires de Sá, à Sra. Solange Sousa Sá Neves e à empresa J.M.S. Santos a multa no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n° 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei n° 8.443, de 1992, e no art. 217 do Regimento Interno do TCU (RITCU), o parcelamento das dívidas a que se referem os itens 9.2 e 9.3 deste Acórdão em até 24 (vinte e quatro) prestações mensais e sucessivas, caso requerido pelos responsáveis, alertando-os de que, conforme disposto no § 2º do art. 217 do RITCU, a falta do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. excluir a responsabilidade da empresa Compensados e Madeirites Ltda. do presente processo, comunicando-se aos representantes legais da empresa;

9.7. dar ciência do presente Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei n° 8.443, de 1992.

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3883-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3884/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 024.118/2009-0.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessado/Responsáveis:

3.1. Interessado: Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Amazonas - Funasa/AM (26.989.350/0002-05).

3.2. Responsáveis: José Maria Muniz de Castro (022.125.792-68); Wallace Gutemberg Teixeira e Silva (193.900.922-72).

4. Entidade: Município de Iranduba/AM (04.628.533/0001-73).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade: Secex/AM.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde, em virtude de inexecução parcial do objeto do Convênio nº 998/2001, que teve por finalidade promover melhorias sanitárias domiciliares no município de Iranduba/AM.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões apresentadas pelo Relator, em:

9.1. excluir a empresa Construmec Ltda. (CNPJ 02.542.641/0001-01) do polo passivo deste processo;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelos responsáveis José Maria Muniz de Castro e Wallace Gutemberg Teixeira e Silva;

9.3. julgar irregulares as contas dos Srs. José Maria Muniz de Castro e Wallace Gutemberg Teixeira e Silva, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19, **caput**, da Lei nº 8.443, de 16 de junho de 1992, e condená-los, solidariamente, ao pagamento dos valores abaixo discriminados, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora, calculados desde as datas indicadas até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação, para que comprovem perante este Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada Lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, atualizadas monetariamente na forma da legislação em vigor:

Data de Ocorrência	Valor em R$
11/7/2002	150.000,00
17/9/2002	150.000,00

9.4. aplicar aos responsáveis, Srs. José Maria Muniz de Castro e Wallace Gutemberg Teixeira e Silva, individualmente, a multa prevista no art. 57, da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem perante este Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os itens 9.3 e 9.4, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992;

9.6. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do Tribunal, o parcelamento das dívidas a que se referem os itens 9.3 e 9.4 em até 24 (vinte e quatro) parcelas, corrigidas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do Regimento Interno do Tribunal), sem prejuízo das demais medidas legais; e

9.7. encaminhar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, com fulcro no art. 209, § 6º, do Regimento Interno do Tribunal.

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3884-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3885/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 026.647/2006-3.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Mirtil Silva de Carvalho (021.752.742-68) e Sérgio Sebastião de Barros (357.476.768-49).

4. Entidade: Diretório Regional do Partido da Social Democracia Brasileira no Acre - PSDB/AC.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade: 7ª Secex.

8. Advogado constituído nos autos: Almir Antônio Pagliarini (OAB/AC 2.680).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Acre - TRE/AC em desfavor de ex-dirigentes e tesoureiros do Diretório Regional do Partido da Social Democracia Brasileira no Acre - PSDB/AC, em virtude da não aprovação da prestação de contas dos recursos do Fundo Partidário, exercício de 2002.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher as alegações de defesa dos Srs. Noel Matos de Araújo Chaves e Normando Rodrigues Sales, ex-tesoureiro-substituto e ex-secretário-geral do PSDB/AC, respectivamente, excluindo-os desta relação processual;

9.2. rejeitar as alegações de defesa dos Srs. Sérgio Sebastião de Barros e Mirtil Silva de Carvalho;

9.3. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, irregulares as contas dos Srs. Sérgio Sebastião de Barros e Mirtil Silva de Carvalho, condenando-os, solidariamente, ao pagamento das quantias especificadas na tabela a seguir, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora devidos, calculados desde as datas ali discriminadas até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Partidário, abatendo-se, na ocasião, os créditos também abaixo relacionados, nos termos da Súmula nº 128 deste Tribunal:

Data da Ocorrência	Valor a Pagar (R$)	Valor a Abater (R$)
30/9/2002	14.994,88	--
31/10/2002	21.243,75	--
29/11/2002	21.243,75	--
2/1/2006	--	3.271,45
3/1/2006	--	3.271,45
3/1/2006	--	3.271,45
17/4/2006	--	2.446,14
17/4/2006	--	2.446,14
17/4/2006	--	2.446,14
17/4/2006	--	2.446,14

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.4. aplicar, individualmente, aos Srs. Sérgio Sebastião de Barros e Mirtil Silva de Carvalho a multa prevista pelo art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma prevista na legislação em vigor;

9.5. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do Tribunal, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 24 (vinte e quatro) parcelas, corrigidas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do Regimento Interno do Tribunal), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.7. dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional Eleitoral do Acre; e

9.8. remeter cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado Acre, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992.

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3885-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3886/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 009.264/2005-0 (com 3 anexos)

2. Grupo II - Classe I - Pedido de Reexame

3. Interessados: Lourinaldo Pereira (CPF 095.624.193-04), José Pereira de Moraes (CPF 016.816.303-97), José Antônio Frazão (CPF 023.435.093-87), Wilson Pires Ferro (CPF 000.636.813-15), Wilson José Carvalho (CPF 044.317.663-91) e Maria da Piedade Silva (CPF 043.845.123-68).

4. Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Sefip/Serur

8. Advogado constituído nos autos: João Guilherme Carvalho Zagallo (OAB/MA 6.904) e Clauzer Mendes Castro Pinheiro (OAB/MA 8.261).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos relativos a pedidos de reexame interpostos pelos Sr[es] Lourinal do Pereira, José Pereira de Moraes, José Antônio Frazão, Wilson Pires Ferro, Wilson José Carvalho e Maria da Piedade Silva, contra o acórdão 5.361/2009-TCU-2ª Câmara, que considerou ilegais as concessões de aposentadorias a estes ex-servidores da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), negando registro aos respectivos atos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos art. 48 c/c os arts. 32 e 33 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, em;

9.1. conhecer dos pedidos de reexame interpostos pelos Sr[es] José Pereira de Moraes, José Antônio Frazão, Wilson Pires Ferro, Wilson José Carvalho e Maria da Piedade Silva, para, no mérito, negar a eles provimento, mantendo-se os termos do acórdão 5.361/2009-TCU-2ª Câmara;

9.2 dar conhecimento aos recorrentes e à entidade de origem do inteiro teor da deliberação adotada pelo Tribunal;

9.3. alertar à Fundação Universidade Federal do Maranhão de que a dispensa da reposição dos valores indevidamente recebidos pelos ex-servidores só alcança o período até a data de ciência do 5.361/2009-TCU-2ª Câmara, devendo, assim, serem ressarcidos os montantes percebidos desde então.

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3886-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3887/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 009.757/2008-8.

2. Grupo I - Classe I -Recurso de Reconsideração (TCE)

3. Interessado: Marcus Welby Martins Ferreira (930.555.104-10).

4. Unidade: Prefeitura de Campo Redondo - RN (08.358.723/0001-79).

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator do acórdão recorrido: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - RN (Secex/RN).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Marcus Welby Martins Ferreira contra Acórdão 4.625/2010-2ª Câmara, Ata 29/2010 - 2ª Câmara, que julgou irregulares suas contas, imputando-lhe débito e multa, em face da execução do Convênio 642/2003, para construção de unidade de saúde no município.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração e negar-lhe provimento;

9.2. remeter cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao recorrente.

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3887-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3888/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 012.380/2008-6

2. Grupo II - Classe I - Pedidos de Reexame.

3. Recorrentes: José Valdenir Gomes da Gama, gerente de administração (CPF 080.028.002-49), Paulo Roberto de Medeiros, diretor regional de Rondônia da ECT (CPF 051.691.002-72), e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

4. Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: procurador-geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Advogados constituídos nos autos: Wellington Dias da Silva (OAB/DF 8.546), Flávio Roberto Fay de Sousa (OAB/PR 25.528) e Luciana Santos de Oliveira (OAB/DF 17.426).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedidos de reexame interpostos por Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, José Valdenir Gomes da Gama, gerente de administração, e Paulo Roberto de Medeiros, diretor regional de Rondônia dos Correios, contra o acórdão 3.566/2008 - 2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos art. 32, 33 e 48 da lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos pedidos de reexame e dar-lhes provimento;

9.2. dar a seguinte redação ao acórdão 3.566/2008 - 2ª Câmara:

"9.1. acolher as justificativas apresentadas por Paulo Roberto de Medeiros e por José Valdenir Gomes da Gama;

9.2. conhecer da representação e considerá-la improcedente, com base nos arts. 234, §§ 1º e 2º, 235, 237, 250, 251 e 252 do Regimento Interno;

9.3. determinar o apensamento dos autos ao processo TC 028.377/2007-3, que trata do mesmo objeto e dos mesmos responsáveis.";

9.3. dar ciência desta decisão aos recorrentes.

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3888-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3889/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 012.947/2003-3.

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Prefeitura Municipal de Breves - PA (04.876.389/0001-94).

3.2. Responsável: Gervásio Bandeira Ferreira (005.010.002-59).

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Breves - PA.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade: 7ª Secretaria de Controle Externo (Secex/7).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde - FNS em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao Município de Breves/PA, por meio do Termo de Convênio 1596/1999, cujo objeto é a aquisição de unidade móvel de saúde, visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea **a**; 19, **caput**; 23, inciso III, alínea **a**; e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea **a** e **c**, do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Gervásio Bandeira Ferreira e condená-lo a recolher aos cofres do Fundo Nacional de Saúde - FNS, a importância de R$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais), atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, nos termos da legislação vigente, a partir de 15/3/2000 até a data do efetivo recolhimento:

9.2. aplicar a Gervásio Bandeira Ferreira multa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao do término do prazo fixado neste acórdão até a data do pagamento;

9.3. fixar prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação para comprovação do recolhimento das dívidas acima imputadas perante o Tribunal;

9.4. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação.

9.5. remeter cópia integral deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam para a Procuradoria da República no Estado do Pará, para adoção das medidas que entender cabíveis, com base no art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e para o Fundo Nacional de Saúde - FNS.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3889-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3890/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 020.489/2009-0

2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Ronildo Pereira Medeiros, ex-secretário municipal de saúde (CPF 793.046.561-68), Planam - Indústria, Comércio e Representação (CNPJ 37.517.1158/0001-43) e sua sócia-administradora Cléia Maria Trevisan Vedoin (CPF 207.425.761-91); Frontal - Indústria e Comércio de Móveis Hospitalares Ltda. e seu sócio-administrador Ricardo Lins Paixão (CPF 084.478.704-30).

4. Unidade: Prefeitura de Pesqueira/PE.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: procurador-geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: 4ª Secretaria de Controle Externo - Secex/4.

8. Advogados constituídos nos autos: Válber Melo (OAB/MT 8.927) e Augusto Assumpção (OAB/MT 13.279).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial decorrente de irregularidades na execução do convênio 609/2004 (Siafi 502.734), celebrado entre o Ministério da Saúde e a Prefeitura de Pesqueira/PE.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea **c**, 19, **caput**, 23, inciso III, 26, 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares estas contas especiais;

9.2. condenar solidariamente os responsáveis abaixo indicados a recolherem ao FNS as importâncias a seguir discriminadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora das datas infra-apontadas até a data do pagamento:

Responsáveis Solidários	Valor (R$)	Data
Ricardo Lins Paixão, Cléia Maria Trevisan Vedoin e Planam - Indústria, Comércio e Representação Ltda.	7.307,63	28/10/2004
Ricardo Lins Paixão, Ronildo Pereira Medeiros e Frontal - Indústria e Comércio de Móveis Hospitalares Ltda.	26.995,45	1/11/2004

9.3. aplicar a Ricardo Lins Paixão multa de R$ 12.000,00 (doze mil reais), a ser recolhida ao Tesouro Nacional atualizada monetariamente do dia seguinte ao do término do prazo abaixo estipulado até a data do pagamento;

9.4. aplicar a Cléia Maria Trevisan Vedoin e a Planam - Indústria, Comércio e Representação Ltda. multas individuais de R$ 3.000,00 (três mil reais), a serem recolhidas ao Tesouro Nacional atualizadas monetariamente do dia seguinte ao do término do prazo abaixo estipulado até a data do pagamento;

9.5. aplicar a Ronildo Pereira Medeiros e a Frontal - Indústria e Comércio de Móveis Hospitalares Ltda. multas individuais de R$ 9.000,00 (nove mil reais), a serem recolhidas ao Tesouro Nacional atualizadas monetariamente do dia seguinte ao do término do prazo abaixo estipulado até a data do pagamento;

9.6. fixar prazo de 15 (quinze) dias a contar das notificações para comprovação do recolhimento das dívidas acima imputadas perante o Tribunal;

9.7. autorizar antecipadamente, caso venha a ser solicitado, o pagamento das dívidas em até 24 parcelas mensais sucessivas;

9.8. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.9. encaminhar cópia desta deliberação e do relatório e do voto que a fundamentaram ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, ao Ministério Público do Estado de Pernambuco, ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, ao FNS, ao Denasus e à CGU.

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3890-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3891/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 021.586/2010-1.

2. Grupo I - Classe III - Relatório de Auditoria.

3. Responsáveis: Marcia Regina Ungarette (102.109.148-07); Rodrigo Mauro Ruiz de Matos (292.037.058-80); Tiago Rossi (286.656.328-08).

4. Unidade: Prefeitura de São Paulo - SP.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - SP (Secex/SP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada na Prefeitura de São Paulo - SP com objetivo avaliar a boa e regular gestão de recursos públicos federais repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, ao Município de São Paulo, nos exercícios de 2009 e 2010.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis, Srª Marcia Regina Ungarette, ex-Secretária Adjunta da Secretaria Municipal de Gestão de São Paulo, e Sr. Tiago Rossi, ex-Diretor do Departamento da Merenda Escolar da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo;

9.2. acolher as razões de justificativa apresentadas pelo responsável, Sr. Rodrigo Mauro Ruiz de Matos, então Coordenador de Gestão de Bens e Serviços da Prefeitura Municipal de São Paulo;

9.3. aplicar, individualmente, à Srª Marcia Regina Ungarette e ao Sr. Tiago Rossi a multa prevista no art. 58, II e III, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea **a** do RI/TCU), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo estabelecido até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.5. recomendar, com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno/TCU, ao Departamento da Merenda Escolar/SME/PMSP que:

9.5.1. na licitação em andamento para substituir o Contrato 94/2006, celebrado com a empresa Ceazza Distribuidora de Frutas, Verduras e Legumes Ltda., divida o objeto em lotes, de modo a ampliar a competitividade, a exemplo do ocorrido em outra licitação mais contemporânea da Prefeitura de São Paulo, constante do Processo 2009-0.106.022-0, a qual tem por objeto a execução terceirizada da merenda escolar por prestadores de serviço, em atendimento ao art. 3º, § 1º, inciso I c/c o art. 15, inciso IV, da Lei 8.666/1993, e nos pregões mais recentes em que se verifica a divisão do objeto das licitações em lotes por tipo de produto;

9.5.2. em futuras licitações, proceda à análise mais detida quanto à real necessidade e conveniência de se agrupar itens a serem adquiridos em lotes, de modo a evitar a reunião em mesmo lote de produtos que poderiam ser licitados isoladamente ou compondo lote distinto, com vistas a possibilitar maior competitividade no certame e obtenção de proposta mais vantajosa para a administração, fazendo constar nos autos o estudo que demonstre a inviabilidade técnica e/ou econômica do parcelamento;

9.6. determinar, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ao Departamento da Merenda Escolar/SME/PMSP que:

9.6.1. abstenha-se de adotar como parâmetro de precificação de seus contratos de aquisição de alimentos a coluna "Preço Maior" do Boletim Informativo Diário da Ceagesp, passando a utilizar como preço base a coluna "Preço Comum (valor médio)" ou "Preço Menor" do referido Boletim, tendo em vista que a utilização da coluna "Preço Maior" não atende ao princípio da economicidade, já que implica que os preços se pautem em valor que, de partida, não é economicamente vantajoso para a Administração;

9.6.2. não realize prorrogações sucessivas regulamentadas pelo inciso II do art. 57 da Lei 8.666/1993 em contratações que tenham por objeto o fornecimento de bens de consumo, inclusive gêneros alimentícios destinados à merenda escolar;

9.7. encaminhar ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que a fundamentam;

9.8. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do voto e relatório que o fundamentarem, à Câmara dos Vereadores do Município de São Paulo, para a adoção das medidas cabíveis, ante a contradição existente entre o disposto no art. 13 da Lei Ordinária de São Paulo-SP 13278, de 7 de fevereiro de 2002, e o disposto no art. 15, § 3º, inciso III, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, considerando, ainda a jurisprudência do TCU (Acórdão 991/2009-TCU-Plenário, Acórdão 3028/2010-TCU-2ª Câmara, Acórdão 2.140/2010-TCU-2ª Câmara e Acórdão 991/2009-TCU-Plenário) e a Súmula TCU 222.

9.9. arquivar o presente processo, após as devidas comunicações.

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3891-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3892/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 022.808/2009-2.

2. Grupo II - Classe II - Embargos de Declaração em Tomada de Contas Especial

3. Responsável: José Rodrigues Gomes (CPF 088.312.544-72).

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Água Branca - AL.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - AL (Secex/AL).

8. Advogado constituído nos autos: Ruth Graziela Brandão Danas - OAB/AL 9.131 e Luciano Guimarães Mata - OAB/AL 4.693.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração interpostos por José Rodrigues Gomes, ex-prefeito de Água Branca/AL, contra o acórdão 929/2011-2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência desta decisão ao embargante.

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3892-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 3893/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 028.210/2010-7

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessados: Isabel Cristina dos Santos (CPF 867.450.858-87); Maria Cristina da Silva (CPF 966.274.928-49); Maria Luiza Liva (CPF 722.942.648-00)

4. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que versam sobre concessão de aposentadoria efetuadas pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP, com inclusão de parcelas alusivas à Unidade de Referência de Preços (URP), referente a fevereiro de 1989 no percentual de 26,05%.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, III, da Constituição Federal; 1º, V, 39, II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 e 1º, VIII, 259, II, do RI/TCU, em:

9.1. considerar ilegais os atos de Isabel Cristina dos Santos (fls. 2/5), Maria Cristina da Silva (fls. 6/90, Maria Luiza Liva (CPF 722.942.648-00), negando-lhes os respectivos registros;

9.2. dispensar o recolhimento das parcelas indevidamente percebidas de boa-fé pelas interessadas, nos termos da Súmula TCU 106;

9.3. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP que:

9.3.1. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente dos atos impugnados no subitem 9.1 retro, contados a partir da ciência da deliberação do Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. comunique às interessadas acerca da deliberação adotada por esta Corte de Contas, alertando-as que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não provimento;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovantes da data em que as interessadas tomaram conhecimento da presente deliberação;

9.4. esclarecer ao órgão de origem sobre a possibilidade de emissão de novos atos, livres da irregularidade apontada, e submetê-los a nova apreciação deste Tribunal, com fundamento nos arts. 262, § 2º, e 260, **caput,** do Regimento Interno desta Corte.

9.5. orientar ao órgão de origem para que observe a correta aplicação do Acórdão 2161/2005-Plenário deste Tribunal, no caso de pagamento de valores decorrentes de sentenças judiciais, especialmente o subitem 9.2.1.2, **in fine**, no sentido de subtrair destes valores as sucessivas incorporações decorrentes de novas estruturas remuneratórias criadas por lei, até a absorção integral destas vantagens;

9.6. orientar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo que poderá emitir novos atos de aposentadoria em substituição aos ora considerados ilegais, escoimados da irregularidade apontada, os quais devem ser encaminhados ao Tribunal para apreciação, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno;

9.7. determinar à Sefip que proceda à verificação do cumprimento da medida indicada no item 9.7 acima, representando a este Tribunal, caso seja necessário.

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3893-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3894/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-031.510/2010-8

2. Grupo I - Classe VI - Representação.

3. Responsáveis: Luis Hiroshi Sakamoto (CPF 098.737.591-15); André Luiz Pereira do Couto (CPF 577.910.232-53); Moisés Antônio Benaion de Alencar (CPF 284.222.282-20); Cleane Vidal Teixeira (CPF 742.736.202-00); Valdeni Batista Milhomens (CPF 225.718.681-87); Thiago Flores dos Santos (CPF 657.624.522-04); Maria de Fátima Machado e Silva (CPF 140.407.002-87); e Rudary Prestadora de Serviços do Amazonas Ltda. (CNPJ 00.984.730/0001-74)

4. Unidade: Amazonas Distribuidora de Energia S/A.

5. Relator: ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas - Secex-AM.

8. Advogados: Andressa Veronique Pinto Gusmão de Oliveira (OAB/AM 3.554), Luciana Cristina Rodrigues (OAB/AM 3.671), Francisco dos Santos da Silva (OAB/AM 3.458), Alexandre Fleming Neves de Melo (OAB/AM 6.142), Neiva Evangelista Barboza (OAB/AM 3.187), Priscila Soares Feitoza (OAB/AM 4.656) e Paula Jaurina Silva Bessa (OAB/AM 5.028).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação da Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas - Secex-AM acerca de irregularidades no contrato 34.932/2009, celebrado com a empresa Rudary Prestadora de Serviços do Amazonas Ltda., no valor de R$ 3.077.454,25 (três milhões setenta e sete mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), para execução de análises de sistemas, mediante atividades de desenvolvimento e manutenção de sistemas suporte técnico em ambiente cliente-servidor e suporte técnico a redes.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com base nos arts. 23, III, "a", 43, I, e 58, II, da Lei 8.443/1992 e nos arts. 214, III, "a", 237, VI, e 246 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer da representação e considerá-la parcialmente procedente;

9.2. acolher integralmente as justificativas de Thiago Flores dos Santos e parcialmente as justificativas de Valdeni Batista Milhomens, Cleane Vidal Teixeira e Moisés Antônio Benaion de Alencar, bem como os esclarecimentos apresentados por Rudary Prestadora de Serviços do Amazonas Ltda.;

9.3. rejeitar as justificativas de Luis Hiroshi Sakamoto, Andre Luiz Pereira do Couto e Maria de Fátima Machado e Silva;

9.4. aplicar a cada um dos responsáveis abaixo arrolados, em razão dos fatos a seguir indicados, multa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), a ser recolhida ao Tesouro Nacional atualizada monetariamente do dia seguinte ao do término do prazo abaixo estipulado até a data do pagamento:

9.4.1. Luis Hiroshi Sakamoto, pela celebração do contrato 34.932/2009 no modelo de interposição de mão de obra, com aquisição de serviços técnica e economicamente divisíveis e sem vincular pagamentos a resultados, mas apenas a disponibilidade de mão de obra;

9.4.2. Moisés Antônio Benaion de Alencar, pela elaboração do projeto básico que levou à celebração do contrato 34.932/2009 no modelo de interposição de mão de obra, com aquisição de serviços técnica e economicamente divisíveis, sem vincular pagamentos a resultados, mas apenas a disponibilidade de mão de obra, sem previsão de preposto da empresa contratada e sem adequada justificação da fixação de pisos salariais;

9.4.3. Valdeni Batista Milhomens e Cleane Vidal Teixeira, pela elaboração do edital do pregão eletrônico 109/2009 com exigência indevida de registro das licitantes no Conselho Regional de Administração;

9.4.4. André Luiz Pereira do Couto, pelo aceite e pagamento das notas fiscais de serviços eletrônicas 963, 1015, 1096 e 1202 com valores de horas-extras não trabalhadas;

9.4.5. Maria de Fátima Machado e Silva, gestora do contrato 34.932/2009, pela não designação de fiscal do contrato e pela ausência de formalização da verificação dos relatórios de horas trabalhadas emitidos pela contratada;

9.5. fixar prazo de 15 (quinze) dias a contar das notificações para comprovação do recolhimento das dívidas acima imputadas perante o Tribunal;

9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.7. alertar a Amazonas Distribuidora de Energia S/A acerca da ausência de punição das empresas TSI Tecnologia e Segurança de Informática Ltda. - ME, CNPJ: 08.008.347/0001-92, EMK Informática Ltda. ME, CNPJ: 01.240.550/0001-40 e Data Graphics Tecnologia e Informação Ltda., CNPJ: 00.658.293/0001-07, que, embora tenham apresentado lances no pregão eletrônico 109/2009, deixaram de apresentar documentação quando convocadas;

9.8. determinar à Amazonas Distribuidora de Energia S/A a glosa do valor de R$ 47.561,68 (quarenta e sete mil quinhentos e sessenta e um reais e sessenta e oito centavos) no contrato 34.932/2009, em decorrência do pagamento irregular de horas-extras não trabalhadas nos meses de março, abril, maio e julho de 2010 como forma de cobrir gastos da contratada com aviso prévio indenizado não previstos no contrato;

9.9. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3894-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3895/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 032.108/2010-9

2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Dílson Cardoso (CPF 025.590.818-06).

4. Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo - Secex/SP.

8. Advogado constituído nos autos: Tulio Augusto Tayano Afonso (OAB/SP 202.686) e Rodrigo Guedes Casali (OAB/SP 248.626)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial de Dílson Cardoso, professor titular do Departamento de Engenharia Química da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq em decorrência da rejeição da prestação de contas do auxílio financeiro concedido ao projeto de pesquisa "Síntese e Propriedades das Peneiras Moleculares AI-Beta e TI-Beta" (peças de 1 a 13 - Termo de Concessão 522702/1995-3):

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. julgar regulares com ressalvas as presentes contas;

9.2. dar quitação ao responsável;

9.3. dar ciência desta deliberação ao responsável e ao CNPq.

10. Ata n° 19/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/6/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3895-19/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Ao dar prosseguimento à discussão e votação, nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, do processo nº 010.932/2008-2 (v. Ata nº 32/2010 - Segunda Câmara), o Ministro Aroldo Cedraz, na Presidência, concedeu a palavra ao Relator, Ministro Raimundo Carreiro. A Segunda Câmara aprovou, por unanimidade, o Acórdão nº 3869/2011.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUSTENTAÇÃO ORAL

Quando da apreciação do processo nº 025.410/2007-6, de relatoria do Ministro Raimundo Carreiro, apresentou sustentação oral, o Dr. Flávio Augusto de Castro Barboza - OAB-RS nº 53.995, em nome da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE e do Dr. Flávio Danúbio Silveira Vieira.

PEDIDOS DE VISTA

Diante de pedido de vista formulado pelo Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti (art. 112 do Regimento Interno), foi suspensa a discussão e votação do processo nº 002.420/2009-8 (com os Apensos nºs 023.606/2009-1, 023.601/2009-5 e 023.607/2009-9), após haver o Relator, Ministro Ubiratan Aguiar, proferido seu Voto e respectiva Minuta de Acórdão.

Diante de pedido de vista formulado pelo Ministro José Jorge (art. 112 do Regimento Interno), foi suspensa a discussão e votação do processo nº 015.548/2008-3, antes de haver o Relator, Ministro Raimundo Carreiro, proferido seu Voto e respectiva Minuta de Acórdão.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DA PAUTA

A requerimento dos respectivos Relatores, foram excluídos da Pauta nº 19/2011 citada, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

a) nº 016.845/2006-6 (Ministro Ubiratan Aguiar);

b) nºs 005.306/2009-7 e 017.655/2009-0 (Ministro Raimundo Carreiro); e

c) nºs 023.330/2007-4, 028.398/2007-3, 014.261/2009-2 e 022.757/2009-1 (Ministro-Substituto André Luís de Carvalho).

NÚMERO DE ACÓRDÃO NÃO UTILIZADO

Não foi utilizado na numeração dos Acórdãos o n° 3696 referente ao pedido de vista, durante a Sessão, do processo nº 002.420/2009-8.

Foram proferidas, sob a Presidência do Ministro Raimundo Carreiro, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Presidente, Ministro Aroldo Cedraz.

ENCERRAMENTO

A Presidência deu por encerrados os trabalhos, às dezessete horas e trinta e dois minutos e eu, Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos, lavrei e subscrevi a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária da Câmara

Aprovada em 9 de junho de 2011.

AROLDO CEDRAZ
na Presidência da Câmara

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS
SECRETARIA DA TURMA

DECISÕES

AUTOS FÍSICOS

PROCESSO Nº: 2006.71.95.024335-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: NEUSA MARIA DE ANDRADE
PROC./ADV.: MARIA SILESIA PEREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por NEUSA MARIA DE ANDRADE, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, a qual manteve sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial, pois consignou, dentre outros fundamentos, não ser possível a conversão do tempo de serviço especial em comum após 28.05.1998.
Afirma a suscitante haver divergência com julgado do STJ, sendo assim ementado, verbis:
PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO EXTRA PETITA E REFORMATIO IN PEJUS. NÃO CONFIGURADOS. APOSENTADORIA PROPORCIONAL. SERVIÇO PRESTADO EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. CONVERSÃO EM TEMPO COMUM. POSSIBILIDADE.
1. Os pleitos previdenciários possuem relevante valor social de proteção ao Trabalhador Segurado da Previdência Social, sendo, portanto, julgados sob tal orientação exegética.
2. Tratando-se de correção de mero erro material do autor e não tendo sido alterada a natureza do pedido, resta afastada a configuração do julgamento extra petita.
3. Tendo o Tribunal a quo apenas adequado os cálculos do tempo de serviço laborado pelo autor aos termos da sentença, não há que se falar em reformatio in pejus, a ensejar a nulidade do julgado.
4. O Trabalhador que tenha exercido atividades em condições especiais, mesmo que posteriores a maio de 1998, tem direito adquirido, protegido constitucionalmente, à conversão do tempo de serviço, de forma majorada, para fins de aposentadoria comum.
5. Recurso Especial improvido (REsp n.º 956.110/SP, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJ de 22/10/2007, p. 367).
Sustenta, em síntese, que a orientação adotada pelo aresto atacado está em descompasso com a jurisprudência do STJ, a qual entende inexistir limitação quanto à conversão do tempo de serviço laborado em condições especiais, mesmo sendo ele exercido após 28.05.1998.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.50.50.000106-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE : JOSÉ RAIMUNDO DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por JOSÉ RAIMUNDO DA SILVA e dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão colegiada proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Espírito Santo - 2ª Região que, em sede de embargos de declaração, entendeu por afastar a nulidade do julgamento sob argumento de falta de intimação pessoal do defensor público.
Sustenta a suplicante haver divergência com julgados do c. Superior Tribunal de Justiça, alegando, em síntese, a necessidade de se intimar pessoalmente o membro da Defensoria Pública, sob pena de nulidade.
O incidente foi inadmitido pelo Presidente da Turma Recursal da Seção Judiciária do Espírito Santo.
Por sua vez, a autora apresentou requerimento na forma do artigo 15, parágrafo 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Ao que se tem, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
In casu, o incidente suscitado fundou-se em questão eminentemente processual, qual seja, acerca da necessidade de intimação pessoal do representante da Defensoria Pública.
Confira-se, a propósito, o seguinte julgado da Turma Nacional de Uniformização:
PROCESSUAL E PREVIDENCIÁRIO. FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO DA TURMA RECURSAL QUE CONFIRMA SENTENÇA. DESNECESSIDADE. ART. 46 DA LEI 9099/95. JUNTADA DOCUMENTOS NOVOS NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. AUXÍLIO-DOENÇA. INCAPACIDADE. REEXAME DA PROVA. NÃO CONHECIMENTO.
I - No incidente de uniformização de jurisprudência não cabe o reexame da matéria de fato que motivou a decisão atacada, mas apenas da questão relativa à correta aplicação das regras referentes ao direito probatório.
II - Se o incidente suscita questões de direito processual, que serviram para fundamentar o acórdão da turma recursal, a Turma Nacional de Uniformização não tem competência para apreciá-las, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido.
III - Incidente não conhecido (PU n.º 2005.72.95.000728-0, Rel. Juiz Federal GUILHERME BOLLORINI PEREIRA, DJ de 02/08/2006). (g.n.).
Tais as razões expendidas, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 16 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2007.50.51.003021-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ERLY CARNEIRO DA SILVA
PROC/ADV.: LILIAN BELISÁRIO DOS SANTOS

DECISÃO

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Espírito Santo, que reformou a sentença, para conceder o pedido de aposentadoria rural por idade, no regime de economia familiar, sob os seguintes fundamentos:
O fato de a propriedade do autor ser considerada de grande porte (29 alqueires), não afasta, por si só, a qualificação de seu proprietário como segurado especial, uma vez que a terra é trabalhada também por outros membros da família, em regime de economia familiar, informação que foi averiguada pelo próprio INSS (fls 36)(sic), ademais, não há notícia de empregados fixos no imóvel (fl. 28). (fl. 142)
Alega o requerente divergência com julgados do STJ, onde ficou consignado que resta descaracterizada a atividade exercida sob regime de economia familiar, em razão do tamanho do imóvel exceder ao módulo rural da região, circunstância em que há de ser indeferido o pedido de concessão de aposentadoria.
O incidente foi admitido (fls. 200/1).
Relatados. Decido.
Verifica-se que o pleito que visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2007.50.52.000484-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO.
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTÔNIO PUTTIN
PROC/ADV.: MILTON CHAVES DE SOUZA

DECISÃO

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal do Juizado Especial Federal Cível da Seção Judiciária do Espírito Santo, a qual, por maioria, deu provimento ao recurso do autor para conceder aposentadoria por idade de trabalhador rural, ao entendimento de que o fato de a esposa do requerente receber aposentadoria urbana não inviabiliza a concessão da aposentadoria especial.
Alega o requerente divergência com precedentes da Turma Nacional de Uniformização, aduzindo, em síntese, que o recebimento de pensão urbana por cônjuge impede a percepção do benefício rurícula.
O incidente não foi admitido.
O suscitante apresenta requerimento nos termos do art. 15, § 4°, RI/TNU.
Relatados. Decido.
Tenho que incide ao caso a Questão de Ordem n. 13, porquanto a TNU já decidiu que a circunstância de um dos integrantes do núcleo familiar desempenhar atividade urbana não implica, por si só, a descaracterização do trabalhador rural como segurado especial, condição que deve ser analisada caso a caso (SUM 41 da TNU).
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.51.55.004548-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ CUSTÓDIO DA SILVA
PROC./ADV.: NATHALIE MARTINEZ SANSONI

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pelo INSS, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que manteve a sen-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

tença, julgando procedente o pedido do autor, fazendo cessar os descontos que a autarquia previdenciária vinha efetuando sobre o benefício de aposentadoria, sob o entendimento de que, as verbas previdenciárias, de caráter alimentar e recebidas de boa-fé, são irrepetíveis.
O suscitante alega que a decisão combatida diverge de julgados do STJ e do STF, segundo os quais, na hipótese de ter ocorrido pagamento a maior de benefício previdenciário decorrente de ato administrativo e de ausência de má-fé do segurado, pode o INSS efetuar, parceladamente, o desconto de até 30% do benefício, a fim de restitui a majoração paga indevidamente.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.71.95.001292-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA D0 RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: NELCI CAVALHEIRO
PROC./ADV.: IVANA MATTES PEDROSO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

NELCI CAVALHEIRO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com supedâneo no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de conversão de tempo de serviço especial em comum, ao fundamento de não ser possível fazê-lo após 28/05/98, bem como que a atividade exercida não expunha o requerente a agentes nocivos de maneira habitual e permanente.
Afirma o suscitante que a decisão diverge do entendimento das Turmas Recursais de Minas Gerais e da Bahia, aduzindo, em síntese, ser possível a conversão de tempo de serviço especial em comum, ainda que após 28/05/98, e que o contato habitual e permanente com agentes nocivos apenas passou a ser requisito para o reconhecimento do tempo de serviço especial após o advento da Lei n.º 9.032/95.
Inadmitido o incidente, o recorrente apresentou requerimento nos moldes do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Configurada, em princípio, a divergência jurisprudencial apontada, admito o incidente, com arrimo no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 22 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.71.95.003819-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE : RUBEM SÉRGIO FREIBERGER
PROC./ADV.: IVANA MATTES PEDROSO E OUTROS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

RUBEM SÉRGIO FREIBERGER suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que manteve a sentença que assim decidiu:
O. E. Freiberger
De 02.5.74 a 31.5.77
No que concerne às atividades desenvolvidas nessa empresa, especialmente quanto à exposição ao cimento, diz o Decreto 53.831/64, no item 1.2.10, que se considera insalubre os trabalhos permanentes em subsolo e, quanto aos trabalhos a céu aberto menciona outros que não aqueles descritos na DSS (fl. 51). Os demais agentes mencionados no formulário não constam na legislação como insalubres. Já em relação ao ruído, apenas a referência na DSS é insuficiente para considerá-lo nocivo, sendo imprescindível que a comprovação quanto à exposição se dê mediante laudo paricial (fl. 223v).
O suscitante alega divergência com julgado do STJ, aduzindo, em síntese, que a atividade de pedreiro, exercida no período de 02/05/74 a 31/05/77, deve ser reconhecida como especial.
O incidente foi inadmitido e o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
De início, verifica-se que o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a mencionar o número do julgado do STJ que supostamente seria paradigmático, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o decisum hostilizado e o paradigma citado, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
No mais, observa-se ainda que se cuida de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.71.95.003963-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOÃO CARLOS GOMES DE AMORIM
PROC./ADV.: VILMAR LOURENÇO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por JOÃO CARLOS GOMES DE AMORIM, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, a qual reformou sentença e consignou que, dentre outros fundamentos, o labor exercido em caráter especial, no período de 04/07/1994 a 11/08/1995, não poderia ser reconhecido, sob o entendimento de que o laudo juntado aos autos demonstraria que o contato do autor com os agentes nocivos se dava de forma habitual e intermitente.
Alega o suscitante haver divergência com julgados do STJ e da TNU, aduzindo, em síntese, que antes da Lei nº 9.032/95 não há exigência que o trabalho exercido em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física do trabalhador se dê de forma permanente e habitual.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.71.95.017398-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: DILETA DE OLIVEIRA
PROC/ADV.: MARIA SILÉSIA PEREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

DILETA DE OLIVEIRA suscita incidente de uniformização de jurisprudência, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, a qual não concedeu benefício de aposentadoria por tempo de contribuição à suscitante por entender que não houve o preenchimento dos requisitos para sua concessão.
Naquele julgamento, a Turma Recursal não reconheceu como especial os períodos de 13.09.1983 a 15.05.1986, 22.09.1993 a 03.01.1994 e 25.05.1994 a 22.10.1997 por conta da ausência de documentos aptos a confirmarem a exposição habitual e permanente a agentes nocivos, não se afigurando como idônea a prova documental materializada no formulário DSS 8030 por estarem em desacordo com a legislação, eis que teriam sido preenchidos pelo preposto da empresa.
Na ocasião, a Turma Recursal, ainda, concluiu pela impossibilidade da conversão de tempo especial em comum do período após 28.05.1998, nos termos da Súmula 16 da TNU.
Aponta a requerente que a divergência com julgados da Primeira Turma Recursal do Mato Grosso e do STJ, aduzindo, em síntese, que, antes do advento da Lei nº 9.528/97, bastava o preenchimento pelo empregador dos formulários DSS 8030 para a comprovação da exposição a agentes nocivos na prestação de atividade laboral, a fim de caracterizá-la como especial.
Sustenta, ainda, divergência com julgado do Superior Tribunal de Justiça, alegando que é possível a conversão do tempo especial em comum, mesmo que o trabalhador tenha exercido atividades em condições especiais após maio de 1998.
O incidente foi inadmitido e a suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, §4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando configurada a divergência jurisprudencial alegada, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, admito o presente.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.71.95.017525-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOÃO PASTORIZZI
PROC./ADV.: MARIA SILESIA PEREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por JOÃO PASTORIZZI, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, a qual manteve sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial, pois consignou, dentre outros fundamentos, não ser possível a conversão do tempo de serviço especial em comum após 28.05.1998.
Afirma o suscitante haver divergência com julgado do STJ, sendo assim ementado, verbis:
PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO EXTRA PETITA E REFORMATIO IN PEJUS. NÃO CONFIGURADOS. APOSENTADORIA PROPORCIONAL. SERVIÇO PRESTADO EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. CONVERSÃO EM TEMPO COMUM. POSSIBILIDADE.
1. Os pleitos previdenciários possuem relevante valor social de proteção ao Trabalhador Segurado da Previdência Social, sendo, portanto, julgados sob tal orientação exegética.
2. Tratando-se de correção de mero erro material do autor e não tendo sido alterada a natureza do pedido, resta afastada a configuração do julgamento extra petita.
3. Tendo o Tribunal a quo apenas adequado os cálculos do tempo de serviço laborado pelo autor aos termos da sentença, não há que se falar em reformatio in pejus, a ensejar a nulidade do julgado.
4. O Trabalhador que tenha exercido atividades em condições especiais, mesmo que posteriores a maio de 1998, tem direito adquirido, protegido constitucionalmente, à conversão do tempo de serviço, de forma majorada, para fins de aposentadoria comum.
5. Recurso Especial improvido (REsp n.º 956.110/SP, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJ de 22/10/2007, p. 367).
Sustenta, em síntese, que a orientação adotada pelo aresto atacado está em descompasso com a jurisprudência do STJ, a qual entende inexistir limitação quanto à conversão do tempo de serviço laborado em condições especiais, mesmo sendo ele exercido após 28.05.1998.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.71.95.017657-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: PEDRO ADAIR FERNANDES
PROC./ADV.: IVANA MATTES PEDROSO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por PEDRO ADAIR FERNANDES, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, a qual manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de conversão de tempo de serviço especial em comum, sob o fundamento de que a atividade exercida não expunha o requerente ao agente ruído de maneira habitual e permanente, bem como não ser possível o reconhecimento de atividade exercida sob condições especiais após 28/05/98.
Afirma o suscitante que a decisão diverge do entendimento das Turmas Recursais de Minas Gerais e da Bahia, aduzindo, em síntese, ser possível a conversão de tempo de serviço especial em comum, ainda que após 28/05/98, e que o contato habitual e permanente com agentes nocivos apenas passou a ser requisito para o reconhecimento do tempo de serviço especial para o trabalho exercido após o advento da Lei n.º 9.032/95.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO Nº: 2007.71.95.021614-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: DIRCEU DOS REIS
PROC./ADV.: MARIA SILESIA PEREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por DIRCEU DOS REIS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, a qual manteve sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial, pois consignou, dentre outros fundamentos, não ser possível a conversão do tempo de serviço especial em comum após 28.05.1998.
Afirma o suscitante haver divergência com julgado do STJ, sendo assim ementado, verbis:
PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO EXTRA PETITA E REFORMATIO IN PEJUS. NÃO CONFIGURADOS. APOSENTADORIA PROPORCIONAL. SERVIÇO PRESTADO EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. CONVERSÃO EM TEMPO COMUM. POSSIBILIDADE.
1. Os pleitos previdenciários possuem relevante valor social de proteção ao Trabalhador Segurado da Previdência Social, sendo, portanto, julgados sob tal orientação exegética.
2. ratando-se de correção de mero erro material do autor e não tendo sido alterada a natureza do pedido, resta afastada a configuração do julgamento extra petita.
3. Tendo o Tribunal a quo apenas adequado os cálculos do tempo de serviço laborado pelo autor aos termos da sentença, não há que se falar em reformatio in pejus, a ensejar a nulidade do julgado.
4. O Trabalhador que tenha exercido atividades em condições especiais, mesmo que posteriores a maio de 1998, tem direito adquirido, protegido constitucionalmente, à conversão do tempo de serviço, de forma majorada, para fins de aposentadoria comum.
5. Recurso Especial improvido (REsp n.º 956.110/SP, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJ de 22/10/2007, p. 367).
Sustenta, em síntese, que a orientação adotada pelo aresto atacado está em descompasso com a jurisprudência do STJ, a qual entende inexistir limitação quanto à conversão do tempo de serviço laborado em condições especiais, mesmo sendo ele exercido após 28.05.1998.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2007.71.95.026007-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ARTIVILA CANAVESE SCALCO
PROC./ADV.: AVELINO BELTRAME
REQUERIDO: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência, com fundamento no art. 14, § 2.º da Lei n.º 10.259/2001, suscitado por ARTIVILA CANAVESE SCALCO em face da decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que manteve sentença de improcedência do pedido de concessão de benefício de aposentadoria rural por idade, em razão da falta de provas de que a autora reúne os requisitos para a caracterização da sua condição de segurada especial.
Alega a suscitante divergência com julgados do STJ (Súmula n.º 14, REsp 980.762-SP, AgRg no REsp n.º 885.883-SP, AgRg no REsp n.º 944.714-SP). Aduz, em síntese, que os indícios de prova material corroborados pela prova testemunhal são suficientes à comprovação da atividade rural.
O incidente de uniformização foi inadmitido e a suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
In casu, verifica-se que os precedentes colacionados não guardam a devida similitude fática e jurídica com a hipótese em apreço.
Com efeito, a Turma Recursal de origem, com base nos elementos de que dispunha, concluiu que não restou demonstrado o exercício da atividade rurícola em condições passíveis de enquadramento da autora como segurada especial, enquanto os arestos apresentados como paradigmas tratam da questão sob enfoque diferente, qual seja, o de que os indícios de prova material quando corroborados pela testemunhal são suficientes para a comprovação da atividade rural, tese da qual a decisão impugnada, a rigor, não diverge.Ademais, verifica-se que a suscitante visa ao reexame das provas, a fim de obter a modificação da decisão impugnada, o que é manifestamente incabível em sede de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.33.00.704198-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JACIARA FERREIRA DO NASCIMENTO
PROC/ADV.: GILSON MATOS DE OLIVEIRA

DECISÃO

O Instituto Nacional do Seguro Social suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária da Bahia, que manteve a sentença o reconheceu o direito de a Autora perceber benefício assistencial, tendo em vista ser portadora de deficiência auditiva profunda, contar com apenas 16 anos de idade e não possuir, a sua família, meios próprios de subsistência, dependendo do auxílio de terceiros.
Alega divergência com precedentes de Turmas Recursais do Paraná e do Rio Grande do Sul, aduzindo que não faz jus a percepção do benefício assistencial aquele que não apresenta incapacidade, ou em que esta mostra ser apenas parcial (...).
O incidente foi inadmitido e o INSS apresentou requerimento nos termos do art. 15, § 4°, RI/TNU.
Relatados. Decido.
É expressa a sentença - mantida por seus próprios fundamentos pela Corte a quo - ao afirmar que consta do laudo médico pericial ser a Autora portadora de perda auditiva profunda de caráter sensorioneural, comprometendo a sua fala e a tornando incapaz para o trabalho e para a vida independente (fl. 2). Além disso, também consta da sentença que a família da parte autora (composta por 4 pessoas) não possui rendimentos, sobrevivendo com ajuda de parentes e terceiros, resultando em renda per capita inferior a prevista pelo art. 20, §3º, da Lei 8.742/93 (conforme laudo sócio-econômico de fls. 30/31).
Os precedentes colacionados pelo Requerente, portanto, não guardam a menor similitude fática com o acórdão ora recorrido. Num, cuida-se de pretenso beneficiário que seria capaz de praticar atividades laborativas e no outro, trata-se de portador de incapacidade parcial ou temporária.
Pelo exposto, ausente dissídio jurisprudencial a ser dirimido, não admito o incidente de Uniformização (art. 7º, inc. VI, do RITNU).
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.33.00.705285-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): ALOÍSIO GOUVEIA RIBEIRO
PROC./ADV.: NEI GEORGE PEREIRA PRADO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pelo INSS e dirigido à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, com fundamento no artigo 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, em face da decisão da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Bahia (1ª Região), segundo a qual inexiste lei que estabeleça o prévio requerimento administrativo como condição para a propositura da ação.
O suscitante alega divergência com julgado da Primeira Turma Recursal de São Paulo (2ª Região), aduzindo, em síntese, que é necessário o prévio requerimento administrativo para caracterização da lide sendo, consequentemente, condição da ação.
O incidente foi inadmitido e as partes apresentaram requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Tenho por inadmissível o presente incidente, pois a Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PU 2005.36.00.90.9586-1, sessão de 08/02/2010, pacificou o entendimento no sentido de não condicionar a propositura da ação previdenciária à exigência de prévio requerimento administrativo. Incidente, pois, à espécie a Questão de Ordem nº 13 da TNU, pela qual:
Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.
Acrescente-se, por pertinente, que o hodierno posicionamento do Superior Tribunal de Justiça também segue essa mesma linha, se não, confiram-se os seguintes julgados:
PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. PRESCINDIBILIDADE. CARÊNCIA DE AÇÃO AFASTADA.
1. A jurisprudência assentada no âmbito de ambas as Turmas da Terceira Seção desta Corte inclina-se no sentido de não condicionar a propositura da ação previdenciária à exigência de prévio requerimento administrativo.
2. omissis.
3. Recurso especial provido (REsp nº 1.105.773/RS, Rel. Min. JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 26/10/2009).
AGRAVO INTERNO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO NA VIA ESPECIAL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES.
1. A via especial não se presta à apreciação de ofensa a dispositivo da Constituição Federal.
2. Desnecessário o prévio requerimento administrativo para o pleito judicial de benefício previdenciário.
3. Agravo ao qual se nega provimento (AgRg no REsp nº 1.162.746/PR, Rel. Min. CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, DJe de 07/06/2010).
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.38.00.712112-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): PEDRO DA SILVA MALTA
PROC./ADV.: AURO NOGUEIRA DE BARROS

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pelo INSS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão da Terceira Turma Recursal da Seção Judiciária de Minas Gerais, a qual, confirmando a sentença, julgou procedente o pedido de conversão do benefício assistencial ao idoso em benefício de aposentadoria rural por idade ao ora recorrido, por entender que a prova documental, corroborada pela prova testemunhal produzida, teria demonstrado o cumprimento dos requisitos necessários a tanto.
Alega a autarquia suscitante divergência com julgado da Turma Recursal do Paraná (4ª Região), aduzindo, em síntese, que o autor seria grande proprietário rural, uma vez que possuiria 210 (duzentos e dez) hectares de propriedade rural, o que descaracterizaria o regime de economia familiar. Assim, o ora requerido não teria direito ao benefício concedido.
O incidente foi inadmitido e o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, §4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, admito o presente.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.38.00.7128906
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTONIO GARCIA DE ALMEIDA
PROC/ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais, assim ementado:
PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA NO ÂMBITO DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. DECISÃO MONOCRÁTICA. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. CPC, ART. 490, I. RI/TRF-1, ART. 230, § 1º. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. CPC, ART. 267, I.
Alega o suscitante divergência com julgado da Turma Recursal de Santa Catarina, que tratou sobre a possibilidade de processamento de ação rescisória, e sobre a aplicação do art. 741, parágrafo único, do CPC no âmbito dos Juizados Especiais, especialmente no que se refere ao cumprimento de decisão transitada em julgado que determinou a majoração de benefício previdenciário, nos termos da Lei nº 9.032/95, após pronunciamento do STF sobre a matéria entendendo ser descabida a aplicação retroativa da referida lei.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

O incidente foi inadmitido e o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, §4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Em primeiro plano, verifica-se que o suscitante, com vistas a configurar a divergência, colacionou arestos da Turma Recursal de Santa Catarina, mas deixou de acostar aos autos as cópias do inteiro teor do referido julgado, requisito obrigatório à admissibilidade do recurso, conforme preceitua a Questão de Ordem nº 03/TNU.
A Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o artigo 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate de questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
In casu, o incidente suscitado fundou-se em questão processual, qual seja, o cabimento de ação rescisória no âmbito dos Juizados Especiais, o que impede o conhecimento do presente incidente.
Confira-se, a propósito, o seguinte julgados, litteris:
INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. QUESTÃO DE DIREITO PROCESSUAL. NÃO CABIMENTO.
I. O pedido de uniformização de jurisprudência somente tem cabimento quando se tratar de questão de direito material (art. 14, caput, da Lei 10.259/2001, c/c art. 2º da Resolução n. 330/2003, do Conselho da Justiça Federal).
II. Incidente não conhecido, por versar a hipótese dos autos sobre matéria de direito processual. (PU nº 2007.72.95.001663-0, Relatora Juíza Federal Joana Carolina Lins Pereira, DJ 22/04/2009).
Ademais, verifica-se que o aresto indicado como paradigma não guarda similitude fática com a hipótese dos autos.
Com efeito, a decisão colegiada ora vergastada entendeu pelo não cabimento da ação rescisória no âmbito dos Juizados Especiais Federais, baseando-se no art. 59 da Lei 9.099/95, ao passo que, no aresto paradigma, considerou-se aplicável o art. 741, parágrafo único, do CPC, situação fática diferente da hipótese em tela.
Insta ressaltar que a decisão colegiada recorrida não se pronunciou sobre a aplicabilidade do art. 741 do CPC, não sendo cabível o presente incidente para se ventilar tese jurídica inovadora, nos termos da Questão de Ordem n. 10, in verbis:
Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.38.00.712893-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ORACY FRANCO LAMAS
PROC/ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais, assim ementado:
PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA NO ÂMBITO DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. DECISÃO MONOCRÁTICA. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. CPC, ART. 490, I. RI/TRF-1, ART. 230, § 1º. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. CPC, ART. 267, I.
Alega o suscitante divergência com julgado da Turma Recursal de Santa Catarina, que tratou sobre a possibilidade de processamento de ação rescisória, e sobre a aplicação do art. 741, parágrafo único, do CPC no âmbito dos Juizados Especiais, especialmente no que se refere ao cumprimento de decisão transitada em julgado que determinou a majoração de benefício previdenciário, nos termos da Lei nº 9.032/95, após pronunciamento do STF sobre a matéria entendendo ser descabida a aplicação retroativa da referida lei.
O incidente foi inadmitido e o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, §4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Em primeiro plano, verifica-se que o suscitante, com vistas a configurar a divergência, colacionou arestos da Turma Recursal de Santa Catarina, mas deixou de acostar aos autos as cópias do inteiro teor do referido julgado, requisito obrigatório à admissibilidade do recurso, conforme preceitua a Questão de Ordem nº 03/TNU.
A Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o artigo 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate de questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
In casu, o incidente suscitado fundou-se em questão processual, qual seja, o cabimento de ação rescisória no âmbito dos Juizados Especiais, o que impede o conhecimento do presente incidente.
Confira-se, a propósito, o seguinte julgados, litteris:
INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. QUESTÃO DE DIREITO PROCESSUAL. NÃO CABIMENTO.
I. O pedido de uniformização de jurisprudência somente tem cabimento quando se tratar de questão de direito material (art. 14, caput, da Lei 10.259/2001, c/c art. 2º da Resolução n. 330/2003, do Conselho da Justiça Federal).
II. Incidente não conhecido, por versar a hipótese dos autos sobre matéria de direito processual. (PU nº 2007.72.95.001663-0, Relatora Juíza Federal Joana Carolina Lins Pereira, DJ 22/04/2009).
Ademais, verifica-se que o aresto indicado como paradigma não guarda similitude fática com a hipótese dos autos.
Com efeito, a decisão colegiada ora vergastada entendeu pelo não cabimento da ação rescisória no âmbito dos Juizados Especiais Federais, baseando-se no art. 59 da Lei 9.099/95, ao passo que, no aresto paradigma, considerou-se aplicável o art. 741, parágrafo único, do CPC, situação fática diferente da hipótese em tela.
Insta ressaltar que a decisão colegiada recorrida não se pronunciou sobre a aplicabilidade do art. 741 do CPC, não sendo cabível o presente incidente para se ventilar tese jurídica inovadora, nos termos da Questão de Ordem n. 10, in verbis:
Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.38.00.712902-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LUZIA JENVAIN ECCARD
PROC/ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais, assim ementado:
PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA NO ÂMBITO DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. DECISÃO MONOCRÁTICA. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. CPC, ART. 490, I. RI/TRF-1, ART. 230, § 1º. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. CPC, ART. 267, I.
Alega o suscitante divergência com julgado da Turma Recursal de Santa Catarina, que tratou sobre a possibilidade de processamento de ação rescisória, e sobre a aplicação do art. 741, parágrafo único, do CPC no âmbito dos Juizados Especiais, especialmente no que se refere ao cumprimento de decisão transitada em julgado que determinou a majoração de benefício previdenciário, nos termos da Lei nº 9.032/95, após pronunciamento do STF sobre a matéria entendendo ser descabida a aplicação retroativa da referida lei.
O incidente foi inadmitido e o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, §4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Em primeiro plano, verifica-se que o suscitante, com vistas a configurar a divergência, colacionou arestos da Turma Recursal de Santa Catarina, mas deixou de acostar aos autos as cópias do inteiro teor do referido julgado, requisito obrigatório à admissibilidade do recurso, conforme preceitua a Questão de Ordem nº 03/TNU.
A Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o artigo 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate de questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
In casu, o incidente suscitado fundou-se em questão processual, qual seja, o cabimento de ação rescisória no âmbito dos Juizados Especiais, o que impede o conhecimento do presente incidente.
Confira-se, a propósito, o seguinte julgados, litteris:
INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. QUESTÃO DE DIREITO PROCESSUAL. NÃO CABIMENTO.
I. O pedido de uniformização de jurisprudência somente tem cabimento quando se tratar de questão de direito material (art. 14, caput, da Lei 10.259/2001, c/c art. 2º da Resolução n. 330/2003, do Conselho da Justiça Federal).
II. Incidente não conhecido, por versar a hipótese dos autos sobre matéria de direito processual. (PU nº 2007.72.95.001663-0, Relatora Juíza Federal Joana Carolina Lins Pereira, DJ 22/04/2009).
Ademais, verifica-se que o aresto indicado como paradigma não guarda similitude fática com a hipótese dos autos.
Com efeito, a decisão colegiada ora vergastada entendeu pelo não cabimento da ação rescisória no âmbito dos Juizados Especiais Federais, baseando-se no art. 59 da Lei 9.099/95, ao passo que, no aresto paradigma, considerou-se aplicável o art. 741, parágrafo único, do CPC, situação fática diferente da hipótese em tela.
Insta ressaltar que a decisão colegiada recorrida não se pronunciou sobre a aplicabilidade do art. 741 do CPC, não sendo cabível o presente incidente para se ventilar tese jurídica inovadora, nos termos da Questão de Ordem n. 10, in verbis:
Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.38.00.712912-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ARLETTE MARTINS DE MORAES
PROC/ADV.: ANA MARIA PINTO COELHO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais, assim ementado:
PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA NO ÂMBITO DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. DECISÃO MONOCRÁTICA. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. CPC, ART. 490, I. RI/TRF-1, ART. 230, § 1º. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. CPC, ART. 267, I.(fls. 130).
Alega o suscitante divergência com julgado da Turma Recursal de Santa Catarina, que tratou sobre a possibilidade de processamento de ação rescisória, e sobre a aplicação do art. 741, parágrafo único, do CPC no âmbito dos Juizados Especiais, especialmente no que se refere ao cumprimento de decisão transitada em julgado que determinou a majoração de benefício previdenciário, nos termos da Lei nº 9.032/95, após pronunciamento do STF sobre a matéria, entendendo ser descabida a aplicação retroativa da referida lei.
O incidente foi inadmitido (fls. 147/148).
Às fls. 149/150, o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, §4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Em primeiro plano, verifica-se que o suscitante, com vistas à configurar a divergência, colaciona arestos da Turma Recursal de Santa Catarina, mas deixou de acostar aos autos as cópias do inteiro teor do respectivo julgado, requisito obrigatório à admissibilidade do recurso, conforme preceitua a Questão de Ordem nº 03.
Adiante, a Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o artigo 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
In casu, o incidente suscitado fundou-se em questão processual, qual seja, o cabimento de ação rescisória no âmbito dos Juizados Especiais, o que impede o conhecimento do presente incidente, por inadmissível como suscitado.
Confira-se, a propósito, os seguintes julgados, litteris:
INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. QUESTÃO DE DIREITO PROCESSUAL. NÃO CABIMENTO.
I. O pedido de uniformização de jurisprudência somente tem cabimento quando se tratar de questão de direito material (art. 14, caput, da Lei 10.259/2001, c/c art. 2º da Resolução n. 330/2003, do Conselho da Justiça Federal).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

II. Incidente não conhecido, por versar a hipótese dos autos sobre matéria de direito processual. (PU nº 2007.72.95.001663-0, Relatora Juíza Federal Joana Carolina Lins Pereira, DJ 22/04/2009).
Ademais, verifica-se que o aresto indicado como paradigma não guarda a devida similitude fática com a hipótese dos autos.
Com efeito, a decisão colegiada ora vergastada entendeu pelo não-cabimento da ação rescisória no juizado, baseando-se no art. 59 da Lei 9.099/95, ao passo que, no aresto paradigma, considerou-se aplicável o art. 741, parágrafo único, do CPC, no âmbito dos Juizados, situação fática diferente da hipótese em tela.
Insta ressaltar que a decisão colegiada recorrida não se pronunciou sobre a aplicabilidade do art. 741 do CPC, não sendo cabível o presente incidente para se ventilar tese jurídica inovadora, nos termos da Questão de Ordem n. 10, in verbis:
Questão de Ordem n. 10: Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.38.00.712915-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANGELA MARIA DE OLIVEIRA CASTRO E OUTROS
PROC/ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais, assim ementado:
PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA NO ÂMBITO DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. DECISÃO MONOCRÁTICA. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. CPC, ART. 490, I. RI/TRF-1, ART. 230, § 1º. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. CPC, ART. 267, I.(fls. 186).
Alega o suscitante divergência com julgado da Turma Recursal de Santa Catarina, que tratou sobre a possibilidade de processamento de ação rescisória, e sobre a aplicação do art. 741, parágrafo único, do CPC no âmbito dos Juizados Especiais, especialmente no que se refere ao cumprimento de decisão transitada em julgado que determinou a majoração de benefício previdenciário, nos termos da Lei nº 9.032/95, após pronunciamento do STF sobre a matéria, entendendo ser descabida a aplicação retroativa da referida lei.
O incidente foi inadmitido (fls. 203/204).
Às fls. 205/206, o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, §4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Em primeiro plano, verifica-se que o suscitante, com vistas à configurar a divergência, colaciona arestos da Turma Recursal de Santa Catarina, mas deixou de acostar aos autos as cópias do inteiro teor do respectivo julgado, requisito obrigatório à admissibilidade do recurso, conforme preceitua a Questão de Ordem nº 03.
Adiante, a Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o artigo 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
In casu, o incidente suscitado fundou-se em questão processual, qual seja, o cabimento de ação rescisória no âmbito dos Juizados Especiais, o que impede o conhecimento do presente incidente, por inadmissível como suscitado.
Confira-se, a propósito, os seguintes julgados, litteris:
INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. QUESTÃO DE DIREITO PROCESSUAL. NÃO CABIMENTO.
I. O pedido de uniformização de jurisprudência somente tem cabimento quando se tratar de questão de direito material (art. 14, caput, da Lei 10.259/2001, c/c art. 2º da Resolução n. 330/2003, do Conselho da Justiça Federal).
II. Incidente não conhecido, por versar a hipótese dos autos sobre matéria de direito processual. (PU nº 2007.72.95.001663-0, Relatora Juíza Federal Joana Carolina Lins Pereira, DJ 22/04/2009).
Ademais, verifica-se que o aresto indicado como paradigma não guarda a devida similitude fática com a hipótese dos autos.
Com efeito, a decisão colegiada ora vergastada entendeu pelo não-cabimento da ação rescisória no juizado, baseando-se no art. 59 da Lei 9.099/95, ao passo que, no aresto paradigma, considerou-se aplicável o art. 741, parágrafo único, do CPC, no âmbito dos Juizados, situação fática diferente da hipótese em tela.
Insta ressaltar que a decisão colegiada recorrida não se pronunciou sobre a aplicabilidade do art. 741 do CPC, não sendo cabível o presente incidente para se ventilar tese jurídica inovadora, nos termos da Questão de Ordem n. 10, in verbis:
Questão de Ordem n. 10: Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.38.00.725614-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE : INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIAGERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTONIO CAMPOS TEIXEIRA
PROC./ADV.: MÁRCIA BRASIL E OUTROS

DECISÃO

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com base no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão colegiada proferida pela 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária de Minas Gerais - 1ª Região, a qual manteve sentença que julgou procedente pedido de concessão de aposentadoria por idade ao demandado, na condição de trabalhador rural, pois concluiu que houve início de prova material suficiente a comprovar o desempenho do labor agrícola em período superior ao de carência previsto em lei, cujo fato restou corroborado pela prova testemunhal colhida em Juízo e que o fato de a esposa do requerido ter exercido atividade urbana não enseja a descaratecrização do regime de economia familiar (fls. 97/98).
Afirma o postulante haver divergência com o enunciado sumular n.º 149/STJ, bem como com julgados desta nobre Corte de Justiça, dos quais se destaca o seguinte, verbis:
AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE RURAL. PERÍODO EQUIVALENTE À CARÊNCIA. ART. 143 DA LEI Nº 8.213/91. NÃO COMPROVAÇÃO. BENEFÍCIO INDEVIDO.
1. Não há como abrigar agravo regimental que não logra desconstituir os fundamentos da decisão recorrida.
2. Esta Corte tem reiteradamente decidido que, a teor do art. 255 e parágrafos, do RISTJ, para comprovação da divergência jurisprudencial, não basta a simples transcrição de ementas, devendo ser mencionadas e expostas as circunstâncias que identifiquem ou assemelham os casos confrontados, bem como juntadas cópias integrais de tais julgados ou, ainda, citado repositório oficial de jurisprudência.
3. O fato de o dissídio ser notório não implica em dispensa de sua comprovação, mas tão-somente abranda as exigências formais relativas à demonstração analítica da divergência alegada.
4. A teor do disposto no art. 143 da Lei nº 8.213/91, o trabalhador rural, ao requerer a aposentadoria por idade, deverá comprovar o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idêntico à respectiva carência.
5. Agravo regimental improvido (AgRg no REsp n.º 877.567/SP, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, DJ de 02/04/2007, p. 324).
Sustenta, em síntese, que não existe prova material do desempenho do trabalho rurícola por parte do demandado, o que lhe retira a qualidade de segurado especial.
Ao incidente foi negado seguimento pela Presidência da 2ª Turma Recursal de Minas Gerais (fls. 109/111).
Por sua vez, às fls. 112/113, o suplicante apresentou requerimento nos termos do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
In casu, verifica-se que os julgados colacionados não servem para configurar o suposto dissídio jurisprudencial apontado, visto se manifestarem no mesmo sentido do aresto impugnado, haja vista este ter consignado às fls. 67/68 que:
(...)
Como início de prova material de exercício da atividade rural apresentou o requerente, entre outros, os seguintes documentos:
a) cópia de título eleitoral, emitido em 24.06.1960, no qual a qualificação profissional do autor consta como 'lavrador' - fl. 13;
b) cópias de certidões de nascimento de filhos do demandante, emitidas, respectivamente, em 11.1.1974, 5.11.1979 e 3.2.1981, em que consta a qualificação do requerente como 'lavrador' - fls. 15/17;
c) cópia de escritura de divisão amigável de imóvel rural, lavrada em 5.8.2003, na qual o autor figura como co-proprietário de fazenda denominada 'Catingueiro', situada no distrito de Amanhece - fls. 22/25.
A corroborar o início de prova material presente nos autos, por meio do depoimento pessoal do autor e das testemunhas ouvidas em juízo - fls. 58/61 - tem-se a informação de que o autor realmente exerceu, por longo período, atividades tipicamente rurais, tanto na qualidade de empregado, quanto na condição de produtor rural em regime de economia familiar.
(...)
Entendo, pois, que restou demonstrado o exercício de atividade rural em período superior àquele previsto na tabela do art. 142 da Lei n.º 8.213/91, ainda que descontínuo, na dicção do art. 143 do referido diploma legal, consoante a conjuntura das provas carreadas aos autos, razão pela qual a concessão da aposentadoria por idade se mostra devida.
Ademais, cuida-se, em última análise, de reclamo em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o decisum alvejado, na dimensão do conjunto probatório do processo, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Isso posto, com arrimo no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 21 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.38.00.726063-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE : INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ LUIZ DE PAULA
PROC./ADV.: DANIEL FELIX DE OLIVEIRA

DECISÃO

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com base no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão colegiada proferida pela 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária de Minas Gerais - 1ª Região, a qual manteve sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial, pois reconheceu que o demandado trabalhou em condições especiais nos interregnos de 17/04/1973 a 30/10/1973 (86 dB); de 11/10/1974 a 10/01/1975 (85 dB); de 08/10/1975 a 30/04/1977 (91 dB); de 01/05/1977 a 30/04/1979 (90 dB); de 01/05/1979 a 05/05/1981 (94 dB); de 29/03/1983 a 24/05/1983 (eletricista: tensão superior a 250 volts); de 11/02/1985 a 07/03/1985 (95 dB); de 08/03/1985 a 12/09/1986 (96 dB); de 12/09/1986 a 06/08/1990 (94 dB); de 21/07/1993 a 21/06/1994 (92 dB); de 15/12/1994 a 13/01/1997 (94 dB); e de 28/04/1997 a 28/05/1998 (92 dB), consignando, ainda, que, (...) a exposição a ruídos inferiores em pequenos intervalos de tempo durante a jornada de trabalho não é suficiente para descaracterizar o tempo especial exercido e afastar o prejuízo à saúde do trabalhador a ele exposto. Desta forma, o ruído médio acima dos limites legais configura exposição permanente e habitual ao agente nocivo caracterizador da atividade especial (fl. 161).
Afirma o suplicante haver divergência com julgados do c. Superior Tribunal de Justiça, dos quais se destaca o seguinte, verbis:
RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO. ATIVIDADE INSALUBRE. CONTAGEM ESPECIAL PARA FINS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA NO SERVIÇO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE.

1. O direito à contagem, conversão e averbação de tempo de serviço é de natureza subjetiva, enquanto relativo à realização de fato continuado, constitutivo de requisito à aquisição de direito subjetivo outro, estatutário ou previdenciário, não havendo razão legal ou doutrinária para identificar-lhe a norma legal de regência com aquela que esteja a viger somente ao tempo da produção do direito à aposentadoria de que é instrumental.
2. O tempo de serviço é regido sempre pela lei da época em que foi prestado. Dessa forma, em respeito ao direito adquirido, se o trabalhador laborou em condições adversas e a lei da época permitia a contagem de forma mais vantajosa, o tempo de serviço assim deve ser contado.
3. Para fins de contagem recíproca de tempo de serviço, isto é, aquela que soma o tempo de serviço de atividade privada, seja ela urbana ou rural, ao serviço público, não se admite a conversão do tempo de serviço especial em comum, por expressa proibição legal.
Inteligência dos Decretos nº 72.771, de 6 de setembro de 1973, 83.080, de 24 de janeiro de 1979 (artigo 203, inciso I), 89.312, de 23 de janeiro de 1984 (artigo 72, inciso I) e da Lei nº 8.213/91 (artigo 96, inciso I).
4. Recurso conhecido (REsp n.º 448.302/PR, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, DJ de 10/03/2003, p. 343).
Sustenta, em síntese, que a decisão combatida entendeu como especial a atividade desempenhada pelo recorrido em condições normais.
Ao incidente foi negado seguimento pela Presidência da 1ª Turma Recursal de Minas Gerais (fls. 184/185).
Por sua vez, às fls. 186/187, o suscitante apresentou requerimento nos termos do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
In casu, verifica-se que o decisum alvejado está em consonância com a jurisprudência dominante do c. Superior Tribunal de Justiça, a qual

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

entende que mesmo estando o trabalhador exposto a ruído igual ou inferior a 90 dB, faz ele jus ao reconhecimento da especialidade buscada até a entrada em vigor do Decreto n.º 2.172/97, cuja norma acabou impondo limite superior a 90 dB, conforme atestam os seguintes precedentes colacionados abaixo, litteris:
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. SERVIÇO PRESTADO EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. PROVA. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N.º 7/STJ.
1. É firme a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça no sentido de que o ruído inferior a 90 dB deve ser considerado como agressivo até a data da entrada em vigor do Decreto n.º 2.172/97, que passou a exigir limite superior acima de 90 dB para configurar o agente nocivo.
2. Encontra óbice na Súmula 7/STJ a revisão do entendimento sufragado pelo acórdão recorrido que, embora reconhecendo que, entre 6/3/1997 e a data da entrada em vigor do Decreto n.º 4.882/03, o segurado esteve submetido a pressão sonora superior a 85 dB, nada referiu quanto à possível ultrapassagem de tal limite de ruído no desempenho da atividade laboral.
3. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no REsp n.º 1.168.196/SP, Rel. Min. OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJe de 13/12/2010).
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO EXERCIDO EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. INSALUBRIDADE. REPARADOR DE MOTORES ELÉTRICOS. COMPROVAÇÃO POR MEIO DE FORMULÁRIO PRÓPRIO. POSSIBILIDADE ATÉ O DECRETO 2.172/97 - RUÍDOS ACIMA DE 80 DECIBÉIS CONSIDERADOS ATÉ A VIGÊNCIA DO REFERIDO DECRETO. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.
1. A controvérsia dos autos reside, em síntese, na possibilidade ou não de se considerar como especial o tempo de serviço exercido em ambiente de nível de ruído igual ou inferior a 90 decibéis, a partir da vigência do Decreto 72.771/73.
2. In casu, constata-se que o autor, como reparador de motores elétricos, no período de 13/10/1986 a 6/11/1991, trabalhava em atividade insalubre, estando exposto, de modo habitual e permanente, a nível de ruídos superiores a 80 decibéis, conforme atesta o formulário SB-40, atual DSS-8030, embasado em laudo pericial.
3. A Terceira Seção desta Corte entende que não só a exposição permanente a ruídos acima de 90 dB deve ser considerada como insalubre, mas também a atividade submetida a ruídos acima de 80 dB, conforme previsto no Anexo do Decreto 53.831/64, que, juntamente com o Decreto 83.080/79, foram validados pelos arts. 295 do Decreto 357/91 e 292 do Decreto 611/92.
4. Dentro desse raciocínio, o ruído abaixo de 90 dB deve ser considerado como agente agressivo até a data de entrada em vigor do Decreto 2.172, de 5/3/1997, que revogou expressamente o Decreto 611/92 e passou a exigir limite acima de 90 dB para configurar o agente agressivo.
5. Recurso especial a que se nega provimento (REsp n.º 723.002/SC, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJ de 25/09/2006, p. 302).
Ademais, cuida-se, em última análise, de reclamo em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o aresto hostilizado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Tais as razões expendidas, com fulcro no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 28 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.38.00.726187-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DIAS BUZIANI
PROC/ADV.: VERA SERGIO LEANDRO ALVES

DECISÃO

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais, que confirmou a sentença concessiva do pedido de aposentadoria rural por idade, uma vez que os documentos acostados aos autos, bem como a prova testemunhal, mostram-se suficientes para comprovar o exercício de atividade rurícola pelo tempo de carência necessário para o deferimento do benefício.
Alega divergência com julgados da TNU, do TRF 1ª Região e de Turma Recursal de outra Região, defendendo que descaracterizado o regime de economia familiar, in casu, tendo em vista que o marido da autora possuiu vínculo empregatício urbano ao longo de sua vida profissional.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A divergência autorizadora do pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à TNU é aquela fundada entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, sendo, portanto, incabível o pedido com fundamento em dissídio com Tribunais Regionais Federais ou Turmas Recursais da mesma Região.
Quanto ao mais, verifica-se que o entendimento espelhado pela Turma Recursal da Seção Judiciária de Minas Gerais encontra-se em consonância com a jurisprudência sufragada pela eg. TNU e recentemente sumulada no enunciado nº 41, verbis:
A circunstância de um dos integrantes do núcleo familiar desempenhar atividade urbana não implica, por si só, a descaracterização do trabalhador rural como segurado especial, condição que deve ser analisada no caso concreto.
Assim sendo, de se entrever aplicável à espécie a questão de ordem nº 13 da TNU, inviabilizando trânsito do presente pedido de uniformização. Nessa linha, confira-se o seguinte precedente:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. RURAL. CONDIÇÃO DE SEGURADO ESPECIAL. REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. MEMBRO DO GRUPO FAMILIAR URBANO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. SÚMULA Nº 41.
1. Conforme a Questão de Ordem nº 13, "não cabe pedido de uniformização quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
2. Caso em que incide a Questão de Ordem nº 13, dada à existência de sintonia entre o entendimento adotado no acórdão recorrido e a Súmula nº 41 desta Turma Nacional, conforme a qual "a circunstância de um dos integrantes do núcleo familiar desempenhar atividade urbana não implica, por si só, a descaracterização do trabalhador rural como segurado especial, condição que deve ser analisada no caso concreto".
3. De qualquer forma, especificamente no presente caso a Turma Recursal de origem acabou entendendo que o marido da autora nem sequer tinha sido empregado urbano, pois seu vínculo era com uma fazenda na qual trabalhou a vida inteira.
4. Pedido de uniformização não conhecido. (PEDILEF nº 2007.38.00.740893-9, JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, 11/06/2010).
Registre-se ainda que a Turma Recursal ancorou-se precipuamente na análise dos fatos e das provas dos autos para entender restar comprovado o labor rurícola da autora na hipótese, de sorte que a inversão da conclusão a que chegou o decisum impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostra-se manifestamente incabível em sede de incidente de uniformização de jurisprudência por implicar em vedado reexame de matéria probatória.
Frente ao exposto, com base no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.38.00.726427-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LUCIANO SOARES DE JESUS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pelo INSS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária da Minas Gerais, a qual entendeu que o prévio ingresso de pedido na via administrativa não é condição necessária para a propositura de ação em que se pleiteia a concessão de benefício previdenciário.
Alega a autarquia suscitante que a decisão combatida diverge do entendimento da 1ª Turma Recursal de Santa Catarina, aduzindo, em síntese, ser necessário o prévio requerimento administrativo para que haja a configuração do interesse de agir.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
O incidente não merece avançar, visto que o Supremo Tribunal Federal já se pronunciou em sentido contrário à tese da autarquia suscitante, ou seja, que o prévio requerimento administrativo não é condição da ação previdenciária. A propósito, confira-se o seguinte julgado:
EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. NEGATIVA DA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA COMO CONDIÇÃO DA AÇÃO: DESNECESSIDADE. ART. 557 DO CPC. ATRIBUIÇÕES DO RELATOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
I - Não há previsão constitucional de esgotamento da via administrativa como condição da ação que objetiva o reconhecimento de direito previdenciário. Precedentes.
II - Quanto ao art. 557 do CPC, na linha do entendimento desta Corte, é constitucionalmente legítima a, "atribuição conferida ao Relator para arquivar, negar seguimento a pedido ou recurso e dar provimento a este - RI/STF, art. 21, § 1º; Lei 8.038/90, art. 38; CPC, art. 557, redação da Lei 9.756/98 - desde que, mediante recurso, possam as decisões ser submetidas ao controle do Colegiado" (RE 321.778-AgR/MG, Rel. Min. Carlos Velloso).
III - Agravo regimental improvido (AgR no RE nº 549238/SP, Rel. Min. Ricardo Lewandowsky, DJe de 04.06.09).
O eg. Superior Tribunal de Justiça, na esteira da jurisprudência do STF, firmou entendimento no mesmo sentido. É ver:
AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO. REQUISITO. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE.
O prévio requerimento administrativo não é requisito para o ajuizamento de ação proposta por segurado contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Precedentes do e. STJ.
Agravo regimental desprovido (AgRg no Resp nº 1.157.371/RS, Rel. Min. FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe de 15/03/2010).
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. DESNECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO COMO REQUISITO PARA O AJUIZAMENTO DE AÇÃO EM QUE SE PLEITEIA BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.
1. A teor da jurisprudência desta Corte de Justiça, a ausência de prévio requerimento administrativo não constitui óbice para que o segurado pleiteie judicialmente o benefício pretendido.
2. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no Resp Nº 1.129.201/RS, Rel. Min. OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJe de 01/03/2010).
Frente ao exposto, com base no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.38.00.728953-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): TEREZINHA DE AGUIAR MOREIRA
PROC/ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Terceira Turma Recursal da Seção Judiciária de Minas Gerais que, reformando a sentença, julgou procedente pedido de concessão de aposentadoria por invalidez.
Na decisão recorrida, ficou consignado que a requerida detém a qualidade de segurada e está incapacitada para o trabalho, preenchendo, portanto, os requisitos necessários ao benefício.
Alega o requerente as seguintes teses a saber: a) que a incapacidade da requerida é apenas parcial, o que não daria direito à aposentadoria por invalidez segundo jurisprudência paradigma do STJ e b) que a doença incapacitante é preexistente, o que também seria óbice à concessão do benefício segundo jurisprudência paradigma do TRF da 1ª Região.
O incidente foi inadmitido, mas foi apresentado requerimento nos termos do art. 15, § 4°, RI/TNU.
Relatados.Decido.
Em relação à tese de doença preexistente, de início, constato ser inadmissível o presente pleito no que se refere à suposta dissidência com o julgado do TRF da 1a Região, apontado como paradigma, restando, pois, inobservado o ditame do § 2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, pelo qual o pedido de uniformização será fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ (...) (g.n.).
Nesse sentido o seguinte julgado da Turma Nacional de Uniformização:
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA DA TURMA RECURSAL/PB COM O STJ. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REVISÃO DA R.M.I. AUSÊNCIA DE PARADIGMA.
(...).
4. Só é cabível o incidente de uniformização em questões de direito material, fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ (§ 2º do art. 14 da Lei 10.259/2001, c/c o art. 2º da Resolução 390/2004 do CJF).
(...)
6. Pedido não conhecido, em face da ausência de paradigma (Processo nº 2003.82.10.000957-7, TNU, Relator Juiz Federal Hélio Silvio Ourem Campos, DJ de 23.5.2006.).
No mais, não há dúvidas de que visa o requerente ao reexame de provas, com a conseqüente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, porquanto a decisão recorrida, após exaustiva análise do conjunto probatório, foi taxativa em afirmar que a requerida está totalmente incapacitada para o trabalho, enquanto o requerente procura demonstrar o contrário.
Assim, mostra-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado, porquanto nesta seara não é cabível o reexame de prova.
Isto posto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO Nº: 2008.38.00.729141-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE : INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SEBASTIANA ALVES DE ALMEIDA
PROC/ADV.: MARÍLIA FERRAZ MARTINS

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de Minas Gerais, a qual manteve sentença na parte em que concedeu a aposentadoria especial, ao entendimento de que:
Deste modo, restou comprovada, pelos testemunhos colhidos e pelo razoável início de provas materiais, a condição de segurada especial da autora, fazendo esta jus ao benefício pleiteado (fl. 74).
Alega divergência com julgados do STJ, defendendo que não houve a comprovação de exercício de atividade rural no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, inexistindo, pois, no caso, início de prova material a lastrear a concessão de aposentadoria rural, visto que vedada a referida concessão fundamentada unicamente em prova testemunhal (Súmula nº 149/STJ).
Incidente inadmitido às fls. 87/89.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU (fl. 90).
Relatados, decido.
De início, verifica-se que o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a mencionar as ementas dos julgados do STJ que supostamente seriam paradigmáticos, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o decisum hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Ademais, ainda que superado o óbice anterior, tem-se que o requerente defende a tese de que, in casu, inexistiu prova documental do suposto labor rural, pugnando pela incidência à espécie do verbete sumular nº 149/STJ.
Ocorre que a decisão colegiada, ancorando-se nos elementos de prova juntados ao processo, vislumbrou satisfeitos os requisitos para a concessão de aposentadoria especial, de modo que a inversão da conclusão a que chegou o decisum impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, como requer o suscitante, mostra-se manifestamente incabível em sede de incidente de uniformização de jurisprudência.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.38.00.729243-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GENERINO GONÇALVES FRANCO
PROC/ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de Minas Gerais, a qual manteve sentença que concedeu a aposentadoria especial, ao entendimento de que: (...)
10 - Consta dos autos certidão de casamento datada de 1974 (fl. 08) que qualifica o autor como lavrador, carteira do sindicato dos trabalhadores rurais datada de 1981 (fl. 5), entrevista rural (fl. 30/32) e declaração de exercício da atividade rural (fl. 33). A atividade de diarista ou safrista exercida pelo autor não descaracteriza sua condição de segurado especial. Nesse sentido: (REsp 621.840/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 25/05/2004, DJ 02/08/2004 p. 555)
11 - Também os depoimentos pessoal e testemunhal (fl. 11) foram convincentes ao confirmar as atividades rurais desenvolvidas pelo recorrido na plantação de milho, feijão e maniva em fazenda da região de Águas Vermelhas e que usa sua produção como meio de subsistência (fl. 52).
Alega divergência com julgados do STJ, defendendo que não houve a comprovação de exercício de atividade rural no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, inexistindo, pois, no caso, início de prova material a lastrear a concessão de aposentadoria rural, visto que vedada a referida concessão fundamentada unicamente em prova testemunhal (Súmula nº 149/STJ).
Incidente inadmitido às fls. 70/72.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU (fls. 74/75).
Relatados, decido.
De início, verifica-se que o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a mencionar as ementas dos julgados do STJ que supostamente seriam paradigmáticos, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o decisum hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Ademais, ainda que superado o óbice anterior, tem-se que o requerente defende a tese de que, in casu, inexistiu prova documental do suposto labor rural, pugnando pela incidência à espécie do verbete sumular nº 149/STJ.
Ocorre que a decisão colegiada, ancorando-se nos elementos de prova juntados ao processo, vislumbrou satisfeitos os requisitos para a concessão de aposentadoria especial, de modo que a inversão da conclusão a que chegou o decisum impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, como requer o suscitante, mostra-se manifestamente incabível em sede de incidente de uniformização de jurisprudência.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.38.00.729972-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ LUIZ RIBEIRO
PROC/ADV.: ROGÉRIO MARQUES DA SILVA

DECISÃO

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais, que manteve sentença que concedeu aposentadoria rural por idade, uma vez que os documentos acostados aos autos seriam suficientes para comprovar o exercício de atividade rurícola pelo tempo de carência necessário para o deferimento do benefício.
Alega o suscitante divergência com julgados do STJ, defendendo que no caso em apreço não houve a comprovação do exercício de atividade rural no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, bem como de que não há início de prova material da atividade rural.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Verifica-se que o pleito visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Frente ao exposto, com base no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.38.00.731252-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): ANTÔNIO GOMES RAMALHO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pelo INSS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de Minas Gerais, a qual concedeu o benefício de aposentadoria rural por idade ao ora recorrido, por entender que as provas documentais corroboradas com a prova testemunhal produzida demonstraram o exercício de atividade rural durante tempo equivalente à carência necessária, tendo, inclusive, cumprido o requisito etário para tal benefício.
Alega a autarquia suscitante divergência com julgado da Turma Recursal do Paraná (4ª Região), aduzindo, em síntese, que o autor é grande proprietário rural, uma vez que possui 140 hectares de propriedade rural (o que desconstituiria o regime de economia familiar), é empregador rural, e, também, não exerce a atividade rural no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo. Assim, o ora requerido não teria direito ao benefício da aposentadoria rural por idade, por não possuir qualidade de segurado especial.
O incidente foi inadmitido e o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, §4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando configurada a divergência jurisprudencial alegada, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, admito o presente.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.39.00.700444-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FRANCISCA SOUSA SILVA
PROC/ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Pará, a manter sentença que inadmitiu a proposta de acordo oferecida pela autarquia previdenciária, à consideração de que a Autora encontra-se em situação de hipossuficiência.
Alega o Requerente divergência com julgado de Turma Recursal do Paraná a qual, conforme releva, teria o posicionamento de que não é possível a não homologação de acordo havido entre as partes, a não ser na hipótese do artigo 129 do Código de Processo Civil.
O incidente foi inadmitido, mas foi apresentado requerimento nos termos do art. 15, § 4°, RI/TNU.
Relatados.Decido.
No caso em exame, houve negativa, por parte do juízo, de homologação de acordo, tendo em vista a ausência de advogado e o estado de hipossuficiência da Autora. No acórdão paradigma afirma-se ser a parte autora pessoa absolutamente capaz e representada por procuradora devidamente habilitada, a quem teria conferido poderes para confessar, desistir, transigir e firmar acordo, entre outros.
O precedente trazido à colação pelo Requerente, portanto, não guarda similitude de base fático-jurídica com o acórdão hostilizado, não tendo restado comprovada, por isso mesmo, a divergência jurisprudencial argüida.
Isto posto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.39.00.700503-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPÁ
REQUERENTE: JOSEFA ARAÚJO LEMOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A) : INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

JOSEFA ARAÚJO LEMOS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com base no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Amapá, que manteve sentença de improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por invalidez, à consideração de que a autora não padece de incapacidade que o (sic) impossibilite de exercer atividades laborativas distintas da que exerce atualmente - agricultora. (fl. 38).
Afirma a Requerente estar o acórdão recorrido em divergência com julgados do STJ, relevando ser imprescindível a verificação das condições sócio-econômicas do segurado, quando da avaliação do pedido de concessão de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, não se podendo dar valor probatório exclusivo ao laudo pericial.
Ao incidente foi negado seguimento, mas foi apresentado requerimento, nos moldes do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial apontada, admito o incidente, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.39.00.700596-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ-AMAPÁ
REQUERENTE: JUAREZ RIBEIRO
PROC/ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

JUAREZ RIBEIRO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com esteio no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Pará-Amapá, a qual manteve sentença que julgou improcedente o pedido de benefício assistencial a deficiente, ao entendimento de que o laudo pericial médico de fls. 21/22 revela que o autor não está incapacitado para o exercício de atividades laborativas ou para as suas atividades cotidianas (fl. 53).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Alega divergência com julgados do STJ e do TRF da 3ª Região, defendendo que, para a concessão do benefício assistencial ao deficiente, devem ser consideradas suas condições sócio-econômicas, que o impossibilitam de se inserir novamente no mercado de trabalho.
O incidente restou inadmitido às fls. 76/77.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU (fls 78/79).
Relatados, decido.
A divergência autorizadora do pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à TNU é aquela fundada entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, sendo, portanto, incabível o pedido com fundamento em dissídio com Tribunais Regionais Federais ou Turmas Recursais da mesma Região.
Na sequência, verifica-se que o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a mencionar os julgados do STJ que supostamente seriam paradigmáticos, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Ademais, ainda que superado o empeço anterior, verifica-se que a questão relativa à consideração da situação sócio-econômica do autor não restou debatida pela Turma Recursal de origem, nem foram opostos os competentes embargos de declaração para fins de suscitar tal discussão.
Nesse panorama, é de se entrever a incidência da Questão de Ordem nº 10 da TNU, pela qual:
Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.39.00.700602-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ-AMAPÁ
REQUERENTE: ANA MARIA FERREIRA MARQUES
PROC/ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por ANA MARIA FERREIRA MARQUES, com fundamento no art. 14, § 2º da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Pará-Amapá, segundo a qual a requerente não atende às condições necessárias à concessão do benefício assistencial de prestação continuada instituído no art. 20 da Lei nº 8.742/93. O aresto impugnado restou assim ementado, litteris:
NATUREZA: PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE AMPARO AO DEFICIENTE. CAPACIDADE PARA O TRABALHO. ART. 20, §2º, DA LEI Nº 8.742/93. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS (fl. 62).
Alega a requerente divergência com precedentes do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, aduzindo, em síntese, que a incapacidade para o trabalho e para a vida independente e, por conseguinte, a concessão de benefício assistencial com base nesses dados, não pode ser auferida [sic] com base apenas no laudo apresentado em Juízo, devendo ser levado [sic] em consideração diversos fatores para a sua configuração (fl. 65).
O incidente não foi admitido pela Turma Recursal, o que ensejou requerimento de remessa à TNU, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Inicialmente, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à TNU é aquela fundada entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, sendo, portanto, incabível o pedido com fundamento em dissídio com Tribunais Regionais Federais.
Quanto ao mais, a postulante deixou de demonstrar a divergência jurisprudencial existente, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o decisum hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, não reunindo assim condições para ser analisado, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Por fim, a controvérsia, tal como configurada em face dos fundamentos da decisão recorrida e dos argumentos trazidos pela requerente, não se resolveria sem o reexame de elementos probatórios, o que é vedado em incidente de uniformização de jurisprudência, por aplicação analógica da Súmula n. 7/STJ.
Ante o exposto, com esteio no art. 7.º, inc. VI, do RI/TNU, não admito o incidente.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.39.00.700607-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ-AMAPÁ
REQUERENTE: IVANILDA DOS SANTOS ANDRADE
PROC/ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por IVANILDA DOS SANTOS ANDRADE, com fundamento no art. 14, § 2º da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Pará-Amapá, que restou assim ementado, litteris:
NATUREZA: PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. PORTADOR DE DEFICIÊNCIA NÃO INCAPACITANTE. REQUISITO NÃO PREENCHIDO. PERÍCIA MÉDICA E SOCIAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO (fl. 83).
Alega a requerente divergência com precedentes do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, aduzindo, em síntese, que a incapacidade para o trabalho e para a vida independente e, por conseguinte, a concessão de benefício assistencial com base nesses dados, não pode ser auferida [sic] com base apenas no laudo apresentado em Juízo, devendo ser levado [sic] em consideração diversos fatores para a sua configuração (fl. 87).
O incidente não foi admitido pela Turma Recursal, o que ensejou requerimento de remessa à TNU, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Inicialmente, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à TNU é aquela fundada entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, sendo, portanto, incabível o pedido com fundamento em dissídio com Tribunais Regionais Federais.
Quanto ao mais, a postulante deixou de demonstrar a divergência jurisprudencial existente, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o decisum hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, não reunindo assim condições para ser analisado, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Por fim, a controvérsia, tal como configurada em face dos fundamentos da decisão recorrida e dos argumentos trazidos pela requerente, não se resolveria sem o reexame de elementos probatórios, o que é vedado em incidente de uniformização de jurisprudência, por aplicação analógica da Súmula n. 7/STJ.
Ante o exposto, com esteio no art. 7.º, inc. VI, do RI/TNU, não admito o incidente.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.39.00.700641-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CIRENA MARIA GONÇALVES PANTOJA E RAYLSON GONÇALVES PANTOJA
PROC/ADV.: ORCILENE CARVALHO DA SILVA E OUTRAS

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Pará, que entendeu haver prova material da condição de trabalhador rural, a certidão emitida pelo TRE constando como data do domicílio eleitoral o ano de 1999, bem como a certidão de casamento, datada de 1983, evidenciando a qualidade de segurado especial do 'de cujus', sendo devida a pensão por morte.
Alega o suscitante divergência com a Súmula n° 149 do STJ, além de outros julgados daquela Corte, e julgados e a Súmula n° 34 da TNU, aduzindo, em síntese, que não há início de prova material para a concessão da aposentadoria especial.
O incidente foi inadmitido.
O recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Tenho que os arestos indicados como paradigma não guardam a devida similitude fática com a hipótese dos autos.
No caso em tela, a decisão colegiada entendeu que a certidão do TRE e a certidão de casamento constituem início razoável de prova material, enquanto que, nos precedentes colacionados, a decisão limitou-se a mencionar que não havia, naqueles casos em análise, prova material da condição de rurícola, não havendo nenhuma hipótese em que órgão julgador entendesse que a mesma certidão utilizada na presente ação não se prestasse como prova.
Tenho que se trata, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.39.00.700748-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ MARIA DO CARMO SILVA
PROC/ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Pará/Amapá, que entendeu configurada a condição de segurado especial, apta à concessão da aposentadoria por idade, e que "o fato do autor ter exercido a atividade de comerciante não o impossibilita de receber o benefício previdenciário, eis que a atividade rural tem como característica a descontinuidade".
Alega o suscitante divergência com julgados da Turma Recursal do Rio Grande do Sul e da Turma de Uniformização Regional da 5ª Região, aduzindo, em síntese, que o trabalho urbano descaracteriza a condição de rural do autor.
O incidente foi inadmitido.
O recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Tenho que se trata, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Por fim, o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU, conformando-se em transcrever ementas dos julgados, as quais não servem para demonstração da divergência.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.39.00.700903-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ - AMAPÁ
REQUERENTE: MARIA ALDENORA DA SILVA SOUZA
PROC/ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência, suscitado por MARIA ALDENORA DA SILVA SOUZA, com fundamento no art. 14, § 2º da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Pará-Amapá, segundo a qual a requerente não atende às condições necessárias à concessão do benefício assistencial de prestação continuada instituído no art. 20 da Lei nº 8.742/93. O aresto impugnado restou assim ementado, litteris:
NATUREZA: PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. PORTADOR DE DEFICIÊNCIA NÃO INCAPACITANTE. REQUISITO NÃO PREENCHIDO. PERÍCIA MÉDICA E SOCIAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO (fl. 54).
Alega a requerente divergência com precedentes do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, aduzindo, em síntese, que a incapacidade para o trabalho e para a vida independente e, por conseguinte, a concessão de benefício assistencial com base nesses dados, não pode ser auferida [sic] com base apenas no laudo apresentado em Juízo, devendo ser levado [sic] em consideração diversos fatores para a sua configuração (fl. 58).
O incidente não foi admitido pela Turma Recursal, o que ensejou requerimento de remessa à TNU, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Inicialmente, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à TNU é aquela fundada entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, sendo, portanto, in-

PENDENTE DE ASSINATURA
EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

cabível o pedido com fundamento em dissídio com Tribunais Regionais Federais.
Quanto ao mais, a postulante deixou de demonstrar a divergência jurisprudencial existente, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o decisum hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, não reunindo assim condições para ser analisado, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Por fim, a controvérsia, tal como configurada em face dos fundamentos da decisão recorrida e dos argumentos trazidos pela requerente, não se resolveria sem o reexame de elementos probatórios, o que é vedado em incidente de uniformização de jurisprudência, por aplicação analógica da Súmula n. 7/STJ.
Ante o exposto, com esteio no art. 7.º, inc. VI, do RI/TNU, não admito o incidente.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.39.00.701862-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: ANTÔNIA MARIA OLIVEIRA DO NASCIMENTO
PROC/ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

ANTÔNIA MARIA OLIVEIRA DO NASCIMENTO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Pará, que decidiu inexistir prova material da condição de rurícola, pelos seguintes fundamentos:
"a sentença recorrida está respaldada na licença de ocupação de terras públicas expedida pelo INCRA em 15/05/1984 (fl.8), contudo, como está em nome de terceiro, não serve de prova do desempenho da atividade rurícola por parte da autora. A declaração de ITR do ano de 2005 (fl. 7), por sua vez, desacompanhada de outro documento, mostra-se demasiadamente frágil, porque muito recente. Por fim, o certificado de cadastro de imóvel rural em nome da autora (fl. 6) não serve como prova, porque não foi subscrito por nenhum agente público do INCRA".
Alega a suscitante divergência com julgados do STJ, aduzindo, em síntese, que o documento em nome de terceiro pode ser utilizado para comprovar a atividade rurícola do trabalhador rural e que o ITR, juntamente com a prova testemunhal idônea, já é o suficiente para fins de início de prova material.
O incidente foi inadmitido.
A recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Tenho que os arestos indicados como paradigma não guardam a devida similitude fática com a hipótese dos autos.
No caso em tela, a decisão colegiada entendeu que a licença de ocupação em nome de terceiro, o ITR recente e o certificado de cadastro de imóvel não servem como prova material, enquanto que, nos precedentes colacionados, decidiu-se que o ITR seria útil com prova material, sem mencionar, entretanto, que o ITR foi recolhido apenas um ano antes do requerimento do benefício, como no presente processo.
Tenho que se trata, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.39.00.702095-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: JOSÉ DE LIMA E SILVA
PROC/ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

JOSÉ DE LIMA E SILVA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Pará/Amapá, que restou assim ementada:
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. RURÍCOLA. VÍNCULOS TRABALHISTAS. INEXISTÊNCIA DE PROVA DO RETORNO À ATIVIDADE RURAL. REJEIÇÃO DO PEDIDO. SENTENÇA CONFIRMADA. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO".
Alega a suscitante divergência com julgado do STJ, aduzindo, em síntese, que o pagamento de contribuição sindical em período posterior ao exercício da atividade urbana, constitui início razoável de prova material do exercício de atividade rural.
O incidente foi inadmitido.
O recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.39.00.702756-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA SANTA PARACAMPOS
PROC/ADV.: GEOVAM NATAL LIMA RAMOS

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Pará, que entendeu haver prova material da condição de trabalhador rural, porquanto a certidão emitida pelo TRE evidencia a qualidade de segurado especial da autora.
Alega o suscitante divergência com a Súmula n° 149 do STJ, além de outros julgados daquela Corte, e julgados e a Súmula n° 34 da TNU, aduzindo, em síntese, que não há início de prova material para a concessão da aposentadoria especial.
O incidente foi inadmitido.
O recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Tenho que os arestos indicados como paradigma não guardam a devida similitude fática com a hipótese dos autos.
No caso em tela, a decisão colegiada entendeu que a certidão do TRE e a certidão de casamento constituem início razoável de prova material, enquanto que, nos precedentes colacionados, a decisão limitou-se a mencionar que não havia, naqueles casos em análise, prova material da condição de rurícola, não havendo nenhuma hipótese em que órgão julgador entendesse que a mesma certidão utilizada na presente ação não se prestasse como prova.
Tenho que se trata, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 16 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.50.50.000227-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: LUZIA DEUZIR ZANOL ZUCOLOTO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

LUZIA DEUZIR ZANOL ZUCOLOTO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com base no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão colegiada proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Espírito Santo - 2ª Região que, em sede de embargos de declaração, entendeu por afastar a nulidade do julgamento sob argumento de falta de intimação pessoal do Defensor Público (fl. 100).
Afirma a suplicante haver divergência com julgados do c. Superior Tribunal de Justiça, dos quais se destaca o seguinte, verbis:
RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - DEFENSORIA PÚBLICA - INTIMAÇÃO PESSOAL - OBRIGATORIEDADE - AUSÊNCIA - PREJUÍZO À DEFESA - RECURSO PROVIDO.
1 - A teor da jurisprudência desta Corte, o Defensor Público deve ser intimado pessoalmente de todos os atos do processo, sob pena de nulidade.
2 - Recurso conhecido e provido para, anulando o feito a partir da intimação para a produção de provas, determinar a realização de nova intimação da defensoria pública da união, desta vez, pessoalmente (REsp n.º 808.411/PR, Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI, DJ de 10/04/2006, p. 227).
Sustenta, em síntese, pela necessidade de se intimar pessoalmente o membro da Defensoria Pública, sob pena de nulidade.
Ao incidente foi negado seguimento pela Presidência da Turma Recursal do Espírito Santo (fls. 128/129).
Por sua vez, às fls. 132/140, a suscitante apresentou requerimento nos moldes do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Ao que se tem, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
In casu, o incidente suscitado fundou-se em questão eminentemente processual, qual seja, acerca da necessidade de intimação pessoal do representante da Defensoria Pública.
Confira-se, a propósito, o seguinte julgado da Turma Nacional de Uniformização:
PROCESSUAL E PREVIDENCIÁRIO. FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO DA TURMA RECURSAL QUE CONFIRMA SENTENÇA. DESNECESSIDADE. ART. 46 DA LEI 9099/95. JUNTADA DOCUMENTOS NOVOS NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. AUXÍLIO-DOENÇA. INCAPACIDADE. REEXAME DA PROVA. NÃO CONHECIMENTO.
I - No incidente de uniformização de jurisprudência não cabe o reexame da matéria de fato que motivou a decisão atacada, mas apenas da questão relativa à correta aplicação das regras referentes ao direito probatório.
II - Se o incidente suscita questões de direito processual, que serviram para fundamentar o acórdão da turma recursal, a Turma Nacional de Uniformização não tem competência para apreciá-las, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido.
III - Incidente não conhecido (PU n.º 2005.72.95.000728-0, Rel. Juiz Federal GUILHERME BOLLORINI PEREIRA, DJ de 02/08/2006). (g.n.).
Frente ao exposto, com arrimo no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 16 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.50.50.004065-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: LUCIA MARIA RIZZI ALVARENGA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

LUCIA MARIA RIZZI ALVARENGA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com supedâneo no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão colegiada proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Espírito Santo - 2ª Região que, em sede de embargos de declaração, entendeu por afastar a nulidade do julgamento sob argumento de falta de intimação pessoal do Defensor Público (fl. 88).
Afirma a suplicante haver divergência com julgados do c. Superior Tribunal de Justiça, dos quais se destaca o seguinte, verbis:
RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - DEFENSORIA PÚBLICA - INTIMAÇÃO PESSOAL - OBRIGATORIEDADE - AUSÊNCIA - PREJUÍZO À DEFESA - RECURSO PROVIDO.
1 - A teor da jurisprudência desta Corte, o Defensor Público deve ser intimado pessoalmente de todos os atos do processo, sob pena de nulidade.
2 - Recurso conhecido e provido para, anulando o feito a partir da intimação para a produção de provas, determinar a realização de nova intimação da defensoria pública da união, desta vez, pessoalmente (REsp n.º 808.411/PR, Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI, DJ de 10/04/2006, p. 227).
Sustenta, em síntese, pela necessidade de se intimar pessoalmente o membro da Defensoria Pública, sob pena de nulidade.
Ao incidente foi negado seguimento pela Presidência da Turma Recursal do Espírito Santo (fls. 116/117).
Por sua vez, às fls. 120/128, a suscitante apresentou requerimento nos termos do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Ao que se tem, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
In casu, o incidente suscitado fundou-se em questão eminentemente processual, qual seja, acerca da necessidade de intimação pessoal do representante da Defensoria Pública.
Confira-se, a propósito, o seguinte julgado da Turma Nacional de Uniformização:
PROCESSUAL E PREVIDENCIÁRIO. FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO DA TURMA RECURSAL QUE CONFIRMA SENTENÇA. DESNECESSIDADE. ART. 46 DA LEI 9099/95. JUNTADA DOCUMENTOS NOVOS NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. AUXÍLIO-DOENÇA. INCAPACIDADE. REEXAME DA PROVA. NÃO CONHECIMENTO.
I - No incidente de uniformização de jurisprudência não cabe o reexame da matéria de fato que motivou a decisão atacada, mas apenas da questão relativa à correta aplicação das regras referentes ao direito probatório.
II - Se o incidente suscita questões de direito processual, que serviram para fundamentar o acórdão da turma recursal, a Turma Nacional de Uniformização não tem competência para apreciá-las, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

III - Incidente não conhecido (PU n.º 2005.72.95.000728-0, Rel. Juiz Federal GUILHERME BOLLORINI PEREIRA, DJ de 02/08/2006). (g.n.).
Tais as razões expendidas, com fulcro no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 16 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.50.50.004407-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: OVIDIO BARBOSA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: LUIZ CLAUDIO SOBREIRA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por OVIDIO BARBOSA DE OLIVEIRA e dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão colegiada proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Espírito Santo - 2ª Região que, em sede de embargos de declaração, entendeu por afastar a nulidade do julgamento, ante a falta de intimação pessoal do defensor público.
Sustenta o suplicante haver divergência com julgados do c. Superior Tribunal de Justiça, alegando, em síntese, a necessidade de se intimar pessoalmente o membro da Defensoria Pública, sob pena de nulidade.
O incidente foi inadmitido pelo Presidente da Turma Recursal da Seção Judiciária do Espírito Santo.
Por sua vez, o autor apresentou requerimento na forma do artigo 15, parágrafo 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Ao que se tem, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
In casu, o incidente suscitado fundou-se em questão eminentemente processual, qual seja, acerca da necessidade de intimação pessoal do representante da Defensoria Pública.
Confira-se, a propósito, o seguinte julgado da Turma Nacional de Uniformização:
PROCESSUAL E PREVIDENCIÁRIO. FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO DA TURMA RECURSAL QUE CONFIRMA SENTENÇA. DESNECESSIDADE. ART. 46 DA LEI 9099/95. JUNTADA DOCUMENTOS NOVOS NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. AUXÍLIO-DOENÇA. INCAPACIDADE. REEXAME DA PROVA. NÃO CONHECIMENTO.
I - No incidente de uniformização de jurisprudência não cabe o reexame da matéria de fato que motivou a decisão atacada, mas apenas da questão relativa à correta aplicação das regras referentes ao direito probatório.
II - Se o incidente suscita questões de direito processual, que serviram para fundamentar o acórdão da turma recursal, a Turma Nacional de Uniformização não tem competência para apreciá-las, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido.
III - Incidente não conhecido (PU n.º 2005.72.95.000728-0, Rel. Juiz Federal GUILHERME BOLLORINI PEREIRA, DJ de 02/08/2006). (g.n.).
Tais as razões expendidas, com fulcro no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 17 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.50.50.005830-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: MANOEL RODRIGUES TRINDADE
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por MANOEL RODRIGUES TRINDADE e dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão colegiada proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Espírito Santo - 2ª Região que, em sede de embargos de declaração, entendeu por afastar a nulidade do julgamento, ante a falta de intimação pessoal do defensor público.
Sustenta o suplicante haver divergência com julgados do c. Superior Tribunal de Justiça, alegando, em síntese, a necessidade de se intimar pessoalmente o membro da Defensoria Pública, sob pena de nulidade.
O incidente foi inadmitido pelo Presidente da Turma Recursal da Seção Judiciária do Espírito Santo.
Por sua vez, o autor apresentou requerimento na forma do artigo 15, parágrafo 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Ao que se tem, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
In casu, o incidente suscitado fundou-se em questão eminentemente processual, qual seja, acerca da necessidade de intimação pessoal do representante da Defensoria Pública.
Confira-se, a propósito, o seguinte julgado da Turma Nacional de Uniformização:
PROCESSUAL E PREVIDENCIÁRIO. FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO DA TURMA RECURSAL QUE CONFIRMA SENTENÇA. DESNECESSIDADE. ART. 46 DA LEI 9099/95. JUNTADA DOCUMENTOS NOVOS NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. AUXÍLIO-DOENÇA. INCAPACIDADE. REEXAME DA PROVA. NÃO CONHECIMENTO.
I - No incidente de uniformização de jurisprudência não cabe o reexame da matéria de fato que motivou a decisão atacada, mas apenas da questão relativa à correta aplicação das regras referentes ao direito probatório.
II - Se o incidente suscita questões de direito processual, que serviram para fundamentar o acórdão da turma recursal, a Turma Nacional de Uniformização não tem competência para apreciá-las, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido.
III - Incidente não conhecido (PU n.º 2005.72.95.000728-0, Rel. Juiz Federal GUILHERME BOLLORINI PEREIRA, DJ de 02/08/2006). (g.n.).
Tais as razões expendidas, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 16 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.50.50.006024-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE : SONILZA MARQUES DOS SANTOS
PROC./ADV. : DEFENSORIA PUBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por SOUZA MARQUES DOS SANTOS e dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão colegiada proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Espírito Santo - 2ª Região que, em sede de embargos de declaração, entendeu por afastar a nulidade do julgamento sob argumento de falta de intimação pessoal do defensor público.
Sustenta a suplicante haver divergência com julgados do c. Superior Tribunal de Justiça, alegando, em síntese, a necessidade de se intimar pessoalmente o membro da Defensoria Pública, sob pena de nulidade.
O incidente foi inadmitido pelo Presidente da Turma Recursal da Seção Judiciária do Espírito Santo.
Por sua vez, a autora apresentou requerimento na forma do artigo 15, parágrafo 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Ao que se tem, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
In casu, o incidente suscitado fundou-se em questão eminentemente processual, qual seja, acerca da necessidade de intimação pessoal do representante da Defensoria Pública.
Confira-se, a propósito, o seguinte julgado da Turma Nacional de Uniformização:
PROCESSUAL E PREVIDENCIÁRIO. FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO DA TURMA RECURSAL QUE CONFIRMA SENTENÇA. DESNECESSIDADE. ART. 46 DA LEI 9099/95. JUNTADA DOCUMENTOS NOVOS NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. AUXÍLIO-DOENÇA. INCAPACIDADE. REEXAME DA PROVA. NÃO CONHECIMENTO.
I - No incidente de uniformização de jurisprudência não cabe o reexame da matéria de fato que motivou a decisão atacada, mas apenas da questão relativa à correta aplicação das regras referentes ao direito probatório.
II - Se o incidente suscita questões de direito processual, que serviram para fundamentar o acórdão da turma recursal, a Turma Nacional de Uniformização não tem competência para apreciá-las, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido.
III - Incidente não conhecido (PU n.º 2005.72.95.000728-0, Rel. Juiz Federal GUILHERME BOLLORINI PEREIRA, DJ de 02/08/2006). (g.n.).
Tais as razões expendidas, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 16 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.50.50.006580-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: VALDELICE VIEIRA BATISTA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

VALDELICE VIEIRA BATISTA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com espeque no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão colegiada proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Espírito Santo - 2ª Região que, em sede de embargos de declaração, entendeu por afastar a nulidade do julgamento sob argumento de falta de intimação pessoal do Defensor Público (fl. 89).
Afirma a suplicante haver divergência com julgados do c. Superior Tribunal de Justiça, dos quais se destaca o seguinte, verbis:
RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - DEFENSORIA PÚBLICA - INTIMAÇÃO PESSOAL - OBRIGATORIEDADE - AUSÊNCIA - PREJUÍZO À DEFESA - RECURSO PROVIDO.
1. A teor da jurisprudência desta Corte, o Defensor Público deve ser intimado pessoalmente de todos os atos do processo, sob pena de nulidade.
2. Recurso conhecido e provido para, anulando o feito a partir da intimação para a produção de provas, determinar a realização de nova intimação da defensoria pública da união, desta vez, pessoalmente (REsp n.º 808.411/PR, Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI, DJ de 10/04/2006, p. 227).
Sustenta, em síntese, pela necessidade de se intimar pessoalmente o membro da Defensoria Pública, sob pena de nulidade.
Ao incidente foi negado seguimento pela Presidência da Turma Recursal do Espírito Santo (fls. 117/118).
Por sua vez, às fls. 121/129, a suscitante apresentou requerimento nos termos do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Ao que se tem, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
In casu, o incidente suscitado fundou-se em questão eminentemente processual, qual seja, acerca da necessidade de intimação pessoal do representante da Defensoria Pública.
Confira-se, a propósito, o seguinte julgado da Turma Nacional de Uniformização:
PROCESSUAL E PREVIDENCIÁRIO. FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO DA TURMA RECURSAL QUE CONFIRMA SENTENÇA. DESNECESSIDADE. ART. 46 DA LEI 9099/95. JUNTADA DOCUMENTOS NOVOS NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. AUXÍLIO-DOENÇA. INCAPACIDADE. REEXAME DA PROVA. NÃO CONHECIMENTO.
I - No incidente de uniformização de jurisprudência não cabe o reexame da matéria de fato que motivou a decisão atacada, mas apenas da questão relativa à correta aplicação das regras referentes ao direito probatório.
II - Se o incidente suscita questões de direito processual, que serviram para fundamentar o acórdão da turma recursal, a Turma Nacional de Uniformização não tem competência para apreciá-las, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido.
III - Incidente não conhecido (PU n.º 2005.72.95.000728-0, Rel. Juiz Federal GUILHERME BOLLORINI PEREIRA, DJ de 02/08/2006). (g.n.).
Isso posto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 16 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.50.50.006674-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: DOMINGOS ALVES DA CUNHA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por DOMINGOS ALVES DA CUNHA e dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão colegiada proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Espírito Santo - 2ª Região que, em sede de embargos de declaração, entendeu por afastar a nulidade do julgamento, ante a falta de intimação pessoal do defensor público.
Sustenta o suplicante haver divergência com julgados do c. Superior Tribunal de Justiça, alegando, em síntese, a necessidade de se intimar pessoalmente o membro da Defensoria Pública, sob pena de nulidade.
O incidente foi inadmitido pelo Presidente da Turma Recursal da Seção Judiciária do Espírito Santo.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Por sua vez, o autor apresentou requerimento na forma do artigo 15, parágrafo 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Ao que se tem, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
In casu, o incidente suscitado fundou-se em questão eminentemente processual, qual seja, acerca da necessidade de intimação pessoal do representante da Defensoria Pública.
Confira-se, a propósito, o seguinte julgado da Turma Nacional de Uniformização:
PROCESSUAL E PREVIDENCIÁRIO. FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO DA TURMA RECURSAL QUE CONFIRMA SENTENÇA. DESNECESSIDADE. ART. 46 DA LEI 9099/95. JUNTADA DOCUMENTOS NOVOS NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. AUXÍLIO-DOENÇA. INCAPACIDADE. REEXAME DA PROVA. NÃO CONHECIMENTO.
I - No incidente de uniformização de jurisprudência não cabe o reexame da matéria de fato que motivou a decisão atacada, mas apenas da questão relativa à correta aplicação das regras referentes ao direito probatório.
II - Se o incidente suscita questões de direito processual, que serviram para fundamentar o acórdão da turma recursal, a Turma Nacional de Uniformização não tem competência para apreciá-las, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido.
III - Incidente não conhecido (PU n.º 2005.72.95.000728-0, Rel. Juiz Federal GUILHERME BOLLORINI PEREIRA, DJ de 02/08/2006). (g.n.).
Tais as razões expendidas, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 17 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.70.50.007283-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): OLAVINA MAIESKI
PROC/ADV.: ELAINE CRISTINA DE SOUSA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça e suscitado pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, com fundamento no artigo 14, § 4º, da Lei nº 10.259/2001, contra decisão da Turma Nacional de Uniformização, que restou assim ementada (fl. 112):
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. BENEFÍCIO ASSITENCIAL AO IDOSO E AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA. APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 34, PARÁGRAFO ÚNICO, DO ESTATUTO DO IDOSO. EXCLUSÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE VALOR MÍNIMO, RECEBIDO POR IDOSO, DO CÁLCULO DA RENDA FAMILIAR. POSSIBILIDADE. ARGUMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL. DECISÃO RECORRIDA ALINHADA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA TNU. IMPROVIMENTO.
Cabe Pedido de Uniformização quando demonstrado que o acórdão recorrido contraria jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
2. A divergência suscitada quanto à aplicação analógica do artigo 34, parágrafo único, da Lei 10.741/2003 já foi dirimida por este Colegiado, que firmou entendimento no sentido de que o benefício previdenciário de valor mínimo recebido por idoso deve ser excluído do cálculo da renda mensal para fins de concessão de benefício assistencial ao idoso e ao portador de deficiência.
3. Aplicação consequente da inteligência do julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 3105 (Rel. Min. Cezar Peluso, Tribunal Pleno, j. 18.08.2004, DJ 18.02.2005, RTJ 193/137).
4. Pedido de Uniformização conhecido e não provido.
Alega o suscitante que o entendimento exarado pela Turma Nacional de Uniformização não está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, sustentando que esse Sodalício tem decidido que o parágrafo único do art. 34 do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) deve ser aplicado de forma restritiva, não se prestando a excluir renda percebida por idoso do grupo familiar que não decorra de benefício assistencial.
A título de ilustração, destaca-se o seguinte precedente, litteris:
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. LOAS. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA. ASSISTÊNCIA SOCIAL. PREVISÃO CONSTITUCIONAL. BENEFÍCIO RECEBIDO POR MÃE DO AUTOR NO VALOR DE UM SALÁRIO MÍNIMO. CÔMPUTO DO VALOR PARA VERIFICAÇÃO DE MISERABILIDADE. POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DA MISERABILIDADE POR OUTROS MEIOS PELO TRIBUNAL LOCAL. REEXAME DE PROVA PELO STJ. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PRECEDENTES.
1. Este Superior Tribunal pacificou o entendimento no sentido de que o critério de aferição da renda mensal previsto no § 3.º do art. 20 da Lei n.º 8.742/93 deverá ser observado como um mínimo, não excluindo a possibilidade de que o julgador, ao analisar o caso concreto, lance mão de outros elementos probatórios que afirmem a condição de miserabilidade da parte e de sua família.
2. No caso concreto, as instâncias ordinárias consideraram o autor hipossuficiente. Assim, modificar o entendimento adotado pelas instâncias ordinárias demandaria, invariavelmente, o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula n.º 7 do Superior Tribunal de Justiça.
3. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no Resp nº 926.203/SP, Relatora Ministra LAURITA VAZ, DJe de 06/04/2009).
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, com fundamento no artigo 7º, inciso IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.70.51.005870-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: CÍCERO TAVEIRA DA SILVA
PROC/ADV.: JOSÉ ANTÔNIO ANDRÉ E OUTRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

CÍCERO TAVEIRA DA SILVA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, que entendeu não "caracterizada a permanência da exposição a agentes nocivos, nem mesmo na atividade de solda, que não era habitual e permanente", negando a conversão de tempo de serviço especial em comum.
Alega o suscitante divergência com julgados da Primeira Turma Recursal da Bahia, do Mato Grosso, de Goiás, da TNU e do STJ, aduzindo, em síntese, que os conceitos de habitualidade e permanência devem ser analisados com parcimônia, levando-se em consideração as peculiaridades de cada caso; que a apresentação do formulário previdenciário e laudo são suficientes para a caracterização e o reconhecimento da atividade especial; e que a especialidade é inerente à atividade de encanador.
O incidente foi inadmitido.
O recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Tenho que se trata, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Por fim, o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU, conformando-se em transcrever ementas dos julgados, as quais não servem para demonstração da divergência.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.70.51.008437-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOAQUIM EDUARDO PEREIRA
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por JOAQUIM EDUARDO PEREIRA, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, a qual manteve sentença na parte em que julgou improcedente o pedido de averbação de tempo de atividade rural no período de 01/01/1988 a 18/10/1999, sob o fundamento de que não restou comprovado nos autos a atividade rural exercida nesse período.
Alega o suscitante divergência com julgados do STJ, da TNU e de Turma Recursal de Goiás, aduzindo, em síntese, que os documentos juntados aos autos constituem início de prova material para comprovar a atividade rural exercida pelo autor.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A decisão colegiada ora vergastada entendeu que não é possível a averbação do período de 01.01.88 a 18.10.99, considerando que a casa do autor foi incendiada aproximadamente em 1988, época em que, muito provavelmente, deixou o sítio, bem como diante da ausência de prova material e testemunhal. Assim, verifica-se que o requerente visa o reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Tais as razões expendidas, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.70.53.00.1410-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
EMBARGANTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
EMBARGADO(A): ROBERTO NUSSE
PROC/ADV.: RAPHAEL ANDERSON LUQUE

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no artigo 14, § 4º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela TNU assim ementada:
PERÍODO DE GRAÇA. APLICAÇÃO DO ARTIGO 15, § 2º, DA LEI 8.213/91. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA SITUAÇÃO DE DESEMPREGO MEDIANTE REGISTRO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. SÚMULA 27 DESTA TURMA NACIONAL.
1. Essa Turma Nacional já se posicionou pela desnecessidade de registro no órgão próprio do Ministério do Trabalho e da Previdência Social para comprovação do desemprego. Inteligência da Súmula 27 deste Turma.
2. Entendimento também adotado pelo Superior Tribunal de Justiça, não havendo jurisprudência dominante no sentido pretendido pelo recorrente.
3. Incidente não conhecido (fl. 118).
Opostos embargos de declaração, foram esses rejeitados (fls. 128/130).
Sustenta o requerente que o entendimento firmado na TNU encontra-se em franca dissonância com o albergado pela Corte Superior, defendendo que a extensão do período de graça em virtude de desemprego do segurado deve ser comprovada pelo registro no órgão próprio do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 15, § 2º, da Lei 8.213/91 (fl. 136).
Relatados, decido.
Verifica-se que o hodierno posicionamento do Superior Tribunal de Justiça se afina com aquele sufragado pela decisão ora hostilizada, no sentido de que, para a extensão do período de graça, não é necessária a comprovação de desemprego perante registro em órgão próprio do Ministério do Trabalho se existentes outras provas dessa condição nos autos. Tal entendimento restou assentado quando do julgamento de pedido de uniformização de lei federal dirigido ao STJ autuado como Pet nº 7.115/PR, cuja ementa assim dispõe, verbis:
PREVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO. ART. 15 DA LEI 8.213/91. CONDIÇÃO DE DESEMPREGADO. DISPENSA DO REGISTRO PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL QUANDO FOR COMPROVADA A SITUAÇÃO DE DESEMPREGO POR OUTRAS PROVAS CONSTANTES DOS AUTOS. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JUIZ. O REGISTRO NA CTPS DA DATA DA SAÍDA DO REQUERIDO NO EMPREGO E A AUSÊNCIA DE REGISTROS POSTERIORES NÃO SÃO SUFICIENTES PARA COMPROVAR A CONDIÇÃO DE DESEMPREGADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DO INSS PROVIDO.
1. O art. 15 da Lei 8.213/91 elenca as hipóteses em que há a prorrogação da qualidade de segurado, independentemente do recolhimento de contribuições previdenciárias.
2. No que diz respeito à hipótese sob análise, em que o requerido alega ter deixado de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social, incide a disposição do inciso II e dos §§ 1o. e 2o. do citado art. 15 de que é mantida a qualidade de segurado nos 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses se comprovada a situação por meio de registro no órgão próprio do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.
3. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, esse dispositivo deve ser interpretado de forma a proteger não o registro da situação de desemprego, mas o segurado desempregado que, por esse motivo, encontra-se impossibilitado de contribuir para a Previdência Social.
4. Dessa forma, esse registro não deve ser tido como o único meio de prova da condição de desempregado do segurado, especialmente considerando que, em âmbito judicial, prevalece o livre convencimento motivado do Juiz e não o sistema de tarifação legal de provas. Assim, o registro perante o Ministério do Trabalho e da Previdência Social poderá ser suprido quando for comprovada tal situação por outras provas constantes dos autos, inclusive a testemunhal.
(omissis)
8. Incidente de Uniformização do INSS provido para fazer prevalecer a orientação ora firmada (Pet nº 7.115/PR, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, TERCEIRA SEÇÃO, DJe de 06/04/2010) (g.n.).
Nessa mesma esteira, cito ainda outros precedentes da Corte Superior de Justiça, litteris:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO. ART. 15 DA LEI 8.213/91. CONDIÇÃO DE DESEMPREGADO. DISPENSA DO REGISTRO PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL QUANDO FOR COMPROVADA A SITUAÇÃO DE DESEMPREGO POR OUTRAS PROVAS CONSTANTES DOS AUTOS. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JUIZ. RECURSO DO INSS DESPROVIDO.
1. A Terceira Seção desta Corte, no julgamento do Incidente de Uniformização de Interpretação de Lei Federal (Pet 7.115/PR, DJe 6.4.2010) pacificou o entendimento de que o registro no Ministério do Trabalho não deve ser tido como o único meio de prova da condição de desempregado do segurado, especialmente considerando que, em âmbito judicial, prevalece o livre convencimento motivado do Juiz e não o sistema de tarifação legal de provas. Assim, o registro perante o Ministério do Trabalho e da Previdência Social poderá ser suprido quando for comprovada tal situação por outras provas constantes dos autos, inclusive a testemunhal.
2. A ausência de anotação laboral na CTPS do autor não é suficiente para comprovar a sua situação de desemprego, já que não afasta a possibilidade do exercício de atividade remunerada na informalidade.
3. Tendo o Tribunal a quo considerado mantida a condição de segurado do autor em face da situação de desemprego apenas com base no registro na CTPS da data de sua saída no emprego, bem como na ausência de registros posteriores, devem os autos retornar à origem para que seja oportunizada à parte a produção de prova da sua condição de desempregado.
4. Agravo Regimental do INSS desprovido (AgRg no Ag nº 1.182.277/SP, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, DJe de 06/12/2010).
AGRAVO INTERNO. PENSÃO POR MORTE. DESEMPREGO. REGISTRO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES.
1. Desnecessária a comprovação de desemprego perante registro em órgão próprio do Ministério do Trabalho, se existentes outras provas dessa condição.
2. Agravo ao qual se nega provimento (AgRg no REsp nº 1.180.039/SC, Rel. Min. CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, DJe de 04/10/2010).
Ante o exposto, com esteio no art. 7º, IX, do RI/TNU, não admito o presente pedido de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.70.53.003060-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: SANDRA FERRARI
PROC/ADV.: JOÃO LUIZ AGNER REGIANI
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

SANDRA FERRARI suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, que lhe negou o direito à contagem convertida do período especial até 20/12/1992 sua averbação em regime próprio.
Alega a suscitante divergência com decisões proferidas pela TNU, aduzindo, em síntese, que a profissão de docente era considerada penosa no período em que se pleiteia a contagem de tempo especial.
O incidente foi inadmitido por intempestividade.
A recorrente apresentou pedido de reconsideração, o qual foi negado.
Há pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Verifica-se que o pedido de uniformização está intempestivo, porquanto intimada a autora em 20/07/2009 da decisão da Turma Recursal e o PU só foi protocolado em 04/08/2009, depois de transcorrido o prazo de 10 (dez) dias previsto no art. 13 do RI/TNU.
No mais, a intimação da decisão de inadmissão se deu no dia 17/03/2010 e o pedido de submissão à TNU somente foi apresentado no dia 04/06/2010, estando, também, intempestivo (art. 15, § 4°, do RI/TNU). Mister considerar que o pedido de reconsideração não constitui recurso apto a suspender o prazo recursal. Desta feita, o presente pedido de uniformização não pode ter trânsito nesta Col. Turma.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.70.53.005395-1
ORIGEM:- SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: SEBASTIANA CAMPANHA CARNIELLI
PROC/ADV.: MARIA ISABEL WATANABE DE PAULA
REQUERIDO: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

SEBASTIANA CAMPANHA CARNIELLI suscita incidente de uniformização de jurisprudência, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal Suplementar da Seção Judiciária do Paraná, que confirmou a sentença que julgou improcedente o pedido de concessão de aposentadoria rural em favor da suscitante.
Nas razões do pedido de uniformização, sustenta a recorrente, em síntese, que há início de prova material suficiente carreada aos autos para reconhecer o tempo de labor rural pretendido, bem como que em caso de boia-fria, a jurisprudência tem admitido a prova testemunhal para comprovação do labor rural. Alega divergência jurisprudencial com julgados da TNU, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência da 4ª Região e da Turma Recursal de Santa Catarina.
O incidente foi inadmitido e a suscitante apresentou requerimento nos termos do art. 15, § 4°, RI/TNU.
Relatados. Decido.
Primeiramente, cumpre registrar que os acórdãos oriundos de Turmas Recursais da mesma Região e de Tribunais Regionais Federais não servem como paradigma para o presente incidente, visto que o artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001 somente admite o pedido de uniformização de jurisprudência quando houver divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
Logo, incabível o incidente no que diz respeito à alegada divergência com julgados do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência da 4ª Região e da Turma Recursal de Santa Catarina.
No mais, não há similitude fática entre os julgados.
No caso em apreço, a sentença, e por conseguinte o acórdão, não desconsideraram a prova testemunhal. Muito ao contrário, valoraram-na para concluir ser ela frágil e insubsistente.
Já os paradigmas são, em suma, no sentido de que nos casos relativos a boias-frias o juízo deve operar com condescendência e considerar a prova testemunhal quando exista apenas tal espécie de prova.
Assim, no caso concreto, não se desprezou a prova testemunhal desacompanhada de início de prova material, mas sim valorou-se a prova testemunhal, que foi considerada débil aos fins pretendidos pela autora.
Não seria razoável entender que nos casos de boias-frias o juízo estaria vinculado a julgar procedente o pedido, ainda que do contrário resultasse sua convicção diante da prova colhida.
Verifica-se, portanto, que o pleito visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Frente ao exposto, com base no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se
Brasília, 18 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.70.54.001600-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
EMBARGANTE: MARIA APARECIDA VEDOVOTTO
PROC/ADV.: ROSEMAR CRISTINA LORCA MARQUES VALONE
EMBARGADO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

MARIA APARECIDA VEDOVOTTO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal Suplementar da Seção Judiciária do Paraná, que negou a concessão da aposentadoria rural por idade, ao fundamento de que descaracterizado o regime de economia familiar in casu, tendo em vista a existência de um intervalo de tempo muito significativo entre os documentos apresentados para fins de comprovação de labor campesino, a contradição na prova testemunhal, da qual se extraiu informação de que a autora teria se afastado da atividade rural para morar na cidade e de que havia a utilização de maquinários, além da constatação de valor expressivo estampado nas notas fiscais, a demonstrar que a atuação da autora nas lidas campesinas não se mostrou imprescindível.
Alega divergência com julgados da Turma Recursal do Rio Grande do Sul, afirmando que a decisão recorrida teria dado mais valor aos depoimentos constantes do processo administrativo do que aos originários do processo judicial, sendo que, destes últimos, extrai-se certeza quanto à sua qualidade de rurícola. Aponta também precedentes da Turma Recursal do Mato Grosso, pelos quais as notas fiscais de insumos agrícolas se prestam a configurar início de prova material de labor rurícola, não se havendo falar em lapso significativo de tempo sem a comprovação de atividade rural, e também que a utilização de um único maquinário não teria o condão de descaracterizar o labor campesino para fins de subsistência.
O incidente não foi admitido na origem.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A divergência autorizadora do pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à TNU é aquela fundada entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, sendo, portanto, incabível o pedido com fundamento em dissídio com Tribunais Regionais Federais ou Turmas Recursais da mesma Região. Assim sendo, inadmissível o pleito na parte em que apontados julgados paradigma da Turma Recursal do Rio Grande do Sul.
Quanto aos paradigmas da Turma Recursal do Mato Grosso, tem-se que os arestos indicados não guardam a devida similitude fática com a hipótese dos autos.
Com efeito, a Turma Recursal de origem entendeu pela descaracterização do regime de economia familiar não apenas vislumbrando a inexistência de prova documental do labor rurícola para o período entre 1996 e 2005, mas também diante das demais circunstâncias do caso concreto, quais sejam, o depoimento testemunhal de que a autora se afastara da atividade rural para morar na cidade, de que havia a utilização de maquinários na lide campesina e ainda de que a atuação da autora nas lidas da roça não seria indispensável, considerando os valores expressivos das notas fiscais apresentadas.
Já os paradigmas colacionados, ou apenas externaram entendimento no sentido de que notas fiscais de insumos agrícolas e de venda de pequenas quantidades de produtos agrícolas se prestariam a configurar início de prova material, ou cuidaram de situação em que se utilizava um único maquinário (trator velho), mostrando-se, pois, dessemelhantes do caso em análise em que, de acordo com a constatação da Turma Recursal de origem, as notas fiscais apresentadas continham valores expressivos e havia a utilização de maquinários, além do depoimento testemunhal no sentido do afastamento da autora da atividade rural para morar na cidade, questão igualmente não constante dos julgados paradigma.
Nesse sentido, já decidiu a Turma Nacional de Uniformização, litteris:
ACÓRDÃO PARADIGMA ENVOLVE MATÉRIA DE FATO DISTINTA.
1. É inadmissível considerar elementos de fato diversos daqueles em que se assentou o acórdão recorrido, vez que o Pedido de Uniformização visa velar pela exata aplicação do direito já pacificado a pressupostos fáticos idênticos. Envolvendo os paradigmas matérias de fato de que não cuidou o acórdão impugnado, não merece ser conhecido o pedido.
2. Pedido não conhecido (PU nº 2002.70.00.007470-5/PR, Relatora Juíza Federal Liliane Roriz, DJ de 24/12/2003).
Em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.70.55.001576-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ERVIRIA ALVES DOS SANTOS
PROC/ADV.: ELISÂNGELA ALONÇO DOS REIS
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

ERVIRIA ALVES DOS SANTOS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal Suplementar da Seção Judiciária do Paraná, a qual manteve sentença que julgou improcedente o pedido de aposentadoria rural, aos seguintes fundamentos:
A prova documental é escassa e a prova oral não foi convincente, uma vez que a autora e uma das testemunhas declararam que a autora está morando e trabalhando na terra do filho há aproximadamente 12 anos (da data da audiência), terra esta recebida da Copel. No entanto, o contrato com a Copel data do ano de 2002 e a nota fiscal emitida em nome da autora demonstra que ela residia no município de Cascavel no ano de 2001, na Fazenda Flamapec. Além disso, a nota fiscal em nome do filho da autora atesta que no ano de 2000 ele residia na Linha São Paulo e não na Linha Tigrinho.
Alega divergência com julgados da TNU, dos quais se extrai entendimento no sentido de que documentos em nome do pai e de terceiros servem para fins de comprovação de labor rurícola.
Incidente inadmitido na origem.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Verifica-se que a decisão colegiada ora vergastada manteve sentença que julgou improcedente o pedido de aposentadoria rural, não apenas porque escassa a prova material a comprovar o período de carência, mas também pelo fato de que a prova oral não foi convincente.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nas razões de pedido de uniformização, dedicou-se a requerente a refutar o primeiro alicerce da decisão hostilizada, qual seja, o referente à inexistência documentos a comprovarem o labor rurícola, deixando, todavia, incólume aquele segundo fundamento, relativo à imprecisão da prova oral colhida, o qual, por si só, é capaz de manter o decidido.
Nesse panorama, aplica-se à hipótese a Questão de Ordem nº 18, da Turma Nacional de Uniformização, que assim reza:
É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles.
Tem-se, ademais, que, em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.70.56.001305-0
ORIGEM:- SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ERONDINA ALVES RIBEIRO
PROC/ADV.: ELISÂNGELA ALONÇO DOS REIS
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

ERONDINA ALVES RIBEIRO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal Suplementar da Seção Judiciária do Paraná, a qual manteve sentença que julgou improcedente o pedido de aposentadoria rural, aos seguintes fundamentos:
Percebo contradições nos depoimentos das testemunhas: Osvaldo Antonio Rigon declarou em Juízo 'que lá na região todo mundo paga para prefeitura arar a terra e plantar' enquanto que Alduir Pilotto "afirma que esses dias viu as autoras arando terra.'
Embora a autora tenha trazido ao feito alguns documentos relacionados à atividade rural, como escritura de compra de imóvel e notas de venda de leite, tenho que a mesma não pode ser enquadrada como segurada especial, já que pelo tamanho da propriedade (cerca de 40 alqueires) e pela quantidade de gado (em torno de 100 cabeças) não é crível que a autora trabalhe apenas com a ajuda de uma irmã. Sendo os pais idosos e não podendo mais trabalhar é razoável supor que a autora paga terceiros para ajudá-la.
Além disso, os pais da autora são aposentados desde 23/09/1991 e ela recebe aluguel de um imóvel urbano, conforme declarou em entrevista no INSS (evento 18 PROCADM1 fl. 32), ou seja, a família tem outra fonte de renda, além da lavoura, restando descaracterizado o regime de economia familiar que compreende a subsistência e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem utilização de empregados (art. 11, § 1º da LBPS).
Alega divergência com julgados da TNU, dos quais se extrai entendimento no sentido de que o tamanho da propriedade ou o fato de se ter outra fonte de renda não descaracterizam o regime de economia familiar.
Incidente inadmitido na origem.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Verifica-se que a decisão colegiada ora vergastada manteve sentença que julgou improcedente o pedido de aposentadoria rural, não apenas por causa do tamanho da propriedade ou pelo fato de a autora possuir outra fonte de renda, mas também pelo fato de que a prova oral fora contraditória e, segundo os elementos colhidos dos autos, dava a entender que a autora contratava terceiros para ajudá-la, o que descaracteriza o regime de economia familiar.
Nas razões de pedido de uniformização, dedicou-se a requerente a refutar o primeiro alicerce da decisão hostilizada, deixando, todavia, incólume aquele segundo fundamento, relativo à contradição da prova oral colhida, o qual, por si só, é capaz de manter o decidido.
Nesse panorama, aplica-se à hipótese a Questão de Ordem nº 18, da Turma Nacional de Uniformização, que assim reza:
É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles.
Tem-se, ademais, que, em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.70.57.001044-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: SALETE FERREIRA MARÇAL
PROC/ADV.: ELISÂNGELA ALONÇO DOS REIS
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

SALETE FERREIRA MARÇAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, a qual manteve sentença que julgou improcedente o pedido de aposentadoria rural, aos seguintes fundamentos:
Compulsando os autos verifico que o marido da requerente desempenhou atividade urbana de maneira constante de 1991 a 2005. Nestes vínculos empregatícios costumava receber de um a dois salários mínimos. Em algumas épocas os valores inclusive superam dois salários mínimos (extratos em anexo ao processo administrativo).
Não há provas materiais do trabalho da autora como bóia-fria, e é difícil crer que tenha vivido durante todo o período de carência às custas do trabalho rural quando o marido possuía vínculo urbano com renda fixa.
A qualificação do segurado como especial exige a dedicação às lides agrícolas no regime de economia familiar. A existência de vínculo urbano, com renda considerável, do marido da autora afasta a incidência do regime de economia familiar, pois fica claro que a família não sobrevivia do trabalho rural e da venda dos produtos excedentes.
(...)
No mais, o depoimento das testemunhas é lacunoso, já que uma das testemunhas viu a autora trabalhando há dez anos e a outra apenas a vê saindo de casa.
Por isso, conclui-se que a autora não exerceu atividade agrícola no regime de economia familiar durante o período de carência.
Alega divergência com julgado da TNU, do qual se extrai entendimento no sentido de que não descaracteriza o regime de economia familiar a existência de vínculo urbano por parte de um membro da família.
Incidente inadmitido na origem.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Verifica-se que a decisão colegiada ora vergastada manteve sentença que julgou improcedente o pedido de aposentadoria rural, não apenas porque existente vínculo urbano do marido da autora, mas também pelo fato de que:
(...) o depoimento das testemunhas é lacunoso, já que uma das testemunhas viu a autora trabalhando há dez anos e a outra apenas a vê saindo de casa.
Nas razões de pedido de uniformização, dedicou-se a requerente a refutar o primeiro alicerce da decisão hostilizada, qual seja, o referente à existência de vínculo urbano do marido da autora, deixando, todavia, incólume aquele segundo fundamento, relativo à imprecisão da prova oral colhida, o qual, por si só, é capaz de manter o decidido.
Nesse panorama, aplica-se à hipótese a Questão de Ordem nº 18, da Turma Nacional de Uniformização, que assim reza:
É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles.
Tem-se, ademais, que, em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.70.57.001277-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE CURITIBA
REQUERENTE: IANÉSIO JOSÉ MARCON
PROC/ADV.: ALYNE CLARETE ANDRADE DEROSSO
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto por IANÉSIO JOSÉ MARCON, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão proferido porTurma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná, a manter sentença que julgou improcedente pedido de concessão de aposentadoria rural, à consideração de que "a prova dos autos indica uma série de fatores que, conjugados, descaracterizam o regime de economia familiar" e que "o autor deve ser considerado proprietário rural, que explora a atividade agrícola de modo a se enquadrar como contribuinte individual, do qual se exige o recolhimento de contribuições para se valer do sistema previdenciário".
Alega o Requerente divergência com julgados do Superior Tribunal de Justiça, relevando que "o recorrente jamais teve ganhos econômicos com a atividade campeira, pois os valores auferidos com a venda de leite atualmente, por si só, não tem o condão de descaracterizar a qualidade de segurado especial da parte requerente".
O incidente foi inadmitido, mas foi apresentado requerimento nos termos do art. 15, § 4°, RI/TNU.
Relatados. Decido.
A sentença, mantida por seus próprios fundamentos pela Turma Recursal do Pará, concluiu que o exercício de atividade rurícula pelo autor, em regime de economia familiar, foi descaracterizada, tendo em vista a exploração econômica da atividade agrícola.
In casu, reverter tal conclusão não prescindiria de incursão na realidade fático-probatória dos autos o que, consoante cediço, é incabível em sede de incidente de uniformização de jurisprudência.
Demais disso, não há similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e aqueles trazidos como paradigma, não tendo sido comprovado o dissídio jurisprudencial alegado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o recurso.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 01 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.70.57.001454-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: OLIVIA JORDÃO
PROC/ADV.: ALYNE CLARETE ANDRADE DEROSSO
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto por OLIVIA JORDÃO, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal Suplementar dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná, que manteve sentença que julgou improcedente o pedido de aposentadoria de trabalhadora rural, visto que inexistente nos autos documentação a comprovar o labor rurícola no período posterior a 1979 e, ademais, tendo em vista que a autora completou o requisito etário em 1983, não era, pois, segurada na vigência do regime revogado pela Lei nº 8.213/91, a não ser que comprovasse a condição de arrimo de família.
Sustenta a requerente, em síntese, divergência com julgados do STJ, defendendo que não é necessária a comprovação do labor rurícola em relação a todo o período de carência, bastando início de prova material, o que afirma existir nos autos.
O incidente restou inadmitido na origem.
A suscitante apresentou requerimento nos moldes do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Verifica-se, de início, que dessemelhantes os julgados confrontados, haja vista que os paradigmas versaram sobre a comprovação de labor rurícola para trabalhadores boias-frias, situação diversa da presente hipótese, não se prestando, assim, a configurar o dissenso jurisprudencial ensejador do pedido de uniformização jurisprudencial.
Ademais, dedicou-se o pedido de uniformização simplesmente a defender que a documentação apresentada se prestava a configurar início de prova material de labor rurícola, deixando, entretanto, incólume aquele outro alicerce suficiente à manutenção do julgado, qual seja, o de que ao tempo em que a autora completou o requisito etário (1983) não era ela segurada na vigência do regime revogado pela Lei nº 8.213/90, a não ser que comprovasse a condição de arrimo de família. É de se vislumbrar, pois, a incidência à hipótese da Questão de Ordem nº 18, da Turma Nacional de Uniformização, que assim reza:
É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles.
Tem-se, ainda, que, em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o decisum impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.70.60.001341-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: BENEDITO SIMEÃO
PROC/ADV.: LIVIA RAIZER MENDES
REQUERIDO: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por BENEDITO SIMEÃO, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, contra decisão da Turma Recursal Suplementar da

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Seção Judiciária do Paraná, que negou provimento a recurso inominado, com a manutenção da sentença, sob o fundamento de que o autor não comprovou o trabalho rural em regime de economia familiar durante todo o período de carência.
O recorrente alega que a decisão encimada diverge de julgado da Turma Recursal do Distrito Federal, no sentido de que: não há qualquer determinação legal que desconfigure o regime de economia familiar quando o segurado especial produtor (que tenha dedicado sua vida ao campo) possuir os bens móveis necessários ao cultivo..
O incidente foi inadmitido pelo Presidente da Turma Recursal.
Por sua vez, o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A irresignação demanda o reexame de provas ante o propósito de se verem revertidas as conclusões da Turma Recursal no presente caso, o que é manifestamente incabível nesta sede, haja vista que, nos termos da lei de regência (Lei 10.259/2001, art. 14, caput), caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.
Nesse sentido, confiram-se trechos do julgado recorrido, os quais corroboram o referido entendimento, verbis:
In casu, os depoimentos produzidos em Juízo dão conta que o autor possuir, além da propriedade em que mora, com área de 13 alqueires, outras duas propriedades rurais, todas as três em sociedade com seus irmãos, totalizando 25 alqueires todas as propriedades.
Ademais, o autor possuir três tratores, uma colheitadeira e plantadeiras.
Assim, não é crível a alegação do autor de que, com, no mínimo, cinco máquinas e 25 alqueires de terras rurais, este produza apenas para sua subsistência.
No mais, acato os fundamentos expostos pelo Juízo monocrático:
"Em que pese as afirmações de que referidos maquinários são antigos, devem eles ser considerados como fator de diferenciação do enquadramento do autor na qualidade de segurado especial, por possuir condições de efetuar contribuições previdenciárias no escopo de almejar a concessão de benefícios.
(...)
Assim, a concessão de benefícios previdenciários, sem recolhimento de contribuições, conferida àqueles que trabalham sob regime de economia familiar, é uma benesse social aos menos afortunados que mal conseguem extrair da terra o mínimo para sua subsistência, o que não é o caso do autor.
Nesse contexto, considerando os elementos acima, reputo não-comprovada a qualidade de segurado especial do autor.".
Ante o exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.70.65.000418-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDA: MOACYR PEREIRA JUNQUEIRA
PROC/ADV.: JOABI MARTINS

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com fundamento no artigo 14, § 4º, da Lei nº 10.259/2001, dirigido, portanto, ao Superior Tribunal de Justiça, em face de decisão proferida pela Turma Nacional de Uniformização, segundo a qual, para fins de concessão de benefício assistencial à pessoa idosa, o disposto no parágrafo único do art. 34 do Estatuto do Idoso (Lei n° 10.741/03) aplica-se por analogia para a exclusão de um benefício previdenciário de valor mínimo recebido por membro idoso do grupo familiar, o qual também fica excluído do grupo para fins de cálculo da renda familiar per capita.
O suscitante alega divergência com os seguintes julgados do Superior Tribunal de Justiça:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. LOAS. ART. 34, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N.º 10.741/2003. ESTATUTO DO IDOSO. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. REQUISITOS. PREENCHIMENTO. REEXAME DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N.º 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.
1. É firme o entendimento no âmbito desta Corte Superior no sentido de que o art. 34, parágrafo único, da Lei n.º 10.741/2003 deve ser interpretado restritivamente, ou seja, somente o benefício assistencial porventura recebido por qualquer membro da família pode ser desconsiderado para fins de averiguação da renda per capita familiar, quando da concessão do benefício assistencial a outro ente familiar.
2. No caso concreto, as instâncias ordinárias consideraram a Autora hipossuficiente já com a inclusão da renda de um salário mínimo referente à aposentadoria percebida por um dos membros da família. Assim, modificar o entendimento adotado pelas instâncias ordinárias demandaria, invariavelmente, o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula n.º 7 do Superior Tribunal de Justiça.
3. Inexistindo qualquer fundamento relevante que justifique a interposição de agravo regimental ou que venha a infirmar as razões consideradas no julgado agravado, deve ser mantida a decisão por seus próprios fundamentos.
4. Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp 926.203/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 03/03/2009, DJe 06/04/2009).
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. ASSISTÊNCIA SOCIAL. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA. REQUISITOS LEGAIS. ART. 20, § 3º, DA LEI Nº 8.742/93. REEXAME DO CONJUNTO PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 7 DO STJ. ART. 34, PARÁGRAFO ÚNICO, DO ESTATUTO DO IDOSO. NÃO INCIDÊNCIA. ANÁLISE DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL.
I Se o v. acórdão hostilizado, com base no material cognitivo constante dos autos, consignou que a autora não faz jus ao benefício assistencial pleiteado, rever tal decisão implicaria reexame de prova, o que não é possível na instância incomum (Súmula 7-STJ).
II O cônjuge da autora não recebe benefício da assistência social, não se aplicando o parágrafo único do art. 34 do Estatuto do Idoso.
III Não cabe o exame de matéria constitucional em sede de recurso especial, conquanto se admite apenas a apreciação de questões referentes à interpretação de normas infraconstitucionais.
Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp 868.590/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 28/11/2006, DJU de 05/02/2007, p. 370).
PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA. ASSISTÊNCIA SOCIAL. PREVISÃO CONSTITUCIONAL. BENEFÍCIO RECEBIDO POR PARENTE DO AUTOR. CÔMPUTO DO VALOR PARA VERIFICAÇÃO DE MISERABILIDADE. IMPOSSIBILIDADE. ART. 34 DA LEI Nº 10.741/2003. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA AO BPC. ART. 20, § 3º, DA LEI Nº 8.742/93. POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DA MISERABILIDADE POR OUTROS MEIOS. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.
1. O benefício de prestação continuada é uma garantia constitucional, de caráter assistencial, previsto no art. 203, inciso V, da Constituição Federal, e regulamentado pelo art. 20 da Lei nº 8.742/93, que consiste no pagamento de um salário mínimo mensal aos portadores de deficiência ou idosos que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida pelo núcleo familiar.
2. O art. 34 da Lei nº 10.741/2003 veda o cômputo do valor do benefício de prestação continuada percebido por qualquer membro da família no cálculo da renda per capita mensal.
3. A Terceira Seção deste Superior Tribunal consolidou o entendimento de que o critério de aferição da renda mensal previsto no § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742/93 deve ser tido como um limite mínimo, um quantum considerado insatisfatório à subsistência da pessoa portadora de deficiência ou idosa, não impedindo, contudo, que o julgador faça uso de outros elementos probatórios, desde que aptos a comprovar a condição de miserabilidade da parte e de sua família.
4. Recurso especial a que se dá provimento (REsp 841.060/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 12/06/2007, DJU de 25/06/2007, p. 319).
Relatados. Decido.
Em face do exposto, configurada, em princípio, a divergência alegada, admito o incidente de uniformização, com esteio no artigo 7º, inciso IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Remetam-se os autos à instância superior.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.70.66.001529-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JOSÉ ALEXANDRE DE OLIVEIRA
PROC/ADV.: ADILSON ANDRADE AMARAL E OUTRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

JOSÉ ALEXANDRE DE OLIVEIRA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal Suplementar da Seção Judiciária do Paraná, a qual manteve sentença que julgou improcedente o pedido de aposentadoria rural, aos seguintes fundamentos:
De todas as testemunhas ouvidas, apenas uma delas - João Marques - confirmou a versão do requerente. Uma outra, inclusive, o Sr. Severino Bresolin, disse conhecer o autor há mais de 20 anos, desde quando o autor ainda trabalhava com os pais, e não tem conhecimento do trabalho do postulante como diarista rural.
(...)
Assim, dos elementos carreados, tenho que as provas são desfavoráveis ao demandante. Não estou a negar que tenha ele trabalhado na lavoura, mas o que não restou comprovado foi o labor em regime de economia familiar. A falta de documentos para todo o período de carência, a considerável extensão da propriedade, o uso de maquinários, a contratação de mão-de-obra nas épocas de colheita e a celebração de acordo para pagamento de verbas trabalhistas enfraquecem a versão apresentada nos autos.
Alega divergência com julgados do STJ e de Turmas Recursais de outra Região, defendendo que a comprovação da atividade rurícola não necessita ser para todo o período de carência e, ainda, que a utilização de maquinário não descaracteriza o regime de economia familiar.
Incidente inadmitido na origem.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Verifica-se que a decisão colegiada ora vergastada manteve sentença que julgou improcedente o pedido de aposentadoria rural, não apenas porque constatada a utilização de maquinário ou não comprovada a atividade por todo o período de carência, mas também pelo fato de que apenas uma das testemunhas teria confirmado a versão do requerente, havendo uma que referiu não ter conhecimento do trabalho do autor como diarista, e ainda a existência de celebração de acordo para pagamento de verbas trabalhistas, descaracterizando a alegação da autoria de que trabalhava em parceria.
Nas razões de pedido de uniformização, dedicou-se a requerente a refutar um dos alicerces da decisão hostilizada, qual seja, o referente à utilização de maquinário, deixando, todavia, incólume aquele segundo fundamento, relativo à imprecisão da prova oral colhida e à existência de acordo trabalhista, o qual, por si só, é capaz de manter o decidido.
Nesse panorama, aplica-se à hipótese a Questão de Ordem nº 18, da Turma Nacional de Uniformização, que assim reza:
É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles.
Tem-se, ademais, que, em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.71.55.000428-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ALEXANDRE LEMOS PAVÃO
PROC./ADV: NARA MARIA DIEL
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto por ALEXANDRE LEMOS PAVÃO, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que manteve a sentença, a qual havia julgado improcedente o pedido de restabelecimento de auxílio-doença, nos seguintes termos, verbis:
O autor, 42 anos, serviços gerais, alega ser portador de problemas cardíacos que o incapacitam para as suas atividades laborativas habituais.
Foi realizada perícia médica (LAU1 - evento 17). No laudo médico, a Sra. Perita refere que o autor está acometido pó "Insuficiência cardíaca/alvulopatia reumatisma/febre reumática", apresentando incapacidade permanente para suas atividades laborativas habituais, podendo, todavia, desempenhar outras atividades que não exijam esforços físicos (quesitos "c", "d", "i", "j" e "k").
(...)
Outrossim, em análise do depoimento pessoal do autor, observo que a atividade que realmente despendia esforço físico foi desempenhada eventualmente, não podendo ser caracterizada como atividade habitual do requerente.

Nestas condições, entendo que o autor não faz jus ao benefício, pois as limitações que apresenta não impedem o exercício de suas atividades habituais, uma vez que, embora deva evitar esforços físicos, suas tarefas ainda podem ser desempenhadas.
Dessa forma, em observância às informações contidas no laudo médico oficial, forçoso constatar que a autora não apresenta incapacidade para a sua atividade laborativa habitual, pois a mesma não demanda a prática de esforços físicos, não lhe sendo devido o benefício de auxílio-doença, tampouco aposentadoria por invalidez, porquanto não comprovou que preenche o requisito incapacidade, exigido pelos artigos 42 e 59 da Lei nº 8.213/91.
Sustenta a Requerente ter a decisão recorrida divergido do julgado proferido pela 1ª Turma Recursal de Goiás, sob o argumento de que é cabível o restabelecimento do benefício do auxílio-doença no caso de incapacidade parcial, quando as condições pessoais do caso permitirem, como a hipótese em questão.
O incidente não foi admitido e foi apresentado requerimento, na forma do art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Não demonstrou o Requerente o dissenso jurisprudencial alegado, posto que não procedeu ao indispensável cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação (RI/TNU, art. 13).
No mais, verifica-se que o pleito visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização.
Por fim, a decisão paradigmática analisou o conjunto probatório dos autos e, atenta às peculiaridades do caso concreto, concedeu a aposentadoria por invalidez, razão pela qual não há como se verificar a existência de similitude fática entre as hipóteses em confronto.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Tal a razão, com fulcro no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.71.95.001832-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: NORILDA SANTOS GUIMARÃES
PROC./ADV.: ALEIXO FERNANDES MARTINS
REQUERIDO: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por NORILDA SANTOS GUIMARÃES dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei 10.259/01, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que negou o pedido de benefício assistencial, ao entendimento de que a renda familiar ultrapassa o limite legal de ¼ do salário mínimo. Para chegar a essa conclusão a Turma a quo incluiu, na renda familiar, o valor percebido pelo filho maior da requerente.
Alega a suscitante que tal decisão diverge do entendimento da Turma Recursal do Goiás, no sentido de que devem ser excluídos, no cálculo da renda familiar, os rendimentos auferidos por filho maior de idade.
Inadmitido o incidente, o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Estando configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.71.95.002938-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MANOEL ANTONIO AZAMBUJA
PROC/ADV.: MOISÉS DELGADO DOS SANTOS
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização suscitado por MANOEL ANTONIO AZAMBUJA em face do acórdão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, não reconheceu período de exercício de labor rural, ante a ausência nos autos de início de prova material.
Alega-se divergência com julgado da TNU, segundo o qual, certidão de casamento constitui início razoável de prova material.
Inadmitido o incidente, o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Estando configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.71.95.003344-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LIA MARIA DAL'AGNOL
ADVOGADO: AMARILDO VANELLI PINHEIRO
REQUERIDO: INSS
PROCURADORA: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

LIA MARIA DAL'AGNOL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, parágrafo 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que negou pedido de pagamento das diferenças da renda mensal de benefício de pensão por morte, nos períodos compreendidos entre a data do óbito e o requerimento na via administrativa.
Em seu pleito, a suscitante alega que o entendimento da Turma Recursal do Rio Grande do Sul diverge de entendimento assente no STJ, aduzindo, em síntese, que o valor da pensão somente será rateado em partes iguais quando houver mais de um pensionista e até a data do requerimento administrativo, para habilitação de outro dependente, a requerente, menor, faz jus ao benefício no seu valor integral.
O Pedido de Uniformização foi inadmitido.
A suscitante apresentou requerimento tempestivo na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatado. Decido.
Tenho que não prospera a postulação da requerente, eis que quanto à divergência jurisprudencial apontada com base no acórdão do STJ, verifica-se que foi citado apenas um julgado, a partir do qual não é possível concluir que haja jurisprudência dominante naquela Corte acerca da questão em apreço em posição contrária ao entendimento esposado no aresto recorrido. Incide à hipótese a Questão de Ordem nº 05/TNU.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o pedido de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.71.95.004717-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MILTON AFONSO HOLZ
PROC/ADV.: JELSON CARLOS ACCADROLLI
REQUERIDO(A) : INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

MILTON AFONSO HOLZ suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que, mantendo a sentença, assim entendeu:
(...)
Compulsando os autos, constato que a prova material apresentada é insuficiente para, frente aos depoimentos prestados, comprovar o labor rural do autor.
(...)
Deste fato, depreende-se que o labor rural não foi desempenhado em regime de economia familiar, pelo contrário, o pai do demandante não exercia o labor rural, desempenhava atividades urbanas para garantir o sustento da família. Da mesma forma, seus irmãos também não o auxiliavam na agricultura. Assim, resta concluir que a família do autor não retirava o seu sustento das lides agrícolas, tampouco as exercia.
Outrossim, também não é possível reconhecer sua condição de segurado especial em nome próprio, tendo em vista à ausência de prova material, somado a impossibilidade se reconhecer o labor rural com prova exclusivamente testemunhal.
Alega o suscitante que a decisão da referida Turma Recursal diverge de julgados da TNU e do Superior Tribunal de Justiça, aduzindo, em síntese, que o labor urbano por um dos membros da família não descaracteriza o regime de economia familiar, e que há nos autos início de prova material em nome próprio que comprova atividade agrícola individual.
Incidente inadmitido à fl. 215.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU (fls. 217/218).
Relatados, decido
Verifica-se inicialmente que o demandante deixou de demonstrar a divergência jurisprudencial existente, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o aresto hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, não reunindo assim condições para ser analisado, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Por conseguinte, observa-se que a Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul ao referendar a sentença no sentido de não reconhecer o exercício da atividade rural no período de 16/11/1965 a 31/12/1969 trouxe os seguintes fundamentos: a) não há nos autos prova material suficiente para comprovar o labor rural individual e b) não restou demonstrado que o suscitante desempenhava a atividade rural em regime de economia familiar, visto que a família não retirava o sustento do trabalho agrícola. No entanto, da leitura do incidente de uniformização apresentado pelo requerente, observa-se que não foram enfrentados todos os argumentos do decisum objurgado, o que faz atrair o óbice da Questão de Ordem nº 18, verbis:
"É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".
Por fim, tem-se que, ainda que fosse ultrapassado tal óbice, o presente pleito cuida de questão em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.71.95.005883-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CLAUDINO ROSA
PROC/ADV.: IMILIA DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

CLAUDINO ROSA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal do Rio Grande do Sul, a qual entendeu que anotação no campo "Anotações Gerais", de Carteira de Trabalho expedida em momento posterior ao que se pretende provar, possui força de declaração testemunhal.
Naquela ocasião, restou consignado o seguinte, verbis;
Tenho que assiste razão ao INSS no tocante aos períodos de atividade urbana de 02.05.69 a 30.06.71, de 01.08.71 a 20.02.75 e de 08.02.82 a 29.06.82, uma vez que não há nos autos documentos aptos a confirmarem a existência dos vínculos empregatícios.
Em relação aos dois primeiros períodos a parte autora apresentou tão somente: uma ficha de registro de empregados (fl. 39) que apresenta como data de admissão e de rescisão as datas de 15.12.73 e 18.12.75, respectivamente; a cópia de sua CTPS (fls. 105/116), emitida em 25.04.89, que em seu campo "anotações gerais" (fl. 115) apresenta mera declaração do empregador acerca dos supostos vínculos; e outra declaração do empregador (fl. 122) que, como aquela da fl. 115, possui força de prova meramente testemunhal, porém sem ter sido produzida em juízo.
Já em relação ao último lapso, de 08.02.82 a 29.06.82, não há nos autos quaisquer documentos que sirvam sequer de início razoável de prova material.
Alega divergência com julgados da Turma Recursal do Mato Grosso e do STJ, aduzindo, em síntese, que anotações na Carteira de Trabalho gozam de presunção juris tantum, consoante dispõe a Súmula 12 do TST.
O incidente foi inadmitido.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Não há similitude fática entre a decisão combatida e os julgados paradigmas.
Com efeito, no caso dos autos há a peculiaridade de que a anotação na CTPS foi feita em campo não apropriado ("anotações gerais"), bem como foi feita em carteira de trabalho expedida em 1989, enquanto que os períodos que se pretende provar são de 1969 a 1982. Logo, percebe-se que os julgados paradigmas não abarcam tais peculiaridades, pelo que se pode depreender que não guardam a devida similitude fática com o caso em tela, o que inviabiliza a admissão do presente incidente.
Nesse sentido, já decidiu a Turma Nacional de Uniformização, litteris:
ACÓRDÃO PARADIGMA ENVOLVE MATÉRIA DE FATO DISTINTA.
1. É inadmissível considerar elementos de fato diversos daqueles em que se assentou o acórdão recorrido, vez que o Pedido de Uniformização visa velar pela exata aplicação do direito já pacificado a pressupostos fáticos idênticos. Envolvendo os paradigmas matérias de fato de que não cuidou o acórdão impugnado, não merece ser conhecido o pedido.
2. Pedido não conhecido (PU nº 2002.70.00.007470-5/PR, Relatora Juíza Federal Liliane Roriz, DJ de 24/12/2003).
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. ADMISSIBILIDADE.
1. Não se conhece de pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando as decisões tidas como divergentes estão assentadas em situações de fato substancialmente diversas, pois aplicada a mesma teste jurídica a hipóteses diferentes poderá restar inadequada a solução alcançada, por defeito na técnica da subsunção.
2. O pedido de uniformização não se presta à superar divergência identificada em decisões de Turmas Recursais acerca de questões processuais. Inteligência do art. 14 da Lei 10.259/2001.
3. Incidente não conhecido. (PU nº 2002.50.50.000438-2/RJ, Relatora Juíza Federal Taís Schilling Ferraz, DJ de 30/6/2004).
Ademais, como bem restou lançado no juízo de admissibilidade feito pela Presidência da 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, não houve por parte do julgado recorrido a afirmação de que a anotação em CTPS não possui presunção de veracidade, mas sim de que aquela anotação específica, no campo "anotações gerais", em carteira de trabalho não contemporânea ao período que se pretende provar, é que não teria a força probante da anotação feita corretamente. Assim, não há a divergência suscitada.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO Nº: 2008.71.95.006127-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ELI ANTONIO RIBAS DE FIGUEIREDO
PROC./ADV.: SAMIR ADEL SALMAN
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

ELI ANTONIO RIBAS DE FIGUEIREDO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, assim decidiu:
Já, a partir de 05-03-97, lapso temporal compreendido entre a publicação da Lei 9035/95 e a expedição do Decreto 2172/97, há necessidade que a atividade tenha sido exercida com efetiva exposição a agentes nocivos, o que não é o caso dos autos, visto que o laudo pericial é expresso ao enquadrar a especialidade da atividade de motorista desenvolvida nesta época em função da penosidade, previsão não mais abrangida pela legislação posterior, a qual se atém a especialidade por efetiva exposição a agentes insalubres.
Neste ponto, o laudo pericial menciona transporte de cargos em geral, e a prova testemunhal, ainda, que faça alusão a cargas perigosas, dá conta, tão-somente, do regular transporte de mercadorias químicas, sem vincular contato direto do transportador com a carga na atividade desenvolvida. Não foram juntados, para o período, DSS8030 e/ou Perfil Profissiográfico Previdenciário (fls.118/119).
O suscitante alega divergência com julgado da Turma Recursal do Estado da Bahia, aduzindo, em síntese, ser equivocado o entendimento da decisão impugnada, no sentido de ser impossível o reconhecimento de atividades especiais mesmo com a presença de laudo pericial após o advento da Lei 9.032/95.
O incidente foi inadmitido e o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
De início, verifica-se que o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a mencionar a ementa do julgado da Turma Recursal do Estado da Bahia que supostamente seria paradigmático, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o decisum hostilizado e o paradigma citado, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
No mais, observa-se ainda que cuida de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.71.95.006151-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LORITA BRAGA VIGANÓ
PROC./ADV.: CARLOS GIMENIS MOREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por LORITA BRAGA VIGANÓ, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de Porto Alegre que confirmou a sentença de improcedência do pedido de pensão por morte, sob o fundamento de não ter restado demonstrado que a requerente era concomitantemente dependente de seu filho falecido.
Alega a requerente que a decisão combatida diverge do entendimento do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, sustentando que não se exige que a dependência econômica da mãe em relação ao filho seja exclusiva.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O incidente não merece avançar.
A Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, caput, ao especificar as hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, expressamente dispõe que a divergência deve envolver questões de direito material, e seu § 2° estabelece que a divergência autorizativa do incidente é aquela entre decisões de turmas de diferentes regiões ou proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, não se prestando a tanto o aresto do Tribunal Regional Federal invocado pela requerente.
Frente ao exposto, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.71.95.007509-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: BENTO ABREU DA ROSA
PROC./ADV.: VILMAR LOURENÇO
REQUERIDO: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência, com fundamento no art. 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, suscitado por BENTO ABREU DA ROSA em face da decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, a qual reformou a sentença de procedência do pedido de revisão de aposentadoria para modificar o termo inicial da prescrição das parcelas vencidas.
O requerente invoca precedente do Superior Tribunal de Justiça, para afirmar, em síntese, que a prescrição deve retroagir cinco anos a partir do pedido administrativo de revisão do benefício previdenciário.
Inadmitido o incidente, o requerente apresentou pedido de submissão na forma do art. 15, § 4.º do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.71.95.008059-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: GUILHERME LUIZ PORTZ
PROC/ADV.: ANA PAULA PEREIRA DA ROCHA
REQUERIDO: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência, com fundamento no art. 14, § 2.º da Lei nº 10.259/2001, suscitado por GUILHERME LUIZ PORTZ, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, a manter, por decisão genérica, a sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial, à consideração de que o Autor não teria comprovado a sua exposição a níveis de ruídos considerados nocivos.
O Requerente alega, primeiramente, que não trata a hipótese de exposição a ruídos, mas agentes químicos, não tendo a Turma Recursal julgado a lide tal qual esta se lhe apresentou, além de ter negado a prestação jurisdicional invocada, mesmo após a apresentação de embargos declaratórios.
Ainda, o Requerente colaciona precedentes do Superior Tribunal de Justiça, em que se reconhece violação ao artigo 535 do Código de Processo Civil, quando Cortes recursais se negam a abordar questões suscitadas em sede de apelação, cujo enfrentamento seria imprescindível à correta solução da controvérsia.
Inadmitido o incidente pela Presidência da Turma Recursal, foi apresentado requerimento nos termos do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Segundo a Questão de Ordem nº 17, quando o acórdão decidir tema alheio à controvérsia, a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especial Federais deve anular o julgado.
Assim sendo, subsumindo-se, em princípio, o incidente de que se cuida, à hipótese ali referida, admito o incidente de uniformização de jurisprudência, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.71.95.008283-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): FELIPE TASCHETTO E OUTROS
PROC./ADV.: WALDIRENE HENRIQUES BEZERRA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela UNIÃO, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que manteve a sentença que declarou o direito dos autores ao recebimento da Gratificação Especial de Localidade, em período anterior à Portaria Normativa 13, de 05.01.2006.
Sustenta a requerente que a decisão combatida diverge de julgados do TRF da 4ª Região, da Turma Recursal do Rio Grande do Sul e do STJ, nos quais entendeu-se que tal gratificação somente deverá ser recebida quando a localidade em questão tiver recebido a classificação de "especial".
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.71.95.008359-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LEO CARLOS VIEIRA RODRIGUES
PROC./ADV.: LUCIANA PEREIRA DA COSTA E OUTRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

LEO CARLOS VIEIRA RODRIGUES suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com esteio no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão colegiada proferida pela 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul - 4ª Região, a qual reformou sentença que julgou parcialmente procedente pedido de reconhecimento da especialidade desenvolvida pelo suplicante em determinados intervalos, trabalhados em condições especiais (professor) junto ao Estado do Rio Grande do Sul, sob regime público, com sua consequente conversão e utilização no Regime Geral de Previdência Social, pois se pronunciou de ofício para consignar que a autarquia previdenciária não detém legitimidade para figurar no pólo passivo da contenda, vindo a extinguir o processo sem resolução do mérito, conforme fundamentação adotada em Voto-Vista (prevalente), o qual serviu de base para o julgado prolatado (fls. 120/122).
Afirma o demandante haver divergência com julgado do c. Superior Tribunal de Justiça, assim ementado, verbis:
AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. POSSIBILIDADE. CONTAGEM RECÍPROCA. PROFESSOR. SERVIDOR PÚBLICO. 'A jurisprudência desta Corte, por intermédio das duas Turmas que integram a Eg. Terceira Seção, firmou posicionamento no sentido de que o professor faz jus à contagem do tempo de serviço prestado em condições perigosas e insalubres na forma da legislação vigente, à época da prestação de serviço, ou seja, com o acréscimo previsto na legislação previdenciária de regência, considerando ter direito à conversão do tempo de serviço exercido no magistério como atividade especial'.(Resp. 545653, rel.Min. Gilson Dipp. DJ 02.08.2004). Agravo regimental improvido (AgRg no REsp n.º 644.370/RS, Rel. Min. PAULO MEDINA, DJ de 13/06/2005, p. 369).
Sustenta, em síntese, ser possível o reconhecimento da atividade especial exercida na condição de professor junto ao Estado do RS antes da EC 18/81.
Ao incidente foi negado seguimento pela Presidência da 2ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul (fl. 157).
Por sua vez, às fls. 162/166, o suscitante apresentou requerimento nos termos do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O pedido do requerente não reúne condições de prosseguir, uma vez que a matéria em análise está ligada a questão eminentemente processual e não de direito material, posto se referir à ausência de uma das condições da ação, qual seja, de o INSS não possuir legitimidade para compor o pólo passivo da ação aforada pelo recorrente, tendo em vista que a aludida controvérsia não se enquadra na disposição contida no artigo 14, caput, da Lei n.º 10.259/2001, o que inviabiliza o conhecimento de sua irresignação por este órgão.
Soma-se a isso o fato de o paradigma colacionado não guardar similitude fática e jurídica com o caso em apreço, haja vista este se referir a ilegitimidade de parte e aquele fazer menção quanto à possibilidade do enquadramento de atividade como especial e sua consequente conversão em tempo comum, para fins de aposentadoria. Portanto, trata-se de situação que não possui as mesmas bases fáticas e jurídicas aptas a viabilizarem o processamento de seu inconformismo.
Isso posto, com fulcro no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.72.50.008941-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: VANDERLEI JOSÉ DOS SANTOS
PROC/ADV.: RICHARD ZAPELINI REBELO
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

VANDERLEI JOSÉ DOS SANTOS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão proferido por Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Catarina, o qual, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de averbação de tempo de serviço de aluno-aprendiz.
O Requerente alega divergência com julgados do Superior Tribunal de Justiça, relevando a tese de que o período de trabalho como aluno-aprendiz em Escola Técnica, com retribuição pecuniária indireta, à conta do orçamento da União, pode ser computado para fins de complementação de tempo de serviço objetivando fins previdenciários.
Incidente foi inadmitido, mas foi apresentado requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Consta do acórdão recorrido, expressamente, que "a certidão apresentada pelo Autor nada refere acerca da existência de remuneração ou recebimento de qualquer contraprestação direta ou indireta, na forma de alimentação, fardamento, material escolar ou parcela de renda auferida", motivo porque não faria jus ao deferimento de seu pedido, a teor da Súmula n. 96/TCU.
Por outro lado, os paradigmas colacionados pelo Requerente apenas vêm reforçar o acerto do julgamento a quo, haja vista que em todos eles, concluiu-se ser imprescindível a comprovação de que o aluno-aprendiz percebia remuneração ou contraprestação, ainda que indireta, na forma de alimentação, fardamento, material escolar ou parcela de renda auferida, para fins de contagem do tempo de serviço. O dissídio jurisprudencial, portanto, não restou configurado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.72.51.002160-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: REINOLDO KOGLIN
PROC/ADV.: CARLOS BERKENBROCK E OUTROS
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto por REINOLDO KOGLIN, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina, que não reconheceu a especialidade do período em que o suscitante trabalhou como vigilante, haja vista que não ficou comprovado o porte de arma de fogo no exercício da função.
Alega o suscitante divergência jurisprudencial com a Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, aduzindo, em síntese, não ser necessário o porte de arma de fogo para fins de enquadramento da atividade de vigia como especial.
O Pedido de Uniformização foi inadmitido, e o suscitante apresentou o requerimento do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Em relação à divergência apontada pelo suscitante, observa-se que a jurisprudência da TNU tem entendido que, de acordo com a Súmula nº 26, o fator de enquadramento da atividade de guarda como atividade perigosa no código 2.5.7 do Anexo ao Decreto nº 53.831/64 é a utilização de arma de fogo, motivo pelo qual, para que a atividade de vigia possa ser equiparada à atividade de guarda para fins de enquadramento como atividade especial afigura-se necessária a comprovação da utilização de arma de fogo.
Acerca do assunto, destaco o seguinte julgado:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO. ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE DE VIGIA À DE GUARDA. NECESSIDADE DE UTILIZAÇÃO DE ARMA DE FOGO. SÚMULA Nº 26.
1. De acordo com a Súmula 26, o fator de enquadramento da atividade de guarda como atividade perigosa no código 2.5.7 do Anexo ao Decreto nº 53.831/64 é a utilização de arma de fogo, motivo pelo qual para que a atividade de vigia possa ser equiparada à atividade de guarda para fins de enquadramento como atividade especial afigura-se necessária a comprovação da utilização de arma de fogo.
2. Pedido conhecido e improvido (PEDILEF 200872950014340, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ de 11/06/2010).
Incide na hipótese, a Questão de Ordem n. 13 da TNU.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização não admito o presente pedido de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.72.51.003664-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: IRINEU SIMAS DO AMARAL
PROC./ADV.: JUCÉLIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

IRENEU SIMAS DO AMARAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, que assim entendeu:
O fato de o autor ter continuado na mesma empresa e função não é suficiente para o reconhecimento da especialidade no período não reconhecido.
Apesar de ser possível juridicamente o reconhecimento da atividade após 1998, pelos documentos apresentados a exposição a ruído não foi em patamares superiores aos indicados na legislação para os períodos não reconhecidos. Não é possível o reconhecimento em relação a outros agentes indicados no recurso.
O incidente foi inadmitido e o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Em seu pleito, o suscitante alega que o entendimento da Primeira Turma Recursal de Santa Catarina diverge do posicionamento assente no Superior Tribunal de Justiça, aduzindo, em síntese, que é possível a conversão do tempo de serviço trabalhado em condições especiais na função de motorista após 05/03/1997, considerando que houve continuidade da função exercida anteriormente a esta data. Assinala também ser possível, após o advento da Lei nº 9.032/95, a comprovação da especialidade de motorista por meio dos formulários SB-40 e DSS-8030, não sendo necessária a apresentação de laudo técnico.
Relatado. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intimem-se
Brasília, 4 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.72.51.003908-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: CLAUDIA MIRA FRANÇA
PROC./ADV.: CLAUDIO JOSÉ DE CAMPOS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por CLAUDIA MIRA FRANÇA, dirigido à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face do acórdão proferido pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina que confirmou a sentença no tocante ao reconhecimento da coisa julgada em relação ao período de atividade rural entre 1964 a 1972, em virtude de decisão proferida em processo ajuizado anteriormente.
Sustenta a requerente que a decisão combatida diverge de julgados da Turma Recursal da Bahia, os quais consagram o entendimento de que a existência de novo quadro probatório possibilita novo ingresso de ação judicial, não produzindo coisa julgada material, pois, em matéria de Direito Previdenciário, não ocorre a preclusão do direito ao benefício.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
É cediço que a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é aquela existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. Muito embora a coisa julgada faça parte do sistema processual, não há como negar que ela seja um instituto de direito constitucional, atinente ao próprio direito de ação, ou ao chamado direito processual material. Não se trata, pois, de questão meramente processual.
Frente ao exposto, e considerando estar configurada, em princípio, a divergência jurisprudencial alegada, admito o presente incidente de uniformização, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.72.51.004441-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: AMÉLIA BASILICIA CARDOSO DE AZAMBUJA
PROC./ADV.: JUCÉLIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

AMÉLIA BASILICIA CARDOSO DE AZAMBUJA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina.
Na decisão da Turma Recursal, ficou consignado que a demandante não comprovou que seu falecido marido portava arma durante o exercício de suas atividades de vigilante, motivo pelo qual não faz ao reconhecimento da atividade laborada em regime especial, com a consequente revisão do benefício de pensão.
Em seu pleito, a suscitante alega que o entendimento da Turma Recursal de Santa Catarina diverge de julgados do STJ e da TNU, aduzindo que não há necessidade de prova da efetiva exposição a agentes agressivos na atividade de guarda industrial/vigilante, no período que antecede à edição da Lei n. 9.032/95, bastando que a atividade esteja enquadrada como especial na legislação de regência.
Dentre os precedentes citados, destaca-se o Pedilef n. 2004.70.95.012209-5, da TNU, em que se consignou: À medida em que se considerou configurada a exposição a agentes agressivos, por presunção legal, por interpretação que equiparou o vigilante ao guarda, não se reputou relevante a exigência de que o segurado portasse arma de fogo, no exercício de suas atribuições.
O incidente foi inadmitido.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatado. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 20087251005378-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: JOÃO CAETANO
PROC/ADV.: JUCÉLIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

JOÃO CAETANO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, a qual manteve sentença que julgou improcedente o pedido de conversão de tempo laborado em condições especiais em tempo de serviço comum, ao entendimento de que:
Ainda que se considere a atividade do período de 19.4.68 a 18.7.83 como exercida na profissão de pedreiro, o PPP não indica agentes nocivos. O laudo similar, por sua vez, constata a neutralização dos agentes (evento 24, Lau 2).
Alega, em síntese, que o uso de equipamento de proteção individual, por si só, não descaracteriza a condição especial do trabalho exercido pelo empregado, posto que não afasta o risco para a integridade física e para a saúde do trabalhador. Aponta como divergentes, julgados da Turma Recursal de Rio de Janeiro e de Goiás, sendo que, deste último consta: No que diz respeito à utilização de equipamento de proteção individual (EPI), ele tem a finalidade de resguardar a saúde do trabalhador, para que não sofra lesões, não podendo descaracterizar a situação de insalubridade.
Incidente inadmitido na origem.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU .
Relatados, decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO N°: 2008.72.51.006659-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ADELINO SARDANHA DO AMARANTE
PROC/ADV.: JUCÉLIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

ADELINO SARDANHA DO AMARANTE suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, a qual manteve sentença que não reconheceu tempo de serviço laborado em condições especiais, porquanto após 29.04.1995 não era mais possível o reconhecimento da especialidade de motorista tão somente pelo enquadramento da categoria profissional.
Alega divergência com a jurisprudência do STJ e de outras Turmas aduzindo, em síntese, que é possível o reconhecimento da atividade especial mesmo após 28.04.1995, porquanto em razão da continuidade das funções, presume-se a exposição aos mesmos agentes nocivos reconhecidos anteriormente. Aduz, ainda, que a comprovação da atividade especial pode ser dar com a juntada dos formulários SB-40 ou DSS-8030.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal de Santa Catarina.
O suscitante apresenta requerimento nos termos do art. 15, § 4°, RI/TNU.
Relatados. Decido.
Verifica-se que os arestos indicados como paradigmas não guardam a devida similitude fática com a hipótese dos autos.
No caso em questão, a decisão colegiada ora vergastada entendeu que após 29.04.95 não era mais possível o reconhecimento de período laborado em atividade especial tão somente pelo enquadramento da categoria profissional de motorista, aduzindo, ainda, que laudo ambiental dava conta de que o autor não estava submetido a agentes nocivo. Já os julgados paradigmas, que nem ao menos estão relacionados à tese sustentada, tratam do reconhecimento da profissão de vigilante, equiparada a de guarda pelo uso de arma de fogo e laborada em regime especial, nos termos da Súmula 26 da TNU.
Por fim, o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU, conformando-se em transcrever ementas dos julgados, as quais não servem para demonstração da divergência.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.72.51.008000-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ANTONIO IBRAIR DE CAMPOS
PROC/ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência, com fundamento no art. 14, § 2.º da Lei n.º 10.259/2001, suscitado por ANTONIO IBRAIR DE CAMPOS, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, a manter a sentença que julgou improcedente o pedido inicial, tendo em vista que "a atividade do autor, como provada nos autos, não demonstra que o contato direto com o cimento se dava de forma permanente e em intensidade suficiente para caracterizar a insalubridade para fins previdenciários".
O Requerente alega divergência com julgados do Superior Tribunal de Justiça, relevando que estava exposto "de forma habitual e permanente a diversos agentes nocivos à saúde e à integridade física".
Inadmitido o incidente pela Presidência da Turma Recursal, mas foi apresentado requerimento nos termos do art. 15, § 4.º do RI/TNU.
Relatados, decido.
Os arestos indicados como paradigmas não guardam a devida similitude fático-jurídica com a hipótese dos autos e tampouco logrou êxito o Requerente em demonstrar a suposta divergência de entendimentos entre o acórdão recorrido e aqueles trazidos como paradigmas.
Demais disso, em última análise, não há como se reformar o aresto impugnado sem que se proceda ao novel exame das provas, o que inviável na sede deste incidente, consoante cediço.
Ante o exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.72.51.008281-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ADELIO JOÃO SEGUNDO
PROC/ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por ADELIO JOÃO SEGUNDO e dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, a qual manteve sentença que julgou improcedente o pedido de averbação de trabalho especial, para fins de aposentadoria, haja vista a inexistência de juntada de documentação hábil à comprovação do seu exercício, no período requerido.
Alega o Requerente divergência com julgados do Superior Tribunal de Justiça, e defende terem sido juntados aos autos documentos que haveriam de servir como prova material do exercício da atividade apontada como especial.
O incidente foi inadmitido, mas foi apresentado requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Consta expressamente da decisão ora impugnada que a documentação carreada aos autos não se presta a configurar prova material de que o Requerente exercia qualquer atividade especial, relativamente ao período que se pretende averbar. Não há, portanto, semelhança fático-jurídica entre o aresto recorrido e aqueles apontados como paradigmas, não cuidando a hipótese de simples valoração de provas.
Mui ao reverso, não há meios de se reformar o acórdão a quo, sem que se proceda, antes, ao reexame fático-probatório dos autos, o que não se coaduna com a natureza do incidente de uniformização vertente, como cediço.
Tais as razões, nos termos do artigo 7º, inciso VI, da Resolução nº 22/2008, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.72.51.008325-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: NICOLAU PEDRO TEODORO
PROC./ADV.: JOÃO NORBERTO COELHO NETO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por NICOLAU PEDRO TEODORO, dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, em face de decisão da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência da 4ª Região que não conheceu do recurso que objetivava o reconhecimento de tempo de serviço especial.
Alega o suscitante divergência com julgados do STJ.
O incidente de uniformização foi inadmitido pela Presidência da Turma Regional e o suscitante apresentou Agravo de Instrumento ao Superior Tribunal de Justiça, que foi recebido como requerimento de submissão a esta Turma Nacional de Uniformização na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU, em face do princípio da fungibilidade recursal.
Relatados. Decido.
Verifica-se que, inicialmente, o requerente apresentou incidente de uniformização ao Superior Tribunal de Justiça, quando seria cabível o incidente de uniformização à Turma Nacional, ainda que os paradigmas apresentados fossem unicamente do STJ.
Isso porque o art. 14, § 2º da Lei n.º 10.259/2001 c/c inc. III do art. 6º do RI/TNU determinam que compete à Turma Nacional o julgamento do incidente em face de decisões das Turmas Regionais de Uniformização de Jurisprudência proferidas em contrariedade à súmula ou jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
Já o incidente de uniformização dirigido ao STJ apenas teria lugar em face de decisões da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência proferidas em contrariedade à jurisprudência da Corte Superior, a teor do § 4º do art. 14 da Lei n.º 10.259/2001.
Entretanto, por oportunidade do juízo de admissibilidade, tais disposições não foram levadas em conta e o incidente, embora inadmitido, foi analisado como se endereçado à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência.
Frente à inadmissão do incidente, em vez de apresentado requerimento de submissão, nos moldes do art. 15, § 4º, do RI/TNU, foi manejado um Agravo de Instrumento ao STJ, no fito de "destrancar" o recurso.
A presidência da Turma Recursal, então, apreciou o Agravo como pedido de submissão, lançando mão do princípio da fungibilidade recursal.
No entanto, não reputo cabível a utilização de tal princípio no caso em apreço, na medida em que o princípio da fungibilidade recursal demanda o preenchimento de alguns requisitos, tais como a existência de dúvida razoável e interposição dentro do prazo do recurso efetivamente cabível.
Não vislumbro a existência de dúvida razoável acerca do recurso cabível no caso em apreço, pelo que tanto o pedido de uniformização dirigido ao STJ, quanto o Agravo de Instrumento manejado em face da inadmissão do mesmo não podem ser tomados, respectivamente, como pedido de uniformização nacional e pedido de submissão.
Ante o exposto, com esteio no art. 7º, IX, do RI/TNU, não admito o presente pedido de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.72.51.008373-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: GLÓRIA NUNES LEONI
PROC./ADV.: ALINE R. NASCIMENTO
REQUERIDO(A) : INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

GLÓRIA NUNES LEONI suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com base no artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001, em face da decisão proferida pela Primeira Turma Recursal de Santa Catarina, a qual manteve sentença que indeferiu pedido de reconhecimento de tempo de serviço supostamente prestado em condições especiais, no período de 02.08.1978 a 02.08.1984.
Na decisão da Turma Recursal restou consignado o seguinte, verbis:
Segundo consta no Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP - anexado ao processo (fls. 7/8 do PROCADM5 do evento 1), a autora no período acima citado laborava para Casemiro Silveira S/A., Ind. & Com., onde exercia a função de "aprendiz de costureira e costureira" no setor "costura".
Quanto aos agentes nocivos consta dos formulários que a autora laborava exposta a ruído de 80 a 85 dB(A).
Visando comprovar seu labor em condições especiais, a autora trouxe aos autos o laudo pericial realizado no ano de 1991, o qual informa que no desempenho de suas atividades laborava exposta a ruído de 80 dB(A).
Desta forma, tendo a autora laborado exposta a ruído inferior ao limite estabelecido pela legislação de regência (superior a 80dB(A)), de modo habitual e permanente, inviável o reconhecimento da especialidade da atividade, nos termos da fundamentação.
Assim, nada há para modificar na sentença recorrida.
Recálculo do tempo de serviço/contribuição e liquidação a cargo do juizado de origem.
Sustenta a requerente, em síntese, que no exercício da profissão de costureira esteve submetida a ruídos que chegavam a picos de 85 dB, fazendo jus portanto ao reconhecimento do tempo de serviço laborado em condições especiais. Cita como paradigma, precedente do STJ reconhecendo como especial o trabalho exposto a ruído acima de 80 dB.
Aduz, ainda, que, no período controverso, a especialidade do trabalho deveria ser reconhecida unicamente pela categoria profissional.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da 2ª Turma Recursal de Santa Catarina.
A suscitante apresentou requerimento nos termos do artigo 15, § 4°, RI/TNU.
Relatados. Decido.
In casu, verifica-se que não há divergência entre a decisão recorrida e aquela indicada como paradigma.
Com efeito, a Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, preservando a sentença, decidiu que não há como reconhecer a especialidade da atividade desempenhada pela suplicante (costureira), porquanto esta estava submetida a ruídos que não superavam 80 dB. Já o aresto indicado como paradigma é no mesmo sentido da decisão recorrida, entendendo como especial somente o ruído acima de 80 dB.
Ademais, cuida-se, em última análise, de pleito que visa o reexame de prova, com conseqüente inversão da conclusão a que chegou o decisum hostilizado na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Por fim, quanto à tese de que a especialidade deveria ser reconhecida apenas pela categoria profissional, tenho que não se desincumbiu a requerente de demonstrar corretamente a divergência, porquanto o precedente colacionado não trata da atividade de costureira, nem traz as mesmas bases fáticas da decisão recorrida, já que no paradigma há perícia técnica favorável ao deferimento do pedido (ao contrário da decisão recorrida).
Assim, configura-se inviável o incidente de uniformização, pois a TNU já decidiu, verbis:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. ADMISSIBILIDADE.
1. Não se conhece de pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando as decisões tidas como divergentes estão assentadas em situações de fato substancialmente diversas, pois aplicada a mesma teste jurídica a hipóteses diferentes poderá restar inadequada a solução alcançada, por defeito na técnica da subsunção.
2. O pedido de uniformização não se presta à superar divergência identificada em decisões de Turmas Recursais acerca de questões processuais. Inteligência do art. 14 da Lei 10.259/2001.
3. Incidente não conhecido. (PU nº 2002.50.50.000438-2/RJ, Relatora Juíza Federal Taís Schilling Ferraz, DJ de 30/6/2004).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO PARADIGMA ENVOLVE MATÉRIA DE FATO DISTINTA.
1. É inadmissível considerar elementos de fato diversos daqueles em que se assentou o acórdão recorrido, vez que o Pedido de Uniformização visa velar pela exata aplicação do direito já pacificado a pressupostos fáticos idênticos. Envolvendo os paradigmas matérias de fato de que não cuidou o acórdão impugnado, não merece ser conhecido o pedido.
2. Pedido não conhecido." (PU nº 2002.70.00.007470-5/PR, Relatora Juíza Federal Liliane Roriz, DJ de 24/12/2003).
Em face do exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 2 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.72.51.008528-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: PAULO ALFREDO HAEBERLIN
PROC/ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência interposto por PAULO ALFREDO HAEBERLIN, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina, que entendeu ser necessário o prévio requerimento administrativo para o ajuizamento de ação judicial em que se pleiteia benefício previdenciário.
Alega divergência com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, aduzindo, em síntese, que não há falta de interesse de agir quando o segurado busca o Judiciário sem realizar o prévio requerimento administrativo.
Inadmitido o incidente, o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Estando configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.72.53.000698-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: LUIZA THOMACHINSKI
PROC./ADV.: MARCOS COSSUL
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por LUIZA THOMACHINSKI, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Suplementar às Turmas Recursais da Seção Judiciária de Santa Catarina, a qual confirmou sentença que havia julgado improcedente o pedido de conversão de tempo especial por atividade rural em comum, sob o entendimento que após o afastamento de atividade urbana, a autora não ingressou os quadros da previdência social após a entrada em vigor da lei de benefícios.
Alega divergência com julgados do STJ, aduzindo, em síntese, que a atividade rural exercida em regime de economia familiar, em período anterior à Lei nº 8.213/91, gera aproveitamento para fins de aposentadoria por tempo de serviço no regime Geral da Previdência Social.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Verifica-se que os arestos indicados como paradigma não guardam a devida similitude fática com a hipótese dos autos.
Com efeito, a decisão ora impugnada restou fundada em elementos fático-probatórios dos autos que levaram a Turma Recursal a concluir que considerando que a parte autora afastou-se das atividades urbanas em 17/07/1984 e não integrou os quadros da Previdência Social após a entrada em vigor da Lei 8.213/91, conforme verificado nos demonstrativos de tempo de serviço apresentados, sendo que os paradigmas se limitam a mencionar que a ausência da qualidade de segurado não inviabiliza o exercício do direito á contagem do tempo de serviço.
Em última análise, tem-se ainda que o pleito se mostra inadmissível, porquanto pretende-se o reexame de prova, com vistas à inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada.
Frente ao exposto, com fulcro no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.72.54.000006-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: JOÃO CARLOS BETIOL
PROC./ADV.: DANIEL THIAGO OTERBACH
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por JOÃO CARLOS BETIOL, dirigido à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face do acórdão proferido pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina que, reformando a sentença, negou o pedido de aposentadoria especial, sob o entendimento de que o autor não logrou comprovar o exercício da atividade especial nos períodos reclamados.
Sustenta o requerente que a decisão combatida diverge de julgados de outras Turmas Recursais, os quais consagram o entendimento de que a atividade desempenhada por mecânico deve ser considerada como tempo especial de serviço.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O incidente não reúne condições de avançar.
O aresto vergastado baseou-se no exame dos fatos e provas dos autos, considerando que o autor não logrou comprovar a alegada especialidade, porquanto as perícias realizadas ressaltaram que a exposição a ruído se dava em períodos muito curtos, não restando caracterizada a habitualidade e permanência necessárias.
Nesse contexto, tenho que o presente pleito se mostra inadmissível, porquanto, em última análise, pretende-se o reexame de prova, com vistas à inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada.
Frente ao exposto, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.72.54.007552-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MARIA DA GLORIA MARGOTTI
ADVOGADO: GUSTAVO RONCHI FARIAS
REQUERIDO: INSS
PROCURADOR: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência, com fundamento no art. 14, § 2.º da Lei nº 10.259/2001, suscitado por MARIA DA GLORIA MARGOTTI, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, a manter a sentença que julgou improcedente o pedido inicial, tendo em vista que a documentação juntada aos autos teria caráter genérico, inviabilizando a análise de sua efetiva exposição a agentes nocivos.
A Requerente alega divergência com julgados da Turma Nacional de Uniformização, relevando bastar, para fins de reconhecimento de tempo de serviço especial até 28.04.95, o enquadramento por atividade ou categoria profissional.
Inadmitido o incidente pela Presidência da Turma Recursal, foi apresentado requerimento nos termos do art. 15, § 4.º do RI/TNU.
Relatados, decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 4 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.72.54.009563-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: BOLIVIO MAGAGNIN MACHADO
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por BOLIVIO MAGAGNIN MACHADO, dirigido à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina que confirmou sentença de improcedência de revisão da aposentadoria, para fins de averbação de tempo de serviço laborado em condições especiais, sob o entendimento de que o mesmo deve ser provado com base na legislação vigente ao tempo do desempenho da atividade e que, in casu, o requerente não logrou comprovar o fato constitutivo de seu direito.
Sustenta o requerente que a decisão combatida diverge de julgados do STJ e de outras Turmas Recursais, os quais reconhecem como especial a atividade de pedreiro.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O incidente não reúne condições de avançar.
O aresto vergastado baseou-se no exame dos fatos e provas dos autos, considerando que o autor trabalhou como servente de superfície de pedreiro, e que os formulários silenciaram quanto a agentes nocivos, entendendo inviável o reconhecimento da especialidade da atividade.
Nesse contexto, tenho que o presente pleito se mostra inadmissível, porquanto, em última análise, pretende-se o reexame de prova, com vistas à inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada.
Frente ao exposto, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.72.55.003834-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: SUELI SCHEIDEMANTEL
PROC./ADV.: FABRICIO NATAL DELL'AGNOLO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por SUELI SCHEIDEMANTEL, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, que não reconheceu o período de labor especial do marido da suscitante, haja vista que não foi trazido aos autos laudo ambiental que comprovasse a sua exposição ao ruído.
Opostos embargos de declaração, foram esses rejeitados.
Alega divergência com julgado do STJ, aduzindo, em síntese, que o fato de o empregado utilizar o EPI não afasta o direito ao benefício da aposentadoria com a contagem de tempo especial.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Verifica-se que o aresto indicado como paradigma não guarda a devida similitude fática com a hipótese dos autos.
Com efeito, a decisão ora impugnada não reconheceu o período de labor especial do marido da suscitante, haja vista que não foi trazido aos autos laudo ambiental que comprovasse a sua exposição ao ruído, enquanto que o paradigma colacionado se limita a mencionar que a utilização do EPI pelo empregado não afasta o direito ao benefício da aposentadoria especial.
Em última análise, tem-se ainda que o pleito se mostra inadmissível, porquanto pretende-se o reexame de prova, com vistas à inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada.
Frente ao exposto, com fulcro no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.72.55.009665-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INO KARL
PROC./ADV.: ERNESTO ZULMIR MORESTONI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por INO KARL, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, a qual reformou sentença e julgou improcedente o pedido de cômputo de serviço rural em regime de economia familiar no período de 10.10.2006 a 02.04.2007, sob o fundamento de que a prova material é fraca, na medida em que o autor continuou a recolher o ITR mesmo no período em que possuía emprego urbano, seja porque o depoimento das testemunhas não pode ser considerado, pois demonstram desconhecer detalhes da vida do autor ao não saber informar sobre os cinco anos em que ele trabalhou no meio urbano.
Alega o suscitante haver divergência com os enunciados sumulares n.º 06 e 14 da TNU, bem como com julgados da Turma Nacional de Uniformização e do STJ, aduzindo, em síntese, que os documentos juntados aos autos comprovam o labor rural, onde o início de prova material corroborado com depoimento testemunhal, como é o caso dos autos, é o suficiente para comprovação do trabalho rural.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Verifica-se que os arestos indicados como paradigma não guardam a devida similitude fática com a hipótese dos autos.
Com efeito, a decisão ora impugnada restou fundada em elementos fático-probatórios dos autos que levaram a Turma Recursal a concluir que os documentos juntados ao processo não serviriam, no caso

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

específico, para a respectiva comprovação dos fatos que confirmem o exercício de atividade rural no período pretendido, sendo que os paradigmas se limitam a mencionar que o rol de documentos hábeis a comprovar o exercício de atividade rural, disposto no art. 106, parágrafo único da Lei n.º 8.213/91, é meramente exemplificativo, sendo admissíveis outros documentos alem dos previstos no referido artigo.
Ademais, o suscitante também não demonstrou o suposto dissídio jurisprudencial apontado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, o que acaba por prejudicar a apreciação de seu intento, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Em última análise, tem-se ainda que o pleito se mostra inadmissível, porquanto pretende-se o reexame de prova, com vistas à inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada.
Tais as razões expendidas, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.72.56.003300-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: OSMAR CASCAES DE SOUZA
PROC./ADV.: JÚLIO CÉSAR PEREIRA FURTADO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

OSMAR CASCAES DE SOUZA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fulcro no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão colegiada proferida pela 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina - 4ª Região, a qual manteve sentença que julgou improcedente pedido de reconhecimento da atividade especial, na condição de motorista de caminhão, nos intervalos de 01/04/1972 a 01/09/1972; de 11/12/1973 a 24/07/1974; de 01/08/1974 a 19/01/1975; e de 04/07/1995 a 06/11/1995, bem como de motorista autônomo no interstício de 13/12/1978 a 21/01/1982; de 04/11/1983 a 28/02/1984; e de 01/03/1999 a 26/01/2007, pois consignou, dentre outros fundamentos, que o postulante não veio a comprovar o efetivo desempenho da atividade de caminhoneiro, uma vez que não há informação sobre o tipo de veículo que conduzia, sendo que os dados genéricos contidos em sua CTPS são insuficientes para o reconhecimento da especialidade por enquadramento em categoria profissional, sem falar que deixou de juntar documento que atestasse a sua atividade de motorista de caminhão como autônomo, tais como contratos de transporte de mercadoria, contratos de fretamento, recibos de frete, notas fiscais, etc.), cujo ônus não se desincumbiu.
Afirma o demandante haver divergência com julgados do c. Superior Tribunal de Justiça, sendo um deles assim ementado, verbis:
PREVIDENCIÁRIO. CONVERSÃO DO TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL EM COMUM. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE PERMANENTE EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. LEI 9.032/95. IRRETROATIVIDADE.
I - O tempo de serviço é disciplinado pela lei vigente à época em que efetivamente prestado, passando a integrar, como direito autônomo, o patrimônio jurídico do trabalhador. A lei nova que venha a estabelecer restrição ao cômputo do tempo de serviço não pode ser aplicada retroativamente, em razão da intangibilidade do direito adquirido.
II - A exigência de comprovação do tempo de trabalho permanente, não ocasional e nem intermitente, em condições especiais, estabelecida no § 3º do art. 57, da Lei 8.213/91, na redação dada pela Lei n.º 9.032/95, só pode aplicar-se ao tempo de serviço prestado durante a sua vigência e não retroativamente, porque se trata, de condição restritiva ao reconhecimento do direito. Se a legislação anterior não exigia a comprovação da exposição permanente aos agentes nocivos, a lei posterior que passou a exigir tal condição, tem inegável caráter restritivo ao exercício do direito, não podendo ser aplicada a situações pretéritas.
III - Recurso conhecido e provido (REsp n.º 414.083/RS, Rel. Min. GILSON DIPP, DJ de 02/09/2002, p. 230).
Sustenta, em síntese, que o decisum combatido impôs exigência não prevista ao tempo da atividade desempenhada pela parte, a qual se bastava pelo enquadramento da função como sendo especial para fazer jus ao reconhecimento do tempo reclamado.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da 2ª Turma Recursal de Santa Catarina.
Por sua vez, o suscitante apresentou requerimento nos moldes do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
In casu, verifica-se que os arestos indicados como paradigma não guardam a devida similitude fática e jurídica com a hipótese em concreto, senão vejamos.
Com efeito, a decisão colegiada ora desafiada manteve sentença de improcedência que concluiu que a atividade desempenhada pelo requerente, qual seja, de motorista de caminhão, não restou devidamente comprovada, posto que deixou de produzir prova quanto ao tipo de veículo que dirigia, não se prestando a isso os dados genéricos constantes em sua CTPS, bem como quanto à sua condição de motorista de caminhão autônomo, haja vista a ausência de documentos que demonstrem o exercício dessa atividade.
Todavia, os precedentes transcritos se pronunciam em sentido diverso qual seja, de que (...), a atividade de motorista de caminhão de cargas e de motorista de ônibus era enquadrada nos Códigos 2.4.4 do Quadro Anexo do Decreto 53.831/64 e no Código 2.4.2 do Anexo II do Decreto 83.080/79. Existia a presunção absoluta de exposição aos agentes nocivos relacionadas nos mencionados anexos. Contudo, tal presunção só perduraria até a edição da Lei 9.032/95, que passou a exigir a comprovação do exercício da atividade por meio dos formulários de informações sobre atividades com exposição a agentes nocivos ou outros meios de provas; e quais documentos podem ser tidos como início razoável de prova material do labor agrícola, para fins de concessão de aposentadoria por idade, na condição de segurado especial. Portanto, trata-se de situações que não possuem as mesmas bases fáticas e jurídicas aptas a viabilizarem o inconformismo da parte.
Por fim, cuida-se, em última análise, de intento em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o decisum vergastado, na dimensão do conjunto probatório do processo, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Frente ao exposto, com arrimo no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 2 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.72.63.000540-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: JOSÉ DA SILVA BEZERRA
PROC/ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

JOSÉ DA SILVA BEZERRA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, que julgou improcedente o pedido de reconhecimento de tempo especial para fins de revisão de aposentadoria.
Opostos embargos de declaração, foram esses parcialmente acolhidos.
Alega divergência com julgados do STJ, bem como dos TRFs da 1ª e 4ª Regiões, defendendo que o autor exerceu a função de farquejador e circuleiro/operário/servente, tendo sido exposto a ruídos e a agentes nocivos, o que respalda o reconhecimento da atividade especial in casu. Disserta sobre a evolução legislativa para fins de enquadramento das categorias profissionais e dos agentes nocivos, a fim de respaldar a tese de que cabível a aplicação retroativa da disposição regulamentar mais benéfica, considerando-se especial a atividade quando sujeita a ruídos superiores a 85 decibéis desde 06-03-97, data da vigência do Decreto nº 2.172/97. Afirma que os laudos por ele apresentados atendem à exigência das Leis nºs 9.032/95 e 9.528/97. Pugna pela aplicação do fator de conversão 1,4, uma vez reconhecida a atividade como especial, devendo ser consideradas as diferenças encontradas em decorrência das alterações da Renda Mensal Inicial (RMI) desde a data do requerimento administrativo.
O incidente foi inadmitido à razão de que versou sobre matéria estranha à dos autos, haja vista que alegada a função de farquejador, circuleiro/operário/servente, ao passo que o pedido inicial tratava acerca de função de caldeireiro e afins, pedreiro e queijeiro. Ainda, salientou-se não ter sido adequadamente demonstrada a divergência sugerida, estando ausente o cotejo analítico entre os julgados confrontados.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
De início, verifico que inadmissível o presente pleito no que se refere à suposta dissidência com os julgados dos TRFs da 1ª e 4ª Regiões, apontados como paradigmas, restando, pois, inobservado o ditame do § 2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, pelo qual o pedido de uniformização será fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ (...) (g.n.).
A propósito, a Turma Nacional de Uniformização já decidiu:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. NÃO CONHECIMENTO. VOTO DE DESEMPATE DO PRESIDENTE.
Tendo havido empate acerca do conhecimento do pedido de uniformização - para tal fim computando-se, conjuntamente, os votos que, por fundamentos diversos, dele não conheceram -, coube ao Presidente da Turma proferir o voto de desempate.
Voto de desempate no sentido de que: a) 'não se mostra possível, em sede de pedido de uniformização dirigido a esta Turma Nacional, a demonstração de divergência com fundamento em paradigmas oriundos de turma recursal da mesma região, de Tribunal Regional Federal e da própria Turma Nacional de Uniformização'; b) não são hábeis para a demonstração da divergência, in casu, julgados que 'não ventilam o tema da aplicação das Emendas Constitucionais n.º 20/98 e 41/2003, mas apenas questão inerente à incidência, no primeiro reajustamento da renda mensal inicial, do art. 21, § 3º, da Lei n.º 8.880/94, a qual fazia parte do pedido original'." (Processo nº 2006.70.51.004732-8, TNU, Relator p/ acórdão Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz, DJ de 27/8/2008 - g.n.).
"PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA DA TURMA RECURSAL/PB COM O STJ. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REVISÃO DA R.M.I. AUSÊNCIA DE PARADIGMA.
(...).
4. Só é cabível o incidente de uniformização em questões de direito material, fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ (§ 2º do art. 14 da Lei 10.259/2001, c/c o art. 2º da Resolução 390/2004 do CJF).
5. No caso, o Recorrente não atendeu à exigência legal, uma vez que o Acórdão apontado como paradigma, do TRF da 5ª Região (AC 79.712/PB, da relatoria do atual Ministro José Delgado, transcrito às fls. 106/107), não foi proferido por Turma Recursal dos JEFs.
6. Pedido não conhecido, em face da ausência de paradigma." (Processo nº 2003.82.10.000957-7, TNU, Relator Juiz Federal Hélio Silvio Ourem Campos, DJ de 23/5/2006 - g.n.).
No mais, dedicou-se o requerente a defender tese de reconhecimento de atividade especial para com as funções de farquejador e de circuleiro/operário/servente, questões estranhas à matéria versada nos autos que, como antes aludido, examinou o dito reconhecimento para com as funções de caldeireiro e afins, pedreiro e queijeiro. Tal constatação demonstra, por si só, a diversidade fática dos julgados paradigma colacionados para fundamentar o pedido de uniformização jurisprudencial.
Tem-se, ademais, que, em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o decisum impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.72.63.001558-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ALVINO SARDAGNA
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por ALVINO SARDAGNA, dirigido à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina que confirmou sentença de improcedência de revisão da aposentadoria, para fins de averbação de tempo de serviço laborado em condições especiais, sob o entendimento de que o autor não logrou comprovar o exercício da atividade especial nos períodos reclamados.
Sustenta o requerente que a decisão combatida diverge de julgados do STJ e de outras Turmas Recursais, os quais reconhecem como especial a atividade de pedreiro.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O incidente não reúne condições de avançar.
O aresto vergastado baseou-se no exame dos fatos e provas dos autos, e considerando que o tempo de serviço especial deve ser provado com base na legislação vigente ao tempo do desempenho da atividade, afirmou que o autor não comprovou a exposição ao ruído por ele alegada, deixando de comprovar o tempo especial.
Nesse contexto, tenho que o presente pleito se mostra inadmissível, porquanto, em última análise, pretende-se o reexame de prova, com vistas à inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada.
Frente ao exposto, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.72.64.000495-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: CESAR PEROSA
PROC./ADV.: LORAINE SZOSTAK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

CESAR PEROSA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com espeque no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão colegiada proferida pela Turma Suplementar às Turmas Recursais da Seção Judiciária de Santa Catarina - 4ª Região, a qual deu parcial provimento ao recurso manejado pelo suplicante, pois reconheceu que trabalhou em condições especiais no interstício de 16/06/2001 a

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

18/11/2003, visto que estava exposto a ruído acima de 90 dB, mas não no interregno de 05/04/1997 a 15/06/2001, posto que a prova colacionada aos autos afirma que estava exposto ao agente nocivo ruído de 89 (dB), nível abaixo do exigido para a época pela norma de regência.
Opostos embargos declaratórios, a estes foi negado provimento.
Aduz o postulante haver divergência com julgados dos Tribunais Regionais Federais da 1ª e 4ª Regiões, da Turma Nacional de Uniformização e das Turmas Recursais de Goiás - 1ª Região e Sergipe - 5ª Região, no qual este se pronuncia no sentido de que:
(...)
Nessa senda, a alteração ocasionada pelo Decreto 4.882/2003 ao Decreto 3.048/99, que estabeleceu novo critério de enquadramento da atividade especial, veio a beneficiar os segurados expostos a ruídos no ambiente de trabalho.
Destarte, levando-se em consideração o caráter social do direito previdenciário, cabível a aplicação retroativa da disposição regulamentar mais benéfica, considerando-se especial a atividade quando sujeita a ruídos superiores a 85 dB (A) desde 06/03/97, data da vigência do Decreto n.º 2.172/97.
Sustenta, em síntese, que o documento Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP pode suprir a ausência de laudo técnico para a constatação do agente agressivo ruído a que estava exposto no período buscado.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da 2ª Turma Recursal de Santa Catarina.
Por sua vez, o recorrente apresentou requerimento nos termos do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Primeiramente, cumpre registrar que os acórdãos colacionados oriundos dos Tribunais Regionais Federais da 1ª e 4ª Regiões não servem como paradigma para o presente incidente, uma vez que o artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001 somente admite o pedido de uniformização de jurisprudência quando houver divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, estando os TRFs excluídos de seu rol.
Quanto ao mais, constata-se que o decisum hostilizado está em consonância com o entendimento firmado pela Turma Nacional de Uniformização através do enunciado sumular n.º 32/TNU, qual seja, de que para o reconhecimento da especialidade no intervalo reclamado exige-se que a parte esteja exposta ao agente agressivo ruído superior a 90 dB, nível que não restou atingido, visto haver documento no processo atestando que estava exposto a 89 dB, o que atrai a incidência do óbice contido na Questão de Ordem n.º 13/TNU, consoante se verifica pelo aresto colacionado abaixo, litteris:
UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. TEMPO ESPECIAL. RUÍDO ACIMA DE 80 DB. PROVIMENTO. I - A jurisprudência da 3ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, bem como esta Turma Nacional (Súmula 32) admite, por força da repristinação do Anexo do Decreto 53.831/64 pelo art. 295 do Decreto 357/91, a contagem, como especial, do labor desempenhado sob ruído acima de 80 db, desde que prestado até 05-03-97. II - Pedido de uniformização conhecido e parcialmente provido (Processo n.º 200583200099484/PE, rel. Juiz Federal EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR, j. em 04/12/2006, DJU de 18/12/2006). (Grifo nosso)
Ademais, cuida-se, em última análise, de intento em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão vergastada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Isso posto, com apoio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 9 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2009.32.00.702350-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA DA 6ª VARA FEDERAL DA SJ/AM
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
LITISCONSORTE: PEDRO CORREA CAVALCANTE
PROC/ADV.: CARLOS CHRISTIANO KRAKHECKE FILHO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto pelo INSS, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Amazonas que, em sede de mandado de segurança, denegou o pedido autoral, mantendo a competência dos Juizados Especiais Federais para a execução de sentenças ilíquidas, ainda que, após a liquidação, o montante se mostrasse superior ao teto de 60 salários mínimos.
Alega o suscitante divergência com julgados dos Tribunais Regionais Federais da 1ª e 4ª Regiões, de Turmas Recursais diversas e do Superior Tribunal de Justiça.
O incidente foi admitido.
Relatados. Decido.
De início, verifico que inadmissível o presente pleito no que se refere à suposta dissidência com os julgados dos TRF's da 1ª e 4ª Regiões, apontados como paradigmas, restando, pois, inobservado o ditame do § 2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, pelo qual o pedido de uniformização será fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ (...) (g.n.).
A propósito, a Turma Nacional de Uniformização já decidiu:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. NÃO CONHECIMENTO. VOTO DE DESEMPATE DO PRESIDENTE.
Tendo havido empate acerca do conhecimento do pedido de uniformização - para tal fim computando-se, conjuntamente, os votos que, por fundamentos diversos, dele não conheceram -, coube ao Presidente da Turma proferir o voto de desempate.
Voto de desempate no sentido de que: a) 'não se mostra possível, em sede de pedido de uniformização dirigido a esta Turma Nacional, a demonstração de divergência com fundamento em paradigmas oriundos de turma recursal da mesma região, de Tribunal Regional Federal e da própria Turma Nacional de Uniformização'; b) não são hábeis para a demonstração da divergência, in casu, julgados que 'não ventilam o tema da aplicação das Emendas Constitucionais n.º 20/98 e 41/2003, mas apenas questão inerente à incidência, no primeiro reajustamento da renda mensal inicial, do art. 21, § 3º, da Lei n.º 8.880/94, a qual fazia parte do pedido original'." (Processo nº 2006.70.51.004732-8, TNU, Relator p/ acórdão Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz, DJ de 27/8/2008 - g.n.).
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA DA TURMA RECURSAL/PB COM O STJ. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REVISÃO DA R.M.I. AUSÊNCIA DE PARADIGMA.
(...).
4. Só é cabível o incidente de uniformização em questões de direito material, fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ (§ 2º do art. 14 da Lei 10.259/2001, c/c o art. 2º da Resolução 390/2004 do CJF).
5. No caso, o Recorrente não atendeu à exigência legal, uma vez que o Acórdão apontado como paradigma, do TRF da 5ª Região (AC 79.712/PB, da relatoria do atual Ministro José Delgado, transcrito às fls. 106/107), não foi proferido por Turma Recursal dos JEFs.
6. Pedido não conhecido, em face da ausência de paradigma. (Processo nº 2003.82.10.000957-7, TNU, Relator Juiz Federal Hélio Silvio Ourem Campos, DJ de 23/5/2006 - g.n.).
Relativamente aos demais paradigmas invocados, estes do Superior Tribunal de Justiça, tenho que a Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o artigo 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate de questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
In casu, o incidente suscitado fundou-se em questão processual, qual seja, a fixação da competência dos Juizados Especiais Federais, o que impede o conhecimento do presente incidente.
Confira-se, a propósito, o seguinte julgados, litteris:
INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. QUESTÃO DE DIREITO PROCESSUAL. NÃO CABIMENTO.
I. O pedido de uniformização de jurisprudência somente tem cabimento quando se tratar de questão de direito material (art. 14, caput, da Lei 10.259/2001, c/c art. 2º da Resolução n. 330/2003, do Conselho da Justiça Federal).
II. Incidente não conhecido, por versar a hipótese dos autos sobre matéria de direito processual. (PU nº 2007.72.95.001663-0, Relatora Juíza Federal Joana Carolina Lins Pereira, DJ 22/04/2009).
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 09 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.32.00.703005-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RAIMUNDA DIELY SANTANA RODRIGUES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Amazonas, a qual concedeu o salário-maternidade à segurada, ao fundamento de que restou comprovado o exercício de atividade rural no período de carência necessário à concessão do benefício.
Alega divergência com a Jurisprudência do STJ, aduzindo, em síntese, que os documentos apresentados não são contemporâneos ao período de carência.
O incidente foi admitido.
Relatados. Decido.
In casu, afigura-se que, em princípio, inexiste o alegado dissídio jurisprudencial.
Com efeito, a decisão ora vergastada fundou-se nos elementos fático-probatórios dos autos os quais levaram o julgador a quo a concluir que há prova material conclusiva, uma vez que os documentos apresentados atestam a condição de trabalhadora rural da requerida no período anterior aos 10 (dez) meses de carência, enquanto que os precedentes colacionados se limitam a mencionar que a prova material deve ser contemporânea ao fato, não se prestando, dessa forma, a infirmar os fundamentos do julgado hostilizado.
Em última análise, cuida-se de pleito que visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, nego seguimento ao incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2009.32.00.703157-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): PEDRO GOMES CAMPOS FILHO
PROC/ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Amazonas, que manteve a sentença à consideração de que foram preenchidos pelo Autor os requisitos necessários à concessão de auxílio doença, quais sejam: incapacidade para o trabalho, condição de segurado e o cumprimento de carência.
O incidente foi inadmitido, mas foi apresentado requerimento nos termos do art. 15, § 4°, RI/TNU.
Ocorre que, verifica-se, de imediato, estarem as razões apresentadas no incidente de uniformização dissociadas da fundamentação do acórdão recorrido.
Naquele, nada se tratou a respeito do regime de economia familiar, tendo-se restringido a Turma Recursal a afirmar, sobre a condição de segurado do Autor, que se deve prestigiar o julgador que com ele teve contato, bem como as testemunhas e que se o autor não tivesse características de trabalhador rural o julgador teria percebido (fl. 48).
No incidente, todavia, alega-se divergência com precedentes a cuidarem, especificamente, do regime de economia familiar, bem como se apresentam teses exclusivamente voltadas a esta questão, que não foi objeto do julgamento a quo. Carente de prequestionamento, de qualquer sorte, a matéria suscitada.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o recurso.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.32.00.703349-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA IZABEL FREITAS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pelo INSS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Amazonas, a qual concedeu o benefício de aposentadoria rural por idade à ora recorrida, por entender que as provas documentais corroboradas com a prova testemunhal produzida demonstraram o exercício de atividade rural durante tempo equivalente à carência necessária, tendo, inclusive, cumprido o requisito etário para tal benefício.
Alega a autarquia suscitante divergência com julgados do Superior Tribunal de Justiça. Aduz, em síntese, que os documentos acostados pela parte autora são imprestáveis à comprovação do labor rural e, também, que estes não são contemporâneos aos fatos a provar. Assim, tais documentos não poderiam ser admitidos como início de prova material.
O incidente de uniformização foi admitido.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Relatados. Decido.
Não há dúvidas de que visa o suscitante ao reexame de prova, com a consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, após o exame do conjunto probatório dos autos. Por isso mesmo, mostra-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, como a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça se alinha ao decidido pela Turma Recursal, nego seguimento ao presente incidente de uniformização de jurisprudência, com base no art. 7º, inciso VII, "b", do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.32.00.703350-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): ELZA OLIVEIRA BORGES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pelo INSS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Amazonas, a qual concedeu o benefício de aposentadoria rural por idade à ora recorrida, por entender que as provas documentais corroboradas com o depoimento pessoal da autora demonstraram o exercício de atividade rural de forma descontínua durante tempo equivalente à carência necessária, tendo, inclusive, cumprido o requisito etário para tal benefício.
Alega a autarquia suscitante divergência com julgados do Superior Tribunal de Justiça. Aduz, em síntese, que os documentos acostados pela parte autora são imprestáveis à comprovação do labor rural. Desse modo, a prova testemunhal, única a ser considerada, não bastaria à comprovação da atividade rurícola, na forma da Súmula 149 do STJ.
O incidente de uniformização foi admitido.
Relatados. Decido.
Não há dúvidas de que visa o suscitante ao reexame de prova, com a consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, após o exame do conjunto probatório dos autos. Por isso mesmo, mostra-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, como a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça se alinha ao decidido pela Turma Recursal, nego seguimento ao presente incidente de uniformização de jurisprudência, com base no art. 7º, inciso VII, "b", do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.32.00.703390-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ELY DE SENA REIS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pelo INSS, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Amazonas, a qual manteve a sentença que acolheu o pedido da autora e concedeu-lhe o benefício assistencial previsto no art. 20 da Lei nº 8.742/93.
Alega o requerente que a decisão diverge da interpretação preconizada pelas Turmas Recursais de Sergipe, Bahia, Pernambuco, Paraná e da TNU no que diz respeito à conceituação do que seria incapacidade para a vida independente.
Inadmitido o incidente, o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O incidente não merece seguimento.
A decisão impugnada, a despeito de ser parcial a incapacidade do autor, concedeu o referido benefício, em conformidade com o entendimento sumulado pela Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, verbis:
Súmula 29. Para os efeitos do art. 20, § 2º, da lei nº 8.742, de 1993, incapacidade para a vida independente não é só aquela que impede as atividades mais elementares da pessoa, mas também a impossibilita de prover ao próprio sustento.
Ante o exposto, com esteio no art. 7º, inc. VI do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.32.00.703552-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTÔNIO PRESTE ALVES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

ATO DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pelo INSS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Amazonas, a qual concedeu o benefício de aposentadoria rural por idade ao ora recorrido, por entender que as provas documentais corroboradas com a prova testemunhal produzida demonstraram o exercício de atividade rural durante tempo equivalente à carência necessária, tendo, inclusive, cumprido o requisito etário para tal benefício.
Alega a autarquia suscitante divergência com julgados do Superior Tribunal de Justiça. Aduz, em síntese, que os documentos acostados pela parte autora não comprovam o exercício da atividade rural pelo período de carência necessário para obtenção do benefício e, também, que estes não são contemporâneos aos fatos a provar. Assim, tais documentos não poderiam ser admitidos como início de prova material.
O incidente de uniformização foi admitido.
Relatados. Decido.
Não há dúvidas de que visa o suscitante ao reexame de prova, com a consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, após o exame do conjunto probatório dos autos. Por isso mesmo, mostra-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, como a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça se alinha ao decidido pela Turma Recursal, nego seguimento ao presente incidente de uniformização de jurisprudência, com base no art. 7º, inciso VII, "b", do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2009.32.00.703816-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): BARTOLOMEU FARIAS GOMES
PROC/ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Amazonas, que manteve a sentença por seus próprios fundamentos, para conceder o pedido de benefício assistencial, no seguinte sentido:
Feitas essas considerações, a solução do processo deve ser com a concessão do benefício assistencial, uma vez que o autor é bastante idoso, tem sérios problemas de saúde e a situação de sua família é de indigência, conforme demonstra o documento de fls. 09, sua apresentação pessoal e a prova oral. Ressalto, ainda, a perícia médica judicial, que constatou um quadro de saúde bastante crítico, que se agrava pela idade e pela ausência de recursos que lhe possam prover alguma qualidade ou dignidade de vida. E tudo isso é agravado pelo fato de ainda ter, em casa, uma filha com problemas mentais que gerou dois filhos e não conta as devidas pensões.
Opostos embargos de declaração, foram esses rejeitados.
Alega o requerente divergência com julgados das Turmas Recursais de Alagoas, do Tocantins e do Paraná, da TNU e do STJ, onde ficou consignado que, se a parte autora é capaz para o exercício de atividade laborativa, podendo ser reabilitada, sequer há que se falar em incapacidade para os atos da vida independente. Afirma, ainda, ser necessário um estudo sócio-econômico, para a demonstração da renda per capita do grupo familiar do autor.
O incidente foi admitido (fl. 150).
Relatados. Decido.
Em primeiro plano, verifica-se que o suscitante, com vistas a configurar a divergência, colacionou arestos de diversas Turmas Recursais, mas deixou de acostar aos autos as cópias do inteiro teor do referido julgado, requisito obrigatório à admissibilidade do recurso, conforme preceitua a Questão de Ordem nº 03/TNU.
Ademais, verifica-se que o pleito que visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.32.00.703989-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
PROC./ADV.: ANDRÉ LUIZ DAMASCENO DE ARAÚJO E OUTRO
REQUERIDO(A): ANTONIO JOSÉ DA SILVA
PROC./ADV.: FÁBIO GUEDES DOS REIS

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Amazonas que manteve a sentença que acolheu pedido de indenização por danos morais decorrente do extravio de correspondência.
Sustenta a parte suscitante que não é qualquer dano que atrai a obrigação de oferecer indenização por danos morais, sendo necessário que o dano impinja ao ofendido verdadeiro constrangimento, superior àquele que se tem no dia-a-dia.
O incidente foi admitido pela Presidência da Turma Recursal do Amazonas.
Relatados. Decido.
In casu, o presente pleito se mostra inadmissível no que se refere à suposta dissidência com julgados de Tribunais Regionais Federais apontados como paradigma, restando, pois, inobservado o ditame do § 2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, pelo qual o pedido de uniformização será fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ (...) (g.n.).
A propósito, a Turma Nacional de Uniformização já decidiu:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. NÃO CONHECIMENTO. VOTO DE DESEMPATE DO PRESIDENTE.
Tendo havido empate acerca do conhecimento do pedido de uniformização - para tal fim computando-se, conjuntamente, os votos que, por fundamentos diversos, dele não conheceram -, coube ao Presidente da Turma proferir o voto de desempate.
Voto de desempate no sentido de que: a) 'não se mostra possível, em sede de pedido de uniformização dirigido a esta Turma Nacional, a demonstração de divergência com fundamento em paradigmas oriundos de turma recursal da mesma região, de Tribunal Regional Federal e da própria Turma Nacional de Uniformização'; b) não são hábeis para a demonstração da divergência, in casu, julgados que 'não ventilam o tema da aplicação das Emendas Constitucionais n.º 20/98 e 41/2003, mas apenas questão inerente à incidência, no primeiro reajustamento da renda mensal inicial, do art. 21, § 3º, da Lei n.º 8.880/94, a qual fazia parte do pedido original'. (Processo nº 2006.70.51.004732-8, TNU, Relator p/ acórdão Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz, DJ de 27/8/2008 - g.n.).
Quanto ao mais, o presente pleito também se mostra inviável, na medida em que a requerente pretende quantificar a gravidade do dano para fins indenizatórios, matéria que se mostra afeta ao conjunto probatório dos autos, cuja discussão é manifestamente incabível em sede de incidente de uniformização de jurisprudência.
Frente ao exposto, com fundamento no art. 7º, inciso VII, "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.32.00.704406-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): COSMA GUERREIRO DE MELO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pelo INSS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Amazonas, a qual confirmou a sentença que concedeu o benefício de aposentadoria rural por idade à ora recorrida, por entender que as provas documentais corroboradas com a prova testemunhal produzida demonstraram o exercício de atividade rural durante tempo equivalente à carência necessária, tendo, inclusive, cumprido o requisito etário para tal benefício.
Alega a autarquia suscitante divergência com julgados do Superior Tribunal de Justiça. Aduz, em síntese, que os documentos juntados pela parte autora não são contemporâneos aos fatos a provar. Assim, tais documentos não poderiam ser admitidos como início de prova material. .
O incidente de uniformização foi admitido.
Relatados. Decido.
Não há dúvidas de que visa o suscitante ao reexame de prova, com a consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, após o exame do conjunto probatório dos autos. Por isso mesmo, mostra-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Pelo exposto, como a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça se alinha ao decidido pela Turma Recursal, nego seguimento ao presente incidente de uniformização de jurisprudência, com base no art. 7º, inciso VII, "b", do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.32.00.704413-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SUZANA CHOTA DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Amazonas, a qual concedeu o salário-maternidade à segurada, ao fundamento de que restou comprovado o exercício de atividade rural no período de carência necessário à concessão do benefício.
Alega divergência com a Jurisprudência do STJ, aduzindo, em síntese, que os documentos apresentados não são contemporâneos ao período de carência.
O incidente foi admitido.
Relatados. Decido.
In casu, afigura-se que, em princípio, inexiste o alegado dissídio jurisprudencial.
Com efeito, a decisão ora vergastada fundou-se nos elementos fático-probatórios dos autos os quais levaram o julgador a quo a concluir que há prova material conclusiva, uma vez que os documentos apresentados atestam a condição de trabalhadora rural da requerida no período anterior aos 10 (dez) meses de carência, enquanto que os precedentes colacionados se limitam a mencionar que a prova material deve ser contemporânea ao fato, não se prestando, dessa forma, a infirmar os fundamentos do julgado hostilizado.
Em última análise, cuida-se de pleito que visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, nego seguimento ao incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2009.33.00.701967-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DIONÍSIO SENA ALMEIDA
PROC/ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária da Bahia, que manteve a sentença de procedência do pedido de concessão do benefício auxílio-doença, à consideração de que no caso em exame, o falecido era portador de cardiopatia grave, sendo dispensado o cumprimento dede carência e que "há laudos médicos indicando que a doença pré-existia, todavia não a ponto de incapacitar, o que sobreveio, ao que tudo indica, por agravamento da patologia".
Alega o Requerente divergência com julgado da Segunda Turma Recursal de Santa Catarina a qual, conforme releva, estabeleceria parâmetros jurídicos para a caracterização da situação de reingresso no regime previdenciário, daqueles portadores de doenças preexistentes.
O incidente foi inadmitido, mas foi apresentado requerimento nos termos do art. 15, § 4°, RI/TNU.
Relatados.Decido.
Não há dúvidas de que visa o Requerente ao reexame de provas, com a conseqüente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, após o exame do conjunto probatório dos autos. Por isso mesmo, mostra-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Demais disso, faz-se mister relevar que o precedente trazido à colação pelo Requerente não guarda similitude de base fático-jurídica com o acórdão hostilizado, motivo porque, de qualquer modo, não restou comprovada a divergência alegada.
Isto posto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.33.00.702676-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: GILDA PAIXÃO SOLEDADE BARAÚNA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

GILDA PAIXÃO SOLEDADE BARAÚNA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com base no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária da Bahia, que manteve sentença de improcedência do pedido de concessão de auxílio doença, à consideração de que a parte autora não se encontra incapacitada para o exercício de suas atividades profissionais.
Afirma A Requerente estar o acórdão recorrido em divergência com julgado da Turma Nacional de Uniformização, relevando ser imprescindível a verificação das condições sócio-econômicas do segurado, quando da avaliação do pedido de concessão de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, não se podendo dar valor probatório exclusivo ao laudo pericial.
Ao incidente foi negado seguimento, mas foi apresentado requerimento, nos moldes do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial apontada, admito o incidente, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 17 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.33.00.703885-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: OSMARIO LINGRENS PASSOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

OSMARIO LINGRENS PASSOS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com base no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária da Bahia, que manteve sentença de improcedência do pedido de concessão de auxílio doença, à consideração de que a parte autora não se encontrava incapacitada para o exercício de suas atividades profissionais no momento da realização da perícia médica, não obstante ser portadora de discopatia e espondilose (...).
Afirma o Requerente estar o acórdão recorrido em divergência com julgado da Turma Nacional de Uniformização, relevando ser imprescindível a verificação das condições sócio-econômicas do segurado, quando da avaliação do pedido de concessão de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, não se podendo dar valor probatório exclusivo ao laudo pericial.
Ao incidente foi negado seguimento, mas foi apresentado requerimento, nos moldes do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial apontada, admito o incidente, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 15 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2009.33.00.703923-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: ANTONIO DOS SANTOS SALES
PROC/ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

ANTONIO DOS SANTOS SALES suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária da Bahia, a qual reformou parcialmente a sentença, para fixar a data de restabelecimento do auxílio doença, aquela referente à realização da perícia judicial.
Alega divergência com precedente da Turma Nacional de Uniformização, em que se concluiu que o restabelecimento do benefício de auxílio-doença cessado indevidamente não constitui um novo benefício, apenas o reconhecimento de uma relação erroneamente interrompida, devendo o termo inicial do benefício ser a data da cessação indevida.
O incidente não foi admitido, mas foi apresentado requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2009.34.00.700103-0
ORIGEM :SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ FERNANDES DE CARVALHO FILHO
PROC/ADV.: MÁRIO HERMES DA COSTA E SILVA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Distrito Federal, que negou provimento ao recurso interposto pela Autarquia, determinando o restabelecimento do benefício de auxílio-doença desde a data da cessação, pois entendeu que o termo inicial dos benefícios por incapacidade corresponderá à data da perícia médica judicial somente naqueles casos em que não for possível especificar a data de início da incapacidade laboral. Constatado através de atestados médicos que a incapacidade da recorrida existe desde a cessação do auxílio-doença, correto o termo inicial estabelecido na sentença.
Sustenta o requerente divergência com julgados da Turma Nacional de Uniformização, no sentido de que é devido o pagamento do benefício somente a partir da juntada do laudo pericial que confirma a incapacidade.
O incidente foi admitido.
Relatados. Decido.
O requerente defende a tese de que não há nos autos comprovação do início da incapacidade, pelo que a data de início do benefício deveria corresponder à data da juntada do laudo médico pericial aos autos.
Ocorre que a decisão colegiada, ancorando-se nos elementos de prova juntados ao processo, entendeu que há comprovação de que a incapacidade existe desde a data da cessação anterior do auxílio-doença, que foi fixada como data do início do benefício.
Desse modo, inexiste similitude fática entre a decisão recorrida e os paradigmas apresentados, já que estes tratam de hipóteses em que não teria restado comprovada a data de início da incapacidade laboral, o que não ocorreu no caso dos autos, eis que a decisão recorrida é expressa no sentido de que teria sido comprovada a incapacidade a partir da cessação do benefício.
Isto posto, com fundamento no artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.34.00.700284-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DE FÁTIMA GUEDES DA ROCHA
PROC./ADV.: MAURO ROCHA GUEDES

DECISÃO

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com espeque no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão colegiada proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Distrito Federal - 1ª Região, que reformou sentença e deferiu a concessão de pensão por morte à suplicada, pois entendeu que o segurado que contribuiu para a Previdência Social por mais de 120 meses sem interrupção que acarrete a perda da qualidade de segurado mantém a qualidade de segurado pelo prazo de 24 meses, independentemente de contribuições, bem como que a ausência de registro em órgão do Ministério do Trabalho não impede a comprovação do desemprego por outros meios admitidos em Direito, razão pela qual o período de graça foi acrescido para mais 12 meses (fl. 126).
Afirma o postulante haver divergência jurisprudencial com julgados do c. Superior Tribunal de Justiça, dos quais se destaca o seguinte, litteris:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. OCORRÊNCIA. SITUAÇÃO DE DESEMPREGO. REGISTRO NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO. ART. 15, § 2º, DA LEI Nº 8.213/1991. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.
1. Esta Corte firmou entendimento de que, para fins de manutenção da qualidade de segurado, impõe-se a comprovação da situação de desemprego pelo registro no órgão próprio do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.
2. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no REsp n.º 1.030.756/SP, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, DJe de 06/10/2008).
Sustenta, em síntese, que (...) é necessária a comprovação da situação de desemprego pelo registro no órgão próprio do Ministério do Trabalho para a manutenção da qualidade de segurado (fl. 137).
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal do Distrito Federal (fl. 153).
Por sua vez, às fls. 155/157, o demandante apresentou requerimento nos termos do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O Superior Tribunal de Justiça, em recente Pedido de Uniformização de Lei Federal (Pet n.º 7.115/PR), adotou entendimento no sentido de que o registro no Ministério do Trabalho não é o único modo de se obter a extensão da qualidade de segurado de que trata o artigo 15, inciso II, § 2º, da Lei n.º 8.213/91, já que o desemprego pode ser provado por outros meios. Entretanto, ficou consignado, também, que a ausência de anotação laboral na CTPS do requerido não é suficiente para comprovar a sua situação de desemprego, já que não afasta a possibilidade do exercício de atividade remunerada na informalidade.
Neste sentido, verbis:
PREVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO. ART. 15 DA LEI 8.213/91. CONDIÇÃO DE DESEMPREGADO. DISPENSA DO REGISTRO PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL QUANDO FOR COMPROVADA A SITUAÇÃO DE DESEMPREGO POR OUTRAS PROVAS CONSTANTES DOS AUTOS. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JUIZ. O REGISTRO NA CTPS DA DATA DA SAÍDA DO REQUERIDO NO EMPREGO E A AUSÊNCIA DE REGISTROS POSTERIORES NÃO SÃO SUFICIENTES PARA COMPROVAR A CONDIÇÃO DE DESEMPREGADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DO INSS PROVIDO.
1. O art. 15 da Lei 8.213/91 elenca as hipóteses em que há a prorrogação da qualidade de segurado, independentemente do recolhimento de contribuições previdenciárias.
2. No que diz respeito à hipótese sob análise, em que o requerido alega ter deixado de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social, incide a disposição do inciso II e dos §§ 1o. e 2o. do citado art. 15 de que é mantida a qualidade de segurado nos 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses se comprovada a situação por meio de registro no órgão próprio do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.
3. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, esse dispositivo deve ser interpretado de forma a proteger não o registro da situação de desemprego, mas o segurado desempregado que, por esse motivo, encontra-se impossibilitado de contribuir para a Previdência Social.
4. Dessa forma, esse registro não deve ser tido como o único meio de prova da condição de desempregado do segurado, especialmente considerando que, em âmbito judicial, prevalece o livre convencimento motivado do Juiz e não o sistema de tarifação legal de provas. Assim, o registro perante o Ministério do Trabalho e da Previdência Social poderá ser suprido quando for comprovada tal situação por outras provas constantes dos autos, inclusive a testemunhal.
5. No presente caso, o Tribunal a quo considerou mantida a condição de segurado do requerido em face da situação de desemprego apenas com base no registro na CTPS da data de sua saída no emprego, bem como na ausência de registros posteriores.
6. A ausência de anotação laboral na CTPS do requerido não é suficiente para comprovar a sua situação de desemprego, já que não afasta a possibilidade do exercício de atividade remunerada na informalidade.
7. Dessa forma, não tendo o requerido produzido nos autos prova da sua condição de desempregado, merece reforma o acórdão recorrido que afastou a perda da qualidade de segurado e julgou procedente o pedido; sem prejuízo, contudo, da promoção de outra ação em que se enseje a produção de prova adequada. (grifo nosso)
8. Incidente de Uniformização do INSS provido para fazer prevalecer a orientação ora firmada (Pet n.º 7.115/PR, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, TERCEIRA SEÇÃO, DJe de 06/04/2010).
Frente ao exposto, estando configurada a divergência jurisprudencial apontada, admito o incidente, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 8 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2009.36.00.702291-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.:PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ADELUCIO AZEVEDO COELHO
PROC/ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Mato Grosso, a qual manteve a sentença que julgou procedente o pedido de concessão de benefício assistencial e assim ementou:
PREVIDENCIÁRIO LATO SENSU. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE RPESTAÇÃO CONTINUADA. CONCESSÃO. REQUISITOS VERTIDOS NO ART. 20 DA LEI 8.742/93. DEFICIENTE. ART. 34, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI 10.741/2003. RENDA "PER CAPITA" FAMILIAR INFERIOR A ½ SALÁRIO MÍNIMO. BENEFÍCIO DEVIDO.
I - É assegurada a concessão do benefício assistencial, no valor de um salário mínimo, à pessoa portadora de deficiência que comprovar não possuir meios de prover à própria subsistência ou tê-la provida por sua família (art. 20, § 3º da Lei nº 8.742/93), requisitos que restaram demonstrados (fl. 79).
Opostos embargos de declaração, foram esses rejeitados (fls. 86/88).
Alega o requerente divergência com julgados das Segundas Turmas Recursais do Rio de Janeiro e de Santa Catarina e do Tribunal Regional Federal da 5a Região, aduzindo, em síntese, que os arts. 203, V da CF, e 20, § 2o, da Lei 8.742/93, não se destinam a tutelar aqueles que estão impedidos temporariamente de exercer atividade laborativa em decorrência de doenças que são passíveis de tratamento ou cura. O benefício de prestação continuada não pode ser utilizado como substitutivo do auxílio doença (fl. 98).
O incidente foi inadmitido na origem (fls. 134/137).
O suscitante apresenta requerimento nos termos do art. 15, § 4°, RI/TNU (fl. 142).
Relatados, decido.
De início, constato que inadmissível o presente pleito no que se refere à suposta dissidência com o julgado do TRF da 5a Região, apontado como paradigma, restando, pois, inobservado o ditame do § 2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, pelo qual o pedido de uniformização será fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ (...) (g.n.).
Nesse sentido o seguinte julgado da Turma Nacional de Uniformização:
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA DA TURMA RECURSAL/PB COM O STJ. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REVISÃO DA R.M.I. AUSÊNCIA DE PARADIGMA.
(...).
4. Só é cabível o incidente de uniformização em questões de direito material, fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ (§ 2º do art. 14 da Lei 10.259/2001, c/c o art. 2º da Resolução 390/2004 do CJF).
(...)
6. Pedido não conhecido, em face da ausência de paradigma (Processo nº 2003.82.10.000957-7, TNU, Relator Juiz Federal Hélio Silvio Ourem Campos, DJ de 23.5.2006.).
Ademais, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado
Ante o exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.36.00.702337-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LUZIA APARECIDA AFONSO
PROC/ADV.: SILVIA HELENA SCHIMIDT

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária de Mato Grosso, que entendeu não ser necessário o prévio requerimento administrativo para o ajuizamento de ação judicial em que se pleiteia benefício previdenciário (aposentadoria rural por idade).
Alega divergência com a jurisprudência do STJ e da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, aduzindo, em síntese, que há falta de interesse de agir quando o segurado busca o Judiciário sem realizar o prévio requerimento administrativo.
O incidente foi admitido na origem (fls. 156/157).
Relatados. Decido.
Tenho por inadmissível o presente incidente, pois a Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PU 2005.36.00.90.9586-1, sessão de 08/02/2010, pacificou o entendimento no sentido de não condicionar a propositura da ação previdenciária à exigência de prévio requerimento administrativo. Incidente, pois, à espécie a Questão de Ordem nº 13 da TNU, pela qual:
Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.
Acrescente-se, por pertinente, que o hodierno posicionamento do Superior Tribunal de Justiça também segue essa mesma linha. Neste sentido, confiram-se os seguintes julgados:
AGRAVO INTERNO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO NA VIA ESPECIAL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES.
1. A via especial não se presta à apreciação de ofensa a dispositivo da Constituição Federal.
2. Desnecessário o prévio requerimento administrativo para o pleito judicial de benefício previdenciário.
3. Agravo ao qual se nega provimento (AgRg no REsp nº 1.162.746/PR, Rel. Min. CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, DJe de 07/06/2010).
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. POSTULAÇÃO PERANTE O PODER JUDICIÁRIO. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES.
1. A propositura de ação objetivando a percepção de benefício previdenciário independe de prévio requerimento administrativo do segurado perante a Autarquia. Precedentes.
2. Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp nº 1.172.176/PR, Rel. Min. LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe de 26/04/2010).
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, nego seguimento ao incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de dezembro de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.36.00.702343-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JUZA PAULO DO NASCIMENTO
PROC/ADV.: SILVIA HELENA SCHIMIDT

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência com fulcro no art. 14, § 2°, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária de Mato Grosso que manteve a sentença que concedeu a aposentadoria por invalidez ao autor, aos seguintes fundamentos:
Embora o art. 42 da Lei 8.213/91 disponha que a aposentadoria por invalidez é devida apenas quando o segurado for considerado incapaz e insuscetível de reabilitação para qualquer atividade que lhe garanta a subsistência, também é certo que devem ser consideradas as condições pessoais do beneficiário.
(...)
No caso sob análise, as conclusões do perito judicial, no sentido de que o autor apresenta limitações para exercer serviços que requeiram esforço físico excessivo, e tendo em vista que a qualificação profissional do segurado restringir-se [sic] a função (gari/vigia) que indubitavelmente exige o emprego de força física, entende-se que restou caracterizada a incapacidade do demandante para suas atividades habituais (fls. 34-36).
Alega o suscitante divergência com julgados do STJ e da Turma Recursal de Tocantins, aduzindo, em síntese, que para esse Eg. Tribunal não há direito a benefício por incapacidade quando a perícia atesta a capacidade laborativa.
O incidente foi inadmitido na origem (fls. 113/116).
À fls. 118, o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A divergência autorizadora do pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à TNU é aquela fundada entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, sendo, portanto, incabível o pedido com fundamento em dissídio com Tribunais Regionais Federais ou Turmas Recursais da mesma Região.
Quanto ao mais, verifica-se que a decisão colegiada ora recorrida entendeu pela concessão da aposentadoria por invalidez, considerando não apenas a incapacidade parcial laborativa do autor, mas também as demais circunstâncias do caso concreto, como suas condições sócio-econômicas a dificultarem seu retorno ao mercado de trabalho.
Tal posicionamento se afina com a atual jurisprudência dominante das Turmas do STJ, as quais passaram a considerar as condições sócio-econômica, profissional e cultural do segurado em se tratando de concessão de benefícios por incapacidade, a exemplo da aposentadoria por invalidez, se o laudo pericial for conclusivo pela incapacidade parcial do segurado.
Nesse sentido, destaco os seguintes precedentes:

IMPRENSA NACIONAL
EXEMPLAR DE ASSINANTE DA UNIÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARCIAL DO SEGURADO. NÃO VINCULAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIA SÓCIO-ECONÔMICA, PROFISSIONAL E CULTURAL FAVORÁVEL À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. RECURSO DESPROVIDO.
1. Os pleitos previdenciários possuem relevante valor social de proteção ao Trabalhador Segurado da Previdência Social, devendo ser, portanto, julgados sob tal orientação exegética.
2. Para a concessão de aposentadoria por invalidez devem ser considerados outros aspectos relevantes, além dos elencados no art. 42 da Lei 8.213/91, tais como, a condição sócio-econômica, profissional e cultural do segurado.
3. Embora tenha o laudo pericial concluído pela incapacidade parcial do segurado, o Magistrado não fica vinculado à prova pericial, podendo decidir contrário a ela quando houver nos autos outros elementos que assim o convençam, como no presente caso.
4. Em face das limitações impostas pela avançada idade, bem como pelo baixo grau de escolaridade, seria utopia defender a inserção do segurado no concorrido mercado de trabalho, para iniciar uma nova atividade profissional, motivo pelo faz jus à concessão de aposentadoria por invalidez.
5. Agravo Regimental do INSS desprovido (AgRg no REsp nº 1.055.886/PB, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, DJe de 09/11/2009).
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARCIAL DO SEGURADO. POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À CONCESSÃO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, UTILIZANDO-SE OUTROS MEIOS.
1. Ainda que o sistema previdenciário seja contributivo, não há como desvinculá-lo da realidade social, econômica e cultural do país, onde as dificuldades sociais alargam, em muito, a fria letra da lei.
2. No Direito Previdenciário, com maior razão, o magistrado não está adstrito apenas à prova pericial, devendo considerar fatores outros para averiguar a possibilidade de concessão do benefício pretendido pelo segurado.
3. Com relação à concessão de aposentadoria por invalidez, este Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido da desnecessidade da vinculação do magistrado à prova pericial, se existentes outros elementos nos autos aptos à formação do seu convencimento, podendo, inclusive, concluir pela incapacidade permanente do segurado em exercer qualquer atividade laborativa, não obstante a perícia conclua pela incapacidade parcial.
4. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no Ag nº 1.102.739/GO, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJe de 09/11/2009).
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.36.00.702349-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSE MENDES RODRIGUES E OUTRA
PROC/ADV.: GIOVANE MARQUES DOS SANTOS

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária de Mato Grosso, que entendeu não ser necessário o prévio requerimento administrativo para o ajuizamento de ação judicial em que se pleiteia benefício previdenciário (aposentadoria rural por idade).
Alega divergência com a jurisprudência do STJ e da Turma de Uniformização Regional da 4ª Região, aduzindo, em síntese, que há falta de interesse de agir quando o segurado busca o Judiciário sem realizar o prévio requerimento administrativo.
O incidente foi inadmitido na origem (fls. 141/143).
O suscitante apresentou requerimento nos moldes do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Tenho por inadmissível o presente incidente, pois a Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PU 2005.36.00.90.9586-1, sessão de 08/02/2010, pacificou o entendimento no sentido de não condicionar a propositura da ação previdenciária à exigência de prévio requerimento administrativo. Incidente, pois, à espécie a Questão de Ordem nº 13 da TNU, pela qual:
Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.
Acrescente-se, por pertinente, que o hodierno posicionamento do Superior Tribunal de Justiça também segue essa mesma linha, se não, confiram-se os seguintes julgados:
AGRAVO INTERNO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO NA VIA ESPECIAL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES.
1. A via especial não se presta à apreciação de ofensa a dispositivo da Constituição Federal.
2. Desnecessário o prévio requerimento administrativo para o pleito judicial de benefício previdenciário.
3. Agravo ao qual se nega provimento (AgRg no REsp nº 1.162.746/PR, Rel. Min. CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, DJe de 07/06/2010).
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. POSTULAÇÃO PERANTE O PODER JUDICIÁRIO. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES.
1. A propositura de ação objetivando a percepção de benefício previdenciário independe de prévio requerimento administrativo do segurado perante a Autarquia. Precedentes.
2. Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp nº 1.172.176/PR, Rel. Min. LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe de 26/04/2010).
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 2 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.36.00.702426-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GETULIO SILVINO
PROC./ADV.: PAULA ALESSANDRA ROSSI GEGLINI

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pelo INSS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária de MATO GROSSO que entendeu que o prévio ingresso de pedido na via administrativa não é condição necessária para a propositura de ação em que se pleiteia a concessão de benefício previdenciário.
Alega a autarquia suscitante que a decisão combatida diverge do entendimento do STJ e da TNU, aduzindo, em síntese, que a ausência de prévio requerimento administrativo configura falta de interesse de agir por parte do postulante do benefício.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
O incidente não merece avançar, visto que o Supremo Tribunal Federal já se pronunciou em sentido contrário à tese da autarquia suscitante, ou seja, que o prévio requerimento administrativo não é condição da ação previdenciária. A propósito, confira-se o seguinte julgado:
EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. NEGATIVA DA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA COMO CONDIÇÃO DA AÇÃO: DESNECESSIDADE. ART. 557 DO CPC. ATRIBUIÇÕES DO RELATOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
I - Não há previsão constitucional de esgotamento da via administrativa como condição da ação que objetiva o reconhecimento de direito previdenciário. Precedentes.
II - Quanto ao art. 557 do CPC, na linha do entendimento desta Corte, é constitucionalmente legítima a, "atribuição conferida ao Relator para arquivar, negar seguimento a pedido ou recurso e dar provimento a este - RI/STF, art. 21, § 1º; Lei 8.038/90, art. 38; CPC, art. 557, redação da Lei 9.756/98 - desde que, mediante recurso, possam as decisões ser submetidas ao controle do Colegiado" (RE 321.778-AgR/MG, Rel. Min. Carlos Velloso).
III - Agravo regimental improvido (AgR no RE nº 549238/SP, Rel. Min. Ricardo Lewandowsky, DJe de 04.06.09).
O eg. Superior Tribunal de Justiça, na esteira da jurisprudência do STF, firmou entendimento no mesmo sentido. É ver:
AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO. REQUISITO. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE.
O prévio requerimento administrativo não é requisito para o ajuizamento de ação proposta por segurado contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Precedentes do e. STJ.
Agravo regimental desprovido (AgRg no Resp nº 1.157.371/RS, Rel. Min. FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe de 15/03/2010).
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. DESNECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO COMO REQUISITO PARA O AJUIZAMENTO DE AÇÃO EM QUE SE PLEITEIA BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.
1. A teor da jurisprudência desta Corte de Justiça, a ausência de prévio requerimento administrativo não constitui óbice para que o segurado pleiteie judicialmente o benefício pretendido.
2. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no Resp Nº 1.129.201/RS, Rel. Min. OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJe de 01/03/2010).
Frente ao exposto, com base no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2009.36.00.702429-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DE SOUZA SILVA
PROC/ADV.: PAULA ALESSANDRA ROSSI GEGLINI E OUTRO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto pelo INSS, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Mato Grosso, que não conheceu do recurso, tendo-o por intempestivo, uma vez que a prolação da sentença em audiência seria o dies a quo do prazo recursal, independentemente da presença do procurador da autarquia ao ato, sendo descabida a intimação pessoal desse.
Alega o suscitante divergência com julgados dos Tribunais Regionais Federais da 1ª e 4ª Regiões e do Superior Tribunal de Justiça.
O incidente foi inadmitido e o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, §4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
De início, verifico ser inadmissível o presente pleito no que se refere à suposta dissidência com os julgados dos TRF's da 1ª e 4ª Regiões, apontados como paradigmas, restando, pois, inobservado o ditame do § 2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, pelo qual o pedido de uniformização será fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ (...) (g.n.).
A propósito, a Turma Nacional de Uniformização já decidiu:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. NÃO CONHECIMENTO. VOTO DE DESEMPATE DO PRESIDENTE.
Tendo havido empate acerca do conhecimento do pedido de uniformização - para tal fim computando-se, conjuntamente, os votos que, por fundamentos diversos, dele não conheceram -, coube ao Presidente da Turma proferir o voto de desempate.
Voto de desempate no sentido de que: a) 'não se mostra possível, em sede de pedido de uniformização dirigido a esta Turma Nacional, a demonstração de divergência com fundamento em paradigmas oriundos de turma recursal da mesma região, de Tribunal Regional Federal e da própria Turma Nacional de Uniformização'; b) não são hábeis para a demonstração da divergência, in casu, julgados que 'não ventilam o tema da aplicação das Emendas Constitucionais n.º 20/98 e 41/2003, mas apenas questão inerente à incidência, no primeiro reajustamento da renda mensal inicial, do art. 21, § 3º, da Lei n.º 8.880/94, a qual fazia parte do pedido original'." (Processo nº 2006.70.51.004732-8, TNU, Relator p/ acórdão Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz, DJ de 27/8/2008 - g.n.).
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA DA TURMA RECURSAL/PB COM O STJ. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REVISÃO DA R.M.I. AUSÊNCIA DE PARADIGMA.
(...).
4. Só é cabível o incidente de uniformização em questões de direito material, fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ (§ 2º do art. 14 da Lei 10.259/2001, c/c o art. 2º da Resolução 390/2004 do CJF).
5. No caso, o Recorrente não atendeu à exigência legal, uma vez que o Acórdão apontado como paradigma, do TRF da 5ª Região (AC 79.712/PB, da relatoria do atual Ministro José Delgado, transcrito às fls. 106/107), não foi proferido por Turma Recursal dos JEFs.
6. Pedido não conhecido, em face da ausência de paradigma. (Processo nº 2003.82.10.000957-7, TNU, Relator Juiz Federal Hélio Silvio Ourem Campos, DJ de 23/5/2006 - g.n.).
Relativamente aos demais paradigmas invocados, estes do Superior Tribunal de Justiça, tenho que a Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o artigo 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate de questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
In casu, o incidente suscitado fundou-se em questão processual, qual seja, se a fluência do prazo recursal, no que diz respeito ao INSS, tem início a partir da intimação da sentença em audiência ou apenas quando da intimação pessoal do procurador, o que impede o conhecimento do presente incidente.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Confira-se, a propósito, o seguinte julgados, litteris:
INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. QUESTÃO DE DIREITO PROCESSUAL. NÃO CABIMENTO.
I. O pedido de uniformização de jurisprudência somente tem cabimento quando se tratar de questão de direito material (art. 14, caput, da Lei 10.259/2001, c/c art. 2º da Resolução n. 330/2003, do Conselho da Justiça Federal).
II. Incidente não conhecido, por versar a hipótese dos autos sobre matéria de direito processual. (PU nº 2007.72.95.001663-0, Relatora Juíza Federal Joana Carolina Lins Pereira, DJ 22/04/2009).
Ainda que assim não fosse, no caso em apreço os arestos invocados para caracterizar a divergência não refletem a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, visto que há entendimento diverso nas duas Turmas que compõem a Terceira Seção da Corte Superior. Nesse sentido, destaco os seguintes precedentes:
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AUDIÊNCIA. PROCURADOR DA AUTARQUIA INTIMADO PESSOALMENTE. NÃO COMPARECIMENTO. SENTENÇA.PUBLICAÇÃO. NOVA INTIMAÇÃO. DESNECESSIDADE.
1. Reputam-se intimadas as partes na audiência, quando nesta é publicada a decisão ou sentença (art. 242, § 1.º, do CPC).
2. Nessa esteira, decidiu o Superior Tribunal de Justiça que: "Mesmo não tendo o Procurador do INSS comparecido à audiência de que foi pessoalmente intimado, presume-se intimado da sentença proferida nessa oportunidade, uma vez que é dever do patrono zelar pela causa que defende, cabendo a ele acompanhar o andamento do feito, a fim de tomar as providências necessárias ao seu regular processamento." (REsp 981.313/PR, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Quinta Turma, DJ de 3.12.07).
3. Agravo regimental a que se nega provimento.
(AgRg no REsp 1184327/PR, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 03/08/2010, DJe 23/08/2010)
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. PROCURADOR DO INSS INTIMADO PESSOALMENTE DA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA. NÃO COMPARECIMENTO.SENTENÇA CONDENATÓRIA. DESNECESSIDADE DE NOVA INTIMAÇÃO.
1. Reputam-se intimados na audiência, quando nesta é publicada a decisão ou a sentença (art. 242, § 1º do CPC).
2. Mesmo não tendo o Procurador do INSS comparecido à audiência de que foi pessoalmente intimado, presume-se intimado da sentença proferida nessa oportunidade, uma vez que é dever do patrono zelar pela causa que defende, cabendo a ele acompanhar o andamento do feito, a fim de tomar as providências necessárias.
3. Recurso Especial do INSS improvido.
(REsp 969.276/PR, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 25/10/2007, DJ 19/11/2007, p. 290)
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.36.00.702446-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO: JOSELITA BEATRIZ VIARO
PROC/ADV.: MARA SILVIA ROSA DIAS

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pelo INSS, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Mato Grosso que manteve a sentença que acolheu o pedido do autor, determinando à autarquia previdenciária que implante o benefício de aposentadoria por invalidez.
Alega a autarquia previdenciária que a decisão combatida diverge dos entendimentos das Turmas Recursais da Bahia, Santa Catarina, Pernambuco e do STJ que são no sentido de que a incapacidade deve ser avaliada apenas sob o ponto de vista físico-funcional, sendo irrelevantes as demais condições pessoais, sociais e econômicas do segurado, não se admitindo incapacidade parcial como suficiente para concessão do benefício.
Inadmitido o incidente, o suscitante apresentou requerimento nos termos do artigo 15, § 4°, RI/TNU.
Relatados. Decido.
A decisão combatida concluiu que as condições pessoais do autor aliadas à respectiva doença caracterizariam a total e permanente incapacidade para o trabalho. Ocorre que a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema é no mesmo sentido, conforme se comprova da leitura dos seguintes precedentes:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARCIAL DO SEGURADO. NÃO VINCULAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIA SÓCIO-ECONÔMICA, PROFISSIONAL E CULTURAL FAVORÁVEL À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. RECURSO DESPROVIDO.
1. Os pleitos previdenciários possuem relevante valor social de proteção ao Trabalhador Segurado da Previdência Social, devendo ser, portanto, julgados sob tal orientação exegética.
2. Para a concessão de aposentadoria por invalidez devem ser considerados outros aspectos relevantes, além dos elencados no art. 42 da Lei 8.213/91, tais como, a condição sócio-econômica, profissional e cultural do segurado.
3. Embora tenha o laudo pericial concluído pela incapacidade parcial do segurado, o Magistrado não fica vinculado à prova pericial, podendo decidir contrário a ela quando houver nos autos outros elementos que assim o convençam, como no presente caso.
4. Em face das limitações impostas pela avançada idade, bem como pelo baixo grau de escolaridade, seria utopia defender a inserção do segurado no concorrido mercado de trabalho, para iniciar uma nova atividade profissional, motivo pelo faz jus à concessão de aposentadoria por invalidez.
5. Agravo Regimental do INSS desprovido (AgRg no Resp nº 1.055.886/PB, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, DJe de 09/11/2009).
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARCIAL DO SEGURADO. POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À CONCESSÃO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, UTILIZANDO-SE OUTROS MEIOS.
1. Ainda que o sistema previdenciário seja contributivo, não há como desvinculá-lo da realidade social, econômica e cultural do país, onde as dificuldades sociais alargam, em muito, a fria letra da lei.
2. No Direito Previdenciário, com maior razão, o magistrado não está adstrito apenas à prova pericial, devendo considerar fatores outros para averiguar a possibilidade de concessão do benefício pretendido pelo segurado.
3. Com relação à concessão de aposentadoria por invalidez, este Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido da desnecessidade da vinculação do magistrado à prova pericial, se existentes outros elementos nos autos aptos à formação do seu convencimento, podendo, inclusive, concluir pela incapacidade permanente do segurado em exercer qualquer atividade laborativa, não obstante a perícia conclua pela incapacidade parcial.
4. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no Ag nº 1.102.739/GO, Rel. Min. OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJe de 09/11/2009).
Em face do exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de novembro de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.36.00.702489-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): OGAIR PEREIRA DE OLIVEIRA
PROC/ADV.: SÍLVIA HELENA SCHIMIDT

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária de Mato Grosso, a qual, em autos que versavam sobre pedido de aposentadoria de trabalhador rural, não conheceu do recurso inominado apresentado pela autarquia ora requerente, ante a sua manifesta intempestividade.
Opostos embargos de declaração, foram esses rejeitados, ao fundamento de que a ausência injustificada do INSS na audiência de instrução de julgamento não abre prerrogativa de nova intimação pessoal, sendo que o prazo recursal inicia-se a partir da audiência (fl. 76).
Alega divergência com julgados do STJ e do TRF da 4ª Região, defendendo que o procurador federal tem direito à intimação pessoal de acordo com o art. 17 da Lei nº 10.910/2004.
O incidente foi inadmitido (fl. 108) e o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU (fls. 110/116).
Relatados, decido.
A divergência autorizadora do pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à TNU é aquela fundada entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, sendo, portanto, incabível o pedido com fundamento em dissídio com Tribunais Regionais Federais ou Turmas Recursais da mesma Região.
A Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o artigo 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate de questões de direito material.
In casu, o incidente suscitado fundou-se em questão processual, qual seja, a necessidade de intimação pessoal do procurador do INSS, o que impede o conhecimento do presente incidente.
Confira-se, a propósito, o seguinte julgado, litteris:
INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. QUESTÃO DE DIREITO PROCESSUAL. NÃO CABIMENTO.
I. O pedido de uniformização de jurisprudência somente tem cabimento quando se tratar de questão de direito material (art. 14, caput, da Lei 10.259/2001, c/c art. 2º da Resolução n. 330/2003, do Conselho da Justiça Federal).
II. Incidente não conhecido, por versar a hipótese dos autos sobre matéria de direito processual. (PU nº 2007.72.95.001663-0, Relatora Juíza Federal Joana Carolina Lins Pereira, DJ 22/04/2009).
Registre-se, por oportuno, que, mesmo que se pudesse entender superado o óbice antes anotado, melhor sorte não acorreria o requerente tendo em vista que a Eg. TNU adota entendimento consonante com o esposado pela Turma Recursal de origem, qual seja, no sentido de que, uma vez regularmente intimado da audiência, se o procurador do INSS injustificadamente a ela não comparece, fica desde já intimado da sentença ali proferida. Nessa linha, cito o seguinte julgado, verbis:
GREVE DEFLAGRADA PELOS PROCURADORES FEDERAIS. SUSPENSÃO DOS PRAZOS PROCESSUAIS. IMPOSSIBILIDADE. INOCORRÊNCIA DE FORÇA MAIOR. RECURSO DESPROVIDO.
1. A deflagração de greve não caracteriza motivo de força maior que importe em suspensão processual, pois não se trata de ato imprevisível, insuperável, mas sim querido, evitável, competindo à parte zelar pelos prazos processuais, que devem ser observados mesmo durante o movimento de paralisação.
2. O não comparecimento do representante do INSS à audiência de instrução e julgamento designada, apesar de regularmente intimado, impõe a declaração da revelia, com prosseguimento normal dos demais atos processuais independentemente de intimação, iniciando-se nessa data a contagem do prazo recursal (Art. 19, § 1.º, LJE, c/c o 322, CPC).
3. Não se aplica aos Juizados Especiais, em atenção ao princípio da celeridade processual, a regra constante no art. 188 do CPP.
4. Recurso não conhecido (PEDILEF nº 2004.35.00.721883-1, Juiz JOSÉ GODINHO FILHO, TNU - Turma Nacional de Uniformização, 14/12/2004).
Nesse panorama, aplicável seria à espécie a Questão de Ordem nº 13/TNU a obstar o trânsito do presente incidente de uniformização.
Destaque-se ainda, por pertinente, que o Eg. Superior Tribunal de Justiça se afina com tal posicionamento, consoante se pode verificar nos seguintes arestos, litteris:
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AUDIÊNCIA. PROCURADOR DA AUTARQUIA INTIMADO PESSOALMENTE. NÃO COMPARECIMENTO. SENTENÇA. PUBLICAÇÃO. NOVA INTIMAÇÃO. DESNECESSIDADE.
1. Reputam-se intimadas as partes na audiência, quando nesta é publicada a decisão ou sentença (art. 242, § 1.º, do CPC).
2. Nessa esteira, decidiu o Superior Tribunal de Justiça que: "Mesmo não tendo o Procurador do INSS comparecido à audiência de que foi pessoalmente intimado, presume-se intimado da sentença proferida nessa oportunidade, uma vez que é dever do patrono zelar pela causa que defende, cabendo a ele acompanhar o andamento do feito, a fim de tomar as providências necessárias ao seu regular processamento." (REsp 981.313/PR, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Quinta Turma, DJ de 3.12.07).
3. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no REsp nº 1.184.327/PR, Rel. Min. OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJe de 23/08/2010).
PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - SÚMULA 282/STF - REEXAME DE PROVAS - SÚMULA 7/STJ - PROCURADOR INTIMADO DA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA - NÃO COMPARECIMENTO - SENTENÇA CONDENATÓRIA - DESNECESSIDADE DE NOVA INTIMAÇÃO.
1. Não se admite recurso especial quanto à questão que não foi apreciada pelo Tribunal a quo. Incidência da Súmula 282/STF.
2. É inadmissível o recurso especial se a análise da pretensão da parte recorrente demanda o reexame de provas. Aplicação da Súmula 7/STJ.
3. Segundo o art. 242, § 1°, do CPC, o representante da parte, embora não tenha comparecido à audiência da qual foi devidamente cientificado, presume-se intimado da sentença proferida naquela oportunidade. Precedente.
4. Recurso especial conhecido em parte e, nessa parte, não provido (REsp nº 1.183.004/PR, Rel. Min. ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe de 17/05/2010).
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2009.36.00.702558-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NAIR MARIA DE OLIVEIRA
PROC/ADV.: LILIANE ANDREA DO AMARAL DE PAULA

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária de Mato Grosso, que entendeu não ser necessário o prévio requerimento administrativo para o ajuizamento de ação judicial em que se pleiteia benefício previdenciário (aposentadoria rural).
Alega divergência com a jurisprudência do STJ e da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, aduzindo, em síntese, que há falta de interesse de agir quando o segurado busca o Judiciário sem realizar o prévio requerimento administrativo.
O incidente foi admitido na origem (fls. 151/152).
Relatados. Decido.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Tenho por inadmissível o presente incidente, pois a Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PU 2005.36.00.90.9586-1, sessão de 08/02/2010, pacificou o entendimento no sentido de não condicionar a propositura da ação previdenciária à exigência de prévio requerimento administrativo. Incidente, pois, à espécie a Questão de Ordem nº 13 da TNU, pela qual:
Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.
Acrescente-se, por pertinente, que o hodierno posicionamento do Superior Tribunal de Justiça também segue essa mesma linha, se não, confiram-se os seguintes julgados:
AGRAVO INTERNO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO NA VIA ESPECIAL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES.
1. A via especial não se presta à apreciação de ofensa a dispositivo da Constituição Federal.
2. Desnecessário o prévio requerimento administrativo para o pleito judicial de benefício previdenciário.
3. Agravo ao qual se nega provimento (AgRg no REsp nº 1.162.746/PR, Rel. Min. CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, DJe de 07/06/2010).
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. POSTULAÇÃO PERANTE O PODER JUDICIÁRIO. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES.
1. A propositura de ação objetivando a percepção de benefício previdenciário independe de prévio requerimento administrativo do segurado perante a Autarquia. Precedentes.
2. Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp nº 1.172.176/PR, Rel. Min. LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe de 26/04/2010).
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, nego seguimento ao incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de dezembro de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2009.36.00.702578-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SEBASTIÃO ANTÔNIO RIBEIRO
PROC/ADV.: HENEI RODRIGO BERTI CASAGRANDE

DECISÃO

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Mato Grosso, que confirmou a sentença concessiva do pedido de aposentadoria rural por idade, uma vez que os documentos acostados aos autos mostram-se suficientes para comprovar o exercício de atividade rurícula pelo tempo de carência necessário para o deferimento do benefício.
Alega o suscitante divergência com julgados do STJ, defendendo que o início de prova material deve ser contemporâneo aos fatos a provar e que a requerente não comprovou o labor rural no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses igual à respectiva carência.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Verifica-se que o pleito visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Frente ao exposto, com base no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2009.36.00.702602-
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: DIVINA APARECIDA MENDONÇA
PROC/ADV.: DEFENSORIA PUBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pelo DIVINA APARECIDA MENDONÇA, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Mato Grosso que, reformando a sentença, julgou improcedente pedido de concessão de aposentadoria por invalidez.
Na decisão recorrida, ficou consignado que, apesar de constatada a Doença de Chagas, a perícia médica concluiu que não há incapacidade laborativa, motivo pelo qual não faz jus a requerente ao benefício pretendido. Ficou consignado, ainda, que não constatada nem ao menos uma incapacidade parcial, fica despiciendo analisar as condições socioeconômicas da requerente.
Alega a requerente que a decisão recorrida afronta precedentes da TNU e das Turmas Recursais de Goiás e Tocantins, no que se refere à incapacidade para o trabalho de uma portadora de Mal de Chaga, e que também não foram considerados fatores pessoais e sociais que impossibilitam o regresso da requerente ao mercado de trabalho.
O incidente foi inadmitido, mas foi apresentado requerimento nos termos do art. 15, § 4°, RI/TNU.
Relatados.Decido.
De início, verifica-se que o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a mencionar as ementas dos julgados da TNU que supostamente seriam paradigmáticos, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o decisum hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Ademais, ainda que superado o óbice anterior, verifica-se que se trata de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Isto posto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2009.36.00.702614-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LUZIA DE FÁTIMA ROSA DA CRUZ
PROC/ADV.: ERIKA BULHÕES CAVALLI E OUTRO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Mato Grosso que, mantendo a sentença, entendeu procedente pedido de concessão de aposentadoria por invalidez.
Na decisão recorrida, ficou consignado que o Juiz não está adstrito ao laudo pericial, motivo pelo qual, com base no conjunto fático-probatório, é possível concluir pela incapacidade total da requerida.
Alega o requerente que a perícia concluiu que a incapacidade da requerida é apenas parcial, motivo pelo qual esta não faz jus ao benefício pleiteado. Cita como precedente julgado do STJ em que não se admite a concessão do benefício quando a incapacidade é parcial.
O incidente foi inadmitido, mas foi apresentado requerimento nos termos do art. 15, § 4°, RI/TNU.
Relatados.Decido.
Na decisão recorrida restou consignado que a requerida está incapacitada para o trabalho. O requerente, por sua vez, procura demonstrar que a incapacidade é apenas parcial, motivo pelo qual seria indevida a concessão do benefício pretendido.
Verifico, portanto, que se trata de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Isto posto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.38.00.700290-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOÃO BATISTA PARANHOS
PROC/ADV.: AGOSTINHO LOPES DE MATTOS

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência com fulcro no art. 14, § 2°, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de Minas Gerais que manteve a sentença que concedeu a aposentadoria por invalidez ao autor, aos seguintes fundamentos:
Embora o laudo elaborado por perito oficial tenha constatado incapacidade laborativa no autor, com data provável do início da incapacidade em 2002 (fls. 23/24, quesito 1, letras 'b' e 'c'), reconhecendo, ainda, que a sua incapacidade laborativa é permanente (letra 'e'), mas se restringe ao exercício de seu trabalho habitual, de forma que poderá ser readaptado para as funções de porteiro e balconista (fl. 24, letra 'h'), entendo que, se o autor é analfabeto (fl. 05) e conta atualmente com 57 (cinqüenta e sete) anos de idade, posto que nascido em 02.10.52, deve ser-lhe concedida a aposentadoria por invalidez (...) (fl. 40).
Alega o suscitante divergência com julgados do STJ, aduzindo, em síntese, que para esse Eg. Tribunal não há direito a benefício por incapacidade quando a perícia atesta a capacidade laborativa.
A divergência foi suscitada em relação aos seguintes julgados do STJ, assim ementados, verbis:
EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - PREVIDENCIÁRIO - ACIDENTÁRIA - DISACUSIA - SÚMULA 44/STJ - DEFINIÇÃO - INCIDÊNCIA - NEXO ETIOLÓGICO E INCAPACIDADE LABORATIVA COMPROVADAS ATRAVÉS DE PERÍCIA JUDICIAL - VALORAÇÃO DE PROVAS.
- A orientação da Eg. 3a. Seção é no sentido de que a Súmula 44/STJ somente é aplicável quando, além de comprovada a disacusia, ainda que em grau mínimo, estiveram presentes o nexo etiológico e a perda ou redução da capacidade laborativa (Precedentes: EREsp. 79.351/SP, Rel. Min. Gilson Dipp, DJ 28/06/99; EREsp. 168.316/SP, Rel. Min. Edson Vidigal. DJ 06/12/99).
- In casu, o acórdão do Tribunal a quo considerou, tão somente, o grau mínimo da perda auditiva para indeferir o benefício, contrariando, destarte, a conclusão da perícia judicial afirmativa de que a moléstia se deu em razão do ambiente de trabalho e que o autor não tem condições de exercer sua profissão, estando parcial e permanentemente incapacitado.
- Não se trata de reexame de provas, vedado pela Súmula 07/STJ, mas de valoração do conteúdo probatório.
- Comprovado o nexo causal entre a deficiência auditiva e as condições de trabalho, bem como a redução da capacidade laborativa, faz jus o obreiro ao benefício acidentário, sendo irrelevante que a deficiência auditiva não esteja em grau avançado.
- Embargos rejeitados (EREsp n° 198.189/SP, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, DJ de 22/05/2000, p. 67).
PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE LABORATIVA.
- Não tem direito ao benefício da aposentadoria por invalidez, o segurado, em relação ao qual, a perícia médica judicial concluiu pela inexistência de incapacidade laborativa.
- O benefício é devido, apenas, ao segurado que for considerado incapaz é insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta subsistência.
- Recurso conhecido e provido (REsp n° 226.094/SP, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, DJ de 15/05/2000, p. 183).
O incidente foi inadmitido na origem (fl. 91).
Às fls. 92/93, o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Verifica-se que o primeiro paradigma apontado, EREsp n° 198.189/SP, não guarda a devida similitude fática com a hipótese dos autos.
Com efeito, naquele julgado, o Eg. Tribunal Superior apreciou situação específica, qual seja, aplicação ou não do verbete sumular nº 44/STJ que trata da incapacidade advinda por disacusia, caso completamente distinto do presente que abordou sobre quadro de espondiloartrose lombossacra.
Ademais, a decisão colegiada ora recorrida manteve a sentença que entendeu pela concessão da aposentadoria por invalidez, considerando não apenas a incapacidade parcial laborativa do autor, mas também as demais circunstâncias do caso concreto, como suas condições sócio-econômicas a dificultarem seu retorno ao mercado de trabalho.
Tal posicionamento se afina com a atual jurisprudência dominante das Turmas do STJ, as quais passaram a considerar as condições sócio-econômica, profissional e cultural do segurado em se tratando de concessão de benefícios por incapacidade, a exemplo da aposentadoria por invalidez, se o laudo pericial for conclusivo pela incapacidade parcial do segurado.
Nesse sentido, destaco os seguintes precedentes:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARCIAL DO SEGURADO. NÃO VINCULAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIA SÓCIO-ECONÔMICA, PROFISSIONAL E CULTURAL FAVORÁVEL À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. RECURSO DESPROVIDO.
1. Os pleitos previdenciários possuem relevante valor social de proteção ao Trabalhador Segurado da Previdência Social, devendo ser, portanto, julgados sob tal orientação exegética.
2. Para a concessão de aposentadoria por invalidez devem ser considerados outros aspectos relevantes, além dos elencados no art. 42 da Lei 8.213/91, tais como, a condição sócio-econômica, profissional e cultural do segurado.
3. Embora tenha o laudo pericial concluído pela incapacidade parcial do segurado, o Magistrado não fica vinculado à prova pericial, podendo decidir contrário a ela quando houver nos autos outros elementos que assim o convençam, como no presente caso.
4. Em face das limitações impostas pela avançada idade, bem como pelo baixo grau de escolaridade, seria utopia defender a inserção do segurado no concorrido mercado de trabalho, para iniciar uma nova atividade profissional, motivo pelo faz jus à concessão de aposentadoria por invalidez.
5. Agravo Regimental do INSS desprovido (AgRg no REsp nº 1.055.886/PB, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, DJe de 09/11/2009).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARCIAL DO SEGURADO. POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À CONCESSÃO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, UTILIZANDO-SE OUTROS MEIOS.
1. Ainda que o sistema previdenciário seja contributivo, não há como desvinculá-lo da realidade social, econômica e cultural do país, onde as dificuldades sociais alargam, em muito, a fria letra da lei.
2. No Direito Previdenciário, com maior razão, o magistrado não está adstrito apenas à prova pericial, devendo considerar fatores outros para averiguar a possibilidade de concessão do benefício pretendido pelo segurado.
3. Com relação à concessão de aposentadoria por invalidez, este Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido da desnecessidade da vinculação do magistrado à prova pericial, se existentes outros elementos nos autos aptos à formação do seu convencimento, podendo, inclusive, concluir pela incapacidade permanente do segurado em exercer qualquer atividade laborativa, não obstante a perícia conclua pela incapacidade parcial.
4. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no Ag nº 1.102.739/GO, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJe de 09/11/2009).
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.38.00.700314-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): THIAGO RIBEIRO DA SILVA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pelo INSS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de Minas Gerais que entendeu que o prévio ingresso de pedido na via administrativa não é condição necessária para a propositura de ação em que se pleiteia a concessão de benefício previdenciário.
Alega a autarquia suscitante que a decisão combatida diverge do entendimento da Turma Recursal de Santa Catarina e da TNU, segundo o qual a ausência de prévio requerimento administrativo configura falta de interesse de agir por parte do postulante do benefício.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
O incidente não merece avançar, visto que o Supremo Tribunal Federal já se pronunciou em sentido contrário à tese da autarquia suscitante, ou seja, que o prévio requerimento administrativo não é condição da ação previdenciária. A propósito, confira-se o seguinte julgado:
EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. NEGATIVA DA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA COMO CONDIÇÃO DA AÇÃO: DESNECESSIDADE. ART. 557 DO CPC. ATRIBUIÇÕES DO RELATOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
I - Não há previsão constitucional de esgotamento da via administrativa como condição da ação que objetiva o reconhecimento de direito previdenciário. Precedentes.
II - Quanto ao art. 557 do CPC, na linha do entendimento desta Corte, é constitucionalmente legítima a, "atribuição conferida ao Relator para arquivar, negar seguimento a pedido ou recurso e dar provimento a este - RI/STF, art. 21, § 1º; Lei 8.038/90, art. 38; CPC, art. 557, redação da Lei 9.756/98 - desde que, mediante recurso, possam as decisões ser submetidas ao controle do Colegiado" (RE 321.778-AgR/MG, Rel. Min. Carlos Velloso).
III - Agravo regimental improvido (AgR no RE nº 549238/SP, Rel. Min. Ricardo Lewandowsky, DJe de 04.06.09).
O eg. Superior Tribunal de Justiça, na esteira da jurisprudência do STF, firmou entendimento no mesmo sentido. É ver:
AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO. REQUISITO. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE.
O prévio requerimento administrativo não é requisito para o ajuizamento de ação proposta por segurado contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Precedentes do e. STJ.
Agravo regimental desprovido (AgRg no Resp nº 1.157.371/RS, Rel. Min. FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe de 15/03/2010).
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. DESNECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO COMO REQUISITO PARA O AJUIZAMENTO DE AÇÃO EM QUE SE PLEITEIA BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.
1. A teor da jurisprudência desta Corte de Justiça, a ausência de prévio requerimento administrativo não constitui óbice para que o segurado pleiteie judicialmente o benefício pretendido.
2. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no Resp Nº 1.129.201/RS, Rel. Min. OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJe de 01/03/2010).
Frente ao exposto, com base no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de dezembro de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.38.00.700428-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): TEREZINHA GOMES FERREIRA
PROC./ADV.: FELIPE DOS SANTOS CARVALHO E LEONARDO MAGALHAES DE FREITAS

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pelo INSS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de Minas Gerais, a qual entendeu que o prévio ingresso de pedido na via administrativa não é condição necessária para a propositura de ação em que se pleiteia a concessão de benefício previdenciário.
Alega a autarquia suscitante que a decisão combatida diverge do entendimento da 1ª Turma Recursal de Santa Catarina, aduzindo, em síntese, ser necessário o prévio requerimento administrativo para que haja a configuração do interesse de agir.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
O incidente não merece avançar, visto que o Supremo Tribunal Federal já se pronunciou em sentido contrário à tese da autarquia suscitante, ou seja, que o prévio requerimento administrativo não é condição da ação previdenciária. A propósito, confira-se o seguinte julgado:
EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. NEGATIVA DA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA COMO CONDIÇÃO DA AÇÃO: DESNECESSIDADE. ART. 557 DO CPC. ATRIBUIÇÕES DO RELATOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
I - Não há previsão constitucional de esgotamento da via administrativa como condição da ação que objetiva o reconhecimento de direito previdenciário. Precedentes.
II - Quanto ao art. 557 do CPC, na linha do entendimento desta Corte, é constitucionalmente legítima a, "atribuição conferida ao Relator para arquivar, negar seguimento a pedido ou recurso e dar provimento a este - RI/STF, art. 21, § 1º; Lei 8.038/90, art. 38; CPC, art. 557, redação da Lei 9.756/98 - desde que, mediante recurso, possam as decisões ser submetidas ao controle do Colegiado" (RE 321.778-AgR/MG, Rel. Min. Carlos Velloso).
III - Agravo regimental improvido (AgR no RE nº 549238/SP, Rel. Min. Ricardo Lewandowsky, DJe de 04.06.09).
O eg. Superior Tribunal de Justiça, na esteira da jurisprudência do STF, firmou entendimento no mesmo sentido, verbis:
AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO. REQUISITO. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE.
O prévio requerimento administrativo não é requisito para o ajuizamento de ação proposta por segurado contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Precedentes do e. STJ.
Agravo regimental desprovido (AgRg no Resp nº 1.157.371/RS, Rel. Min. FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe de 15/03/2010).
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. DESNECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO COMO REQUISITO PARA O AJUIZAMENTO DE AÇÃO EM QUE SE PLEITEIA BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.
1. A teor da jurisprudência desta Corte de Justiça, a ausência de prévio requerimento administrativo não constitui óbice para que o segurado pleiteie judicialmente o benefício pretendido.
2. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no Resp Nº 1.129.201/RS, Rel. Min. OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJe de 01/03/2010).
Frente ao exposto, com base no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.38.00.702537-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): IZABEL DOS SANTOS SILVA
PROC/ADV.: THAIS FERREIRA DE MELO BURREL

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de Minas Gerais, a qual manteve sentença que concedeu a aposentadoria especial, ao entendimento de que:
A parte autora completou 55 anos de idade em 2005, de tal sorte que o período de atividade rural, a título de carência é de 144 meses, conforme art. 142, da Lei 8.213/91.
Como início razoável de prova material, a sentença baseou-se na certidão de casamento da autora, do [sic] qual consta a profissão de seu cônjuge como lavrador (fl. 143), nas certidões de nascimento dos filhos, nas [sic] quais também consignam a profissão do pai como lavrador (fls. 144/146/147/148), contrato de parceria agrícola (fls. 171/172) e declaração de exercício de atividade rural (fl. 168). No mesmo sentido, correta a sentença de primeiro grau ao destacar o fato de o marido da autora ter se aposentado como segurado especial.
A contestação da ré não trouxe qualquer indício probatório em sentido contrário. Os documentos citados são válidos ao fim almejado, nos moldes dos inúmeros precedentes do STJ e das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região. Igualmente, a jurisprudência hoje pacificada em torno do assunto assentou entendimento no sentido de que a condição de trabalhador rural do cônjuge, evidenciada em certidão de casamento ou documento idôneo, estende-se ao outro cônjuge, constituindo início de prova material (Súmula nº 6 da TNU). (omissis)
A prova testemunhal, por sua vez, é convergente em corroborar o início de prova material, no sentido do efetivo labor rural pela parte autora, em regime de economia familiar ou individualmente, durante toda a vida produtiva, não se limitando apenas ao período de carência acima delineado (fls. 207/208).
Alega divergência com julgados do STJ, defendendo que não houve a comprovação de exercício de atividade rural no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, inexistindo, pois, no caso, início de prova material a lastrear a concessão de aposentadoria rural, visto que vedada a referida concessão fundamentada unicamente em prova testemunhal (Súmula nº 149/STJ).
Incidente inadmitido às fls. 232/234.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU (fls. 235/236).
Relatados, decido.
De início, verifica-se que o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a mencionar as ementas dos julgados do STJ que supostamente seriam paradigmáticos, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o decisum hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Ademais, ainda que superado o óbice anterior, tem-se que o requerente defende a tese de que, in casu, inexistiu prova documental do suposto labor rural, pugnando pela incidência à espécie do verbete sumular nº 149/STJ.
Ocorre que a decisão colegiada, ancorando-se nos elementos de prova juntados ao processo, vislumbrou satisfeitos os requisitos para a concessão de aposentadoria especial, de modo que a inversão da conclusão a que chegou o decisum impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, como requer o suscitante, mostra-se manifestamente incabível em sede de incidente de uniformização de jurisprudência.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 15 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2009.38.00.705081-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RAQUEL SILVA DE SOUSA ROCHA
PROC/ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais, que manteve a sentença que julgou procedente o pedido de concessão do salário-maternidade à autora, por entender que a análise dos documentos juntados pela autora demonstra sua condição de lavradora, em regime de economia familiar, para a própria subsistência e de sua família (....) (fl. 59).
Alega divergência com a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização e do Superior Tribunal de Justiça, aduzindo, em síntese, que não restou comprovado nos autos prova material razoável e contemporânea à época dos fatos bem como não foi comprovada a

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

atividade rural no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo (fl. 63).
O incidente não foi admitido (fls. 79/81).
Às fls. 83/84, o suscitante apresenta requerimento nos termos do art. 15, § 4°, RI/TNU.
Relatados. Decido.
Com efeito, a decisão colegiada ancorou-se precipuamente nos fatos e nas provas dos autos para entender que foi comprovada a condição de rurícola da parte autora no período de carência exigido em lei, de modo que a revisão de tal entendimento importaria em reexame de tais elementos probatórios, o que é manifestamente incabível em sede de pedido de uniformização de jurisprudência.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 17 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.38.00.705375-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ADENILSON MENDES CRUZ
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pelo INSS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de Minas Gerais que entendeu que o prévio ingresso de pedido na via administrativa não é condição necessária para a propositura de ação em que se pleiteia a concessão de benefício previdenciário.
Alega a autarquia suscitante que a decisão combatida diverge do entendimento da Turma Recursal de Santa Catarina e da TNU, segundo o qual a ausência de prévio requerimento administrativo configura falta de interesse de agir por parte do postulante do benefício.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
O incidente não merece avançar, visto que o Supremo Tribunal Federal já se pronunciou em sentido contrário à tese da autarquia suscitante, ou seja, que o prévio requerimento administrativo não é condição da ação previdenciária. A propósito, confira-se o seguinte julgado:
EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. NEGATIVA DA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA COMO CONDIÇÃO DA AÇÃO: DESNECESSIDADE. ART. 557 DO CPC. ATRIBUIÇÕES DO RELATOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
I - Não há previsão constitucional de esgotamento da via administrativa como condição da ação que objetiva o reconhecimento de direito previdenciário. Precedentes.
II - Quanto ao art. 557 do CPC, na linha do entendimento desta Corte, é constitucionalmente legítima a, "atribuição conferida ao Relator para arquivar, negar seguimento a pedido ou recurso e dar provimento a este - RI/STF, art. 21, § 1º; Lei 8.038/90, art. 38; CPC, art. 557, redação da Lei 9.756/98 - desde que, mediante recurso, possam as decisões ser submetidas ao controle do Colegiado" (RE 321.778-AgR/MG, Rel. Min. Carlos Velloso).
III - Agravo regimental improvido (AgR no RE nº 549238/SP, Rel. Min. Ricardo Lewandowsky, DJe de 04.06.09).
O eg. Superior Tribunal de Justiça, na esteira da jurisprudência do STF, firmou entendimento no mesmo sentido. É ver:
AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO. REQUISITO. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE.
O prévio requerimento administrativo não é requisito para o ajuizamento de ação proposta por segurado contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Precedentes do e. STJ.
Agravo regimental desprovido (AgRg no Resp nº 1.157.371/RS, Rel. Min. FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe de 15/03/2010).
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. DESNECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO COMO REQUISITO PARA O AJUIZAMENTO DE AÇÃO EM QUE SE PLEITEIA BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.
1. A teor da jurisprudência desta Corte de Justiça, a ausência de prévio requerimento administrativo não constitui óbice para que o segurado pleiteie judicialmente o benefício pretendido.
2. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no Resp Nº 1.129.201/RS, Rel. Min. OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJe de 01/03/2010).
Frente ao exposto, com base no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de dezembro de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.38.00.707704-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LÍVIA PEREIRA BORGES
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pelo INSS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de Minas Gerais que entendeu que o prévio ingresso de pedido na via administrativa não é condição necessária para a propositura de ação em que se pleiteia a concessão de benefício previdenciário.
Alega a autarquia suscitante que a decisão combatida diverge do entendimento da Turma Recursal de Santa Catarina e da TNU, segundo o qual a ausência de prévio requerimento administrativo configura falta de interesse de agir por parte do postulante do benefício.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
O incidente não merece avançar, visto que o Supremo Tribunal Federal já se pronunciou em sentido contrário à tese da autarquia suscitante, ou seja, que o prévio requerimento administrativo não é condição da ação previdenciária. A propósito, confira-se o seguinte julgado:
EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. NEGATIVA DA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA COMO CONDIÇÃO DA AÇÃO: DESNECESSIDADE. ART. 557 DO CPC. ATRIBUIÇÕES DO RELATOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
I - Não há previsão constitucional de esgotamento da via administrativa como condição da ação que objetiva o reconhecimento de direito previdenciário. Precedentes.
II - Quanto ao art. 557 do CPC, na linha do entendimento desta Corte, é constitucionalmente legítima a, "atribuição conferida ao Relator para arquivar, negar seguimento a pedido ou recurso e dar provimento a este - RI/STF, art. 21, § 1º; Lei 8.038/90, art. 38; CPC, art. 557, redação da Lei 9.756/98 - desde que, mediante recurso, possam as decisões ser submetidas ao controle do Colegiado" (RE 321.778-AgR/MG, Rel. Min. Carlos Velloso).
III - Agravo regimental improvido (AgR no RE nº 549238/SP, Rel. Min. Ricardo Lewandowsky, DJe de 04.06.09).
O eg. Superior Tribunal de Justiça, na esteira da jurisprudência do STF, firmou entendimento no mesmo sentido. É ver:
AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO. REQUISITO. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE.
O prévio requerimento administrativo não é requisito para o ajuizamento de ação proposta por segurado contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Precedentes do e. STJ.
Agravo regimental desprovido (AgRg no Resp nº 1.157.371/RS, Rel. Min. FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe de 15/03/2010).
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. DESNECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO COMO REQUISITO PARA O AJUIZAMENTO DE AÇÃO EM QUE SE PLEITEIA BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.
1. A teor da jurisprudência desta Corte de Justiça, a ausência de prévio requerimento administrativo não constitui óbice para que o segurado pleiteie judicialmente o benefício pretendido.
2. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no Resp Nº 1.129.201/RS, Rel. Min. OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJe de 01/03/2010).
Frente ao exposto, com base no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de dezembro de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2009.38.00.710354-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DO CARMO CABRAL TEIXEIRA
PROC/ADV.: MARINES ALCHIERI

DECISÃO

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais, que manteve sentença que concedeu aposentadoria rural por idade, uma vez que os documentos acostados aos autos seriam suficientes para comprovar o exercício de atividade rurícola pelo tempo de carência necessário para o deferimento do benefício.
Alega o suscitante divergência com julgados do STJ, defendendo que no caso em apreço não houve: a) o prévio requerimento administrativo; b) comprovação do exercício de atividade rural no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício; c) início de prova material da atividade rural.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PU 2005.36.00.90.9586-1, sessão de 08/02/2010, pacificou o entendimento no sentido de não condicionar a propositura da ação previdenciária à exigência de prévio requerimento administrativo. Incidente, pois, à espécie a Questão de Ordem nº 13 da TNU, pela qual:
Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.
Acrescente-se, por pertinente, que o hodierno posicionamento do Superior Tribunal de Justiça também segue essa mesma linha. Confiram-se os seguintes julgados:
PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. PRESCINDIBILIDADE. CARÊNCIA DE AÇÃO AFASTADA.
1. A jurisprudência assentada no âmbito de ambas as Turmas da Terceira Seção desta Corte inclina-se no sentido de não condicionar a propositura da ação previdenciária à exigência de prévio requerimento administrativo.
2. omissis.
3. Recurso especial provido (REsp nº 1.105.773/RS, Rel. Min. JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 26/10/2009).
AGRAVO INTERNO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO NA VIA ESPECIAL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES.
1. A via especial não se presta à apreciação de ofensa a dispositivo da Constituição Federal.
2. Desnecessário o prévio requerimento administrativo para o pleito judicial de benefício previdenciário.
3. Agravo ao qual se nega provimento (AgRg no REsp nº 1.162.746/PR, Rel. Min. CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, DJe de 07/06/2010).
Quanto ao mais, verifica-se que o pleito visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Frente ao exposto, com base no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.38.00.711723-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SEBASTIÃO FERREIRA MATOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pelo INSS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de Minas Gerais, a qual entendeu que o prévio ingresso de pedido na via administrativa não é condição necessária para a propositura de ação em que se pleiteia a concessão de benefício previdenciário.
Alega a autarquia suscitante que a decisão combatida diverge de julgados da Primeira Turma Recursal de Santa Catarina e da Turma Nacional de Uniformização, aduzindo, em síntese, ser necessário o prévio requerimento administrativo para que haja a configuração do interesse de agir.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
O incidente não merece avançar, visto que o Supremo Tribunal Federal já se pronunciou em sentido contrário à tese da autarquia suscitante, ou seja, que o prévio requerimento administrativo não é condição da ação previdenciária. A propósito, confira-se o seguinte julgado:
EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. NEGATIVA DA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA COMO CONDIÇÃO DA AÇÃO: DESNECESSIDADE. ART. 557 DO CPC. ATRIBUIÇÕES DO RELATOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
I - Não há previsão constitucional de esgotamento da via administrativa como condição da ação que objetiva o reconhecimento de direito previdenciário. Precedentes.
II - Quanto ao art. 557 do CPC, na linha do entendimento desta Corte, é constitucionalmente legítima a, "atribuição conferida ao Relator para arquivar, negar seguimento a pedido ou recurso e dar provimento a este - RI/STF, art. 21, § 1º; Lei 8.038/90, art. 38; CPC, art. 557, redação da Lei 9.756/98 - desde que, mediante recurso, possam as decisões ser submetidas ao controle do Colegiado" (RE 321.778-AgR/MG, Rel. Min. Carlos Velloso).
III - Agravo regimental improvido (AgR no RE nº 549238/SP, Rel. Min. Ricardo Lewandowsky, DJe de 04.06.09).
O eg. Superior Tribunal de Justiça, na esteira da jurisprudência do STF, firmou entendimento no mesmo sentido. É ver:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO. REQUISITO. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE.
O prévio requerimento administrativo não é requisito para o ajuizamento de ação proposta por segurado contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Precedentes do e. STJ.
Agravo regimental desprovido (AgRg no Resp nº 1.157.371/RS, Rel. Min. FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe de 15/03/2010).
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. DESNECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO COMO REQUISITO PARA O AJUIZAMENTO DE AÇÃO EM QUE SE PLEITEIA BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.
1. A teor da jurisprudência desta Corte de Justiça, a ausência de prévio requerimento administrativo não constitui óbice para que o segurado pleiteie judicialmente o benefício pretendido.
2. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no Resp Nº 1.129.201/RS, Rel. Min. OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJe de 01/03/2010).
Frente ao exposto, com base no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 3 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2009.38.00.717110-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CRISTINA DA SILVA
PROC/ADV.: SIRLEI ALVES DE ABREU

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de Minas Gerais, que concedeu a aposentadoria por invalidez, ainda que atestado pelo perito a incapacidade parcial e permanente para o trabalho, tendo em vista as condições pessoais da parte autora.
Alega o suscitante divergência com julgado do STJ, aduzindo, em síntese, que a análise das condições pessoais do segurado não autoriza a concessão da aposentadoria por invalidez, se a incapacidade é parcial.
O incidente foi inadmitido.
O recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Observa-se que os precedentes colacionados pela parte recorrente não mais correspondem à atual jurisprudência dominante das Turmas do STJ, as quais passaram a considerar as condições sócio-econômica, profissional e cultural do segurado em se tratando de concessão de benefícios por incapacidade, a exemplo da aposentadoria por invalidez, ainda que o laudo pericial tenha concluído pela incapacidade parcial do segurado.
Nesse sentido, destaco os seguintes precedentes:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARCIAL DO SEGURADO. NÃO VINCULAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIA SÓCIO-ECONÔMICA, PROFISSIONAL E CULTURAL FAVORÁVEL À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. RECURSO DESPROVIDO.
1. Os pleitos previdenciários possuem relevante valor social de proteção ao Trabalhador Segurado da Previdência Social, devendo ser, portanto, julgados sob tal orientação exegética.
2. Para a concessão de aposentadoria por invalidez devem ser considerados outros aspectos relevantes, além dos elencados no art. 42 da Lei 8.213/91, tais como, a condição sócio-econômica, profissional e cultural do segurado.
3. Embora tenha o laudo pericial concluído pela incapacidade parcial do segurado, o Magistrado não fica vinculado à prova pericial, podendo decidir contrário a ela quando houver nos autos outros elementos que assim o convençam, como no presente caso.
4. Em face das limitações impostas pela avançada idade, bem como pelo baixo grau de escolaridade, seria utopia defender a inserção do segurado no concorrido mercado de trabalho, para iniciar uma nova atividade profissional, motivo pelo faz jus à concessão de aposentadoria por invalidez.
5. Agravo Regimental do INSS desprovido (AgRg no REsp nº 1.055.886/PB, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, DJe de 09/11/2009).
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARCIAL DO SEGURADO. POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À CONCESSÃO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, UTILIZANDO-SE OUTROS MEIOS.
1. Ainda que o sistema previdenciário seja contributivo, não há como desvinculá-lo da realidade social, econômica e cultural do país, onde as dificuldades sociais alargam, em muito, a fria letra da lei.
2. No Direito Previdenciário, com maior razão, o magistrado não está adstrito apenas à prova pericial, devendo considerar fatores outros para averiguar a possibilidade de concessão do benefício pretendido pelo segurado.
3. Com relação à concessão de aposentadoria por invalidez, este Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido da desnecessidade da vinculação do magistrado à prova pericial, se existentes outros elementos nos autos aptos à formação do seu convencimento, podendo, inclusive, concluir pela incapacidade permanente do segurado em exercer qualquer atividade laborativa, não obstante a perícia conclua pela incapacidade parcial.
4. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no Ag nº 1.102.739/GO, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJe de 09/11/2009).
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.39.00.700457-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: LUIZ CARLOS DA LUZ DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

LUIZ CARLOS DA LUZ DOS SANTOS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com base no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Pará, que reformou sentença de procedência do pedido de concessão de auxílio doença, a qual se havia fundamentado na assertiva de que nada obstante o laudo médico seja negativo, as testemunhas e o contato direto com o autor dão conta de que ele efetivamente vem sofrendo de fortes dores na coluna o que certamente vem tornando extremamente difícil o seu trabalho na atividade rural (...).
Afirma o Requerente estar o acórdão recorrido em divergência com julgados do Superior Tribunal de Justiça, bem como da Turma Nacional de Uniformização, relevando ser imprescindível a verificação das condições sócio-econômicas do segurado, quando da avaliação do pedido de concessão de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, não se podendo dar valor probatório exclusivo ao laudo pericial.
Ao incidente foi negado seguimento e a Requerente apresentou requerimento, nos moldes do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial apontada, admito o incidente, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 15 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2009.50.50.000643-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: JOCARLI SCHREIFFER
PROC/ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por JOCARLI SCHREIFFER, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Espírito Santo, que reformou a sentença à consideração de que a legislação previdenciária veda a concessão de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença àquele que ingressar ou reingressar ao RGPS já portador de incapacidade.
Alega o Requerente divergência com julgado da Turma Nacional de Uniformização, em que se firmou o entendimento de que não é vedada a concessão de auxílio doença ao segurado que esteja reingressando ao sistema, ainda que se trate de estado de incapacidade preexistente.
Relatados. Decido.
A Turma Recursal decidiu que não é devido o benefício decorrente de incapacidade à parte autora, eis que a doença era preexistente ao seu reingresso ao Regime Geral da Previdência Social, enquanto no acórdão paradigma da Turma Nacional de Uniformização decidiu-se que é possível a concessão de benefício de incapacidade quando a doença é preexistente, no caso de se tratar de refiliação, e não da primeira filiação ao RGPS, e a incapacidade decorrer de seu agravamento..
Entendo, assim, estar, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, motivo porque admito o incidente, com esteio no art. 7.º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 17 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.50.50.001407-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ LOPES DOS SANTOS
PROC./ADV.: CLARENCE IDAWALD GIBSON OVIL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Espírito Santo, que reformou a sentença para reconhecer o direito de o Autor ver seu auxílio doença ser restabelecido, tendo em vista que a afirmação de capacidade laborativa pelo perito judicial não se coaduna com as demais provas dos autos.
Alega a autarquia previdenciária que a decisão recorrida diverge de precedente da Segunda Turma Recursal do Rio de Janeiro, e releva que uma vez demonstrada a inexistência de incapacidade laborativa para a atividade que a parte autora desenvolvia, resta impossibilitada a concessão de auxílio doença (...).
O incidente foi inadmitido, mas foi apresentado requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Não há dúvidas de que visa o Requerente ao reexame de provas, com a conseqüente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, após o exame do conjunto probatório dos autos. Por isso mesmo, mostra-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Demais disso, faz-se mister relevar que o precedente trazido à colação pelo Requerente não guarda similitude de base fático-jurídica com o acórdão hostilizado, posto que neste nada se tratou a respeito de as conclusões da perícia médica estarem em confronto com as demais provas colhidas e juntadas aos autos, motivo porque, de qualquer modo, não restou comprovada a divergência alegada.
Isto posto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 17 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.50.50.001528-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: FRANCISCA OLIVEIRA LIMA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por FRANCISCA OLIVEIRA LIMA e dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão colegiada proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Espírito Santo - 2ª Região que, em sede de embargos de declaração, entendeu por afastar a nulidade do julgamento, ante a falta de intimação pessoal do defensor público.
Sustenta a suplicante haver divergência com julgados do c. Superior Tribunal de Justiça, alegando, em síntese, a necessidade de se intimar pessoalmente o membro da Defensoria Pública, sob pena de nulidade.
O incidente foi inadmitido pelo Presidente da Turma Recursal da Seção Judiciária do Espírito Santo.
Por sua vez, a autora apresentou requerimento na forma do artigo 15, parágrafo 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Ao que se tem, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
In casu, o incidente suscitado fundou-se em questão eminentemente processual, qual seja, acerca da necessidade de intimação pessoal do representante da Defensoria Pública.
Confira-se, a propósito, o seguinte julgado da Turma Nacional de Uniformização:
PROCESSUAL E PREVIDENCIÁRIO. FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO DA TURMA RECURSAL QUE CONFIRMA SENTENÇA. DESNECESSIDADE. ART. 46 DA LEI 9099/95. JUNTADA DOCUMENTOS NOVOS NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. AUXÍLIO-DOENÇA. INCAPACIDADE. REEXAME DA PROVA. NÃO CONHECIMENTO.
I - No incidente de uniformização de jurisprudência não cabe o reexame da matéria de fato que motivou a decisão atacada, mas apenas da questão relativa à correta aplicação das regras referentes ao direito probatório.
II - Se o incidente suscita questões de direito processual, que serviram para fundamentar o acórdão da turma recursal, a Turma Nacional de Uniformização não tem competência para apreciá-las, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

III - Incidente não conhecido (PU n.º 2005.72.95.000728-0, Rel. Juiz Federal GUILHERME BOLLORINI PEREIRA, DJ de 02/08/2006). (g.n.).
Tais as razões expendidas, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 16 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.70.51.001924-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: AURORA DAS GRAÇAS E SILVA
PROC/ADV.: NEUSA ROSA FORNACIARI MARTINS
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

AURORA DAS GRAÇAS E SILVA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal Suplementar da Seção Judiciária do Paraná, a qual manteve sentença que julgou improcedente o pedido de aposentadoria especial, ao entendimento de que:
Como bem observou o magistrado a quo, tendo a autora se declarado diarista rural, deixou de apresentar início de prova material de seu trabalho e, inobstante a possibilidade de abrandamento da exigência de início de prova material dos diaristas rurais, a prova testemunhal foi frágil porquanto apenas uma testemunha conheceu a autora no interstício legitimador e seu conhecimento se revelou superficial porquanto nem sabia para quem as [sic] autora trabalhou como bóia-fria em Rosário. Constato ainda que essa testemunha se mostrou muito insegura na audiência (MP32, do evento 28 do processo vinculado - 2007.70.65.001199-2) ao responder as perguntas da advogada da autora se limitou apenas em confirmar as afirmações contidas nas perguntas, ou seja, não deu resposta alguma de forma espontânea.
Alega divergência com julgado do STJ, defendendo que no caso de trabalhador bóia-fria é possível reconhecer a atividade rural apenas com base na prova testemunhal.
Incidente inadmitido na origem.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
De início, verifica-se que a suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a mencionar o número do julgado do STJ que supostamente seria paradigmático, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o decisum hostilizado e o paradigma citado, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Ademais, ainda que superado o óbice anterior, tem-se que a decisão colegiada ora vergastada manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de aposentadoria rural, não apenas porque ausente documentação apta a configurar início de prova material de atividade rural, mas também pelo fato de que a prova testemunhal foi frágil.
Nas razões de pedido de uniformização, dedicou-se a requerente a refutar o primeiro alicerce da decisão hostilizada, qual seja, o referente à documentação apresentada, deixando, todavia, incólume aquele segundo fundamento, relativo à fragilidade da prova oral colhida, o qual, por si só, é capaz de manter o decidido.
Nesse panorama, aplica-se à hipótese a Questão de Ordem nº 18, da Turma Nacional de Uniformização, que assim reza:
É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles.
Tem-se, ademais, que, em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.70.51.005187-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
EMBARGANTE: MARILZA ALVES MARQUES
PROC/ADV.: ANA CAROLINA ARNALDI ZANONI
EMBARGADO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

MARILZA ALVES MARQUES suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal Suplementar da Seção Judiciária do Paraná, que negou a concessão da aposentadoria rural por idade, ao fundamento de que descaracterizado o regime de economia familiar in casu, tendo em vista a constatação de a propriedade ser praticamente mecanizada, de a autora possuir casa na cidade e automóvel (F1000 ano 2009) de valor elevado, além de todos os filhos da autora desempenharem atividade urbana.
Alega divergência com julgados da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, bem como da Turma Recursal do Mato Grosso, pelos quais o tamanho do imóvel rural ou o uso de maquinários não trazem presunção no sentido da existência de empregados assalariados, razão pela qual não estaria descaracterizado o regime de economia familiar no caso.
O incidente não foi admitido na origem.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A divergência autorizadora do pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à TNU é aquela fundada entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, sendo, portanto, incabível o pedido com fundamento em dissídio com Tribunais Regionais Federais ou Turmas Recursais da mesma Região. Assim sendo, inadmissível o pleito na parte em que apontado julgado paradigma da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região.
Quanto aos paradigmas da Turma Recursal do Mato Grosso, tem-se que os arestos indicados não guardam a devida similitude fática com a hipótese dos autos.
Com efeito, a Turma Recursal de origem manteve sentença que entendeu pela descaracterização do regime de economia familiar, visto que a renda familiar mostra-se incompatível com o padrão de vida declarado, em especial em razão da existência de maquinário na propriedade (trator e semeadeira), a aquisição recente de veículo de alto valor de mercado, ainda que parcialmente financiado, além da manutenção da casa na cidade, fatores que permitem presumir ser pouco provável que a subsistência seria efetivamente embasada apenas na renda informada (em torno de R$12.000,00 ou 13.000,00 por ano).
Já nos paradigmas colacionados, apenas se externou posicionamento de que o uso de maquinário ou o tamanho da propriedade não fazem presumir a existência de empregados a descaracterizar o regime de economia familiar, inexistindo referência qualquer às peculiaridades do caso em tela, em que se entendeu pela incompatibilidade entre os bens e o padrão de vida da autora com a renda declarada advinda da lida rural, presumindo-se que a subsistência da autora e sua família não seria embasada apenas na atividade declarada. Mostram-se, pois, dessemelhantes os casos confrontados, a inviabilizar o pedido de uniformização em tela.
Nesse sentido, já decidiu a Turma Nacional de Uniformização, litteris:
ACÓRDÃO PARADIGMA ENVOLVE MATÉRIA DE FATO DISTINTA.
1. É inadmissível considerar elementos de fato diversos daqueles em que se assentou o acórdão recorrido, vez que o Pedido de Uniformização visa velar pela exata aplicação do direito já pacificado a pressupostos fáticos idênticos. Envolvendo os paradigmas matérias de fato de que não cuidou o acórdão impugnado, não merece ser conhecido o pedido.
2. Pedido não conhecido (PU nº 2002.70.00.007470-5/PR, Relatora Juíza Federal Liliane Roriz, DJ de 24/12/2003).
Em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.70.51.009752-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ELISANGELA MARTINS ARRUDA
PROC./ADV.: RENATA SILVA BRANDÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

ELISANGELA MARTINS ARRUDA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão colegiada proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná - 4ª Região, mantendo por seus próprios fundamentos a sentença, que restou exarada nos seguintes termos, verbis:
(...)
Assim, o pedido veiculado no presente feito já foi discutido no processo nº 2008.70.51.000920-8, primeiramente nos cálculos que constaram da sentença, após em sede de embargos de declaração, que questionaram especificamente o ponto debatido no presente feito e, por fim, no recurso interposto perante a Turma Recursal, considerado intempestivo.
Desta forma, verifica-se que a questão ora posta à apreciação já foi solucionada definitivamente em outra demanda, caracterizando a litispendência, pois a concessão do benefício de pensão por morte ainda está pendente de análise pela Turma Nacional de Uniformização, devido ao recurso interposto pela parte ré. A litispendência encontra-se qualificada pela preclusão, impedindo nova discussão do que ficou decidido quanto à aplicação do art. 29, II, da Lei 8.213/1991, já que a parte autora perdeu o prazo para impugnar a sentença, não cabendo mais recurso, tampouco o ajuizamento de nova ação com o mesmo objeto.
Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução de mérito, nos termos do artigo 267, V e § 3º, do Código de Processo Civil. (fls. 77/79).
Sustenta o suplicante haver divergência com julgado do c. Superior Tribunal de Justiça, alegando, em síntese, que o reconhecimento da litispendência depende da ocorrência da tríplice identidade entre partes causa de pedir e pedido, o que não ocorre entre a presente ação de compensação e anterior ação de execução (fl. 27).
O incidente foi inadmitido pelo Presidente da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, (fls. 43).
Por sua vez, o autor apresentou às fls. 44/45 requerimento na forma do artigo 15, parágrafo 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
É cediço que a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é aquela existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
Muito embora a litispendência faça parte do sistema processual, não há negar seja ela um instituto de direito constitucional, atinente ao próprio direito de ação, ou ao chamado direito processual material. Não se trata, pois, de questão meramente processual.
Isto posto, e considerando estar configurada, em princípio, a divergência jurisprudencial alegada, admito o presente incidente de uniformização, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.70.55.000157-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ANTONIO OSVALDO CIMILLI
PROC./ADV.: LEANDRO TISSIANI PEREIRA DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por ANTONIO OSVALDO CIMILLI, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei 10.259/01, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, que modificou a sentença de procedência do pedido de aposentadoria rural por idade, ao entender que não caracterizado o trabalho rural em regime de economia familiar.
Sustenta o suscitante que a decisão combatida diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Aduz, em síntese, que o tamanho da propriedade rural, bem como o fato de seu esposo possuir outras propriedades rurais, não descaracteriza o exercício do trabalho rural em regime de economia familiar.
O incidente foi inadmitido.
O requerente apresentou, em consequência, requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Tenho que o incidente não merece ser admitido.
A Turma Recursal, ao analisar o início de prova material, exarou entendimento no seguinte sentido:
Em observância aos documentos juntados, verifica-se que durante o período de carência o autor possuía a propriedade de quatro imóveis rurais. Não somente isso, as notas fiscais apresentadas demonstram a comercialização de elevado valor de produtos rurais, o que já dificulta o entendimento de que a terra é apenas cultivada em regime de economia familiar, sem a contratação de terceiros. Como consequência da extensão da área e de seu aproveitamento, a família do autor faz uso de mecanização e, tal como se poderia presumir, depende da contratação de mão-de-obra, conforme se extrai das próprias declarações feitas pelo autor por ocasião de seu depoimento prestado em juízo (EVENTO19 - ATA1).
O conjunto de todas essas situações leva à descaracterização da qualidade de segurado especial, o que seria diferente caso somente uma delas existisse.
Nesse diapasão, entendo que a controvérsia cinge-se a reexame de matéria fático-probatória, mostrando-se, dessa forma, manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 17 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROIBIDA PUBLICAÇÃO POR TERCEIROS

PROCESSO N°: 2009.70.55.001079-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JOSÉ CORDEIRO DE PAULA
PROC/ADV.: ELISÂNGELA ALONÇO DOS REIS
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto por JOSÉ CORDEIRO DE PAULA, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná, que manteve a sentença que extinguiu o processo sem resolução do mérito.
Naquela ocasião, a Turma Recursal entendeu que ao deixar de atender as mais elementares exigências da autarquia previdenciária no que diz respeito à documentação exigida, o suscitante não teria interesse processual, diante da inexistência de uma decisão administrativa de mérito que, de alguma maneira, obstaculizasse sua pretensão.
Alega o suscitante divergência com julgado da Turma Recursal do Maranhão, que anulou, por cerceamento de defesa, sentença que julgou antecipadamente a lide, ante o indeferimento da produção probatória requerida pela parte.
O incidente foi inadmitido e o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, §4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o artigo 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate de questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
In casu, o incidente suscitado fundou-se em questão processual, qual seja, a existência de interesse processual, o que impede o conhecimento do presente incidente.
Confira-se, a propósito, o seguinte julgados, litteris:
INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. QUESTÃO DE DIREITO PROCESSUAL. NÃO CABIMENTO.
I. O pedido de uniformização de jurisprudência somente tem cabimento quando se tratar de questão de direito material (art. 14, caput, da Lei 10.259/2001, c/c art. 2º da Resolução n. 330/2003, do Conselho da Justiça Federal).
II. Incidente não conhecido, por versar a hipótese dos autos sobre matéria de direito processual. (PU nº 2007.72.95.001663-0, Relatora Juíza Federal Joana Carolina Lins Pereira, DJ 22/04/2009).
Ademais, verifica-se que o aresto indicado como paradigma não guarda similitude fática com a hipótese dos autos.
Com efeito, a decisão colegiada ora vergastada entendeu pelo não cabimento do incidente por tratar-se de matéria processual, ao passo que, no aresto paradigma, trata-se da impossibilidade de julgamento antecipado da lide quando requerida, e indeferida, a produção probatória.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.70.61.000206-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: PAULO DOS SANTOS COSTA
PROC./ADV.: ANTONIO CAMARGO JÚNIOR
REQUERIDO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: BEATRIZ FONSECA DONATO

DECISÃO

PAULO DOS SANTOS COSTA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná - 4ª Região, que acolheu as razões de decidir da sentença que extinguiu o feito sem resolução do mérito ao fundamento de existir litispendência, já que o suscitante seria parte em outro processo, uma ação civil pública, onde se discutiriam os mesmos fatos versados nos presentes autos.
Nas razões do pedido de uniformização, alega-se, em síntese, que na Ação Civil Pública em face da qual reconheceu-se a litispendência com o presente feito não houve condenação da ré ao pagamento de juros remuneratórios na forma pretendida, motivo pelo qual seria legítimo o ajuizamento de uma ação autônoma para discutir a questão em tela.
Sustenta o suplicante haver divergência com julgados do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e do Superior Tribunal de Justiça.
O incidente foi inadmitido pela Presidente da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, ao argumento de que controvérsia gira em torno de questão de direito processual.
Por sua vez, o autor apresentou requerimento na forma do artigo 15, parágrafo 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O cerne da questão reside em apurar se de fato o pedido em questão teria sido contemplado na Ação Civil Pública 98.0016021-3, ou, ainda, se seria acessório em relação àquele, tarefa que evidentemente constitui-se em reapreciação do conjunto probatório carreado aos autos.
Como se sabe, em sede de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à TNU é descabido o reexame de elementos probatórios, por aplicação analógica da Súmula n.º 7/STJ. Nesse sentido:
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. PROVAS SUFICIENTEMENTE ANALISADAS PELO JUÍZO DE ORIGEM. VEDADO O REEXAME DE PROVAS NO ÂMBITO DA TNU. SÚMULA 7 DO STJ. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. Tendo o corpo probatório sido analisado de forma clara e percuciente pelo Juízo de Origem, a hipótese é de não conhecimento do recurso. 2. Incidente não conhecido (TNU, Processo n.º 200281100030020, Relator JUIZ FEDERAL OTÁVIO HENRIQUE MARTINS PORT, DJU de 8/1/2010).
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE DE SEGURADO ESPECIAL. PROVAS SUFICIENTEMENTE ANALISADAS PELO JUÍZO DE 1ª INSTÂNCIA. VEDADO O REEXAME DE PROVAS NO ÂMBITO DA TNU. SÚMULA 7 DO STJ. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. Tendo o corpo probatório sido analisado de forma percuciente e exaustiva pelo Juízo de 1ª instância, a hipótese é de não conhecimento do recurso. 2. Incidente não conhecido (TNU, Processo n.º 200783035001246, Relator JUIZ FEDERAL OTÁVIO HENRIQUE MARTINS PORT, DJU de 15/9/2009).
Tais as razões expendidas, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 10 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2009.70.95.000350-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO: JUÍZO FEDERAL DA 4ª VARA DO JEF CÍVEL E PREVIDENCIÁRIO DE CURITIBA/PR
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
INTERESSADO: LUIZ ANTONIO BASTOS DA CUNHA
PROC/ADV.: ALESSANDRO PIRES STANISCIA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela FAZENDA NACIONAL, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, que, em sede de mandado de segurança impetrado pelo requerido, concedeu-lhe a segurança, declarando-se a ilegalidade da decisão que indeferiu a intimação da União para apresentação das declarações de ajuste bem como que determinou à Contadoria a exclusão da condenação dos valores que antecederam ao decênio do ajuizamento da ação.
O requerente alega divergência com precedente do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que não cabe ao Judiciário condenar a parte ré ao pagamento de valores superiores ao pretendido com a petição inicial.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal, o que deu ensejo ao requerimento de sua remessa à TNU, nos termos do art. 15, § 4.º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o artigo 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
Na hipótese, conforme já relatado, o incidente suscitado se fundou em questão processual, o que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
Nesse sentido já decidiu a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência:
EMENTA PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. COMPETÊNCIA. ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. QUESTÃO PROCESSUAL. PEDIDO NÃO CONHECIDO.
1. Pedido que versa sobre competência envolve apenas questão processual, que é insuscetível de uniformização, conforme a inteligência do art. 14 da Lei nº 10.259/2001.
2. Pedido não conhecido (PU nº 200783085009629, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ de 04.09.2009).
EMENTA INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. QUESTÃO DE DIREITO PROCESSUAL. NÃO CABIMENTO.
I - Pedido de uniformização de jurisprudência somente tem cabimento quando se tratar de questão de direito material (art. 14, caput da Lei 10.259/2001), c/c art. 2º da Resolução n 330/2003, do Conselho da Justiça Federal).
II - A legitimidade da União e a competência da Justiça Federal constituem, respectivamente, condição da ação e pressuposto processual, matérias pertencentes ao campo do Direito Processual.
III - O Exame da presença das condições de ação ou pressupostos processuais por qualquer juízo ou tribunal somente ocorre quando a devolutividade é plena ou, pelo menos, não vedada por expressa disposição legal, como é o caso do art. 14 da Lei 10.259/2001.
IV - Incidente de uniformização não conhecido (PU nº 200530007123100, Rel. Juiz Federal Pedro Pereira dos Santos, DJU 17.03.2008).
Em razão do exposto, nos termos do art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.71.95.000484-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: IVO BALDASSO
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

IVO BALDASSO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, cujo entendimento foi no sentido de que devem ser aplicados os arts. 32, §9º, e 35, §2º, ambos do Decreto 3.048/99, quando do reajustamento da renda mensal inicial, visto que o benefício mais benéfico é anterior à EC 20/98.
Alega o suscitante que a data do início do benefício foi 13.02.2006, logo, os salários-de-contribuição devem ser atualizados até o mês anterior àquela data. Aduz que a decisão impugnada diverge de julgados do Superior Tribunal de Justiça, dentre os quais cito o seguinte precedente:
PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. RMI. CORREÇÃO DOS SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO. TERMO AD QUEM.
Para os benefícios concedidos após a vigência da Lei nº 8.213/91, a atualização dos salários-de-contribuição, para efeito do cálculo do salário-de-benefício, deverá ser feita até o mês anterior à data do início do benefício previdenciário.
Recurso provido. (REsp 476.366/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 23/09/2003, DJ de 28/10/2003).
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
In casu, verifica-se que os arestos colacionados não guardam a devida similitude fática e jurídica com a hipótese em análise, senão vejamos.
A decisão ora atacada concluiu que devem ser aplicados os arts. 32, §9º, e 35, §2º, ambos do Decreto 3.048/99, quando do reajustamento da renda mensal inicial, visto que o benefício mais benéfico é anterior à EC 20/98. Já nos precedentes colacionados pelo requerente como paradigmas, não houve a discussão acerca da atualização dos salários de contribuição, com base no art. 31 da Lei 8.213/91, mesmo quando o benefício for concedido pelas regras vigentes anteriormente a 16.12.98. Vê-se pois que são duas situações diferentes.
Extrai-se, portanto, que as situações não possuem as mesmas bases fáticas e jurídicas, o que faz atrair o óbice contido na Questão de Ordem n.º 22 da TNU, que assim reza, litteris:
É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma.
Tais as razões expendidas, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de dezembro de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO N.º: 2009.71.95.000670-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO: JUÍZA SUBSTITUTA DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CÍVEL DA SUBSEÇÃO DE PELOTAS RS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIAO
LISTISCONSORTE: FLAVIO ZEMIESKI BRADEBURSKI
PROC./ADV.: IMELDA MARTINI

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência, suscitado pelo INSS, com fundamento no art. 14, § 2º da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que confirmou a sentença em fase de execução, a qual manteve os valores já recebidos por força da concessão de tutela antecipada, por se tratar de verba alimentar recebida de boa-fé.
Alega o requerente divergência com julgado do STJ, onde restou consignado a devolução dos valores recebidos a título de tutela antecipada, posteriormente revogada.
O incidente não foi admitido pela Turma Recursal, o que ensejou requerimento de remessa à TNU, na forma do art. 15, § 4.º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A decisão impugnada alinha-se com a jurisprudência dominante do STJ, firmada pela Terceira Seção e pelas Turmas que a compõem, no sentido de que não estão sujeitos à repetição os valores referentes a benefícios previdenciários recebidos de boa-fé por segurado hipossuficiente, em razão de tutela antecipada posteriormente revogada. A propósito, vejam-se estes precedentes:
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. TUTELA ANTECIPADA. REVOGAÇÃO. DEVOLUÇÃO DOS VALORES PAGOS EM RAZÃO DA MEDIDA ANTECIPATÓRIA. DESNECESSIDADE. BOA-FÉ DO SEGURADO. HIPOSSUFICIÊNCIA. NATUREZA ALIMENTAR DO BENEFÍCIO.
I - É incabível a devolução pelos segurados do Regime Geral da Previdência Social de valores recebidos por força de decisão judicial antecipatória dos efeitos da tutela, posteriormente revogada.
II - Entendimento sustentado na boa-fé do segurado, na sua condição de hipossuficiente e na natureza alimentar dos benefícios previdenciários. Aplicação da Súmula 83/STJ.
Agravo regimental desprovido (AgRg no Ag 1138706/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 21/05/2009, DJe de 03/08/2009).
AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO PARADIGMA. RECONSIDERAÇÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. INEXISTÊNCIA.
I - Não há divergência a ser sanada na via dos presentes embargos, se a decisão apontada como dissonante foi posteriormente reconsiderada.
PREVIDENCIÁRIO. TUTELA ANTECIPADA. REVOGAÇÃO. RESTITUIÇÃO DE VALORES. DESNECESSIDADE. BOA-FÉ DO SEGURADO. HIPOSSUFICIÊNCIA. NATUREZA ALIMENTAR DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.SÚMULA 168/STJ. APLICAÇÃO.
II - Na espécie, cuida-se da irrepetibilidade dos valores recebidos de boa-fé por segurado hipossuficiente, em razão de tutela antecipada posteriormente revogada. Entendimento conforme à orientação jurisprudencial desta e. Corte Superior. Aplicação da Súmula nº 168/STJ.
Agravo regimental desprovido (AgRg nos EREsp 993.725/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 05/12/2008, DJe de 02/02/2009).
A respeito da matéria também já se manifestou a Turma Nacional de Uniformização, como se vê neste precedente:
INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS POR FORÇA DE LIMINAR REVOGADA. IMPOSSIBILIDADE.
1- Segundo jurisprudência pacificada do Superior Tribunal de Justiça, os valores recebidos a título de benefício previdenciário possuem caráter alimentício, devendo ser aplicado o princípio da irrepetibilidade dos alimentos.
2- Incidente conhecido e provido (TNU Processo 200485005014825, Relª Juíza Federal MARIA DIVINA VITÓRIA, DJU de 14-3-2008).
Em remate, assinale-se que o Supremo Tribunal Federal examinou recentemente a questão e, pela sua Primeira Turma, afirmou que não é obrigatória a devolução de benefícios recebidos pelo segurado de boa-fé.
Ante o exposto, com esteio no art. 7.º, inc. VI, do RI/TNU, não admito o incidente.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.71.95.001091-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: TEREZA RODRIGUES
PROC./ADV.: RENATO KLIX PEREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

TEREZA RODRIGUES suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que indeferiu pedido de concessão de benefício assistencial a idoso.
Alega divergência com entendimento da TNU, aduzindo, em síntese, que para o cálculo de renda per capita mensal familiar não se deve considerar o rendimento recebido por membro familiar não elencado no art. 16 da Lei nº 8.213/91.
O incidente foi inadmitido na origem e a suscitante apresentou requerimento nos termos do art. 15, § 4°, RI/TNU.
Relatados. Decido.
A suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a mencionar o julgado da TNU que supostamente seria paradigmático, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o decisum hostilizado e o paradigma citado, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.71.95.001154-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): AUGUSTO CESAR MARTINS DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: CARLA ROSANE AVILA DA COSTA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela UNIÃO, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que manteve a sentença que declarou o direito dos autores ao recebimento da Gratificação Especial de Localidade, em período anterior à Portaria Normativa 13, de 05.01.2006.
Sustenta a requerente que a decisão combatida diverge de julgados do TRF da 4ª Região, da Turma Recursal do Rio Grande do Sul e do STJ, os quais preconizam que tal gratificação somente deverá ser recebida quando a localidade em questão tiver sido incluída como especial para tanto.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.71.95.001563-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: BENTO VICENTE DA ROSA
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

BENTO VICENTE DA ROSA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com supedâneo no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão colegiada proferida pela 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul - 4ª Região, a qual, no que interessa, ficou vazada da seguinte forma, verbis:
(...)
Quanto à aplicação dos parágrafos 9º, do art. 32, e 2º, do art. 35, do Decreto nº 3.048/99, que tratam do reajustamento da renda mensal inicial pelos índices de reajustamento aplicados aos benefícios, assiste razão ao recorrente, devendo esta regra ser observada no caso de a renda mais benéfica ser antes da E.C. 20/98.
(...)
Dessa forma, a reforma da sentença atacada alcança o afastamento do reconhecimento como tempo especial do período de 08.06.1978 a 15.01.1979, bem como a aplicação das regras de reajustamento da renda mensal inicial no caso de ser considerada a mais benéfica a anterior à E.C. 20/98, nos moldes dos parágrafos 9º, do art. 32, e 2º, do art. 35, do Decreto nº 3.048/99 (fl. 193-verso).
Afirma o postulante haver divergência com julgados do c. Superior Tribunal de Justiça, sendo um deles assim ementado, litteris:
PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. RMI. CORREÇÃO DOS SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO. TERMO AD QUEM. JULGAMENTO EXTRA PETITA. IMPOSSIBILIDADE.
Para os benefícios concedidos após a vigência da Lei nº 8.213/91, a atualização dos salários-de-contribuição, para efeito do cálculo do salário-de-benefício, deverá ser feita até o mês anterior à data do início do benefício previdenciário.
O Tribunal de origem julgou a aplicabilidade ou não de dispositivo que o autor não indicou na apelação, porém considerou aplicável ao presente caso como causa de validade outro dispositivo invocado.
Recurso desprovido (REsp n.º 692.927/SP, Rel. Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, DJ de 27/06/2005, p. 440).
Sustenta, em síntese, que a data do início do benefício se deu em 07/03/2006, logo, os salários-de-contribuição deveriam ter sido atualizados até então.
Ao incidente foi negado seguimento pela Presidência da 2ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul (fls. 227/228).
Por sua vez, às fls. 234/240, o suscitante apresentou requerimento nos moldes do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
In casu, verifica-se que os arestos colacionados não guardam a devida similitude fática e jurídica com a hipótese em análise, senão vejamos.
Com efeito, o decisum ora hostilizado concluiu que devem ser aplicados os artigos 32, § 9º, e 35, § 2º, ambos do Decreto n.º 3.048/99, quando do reajustamento da renda mensal inicial, acaso a renda mais benéfica seja anterior à EC n.º 20/98.
Já nos precedentes transcritos como paradigmáticos, não houve a discussão acerca da atualização dos salários-de-contribuição, com base no artigo 31 da Lei n.º 8.213/91, mesmo quando o benefício for concedido pelas regras vigentes anteriormente a 16.12.98. Portanto, trata-se de situações que não possuem as mesmas bases fáticas e jurídicas, o que acaba por prejudicar o processamento do inconformismo do requerente, visto atrair o óbice contido na Questão de Ordem n.º 22/TNU, que assim reza:
É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma.
Frente ao exposto, com arrimo no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 16 de dezembro de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.71.95.001565-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: SERAFIM NETO LUIZ
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

SERAFIM NETO LUIZ suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, cujo entendimento foi no sentido de que deve ser aplicado o art. 35, §2º, do Decreto 3.048/99, quando do reajustamento da renda mensal inicial, caso o benefício mais benéfico seja anterior a 16.12.1998 ou 28.11.1999.
Alega o suscitante que a data do início do benefício foi 25.08.2004, logo, os salários-de-contribuição devem ser atualizados até o mês anterior àquela data. Aduz que a decisão impugnada diverge de julgados do Superior Tribunal de Justiça, dentre os quais cito o seguinte precedente:
PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. RMI. CORREÇÃO DOS SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO. TERMO AD QUEM.
Para os benefícios concedidos após a vigência da Lei nº 8.213/91, a atualização dos salários-de-contribuição, para efeito do cálculo do salário-de-benefício, deverá ser feita até o mês anterior à data do início do benefício previdenciário.
Recurso provido. (REsp 476.366/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 23/09/2003, DJ de 28/10/2003).
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
In casu, verifica-se que os arestos colacionados não guardam a devida similitude fática e jurídica com a hipótese em análise, senão vejamos.
A decisão ora atacada concluiu que deve ser aplicado o art. 35, §2º, do Decreto 3.048/99, quando do reajustamento da renda mensal inicial. Já nos precedentes colacionados pelo requerente como paradigmas, não houve a discussão acerca da atualização dos salários de contribuição, com base no art. 31 da Lei 8.213/91, mesmo quando o benefício for concedido pelas regras vigentes anteriormente a 16.12.98. Vê-se pois que são duas situações diferentes.
Extrai-se, portanto, que as situações não possuem as mesmas bases fáticas e jurídicas, o que faz atrair o óbice contido na Questão de Ordem n.º 22 da TNU, que assim reza, litteris:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma.
Tais as razões expendidas, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de dezembro de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2009.71.95.001765-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: DIRCEU SCHEFFER DOS SANTOS
PROC/ADV.: IMILIA DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

DIRCEU SCHEFFER DOS SANTOS suscita incidente de uniformização de jurisprudência, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que deixou de computar, para fins de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, tempo de serviço rural em regime de economia familiar, por entender que a prova, quando exclusivamente testemunhal, não se presta para comprovação de atividade rurícola, nos termos da Súmula 149 do STJ.
Naquele julgamento, entendeu-se, também, que para o cálculo da RMI, deve-se atualizar os últimos 36 meses salários-de-contribuição até a data do requerimento do benefício e aplicar o percentual decorrente do tempo de serviço que o segurado tinha naquela ocasião; e, a partir do dia em que calculada a RMI, o valor dessa renda deverá ser atualizado até a data da DER pelos mesmos fatores de atualização dos benefícios, nos termos dos arts. 32 § 9º; 35, § 2º; e 187, parágrafo único, todos do Decreto nº 3.048/99..
Aponta o requerente que a decisão encimada diverge do entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça. Aduz, em síntese, que a prova documental acostada aos autos não foi devidamente valorada e que os documentos juntados, corroborados à prova testemunhal, evidenciam a condição de trabalhador rural do requerente. Sustenta, ainda, que para os benefícios concedidos após a vigência da Lei nº 8.213/91m a atualização dos salários de contribuição deverá ser feita até o mês anterior à data do início do benefício previdenciário.
O incidente foi inadmitido pelo Presidente da Turma Recursal.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, §4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Quanto ao cômputo do período rural, laborado em regime de economia familiar, a decisão colegiada impugnada concluiu que o autor não se desincumbiu de provar o exercício da atividade rural, de modo que a inversão da conclusão a que chegou o decisum atacado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostra-se manifestamente incabível em sede de incidente de uniformização de jurisprudência.
No tocante ao cálculo da RMI, verifica-se que os arestos colacionados não guardam a devida similitude fática e jurídica com a hipótese em análise, senão vejamos.
A decisão ora atacada concluiu que deve ser aplicado o art. 35, §2º, do Decreto 3.048/99, quando do reajustamento da renda mensal inicial. Já nos precedentes colacionados pelo requerente como paradigmas, não houve a discussão acerca da atualização dos salários de contribuição, com base no art. 31 da Lei 8.213/91, mesmo quando o benefício for concedido pelas regras vigentes anteriormente a 16.12.98. Vê-se pois que são duas situações diferentes.
Extrai-se, portanto, que as situações não possuem as mesmas bases fáticas e jurídicas, o que faz atrair o óbice contido na Questão de Ordem n.º 22 da TNU, que assim reza, litteris:
É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma.
Estas as razões, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.71.95.001776-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ARTEMIO VIEIRA FERREIRA
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

ARTEMIO VIEIRA FERREIRA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com apoio no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão colegiada proferida pela 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul - 4ª Região, a qual deu parcial provimento ao recurso manejado pelo postulante para o fim de reconhecer como laborado em regime de economia familiar, na condição de segurado especial, o período de 20/11/1965 a 31/12/1965, devendo este lapso ser somado ao intervalo já reconhecido em sentença, qual seja, de 1º/01/1966 a 31/12/1972, bem como consignou não ser possível o reconhecimento da especialidade desempenhada pela parte no intervalo de 20/08/1986 a 15/12/1998, posto que sua exposição a eventuais agentes físicos não restou devidamente comprovada (frio, calor, radiações e eletricidade), e que ainda que houvesse contato, este se dava de forma intermitente (umidade, agentes biológicos, químicos e ruído) e incerto (apenas quanto ao nível de pressão sonora) (fls. 232/233).
Afirma o requerente haver divergência com julgados da TNU e do c. Superior Tribunal de Justiça, dos quais se destaca o seguinte, verbis:
PREVIDENCIÁRIO. CONVERSÃO DO TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL EM COMUM. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE PERMANENTE EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. LEI 9.032/95. IRRETROATIVIDADE.
I - O tempo de serviço é disciplinado pela lei vigente à época em que efetivamente prestado, passando a integrar, como direito autônomo, o patrimônio jurídico do trabalhador. A lei nova que venha a estabelecer restrição ao cômputo do tempo de serviço não pode ser aplicada retroativamente, em razão da intangibilidade do direito adquirido.
II - A exigência de comprovação do tempo de trabalho permanente, não ocasional e nem intermitente, em condições especiais, estabelecida no § 3º do art. 57, da Lei 8.213/91, na redação dada pela Lei n.º 9.032/95, só pode aplicar-se ao tempo de serviço prestado durante a sua vigência e não retroativamente, porque se trata, de condição restritiva ao reconhecimento do direito. Se a legislação anterior não exigia a comprovação da exposição permanente aos agentes nocivos, a lei posterior que passou a exigir tal condição, tem inegável caráter restritivo ao exercício do direito, não podendo ser aplicada a situações pretéritas.
III - Recurso conhecido e provido (REsp n.º 414.083/RS, Rel. Min. GILSON DIPP, DJ de 02/09/2002, p. 230).
Sustenta, em síntese, que antes da vigência da Lei n.º 9.032/95 não se exigia que a exposição a agentes agressivos à saúde do obreiro se desse de forma habitual e permanente.
Ao incidente foi negado seguimento pela Presidência da 2ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul (fls. 1268/269).
Por sua vez, às fls. 272/279, o suscitante apresentou requerimento nos termos do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, caracterizada a discrepância jurisprudencial apontada, admito o incidente, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 1º de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2009.71.95.001837-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: DELSO JOÃO DOS SANTOS
PROC/ADV.: IMILIA DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional interposto pela parte autora, com base no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, contra acórdão proferido pela 1ª Turma Recursal no que se refere à exigência de exposição habitual e permanente para o reconhecimento de tempo de serviço como especial em períodos anteriores à vigência da Lei nº 9.032/95, bem como sobre a possibilidade de conversão de tempo de serviço especial após 28.05.98.
O incidente foi admitido, em parte, e sobrestado pela Presidente da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especial de Porto Alegre.
O requerente apresentou pedido de submissão na forma do art. 15, § 4.º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O pedido de submissão do incidente de uniformização nacional ao Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, somente tem cabimento na hipótese em que referido recurso é inadmitido, preliminarmente, pelo Presidente das Turmas Recursais, conforme previsto no § 4º, do artigo 15 do RI/TNU.
Não é este o caso dos autos, pois, consoante se constata à fl. 243 dos autos, o recusto restou admitido.
Nesse diapasão, cumpre consignar que, a teor da súmula 528/STF, aplicada por analogia ao caso, a admissão, ainda que parcial, da irresignação tem o condão de submeter o julgamento de todo o recurso ao Órgão ad quem, conforme se lê, verbis:
"Se a decisão contiver partes autônomas, a admissão parcial, pelo presidente do tribunal "a quo", de recurso extraordinário que, sobre qualquer delas se manifestar, não limitará a apreciação de todas pelo supremo tribunal federal, independentemente de interposição de agravo de instrumento.

Dessa forma, não havendo inadmissão do incidente, mas somente sua submissão a julgamento sob condição suspensiva, exsurge claro o descabimento do presente requerimento.
Pelo exposto, remetam-se os presentes autos à Presidência das Turmas Recursais dos Juizados Especiais de Porto Alegre.
Cumpra-se.
Brasília, 09 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2009.71.95.001896-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO: ANA OLEIAS DA CUNHA
PROC/ADV.: ELIANA RIBEIRO DE ANDRADE HORN

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência, com fundamento no art. 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, suscitado pelo INSS em face da decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, a qual manteve sentença de procedência do pedido de aposentadoria, fundada na possibilidade de cômputo do período de gozo de auxílio-doença para fins de satisfação do tempo de carência.
O requerente invoca precedente do Superior Tribunal de Justiça, para afirmar que o período de gozo de auxílio-doença, sem contribuição para a Previdência, não pode ser levado em conta para preenchimento do tempo de carência.
Inadmitido o incidente, o requerente apresentou pedido de submissão na forma do art. 15, § 4.º do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.71.95.001905-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CECÍLIA LUIZA MICHELON
PROC./ADV.: ELIANE PATRÍCIA BOFF
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

CECÍLIA LUIZA MICHELON suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sula, que não reconheceu o tempo de atividade rural requerido, ante a ausência de prova de que essa fosse preponderante em relação à atividade urbana exercida pelo genitor da requerente.
Inadmitido o incidente, a suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Em seu pleito, a suscitante alega que o entendimento da Primeira Turma Recursal do Rio Grande do Sul diverge de entendimento assente no Superior Tribunal de Justiça e na TNU, aduzindo, em síntese, que o fato do genitor da requerente exercer atividade urbana não descaracteriza o exercício de atividade rural em regime de economia familiar.
Relatado. Decido.
Verifica-se que os arestos indicados como paradigma não guardam a devida similitude fática com a hipótese dos autos.
Com efeito, na decisão ora recorrida, o colegiado entendeu não haver prova de que a atividade rural fosse preponderante para a sobrevivência da família, ao passo que nos arestos paradigma colacionados, considerou-se que a atividade rural era indispensável à sobrevivência do grupo familiar.
Tem-se, ademais, que, em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o pedido de uniformização.
Publique-se. Intimem-se
Brasília, 15 de fevereiro de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO N°: 2009.71.95.001909-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ZENI DE JESUS CANDIDO DE SOUZA
PROC/ADV.: SANDRA HELENA BETIOLLO
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, suscitado por ZENI DE JESUS CANDIDO DE SOUZA, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul (4ª Região).
O incidente foi inadmitido pelo ilustre Presidente da Turma Recursal.
Protocolizado requerimento de submissão, foram os autos remetidos a esta Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o pedido de uniformização não foi dirigido a esta Turma Nacional de Uniformização, mas sim à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região.
Pelo exposto, restituam-se os autos à Presidência da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.71.95.002097-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: PEDRO CASARA
PROC./ADV.: ELIANE PATRICIA BOFF E OUTRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

PEDRO CASARA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com supedâneo no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão colegiada proferida pela 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul - 4ª Região, a qual manteve sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial, pois entendeu que o período de 13/11/1959 a 30/06/1966 não pode ser reconhecido como laborado em regime de economia familiar pelo postulante, ante a insuficiência de documentos hábeis a comprovar o efetivo desempenho do trabalho rural no intervalo buscado, somado ao fato de seu genitor ter mantido vínculo de emprego com a Prefeitura Municipal de Caxias do Sul no interregno de 08/03/1957 a dezembro de 1994, bem como reconheceu o lapso de tempo entre 25/08/1970 e 07/03/1971 como sendo trabalhado em condições especiais (fls. 298/298-verso).
Afirma o requerente haver divergência com julgados da Turma Recursal de Santa Catarina - 4ª Região, da Turma Nacional de Uniformização e do c. Superior Tribunal de Justiça, dos quais se destaca o seguinte, verbis:
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. SEGURADA ESPECIAL. REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR.
1. Sendo o labor rural indispensável à própria subsistência da Autora, conforme afirmado pelo Tribunal de origem, o fato do seu marido ser empregado urbano não lhe retira a condição de segurada especial.
2. Recurso especial desprovido (REsp n.º 587.296/PR, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJ de 13/12/2004, p. 413).
Sustenta, em síntese, que (...) o fato de um dos membros da família ter outra atividade não descaracteriza a condição de segurado especial dos demais membros da família (fl. 311).
Ao incidente foi negado seguimento pela Presidência da 2ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul.
Por sua vez, o suscitante apresentou requerimento nos termos do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a discrepância jurisprudencial apontada, admito o incidente, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 3 de março de 2011

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.71.95.002806-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: SUCESSÃO DE DULCE MARIA DA SILVA PACHECO
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por DULCE MARIA DA SILVA PACHECO - SUCESSÃO, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, concedeu o benefício assistencial a deficiente, no período de 05.06.2007 a 05.01.2008, sem considerar a data do requerimento administrativo.
A requerente sustenta que a decisão combatida diverge de julgados do STJ, os quais consagram entendimento no sentido de que o termo inicial do pagamento do benefício deve ser a data do requerimento administrativo.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.71.95.002833-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ERLAY TEREZINHA DE OLIVEIRA ROSA LEOTE
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

ERLAY TEREZINHA DE OLIVEIRA ROSA LEOTE suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com espeque no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão colegiada proferida pela 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul - 4ª Região, a qual deu provimento ao recurso manejado pela autarquia previdenciária para o fim de afastar a especialidade do trabalho desempenhado pela postulante no interregno de 22/10/1996 a 28/05/1998, ante a ausência de exposição habitual e permanente a agentes nocivos à sua saúde. Alegou, ainda, que a revisão do benefício previdenciário ocorra a contar da data do requerimento administrativo de revisão (14/03/2006). Por fim, entendeu pela aplicação das regras de reajustamento da renda mensal inicial nas datas consignadas, devendo ser levado em conta o valor mais benéfico ao segurado, conforme mencionam os artigos 32, § 9º, 35, § 2º e 187, parágrafo único, todos do Decreto n.º 3.048/99 (fls. 166/167-verso).
Afirma a requerente haver divergência com o enunciado sumular n.º 33/TNU, bem como com julgados do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e do c. Superior Tribunal de Justiça, sendo um destes assim ementado, verbis:
(...)
Para os benefícios concedidos após a vigência da Lei nº 8.213/91, a atualização dos salários-de-contribuição, para efeito do cálculo do salário-de-benefício, deverá ser feita até o mês anterior à data do início do benefício previdenciário.
O Tribunal de origem julgou a aplicabilidade ou não de dispositivo que o autor não indicou na apelação, porém considerou aplicável ao presente caso como causa de validade outro dispositivo invocado.
Recurso desprovido (REsp n.º 692.927/SP, Rel. Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, DJ de 27/06/2005, p. 440).
Sustenta, em síntese, que faz jus à concessão do benefício previdenciário requestado desde a data do requerimento administrativo e não do pedido de revisão formulado.
Ao incidente foi negado seguimento pela Presidência da 2ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul (fls. 208/210).
Por sua vez, às fls. 214/235, a suscitante apresentou requerimento nos moldes do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Primeiramente, cumpre registrar que o acórdão oriundo do e. Tribunal Regional Federal da 2ª Região não serve como paradigma para o presente incidente, uma vez que o artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001 somente admite o pedido de uniformização de jurisprudência quando houver divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, estando os TRFs excluídos de seu rol.
Ressalte-se, ainda, que, a suposta divergência quanto à possibilidade de conversão do intervalo laborado em condições especiais em tempo comum mesmo após 28/05/1998, tal matéria se mostra totalmente prejudicada, posto que a suplicante não veio a interpor recurso contra a sentença neste ponto, para que dita questão fosse apreciada e debatida pela Turma Recursal local e assim possibilitar a abertura de eventual incidente para a TNU, cuja situação fez com que ocorresse a preclusão processual, a qual não pode mais ser objeto de discussão.
Quanto ao mais, verifica-se que os arestos indicados como paradigma não guardam a devida similitude fática e jurídica com a hipótese em concreto, senão vejamos.
Com efeito, a decisão colegiada ora desafiada entendeu que: as funções desenvolvidas pela autora no interstício de 22/10/1996 a 28/05/1998 não podem ser tidas como especiais, haja vista que sua exposição não era habitual e permanente, não eventual nem intermitente e que dito trabalho não pode ser considerado de caráter especial em virtude do agente agressivo frio, ante o fato de este, no tocante a temperaturas anormais, não constar no Decreto n.º 2.172/97; a revisão do benefício deve ocorrer da data do seu pedido, qual seja, em 14/03/2006, visto inexistir provas de que na DER (25/11/2001) a requerente tivesse requerido o reconhecimento do labor rural ou juntado provas nesse sentido; devem ser aplicados os artigos 32, § 9º, 35, § 2º e 187, parágrafo único, todos do Decreto n.º 3.048/99, quando do reajustamento da renda mensal inicial, devendo ser concedido ao segurado como Renda Mensal o valor mais benéfico.
Todavia, os precedentes transcritos se pronunciam em sentido diverso, qual seja, de que, em se tratando de aposentadoria por idade de trabalhador rural, o termo inicial do benefício é a data do requerimento administrativo; de que, em havendo indeferimento do auxílio-acidente na esfera administrativa, o benefício conta-se desta data; de que a fixação do termo a quo do benefício deve ser da juntada do laudo pericial em Juízo, ou mesmo da citação, quando não houver recusa a prévio pedido administrativo; de que, quando o segurado reunir os pressupostos necessários à concessão de aposentadoria por idade na data do requerimento administrativo, é desta data que deve ser contada a concessão do benefício; e de que a atualização dos salários-de-contribuição deve ser com base no artigo 31 da Lei n.º 8.213/91, mesmo quando o benefício for concedido pelas regras vigentes anteriormente a 16/12/98. Portanto, trata-se de situações que não se amoldam ao presente caso.
Por fim, cuida-se, em última análise, de reclamo em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o decisum vergastado, na dimensão do conjunto probatório do processo, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Frente ao exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 1º de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.50.001799-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: SANDRO ANDRADE
ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO: INSS
ADVOGADO(A): PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto por SANDRO ANDRADE, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, que indeferiu pedido de restabelecimento de auxílio-doença.
Naquela ocasião, ficou consignado, na decisão recorrida, que o deferimento administrativo do benefício foi incorreto, pois a análise do conjunto fático-probatório dos autos demonstraria que o requerente já seria portador da moléstia (AIDS) quando voltou a contribuir para o sistema, motivo pelo qual seria incabível falar no restabelecimento do benefício, tendo em vista que doença pré-existente não dá direito ao benefício.
Alega o suscitante que a decisão proferida pela Turma Recursal diverge do entendimento de outras Turmas Recursais. Aduz, em síntese, que é possível a concessão de auxílio-doença quando a incapacidade resultar de progressão ou agravamento de doença pré-existente. Por fim, argumenta que contraiu HIV antes do reingresso no INSS, mas que a doença só veio a incapacitá-lo posteriormente.
O incidente de uniformização foi inadmitido.
Em face do referido decisum, o suscitante apresentou requerimento nos moldes do art. 15, §4o, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A irresignação não merece trânsito.
Verifica-se que na decisão colegiada restou consignado, com base no conjunto fático-probatório, que o reingresso do requerente ao sistema ocorreu quando este já estaria doente, enquanto que nos julgados paradigmas, trata-se de hipótese em que a doença já existiria, mas não seria incapacitante, sendo que o seu agravamento é que teria gerado o direito à obtenção do benefício. Inexiste, portanto, similitude fática entre os julgados.
Ademais, a controvérsia apresentada cinge-se a exame de matéria de fato, uma vez que, para análise do direito do requerente, deve-se perscrutar se este já estaria doente ou não quando da sua inclusão no regime previdenciário, o que é inviável em sede de incidente de uniformização, tendo em vista a necessidade de verificação do conjunto probatório dos autos.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de dezembro de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2009.72.50.002157-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ELIZETE ADRIANE DA COSTA
PROC/ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por ELIZETE ADRIANE DA COSTA, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fulcro no art. 14, § 2°, da Lei nº 10.259/2001, contra decisão proferida pela 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina, que confirmou sentença em que restou consignado o seguinte, in verbis:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

(...)enquanto mantida a qualidade de segurada, ainda que desempregada a segurada, é devido o benefício de salário-maternidade, neste caso pago pela Previdência Social.
No caso dos autos, todavia, observo que o último vínculo empregatício da Autora anotado em CTPS antes do nascimento de seu filho extinguiu-se em 29-06-2006.
Apesar da ausência de novo vínculo formalmente registrado, a própria Autora declarou em audiência que exerceu atividade laborativa entre 11-2006 e 07-2007.
Disse que trabalhou "durante toda sua gravidez" no escritório da imobiliária Litoral Imóveis, de propriedade de seu irmão.
Como se percebe, se de um lado não consta o vínculo anotado - o que poderia indicar a situação de desemprego autorizadora da prorrogação da qualidade de segurada por 24 meses, na forma do § 2º do art. 15 da Lei nº 8.213-91 -, de outro há a declaração de exercício de trabalho "informal", sem contribuição. E, a propósito deste trabalho informal, nada alegou a Autora na inicial referentemente a um possível reconhecimento de vínculo.
É dizer, não restando caracterizado o desemprego, e considerando o encerramento do último vínculo em 29-06-2006, a Autora manteve sua qualidade de segurada até 15-08-2007.
Alega a suscitante divergência com julgados das Turmas Recursais da Bahia e do Mato Grosso, aduzindo, em síntese, que a ausência de anotação na CTPS gera presunção de desemprego.
Inadmitido o incidente, a suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Toda tese da requerente parte do pressuposto de que a ausência de anotação da Carteira de Trabalho gera presunção de desemprego. Ocorre que a decisão a quo fundou-se no depoimento pessoal da requerente, para concluir que ela não estava desempregada, tampouco em período de graça.
Assim, em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Tais as razões expendidas, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de fevereiro de 2009.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.50.005777-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MARLENE FRANCISCA PEREIRA
PROC./ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto por MARLENE FRANCISCA PEREIRA, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, que manteve a sentença, a qual havia julgado improcedente o pedido de restabelecimento de auxílio-doença, nos seguintes termos, verbis:
O ponto controvertido na presente demanda diz respeito à incapacidade da Autora para o trabalho e, caso afirmativa, se é anterior ou posterior ao seu reingresso no Regime Geral da Previdência Social, em 10-2004.
A Autora manteve vínculos de emprego até 08-1983 e, depois disso, apenas efetuou recolhimentos ao RGPS por quatro meses (de 10-2004 a 01-2005), como segurada facultativa (desempregada).
De acordo com o Sistema Plenus, recebeu auxílio doença no período de 11-04-2005 a 01-04-2008. Renovou pedido na via administrativa em 02-05-2008, indeferido pelo parecer contrário da perícia médica.
Realizado exame técnico em audiência, o perito judicial, em resposta aos quesitos do Juízo, concluiu que a Autora apresenta incapacidade definitiva para as atividades que exijam esforço físico moderado a severo, mas não para a atividade de do lar, que considero atividade leve e com ritmo ditado pela própria autora.
Em relação à data de início da incapacidade, disse o perito que a incapacidade apontada no item "a" é de 17-9-2003, data do teste ergométrico que foi apresentado hoje nesta perícia, e que não se encontrava anexo aos autos, onde já foram evidenciados sinais clínicos sugestivos de isquemia miocárdica.
Diante das respostas acima, considerando que a autora somente iniciou contribuições em 10-2004, inevitável a conclusão de que, no momento em que reingressou no RGPS, já era portadora de doença incapacitante para as atividades que já exercera anteriormente.
Sustenta a Requerente ter a decisão recorrida divergido de julgados proferidos pela 1ª Turma Recursal de Mato Grosso e pela Turma Recursal do Amazonas e Roraima, no sentido de que é possível a concessão do benefício de auxílio-doença mesmo que a doença seja pré-existente, desde que a incapacidade da segurada sobrevenha por motivo de progressão ou agravamento, devidamente comprovada.
O incidente não foi admitido e foi apresentado requerimento, na forma do art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Conforme relatei, consta expressamente do acórdão ora hostilizado que a doença contraída pela Requerente é pré-existente ao seu reingresso ao RGPS.
Assim sendo, não é possível modificar-se a conclusão do referido julgado, sem que se proceda a novo exame fático-probatório dos autos, a fim de se constatar se a incapacidade adveio ou não em decorrência de progressão ou agravamento, o que não se coaduna com as hipóteses de cabimento do incidente de uniformização de jurisprudência.
Tal a razão, com fulcro no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2009.72.50.006780-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: NILZETE ALBERTINA VIEIRA
PROC/ADV.: TIAGO KREMER PIZZETTI
REQUERIDO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por NILZETE ALBERTINA VIEIRA, com fundamento no art. 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, em face da decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, confirmatória da sentença que extinguiu o processo sem resolução do mérito ao fundamento de que o Juizado Especial Federal, onde fora ajuizada a ação, é absolutamente incompetente, visto que a matéria em discussão estaria fora das hipóteses legais que fixam a competência daquele órgão jurisdicional.
O requerente alega que em casos análogos foi suscitado o conflito negativo de competência entre o Juizado Especial Federal e a Vara Federal, tendo o Superior Tribunal de Justiça firmado a competência do Juizado Especial. Colaciona os precedentes que espelham as decisões em apreço.
O incidente foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
Relatados, decido.
O incidente é incabível.
A divergência apontada refere-se a tema de direito processual, que, por vedação legal, não dá ensejo a questionamento perante a Turma Nacional de Uniformização, já que o incidente previsto no art. 14, § 2º da Lei 10.259/2001, destina-se à arguição de dissídio entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.
Notadamente, competência é matéria de direito processual.
Nesse sentido, ver:
INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. QUESTÃO DE DIREITO PROCESSUAL. NÃO CABIMENTO.
I. O pedido de uniformização de jurisprudência somente tem cabimento quando se tratar de questão de direito material (art. 14, caput, da Lei 10.259/2001, c/c art. 2º da Resolução n. 330/2003, do Conselho da Justiça Federal).
II. Incidente não conhecido, por versar a hipótese dos autos sobre matéria de direito processual. (PU nº 2007.72.95.001663-0, Relatora Juíza Federal Joana Carolina Lins Pereira, DJ de 22/04/2009).
PROCESSUAL E PREVIDENCIÁRIO. FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO DA TURMA RECURSAL QUE CONFIRMA SENTENÇA. DESNECESSIDADE. ART. 46 DA LEI 9099/95. JUNTADA DOCUMENTOS NOVOS NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. AUXÍLIO-DOENÇA. INCAPACIDADE. REEXAME DA PROVA. NÃO CONHECIMENTO.
(...)
II - Se o incidente suscita questões de direito processual, que serviram para fundamentar o acórdão da turma recursal, a Turma Nacional de Uniformização não tem competência para apreciá-las, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido.
III - Incidente não conhecido (PU nº 2005.72.95.000728-0, Relator Juiz Federal Guilherme Bollorini Pereira, DJ de 2/8/2006).
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2009.72.51.000306-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: JOÃO BARBOSA
PROC/ADV.: JUCÉLIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por JOÃO BARBOSA, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, que assim entendeu:
(...)Nem se diga que os resumos de contagem de tempo especial existentes no processo administrativo já teria a informação da atividade de tecelão, o que supriria a omissão da parte autora em apresentar cópia da CTPS. Diante da ausência de formulários e de laudo técnico da empresa onde se exerceu as atividades, e tendo em conta o requerimento de aproveitamento de laudo técnico em empresa similar, a análise do alegado tempo especial exige cuidado redobrado por parte do julgador, de sorte que quaisquer outros elementos tornam-se relevante, a exemplo das informações contidas na CTPS.
No caso em apreço, deve ser considerado, ainda, o fato de que o próprio autor juntou declaração, emitida por Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação de Joinvile, dando conta de que a empresa onde trabalhou (Malharia Arp S.A.) produziu o próprio laudo ambiental, mas que do mesmo não constado a função de "tecelão", laudo esse que, no entanto, não foi anexado aos presentes autos.
É sabido que o ônus da prova do fato constitutivo do direito alegado é da parte autora (art. 333, I, CPC). No presente, porém, o autor não se desincumbiu de provar suas alegações, de sorte que o seu pedido de reconhecimento de tempo especial deve ser julgado improcedente.
(...)
Em seu pleito, o suscitante aduz que produziu prova de que era tecelão no tempo pretendido, pois, se não juntou a cópia da CTPS, juntou resumo de tempo de serviço produzido pelo INSS, com base na CTPS. Aduz que o caso é de aplicação da Súmula 20 da TNU, que reza:
Se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito.(Aprovada na 6ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 14.08.2006).
Colaciona, como paradigma, decisão em que a TNU aplicou a Q.O n. 20 para decisão da Turma Recursal que afirmou não existirem documentos juntados aos autos, enquanto a sentença apontou diversos documentos que configurariam início de prova material.
O incidente foi inadmitido.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatado. Decido.
Na hipótese em tela, a Turma Recursal de origem entendeu que a prova produzida não se revelou apta a provar tempo de serviço laborado como tecelão. Já na decisão paradigma, a Turma Recursal afirma não existir início de prova material juntada aos autos para comprovar atividade rural, enquanto a sentença menciona diversos documentos que serviriam de início de prova material.
Verifica-se, portanto, que o assunto nas duas decisões é diverso, bem como que não há identidade de fatos, porquanto na decisão recorrida, após analise da prova, afirma-se que esta não é apta, enquanto que na decisão paradigma afirma-se que não existem documentos nos autos, mas que, contudo, foram produzidos.
Nesse panorama, inexistindo identidade fática entre os julgados postos em confronto, não se abre pórtico à interposição do pedido de uniformização nacional. Nessa esteira, já decidiu a Turma Nacional de Uniformização, litteris:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. ADMISSIBILIDADE.
1. Não se conhece de pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando as decisões tidas como divergentes estão assentadas em situações de fato substancialmente diversas, pois aplicada a mesma teste jurídica a hipóteses diferentes poderá restar inadequada a solução alcançada, por defeito na técnica da subsunção.
2. O pedido de uniformização não se presta à superar divergência identificada em decisões de Turmas Recursais acerca de questões processuais. Inteligência do art. 14 da Lei 10.259/2001.
3. Incidente não conhecido. (PU nº 2002.50.50.000438-2/RJ, Relatora Juíza Federal Taís Schilling Ferraz, DJ de 30/6/2004).
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o pedido de uniformização.
Publique-se. Intimem-se
Brasília, 25 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.51.000614-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ALCINA BORBA DA CUNHA
PROC./ADV.: RODRIGO COELHO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por ALCINA BORBA DA CUNHA, dirigido à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina que confirmou sentença de improcedência de revisão da aposentadoria, para fins de averbação de tempo de serviço laborado em condições especiais, sob o entendimento de que a autora não logrou comprovar o exercício da atividade especial nos períodos reclamados.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Sustenta a requerente que a decisão combatida diverge de julgados da TNU e do STJ, os quais consagram o entendimento de que até o advento da Lei nº 9.032/95 não era exigível a comprovação da efetiva exposição, de modo habitual e permanente, aos agentes nocivos para o reconhecimento da especialidade do período em que se deu a exposição.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O incidente não reúne condições de avançar.
O aresto vergastado baseou-se no exame dos fatos e provas dos autos, considerando que a autora não logrou comprovar a alegada especialidade.
Nesse contexto, tenho que o presente pleito se mostra inadmissível, porquanto, em última análise, pretende-se o reexame de prova, com vistas à inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada.
Frente ao exposto, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.51.001457-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: CELSO BIANCHINI
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por CELSO BIANCHINI, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, a qual manteve a decisão de extinção do processo, sem julgamento de mérito, à consideração de que o autor não postulou o seu alegado direito administrativamente, motivo porque lhe faltaria o interesse de agir.
Sustenta o requerente que o acórdão recorrido diverge do entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça e da TNU quanto à necessidade de prévio requerimento administrativo para fins de propositura de ação judicial de natureza previdenciária.O incidente foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal, mas foi apresentado requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7.º, inc. VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 4 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.51.002101-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: RUMILDA GOMES DA SILVA DOS SANTOS
PROC./ADV.: JUCÉLIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

RUMILDA GOMES DA SILVA DOS SANTOS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão colegiada proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, a qual reformou a sentença que extinguia o processo sem julgamento de mérito, frente ao entendimento de que a não comprovação do direito alegado demandaria fosse julgada improcedente a ação, e não a simples extinção do processo, sem julgamento de mérito.
Sustenta a Requerente divergência com precedente da Turma Recursal da Seção Judiciária da Bahia, para quem a existência de novo quadro probatório possibilitaria o ajuizamento de nova ação, posto que em matéria previdenciária não ocorreria a preclusão do direito ao benefício, não se constituindo a coisa julgada material.
O incidente foi inadmitido, mas foi apresentado requerimento, na forma do artigo 15, parágrafo 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
As razões apresentadas no incidente de uniformização vertente encontram-se totalmente dissociadas da fundamentação constante do acórdão a quo, o qual não cuidou, em momento algum, do tema "coisa julgada" em matéria previdenciária. Ausência, inclusive, do indispensável prequestionamento.
Tais as razões, com fulcro no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 4 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.51.002227-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MANOEL PAULO PEREIRA
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por MANOEL PAULO PEREIRA, dirigido à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina que confirmou sentença de extinção do feito, sem julgamento de mérito, à consideração de que o autor não postulou administrativamente o seu alegado direito à averbação de tempo de serviço laborado em condições especiais.
Alega o requerente, em síntese, que o acórdão recorrido diverge do entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça quanto à necessidade de prévio requerimento administrativo para fins de propositura de ação judicial de natureza previdenciária.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PU nº 2005.36.00.90.9586-1, sessão de 08/02/2010, pacificou o entendimento no sentido de não condicionar a propositura da ação previdenciária à exigência de prévio requerimento administrativo.
Acrescente-se, por pertinente, que o hodierno posicionamento do Superior Tribunal de Justiça também segue essa mesma linha, se não, confiram-se os seguintes julgados:
AGRAVO INTERNO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO NA VIA ESPECIAL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES.
1. A via especial não se presta à apreciação de ofensa a dispositivo da Constituição Federal.
2. Desnecessário o prévio requerimento administrativo para o pleito judicial de benefício previdenciário.
3. Agravo ao qual se nega provimento (AgRg no REsp nº 1.162.746/PR, Rel. Min. CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, DJe de 07/06/2010).
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. POSTULAÇÃO PERANTE O PODER JUDICIÁRIO. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES.
1. A propositura de ação objetivando a percepção de benefício previdenciário independe de prévio requerimento administrativo do segurado perante a Autarquia. Precedentes.
2. Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp nº 1.172.176/PR, Rel. Min. LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe de 26/04/2010).
Assim, configurada, em princípio, a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2009.72.51.002421-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: RAULINO HOLZ
PROC/ADV.: JUCÉLIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

RAULINO HOLZ suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, que considerou o prévio requerimento administrativo necessário à demonstração da lide.
Alega o suscitante divergência com julgados do STJ, aduzindo, em síntese, ser desnecessário o prévio requerimento administrativo para o ingresso de ação nos juizados especiais federais.
O incidente foi inadmitido.
O recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2009.72.51.002595-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ABÍLIO ROSA DOS SANTOS
PROC./ADV.: JUCÉLIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

ABÍLIO ROSA DOS SANTOS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com base no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina - 4ª Região, a manter sentença que julgou improcedente o pedido inicial.
Afirma o Requerente divergência com julgados de Turmas Recursais de Goiás e do Maranhão, sustentando a tese de que "na relação jurídica de trato sucessivo a pretensão revisional não é alcançada pela decadência ou prescrição de fundo de direito".
O incidente foi inadmitido, mas foi apresentado requerimento nos termos do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7.º, inc. VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 1º de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2009.72.51.002745-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ANTENOR CORREA PEREIRA
PROC/ADV.: JUCÉLIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

ANTENOR CORREA PEREIRA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, a qual aplicou o prazo decadencial de dez anos, previsto no art. 103 da Lei 8.213/91, ao pedido de revisão de sua aposentadoria, visto que o primeiro pagamento ocorreu em 17.03.1998 e a ação foi interposta em 30.04.2009.
Alega, em síntese, que nas relações de trato sucessivo, de natureza alimentar, a prescrição renova-se mês a mês e atinge apenas as parcelas vencidas antes do quinquênio do ajuizamento da ação, nos termos da Súmula 85/STJ. Cita como paradigma, julgado da Turma Recursal do Maranhão, que trata de benefício de pensão por morte cancelado pela autarquia, sem procedimento administrativo.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal de Santa Catarina.
O suscitante apresenta requerimento nos termos do art. 15, § 4°, RI/TNU.
Relatados. Decido.
Verifica-se que o aresto indicado como paradigma não guarda a devida similitude fática com a hipótese dos autos.
No caso em tela, o pedido era de revisão de benefício, em que incide especificamente o prazo decadencial previsto no art. 103 da Lei 8.213/91. Já no acórdão paradigma trata-se de pensão por morte indevidamente cancelada. Ademais, a decisão recorrida trata da decadência, enquanto que o paradigma trata de prescrição.
Nesse panorama, inexistindo identidade fática entre os julgados postos em confronto, não se abre pórtico à interposição do pedido de uniformização nacional. Nessa esteira, já decidiu a Turma Nacional de Uniformização, litteris:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. ADMISSIBILIDADE.
1. Não se conhece de pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando as decisões tidas como divergentes estão assentadas em situações de fato substancialmente diversas, pois aplicada a mesma teste jurídica a hipóteses diferentes poderá restar inadequada a solução alcançada, por defeito na técnica da subsunção.
2. O pedido de uniformização não se presta à superar divergência identificada em decisões de Turmas Recursais acerca de questões processuais. Inteligência do art. 14 da Lei 10.259/2001.
3. Incidente não conhecido. (PU nº 2002.50.50.000438-2/RJ, Relatora Juíza Federal Taís Schilling Ferraz, DJ de 30/6/2004).
ACÓRDÃO PARADIGMA ENVOLVE MATÉRIA DE FATO DISTINTA.
1. É inadmissível considerar elementos de fato diversos daqueles em que se assentou o acórdão recorrido, vez que o Pedido de Uniformização visa velar pela exata aplicação do direito já pacificado a pressupostos fáticos idênticos. Envolvendo os paradigmas matérias de fato de que não cuidou o acórdão impugnado, não merece ser conhecido o pedido.
2. Pedido não conhecido." (PU nº 2002.70.00.007470-5/PR, Relatora Juíza Federal Liliane Roriz, DJ de 24/12/2003).
Ademais, a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência já decidiu que inexiste similitude fático-jurídica entre decisões que definem normativamente a incidência de institutos jurídicos diversos, como o são a decadência e a prescrição. Neste sentido, verbis:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

EMENTA PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO. CONTRARIEDADE À SÚMULA 85 DO STJ. DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO. INSTITUTOS DISTINTOS. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. DIVERGÊNCIA EM RELAÇÃO À JURISPRUDÊNCIA DE TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS. NÃO-CABIMENTO.
1. Inviável o seguimento Pedido de Uniformização quando ausente similitude fático-jurídica entre a decisão recorrida e os precedentes oferecidos como paradigmas.
2. Inexiste similitude fático-jurídica entre decisões que definem normativamente a incidência de institutos jurídicos diversos, como o são a decadência e a prescrição.
3. A Súmula 85 do Superior Tribunal de Justiça ("Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação") não é passível de ser invocada como paradigma de acórdão que reconhece a decadência do direito de revisão de benefício previdenciário concedido em tempo anterior à edição da MP 1.523-9/1997.
4. A Lei nº 10.259/2001 não contempla hipótese de interposição de Pedido de Uniformização fundado na divergência entre decisões de Turma Recursal e Tribunal Regional Federal.
5. Pedido de Uniformização não conhecido. (PEDILEF 200851510432733, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, TNU, DJ 12/02/2010)
Por fim, o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU, conformando-se em transcrever ementas dos julgados, as quais não servem para demonstração da divergência.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.51.002833-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: GEOVANE ANTONIO MADEIRA
PROC./ADV.: JUCÉLIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

GEOVANE ANTONIO MADEIRA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com base no artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001, em face da decisão proferida pela Primeira Turma Recursal de Santa Catarina, a qual manteve sentença que indeferiu pedido de reconhecimento do serviço supostamente prestado em condições especiais no período de 29.04.1995 a 05.03.1997.
Alega o demandante, em síntese, que a profissão de vigilante é insalubre e perigosa, sendo permitida a conversão do tempo de serviço trabalhado em condições especiais mesmo após a edição da Lei nº 9.032/95, nos casos em que a periculosidade for comprovada por formulário SB-40.
Aduz divergência com julgado da Turma Recursal do Distrito Federal, verbis:
PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. COMPETÊNCIA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. SEGURADO DOMICILIADO EM OUTRA UNIDADE DE FEDERAÇÃO. AÇÃO AJUIZADA NO DISTRITO FEDERAL. APOSENTADORIA ESPECIAL. ATIVIDADE PROFISSIONAL. VIGILANTE. RECURSO IMPROVIDO.
I. (...)
II. (...)
III. (...)
IV. (...)
V. Ao segurado que tiver laborado em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme dispuser a lei, cumprida a carência exigida, será devida a aposentadoria especial, nos termos do art. 57 da Lei n° 8.213/91.
VI. Dispõe a súmula n° 26 da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência: "A atividade de vigilante enquadra-se como especial, equiparando-se à de guarda, elencada no item 2.5.7. do Anexo III do Decreto n. 53.831/64". De acordo com o item 2.5.7 do Decreto n° 53.831/64, a ocupação de guarda caracteriza-se como perigosa.
VII. Nos períodos de 16-9-1977 a 9-9-1988 e 23-4-1994 a 18-9-2006, consta na CTPS do Recorrido que este era vigilante (fls. 18 e 20), a comprovação da periculosidade da sua atividade profissional.foi feita através dos formulários DSS (fls. 37/38 e 28/29) e do laudo pericial (fls. 30/34).
VIII. Em relação ao período de 1-8-1988 a 22-2-1992, consta na CTPS do Recorrido que este era vigilante (fl. 18), a comprovação da periculosidade da sua atividade profissional.foi feita através da declaração (fl. 39) e da homologação da justificação administrativa (fl. 71).
IX. Apenas a partir da publicação da Lei n° 9.032/95, passou a ser exigido a comprovação da exposição do segurado aos agentes nocivos por meio de laudo pericial, e a demonstração da exposição permanente, não ocasional nem intermitente aos agentes nocivos. Precedente do colendo TRF da 1ª Região (AC 2001.38.03.001696-3/MG, Relator Desembargador Federal José Amilcar Machado, pub. no DJ de 8-4-2008).
X. Sentença mantida. Acórdão proferido nos termos do art. 46 da Lei nº 9.099, de 1995.
XI. Recurso improvido. . Verba honorária fixada em 10% do valor da condenação, em favor da parte recorrida, devendo ser observado o disposto na súmula n° 111 do STJ (Proc. n.º 2007.34.00.701396-3. JUIZ FEDERAL ITAGIBA CATTA PRETA NETO, Primeira Turma DF, DJ-DF 03/10/2008).
O incidente foi inadmitido pela Presidência da 2ª Turma Recursal de Santa Catarina.
O suscitante apresentou requerimento nos termos do artigo 15, § 4°, RI/TNU.
Relatados. Decido.
In casu, verifica-se que não há divergência entre a decisão recorrida e aquela indicada como paradigma.
Com efeito, a Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, preservando a sentença, decidiu que não há como reconhecer a especialidade da atividade desempenhada pelo suplicante (vigilante), porquanto após 28.04.1995 somente é possível ao reconhecimento da especialidade da atividade de vigilante quando comprovada a exposição a agentes nocivos, o que não ocorreu no caso em tela. Já o aresto indicado como paradigma é no mesmo sentido da decisão recorrida, entretanto, naquele caso, o demandante foi amparado em laudo pericial que lhe foi favorável.
Ademais, cuida-se, em última análise, de pleito que visa o reexame de prova, com a consequente inversão da conclusão a que chegou o decisum hostilizado na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Em face do exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.51.002981-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: JOSÉ APARECIDO MOREIRA
PROC./ADV.: JUCÉLIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

JOSÉ APARECIDO MOREIRA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão colegiada proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, mantendo por seus próprios fundamentos a sentença, que restou exarada nos seguintes termos, na parte que interessa, verbis:
(...)
No entanto, de acordo com os documentos anexados pela Secretaria da Vara no evento 21, verifica-se que a parte autora já havia postulado em juízo idêntico pedido requerendo o reconhecimento da atividade rural, em regime de economia familiar, no período de 1961 a 1979 sendo na ocasião reconhecida a atividade agrícola no período de 1968 a 1979 (processo 98.01.00954-3), devendo ser reconhecida a litispendência/coisa julgada em relação ao processo indicado na certidão referida, devendo o feito ser extinto sem julgamento de mérito.
Destaco, por oportuno, que a sentença foi explícita em extinguir o processo com julgamento de mérito, conforme se vê no item 19 daquela peça.
Sustenta o suplicante haver divergência com julgado da Turma Recursal da Seção Judiciária da Bahia que se posicionou no sentido de que a existência de novo quadro probatório possibilita novo ingresso de ação judicial, não produzindo coisa julgada material, uma vez que em matéria de direito previdenciário não ocorre a preclusão do direito ao benefício.
O incidente foi inadmitido.
Por sua vez, o autor apresentou requerimento na forma do artigo 15, parágrafo 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
É cediço que a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é aquela existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
Muito embora a coisa julgada faça parte do sistema processual, não há negar seja ela um instituto de direito constitucional, atinente ao próprio direito de ação, ou ao chamado direito processual material. Não se trata, pois, de questão meramente processual.
Isto posto, e considerando estar configurada, em princípio, a divergência jurisprudencial alegada, admito o presente incidente de uniformização, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2009.72.51.003475-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ORLANDO LAURINDO BARBOSA
PROC/ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por ORLANDO LAURINDO BARBOSA e dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, a qual manteve sentença que julgou improcedente o pedido de averbação de tempo de serviço laborado em condições especiais, para fins de aposentadoria, haja vista a inexistência de comprovação do exercício de atividade sujeita à exposição a agentes nocivos.
Na decisão da Turma Recursal, restou consignado o seguinte, verbis:
Considerando-se as razões recursais, para que houvesse o reconhecimento da especialidade pelo enquadramento em categoria profissional era necessário que a parte autora comprovasse que dirigia caminhão de carga (código 2.4.2 do Decreto n. 83.080/79). Como não restou demonstrado tal fato, não é possível o deferimento da especialidade requerida.
Também não é possível o reconhecimento da especialidade pela exposição a agentes químicos (defensivos agrícolas), uma vez que não restou comprovado que o segurado encontrava-se, de forma habitual e permanente, exposto a tais agentes químicos.
Alega o Requerente, em síntese, que à época do período pugnado, a atividade de motorista de caminhão era enquadrada como laborada em regime especial tendo-se em conta unicamente o enquadramento da categoria profissional junto aos regulamentos vigentes.
Sustenta que a decisão combatida diverge de julgados do Superior Tribunal de Justiça e de outras Turmas Recursais, em que se reconhece a especialidade da atividade de motorista pelo enquadramento profissional.
O incidente foi inadmitido, mas foi apresentado requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Não há divergência entre a decisão combatida e os paradigmas apresentados.
Com efeito, na decisão combatida admite-se o reconhecimento da especialidade da atividade de motorista pelo enquadramento profissional, tal como nos paradigmas apresentados.
O motivo do indeferimento da pretensão do requerente foi outro, que é não ter demonstrado adequadamente que exercia a referida atividade.
Assim, tem-se que, em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Tais as razões, nos termos do artigo 7º, inciso VI, da Resolução nº 22/2008, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 4 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.51.004352-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ERNESTO STIER
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por ERNESTO STIER, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão de Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, que manteve a decisão de extinção do processo, sem julgamento de mérito, à consideração de que o autor não postulou o seu alegado direito administrativamente, motivo porque lhe faltaria o interesse de agir.
Sustenta o Requerente, entre outros, que o acórdão recorrido diverge do entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, quanto à necessidade de prévio requerimento administrativo, para fins de propositura de ação judicial de natureza previdenciária.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal, mas foi apresentado requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Turma Nacional de Uniformização já decidiu que "a discussão relativa à necessidade de requerimento administrativo prévio concerne ao próprio direito constitucional de ação, motivo por que não constituiria matéria processual típica, cujo exame é vedado nesta sede" (PU nº 2005.36.00909228-7, Rel. Juíza Federal JOANA CAROLINA LINS PEREIRA, DJ de 09.12.2009).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Assim sendo, cuidando-se, em tese, de matéria apreciável no âmbito deste pedido de uniformização e configurada, em princípio, a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.51.004547-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MARI FABIANA DA COSTA
PROC./ADV.: RODRIGO COELHO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

MARI FABIANA DA COSTA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com supedâneo no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão colegiada proferida pela 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina - 4ª Região, a qual reformou sentença que julgou procedente o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez, sob o argumento de que o fato de a autora ser portadora de Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS/SIDA não justifica o deferimento da tutela vindicada, devendo restar comprovada sua incapacidade para o trabalho ou a sua impossibilidade de retornar ao mercado de trabalho.
Afirma a postulante haver divergência com julgados do c. Superior Tribunal de Justiça e da Turma Nacional de Uniformização, sendo um destes assim ementado, verbis:
(...)
1. A interpretação sistemática da legislação permite a concessão de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez se, diante do caso concreto, os fatores pessoais e sociais impossibilitarem a reinserção do segurado no mercado de trabalho, conforme livre convencimento do juiz que, conforme o brocardo judex peritus peritorum, é o perito dos peritos, ainda que não exista incapacidade total para o trabalho do ponto de vista médico.
1.1. Na concessão do benefício de aposentadoria por invalidez, a incapacidade para o trabalho deve ser avaliada do ponto de vista médico e social. Interpretação sistemática da legislação (Lei n. 7.670/88; Decreto 3.298/99; Decreto 6.214/07; Portaria Interministerial MPAS/MS Nº 2.998/01).
(...)
3. A intolerância e o preconceito contra os portadores do HIV, que ainda persistem no seio da sociedade brasileira, impossibilitam sua inclusão no mercado de trabalho e, em conseqüência, a obtenção dos meios para a sua subsistência.
4. O princípio da dignidade humana é fundamento do Estado Democrático de Direito (art. 1º, III, CF)
4.1. O Poder Judiciário tem coibido a discriminação contra o portador do HIV, nos casos concretos e específicos que lhe são submetidos.
4.1.1. Quando o preconceito se manifesta de forma difusa, velada, disfarçada, o Estado- Juiz deve intervir, reconhecendo as diferenças, sob pena de, na sua omissão, compactuar com a intolerância com os portadores dessas mesmas diferenças.
5. Prova pericial incompleta, que não informa se há sinais exteriores da doença, que possam levar a identificação do segurado como portador do vírus HIV. Necessidade de nova perícia. Sentença anulada.
6. Incidente de uniformização conhecido e parcialmente provido (Processo n.º 200783005052586, rel. Juíza Federal MARIA DIVINA VITÓRIA, DJU de 02/02/2009).
Sustenta, em síntese, que o estigma social que recai sobre sua enfermidade faz com que seja inviável seu reingresso ao mercado de trabalho, cujo quadro de saúde só tende a se agravar.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da 2ª Turma Recursal de Santa Catarina.
Por sua vez, a suscitante apresentou requerimento nos moldes do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, caracterizada a discrepância jurisprudencial apontada, admito o incidente, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 29 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2009.72.51.006273-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: JANIE DE FREITAS COUTINHO NOGUEIRA
PROC/ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por JANIE DE FREITAS COUTINHO, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, em face da decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, que entendeu ser indevida a inclusão do 13º salário no cálculo do salário-de-benefício.
Alega a suplicante haver divergência com julgados dos Tribunais Regionais Federais da 3ª e 4ª Regiões.
Sustenta, em síntese, que a gratificação natalina deve ser incluída no cálculo do salário-de-benefício.
O incidente foi inadmitido pelo Presidente da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A recorrente apresentou requerimento na forma do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Visto que tem fundamento em precedentes de Tribunais Regionais Federais, o incidente não está apto à admissão. Na hipótese do artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001 somente é admissível pedido de uniformização de jurisprudência quando houver divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
Pelo exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.51.006983-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ROSELI BORBA
PROC./ADV.: LUZIA IZABEL ROSA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por ROSELI BORBA, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de pensão por morte.
Alega a requerente que a decisão combatida diverge do entendimento de outra Turma Recursal, que preconiza o entendimento de que não havendo comprovação da separação de fato, a certidão de casamento, sem qualquer registro de separação judicial ou divórcio à época do óbito, é prova suficiente da dependência.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O incidente não merece avançar, tendo em conta que a decisão tida como paradigma não guarda a devida similitude fática e jurídica com a hipótese dos autos.
A decisão combatida afirmou que, assentada a premissa da separação de fato, apenas em caso de dependência econômica a autora Roseli teria direito à pensão ora pleiteada, e que isso não ocorreu, uma vez que autora trabalha e já em 2005 recebia remuneração superior ao salário mínimo.
A seu turno, o acórdão paradigma, sob o exame das provas dos autos, considerou que, em não havendo comprovação da separação, a certidão de casamento se presta como prova suficiente da dependência.
Frente ao exposto, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.51.008649-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: NIVALDO SCHULTZE
PROC./ADV.: VALDINEI ANTUNES GONÇALVES E OUTROS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por NIVALDO SCHULTZE, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de revisão do valor da RMI mediante a inclusão no período básico de cálculo dos valores recebidos a título de gratificação natalina.
Alega o requerente que a decisão combatida diverge do entendimento da TNU, segundo o qual a gratificação natalina (décimo terceiro salário) integra o salário de contribuição para efeito do cálculo do salário de benefício dos benefícios com data inicial até a entrada em vigor da Lei nº 8.870/94.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.52.000399-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: LUIZ OZILIO VANIN
PROC./ADV.: FABIANA ROBERTA MATTANA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

LUIZ OZILIO VANIN suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, parágrafo 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, que manteve a sentença de desprovimento do pedido de revisão de aposentadoria em virtude de tempo de serviço especial.
Alega o suscitante divergência com julgados do Superior Tribunal de Jurisprudência e da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, argumentando que comprovou a exposição a agentes nocivos à saúde.
O incidente de uniformização foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Os contextos fáticos revelados nas decisões paradigma não guardam a necessária semelhança com aquele dos autos, em que se decidiu, em virtude da análise das provas e documentos em seu conjunto, que não houve prestação de serviço em regime especial. Dessa feita, não resta satisfeito o necessário dissídio jurisprudencial.
Ademais, a controvérsia cinge-se a exame de matéria de fato, uma vez que a conclusão a que se chegou no acórdão impugnado se deu, essencialmente, por conta do conjunto probatório, mostrando-se, também por este óbice, manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de março de 2009.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2009.72.52.001634-6
ORIEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ADOLPHINA ZANON GRAHL
PROC/ADV.: FABIANA ROBERTA MATTANA
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

ADOLPHINA ZANON GRAHL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina , que restou assim ementada:
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. AUSÊNCIA DE SIMULTANEIDADE NO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. IMPROCEDÊNCIA.
1. Para a concessão do benefício de aposentadoria por idade rural é imprescindível a prova da atividade rural, em regime de economia familiar ou individual, mesmo que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idêntico à carência. Inteligência do art. 143 da LBPS.
2. A insuficiência das provas destinadas a demonstrar a atividade rural, em regime de economia familiar, no período equivalente à carência, impede a concessão da aposentadoria rural por idade.
3. Recurso da autora ao qual se nega provimento.
Sustenta a suscitante divergência jurisprudencial com acórdãos do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e da TNU, alegando que foi comprovada por meio de início de prova material e testemunhal a sua condição de segurada especial. Assinala ainda que os documentos apresentados são contemporâneos ao período de carência.
O Pedido de Uniformização foi inadmitido, e a suscitante apresentou requerimento de remessa, nos termos do art. 15, § 4°, RI/TNU.
Relatados. Decido.
De início, verifico que inadmissível o presente pleito no que se refere à suposta dissidência com julgados do TRF da 4ª Região, apontados como paradigmas, restando, pois, inobservado o ditame do § 2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, pelo qual o pedido de uniformização será fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ (...) (g.n.).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A propósito, a Turma Nacional de Uniformização já decidiu:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. NÃO CONHECIMENTO. VOTO DE DESEMPATE DO PRESIDENTE.
Tendo havido empate acerca do conhecimento do pedido de uniformização - para tal fim computando-se, conjuntamente, os votos que, por fundamentos diversos, dele não conheceram -, coube ao Presidente da Turma proferir o voto de desempate.
Voto de desempate no sentido de que: a) 'não se mostra possível, em sede de pedido de uniformização dirigido a esta Turma Nacional, a demonstração de divergência com fundamento em paradigmas oriundos de turma recursal da mesma região, de Tribunal Regional Federal e da própria Turma Nacional de Uniformização'; b) não são hábeis para a demonstração da divergência, in casu, julgados que 'não ventilam o tema da aplicação das Emendas Constitucionais n.º 20/98 e 41/2003, mas apenas questão inerente à incidência, no primeiro reajustamento da renda mensal inicial, do art. 21, § 3º, da Lei n.º 8.880/94, a qual fazia parte do pedido original'." (Processo nº 2006.70.51.004732-8, TNU, Relator p/ acórdão Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz, DJ de 27/8/2008 - g.n.).
"PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA DA TURMA RECURSAL/PB COM O STJ. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REVISÃO DA R.M.I. AUSÊNCIA DE PARADIGMA.
(...).
4. Só é cabível o incidente de uniformização em questões de direito material, fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ (§ 2º do art. 14 da Lei 10.259/2001, c/c o art. 2º da Resolução 390/2004 do CJF).
5. No caso, o Recorrente não atendeu à exigência legal, uma vez que o Acórdão apontado como paradigma, do TRF da 5ª Região (AC 79.712/PB, da relatoria do atual Ministro José Delgado, transcrito às fls. 106/107), não foi proferido por Turma Recursal dos JEFs.
6. Pedido não conhecido, em face da ausência de paradigma." (Processo nº 2003.82.10.000957-7, TNU, Relator Juiz Federal Hélio Silvio Ourem Campos, DJ de 23/5/2006 - g.n.).
Tem-se, ademais, que, em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma
Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2009.72.52.002196-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: PEDRO BERNARDO RHODEN
PROC/ADV.: JANI DE MENEZES
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

PEDRO BERNARDO RHODEN suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, a qual manteve a sentença que julgou improcedente o pedido, não reconhecendo como especial a atividade desenvolvida nos períodos entre 01/07/92 a 02/05/97, 01/07/97 a 15/10/08, para fins de aposentadoria, ante os seguintes fundamentos:
Nos períodos de 01/07/1992 a 02/05/1997 e de 01/07/1997 a 15/10/2008 - a parte-autora trabalhou no Posto de Combustível 'Irmãos Marcon Ltda.', exercendo a função de lubrificador, exposto a agentes químicos (PPP de fls.41/4 do PROCADM7 - evento 01).
Compulsando o laudo técnico apresentado (LAU2 - evento 07), constatou-se que, no desempenho dessa função, a parte-autora esteve exposta ao agente químico 'óleo lubrificante' e 'óleo mineral'.
Contudo, em todo período laborado a parte-autora recebeu Equipamentos de Proteção Individual (botinas de couro, luvas de proteção, creme protetor para mãos, óculos de proteção, etc.) - os quais se mostraram eficientes e elidiram a nocividade do agente químico (PPP de fls.41/4 do PROCADM7 - evento 01).
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL. NEUTRALIZAÇÃO DA INSALUBRIDADE. EFEITOS. 1. Constando do laudo pericial referência à utilização de EPI, com efetiva neutralização do agente nocivo, não há que se considerar a atividade insalubre, para efeito de concessão de aposentadoria especial ou conversão de tempo de serviço especial em comum (e vice-versa). 2. É irrelevante o disposto na OS/INSS/DSS nº 564/97 acerca da utilização de EPI fora de seu período de vigência. (grifo nosso) (Incidente de Uniformização no Juizado Especial Federal, processo n° 2002.70.03.000634-9, Relatora Gisele Lemke, DJ 17/12/2002).
Desta forma, considerando que a exposição aos agentes agressivos não se mostrou prejudicial à saúde da parte-autora, porquanto elidida pelo uso de EPI, não merece prosperar seu pedido de conversão de atividade especial em comum.
Alega o suscitante divergência com julgados do STJ e da TNU, aduzindo, em síntese, que o fornecimento ou mesmo o uso de equipamento de proteção não é óbice para a caracterização da especialidade da atividade.
Dentre os precedentes citados, destaca-se, verbis:
RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA ESPECIAL. EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL. SIMPLES FORNECIMENTO. MANUTENÇÃO DA INSALUBRIDADE.SÚMULA 7/STJ.
1. O fato de a empresa fornecer ao empregado o EPI - Equipamento de Proteção Individual - e, ainda que tal equipamento seja devidamente utilizado, não afasta, de per se, o direito ao benefício da aposentadoria com a contagem de tempo especial, devendo cada caso ser apreciado em suas particularidades.
2. Incabível, pela via do recurso especial, o exame acerca da eficácia do EPI para fins de eliminação ou neutralização da insalubridade, ante o óbice do enunciado sumular nº 7/STJ.
3. Recurso especial improvido. (REsp 584859/ES, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 18/08/2005, DJ 05/09/2005, p. 458)
EMENTA PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. TEMPO DE SERVIÇO RURAL. ATIVIDADE ESPECIAL. RUÍDO. PARÂMETROS LEGAIS DE ENQUADRAMENTO.
1. A mera pretensão ao reexame da prova não enseja incidente de uniformização, cujo conhecimento não prescinde da demonstração da divergência na interpretação da lei federal entre o acórdão trazido como paradigma e o acórdão objeto de impugnação.
2. O indeferimento do direito ao cômputo do tempo de serviço rural deveu-se ao conjunto probatório, que não ofereceu aos julgadores a necessária convicção de que o autor trabalhou na terra, no período pretendido. Ausente a discussão quanto ao início da prova material, que foi expressamente reconhecido como existente.
3. Até a vigência do Decreto 2.172, de 05/03/1997, enquanto concomitantemente vigentes os Decretos 53.831/64 e 83.080/79, com disposições colidentes, o enquadramento da atividade como especial, na hipótese do agente nocivo ruído, decorre da demonstração de que no ambiente de trabalho o segurado submeteu-se a nível sonoro superior a 80 decibéis. Interpretação que segue o princípio in dubio pro misero.
4. O uso de EPIs, ainda que elimine a insalubridade, no caso de exposição a ruído, não descaracteriza o tempo de serviço especial prestado (Súmula 09 desta Turma de Uniformização Nacional). 5. Pedido de uniformização conhecido em parte, e, nesta extensão, provido.
(PEDILEF 200270010087915, JUÍZA FEDERAL TAÍS SCHILLING FERRAZ, TNU - Turma Nacional de Uniformização, DJU 06/07/2005)
O incidente foi inadmitido na origem.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, admito o incidente.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.52.003178-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: PAULO ANTONIO DIEL
PROC./ADV.: FABIANA ROBERTA MATTANA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

PAULO ANTONIO DIEL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, assim decidiu:
Isso porque a descrição das atividades constantes nos DSS nos indicam que elas consistiam basicamente em gerência e administração do posto de combustíveis, o que é compatível com a própria nomenclatura do cargo que exercia (chefe de filial).
Por outro lado, não se pode considerar insalubre um trabalho porque o obreiro fica exposto ao frio e calor oriundos da própria natureza, pois se assim o fosse qualquer trabalhador teria direito à contagem especial do tempo de serviço, haja vista as alternâncias de temperatura que vivenciamos. Para ensejar o reconhecimento da especialidade é necessário que esses fatores provenham de fontes artificiais, bem como que haja medição da variação de temperatura, o que não é o caso dos autos.
No que tange aos ruídos emitidos pelos carros que abasteciam no posto, também entendo não ser o suficiente para ensejar a especialidade, já que o nível de ruído não restou apurado, bem como é sabido que tais veículos não emitem altos níveis de decibéis capazes de ultrapassar os limites tolerados na legislação.
Por fim, a menção a possíveis contatos com derivados de petróleo e umidade também não autoriza a reforma do julgado, já que para o reconhecimento da especialidade é preciso certeza da exposição habitual e permanente, e não a mera probabilidade. Conforme restou dito na sentença e afirmado acima, as atividades do recorrente não consistiam em abastecer os veículos, mas sim na parte administrativa e de gerência, razão pela qual mesmo que se considere eventual contato com tais agentes, não é esse fato suficiente para autorizar a procedência do pedido.
O suscitante alega divergência com julgados da TNU, aduzindo, em síntese, que esteve exposto a agentes nocivos à saúde, no exercício de chefe de pista de posto de gasolina.
O incidente foi inadmitido e o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
De início, verifica-se que o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a mencionar as ementas dos julgados que supostamente seriam paradigmáticos, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o decisum hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
No mais, observa-se ainda que se cuida de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.54.000549-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: VAILDO SIMÃO CONSTANTINO
PROC./ADV.: FABRÍCIO MACHADO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

VAILDO SIMÃO CONSTANTINO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com base no artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001, em face da decisão proferida pela Primeira Turma Recursal de Santa Catarina, que entendeu que após 28/04/1995, somente é possível o reconhecimento da especialidade da atividade de vigilante, se comprovada a exposição a agentes nocivos à saúde.
O requerente alega divergência com julgados do STJ, aduzindo, em síntese, que a comprovação da efetiva exposição aos agentes nocivos restou demonstrada pelo uso da arma de fogo, pelo que, deve ser reconhecido o período de labor especial.
Inadmitido o incidente, o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Verifica-se que os arestos indicados como paradigma não guardam a devida similitude fática com a hipótese dos autos.
Com efeito, a decisão ora impugnada entendeu que após 28/04/1995 somente é possível o reconhecimento da especialidade da atividade de vigilante se comprovada a exposição a agentes nocivos à saúde. Já os arestos paradigma sustentam que antes da edição da Lei nº 9.032/95, o simples enquadramento da atividade ao Decreto nº 53.831/64 é bastante para o reconhecimento da atividade especial.
Nesse sentido, já decidiu a Turma Nacional de Uniformização, litteris:
EMENTA PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE OS ACÓRDÃOS RECORRIDO E PARADIGMÁTICO. NÃO CONHECIMENTO.
1. Não cabe pedido de uniformização de jurisprudência quando não existe similitude fático-jurídica entre os julgados em confronto.
2. Pedido de uniformização de jurisprudência não conhecido (PEDILEF 200737007005900, Rel. Juiz Federal JOÃO CARLOS MAYER SOARES, DJ de 22/05/09).
Em última análise, tem-se ainda que o pleito se mostra inadmissível, porquanto pretende o reexame de prova, com vistas à inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.54.001146-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ITEMAR GASTALDON
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

ITEMAR GASTALDON suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com base no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, em face da decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina - 4ª

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Região, que entendeu estar excluído do cálculo do salário-de-benefício o valor recebido a título de gratificação natalina.
Alega o suplicante haver divergência com julgados dos Tribunais Regionais Federais da 3ª e 4ª Regiões.
Sustenta, em síntese, que o 13º salário deve ser incluído no cálculo do salário-de-benefício.
O incidente foi inadmitido pela Presidente da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina.
O recorrente apresentou requerimento na forma do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Tenho que o presente incidente não merece ser admitido, visto que os arestos colacionados pelo recorrente são oriundos de Tribunais Regionais Federais, não servindo, portanto, como paradigma para o presente incidente, pois o artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001 somente admite o pedido de uniformização de jurisprudência quando houver divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
Frente ao exposto, com arrimo no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 16 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.54.002477-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ADILSON SERAFIM
PROC./ADV.: O MESMO
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por ADILSON SERAFIM, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina que, reformando a sentença, julgou procedente o pedido de indenização por danos morais decorrente de cancelamento de CPF do autor, fixando a verba no valor de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).
Alega o requerente que a decisão combatida diverge do entendimento do STJ, afirmando cuidar-se de verba irrisória.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O pleito objetiva ao reexame de provas com vistas à inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado. Isso porque a decisão ora vergastada considerou como justa e necessária a condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 3.500,00, enquanto os arestos paradigmas, em face das peculiaridades de cada caso, consideraram razoável fixar a indenização em 50 salários mínimos.
Nesse contexto, mostra-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado, motivo pelo qual, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não o admito.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.54.003340-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ATILIO BETT
PROC./ADV.: MARION SILVEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por ATILIO BETT, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina que manteve a sentença que extinguiu o feito, sem julgamento de mérito, em razão de o autor não ter requerido administrativamente o pedido de conversão de aposentadoria por invalidez em aposentadoria por idade.
Alega o suscitante que a decisão combatida diverge do entendimento do STJ e de outras Turmas Recursais, segundo o qual não há necessidade de prévio requerimento administrativo para ajuizamento de ação previdenciária.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2009.72.55.000462-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ELFI BORCHARDT BRIDI
PROC/ADV.: CLEYTON OLIVEIRA LEAL
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por ELFI BORCHARDT BRIDI e dirigido à Primeira Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, a qual confirmou sentença que julgou improcedente pedido de reconhecimento de exercício de atividade rural no período de 30/12/1972 a 31/12/1975.
Naquela ocasião, o julgado da Turma Recursal entendeu, analisando o conjunto probatório acostado aos autos, pela ausência de provas do exercício de atividade rural em regime de economia familiar e que o trabalho realizado pela autora era indispensável ao sustento da família.
Alega divergência com julgados do Superior Tribunal de Justiça e de Turmas Recursais de outras regiões, defendendo a tese de que o fato de um membro da família exerce atividade urbana não descaracteriza o regime de economia familiar do trabalho rural.
O incidente foi inadmitido.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Não há similitude entre as decisões paradigma e o julgado recorrido. Com efeito, a decisão recorrida negou o pedido da requerente por entender que a prova testemunhal não lhe foi favorável e o conjunto probatório leva a descaracterização do trabalho em regime de economia familiar, por não ficar claro que o trabalho exercido pela autora era indispensável ao sustento da família, enquanto que os julgados paradigma tratam da questão do exercício de atividade urbana de um membro da família, cuja atividade não é capaz de descaracterizar o regime de economia familiar, matéria diversa do que foi decidido.
Ademais, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, da Resolução nº 22/2008, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.55.000599-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: WILLIBERT MEWES
PROC./ADV.: ILSA MARIA LINK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por WILLIBERT MEWES, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina que manteve a sentença que extinguiu o feito, sem julgamento de mérito, em razão de o autor não ter requerido administrativamente o pedido de reconhecimento do exercício da atividade rural no período compreendido entre 1957 a 1974.
Alega o suscitante que a decisão combatida diverge do entendimento do STJ, segundo o qual não há necessidade de prévio requerimento administrativo para ajuizamento de ação previdenciária.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.55.000941-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: JAIME MANOEL FRANCISCO
PROC./ADV.: ERNESTO Z. MORESTONI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por JAIME MANOEL FRANCISCO, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, que mantendo a sentença entendeu que:
O levantamento ambiental realizado em 1997 e citado pelo autor nas razões recursais, não faz uma análise individualizada das atividades desempenhadas pela parte autoral. Esse levantamento é genérico, não comprovando as quais agentes agressivos a parte autora estava exposta.
O suscitante alega divergência com julgados da TNU e do STJ, aduzindo, em síntese, ser possível o embasamento da especialidade requerida em laudo técnico extemporâneo. Assinala ainda que o Laudo Técnico elaborado em 1997 é próximo a período que se almeja ver reconhecido como especial (06/03/1997 a 18/11/2003), devendo, portanto, ser aceito como início de prova material.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Verifica-se que os arestos indicados como paradigma não guardam a devida similitude fática com a hipótese dos autos.
Com efeito, a decisão ora impugnada ao analisar as provas acostadas aos autos, entendeu que o levantamento ambiental realizado em 1997 e citado pelo autor nas razões recursais, não faz uma análise individualizada das atividades desempenhadas pela parte autoral. Esse levantamento é genérico, não comprovando as quais agentes agressivos a parte autora estava exposta. Já os arestos paradigma sustentam que o laudo técnico não contemporâneo constitui-se em início razoável de prova material para a comprovação das condições especiais de trabalho.
Nesse sentido, já decidiu a Turma Nacional de Uniformização, litteris:
EMENTA PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE OS ACÓRDÃOS RECORRIDO E PARADIGMÁTICO. NÃO CONHECIMENTO.
1. Não cabe pedido de uniformização de jurisprudência quando não existe similitude fático-jurídica entre os julgados em confronto.
2. Pedido de uniformização de jurisprudência não conhecido (PEDILEF 200737007005900, Rel. Juiz Federal JOÃO CARLOS MAYER SOARES, DJ de 22/05/09).
Em última análise, tem-se ainda que o pleito se mostra inadmissível, porquanto pretende o reexame de prova, com vistas à inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.55.002708-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: DALCIO ERVINO DOS SANTOS
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por DALCIO ERVINO DOS SANTOS, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, a qual manteve a decisão de extinção do processo, sem julgamento de mérito, à consideração de que o autor não postulou o seu alegado direito administrativamente, motivo porque lhe faltaria o interesse de agir.
Sustenta o requerente que a decisão recorrida diverge do entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça quanto à necessidade de prévio requerimento administrativo para fins de propositura de ação judicial de natureza previdenciária.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal, mas foi apresentado requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.55.002722-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ANILDE MARIA BUSCH
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por ANILDE MARIA BUSCH, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão de Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, que manteve a decisão de extinção do processo, sem julgamento de mérito, à consideração de que a autora não postulou o seu alegado direito administrativamente, motivo porque lhe faltaria o interesse de agir.
Sustenta a requerente que o acórdão recorrido diverge do enten-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

dimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça e da TNU quanto à necessidade de prévio requerimento administrativo para fins de propositura de ação judicial de natureza previdenciária.O incidente foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal, mas foi apresentado requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PU 2005.36.00.90.9586-1, sessão de 08/02/2010, pacificou o entendimento no sentido de não condicionar a propositura da ação previdenciária à exigência de prévio requerimento administrativo.
Acrescente-se, por pertinente, que o hodierno posicionamento do Superior Tribunal de Justiça também segue essa mesma linha, se não, confiram-se os seguintes julgados:
AGRAVO INTERNO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO NA VIA ESPECIAL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES.
1. A via especial não se presta à apreciação de ofensa a dispositivo da Constituição Federal.
2. Desnecessário o prévio requerimento administrativo para o pleito judicial de benefício previdenciário.
3. Agravo ao qual se nega provimento (AgRg no REsp nº 1.162.746/PR, Rel. Min. CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, DJe de 07/06/2010).
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. POSTULAÇÃO PERANTE O PODER JUDICIÁRIO. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES.
1. A propositura de ação objetivando a percepção de benefício previdenciário independe de prévio requerimento administrativo do segurado perante a Autarquia. Precedentes.
2. Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp nº 1.172.176/PR, Rel. Min. LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe de 26/04/2010).
Assim, configurada, em princípio, a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 4 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.55.002731-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: HARRY SCHOROEDER
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por HARRY SCHOROEDER, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão de Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, que manteve a decisão de extinção do processo, sem julgamento de mérito, à consideração de que o autor não postulou o seu alegado direito administrativamente, motivo porque lhe faltaria o interesse de agir.
Sustenta o Requerente, entre outros, que o acórdão recorrido diverge do entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, quanto à necessidade de prévio requerimento administrativo, para fins de propositura de ação judicial de natureza previdenciária.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal, mas foi apresentado requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Turma Nacional de Uniformização já decidiu que "a discussão relativa à necessidade de requerimento administrativo prévio concerne ao próprio direito constitucional de ação, motivo por que não constituiria matéria processual típica, cujo exame é vedado nesta sede" (PU nº 2005.36.00909228-7, Rel. Juíza Federal JOANA CAROLINA LINS PEREIRA, DJ de 09.12.2009).
Assim sendo, cuidando-se, em tese, de matéria apreciável no âmbito deste pedido de uniformização e configurada, em princípio, a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.55.002798-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: CONCIDO JUNG
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por CONCIDO JUNG, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, a qual manteve a decisão de extinção do processo, sem julgamento de mérito, à consideração de que o autor não postulou o seu alegado direito administrativamente, motivo porque lhe faltaria o interesse de agir.
Sustenta o Requerente que a decisão recorrida diverge do entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça quanto à necessidade de prévio requerimento administrativo para fins de propositura de ação judicial de natureza previdenciária.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal, mas foi apresentado requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PU 2005.36.00.90.9586-1, sessão de 08/02/2010, pacificou o entendimento no sentido de não condicionar a propositura da ação previdenciária à exigência de prévio requerimento administrativo.
Acrescente-se, por pertinente, que o hodierno posicionamento do Superior Tribunal de Justiça também segue essa mesma linha.
Neste sentido, confiram-se os seguintes julgados:
AGRAVO INTERNO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO NA VIA ESPECIAL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES.
1. A via especial não se presta à apreciação de ofensa a dispositivo da Constituição Federal.
2. Desnecessário o prévio requerimento administrativo para o pleito judicial de benefício previdenciário.
3. Agravo ao qual se nega provimento (AgRg no REsp nº 1.162.746/PR, Rel. Min. CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, DJe de 07/06/2010).
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. POSTULAÇÃO PERANTE O PODER JUDICIÁRIO. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES.
1. A propositura de ação objetivando a percepção de benefício previdenciário independe de prévio requerimento administrativo do segurado perante a Autarquia. Precedentes.
2. Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp nº 1.172.176/PR, Rel. Min. LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe de 26/04/2010).
Assim, configurada, em princípio, a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.55.003644-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ADEMAR THEILACKER
PROC./ADV.: FABRICIO NATAL DELL'AGNOLO E OUTRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por ADEMAR THEILACKER, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, a qual confirmou sentença que havia negado pedido de aposentadoria rural por idade, sob o entendimento de que a atividade urbana desempenhada pelo genitor do requerente descaracterizou o regime de economia familiar.
Alega divergência com julgados do STJ e da TNU, aduzindo, em síntese, que o exercício de atividade urbana por um membro do grupo da família não descaracteriza o regime de economia familiar.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Verifica-se que os arestos indicados como paradigma não guardam a devida similitude fática com a hipótese dos autos.
Com efeito, a decisão ora impugnada restou fundada em elementos fático-probatórios dos autos que levaram a Turma Recursal a concluir que o regime de economia familiar restou desqualificado em razão de o trabalho rural ser subsidiário ao sustento do grupo familiar, sendo que os paradigmas se limitam a mencionar que o fato do marido ser empregado urbano não retira a condição de segurada especial da esposa.
Em última análise, tem-se ainda que o pleito se mostra inadmissível, porquanto pretende-se o reexame de prova, com vistas à inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada.
Frente ao exposto, com fulcro no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.55.003700-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MAX OTT
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

ATO DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por MAX OTT, dirigido à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de acórdão prolatado pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina que confirmou sentença de extinção do feito, sem julgamento de mérito, à consideração de que o autor não postulou administrativamente o seu alegado direito à averbação de tempo de serviço laborado em condições especiais.
Alega o requerente, em síntese, que o acórdão recorrido diverge do entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça quanto à necessidade de prévio requerimento administrativo para fins de propositura de ação judicial de natureza previdenciária.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PU nº 2005.36.00.90.9586-1, sessão de 08/02/2010, pacificou o entendimento no sentido de não condicionar a propositura da ação previdenciária à exigência de prévio requerimento administrativo.
Acrescente-se, por pertinente, que o hodierno posicionamento do Superior Tribunal de Justiça também segue essa mesma linha, se não, confiram-se os seguintes julgados:
AGRAVO INTERNO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO NA VIA ESPECIAL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES.
1. A via especial não se presta à apreciação de ofensa a dispositivo da Constituição Federal.
2. Desnecessário o prévio requerimento administrativo para o pleito judicial de benefício previdenciário.
3. Agravo ao qual se nega provimento (AgRg no REsp nº 1.162.746/PR, Rel. Min. CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, DJe de 07/06/2010).
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. POSTULAÇÃO PERANTE O PODER JUDICIÁRIO. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES.
1. A propositura de ação objetivando a percepção de benefício previdenciário independe de prévio requerimento administrativo do segurado perante a Autarquia. Precedentes.
2. Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp nº 1.172.176/PR, Rel. Min. LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe de 26/04/2010).
Assim, configurada, em princípio, a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2009.72.55.003922-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ZISITA BONA
ADVOGADA: VANESSA MARIA SENS RECKELBERG
REQUERIDO: INSS
PROCURADOR: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência, com fundamento no art. 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, suscitado por ZISITA BONA em face da decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, que manteve sentença de improcedência do pedido de utilização de tempo de serviço rural para a revisão de aposentadoria por idade urbana.
A requerente invoca precedente do Superior Tribunal de Justiça e da TNU, para afirmar, em síntese, que é possível a revisão da aposentadoria por idade urbana com a contagem de tempo de serviço rural exercido em regime de economia familiar.
Inadmitido a incidente, o requerente apresentou pedido de submissão na forma do art. 15, § 4.º do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Verifica-se que os arestos indicados como paradigma não guardam a devida similitude fática com a hipótese dos autos.
Com efeito, a decisão ora recorrida trata de caso envolvendo aposentadoria por idade urbana, ao passo que os arestos paradigma colacionados tratam de questão diversa: aposentadoria por tempo de serviço.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o pedido de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO Nº: 2009.72.55.004377-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: TERESINHA SABEL
PROC./ADV.: ERNESTO Z. MORESTONI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

TERESINHA SABEL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com base no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão colegiada proferida pela Turma Suplementar às Turmas Recursais da Seção Judiciária de Santa Catarina - 4ª Região, que manteve sentença que julgou parcialmente procedente o pedido de cômputo de serviço rural em regime de economia familiar nos períodos de 01.02.1987 a 28.02.2002; de 01.03.2002 a 31.05.2004 e de 01.06.2004 a 27.06.2007, mas não no interstício de 01.02.1980 a 05.01.1986, pois consignou haver escassez de documentos aptos a comprovarem o desempenho do labor agrícola nesse interregno, não sendo suficiente a prova testemunhal colhida.
Afirma a postulante haver divergência com os enunciados sumulares n.º 06 e 14, ambos da TNU, bem como com julgados da Turma Nacional de Uniformização e do c. Superior Tribunal de Justiça, dos quais se destaca o seguinte, verbis:
PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 282 E 356/STF. APOSENTADORIA. RURÍCOLA. ATIVIDADE RURAL. COMPROVAÇÃO. ROL DE DOCUMENTOS EXEMPLIFICATIVO. ART. 106 DA LEI 8.213/91. DOCUMENTOS EM NOME DE TERCEIRO. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. CARACTERIZAÇÃO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
I - Nos termos das Súmulas 282 e 356/STF, é inviável em sede de recurso especial a apreciação de matéria cujo tema não fora objeto de discussão no acórdão recorrido, uma vez que caberia ao Tribunal a quo, caso provocado, manifestar-se sobre o tema, tendo em vista a exigência do indispensável prequestionamento.
II - O rol de documentos hábeis à comprovação do exercício de atividade rural, inscrito no art. 106, parágrafo único da Lei 8.213/91, é meramente exemplificativo, e não taxativo, sendo admissíveis, portanto, outros documentos além dos previstos no mencionado dispositivo.
III - Na hipótese dos autos, houve o necessário início de prova material, pois a autora apresentou documentos em nome do pai, o que também lhe aproveita. Portanto, tendo trabalhado na agricultura juntamente com seus pais e demais membros de sua família, dificilmente terá documentos em seu nome, sendo ilegítima a exigência de prova material em seu próprio nome. A jurisprudência desta Eg. Corte é robusta ao considerar válidos os documentos em nome dos pais ou do cônjuge para comprovar atividade rural.
IV- Agravo interno desprovido (AgRg no REsp n.º 600.071/RS, Rel. Min. GILSON DIPP, DJ de 05/04/2004, p. 322).
Sustenta, em síntese, que os documentos coligidos aos autos são suficientes para atestar o desempenho do labor rural em regime de economia familiar no período buscado.
O incidente não foi conhecido pela Presidência da 2ª Turma Recursal de Santa Catarina.
Por sua vez, a suscitante apresentou requerimento nos termos do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, caracterizada a divergência jurisprudencial apontada, admito o incidente, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.55.004703-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: JOSÉ CAMPESTRINI
PROC./ADV.: RODRIGO FIGUEIREDO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por JOSÉ CAMPESTRINI, dirigido à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina que confirmou sentença de improcedência de revisão da aposentadoria, para fins de averbação de tempo de serviço laborado em condições especiais, sob o entendimento de que o autor não logrou comprovar o exercício da atividade especial nos períodos reclamados.
Sustenta o requerente que a decisão combatida diverge de julgado da Turma Recursal de São Paulo, o qual consagra o entendimento de que a função de vigilante se caracteriza como especial para os fins da conversão requerida.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O incidente não reúne condições de avançar.
O aresto vergastado baseou-se no exame dos fatos e provas dos autos, considerando que o autor não logrou comprovar a alegada especialidade, no caso, porte de arma de fogo, deixando de atestar o tempo especial.
Nesse contexto, tenho que o presente pleito se mostra inadmissível, porquanto, em última análise, pretende-se o reexame de prova, com vistas à inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada.
Frente ao exposto, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.55.006121-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ADELIR PASOLD
PROC./ADV.: PAULO OSCAR ZIMMERMANN NEGROMONTE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por ADELIR PASOLD, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, que, ao reformar a sentença, afastou a especialidade do período de 01.01.1983 a 18.05.2000, visto que o laudo de 1992, por sua vez (...) ao tratar da atividade de Eletricista I e II, menciona, inclusive, o nome do autor dentre os funcionários que exercem a atividade e também indica a presença de boas condiçoes laborativas e a inexistência de agentes insalubres.
O suscitante alega divergência com julgado do Superior Tribunal de Justiça e do enunciado sumular n.º 32 da TNU, aduzindo, em síntese, que o autor no exercício de sua função sempre esteve exposto a níveis de ruído superiores aos limites de tolerância (...).
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Tenho que se cuida de pretensão cujo acolhimento não se daria sem reexame de conteúdo probatório da demanda, mostrando-se, por isso, manifestamente incabível nesta sede recursal.
Frente ao exposto, com fulcro no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.56.001336-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ANTONIO FRANCELÍSIO DE LIMA LINS
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por ANTONIO FRANCELÍSIO DE LIMA LINS, dirigido à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina que confirmou sentença que declarou a prescrição da pretensão do suscitante de ver restituídos valores exigidos a título de imposto de renda, que seriam indevidos, vez que a tributação teria ocorrido quando da contribuição para o fundo, não podendo mais uma vez incidir no momento da fruição do benefício.
Alega o requerente, em síntese, que a prescrição não deve incidir sobre a possibilidade de ajuizar a demanda, mas sim sobre as prestações indevidamente descontadas a título de IRPF. Assim, estaria prescrita não a pretensão ao ajuizamento da ação, mas sim a pretensão de restituição de valores descontados há mais de dez anos (regra do "cinco + cinco").
Aduz que a decisão recorrida diverge do entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça e de outras decisões das Turmas Recursais de Santa Catarina.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Inicialmente, cumpre salientar que o requerente também invoca como paradigma julgados da Turma Recursal de Santa Catarina, restando, quanto a esse particular, inobservado o ditame do § 2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, pelo qual o pedido de uniformização será fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ (...) (g.n.).
A propósito, a Turma Nacional de Uniformização já decidiu:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. NÃO CONHECIMENTO. VOTO DE DESEMPATE DO PRESIDENTE.
Tendo havido empate acerca do conhecimento do pedido de uniformização - para tal fim computando-se, conjuntamente, os votos que, por fundamentos diversos, dele não conheceram -, coube ao Presidente da Turma proferir o voto de desempate.
Voto de desempate no sentido de que: a) 'não se mostra possível, em sede de pedido de uniformização dirigido a esta Turma Nacional, a demonstração de divergência com fundamento em paradigmas oriundos de turma recursal da mesma região, de Tribunal Regional Federal e da própria Turma Nacional de Uniformização'; b) não são hábeis para a demonstração da divergência, in casu, julgados que 'não ventilam o tema da aplicação das Emendas Constitucionais n.º 20/98 e 41/2003, mas apenas questão inerente à incidência, no primeiro reajustamento da renda mensal inicial, do art. 21, § 3º, da Lei n.º 8.880/94, a qual fazia parte do pedido original'. (Processo nº 2006.70.51.004732-8, TNU, Relator p/ acórdão Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz, DJ de 27/8/2008 - g.n.).
Quanto ao precedente do STJ, entendo configurada, em princípio, a divergência jurisprudencial alegada, pelo que admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.56.001738-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: CARLOS LEMOS DOS SANTOS
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por CARLOS LEMOS DOS SANTOS, dirigido à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de acórdão prolatado pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina que confirmou sentença de extinção do feito, sem julgamento de mérito, à consideração de que o autor não postulou administrativamente o seu alegado direito à averbação de tempo de serviço laborado em condições especiais.
Alega o requerente, em síntese, que o acórdão recorrido diverge do entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça quanto à necessidade de prévio requerimento administrativo para fins de propositura de ação judicial de natureza previdenciária.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PU nº 2005.36.00.90.9586-1, sessão de 08/02/2010, pacificou o entendimento no sentido de não condicionar a propositura da ação previdenciária à exigência de prévio requerimento administrativo.
Acrescente-se, por pertinente, que o hodierno posicionamento do Superior Tribunal de Justiça também segue essa mesma linha, se não, confiram-se os seguintes julgados:
AGRAVO INTERNO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO NA VIA ESPECIAL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES.
1. A via especial não se presta à apreciação de ofensa a dispositivo da Constituição Federal.
2. Desnecessário o prévio requerimento administrativo para o pleito judicial de benefício previdenciário.
3. Agravo ao qual se nega provimento (AgRg no REsp nº 1.162.746/PR, Rel. Min. CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, DJe de 07/06/2010).
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. POSTULAÇÃO PERANTE O PODER JUDICIÁRIO. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES.
1. A propositura de ação objetivando a percepção de benefício previdenciário independe de prévio requerimento administrativo do segurado perante a Autarquia. Precedentes.
2. Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp nº 1.172.176/PR, Rel. Min. LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe de 26/04/2010).
Assim, configurada, em princípio, a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.59.003079-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: EMA STRELOW
PROC./ADV: LUZIA IZABEL ROSA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por EMA STRELOW, dirigido à TNU, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que manteve a sentença denegatória de auxílio-doença, ante a conclusão pericial pela ausência de doença incapacitante.
Sustenta a Requerente divergência com julgado da Turma Recursal do Rio de Janeiro, aduzindo, em síntese, que houve cerceamento de defesa tendo em vista que a perícia não foi realizada por médico especialista na patologia do autor.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Inadmitido o incidente, a recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4º, do RITNU.
Relatados. Decido.
Não demonstrou a Requerente o dissenso jurisprudencial alegado, posto que não procedeu ao indispensável cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação (RI/TNU, art. 13).
Ademais, o aresto indicado como paradigma não guarda a devida similitude fática com a hipótese dos autos. De fato, a sentença negou o benefício ante a ausência de qualquer doença que pudesse gerar invalidez, enquanto que o aresto paradigma consigna a existência de patologia, mas não de incapacidade.
No mais, verifica-se que o pleito visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização.
Tais as razões expendidas, com fulcro no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização vertente.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.59.003409-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: SEVERINA GENOVEVA GERMANO
PROC./ADV.: KARINE DOS SANTOS ALQUINI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por SEVERINA GENOVEVA GERMANO, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, a qual reformou sentença e negou o benefício de pensão por morte, sob o fundamento de que a autora, mãe do de cujus, não comprovou a dependência econômica.
Alega divergência com julgados do STJ, aduzindo, em síntese, que a legislação previdenciária não exige início de prova material para a comprovação de dependência econômica dos pais em relação aos filhos, sendo bastante para tanto a prova testemunhal.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Os arestos colacionados pela recorrente não se prestam para abolir os fundamentos da decisão atacada, que negou a pensão por morte por entender ausente a dependência econômica, em face de sua não comprovação. No entanto, os precedentes trazidos, analisando o conjunto fático-probatório e considerando as peculiaridades do caso concreto, entendem devido o benefício, assim, não se pode dizer que há similitude fática com a situação constante dos presentes autos.
Em última análise, tem-se ainda que o pleito se mostra inadmissível, porquanto pretende-se o reexame de prova, com vistas à inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.60.000278-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ADAIR SILVIO SCHMIDT
PROC./ADV.: ANILSE DE FÁTIMA SLONGO SEIBEL
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por ADAIR SILVIO SCHMIDT, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, a qual manteve sentença que julgou improcedente o pedido inicial, entendendo que o requerente não preencheu os requisitos necessários para a concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez.
Sustenta o suscitante divergência com julgados de Turma Regional de Uniformização do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, alegando, em síntese, que a mera existência de incapacidade parcial não impede a concessão de aposentadoria por invalidez quando os fatores pessoais demonstrarem que, na prática, não é possível a reinserção do segurado no mercado de trabalho.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
In casu, verifico que inadmissível o presente pleito no que se refere à suposta dissidência com julgados da Turma Regional de Uniformização do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, apontados como paradigma, restando, pois, inobservado o ditame do § 2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, pelo qual o pedido de uniformização será fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ (...) (g.n.).
A propósito, a Turma Nacional de Uniformização já decidiu:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. NÃO CONHECIMENTO. VOTO DE DESEMPATE DO PRESIDENTE.
Tendo havido empate acerca do conhecimento do pedido de uniformização - para tal fim computando-se, conjuntamente, os votos que, por fundamentos diversos, dele não conheceram -, coube ao Presidente da Turma proferir o voto de desempate.
Voto de desempate no sentido de que: a) 'não se mostra possível, em sede de pedido de uniformização dirigido a esta Turma Nacional, a demonstração de divergência com fundamento em paradigmas oriundos de turma recursal da mesma região, de Tribunal Regional Federal e da própria Turma Nacional de Uniformização'; b) não são hábeis para a demonstração da divergência, in casu, julgados que 'não ventilam o tema da aplicação das Emendas Constitucionais n.º 20/98 e 41/2003, mas apenas questão inerente à incidência, no primeiro reajustamento da renda mensal inicial, do art. 21, § 3º, da Lei n.º 8.880/94, a qual fazia parte do pedido original'." (Processo nº 2006.70.51.004732-8, TNU, Relator p/ acórdão Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz, DJ de 27/8/2008 - g.n.).
"PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA DA TURMA RECURSAL/PB COM O STJ. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REVISÃO DA R.M.I. AUSÊNCIA DE PARADIGMA.
(...).
4. Só é cabível o incidente de uniformização em questões de direito material, fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ (§ 2º do art. 14 da Lei 10.259/2001, c/c o art. 2º da Resolução 390/2004 do CJF).
5. No caso, o Recorrente não atendeu à exigência legal, uma vez que o Acórdão apontado como paradigma, do TRF da 5ª Região (AC 79.712/PB, da relatoria do atual Ministro José Delgado, transcrito às fls. 106/107), não foi proferido por Turma Recursal dos JEFs.
6. Pedido não conhecido, em face da ausência de paradigma." (Processo nº 2003.82.10.000957-7, TNU, Relator Juiz Federal Hélio Silvio Ourem Campos, DJ de 23/5/2006 - g.n.).
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de dezembro de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.63.000798-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: RENATO GERCKE
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por RENATO GERCKE, dirigido à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina que confirmou sentença de extinção do feito, sem julgamento de mérito, no qual se pretendia a averbação de tempo de serviço laborado em condições especiais para fins de revisão do benefício, haja vista tratar-se de demanda idêntica a anteriormente ajuizada.
Alega o requerente, em síntese, que à época do período pugnado, a função por ele exercida era insalubre, perigosa ou penosa.
Sustenta que a decisão combatida diverge de julgados do STJ e de outras Turmas Recursais, os quais reconhecem como insalubre o trabalho sujeito à exposição constante ou esporádica a altos ruídos, tal qual a do requerente.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O incidente não reúne condições de avançar, tendo em conta que as decisões trazidas como paradigma não guardam a devida similitude fática e jurídica com a hipótese dos autos.
Com efeito, ao extinguir o processo sem apreciação do mérito, a sentença assim considerou, verbis:
Conforme certidão juntada no evento 2 dos autos, verifica-se a existência de outro processo em que figura como requerente RENATO GERCKE e requerido INSS, autuado neste Juizado Especial Federal sob o n. 200872630010772, cujo objeto foi o mesmo desta demanda. A sentença de improcedência do pedido transitou em julgado em 26/03/2009.
Havendo coincidência entre pedido, causa de pedir e partes em duas demandas propostas, há identidade entre elas, o que gera o fenômeno da litispendência ou da cosia julgada, conforme o caso.
A seu turno, os paradigmas adentraram no mérito da controvérsia, considerando que o trabalho exercido pela parte requerente era considerado insalubre para os fins exigidos.
Frente ao exposto, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.95.000810-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MARIA DE LURDES RODRIGUES
PROC/ADV.: JOÃO NORBERTO COELHO NETO
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

MARIA DE LURDES RODRIGUES suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no artigo 14, § 4º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisum da TNU, que não conheceu do pedido de uniformização por aplicação à espécie da Questão de Ordem nº 13/TNU, salientando que, para que a atividade de vigia possa ser equiparada à de guarda para fins de enquadramento como atividade especial, afigura-se necessária a comprovação da utilização de arma de fogo.
Alega a suscitante divergência com julgados dos Tribunais Regionais Federais da 3ª e 4ª Regiões, aduzindo que a caracterização da atividade de vigia como especial independe do fato de o segurado portar, ou não, arma de fogo no exercício de sua jornada laboral.
Relatados, decido.
O art. 14, § 4º, da Lei nº 10.259/2001, assim reza:
Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.
(...)
§ 4º Quando a orientação acolhida pela Turma de Uniformização, em questões de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça - STJ, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a divergência (g.n.).
Nesse panorama, tenho que inadmissível o presente pedido de uniformização dirigido ao STJ, haja vista que o requerente mencionou apenas paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais, não apontando sequer um julgado do Superior Tribunal de Justiça como exige a norma de regência.
Ante o exposto, com esteio no art. 7º, IX, do RI/TNU, não admito o presente pedido de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2010.36.00.700009-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA AMALIA BATISTA DE SOUZA
PROC/ADV.: JOSÉ CARLOS CARVALHO JUNIOR

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Mato Grosso, que reformou a sentença de improcedência do pedido de concessão do benefício auxílio-doença, à consideração de que a parte autora apesar de já ser portadora de doença, não era incapaz antes de sua filiação ao RGPS e quando do requerimento administrativo já tinha carência necessária para a obtenção do benefício.
Alega o Requerente divergência com julgados de Turma Recursal de Goiás e do Rio Grande do Sul, relevando a tese de que não é possível a concessão de auxílio doença, quando a perícia conclui pela preexistência da moléstia.
O incidente foi inadmitido, mas foi apresentado requerimento nos termos do art. 15, § 4°, RI/TNU.
Relatados.Decido.
Não há dúvidas de que visa o Requerente ao reexame de provas, com a conseqüente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, após o exame do conjunto probatório dos autos. Por isso mesmo, mostra-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado. Veja que consta expressamente do acórdão recorrido não ser a Autora incapaz, antes de sua filiação ao RGPS.
Demais disso, faz-se mister relevar que os precedentes trazidos à colação pelo Requerente não guardam similitude de base fático-jurídica com o acórdão hostilizado, motivo porque, de qualquer modo, não restou comprovada a divergência alegada. Aliás, o precedente da Turma Recursal de Goiás realça o entendimento de que sempre que suscitada a questão da preexistência da doença, impõe-se aferir se o segurado encontrava-se incapacitado no momento da filiação (...), tendo o acórdão a quo feito exatamente tal aferição.
Isto posto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO N°: 2010.36.00.700098-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JERÔNIMO RIBEIRO DA SILVA
PROC/ADV.: PAULA ALESSANDRA ROSSI GEGLINI

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto pelo INSS, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Mato Grosso, que não conheceu do recurso, tendo-o por intempestivo, uma vez que a prolação da sentença em audiência seria o dies a quo do prazo recursal, independentemente da presença do procurador da autarquia ao ato, sendo descabida a intimação pessoal desse.
Alega o suscitante divergência com julgados dos Tribunais Regionais Federais da 1ª e 4ª Regiões e do Superior Tribunal de Justiça.
O incidente foi inadmitido e o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, §4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
De início, verifico ser inadmissível o presente pleito no que se refere à suposta dissidência com os julgados dos TRF's da 1ª e 4ª Regiões, apontados como paradigmas, restando, pois, inobservado o ditame do § 2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, pelo qual o pedido de uniformização será fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ (...) (g.n.).
A propósito, a Turma Nacional de Uniformização já decidiu:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. NÃO CONHECIMENTO. VOTO DE DESEMPATE DO PRESIDENTE.
Tendo havido empate acerca do conhecimento do pedido de uniformização - para tal fim computando-se, conjuntamente, os votos que, por fundamentos diversos, dele não conheceram -, coube ao Presidente da Turma proferir o voto de desempate.
Voto de desempate no sentido de que: a) 'não se mostra possível, em sede de pedido de uniformização dirigido a esta Turma Nacional, a demonstração de divergência com fundamento em paradigmas oriundos de turma recursal da mesma região, de Tribunal Regional Federal e da própria Turma Nacional de Uniformização'; b) não são hábeis para a demonstração da divergência, in casu, julgados que 'não ventilam o tema da aplicação das Emendas Constitucionais n.º 20/98 e 41/2003, mas apenas questão inerente à incidência, no primeiro reajustamento da renda mensal inicial, do art. 21, § 3º, da Lei n.º 8.880/94, a qual fazia parte do pedido original'." (Processo nº 2006.70.51.004732-8, TNU, Relator p/ acórdão Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz, DJ de 27/8/2008 - g.n.).
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA DA TURMA RECURSAL/PB COM O STJ. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REVISÃO DA R.M.I. AUSÊNCIA DE PARADIGMA.
(...).
4. Só é cabível o incidente de uniformização em questões de direito material, fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ (§ 2º do art. 14 da Lei 10.259/2001, c/c o art. 2º da Resolução 390/2004 do CJF).
5. No caso, o Recorrente não atendeu à exigência legal, uma vez que o Acórdão apontado como paradigma, do TRF da 5ª Região (AC 79.712/PB, da relatoria do atual Ministro José Delgado, transcrito às fls. 106/107), não foi proferido por Turma Recursal dos JEFs.
6. Pedido não conhecido, em face da ausência de paradigma. (Processo nº 2003.82.10.000957-7, TNU, Relator Juiz Federal Hélio Silvio Ourem Campos, DJ de 23/5/2006 - g.n.).
Relativamente aos demais paradigmas invocados, estes do Superior Tribunal de Justiça, tenho que a Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o artigo 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate de questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
In casu, o incidente suscitado fundou-se em questão processual, qual seja, se a fluência do prazo recursal, no que diz respeito ao INSS, tem início a partir da intimação da sentença em audiência ou apenas quando da intimação pessoal do procurador, o que impede o conhecimento do presente incidente.
Confira-se, a propósito, o seguinte julgados, litteris:
INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. QUESTÃO DE DIREITO PROCESSUAL. NÃO CABIMENTO.
I. O pedido de uniformização de jurisprudência somente tem cabimento quando se tratar de questão de direito material (art. 14, caput, da Lei 10.259/2001, c/c art. 2º da Resolução n. 330/2003, do Conselho da Justiça Federal).
II. Incidente não conhecido, por versar a hipótese dos autos sobre matéria de direito processual. (PU nº 2007.72.95.001663-0, Relatora Juíza Federal Joana Carolina Lins Pereira, DJ 22/04/2009).
Ainda que assim não fosse, no caso em apreço os arestos invocados para caracterizar a divergência não refletem a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, visto que há entendimento diverso nas duas Turmas que compõem a Terceira Seção da Corte Superior. Nesse sentido, destaco os seguintes precedentes:
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AUDIÊNCIA. PROCURADOR DA AUTARQUIA INTIMADO PESSOALMENTE. NÃO COMPARECIMENTO. SENTENÇA.PUBLICAÇÃO. NOVA INTIMAÇÃO. DESNECESSIDADE.
1. Reputam-se intimadas as partes na audiência, quando nesta é publicada a decisão ou sentença (art. 242, § 1.º, do CPC).
2. Nessa esteira, decidiu o Superior Tribunal de Justiça que: "Mesmo não tendo o Procurador do INSS comparecido à audiência de que foi pessoalmente intimado, presume-se intimado da sentença proferida nessa oportunidade, uma vez que é dever do patrono zelar pela causa que defende, cabendo a ele acompanhar o andamento do feito, a fim de tomar as providências necessárias ao seu regular processamento." (REsp 981.313/PR, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Quinta Turma, DJ de 3.12.07).
3. Agravo regimental a que se nega provimento.
(AgRg no REsp 1184327/PR, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 03/08/2010, DJe 23/08/2010)
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. PROCURADOR DO INSS INTIMADO PESSOALMENTE DA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA. NÃO COMPARECIMENTO.SENTENÇA CONDENATÓRIA. DESNECESSIDADE DE NOVA INTIMAÇÃO.
1. Reputam-se intimados na audiência, quando nesta é publicada a decisão ou a sentença (art. 242, § 1º do CPC).
2. Mesmo não tendo o Procurador do INSS comparecido à audiência de que foi pessoalmente intimado, presume-se intimado da sentença proferida nessa oportunidade, uma vez que é dever do patrono zelar pela causa que defende, cabendo a ele acompanhar o andamento do feito, a fim de tomar as providências necessárias.
3. Recurso Especial do INSS improvido.
(REsp 969.276/PR, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 25/10/2007, DJ 19/11/2007, p. 290)
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2010.36.00.700127-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ JORGE DA SILVA
PROC./ADV.: BRUNO PINHEIRO ALENCAR

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pelo INSS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária de Mato Grosso que, confirmando a sentença, julgou procedente o pedido de pensão por morte, sob o fundamento de que restou comprovada a atividade rurícola da de cujus, vez que o contido nos documentos acostados aos autos seriam suficientes para atestar a qualidade de segurada especial da falecida e a prova oral corroborou a prova material colhida.
Alega divergência com julgados do STJ, aduzindo, em síntese, que os documentos juntados aos autos não são contemporâneos aos fatos que a parte autora alega, bem como que inexiste nos autos início de prova material, sendo vedada a concessão de aposentadoria rural lastreada unicamente em prova testemunhal (Súmula nº 149/STJ).
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
In casu, verifica-se que os julgados do STJ indicados como paradigma não guardam a devida similitude fática com a hipótese dos autos.
Com efeito, a Turma Recursal da Seção Judiciária de Mato Grosso, atendo-se ao conjunto de provas produzidas nos autos, tanto material quanto testemunhal, concluiu que restaram preenchidos os requisitos para a concessão de pensão por morte de segurada especial, de modo que a inversão da conclusão a que chegou o decisum impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, como requer o suscitante, mostra-se manifestamente incabível em sede de incidente de uniformização de jurisprudência.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2010.36.00.700362-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CAROLINA JOSÉ SANTOS
PROC/ADV.: CIBELI SIMÕES

DECISÃO

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Mato Grosso, que confirmou a sentença concessiva do pedido de aposentadoria rural por idade, uma vez que os documentos acostados aos autos mostram-se suficientes para comprovar o exercício de atividade rurícula pelo tempo de carência necessário para o deferimento do benefício.
Alega, o suscitante, divergência com julgados do STJ, defendendo que o início de prova material deve ser contemporâneo aos fatos a provar e que a requerente não comprovou o labor rural no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses igual à respectiva carência.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Verifica-se que o pleito visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Frente ao exposto, com base no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2010.72.59.000016-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ADEMAR SCHWANZ
PROC./ADV.: LUZIA IZABEL ROSA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por ADEMAR SCHWANZ, com esteio no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão de Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, que manteve sentença denegatória do pedido de concessão de auxílio doença ou aposentadoria por invalidez, à consideração de que o laudo pericial apresentado, a despeito de concluir ter o Autor tendinite calcificada no ombro esquerdo, indicou não estar ele incapacitado para o trabalho de agricultor, pintor e pedreiro.
Sustenta 0 Requerente o acórdão divergiu de precedente advindo de Turma Recursal do Rio de Janeiro, relevando que a similitude fática entre o acórdão recorrido a e o aresto paradigma é no sentido de que o mais apropriado é que a perícia seja realizada por profissional especialista em ortopedia e traumatologia, pois certamente este possui maior habilitação e conhecimento para apresentar um laudo mais aprofundado e específico, permitindo que se apure com mais precisão se o quadro clínico da recorrente efetivamente a incapacita para o exercício de suas atividades laborativas.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal, mas foi apresentado requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0000051-68.2010.404.7095
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ANA CANDIDA MESQUITA
PROC./ADV.: SILMAR FERREIRA DITRICH
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por ANA CANDIDA MESQUITA, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, a qual manteve sentença que julgou improcedente o pedido de pensão por morte, sob o fundamento de que diante da prova documental apresentada, da prova oral realizada e dos extratos do CNIS, entendo não haver provas suficientes da dependência da autora no momento posterior à separação do falecido segurado (fl.439-v).
Alega divergência com julgado de Tribunal Regional Federal e do STJ, aduzindo, em síntese, que restou comprovado nos autos a dependência econômica.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A divergência autorizadora do pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à TNU é aquela fundada entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, sendo, portanto, incabível o pedido

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

com fundamento em dissídio com Tribunais Regionais Federais ou Turmas Recursais da mesma Região.
Na sequência, verifica-se que a suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a mencionar o julgado do STJ que supostamente seria paradigmático, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e o paradigma citado, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0003888-22.2008.404.7251
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ANACLETO TOMIO
PROC./ADV.: JUCÉLIO DA SILVA E OUTRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

ANACLETO TOMIO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com espeque no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão colegiada proferida pela 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina - 4ª Região, a qual manteve sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial, apenas para reconhecer o período de 21/05/1960 a 12/12/1960 como sendo trabalhado nas lides campesinas pelo postulante, cuja pretensão restou corroborada pela prova oral produzida, não sendo possível reconhecer todo o interregno buscado, ante o fato de inexistir documentos que atestem que continuou a laborar no meio rural até a data de 25/05/1971.
Afirma o demandante haver divergência com o enunciado sumular n.º 14/TNU, bem como com julgados da Turma Recursal do Mato Grosso - 1ª Região, da Turma Nacional de Uniformização e do c. Superior Tribunal de Justiça, dos quais se destaca o seguinte, verbis:(...)
I - A certidão de casamento, onde o marido aparece como lavrador, é início razoável de prova material, sendo apta à comprovação da condição de rurícola para efeitos previdenciários.
II - A prova material não precisa precisa necessariamente referir-se ao período equivalente à carência do benefício, desde que a prova testemunhal amplie a sua eficácia probatória.
Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp n.º 496.686/SP, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJ de 28/10/2003, p. 336).
Sustenta, em síntese, que os documentos juntados não precisam abranger todo o período reclamado, posto que a prova testemunhal pode ampliar sua eficácia probatória.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da 2ª Turma Recursal de Santa Catarina.
Por sua vez, o suscitante apresentou requerimento nos moldes do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a discrepância jurisprudencial apontada, admito o incidente, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 29 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0005699-58.2010.4.01.3200
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: AGLAIR PINTO RUBENS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por AGLAIR PINTO RUBENS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Amazonas, a qual indeferiu o pedido de aposentadoria rural por idade à suscitante, por entender que esta não demonstrou o efetivo exercício da atividade rural, nem a condição de segurada especial.
Naquele julgamento, a Turma Recursal entendeu que os documentos juntados pela autora são frágeis e insuficientes para comprovar o direito requerido, porquanto foram expedidos em datas recentes, e, também, que a prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito da obtenção de benefício previdenciário, nos termos da Súmula n. 149 do STJ.
Alega a suscitante divergência com julgados da Turma Nacional de Uniformização e do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, aduzindo, em síntese, que a exigência de início prova material para a comprovação de tempo de trabalho rural, em face da dificuldade do trabalhador em amealhar prova documental, deve ser vista de forma ampla.
O incidente de uniformização foi admitido.
Relatados. Decido.
Primeiramente, cumpre registrar que os arestos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região não servem como paradigma para o presente incidente, uma vez que o artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001, somente admite o pedido de uniformização de jurisprudência quando houver divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou em contrariedade com súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, estando os TRF's excluídos de seu rol.
No mais, tenho que não prospera a presente postulação, eis que os arestos indicados como paradigmas não guardam a devida similitude fática com a hipótese dos autos.
Com efeito, no julgado recorrido, a Turma Recursal entendeu que os documentos juntados pela suscitante são insuficientes e frágeis para a comprovação da atividade rurícola, porquanto foram expedidos em datas recentes, ao passo que nos julgados paradigmas entendeu-se que a exigência de início de prova material deve ser vista de forma ampla, podendo ser utilizados, para tanto, certidão de casamento, documentos em nome de terceiros, entre outros, entretanto, nada tratando de documentos com datas recentes a fim de se reconhecer tempo de atividade rurícola anterior ao lapso temporal abrangido pelos documentos juntados.
Em última análise, verifica-se que o suscitante visa ao reexame de prova, com a consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, após o exame do conjunto probatório dos autos. Por isso mesmo, mostra-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, como a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça se alinha ao decidido pela Turma Recursal, nego seguimento ao presente incidente de uniformização de jurisprudência, com base no art. 7º, inciso VII, "b", do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0006266-15.2007.4.01.3000
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): AMARILDO DOS ANJOS MORAIS
PROC/ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto pelo INSS, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Acre, a qual concedeu o benefício de auxílio-doença, sob os seguintes fundamentos:
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA (LEI 8.213/91, ART. 59/64). DOR NA COLUNA CERVICAL, DORSAL E LOMBAR. LOMBOCIATALGIA E CERVICOBRAQUIALGIA BILATERAL. LAUDO PERICIAL: DIMINUIÇÃO DA CAPACIDADE FUNCIONAL. MOTORISTA. RECURSO PROVIDO.
1. Não se trata o auxílio-doença de benefício perene, pois será mantido enquanto perdurar a limitação à capacidade para o trabalho.
2. O laudo pericial concluiu que o recorrente tem capacidade para o trabalho, apesar de seu quadro clínico, porém, não pode exercer a sua atividade laborativa habitual.
3. Considerando que a profissão do recorrente é a de motorista, a qual lhe exige que permaneça horas na posição sentada, cabível o restabelecimento do auxílio-doença por tempo suficiente para que o recorrente se submeta a tratamento especializado.
4. sem custas e honorários advocatícios.
5. Recurso conhecido e provido.
Alega o suscitante que a decisão proferida pela Turma Recursal do Acre diverge de julgados do Superior Tribunal de Justiça e dos TRFs da 1ª e 4ª Regiões, aduzindo, em síntese, que a questão social do requerido não deve ser levada em consideração, ante a ausência de incapacidade laborativa.
Inadmitido o incidente, o suscitante apresentou requerimento nos moldes do art. 15, §4o, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Inicialmente, a Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, caput, ao especificar as hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, expressamente dispõe que a divergência deve envolver questões de direito material, e seu § 2° estabelece que a divergência autorizativa do incidente é aquela entre decisões de turmas de diferentes regiões ou proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, não se prestando a tanto o aresto do Tribunal Regional Federal invocado pelo requerente.
Quanto aos precedentes do STJ, falta-lhes similitude fática com o julgado atacado.
Com efeito, conforme relatado, no decisum recorrido entendeu-se ser devido o auxílio-doença ao recorrido, ante a sua incapacidade parcial, ao passo que as decisões apresentadas como paradigma, tratam de assuntos diversos: auxílio-acidente e aposentadoria por invalidez.
Ademais, não há dúvidas de que visa o Requerente ao reexame de provas, com a conseqüente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, após o exame do conjunto probatório dos autos. Por isso mesmo, mostra-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Diante do exposto, com arrimo no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0007688-63.2010.4.01.3600
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VALDETE MIRANDA DILL
PROC/ADV.: ORLANDO MARTENS

DECISÃO

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Mato Grosso, que confirmou a sentença concessiva do pedido de aposentadoria rural por idade, uma vez que os documentos acostados aos autos mostram-se suficientes para comprovar o exercício de atividade rurícula pelo tempo de carência necessário para o deferimento do benefício.
Alega, o suscitante, divergência com julgados do STJ, defendendo que o início de prova material deve ser contemporâneo aos fatos a provar.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Verifica-se que o pleito visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Frente ao exposto, com base no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0008050-65.2010.4.01.3600
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LAURINDA AGRÍCOLA DA CRUZ
PROC/ADV.: EBENEZER SOARES BELIDO E OUTRO

DECISÃO

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Mato Grosso, que confirmou a sentença concessiva do pedido de aposentadoria rural por idade, uma vez que os documentos acostados aos autos mostram-se suficientes para comprovar o exercício de atividade rurícula pelo tempo de carência necessário para o deferimento do benefício.
Alega o suscitante divergência com julgados do STJ, defendendo que o início de prova material deve ser contemporâneo aos fatos a provar e que a requerente não comprovou o labor rural no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses igual à respectiva carência.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Verifica-se que o pleito visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Frente ao exposto, com base no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0008252-79.2006.404.7195
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JANIO RICARDO NARDINI
PROC/ADV.: JAIME VALDUGA GABBARDO E OUTRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

JANIO RICARDO NARDINI suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, a qual manteve sentença que julgou parcialmente procedente o pedido de conversão de tempo laborado em condições especiais em tempo de serviço comum, ao entendimento de que:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Consta nos autos o laudo técnico da empresa (fls. 125/136). Este laudo, por sua vez, atesta que o autor não estava exposto, de modo habitual e permanente, a agentes nocivos no exercício de sua atividade.
(...)
Por fim, cumpre esclarecer, em face do alegado pelo autor na inicial (fl. 04), que o simples fato de receber adicional de insalubridade no contrato de trabalho não dá ensejo à conversão da atividade, já que os critérios que definem a insalubridade trabalhista diferem dos previdenciários. (...) (fls. 139/140).
Opostos embargos de declaração, foram esses improvidos (fl. 182).
Alega divergência com julgados do STJ, defendendo que restou comprovada a especialidade da atividade desenvolvida no laudo pericial oriundo de reclamação trabalhista, devendo ser concedida a aposentadoria especial.
Incidente inadmitido na origem (fl. 207).
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU (210/219).
Relatados, decido.
De início, verifica-se que o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a mencionar as ementas dos julgados do STJ que supostamente seriam paradigmáticos, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o decisum hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Ademais, ainda que superado o óbice anterior, tem-se que a decisão colegiada ora vergastada manteve a sentença que não reconheceu o direito à conversão de atividade especial em comum para o período de 01/02/84 a 13/01/95, não apenas porque o laudo técnico da empresa atestou que o autor não estava exposto a agentes insalubres, mas também pelo fato de que a insalubridade reconhecida pelo laudo extraído da ação trabalhista não dá ensejo à concessão do pedido, visto que os critérios que definem a insalubridade trabalhista diferem dos previdenciários.
Nas razões de pedido de uniformização, limitou-se o requerente a afirmar que, uma vez existente laudo técnico atestando a insalubridade, é de ser concedida a conversão de tempo especial em comum, deixando, todavia, incólume aquele segundo fundamento do julgado hostilizado, relativo à diferença dos critérios que definem a insalubridade trabalhista daqueles referentes à previdenciária, o qual, por si só, é capaz de manter o decidido.
Nesse panorama, aplica-se à hipótese a Questão de Ordem nº 18, da Turma Nacional de Uniformização, que assim reza:
É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles.
Tem-se, ademais, que, em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0008347-68.2006.4.01.3000
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SOCORRO LIMA DA SILVA
PROC/ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Acre, que manteve a sentença de procedência do pedido de concessão do benefício auxílio-doença, à consideração de que a parte autora é portadora de lombalgia crônica e fasciíte plantar, não podendo realizar atividades que demandem intenso esforço físico, segundo o laudo pericial.
Alega o Requerente divergência com julgados do Superior Tribunal de Justiça, relevando que a decisão ora recorrida, (mesmo) diante da existência da capacidade laboral atestada em perícia, resolveu conceder o benefício pleiteado.
O incidente foi inadmitido, mas foi apresentado requerimento nos termos do art. 15, § 4°, RI/TNU.
Relatados.Decido.
Não há dúvidas de que visa o Requerente ao reexame de provas, com a conseqüente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, após o exame do conjunto probatório dos autos. Por isso mesmo, mostra-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Demais disso, faz-se mister relevar que os precedentes trazidos à colação pelo Requerente não guardam similitude de base fático-jurídica com o acórdão hostilizado, motivo porque, de qualquer modo, não restou comprovada a divergência alegada.
Isto posto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0009639-54.2007.4.01.3000
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO: ANÍBAL RODRIGUES SARKIS
PROC/ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Acre, que entendeu ser indevida a incidência de imposto de renda sobre auxílio-creche.
Alega a suscitante que a decisão impugnada diverge de julgados do Superior Tribunal de Justiça.
Aduz, em síntese, que incide imposto de renda sobre o valor recebido a título de auxílio-creche.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Turma Nacional de Uniformização já decidiu que o pedido de uniformização é inadmissível quando o acórdão paradigma do Superior Tribunal de Justiça não reflete o entendimento dominante daquela Corte. Nesse sentido:
PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. VIGILANTE. COMPROVAÇÃO. DIVERGÊNCIA COM JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. INEXISTÊNCIA.
I - A divergência com o entendimento contido em jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça é requisito indispensável de admissibilidade do presente Pedido de Uniformização, nos termos do art. 14 § 2º da Lei nº 10.259/2001.
II - Incidente não conhecido (PU nº 2006.83.03.500852-2, Relatora Juíza Federal Maria Divina Vitória, in DJ 11/3/2008 - nossos os grifos).
TRIBUTÁRIO - VERBA DERIVADA DE CONDENAÇÃO JUDICIAL TRABALHISTA - JUROS DE MORA - INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA - JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ - INEXISTÊNCIA - PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO - INADMISSIBILIDADE.
1) O pedido de uniformização deve evidenciar o contraste entre o acórdão impugnado e aquele que expresse a posição dominante no âmbito do STJ, consoante estabelece o art. 2º do Regimento Interno da TNU.
2) Não expressando o acórdão-paradigma a posição dominante no seio do STJ, inviável se apresenta o manejo do recurso.
3) Pedido de Uniformização não conhecido (PU nº 2006.70.50.000565-9, Relator Juiz Federal Ricardo Almagro Vitoriano Cunha, in DJ 5/3/2008 - nossos os grifos).
No caso em apreço, os arestos invocados para caracterizar a divergência não refletem a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, visto que o entendimento pacífico em ambas as Turmas que compõem a Primeira Seção é o de que não incide imposto de renda sobre auxílio-creche. Nesse sentido, destaco os seguintes precedentes:
PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. HONORÁRIOS. REVISÃO DA VERBA FIXADA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 07/STJ. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. PAGAMENTO A SERVIDOR PÚBLICO A TÍTULO DE AUXÍLIO-CRECHE. NATUREZA. REGIME TRIBUTÁRIO DAS INDENIZAÇÕES.
1. O imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador, nos termos do art. 43 e seus parágrafos do CTN, os "acréscimos patrimoniais", assim entendidos os acréscimos ao patrimônio material do contribuinte.
2. No caso, os valores recebidos a título de "auxílio-creche", possuem natureza indenizatória e não representam acréscimo patrimonial, já que constituem simples reembolsos de despesas efetuadas pelos servidores por conta de obrigação legalmente imposta à Administração Pública.
3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido (REsp n. 1.019.017/PI, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/04/2009, DJe de 29/04/2009).
TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. AUXÍLIO-CRECHE. NÃO-INCIDÊNCIA. VERBA INDENIZATÓRIA.
1. A verba decorrente do recebimento de auxílio-creche, por possuir natureza indenizatória, não é passível de incidência de imposto de renda.
2. Recurso especial improvido (REsp n. 625.506/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/02/2007, DJ de 06/03/2007).
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0010237-42.2006.4.01.3000
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ RIBAMAR DE SOUZA
PROC/ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Acre, que manteve a sentença de procedência do pedido de concessão do benefício auxílio-doença, à consideração de que a parte autora apresenta lombalgia e artrose geral na coluna, doença degenerativa, necessitando de tratamento especializado, posto que limitada para o exercício de sua atividade laboral.
Alega o Requerente divergência com julgados do Superior Tribunal de Justiça, relevando que a decisão ora recorrida, (mesmo) diante da existência da capacidade laboral atestada em perícia, resolveu conceder o benefício pleiteado.
O incidente foi inadmitido, mas foi apresentado requerimento nos termos do art. 15, § 4°, RI/TNU.
Relatados.Decido.
Não há dúvidas de que visa o Requerente ao reexame de provas, com a conseqüente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, após o exame do conjunto probatório dos autos. Por isso mesmo, mostra-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Demais disso, faz-se mister relevar que os precedentes trazidos à colação pelo Requerente não guardam similitude de base fático-jurídica com o acórdão hostilizado, motivo porque, de qualquer modo, não restou comprovada a divergência alegada.
Isto posto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0010325-46.2007.4.01.3000
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ELIZÂNGELA SOUZA DO NASCIMENTO
PROC/ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Acre que, reformando a sentença, julgou procedente pedido de concessão de benefício assistencial.
Na decisão recorrida, ficou consignado o seguinte:
Esta Turma Recursal tem firmado entendimento que somente é devido o benefício assistencial de prestação continuada a pessoas portadoras de epilepsia quando, embora o paciente em constante uso da medicação, ainda assim, apresenta crises. No caso, o laudo diz que há comprometimento da capacidade funcional, em relação às crises, dando a entender que estas persistem. Além disso, os próprios atos da vida cotidiana são praticados pela autora, segundo o laudo, 'com dificuldades' (fl.97).
Alega o requerente que epilepsia gera apenas incapacidade parcial, não fazendo jus, portanto, ao benefício. Cita como precedentes julgados do TRF da 4ª região, da Turma Recursal da Bahia e do Tocantins.
O incidente foi inadmitido, mas foi apresentado requerimento nos termos do art. 15, § 4°, RI/TNU.
Relatados. Decido.
De início, constato ser inadmissível o presente pleito no que se refere à suposta dissidência com os julgados do TRF da 4a Região e da Turma Recursal da Bahia e Tocantins, apontados como paradigma, restando, pois, inobservado o ditame do § 2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, pelo qual o pedido de uniformização será fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ (...) (g.n.).
Nesse sentido o seguinte julgado da Turma Nacional de Uniformização:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA DA TURMA RECURSAL/PB COM O STJ. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REVISÃO DA R.M.I. AUSÊNCIA DE PARADIGMA.
(...).
4. Só é cabível o incidente de uniformização em questões de direito material, fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ (§ 2º do art. 14 da Lei 10.259/2001, c/c o art. 2º da Resolução 390/2004 do CJF).
(...)
6. Pedido não conhecido, em face da ausência de paradigma (Processo nº 2003.82.10.000957-7, TNU, Relator Juiz Federal Hélio Silvio Ourem Campos, DJ de 23.5.2006.).
No mais, tenho que não há similitude entre os julgados paradigma e a decisão recorrida, porquanto esta considerou não só o fato de a requerida estar acometida de epilepsia, como também outros dados constantes dos autos dando conta da sua incapacidade. Tais dados configuram particularidades que não são encontradas nos acórdãos paradigma.
Ademais, trata-se de pleito que visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Isto posto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0010680-94.2010.4.01.3600
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ AVELINO PINTO
PROC./ADV.: JOSE CARLOS CARVALHO JUNIOR

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão proferida pela Turma Recursal do Mato Grosso, a qual manteve sentença que julgou procedente pedido de aposentadoria por invalidez.
Na decisão recorrida, ficou consignado que o Juiz não está adstrito ao laudo pericial, motivo pelo qual, com base no conjunto fático-probatório, e analisando a questão a partir de elementos socioeconômicos, é possível concluir pela incapacidade total do requerido.
Sustenta o requerente existir divergência com julgados do Superior Tribunal de Justiça, defendendo que a incapacidade deve ser observada do ponto de vista físico-funcional, não devendo ser levados em conta na concessão da aposentadoria por invalidez os aspectos socioeconômicos do segurado.
O incidente foi inadmitido (fls. 225/228), mas foi apresentado requerimento nos termos do art. 15, § 4°, RI/TNU.
Relatados, decido.
Os precedentes colacionados pelo suscitante não mais correspondem à atual jurisprudência dominante das Turmas do STJ, as quais passaram a considerar as condições socioeconômicas, profissional e cultural do segurado em se tratando de concessão de benefícios por incapacidade, a exemplo da aposentadoria por invalidez, se o laudo pericial for conclusivo pela incapacidade parcial do segurado.
Nesse sentido, destaco os seguintes precedentes:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARCIAL DO SEGURADO. NÃO VINCULAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIA SÓCIO-ECONÔMICA, PROFISSIONAL E CULTURAL FAVORÁVEL À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. RECURSO DESPROVIDO.
1. Os pleitos previdenciários possuem relevante valor social de proteção ao Trabalhador Segurado da Previdência Social, devendo ser, portanto, julgados sob tal orientação exegética.
2. Para a concessão de aposentadoria por invalidez devem ser considerados outros aspectos relevantes, além dos elencados no art. 42 da Lei 8.213/91, tais como, a condição sócio-econômica, profissional e cultural do segurado. (grifo nosso)
3. Embora tenha o laudo pericial concluído pela incapacidade parcial do segurado, o Magistrado não fica vinculado à prova pericial, podendo decidir contrário a ela quando houver nos autos outros elementos que assim o convençam, como no presente caso.
4. Em face das limitações impostas pela avançada idade, bem como pelo baixo grau de escolaridade, seria utopia defender a inserção do segurado no concorrido mercado de trabalho, para iniciar uma nova atividade profissional, motivo pelo faz jus à concessão de aposentadoria por invalidez.
5. Agravo Regimental do INSS desprovido (AgRg no REsp nº 1.055.886/PB, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, DJe de 09/11/2009).
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARCIAL DO SEGURADO. POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À CONCESSÃO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, UTILIZANDO-SE OUTROS MEIOS.
1. Ainda que o sistema previdenciário seja contributivo, não há como desvinculá-lo da realidade social, econômica e cultural do país, onde as dificuldades sociais alargam, em muito, a fria letra da lei.
2. No Direito Previdenciário, com maior razão, o magistrado não está adstrito apenas à prova pericial, devendo considerar fatores outros para averiguar a possibilidade de concessão do benefício pretendido pelo segurado.
3. Com relação à concessão de aposentadoria por invalidez, este Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido da desnecessidade da vinculação do magistrado à prova pericial, se existentes outros elementos nos autos aptos à formação do seu convencimento, podendo, inclusive, concluir pela incapacidade permanente do segurado em exercer qualquer atividade laborativa, não obstante a perícia conclua pela incapacidade parcial. (grifo nosso)
4. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no Ag nº 1.102.739/GO, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJe de 09/11/2009).
Ademais, este também é o posicionamento da TNU, conforme se observa dos seguintes precedentes, verbis:
E M E N T A CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PARADIGMAS INVOCADOS. QUESTÃO RELATIVA À DIB. NÃO CONHECIMENTO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO MÉDICO QUE INDICA CAPACIDADE TEMPORÁRIA. CARACTERES SOCIOCULTURAIS DO SEGURADO QUE CONDUZEM À CONCLUSÃO PELA INCAPACIDADE PERMANENTE. PARADIGMAS JUNTADOS. SIMILITUDE FÁTICA. CONHECIMENTO DO INCIDENTE, NESSA PARTE. CASO DOS AUTOS. AVALIAÇÃO JUDICIAL QUE DESCONSIDEROU FATORES SOCIAIS E PESSOAIS RELATIVOS À IDADE AVANÇADA. DIVERGÊNCIA INSTAURADA. PRECEDENTES DESTA TNUJEF"s. PROVIMENTO.
I. Não tendo sido o tema relativo à DIB sequer aventada nos paradigmas invocados, não há de ser conhecido o incidente nesse particular.
II. Afirmando os acórdãos paradigmas que, na aferição da incapacidade laboral para fins de concessão de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, é permitido ao julgador levar em consideração aspectos sócio-culturais do segurado, estes normalmente associados à sua idade avançada, e, havendo o aresto recorrido, no caso específico, desconsiderado tal circunstância, é de rigor o reconhecimento de similitude fática.
III. Em sendo o entendimento desta TNUJEF's no sentido de autorizar ao julgador, no processo de formação da sua convicção quanto à incapacidade laboral do segurado, somar às razões médicas considerações sobre as condições pessoais e sociais do segurado e, havendo a questão sido pontualmente enfrentada pelo aresto recorrido, há de ser provido o recurso, nesse ponto.(grifo nosso)
IV. Pedido de uniformização conhecido, em parte, e provido, nessaparte. (PEDILEF 200770530040605, JUIZ FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO, TNU, 11/06/2010)
EMENTA PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. CIRCUNSTÂNCIAS SOCIOECONÔMICAS. RECONHECIMENTO. POSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ EM SENTIDO CONTRÁRIO AO ACÓRDÃO IMPUGNADO. NÃO CONHECIMENTO.
1. Não merece seguimento Pedido de Uniformização que alega contrariedade à jurisprudência do STJ quando inexiste entendimento dominante daquele Tribunal Superior contrário à tese do acórdão recorrido.
2. Esta TNU tem reiteradamente reconhecido que a incapacidade para o desempenho de uma atividade profissional deve ser avaliada sob os pontos de vista médico e social, mediante análise das condições socioeconômicas do segurado.
3. A análise da incapacidade para o trabalho deve levar em conta não apenas a limitação de saúde da pessoa, mas igualmente a limitação imposta pela sua história de vida e pelo seu universo social. (grifo nosso)
4. Precedentes do STJ no mesmo sentido do acórdão recorrido (v.g.: AgREsp 1.055.886 e REsp 965.597). 5. Pedido de Uniformização não conhecido.(PEDILEF 200838007232672, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, TNU , 11/06/2010)
EMENTA PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. ACÓRDÃO RECORRIDO NO MESMO SENTIDO DA JURISPRUDÊNCIA FIRMADA PELA TNU. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13 DESTE COLEGIADO. NÃO CONHECIMENTO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE FUNCIONALMENTE PARCIAL. CIRCUNSTÂNCIAS SOCIOECONÔMICAS. RECONHECIMENTO. POSSIBILIDADE. CONCESSÃO DEVIDA.
1. Esta TNU tem reiteradamente reconhecido que a incapacidade para o desempenho de uma atividade profissional deve ser avaliada sob os pontos de vista médico e social, mediante análise das condições socioeconômicas do segurado.
2. Não merece seguimento Pedido de Uniformização que busca reforma de decisão de Turma Recursal em consonância com firme jurisprudência da TNU. Incidência da Questão de Ordem nº 13 deste Colegido ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido"). (grifo nosso)
3. A análise da incapacidade para o trabalho deve levar em conta não apenas a limitação de saúde da pessoa, mas igualmente a limitação imposta pela sua história de vida e pelo seu universo social.
4. Precedente do STJ no mesmo sentido do acórdão recorrido (REsp 200701516769, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJ 17.09.2007).
5. Pedido de Uniformização não conhecido. PEDILEF 200832007037725, JUIZ FEDERAL JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO, TNU, 25/02/2010)
Assim, tenho que incide ao caso a Questão de Ordem n. 13, que reza:
Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido
Isto posto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0011212-30.2007.4.01.3000
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE
REQUERENTE: PAULO ALVES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por PAULO ALVES DE OLIVEIRA E dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Acre que concluiu não ter o Autor direito ao auxílio doença ou aposentadoria por invalidez, a despeito de a perícia médica ter concluído estar ele parcial e permanentemente incapacitado para o trabalho.
Sustenta o Requerente divergência com julgados do Superior Tribunal de Justiça, relevando a necessidade de se intimar, pessoalmente, o membro da Defensoria Pública, sob pena de nulidade processual. Ainda, afirma que aquela Corte Superior considera possível a concessão do benefício do auxílio doença se constatada a incapacidade parcial e permanente do segurado.
O incidente foi inadmitido pelo Presidente da Turma Recursal, mas foi apresentado requerimento na forma do artigo 15, parágrafo 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
No que se refere à necessidade de intimação pessoal da Defensoria Pública, aplicável o entendimento expresso na Questão de Ordem nº 10/TNU: Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido. Isto, se não se considerar cuidar-se de questão meramente processual, não suscetível de julgamento na sede deste incidente.
No mais, estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial apontada, admito o incidente, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 17 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0011364-78.2007.4.01.3000
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE
REQUERENTE: SEBASTIÃO NOGUEIRA GOMES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por SEBASTIÃO NOGUEIRA GOMES, dirigido à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Acre, que confirmou sentença de improcedência do pedido de pensão mensal vitalícia, sob o entendimento de que o autor não comprovou que realmente trabalhou como seringueiro na época da Segunda Guerra Mundial para o fim almejado.
Sustenta o requerente que a decisão combatida diverge de julgado da TNU, alegando que existe nos autos início de prova material, constituída por datas e locais onde ele se encontrava durante aquele conflito mundial.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O incidente não reúne condições de avançar.
O aresto vergastado baseou-se no exame dos fatos e provas dos autos, sustentando como insuficientes as provas carreadas aos autos, deixando o autor de comprovar que trabalhou como seringueiro na época da Segunda Guerra, enquanto que o aresto tido como paradigma considerou suficientes as provas apresentadas.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nesse contexto, tenho que o presente pleito se mostra inadmissível, porquanto, em última análise, pretende-se o reexame de prova, com vistas à inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada.
Frente ao exposto, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0011596-38.2008.4.01.3200
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA FRANCISCA COSTA CAXIAS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com base no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão colegiada proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Amazonas - 1ª Região, a qual manteve sentença que julgou procedente pedido de concessão de salário-maternidade à suplicada, em virtude do nascimento de seus filhos, pois consignou ter sido comprovado nos autos sua qualidade de segurada especial, ante o início de prova material juntado aos autos, corroborado pelo prova testemunhal.
Afirma o recorrente haver divergência com julgados do c. Superior Tribunal de Justiça, dos quais se destaca o seguinte, verbis:
RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. VALORAÇÃO DE PROVA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. EXISTÊNCIA.
1. 'A comprovação do tempo de serviço para os efeitos desta Lei, inclusive mediante justificação administrativa ou judicial, conforme o disposto no artigo 108, só produzirá efeito quando baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal, salvo na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito, conforme disposto no Regulamento.' (artigo 55, parágrafo 3º, da Lei 8.213/91).
2. O início de prova material, de acordo com a interpretação sistemática da lei, é aquele feito mediante documentos que comprovem o exercício da atividade nos períodos a serem contados, devendo ser contemporâneos dos fatos a comprovar, indicando, ainda, o período e a função exercida pelo trabalhador.
3. As anotações em certidões de registro civil, a declaração para fins de inscrição de produtor rural, a nota fiscal de produtor rural, as guias de recolhimento de contribuição sindical e o contrato individual de trabalho em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, todos contemporâneos à época dos fatos alegados, se inserem no conceito de início razoável de prova material.
4. Recurso conhecido e improvido (REsp n.º 280.402/SP, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, DJ de 10/09/2001, p. 427).
Sustenta, em síntese, que o início de prova material da condição de segurado especial deve ser contemporâneo aos fatos a provar, conforme entendimento jurisprudencial do STJ.
O incidente foi admitido pela Presidência da Turma Recursal do Amazonas (fl. 96).
Relatados. Decido.
In casu, verifica-se que a irresignação do requerente não tem como prosseguir, uma vez que veio a inovar em suas razões recursais, haja vista que a tese levantada em sua impugnação não foi objeto de debate pelo decisum hostilizado, bem como deixou de opor o competente recurso de embargos de declaração para que a Turma Recursal de origem se pronunciasse sobre a questão, para que ocorresse o necessário pré-questionamento da matéria e assim viabilizar a abertura do presente incidente, o que faz atrair o óbice contido na Questão de Ordem n.º 10/TNU, que reza o seguinte, litteris:
Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido.
Isto posto, com arrimo no artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, NEGO SEGUIMENTO ao presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 16 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0012984-40.2005.404.7195
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: RUY FERNANDO PACHECO FABRICIO
PROC/ADV.: JOSÉ RICARDO MARGUTTI E OUTROS
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

RUY FERNANDO PACHECO FABRICIO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, a qual reformou sentença que concedeu a aposentadoria por tempo de serviço, visto que não comprovado o vínculo empregatício do autor com a empresa Itacherê no período de 10/69 a 12/73.
Alega divergência com julgados do STJ e do TRF da 4ª Região, defendendo que os contratos de compra e venda de terrenos em que figurou como testemunha prestam-se à prova de que trabalhava para a Imobiliária Itacherê, o que fora ratificado pela prova testemunhal.
Incidente inadmitido às fls. 282/283.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU (fls. 289/299).
Relatados, decido.
A divergência autorizadora do pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à TNU é aquela fundada entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, sendo, portanto, incabível o pedido com fundamento em dissídio com Tribunais Regionais Federais ou Turmas Recursais da mesma Região.
Quanto ao mais, verifica-se que o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a mencionar as ementas dos julgados do STJ que supostamente seriam paradigmáticos, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o decisum hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Ademais, ainda que superado o óbice anterior, tem-se que o requerente defende a tese de que restou provado nos autos que trabalhara para a Imobiliária Itacherê no período guerreado.
Ocorre que a decisão colegiada, ancorando-se nos elementos de prova juntados ao processo, concluiu que inexistiu prova nos autos de que o autor trabalhara para a referida empresa, de modo que a inversão da conclusão a que chegou o decisum impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, como requer o suscitante, mostra-se manifestamente incabível em sede de incidente de uniformização de jurisprudência.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0013768-46.2007.404.7195
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: NILSON FERDINANDO VIELMO
PROC./ADV.: JOSÉ RICARDO MARGUTTI E OUTROS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

NILSON FERDINANDO VIELMO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com espeque no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão colegiada proferida pela 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul - 4ª Região, a qual manteve sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial, pois veio a reconhecer que a parte laborou nas lides campesinas em regime de economia familiar somente no interstício de 01.01.1968 a 31.12.1968, mas não nos períodos de 28.01.1961 a 14.01.1966 e de 18.11.1966 a 24.05.1977, ante a fragilidade da prova documental coligida ao processo para a comprovação de tais lapsos de tempo (fls. 162 e 162-verso).
Afirma o suplicante haver divergência com julgados da Turma Recursal do Tocantins - 1ª Região, do c. Superior Tribunal de Justiça e com o enunciado sumular n.º 14/TNU, o qual menciona, verbis:
Para a concessão de aposentadoria rural por idade, não se exige que o início de prova material corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício.
Sustenta, em síntese, que (...), o início de prova material, quando corroborado por prova testemunhal que acoberte o período de carência, como no caso, constitui elemento hábil de convicção do juízo (fl. 181).
Ao incidente foi negado seguimento pela Presidência da 2ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul (fls. 188/189).
Por sua vez, às fls. 197/201, o suscitante apresentou requerimento nos moldes do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Primeiramente, cumpre consignar que, quanto aos arestos oriundos da Turma Recursal do Tocantins e do Superior Tribunal de Justiça, os quais se pronunciam sobre a ocorrência de cerceamento de defesa quando não seja concedida à parte a oportunidade de produzir prova necessária para o desate da controvérsia, verifica-se que a irresignação do requerente, nesta parte, não tem como prosseguir, uma vez que inovou em suas razões recursais, haja vista que a tese levantada em sua impugnação não foi objeto de debate pelo decisum alvejado, bem como deixou de opor o competente recurso de embargos de declaração para que a Turma Recursal do Rio Grande do Sul se manifestasse sobre a questão, para que ocorresse o necessário pré-questionamento da matéria e assim viabilizar a abertura do presente incidente, o que faz atrair o óbice contido na Questão de Ordem n.º 10/TNU, que assim reza, litteris:
Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido.
Já quanto ao enunciado sumular n.º 14 da TNU, entendo estar, em princípio, configurada a discrepância jurisprudencial apontada, razão pela qual admito o incidente nesta parte, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0014440-54.2007.4.04.7195
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LUIZ HENRIQUE ROTHE
PROC/ADV.: IMILIA DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

LUIZ HENRIQUE ROTHE suscita incidente de uniformização de jurisprudência, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que não reconheceu como especial os períodos de tempo de serviço prestados em 11.05.1994 a 31.12.2003, 01.01.2004 a 31.12.2004 e 01.01.2005 a 18.11.2005, por entender que, no que diz respeito ao contato com óleos e graxas de origem mineral, o PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário - atesta a utilização de EPI - Equipamento de Proteção Individual - eficaz, o que neutraliza a nocividade desses agentes e, assim, retira o caráter especial da atividade.
Aponta o requerente divergência com julgados da Primeira Turma de Minas Gerais, da Primeira Turma da Bahia e da Primeira Turma do Mato Grosso (todas pertencentes à 1ª Região), aduzindo, em síntese, que "o uso de EPI não descaracteriza a natureza especial da atividade, uma vez que tal proteção não elimina os agentes nocivos à saúde no ambiente de trabalho, mas somente reduz seus efeitos".
O incidente foi inadmitido e o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, §4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando configurada a divergência jurisprudencial alegada, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, admito o presente.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0015371-61.2008.4.01.3200
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANDERSON LIMA ASSEMI
PROC/ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Amazonas, que deu parcial provimento ao recurso interposto pela Autarquia, determinando a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez desde a data da cessação do auxílio-doença, pois, ratificando os termos da sentença, entendeu ser essa a data da incapacidade.
Sustenta o requerente divergência com julgados da Turma Regional de Uniformização, do Tribunal Regional Federal e do STJ, no sentido de que é devido o pagamento do benefício somente a partir da juntada do laudo pericial que confirma a incapacidade.
O incidente foi admitido.
Relatados. Decido.
De início, verifico ser inadmissível o presente pleito no que se refere à suposta dissidência com o julgado do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, apontado como paradigma, restando, pois, inobservado o ditame do § 2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, pelo qual o pedido de uniformização será fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ (...) (g.n.).
Quanto ao mais, percebe-se que o requerente defende a tese de que não há nos autos comprovação do início da incapacidade, pelo que a data de início do benefício deveria corresponder à data da juntada do laudo médico pericial aos autos.
Ocorre que a decisão colegiada, ratificando a sentença e ancorando-se nos elementos de prova juntados ao processo, entendeu que há sim a comprovação de que a incapacidade existe desde a data da cessação do auxílio doença, que foi fixada como data do início do benefício, como se percebe na seguinte passagem, integrante da sentença: sendo que, conforme informação do perito, a incapacidade do autor teve início em 2007. Desta feita, há (sic) época da cessação do benefício encontrava-se incapacitado.
Desse modo, inexiste similitude fática entre a decisão recorrida e os paradigmas apresentados, já que estes tratam de hipóteses em que não teria restado comprovada a data de início da incapacidade laboral, o que não ocorreu no caso dos autos, eis que a decisão recorrida é

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

expressa no sentido de que teria sido comprovada a incapacidade a partir da cessação do auxílio-doença.
Isto posto, com fundamento no artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0020065-69.2007.4.04.7195
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CELI CHRIST TERNUS
PROC./ADV.: MARIA SILESIA PEREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por CELI CHRIST TERNUS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que entendeu que não é possível realizar a conversão de tempo especial em comum no período após 28.05.1998.
Sustenta a suscitante divergência com julgado do Superior Tribunal de Justiça, aduzindo, em síntese, que o trabalhador que tenha exercido atividades em condições especiais, mesmo que posteriores a maio de 1998, tem direito adquirido, protegido constitucionalmente, à conversão do tempo de serviço, de forma majorada, para fins de aposentadoria comum.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando configurada a divergência jurisprudencial alegada, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, admito o presente.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0021836-16.2009.4.01.3600 / 2009.36.00.900262-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANA LUIZA DOS REIS SILVA
PROC./ADV.: LUIS ANTONIO SIQUEIRA CAMPOS

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pelo INSS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Mato Grosso, que restou assim ementado, litteris:
DIREITO PREVIDENCIÁRIO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CARÊNCIA DA AÇÃO. PRESENÇA DE INTERESSE DE AGIR. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. RECURSO PROVIDO.
I - Salvo em casos específicos e legalmente excepcionados, não pode ser obstado o acesso ao Poder Judiciário em virtude da ausência de prévia provocação ou exaurimento da via administrativa, ao contrário, deve-se prestigiar o princípio constitucional da inafastabilidade do controle jurisdicional, explícito no art. 5º, inciso XXV, da Magna Carta.
II - Recurso provido (fl. 75).
Alega a autarquia suscitante que a decisão combatida diverge do entendimento da TNU e do STJ, aduzindo, em síntese, ser necessário o prévio requerimento administrativo para que haja a configuração do interesse de agir.
O incidente foi inadmitido (fls. 103/106).
O suscitante apresentou requerimento nos moldes do artigo 15, § 4º, do RI/TNU (fls. 109/110).
Relatados, decido.
Tenho por inadmissível o presente incidente, pois a Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PU n. 2005.36.00.90.9586-1, sessão de 08/02/2010, pacificou o entendimento no sentido de não condicionar a propositura da ação previdenciária à exigência de prévio requerimento administrativo. Incidente, pois, à espécie a Questão de Ordem nº 13 da TNU, pela qual:
Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.
Acrescente-se, por pertinente, que o hodierno posicionamento do Superior Tribunal de Justiça também segue essa mesma linha, se não, confiram-se os seguintes julgados:
AGRAVO INTERNO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO NA VIA ESPECIAL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES.
1. A via especial não se presta à apreciação de ofensa a dispositivo da Constituição Federal.
2. Desnecessário o prévio requerimento administrativo para o pleito judicial de benefício previdenciário.
3. Agravo ao qual se nega provimento (AgRg no REsp nº 1.162.746/PR, Rel. Min. CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, DJe de 07/06/2010).
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. POSTULAÇÃO PERANTE O PODER JUDICIÁRIO. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES.
1. A propositura de ação objetivando a percepção de benefício previdenciário independe de prévio requerimento administrativo do segurado perante a Autarquia. Precedentes.
2. Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp nº 1.172.176/PR, Rel. Min. LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe de 26/04/2010).
Diante do exposto, com arrimo no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0022608-13.2008.4.01.3600
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): TALITA LOISE DA SILVA
PROC./ADV.: CARLOS GARCIA DE ALMEIDA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pelo INSS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Mato Grosso, a qual manteve a sentença que julgou procedente o pedido de aposentadoria por invalidez, sob o entendimento de que a sentença homologatória trabalhista constitui início de prova material, não sendo lícito que a Previdência recuse anotação na CTPS feita em cumprimento daquela sentença.
Sustenta o requerente que a decisão combatida diverge de julgado do STJ, aduzindo, em síntese, que a sentença trabalhista pode ser considerada como início de prova material, sendo apta a comprovar-se o tempo de serviço prescrito no artigo 55, § 3º, da Lei nº 8.213/91, desde que fundamentada em elementos que demonstrem o exercício da atividade laborativa na função e nos períodos alegados.
O incidente foi admitido.
Relatados. Decido.
O incidente não merece avançar.
Isso porque, no que concerne ao uso da sentença trabalhista como início de prova da qualidade de segurado, há, no âmbito da TNU, a Súmula 31, verbis:
A anotação na CTPS decorrente de sentença trabalhista homologatória constitui início de prova material para fins previdenciários.
Portanto, aplica-se ao caso em tela a Questão de Ordem nº 13 desta TNU, verbis:
Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.
Frente ao exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VII, alínea b, do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0029238-56.2006.4.01.3600 / 2006.36.00.907457-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): IRINEU JOSE VIEIRA
PROC/ADV.: EDMAR PORTO SOUZA

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Mato Grosso, a qual manteve sentença concessiva ao autor de benefício assistencial a deficiente.
Na decisão recorrida, restou consignado que o laudo pericial atestou apenas a incapacidade parcial do requerido, mas que o juiz não está adstrito ao laudo, concluindo que o quadro de saúde da parte, somado à sua fragilidade social, permite concluir pela incapacidade total do requerido.
Alega divergência com julgado de Turma Recursal de outra Região, afirmando ser necessária a comprovação da incapacidade total, não se admitindo que esta seja apenas parcial para a concessão do benefício assistencial.
O incidente foi admitido na origem (fls. 214/215).
Relatados. Decido.
Verifica-se que o entendimento espelhado pela Turma Recursal de origem se afina com o da Turma Nacional de Uniformização (TNU) em casos como o presente, à medida que considerou os padrões econômico, social e educacional do autor para entender pela sua incapacidade para o trabalho.
A esse respeito, confira-se o seguinte precedente da TNU, verbis:
PREVIDENCIÁRIO. ASSISTÊNCIA SOCIAL. BENEFÍCIO DA PRESTAÇÃO CONTINUADA. REQUISITOS LEGAIS. INCAPACIDADE. SÚMULA 29 DA TNU.
- Para os efeitos do art. 20, § 2º, da Lei n. 8.746, de 1993, incapacidade para a vida independente não é só aquela que impede as atividades mais elementares da pessoa, mas também a impossibilita de prover o próprio sustento, conforme o enunciado da Súmula 29 desta TNU.
- No caso concreto, observa-se que a situação do autor amolda-se perfeitamente ao enunciado da Súmula 29 da TNU, porquanto, possui pouca instrução, vive numa região muito pobre do Estado de Tocantins, cuja única fonte de renda para a manutenção do núcleo familiar é a agricultura, executada na terra de terceiros, sendo que o acesso a esse tipo de serviço lhe fica impossibilitado, porque se locomove com dificuldade e não pode realizar esforço físico, conforme assentado no laudo médico acostado aos autos.
- A incapacidade a que se refere a lei não exige que o demandante esteja inapto para a prática de toda e qualquer atividade laboral, mas apenas para aquelas que podem ser exercidas por ele, ou seja, devem ser sopesados os padrões educacional, econômico e social em que o deficiente se encontra inserido (PEDILEF nº 2005.43.00.902086-4, JUIZ FEDERAL MARCOS ROBERTO ARAÚJO DOS SANTOS, TNU - Turma Nacional de Uniformização, 31/01/2008).
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. CONCESSÃO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. EXISTÊNCIA DE INCAPACIDADE APENAS PARCIAL SOB O PONTO DE VISTA MÉDICO. CONSIDERAÇÃO DAS CONDIÇÕES PESSOAIS. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 29.
1. Está subjacente à Súmula nº 29 da Turma Nacional o entendimento de que embora sob o ponto de vista médico a incapacidade seja apenas parcial, sob o ponto de vista jurídico a incapacidade é total se, diante de condições pessoais desfavoráveis, for inviável o ingresso ou reingresso no mercado de trabalho.
2. Pedido de uniformização improvido.
(PEDILEF 200683035013979, JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, TNU, 28/07/2009)
Assim sendo, incidente, pois, à espécie a Questão de Ordem nº 13 da TNU, pela qual:
Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.
Em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0500205-72.2010.4.05.9820
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: LINDECY DE SOUSA SILVA
PROC/ADV.: SYLVIO MARCUS F. DE MIRANDA E OUTRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por LINDECY DE SOUSA SILVA e dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária da Paraíba, a qual manteve sentença que julgou improcedente o pedido de aposentadoria por invalidez, haja vista a inexistência incapacidade laboral.
Alega a Requerente divergência com julgados de Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais de Mato Grosso e de Tocantins e defende que a decisão recorrida foi totalmente equivocada ao não reconhecer a incapacidade laboral da Autora.
O incidente foi inadmitido, mas foi apresentado requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Consta expressamente da sentença, mantida por seus próprios fundamentos pelo acórdão ora impugnado que "com base na perícia médica realizada, a qual concluiu que a doença de que é portadora a autora não a incapacita para o trabalho, juntando a isto o depoimento pessoal tomado em audiência, o qual restou desfavorável em razão de a própria autora ter dito que ainda exerce sua atividade rural, embora apresente queixas diversas inespecíficas - fraqueza nos braços, dor no pescoço - tenho que a parte autora não preenche o requisito legal para a concessão do benefício".
Não há, portanto, semelhança fático-jurídica entre o aresto recorrido e aqueles apontados como paradigmas, não cuidando a hipótese de simples valoração de provas. Mui ao reverso, não há meios de se reformar o acórdão a quo, sem que se proceda, antes, ao reexame fático-probatório dos autos, o que não se coaduna com a natureza do incidente de uniformização vertente, como cediço.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Tal a razão, nos termos do artigo 7º, inciso VI, da Resolução nº 22/2008, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

DESPACHOS PRESIDENTE DA TURMA

AUTOS FÍSICOS

PROCESSO N°: 2006.50.51.002085-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FRANCISCO DE ASSIS BRUNI
PROC/ADV.: LILIAN BELISÁRIO DOS SANTOS

DESPACHO

Incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Regional de Uniformização da 2ª Região suscitado pelo INSS, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Espírito Santo, que manteve a sentença de provimento.
O incidente foi inadmitido (fl. 132).
Protocolado pedido de reconsideração, foram os autos remetidos a esta Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre que se trata de Pedido de Uniformização de Jurisprudência Regional, como se extrai da própria petição.
Pelo exposto, restituam-se os autos à Presidência da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Espírito Santo.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.70.59.005639-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JOÃO DA LUZ COSTA
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DESPACHO

JOÃO DA LUZ COSTA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com supedâneo no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão colegiada proferida pela 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná - 4ª Região, a qual manteve sentença que extinguiu o processo com resolução do mérito, pois entendeu que o prazo decadencial previsto no artigo 103, caput, da Lei n.º 8.213/91, introduzido pela Medida Provisória n.º 1.523-9, de 28/06/1997, se aplica aos benefícios concedidos em data anterior à sua edição.
Afirma o recorrente haver divergência com julgados das Turmas Recursais de Goiás e do Distrito Federal, que integram a 1ª Região, e do c. Superior Tribunal de Justiça, no qual um destes se pronuncia no sentido de que (...) é firme neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que o prazo decadencial previsto no caput do artigo 103 da Lei de Benefícios, introduzido pela Medida Provisória nº 1.523-9, de 27.6.1997, posteriormente convertida na Lei nº 9.528/1997, por se tratar de instituto de direito material, surte efeitos apenas sobre as relações jurídicas constituídas a partir de sua entrada em vigor. (...) (AgRg no Ag n.º 870.872/RS, Rel. Min. CELSO LIMONGI (Desembargador Convocado do TJ/SP), DJe de 19/10/2009).
Sustenta, em síntese, que a alteração realizada no artigo 103, caput, da Lei n.º 8.213/91 por meio da MP n.º 1.523-9/97, não pode ser aplicada para abranger situações passadas, ocorridas antes de sua vigência, sob pena de violação ao direito adquirido.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da 2ª Turma Recursal do Paraná.
Por sua vez, o suscitante apresentou requerimento nos moldes do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Verificando que a matéria relativa à aplicação do prazo decadencial estabelecido pela Medida Provisória n.º 1.523-9/97 aos benefícios concedidos antes de sua vigência vem sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, através do RE n.º 626.489, o qual está pendente de julgamento, determino o sobrestamento do presente incidente, em conformidade com o previsto no artigo 7º, VIII, in fine, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Oficie-se às Coordenadorias dos Juizados Especiais Federais e aos Presidentes das Turmas Recursais.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 28 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.71.95.002675-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LUCI WILDNER
PROC/ADV.: JACOB LUCIANO GAUER E OUTROS
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DESPACHO

Incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região suscitado por LUCI WILDNER em face do acórdão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul (4ª Região) que manteve sentença que julgou improcedente pedido de aposentadoria por idade rural.
O incidente foi inadmitido pelo ilustre Presidente da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, ao fundamento de que a decisão recorrida encontrava-se harmônica com o entendimento jurisprudencial da Turma Regional de Uniformização.
Protocolado requerimento, com base no artigo 9º, § 3º, da Resolução nº 390 do Conselho da Justiça Federal, foram os autos remetidos a esta Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que, de acordo com o próprio juízo de admissibilidade antes referido, o pedido de uniformização não foi dirigido a esta Turma Nacional de Uniformização, mas sim à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região.
Pelo exposto, restituam-se os autos à Presidência da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2009.32.00.704424-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ROZILDA RAMIRES AREVALO DA SILVA
PROC/ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DESPACHO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Regional de Uniformização da 1ª Região e suscitado pelo INSS, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Amazonas.
O incidente foi admitido pelo ilustre Presidente da Turma Recursal.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto, com base no art. 14 da Lei 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente.
Pelo exposto, remetam-se os autos à Presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2009.72.51.003678-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: HERCÍLIO KASTEN
ADVOGADOS: CARLOS BERKENBROCK E OUTRO
REQUERIDO: INSS
PROCURADOR: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DESPACHO

Junte, o suscitante, cópia do inteiro teor do acórdão recorrido.
Prazo: 10 (dez) dias.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0038801-87.2009.4.01.3400
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ZEZITO DIAS PEREIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DESPACHO

Tendo em vista o manifesto equívoco da decisão exarada à fl. 98, apontado, em seguida, pelo despacho de fl. 102, restituam-se os autos à Presidência da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Distrito Federal.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

ATOS ORDINATÓRIOS

AUTOS FÍSICOS

O processo abaixo relacionado encontra-se com vistas ao recorrido para contrarrazões ao Recurso Extraordinário dirigido ao Supremo Tribunal Federal.

PROCESSO Nº. 2005.70.50.017699-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
SUSCITANTE: JOSÉ JÚLIO DE ARAÚJO CLETO
PROC./ADV.: JACEGUAY FEUERSCHUETTE DE LAURINHO RIBAS
SUSCITADO(A): INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROC./ADV. PROCURADORIA GERAL FEDERAL

PROCESSO Nº. 2007.51.51.010414-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
RECORRENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
RECORRIDO(A): NILTON FERREIRA DE ALMEIDA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
INTERESSADO(A): ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC. ADV.: JOSÉ ROBERTO WALDEMBURGO ABRUNHOSA
INTERESSADO(A): MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
PROC./ADV.: HUGO GONÇALVES GOMES FILHO

PROCESSO Nº. 2008.72.95.000669-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
RECORRENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RECORRIDO(A): ILENE MARIA SPIRONELO
PROC./ADV.: ARNALDO ZANELA

Os processos abaixo relacionados encontram-se com vistas aos suscitados para contrarrazões ao Incidente de Uniformização dirigido ao Superior Tribunal de Justiça.

PROCESSO Nº. 2005.71.95.001660-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
SUSCITANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
SUSCITADO(A): SELEDIR DA SILVA
PROC./ADV.: PAULO ARAÚJO PINTO

PROCESSO Nº. 2006.38.00.747636-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
SUSCITANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
SUSCITADO(A): SUELI ALVES FARIA DA SILVA
PROC./ADV.: FLÁVIO BITTENCOURT DE SOUZA

PROCESSO Nº. 2006.71.95.006846-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
SUSCITANTE: JOSÉ FLÁVIO BIRCK
PROC./ADV.: MARIA SILESIA PEREIRA
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV. PROCURADORIA GERAL FEDERAL

PROCESSO Nº. 2007.70.95.012047-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
SUSCITANTE: NILZA APARECIDA DE LIMA
PROC./ADV.: MELISSA FOLMANN
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV. PROCURADORIA GERAL FEDERAL

RETIFICAÇÃO

Na publicação de 03 de junho de 2011, no Diário Oficial da União, Seção 1, página 235, referente ao processo nº. 2007.72.51.008559-4, onde se lê "PROCESSO Nº: 2009.72.51.008559-4", leia-se "PROCESSO Nº: 2009.72.51.008559-4".

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
5ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 22, DE 8 DE JUNHO DE 2011

Instala, no Município de Itapipoca, a 27ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado da Ceará, criada pela Lei nº 12.011/2009, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, ad referendum do Órgão Plenário da Corte,

CONSIDERANDO o regramento da Lei nº 12.011, de 04 de agosto de 2009, que dispôs "sobre a criação de 230 (duzentas e trinta) Varas Federais, destinadas, precipuamente, à interiorização da Justiça Federal de primeiro grau e à implantação dos Juizados Especiais Federais no País", dando ainda "outras providências";

CONSIDERANDO a autorização dada pelo Conselho da Justiça Federal para a implantação das novas Varas Federais criadas pela Lei nº 12.011, de 04 de agosto de 2009 (nos termos das Resoluções CJF nº 102, de 14 de abril de 2010; nºs 112 e 113, de 26 de agosto de 2010; e 137, de 31 de dezembro de 2010);

CONSIDERANDO, igualmente, a necessidade de otimização de todos os procedimentos de instalação, resolve:

Art. 1º Instalar, na Seção Judiciária do Estado da Ceará, no Município de Itapipoca, em data a ser definida pela Presidência deste Tribunal, a 27ª Vara Federal, criada pela Lei nº 12.011, de 4 de agosto de 2009.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º A competência territorial da 27ª Vara Federal abrange os municípios de Acaraú, Amontada, Itapagé, Itapipoca, Itarema, Miraíma, Paraipaba, São Luís do Curu, Tejuçuoca, Trairi, Tururu, Umirim e Uruburetama.

Art. 3º A 27ª Vara Federal da Seccional cearense tem, no seu âmbito territorial de atuação, competência exclusivamente para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis até o valor de sessenta salários mínimos, afetas aos Juizados Especiais Federais, previstas no Art. 3º da Lei nº 10.259, de 12 de junho de 2001.

Art. 4º A 27ª Vara Federal receberá os feitos em tramitação nas demais Varas da Seccional cearense, desde quando alusivos a sua competência (Arts. 2º e 3º).

Art. 5º Transformar, na forma prevista no parágrafo único do Art. 24 da Lei nº 11.416/2006, 10 (dez) funções comissionadas de nível FC-05, 01 (uma) função comissionada de nível FC-03 e 02 (duas) funções comissionadas de nível FC-02, criadas pela Lei nº 12.011/2009, conforme quantitativos existentes no Anexo III da presente Resolução.

Art. 6º As estruturas de cargos e funções da 27ª Vara Federal serão as constantes nos Anexos I e II da presente Resolução, já abatido o quantitativo alusivo ao percentual a que faz alusão o Art. 5º da Resolução nº 102, de 14 de abril de 2010, do Conselho da Justiça Federal.

Art. 7º A Direção do Foro da Seção Judiciária do Estado da Ceará providenciará as instalações físicas da sua 27ª Vara Federal.

Art. 8º Fica a Presidência do Tribunal autorizada a nomear antes da efetiva instalação da 27ª Vara Federal, com a finalidade de prover os cargos previstos no Anexo I desta Resolução, os candidatos habilitados em concurso público para preenchimento de vagas no âmbito da Seção Judiciária do Estado da Ceará, a bem de que sejam capacitados antecipadamente.

Art. 9º Os casos omissos serão dirimidos pela Presidência deste Tribunal.

Art. 10 Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, porém só produzirá efeitos a partir do dia da efetiva instalação da 27ª Vara cearense, à exceção do disposto no art. 6º, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA

ANEXO I

CARGOS/DENOMINAÇÃO	NÍVEL	Nº DE CARGOS
Juiz Federal		01
Juiz Federal Substituto		01
Analista Judiciário - Área Judiciária	Superior	05
Analista Judiciário - Área Administrativa	Superior	01
Analista Judiciário - Área Judiciária (Especialidade Execução de Mandados)	Superior	02
Técnico Judiciário - Área Administrativa	Intermediário	08
Técnico Judiciário - Área Administrativa (Especialidade Segurança e Transporte)	Intermediário	02
TOTAL DE CARGOS		20

FUNÇÕES/NÍVEL	Nº DE FUNÇÕES
CJ-3	01
FC-05	06
FC-04	06
FC-02	01
TOTAL DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES COMISSIONADAS	14

ANEXO II

A - GABINETE DO JUIZ FEDERAL DIRETOR DA SUBSEÇÃO DE ITAPIPOCA-CE

1. Seção de Apoio Administrativo

(01) Supervisor de Seção - FC-05

(01) Supervisor-Assistente - FC-04

2. Seção de Apoio Judiciário

(01) Supervisor de Seção - FC-05

B - VARA COMUM DE ITAPIPOCA (27ª VARA)

1. GABINETE DE JUIZ FEDERAL

(01) Oficial de Gabinete - FC-05

(01) Supervisor-Assistente - FC-04

2. GABINETE DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO

(01) Oficial de Gabinete - FC-05

(01) Supervisor-Assistente - FC-04

3. SECRETARIA DE VARA

3.1 Gabinete de Diretor de Secretaria

(01) Diretor de Secretaria - CJ-3

(01) Auxiliar Especializado - FC-02

3.1.1 Setor de Processamento de Feitos Criminais e de Execução Penal

(01) Supervisor-Assistente - FC-04

3.1.2 Setor de Processamento de Execuções Fiscais

(01) Supervisor-Assistente - FC-04

3.1.3 Setor de Publicação

(01) Supervisor-Assistente - FC-04

3.1.4 Seção de Processamento de Feitos Cíveis

(01) Supervisor de Seção - FC-05

3.1.5 Seção de Processamento de Feitos dos Juizados

(01) Supervisor de Seção - FC-05

ANEXO III

SEÇÕES E FUNÇÕES COMISSIONADAS CRIADAS, RENOMEADAS OU TRANSFORMADAS

FUNÇÃO COMISSIONADA SITUAÇÃO ATUAL	FUNÇÃO COMISSIONADA NOVA SITUAÇÃO
FC-05 = 10	FC-05 = 06
FC-04 = 00	FC-04 = 06
FC-03 = 01	FC-03 = 00
FC-02 = 02	FC-02 = 01

ATOS DO DIA 9 DE JUNHO DE 2011

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando o que consta no ajuste celebrado entre o Tribunal Regional Federal da 5ª Região e a Fundação Carlos Chagas e, ainda, com fundamento no Capítulo XVII, itens 3 e 4, do Edital de Abertura de Inscrições, publicado no Diário Oficial da União, de 10 de dezembro de 2007, resolve:

Nº 445 - REPOSICIONAR, a pedido, para a última posição na lista de classificação, o candidato CRISTIANO QUINTELA SOARES, classificado em 19º lugar da lista constante no resultado final do concurso público publicado no D.J. de 22/08/2008, realizado para provimento de vagas no Quadro de Pessoal Permanente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, para a categoria funcional de Técnico Judiciário - Área Administrativa, em razão de solicitação expressa do referido candidato.

Nº 446 - REPOSICIONAR, a pedido, para a última posição na lista de classificação, o candidato HÉLIO VARELA DE ALBUQUERQUE JÚNIOR, classificado em 48º lugar da lista constante no resultado final do concurso público publicado no D.J. de 22/08/2008, realizado para provimento de vagas no Quadro de Pessoal Permanente da Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, para a categoria funcional de Técnico Judiciário - Área Administrativa, em razão de solicitação expressa do referido candidato.

PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS 9ª REGIÃO

PORTARIA Nº 5, DE 2 DE JUNHO DE 2011

Define tabela de multas aplicáveis às pessoas jurídicas e pessoas físicas na jurisdição do CRN9.

O Presidente do Conselho Regional de Nutricionistas da 9ª Região, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei 6583/78, o Decreto Lei nº 84.444/80 e bem como o art. 37 da Constituição Federal: " A administração pública direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, e eficiência,..." CONSIDERANDO:

A necessidade de regularização da situação de Pessoas Físicas (PF) e Pessoas Jurídicas (PJ), autoras de ato infracional, perante este CRN; A Resolução CFN n°378/2005, que dispõe sobre o registro/cadastro de Pessoas Jurídicas nos CRNs, conforme tipo de atuação na Área de Alimentação e Nutrição; A Resolução CFN n°230/1999, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados nos processos de infração movidos contra Pessoas Jurídicas, citadas na Resolução anterior; A Resolução CFN n°408/2007, que dispõe entre outros itens, de valores de multas devidas aos Conselhos Regionais de Nutricionistas; A Resolução CFN nº 482/2010 que altera artigos da Resolução CFN n°457/2009 e que altera artigos da resolução CFN nº 408/2007 e dispõe sobre os valores de taxas, emolumentos e multas devidas aos Conselhos Regionais de Nutricionistas; A Lei n°8234/1991, que regulamenta a profissão de nutricionista e determina outras providências; bem como o art. 37 da Constituição Federal;

Resolve: Estabelecer os seguintes valores de multas relativas a infrações previstas na legislação do Conselho Federal de Nutricionistas.

Artigo 1° - Às Pessoas Jurídicas infratoras da legislação vigente, serão aplicadas multas, conforme irregularidades constatadas, descritas nos incisos a seguir:

I)Ausência de Nutricionista Responsável Técnico:

ME e demais Empresas enquadradas no Regime Tributário do Simples: R$941,52

Demais empresas: R$1.883,04

Lei Federal 6583/78, artigo 16, Decreto Federal 84444/80, artigo 19, Lei Federal 8234/91, artigo 3, Resolução CFN 378/2005, artigos 11 e 12

II)Pessoa Jurídica não registrada no CRN9:

ME e demais Empresas enquadradas no Regime Tributário do Simples: R$753,22

Demais empresas: R$1.412,28

Lei Federal 6583/78, artigo 15,parágrafo único, Decreto Federal 84444/80, artigo 18 e 20, Resolução CFN 378/2005, artigos 02 e 20

III)Quadro Técnico incompatível: R$500,00

Resolução CFN 378/2005, artigo 15; Resolução CFN 380/2005, anexo III

IV)Alteração de documentação da Pessoa Jurídica, não comunicada ao CRN9:

ME e demais Empresas enquadradas no Regime Tributário do Simples: R$470,76

Demais empresas: R$706,14

Resolução CFN 378/2005, artigo 10, parágrafo 1º

V)Leigo no exercício profissional de Nutricionista nas PJ'S previstas na legislação do Sistema CFN/CRN'Ns: R$500,00

Lei Federal 6583/78, artigos 15 e 16, Decreto Federal 84444/80, artigo 17, parágrafo único e artigo 19, Lei Federal 8234/91, artigos 1 e 3, Resolução CFN 378/2005, artigo 12, Resolução CFN 228/99, artigo 1

Artigo 2° - Às Pessoas Físicas infratoras da legislação vigente, serão aplicadas multas, conforme irregularidades constatadas, descritas nos incisos a seguir:

I) Nutricionista atuando sem registro no CRN9:

R$333,89

Lei Federal 6583/78, artigos 15, 16 e 19, Inciso II; Decreto Federal 84444/80, artigo 17, 19,20,25 e 52, Inciso II; Lei Federal 8234/91, artigos 1 e 3, Resolução CFN 228/99, artigos 1 e 2

II)Nutricionista impedido de exercer a profissão, por decisão condenatória:

R$333,89

Lei Federal 6583/78, artigos 19, Inciso II e artigo 20, inciso IV e V; Decreto Federal 84444/80, artigos 52 e 53, inciso II; Resolução CFN 228/99, artigo22, inciso III

III)Nutricionista ausente, sem justificativa, em votação para Eleição do Plenário do CRN9:

•20% (Vinte por cento) da anuidade do ano corrente conforme prevê resolução CFN n°482/2010

Decreto Federal 84444/80, art 46

Artigo 3° - Os valores constantes desta Portaria estão descritos na moeda corrente do País (Real).

Parágrafo Único - Uma vez fixado o valor da multa e, após intimação para pagamento, decorridos os prazos recursais, ao valor fixado e não pago, será acrescida a multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês ou fração.

Artigo 4º - Nos casos de Pessoas Jurídicas em que sejam constatadas mais de uma infração, a multa será aplicada com base no maior valor dentre aqueles envolvidos nas irregularidades.

Artigo 5° - Nos casos caracterizados de reincidência, no prazo de 2(dois) anos, após processo transitado em julgado, os valores a serem aplicados obedecerão aos critérios descritos na Resolução CFN 230/99, artigo 23, incisos I e II:

I) Dobro do valor aplicado anteriormente, quando o infrator praticar ato capitulado no mesmo dispositivo legal pelo qual já foi condenado, ainda que em local diferente, propiciando dessa forma o agravamento da penalidade.

II) Até 2/3(dois terços) do valor aplicado anteriormente, quando o infrator cometer mais de uma infração, capitulada em dispositivos legais diferentes, propiciando o agravamento da penalidade

Parágrafo Único - Para caracterização da reincidência, conforme descrição feita nos incisos I e II, deverá ser aberto novo PI (Processo de Infração), juntando-se a este o PI que torna o fato reincidente.

Artigo 6º - Os casos não relacionados nesta Portaria serão passíveis de análise jurídica e do Plenário, o qual poderá definir o valor da multa a ser aplicada

Esta Portaria entra em vigor na data de sua aprovação na 35ª Reunião Ordinária em 18/03/2011, produzindo efeitos a partir desta data.

ÉLIDO BONOMO
Presidente do Conselho

JOYCE ANDRADE BATISTA
Secretária

Envio Eletrônico de Matérias

Ao enviar matéria eletronicamente para publicação nos Jornais Oficiais, certifique-se de que os arquivos estejam *livres de vírus*. *Sua matéria pode ser rejeitada* caso seja constatado algum tipo de contaminação. Atualize, com freqüência, seu antivírus.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL


Resolve:
Brasil
Cidadania
Publique-se
Informações oficiais
Memória
Transparência
Modernidade
Fonte
exclusiva da
informação oficial
Brasil
Oficial
Imprensa Nacional
Credibilidade
Memória
Acessibilidade
Tradição
Imprensa Nacional
202 anos
Divulgando e preservando
a história oficial brasileira
Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808